PORTUGAL

ANTIGO E MODERNO

VOLUME QUARTO

PORTUGAL
ANTIGO E MODERNO

DICCIONARIO

Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico,
Archeologico,
Historico, Biographico e Etymologico

DE TODAS AS CIDADES, VILLAS E FREGUEZIAS DE PORTUGAL

DE GRANDE NUMERO DE ALDEIAS

Se estas são notaveis, por serem patria d'homens célebres,
por batalhas ou outros factos importantes que n'ellas tiveram logar
por serem solares de familias nobres,
ou por monumentos de qualquer natureza, alli existentes

NOTICIA DE MUITAS CIDADES E OUTRAS POVOAÇÕES DA LUSITANIA

DE QUE APENAS RESTAM VESTIGIOS OU SÓMENTE A TRADIÇÃO

POR

Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal

LISBOA

LIVRARIA EDITORA DE MATTOS MOREIRA & COMPANHIA

68—Praça de D. Pedro—68

1874

AOS LEITORES

Acceitam-se, agradecem-se e publicar-se-hão, em supplemento, quaesquer esclarecimentos ou rectificações, com respeito ao que por ventura faltar em algumas povoações, sitios ou factos descriptos n'este Diccionario; bem como qualquer advertencia sobre omissões, que possam haver n'esta obra.

Não se dá porém valor algum a cartas anonymas.

A correspondencia litteraria, deve ser dirigida ao auctor (franca de porte) para a Rua de S. José, n.º 227, Lisboa.

A propriedade d'este DICCIONARIO, pertence a Henrique d'Araujo Godinho Tavares, subdito brasileiro.

LISBOA
Typographia Editora de Mattos Moreira & Companhia
67 — Praça de D. Pedro — 67
1874

PORTUGAL ANTIGO E MODERNO

L

LABRUGEIRA—aldeia, Extremadura, na freguezia da Ventosa, concelho de Alemquer. Vide Ventosa.

LABRUJA, ou **LABRUJE**—serra, Minho, comarca e concelho de Coura e de Ponte de Lima, 35 kilometros a O. de Braga, 390 ao N. de Lisboa.

O padre Carvalho diz que o seu primeiro nome foi *Lauruja* (derivado da palavra latina *laboriosa*, por ser laboriosa a sua subida) e que se corrompeu em Labruja. Diz que houve aqui dois conventos da Ordem de S. Bento, um de frades outro de freiras. Diz que este passára para Vitorinho (hoje Victorino) das Donas, da parte d'além do Lima.

O arcediago de Labruje, da Sé de Braga, apresentava o vigario, collado, que tinha de rendimento annual 200$000 réis.

—

É tradição antiquissima, referida por muitos escriptores, que aqui existiu em tempos remotissimos a cidade de *Labruja* (que deu o nome á serra) no sitio da actual *Romarigães* (vide esta palavra.)

Na carta de D. Fernando de Leão, feita em 1026 (vide *Britonia do Lima*) se lê: «*Inde ad Penam-Maiorem, super civitate antiqua Labrugia, quæ modo dicitur Romariganes.*»

Além d'esta cidade houve em tempos remotos n'esta serra varias povoações e fortalezas, quasi todas fundadas no seu cume, e no districto do concelho de Coura, a que a maior parte da serra pertence. (Vide Labruja, freguezia, e Romarigães.)

Na Portella, que vae da freguezia de Santa Marinha de Arcozéllo para o concelho de Coura, se encontram as ruinas de uma grande praça, chamada ainda hoje *Cidade da Matança* (porque consta que os mouros, em 716, em vingança da resistencia que os lusitanos aqui lhes fizeram, mataram quantos defendiam este ponto, incendiando-o e arrazando-o.)

Esta serra, posto ser de clima excessivo, é muito saudavel. (Diz o padre Carvalho, que «*os homens e mulheres d'aqui vivem de 100 até 130 annos.*»

É abundante de optimas aguas, pelo que os terrenos que se cultivam são muito ferteis.

Ha aqui muita caça grossa e miuda.

Nas freguezias de Labruja e Romarigães, se dão mais noticias d'esta serra.

LABRUJA—ribeiro, Minho, comarca de Ponte de Lima. Nasce na serra que lhe dá o nome, passa á freguezia de Santa Marinha de Arcozello (onde tem uma ponte, feita no principio do seculo XVII, chamada *ponte do Arquinho*) e vem desaguar na direita do Lima. Rega e móe. Tem peixe miudo.

LABRUJA — Extremadura, freguezia e concelho da Gollegan. É o nome de uma

bella quinta do sr. marquez de Castello Melhor, e onde elle costuma passar parte do verão.

LABRUJA ou **LABRUJE**—freguezia, Minho, comarca e concelho de Ponte de Lima, 35 kilometros ao O. de Braga, 390 ao N. de Lisboa, 200 fogos.

Em 1757 tinha 215 fogos.

Orago S. Christovão.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

É freguezia antiquissima, e se não existia já no tempo dos romanos, existia com toda a certeza no tempo dos godos.

Theodomiro, rei dos suevos, em 560 deu as egrejas de S. Christovão da Labruja, com seu couto e suas pertenças; a freguezia de Santa Marinha de Arcozêllo, na ribeira do Lima; a 4.ª parte da egreja de Santa Maria de Villar de Ancora, na Marinha (hoje Ancora) a egreja de Santa Olalla, de Villar de Mouros, com seu couto, na ribeira do Minho; e metade da egreja de Santa Maria da Collina, em Coura; a egreja de Santa Maria de Palacios, em Val de Vice (Val de Vez) e a egreja de S. Salvador da Gandara, ao bispo de Tuy, (já disse que então o bispado de Tuy chegava até á margem direita do Lima; vide Arcozêllo do Lima e Ponte do Lima.) sendo bispo de Tuy D. Affonso (2.º do nome entre os bispos d'esta cidade) pessoa de muita virtude e um grande amigo de D. Affonso Henriques.

Nas *nonas* de setembro de 1163 (3 de setembro de 1125) a rainha D. Thereza e seu filho (depois D. Affonso I) confirmaram aquella doação por outra, da qual passo a copiar os trechos seguintes:

In nomine Santæ et Individuæ Trinitatis, Patri et Filii et Spiritus Sancti, Amen. Ego Tarasia Regina, Adefonsi Imperatoris filia, testamentum Regis Theodomiri Ecclesia Tudensi quondam factum de Ecclesiis, etc., etc...

Concedo ob remedium animæ meæ et remissionem peccatorum meorum, quarum nomina hæc sunt. In primis Ecclesia S. Marinæ de Arcucelo integra cum omnibus pertinentiis suis in ripa Limiæ, Ecclesia S. Christofori integra in Labrujia cum suo capto et cum omnibus pertinentiis suis: quarta pars Ecclesiæ S. Mariae de Villâr de Ancora in Maritima cum totis suis pertinentiis, etc....

Ego praefata Regina T. hanc Donationis Kartam, vel Testamentum propria manu roboro. Menendus propriae Aulae Notator depinxi. Ego Pelagius Bracarensis Archieps. confirmo. Ego Infans Adfonsus ipsius Reginae filius conf. Ego Comes Fernandus conf. Ego Comes Gomes conf. Ego Fernandus Johannides conf. Qui praesentes fuerunt et viderunt et audierunt Petrus Testis. Pelagius Testi. Martinus Testis. Tarasia Regina confirmavit.»

—

D. Lucas, bispo de Tuy, creou em 1241 o arcediagado simples da Labruja, cujo titulo ainda se conserva na Sé de Tuy, sem renda, e na de Braga com ella.

Na doação feita pelo rei D. Ordonho II, á Sé de Lugo no 1.º de setembro de 953 (915 de Jesus Christo) se menciona um convento *duplex*, de S. Christovão (da Ordem de S. Bento) no logar da Labruja (sitio da *Portella*) na ribeira do Lima (*Memorias do Arcebispado de Braga*, tom. 3.º, pag. 402.)

O mesmo rei declara n'aquella doação que este convento foi fundado por Ermogio, bispo de Tuy, em uma herdade d'este rei, que a deu ao bispo de «*jure haereditario.*»

Este bispo Ermogio jaz na matriz da Labruja. Fr. Leão de S. Thomaz, na *Benedictina Portugueza* (Tr. 1. p. 3. prel. 3. cap. 1.) lhe fórma o seguinte epitaphio:

Hic jacet Hermogius Labruja marmore clausus
Qui monachus quondam grande Tudense decus.

Ermogio passou em penitencia os ultimos annos da sua vida, no mosteiro que havia fundado, e aqui falleceu. Tinha-se-lhe erigido um monumento sepulchral; mas D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, arcebispo de Braga, o mandou demolir (provavelmente quando se desfez a egreja velha) e jaz agora em sepultura raza.

—

Naustio, bispo de Coimbra, era tio de Er-

mogio; e S. Payo (ou Pelayo) que morreu martyr em Córdova, era sobrinho de Ermogio.

O fundador (D. Ermogio) havia juntado dinheiro para resgatar seu sobrinho S. Pelagio, que tinha deixado em refens, depois da batalha de *Valle da Junqueira*, em 921; mas, sabendo, na Labruja, que elle tinha sido assassinado em Córdova, applicou aquelle dinheiro para a fundação d'este mosteiro, no proprio sitio onde tinha recebido a infausta noticia.

No Tombo de Lugo, declara *D.ª Senior* (em 976) ser irman do bispo *Vimara*, e diz: «*meo germano Domino Vimarano, Episcopo... quae fuerunt de meo tio Domino Ermuigio Episcopo, quas commutavit cum Domino Naustio Episcopo suo tio et nostro avio.*»

Suppõe-se, com bons fundamentos, que *Naustio, Ermogio, S. Payo, Vimara* e *D.ª Senior* (que, como se vê, eram da mesma familia) foram todos naturaes d'esta freguezia.

S. Payo, martyr, era de tanta devoção entre estes povos, por ser d'aqui, que o escolheram para padroeiro as freguezias de Agua Longa, Mózéllos, Villa Mean (hoje unida a Campos) Molledo, Segude e Jólda; todas d'estes sitios.

O mosteiro da Labruja, era em outro tempo tão famoso e devia ser tão seguro e forte, que outro bispo de Tuy, tambem chamado Naustio, quando esta cidade foi invadida pelos normandos, em 1112, aqui se acolheu.

—

Transcrevo pela achar curiosa, a traducção de parte da referida doação de D. Ordonho II.

«Por ordem de el-rei D. Ordonho. Em nome de Deus Pae, Gerador e do Filho Gerado, e do Espirito Santo, que é um Deus em Trindade perfeita; e em honra e louvor da sempre VIRGEM MARIA» etc., etc....

....

«seguindo o costume de nossos avós, e armados com a auctoridade da Sé Apostolica, confiando no patrocinio da gloriosa Virgem Maria, Nós, Vossos pequenos servos, Ordonho, rei, e Geloira, rainha, sujeitamos *as cidades destruidas*, acima nomeadas (Braga e Orence) a Vós, Virgem Maria e á Vossa Egreja, confirmando os privilegios de Nossos Avós. E de mais, Accrescentamos e Concedemos á Vossa cidade de Lugo, em remedio da nossa alma, *o mosteiro de S. Christovão, fundado e fabricado em uma nossa herdade, pelo Senhor bispo Ermogio, no territorio de Lugo, no logar chamado Labruja no rio Lima*, que o mesmo bispo deixou na Nossa protecção e entregou, por direito hereditario.»

Doamos-Vos pois, e concedemos Vos, Gloriosa VIRGEM MARIA, o sobredicto mosteiro, pelos seus antigos termos, com toda a sua herdade, familias, villas e egrejas, a saber — com a *Villa e egrejas que estão entre o rio Cávado e o Lima* — isto é — *Crespellos e Victorinho* (Victorino das Donas) e tambem a *Villa de Mazoneta*, com seus termos e da mesma sorte em *Toronho* a *Villa de Bemviver* e tambem a de *Parada*, na margem do Minho, com seus termos.»

....

....

«E se se contravier a esta nossa ordem transfira O SENHOR, a memoria de quem quer que fôr, do livro da vida e não se escreva n'elle, mas padeça nas mais profundas penas do inferno, e n'esta vida, todo elle se encha de bixos e perca a vista d'ambos os olhos e seja excommungado; e vos restitua em dobro ou tresdobro o que vos pretender tirar.»

—

Este convento estava fundado no sitio onde hoje se vê a capella de Nossa Senhora da Graça. Havia aqui uma pia baptismal, de pedra, que foi trazida para a egreja velha; mas, diz a tradicção, que quantas creanças n'ella se baptisavam, cegavam todas, pelo que tornaram a pôr a pia onde a tinham achado.

Mais abaixo, está um pôço, ao pé da *Serra Clivia*, onde trazendo as freiras um sino para o novo convento, o carro, bois e homens que conduziam o sino, tudo se despenhou, cahindo no tal poço, e nada de tudo isto tornou a apparecer.

Creem por estas terras que o tal poço *não tem fundo.*

A egreja mudou-se para o sitio onde hoje está a capella de Sant'Anna, que tambem foi mosteiro de freiras benedictinas, e teve o mesmo fundador do de S. Christovão. Este mosteiro, passados annos, se mudou para Victorino das Donas, e a egreja para o sitio onde ainda está.

A historia d'este dois conventos vem bastante obscura no Argote e nos *Estrangeiros no Lima.* A minha opinião (que aliás não passa de mais ou menos bem fundada conjectura) é que feito o primeiro convento de que fallei, que era *dobrado,* o fundador, achando inconvenientes na reunião dos dois sexos, no mesmo mosteiro; fundou aqui um outro, e n'elle recolheu as freiras que estavam no de S. Christovão, e que ficava pouco distante d'este. Ainda ao sitio onde existiram estes dois edificios religiosos, se chama *os Mosteiros.*

D. Urraca filha de D. Fernando III, (o Magno) de Castella, o restaurou pelos annos de 1050, e o deu á Sé de Tuy. Em 1242, o bispo D. Lucas (de Tuy) creou o arcediago da Labruja, de que já fallei no principio d'este artigo.

Extincto o convento de S. Christovão, pelos annos 1460, por passar a commendatarios, ficou a egreja a ser matriz da freguezia.

LABRUJA ou **LABRUGE**—freguezia, Douro, comarca do Porto, concelho de Bouças até 1855, desde então comarca e concelho de Villa do Conde, 18 kilometros ao N. do Porto 330 ao N. de Lisboa, 130 fogos.

Em 1757 tinha 83 fogos.

Orago S. Thiago, apostolo.

Bispado e districto administrativo do Porto.

O prior dos conegos regrantes (cruzos) do mosteiro de Moreira, apresentava o reitor, que tinha 40$000 réis.

LABRUJÓ — freguezia, Minho, comarca e concelho de Ponte do Lima, 40 kilometros ao O. de Braga, 395 ao N. de Lisboa, 60 fogos.

Em 1757 tinha 71 fogos.

Orago Santa Maria, ou Nossa Senhora da Natividade.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

Labrujó significa *Pequena Labruja.*

A mitra apresentava o abbade, que tinha 150$000 réis de rendimento.

LABRUSCA — em algumas terras do sul do reino dão este nome ao parreiral, latada ou ramada de videiras. Vide Aldeia do Mato.

LACA — rio, Beira Baixa, o qual nasce proximo a Lordosa, passa ao O. de Castello Branco e entra na direita de Tejo com 50 kilometros de curso. Réga e móe, e traz peixe.

LACONIMURGI ou **LACONIMBURGI** ou **LACONIMURGO** — cidade antiquissima da Lusitania.

Strabão (liv. 3.º) diz que uma colonia grega, sahida da Laconia, aportára á Iberia, e que, tendo penetrado na Lusitania, em companhia d'alguns celtiberos, aqui fundara a referida cidade, que depois se tornou famosa

D'esta cidade nos falla tambem uma inscripção achada nas ruinas da vetusta Egitania (Idanha Velha.)— Diz:

M. LEPIDO. VICT. LVSIT.
COHOR. FORTISS.
COHOR, MEIDOBRIG.
COHOR. LACONIMBVRGEN.
COHOR. TALABRICEN.
COHOR. AEMINIEMS.
TRIVMV. MER.
P. P. E. OMNES. LIBERA
LITATEM. D. D.

Isto é — *A marco Lepido, triunviro e pae da patria, pela victoria que conseguiu contra os lusitanos, e pela sua liberalidade para com todos, dedicam esta lapide as cohortes seguintes — fortissima* (d'Evora) *meidobrigense (*de Plumbaria, junto de Marvão ?) *laconimburgense (*d'esta*) talabricense* (d'Aveiro) *e emminense* (d'Agueda.)

É pois incontestavel a existencia d'esta cidade, que devemos suppor fundada ahi pelos annos do mundo 2640 (ou 1364 antes de Jesus Christo.) mas não ha certeza do logar que occupava, nem da epoca da sua destruição, que todavia é provavel tivesse lo-

gar durante as sanguinolentas guerras que os peninsulares sustentaram contra os romanos.

Pretendem alguns que ella estava em territorio da Lusitania, que hoje é Extremadura hespanhola. Jorge Cardozo e outros, sustentam que éra a antiga Lamego (Vide Queimada e Queimadella) confundindo a *Laconimurgi* de Strabão, com a Lama, ou Lameca de Ptolomeu.

Parece mais provavel que esta cidade estava situada entre o Tejo e o Vouga, e no centro da Lusitania.

Alguns escriptores modernos, que investigaram as ruinas de uma grande povoação que existem junto da villa de Bobadella, no concelho d'Oliveira do Hospital, suppoem que fosse aqui a antiga Laconimurgi.

Já a pag. 405 do 1.º vol. d'esta obra, na palavra Bobadella (villa) descrevi algumas antiguidades que ainda alli existem: accrescentarei mais as seguintes — dois aqueductos, que correm dos lados de E. e N. ambos d'architectura romana, um descoberto e outro subterrado; restos de muralhas; de uma calçada; e, finalmente varias columnas que existem em differentes casas da villa, que mostram terem pertencido a sumptuosos edificios.

Por entre estes destroços, tem-se descoberto em differentes epocas, algumas inscripções, das quaes, infelizmente, nenhuma indica um nome que se possa atribuir á cidade que aqui estanciára.

Ainda em 1844, em uma escavação que aqui se fez, appareceu uma cabeça humana, que mostrava, pelas suas dimenções ter pertencido a uma estatua de Apolo [1] dos seus 4,^{m}40 (20 palmos) d'altura.

A distancia de 1:000 ou 1:100 metros, ao sul de Bobadella, apparecem tambem indicios de povoação antiga, e aqui se acharam, ha poucos annos, dois vasos de bronze, de muita perfeição, um em fórma de gomil e outro pyramidal, com tampa e base.

Em um campo chamado de S. Bartholomeu, a 6 kilometros de Bobadella, appareceram em grande espaço, importantissimas ruinas, contendo grossas telhas, tijollos, alcatruzes de barro, campainhas, caldeiras de ferro muito oxidado, esculpturas em pedra, e mais de duzentas medalhas de diversos cunhos.

[1] Outros dizem de Julio Cesar.

É pois certo ter aqui existido em eras remotas uma esplendida povoação; mas não se póde dizer com certeza o seu nome. Alguns dos modernos visitadores d'estas notaveis ruinas, dão por fundamento de ter sido a Laconimurgi dos antigos, o nome de *Morúge*, que ainda conserva um dos sitios onde existem ruinas.

Devemos confessar que se isto não é uma prova plena, dá bastante provabilidade de que *Morúge* seja corrupção de *Laconimurgi.*

Estas interessantes ruinas mereciam muito ser exploradas por pessoas competentes, que aos seus conhecimentos em archeologia juntassem um decidido amor pelas nossas cousas.

No *Viriato Tragico* (Canto 4.º Cst. 74) diz o poeta hirminense:

Na villa, hoje chamada Bobadella,
Esteve antigamente uma cidade,
Que estão, de quanto fosse grande e bella,
Indicando vestigios, nesta edade,
Gastadas letras, a memoria d'ella
Conservam da ruinosa antiguidade,
E cidade mui célebre a declaram,
Se o tempo escureceu como a chamaram.

Diz o mesmo escriptor que Laconimurgi foi tomada por surpresa aos romanos, por Viriato, o antigo, e seus companheiros d'armas, os herminios, ou habitadores da Serra da Estrella (o Herminio Maior dos antigos.)

Só tenho noticia de quatro inscripções aqui achadas são.—

1.ª

SPLENDIDISSIME CIVITATI
JULIA MODIS TAPLAMINA.

2.ª

NEPTUNALE.

3.ª

JULIAE QUE
FLAMINIA
JULIUR
RUFUS
D. D.

4.ª

JULIA
EX
TESTAMENTO
SUO.

—

Vide *Babadella, Lamego, Queimada e Queimadella.*

LACRIMATORIO — Vaso em que os parentes e as *choradeiras*, guardavam as lagrimas que choravam pelo defunto, e que era mettido (o vaso) no seu tumulo.

LADA —portuguez antigo—a margem do rio.

Tambem se tomava pelos lados de uma estrada. Havia antigamente em Lisboa uma feira ou mercado semanal á beira do Tejo, que porisso se chamava *Feira da Lada.*

Depois mudou-se para a *Praça d'Alegria*, e, depois de 1834, para o *Campo de Sant'Anna*, onde actualmente se faz, ás terças feiras Consta, na sua maxima parte, de objectos usados. O povo lhe chama *Feira da Ladra.*

No Porto ha tambem a capella de Nossa Senhora da Lada, na Ribeira, a poucos passos do rio.

LADÁRIO (antigamente **LADAIRO**) — villa, Beira Alta, concelho de Satão, comarca e 18 kilometros de Viseu, 290 ao N. de Lisboa, 80 fogos.

Em 1757 tinha 35 fogos.

Orago o Salvador.

Bispado e districio administrativo de Viseu.

Esta villa e a sua freguezia estão hoje unidas á freguezia de Villa Boa. (Vide Villa Boa e Ladario.)

D. Thereza e seu filho, D. Affonso Henriques deram, em 1125, ao convento d'Aguas Santas (Màia) os coutos de Gouveia e *Ledáäiro.* (Vide Aguas Santas e Gouveia do Douro.) Em 1186, D. João Pires, bispo de Viseu e o seu cabido, cederam ao dito mosteiro d'Aguas Santas, a 3.ª dos dizimos que lhes pertencia, da egreja de Ladario (então Ledáäiro) o jantar, ou collecta, a luctuosa e a 3.ª dos mortuarios; reservando só para elles um *aureo*, que esta egreja tambem lhe pagava pela Paschoa.

O sacro collegio patriarchal apresentava o cura, que tinha 20$000 réis e o pé d'altar.

D. Manuel deu foral á villa de *Ladáiro*, em Lisboa, a 5 de maio de 1514.

Ladáiro é palavra portugueza antiga, significa *procissão* ou *clamo* com *ladainhas* e *prêces*, para conseguir remedio em alguma afflição ou calamidade publica.

LADEIRA — no extincto concelho de Fajão, hoje da Pampilhosa, Douro, districto administrativo de Coimbra, ha uma cordilheira de serras alcantiladas, cujos ramos se espalham em differentes direcções. Um d'estes ramos se denomina *Ladeira* e corre, coroado de soberbas penedias, desde a serra da *Rocha* até ao sitio do *Amieiral*: abate aqui (Fajão) de repente, para dar passagem ao Zêzere, apparecendo da mesma imponente altura, na margem fronteira.

LADERA, LADEIA ou **LADEYA**—nome antigo da actual villa do *Rabaçal.* (Vide esta palavra.)

LÁDICO — monte, Tras-os-Montes. Era o nome romano da actual serra de Larôcco.

LADÍMO e **LADINHO** — portuguez antigo —*puro, sem mistura, genuino.*

Nas provincias do Norte ainda se emprega a palavra *lídimo*, para significar o mesmo.

LADOEIRO — freguezia, Beira Baixa, comarca e concelho de Idanha a Nova, 240 kilometros a E. de Lisboa, 250 fogos.

Em 1757 tinha 76 fogos.

Orago Nossa Senhora da Expectação.

Bispado e districto administrativo de Castello Branco.

É corrupção de *lodoeiro*, lugar plantado de *lodãos.*

É terra fertil. Cria muito gado e caça.

O vigario de Idanha Nova apresentava o cura, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar.

LADROEIRA — pequena aldeia, freguezia e 3 kilometros ao SE. da Villa de Sobrado, capital do concelho de Castello de Paiva, 16 kilometros a NO. d'Arouca, 40 ao E. do Porto, 300 ao N. de Lisboa.

Havia aqui uma feira de gado no dia 7 de cada mez, que acabou por falta de concorrencia.

É situada em uma serra agreste, e pouco fertil, chamada de *Ancia.*

É provavelmente corrupção de *lodoeira.* Nas provincias do Norte dão vulgarmente o nome de *sobreira* ao sobreiro; *carvalha* ou *carvalheira* ao carvalho, etc. É por isso que ao lodão chamam *lodeira* ou *lodoeira*; e d'aqui facilmente o povo mudou para *ladroeira.*

LADROEIRA—Algarve. No alto de um sêrro que ha no *Monte da Cabeça,* na freguezia de *Moncarapacho,* concelho de Olhão, do lado do mar, ha um profundo poço chamado da *Ladroeira.* Perto d'elle ha outro chamado o *Abysmo,* e tambem outros mais pequenos. Todos estão cheios d'agua no inverno.

(Vide Moncarapacho.)

LAFÕES ou **ALAFÕES**—Beira Alta, fertil, formosa, salutifera e notavel comarca (hoje chamada *de Vousella)* que se prolonga a E. da serra da Gralheira. (Vide Vousella.)

Lafões fica 20 kilometros a NO. de Viseu, e 275 ao N. de Lisboa.

É palavra arabe *(Alafoii)* derivada do nome proprio d'homem—*Alahum*—que significa *o irado.*

O mouro *Alahum* (Alafum) povoou Lafões em 1040. Era senhor de Viseu, e sendo vencido por D. Fernando, o Magno, rei de Leão, se fez christão (já então os homens mudavam de opinião, quando d'isso tiravam proveito) pelo que o rei lhe deu a terra de *Lafões,* que elle tinha povoado, e á qual poz o seu nome. Outros dizem que elle não era senhor de Viseu, mas sómente de Lafões, e que D. Fernando lhe restituiu esta comarca, logo que elle abjurou o mahometismo.

D. Diniz lhe deu foral em 1280. (Franklim não o traz.)

D. Manuel lhe deu foral novo em Lisboa, a 15 de dezembro de 1514.

Em setembro de 1169, esteve nas caldas de Lafões (Vousella) D. Affonso I, fazendo uso das aguas thermaes. Parece que se demorou aqui bastante tempo, pois de Lafões datou, n'esse anno, varios foraes, doações e outros documentos.

Uma das doações datadas d'aqui foi a larguissima que fez a D. Sancha Paes, das villas de *Golães, Godim* e *Villar,* em terra de Guimarães.

A comarca de Lafões (officialmente Voúsella) é uma das mais formosas, ricas, ferteis e saudaveis do reino. É abundantissima d'aguas, e tem vastas pastagens onde se cria, em grande quantidade, gado de varias especies, sobretudo bovino, que é optimo para trabalho, e precioso para alimento.

As suas vitellas são de um gosto deliciosissimo.

Além da grande abundancia de cereaes, azeite, hortaliças, legumes, vinho, linho, fructa, etc., produz tambem em grande quantidade manteiga, mel e cêra. Seus montes produzem muita caça.

Os habitantes de Lafões occupam-se, na sua maxima parte, na agricultura, sendo geralmente pacificos, hospitaleiros e laboriosos.

Ha muitos seculos que a terra de Lafões tem fama de serem muito formosas as suas mulheres.

Ha espalhados por toda esta terra grande numero de castellos, edificios e outros monumentos, antiquissimos que vão nas freguezias ou logares mais notaveis, onde são situados.

—

Convento de frades da Ordem de S. Bernardo, e da invocação de S. Christovão.

Este mosteiro foi fundado pelo célebre abbade *João Cirita,* na era de 1161 (1123 de Jesus Christo) por ajuda e auctoridade da rainha D. Thereza e seu filho D. Affonso Henriques.

Havia no sitio onde se fundou o mosteiro uma ermida, já então antiga, dedicada a S. Christovão, martyr.

Pelas grutas que haviam por estes sitios viviam oito anachoretas ou ermitães, fazendo vida penitente, e vindo dizer missa, os que eram clerigos, á ermida e orar todos.

João Cirita, que além d'aquelles oito tambem por aqui vivia (a mesma vida de segregação do mundo, oração e penitencia) os persuadiu a formarem communidade, adoptando a regra de Cister (S. Bernardo) que

era uma reformação da antiquissima ordem de S. Bento.

Os eremitas annuiram facilmente a isto e constituiram convento sob aquella regra.

A velha capella de S. Christovão serviu de egreja do mosteiro, emquanto se não edificou egreja mais vasta e propria de um mosteiro.

A egreja actual (que é, e foi sempre, matriz da freguezia) foi sagrada a 17 de setembro de 1138, o que consta da inscripção que está em uma lapide na capella-mór.

A rainha D. Thereza e seu filho o então infante D. Affonso Henriques, tomaram tanto empenho na fundação d'este mosteiro, que lhe doaram *toda a terra que jaz em cima do rio Vouga, até ao ribeiro do Tortêllo, para que possaes ahi fazer um moesteiro, em honra de Deos e do martyr S. Christovão, em qualquer sitio que escolherdes*, etc.

A mesma D. Thereza e seu filho coutaram a freguezia e a doaram ao convento. Tudo isto foi feito (coutamento e doação) em janeiro de 1123.

Está situado este vasto convento proximo á margem direita do Vouga, e na confluente do pequeno rio Baroso. O antigo nome d'este ultimo rio, era *Tancas;* mas os frades, em memoria do rio Barosa, que corre junto ao mosteiro de S. João de Tarouca, o primeiro d'esta ordem em Portugal, lh'o mudaram, logo que fundaram o convento, para Baroso. Vide S. Christovão de Lafões.

Ha por aqui minas de prata, estanho, chumbo, ferro e cobre.

Lafões é ducado, creado por D. João V, em 5 de novembro de 1718, sendo seu primeiro duque, D. Pedro Henrique de Bragança Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, 3.º marquez de Arronches, 7.º conde de Miranda, senhor d'Alafões e das villas de Miranda do Corvo, Jarmello, Folgosinho, Sósa, Podentes, Vouga e Oliveira do Bairro.

Era filho do infante D. Miguel, filho legitimado de D. Pedro II. Suas armas são as de Portugal e as dos Sousas, a saber:—esquartelladas, no 1.º e 4.º quartel as de Portugal e no 2.º e 3.º divididas em quarto, nos 1.ºs e 4.ºs, d'estes, outra vez as armas portuguezas, com quadernas de meias luas de prata, em campo de purpura. Corôa ducal, e por timbre um castello de ouro. Vide adiante.

Poucos territorios em Portugal possuem tantos monumentos da edade média, como a Terra de Lafões. Para evitar repetições, vão as descripções d'esses monumentos nas freguezias onde existem. Todo o mundo sabe que a lenda de Guesto Ansur e do resgate das seis donzellas, foi em Figueiredo das Donas, d'esta comarca. Vide S. Christovão de Lafões, a pag. 297 do 2.º vol., e Figueiredo das Donas, a pag. 193, 2.ª col. de 3.º volume.

—

Os duques de Lafões são Sousas, uma das tres familias mais nobres de Portugal (Braganças, Cadavaes e Lafões).

O appellido nobilissimo de Sousa, é verdadeiramente portuguez. Procede de D. Fayão Soares, fundador da villa de *Arrifafana de Sousa* (vide esta palavra) hoje Penafiel, onde estabeleceu o seu solar. Era filho de D. Soeiro Bemfeitor, que floresceu no reinado de D. Affonso II de Leão, (filho de D. Fruela I) ao qual D. Bermudo I cedeu o throno em 791.

O primeiro que se acha com o appellido *Sousa,* é D. Egas Gomes de Sousa, filho de D. Gomes Echigas e de D. Gomtrode Moniz. Foi rico-homem de D. Affonso VI de Leão e Castella. Casou com D. Chama (ou Flammula, que é o mesmo) Gontinha, filha de D. Gonçalo Trastamires da Maia, bisneto de D. Ramiro II de Leão e da formosa e legendaria moura *Zahara,* de Gaia; e teve por filho primogenito ao conde D. Mendo Viegas de Sousa, que floresceu no tempo do conde D. Henrique, que lhe deu a terra de Santa Cruz, para defender dos mouros, pois era D. Mendo um dos mais bravos guerreiros d'aquelle tempo. Casou com D. Thereza Fernandes, e foi seu primogenito o conde D. Gonçalo de Sousa, tão valoroso como seu pae, e que D. Affonso Henriques fez seu logar-tenente, a maior dignidade a que n'aquelle tempo podia chegar um vassallo.

Foi o principal promotor da acclamação de D. Affonso I, no campo d'Ourique, em 25 de julho de 1139.

As primeiras armas dos Sousas, eram as

de Aragão (em campo de ouro, quatro coticas de púrpura, em pala).

Em 1188, na batalha d'Ajarafe (Andaluzia) dada por D. Sancho I de Portugal, o dito conde D. Gonçalo de Sousa, tomou aos mouros, por suas proprias mãos, quatro bandeiras vermelhas, em que havia os crescentes de prata (emblema mauritano) pelo que o rei lhe mandou accrescentar o escudo com a quaderna de crescentes, ficando as suas armas do modo seguinte: — escudo esquartellado, no 1.° e 4.° as armas de Aragão, e no 2.° e 3.° de púrpura, quatro crescentes de prata, apontados. Não quiz outros despojos d'esta batalha, onde tanto se havia distinguido, senão as quatro bandeiras, que depositou no convento de Pombeiro.

Foi veador de D. Affonso I. Casou tres vezes, pelo que se propagou consideravelmente a sua descendencia.

Foi sua filha a célebre D. Maria Paes Ribeiro de Sousa, que, ficando herdeira da casa de seu pae, casou com D. Affonso Diniz de Portugal, filho de D. Sancho I; mudou as suas armas, que ficaram construidas do modo que já disse quando n'este artigo fallei do primeiro duque de Lafões, e são ainda as actuaes.

—

A segunda e terceira familia d'este appellido, procederam de outra alliança com a casa real, pelos casamentos de duas netas de D. Mem Garcia de Sousa, com dois filhos bastardos de D. Affonso III, a saber: a primeira, foi D. Maria Pires Ribeiro de Sousa, com D. Affonso Diniz; e a segunda, foi D Ignez Lourenço Soares de Valladares (filha de D. Maria Mendes de Sousa) com D. Martim Affonso Chichorro.

As armas d'estas duas familias, são: — as quinas reaes, no 1.° e 4.°, mas sem a orla dos castellos; no 2.° e 3.°, de prata, leão de púrpura; timbre, o leão das armas. Este é o brazão dos marquezes de Minas, condes do Redondo (Sousas Coutinhos) e outros que d'elles procedem.

Ha terceiro casamento, que foi o de D. Gonçalo Garcia de Sousa, alferes-mór do reino, com D. Leonor Affonso de Portugal, filha bastarda do mesmo rei D. Affonso III. Suas armas, são: — escudo esquartellado, no 1.° e 4.°, as armas do reino, com um filete negro, em contrabanda, que não tapa a orla e passa por baixo do escudinho do centro; no 2.° e 3.°, em campo de púrpura, quatro crescentes de prata, apontados. Timbre, um dos castellos do escudo, lavrado de preto.

D'estas armas usavam os duques d'Aveiro, condes de Villa Nova (de Portimão) e outras familias nobilissimas do reino.

Outros que procedem da terceira alliança que fez D. Martinho Affonso Chichorro, trazem as mesmas armas; mas o timbre é um leão de prata, tendo sobre a cabeça uma grinalda de verde, com flores de prata.

Os condes de S. Thiago de Beduido (Sousas e Silvas) trazem por armas: — escudo esquartellado, no 1.° e 4.° as armas dos Sousas; no 2.° e 3.°, as dos Silvas, e por timbre, um leão d'ouro.

—

Da familia d'este appellido, foi D. Marianna de Sousa, que casou com o principe Carlos José de Ligne, do sacro imperio romano, senescal d'Arnaut, que foi feito em Portugal, conde de Miranda (do Corvo) e depois, marquez d'Arronches. Foi sua filha, D. Luiza Casimira de Nassau e Sousa, que casou com D. Miguel, filho bastardo de D. Pedro II.

As armas d'este ramo dos Sousas, foram, em 4 de janeiro de 1716, construidas do modo seguinte: — escudo em pala, na 1.ª as armas de Portugal, e na 2.ª as dos Sousas; mas depois foram reformadas, e são as actuaes dos duques de Lafões.

—

Não é preciso dizer que as armas dos Sousas têem soffrido varias modificações, occasionadas pelas allianças de pessoas d'esta familia com as de outros ramos; accrescentando-lhes diversos brazões.

—

O mais célebre duque de Bragança, foi o illustradissimo D. João de Bragança. Vide Grillo.

LAGARELHOS — freguezia, Traz-os-Montes, comarca e concelho de Vinhaes, 455 ki-

lometros ao N. de Lisboa, 36 fogos em 1757.

Orago S. Pedro, apostolo.

Bispado e districto administrativo de Bragança.

O reitor de Paçô apresentava o cura, que tinha 6$500 réis de congrua e o pé d'altar.

Esta freguezia está actualmente annexa á de *Villar d'Ossos.*

LAGARES — freguezia, Douro, comarca e concelho de Felgueiras, 30 kilometros a E. de Braga, 360 ao N. de Lisboa, 160 fogos.

Em 1757 tinha 132 fogos.

Orago S. Verissimo.

Arcebispado de Braga, districto administrativo do Porto.

O ordinario apresentava o reitor, collado. Tinha 150$000 réis de rendimento annual.

LAGARES — freguezia, Douro, comarca e concelho de Penafiel, 25 kilometros ao ENE. do Porto, 330 ao N. de Lisboa, 270 fogos.

Em 1757 tinha 175 fogos.

Orago S. Martinho, bispo.

Bispado e districto administrativo do Porto.

O real padroado e o bispo apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 150$000 réis annuaes.

Situada na encosta de uma serra, a 6 kilometros da foz do Tamega. Fertil.

Ha n'esta freguezia, aguas mineraes (ferruginosas) que se applicam, com feliz successo, para varias doenças do estomago. São ainda mais efficazes, para certas molestias, do que as de *Entre-os-Rios*, porque, apesar de serem da mesma qualidade, contéem mais principios sulphurosos e ferruginosos; comtudo, as de mais fama, e de maior extracção actualmente, são as de Entre-os-Rios. Vide esta palavra e Eja.

LAGARES — villa, Douro, comarca da Tábоa, concelho de Oliveira do Hospital, 60 kilometros ao NE. de Coimbra, 240 ao N. de Lisboa, 300 fogos, 1:200 almas.

Em 1757 tinha 100 fogos.

Orago Nossa Senhora da Conceição.

Bispado e districto administrativo de Coimbra.

D. Manuel lhe deu foral em Lisboa, a 15 de maio de 1514. *(Livro dos Foraes novos da Beira*, fl. 90 v., col. 2.ª Vejam-se as *Inquirições* para este foral, no masso unico das inquirições, armario 17. n.º 17.)

A Universidade de Coimbra apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis.

É uma como peninsula, dividida das freguezias do Seixo e do Ervedal pelo rio Céa, que corre de N. a Oeste; e das freguezias da Lageosa, e de Travanca de Lagos, pelo rio Cobral, que corre de Este pelo S. a O. onde faz juncção com o Céa, tendo banhado muitas e optimas tapadas d'esta freguezia.

É uma das terras mais importantes da Beira pela sua extensão de fertil solo, que banhado pelos dois rios acima mencionados e pelas duas ribeiras dos Linhares, e das Foucinhas, produz grande abundancia de milho, feijão e batatas, para consumo e exportação, e mais cereaes. Tem bastante azeite para consumo, e ainda para exportação, muito maior abundancia de bom e precioso vinho, e tem extensas mattas de pinheiros, carvalhos e outras arvores.

Se porém esta villa e freguezia é fertil em fructos da terra, não o é menos em homens notaveis. Além de um desembargador e um doutor de capello, que conheci, ainda hoje conta dois lentes de direito na Universidade de Coimbra, um doutor em theologia, parocho em Lisboa, seis bachareis em direito, alguns já em delegacias, e um no terceiro anno de medicina; e seis parochos collados em differentes egrejas.

Esta povoação, que hoje se acha bem calçada, tem alguns edificios muito bons e outros sufficientes, merecendo especial menção a nova egreja, que é grande, e espaçosa, cuja torre e altares lateraes são primores de arte: e a fonte proximo á egreja, cuja construcção e architectura é a melhor d'estes sitios.

Esta freguezia tem passado por differentes phases. Consta por tradição que era priorado até D. Diniz, que para a erecção e dotação da Universidade a reduziu a curato amovivel, (como fez a outras muitas); e ha d'isto não poucos indicios, e até uma pedra que estava na capella mór da egreja velha parece demonstral-o.

Entretanto nos livros de visitas pastoraes que não tem principio nem fim, offerece a

primeira visita em 1603, sendo esta freguezia parochiada por um cura, e só em 1715 começam a apparecer vigarios collados apresentados pela Universidade, que d'aqui recebia dizimos e fóros.

O ex.^mo sr. bispo-conde, D. Manuel Corrêa de Bastos Pina, em visita que fez a esta freguezia em maio ultimo, em attenção á grandeza, riqueza e importancia da freguezia concedeu o titulo de prior ao actual e seus successores, por diploma datado de 7 de junho de 1874. É actual parocho o rev.º sr. Antonio Affonso Borges Garcia.

LAGARINHOS—freguezia, Beira Baixa, comarca e concelho de Gouveia, 75 kilometros de Coimbra, 285 ao NE. de Lisboa, 180 fogos.

Em 1757 tinha 70 fogos.

Orago Santa Eufemia.

Bispado de Coimbra, districto administrativo da Guarda.

O prior de Villa Nova do Casal apresentava annualmente o cura, que tinha 30$000 réis.

É terra de clima excessivo e pouco fertil. Cria muito gado e tem muita caça.

LAGARTEIRA—aldeia, Minho, freguezia de Gontinhães, concelho e 6 kilometros ao S. de Caminha, comarca e 12 kilometros ao N. de Vianna, 50 fogos.

Situada em planicie á beira-mar, formando na maxima parte os dois lados da estrada real de primeira classe, que de Lisboa vae a Coimbra, Porto, Vianna e povoações do Norte, feita em 1857.

Esta bella povoação, que ainda em 1860 contava apenas quatro moradas de casas velhas e insignificantes, tem augmentado e prosperado de um modo espantoso, tendo actualmente muitas e bellas moradas de casas para os *banhistas*. (Só em 1864 se edificaram 16!)

Quasi toda a *população permanente* da Lagarteira vive da pesca e das enormes rendas das suas casas no tempo dos banhos. Ha casas que produzem de renda 2:400 réis diarios.

Tem uma boa hospedaria n'um bonito edificio, mas só está aberta no tempo dos banhos.

A *população fluctuante*, isto é, a que aqui reside desde julho até novembro, já póde calcular-se em milhares. E muito mais concorrida seria esta bella praia, se os habitantes da Lagarteira se compenetrassem melhor do que eram os seus verdadeiros e mais duradouros interesses, moderando-se mais nas rendas das casas, na venda dos generos alimenticios, etc., o que tem affastado d'aqui muitas familias, e faz com que as que para aqui vem mandem buscar as coisas a Vianna ou a Caminha.

Mesmo apezar d'isto, já para aqui vem gente aos banhos, de muitas leguas, pelo aprasivel do sitio.

Esta povoação está na margem direita do rio *Ancora* (o *Vicus Spacorum* dos romanos) que divide Gontinhães da freguezia de Ancora, á qual antigamente pertencia, mesmo na sua foz, por isso quasi toda a gente lhe chama os *banhos d'Ancora*.

Ha na Lagarteira um pequeno porto (que só dá ingresso a barcos de pesca) todo cercado de rochedos e muito perigoso; a ponto de quasi todos os annos aqui haverem sinistros.

Em 1864 se construiu a uns 200 metros do tal porto (a que chamam o *Portinho)* por conta das obras publicas um quebra-mar tão pouco elevado, e tão mal seguro, que o mar o cobre e escangalha sem serem precisos grandes temporaes.

Apenas o architecto o deu por concluido, o mar saltou por cima d'elle e o desmantelou. Já foi concertado umas poucas de vezes.

Se o fizessem segundo as regras da arte, seria uma boa obra, que evitaria muitas desgraças; no estado actual de pouco serve.

Entre este *quebra mar* (ou *quebra-o o mar*) e o *portinho* está um fortim mandado edificar por D. Pedro II, ahi por 1690, por causa dos piratas africanos, que infestavam então estas costas. Está em muito bom estado, porque foi concertado em 1864. Tem uma guarnição de 3 veteranos.

A uns 250 ou 300 metros a NE. d'este fortim, no declive de uma serra (do nome da povoação), existem vestigios de antigas fortificações, e no alto da serra (ramo da de

Arga) estão as ruinas de uma antiquissima *atalaya*, onde em tempos mais modernos, e durante a guerra da restauração (1640 a 1668) se accendia um facho, para annunciar a aproximação do inimigo. Por esta razão, tambem a esta serra se dá o nome de *Serra do Facho*.

A uns 300 metros a E. d'esta povoação, está um bem conservado *dolmen*. Vide esta palavra e Gondinhães.

O terreno d'esta aldeia, é fertilissimo, e a sua situação tão deleitosa como o é todo o espaço que medeia entre Vianna e Caminha. Ha tambem aqui abundancia de peixe (ás vezes, quando o mar se quer deixar explorar), mas no tempo dos banhos custa o tresdobro, e mais, do preço regular.

A costa por estes sitios, desde Vianna até Caminha, é formada, em quasi toda a parte, de rochedos e penedias de pouca elevação, mas perigosissimos para os navegantes; porque muitos d'estes rochedos não se vêem—pelo que têem aqui acontecido muitos naufragios. Vide Ancora.

LAGARTEIRA—freguezia, Extremadura, comarca do Pombal, concelho d'Ancião, 30 kilometros ao S. de Coimbra, 180 ao N. de Lisboa, 180 fogos.

Em 1757 tinha 42 fogos.

Orago S. Domingos.

Bispado de Coimbra, districto administrativo de Leiria.

O prior de S. Miguel de Penella, apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis.

LAGE ou **LAGEM**—freguezia, Minho, comarca e concelho de Villa Verde, 6 kilometros ao NO. de Braga, 54 ao N. do Porto, 365 ao N. de Lisboa, 360 fogos.

Em 1757 tinha 210 fogos.

Orago S. Julião.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

Foi antigamente do concelho do Prado, comarca de Braga.

A mitra apresentava o abbade, que tinha 700$000 réis annuaes. Vide Lagenas.

LAGE ou **LAGEM**—villa extincta, na freguezia de Santa Leocadia de Bayão. Foi *honra*. Vide Bayão.

LAGÊNAS—antiquissima villa, Minho, que existia no territorio bracharense. Ficava na falda do monte de Santo Adrião e junto ao rio *Sanguinhedo* (ou *São Gonhêdo*).

Tinha aqui um casal, *Sendonio Nunes* e sua mulher, *Tóda Oveques*, que o doaram a D. Pedro, bispo de Braga, no anno de 1078. (Note-se que a palavra *villa*, aqui significa *casa de campo*.)

LAGÊNAS—villa, Minho, tambem no territorio bracharense. Por uma escriptura, do anno 1133, se vê que esta *casa de campo* existia nas faldas do monte *Cottêllo*, junto ao rio Cávado. Tinha aqui algumas herdades o arcebispo D. Payo, e as doou á Sé de Braga.

Supponho que estas duas Lagênas eram uma e a mesma cousa, designadas por *confrontações* diversas, e que foram a origem da actual freguezia da *Lage*, na comarca e concelho de Villa Verde.

LAGEOSA—freguezia, Beira Baixa, comarca e concelho de Celorico da Beira, 12 kilometros da Guarda, 285 a E. de Lisboa, 136 fogos.

Em 1757 tinha 107 fogos.

Orago S. Martinho, bispo.

Bispado e districto administrativo da Guarda.

Os priores de Santa Maria e S. Martinho, de Celorico da Beira, apresentavam alternativamente o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar.

LAGEOSA—freguezia, Beira Alta, comarca da Tábua, concelho de Oliveira do Hospital, 40 kilometros ao NE. de Coimbra, 240 ao N. de Lisboa, 150 fogos.

Em 1757 tinha 77 fogos.

Orago Nossa Senhora da Expectação.

Bispado e districto administrativo de Coimbra.

O prior de Lagos, da Beira, apresentava o cura, que tinha 7$000 réis de congrua e o pé d'altar.

LAGEOSA—freguezia, Beira Baixa, comarca e concelho do Sabugal, 120 kilometros a SE. de Lamego, 315 ao E. de Lisboa, 160 fogos.

Em 1757 tinha 48 fogos.

Orago Nossa Senhora das Neves.

Bispado de Pinhel, districto administrativo da Guarda.

O vigario da Nave, do Sabugal, apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar.

LAGEOSA—freguezia, Beira Alta, comarca e concelho de Tondella, 12 kilometros de Viseu, 270 ao N. de Lisboa, 390 fogos.

Em 1757 tinha 203 fogos.

Orago S. Miguel, archanjo.

Bispado e districto administrativo de Viseu.

Os herdeiros de Gonçalo Thomaz da Silva Macedo e Carvalho, da villa d'Alemquer, apresentavam o abbade, que tinha 1:200$000 réis.

É terra abundante de todos os generos de agricultura. Gado e caça.

No areal do rio Dão, que aqui passa, se encontram aguas sulphureas, tepidas, que dizem ser utilissimas para a cura da frouxidão dos nervos, tomadas em banhos.

LAGES—freguezia, Beira Baixa, comarca de Gouveia, concelho de Céa, 70 kilometros a NE. de Coimbra, 275 ao E. de Lisboa, 90 fogos.

Em 1757 tinha 49 fogos.

Orago S. Domingos.

Bispado de Coimbra, districto administrativo da Guarda.

O cabido da Sé de Coimbra, apresentava annualmente o cura, que tinha 24$000 réis de rendimento.

LAGINOSO—monte do Minho, proximo e ao NE. de Braga. Vide *Lanhoso*.

LAGO—freguezia, Minho, comarca de Pico de Regalados até 1855, e depois comarca e 9 kilometros ao E. de Villa Verde, concelho e 4 kilometros a O. d'Amares, 7 ao NO. de Braga, 365 ao N. de Lisboa, 180 fogos.

Em 1757 tinha 55 fogos.

Orago S. Martinho, bispo.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

Foi antigamente do couto de Rendufe, concelho e visita d'Entre Homem e Cávado, comarca de Vianna.

Proximo a esta freguezia é a extensa e elegante ponte do *Bico*, na freguezia d'este nome. Vide *Bico*.

O abbade benedictino do mosteiro de Rendufe apresentava o vigario, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar.

É terra bonita e muito fertil. Passam aqui os rios Cávado e Homem; para a passagem do Cávado havia uma barca. Pesca-se aqui muito e bom peixe, principalmente salmões, que têem fama de ser os melhores do reino. A sua pesca principia quando termina a do rio Minho.

Ha tambem aqui muitas lebres e mais caça miuda.

N'esta freguezia é a casa do *Lago*, solar d'este appellido, que floresce em Portugal desde o reinado de D. Affonso II, do qual era rico-homem Gomes Gonçalves do Lago. Suas armas são:—em campo de púrpura, torre de prata, com portas e frestas negras, lavrada de negro, sobre um lago de ondas azues e prata, em contrachefe, com tres peixes nascentes, e sobre a torre meia donzella de frente, vestida d'azul, perfilada d'ouro, cabellos soltos do mesmo, e em chefe, tres flores de liz de ouro, em faxa. Elmo d'aço, aberto, e por timbre a meia donzella das armas, com uma das flores de liz na mão direita.

Os *Pereiras do Lago*, usam escudo dividido em pala, na 1.ª as armas dos Pereiras e na 2.ª as dos Lagos.

Outros Lagos usam:—em campo de púrpura cinco flores de liz, de ouro, em aspa. Elmo d'aço, aberto, e por timbre, uma aspa de púrpura com uma flor de liz de ouro em cada uma das pontas superiores e outra no centro da aspa.

Estes ultimos vieram de Hespanha, no reinado de D. Diniz.

—

A egreja matriz é boa e moderna e tem um vasto e bonito adro.

Ha na freguezia tres capellas—Santa Martha, antiga—O Senhor da Saude, aceiada e moderna—e da Careira, particular.

Está a freguezia situada em planicie, no angulo formado pela confluencia dos rios Homem e Cávado. É no seu vertice a extensa ponte moderna do Bico (pag. 398 do 1.º volume). O Cávado corre ao S. e o Ho-

mem ao N. da freguezia, indo juntar-se no Bico.

Fabrica-se aqui muito boa telha.

Pelo centro da freguezia passa a nova estrada districtal, de Barcellos a Montalegre, cuja conclusão, no territorio do Lago, se effectuou no principio de 1874.

No logar de Paços houve uma torre, que era dos Queirozes, d'Amarante, que actualmente residem em Barcellos.

LAGOA ou **ALAGOA** — freguezia, Minho, comarca e concelho de Villa Nova de Famalicão, 18 kilometros ao O. de Braga, 345 ao N. de Lisboa, 95 fogos.

Em 1757 tinha 17 fogos.

Orago o Salvador.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

É terra fertil.

O papa e o arcebispo, apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 40$000 réis de rendimento.

LAGOA ou **ALAGOA**—freguezia, Traz-os-Montes, comarca de Chacim, concelho de Izéda, até 1855, e desde então comarca e concelho de Macedo de Cavalleiros, 40 kilometros de Miranda, 465 ao N. de Lisboa, 130 fogos.

Em 1757 tinha 120 fogos.

Orago S. Martinho, bispo.

Bispado e districto administrativo de Bragança.

O reitor de Santo André, de Moraes, apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar.

LAGOA ou **ALAGOA**—freguezia, Alemtejo, comarca, concelho e 12 kilometros de Portalegre, 190 ao SE de Lisboa, 80 fogos.

Em 1757 tinha 102 fogos.

Orago S. Miguel, archanjo.

Bispado e districto administrativo de Portalegre.

É terra fertil.

A mitra apresentava o cura, que tinha 140 alqueires de trigo, além das *miuças*.

Cria muito gado de toda a qualidade.

LAGOA ou **ALAGOA** — villa, cabeça de concelho, Algarve, comarca de Silves, 40 kilometros de Faro, 210 ao S. de Lisboa, 1:450 fogos, 5:800 almas, no concelho 2:500 fogos.

Em 1757 tinha na villa e freguezia 768 fogos.

Orago Nossa Senhora da Luz.

Bispado e districto administrativo de Faro.

O papa e o bispo, apresentavam alternativamente o prior, que tinha 132 alqueires de trigo, 55 almudes de mosto e 2$000 réis em dinheiro, annualmente.

O concelho da Lagoa foi separado do de Silves (ou desmembrado) por D. João V, em alvará de 16 de janeiro de 1713, dando-lhe juiz de fóra, e por termo a mesma freguezia e as de Estombar e Ferragudo. Em 1834 uniu-se-lhe tambem a de Porches.

Era da casa das rainhas.

N'esse mesmo alvará, D. João V. a elevou á cathegoria de villa.

Situada em uma planicie, sobre a estrada de Faro para Portimão.

Tem bôas ruas e bonitas casas, quasi todas feitas ou reedificadas depois do terramoto do primeiro de novembro de 1755, que arruinou a maior parte das que então havia, ficando apenas 100 em pé.

Este horrifico terramoto destruiu tambem o convento dos frades carmelitas calçados, que foi todo a terra.

A antiga e magestosa egreja matriz ficou muito arruinada, mas foi reparada. É bonita e de 3 naves.

Morreram esmagadas, no dia do terramoto, 24 pessoas.

O parocho tinha o dizimo das miúças que andava por 500$000 réis.

Ha aqui um recolhimento de educandas, de pouco rendimento, fundado pelo padre Antonio Pacheco Quaresma.

Tem Misericordia, pobre.

O territorio d'esta villa, formoso e fertil, é um continuado bosque de oliveiras, amendoeiras, alfarrobeiras e figueiras, com extensas varzeas, que dão muitos cereaes e vinho; pelo que se chama com razão, o coração do Algarve, pois é a mais fertil d'estes sitios.

Ha tambem por aqui muito sumagre, 3 lagares d'azeite e olarias, de bôa louça ordinaria.

Era antigamente terra muito doentia, mas

a abertura de uma valla, que enxugou um extenso pantano, tornou a freguezia mais saudavel.

Julga-se que á este pantano, ou *lagoa* (d'aguas estagnadas) deve a villa o seu nome, o que é provavel.

A sua visinhança do porto de Ferragudo e rio de Portimão lhe fornece muito peixe.

Exporta em grande quantidade figo, amendoa e outros generos, pelo porto da *Mexilhoeira Grande.*

É povoação muito antiga; mas ignora-se quando e por quem foi fundada. Alguns situam aqui a cidade de Lacobriga, dizem que aqui houve um bispo chamado *Hisicio* ou *Esiquio,* que foi discipulo do apostolo S. Thiago, o que é fabula conhecida. (Vide Lagos.)

Tinha este concelho, em 1839, 8 freguezias que eram: Estombar, Ferragudo, Porches, Albufeira, Paderne, Alfontes da Guia, Boliqueime e a da villa. Hoje tem só quatro, que são: — Estombar, Ferragudo, Lagoa e Porches.

LAGOA DOS BRAÇOS — Marnel, Douro, no extincto concelho de Maiorca (hoje Figueira.) Ha nos campos de Maiorca duas vastas lagôas (esta e a da Villa) formadas pelas enchentes do Mondego, que cobrem grande parte d'estes campos.

Quando a maior parte das aguas, o abandonam, se semeia arrôz, que se dá aqui perfeitamente. É o primeiro territorio do districto administrativo de Coimbra onde consta se tenha cultivado arrôz.

Esta lagôa está situada no logar do *Camarção* (e porisso tambem se lhe dá o nome de *Lagôa do Camarção.)* D'ella sae uma corrente d'agua, que engrossada com outras das freguezias das Alhadas e Ferreira, forma o rio *Esteiro,* que morre na direita do Mondego, junto a S. Fins. É navegavel até á quinta da *Fôja,* e por elle se transportam as madeiras do pinhal do estado. Vide *Lagôa da Villa.*

LAGOA DE MIRA — Vide *Arão.*

LAGOA D'OBIDOS—Extremadura, comarca das Cáldas da Rainha, concelho d'Obidos donde dista 6 kilometros ao O., 70 ao NO. de Lisboa.

É a maior e a mais importante e productiva lagôa de Portugal, pois fornece de peixe e caça varias terras circumferentes; principalmente quando communica com o mar.

Os seus linguados, douradas, tainhas e safios, são saborosissimos, e tambem produz excellente marisco.

Em setembro, *arribam* aqui uma immensidade espantosa de *adens galeirões* e outras aves, cuja carne é muito estimada.

De setembro até janeiro, fazem-se muitas caçadas em *bateiras,* matando-se ás vezes, de uma só caçada, 300 a 400 d'estas aves.

Foi antigamente muito frequentada pelas pessoas reaes.

D. João IV, D. João V, e D. José I e outros membros de familia real, aqui faziam brilhantes caçadas e pescarias.

Tem 9 kilometros de comprido e 5 de largo (excepto nos dois braços em forma de cruz—o do *Bom-Successo* e o da *Barrosa,* que teem mais de 3 kilometros.)

Está quasi cercada de montes.

Desembocam n'ella varios rios, sendo o principal o *Arnoia,* que passa junto á villa e atravessa a extensa veiga chamada a *Varzea da Rainha.*

Costuma dizer-se que *esta lagôa, dá pão, carne e peixe*; porque todos os annos se extrahem d'ella milhares de carradas de *limo,* que é optimo adubo para as terras; e carne e peixe, em razão da immensidede de aves e peixe que aqui se mata.

LAGOA DA VILLA — Marnel, Douro, no logar do Bom-Successo, extincto concelho de Maiorca (hoje Figueira.)

Tem 1:500 metros de comprido e 700 de largo. Conserva a agua estagnada; mas, nas grandes cheias, rebenta para o mar. É abundante de caça do ar (de arribação) e peixe miudo, espicialmente em grandes e saborosas eróses.

Tambem lhe dão o nome de lagôa do Bom Successo. É nos campos de Maiorca. Vide *Lagôa dos Braços.*

LAGOAÇA — freguezia, Traz os Montes, comarca de Mogadouro, concelho de Freixo d'Espada á Cinta, 180 kilometros a NE. de Braga, 400 ao N. de Lisboa, 330 fogos.

Em 1757 tinha 124 fogos.

Orago Santo Antão.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Bragança.

É povoação muito antiga e denominava-se antigamente *Lagoança*. D. Diniz lhe deu foral, em Lisboa, a 26 d'abril de 1286.

(Liv. 1.º das Doações de D. Diniz, fl. 166 col. 1.ª)

N'este foral se lhe dá o nome de *Lagoança*.

Ha aqui aguas sulphureas frias no sitio por isso chamado *Fonte Santa*, que são applicadas, ás vezes com bom exito, em varios padecimentos, principalmente nas molestias cutaneas e ulceras ou qualquer ferida.

A fonte Santa é proxima á ribeira de Val de Marinha, e na sua margem esquerda, em sitio ameno. Junto á fonte estão as ruinas de umas casinholas, que foram habitação provisoria das pessoas que vinham fazer uso d'estes banhos.

Tem visconde novo.

O real padroado apresentava o cura, que tinha 30$000 réis annuaes.

Perto e á direita da Fonte Santa ha umas serranias, e, segundo Almeida (*Diccionario Geographico Abreviado*) as pedras que alli se encontram, tem a côr e som do ouro, e crê o povo que é effectivamente *ouro encantado*.

Nas faldas e ao abrigo d'aquellas ingremes montanhas, quasi junto á mencionada ribeira, está um *cerrado*, com paredes d'altura descommunal e que denotam muita antiguidade. Chamam por aqui a este serrado, *Casal dos Mouros*, e é tradicção que Valle de Marinha foi povoação d'elles.

LAGOA SECCA — ribeiro, Douro, freguezia da Cadíma, concelho de Cantanhede. Morre no Fervença.

LAGOINHA ou **LEGOINHA** — antiga freguezia, de Traz-os-Montes (Não vem no *Portugal Sacro*, nem em outro qualquer Diccionario geographico.)

Foi supprimida ha muitos annos e está unida á freguezia de Villar-Chão, no concelho d'Alfandega da Fé.

LAGOMAR ou **LAGO MÁO** — freguezia, Traz-os-Montes, comarca e concelho de Bragança, 60 kilometros de Miranda, 480 ao N. de Lisboa, 30 fogos, em 1757.

Orago S. Thiago, apostolo.

O reitor de Conlellas, apresentava o cura, que tinha 9$500 réis de congrua e o pé d'altar.

Esta freguezia, a de Fontes Barrosas e Sabariz (todas muito pequenas) estão, ha muitos annos annexas á de S. Pedro de Conlellas.

Esta freguezia é muito antiga, e foi d'alguma importancia, pois que D. Affonso III lhe deu foral, em Santarem, a 27 de março de 1257. No foral se lhe dá o nome de *Lago Máo.*

LAGOMEL ou **LOGUMIL** ou **LONGOMEL** e **MARGEM** ou **MARGENS** — villa Alemtejo, comarca de Niza, concelho de Gavião, 190 kilometros ao E. de Lisboa, 170 fogos.

Em 1757 tinha 72 fogos.

Orago Nosso Senhora da Graça.

Bispado e districto administrativo de Portalegre.

Situada em planicie fertil.

D. Manuel lhe deu foral em Lisboa, no primeiro de julho de 1518. N'este foral se dá á villa o nome de *Logumil*. Serve tambem para Margens, a que o foral chama a *Almargem.*

A mitra apresentava o vigario da Margem que tinha 90 alqueires de trigo, 30 almudes de vinho e 14$000 réis em dinheiro.

Lagomel era freguezia mais antiga do que Margem, e tanto que no seu foral se trata d'esta como dependente d'aquella; todavia, em nenhum diccionario geographico vem Lagomel; não pude saber a razão d'isto.

Hoje estas duas freguezias estão unidas, formando só uma.

LAGOS — cidade, Algarve, cabeça de comarca e de concelho, bispado e districto administrativo de Faro, d'onde dista 45 kilometros, 260 ao S. de Lisboa, 1:700 fogos, 6:800 almas, em duas freguezias (Santa Maria Maior e S. Sebastião.)

Concelho 5:400 fogos, comarca 9:020.

Feira a 12 de outubro, 3 dias. Antigamente tinha outra a 21 de setembro.

O papa e o bispo apresentavam alternativamente o reitor de Santa Maria Maior (Nossa Senhora da Assumpção) que tinha 200$000 réis.

O *Portugal Sacro* não traz a freguezia de S. Sebastião, que foi creada depois da publicação d'aquelle diccionario.

Situada em uma bahia, em terreno fertilissimo, com um bom porto, defendido por duas fortalezas.

Latitude N. 37°6', longitude occidental 14'.

O padre Carvalho, Rodrigo Mendes da Silva e outros, dizem que a fundára Brigo, 4.º rei de Hespanha, 1899 annos antes de Jesus Christo, e que, tendo cahido em ruinas, foi reedificada e tornada a povoar por o capitão carthaginez *Boodes*, 350 annos antes de Jesus Christo.

O seu primeiro nome foi *Lacobriga*.

Este *Boodes* era amigo dos *cuneos* (lusitanos do Algarve) e foi por consentimento d'elles que reedificou *Lacobriga*.

Não ha provas de tão remota antiguidade, que parece alguma cousa fabulosa. O seu mesmo nome tem dado motivo a disputas; porque, os que são da opinião de Carvalho dizem que significa *Lago de Brigo*, os menos crendeiros em sonhadas antiguidades, lhe dão por fundadores os gallos-celtas, uns 400 e tantos annos antes de Jesus Christo, e dizem que o seu nome significa *cidade* ou *povoação do lago*, por causa de um grande lago que havia aqui proximo. Parece-me isto mais verosimil.

Os romanos lhe conservaram o nome, alatinisando-o apenas (*Lacobrica*) e os arabes lhe chamaram *Zawaia*.

O que é certissimo é que *Lacobriga* foi uma grande, forte e florescente cidade dos antigos, pela sua industria, agricultura e commercio, e sobre tudo pelas suas grandes pescarias.

No anno 76 de Jesus Christo lhe pôz apertado cêrco o consul romano Quinto Cecilio Metelo, com um numeroso exercito; porém, sendo a cidade soccorrida por Sertorio, foram aqui os romanos desbaratados e postos em fuga.

—

Porém a antiga Lacobriga não estava fundada no mesmo sitio onde hoje vemos Lagos; mas ao S. do sêrro chamado *Figueiral da Misericordia*, ao E. do *Adualho*, ao N. das *Portellas* e ao O. do *Paúl*, em cujo ambito se tem encontrado muitos alicerces de edificios e grande porção de tijolos (dos quaes parece que tinham sido construidas as melhores casas.)

Consta que foi o tal *Boodes* que a mudou para o actual sitio, mais á beira-mar e a 1:500 metros da primittiva.

Tinha então esta cidade uma grande feira, concorrida por gente de varias nações, que a tornou célebre e riquissima.

Pelas continuas e encarniçadas guerras da edade media, *Lacobriga* foi por muitas vezes cercada, tomada, saqueada, destruida e reedificada, até que, em 716, cahiu em poder dos arabes, que a conservaram por mais de 470 annos.

D. Sancho I lh'a reconquistou, em 1190, dando a sua egreja ao bispo de Silves, que a cedeu ao convento de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, em março do mesmo anno.

Tomada outra vez pelos arabes, lh'a tornou a tirar D. Affonso de Castella.

Parece que então estava em grande estado de destruição e abandono, pois que o rei castelhano a doou *como aldeia*, a D. Fr. Roberto, bispo de Silves, por carta passada em Sevilha, a 28 de agosto de 1253.

> N'esta carta de doação, além do rei e da rainha (D. Violante) assignaram 71 bispos, magnates e grandes do reino, e entre elles os seguintes: — *Don Aboabdille-Aben-Naçor, rei de Granada, vassallo de el-rei — Don Mahomat-Aben-Aomat-Aben-Hut, rei de Murcia, vassallo de el-rei—Don Aben-Ahfot, rei de Niebla, vassallo de el-rei — Don fray Roberth, bispo de Silves—Don Pelay Perez, maestro da la Orden de S. Thiago—Alvar Garcia de Fromesta, la escreveu el anno 2.º que el-rei D. Affonso regno.*

Sendo Lagos já villa, D. Pedro I a desmembrou de Silves, e depois, em carta de 5 de janeiro de 1361, lhe foi concedido ter jurisdicção independente. (*Livro 1.º de D. Pedro I*, fl. 64, na Torre do Tombo.

—

Tinham os habitantes de Lagos muitos e

grandes privilegios, sendo um d'elles trazerem armas defezas, por todo o reino; isto por carta regia de 15 de agosto de 1360.

Em 27 de junho de 1430, D. João I os isentou de velarem, rondarem e servirem por corpos, no exercito.

D. João II lhe fez mercê, em 30 de março de 1477, de não serem vendidos por dividas os seus bens de raiz, mas pagarem pelos rendimentos.

Em 1507, ordenou D. Manuel, que, sendo escudeiros de Lagos presos por crimes, fossem tratados como cavalleiros, e não podessem ser açoitados, nem degredados com baraço e pregão.

Por carta de 5 de março, foi doada a Gregorio Tremado. Depois, foi senhor de Lagos o infante D. Henrique. Por sua morte, foi doada a villa, com seu castello, ao infante D. Fernando, irmão de D. Affonso V, hor carta regia de 4 de agosto de 1464; e d'este passou ao duque D. Diogo. Este a deu a sua irman, a princeza D. Leonor, em dote de casamento, com o principe D. João, depois rei, 2.º do nome; cuja escriptura foi feita a 16 de setembro de 1473, ficando desde então unida á corôa.

D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 20 de agosto de 1504. (Foi dos primeiros foraes que este rei concedeu.) Tem ainda uma sentença de foral dada por D. João III, a 14 de janeiro de 1556. Este mesmo rei tinha honrado Lagos com o titulo de *notavel*, por alvará de 25 de agosto de 1535.

D. Sebastião a elevou á cathegoria de cidade, em 1573, quando na sua bahia juntou a armada com que foi para a Africa.

Outros dizem que já era cidade, feita por D. João III, em 1540, e que D. Sebastião só mandou para aqui mudar a séde do bispado de Silves, em 1577, e fez Lagos capital do Algarve, em cuja cathegoria se conservou até ao fatal cataclismo de 1755; ficando desde então Faro a ser a capital da provincia.

Tinha voto em côrtes, com assento no banco 3.º

O seu brazão d'armas compõe-se de um escudo coroado, e n'elle uma fortaleza com 3 torres, banhada pelo mar, e tendo de cada lado do castello uma lança ao alto.

Estas armas estavam esculpidas na cantaría da porta da capella de Nossa Senhora da Graça, que parecé ter sido a primeira egreja parochial da freguezia de Santa Maria.

Tinha Lagos, antes dos Philippes, mais de 4:000 fogos; mas no tempo de D. João IV, já não chegavam a 1:000!

—

D'aqui sahiu Gil Eannes, em uma pequena barca, e descobriu o cabo de *Não*, em 1433 ou 1434.

O seu porto foi sempre muito frequentado de navios, nacionaes e estrangeiros, por causa da sua espaçosa bahia.

Nos seculos XV e XVI, se vieram aqui estabelecer varios nobres sicilianos, naturaes de Messina, e outros italianos, de Milão, e tambem genovezes; os quaes fundaram, em 1553, a egreja de Nossa Senhora do Porto Salvo, no *Rocio da Trindade*. Fizeram *compromisso*, nomearam capellão, para lhes dizer missa nas quartas feiras, sabbados e domingos, e lhes administrar os Sacramentos: isto por breve pontificio. A egreja concluiu-se em 1564, e durante as obras, se serviram da egreja de S. Braz.

Cederam depois esta egreja aos frades trinos, para fundarem convento, por escriptura lavrada nas notas do tabellião Affonso Alves Camacho, a 27 de julho de 1600, sendo presentes, o governador do Algarve, Ruy Lourenço de Tavora, e o escrivão das almadravas Rodrigo Rebello Falcão. Esta cedencia porém, foi feita com a condição de ficarem os frades obrigados ás missas, e funeraes do compromisso.

Os frades trinos fizeram logo o mosteiro, que existiu 155 annos, cahindo com o terramoto do 1.º de novembro de 1755. As duas egrejas (Porto Salvo e S. Braz) estão actualmente servindo de armazens e arrecadações militares.

Esta cidade está na costa meridional do reino e na occidental da bahia, sobre tres montes, na margem direita do pequeno rio que banha suas velhas muralhas.

A barra é formada entre grandes cachopos e está hoje bastante obstruida de areias.

Não se sabe com certeza quando as mu-

ralhas actuaes foram construidas, mas consta de uma carta de D. Affonso IV, datada de 1332, que este rei mandou ás justiças de Lagos, que *continuassem a obra dos muros da villa, aos quaes faltavam 500 varas, em roda, para a sua conclusão.*

É pois de suppôr que foi D. Diniz o que principiou a construir, ou reedificar, as fortificações de Lagos.

Vinham os muros então, desde a egreja de Santa Maria, até á cadeia, onde terminava a villa.

Os novos muros que hoje cercam a cidade, são attribuidos a Fernão Telles de Menezes, que foi o primeiro governador do Algarve que se seguiu aos *fronteiros-móres.* Outros dizem que os fez João Furtado de Mendonça, que lhe succedeu muito depois.

As muralhas são altas e teem 9 baluartes para o rio, com 4 portas (*S. Gonçalo, Caes, S. Roque* e *Nova*) e outras 4 para terra (a de *Portugal, Postigo, Quartos* e a *da Villa.*

Ha na cidade 4 praças e algumas ruas bôas; mas poucos edificios notaveis.

O terramoto de 1755, arrazou ou arruinou os seus melhores edificios, deitou por terra a egreja matriz de Santa Maria (na qual morreu então muita gente, que n'ella estava a pedir misericordia) o convento das freiras (do qual só a egreja ficou de pé; mas muito arruinada) morrendo n'elle 11 freiras e 11 creadas o convento da Trindade ficou inteiramente razo, assim como o de S. João de Deus, na Praça dos Touros (hoje da Misericordia) onde estava o hospital militar e junto d'elle os paços do concelho que tambem cahiram, assim como a torre do relogio, o castello, ou palacio acastellado, dos capitães generaes, e muitas outras casas.

Todos as outras egrejas e casas que não cahiram, ficaram mais ou menos arruinadas.

O mar subiu á altura de 11 metros, ficando ao nivel das muralhas, e todas as que estavam d'esta parte levou diante de si. Entrou pela terra dentro mais de 3 kilometros levando 5 barcos quasi á mesma distancia. Foi arruinada a ponte e todas as portas que ficavam para aquelle lado, assim como a capella de S. João Baptista, que foi arrastada pelas ondas. Era talvez a mais antiga d'estes sitios, pois segundo a inscripção que tinha na porta, foi edificada em 1174.

Foi tambem arrazada a de S. Roque, que estava do lado da praia.

Arruinou completamente a antiga fortaleza do *Penhão*, arremeçando 3 peças fóra da bateria, que tambem destruiu.

(Esta fortaleza, que foi edificada em terra firme, já no principio do seculo passado estava em uma peninsula, e hoje é uma ilha. Outra fortaleza, que se construiu defronte d'esta, para a substituir, tambem foi destruida pelo mar.)

Morreram mais de 200 pessoas logo, álem de muitas que vieram a morrer dos ferimentos.

Em alguns desentulhos que depois se fizeram, acharam-se varias moedas romanas e portuguezas antigas. Eram estas de D. João II e de D. Sebastião — de cobre — de D. Manuel — de prata — e de D. João III — d'ouro.

Estas eram das chamadas Vicentes. Tinham de um lado a imagem de S. Vicente, martyr, com a legenda «*Zelator fidei usque ad mortem*» e do outro «*Joannes tertius Rex Portugalliae et Algarbiorum*» — Valiam então mil réis e hoje teem de peso 3$000 rs.

Proximo á cidade, em uma propriedade do sr. Lobo de Miranda, andando-se a fazer uma plantação de vinha, em fevereiro de 1874, se encontraram algumas sepulturas romanas e moedas, bem conservadas, dos imperadores Marco Antonio e Philippe.

Muitos dos edificios destruidos pelo terramoto não tornaram a reparar-se, taes foram o convento da Trindade, as casas da camara, o palacio dos capitães-generaes (que desde então mudaram a sua residencia para Tavira.)

Muitos dos edificios aluidos vieram depois a cahir, matando algumas pessoas; pelo que os habitantes armaram barracas, no alto de Santo Amaro, e outros sitios, fóra da cidade.

Tinha então Lagos 900 fogos e 3:000 pessoas maiores.

A freguezia de Santa Maria, tinha cura, em 1415, e parece que comprehendia a vil-

la *a dentro.* O bispo D. João Camello, creou n'ella, em 1496, um prior e 4 raçoeiros, que depois tomaram o nome de beneficiados. A egreja, que era a E. da cidade, cahiu pelo terramoto. Principiou a reedificação, mas não passou de meias paredes, e serve de cemiterio. De matriz serve a egreja da Misericordia.

A freguezia de S. Sebastião occupa a parte do N. da cidade, e parte do campo.

No sitio d'esta egreja, era antigamente a de Nossa Senhora da Conceição, que ficou incluida n'esta. O bispo D. Affonso de Castello Branco, creou n'ella prior, que até ahi se chamava reitor, e dois beneficiados, em 1582. O bispo D. Jeronimo Barreto, fez mais outro beneficiado, que o bispo D. Francisco Gomes d'Avellar fez curado. Esta egreja é de 3 naves, com 7 capellas e altares, e muito vasta.

Está situada em um alto. É templo muito antigo, e foi reconstruido por D. João II, pelos annos 1490, que lhe mudou a primittiva invocação da Conceição, pela de S. Sebastião, por ser este santo, advogado contra a peste, que então affligia com frequencia o Algarve.

A irmandade da Misericordia principiou em 1498, e os primeiros rendimentos lhe deu o arcebispo de Gôa, D. Gaspar de Leão e seu irmão Simão da Cruz d'aqui naturaes.

O seu rendimento actual, em dinheiro é de uns 200$000 réis, e 454 alqueires de trigo, que com alguns laudemios e a renda da tumba, montará a 400$000 réis, com o que occorre ás despezas do hospital, que é pequeno. D. João III escreveu uma carta a esta irmandade, em 29 d'agosto de 1521, mandando-lhe que introduzissem na villa o costume de se encommendarem as almas, de noute, hindo o porteiro com a campa (campainha) para que os fieis resassem.

Houve aqui um hospital para gafos, com a sua egreja, no sitio a que ainda hoje se chama Gafaria, fóra da porta dos Quartos, do qual já nem vestigios ha.

Tambem não ha vestigios de outro hospital, com sua egreja, que aqui havia, chamado de Lourenço Esteves.

Ha tambem n'esta cidade as egrejas de Santo Antonio, bonita, que é da guarrnição militar—a do Espirito Santo, muito acceiada que é dos mareantes—a do convento das freiras carmelitas, fundado no sitio da Pedra da Eira (onde antigamente havia a egreja de Nossa Senhora da Conceição) pelo padre Christovão Dias e seus parentes, em 1554; ficando com a mesma invocação da Conceição. A capella de Nossa Senhora da Graça, no hospital militar; e fóra das portas a egreja de Nossa Senhora da Gloria, que era do convento dos capuchos, fundado em 1518 e reedificado e augmentado em 1560.

Ha tambem as capellas de S. João Baptista, S. Pedro, Santo Amaro e Nossa Senhora da Piedade, esta na ponte do seu nome. A antiga egreja de Santa Barbara, serve actualmente de quartel militar.

Lagos já antigamente era cabeça de comarca, residencia de corregedor e juiz de fóra.

Tem uma alfandega, de pequeno rendimento.

O governador militar d'aqui, tem dez fortes e baterias maritimas sob a sua dependencia.

Nos arredores de Lagos ha abundancia de bôas aguas principalmente a que vem do sitio do Paul por um aqueducto d'alvenaria, de 4:555 metros de comprido. Foi começado em 1490 e terminado em 1522. É d'esta agua a que se faz a aguada para os navios; mas o aqueducto está muito arruinado, e até, no verão muitas vezes se sóme a agua pelas grêtas, d'elle e não chega á cidade. É obra d'el-rei D. Manuel.

Sustenta varias bicas e o chafariz da praça, que tem 8 bicas de bronze.

Esta agua é mal gostosa e insalubre. Antes de se construir este aqueducto, provia-se a povoação do poço da *Fonte Coberta,* que é abundante e tem bôa agua.

A agua do aqueducto, nos seus principios era bôa e não prejudicava a saude; porem as raizes de diversas arvores e plantas que se introduziram no cano, e a terra que alli entra pelas grandes grêtas que tem, são a causa, não só da pessima qualidade da agua como da quasi inutilidade d'esta grande obra no tempo da estiagem. Se as camaras de

Lagos fossem mais solicitas, estes males ha muitos annos estariam remediados.

Ao sahir da cidade, pela *porta de Portugal*, está, no *Rocio de S. João*, uma bonita ponte d'alvenaria, sobre o rio. O terramoto a arruinou muito, mas, sendo capitão general o conde de Rézende, foi reedificada em 1783, e concluida em 1796, como se vê da inscripção que tem n'uma lapida, sobre o arco maior. Tem 11 arcos.

Junto a *S. Pedro* ha umas pequenas marinnas de Sal, feitas em 1800.

A barra é defendida pela fortaleza da *Ponta da Bandeira*, que é quadrada e serve de registo—a do Penhão e a da Meia-Praia, que quando tinha artilheria defendiam todo o espaço comprehendido entre a *Ponta da Piedade*, e dos *Trez Irmãos*.

O mar tem *engolido* aqui muitas braças de terreno, de modo que, muitos armazens da Ribeira, já não existem, e a antiga fortaleza do Penhão está hoje reduzida a ilha, de módo que, entre ella e a nova (tambem já abandonada e em ruinas) passam lanchas grandes.

As pescarias são o principal ramo de riqueza d'esta cidade. Outrora se pescavam aqui baleias e coral.

Hoje pesca-se atum, corvina, e outras qualidades de peixe; mas esta industria está agora muito decadente em consequencia da suppressão de *compremisso* em 1834.

Empregam-se ainda na pesca muitas embarcações e alguns centenares de pescadores, que pescam não só nas costas do Algarve, mas até nas de Marrocos (Africa) que são mais productivas. A pesca do atum ainda é muito importante. Exporta muito peixe salgado e azeite de peixe.

Os campos dos arredores da cidade estão bem cultivados e cobertos de vinhas, cearas e figueiraes, e semeados de casaes (a que chamam aqui *montes.*)

Produzem cereaes, azeite, vinho, fructas, hortaliça, legumes etc. Exporta de tudo isto. Só de grãos tem annos de exportar mais de 600 moios! O vinho d'aqui é de muito bôa qualidade. Grande exportação de figo sêcco.

Os dizimos d'aqui e de *Odiáxere*, chegaram a render 2:300$000 réis, 20 mois de trigo e 40 pipas de vinho!

Os fortes e baterias dependentes do governo militar de Lagos, são:

Fortalezas da Figueira, d'Almadena, da Senhora da Luz, do Penhão, da Ponta da Bandeira e da Meia Praia e as baterias de Burgau, Porto de Mós, Piedade e Barroca (muralha da cidade.)

Direi mais alguma cousa sobre antiguidades de *Lacobriga.*

—

Duas cidades d'este nome mencionam os antigos geographos. Antonino ainda traz mais.

A do Algarve, segundo Pomponio Mella, pertencia ao *Promontorio Sacro.* Segundo o padre Salgado (*Memorias Ecclesiasticas do Algarve*, cap. 9.º) foi fundada por Brigo, 4.º rei de Hespanha (que reinou 400 annos depois do diluvio.) A sua primeira situação, foi no districto do *Paúl* ou *Lago;* como já a traz fica dito.

Florião do Campo, diz, com mais plausibilidade, que as familias dos *lacóos*, que habitavam aqui, foram os que fundaram *Lacobriga.*

Já disse que, quem mudou a cidade para melhor sitio, por mais elevado e mais visinho da costa, foi *Boodes*, ou *Bohodes*, capitão carthaginez, successor de *Hannon*, no governo da Lusitania, pelos annos 350 (outros dizem 359 antes de Jesus Christo.)

Foi Boodes que instituiu a grande feira que tanto fez prosperar esta cidade; porque, além dos commerciantes, vinham tambem muitos povos, de remotas terras, em romaria ao famoso templo de Hercules, no *Promontorio Sacro*, que fica distante 35 kilometros.

—

Querem alguns que *Lacobriga* fosse a actual villa da *Lagôa;* mas aquella sempre foi no litoral e considerada cidade maritima e *Lagôa* não é no litoral, mas na margem do rio *Portimão*, distante 12 kilometros da costa, e no *Cabo Cuneo*, e não no *Sacro*, onde os geographos antigos todos situam *Lacobriga.*

Tambem alguns dizem que *Lacobriga* é a actual *Alvor;* mas não é verosimil.

Nem na villa da Lagôa ha vestigios alguns de antiga povoação; e muitos no *Paúl* ou *Lago.*

Niderndorff diz que a *Lacobriga* se chamou antigamente *Porto de Annibal.* «*Lacobriga Urbs ad mare Gaditanum Residentia Gobernatoris Provinciae Olim Portus-Hannibalis.*» Vol. 3.º, pag. 23, da edic. de 1739.

D. João II, quando esteve no Algarve, prometteu elevar Lagos á cathegoria de cidade; porém morrendo em *Alvor* (25 de outubro de 1495) não cumpriu a promessa.

Briecio diz que teve bispo; mas mais nimguem diz similhante cousa.

Já disse que antigamente era aqui a residencia dos governadores do Algarve.

O primeiro nome que elles tiveram foi *annadel,* depois, *fronteiro,* e finalmente, em 1581, Philippe II o mudou em governador.

—

Em 28 de junho de 1693, presenceou esta cidade um magnifico e surprehendente espectaculo. Foi uma batalha naval entre as esquadras franceza contra a ingleza e hollandeza, combinadas. A franceza era composta de 71 navios de guerra, commandados pelo almirante, conde de *Tourville*; a ingleza e hollandeza compunha-se de 25 vasos de guerra, que commandava o almirante *Rooke,* e que comboyava perto de 400 embarcações mercantes, que vinham dos mares do *Levante* (*Smyrna*) com ricas carregações, consignadas a negociantes de Londres e Amsterdam.

A esquadra combinada teve de retirar, em vista da grande desproporção de forças, no fim de 5 horas de encarniçado combate, e de uma brilhantissima defeza. Os francezes tomaram e roubaram muitos navios mercantes, no valor de 36 milhões de francos. (14 milhões e 400:000 cruzados, ou 5:760 contos de reis.)

—

A bahia de Lagos, é celebre pelas recordações da nossa historia maritima.

O *Pontal da Piedade* (assim chamado por haver n'elle uma capella da Virgem, d'esta invocação) é um rochedo a pique, onde já houve uma bateria. D'aqui se descobre o mar, desde o *Cabo de Santa Maria* até ao de *S. Vicente.* Esta capella é antiquissima, e a julgar pela sua cantaria, pertenceu a algum templo dos que os romanos costumavam erigir em sitios similhantes, aos seus deuses maritimos.

—

Lagos foi por muitos annos quartel do regimento de infanteria n.º 2.

Havia aqui um theatrinho, denominado de *Gil Vicente,* que ardeu, no principio de maio de 1871.

Lagos não tem provas da antiguidade que lhe attribuem, em nenhum monumento. O que parece mais antigo é a capella da Senhora da Piedade.

Tem uma boa bahia, bem resguardada dos ventos, podendo conter grande numero de navios; e com uns 16 metros de fundo.

Mas a barra, que ha 100 annos apresentava 7 a 8 braças de fundo, agora apenas tem uns 10 palmos. Alguns cachopos e bancos de areia lhe difficultam um pouco a entrada.

O convento de frades piedosos, franciscanos, foi fundado por D. Fernando Coutinho, bispo de Algarve, em 1518, em sitio mais distante da cidade; mas depois, ameaçando ruina, foi mudado, em 1560, para o sitio onde o terramoto o desmantelou.

O convento dos frades trinos foi fundado fóra dos muros, junto á fortaleza, por D. Ruy Lourenço de Tavora e seu cunhado, D. Miguel de Almeida, em 1599.

Já disse o que foi feito d'este convento. O de S. João de Deus, em que havia um hospital militar, tinha sido fundado em 1696.

O convento de freiras carmelitas, foi fundado por tres devotos, em 1557.

Era da invocação de Nossa Senhora da Conceição, ficando quasi totalmente arrasado em 1755; foi reconstruido depois.

—

Lagos é patria de muitos varões illustres nas armas, nas lettras e nas virtudes. Mencionarei os principaes.

S. Gonçalo de Lagos, cononisado pelo pa-

pa Pio VI, em 1780. Jaz no seu convento de Torres Vedras.

Nasceu pelos annos de 1378. Tomou o habito de eremita de Santo Agostinho, em 1398.

Foi grande prégador, e de tanta virtude e intelligencia, que era amado de todos.

Morreu em Torres Vedras, a 15 de outubro de 1422. Os torrejanos o elegeram por seu padroeiro

—

Gil Eannes—Nasceu pelos annos 1400. É um dos mais illustres navegadores portuguezes.

Em 1434, animado pelos conselhos e promessas do infante D. Henrique, foi o heroe que primeiro *quebrou o encanto* que fechava o Oceano aos navegantes, ultrapassando o limite fatidico, imposto pela ignorancia e pela superstição, ás expedições dos europeus. Gil Eannes passou emfim 60 leguas além do *Cabo de Não*, e foi até ao *Cabo Bojador*.

Viu que o mar, do outro lado do *Cabo*, era como o de Portugal, cahindo assim por terra todos os horrores que se diziam d'este medonho Oceano.

Em 1435, voltou Gil Eannes, acompanhado por Affonso Gonçalves Baldaya, a proseguir as explorações; e depois foi commandando um navio, na expedição *Lançarote.*

A sua fama era tamanha, que todos queriam levar comsigo o venturoso piloto.

Se o nome e a fama de Gil Eannes parecem pequenos ao lado de Vasco da Gama, é certo que, sem a façanha do célebre e intrepido piloto, nunca se realisaria o grandioso feito da circumnavegação da Africa.

Gil Eannes foi o precursor de Vasco da Gama.

Ignora-se o anno certo do seu nascimento, assim como o da sua morte.

Nem mesmo se sabe se é na terra, se no mar que as suas cinzas foram depositadas. É provavel que morresse na obscuridade e na indigencia!

—

Antonio José de Lima Leitão—Nasceu a 17 de novembro de 1787, e morreu em Lisboa, a 8 de novembro de 1856. Era um insigne cirurgião, membro de varias corporações scientificas, de Portugal, Brazil, França e Hespanha; e escriptor correcto e talentoso. Além d'isso era virtuoso e modesto.

—

D. Gaspar de Leão—Nasceu pelos annos 1500. Foi conego da Sé de Evora.

Feito arcebispo de Gôa, em 1559, e não querendo acceitar, D. Sebastião I pediu ao papa um *breve* que o obrigou a acceitar, partindo de Lisboa, a 20 de abril de 1560. Renunciando a sua dignidade, recolheu-se ao convento dos franciscanos do *Paço de Danguim* (a 2 kilometros de Gôa.) Morrendo sem successor D. Jorge Themudo, a instancias do rei e do papa, tornou a tomar conta do seu arcebispado. Foi um prelado illustrado e exemplar. Morreu em Gôa, a 13 de agosto de 1568.

—

Gaspar dos Reis—Célebre professor de musica, tendo por mestre o insigne Duarte Lobo. Morreu em Braga.

—

Em janeiro de 1757 pariu aqui uma mulher um feto monstruoso. Tinha o vaso mulheril, e do meio nascia um nervo de 44 centimetros de comprido. A cabeça era maior do que todo o corpo. Da testa para cima tinha mais de 44 decimetros. No logar dos olhos só havia duas fistulas. No nariz uma pelle muito branda, que cobria um só orificio. Ainda viveu algumas horas.

—

Era em Lagos o solar da familia *Moreira Perengal.* Para saber a causa d'este appellido (porque lhe foi dado) e as suas armas, vide *Moreira de Rei,* na Beira.

—

A comarca de Lagos é composta de 3 julgados—Villa do Bispo, com 900 fogos; Villa Nova de Portimão com 2;720, e Lagos, com 5:400.

(O julgado de Villa do Bispo foi supprimido por decreto de 24 de outubro de 1855; mas tornado a restabelecer, em 10 de setembro de 1861.)

—

O concelho de Lagos é formado de 6 fre-

guezias, que são: Bensafrim, Barão de S. João, Odiáxere, Luz e as duas da cidade.

Antes da ultima divisão tinha 12 freguezias, que eram: — Aljesur, Odesseixe, Villa do Bispo, Budens, Bordeira, Raposeira e Carrapateira, Sagres, Bensafrim, Odiáxere, S. João e as duas da cidade.

Todas estas freguezias no bispado de Faro.

LAGOS DA BEIRA—villa extincta, Douro, comarca da Tábua, concelho de Oliveira do Hospital; 40 kilometros de Coimbra, 240 ao N. de Lisboa, 210 fogos, 700 almas.

Em 1757 tinha 114 fogos.

Orago S. João Baptista.

Bispado e districto administrativo de Coimbra.

D, Manuel lhe deu foral em Lisboa, a 15 de março de 1514. Este foral serve para *Andorinha, Ballocas, Cóvas, Negréllos* e *Travanca.*

A casa do infantado apresentava o prior, que tinha 300$000 réis. É terra fertil.

Entre esta povoação e a de S. Payo, no sitio chamado *Malhadinhas*, nasce o rio *Ballocas*, que morre no *Cobral.*

LAGOS DA RIBEIRINHA— Vide *Tres Minas.*

LAIDO—portuguez antigo—rustico, torpe, afrontado, vil.

LAIRA—portuguez antigo—leira, belga, tira em um campo, glébo.

LAIS—antiga cidade na Lusitania. (Vide Lanhezes.)

LALIM—villa, extincta, Beira Alta, concelho de Tarouca, comarca e 6 kilometros de Lamego, 320 ao N. de Lisboa, 240 fogos, 900 almas.

Em 1757 tinha 139 fogos.

Orago Santa Maria (Nossa Senhora da Natividade).

Bispado de Lamego, districto administrativo de Viseu.

Foi fundada em 780 por *Zeidan-Ben-Huin*, régulo arabe de Lamego. Já se vê que é povoação muito antiga.

É mesmo a palavra arabe *Lalim.* Significa *o irreprehensivel, sem mancha, sem defeito.* É pois *povoação do perfeito.* (Vide *Lazarim* por causa da etymologia.)

Os marquezes de Penalva e o abbade bernardo, do convento de S. João de Tarouca, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 300$000 réis annuaes.

LALIM—Vide *Larim* e *Villa Chann.*

LAMA—freguezia, Minho, comarca e concelho de Barcellos, 365 kilometros ao N. de Lisboa, 100 fogos. Em 1757 tinha 68 fogos.

Orago o Salvador.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

O D. abbade benedictino do mosteiro de Tibães, apresentava o vigario, que tinha annualmente 40$000 réis.

É terra fertil.

Foi aqui a villa, *honra* e depois couto de *Azevedo.*

O juiz que acabava, com o povo, elegia o succesor, a cujo acto presidia o senhor da casa solar dos Azevedos; que procedem de D. Godinho Viegas, fundador do mosteiro de Villar de Frades. Era filho segundo de D. Egas Gozendes, senhor de Riba Douro e Bayão (que viveu no tempo de D. Affonso VI de Leão e Castella. Seu pae D. Gozendo Arnaldes era filho segundo de D. Arnaldo de Bayão.)

No couto de Azevedo está a quinta de *Gairos*, onde existem ainda as ruinas de uma nobre casa, que foi paço dos Azevedos.

Tambem aqui está a casa que foi solar dos Campos.

Na freguezia de Lama residiu sempre o ramo primogenito da familia Azevedo, hoje representada pelo sr. visconde de Azevedo 23.º neto, por linha legitima e primogenita, de D. Pedro de Azevedo, fundador d'esta casa.

O couto d'Azevedo compunha-se não só d'esta freguezia da Lama, mas tambem d'alguns logares pertencentes á freguezia de Santa Eulalia de Oliveira, que lhe ficam ao N.; e de outras ao E., pertencentes á freguezia de S. Romão da Ucha.

No cível e crime tinha jurisdicção n'este couto o juiz do antigo concelho (extincto) do Prado.

O juiz do couto só tinha jurisdicção nos negocios municipaes e sobre coimas.

LAMA—freguezia, Douro, comarca e concelho de Santo Thyrso, 18 kilometros a SE. de Braga, 30 ao NO. do Porto, 340 ao N. de Lisboa, 75 fogos.

Em 1757 tinha 57 fogos.

Orago S. Miguel, archanjo.

Arcebispado de Braga, districto administrativo do Porto.

A mitra apresentava o abbade, que tinha de rendimento annual 300$000 réis.

LAMA D'ARCOS e VILLA FRADE—freguezia, Tras-os-Montes, comarca, concelho e 8 kilometros a NO. de Chaves, 80 ao NE. de Braga, 420 ao N. de Lisboa, 96 fogos.

Em 1757 tinha 44 fogos.

Orago Nossa Senhora da Conceição.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Villa Real.

E' na raia e proximo das celebres aguas mineraes de *Verim*.

O prior de Chaves apresentava o cura, de Lama d'Arcos, que tinha 10$500 de congrua e o pé d'altar.

Villa Frade foi até ao principio do seculo XIX freguezia independente, tendo em 1757 43 fogos, e por orago Santa Martha.

O mesmo prior de Chaves apresentava o cura d'aqui, que tinha 40$000 réis.

LAMA LONGA—freguezia, Tras-os-Montes, comarca de Mirandella, concelho da Torre de Dona Chama até 1855, e desde então comarca e concelho de Macedo de Cavalleiros, 70 kilometros de Miranda, 440 ao N. de Lisboa, 180 fogos.

Em 1757 tinha 70 fogos.

Orago Santa Epiphania. O seu antigo orago era Nossa Senhora dos Reis.

Bispado e districto administrativo de Bragança.

O abbade de Guide apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé de altar.

LAMA D'OURIÇO—freguezia, Tras-os-Montes, antigamente comarca de Chaves, concelho de Monforte do Rio Livre, hoje comarca e concelho de Valle Paços, 435 kilometros ao N. de Lisboa, 30 fogos.

Esta freguezia foi supprimida ha muitos annos, unindo-se a Lebução.

LAMAÇAES—freguezia, Minho, comarca, concelho e proximo de Braga, 360 kilometros ao N. de Lisboa, 80 fogos.

Em 1757 tinha 63 fogos.

Orago Santa Maria ou Nossa Senhora da Purificação (das Candeias).

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

O cabido da Sé de Braga apresentava o abbade, que tinha 240$000 réis annuaes.

LAMARES—freguezia, Traz-os-Montes, comarca, concelho e 12 kilometros a NO. de Villa Real, 90 ao NE. de Braga, 365 ao N. de Lisboa, 220 fogos.

Em 1757 tinha 152 fogos.

Orago S. João Baptista.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Villa Real.

É terra fertil.

O reitor de Riba Penhão apresentava o vigario, que tinha 70$000 réis annuaes.

LAMAROSA—freguezia, Douro, concelho de Tentugal, comarca de Coimbra, até 1855, hoje concelho, comarca e 15 kilometros a O. de Coimbra, 203 ao N. de Lisboa, 350 fogos.

Orago Santo Varão.

Bispado e districto administrativo de Coimbra.

Esta freguezia não vem no *Portugal Sacro e Profano.*

LAMAROSA—villa extincta, Extremadura, comarca de Benavente, concelho de Coruche, 95 kilometros ao SE. de Lisboa, 70 fogos.

Em 1757 tinha 46 fogos.

Orago S. José.

Patriarchado de Lisboa, districto administrativo de Santarem.

Proximo a esta villa ha uma lagôa do seu nome, de 12 kilometros de comprido e 6 de largo. D'ella sahe o rio Sorraia. Fica perto da origem do rio Alpiarça.

Nas estiagens esta lagôa fica reduzida a um pantano, marnel ou pateira. Dá-se-lhe tambem o nome de *Lamas d'Ourem.*

Os herdeiros de Francisco Xavier Telles de Mello, apresentavam o prior, collado, que tinha 300$000 réis annuaes.

Situada em uma baixa, cercada de montes. O seu nome provém da referida lagôa.

LAMAS (Santa Maria de)—freguezia, Mi-

nho, comarca, concelho e 6 kilometros ao S. de Braga, 360 ao N. de Lisboa, 50 fogos.

Em 1757 tinha 52 fogos.

Orago Santa Maria ou Nossa Senhora do Ó.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

Um dos conegos da Sé de Braga, apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis annuaes.

LAMAS—freguezia, Extremadura, comarca d'Alemquer, concelho do Cadaval, 70 kilometros ao NE. de Lisboa, 430 fogos.

Em 1757 tinha 82 fogos.

Orago S. Miguel, archanjo.

Patriarchado e districto administrativo de Lisboa.

É terra muito fertil.

Esta freguezia foi creada e a sua egreja fundada no principio do seculo XIII.

Os principaes da Santa Egreja patriarchal, e os beneficiados de Santa Maria, de Obidos, apresentavam o cura, que tinha 60 alqueires de trigo, 15 de cevada e 60 almudes de vinho.

LAMAS—freguezia, Douro, concelho e comarca d'Agueda. Vide *Lamas do Vouga.*

LAMAS DA FEIRA—freguezia, Douro, comarca e concelho da Feira, 20 kilometros ao S. do Porto, 292 ao N. de Lisboa, 200 fogos. Em 1757 tinha 70 fogos.

Orago Santa Maria Maior (Nossa Senhora da Assumpção).

Bispado do Porto, districto administrativo de Aveiro.

É terra muito fertil.

O papa apresentava o abbade, que tinha 360$000 réis de rendimento annual.

LAMAS D'HOMEM — grande planicie ou campina, Minho, na serra do Gerez, formando um vasto plató no seu cume. Nascem aqui muitas aguas, que vão cahir á Portella do Homem, e todas juntas dão principio e nome ao rio Homem. Sua corrente é rapidissima e suas aguas escuras, frementes e temerosas, mas criam delicioso peixe. Vide *Homem.*

LAMAS DE MIRANDA — freguezia, Douro, concelho de Miranda do Corvo, comarca da Louzan, 18 kilometros ao N. de Coimbra, 190 ao N. de Lisboa, 280 fogos.

Em 1757 tinha 217 fogos.

Orago o Espirito Santo.

Bispado e districto administrativo de Coimbra.

O prior de Miranda do Corvo apresentava o cura, que tinha 45$000 réis annuaes.

LAMAS DE MOLLEDO—aldeia, Beira Alta, freguezia de Mollêdo, comarca, concelho e 6 kilometros de Lamego, 335 ao N. de Lisboa, 24 a NE. de Viseu.

Ha aqui uma inscripção, em caracteres latinos, aberta na rocha natural. É dedicada a *Proserpina Servatrix* e outras divindades.

LAMAS DE MOURO — freguezia, Minho, comarca e concelho de Melgaço, 60 kilometros a NO. de Braga, 420 ao N. de Lisboa, 40 fogos.

Em 1757 tinha 18 fogos.

Orago S. João Baptista.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

É na raia.

O papa e o arcebispo apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 70$000 réis annuaes.

Houve aqui um mosteiro de templarios, cuja egreja é a actual matriz. Pela suppressão d'esta ordem (1311) reverteu isto á corôa, que o deu á Ordem de Malta, em 1319. O povo d'aqui pagava aos cavalleiros muitos foros; mas tinham os grandes privilegios de caseiros de Malta. Depois passou a ser abbadia do papa e ordinario.

Nasce aqui o rio *Mouro*, e é onde o emir arabe *Jusão* (vide Riba de Mouro) tinha uma grande coutada para caçar.

N'esta freguezia teve logar em 812, no sitio chamado *Valle de Mouro*, junto ao rio Orneze, uma grande batalha, dada pelo bravo Bernardo del Carpio (parente e vassallo de D. Affonso, o *Casto*, de Leão) contra Ali-Aton, rei de Córdova, que ficou derrotado. Dizem alguns escriptores, crendeiros, que os mouros perderam então 70:000 homens! Ali-Aton tinha tomado muitas terras aos lusitanos, que, em consequencia d'esta derrota, tornou a largar.

E' tradição que por esta freguezia entrou em Portugal, D. Affonso VII de Castella, em

1129, para ser derrotado na Veiga da Matança, junto aos Arcos de Val de Vez, por seu primo, o nosso D. Affonso Henriques. Tambem por aqui entrou em 1657, o general castelhano D. Vicente Gonzaga, para ir atacar Vallença.

Ao sul da egreja matriz está a *Portella do Lagarto*.

LAMAS D'OLLO—freguezia, Traz-os-Montes, comarca de Villa Pouca d'Aguiar, concelho de Mondim de Basto, 65 kilometros a NE. de Braga, 370 ao N. de Lisboa, 50 fogos.

Em 1757 tinha 37 fogos.

Orago S. Thiago, apostolo.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Villa Real.

O abbade de Ermêllo apresentava o cura, que tinha 40$000 réis annuaes.

Foi do concelho d'Ermêllo, hoje extincto.

LAMAS D'ORELHÃO—villa, Traz-os-Montes, concelho e comarca de Mirandella, 110 kilometros ao NE. de Braga, 390 ao N. de Lisboa, 400 fogos, 1:000 almas, no concelho (que foi extincto em 1855) 1:800 fogos.

Orago Santa Cruz.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Bragança.

E' povoação antiquissima, e foi de muita importancia quando era côrte de um rei arabe, que dizem chamar-se, ou ter por alcunha *Orelhão*, que foi o que deu o sobrenome á villa.

Hoje está esta povoação muito decadente e apenas aqui vivem da agricultura.

Ao O. da villa está a serra de *Santa Comba*, que tem 18 kilometros de comprido e 12 de largo. E' fertil em lenhas, e n'ella pascem mais de 8:000 cabeças de gado.

Na maior altura d'esta serra, mas mui distantes uma da outra, estão as capellas de S. Leonardo e Santa Comba, ambos naturaes d'esta villa, e filhos de paes humildes. Faz-se todos os annos, a 9 de agosto, uma grande romaria a estes santos.

Ha aqui ruinas de fortalezas arabes.

Ha n'este concelho minas de cobre, estanho e chumbo.

D. Sancho II lhe deu foral, em Coimbra, a 6 de junho de 1225. D. Affonso III lhe deu outro foral, em Lisboa, a 13 de julho de 1259. D. Manuel lhe deu novo foral, em Lisboa, a 15 de julho de 1515.

Segundo a lenda, Santa Comba e S. Leonardo, guardavam os seus rebanhos na serra que hoje tem o nome da Santa. Orelhão, tentado pela formosura d'esta (que tinha visto em uma caçada) lhe fez as mais tentadoras promessas, e quando viu baldadas as suas diligencias para seduzir a casta donzella, tentou empregar a força. Ella, vendo-se em tão imminente perigo, foge para junto de um penedo, e invocando a Virgem Maria, este se abre para esconder a santa.

Orelhão, cego de furor e ardendo em desejos, desembainha a espada e dá tão grande cutilada no rochedo, que ainda hoje se lhe divisa o signal (!) Então o feroz mouro, vinga-se em Leonardo, matando-o no sitio da serra que por isso se chama *Fonte de S. Leonardo*, onde rebenta um manancial de agua crystallina.

LAMAS DE PODENCE—freguezia, Tras-os-Montes, antigamente comarca de Chacim, concelho de Cortiços, hoje comarca e concelho de Macedo de Cavalleiros, 60 kilometros de Miranda, 440 ao N. de Lisboa, 80 fogos.

Em 1757 tinha 60 fogos.

Orago Nossa Senhora da Assumpção.

Bispado e districto administrativo de Bragança.

O cabido da Sé de Bragança apresentava o reitor, que tinha 40$000 réis annuaes.

Ao O. da povoação ha um outeiro pyramidal, coroado por uma chapada ou plató.

A encosta d'este cabeço, que olha para a aldeia, é guarnecida com as cruzes da *Via Sacra*.

No alto está uma ermida dedicada a Santa Barbara. É muito antiga e não se sabe quando nem por quem foi fundada.

Ainda a O. d'este monte, ha outro muito mais alto, chamado *Valle de Monte*, ou do *Facho*, ambos nomes apropriados ao sitio, porque no seu cume ha uma grande planicie; e porque existiu aqui um *facho*, tão antigo que alguns o fazem como já existente no tempo dos godos.

Do lado do N. d'este monte, e quasi no alto d'elle ha uma fonte perenne, (chamada

da Senhora) que vae ao fundo formar um ribeiro, que rega um bonito prado assombrado por frondosos carvalhos e freixos, que o tornam muito ameno, indo n'elle descançar no verão os romeiros. Criam-se n'este bonito valle algumas hervas medicinaes, como *betonica, polygonato, (*vulgo *signo de Salomão) macella*, etc.

No plató do monte, (que é uma formosa planicie orlada de basto arvoredo silvestre, formando um sombrio bosque com suas antigas e gigantescas arvores se descobre um vasto horisonte, comprehendendo muitas povoações, serras e valles.

No centro d'esta planicie havia, desde tempos remotos, uma ermida pequena (que, segundo a tradição, escapou ao furor dos serracenos, que não souberam da sua existencia).

Era dedicada a *Nossa Senhora do Campo.* Segundo a tradição constante, pelos fins do seculo XIV ou principio do XV, veio aqui ter um santo varão biscainho, ou navarro, e que trazia comsigo a planta do moderno sanctuario, que alli existe, o qual elle mandou edificar á sua custa, por lhe agradar a belleza do sitio.

Diz-se que os bois bravos se jungiam com tanta facilidade ao carro como os mais mansos, para conduzirem os materiaes para as obras; e que um dos mais expeditos e perfeitos operarios, nunca comia nem bebia, julgando-se portanto ser algum anjo.

O moderno sanctuario foi edificado no mesmo sitio onde estava a antiga ermida.

Tem na frente um alpendre sobre columnas, tudo de cantaria. A capella-mór é de abobada e de bonita architectura. A egreja, por causa das grandes ventanias a que está exposta, tem as suas paredes exteriores reforçadas por oito *gigantes* ou *botaréos* de cantaria. É o templo de 3 naves, divididas por arcos de tijolo, sustentados por boas columnas de granito.

Ha n'esta egreja retabulos a oleo de muito merecimento.

Tem uma boa sachristia, e casas de residencia de um ermitão, junto á egreja.

Tem duas imagens da Virgem. A primeira que é a antiga, e está na sachristia, é de $0^m,66$ de altura—a nova está no altar-mór; tem $0^m,90$ de altura e é muito bonita e bem esculpida; a antiga é menos perfeita. Ambas têem o Menino Jesus sobre o braço esquerdo, e o direito estendido, em acção de offerecer.

A sua festa se faz a 25 de março (dia de Nossa Senhora da Encarnação), e é concorridissima, mas tambem fóra d'esse dia aqui vem grande numero de romeiros.

É Nossa Senhora do Campo a protectora dos atribulados, que a ella recorrem em todas as suas calamidades e desgostos.

Tem duas irmandades, uma composta só de clerigos, outra de seculares, ambas auctorisadas por bullas pontificias, que lhes concedem muitas e perpetuas graças e indulgencias.

LAMAS DO VOUGA—freguezia, Douro, comarca e concelho d'Agueda (foi até 1855 do concelho do Vouga) 18 kilometros a NE. de Aveiro, 250 ao N. de Lisboa, 100 fogos.

Em 1757 tinha 103 fogos.

Orago Nossa Senhora da Assumpção.

Bispado e disiricto adimnistrativo de Aveiro.

Situada em terreno accidentado, entre o Vouga e o Marnel.

É terra fertil.

O real padroado apresentava o prior, que tinha 100$000 réis annuaes.

(Vide *Vacca.)*

É n'esta freguezia a villa do Vouga, que foi capital do concelho d'este nome até 24 de outubro de 1855.

LAMBEL—portuguez antigo—panno de lã grosso, e de ordinario listrado de varias côres que servia de cobrir algum escabello (banco).

LAMBREQUIM—portuguez antigo—era o estôfo que cobria o elmo ou capacete, e guardava o cavalleiro do sol, da chuva e do pó nos combates.

LAMBRIA ou **FLAVIA LAMBRIA**—cidade antiquissima da Lusitania (?)

(Vide *Lindoso.)*

LAMEGAL e **PENHAFORTE**—villa extincta, Beira Baixa, comarca da Guarda, concelho de Jermêllo até 1855, e desde então, comarca e concelho de Pinhel, d'onde dista

12 kilometros a O. 330 a E. de Lisboa, 180 fogos, 600 almas.

Em 1757 tinha 128 fogos.

Orago Nossa Senhora da Assumpção.

Bispado de Pinhel, districto administrativo da Guarda.

Situada perto do rio do seu nome.

Antigamente eram duas freguezias. Foram annexadas no fim do seculo XVIII.

O real padroado apresentava o abbade do Lamegal, que tinha 200$000 réis annuaes. Era esta freguezia que tinha 128 fogos em 1757.

A freguezia de Penhaforte tinha em 1757 40 fogos, e era seu orago Nossa Senhora das Neves.

O vigario das Gouveias apresentava o cura d'aqui, que tinha 7$000 réis de congrua e o pé d'altar.

LAMEGAL—rio, Beira Baixa, nasce proximo á cidade da Guarda, e entra na esquerda do Côa, abaixo da Coriscada, com 50 kilometros de curso. Rega e móe.

LAMEGO—cidade episcopal, Beira Alta, districto administrativo de Viseu, 6 kliometros ao S. do Douro, 54 ao NE. de Viseu, 95 ao E. do Porto, 330 ao N. de Lisboa, 2:600 fogos, 9:300 almas, em duas freguezias (Sé e Almacave); no concelho 5:650 fogos; na comarca 7:150.

Em 1757 tinha a freguezia da Sé (Nossa Senhora d'Assumpção) 639 fogos, e a de Almacáve (Santa Maria Maior) 1:039. Hoje tem a Sé 1:600 fogos e Almacáve 1:000.

A mitra apresentava o vigario, confirmado, da Sé, que tinha 180$000 réis.

O papa e o bispo apresentavam alternativamente o reitor d'Almacáve, que tinha 240$000 réis.

Consta que o nome de *Almacave* procede de que um mouro assim chamado fundou a mesquita que depois se purificou e converteu em templo christão (e foi a primeira Sé de Lamego) conservando o nome do seu fundador.

Outros dizem que Almacave edificou a mes quita com os materiaes de uma egreja christã, que havia no mesmo sitio, e que os arabes tinham demolido em 716.

Tem feira no 1.º de março, 3 dias—e a 8 de setembro a celebre feira e romaria dos *Remédios*, 3 dias.

É quartel general da 2.ª divisão militar e quartel do regimento de infanteria n.º 9.

Situada em logar baixo nas faldas do monte de *Penúde*, que é continuação das serranias da *Estrella*, e na margem da ribeira de *Balsemão*. (Este rio chamava-se antigamente *Unguio*. Nasce na serra de *Monte-Muro*, termo de *Rossão*, a 24 kilometros de Lamego, e junto com o *Távora*, *Barosa* e outros desagúa no Douro, (esquerda) em frente da Régua, no sitio da Barosa. Toma o nome dos sitios por onde passa, e assim se chama *Portarouca*, *Penúde*, *Magueija*, *Bigorne* e *Arneiroz*. Vide *Balsemão*, rio.)

Tambem passa proximo á cidade o pequeno rio *Fáfel*, ou *Coura*.

Lamego está em 40° 4' de latitude; e 13° 26' de longitude N.

Segundo alguns auctores, foi fundada pelos gregos, uns 500 annos antes de Jesus Christo.

Outros contentam-se em lhe dar por fundadores os gallos-celtas, 381 annos antes de Jesus Christo.

Strabão lhe chama *Laconimurgo*, e diz que foi fundada por *lacões* ou *lacôos* (povos da Grecia) que lhe deram este nome, que quer dizer—*cidade dos lacões*. (Mas então devia ser *Laconimburgo*.) Parece que Strabão confunde a *Laméca* de Ptolomeu com *Laconimurgo*.

Tudo isto tem suas duvidas; entretanto Lamego é cidade antiquissima, e como tal figura no tempo dos romanos com o nome de *Lameca* ou *Lama*. (D'aqui *Lamego*.)

(É muito conveniente ao leitor que quizer estudar isto a fundo conferir este artigo com *Bobadella*, *Laconimurgi*, *Queimada* e *Queimadella*.)

Tendo-se rebellado esta cidade contra os romanos, por causa das extorsões e rapinas dos seus pretores e beleguins, e malsins d'estes, o imperador Trajano aqui mandou 14 legiões, pelos annos 100 de Jesus Christo, que destruiram e incendiaram a cidade; porém esta não era onde hoje é, mas sim na *Veiga de Naçarães*, segundo alguns escriptores. (Vide *Fontêllo*.)

Hortelio e Vasconcellos lhe chamam *Lameca*, e dizem que era no sitio onde hoje são as aldeias de *Queimada* e *Queimadella*. Quando se mudou para aqui, foi edificada no alto, onde hoje é o castello e cêrca antiga; isto é, a primittiva cidade da moderna Lamego, é o actual *bairro do castello*.

Parece porém que pouco depois o mesmo imperador Trajano (que era hespanhol e amigo dos lusitanos) a mandou reconstruir, e julga-se que foi então que se transferiu para o actual sitio. Em todo o caso, as poucas noticias que d'esse tempo nos restam de Lamego, fazem acreditar que não era cidade muito importante.

Destruido o imperio romano, e invadindo os povos do norte a peninsula iberica no principio do V seculo, se estabeleceram aqui os suevos, e é desde então que Lamego principiou a floresçer e engrandecer-se.

No tempo dos suevos aqui floresceu o célebre escriptor *Idacio*, natural d'esta cidade, que escreveu desde o anno 410 até 430.

Alguns auctores pretendem que esta cidade era séde episcopal já desde o tempo dos romanos; o que não é muito verosimil.

Dizem estes que o seu primeiro bispo foi *Sevéro*, eleito em 203.

O que é certo, é que o concilio de Lugo, convocado em 510, a elevou a séde episcopal; o que prova que já n'esse tempo (dos suevos) era cidade de muita importancia.

O bispado de Lamego, no tempo dos suevos tinha apenas cinco egrejas matrizes. Pelo menos é as que lhe dá o concilio convocado em Lugo, em 569.

Oito bispos teve Lamego até 716, em que os arabes invadiram a Lusitania. Então o seu bispo e a maior parte dos seus habitantes, fugiram para as Asturias, e foram juntar-se ao principe *Pelayo*, nas cavernas de *Covadonga*, ajudando a formar o nucleo d'esse punhado de bravos que fundaram o reino christão de Leão e por fim resgataram toda a Peninsula (depois de 750 annos de guerras e batalhas) do jugo dos mahometanos.

D. Ordonho II, rei de Portugal e Galliza, tomou Lamego aos mouros, em 910.

Dizem alguns escriptores que, em 848, era *rei* de Lamego o mouro *Muça* (pae de Zuleyma) e que então D. Ramiro I de Leão o venceu e fez tributario.

Almançor, rei de Córdova, a tornou a conquistar, em 985.

D. Fernando, o *Magno*, rei de Castella e Leão, lhe pôz apertado cêrco, em 1037, ajudado pelo valorosissimo capitão Ruy Dias de Bivar (o *Cid Campeador*) obrigando o seu *rei, emir* ou *régulo*, *Zadan-Iben* (ou *Aben*) a tornar-se tributario do rei christão.

A *Zadan* succedeu *Echa* ou *Eycha Martim*, que continuou a pagar o tributo até ao tempo de D. Affonso VI; mas tendo este dado Portugal a sua filha D. Thereza e ao conde D. Henrique, *Echa* não só se recusou a pagar-lhe o tributo, mas ainda invadiu, talou e saqueou as suas terras; pelo que D. Henrique e o grande Egas Moniz, correndo em auxilio dos portuguezes, apanhou *Echa*, sua mulher, *Ayxa Ansora* (que nós dizemos *Axa-Anzures*) suas outras mulheres, e exercito, e os grandes e ricos despojos e muitos captivos christãos, no valle de Arouca (Vide Arouca, onde isto vem circumstanciado) e os derrotou, ficando captivos os poucos que escaparam da morte. *Echa* e sua mulher ficaram captivos; mas o conde tão bem os tratou, que elles se fizeram christãos; pelo que D. Henrique os fez senhores da cidade de Lamego e seu termo «*como Echa sempre a teve de herança dos mouros seus antepassados, que alli reinaram.*»

Isto por escriptura authentica, feita em Guimarães, aos 13 de novembro da era de 1140 (24 de novembro de 1102.) *Chronica de Cister*, tom. 1.º, livro 5.º, cap. 1.º, pag. 559.

Não me consta que *Echa Martim* tivesse outro filho além de João Martins, que quiz ser padre, e morreu deão da Sé d'esta cidade; vindo portanto a pertencer Lamego e seu termo totalmente a D. Affonso I. (O conde D. Henrique, quando restituiu a *Echa* os seus estados, tambem o armou cavalleiro.)

D. Affonso I, aqui convocou côrtes, em 1142 e 1143, nas quaes se decidiu que elle fosse rei dos portuguezes e que nunca a corôa de Portugal podesse ser herdada por *principe estrangeiro*, e outras muitas regras

e providencias tendentes à regular a successão ao throno portuguez; pelo que os liberaes *(os mais obstinados)* negam a existencia d'estas côrtes.

Estas côrtes tiveram as suas principaes sessões na egreja de Santa Maria de Almacáve, que era a primittiva Sé, do tempo dos suevos e godos, e que desde 716 até 1102 foi mesquita dos mouros; tornando a ser purificada logo que o ultimo rei mouro abjurou o islamismo.

As guerras com os arabes, e com os castelhanos e leonezes, por vezes arruinaram e despovoaram a *moderna* cidade de Lamego; sendo necessario, algumas d'essas vezes, reedifical-a e povoal-a quasi inteiramente.

Nos seculos XIV e XV chegou a ser uma cidade florescente, pelas suas fabricas de diversos tecidos, por uma grande feira annual muito concorrida, sobre tudo de mouros de Granada, que aqui traziam muitas especiarias e fazendas do Oriente, que de Lamego se distribuiam pelo resto do reino.

O 1.º golpe na prosperidade de Lamego, foi a conquista do reino de Granada pelos reis catholicos, Fernando e Isabel, expulsando completamente os mouros da Peninsula; o 2.º foi a descoberta da carreira da India, pelo *Cabo da Boa Esperança*, feita pelo immortal Vasco da Gama, em 1497; e o 3.º foi a introducção das fazendas francezas e inglezas, que se principiou em grande escala desde a 2.ª metade do seculo XVI; o que acabou de arruinar as suas fabricas.

Entre estas havia uma fabrica real de lonas, famosa pela superior qualidade e grande quantidade de seus productos. Tambem devemos notar que a mal entendida politica (ou talvez antes o *beaterio*) dos nossos reis, concorreu bastante para a decadencia d'esta terra, impondo grandes tributos aos granadinos, por serem mouros, e mui pequenos aos inglezes e francezes, por serem christãos.

No principio do seculo XVII, estava Lamego reduzida apenas a mil habitantes.

Se as vinhas do Alto Douro conservaram a Lamego ainda algum resto de vida, não foi isso bastante para tirarem esta cidade do *estacionarismo* em que jaz ha seculos.

Deus queira que o melhoramento das vias de communicação faça sahir esta cidade do estado de *marasmo* a que parece condemnada.

O conde D. Henrique, reduzida Lamego á fé christan, logo aqui pôz bispo, construindo-lhe a sua actual Sé, em 1110.

Foi o mesmo D. Henrique que deu foral a esta cidade, em 1109. (Franklim não o traz.)

E D. Manuel lhe deu novo foral, em Lisboa, a 3 de julho de 1514.

Dizem alguns que D. João I lhe deu tambem foral, em 1390, com grandes privilegios; mas Franklim não o menciona.

Tinha voto em côrtes, com assento no banco 2.º

Tem por brazão d'armas—um escudo coroado, e n'elle, em campo azul, um castello de prata com 3 torres, sobre campo negro. Ao lado está uma arvore com pomos, que dizem chamar-se *Lamegueiro*; e na parte superior do escudo, tem, de um lado o sol, de ouro—e do outro a lua, de prata.

Este brazão é o que está na Torre do Tombo, mas em alguns auctores se vê, em vez da *lua*, uma *estrella*, e por cima do castello o escudo das *Quinas*.

Esta cidade é dividida em tres bairros. Um, que é o mais plano e principal, se chama da *Praça*. Outro, que fica como uma peninsula, entre os dois ribeiros (Balsemão e Fáfel) e comprehende a Sé e o paço dos bispos, se chama *Couto da Sé*. O terceiro, que é a cidade primittiva, está em uma elevação, entre os dois primeiros, e tem na parte mais alta o seu velho castello, e por isso se denomina *bairro do Castello*.

A cathedral é um bom templo, de tres naves e de architectura gothica, com tres portas na frontaria, correspondendo cada uma a sua nave. E' um dos nossos antigos monumentos mais bem conservados. Ha n'este templo alguns tumulos e sepulturas muito notaveis e antigos. Na capella do Santissimo, do lado da epistola, está mettido na parede, o sepulchro de D. Guiomar de Berrêdo, neta de D. Affonso III. Junto a esta capella está outra com as armas dos viscondes de Bal-

semão, na qual estão sepultados alguus ascendentes d'esta familia, entre elles, em rico tumulo, Alvaro Pinto da Fonseca, fidalgo da casa real, morgado de Balsemão e fundador d'este jazigo.

A egreja de Santa Maria d'Almacave, que, como já disse, foi a Sé do tempo dos suevos e godos, é de humilde architectura e mui singella, como são todos os raros monumentos que ainda existem, de tão remota antiguidade.

Ha a egreja da Misericordia, com seu hospital, e varias ermidas.

Havia aqui cinco conventos.

1.º—de freiras franciscanas, das Chagas, que ainda está habitado.

—

2.º—de freiras bentas, fundado por D. Dordia, mulher de D. Soeiro, por carta de testamento, feita em 1184.

Este convento é proximo de Lamego, mas já na freguezia de Recião. Vide Recião, onde se descrevem cousas curiosas com respeito a este célebre mosteiro.

—

3.º—de frades capuchos, que foi originariamente de templarios. Fundado por Joanne Annes, abbade de S. Pedro das Aguias, em 1279. E' hoje hospital militar.

(Adiante dou mais algumas informações sobre este convento).

—

4.º—de conegos seculares de S. João Evangelista (loyos). Fundado pelo dr. Lourenço Mourão Homem.

Foi demolido em 1853 e dos seus materiaes se fez o bello edificio dos paços do concelho. A cêrca d'este convento é hoje uma alameda publica.

—

5.º—de eremitas de Santo Agostinho (gracianos). Fundado pelo dr. Francisco d'Almeida Cabral.

Hoje quartel do regimento de infanteria n.º 9 (quarteis de Santa Cruz).

—

O paço do bispo é uma boa residencia e tem sua cêrca e jardim.

—

O velho castello está em ruinas, mas, ainda assim, é um monumento venerando, pela sua muita antiguidade e curioso pela sua singular estructura.

Na sua *torre de menagem*, que é muito alta, mandou o conde de Marialva, D. Francisco Coutinho (vide Recião) abrir uma formosa janella, muito grande e com assentos de pedra, d'onde se gosa uma extensa e bella perspectiva.

—

As casas d'esta cidade são em geral boas, distinguindo-se as dos srs. Osorios e as dos herdeiros do sr. Macario de Castro; e ainda existem alguns edificios do principio da monarchia. Mas a cidade é pequena e triste e as ruas (como as das nossas povoações antigas) são estreitas, tortas, immundas e mal calçadas. Todavia as camaras n'estes ultimos annos, alguma cousa têem feito para melhorarem a cidade; mas, ainda assim, precisa muita cousa, para se collocar nas condições que o actual desenvolvimento da civilisação reclama.

—

Ao E. da cidade, a 1 kilometro de distancia, sobre uma elevadissima collina, está o sumptuoso templo e sanctuario de Nossa Senhora dos Remedios, para o qual se sobe por uma rica escadaria de granito, em nove magestosos lanços, com espaçosos pateos, ornada lateralmente de frondosas arvores e bonitas fontes. E' o passeio favorito da gente de Lamego. Nossa Senhora dos Remedios é a padroeira da cidade.

E' aqui a grande *romaria dos Remedios*, a 8 de setembro.

Um dos largos que medeiam entre os lanços das escadas, chama-se *Largo dos Gigantes*, fica immediatamente inferior ao templo. Entra-se para elle por dois magnificos portões, formados de altissimas columnas, sobre as quaes assentam estatuas de personagens biblicas. A architectura d'estes portões é magestosa e elegante, deleitando e deslumbrando o visitante. No centro está uma elegantissima fonte. E' um formoso obelisco, adornado por quatro soberbas estatuas de granito, fingindo sustentarem o peso d'aquella immensa mole, que da base ao cume tem 22 metros (100 palmos) de altura e é

ornada de primorosos lavores e rendilhados. A agua sáe por quatro formosas bicas. Em volta do obelisco se agrupam diversas columnas, que servem de pedestaes a outras tantas estatuas. A escadaria tem, ao todo, 500 degraus.

As vistas que se gosam do templo, são vastas e surprehendentes.

E' extraordinaria a devoção dos povos para com a Senhora dos Remedios, não só da cidade e arredores, mas até de longes terras; e a concorrencia para aqui é espantosa, principalmente no dia da sua festa, tendo então Nossa Senhora muitas e valiosissimas offerendas.

Ao S. da cidade, e pouco distante do templo dos Remedios, está o convento de Santa Cruz, hoje quartel de infanteria n.º 9.

Em frente d'este quartel, está um vasto e bello terreiro, orlado de arvores, chamado *Largo de Santa Cruz*. Foi feito pelos soldados de infanteria 9, por iniciativa do sr. José Manuel da Cruz, coronel commandante do regimento; que muito fez para levar ávante esta obra: levou 18 annos a fazer (desde 1846 até 1864) que tantos foi o sr. Cruz commandante d'este regimento.

Tem Lamego um lyceu e um soffrivel theatro.

Os arredores de Lamego, posto serem muito accidentados, são pittorescos, e seus montes cobertos de frondosos arvoredos e seus valles bem cultivados e sempre verdes, graças á abundancia de optimas aguas. São tambem muito ferteis, e produzem muito azeite, cereaes, legumes, fructas, linho e vinhos especiaes. Cria-se por aqui muito gado de varias especies, e ha muita caça. Tem peixe dos seus dois ribeiros e do Douro.

Para evitar repetições, vide *Colheita*.

No territorio de Lamego, ha minas de chumbo, nikel e bismuto.

—

Já disse como *Echa Martim* foi vencido pelo conde D. Henrique, e como se fez christão e tributario de Portugal.

Acceite por elle pois esta posição, se foi de Guimarães para a sua cidade de Lamego; mas seus vassallos não quizeram obedecer-lhe, por elle se ter feito christão, nem pagar-lhe os tributos do costume; antes tramaram uma revolta, para o assassinarem. Fugiu elle para Guimarães, a queixar-se ao conde, que logo veio sobre Lamego, com a sua gente, tomando a cidade de assalto e fazendo nos mouros cruel exterminio, até que *Echa* lhe pediu que recolhesse os seus soldados, pois não queria ser senhor de uma povoação sem gente.

Como porém as terras em derredor da cidade eram todas de mouros, *Echa*, para não ficar entre elles sem defensores, pediu a D. Henrique que repartisse o seu territorio por fidalgos da sua côrte; o que assim fez o conde, dando a Egas Moniz as terras entre Balsemão e Barosa e outras muitas, até quasi ao rio Távora. A Gracia Rodrigues e a D. Fayão Rodrigues, seu irmão, deu o couto de Lomil (Leomil) e repartiu as mais terras por varios cavalleiros.

Egas Moniz povoou as suas terras com gente que trouxe d'Entre Douro e Minho, e fez uma quinta onde agora está fundado o convento de Salzêdas, dentro de cuja cêrca ainda existem as casas que elle edificou, e em que viveu sua mulher, D. Thereza Affonso, (menos duas ordens de varandas, que já não existem).

Aqui ficou a dita D. Thereza com o principe D. Affonso Henriques (que ella e seu marido crearam) em quanto Egas Moniz andava com o conde D. Henrique, combatendo os mouros.

Vide Bretiande, Gouviães, Paço de Sousa, Salzedas e outras muitas terras em que se falla no inclito varão Egas Moniz.

—

Pelos annos 1062, era rei de Lamego um mouro chamado *Al-Boazan*. Tinha uma filha, chamada *Ardinga* ou *Ardínia*, que se enamorou do cavalleiro christão, *D. Thedon Ramirez* (vide Granja do Tédo), filho do infante *Alboazar Ramirez* (o Cid) e neto de D. Ramiro II de Leão. (Vide Ancora, rio; Calle e Gaia).

Fugiu a moirinha ao pae, vestida de homem, com uma sua collaça por companheira, em busca de D. Thedon.

Chegou a uma ermida, perto do rio Tavora, que era da invocação do apostolo S. Pe-

dro (hoje S. Pedro das Aguias) e ahi, vendo um eremitão, chamado Gelasio, lhe disse quem era e a que vinha, dizendo-lhe tambem que se queria fazer christan.

O anachoreta a instruiu nos mysterios da religião christan e a baptisou, promettendo-lhe que D. Thedon casaria com ella; o que não teve effeito, porque o pae veio aqui dar com ella e a matou, afogando-a no rio Távora.

D. Thedon sentiu grande pezar pela morte de *Ardinga*, prometteu não casar, e cumpriu a promessa.

D'ahi a alguns annos, vindo D. Thedon de obter uma grande victoria contra os mouros, foi surprehendido por uma grande partida d'elles, que, depois de encarniçada resistencia, o mataram junto a um rio, que desde então tomou o seu nome — *Thedon* — que ainda conserva com pouca alteração, pois se chama *Tédo*. Vide Cabriz e S. Cosmado.

—

Em Lamego nasceu, pelos annos 200 de Jesus Christo, o famosissimo athleta e extremado cavalleiro, *Caio Appuleio Diocles*, celebrado nas chronicas do seu tempo, pelas suas espantosas proezas, chegando a levantar-se-lhe uma estatua na cidade de Roma, em cujos *circos* tinha muitissimas vezes sido triumphador coroado.

Dão noticia das suas repetidas victorias, duas inscripções que existiram muitos seculos, uma em Roma, no *Campo de Marte*, outra, erigida por seus filhos, em *Preneste*.

Faria e Sousa viu a primeira, em 1633, da qual consta que «*Appuleio Diocles*, corredor e domador de cavallos, da quadrilha e facção *Russata*, de nação lusitano, tendo 40 annos e 7 mezes, já tinha vencido—duas vezes, os corredores da facção *Albata* (a 1.ª sendo consules *Acilio Aviola* e *Cornelio Pansa*, e a 2.ª, no consulado de *Acilio Glabrio* e *Caio Bellicio Torquato*.) Venceu os da facção *Prasina*, sendo consules *Torquato Aspernate* e, 2.ª vez, *Annio Libonio*.

Em *Ostia* e *Lenate*, ganhou o premio destinado ao vencedor.

Correu com 6 e 7 cavallos juntos, ganhando assim muitos premios e victorias.

Em *Albato*, correu com dois carros juntamente, ficando victorioso.

Alcançou em um só anno 100 victorias publicas e 103 particulares.

Venceu a sua mesma facção, cuja victoria maior nome lhe deu; sendo proclamado o 1.º corredor da republica romana, no seu tempo.» etc., etc.

A inscripção da *memoria* de *Preneste*, dizia assim:

C. APPULEIO DIOCLI
AGITATORI PRIMO FACT.
RUSSAT. NATIONE HISPANO
FORTUNAE, PRIMIGENIAE
D. D.
C. APPULEIUS NYNPHIDIANUS
FILII
ET NYMPHIDIA.

—

Fr. Bernardo de Brito traduz assim:

«*Esta estatua e memoria dedicaram a Caio Appuleio Diocles, principal e primeiro corredor da quadrilha chamada Russata, de nação hespanhol, e é sua boa e venturosa fortuna, seus filhos Caio Appuleio Nymphidiano e Nymphidia.*»

—

Tambem alguns pretendem que o heroe de 1640, o dr. João Pinto Ribeiro, nascera em Lamego, o que é êrro. (Vide *Santoadou*.)

—

Segundo alguns escriptores, em 412, era bispo de Lamego, Thiburcio, que como tal assistiu ao primeiro concilio de Braga. Desde 716, não tornou a ter bispos (sendo a diocese governada, no espiritual, por *priores*) até 1144, em que D. Affonso I fez d'aqui bispo a D. Mendo, conego de Santa Cruz de Coimbra.

É certissimo que durante o governo de D. Thereza e muitos annos do de D. Affonso Henriques, não houve bispos em Lamego (talvez por causa das duvidas com a *Santa Sé*) e que o bispo de Coimbra governava o bispado de Lamego; pelo que, em muitos documentos d'aquelle tempo (como se vê d'esta obra) se dão como do bispado de Coimbra muitas terras do de Lamego, o que tambem tem causado duvidas e enganos.

Aqui nasceu, pelos annos de 1520, frei Francisco da Madre de Deus, conego secular da congregação de S. João Evangelista (loyo) e era de uma das mais nobres familias d'esta cidade.

Foi um religioso virtuossimo e um dos cinco conegos que á sua congregação elegeu, por ordem do papa S. Pio V, para hir, como foi, reformar a congregação da sua ordem, em Alga, de Veneza. Voltando a Portugal, se recolheu ao convento de Villar de Frades, onde foi reitor. Durante o seu governo, houve uma grande fome no reino, e tendo fr. Francisco dado em esmolas aos necessitados, quasi todo o pão do celleiro do convento, os seus frades, vendo que elle não lhes deixava nada para elles, foram ao celleiro e o acharam com mais trigo ainda do que o recebido nas colheitas.

Foi depois eleito geral da congregação, por todos os votos (menos o seu) mas tanto supplicou, com lagrimas de verdadeira dôr, que o eximissem d'este cargo, que assim o fizeram os religiosos; retirando-se fr. Francisco, para o convento de Santo Eloy, de Lisboa, d'onde nunca mais sahiu, nem mesmo da sua cella, senão para os actos do culto divino.

No dia 15 de junho de 1600, tendo mais de 80 annos de edade, confessou-se, disse missa, com toda a pausa e devoção do costume, e voltando da sachristia, foi á cella do prelado, pediu-lhe licença para morrer, e chegando á sua cella, acompanhado de muitos conegos, deitou-se na cama, pediu a extrema uncção, e entre fervorosas orações ao Omnipotente e á Santissima Virgem, expirou, com a doçura e gloria dos justos.

—

Lamego é patria de D. Rodrigo Lopes de Carvalho, doutor em ambos os direitos, e famoso jurisconsulto.

Foi abbade de Santa Maria de Alijó e S. Pedro de Gomes, no arcebispado de Braga, por apresentação de D. João III. Foi conego da Sé d'Evora, feito pelo cardeal infante D. Affonso, de quem foi grande valido, e seu desembargador. Foi inquisidor do *Santo Officio*, em Coimbra, e dahi passou a bispo (o 2.°) de Miranda, onde falleceu a 13 de agosto de 1559. Foi o fundador do collegio pontificio de S. Pedro, de Coimbra, ao qual, por bullas apostolicas annexou as ditas duas egrejas, de que era abbade; além de muitos bens patrimoniaes seus, de que fez doação a este collegio, que foi um dos mais célebres, não só d'este reino, mas até do orbe catholico.

—

Segundo Rodrigo Mendes da Silva, na sua *Poblacion General de España*. Foi esta cidade fundada por os grêgos *lacones (lacoos* ou *lacões)* no anno do mundo 3:633, 371 antes de Jesus Christo, dando-lhe o nome de *Laconi*, e como lhe aggregassem algumas aldeias visinhas, fizeram *Laconimurgi* ou *Laconimurgo;* porque *murgi* em grêgo significa *aldeia*.

Continua a dizer o mesmo escriptor, depois de sustentar que a antiga situação de Lamego era nas actuaes *Queimada* e *Queimadella*, e de narrar a invasão das 14 legiões de Trajano; que a actual Lamego foi fundada pelos lusitanos d'estes sitios e pelos romanos. Diz que se despovoou no tempo dos arabes, e que D. Affonso III, de Leão, a reedificou e povoou em 904.

Tornou a cahir em poder dos mouros, e a resgatou D. Fernando (o *Magno*) a 22 de julho de 1038, sendo regulo de Lamego *Zadan-Aben-Vucin*, que ficou tributario do rei de Leão.

Diz mais (depois de contar a derrota e conversão da *Echa Martim*) que a cathedral, Almacave, que estava convertida em mesquita, foi de novo purificada e consagrada, logo em 1102, por D. Bernardo, arcebispo de Toledo.

Segundo este auctor, o primeiro bispo foi o insigne escriptor Idacio (d'aqui natural) pelos annos 490.

No tempo do tal Silva (1650) tinha a correição de Lamego 14 villas, 47 concelhos e 5 honras.

—

No sitio onde ainda hoje se chama *Campo dos Frades*, havia um antiquissimo convento de frades, que era chamado mosteiro do *Retiro de Fáfel*, e que ainda existia em 1272.

Uma senhora de Lamego, que sabia que os frades desejavam mudar o seu mosteiro para mais perto da cidade (*bairro do Castello*) lhe deixou por testamento, 4 anneis, uma *magestade*, um camafeu e uma cruz de prata com uma pedra preciosa no centro, dizendo no testamento, D. *Aldára* (que assim se chamava esta senhora) que os frades vendessem aquillo, pois o seu producto chegava para a projectada mudança. É certo que em 1279 já este convento, que depois foi de franciscanos, estava no sitio onde os frades viveram até 1834.

Supponho que este mosteiro foi primeiro de frades bentos; não só porque então ainda não havia franciscanos; mas porque foi fundado (o 2.º) por um abbade benedictino, chamado Joanne Annes.

—

No *Tombo do Aro*, de Lamego (a fl. 3) se determina que: «*Se a mulher fizer* malfairo (adulterio) *o marido repartirá toda a sua fazenda com o mordomo de el-rei, de meio a meio, e a mulher ficará sem cousa nenhuma.*» Este Tombo é de 1346.

—

Junto a Lamego está o santuario de Nossa Senhora do Amparo, ou dos Meninos, no districto da freguezia da Sé. É a imagem d'esta Senhora de muita devoção dos povos d'estas terras, e antiquissima, pois consta por tradição e por memorias escriptas, que foi feita por Nicodemos e pintada por S. Lucas. Está sentada em uma cadeira, e tem 1m10 de alto, e sobre os joelhos tem o menino Jesus.

Fica o templo situado em uma costa, sobre o rio Balsemão.

A imagem de Nossa Senhora do Amparo, esteve primeiro na Sé, no altar que é hoje de Nossa Senhora do Rosario. Tirou-a do seu altar, o bispo de Lamego, D. Manuel de Noronha, depois de lhe fazer o templosinho onde hoje está: substituindo-a no altar da Sé, pela imagem da Virgem do Rosario, que mandára vir de Roma.

Este santuario foi edificado pelos annos 1555.

—

Proximo a esta cidade, para o E., e junto á ribeira de *Fáfel*, está o santuario de Nossa Senhora da Lagem, nome tomado do sitio em que o templo está edificado. O seu fundador foi Miguel Freire, e era conego da Sé de Lamego, como se vê de uma inscripção que está na capella-mór. Não se sabe em que anno foi edificada.

Eram administradores d'esta capella os morgados de Balsemão, que, segundo a instituição do vinculo, eram obrigados, não só ao reparo e conservação da capella, mas a varias missas em certos dias do anno, e em todos os dias santificados. Elles porém só trataram de receber as rendas obrigadas a estes legados, sem cumprirem nenhum d'elles, pelo que a capella foi pouco a pouco cahindo em total decadencia.

Quem instiuiu este vinculo, foi D. Affonso, bispo do Porto, nascido no logar de Balsemão; o qual tambem na Sé fundou a capella de S. Pedro, na qual assentou a cabeça do morgado. Aqui foi sepultado em 1400, como consta do seu epitaphio, gravado na sepultura. Este vinculo é o dos srs. viscondes de Balsemão.

—

Aqui morreu, com 72 annos de edade, em 21 de janeiro de 1863 na sua casa da rua da Pereira, o doutor em medicina pela Universidade de Coimbra, Antonio Pereira Zagallo, que nascera na villa de Ovar, em 6 de janeiro de 1791. Era um medico distincto e um honrado cidadão. Para a sua biographia, vide Ovar.

—

A comarca de Lamego é composta do seu julgado, com 5:650 fogos, e o de Tarouca, com 1:500.

O concelho de Lamego, é composto de 20 freguezias, todas n'este bispado. São:—Arneiroz (ou Villa Nova de Souto de El-Rei) Avões, Bigorne, Britiande, Cambres, Cepões, Ferreiros, Figueira, Magueija, Melcões, Parada do Bispo, Penajoia, Pennde, Pertarouca (ou Bertarouca) Samodães, Sande, Waldigem, Varzea, e as duas da cidade.

LAMEIRA — freguezia, Alemtejo, concelho d'Arronches, comarca e 35 kilometros ao E. de Portalegre, 190 ao SE. de Lisboa, 15 fogos, em 1757.

Orago Nossa Senhora dos Remedios.

Bispado e districto administrativo de Portalegre.

A mitra apresentava o cura que tinha 180 alqueires de trigo, annualmente.

Esta freguezia foi supprimida no principio do seculo XIX.

LAMEIRAS — freguezia, Beira Baixa, comarca e concelho de Pinhel, 70 kilometros ao SE. de Lamego, 335 ao E. de Lisboa 130 fogos.

Em 1757 tinha 80 fogos.

Orago Nossa Senhora da Assumpção (antigamente Nossa Senhora da Consolçaão.)

Bispado de Pinhel, districto administrativo da Guarda.

O reitor de S. Martinho, da cidade de Pinhel, apresentava o cura, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar.

LAMELLAS — freguezia, Douro, comarca e concelho de Santo Thyrso, 24 kilometros ao NE. do Porto, 335 ao N. de Lisboa, 200 fogos.

Em 1757 tinha 115 fogos.

Orago Santa Eulalia.

Bispado e districto administrativo do Porto.

É terra fertil e cria muito gado.

É corrupção da palavra árabe «*Lamenhi*» que em portuguez é o mesmo que dizer — «*De quem é?*» — Composta de *la* (de) *man* (quem) e *hi* (é.)

O D. abbade benedictino do mosteiro de Santo Thyrso, apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis annuaes.

LAMELLAS — é uma aldeia da freguezia de Castro Daire, d'antes quasi completamente ignorada, e hoje visitada por fieis, e até por viajantes de longes terras, por que encerra uma recente maravilha. É o caso:

José Lopes, um pobre jornaleiro, tendo recebido uma contusão em uma perna, aggravou-se-lhe a ponto d'aterrado de ouvir sentença de amputação, áqual reagio, preferindo um voto a Nossa Senhora dos Remedios, se sarasse, consistindo em mandar-lhe fazer uma festa, e em todos os sabbados mandar-lhe dizer uma missa, mendigando para isto esmolas. Oito dias depois já andava sem encosto: collocou-se a imagem da Senhora na capella publica de Lamellas, e celebrou-se-lhe uma esplendida festa.

Lembra-se então de edificar um templozinho á sua bemfeitora, e manifesta o seu pensamento, é coberto de sarcasmos e apôdos que, longe de o desanimarem, o estimulam mais; pega no sacco e parte por esse mundo de Christo.

Abençoado peditorio! Nunca mais deixou a missa de dizer-se, os pedreiros começam a obra da capella, são sastisfeitas pontualmente as suas ferias, ultima-se, collocam-se as imagens em tribuna dourada, celebra-se a primeira missa em 30 de janeiro de 1858, no meio de um concurso immenso, e José Lopes paga tudo, e ainda dá um bodo aos pobres.

Parece que Nossa Senhora dos Remedios permittia que sobre elle pesasem de quando em quando alguns infortunios para fazer sobresahir a sua gloria, porque um castanheiro cahe sobre elle, quebra-lhe ou esmaga-lhe as costellas, e quando se preparava com os Sacramentos para a morte, surge-lhe um derradeiro lampejar de esperança, e faz á Virgem novo voto de tornar diaria a missa semanal, se recuperasse saude.

Não tardou a retomar o sacco, e os fieis o habilitaram a cumprir o voto.

Appareceu, como que providencialmente, em Lamellas o Reverendo Antonio Correia dos Reis, e fez do pulpito um tocante discurso, manifestando o desejo de n'aquelle logar se edificar um magestoso templo a Nossa Senhora dos Remedios, e todos os ouvintes se prestaram a dar o seu obolo, lançando-se a primeira pedra no dia 16 de julho de 1859 apoz uma commovente pratica do Reverendo Frei João de Santa Rosa da Silveira. Mas como obter as immensas sommas que tinham de despender-se até á conclusão da obra?

Reccorreu á devoção dos povos, e hoje (1874) um sumptuoso templo de vastas dimensões muito proximo da sua conclusão, substituiu a pequena capella primitiva que ainda lá se vê no centro d'este; e o obscuro José Lopes espera ver antes de pouco tempo a sua consagração, do que os mais scepticos já não duvidam.

A propria familia real portugueza, gran-

de parte da aristocracia da capital e de outras terras e immensos catholicos de todas as cathegorias teem contribuido para esta obra, merecendo especial menção o sr. dr. Nicolau de Mendonça Falcão, residente em Fareginhas, da mesma freguezia de Castro Daire, sempre com a bolsa aberta em occasião dos apuros de José Lopes; e o sr. João Francisco de Moráes, da cidade do Porto, que tão bom uso faz da sua riqueza, e que consta ter alli posto constantemente um pedreiro por sua conta.

Se alguem ainda duvidar do sentimento religoso do bom povo portuguez, convidamo-lo a hir dar um passeio a Lamellas.

—

LAMENHE — Vide *Lemenhe.*

LAMOSA — freguezia, Beira Alta, concelho de Caria e Rua antigamente, hoje concelho de Cernancêlhe, comarca de Moimenta da Beira, 30 kilometros de Lamego, 310 ao N. de Lisboa, 75 fogos.

Em 1757 tinha 40 fogos.

Orago Nossa Senhora da Conceição.

Bispado de Lamego, districto administrativo de Viseu.

O reitor de Cárquere apresentava o cura, confirmado, que tinha 3$600 réis de congrua e o pé d'altar.

LAMOSO — freguezia, Douro, comarca de Louzada, concelho de Paços de Ferreira, 30 kilometros ao SE. de Braga, 24 ao N. do Porto, 340 ao N. de Lisboa, 175 fogos.

Em 1757 tinha 75 fogos.

Orago Santa Maria.

Arcebispado de Braga districto administrativo do Porto. É terra fertil.

O reitor de S. Pedro Fins de Ferreira apresentava o vigario, collado, que tinha 60$000 réis.

LAMPAS — Vide S. João das Lampas.

LAMPASSA ou LAMPAÇA—Ha em Portugal algumas aldeias e muitos sitios chamados *Lampassa* — vem a ser o mesmo que *verbasco*, ou *varbasco*, planta medicinal bem conhecida.

LANÇÃO — freguezia, Traz-os-Montes, comarca e concelho de Bragança, 48 kilometros de Miranda, 465 ao N. de Lisboa, 36 fogos em 1757.

Orago S. Miguel, archanjo.

Bispado e districto administrativo de Bragança.

O reitor de Sórtes apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar.

Esta freguezia foi no principio do seculo XIX annexa á de Sórtes.

LANDA ou LONDA—terra maninha, inculta e desaproveitada. Os fóros que d'estas terras se pagavam chamavam-se *londosos.*

Portuguez antigo — Vem do germanico — *land*, que significa *terra.*

LANDAL — freguezia, Extremadura, comarca das Caldas da Rainha, concelho d'Óbidos, 84 kilometros ao NE. de Lisboa, 130 fogos.

Em 1757 tinha 98 fogos.

Orago o Espirito Santo.

Patriarchado, districto administrativo de Leiria.

Feira a 10 d'agosto.

Landal, no antigo portuguez, significa — *terra dos maninhos.* Vide *Landa.*

O commendador de Malta, bailio de Leça apresntava o vigario, que tinha 30$000 rs. annuaes.

LANDÊDO — freguezia, Traz-os-Montes, comarca e concelho de Vinhaes, bispado e districto administrativo de Bragança. Esta freguezia e as de Carvalhas, Casáres, Cerdêdo e Villarinho das Touças, estão annexas á de S. Pedro de Montouto, no mesmo concelho, comarca, bispado e districto administrativo.

A mesma etymologia.

LANDEIRA — freguezia, Alemtejo, comarca, e concelho de Monte Mór Novo, 70 kilometros d'Evora, 60 ao E de Lisboa, 60 fogos.

Em 1757 tinha 68 fogos.

Orago Nossa Senhora da Nazareth.

Arcebispado e districto administrativo d'Evora.

A mesma etymologia.

A mesa da consciencia apresentava o capellão, curado, que tinha 180 alqueires de trigo, 120 de cevada e 10$000 réis em dinheiro, annualmente.

LANDIM — villa, Minho, comarca e concelho e 10 kilometros de Villa Nova de Fa-

malicão, 18 ao SO. de Braga, 345 ao N. de Lisboa, 290 fogos.

Em 1757 tinha 144 fogos.

Orago Santa Maria (Nossa Senhora da Assumpção.)

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

A mesma etymologia.

Os conegos regrantes (crusios) do mosteiro de Landim, apresentavam o cura, que tinha 60$000 réis annuaes.

Foi couto. É aqui o convento referido, fundado e dotado, em 1096, por o conde D. Rodrigo Forjaz de Transtamara, filho do conde e rico homem D. Forjaz Vermuí, companheiro do conde D. Henrique.

Outros pretendem que o fundador do mosteiro foi D. Gonçalo Gonçalves, filho do conde D. Gonçalo Rodrigues, senhor do couto de Palmeira, mas é êrro. Gonçalo Gonçalves e seu irmão Rodrigo Gonçalves Pereira, é que com seu pae, doaram o couto de Landim ao mosteiro.

D. Gonçalo Rodrigues, sr. do couto de Palmeira, doando o couto a este convento, fez assignar a doação por seus filhos.

Consta do *Liv. dos Obitos* d'este mosteiro haver sido commendatario e reedificador d'elle, D. Miguel da Silva, da illustre casa dos Silvas de Portalegre, bispo de Viseu e cardeal da Santa Egreja Romana, que morreu em Roma, a 5 de junho de 1556.

Teve este couto titulo de condado, e assim o tratava D. Affonso IV;— D. João I, o conservou, com jurisdicção civel.

O prior era ouvidor, e na feira que se fazia aqui, punha o preço aos generos que estavam á venda.

O convento era isento do ordinario, que só visitava os freguezes, em uma capella que estava fóra onde está sepultado o virtuoso D. Pedro Garcia, 2.º prior, fallecido em 1198

Em 1562, foi este convento unido ao de Santa Cruz de Coimbra.

Foi aqui o solar dos Landins, appellido nobre em Portugal. Alguns o fazem originario dos Landins de Inglaterra, que vieram para Portugal com o duque d'Alencastre (sogro do nosso D. João I.)

Outros sustentam que este appellido foi tomado do couto de Landim (este) e outros dizem que procede dos Landins de Palencia.

O primeiro que se acha com este appellido, é Gaspar Dias Landim, aquem D. João III mandou passar brazão d'armas, que é— em campo de prata, faxa de púrpura, e em chefe, uma cabeça de leão, da sua côr: elmo de prata aberto, e por timbre, a cabeça do leão das armas, entre duas asas d'ouro, em meio vôo.

Outros do mesmo appellido, usam — em campo de prata, facha de púrpura, carregada com uma cabeça de Leão, d'ouro: elmo de prata aberto, timbre, uma cabeça de leão, de púrpura, entre duas azas d'ouro.

Os morgados de Villar do Paraizo (Gaia) os Castros Portugaes, de Mançores (concelho de Arouca) e outras familias nobres de Portugal, procedem dos Landins.

Na egreja do mosteiro é tida em grande veneração uma imagem a que antigamente davam o titulo de Nossa Senhora da Basta, e que hoje a invocam sob a denominação de Nossa Senhora de Landim.

A tradição relativa a esta imagem é a seguinte:

Junto ao referido mosteiro havia em tempos remotos uma ermida dedicada a Nossa Senhora da Basta; nome cuja significação e etymologia nos é desconhecida.

Suppõe-se ser muito mais antiga do que o mosteiro. Arruinada pelo tempo, os conegos, que eram administradores da capella, por estar em terras do mosteiro, não quizeram reedifical'a, preferindo trasladal'a para a sua egreja.

Foi sempre esta santa imagem, da particular devoção dos povos d'estas terras, que a ella sempre fervorosamente recorreram, com bom exito, nas suas atribulações, e em todas as calamidades publicas, levando-a n'este ultimo caso, em solemne procissão (clamor) a Villa Nova de Famalicão.

São estes clamores muito concorridos de gente de varias freguezias, com suas cruses, parochos e clerigos, e obtido o milagre que imploram, regressa a S. S. Virgem em triumpho, á sua egreja.

A imagem é pequenina, mas de bôa esculptura e de um rosto angelico. Está per-

feitamente conservada, apesar da sua antiguidade.

LANGROIVA ou **LONGROIVA**—villa, Beira Alta, comarca de Villa Nova de Foz-Côa, concelho da Méda, 70 kilometros de Lamego, 340 ao NE. de Lisboa, 160 fogos, 640 almas.

Em 1757 tinha 133 fogos.

Orago Santa Maria (Nossa Senhora da Natividade).

Bispado de Lamego, districto administrativo da Guarda.

O seu primeiro nome era *Langóbria.* (Vide Caria— a segunda.)

A mesa da consciencia e ordens apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis annuaes.

No seu termo ha minas de chumbo.

Situada em logar baixo e doentio, 6 kilometros ao S. de Muxagata, e 6 ao E. da Méda; cercada de 4 outeiros, banhada ao E. pelo rio *Pisco.*

É povoação antiquissima, e provavelmente fundada pelos celtas, pois existia e era antiga no tempo dos romanos.

Abandonada pelos arabes, foi povoada por *D. Fernão Mendes de Bragança,* em 1145, reedificando então o seu castello, que deu n'esse mesmo anno aos templarios.

O castello está em ruinas; porém a sua torre ainda está bem conservada.

Esta villa foi dos templarios.

É notavel pelos seus banhos thermaes e aguas ferreas, muito frequentadas no verão.

O referido D. Fernão Mendes, era ricohomem, conde e cunhado de D. Affonso Henriques, per ser casado com a rainha D. Sancha, filha legitima do conde, D. Henrique e da rainha D. Thereza.

Note-se que D. Fernão já achou feito o castello pelos arabes, ou talvez pelos romanos, e elle só o povoou. Viterbo diz «D. Fernão Mendes, havendo povoado o castello de *Langrovia,* que está entre *Marialba* e *Nomam* o doou aos templarios, em 1145.»

D'aqui se collige que já achou feita esta fortaleza, a qual elle talvez reedificasse. É pois com certeza um monumento antiquissimo.

Desde antes de 1130 até depois de 1145 eram *Longroiva, Numão, Penadono, Manrialva* e todas as mais egrejas d'entre o *Táuvora* e *Côa,* do arcebispado de Braga. (*Mon. Lus.* V, fl. 174.)

A falta de bispos, por muitos annos, em Lamego e Viseu, fez alargar os limites do arcebispado de Braga e do bispado de Coimbra, contra o determinado nas antigas demarcações. Vê-se em muitos documentos antigos, que Arouca, Paiva, Sinfães, Sanfins, Rezende, etc. são do bispado de Coimbra, o que é erro. Estas terras foram sempre do bispado de Lamego; mas como elle foi por muitos annos (como o de Viseu) administrado pelo bispo de Coimbra, foi d'aqui que nasceu o engano.

—

No tempo dos godos era esta villa uma das seis matrizes que constituiam o bispado de Lamego. No testamento de Dona Flamula, feito em 960 (que está no Liv. 1.° de Dona Mumma-Domna, de Guimarães, a fl. 7) se acha mencionado o *castello de Langobria)* juntamente com os de *Caría, Trancoso, Moreira, Naumam (*Numão*) Vacinata* ((Macieira de Font'arcada?) *Amindula (*Ammendoa) *Pena do Dono* (Penedono), *Alcobria* (Alcarva) e *Sermozelle* (Cernancêlhe).

Esta Dona Flamula (em portuguez *Chama)* era sobrinha da condessa Dona Mumma Domna, e de D. Ramiro II de Leão, e uma senhora riquissima, que morreu solteira.

No tal testamento *deixa a sua alma por herdeira* da sua muita fazenda que toda manda repartir em obras pias—«*Et in laicale nihil transferre*» (!) e continúa—«*Ordinamus nostos castellos esse Trancoso, Moraria, Langrovia, Naumám, Vacinata, Amindula, Pena do Dono, Alcobria, Semorzelli, i, Caría, cum alias penellas* (outros castellos mais pequenos e insignificantes) *et populaturas, quæ sunt in ipsa Stremadura:* (no tempo dos godos e ainda muito depois, se dava a este territorio o nome de Estremadura) *omnia vendere et pro remedio animæ meæ, captivos, et peregrinos, et Monasteria destribuere in ipsa Terra.*»

—

O seu primeiro foral lhe foi dado pela rainha D. Thereza em Cernancêlhe, a 26 de outubro de 1124. D. Affonso II o confirmou em Pinhel, em fevereiro de 1220, e foi communicado a Langroiva, por carta expedida de Santarem, por D. Diniz, em 7 de fevereiro de 1304.

D. Manuel lhe deu foral novo em Santarem, no 1.º de junho de 1510.

As aguas mineraes de que fallei são applicadas, com bom resultado, para padecimentos nervosos. A sua composição chimica é egual ás de S. Gemil, mas com maior grau de mineralisação, que as torna similhantes ás de S. Pedro do Sul.

Tambem no sitio das caldas ha um poço com agua da mesma qualidade, da qual se faz uso.

Ha tambem aqui uma rica mina de chumbo, pouco explorada.

LANHAS — freguezia, Minho, comarca e concelho de Pico de Regalados até 1855, e desde então comarca e concelho de Villa Verde, 12 kilometros ao NO. de Braga, 370 ao N. de Lisboa, 100 fogos. Em 1757 tinha 57 fogos. Orago S. Thomé, apostolo.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

E' terra fertil. Cria muito gado e caça.

O reitor de S. Thiago de Caldellas apresentava o vigario, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar.

Está na egreja matriz um cofre de reliquias de santos, mas não se sabe de quaes.

LANHELLAS — freguezia, Minho, comarca e 20 kilometros ao NO. de Vianna, concelho e 2 kilometros ao NE. de Caminha, 60 ao ONO. de Braga, 102 ao N. do Porto. 415 ao N. de Lisboa, 170 fogos.

Em 1757 tinha 120 fogos.

Orago S. Martinho, bispo.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

Situada em fertilissima e formosissima planicie, na margem esquerda do rio Minho, e cortada pela nova estrada de 1.ª classe, que de Lisboa vae para o N., feita em 1863.

O reitor de S. Pedro de Seixas apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis.

Os dizimos d'esta freguezia eram do commendador de Seixas.

Mesmo ao pé do rio está uma quinta, com sua torre ameiada de pequenas dimensões, toda de cantaria, que denota muita antiguidade.

Era o solar dos Abreus, de Merufe; mas passou a uma outra familia.

E' a casa da residencia do sr. Camillo de Sá e sua familia. Chama-se mesmo quinta *da Torre.*

A' delidadeza e benevolencia do rev.mo sr. João Joaquim Baptista, da freguezia de Seixas (immediata a esta) devo a copia de um manuscripto do abbade de Villar de Mouros, (freguezia proxima) escripto em 1747, do qual passo extrahir o que se segue, alterando-lhe aquelles pontos em que por qualquer circumstancia tenham havido mudanças de qualquer natureza.

A quinta da Torre é uma das mais bellas e bem situadas de todo o Alto-Minho. Em 1860 foi cortada pela nova estrada real de primeira classe, que vem de Lisboa ao Porto, Barcellos, Vianna, Ancora, Caminha, Villa Nova da Cerveira, Vallença, Monção e Melgaço.

Este córte porem em vez de a prejudicar a tornou mais bonita e valiosa, visto que a estrada vem agora a passar a uns 50 ou 60 metros apenas, em frente das casas, que são, como já disse, formadas de robustas paredes da cantaria, em forma de torre, quadrada, enobrecida com ameias. Fica ao S. da quinta, — ao N., e perto do rio Minho tem outra torre mais pequena, da mesma fórma e materia. D'esta torre vae até ao rio um esteiro (denominado *Rego de Lanhellas*) que serve d'abrigo aos barcos d'esta freguezia e da de Seixas. Junto á primeira torre estão as casas d'habitação, tambem antigas, mas não tanto como as torres, que egualmente são habitadas, e estão muito bem reparadas.

Das casas para o rio ha um passeio com um mirante de cantaria, terraplenado, com 6 metros acima do nivel do sólo, onde se veem duas laranjeiras, alli mandadas plantar por o arcebispo de Braga, D. fr. Bartholomeu dos Martyres.

Ao S. tem um bom pomar de espinho,

ainda mais antigo do que as laranjeiras. É guarnecido de um alto muro ameiado, com janellas deitando para o rio; de módo que, quem por elle navega lhe parece isto um formidavel castello. Ha aqui um bom caes de cantaria.

N'este esteiro ha tainhas e outras optimas qualidade de peixe, fazendo-se aqui bellas pescarias.

Suppõe-se, com bons fundamentos, que as casas d'esta quinta foram edificadas mesmo sobre a margem esquerda do Minho, que amontuando por este sitio grande deposito de terra, se foi distanciando. Não só os terrenos adjacentes são de aluvião, e por isso feracissimos, como já em nossos dias se tem conhecido differença maior, das casas ao Minho.

São pretenças d'esta quinta varias terras e fóros.

D. fr. Bartholomeu dos Martyres aqui vinha passar uma grande parte dos verãos, para descançar dos seus arduos trabalhos apostolicos.

O ultimo possuidor legitimo d'esta bella propriedade foi D. João de Sá e Menezes, bem conhecido em todo o reino e dominios pelas suas emprezas extravagantes.

Em 1747 era proprietaria, sua filha bastarda, D. Quiteria de Sá e Menezes, depois de varias demandas com Pedro Lopes de Azevedo, de Barcellos, e outros parentes proximos de D. João.

Não pude saber como isto passou á familia Sá. O pae do actual possuidor (1874) era o sr. João de Sá (casado com a sr.ª D. Carlota, filha de uma açafata de sr.ª D. Carlota Joaquina de Bourbon e Bragança, imperatriz rainha.)

Era da casa da Ameosa. O sr. João de Sá era formado em direito e foi corregedor de Vallença.

—

A egreja matriz é bonita e aceiada. Ha na freguezia 5 capellas que são:

S. Martinho, que, segundo e tradição, foi a primittiva egreja parochial. Está em uma elevação a uns 500 metros do Minho.

S. Sebastião, Senhor do Cruseiro — estas tres publicas — e a de Nossa Senhora da Graça e Santo Antonio, da casa da Torre; e S. Gregorio, com um bonito jardim em volta, fechado por um muro. Esta capella é muito linda e pertence á ordem terceira de S. Francisco. É muito frequentada de devotos.

Está na falda do monte de Gôios.

Ao zêllo e solicitude do illustrado, virtuoso e exemplar eclesiastico, R.mo José Soares d'Antas Faria deve este templosinho todos os seus melhoramentos e formosura, pois que, desde que é capellão d'elle, não se tem poupado a trabalhos. para á sua custa e por esmolas por elle obtidas, conseguir fazer d'este edificio religioso uma bellissima casa de oração.

—

Na egreja matriz ha um quadro a oleo, com S. Jorge—acavallo—e umas barcas com remos, e cheias de gente pelejando. Tem um letreiro que diz:

Esta imagem *de S. Jorge mandaram fazer os moradores d'esta freguezia de Lanhellas, pela victoria alcançada do inimigo gallêgo; e Sua Magestade, o Rei D. João IV fez mercê de libertar do tributo da decima, a este povo; e succedeu a victoria aos 27 d'abril de 1644.*

—

Segundo a constante tradição, os gallêgos vinham em grande numero, para saquearem e incendiarem estas povoações, o que se soube a tempo pelos espias, e pelas rondas do rio, e á pressa se reuniram 60 homens (que eram quantos estavam em estado de tomar as armas) e os esperaram na praia, dentro das trincheiras que alli se tinham construido, desde o esteiro da casa da Torre até ao Parapeito. [1]

Desembarcou a maior parte do inimigo, commandado pelo capitão Toro, que a si mesmo se tinha cagnominado o *Trovão*. Os lanhelenses os receberam com uma *surriada* (descarga) de mosqueteria, que foi muito bem empregada, e desembainhando as suas espadas, e empunhando os seus chuços, dardos, partasanas, etc, saltaram fóra

[1] Este *Parapeito* é uma especie de mólhe ou caes d'alvenaria, que entra um pouco pelo rio Minho. Tambem lhe dão o nome de Pesqueira de Lanhellas.

da trincheira, dando sobre os gallêgos, que fugiram para as suas barcas, nas pontas dos dardos dos nossos bravos populares, que naquelles fizeram horrorosa matança, excedendo, entre mortos, e feridos e prisioneiros, o numero de 600, sendo um dos agarrados o tal *Trovão*, que depois foi trocado por os portuguezes Antonio Lourenço e seu filho Pedro Lourenço, dois lavradores corajosos, que tinham cahido em poder dos gallegos.

Como diz a inscripção, este feito glorioso dos nossos lanhellenses, teve logar em 27 de abril (1644) dia de festa de S. Jorge, defensor do reino de Portugal.

O tal Trovão, dizia depois, que *la mayor rabia que tenia, era quedar presionero de unos villanos.* [1]

—

Os homens de Lanhellas são em geral corpulentos, corajosos e de grandes forças. Antigamente tinham por costume, em occasiões de festas, hirem a Vianna lutar com os d'alli, ficando muitas vezes vencedores.

Tinha o povo d'esta freguezia o privilegio de não hir ás montarias, sob a condicção de perseguir os arroazes (roazes) que são uns peixes muito damninhos do Minho.

—

Bastantes varões notaveis teem nascido n'esta freguezia, sendo os mais dignos de menção:

José Antonio Guerreiro, ministro do estado, no tempo de D. João VI.

O doutor Antonio Luiz Fetal Carneiro, que foi mais de 20 annos administrador do concelho de Caminha, e hoje é um distincto advogado em Braga.

É um cavalheiro illustrado e geralmente bem quisto, pelas nobres qualidades que o adornam.

Frei Paulo, provincial dos capuchos da observancia, grande lettrado e bom orador sagrado.

[1] Ainda na guerra civil denominada da *patuleia*, se formou em Lanhellas uma companhia de voluntarios populares, commandados por um tal Cavallaria, que deu que fazer ás tropas do governo de Lisboa.

Em Lanhellas nasceram varios homens de talento, conegos, abbades, beneficiados, doutores, prégadores, religiosos, clerigos, etc.

Ha n'esta freguezia, optimos officiaes de canteiro, que trabalham com distincção por varias e distantes terras do reino e pela Hespanha.

LANHEZES — villa extincta, Minho, comarca e concelho de Vianna, 30 kilometros ao O de Braga, 330 ao N. de Lisboa, 230 fogos, 880 almas.

Em 1757 tinha 173 fogos.

Orago Santa Eulalia.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

É terra fertil.

Os Cyrnes, da casa do Paço, de Vianna, e os Rochas de Meixêdo apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 600$000 rs. de rendimento annual.

Faz-se n'esta freguezia muita e optima telha.

Ha vestigios de lavra de minas de estanho; e tambem de fortificações antigas.

Dizem alguns escriptores que era aqui o assento da antiquissima cidade lusitana chada *Lais* ou *cidade dos laisenses* (de que Lanhêzes é corrupção.)

Lais era a capital dos povos *turolicos*; mas *Abrahão Ortelio*, na sua carta geographica, a demarcou com o nome de *Aquae-Faae, Turodorum* (*Aguas Faias*, ou *Lunas*.)

Outros pretendem que esta cidade existiu entre as villas de Monção e Valladares o que é êrro, a dar credito a Ortélio.

LANHOSO—freguezia, Minho, comarca e concelho da Póvoa de Lanhôso, 12 kilometros ao NE. de Braga, 360 ao N. de Lisboa, 270 fogos. Em 1757 tinha 200 fogos.

Orago S. Thiago, apostolo.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

É muito fertil e tem gado e caça.

A mitra apresentava o reitor, que tinha 150$000 réis annuaes.

Lanhoso é uma povoação antiquissima. Os romanos aqui construiram, sobre um acervo de penhascos bastante elevados, um inexpugnavel castello, do qual ainda existem os restos venerandos.

Na torre existiu uma lapide com esta inscripção:

CRASTINUS AEDIFICAVIT

Este Crastino foi general de Cesar, na conquista da Galliza. Pretendem alguns que d'este general procedem os Castros portuguezes e hespanhoes.

Outros dizem que Crastino não foi general, mas capitão, de Cesar, e que morreu na batalha de Pharsalia, sem em tempo algum ter vindo á Peninsula Iberica.

Ainda havia outra inscripção no castello, que tambem já não existe, nem Argote a traz copiada.

N'este castello residiu por muito tempo a rainha D. Thereza, viuva do conde D. Henrique, emquanto governou Portugal, e d'aqui são datados muitos foraes que ella deu a diversas terras do reino, e varias doações.

Aqui foi cercada D. Thereza, em 1125, por sua irman, a rainha D. Urraca, mulher do conde D. Raymundo, a quem seu pae tinha dado o reino de Galliza. Depois de poucos dias de sitio, se reconciliaram as duas irmans, fazendo as pazes; do qne existe um documento authentico, chamado «*Tratado de Lanhoso.*»

Pretendem alguns escriptores, que D. Thereza, recusando entregar o governo de Portugal á seu filho, este se viu na necessidade de tomar as armas contra as tropas de sua mãe, sobre as quaes ganhou a victoria de S. Mamede (junto á Guimarães) em 1128, encerrando sua mãe no castello de Lanhoso. Este facto porém, é negado por os melhores historiadores, e estou convencido que D. Thereza, depois de exercer a soberania com a maior intelligencia, rectidão e solicitude, por espaço de 16 annos, entregou o governo expontaneamente a seu filho, que sempre a amou e respeitou muito, cumprindo as suas ordens, emquanto ella viveu, e ainda depois da sua morte, todas as disposições do seu testamento. (Vide Guimarães.)

—

Lanhoso foi villa, e D. Diniz lhe deu foral, em Coimbra, a 25 de setembro de 1292. D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 4 de janeiro de 1514.

Além do castello, ha ainda aqui ruinas de outras fortificações.

No castello ha duas capellas, a de S. Caetano e a de S. Payo. Ainda existe aqui uma vasta cisterna.

Ignora-se em que anno os romanos edificaram o castello de Lanhoso: sabe-se porém que foi quando se construiu a célebre *ponte do Porto*, proximo a Braga e a maggestosa ponte de *Perozêllo.*

Estas pontes estavam construidas sobre a célebre *via militar romana* denominada *Geira* (Vide Geira) de que ainda ha restos magnificos; mas aquellas duas pontes estão ainda tão bem conservadas como se fossem feitas ha poucos annos.

Proximo d'esta freguezia, em varios sitios, ha restos de antigas fortalezas, e ficava perto a antiquissima cidade de *Citania.* (Vide Citania.)

Esta cidade, em que foi bispo S. Torquato, foi destruida pelo consul romano Decio Junio Bruto, no anno 135 de Jesus Christo.

Lanhoso foi muitos seculos capital do concelho do seu nome, hoje é uma freguezia do concelho da Povoa de Lanhoso, cuja capital é a villa d'este nome, na freguezia de Fonte Arcada.

—

Se o castello de Lanhoso foi construido quando se edificaram as duas pontes de que acima fallo, é certo que a sua fundação data do tempo do imperador romano Vespasiano, e pelos annos 75 de Jesus Christo, vindo por tanto a ter nada menos de 18 seculos de existencia.

Sendo seu alcaide-mór D. Rodrigo Gonçalves Pereira de Berrêdo, este lhe lançou fogo, por ciumes; damnificando-lhe a maior parte dos madeiramentos; mas sem nada prejudicar a solida construcção de suas muralhas.

Largos annos decorreram até que um rico homem chamado André da Silva Machado, negociante da cidade do Porto (mas natural do logar de Valle de Mil, d'esta freguezia) pelos annos 1680, lhe desmantelou alguns reductos, bastiões, adarves e mais

obras de defeza e erigiu no cimo d'aquelles rochedos, da parte do sul, um templo de granito, abobadado, dedicado a Nossa Senhora do Pilar, com suas capellas exagonas, em frente: e outras nos angulos de uma verêda, que em *zigue-zague* desce pelo nascente até á raiz d'aquellas gigantescas penedias; terminando em uma capella octogona, dedicada ao Senhor do Horto.

Nas capellas estão representados, por figuras de tamanho natural, os *passos da paixão de Jesus Christo.*

A imagem de Nossa Senhora do Pilar, é em tudo cópia fiel da que se venera na egreja do mosteiro crusio da Serra do Pilar (Gaia.) A sua festividade não é a 15 de agosto, como a de Gaia; mas a 29 de junho, dia dos apostolos S. Pedro e S. Paulo.

As cortinas ameiadas do castello e alguns dos seus cubéllos e bastiões ainda se conservam de pé, descobrindo-se a muitas leguas de distancia.

Do alto do vetusto castello e do adro do templo de Nossa Senhora do Pilar (ponto central do concelho) se gosa um bellissimo panorama. Ao sul, em baixo, e apenas a 500 ou 600 metros de distancia, se vê a villa da Povoa do Castello de Lanhoso, povoada pelos condes *Ozores*, por ordem de D. Diniz, em 1292; e que hoje tem progredido, não só devido á actividade de seus moradores, mas tambem á rede de estradas que possue para differentes direcções. Tem uns bons paços do concelho e uma bella ponte de cantaria sobre o ribeiro de Pontido, que a divide. É a mais bem situada villa que se encontra na estrada de Braga a Chaves.

São suas armas—escudo partido em pala, na 1.ª, as armas de Portugal; na 2.ª, em campo de purpura, um castello de ouro, chammejante, sobre rocha de prata, tudo lavrado de preto. Por timbre, corôa mural de prata, com o castello por cima.

Do castello de Lanhoso, olhando para o E., termina a vista no elevado pico de S. Maméde, na aspera Serra da Cabreira e na longa *Cumiada dos Moroiços*; e mais abaixo, sobranceiro ao rio Ave, se vê, em sitio ameno e formosissimo, o magestoso santuario de Nossa Senhora do Porto de Ave.

Do mesmo ponto se avistam terras de 4 freguezias, tão antigas como a monarchia, que são: Mottas, Godinhos, Machados e Berrêdos; e mais a E., a egreja de Font'arcada. (Vide Font'Arcada.)

Pelo S., divide este concelho, o piscoso rio Ave; pelo N., o caudaloso Cávado; e pelo O. o Monte de S. Miguel e cordilheiras adjacentes. Pelo E. termina nos referidos Picos de S. Mamede e de Moroiços.

(O que faltar n'esta freguezia, procure-se em Font'Arcada e Póvoa de Lanhoso.)

Era no concelho de Lanhoso o solar dos *Mottas*; que traziam por armas, em campo verde, cinco flores de liz, de ouro, em aspa—capacete de prata, aberto, e por timbre uma flor de liz das armas; entre duas plumas verdes.

Outros usam—em campo verde, cinco flôres de liz, de ouro, em aspa—elmo d'aço aberto, e por timbre, duas plumas verdes, guarnecidas de ouro, e entre ellas, uma das flôres de liz das armas. (Vide Santo Estevão de Villa Chan.)

Motta, é appellido nobre em Portugal. O primeiro que com elle se acha, é Ruy Gomes de Gondar da Motta, que viveu no reinado de D. Affonso II, e tomado da sua quinta da *Motta*, onde teve o seu solar, na freguezia de Santo Estevão de Villa Chan (Minho.)

LAPA e **EIREIRA**—vide Eireira e Lapa.

LAPA—villa extincta, Beira Alta, na freguezia de Quintella da Lapa, comarca de Moimenta da Beira, concelho de Caría e Rua, até 1855, hoje concelho de Cernancêlhe, 35 kilometros a SE. de Lamego, 315 ao N. de Lisboa.

Situada na penhascosa e desabrida serra da Lapa. N'ella está o santuario da Senhora da Lapa, muito frequentado, especialmente a 15 de agosto, que se faz aqui uma grande romaria.

No meio da capella-mór ha um enorme penedo, no qual está encaixado o altar da Senhora (e é por isso que se chama da *Lapa*.)

Consta que a origem d'este santuario é a seguinte:

Al-Mançor, rei, ou califa de Córdova, per-

seguidor feroz dos christãos, invadiu a Lusitania em 983, levando tudo a ferro e fogo. Assolou a maior parte do Minho, e as cidades de Viseu e Lamego, e todas as mais povoações por onde fez a sua passagem devastadora.

As freiras do convento de *Sesmiro* (hoje *Sermillo*) abandonaram o seu mosteiro, fugindo ás crueldades de Al-Mançor; mas, para que os mouros não commettessem algum sacrilegio a uma imagem da Virgem, que tinham em grande veneração, a esconderam entre umas brenhas. Al-Mançor, arrasou este mosteiro até aos seus fundamentos sem deixar pedra sobre pedra. Diz-se tambem que as freiras foram agarradas pelos mouros, que assassinaram umas e levaram outras captivas. No sitio onde foi o convento, ainda hoje existe uma ermida, chamada de Nossa Senhora do Mosteiro.

Desde 983 até 1498 esteve a imagem da Senhora escondida na lapa, e n'este ultimo anno, uma menina, muda de nascimento, chamada Joanna, do logar de Quintella, que fica a pouca distancia da lapa, andando a guardar o gado a seus paes, lembrou-se um dia de entrar na lapa, e alli achou a santa imagem, e a metteu na cêsta onde guardava as maçarocas. Era a imagem pequenina mas muito formosa, e a pastorinha, soberba do seu thesouro, a enfeitava como podia, com as mais bonitas flores que achava n'aquelles alcantis.

Quando á noite recolhia para casa, não fazia outra cousa senão vestir e despir a Senhora, até que sua mãe, aborrecida d'aquella insistencia da filha, lhe tirou a imagem das mãos e a arremessou á fogueira. Então a menina, tansida de horror, disse em voz clara e vibrante: «*Ta, não faça isso.*» A falla foi desde então restituida á pastorinha e sua mãe ficou com os braços e pernas sêccos.

Áos gritos das duas acudiram os visinhos, ficando todos pasmados d'estas maravilhas, e levando a Senhora para a sua Lapa, guiados por Joanna. Assim que a Senhora foi collocada no seu escondrijo de 515 annos logo a mãe da pastorinha adquiriu saude perfeita.

Alli construiram á Senhora um altar rustico, e a fama d'estes milagres em breve circulou por todas aquellas terras, affluindo á lapa numerosos romeiros, não só da Beira, Traz-os-Montes e Minho, mas até de Hespanha.

Com o producto das avultadas offertas se lhe fez uma vasta egreja, em cuja cappella-mór, da parte da Epistola, fica o altar da Senhora, que é uma lapa, formada por quatro grandes penedos, que parecem alli postos artificialmente e de proposito para isto.

A Senhora está collocada em um nicho, formado de jaspes de varias côres, em mosaico. É muito linda, tendo um rosto tão grave e magestoso, que infunde amor e adoração. É de roca, e tem $0^{m}55$ de altura.

Esta capella foi depois dos jesuitas, do collegio de Coimbra; mas o producto das esmolas e offertas, que eram muitas, se dividia em duas partes, uma para o tal collegio, outra para a Universidade.

Desde o Espirito Santo até outubro havia aqui uma constante concorrencia de romeiros: não assim de inverno, por causa da excessiva frialdade e escabrosidade do sitio. Hoje estão muito decadentes estas romarias.

Para o mosteiro de *Sesmiro*, vide *Sermillo*.

LAPAS—freguezia, Extremadura, comarca e concelho de Torres Novas, 115 kilometros ao NE. de Lisboa, 145 fogos.

Em 1757 tinha 150 fogos.

Orago Nossa Senhora da Graça.

Patriarchado, districto administrativo de Santarem.

O prior de S. Pedro, de Torres Novas, apresentava o cura, que tinha 60 alqueires de trigo, uma pipa de vinho e 6$500 réis em dinheiro.

LAPEDO—portuguez antigo—terreno penhascoso ou cheio de pedras, pedregulhal.

Do latim *lapis*—a lagem. D'aqui *Castrum Laporetum*, á actual villa de Castro Laboreiro.—*Lapella*, *Lapa*, etc.

LAPELLA—freguezia, Minho, commarca, concelho e 8 kilmetros ao O. de Monção, 60 ao NO. de Braga, 420 ao N. de Lisboa, 60 fogos.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

Situada parte em planicie, na formosa e fertilissima margem esquerda do rio Minho, e parte em montes, cobertos de frondosos arvoredos. O real padroado apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis.

E' terra muito abundante de aguas, produzindo toda a qualidade de fructos do nosso clima e saudavel.

Mas o que faz célebre esta freguezia é a sua famosa torre que lhe deu o nome.

Junto ao rio tem um pequeno caes, um posto fiscal (dependente da alfandega de Valença) e uma barca de passagem para a Galliza.

E' perto d'este caes, e entre as casas que formam a pequena aldeia da *Torre*, que se vê a notavel *torre de Lapella*, edificada sobre uma grande lagem, de granito durissimo, e plana como uma eira. Medi-a em 1864, e tem 66 metros de alto, 22 delargo em cada face, e 3,^{m}11 de espessura a parede. E' perfeitamente quadrada, correspondendo cada um dos seus lados aos quatro pontos cardeaes. E' toda construida de pedras cubicas, sem cimento de qualidade alguma, e com as juntas perfeitamente unidas. As arestas estão tão vivas como se ainda hoje saissem de sob o cinzel; tal é a dureza e boa qualidade do granito. Ten ameias, cada uma formada por uma pedra cubica. Por tres lados não tem porta ou janella alguma, nem a minima fresta; só do lado que olha para o rio (N.) e a 10 metros da sua base, tem uma porta em ogiva, com uma pedra saliente (especie de balcão) a servir de *soleira*, mas não tem nem jamais teve escada para subir a ella, senão uma escada portatil de madeira. Sobre esta porta estão as armas de Portugal, *com 11 castellos*. Não tem data nem inscripção alguma.

No alto da torre, no cunhal ou angulo que olha para o E. cahiu um raio (disseram-me que em 1835) que apenas desconjunctou algumas pedras.

No alto da torre encarregaram-se os melros e outros passaros de semear um olival e alguns loureiros, cujo fructo tambem só elles colhem.

O interior da torre mostra ter tido 4 pavimentos ou andares (além do terreo) pelos *cachôrros* ou *descanços* que alli se vêem. (O que eu queria saber é d'onde lhe vinha a luz.)

Tanto externa como internamente, esta torre é perfeitamente lisa, sem o minimo ornato, apresentando uma superficie egual e plana por todos os lados. (Já se sabe—menos a tal porta e as armas.)

Este edificio singular, que não tem egual em todo o reino, era a *torre de menagem* de um lindo castello. Tanto este como aquella, foram mandados construir por D. Affonso Henriques, em 1130. Fez esta fortaleza *D. Lourenço d'Abreu*, senhor do couto e torre de Abreu, em Moruffe, e grande capitão, que combateu sempre ao lado do nosso primeiro rei, obrando prodigios de valor, sobretudo na batalha de *Valle de Vez*, em 1128

Já disse que as armas de Portugal que se vêem sobre a porta da torre teem 11 castellos. Não são portanto as usadas por D. Affonso I, D. Sancho I, D. Affonso II e D. Sancho II. É claro que, ou a torre não foi concluida em 1130, nem durante estes 4 reinados, ou que as armas alli foram collocadas depois d'elles; o que me parece provavel.

Apesar dos seus sete seculos de existencia, e dos seus 297 palmos de altura lá está direito, bello de simplicidade, robusto e incolume este formoso gigante de granito, desafiando impávido a furia dos elementos, sem temer a acção corrosiva dos agentes atmosphericos.

Apesar de estar em uma baixa, vê-se a muitas leguas de distancia.

Consta que o castello que cercava esta torre era um primoroso specimen da architectura militar do seculo XII.

D. João V, que bastante curou da conservação dos nossos monumentos antigos (de certo mal informado) mandou demolir as muralhas e castello em 1706, para com os seus materiaes se fazerem as obras de defeza da praça de Monção, ficando só de pé

a torre, a que chamavam *Vara do Castello.*

Uns *illustrados* vereadores da camara de Monção quizeram em 1860, mandar demolir este venerando monumento; mas homens de juizo, se oppozeram tenazmente a esta barbaridade e poderam (por aquella vez) salvar a *torre da Lapella* dos vandalos do seculo XIX.

Os taes vereadores queriam a pedra da torre para fazerem calçadas em Monção!

Quanto á sua etymologia, vide *Lapêdo.*

Esta torre e o seu castello é cheia de recordações dos primeiros tempos da nossa monarchia.

Foi alcaide-mór d'este castello Vasco Gomes d'Abreu, (descendente de D. Lourenço de Abreu, fundador da fortaleza) senhor do couto de Abreu, em Valladares, tambem alcaide mór de Castro Laboreiro e Melgaço, nos reinados de D. João I. Seus descendentes foram depois senhores de Regalados. Seu 4.º neto, Leonel de Abreu, trocou o couto de Abreu, com o marquez de Villa Real, por 100$000 réis de juro.

Os Abreus possuiram algumas quintas e muitas propriedades e fóros n'esta ribeira; sendo a sua melhor propriedade a quinta da *Agra*, onde houve sete lagares, e se chegaram a colher mais de 200 pipas de vinho, afora cereaes, legumes, fructas e os fóros que lhe andavam annexos.

Desannexou-se tudo o que os Abreus tinham em Lapella, para o filho ssgundo desta familia, Lopo Gomes d'Abreu, capitão-mór das naus da India, que casou a primeira vez na Galliza com D. Thereza Annes de Moscoso, nascendo d'este casamento, D. Maria d'Abreu e Noronha, que casou com D. Fernando Annes de Soto-Maior, senhor da casa de Fornellos, visconde e depois conde de Crecente. (Galliza)

Um neto d'elles, marquez de Tenorio, vendeu toda esta grande casa, com todos os seus fóros e dependencias a D. João Manuel de Menezes, em 1684. São hoje seus descendentes e representantes, a sr.ª condessa da Ribeira, e suas tres irmãs e quatro irmãos, filhos do fallecido Sebastião de Castro Lemos de Magalhães eMenezes, e de sua mulher (tambem já fallecida) D. Emilia Antonia de Pamplona de Sousa Holstein, filha dos viscondes de Beire, irmã da actual sr.ª condessa de Rezende, e neta do marquez de Palmella (pae do primeiro duque d'este titulo).

A sr.ª condessa da Ribeira e seus irmãos, posto nascerem na quinta do Côvo, freguezia de S. Pedro de Villa Chan (junto a Oliveira d'Azemeis) são vulgarmente chamados —os *Castros, de Villa Nova da Cerveira,* por ser n'esta villa o seu solar.

A quinta da Agra ainda hoje é uma rica propriedade, com optima casa, construida de novo em 1862. Produz com abundancia todos os fructos do paiz. Tem lagar de vinho, dois alambiques de aguardente e é atravessada por um pequeno ribeiro, que a rega e faz na mesma quinta mover um *engenho* de serrar madeira e um moinho.

É dependencia d'esta quinta o bello campo do Caes, sobre a esquerda do rio Minho, mas proximo da quinta, e tres prasos chamados da *Torre* por estarem em redor da célebre torre de Lapella. Tudo isto anda actualmente (desde 1862) emprazado.

Além d'estas propriedades são depemdencias da quinta, e propriedade da sr.ª condessa da Ribeira e seus irmãos, muitos fóros nas immediatas freguezias de *Lara, Taias, Troporiz* e *Pias.*

Tudo isto constituia um dos onze vinculos que foram annexados ao riquissimo morgado dos Castros, de Villa Nova da Cerveira.

A este de Lapella se chamava o vinculo dos Abreus.

É curiosa uma das clausulas da instituição do vinculo de Lapella. Diz assim:

«Todos os administradores d'este vinculo serão obrigados a assignar-se *Abreu.* O primeiro que desprezar este nobre appellido, perderá o morgado, que passará logo aos Abreus de Valladares, os quaes darão o quinto do valor do vinculo, assim perdido, ao denunciante.»

Se esta condição valesse, já ha mais de cem annos que os Castros, do Covo, tinham perdido tudo o que teem em Lapella, porque desde o fim do seculo XVII, que deixaram o appellido d'Abreu.

LAPÕES — Beira Baixa, grande nascente d'agua na serra da Estrella, no sitio dos *Covões do Bixo*, na extremidade dos concelhos de Gouveia e Manteigas.

É d'esta nascente que tem a sua origem o Mondego.

LARA — freguezia, Minho, comarca e concelho de Monção, 60 kilometros a NO. de Braga, 420 ao N. de Lisboa, 12 ao ENE. de Vallença, 4 ao S. do rio Minho, 150 fogos.

Em 1757 tinha 142 fogos.

Orago Santa Eulalia.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

Era do real padroado, porque em 1308, sendo do bispo de Tuy, D. João Fernandes de Sotto Maior, este a deu ao nosso rei D. Diniz, em troca de outras propriedades. Depois passou a ser vigararia das freiras de Sant'Anna, de Vianna do Minho, que apresentavam o reitor, collado, o qual tinha cento e cincoenta mil réis annuaes.

Dizem que o nome lhe vem do conde *D. Alvaro Nunes de Lara*, que aqui fizera novo solar, por concessão de D. Affonso II, *o Gordo*, em premio da sua bravura na batalha de Navas de Tolosa, sendo então, o conde, alferes do rei D. Affonso, de Castella, sogro do nosso, que o fôra ajudar com uma divisão de portuguezes. N'esta batalha (que teve logar em 16 de julho de 1212) entraram tambem, em ajuda do rei de Castella, os de Navarra e Aragão, com as suas tropas.

D. Alvaro Nunes, se appellidava de *Lara*, por ser senhor da cidade d'este nome, na Castella Velha.

—

Lara é um dos mais nobres appellidos de Portugal, tomado da cidade que já disse.

O primeiro que se vê com elle em Portugal, é o referido D. Alvaro Nunes. Teem os Laras por armas — em campo de purpura, duas caldeiras em pala, xadrezadas de ouro e negro, com oito cabeças de serpe, de verde, salpicados de ouro, quatro em cada pegado das asas das caldeiras, duas para dentro e duas para fóra.

Outros Laras usam das armas seguintes: — em campo de prata, duas caldeiras, de negro, em pala, com bocaes de ouro; timbre, meio gallo de prata, malhado de negro, com coleira de purpura guarnecida de ouro e a bocca aberta.

LARANGEIRAS (quinta das) — Extremadura, arrabaldes de Lisboa, 5 kilometros ao NO. do Terreiro do Paço, na estrada de Bemfica.

Foi fundada esta sumptuosissima propriedade, logo depois do terramoto do 1.º de novembro de 1755, pelo 1.º barão de Quintella, pae do 2.º barão de Quintella e 1.º conde do Farrobo, e avô do actual sr. conde do Farrobo, 2.º d'este titulo.

O risco do palacio e planta da quinta e jardins, foi feito pelo padre Bartholomeu Quintella, da congregação do oratorio, e tio do fundador; mas as mais grandiosas obras d'esta quinta foram feitas pelo infeliz Joaquim Pedro de Quintella, 2.º conde do Farrobo e pae do actual.

O palacio é magnifico e suas vastas salas são decoradas com magnificencia. Tinha uma grande collecção de quadros, de famosos auctores, nacionaes e estrangeiros, e muitos objectos d'arte, de grande merecimento.

Tinha um bellissimo theatro, decorado com magnificencia, assim como salão de baile e mais camarins que o cercam.

Este edificio foi o primeiro que em Portugal se illuminou a gaz. (Não sei quando aqui se construiu o gazometro, mas é certo que em 1833, já o tinha e eu o vi).

O theatro ardeu em 1863, mas foi logo reconstruido.

Na quinta ha diversos jardins, um labyrinto, estufas, lagos, de differentes tamanhos e feitios, jogos de cadeiras e de cavallos, e teve casas de animaes ferozes, e um grande viveiro de aves de recreio; um chalet suisso, no centro de um pequeno bosque; varias estatuas, bustos, vasos de marmore e outras curiosidades; tendo sobre a estrada de Bemfica, no muro O. da quinta, uma bella entrada, adornada de dois formosos pavilhões, com columnas e estatuas de marmore, ficando-lhe em frente uma larga e extensa rua, orlada de copado arvoredo, tendo um famoso obelisco de marmore branco e côr de rosa.

A estrada do lado do E., deita para a es-

rada da Luz, Telheiras, Carnide, etc. É d'este lado o palacio, theatro e mais officinas. Tem magnificos porticos de gradaria de ferro.

—

O sr. duque de Abrantes e Liñares (fidalgo hespanhol) comprou, em hasta publica, em 1874, esta principesca propriedade, que anda restaurando com magnificencia.

Para se saber a razão porque a casa Farrobo, uma das melhores e mais ricas de Portugal, foi anniquilada, vide *Historia Chronologica de Portugal*, no fim d'este Diccionario.

O sr. duque de Liñares, comprou, tambem em 1874, o palacio do sr. infante D. Sebastião, á Junqueira, em Belem.

LARANJO—Douro, sinuosidade da ria de Aveiro. Tem 1:500 metros de comprido e 500 de largo; n'ella desagua o rio Antuan e algumas ribeiras. Vide Ria.

LARDOSA — freguezia, Beira Baixa, comarca e concelho de Castello Branco, 60 kilometros da Guarda, 240 ao E. de Lisboa, 300 fogos.

Em 1757 tinha 171 fogos.

Orago S. Martinho, bispo.

Bispado e districto administrativo de Castello Branco.

O vigario das Soalheiras, apresentava o cura, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar.

LARIM—antiga villa, Minho, tambem chamada *Villa Verde*, na extincta comarca de Pico de Regalados, hoje Villa Verde. Ha muitos annos que a villa de Larim foi encorporada na de Villa Chan, hoje dita de *Villa Chan e Larim* ou *Villa Verde*, tendo a freguezia 200 fogos. (Vide Villa Chan e Larim).

Larim chamava-se antigamente *Lalim*, e era julgado. D. Manuel lhe deu foral em Lisboa, a 6 de outubro de 1514. Dá-lhe ainda o nome de *Lalim*. Este foral serve para Duas Egrejas, S. Payo e Santa Ovaya.

Está situada junto ao rio Cávado, em Terras de Bouro, entre Regalados e Villa Chan.

Aqui vivia e era senhora d'esta villa, a riquissima *D. Flamula* (ou Chama) senhora tambem de outras muitas villas e castellos. Era sobrinha da celebre condessa, *D. Mumma Domna*, senhora de Guimarães e fundadora do mosteiro de S. Mamede. Esta senhora era tia, e aquella sobrinha, de D. Ramiro II, de Leão.

Em 960, estando *D. Flamula* muito doente, prometteu, se escapasse, fazer-se religiosa, ou *Deo-vota*, e se fez logo d'aqui conduzir a Guimarães, onde distribuiu os seus muitos bens de raiz, ouro, prata, metaes, escravos, villas, castellos, bestas, gados, joias, etc., por varios mosteiros e egrejas, e se fez freira no convento que sua tia fundára.

(Para a etymologia, vide Lalim).

Ja se vê que esta povoação é antiquissima, pelo menos do tempo dos arabes, que lhe deram o nome.

Na Persia ha a cidade de *Larim*, onde se cunhava uma pequena moeda de prata, que por isso os portuguezes lhe chamavam (á tal moeda) *larim*. Valia 60 réis da nossa moeda. *(Itiner.* de Antonio Tenreiro, cap. 3.º, pag. 360).

LARINHO—freguezia, Traz-os-Montes, comarca e concelho de Moncorvo, 385 kilometros ao N. de Lisboa, 180 fogos.

Em 1757 tinha 148 fogos.

Orago Nossa Senhora da Purificação.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Bragança.

O reitor da Torre de Moncorvo, apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis.

LAROUCO — serra, Traz-os-Montes, comarca e concelho de Montalegre, districto administrativo de Villa Real, situada 6 kilometros ao NE. da villa de Montalegre.

Eleva-se a grande altura, em fórma quasi pyramidal, encadeia-se a NE. com as montanhas, que dividem o valle de Sales dos campos da Gironda, em Galliza; e a O. com a cordilheira da Arandella, Vidoeiro, serras de Mourilhe e Mourella, servindo o cume d'esta cordilheira de linha divisoria dos reinos de Portugal e Galliza, excepto a freguezia de Tourem, que fica da parte do norte, encravada no territorio da Galliza. Acaba, pegando com a ponta boreal da serra do Gerez, no sitio de Fonte Fria. Fórma para a parte SO. um segundo monte menos elevado, a que chamam pequeno Larouco.

Do cume d'esta serra gosa-se umas extensissimas vistas, tanto para a parte de Portugal, como para a da Galliza, nada inferiores ás que se gozam do môrro do Borragueiro, na serra do Gerez.

No mais alto ponto d'esta serra (Larouco) encontra-se para o lado NE. uma nascente de agua, que juntamente com outras que brotam nas faldas d'esta mesma serra, dão origem, pelo E. ao rio Tamega, braço consideravel do Douro, pelo S. ao Cávado e pelo N. ao Lima.

Seu cume é quasi desnudado, e no inverno está quasi sempre coberto de neve ou nevoeiro. Suas encostas têem muitas florestas, que fornecem lenha ás povoações situadas nas suas bases, bem como á villa de Montalegre.

Estas montanhas criam lobos, javalis, rapozas, veados e coelhos; e as suas faldas, bem como a Mourella, muitas e boas perdizes.

Havia, segundo Morales, n'esta montanha um templo dedicada a Jupiter.

Os romanos chamavam a esta serra *Monte Ladico*; e já no tempo dos suevos fazia um ponto de demarcação da diocese bracharense, feita no concilio de Lugo por o rei Theodomiro e S. Martinho de Dume.

LASENHO — monte, Traz-os-Montes, comarca de Mont'alegre, concelho de Boticas. Este môrro é um cabeço dos mais notaveis, que forma a serra das Alturas em um ramo ou braço, que se estende na direcção sul da mesma serra. Está o monte, ou picoto situado junto á povoação de Campos, aldeia da freguezia de Covas de Barroso: é da forma d'uma pyramide conica e inaccessivel pelo S e O. por ser muito alto e escabroso; e pelo N. e E. pode facilmente subir-se até seu cume, onde existe uma planicie circumdada por primeira segunda e terceira ordem de muralhas, cujos alicerses se conhecem ainda.

D'aqui foram extrahidos dois toscos bustos de guerreiros, e de ali condusidos para o adro da egreja matriz de Santa Maria de Covas, onde permaneceram por mais de 100 annos, até que, por ordem de Miguel Pereira, juiz de fóra de Mont'alegre, foram transportados para Lisboa pelos annos de 1782.

Existem actualmente, proximo de um dos lagos do jardim do palacio d'Ajuda collocados aos lados da porta que dá entrada para o terreiro.

Alguns attribuem estas estatuas aos phenicios, outros querem que sejam dos antigos lusitanos e outros dos romanos.

LATITO — monte, Minho, a que hoje se chama *Monte Largo*, e incluia outro a que se chama agora *Monte de Santa Maria*, tudo proximo á cidade de Guimarães.

Trata d'este monte o livro de *Mumadona*, que existe na collegiada de Nossa Senhora de Guimarães. Vide esta cidade.

LAUDOMANES, NORMANDOS, LORMANOS, LEODOMANOS, NORMÃOS, e LOTHOMANOS — Eram os povos de Dinamarca, que depois de varias fortunas, se estabeleceram em França, na provincia a que deram o seu nome —Normandia.

Os nossos antigos escriptores lhes chamam *pagãos*; porque, ainda que parte d'elles se fizeram christãos em 900, a maior parte permaneceu ainda muitos annos no paganismo.

Em 961, começaram a infestar as costas de Portugal e Galliza, captivando, saqueando e assolando tudo.

Pouco tempo depois, voltaram em uma grande armada, e, saltando em terra, fizeram grandes e horrorosos damnos, até que S. Rosendo (que então era governador do bispado de Compostella) juntando um poderoso exercito, os destruiu e afugentou; mas elles tornavam, atacando, de surpreza, varios pontos no litoral, e ainda pela terra dentro, continuando nas suas depredações e barbaridades.

Em 968, a condessa D.ª Mumma Domna, deu o seu castello de S. Maméde, de Guimarães, ao mosteiro d'esta povoação, para que os moradores d'ella n'elle se abrigassem das repetidas invasões dos normandos e gascões.

N'esse mesmo anno de 968, desembarcaram elles na Galliza e saquearam Compostella, tendo antes derrotado e morto o seu bispo D. Sesnando; mas, quando estavam para embarcar-se, com um grande e preciosisimo despojo, cahiu sobre elles d'improvi-

so, o conde D. Gonçalo Sanches, com grande numero de gente, matando ou prisionando todos, *sem escapar um só !* Recuperou-se tudo quanto elles tinham roubado.

Depois d'isto, continuaram as suas piratarias, não com tropas de desembarque mas em pequenos vasos, ou barcos, roubando e captivando o que podiam e admittindo resgate, das pessoas que cahiam em seu poder

Abraçando a religião christan, pelos annos mil de Jesus Christo, se fizeram amigos dos peninsulares, e ajudaram, em 1032, o conde D. Rodrigo Romariz, na expugnação do castello da *Pena* ou *Alpe-de-Lapio*, onde se tinham rebelado e feito fortes, os vascões da Galliza.

LAUNDOS—freguezia, Douro, concelho da Póvoa de Varzim, comarca de Villa do Conde, 30 kilometros ao N. do Porto, 30 ao O. de Braga, 330 ao N. de Lisboa, 190 fogos.

Em 1757 tinha 94 fogos.

Orago S. Miguel, archanjo.

Arcebispado de Braga, districto administrativo do Porto.

E' terra fertil.

A mitra apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis annuaes.

LAVACOLLOS ou **LAVA-CÓLHOS**—freguezia, Beira Baixa, comarca e concelho do Fundão, 60 kilometros da Guarda, 240 ao E. de Lisboa, 135 fogos.

Em 1757 tinha 88 fogos.

Orago Santo Amaro.

Bispado da Guarda, districto administrativo de Castello Branco.

O vigario de Castellejo apresentava o cura, que tinha 9$500 réis de congrua e o pé d'altar.

LAVADÓRES—grande aldeia, Douro, na freguezia de Santo André de Canidello, concelho e 8 kilometros a OSO. de Gaia, proximo da esquerda do Douro e em frente da sua barra (por isso tambem á freguezia se chama de *Santo André da Barra)*.

LAVANDEIRA D'ANCIÃES—freguezia, Tras-os-Montes, comarca da Torre de Moncorvo, concelho de Carrazeda d'Anciães, 120 kilometros ao NE. de Braga, 370 ao N. de Lisboa, 95 fogos.

Orago S. Salvador.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Bragança.

Esta freguezia não vem no *Port. Sacro e Profano.*

LAVANDEIRA—pequeno rio, Douro, nasce proximo da Feira, passa aqui pelo meio d'esta villa, onde tem uma ponte e um pontão de pedra, e em Ovar entra na ria de Aveiro. (Vide Ovar e Feira))

LAVANDEIRA—pequeno rio, Alemtejo. Pássa á villa de Moura, e desagúa na direita do Guadiana.

Ha em Portugal grande numero de aldeias e ribeiros d'este nome, que por insignificantes não merecem mencionar-se. Todas as aldeias chamadas *Lavandeira* tem proximo um ribeiro ou um regato.

LAVEGADAS ou **LAVEGADOS** ou **LEVEGADAS**—freguezia, Douro, concelho de Poiares, comarca da Louzan, 24 kilometros de Coimbra, 220 ao N. de Lisboa; 100 fogos.

Em 1757 tinha 57 fogos.

Orago S. José.

Bispado e districto administrativo de Coimbra.

A universidade de Coimbra apresentava annualmente o cura, que tinha 60$000 réis annuaes.

LAVEIRAS e **CAXÍAS**—povoações da Estremadura, arrabalde e termo de Lisboa, freguezia de Carnaxide, concelho de Oeiras. *Laveiras* fica perto de *Caxías*, e tem 60 fogos.

Em Caxias ha um palacio real, e junto a elle uma ponte de pedra, feita em 1818, pela camara de Lisboa. (Vide Cruz Quebrada.)

Em Laveiras ha o forte de S. Bruno. Ao E. está o convento de cartuxos (S. Bruno) fundado por D. Simôa Godinho pelos annos 1595. Ella está enterrada na Misericordia de Lisboa. Este convento está por detraz da quinta real de Caxias. Era um vasto edificio, todo de cantaria.

Dava-se a este convento o titulo de *Vallis Misericordiæ.*

D. Simôa Godinho era preta, mas de origem nobre. Nasceu na ilha de S. Thomé, e era riquissima. Casou com um fidalgo portuguez, do qual ficou viuva e sem filhos. Dis-

pendeu todas as suas riquezas em obras pias.

Foi fundadora da capella do Santissimo Sacramento, na antiga egreja da Misericordia de Lisboa (agora a capella-mór da egreja da Conceição Velha).

Tendo-se arruinado e sendo pequena a egreja de Laveiras em 1736, reinando D. João V, resolveram os frades edificar nova egreja, cujas obras começaram sendo prior da ordem D. Luiz de Brito, e foram feitas por esmolas, concorrendo o rei com grandes sommas e valiosos donativos.

O claustro foi mandado fazer pelo cardeal D. Luiz de Sousa, arcebispo de Lisboa.

Depois da extincção das ordens religiosas, foi vendido este convento e em seguida demolido em muitas partes. A egreja foi despojada de todas as suas imagens, adornos e alfaias, entre isto, os magnificos quadros de S. Bruno, pintados pelo nosso famoso Sequeira, e que existem actualmente na academia das bellas artes de Lisboa. A egreja está profanada, mas ainda não foi demolida.

A regra dos monges cartuxos de S. Bruno, era uma das mais austeras. Ainda alli se vêem as cellas onde os religiosos faziam vida solitaria e contemplativa. Cada cella continha tres quartos, todos pequenos, com um hortosinho em que havia uma fonte d'agua corrente. Os jardins eram, no tempo dos monges, separados por altos muros, pois não era permittido aos religiosos conversarem, nem vêr-se, fóra dos actos da communidade, apenas nas quatro festas do anno se podiam reunir e conversar, certas e determinadas horas.

Não recebiam visitas senão do procurador geral, ou do prior, e só para negocios da ordem. Cada um comia na sua cella, onde não entravam criados ou outra qualquer pessoa, além do medico, em caso urgente. Recebiam a comida, ou o mais de que necessitavam, por uma roda (como as das freiras) sem verem a pessoa que lh'a levava.

Nunca comiam carne, nem ainda nas mais graves molestias, nas quaes se sustentavam com caldos de kagado, para o que tinham na cêrca um grande viveiro d'elles, em um tanque muito vasto.

A ordem dos cartuxos de S. Bruno, foi instituida em 1084, por S. Bruno, natural da cidade de Colonia, em um deserto de Grenoble (França) chamado *Cartouche*, d'onde a ordem traz o titulo.

Foi introduzida esta ordem em Portugal pelo arcebispo d'Evora, D. Theotonio de Bragança, filho de D. Jayme, 4.º duque de Bragança, em 1587, fundando para esse fim o convento de *Scala Dei*, junto á cidade de Evora.

Não havia em Portugal senão o convento de Laveiras e o d'Evora, d'esta ordem.

Tinham um hospicio em Lisboa.

Para a Cartuxa d'Evora, vide o 2.º volume, pag. 130.

—

Caxias é uma povoação de 40 fogos, em situação muito aprasivel, junto á margem direita do Tejo, na extremidade de um valle, onde desagua a ribeira de Barcarena. Logo á entrada da povoação está uma bonita casa de campo, com seu jardim, que é propriedade do sr. visconde de Porto Côvo. Onde finda o logar, principia a quinta real e paço de Caxias; correndo pela frente a estrada de Cascaes e as praias do Tejo com o forte de S. Bruno, que foi construido por ordem de D. Affonso VI, pelos annos 1660, e fazia parte das fortificações de Lisboa. É apenas um *fortim*, edificado sobre rochedos, cercado de areal; mas quando se construiu era cercado de agua, onde na maré cheia chegavam os barcos maiores até ás muralhas do forte, e na vasante as lanchas, e ficando na baixamar unido á terra apenas por um banco d'areia.

O palacio e quinta de Caxias, são da casa do infantado, e estão desde 1834 encorporados nos bens da corôa.

O palacio, que é de dimenções acanhadas, foi principiado pelo infante D. Francisco, filho de D. Pedro II, que tambem mandou fazer a plantação e obras d'arte, da quinta. Morreu D. Francisco, em 1742, ficando as obras incompletas, e se concluiram por ordem do infante D. Pedro, filho de D. João V, logo que, por sentença judicial, entrou na posse da casa do infantado, que seu tio, o

infante D. Antonio, lhe disputou encarniçadamente, perante os tribunaes.

O dito infante D. Pedro (depois rei, terceiro do nome) e sua mulher, a rainha D. Maria I, hiam algumas vezes jantar no verão e passar o dia a Caxias. D. João VI tambem fazia o mesmo, com suas filhas.

Desde a morte de D. João VI (1826) esteve o palacio e quinta de Caxias abandonados, até 1832, em que o foi habitar o senhor D. Miguel I, que alli passou alguns mezes.

Depois de 1834, serviu alguns annos de residencia de verão á ex-imperatriz do Brasil.

Por morte do senhor D. Pedro V, foi residir algum tempo para Caxias o senhor D. Luiz I, antes de hir habitar o palacio da Ajuda.

—

Não corresponde o paço á quinta de Caxias; porque esta é grande, e contém grandiosas obras d'arte. É em parte plana e em parte montuosa. Na planicie estão jardins, pomares e ruas de bosque; e nos montes cultivam-se cereaes, o que lhes dá, depois das ceifas, um aspecto árido e desagradavel.

O jardim principal, posto ser feito no gosto do seculo passado, e a sua soberba cascata, são bellos e magestosos.

Este jardim é o maior de Portugal, e é cercado em parte, por dois lados, de altas paredes de verdura, com varios nichos, ornados de estatuas.

No centro tem cinco bellos lagos de marmore, e ao fundo d'elle, ergue-se, em toda a sua largura, a sumptuosa cascata, com suas galerias lateraes, cujo monumento dá celebridade a esta quinta, e com justo fundamento, pois é a maior e mais sumptuosa do reino, e poucas haverá no estrangeiro que a excedam em grandeza e magestade.

LAVIADOS — freguezia, Traz-os-Montes, comarca e concelho de Bragança, 45 kilometros de Miranda, 465 ao N. de Lisboa, 25 fogos em 1757.

Orago Nossa Senhora da Assumpção.

Bispado e districto administrativo de Bragança.

O reitor de Babe apresentava o cura, que tinha 7$500 réis e o pé d'altar.

Esta freguezia está annexa desde o principio do seculo XIX á de Babe. Para o mais que d'aqui se pretenda saber, vide pag. 305 do 1.º volume.

LAVIORTO — rio, Traz-os-Montes. Corria ao sopé do monte *Bastuço*, junto á willa do Paço, e pela falda do monte *Castro Maximo*, junto a Villa Pouca, e do monte de S. Mamede. Fazem menção d'este rio, diversas doações do tempo da anarchia, que existem no *Livro Fidei*.

Este Castro Maximo, parece-me que é o célebre castello de S. Mamede. Vide *Pontido*.

LAVOS — villa, Douro, comarca e concelho da Figueira, 40 kilometros ao O. de Coimbra, 160 ao N. de Lisboa, 1:1000 fogos, 4:000 almas. Até 1855 era concelho, com 2:000 fogos, pertencente á comarca de Soure.

Em 1757 tinha 422 fogos.

Orago Nossa Senhora da Conceição.

Bispado e districto administrativo de Coimbra.

Dá-se o nome de *Lavos* á povoação do Porto de Lavos e ás visinhas, situadas em seguida umas das outras, na pequena collina, que se levanta além dos areaes ao S. do *Cabedêllo*, e na distancia de 6 kilometros ao S. da Figueira da Foz, e 40 ao O. de Coimbra, e 12 ao N. da villa do Louriçal. O territorio do seu extincto concelho, termina ao O. pelo mar, ao N. por um braço do Mondego, que hoje está tapado, ao Pontão, que o separava do concelho da Figueira—ao E. pelo rio do Louriçal e ao S. com o concelho do Louriçal (tambem hoje extincto).

A povoação de Lavos é insalubre e de verão e sujeita a febres intermitentes.

É terra fertil em cereaes, e tem marinhas de sal na *Murraceira*. Vide *Murraceira*.

Situada na esquerda do Mondego, defronte da Figueira da Foz.

Foi couto e depois concelho muito antigo. (Este concelho era formado só por duas freguezias, esta e Paião).

D. Affonso II lhe deu foral, em janeiro de 1217. N'elle se lhe dá o nome de *Lavos da Marinha*. D. Manuel lhe deu novo foral, em Evora, a 20 de dezembro de 1519. Este foral lhe dá o nome de *Lávãos*, que é a povoação primittiva, que existiu em sitio mais baixo,

e cujos moradores, destruida esta, pelas areias do mar, se acolheram ao sitio mais alto, onde hoje é *Porto de Lavos*, que d'aquella povoação tomou o nome.

A primeira egreja matriz estava no sitio hoje chamado Tojal. Foi mudada para a povoação de Santa Luzia.

Lavos pertencia antigamente ao districto de Monte-Mór-Velho. Creada a comarca da Figueira, por D. José I, a 12 de março de 1771, ficou Lagos desmembrada de Monte-Mór-Velho e formando parte da nova comarca da Figueira. Depois foi elevada a concelho, e passou para a comarca de Soure, e, sendo supprimido o concelho em 1855, ficou pertencendo á comarca e concelho da Figueira da Foz.

As areias da praia, impellidas pelos ventos, têem avançado muito sobre a terra, desde o Mondego até ao Liz; e Lavos é que mais tem soffrido com esta invasão.

A mitra apresentava o vigario, que tinha 200$000 réis annuaes.

—

Em abril de 1873, morreu n'esta freguezia um homem de 108 annos de edade. Se não fosse a miseria em que vivia, de certo duraria ainda mais tempo.

Poucos dias depois d'elle, tambem aqui falleceu uma mulher com 114 annos de edade. Já todos julgavam que tinha esquecido á morte.

N'estas praias desembarcaram, em 1808, a maior parte das tropas inglezas, que com Beresford e Wellesley, nos vieram ajudar a expulsar da peninsula as hordas de Buonaparte.

—

Houve n'este concelho um mosteiro de monges de Cister (bernardos) denominado de Santa Maria de Ceiça. (Vide Ceiça, Santa Maria de, a pag. 226, col. 2.ª, do 2.º vol.)

Pela extincção das ordens religiosas em 1834, foi vendido o edificio do mosteiro, cérca e outras propriedades que lhe pertenciam. A egreja, a sachristia do convento e a matta, ainda estão por vender.

—

Os povos d'esta freguezia empregam-se quasi exclusivamente na fabricação de sal, cultura das vinhas, na pesca, nos viveiros das marinhas, e nas costas de Lavos, Leirosa e Cóva.

Na povoação de Carvalhaes, ha muitos ferreiros, serralheiros e pregueiros, cujos artefactos exportam em grande quantidade para fóra do concelho. Tambem exportam bastantes madeiras.

LAVRA — (portuguez antigo) leira, terra lavradía, lavoura.

LAVRA (S. Salvador de)—freguezia, Douro, concelho de Bouças, comarca e 18 kilometros ao O. do Porto, 330 ao N. de Lisboa, 370 fogos.

Em 1757 tinha 260 fogos.

Orago o Salvador.

Bispado e districto administrativo do Porto.

O bispo e o abbade benedictino do mosteiro de Santo Thyrso, apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 200$000 réis annuaes.

Fica proximo de Mattosinhos.

Situada em planicie, na costa do Atlantico.

Diz-se que foi fundada por gregos da Tracia, habitantes das margens do rio *Axio*, e por os lusitanos, 600 (outros dizem 372) annos antes de Jesus Christo, com o nome de *Lávara*. Quaesquer que fossem os seus fundadores, e fosse qual fosse a data da sua fundação, é certo que é povoação antiquissima.

Houve aqui um antiquissimo convento *duplex* (de ambos os sexos) da Ordem de S. Bento, fundado no tempo dos sueyos. Chamava-se *mosteiro de S. Salvador de Labra*. Em 897, doou *D. Gundezindo* a este mosteiro *fundato ab antiquo in ripa maris* (no qual sua filha *Adosinda* se tinha feito religiosa) muitas egrejas, e entre ellas *Santa Eulalia de Gondemar*, *S. Pedro de Kauso* e *S. Martinho de Vallongo*, *Sever do Vouga*, *Varzea de Carvoeiro*, *Bigas e Esmoriz*.

N'esta doação (que era muito grande) se diz que *D. Gundezindo* era filho de *Ero*, e casára com *Enderquina Pala*, filha do capitão *Mendo* (ou Mem) *Guterres*, da qual teve estes filhos *Sueiro*, *Ermisinda*, *Adosinda* e *Froilo*, e que esta *(Froilo)* nascera tão aleijada, que se não podia sentar; o que, attribuindo seus paes a castigo das suas culpas,

libertaram seus escravos e separaram a quinta parte dos seus muitos bens, com que fundaram e largamente dotaram, tres conventos, nas suas proprias terras, a saber: — o de *S. Miguel archanjo e seus companheiros, em Azevedo* (freguezia das Caldas de S. Jorge, no concelho da Feira) — o de *S. Christovão e seus companheiros, em Sanganhêdo* (hoje Sanguedo ou Terreiro, tambem no concelho da Feira) *onde havia uma antiga egreja de Santa Eolalia; ambas entre Vouga e Douro* — e o de *S. Pedro de Dide, entre Douro e Tamega. Os quaes entregaram ao abbade Dom Desterigo, para que n'elles fosse religiosa sua filha Froilo, debaixo da obediencia da abbadessa D. Gelvira, dando-lhe 100 escravos fôrros, entre homens e mulheres, para que a servissem em quanto fosse viva. E que, ficando vivo Gundezindo, elle e sua filha Adosinda, fundaram o mosteiro de S. Martinho d'Avintes. Esta Adosinda se metteu depois freira em Lavra.* (Documento da Universidade de Coimbra).

Entre esta freguezia e a de Perafita, está o logar de *Arenosa de Pampellido*, e proximo ha um pequeno porto ou *varadouro*, ao qual pelo muito contrabando (de importação e exportação) que n'elle se fazia, e porque *aqui costumavam desembarcar os normandos e gascões, que vinham saquear as terras de Portugal e captivar seus habitantes*, se tinha ha talvez mil annos, posto o nome de *Praia dos Ladrões*. Este nome não é só o povo que lh'o dá, já em escripturas, doações e outros documentos authenticos muito antigos, se lhe dá este nome official; assim como em antigas demarcações.

Foi n'este porto que o ex-imperador do Brasil, o senhor D. Pedro desembarcou, em 8 de julho de 1832, com a sua tropa, composta de 3:500 portuguezes e 4:000 estrangeiros.

LAVRADAS — freguezia, Minho, comarca dos Arcos de Val de Vez, concelho da Ponte da Barca, 24 kilometros a ONO. de Braga, 380 ao N. de Lisboa, 225 fogos.

Em 1757 tinha 148 fogos.

Orago S. Miguel, archanjo.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

A mitra apresentava o reitor, que tinha 40$000 réis. Foi commenda da Ordem de Christo.

Está aqui o paço que foi de D. Rodrigo Taveira, o qual o deu a sua filha, D. Brites Taveira, para casar com Lopo da Costa, entrando n'esta familia a dos Almeidas Laborões.

Para a familia dos Taveiras e suas armas, vide Vianna do Lima.

LAVRADIO — villa, Alemtejo, comarca de Aldeia Gallega do Riba Tejo, foi do concelho de Alhos Vedros, sendo este concelho supprimido em 24 de outubro de 1855, passou a ser do concelho do Barreiro, 15 kilometros ao SE. de Lisboa, 170 fogos, 800 almas. Em 1757 tinha 136 fogos.

Orago Santa Margarida.

Patriarchado e districto administrativo de Lisboa.

O povo apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar.

É a segunda estação do caminho de ferro do sul e sueste.

Situada em planicie, fertil, sobretudo em optimo vinho, gado, caça e peixe do Tejo. Está entre o Barreiro e Alhos Vedros.

Tinha um convento de frades arrabidos, no logar da *Verderêna*.

Esta freguezia foi antigamente priorado da Ordem de S. Thiago, que o rei D. Pedro II deu a Luiz de Mendonça Furtado, e por sua morte, sem successão, passou para a corôa.

Tinha uma companhia de ordenanças, com seu capitão.

—

D. Pedro II elevou a povoação do Lavradio á cathegoria de villa, em 1670, em attenção á supplica do dito Luiz de Mendonça Furtado, vice-rei da India, ao qual o rei fez n'esse anno conde do Lavradio.

Era este vice-rei natural do Lavradio, nascido em uma quinta de seus paes, que está junto á fonte da villa.

No mesmo anno de 1670, por provisão do desembargo do paço, para o corregedor de Setubal, Valentim Gregorio de Rezende, veio este ao Lavradio pôr justiças e fazer a primeira vereação.

Morrendo Luiz de Mendonça, na viagem de regresso da India, ficou o Lavradio com pelourinho e honras de villa, sem nunca chegar a ser concelho independente. Nunca teve termo.

Tem marquez. O primeiro marquez do Lavradio (feito por D. João V, em 17 de julho de 1725) foi D. Antonio d'Almeida Soares Portugal, que era conde d'Avintes. O primeiro conde d'Avintes, foi D. Luiz d'Almeida, por D. Affonso VI, em 17 de fevereiro de 1664. Os marquezes do Lavradio, são tambem, ainda hoje, condes d'Avintes.

Os liberaes deram o titulo de *conde de Lavradio*, ao irmão segundo do actual marquez.

Tanto o sr. marquez (que é realista) como o sr. conde (que é liberal) são cavalheiros da maior bondade e honradez, e de uma não vulgar illustração. O sr. conde foi por muitos annos embaixador de Portugal, em Londres, e morreu ha dois ou tres annos. Tambem morreu a sua viuva. Não tiveram filhos d'este casamento.

—

Portugal é um dos mais nobres appellidos d'este reino. Procede da casa de Bragança, sendo o primeiro que o tomou, D. Affonso de Portugal; suas armas são: — em campo de prata, aspa vermelha, carregada de cinco escudinhos das quinas reaes, sem a orla dos castellos, e de quatro cruzes de prata, floreadas, e vasias do campo, que são as dos Pereiras. Timbre, meio cavallo, de prata, bridado de ouro, com redeas de púrpura e tres lançadas em sangue, no pescoço.

Outros d'este appellido, trazem por armas — em campo de púrpura, seis besantes de prata, entre uma doble cruz, com bordadura de ouro. (São as armas dos Mellos).

As armas dos Almeidas, são: — escudo enxequetado de prata e azul, alternativamente, timbre, um meio bufalo da sua côr, enxequetado de prata.

—

Na villa do Lavradio tinham os conegos de S. João Evangelista (loyos) de Lisboa, uma quinta de grande rendimento, com muitas vinhas e grandes marinhas.

Foi-lhes dada por Martim Esteves Curvo, conego de Evora, e depois de Lisboa (primo do célebre arcebispo de Lisboa, D. Martim Jardo) fundador d'este convento.

Nas casas da quinta, que parecem um grande convento e ficam no meio da villa, havia uma ermida dedicada a Nossa Senhora da Piedade, onde se via a imagem da padroeira, em relevo, em pedra, com seu filho morto nos braços.

Havia tambem n'esta capella a devota imagem de Nossa Senhora do Bom Successo, de róca, de 0m90 de altura.

Antigamente se lhe fazia uma esplendida festa, com muito fogo e barricas de alcatrão ardendo, na vespera. Os proprios frades foram deixando de concorrer com as offertas do costume para esta solemnidade, que por fim veio a acabar ainda no tempo d'elles.

As casas e uma horta annexa foram vendidas, depois de 1834, a Joaquim José. A capella foi profanada e está reduzida a pombal.

—

A familia dos srs. marquezes de Lavradio é das mais illustres do reino. Teve principio em Payo Guterres, esforçado cavalleiro de D. Sancho I, ao qual, por ter tomado aos mouros a praça de Almeida, appellidaram o *Almeidão*. Era filho de Soeiro Paes e neto de Pelayo Amato, fidalgo da côrte do conde D. Henrique (pae de D. Affonso I) e seu âmigo e companheiro.

Teem os srs. marquezes de Lavravio a honra de contar entre ós seus nobilíssimos ascendentes, o grande D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da India.

A sr.ª D. Eugenia de Almeida, irman do sr. marquez do Lavradio, foi casada com o sr. D. Francisco de Mello, 2.º conde e 5.º senhor de Ficalho. Foi feita marqueza d'este titulo; e, em 14 de maio de 1836, duqueza, em sua vida. Veio pois a ser 2.ª condessa, 2.ª marqueza e 1.ª duqueza de Ficalho. Por sua morte, acabou o ducado de Ficalho. Seu filho primogenito, o sr. D. Antonio de Mello, é hoje 2.º marquez, 3.º conde e 6.º senhor de Ficalho.

LAVRE — Villa, Alemtejo, comarca e concelho de Monte Mór Novo, 50 kilometros a O. de Evora, 70 a SE. de Lisboa, 280 fogos.

Em 1757 tinha 350 fogos.

Orago Nossa Senhora da Assumpção.

Arcebispado e districto administrativo de Evora.

Situada em alto e terra muito saudavel.

Tem uma antiga torre, onde hoje está o relogio.

O arcediago de Lavre, apresentava o reitor, que tinha 12$000 réis de congrua e o pé d'altar.

Foi cidade no tempo dos arabes, com o nome de *Lavay* ou *Lavar*, d'onde procede o seu acutual nome.

Ainda ha vestigios de edificios mouriscos, junto á capella de S. Miguel.

D. Diniz a povoou em 1304, dando-lhe então foral, a 13 de fevereiro d'esse anno, datado de Santarem. O mesmo rei lhe deu outro foral, com novos e maiores privilegios, tambem em Santarem, a 11 de fevereiro de 1305. Em ambos lhe dá ainda o nome de *Lavar*.

D. Manuel lhe deu foral novo, em Evora' a 13 de janeiro de 1520. (Franklim enganase, fazendo de *Lavre* e *Lavar* duas villas distinctas, quando é tudo o mesmo.)

Em 1429, veio Lamberto d'Horques, allemão, com sua mulher e filhos para esta villa, com a condição de trazer mais gente para a povoar, por se achar quasi deshabitada.

D. João I lhe deu logo o *castello de Lavar*, junto á villa, com o territorio ou termo que lhe marcou, que tinha 60 kilometros de comprido e 18 de largo, sem tributo algum por vinte annos; fazendo o dito Lamberto alcaide-mór do castello.

O filho d'este, João Lamberto, tambem alcaide-mór d'esta villa, renunciou o senhorio d'ella em D. Duarte I, por escriptura feita em Lisboa, a 14 de maio de 1437.

D. Duarte a deu depois, a D. Fernando Mascarenhas. D. Manuel fez ampla mercê d'ella aos condes de Santa Cruz, da mesma familia, procedentes de D. João Mascarenhas, que se achou com o rei D. Sebastião em Alcacer Quibir, e foi o 1.º conde de Santa Cruz.

Pelo territorio da freguezia se estende a serra de Alvaláde, que tem 9 kilometros de comprido e 3 de largo.

É banhada por uma ribeira do seu nome, que a faz muito fresca, aprasivel e abundante de cereaes, fructa, peixe, azeite e outros fructos. Nos seus montes ha bastante caça.

Ter Misericordia.

LAZARAR—portuguez antigo, pagar, satisfazer.

LAZARIM—villa, Beira Alta, concelho de Tarouca, comarca e 18 kilometros de Lamego, 262 ao N. de Lisboa, 275 fogos.

Em 1757 tinha 142 fogos.

Orago S. Miguel, archanjo. Bispado de Lamego, districto administrativo de Viseu.

A casa da Fervença apresentava o vigario, collado, que tinha 600$000 réis de rendimento annual.

Foi fundada por *Zeidan-Ben-Huin*, rei ou emir de Lamego, em 776.

Este regulo arabe lhe deu o nome de *Al-Açarim*, palavra arabe que significa *Os Dois Fortes*—d'aqui *Lazarim*.

R. M. da Silva *(Poblacion General de España)* dá ao tal *rei* mouro o nome de *Zadan-Ben-Win*, e á povoação o de *Zarim;* mas estas differenças são só procedidas da maneira diversa de escrever as mesmas palavras, que vem a significar o mesmo, pois a pronuncia de *Huin*, e *Win* e de *Çarin* e *Zarim*, é a mesma. Ha porém n'este escriptor uma differença mais séria quanto a chronologia —diz elle que a fundação d'esta villa teve logar na era de Cesar 1030, que corresponde ao anno 992 de Jesus Christo, vindo portanto a haver uma differença de 216 annos.

(Lazarim foi fundada 4 annos antes de *Lalim*, e pelo mesmo *Zeidan.*)

Situada em planicie fertil, nas margens do pequeno rio do seu nome.

Teve barão, novo.

LEBEDOURO—portuguez antigo—lenteiro, paúl, pantano, panasco, marnel, pateira, etc.

LEBUÇÃO e **NUZÉLLOS**—freguezia, Traz-os-Montes, concelho e comarca de Valle Paços, 72 kilometros a NO. de Miranda, 425 ao N. de Lisboa, 220 fogos.

Em 1757 tinha 84 fogos.

Orago S. Nicolau.

Bispado de Bragança, districto administrativo de Villa Real.

O parocho era cura da apresentação do reitor de S. João Baptista da Castanheira, e tinha de renda 150$000 réis.

Muito fertil em castanha, do mais mediania. Cria muito gado, sobre tudo vaccum. Tem excellente manteiga.

Confina com a Galliza. Situada em logar alto e saudavel, mas bastante frio, entre o Tamega e o Ragua.

Era da corôa.

Em tempos antigos eram duas freguezias, que se annexaram, por arranjos do reitor da Castanheira, que apresentava Lebução, e do reitor de Oucidres, que apresentava Nuzéllos. O orago d'esta ultima, era Nossa Senhora da Expectação. Depois estas freguezias assim unidas, passaram a ser do padroado real, até 1834.

Tambem tem ha muitos annos annexa a freguezia de *Curral das Vaccas*. (Vide esta palavra.)

N'esta freguezia está a pequena e antiga villa de *Monforte do Rio Livre*, que foi capital do concelho do seu nome, até 1853. Tinha este concelho 1:990 fogos.

É situada sobre um monte, onde existe um castello que foi muito *forte*, e do *monte* e do castello lhe provem o nome. Está soffrivelmente conservado (o castello) e ainda em 1863 tinha governador e uns poucos de veteranos. Teve alcaide-mór, no tempo da sua importancia, como posição militar. O povo d'esta freguezia tinha obrigação de defender o castello contra os castelhanos; pelo que os nossos reis lhe concederam muitos privilegios, sendo um dos maiores, não pagarem siza das compras e trocas que fizessem. (Vide Monforte do Rio Livre.

LEÇA ou **LESSA**—rio, Douro. Nasce em uns juncaes, chamados *Lameiras do Redondú* (ou *Redundú*) na freguezia de Monte Córdova (antigamente *Monte Córva*) proximo da estrada que vae do Porto para Santo Thyrso, e desagúa no Oceano, entre Leça da Palmeira e Mattosinhos, com 24 kilometros de curso.

A barra de Leça é só accessivel ás embarcações de pesca, e mesmo para estas, a entrada é difficil na baixa-mar, por causa da areia que alli se tem accumulado. Teve um fortim, com duas peças, construido durante a guerra dos 27 annos, que foi destruido pelas ondas. Hoje apenas d'elle restam algumas paredes desmantelladas, e corroidas. Mais acima ainda existe o forte de Mattosinhos, que foi guarnecido com 4 canhões. É em territorio de Leça da Palmeira, mas dedicado ao Senhor de Mattosinhos e por isso lhe dão este nome. É da mesma edade dos mais d'esta costa. Tem ainda uma guarnição de veteranos.

Está bem conservado.

A corrente do rio Leça é placida e serena e suas margens quasi sempre muito aprasiveis; por isso alguns pretendem que seja o *Lethes* dos antigos: outros dizem que é o antigo *Celando*. (Vide Lima e Cávado.)

Entre os que sustentam que o Leça é o Lethes mythologico, está o nosso *Faria*, que na sua *Fuente de Aganipe* (parte 2.ª, poema 8.º) diz:

«*El Leza, que por hondo y fresco valle*
«*Curiendo con sociego grave y blando,*
«*Ocupa angosta y tortuosa calle,*
«*Con los nombres de Lethes y Celando;*
«*Pero si de el olvido se appellida,*
«*Quien una vez le ve, ja mas se olvida.*

—

Faria, querendo poetisar este rio (porque, sendo parente do bispo do Porto, D. Gonçalo de Moraes, residiu muito tempo na quinta de Santa Cruz, que é dos bispos do Porto, e n'ella escreveu muitas das suas poesias) lhe deu (talvez por elogio) os nomes de Lethes e Celando.

Tambem André de Rezende, nas suas *Antiguidades de Portugal*, pretende que o rio *Celando*, ou *Celano*, não era o Cávado, mas o Leça. Não allega porém fundamento de consideração, e tem contra si, que Pomponio Mella, na ordem com que refere os rios d'esta parte da costa da Lusitania, primeiro aponta *Ávo* (Ave) depois o *Celando* (Cávado.) Diz elle: *fluuntque per eos Avo, Cel-*

landus, Nebis, Minus et, cui oblivionis cognomen est, Limix.

O dr. João de Barros, nas *Antiguidades de Entre Douro e Minho*, cap. 9.º, diz que ao Leça chamaram sempre Lethes. O mesmo diz o padre D. Nicolau de Santa Maria, na *Chronica dos Conegos Regulares*, liv. 6.º, cap. 1.º; mas dos proprios documentos por estes dois escriptores apontados, se vê que o nome de Lethes se deu ao Leça, depois de terminar a dominação dos romanos; porque, do tempo d'estes e dos godos só se chamou Lethes ao Lima. É verdade que, no tempo dos arabes, alguns escriptores dão a este rio o nome de *Lethes* ou *Letes;* mas, segundo Argote, não e derivado de *lethes*—esquecimento—mas de *laetus*—alegre—pela aprasibilidade de suas margens.

Quanto ao actual nome d'este rio (que quasi todos os escriptores dizem ser corrupção de Lethes) sustentam alguns que lhe foi dado pelos templarios. Alguns cavalleiros d'esta Ordem vieram para Portugal (quando ella cá foi instituida) de varias nações sendo a maior parte francezes. Todos sabem que o seu principal mosteiro foi em Leça do Bailio. Nas *Ardennes* (França) provincia de Namur, ha um rio chamado Lesse: talvez que este rio tenha semelhança com o Leça portuguez, e nada mais verosimil do que os francezes darem ao ultimo, o nome do francez, para recordação da sua patria.

O que parece certo é que no tempo dos godos se dava a este rio o nome de *Leza*, que segundo alguns é palavra phenicia. Em quasi todos os documentos gothicos se lhe dá só este nome.

—

Na margem d'este rio, junto á quinta de Santa Cruz, dos bispos do Porto, ha um monte bastante elevado, e no seu cume está a capella, toda d'abobada de pedra, muito bem obrada, da invocação de Nossa Senhora da Guia, obra do bispo d'esta diocese, D. Rodrigo Pinheiro.

É Nossa Senhora da Guia, uma imagem de grande devoção dos povos da Maia e Bouças, que aqui concorrem com muita frequencia.

Tambem muitos bispos do Porto vinham para este retiro, orar á S. S. Virgem, guia solicita e maternal dos pescadores; para o que o mesmo fundador da capella, aqui mandou construir uma soffrivel casa de habitação.

É um sitio mui formoso pelas suas dilatadas vistas, descobrindo-se grande parte do Oceano e outras muitas povoações e territorios.

A imagem de Nossa Senhora tem 0^m 888 de altura e é de pedra e de muito bôa esculptura; mas não se sabe por quem ou quando foi feita, nem a causa do seu titulo. Suppõe-se que a primittiva capella foi edificada por mareantes e pescadores.

O bispo D. Fernando Correia de Lacerda foi tambem muito devoto d'esta senhora e a visitava com frequencia, e reedificou a ermida, quasi desde os fundamentos.

—

Actualmente, os barcos que entram a foz do Leça, não passam do porto propriamente dito, que é um curto espaço, desde a barra até á ponte de pedra, que une em todo o rigor da palavra, as povoações de Leça da Palmeira e Mattosinhos, dando passagem á formosa estrada a macdam, que conduz á cidade do Porto, por S. João da Foz.

Alem da ponte divide-se o rio em dois braços; um d'agua salgada, por onde entram as marés e onde ha salinas (ou marinhas de Sal) e o outro d'agua dôce, que é propriamente o Leça, que junto á ponte tem um assude, formando uma bonita cascata que se precipita na agua salgada. Na levada que o assude forma, ha barquinhos de recreio, e é uma digressão encantadora a viagem n'esta formosissima levada.

Junto ao poetico mosteiro de Leça do Bailio, construiu, em 1846, uma bonita ponte a companhia Viação Portuense. É pensil, de ferro e madeira, e proxima da antiga ponte de Leça, denominada ponte de pedra, que consta ser de construcção romana, sobre a via militar que hia do Porto a Braga. De uma doação feita por D. Unisco Mendes, do mosteiro de Leça ao de Vaccariça, em 1021, se evidenceia que esta ponte já então exisistia, o que parece confirmar a tradição.

—

Este rio foi antigamente navegavel, para barcos pequenos, desde a sua foz até á ponte Guiffões. Ainda no tempo de D. Affonso V., presenteando este monarcha, em 1483, o convento de franciscanos de Mattosinhos, com uma imagem, de marmore, de Nossa Senhora da Conceição, foi esta levada em um batel, pelo rio, até á tal ponte de Guifões.

Segundo se lê na *Chronica Seraphica*, esta navegação foi prohibida a rogo dos frades, sob pretexto de os perturbar no silencio e clausura que a sua regra os mandava observar. Os açudes que depois se foram construindo, tornaram impossivel a navegação.

LEÇA DO BAILÍO ou do **BALÍO** — villa, Douro, concelho de Bouças, comarca e 6 kilometros e meio ao N. do Porto, 165 ao N. de Lisboa, 430 fogos, 1:400 almas, na villa e freguezia.

Em 1757 tinha 230 fogos.

Orago Santa Maria, ou Nossa Senhora da Assumpção.

Bispado e districto administrativo do Porto.

O bailio de Leça apresentava o vigario-abbade, que tinha 150$000 réis annuaes.

Tem um antigo castello que segundo alguns, foi dos templarios.

É notavel a egreja e casa de Santa Maria templo gothico, de extensas e magestosas dimensões e de architectura meio religiosa, meio guerreira. Foi mosteiro e hospital da Ordem militar de S. João de Jerusalem.

A casa de Leça é antiquissima. Foi reformada e ampliada por D. Sancho I, em 1212.

N'este mosteiro foram hospedados D. Affonso Henriques e sua mulher, a rainha D. Mafalda; o condestavel, D. Nuno Alvares Pereira; a infanta D. Philippa, neta de D. João I, e outras pessoas d'alta gerarchia.

Foi aqui que D. Fernando I, casou com D. Leonor Telles de Menezes, mulher de D. João Lourenço da Cunha, senhor de Pombeiro, em 1369.

Foi tambem aqui que o infante D. Diniz, filho de D. Pedro I, e de D. Ignez de Castro, recusou beijar a mão á nova rainha, preferindo expatriar-se.

D. Fernando, vendo que o povo de Lisboa tomava muito a mal que elle casasse com uma mulher casada, e receiando algum tumulto, sahiu furtivamente da capital, com varios fidalgos da sua corte levando em sua companhia D. Leonor Telles de Menezes, com algumas damas do paço, e se dirigiu ao Porto; mas temendo tambem ahi alguma manisfestação popular, de desagrado, resolveu-se a hir casar a Leça, o que realisou.

Quando seu irmão, D. Diniz, se recusou a beijar a mão de D. Leonor, o rei correu sobre elle com um punhal, e certamente o mataria, se os fidalgos o não estorvassem.

O convento de Leça do Bailio, foi reedificado por D. Gualdim Paes de Marecos, mestre da Ordem do Templo, pelos annos de 1180, e dedicado a Santa Maria.

Quando a Ordem do Templo foi supprimida (1311) vieram para Leça os cavalleiros de S. João de Jerusalem, chamados primeiro, de Rodes e depois de Malta.

Viviam em communidade, segundo a regra de Santo Agostinho, e tinham couto com jurisdição civel.

Na egreja ha muitas antiguidades, de grande merecimento historico e archeologico; mas a principal é uma antiquissima pia baptismal, que causa a admiração de quantos a vêem.

Foi mandada fazer pelo bailio D. fr. João Coelho, pelos annos de 1512, e entre os seus lavores primorosos, avultam as armas dos Coelhos.

Havia aqui um antiquissimo convento de frades cruzios, já dedicado a Santa Maria, que foi dado aos templarios, hindo os frades (conegos regrantes) para Santa Cruz de Coimbra. Quando o mosteiro ainda era d'estes, tinha obrigação de dar um jantar annual aos bispos do Porto. Em 28 de julho de 1122, fez o prior de Leça, D. Martinho, uma composição com o bispo do Porto, D. Hugo, para cessar o jantar, dando-lhe em troca um casal que o mosteiro tinha em Val-Bom.

Este mosteiro é situado nas formosas margens do Leça.

É terra fertil, aprasivel e saudavel.

D. Manuel lhe deu foral, em Evora, a 4 de junho de 1519.

A egreja tinha, alem do parocho, um thesoureiro, com 150$000 réis annuaes, dois beneficios simples, com 70$000 réis cada um — 6 capellães — 6 *raçoeiros*, leigos, e 5 merceeiros, com obrigação de rezarem todos os dias o rosario de Nossa Senhora, ou 40 *Padre-Nossos*, e ouvirem todos os dias duas missas, varrer a egreja e lavar a roupa.

No ecclesiastico era isento de jurisdição episcopal, e apresentava varias freguezias.

—

O mosteiro é situado em terreno baixo e assombrado de basto e frondoso arvoredo.

Ignora-se a data da fundação d'este venerando monumento, e só se sabe que já existia no seculo X, compondo-se então de uma pequena egreja e de um mosteiro de monges bentos e de freiras da mesma ordem (duplex) da invoção de S. Salvador. Isto consta de varias escripturas antigas, que existiram no archivo deste mosteiro; bem como que, no anno de 1086, eram padroeiros do mosteiro *Tructesindo Osôredes* e sua mulher D. Unisco Mendes.

Da leitura deste documento se collige que esta fundação teve logar ahi pelos annos de 900, e que o fundador foi algum dos ascendentes de Tructesindo ou de sua mulher.

No fim do seculo XI, sendo abbade do mosteiro D. Guntino, foi reedificada a egreja, por estar muito arruinada, por ter originariamente sido mal construida, e não pela sua muita antiguidade.

Por este tempo, achando-se a mitra de Coimbra muito falta de rendimentos, tanto para sustentação do bispo como dos conegos, fez-se-lhe doação de todas as rendas e pertenças do mosteiro de Vaccariça. N'esta doação hia incluido o mosteiro de S. Salvador de Leça; porque alguns annos antes tinha sido doado pelos seus padroeiros, ao abbade de Vaccariça, como já fica relatado.

Ficando o convento de Leça sem rendimento para a sustentação dos frades e freiras, se foi abandonando pouco a pouco, até que ficou deserto.

Novas doações de particulares, porem, tornaram a fazer o mosteiro habitado, as duas communidades religiosas se estabeleceram aqui de novo, e aqui estavam em 1093 quando o conde D. Henrique veio para Portugal.

Ou durante o governo do conde, ou (o que parece mais provavel) durante a regencia da rainha D. Thereza, sua mulher (1112 a 1128) foi introduzida em Portugal a ordem de S. João de Jerusalem (ou do Hospital) vulgarmente Ordem de Malta. [1]

Não se sabe se nessa época o convento de Leça ainda era habitado; mas o que é certo é que o mosteiro ficou desde então pertencendo á Ordem de Malta.

É opinião de alguns escriptores, que antes de ser mosteiro de Malta, tinha sido de templarios, o que não está provado, por não ter apparecido documento que o atteste.

—

Até ao principio do seculo XIV, conservou o mosteiro a sua forma primitiva. Achando-se então a egreja em máo estado, e sendo de acanhadas dimensões, com relação á opulencia da ordem que, por continuas doações régias e particulares, tinha crescido muito em riquezas; resolveu D. fr. Estevão Vasques Pimentel, então bailío, construir novo templo. Esta obra, grandiosissima, em relação á época em que foi edificada, se concluiu em 1336, no reinado de D. Affonso IV.

A par do templo, fez construir o bailio uma torre forte e elevada, com todos os preceitos e condicções da arte da guerra, para defeza dos freires e do mosteiro.

No fim do seculo XVI principio do XVII, o bailío D. fr. Luiz Alvares de Tavora, procedeu a muitas obras no Paço, reedificando e ampliando as antigas.

Não se sabe quando se mudou a invocação d'este templo; suppõe-se que foi quan-

[1] A ordem de Malta foi creada no anno de 1100, por Godofredo de Buillon, rei de Jerusalem, n'esta cidade da Palestina (ou Siria.) A sua principal dignidade n'este reino, era a de grão prior do Crato. Alem d'este grão-priorado, a ordem possuia em Portugal o *bailiado* de Leça e os *bailiados* honorificos de S. João d'Acre e Negroponto (alternativamente com a Hespanha) e 24 commendas neste reino de Portugal. O sr. D. Miguel I, foi o ultimo grão-prior do Crato. (Vide Crato, a pag. 439 col. 1.ª do 2.° vol.)

do se construiu actual egreja. O novo orago foi Nossa Senhora da Encarnação; e no anno de 1642, ainda existia no altar mór a imagem da mesma Senhora, que foi então mudada para a sachristia, sendo substituida por um retabulo a oleo, de Nossa Senhora da Assumpção; mas o povo a denominou sempre, e até hoje, Santa Maria de Leça.

A egreja, que desde a sua construcção, em 1336, ou pouco depois, sempre foi matriz da freguezia, é de tres naves, sustentadas por dez arcos, 5 de cada lado, sendo a do centro muito mais elevada do que as lateraes. Tem 36 metros de comprimento e 14 de largo. Tem 5 altares; mas antigamente tinha sete.

Na capella mór estão os seguintes tumulos de pedra.

Da parte da Epistola, debaixo de um arco, vê-se um sepulchro com este epitaphio.

Aqui jaz frei Lopo Pereira de Lima grão prior do Crato, baylio de Leça do concelho de S. A. commendador das commendas de Rôssas, Fróssos, Rio-Meão, Tavora, Santar e Aboim e logar tenente que foi da sua religião, n'este reino. Falleceu no ultimo de março de 1681. [1]

Junto d'este tumulo está o do bailio D. fr. Diogo de Mello Pereira, irmão do antecedente e fallecido em 1666.

Da parte do Evangelho está outro mausoleu, mettido debaixo de um arco, aberto na grossura da parede. Contem os restos de D. fr. Christovão de Cernache, bailio de Leça e grão-chanceller da ordem.

Sobre a tampa está, de joelhos, a estatua d'este bailio, diante de um genuflexorio, em acção de ler em um livro. Sobre o tumulo se vêem as armas dos Cernaches.

Morreu a 19 de janeiro de 1569.

—

A capella de Nossa Senhora do Rosario (vulgo *capella do ferro*) contem varios tumulos e sepulturas. Á direita do altar, e debaixo de um arco, está o tumulo do bailio D. Fr. João Coelho, grão-prior do Crato, e chanceller-mór de Rhodes, fallecido a 26 de novembro de 1515. Sobre o mausoleu está a estatua, de pedra, do bailio.

Sobre o tumulo está um anjo, tambem de pedra, tendo na mão uma bandeira, que contem um longo epitaphio, allusivo ao sepultado, e tendo aos lados dois escudos eguaes, que são as armas dos Coelhos.

No pavimento da capella, jaz, em sepultura raza, o bailio D. Fr. Estevão Vasques Pimentel, fundador da egreja actual, fallecido em 14 de maio de 1336. Foi grande privado de D. Diniz e seu filho D. Affonso IV, e por vezes embaixador de Portugal á Curia romana.

Em uma lamina de bronze, embebida na parede da mesma capella, está gravada uma inscripção latina, que traduzida, diz:

O que descança n'esta sepultura, foi um digno prior da ordem de S. João Baptista, agora conhece quaes foram as suas acções,

Depois da morte de Estevão Vasques, com difficuldade apparecerá quem seja melhor prelado do que elle foi. Pela sua familia, chamou-se Pimentel; mas, pela sua vida e costumes, chamou-se abençoado. Ninguem era mais alegre do que elle, nem tão forte, formoso e constante; guiando-se sempre pelo que era mais perfeito. Viajou por muitas terras e atravessou muitos mares. Sem contar o priorado, teve 5 commendas, que a sua ordem lhe deu e o pontifice confirmou. São as commendas da Çertan, Leça, Crato, Rio-Meão e a florida Faia, que foi a primeira.

Oh tu, que és instruido, faz esta conta— Elle foi prior 30 annos, tendo sido antes bom freire, contando tres vezes quatro.

—

Proximo da pia baptismal, está mettido na parede um tumulo tambem antigo. Contêm os restos do beato D. Fr. Garcia Martins, grão-commendador da ordem, nos reinos de Hespanha; fallecido no 1.º de janeiro de 1306.

—

[1] Ainda que a inscripção diga que Lopo Pereira de Lima foi grão-prior do Crato, nunca o foi de facto; porque, sendo nomeado pelo grão-mestre da ordem, D. João IV, e seus filhos (depois reis) lhe recusaram a investidura.

A unica communicação entre a egreja e o mosteiro, era por cima do telhado, subindo-se por uma das escadas da torre, para fazer este edificio mais defensavel, em caso de ataque.

O edificio do mosteiro é de apparencia irregular e mesquinha (pelas suas muitas reconstrucções e accrescentos) e não condiz em nada com a vastidão e magestade do templo.

LÉÇA DA PALMEIRA—freguezia, Douro, concelho de Bouças, comarca e 10 kilometros a ONO. do Porto, 165 ao N. de Lisboa, 500 fogos. Em 1757 tinha 266 fogos.

Orago S. Miguel, archanjo.

Bispado e districto administrativo do Porto.

A Universidade de Coimbra apresentava o reitor, que tinha de rendimento 40$000 réis annuaes.

Situada na costa do Atlantico, e sobre a margem direita do rio Leça, em posição sobremaneira aprasivel, em frente de Mattosinhos, com terrenos muito ferteis e saudaveis, e com muitas, bellas e sumptuosas casas; sendo quasi todas as melhores, de familias ricas da cidade do Porto, que aqui vem passar a estação dos banhos, em cujo tempo é esta terra concorridissima.

Tem salinas.

Do lado do Porto, tem uma boa ponte de pedra (que a liga com Mattosinhos) de 19 arcos.

Tem uma bonita casa de espectaculo, denominada *Theatro Recreativo*, inaugurado em 7 de setembro de 1873 (domingo) e constando o espectaculo das comedias—*Quem tôrto nasce...*, *As pragas do capitão*, *Os effeitos do vinho novo*; e um *intervallo* gymnastico.

Dois kilometros ao N., e junto á capella da Senhora da Boa Nova, perpendicular ao mar, está um escarpado rochedo, de cujo cume se divisa, além de uma grande extensão de mar, Villa do Conde, S. João da Foz, Mattozinhos, etc., etc.

Ha tambem perto de Leça da Palmeira, e na costa, os penedos do *Tiro* ou *Fornêllo*.

Tem um *mira-mares*, feito em 1870 (concluido em 21 de outubro d'esse anno) feito á custa do benemerito sr. João Pinto de Araujo, que com esta obra humanitaria salvará muitas vidas de infelizes pescadores, que, com a falta d'ella, as tinham em perigo, e muitos aqui teem fallecido desastrosamente.

O mesmo benemerito sr. João Pinto de Araujo, natural d'esta freguezia, que mandou fazer á sua custa o *mira-mares*, mandou reedificar em 1873 a egreja matriz da freguezia, gastando n'esta obra mais de 12 contos de réis. A junta de parochia deliberou que em uma pedra, na parede da egreja, se lavrasse uma inscripção commemorativa d'este acto de piedade do sr. Araujo, e lhe mandou uma cópia da acta em que esta deliberação foi tomada.

A sr.ª D. Maria Francisca dos Santos Araujo, mandou á sua custa alargar o cemiterio parochial d'esta freguezia, pelo mesmo tempo; no que gastou 800$000 réis. Honra a estes dois bemfeitores, que tão bem sabem empregar as riquezas que Deus lhes confiára.

Esta caridosa senhora, não se interessa sómente pelo descanço dos que foram: sua alma benefica e seu generoso animo, curam tambem com solicitude maternal da instrucção, moralidade e religiosidade dos que hão de ser; e sabendo que a ignorancia e a falta de religião arrasta o sexo fragil á ignominias de toda a casta, deliberou fundar uma escola de meninas n'esta freguezia. Emprehender uma acção de caridade, na grande alma d'esta virtuosa dama, é o mesmo que leval-a logo a effeito. Lá está por mais este perpetuo testemunho da sua caridade evangelica, em uma bella casa, onde as meninas recebem o pão do espirito, ministrado por uma mestra exemplar, e generosamente recompensada pela beneficiente fundadora d'este piedoso estabelecimento.

É com o mais sincero prazer que commemoro n'este registo das nossas cousas, estes e outros actos de virtude, religião e caridade. Possa o exemplo do sr. João Pinto de Araujo e da sr.ª D. Maria Francisca dos Santos Araujo ser seguido por outras pessoas ricas, para que as suas memorias sejam eternamente abençoadas.

LECCO—portuguez antigo, homem de pé, moço, servo, criado de servir, lacaio. Vem do biscainho *lacuai*, ou talvez do verbo arabe *lacad*, que significa engeitado, lançado fóra, exposto. Os arabes davam ao lacaio o nome de *molquion*.

LEIRANCO—serra, Traz-os-Montes, comarca e concelho de Mont'alegre. Esta serra encadeando-se com a cordilheira de Chavão e Castellões, no concelho de Chaves entra no de Mont'alegre, na direção de E. a O. no termo das povoações de Meixide e Antigo de Arcos; e d'ahi estende-se na direcção de NE. a SO. descendo até ao rio Tamega, defronte de Ribeira de Pena, na extensão de 30 a 36 kilometros, offerecendo differentes cabeços e gargantas, que dão passagem ás estradas, antigo systema; tanto ás que vão para as principaes terras da provincia, como ás que estabelecem a communicação entre as diversas povoações d'um e outro lado da serra.

A parte d'esta, por onde corre a estrada antiga que vai de Mont'alegre a Chaves, chama-se Pindo.

Á direita d'esta estrada ficam umas altas e escarpadas penedias, constante habitação das curujas, a que chamam Castello de Pedro.

O centro da serra, que fica ao E. da freguezia de Cervos é que chamam propriamente Leiranco. N'esta parte é a serra tão elevada do E. que é preciso o subir uns 6 kilometros para chegar ao cume.

A parte sul (que desaba sobre o rio Tamega) habitação de lobos e javalis, é denominada Seixa.

O Leiranco, correndo parallelo com os rios Terva e Beça, divide, pelo seu cume, a região comprehendida entre elles, em porções, quasi eguaes, muito distinctas por seu clima e producções.

A parte, ou antes tracto, oriental a que chamam Terva, é mui fertil em todos os generos; vinho verde, milho, castanhas, fructa e legumes de toda a qualidade; o contrario accontece na parte occidental, mais elevada, á excepção da freguezia de Canedo, mesmo situada na margem direita do Tamega.

E' esta serra mui fragosa; apenas produz urzes e carqueija em seus cumes, onde os moradores pobres das freguezias circumvisinhas fabricam carvão com que fornecem a praça de Chaves em todo o tempo do anno, mas principalmente na estação do inverno.

Cria muita caça miuda, como perdizes, coelhos e lebres, e alguma grossa—lobos e raposas.

No anno de 1825 foi morta, na freguezia da Granja, concelho de Boticas, situada nas faldas meridionaes d'esta serra, uma fera, que diziam ser lobo cerval.

LEIRÃO—portuguez antigo. Hilarião, nome de homem. Tambem se dá o nome de *leirão* a um boccado oblongo ou quadrado, dentro de um campo, onde se semeia ou planta fructo diverso do do mesmo campo.

LEIRÍA—cidade episcopal, cabeça de districto administrativo, Extremadura, 70 kilometros ao S. de Coimbra, 125 ao O. de Castello Branco, 180 ao S. do Porto, 130 ao N. de Lisboa, 800 fogos, 3:000 almas, em uma freguezia (Sé, ou Nossa Senhora da Assumpção.)

Antigamente tinha a cidade duas freguezias, a Sé e S. Pedro; mas esta foi supprimida. Posto que a egreja de S. Pedro seja dentro da cidade, os parochianos eram todos dos arrabaldes.

No concelho tem 8:400 fogos, na comarca 9:500 (até 23 de dezembro de 1873, em que foi supprimido o julgado da Batalha, que tinha 1:100 fogos, ficando encorporado na comarca de Porto de Mós; pelo que a comarca de Leiria ficou reduzida só ao seu concelho) no districto administrativo 39:550 fogos.

A mitra apresentava o cura, que tinha 120$000 réis annuaes.

Situada em ameno, fertil e formoso valle, sobre as ruinas (ou proximo d'ellas) da antiga *Callippo* ou *Collippo*, e banhada pelos rios *Liz* e *Lena*.

Em 39° e 30' de latitude, e 12° e 28' de longitude.

—

A data da fundação d'esta cidade, e o nome do seu fundador, está, como a de quasi todas os nossas antigas povoações, envolvi-

da em fabulas, mais ou menos verosimeis, e é ponto hypothetico.

Segundo alguns escriptores, os *colimbrios* fundaram pelos annos 300 ou 350, antes de Jesus Christo, junto á actual egreja de S. Sebastião do Freixo, freguezia de *Azoia*, (vide *Azoia*) uma cidade com o nome de *Collippo* ou *Callippo*. O famoso Sertorio, tendo conquistado *Liria*, no reino de Vallencia, 75 annos antes de Jesus Cristo, trouxe d'alli os seus habitantes, para com elles povoar esta parte da Lusitania, e a cidade, a que se deu o nome da vallenciana.

Outros dizem que Leiria foi fundada no primeiro seculo do christianismo, pelos romanos, com os materiaes da antiga *Callipo*, e dando á nova cidade o nome de uma dama romana chamada *Laeria (*ou *Laberia) Galla Flaminia.* (Vide Aljubarrota.)

Pedro de Mariz *(Dial. de Var. Hist.)* diz que Leiria tomou o nome, de *Laberia Galla*, flaminia da Lusitania, e se chamou primeiro *Leria*. Conservou este nome até que os romanos a tomaram aos lusitanos, mudando-se então para *Callippo*. Não sei porque, os romanos arrazaram esta cidade, pouco tempo depois de a conquistarem; mas tornaram a reedifical-a, e foi uma cidade importantissima no seu tempo.

O que é certo é ser uma povoação antiquissima, mencionada por Plinio.

Os suevos tomaram Leiria aos romanos, em 414; e, tendo Leovegildo, rei dos wisigodos, unido ao seu reino o dos suevos, em 585, ficou esta cidade pertencendo ao reino godo.

No tempo do nosso escriptor Gaspar Barreiros, ainda existiam, no sitio de S. Sebastião varias ruinas de edificios antigos, segundo elle assevéra.

D. Luiz Caetano de Lima, diz, na sua *Geographia Historica*, que esta cidade teve principio em 1135, quando D. Affonso Henriques fundou o seu castello, para reprimir os mouros de Santarem e facilitar a conquista da Extremadura. É engano manifesto; porque, varias lapides de marmore branco e vermelho, com inscripções latinas, achadas junto d'este castello, provam ter aqui havido uma povoação romana. É certo porém que, quando então se fez o castello, estava ella destruida e abandonada.

Leiria foi, em 715, conquistada aos godos, pelos mouros, commandados por *Muça* e *Tarife*.

D. Fruela I a reconquistou em 753; mas Mahomet, rei de Córdova, a tornou a occupar em 850, estando em poder dos mouros até ao fim do anno de 1134, em que D. Affonso Henriques lh'a tomou e lhe construiu o castello, com suas torres e baluartes, cercado de muralhas e edificado sobre um penhasco.

Em 1140, andando D. Affonso I occupado com a guerra que lhe movia D. Affonso VII de Leão, e sendo primeiro alcaide d'este castello D. Payo Guterres, cahiu sobre elle Ismario, ou Ismar, rei de Córdova, (o que tinha sido vencido na gloriosa batalha de Ourique) e o tomou, apesar da heroica resistencia dos portuguezes.

D. Payo Guterres, era um dos mais bravos capitães d'aquelle tempo; mas cahindo gravemente ferido, n'um dos repetidos assaltos que elles deram ao castello, foi a causa d'elle então se perder. O rei portuguez estava então junto á cidade gallega de Tuy.

Ismario commetteu esta empreza por instigação de Auzecri, alcaide de Santarem. O seu exercito, que era numerosissimo, compunha-se de mouros de Badajoz, Évora e Santarem. Os mouros exasperados pela tenaz resistencia dos portuguezes os passaram todos ao fio da espada, menos o alcaide, que levaram captivo para Santarem. Incendiaram a egreja e o mosteiro de Santa Maria da Pena, morrendo queimados o prior e conegos que lá estavam.

D. Payo Guterres, estando captivo em Arronches, poude fugir, e vindo para Coimbra, se fez frade cruzio, doando a Santa Cruz de Coimbra todos os seus bens, entre os quaes era uma fonte que tinha junto á cêrca do antigo mosteiro (a qual hoje corre na claustra principal) e que por isso ainda tem o nome de *fonte de Payo Guterress.*

Não poude o rei resgatar logo o seu castello de Leiria; mas apenas se viu livre das guerras com os leonezes, veio, no fim do

anno de 1140, pôr cêrco ao castello, tomando-o no principio de 1141.

D. Affonso I, apenas soube da tomada de Leiria, fez as pazes com o primo, por intervenção de D. João Peculiar, arcebispo de Braga, e correu a libertar Leiria.

Segundo a lenda, é d'este cêrco que datam as armas de Leiria, porque, estando o exercito portuguez acampado em um alto visinho, que desde então se ficou chamando *Cabêço de Rei*, appareceu, sobre um alto pinheiro, um corvo, que não cessava de bater as azas e grasnar. Ordenado o assalto redobrou o corvo os seus gritos e movimentos, o que os christãos tomaram por bom agouro, e investindo o castello com grande furia e confiança, o tomaram em poucos momentos, apesar da heroica resistencia dos mouros. Foi em memoria d'este successo que Leiria tomou por armas, em escudo de prata coroado, um castello, sobre campo verde, entre dois pinheiros, cada um com seu corvo em cima, e na parte superior do escudo duas estrellas de ouro. Parece que no principio estas armas constavam só de um pinheiro com um corvo em cima, e depois se modificaram como primeiro as descrevi, que é como se acham na Torre do Tombo.

Ainda por differentes vezes foi o castello de Leiria perdido e recuperado pelos portuguezes, e estando os mouros de posse d'elle em 1145, D. Affonso I o atacou e tomou a 4 de fevereiro d'esse anno, passando á espada toda a sua guarnição, sem escapar com vida um só mouro!

(O mesmo aqui fez Saldanha e as suas tropas, aos realistas prisioneiros—quasi todos milicianos!—em 15 de janeiro de 1834.)

Em 1195 a tornaram a conquistar os mouros, arrazando completamente a cidade, conservando intacto apenas o castello. D. Sancho I veio logo em soccorro dos povos opprimidos, e em março d'esse mesmo anno reconquistou o castello, ficando desde então até hoje em poder dos portuguezes.

O municipio de Coimbra, a que então pertencia Leiria, *concedeu perdão de todos os peccados, a quem fosse combater os mouros n'esta ultima conquista. (Livro Preto de Coimbra*, fl. 221.*)*

D. Sancho I, para promover o desenvolvimento da população de Leiria, attrahindo para aqui moradores, lhe deu foral a 13 de abril d'esse anno de 1195, com grandes privilegios. Já seu pae, D. Affonso I, lhe tinha dado outro foral, em 1142. D. Affonso II confirmou estes foraes e seus privilegios, em Coimbra, a 31 de janeiro de 1214, e outra vez em novembro de 1217. D. Manuel lhe deu foral novo, em Santarem, no 1.º de maio de 1510. Serve para Cabêço de Rei, Porto Moniz e Ulmar.

Foi Leiria por algum tempo côrte dos reis portuguezes, particularmente de D. Diniz e sua mulher, a rainha Santa Isabel. Foi este rei que ampliou e reedificou o seu castello, em 1294.

Aqui celebraram côrtes, D. Affonso III, em 1254; D. Fernando, em 1376; e D. Duarte, em 1437 e 1438.

Tinha voto em côrtes, com assento no 3.º banco.

O famoso *pinhal de Leiria*, foi mandado semear por D. Diniz, em 1290. Tem 24 kilometros de comprido e 12 de largo. (Vide Carvide).

—

Justamente se ufana Leiria de possuir a primeira typographia que houve em Portugal. N'ella se imprimiram as poesias do infante D. Pedro, em 1466, nove annos depois da descoberta da imprensa, por Guttemberg, e quatro antes de haver imprensa em Paris.

Ha porém quem conteste esta gloria a Leiria, sustentando que o primeiro livro impresso em Portugal foi o — *Secher Orach Chaiim* — em Lisboa, em 1485, na typographia hebraica. Querem outros que fosse o *Pentatheuco*, na mesma typographia, em 1489. O *Cancioneiro geral*, de Garcia de Rézende, foi impresso em Lisboa, em 1516, 31 annos depois de os judeus terem fundado uma typographia em Lisboa.

Adriano Balbi *(Essai statistique sur le royaume de Portugal)* e Antonio Ribeiro dos Santos *(Mem. de Litterat.* vol. 8.º) sustentam com bons fundamentos, que a typographia

leiriense foi a primeira que houve em Portugal e em toda a Peninsula.

—

Havia aqui, em 1106, um alcaide mouro, chamado *Al-Barack*, que era um cavalleiro esforçadissimo. Estava então em Coimbra o conde D. Henrique, e hindo o alcaide mouro fazer uma correria aos arrabaldes d'esta cidade, ficou prisioneiro do conde, que o tratou muito bem e o levou para Guimarães, onde se converteu e fez frade, fundando o convento de Maceiradão. Vide esta palavra.

Leiria foi villa, desde D. Affonso I até D. João III, que a fez cidade em 1545, e séde de bispado. Em 15 de dezembro de 1547, alcançou este soberano, da curia romana a bulla da creação de tres bispados—este, o de Miranda e o de Portalegre.

Até 1545, era Leiria do priorado de Santa Cruz de Coimbra, que tinha aqui jurisdicção *nullius diocesis*.

Foi seu primeiro bispo, D. fr. Braz de Barros, frade jeronymo, natural de Braga, confirmado por Paulo III.

—

Quando D. Affonso I edificou o castello, em 1135, fundou no mesmo sitio uma egreja, dedicada a Nossa Senhora, sob a invocação de Santa Maria da Pena (ou Penha) com sua collegiada, fazendo doação d'ella a S. Theotonio, primeiro prior de Santa Cruz de Coimbra, que aqui poz logo por prior ao conego de Santa Cruz, D. Nuno Guterres, parente do alcaide.

Quando em 1141 resgatou este castello do poder dos mouros, o reedificou com muita mais solidez e amplidão do que o primeiro, e povoou o resto da villa, cujos bellos e ferteis campos se começaram logo a cultivar.

No anno de 1142 já Leiria era tão populosa, que o rei lhe deu o titulo de villa, doando-a a Santa Cruz de Coimbra, que aqui tinha jurisdicção plena, sem intervenção de bispo ou outra qualquer auctoridade ecclesiastica do reino; o que foi confirmado por o papa Adriano IV, em 1157, e por consentimento do bispo de Lisboa, D. Gilberto. Esta jurisdicção chegava até á Batalha.

No anno de 1144 foi restaurada a egreja e o mosteiro de Santa Maria da Pena, e feito seu segundo prior, o conego da Sé de Coimbra, *D. Pedro Mendes*.

Este mosteiro de cruzios (conegos regrantes de Santo Agostinho) que era edificado mesmo dentro do castello, sendo incendiado pelos mouros em 1140 (como já disse), não se tornou a reconstruir, reedificando-se apenas a sua egreja, que tambem está ha muitos annos desmantellada.

Santa Maria da Pena, era tambem egreja parochial, mas crescendo a população, não podiam os conegos ministrar os sacramentos a todos, pelo que, sendo prior da collegiada D. Pedro Godinho, se edificou a egreja parochial de S. Pedro, em 1200, pondo n'ella um reitor e um conego, suffraganeos de Santa Maria da Pena.

Dez annos depois de fundada esta egreja, foi aqui sepultada uma senhora, junto á porta principal, para a parte do O., cujo epitaphio diz:

NONIS MAIJ OBIJT
DONA BEATRIX VXOR D. RODRICI EGIDE.
ERA MCCXLVIII.

Isto é:—*A 7 de maio, falleceu D. Beatriz, mulher de D. Rodrigo Gil, na era de 1248.* (1210 de Jesus Christo).

A segunda egreja parochial que aqui se edificou, foi a de Santo Estevão, em 1290, sendo prior de Leiria, D. Lourenço Pires, que aqui poz outros dois conegos. Ambas estas parochias eram apresentadas pelos priores de Santa Maria da Pena.

Sendo prior D. Estevão Esteves, conego de Santa Cruz, e mestre de theologia, accrescentou muito esta egreja e a de S. Pedro, em 1370, pondo em cada uma, uma collegiada, e clerigos *raçoeiros*, que traziam murças por cima das sobrepelizes e resavam o officio divino em côro; mas o prior d'estas egrejas, era sempre conego de Santa Cruz, apresentado pelo prior de Santa Maria da Pena, e confirmado pelo de Santa Cruz de Coimbra.

Em 1300 deu D. Diniz o senhorio temporal de Leiria á sua mulher, Santa Isabel, a qual muito augmentou, ennobreceu e aformoseou o castello, fazendo n'elle casas de habitação, onde vivia ordinariamente. Tam-

bem esta santa rainha renovou e ornou esplendidamente a egreja de Santa Maria da Pena, dando-lhe riquissimas peças, sendo a mais notavel uma ambula de crystal, contendo *leite da Santa Virgem.* (Esta reliquia está hoje na Sé.)

Quando se fundou a Sé, foi dissolvida a collegiada de Santa Maria da Pena, e as suas rendas desmembradas de Santa Cruz de Coimbra, para sustento do bispo e conegos de Leiria.

O primeiro bispo de Leiria, D. fr. Braz de Barros era parente proximo do célebre escriptor João de Barros.

Nasceu em Braga, estudou em Louvaina, foi frade cruzio e reformador dos conventos (da sua ordem) de Santa Cruz de Coimbra, S. Salvador de Grijó e S. Vicente de Fóra, de Lisboa. Professou no convento de S. Jeronymo, de Penha Longa.

Morreu no convento da Pena, em Cintra, (onde viera passar os ultimos annos da sua vida) em 31 de março de 1559.

Ainda hoje alli se vê a sua sepultura, com a simples inscripção seguinte: — *Frei Braz de Barros, 1.º bispo de Leiria.*

—

A situação primittiva da moderna Leiria era onde agora se vê a torre dos sinos, paços episcopaes, celleiros e quintaes.

Onde hoje existe a principal povoação, eram antigamente almuinhas (hortas) campos e pomares, tudo regado pelo Liz.

—

Entre outras albergarias e hospitaes que havia em Leiria e sua jurisdicção, havia em 1542 a *albergaria de Nossa Senhora de Todos os Santos,* que era um pequeno hospital, instituido em 1222, por pessoas seculares, como consta do *Livro de Visita Geral.*

—

Hospital dos tecelões, da invocação de Nossa Senhora. Foi tambem instituido por seculares, em 1367, no sitio dos banhos. Tinha renda e obrigação de dar de comer a 12 pobres, no dia de *Corpus Christi,* e ter duas camas. Quando se construiu a Sé, mudou-se este hospital para o sitio da Portella, onde se lhe fez nova casa.

—

Hospital dos ferreiros. É no sitio das Caldeirarias, e da invocação de Nossa Senhora. É antigo, mas não se sabe quando foi fundado. Tem renda propria. Está annexo ao da Misericordia. Pertence aos ferreiros, serralheiros, caldeireiros, picheleiros, ferradores, ourives, cuteleiros e carvoeiros.

—

Albergaria de S. Braz e Santo Estevão. Junto da egreja de Santo Estevão, instituida por seculares, mas não se sabe quando. Tinha e tem renda propria, que passou para a Misericordia. Tinha obrigação de tres camas; e duas missas resadas, por cada pessoa que n'ella morresse. Quando se annexou á Misericordia, se separaram tres leitos, com a referida obrigação das missas.

A casa d'este e dos outros pequenos hospitaes ou albergarias, se aforaram, em 1632.

—

Hospital de Porto Côvo. No arrabalde da Ponte, proximo da egreja de S. Thiago, houve outro hospital, com aquelle titulo, que tinha annexa uma confraria de defunctos, da invocação de Nossa Senhora de Porto Côvo. Foi tambem instituido por seculares, em 1506, e o seu compromisso approvado em 1536. Tinha renda propria e uma cama para sacerdotes, e quatro para seculares. Tinha mais tres casinhas, junto ao hospital, que se davam por esmola a mulheres pobres. Tinha obrigação de duas missas cantadas, e com ella se annexou ao da Misericordia, por mais que os moradores do arrabalde o impugnaram.

—

Hospital do Arrabalde, junto á ermida de Santo André.

Era uma especie de albergaria, annexa ao morgado dos Teixeiras, da Barrosa. Tinha obrigação de dar uma cama e candeia, e outras miudezas. Era visitado como os mais e tinha renda particular, para cumprimento das ditas obrigações.

Não se sabe quando, nem por quem foi fundado (talvez pelo instituidor do vinculo) mas era antigo, pois foi visitado em 1581, sendo bispo de Leiria D. Antonio Pinheiro.

—

Gafaria e ermida de Santo André. Ainda

no Arrabalde da Ponte, havia a ermida de Santo André e um hospital annexo, cuja instituição, segundo consta, foi para a cura de *gafos*, doença n'aquelles tempos muito vulgar no reino.

Como esta horrorosa doença fosse pouco a pouco desapparecendo, tornando-se rarissima, e o hospital estivesse vasio, as suas rendas eram gastas em obras pias. Para evitar abusos na distribuição das esmolas, se mandou em 1555, fazer d'ellas rol, para ser apresentado ao prelado da diocese. Depois passaram estas rendas a ser applicadas para sustento e vestuario dos expostos, e com este encargo foi a gafaría unida á Misericordia.

Não se sabe quando nem por quem foi fundado; mas é muito antigo, pois já em 1542 se não pôde saber a data da sua fundação. O hospital se desfez; mas a ermida ainda existe, menos um alpendre, que tinha para a parte do *Rocio*, e n'elle um altar, que foram demolidos.

—

Capella do Espirito Santo. É muito antiga, pois que a sua confraria foi instituida em 1306. Os confrades assistiam aos enfermos em suas casas, e acompanhavam os defuntos á sepultura, hindo adiante *tangendo e bailando*, com vestiduras farpadas, que para isso tinham.

Em 1536, prohibiu-se este singular modo de acompanhar defuntos.

Eram curiosos alguns capitulos do seu compromisso, por exemplo:

«Se algum confrade dirigisse a outro qualquer palavra injuriosa, em cabido, levasse seis açoites *sobre a saia*, e jurasse sobre um crucifixo, que o dissera só por ira e não por ter causa.

«Se um confrade dissesse a outro palavras escandalosas, ou lhe désse com a mão aberta ou fechada, recebesse doze açoites, e pagasse uma libra de cêra para a confraria.

«Se algum confrade tivesse contenda com outro que o não fosse, todos os confrades o ajudassem.»

Estas *leis* foram revogadas em 1542. Pelo meio da capella hia um cano d'agua para o mosteiro das freiras de Sant'Anna. Abaixo d'este cano havia uma fonte, de que se não aproveitava a gente da villa. Em 1507, as religiosas pediram esta fonte para a mettere dentro do mosteiro, o que o concelho concedeu, desistindo ellas então da agua do tal cano.

—

Bôdo de pão e queijo. Em umas casas que estão no terreiro chamado do *Pão e Queijo*, em frente das em que se dava este bôdo, vivia uma mulher, que, vendendo vinho, para o accrescentar, lhe deitava agua de um poço que havia nas mesmas casas. Mas, quando mal o pensava, acabou-se-lhe este meio de *augmentar a sua fazenda;* porque a agua do poço se tornou tão salgada que lhe estragou o vinho, tendo ella de entulhar o poço. Reflectindo então no engano que fazia ao publico, e julgando ser isto um castigo d'elle, não tornou a *baptisar* o vinho, e por sua morte deixou á confraria do Espirito Santo toda a sua fazenda, para que dos rendimentos se désse no 1.º de maio de cada anno, pão e queijo aos pobres.

Os individuos encarregados do bodo (confrades do Espirito Santo) *esqueceram-se* de o dar, pelo que o bispo D. Diniz de Mello, em abril de 1632, mandou que d'alli em diante se distribuisse o pão e o queijo em tres partes, e no dia marcado no testamento, se desse uma parte aos prezos, outra a *pobres envergonhados*, em suas casas, e o resto aos pobres, no logar designado pela testadora.

—

O bôdo geral — Os mesmos confrades do Espirito Santo davam um bôdo geral, a todo o povo. Compravam 7 ou 8 touros, dos mais bravos que se podiam encontrar, os quaes eram corridos na sexta feira antes do domingo do Pentecostes no adro de S. Martinho. Depois matavam os toiros, e os cosiam no domingo para serem distribuidos por quem quizesse acceitar o bôdo.

Como nas corridas dos touros, por muitas vezes morriam toureiros e sempre ficavam alguns mais ou menos feridos e aleijados, o visitador prohibiu em 1536 este divertimento, e mandou que os bois que se comprassem fossem dos mansos.

Os confrades assim o cumpriram; mas no

primeiros dois annos se estragou toda a carne dos bois manços (aqui houve falcatrua dos confrades) o que o povo atribuiu a não ser exactamente cumprido o legado pelo que tornaram, sem auctoridade de ninguem, a comprar e correr touros. O visitador em vista do exposto, por carta de 1542, consentiu na continuação das corridas.

—

Hospital do Espirito Santo—Annexa á capella do Espirito Santo, tinha a confraria um hospital, com *hospitaleiro* (enfermeiro) e obrigação de curar n'elle, todas as enfermermidades, e agasalhar peregrinos; para o que tinha leitos com camas, e portas fechadas. Tinha renda propria. Era muito antigo, pois existe uma escriptura de compra de uma propriedade d'este hospital, feita em 1358, e outra de emprazamento, em 1428. *Urraca Annes*, deixou a este hospital, em 1355, um casal, que está alem do *Peruchal*, freguezia do Reguengo.

Este hospital tinha gado proprio, para o serviço da casa. (Em 1520, segundo consta de contas da casa, custava um bôi 1$500 réis.)

Não se sabe quando nem por ordem de quem deixou dee xistir este hospital que não foi, como os outros, unido á Misericordia.

—

Egreja e casa da Misericordia—A sua confraria foi instituida em 1544, quarenta e seis annos depois da instituição da de Lisboa (1498.)

O sitio em que se fundou a egreja e casas e em redor d'ellas, era a antiga *judiaria*, como se vê em varios documentos; e no tombo da fabrica de S. Martinho, que está no cartorio da Sé, se lê o seguinte:

Casas da judaria, partem com Jordão Annamel e com Moisencema paga 3 onças de insenso.

Ha quem diga que a actual egreja da Misericordia foi orginariamente sinagoga de judeus, o que não é inverosimil.

—

Egreja de S. Simão—Dentro dos paços reaes, cujas ruinas se veem junto aos episcopaes, existiu uma egreja, dedicada a S. Simão, que com os mesmos paços, mandou fazer o rei D. Diniz. Foi a egreja e paços reaes arrazados, sendo bispo D. fr. Antonio de Santa Maria.

—

Os francezes, em 1808, 1810 e 1811, assassinaram 1409 pessoas, d'ambos os sexos e de todas as edades, nas differentes freguezias do bispado de Leiria.

—

Em julho de 1874, a junta geral do districto e a camara municipal, formaram um corpo de policia civil, para garantia das possoas e propriedades do districto pelo que foram elogiados pelo governo, em portaria do mesmo mez e anno.

—

O bispado de Leiria é actualmente composto de 50 freguezias, que são:

Alcaria, Aljubarrota (Prazeres) Aljubarrota (S. Vicente) Alpedriz, Alqueidão, Alvados, Amor, Arrabal, Arrimal, Azoia, Barrosa, Barreira, Batalha, Caranguejeira, Carvide, Coimbrão, Colmeias, Córtes, Espite, Fatima, Freixiandas, Juncal, Leiria, Maceira, Marinha, Marrazes, Mendiga, Milagres, Minde, Mira, Monte Real, Monte Redondo, Olival, Ourem, Pataias, Porto de Mós (S. João) Porto de Mós (S. Pedro) Pousos, Parceiros, Regueira de Pontes, Reguengo, Rio de Couros, Santa Catharina, S. Simão, Seiça, Serro Ventoso, Souto, Vermoil, Vieira, e Villa Nova d'Ourem.

—

D. João III deu a alcaidaria-mór do castello de Leiria, aos marquezes de Villa Real com as casas que Santa Isabel tinha mandado fazer no castello; mas elles prefiriram outras, de fabrica tambem antiga, mas em um lindo sitio, junto ao rio. Esta alcaidaria-mór cessou em 1641, por se tornar traidor o então marquez de Villa Real. (Vide Caminha e Villa Real.)

Castello, casas dos alcaides-móres, quarteis e collegiada de Santa Maria da Pena está hoje tudo abandonado e em ruinas.

—

A antiga correição de Leiria comprehendia 23 villas e seus termos.

Conventos

1.°—Frades franciscanos, *observantes*, (o mais antigo d'esta Ordem em Portugal, e cu-

ja egreja é sagrado) fundada (o actual) por D. João I., em 1388, em satisfação de casar com D. Philippa, sem despensa, sendo professo na Ordem militar de S. Bento d'Aviz.

O convento primittivo foi edificado no Rocio de Santo André, junto ao rio, entre 1223 e 1232. Não queria o prior-mór e convento de Santa Cruz, consentir n'esta fundação, e excommungaram os frades e os que os ajudavam com esmolas. Os frades se queixaram ao papa Gregorio IX que passou um breve para os bispos de Viseu e Lamego e D. prior de Guimarães, para que todos, ou dois d'elles obrigassem os cruzios a levantar a excommunhão e deixassem fazer o mosteiro. Este breve foi passado a 21 de maio de 1223. Por estar muito distante da villa, é que se mudou em 1388.

O edificio d'este convento, foi concedido á camara municipal d'esta cidade, por carta de lei de 2 de julho de 1855, para o demolir e aproveitar os materiaes. Em março de 1858, a camara pediu auctorisação ao governo para alterar o destino d'esta concessão, não demolir, mas aproveitando o edificio para tribunal de justiça, paços do concelho e prisões; o que só teve effeito quanto ás prisões e é a applicação que hoje tem.

A egreja é da Ordem terceira de S. Francisco. Foi-lhe concedida por carta de lei de 14 de fevereiro de 1861. Estava bastante arruinada, porem actualmente se acha, pelos esforços d'aquella respeitavel corporação, em muito bom estado e adornada com muita decencia.

2.º Frades *Agostinhos* — Este edificio era o melhor de todos os conventos de Leiria. Está ha muito tempo servindo de quartel militar, onde está hoje o batalhão de caçadores n.º 6.

A egreja é da irmandade do Senhor Jesus dos Passos.

Foi fundado pelo bispo D. Frei Gaspar do Casal (que era frade d'esta Ordem, e foi o terceiro bispo de Leiria) com licença d'elrei D. Sebastião. Não pude averiguar a época certa da sua fundação, mas foi entre 1577 e 1584.

Este bispo, a quem Leiria muito deve, fundou tambem o seminario episcopal d'esta cidade, reconstruiu a capella de Nossa Senhora dos Anjos, que estava arrasada; a matriz de Santo Estavão, que estava a cahir; a Sé (como logo direi) e fez outras mais obras de utilidade publica.

D. fr. Gaspar do Casal, foi transferido para a diocese de Coimbra, e alli morreu em agosto de 1585, deixando em seu testamento que queria que seus ossos fossem trasladados para a egreja do mosteiro de Santo Agostinho, de Leiria, como effectivamente foram.

A inscripção da sua sepultura, como hoje se póde ler, é do theor seguinte:

S.ª DE D. FR. GASPAR DO CA
ZAL RELIG.º DE N. P. S. AG.º CA.
THEDRATICO Q. FOI DA VD.e
DE COIMBRA PREGADOR E
CONFESSOR DELREY D. JOAM III.
PRESIDENTE DA MEZA DA CONS
CIENCIA . . . . ASSISTEN
TE NO CONCILIO DE TRENTO
EMBAIXADOR DELREY DE
HESPANHA BP.º DO FVNCHAL
E D'ESTA CIDADE CVJA SEE FVN
DOV E ACABOV EM . . . . .
TR.º E DEPOIS DE COIMBRA
ONDE FALECEU A . . . .
AGOSTO DE 15. 5 . . . .
FOI TRASLADADO PARA . . . . .
CAPELLA AOS . . . .
DE 1600.

—

3.º — Frades capuchos arrabidos, de Santo Antonio, fundado por D. Pedro Vieira da Silva e sua mulher, D. Leonor de Noronha, em 1450. Este D. Pedro se ordenou, depois de viuvo, e veio a ser bispo d'esta cidade

Em 1864, foi este mosteiro transformado em hospital militar, comprehendida a egreja, e assim se conserva.

A egreja já estava desguarnecida e abandonada desde 1834. N'ella estão os ossos dos fundadores dentro do seu carneiro. Existem alli duas lapides de marmore branco, que denotam fazer parte de uma arca, dentro da qual provavelmente estava o feretro. Uma das lapides tem esta inscripção:

N'ESTE CAIXÃO ESTÃO OS
OSSOS DO S.or D. P.º VIEIRA
DA SILVA. E DE SVA MVLHER
A S.ra D. LEANOR DE NORO
NHA. Q. FVNDARÃO E

DOTARÃO ESTE COM
V.to O QVAL DESPOIS
DE VIVVO. SE FES
CLERIGO E FOI BP.o DES
TA CID.e DOMDE FA
LECEV. A. 12, DE 7 B.ro DE
1676. E SVA M.er FALECEV EM
LX.a . . . . . DE AGOSTO . . . . .

. . . .

A outra diz

NESTE VÃO ESTÃO
OS OSSOS DO FVN
DADOR.

D. Pedro Viera, antes de se fazer, padre serviu logares importantes, como secretario d'estado dos reis D. João IV, D. Affonso VI e D. Pedro II e foi plenipotenciario no ajuste de paz entre Portugal e castella, em 1668.

4.º— Freiras dominicas (de Sant'Anna) fundado por D. Catharina de Castro, fillha de D. Fernando I, que foi segundo duque de Bragança, em 1490 deixandolhe todas as suas fazendas.

Se os nossos governos continuarem indifferentes este edificio cahirá em total ruina. Está quasi despovoado de religiosas professas, tendo apenas religiosas terceiras ou educandas, que vão ajudando a agonisante communidade. No coro de baixo, da egreja, ha uma a par da outra, as duas notaveis inscripções seguintes:

1.ª

S.A DA DUQUEZA DE
BRAGANÇA. DO
NA. BRITES. MOLHER
DO GRÃO. DUQUE.
DE BRAGANÇA. DÕ
TEODOZIO. QUINTO
DUQUE. DE BRAGA
NÇA. FL.CO A 5 DE
JUNHO. DE 1623
. ANOS.

2.ª

S.A DA S.A D. ISABEL
DALENCASTRE.
DUQUESA DE CA
MINHA. MVLHER
DO D. D. CAMINHA
D. MIGVEL. DE ME
NEZES. O PR.O FA
L.CO NA ERA DE
1625.

Ha tambem n'esta cidade o *recolhimento do Santissimo Coração de Jesus Maria*, vulgo, *convento de Santo Estevão*. Não ha (e nunca houve) aqui voto solemne, mas sómente profissão na terceira ordem de S. Francisco. Tem uma escola de meninas, paga pelo estado. Está ainda bastante povoado e o seu estado póde reputar-se florescente.

—

O castello de Leiria, tão disputado e tão célebre nos seculos XII e XIII, está edificado sobre um outeiro penhascoso, bastante elevado, pelo que se vê a grande distancia, e fica sobranceiro á cidade. Já disse que está em ruinas.

Este monumento venerando e imponente, apresenta uma vista pittoresca, sobretudo visto da alameda. Ainda dentro d'elle existem as ruinas dos paços do rei *lavrador* e de Santa Isabel.

Proximo ao castello está a Sé, templo sumptuoso, de tres naves, e nove altares, o qual é proximo da antiga egreja de Nossa Senhora da Pena (ou *Penha de França)*. É opinião geral que D. fr. Gaspar do Casal o edificou desde os alicerces á sua custa, lançando-se-lhe a primeira pedra em 11 de agosto de 1559, como induz a acreditar a inscripção que está na fachada do templo. É um dos mais vastos e sumptuosos de Portugal. É, como todas as mais cathedraes do reino, dedicada a Nossa Senhora da Assumpção. Fica-lhe contiguo o paço episcopal.

(Antes de se fazer este templo, servia de Sé a egreja de Nossa Senhora da Pena, dentro do castello, que, como já disse, D. Affonso I edificou e D. Diniz reconstruiu em 1292. Era uma egreja pequena, e está hoje desmantellada.)

A fundação da Sé actual, que o auctor dos *—Retratos e elogios dos varões e donas que illustraram a nação portugueza* (tom. 1.º)— attribue ao bispo D. fr. Gaspar do Casal, dizendo — que a edificou desde os alicerces e acabou em poucos annos á sua custa,—não obstante ser esta a opinião vulgar, pelo menos é facto controverso. O epitaphio que está sobre a sepultura d'aquelle illustre pre-

lado na egreja de Santo Agostinho de Leiria, onde jaz, o qual epitaphio foi feito 12 annos, pelo menos, depois da sua morte, assim o declara. Foi d'ahi, talvez, que o auctor dos —*Retratos*—tirou a sua noticia; se acaso não teve tambem conhecimento (do que dá indicios) da inscripção, que, dizem, estava na fachada da cathedral, e que, segundo um manuscripto de que tenho cópia, era do theor seguinte:—*Gaspar, Leiriensis Episcopus, vir litteris et magnificentia antiquis Patribus persimilii, Ecclesiam Dei gubernante Paulo IV, Lusitanorum Rege Joanne III, anno a partu Virginis MDLIX tertio idus augusti templi maximi fundamentum primum jecit, propriis sumptibus auxit*—mas a interpretou mal.

E ainda (outro fundamento em que se estribam os d'ésta opinião) das iniciaes *B. D. G.* (Bispo D. Gaspar) que se vêem em um dos fechos da abobada; posto que ellas podem simplesmente significar que a Sé se acabou no seu tempo, como realmente foi.

Outros porém, dão esta honra a el-rei D. João III, embora a iniciativa podesse partir do prelado. As suas razões são estas: 1.ª, Custa a crer que um bispo, cujas rendas, segundo dizem, pouco passavam, n'aquelle tempo, de 5:000 cruzados, e que, sendo, como era frade, não devia possuir bens proprios, ainda que tivesse administrado a diocese 22 annos, podesse levar a cabo uma empreza d'aquella ordem. 2.ª, Fr. Antonio Brandão, que escrevia em tempos muito proximos, apenas diz—que em tempo de D. João III se edificou a Sé. 3.ª, A inscripção da fachada tambem o não diz expressamente, como era de esperar. 4.ª, (E a esta não é facil responder) ha um decreto do senhor D. João VI, quando principe regente, datado de 3 de março de 1795, pelo qual faz doação aos prelados de Leiria, do padroado das dignidades e conezias não reservadas, e dos mais beneficios da sua Sé; e n'esse documento allega o soberano, para basear esta resolução, que a cathedral de Leiria é do padroado real—«por ser fundada e dotada pelo senhor rei D. João III.»

Ha uma outra questão relativamente á alcaidaria-mór do castello; é a seguinte:

Fr. Antonio Brandão diz—que este cargo andava na casa dos marquezes de Villa Real, os quaes tinham um pequeno palacio junto ao rio—(o palacio ainda existe, mas não junto ao rio, pela razão porque a Sé deixou tambem de o estar). Porém de uma inscripção, que ainda se lê sobre um jazigo, na egreja do castello, consta que esta dignidade andava, já desde tempos muito anteriores aos em que os marquezes se vêem figurando em Leiria, na familia dos Barbas (da casa do Amparo, proximo á cidade).

Ora, sendo costume passar este cargo de uma pessoa de familia para outra, ao menos talvez depois que se tornou um mero titulo honorifico, constituindo até em certas circumstancias previstas na *Ordenação do Reino*, liv. 1.º, uma verdadeira herança, como é que elle passou dos Barbas para os ditos marquezes?

O palacio ainda existe, como disse, e os marquezes lá residiram. Lá fez seu testamento, e é provavel fallecesse, a duqueza de Caminha, D. Isabel de Alencastre; e n'elle deixou ordenado, que queria ser sepultada na egreja do convento de Sant'Anna, em sepultura rasa, ao lado da duqueza de Bragança, D. Brites (sua sogra talvez) de modo que se não podesse metter dois dedos entre uma sepultura e outra.

Segundo o conde da Ericeira *(Portugal Restaurado)* aqui se achava o marquez D. Luiz de Menezes, quando rebentou a gloriosa revolução de 1640. Na janella principal, que deita para a Praça (o palacio tem frente para a Praça e para o Rocio) ha uma cifra, que parece dizer—*castello.*—Mas já de tempos muito mais remotos os marquezes, ou fosse permanente ou temporariamente, residiam em Leiria. Das *Provas da Historia Genealogica da Casa Real* (parte 1.ª) consta, que nas suas casas se fez a 2 de junho de 1500, isto é, no reinado de D. Manuel, a procuração para o casamento de D. Joanna de Noronha, filha do marquez, com o condestavel D. Affonso, sobrinho d'el-rei. Ora, se no tempo d'el-rei D. Manuel era alcaide-mór um Barba, segundo reza a inscripção, e este Barba era neto de outro, que tambem o havia sido, parece claro que, ao menos até D. Manuel, não

tiveram os marquezes a alcaidaría do castello leiriense, posto que na villa (que então era) residissem; mas que algum dos soberanos que mediaram entre D. Manuel e os Philippes fez mercê d'ella aos marquezes, em cuja mão se conservou até á extincção da casa de Villa Real em 1641 pelo motivo que é notorio; revertendo n'esta epocha para os Barbas, seus antigos possuidores; os quaes, se bem me recordo, ainda em tempos que não vão muito longe se honravam com ella. E tanto isto me parece certo, quanto no *Couseiro*, acho nomeado um Gonçalo Correia, tenente do castello pelo marquez, no reinado de D. João III.

Eis aqui a lista dos alcaides-móres do castello de Leiria, de que nomeadamente tenho noticia:

Paio Gutterres, sob D. Affonso Henriques.
João Carapesal, sob D. Sancho I.
Martim Fernandes, sob D. Affonso III e D. Diniz.
Pero Annes de Portel, ainda o era em 1282.
Lourenço Annes Redondo, sob D. Diniz.
Garcia Rodrigues Taborda, por D. Leonor Telles, a quem D. Fernando I doára a villa de Leiria.
Lourenço Martins, sob D. João I.
Fernão Rodrigues Alardo, sob D. Affonso V ou D. João II.
Pedro Barba Alardo, sob D. Manuel.

—

Almeida e Araujo, falla da cathedral no *Monte do Castello*. Não haja engano. A Sé actual é na planicie, á raiz do monte que cobre a cidade pelo lado do poente. O que havia no *Monte do Castello* era, no mais elevado, a egreja de Nossa Senhora da Pena ou da Penha, hoje em ruinas, e mais abaixo a de S. Pedro, tambem ha muito profanada, tendo sido celleiro no tempo dos dizimos, e actualmente é theatro; ambas as quaes serviram de cathedral, antes da edificação da nova Sé.

—

No tumulo dos Barbas, na egreja do castello, está esta inscripção:

S.ª d. q. fes. m.^{ce} o. s.^{or} rei. d. m.^{l} a. p.º barb.ª
alardo. alcaide. mor. deste. cast.º
cap.^{am} g.^{l} de. ceita. f.º de. rui. barba. co
rea. do c.º dos. s. reis. d. af.º 5.º e. d. j.º 2.º e.
n.^{lo} de frnão. roiz. al.^{do} q. foi. alcaide.
mor. deste c.^{lo} e. do. de. v.ª de. obidos. e. bisne
to. de. rui. miz. barba. e. era. miz. al.^{rdo} des.^{cle}
de. d. al.^{rdo} s.^{r}de. v.ªverde. por. m. delrei d. af.º 1.º
no. anno. de. 1180.

No padrão do alpendre da egreja de S. Francisco (no Arrabalde da Ponte), se vê esta inscripção:

Anno. dni. 1562. die. 14. januarii. couse
cratu. fuit. templu. hoc. a. rssim.º epõ.
d. martyra. [1] d. f. ludovico. de nor
ma: ex ordine. minõr. assumpto. pro * tuc. [2]
praesul. localis. erat. r. p. f. xpiõ. r.º de.
covilhã. sequenti. vero. die. ab. eodem. an.
tistite. symbala. fuere. benedicta. ma
jus. s. antonii. s. barborae. min.^{s} nomi
na. sunt. sortita. hec. memoria. ex. pa
piro (de lapsis. 46. annis.) translata. fuit.
ad. hunc. lapidem. die. 20. aprilis. an
ni. 1608. a. xpõ. nato.

—

No cunhal de uma sachristia abandonada, da egreja do convento de S. Francisco (supprimido) está a inscripção seguinte:

D. M.
DIADUMENO
CARISIAE
AVITAE LIB
. . . .

—

A seguinte inscripção, foi descoberta em 1870 na egreja do castello de Leiria. Não me consta que até hoje se publicasse, senão em Allemanha, para onde a mandou um individuo de Lisboa, a quem se havia dado noticia d'ella.

DIVO ANTONIN
AVG. PIO. P. P.
OPTIMO. AC. SANCTIS
SIMO. OMNIVM. SAEC

[1] No artigo Arrabalde da Ponte, a pag. 238 kk, do 1.º volume, disse que lançou a primeira pedra n'esta egreja, o bispo de Martyria. Em vista porém d'esta inscripção, que obtive ha poucos dias, se vê que este prelado *(in partibus)* não lançou a primeira pedra, mas sim, fez a sagração do templo, n'aquelle dia, mez e anno.

[2] Onde está este signal * provavelmente falta a palavra *qui*, pois devia ser — *pro qui tunc pra esul etc.* — assim não faz sentido.

LORUM. PRINCIPI
Q. TALOTIVS. Q. F. QVIR. AL
LIVS. SILONIANVS. COL
LIPPONESIS. EVOC. EIVS
CHOR. VI. PVAETORIAE
NOMINE. ORDINIS
COLLIPPONENSIVM
QVOD. DECVRIONEM
EVM. REMISSO. HONOR
RIO. ET. MVNERIBVS. ET
ONERIBVS. R. P. FECERIN
DEDICATA. EX. D. D.
XIII KOCTOBR. IMP. CAE
L. AVRELIO. VERO. AVG.
III. M. VMIDIO. QVADRATO.
COS.......IIVIR.
Q. ALLIO. MAXIMO
G. SVLPICIO SILONIANO

Está copiada fielmente, de sorte que as palavras—*saeclorum, calliponesis, chor, Fecerin, cae*—de linhas 4, 8, 9, 15 e 17, em que faltam lettras, é assim mesmo que se acham esculpidas no marmore, e do mesmo modo a palavra—*Vmidio*—na linha 19, com um só *m* em vez de dois, como geralmente se encontra escripta. Esta inscripção devia estar na base de alguma estatua ou columna.

Em 1870, quando se andava construindo a estrada de Leiria para a Figueira da Foz, descobriram uns trabalhadores junto á mesma estrada, n'um sitio denominado *A costa de Martim Gil*, a 1 kilometro, pouco mais ou menos, da cidade, um mosaico romano muito regular e bem feito. Acharam tambem uma urna cineraria de barro, a qual, infelizmente esmigalharam, cuidando que continha dinheiro; e muitos fragmentos de telhas, de tijolos, de vasos de barro, e de marmore polido; e, dizem elles, que tambem bastantes moedas. Depois descobriram outro mosaico nos mesmos sitios; e nos fins de setembro, vindo aqui, attrahido por estas noticias, o sr. Joaquim Possidonio Narciso da Silva, distincto e bem conhecido architecto, mandou fazer algumas escavações, e descobriu, no ponto indicado por um dos ditos trabalhadores, alguns pavimentos de bello mosaico de varios lavores, feitos com uma exactissima regularidade.

Achou-se egualmente n'esta occasião, uma pequena medalha de cobre, em que parece ler-se o nome do imperador Magnencio; e já depois d'isso uma outra, ou antes uma moeda, manifestamente do imperador Probo, do mesmo metal.

Tambem se acharam mais tres inscripções (que ainda existem) são as seguintes:

1.ª

D. M. S.
AVITAE
RUF. F.
AN. XVII.
RUFUS RUFI
F. T. RUFIN.
...UFI. F...

2.ª

D. M..
ALBURAAE
TITI. FF.
DUTIA..
ANITI. FF.
MATERR
P. C..

3.ª

D. M. S.
M. FRONTONI
O. FRONTONI
M. FRONTONIU...
AVITUS. PA
TRI PIISSIM.
P. C.
S. T. L.

—

Ha n'esta cidade lyceu, theatro, Misericordia e hospital.

Tem um bonito passeio publico (chamado da Fonte-Quente) no Rocio, junto ao rio Liz.

Está em situação pittoresca, occupando ambas as margens do rio, pelo que, com mais propriedade se diria dois, communicando entre si por duas bonitas pontes de pedra. A Fonte Quente fica distante do Rocio no fim dos passeios, junto aos banhos que lhe dão o nome, por sahir quente a agua mineral d'elles. Ha tambem em Leiria a bo fonte do Freire.

Ha no seu termo grandes minas de ferro já exploradas pelos romanos (e alguns dizem que mesmo pelos carthaginezes) minas de carvão fossil, pedreiras d'optimo marmore, pedra calcarea e excellente argilla para industria ceramica.

—

Em janeiro e fevereiro de 1872, houve aqui (e em todo o reino) uma grande cheia produzida pelas chuvas torrenciaes. Invadiu a cidade baixa, chegando á egreja do Espirito Santo.

—

Já disse que D. Diniz deu o senhorio temporal de Leiria á sua mulher. Por morte d'e

ta santa rainha, tornou a villa a ser encorporada na corôa.

O rei D. Fernando a deu primeiramente á sua mulher, D. Leonor Telles de Menezes, e depois a seu cunhado, o conde D. Gonçalo; mas D. João I, subindo ao throno, revogou a doação e d'ahi por diante não tornou a sahir do real patrimonio.

—

Acha-se esta cidade edificada junto á falda d'E do monte do castello, em uma deliciosa planicie, cortada pelos pequenos mas formosas rios Liz e Lena, do nome dos quaes pretendem alguns escriptores derivar-se o actual da cidade.

A Praça de S. Martinho, tem este nome, porque antigamente havia aqui uma egreja dedicada a este santo bispo.

Leiria está a 24 kilometros a E. do Oceano — isto é — do sitio em que os seus dois rios, já reunidos, entram no mar.

O seminario episcopal foi fundado por D. fr. Gaspar do Casal, logo depois de chegar do concilio de Trento, em 1563. O já referido D. Pedro Vieira da Silva o reconstruiu pelos annos de 1660.

—

A parte da cidade que se estende ao longo de um vasto campo chamado o Rocio, que o separa do rio Liz, é formosa e alegre; não assim o resto, que é uma rede de ruas e bêccos, estreitos, escuros e tortuosos, com pequenos largos, tudo guarnecido de cssas altas, algumas de bôa apparencia.

A casa da camara é de singela architectura e nada tem de notavel.

O Liz corre ao S. do convento dos agostinhos (quartel militar) e proximo a elle, entre muralhas bem construidas que o encanam. De uma margem o vae acompanhando uma bonita estrada e da outra uma comprida e formosa alameda, de grandes arvores, com assentos de espaço a espaço, sobre o rio, e communicando-se com a outra margem por duas pontes no centro, outra no fim. Á entrada da alameda, e já no campo, está uma bôa ponte de pedra, álem da qual ha ainda no mesmo Rocio mais duas, sendo a de S. Martinho uma das entradas da cidade.

Ha quatro fontes principaes. A chamada *Olhos de Pedro*, tem a singularidade de serem duas nascentes, rebentando da mesma penha uma d'agua fria, outra d'agua tépida.

—

Os arrabaldes de Leiria são muito formosos, sobre tudo os regados pelos rios Liz e Lena. Ha n'elles varias capellas, sendo a principal a de Nossa Senhora da Encarnação, fundada sobre uma pequena imminencia onde se faz uma romaria muito concorrida.

O termo de Leiria produz abundancia de cereaes, legumes, fructa, vinho, azeite, etc.

Cria-se n'elle muito gado e caça.

Proximo de Leiria se descobriu, em 1855, um edificio romano, que estava soterrado, d'onde se tiraram alguns quadros de mosaico, muito bem conservados.

Faz-se no Rocio d'esta cidade, no dia 29 de março de cada anno, uma grande e mui concorrida feira. No mesmo Rocio se faz a exposição geral dos gados, de differentes especies, que costuma ter logar todos os annos nas capitaes dos districtos, distribuindo-se então premios aos creadores das raças mais apuradas.

N'esta cidade foi creado o primeiro duque de Bragança, D. Affonso, que nasceu no castello de Veiros (Alemtejo) Era filho bastardo de D. João I, e neto do Barbadão. (Vide Guarda.)

Aqui nasceu D. fr. Patricio da Silva, cardeal patriarcha de Lisboa.

No logar do *Carrascal*, d'este concelho falleceu, em dezembro de 1873, um individuo, por appellido, *Subtil*, com 111 annos de edade.

O *Carrascal* fica alem da Fonte-Quente. Sobre a garganta que divide o monte do Carrascal do de S. Miguel, havia uma ponte da invocação d'este santo, assim como havia outra ponte chamada de S. Martinho, pela qual se passava da praça d'este nome, para o Rocio. Nenhuma d'estas pontes existe hoje, porque a valla por onde hia o Liz, foi coberta de tijolo em toda á extensão do Rocio.

—

Tem Leiria a honra de ser a patria do suavissimo poeta Francisco Rodrigues Lobo. Nasceu pelos annos de 1580. Era filho d'André Lazaro Lobo e de Joanna de Brito Ga-

vião. Formou-se em direito, na universidade de Coimbra.

É o mais ameno dos nossos poetas bucolicos. A sua *Primavera*, tem versos admiraveis. O *Pastor Peregrino* e o *Desenganado*, são poesias d'egual merecimento. *A côrte na Aldeia*, é um precioso modelo de bôa prosa portugueza e um primor de linguagem.

Em uma viagem que fez a Lisboa, morreu afogado no Tejo ahi por 1630.

Segundo uma tradição que ha em Leiria, a causa da hida de F. R. Lobo para Lisboa, foi a seguinte:

O poeta era admittido nos saráos que aqui davam os duques de Caminha, e veio a namorar-se de uma filha d'estes fidalgos, hindo galanteal'a para a ponte do rio (que nesse tempo ainda passava por baixo das janellas do palacio) e que, percebendo isto o duque, lhe mandou dizer por um criado, que «ou desapparecesse de Coimbra, ou se preparasse para hir, de cabeça para baixo, ao rio. Lobo, como era de presumir, escolheu a primeira proposta.

Logo na segunda pagina do *Pastor Peregrino*, se vê um soneto que parece abonar a tal tradição: começa assim:

> «Altivos pensamentos que tomastes
> Logar n'esta alma, etc.

Diz tambem na Flor quinta:

> Atrevido pensamento,
> Não me ponhas em perigo,
> Que, para ser venturoso,
> Não basta ser atrevido.
> Se sobis por levantar-me,
> Vêde quanto a traz vos fico.
> . . . .
> Encolhei um pouco as azas
> E estai a conta comigo.
> . . . .
> Fiai-vos do desengano,
> Vereis se é melhor partido,
> De um cobarde acautelado,
> Que de ousado arrependido.
> Vêde no triste successo
> Do que deu o nome ao rio
> Quão pouca contra ventura
> Podem valer artificios,

E na Ecloga oitava:

> Seguia um contentamento.
> Impossivel á razão.
> . . . .
> Ví Cimeia, e logo n'ella
> Tantas razões de querella,
> Que ainda em presença do damno,
> Co's pés sobre o desengano,
> Déra mil vidas por ella.

—

Contemporaneo e parente de Francisco Rodrigues Lobo havia outro poeta do mesmo sobre nome e por alcunha *Soropita*, que tem sido causa de não poucos quiproquos, em razão da identidade dos appellidos.

Todos sabem que o sr. Camillo Castello Branco, é tão famoso e inexgotavel romancista, como infatigavel investigador de antiguidedes, e eximio *esmerilhador* de pontos historicos duvidosos.

Em 1868 publicou um livro intitulado — *Poesias e prosas ineditas de Fernão Rodrigues Lobo Soropita* — no prefacio do qual, o sr. Camillo Castello Branco julga, com muito criterio, que Soropita nasceu em Leiria: e é incontestavel que viveu n'esta cidade por muitos annos, sendo, como seu parente, Francisco Rodrigues Lobo, admittido em casa dos duques de Caminha, que n'esse tempo aqui faziam a sua residencia grande parte do anno.

A familia dos Rodrigues Lobos era uma das mais distinctas de Leiria

Soropita estudou e licenceou-se jurisconsulto em Coimbra, onde parece ter sido um estudante travesso e facéto, pois allí publicou um *Regimento Escolastico*, que diz ter sido achado no ventre de uma toninha, no qual, entre alguns bons conselhos aos estudantes, se leem satyras de muita graça.

Graduado em leis, passou a exercer a advocacia em Lisboa, ainda durante a vida de Luiz de Camões, e adquiriu a fama de bom jurisconsulto.

Segundo o sr. Camillo Castello Branco (que vou seguindo) Soropita era um leal patriota, aborrecendo a usurpação de Philippe II, e amado o nosso infeliz D. Antonio, prior do Crato.

Escreveu algumas obras estimaveis, e colligiu as *rimas* de Camões.

Morreu velho; mas não se sabe com certeza quando.

Os que desejarem saber mais circumstanciadamente tudo quanto ha com respeito á vida e obras de Soropita, pode consultar a referida obra do nosso Camillo Castello Branco.

—

Na Monarchia Lusitana (P. 3.ª, liv. 9 fl. 25) se diz que a Sé de Leiria foi edificada junto ao rio. É verdade quando escrevia fr. Antonio Brandão, mas não actualmente, porque as enchentes, tendo feito mudar o leito do rio mais para o E, está hoje a Sé a uns cem metros.

Diz o mesmo escriptor que a egreja que serviu de cathedral de Leiria, foi a de S. Pedro; mas segundo o *Couseiro ou memorias do bispado de Leiria* (manuscripto de ha mais de 200 annos, e publicado por um ecclesiastico do bispado de Leiria, em Braga, no anno de 1868) foi a egreja de Nossa Senhora da Pena (ou da Penha) hoje em ruinas, edificada no castello; e depois é que foi a de S. Pedro, que era um pouco mais abaixo: e por ultimo a Sé actual, para a qual passou o cabido, em 1574.

—

São tambem naturaes de Leiria, Pedro Affonso de Vasconcellos, erudito juriscousulto do seculo XVI, (F. Freire de Carvalho obr. cit. pag. 82 e sua nota.)

Foi auctor de uma obra de direito intitulada *Harmonia Rubricarum Juris Canonici*, impressa em Coimbra em 1588.

D. Pedro Vieira da Silva, doutor em direito, desembargador do Porto e da Relação de Lisboa, Juiz dos Feitos da Corôa, conselheiro da fazenda, ministro da Junta Nocturna, secretario de Estado de D. João IV e parece que de D. Pedro II, plenipotenciario da paz com Castella, etc.

Tinha casado no Porto; depois enviuvou, ordenou-se, e foi Bispo de Leiria, sua patria, desde 1671 á 1676 ou 77.

D. Fr. Patricio da Silva, Cardeal Patriarchado de Lisboa. Era natural dos Pinheiros, uma das aldeias circumvisinhas de Leiria.

Consta que era tambem de Leiria, Thomé Pires, que foi o nosso primeiro embaixador na China.

—

Entre todos os sanctuarios da Virgem Santissima, que se veneram no bispado de Leiria, tem o primeiro logar o de *Nossa Senhora da Encarnação*, tão célebre por milagres, como illustre por maravilhas e magnificencia: em sitio eminente e delicioso.

Fica a uns 700 metros da cidade, que toda d'aqui se descobre. Está edificado em um monte, a E., que em tempos antigos se chamava *Monte do Anjo*, por haver n'elle uma ermida dedicada ao archanjo S. Gabriel. Perto d'esta ermida, tinha João Caçopo, moço da camara dos marquezes de Villa Real (depois duques de Caminha) um olival, que o bispo D. Fr. Gaspar do Casal, lhe comprou em 23 de agosto de 1574, para edificar a egreja de Santo Agostinho, do qual (olival) ainda existe parte, junto a este convento.

Junto á tal ermida de S. Gabriel, é tradição ter apparecido a imagem de Nossa Senhora da Encarnação.

Deu principio a este sanctuario, no reinado de D. João I, o bispo de Ceuta, D. Fr. Amaro, religioso da ordem seraphica de S. Francisco, e confessor da rainha D. Philippa; quando, depois de vencida a batalha de Aljubarrota, aquelle monarcha e sua mulher fizeram a sua côrte em Leiria; e porque esta rainha era muito devota de Nossa Senhora, no mysterio da Encarnação, e do archanjo S. Gabriel, concorreu para esta edificação.

Quando Leiria foi elevada a séde de bispado, logo o primeiro bispo D. fr. Braz de Barros, reparou este santuario, em 1554.

O caminho para este santuario, por alcantilado, aspero e coberto de matagaes, era intrasitavel, e por esta razão a devoção de Nossa Senhora tinha esfriado entre o povo; mas o referido bispo lhe mandou fazer optimos caminhos, pelo que o sanctuario readquiriu a sua antiga devoção, concorrendo tambem muito para isto, a milagrosa cura que ás orações ferventes a esta Senhora, deveu a sua cura radical Suzana Dias, tolhida dos membros havia 28 annos.

Esta mulher era da aldeia das *Côrtes*, a 6 kilometros de Leiria. Era irman do padre Diogo Lopes, ao qual pediu que a levasse a ouvir uma missa d'elle, ao sanctuario, o que com as maiores difficuldades se realisou, ficando ella san, assim que terminou a missa, dando em seguida nove voltas em roda da egreja, sem o minimo apoio e perfeitamente curada.

O provisor e mais auctoridades ecclesiasticas, comprovando plenamente este milagre, instituiram uma grande festa e procissão a Nossa Senhora, em acção de graças, que até ha poucos annos se fazia nos dias 12 de julho de cada anno, que foi o dia do milagre.

Outros muitos continuou a fazer a Senhora, com que a devoção foi sempre crescendo.

Os devotos resolveram edificar-lhe um magestoso templo, cuja primeira pedra lhe lançou D. Manuel de Noronha, marquez de Villa Real, em 25 de setembro de 1588, dando, bem como sua mulher, avultadas esmolas para esta fundação; porém o que maiores esmolas deu, foi João Rodrigues Bravo, d'esta cidade.

Era tamanha a devoção dos povos a Nossa Senhora, e tanto o desejo de que o templo se concluisse com brevidade, que todos os dias se via subir a encosta, procissões de gente de varias povoações e de ambos os sexos e todas as edades, carregadas com pedras segundo as suas forças, para a edificação.

Apesar de ser este anno de 1588 de grande esterilidade n'estes sitios, nem por isso deixaram todos os povos das circumferencias de concorrer com avultadas esmolas para as obras, e as matronas e donzellas lhe davam as suas joias, por não terem dinheiro que podessem offerecer.

O cabido da Sé de Leiria fez doação á Senhora, de todas as esmolas e offertas d'aquelle anno (que eram muitas e valiosas) para as mesmas obras.

Tambem da villa da Batalha, que fica distante 11 kilometros, aqui veio uma grande e solemne procissão, em 14 de julho, do mesmo anno, com um formoso cirio, seguindo-se outra, logo a 18, do povo da freguezia de Vermoil, que fica a 18 kilometros de Leiria, tambem com um bello cirio, trazendo 48 mulheres carregadas com taboleiros de trigo em grão, pão amaçado, bolos, queijadas, etc., que tudo offereceram á Senhora, e com promessa, ambas as freguezias, de renovarem o cirio em todos os annos.

Seguiram-se, os cirios das freguezias de Espite, a 18 kilometros; Souto da Carpalhosa, a 12 kilometros; Povoa de Monte Real, a 12 kilometros; Maceira, a 12 kilometros; Abiúl, do bispado e 35 kilometros ao S. de Coimbra. As freguezias de S. Thiago e S. Bartholomeu, de Pombal, do mesmo bispado (estes levavam 63 mulheres com taboleiros de trigo á cabeça e offereceram um cirio perpetuo) Reguengo, a 18 kilometros de Leiria; Redinha, bispado e 40 kilometros aa S. de Coimbra. As villas (unidas) de Chão do Couce e Ancião, do mesmo bispado, distando uma 48, outra 54 kilometros; S. Simão, do termo de Leiria; Caranguejeira, do mesmo termo; Serra, termo de Ourem; Porto de Mós, a 18 kilometros; Ega, a 54 kilometros, e do bispado de Coimbra; Moita, Alberge e Orada (unidas) termo de Ourem; Freixiandas e S. João, do mesmo termo, e a de Almoster, termó de Santarem; Aljubarrota, e com ella mais duas freguezias; Costa, termo de Ourem; Chan, termo das Pias; Santa Catharina da Serra; Colmeias, Cebal, a 54 kilometros de Leiria, e do bispado de Coimbra; Pombalinho, do mesmo bispado; S. Pedro, freguezia, hoje extincta, de Leiria; Savacheira, termo de Thomar, e a 35 kilometros; e Louriçal; a nobre collegiada de Ourem; Becco, a 54 kilometros; Condeixas Velha e Nova, a 60 kilometros; Couto de Lavões, a 35 kilometros; Alcanêde com suas annexas; a 40 kilometros, e no patriarchado; Figueiró do Camps, a 6 kilometros e no bispado de Coimbra; Cernache, a 66 kilometros; Maiorga, patriarchado, a 35 kilometros; Rabaçal, a 60 kilometros; Pombal (villa); Payão e Beserreia, bispado de Coimbra, 36 kilometros; Ilhadas, termo de Monte-Mór-Velho; Ferreira, a 47 kilometros; Soure; Ançan; Verride, termo de Monte-Mór Velho; Monte Mór Velho, a 60 kilometros,

e todas estas no bispado de Coimbra; arrabalde da Ponte, suburbios de Leiria; Pataias, a 24 kilometros.

Estas povoações vão designadas pela ordem de datas em que vieram visitar o Sanctuario. Todas levavam valiosas offertas, em differentes especies, para as obras.

Em 24 de setembro de 1588 se lançou a primeira pedra d'este templo. Foi a terceira casa que n'este sitio se edificou para este sanctuario. Estava presente á ceremonia, além do immenso povo, o cabido da Sé de Leiria, e o marquez de Villa Real, D. Manuel de Noronha, juiz da confraria, por sua filha, D. Brites de Lara.

Já depois de principiada a obra entraram mais a procissões de Villa Nova d'Anços, a 60 kilometros; Villa Nova da Barca, Brunhos e Samuel, unidas, a 48 kilometros. As quatro villas de Chão do Couce, que eram Maçans de D. Maria, Avellar, Gude e Pousa Flores; Monte Rei (junto á Corbiçada) a 84 kilometros; Truquel (dos coutos de Alcobaça) a 36 kilometros e com ella as freguezias da Benedicta e do Carvalhal Bem-Feito; Santo Varão, Granja e Alfarellos, freguezias unidas (para isto) do Campo de Coimbra e a 54 kilometros; S. Martinho do Bispo, proximo a Coimbra, a 70 kilometros; Villa Sécca de Coimbra, a 60 kilometros; os logares de Quiaios, Brenhas e Cabanas, que formavam uma só freguezia, de Monte Mór Velho, a 60 kilometros; Penella, no bispado de Coimbra, a 60 kilometros; Alcobaça; Tavarêde, no bispado de Coimbra, a 36 kilometros; Buarcos, a 48 kilometros; Cella (villa dos coutos Alcobaça) a 35 kilometros.

Todas estas procissões e cirios, como os antecedentes, deixavam muitas e differentes offertas á Santissima Virgem da Encarnação, para ajuda das suas obras, e para o culto divino.

—

A imagem da senhora é lindissima, está de joelhos, em acção de grande recolhimento—é trigueirinha, e se estivesse de pé tinha um metro de altura. Tem as mãos crusadas sobre o peito e suas feições denotam uma modestia celestial. Está fechada em um grande e formoso sacrario envidraçado, podendo vér-se perfeitamente.

A egreja é sumptuosa e cercada de alpendres, sob os quaes se fazem procissões em occasião de chuva.

—

Quatro vezes se convocaram côrtes em Leiria.

Para evitar repetições, vide pag. 391, col. 2.ª do vol. 2.º

—

A comarca de Leiria é composta só do julgado de Leiria. (O julgado da Batalha, que pertencia a esta comarca, foi supprimido, como já disse no principio d'este artigo.)

O concelho de Leiria, comprehende 23 freguezias, todas no seu bispado. São:

Amôr, Arrabal, Arrabalde da Ponte, Azoia, Barosa, Barreira, Caranguejeira, Carvide, Coimbrão, Colmeias, Côrtes, Leiria, Maceiria, Marinha Grande, Milagres, Monte Real, Monte Redondo, Parceiros, Pouzos, Regueirá de Pontes, Serra, Souto da Carpalhosa, e Vieira.

O districto administrativo é formado pelos 12 concelhos seguintes:—Porto de Mós, Leiria e Batalha, no bispado de Leiria—Alcobaça nos bispados de Lisboa e Leiria—Pombal, nos bispados de Leiria e Coimbra—Alvaiázere, Ancião, Figueiró dos Vinhos e Pedrogão Grande, do bispado de Coimbra—Obidos, Peniche e Caldas da Rainha, no patriarchado.

—

O bispado de Leiria tinha no seculo XVIII 40 freguezias; hoje tem 50.

—

Á delicada obsequiosidade do ex.mo sr. Victorino da Silva Araujo, digno e illustrado lente do lyceu de Leiria, devo grande parte dos esclarecimentos d'esta cidade, que tão cavalheirosamente me enviou, deferindo attencioso á petição que lhe fiz. Digne-se elle receber os meus mais cordiaes agradecimentos, e o protesto da minha gratidão.

Se todos a quem me dirigi, fizessem como fez o sr. Araujo, ficaria esta obra mais perfeita.

LEITÍGA—portuguez antigo, leitôa. Tambem se escrevia *leitigua*.

LEITÕES—freguezia, Minho, comarca e concelho de Guimarães, d'onde dista 9 kilometros para o O., 9 ao NE. de Braga, 360 ao N. de Lisboa, 100 fogos.

Em 1757 tinha 67 fogos.

Orago S. Martinho, bispo.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

O prior do mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, apesentava o vigario, que tinha 30$000 réis.

LEITÕES—villa ou aldeia, Minho, que existiu a 6 kilometros de Braga.

Ficava-lhe imminente o monte *Obtino* ou *Oteiro*. Perto corria o ribeiro *Alistebio* (Este.)

Esta villa foi doada á Sé de Braga, por Eldebredo, em 1083.

LEIXAR—portuguez antigo, deixar, abandonar, despresar. É o mesmo que o verbo (tambem portuguez antigo) *granhar*.

LEIXÕES—durante as guerras da independencia, mandou D. Affonso VI e depois seu irmão, D. Pedro II, edificar varios fortins em todo o litoral do reino. Na praia ao N. do castello de S. João da Foz do Douro, estão os fortes de *Leixões*, *Queijo* e *Mattozinhos*, hoje desartilhados e em ruinas.

O forte de Leixões deve o seu nome ao ilheu, de penedos assim chamados, sobre que está edificado. É uma pequena estação de banhos.

O commercio do Porto tem por varias vezes, e desde muito tempo, lembrado a construcção de um porto artificial em Leixões, o que seria de uma grande vantagem para a cidade, pela facilidade do embarque e desembarque das diversas mercadorias, e d'este modo se evitariam os sinistros innumeraveis que a perigosa barra do Douro tem occasionado. Como porém este grande melhoramento demanda de grandes fundos, os negociantes portuenses teem recuado ante esta consideração.

LEMENHE (antigamente, e mais etymologico, **LAMENHI**)—freguezia, Minho, comarca e concelho de Villa Nova de Famalicão, 15 kilometros a O. de Braga, 345 ao N. de Lisboa, 130 fogos. Em 1757 tinha 66 fogos.

Orago o Salvador.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

Era antigamente julgado de Vermoim, hoje extincto.

O nome d'esta freguezia é derivado da palavra arabe *Lamenhi*, composta da particula *la* (de) do interrogativo *mán* (quem) e do pronome pessoal feminino *hí*, que muitas vezes se toma pelo verbo auxiliar, *sum, es, fui*. Vem a dizer: «*De quem é?*»

A mitra apresentava o vigario, perpetuo, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé de altar.

Ha aqui uma capella dedicada á milagrosa imagem de Nossa Senhora de Agua Levada, muito venerada d'estes povos, e sobre tudo pelos que andam sobre as aguas do mar. Está a ermida situada em um monte, pelo que não se póde saber a razão de se dar á Senhora o titulo de *Agua Levada*.

A sua festa foi primeiramente a 25 de março, depois foi mudada para a 1.ª oitava da Paschoa.

É solemnidade muito concorrida.

A imagem tem um metro de altura e é bem esculpida. Tem ao collo o Menino Jesus.

No dia 13 de junho de 1874 pairaram sobre estes sitios, fortissimas trovoadas, que deixaram de si tristes vestigios em todas as freguezias atravessadas pelo ribeiro *Rio Côvo*, desde Cambezes, entre Lemenhe e Nine, até á sua foz, no rio Cávado, perto de Barcellos. Uma manga ou *tromba* d'agua que cahiu sobre o ribeiro, o fez immediatamente engrossar e subir suas aguas a uma altura entre dois e tres metros; as quaes correndo furiosas, arrastaram tudo a quanto chegaram. Torceu, quebrou ou arrancou um sem numero de arvores feitas: arrazou paredes sem conta, levando pedras enormes a grandes distancias. Desmantelou muitos moinhos e engenhos, arrazando completamente alguns.

Varreu as sementeiras dos campos, abrindo n'ellas profundas escavações; afogando algum gado e um homem de Gámil, que es-

tava em um moinho, e fugindo para o telhado d'elle, d'ahi mesmo foi arrebatado pela corrente furiosa. Foi arrastado até á freguezia de Rio Côvo. Só esta freguezia perdeu com a cheia mais de 3 contos de réis, e as outras mais de 30. Não ha memoria de outro similhante temporal.

LENA—pequeno rio, Extremadura. Entra no *Liz* perto de Leiria, e morrem ambos no mar.

Na estrada que de Porto de Moz (pela *Calçada de Lamas*) leva á historica capella de S. Jorge, passa este rio, por baixo de uma ponte chamada *do Cavalleiro*. Diz-se que foi construida pelo famoso alcaide de Porto de Moz, D. Fuas Roupinho. É de dois arcos e de mesquinha apparencia.

LENTISCA—freguezia, Alemtejo, bispado, concelho e 12 kilometros de Elvas, 170 ao E. de Lisboa, 26 fogos, em 1757.

Orago Santa Catharina, virgem e martyr.

A mitra apresentava o cura, que tinha 60 alqueires de trigo.

Esta freguezia foi supprimida no fim do seculo XVIII ou principio do XIX.

LEOCADIA (Santa)—freguezia, Beira Alta, comarca e 8 kilometros de Armamar, concelho e 5 kilometros de Taboaço, 18 de Lamego, 330 ao N. de Lisboa, 130 fogos.

Orago S. Bartholomeu, apostolo.

Em 1757 tinha 52 fogos.

Bispado de Lamego, districto administrativo de Viseu.

O reitor de Santa Maria de Sabroso, da villa de Barcos, apresentava o cura, que tinha 30$000 réis.

—

Esta freguezia tem uma só povoação, e fica na margem direita do Tédo, a um kilometro do rio. É aldeia muito antiga, mal edificada e mal situada, pois as ruas são becos e viellas immundas, informes e humildes as casas, exceptuando duas, e a cavalleiro da povoação, e como que a desabar sobre ella, fica uma penedía medonha, coroada por um enorme penhasco, denominado *Cabeço da Pena*, accessivel pelo nascente, mas completamente inaccessivel pelo poente, ou do lado da povoação.

É este cabeço habitação ordinaria dos bufos e outras aves de rapina. Ha annos foi alli morta a tiro de bala uma que media 11 palmos (2^m42) de uma á outra extremidade das asas. Era digna de um museu.

A esquerda da povoação é um estendal enorme de penhascos de granito branco, pendurados sobre a margem do rio até grande distancia, mas a pouca terra que ha entre a penedía está toda agricultada, e produz bastante fructa, muito variada e saborosissíma. Á direita da povoação não ha granito, mas só schisto (lousa) e todo o terreno está coberto de vide, figueiras e oliveiras, sendo a producção dominante o vinho, muito fino, de um aroma e sabor particular, porque o terreno que o produz é quente, sêcco e magro, (quasi todo fraga nua) o que torna os grangeios carissimos.

N'esta freguezia ha bastante olival, e oliveiras de grande corpulencia, mas a ferrugem pesa n'estes valles com grande força, e é raro haver por aqui (como em quasi todo o alto Douro) novidades de azeite abundantes. Em compensação o azeite é saborosissimo, e de primeira qualidade.

Ao nascente d'esta freguezia, sobre o cabeço da Pena (ou Penha) vê-se ainda, posto que em abandono, a antiquissima egreja da Senhora do Saboroso, que se diz ter sido a primittiva matriz da proxima villa de Barcos, e junto á capella, ou antiga egreja, se encontram vestigios de povoado que se sumiu na voragem dos seculos. (Vide Barcos.)

Aquella egreja está em terreno d'esta freguezia de Santa Leocadia, mas pelo abandono em que se acha, pela sua proximidade de Barcos, e não sei porque titulos mais, julga-se pertencer a Barcos.

Nas proximidades d'aquella egreja houve grutas espaçosas com vastas galerias, de que ainda se recordam os habitantes mais edosos d'estes sitios. Foram ellas provavelmente refugio dos christãos nas calamitosas e sanguinolentas invasões dos mouros, e talvez dos godos; mas depois que volveram dias mais serenos para os christãos, aquellas lúgubres habitações, votadas ao abandono se obstruiram, e d'ellas quasi não resta mais do que a memoria.

Em varios pontos d'esta freguezia se tem

encontrado sepulturas abertas na rocha, e outros vestigios de povos que aqui estanciaram em epochas remotas.

Dizem na localidade que em algumas d'aquellas sepulturas se encontraram objectos de ouro similhando anneis e braceletes, e louças exoticas; e junto á ponte de pedra que ha sobre o rio Tédo, nos limites d'esta freguezia, e de Santo Adrião (vide Santo Adrião) se encontrou ha annos uma especie de *carn*, cuja base eram seixos rolados; sobre elles areia grossa e pedras miudas, e á superficie tijolo, tudo ligado com uma especie de argamassa, formando um todo composto e durissimo, medindo alguns decimetros de espessura, sobre bastantes metros de superficie quadrada, e em volta um resguardo ou parapeito de pedra egualmente betumada. Ao lado d'este *carn*, a pequena distancia, mas em sitio um pouco mais alto, se encontrou uma mina ou galeria obliqua, de bastante extenção e profundidade, e que o povo rude obstruiu, sem a medir nem sondar, nem se importar com o que aquillo fosse.

Ao norte de Santa Leocadia, no sitio da *Avergan* ou *Valle de Muro*, ha uma mina de chumbo e outros metaes, que já foi principiada a explorar. É actualmente propriedade do sr. visconde da Bella Vista.

Os habitantes d'esta freguezia são muito laboriosos e bons caçadores de coelhos e perdizes, que abundam por estes sitios. Foram sempre inclinados ás armas, valentes e bons patriotas. Desde 1807 a 1812 esteve esta povoação quasi deserta, porque velhos e moços correram expontaneamente a alistar-se contra os francezes. Apesar de ser um povo pequeno, deu varios officiaes superiores, e ainda em 1834 aqui havia um capitão mór, um sargento mór, um major e varios sargentos.

Avultam n'esta freguezia duas casas, a dos sr. Pintos, a que pertencia o capitão-mór, e o major, seu ultimo possuidor; hoje representada pela viuva e filhos, e a do sr. Joaquim Antonio Encerrabodes, hoje representada pela sua viuva.

Em principios d'este seculo, hindo Manuel Caetano Ferreira (avô paterno do actual sr. abbade de Miragaya, o dr. Pedro Augusto Ferreira) da sua quinta do *Campo Belello* para a quinta que possuia nas *Cruzes* — uma á direita outra á esquerda d'esta povoação, a cavalgadura em que ia montado parou para beber, elle por descuido deixou cahir uma arma que levava, e disparando-se esta o matou instantaneamente. Jaz na egreja d'esta freguezia: e seu o sr. filho, José Antonio Ferreira, no cemiterio de Santo Adrião, na margem opposta do Tédo.

LEOCADIA DE BAYÃO (Santa) — villa, Douro, cabeça da comarca e do concelho de Bayão, 60 kilometros ao NE. do Porto, 350 ao N. de Lisboa, 450 fogos.

Em 1757 tinha 57 fogos.

Orago Santa Leocadia.

Bispado e districto administrativo do Porto.

Já sob a palavra *Bayão* tratei d'esta freguezia a paginas 351 do 1.º volume (aonde remetto o leitor) agora accrescento o mais que desde então pude colher com respeito a esta villa.

Foi até 1855 do concelho de Bayão, mas da comarca de Soalhães, que foi então supprimida, sendo Bayão elevada á cathegoria de comarca.

Chamava-se antigamente a esta freguezia, Santa Leocadia de Paços.

Os marquezes de Arronches (duques de Lafões) apresentavam o abbade, que tinha 450$000 réis.

Esta freguezia é mais antiga do que a monarchia portugueza.

A rainha D. Thereza, viuva do conde D. Henrique, vendeu esta egreja ao convento de Salzedas, em 1125, por D (500) *modios*. Em 1208, D. Sancho I deu a villa de Santa Leocadia, de *juro e herdade*, a D. Ponço e a sua mulher, D. Maria Martins. (*Documentos de Salzedas*, gaveta 7, masso 2, n.º 24.) Torre do Tombo.

—

Houve aqui um antiquissimo castello, do qual supponho já não haver vestigios.

—

O concelho de Bayão, é composto de 19 freguezias, todas no bispado do Porto. São: Ancêde, Campêllo, Campo de Gestaço

Covellas, Santa Cruz do Douro, Frende, Góve, Grillo, Santa Leocadia de Bayão, Loivos do Monte e Telões, Loivos da Ribeira, Mesquinhata, Ouvil, Teixeira, Teixeiró, Trezouras, Valladares, Viariz, e Zêzere.

LEOCADIA DE BRITEIROS (Santa)—vide *Briteiros*, pag. 491, col. 1.ª, do 1.º vol.

LEOCADIA DE MOREIRA (Santa) — freguezia, Traz-os-Montes, comarca e concelho de Chaves, 85 kilometros ao NE. de Braga, 420 ao N. de Lisboa, 180 fogos.

Em 1757 tinha 138 fogos.

Orago Santa Leocadia.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Villa Real.

(O seu antigo orago era Nossa Senhora da Assumpção).

A sua egreja matriz é muito antiga, e, segundo a tradição, foi fundada por um dos filhos de *Maria Mantella.* Vide Chaves.

A casa de Bragança apresentava o reitor, que tinha 160$000 réis annuaes.

LEOCADIA DE TAMÉL (Santa)—freguezia, Minho, comarca e concelho de Barcellos, 15 kilometros a O. de Braga, 360 ao N. de Lisboa, 75 fogos.

Em 1757 tinha 67 fogos.

Orago Santa Leocadia.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

As freiras benedictinas, de Vianna do Lima, apresentavam o vigario, collado, que tinha 60$000 réis annuaes.

Esta freguezia e as de S. Pedro Fins e de S. Verissimo, todas tres denominadas do Tamél, estão situadas no formoso e feracissimo *Vallè do Tamél*, pelo que são muito ferteis em todos os generos agricolas, e exportam muito gado, que aqui se cria; hindo a maior parte do bovino para a Inglaterra.

LEOMIL—villa, Beira Alta, comarca e concelho de Moimenta da Beira, 18 kilometros de Lamego, 325 ao N. de Lisboa, 350 fogos, 1:200 almas. No concelho (que foi extincto em 1855) 850 fogos.

Em 1757 tinha a freguezia 189 fogos.

Orago S. Thiago, apostolo.

Bispado de Lamego, districto administrativo de Viseu.

O real padroado apresentava o reitor, que tinha 100$000 réis annuaes.

(Vide a segunda Caria d'este diccionario).

O conde D. Henrique conquistou esta villa aos mouros, em 1102, com ajuda dos bravos cavalleiros D. Garcia Roiz e seu irmão, D. Payão Roiz, aos quaes a deu logo, em premio dos seus serviços, com honras de couto.

Na serra da *Nave*, proxima a esta villa, nasce o rio *Barosa*, que desagua na margem esquerda do Douro, na *foz do Barosa*, em frente da Régua.

N'esta villa falleceu, em maio de 1836, o sr. Ayres Pinto de Sousa Coutinho, moço fidalgo, com exercicio, fidalgo escudeiro e fidalgo cavalleiro da casa real, cavalleiro da sagrada, militar e insigne Ordem do Hospital, de S. João de Jerusalem, cavalleiro professo nas ordens militares de Nosso Senhor Jesus Christo e Torre Espada, condecorado com a medalha de fidelidade, commendador professo na Ordem de Aviz, da commenda da villa do Câno (Alemtejo) alcaide-mór da mesma villa e do couto de Cambezes, na provincia do Minho, do conselho de Sua Magestade Imperial e Real, o Senhor D. João VI, e seu conselheiro de capa e espada, no conselho ultramarino, governador e capitão general, tres vezes nomeado, para os estados do Maranhão, governador e capitão general das Ilhas dos Açores, official general do exercito de Portugal, inspector geral das estradas do Porto e Coimbra, das estradas do Douro e da ponte de barcas no Porto, presidente da junta das obras publicas d'esta mesma cidade, e governador das justiças da Relação e casa do Porto, e das tres provincias do norte, etc.

Nasceu a 12 de maio de 1778, na casa de Santa Cruz, freguezia da Sé de Lamego e n'ella baptisado a 21 do mesmo mez e anno, filho legitimo, do primeiro matrimonio, do sr. Luiz Pinto de Sousa Coutinho, senhor e primeiro visconde de Balsemão, grande do reino, nascido n'este couto de Leomil, a 6 de novembro de 1735, e fallecido na freguezia de Nossa Senhora da Ajuda, em uma casa proxima ao convento dos Jeronymos de Be-

lem, em 14 de abril de 1804, e de sua mulher a sr.ª D. Catharina Michaela de Sousa Cesar de Lencastre Correia e Sá, de Guimarães.

—

Para as suas armas, vide Lafões, Villa Nova de Portimão, Redondo, Sabugosa, S. Thiago de Beduido, Moimenta da Beira e a casa de Villa Pouca, em Guimarães.

LEOMIL—freguezia, Beira Baixa, comarca de Pinhel, concelho de Almeida, 70 kilometros ao SE. de Viseu, 324 ao E. de Lisboa, 65 fogos.

Em 1757 tinha 55 fogos.

Orago Nossa Senhora da Annunciação.

Bispado de Pinhel, districto administrativo da Guarda.

Esta freguezia foi sempre do antigo concelho de Castello Mendo. Sendo este supprimido a 24 de outubro de 1855, passou esta freguezia e as mais d'elle, para o concelho do Sabugal. Em dezembro de 1870, passou, e todas as mais do extincto concelho de Castello Mendo, para o de Almeida.

A mitra apresentava, por concurso, o vigario, que tinha 40$000 réis.

LEONARDO (S.)—freguezia, Alemtejo, comarca do Redondo, concelho de Reguengos, 60 kilometros a O. d'Evora, 180 ao SE. de Lisboa, 18 fogos em 1757.

Orago S. Leonardo.

Arcebispado e districto administrativo de Evora.

A mitra apresentava o cura, que tinha 120 alqueires de trigo e 60 de cevada annualmente. Era tambem vigario de Mourão.

Esta freguezia está ha muitos annos annexa á da villa de Mourão, cujo orago é Nossa Senhora das Candeias, pelo que hoje tem dois oragos, que são os nomeados. Vide *Mourão.*

LESÍRIA, LEZÍRIA ou **LEZYRIA** — é a palavra arabe *Jazirát*, significa—ilha, ou terra alagadiça e pantanosa, cercada de agua. (*Algeziras*, proximo a Gibraltar, tem a mesma significação.)

As famosas e extensas *Lesírias do Riba Tejo*, principiam em Villa Franca de Xira, 25 kilometros a NE. de Lisboa. São formadas por varias *ilhas* banhadas pelo Tejo. Uma grande parte d'ellas eram do infanta[do], e foram vendidas em 1835, como *ben[s] nacionaes*, por uma bagatella.

São terrenos feracissimos, sobretudo em cereaes. O Tejo as alaga quasi todos os in[-]vernos, e se n'elles deposita o precioso *na[-]teiro* que lhe dá a fertilidade, tambem mui[-]tas vezes lhe causa grandes ruinas.

Os templarios tinham uma grande lesiria, junto a Santarem, por isso chamada *Lesíri[a] dos Freires.* Fizeram escambo com el-rei D. Diniz, em 1306, dando-lhes elle em troca [o] padroado das villas de Alvaiázere, Ferreir[a] do Zezere e Villa Rei.

LEVADA ou **RIO COBRAL**—Beira Baixa. É uma derivação do rio Alva. Nasce junt[o] á ermida de Nossa Senhora do Desterro, [a] par de S. Romão de Cêa (freguezia do con[-]celho de Cêa).

Corre por espaço de 27 kilometros, pelos concelhos de Cêa, Sandomil e Oliveira d[o] Hospital, e morre no rio Cêa (ou Cêia) n[o] ponto dos Pisões, já no concelho do Erv[e]dal. Tambem rêga e fertilisa as freguezias d[e] Lagares e Travanca.

LEVADÍGAS — (portuguez antigo) tumo[-]res malignos que nasciam nos subácos e ou[-]tras partes do corpo, e eram dolorosissimo[s]. Uma das grandes pragas dos nossos maio[-]res era—*Dôr de levadígas te dê!*—Em u[m] documento da Collegiada de Coimbra, d[o] anno de 1348, que foi o anno da *peste gran[-]de*, se diz:—*Porque en o ano da era de 138[6] (1348) veo a pestelencia, e a morteidade d[a] dóor de levadígas per todo o mundo, ta[m] grande, que nom ficou hi viva a dizima d[os] homees, e molheres, que entom hi avia, e en [o] dicto ano morrerom, o Priol, e o chantre e to[-]dolos Raçoeiros da Eigreja de Sam Pedro d[e] Almeidinha, de Coimbra, huus depos outro[s] todos em um mez.*

LEVÊR—freguezia, Douro, comarca, co[n]celho e 15 kilometros ao NNO. da Feira, 1[?] ao E. do Porto, 310 ao N. de Lisboa, 15[?] fogos.

Em 1757 tinha 97 fogos.

Orago Santo André, apostolo.

Bispado do Porto, districto administrati[-]vo de Aveiro.

Esta freguezia e a de Canêdo, são as un[...]

cas que o concelho da Feira tem que cheguem ao rio Douro (margem esquerda).

O papa e o bispo apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 40$000 réis annuaes e o pé d'altar.

É terra fertil, ainda que muito accidentada. Tem muitos pinhaes. Faz grande commercio com a cidade do Porto, pelo rio, conduzindo para alli constantemente os fructos da terra, lenha, madeira, carvão e outros generos. Cria muito e optimo gado bovino, que exporta. Ha por aqui bastante caça e optimo peixe do Douro.

LIA—(portuguez antigo) linha de geração.

LIAGEM—(portuguez antigo) linhagem.

LICÉA—freguezia, Douro, comarca de Cantanhede, concelho de Cadíma, antigamente, hoje é da comarca e concelho de Monte Mór Velho, 24 kilometros ao O. de Coimbra, 210 ao N. de Lisboa, 150 fogos.

Em 1757 tinha 117 fogos.

Orago S. Miguel, archanjo.

Bispado e districto administrativo de Coimbra. É terra muito fertil.

As freiras de Santa Clara, extra-muros de Coimbra, apresentavam o cura, que tinha 30$000 réis annuaes.

LIGÁRES, antigamente **ILGÁRES**—freguezia, Traz-os-Montes, comarca de Mogadouro, concelho de Freixo d'Espada á Cinta, 165 kilometros ao NE. de Braga, 400 ao N. de Lisboa, 210 fogos.

Em 1757 tinha 220 fogos.

Orago S. João Baptista.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Bragança.

Os beneficiados da collegiada de Freixo de Espada á Cinta, apresentavam o vigario, que tinha 60$000 réis annuaes.

LIJÓ—freguezia, Minho, comarca e concelho de Barcellos, 18 kilometros a O. de Braga 360 ao N. de Lisboa, 145 fogos.

Em 1757 tinha 173 fogos.

Orago Santa Maria (Nossa Senhora da Assumpção.)

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

O arcediago de Santa Christina, apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis annuaes.

Ha n'esta freguezia aguas sulphureas frias, eficacissimas para certas molestias, e superiores em mineralisação ás das Taipas, ainda que inferiores em calorificação.

Doentes que nenhum alivio tem encontrado nas outras caldas, ou só o tem achado depois de multiplicados banhos, aqui o encontram em pouco tempo.

Hoje ha aqui já commodidades para os infermos que precizam d'estas aguas, e a camara de Barcellos trata de lhe fazer melhoramentos.

O sr. João Baptista Schiappa d'Azevedo, engenheiro de minas, as analysou chimicamente em 1866, e remetteu as amostras para a exposisão universal de Pariz.

Em setembro de 1867, foram novamente analysadas pelos senhores Frederico Guilherme Klaas (chimico do ducado de Nassau, hoje Prussia) ao serviço do laboratorio da eschola polytechnica de Lisboa e doutor J. J. da S. Pereira Caldas, lente de mathematica, do lyceu de Braga, por ordem do ministro das obras publicas, e por meio do sulphidometro de Dupasquier; de cuja analyse se evidenciou, serem estas aguas das mais ricas em mineração, d'este reino.

Nascem na proximidade de um pequeno ribeiro (affluente do Cávado) e junto ao logar do Mosqueiro, 6 kilometros ao N. de Barcellos. (D'esta villa póde hir-se de carruagem até aos banhos.)

Á distancia de 500 metros para SE. ha outra nascente, ainda mais abundante, no logar de Gallegos.

Estas aguas só se principiaram a applicar em 1852 ou 1853. A sua temperatura é de 20.° centigrados.

Tem duas pequenas casas, uma no Mosqueiro outra em Gallégos, com algumas tinas, de madeira, para os banhos.

A agua é aquecida em caldeiras de cobre, sem precaução alguma, do que resulta a perda do principio sulphuroso. São particulares.

Produzem uns 50:000 litros d'agua em 24 horas.

A sua maior virtude, é para a cura de molestias herpeticas, ephelídes e suas con-

generes. Internamente curam as molestias do estomago.

Eis a traducção do relatorio dado sobre estas aguas pela commissão respectiva, na exposição universal de Paris, de 1867, onde foram examinadas.

«Estas aguas sulphureas frias, rebentam de muitos mananciaes, no sitio chamado Mosqueiros e Gallégos, a uns 50 metros da povoação de Lijó. A amostra que faz parte da nossa collecção, foi tomada nos Mosqueiros, nascente principal, que marcava 19° C. de temperatura, sendo a doar que a cercava de 20° C, no momento em que a agua foi recolhida. Um kilogramma d'agua mineral de Lijó, contem 0 gr. 00 801 d'acido sulphydrico, e 0 gr. 47, de principios fixos, que são chloruretos e sulphatos alcalinos; carbonatos de cal e de magnesia, e uma pequena quantidade de oxido de ferro, de alumina e de acido cilico.

—

Se estas aguas fossem em um reino que tivesse auctoridades mais solicitas, seriam famosas em toda a Europa e uma fonte inexgotavel de riqueza publica. Cá não se cuida n'estas cousas.

Mesmo assim bastante teem prosperado as povoações immediatas ás caldas, e já aqui se veem bons edificios para habitação dos banhistas.

As povoações mais proximas são, Egreja, Ribeira, Paredes, e Inquião; alem de outras mais pequenas.

Na freguezia ha 3 capellas, que são: Santa Anna; S. Miguel, archanjo; e S. Sebastião.

LILELLA—freguezia, Traz os Montes, até 1855 da comarca de Chaves, concelho de Valle de Paços, e desde então comarca e concelho de Valle de Paços, 88 kilometros a N. E. de de Bragança, 425 ao N. de Lisbo, 70 fogos em 1757.

Orago S. Lourenço.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Villa Real.

O reitor de S. Pedro de Rio Tôrto, apresentava o vigario que tinha 70$000 réis annuaes.

Esta freguezia está á muitos annos annexa á de Rio Torto.

LIMA ou MERUGEM—réga que reduz terra a um pantano. *Limar* ou *merujar*, trazer a agua constantemente guiada da na[scente] para uma propriedade qualquer. A [li]ma tem ordinariamente logar no inverno.

Vem do grego «*limia*» lagôa.

Em portuguez antigo, *limo* e *merujem* s[ão] em tudo synonimos, porque, sendo o me[s]mo *limar* e *merujar*, tambem é o mesmo *[li]mo* e *merujem*, plantas que só se dão em te[r]renos cobertos d'agua, ou muito lentos. [O] limo differe da merujem, em aquelle ter [a] falha mais miuda (assimelhando-se ao mu[s]go) e a merujem é um limo com a mesm[a] textura, mas com a folha um pouco mai[or] e redonda.

LIMA—rio, Minho, nasce no laggo de Be[...] bispado d'Orense proximo ao momte do [...]so, na Galliza, e não longe da naascente [do] rio Minho. Com um curso de uns 100 kil[o]metros, desagua no Oceanno, em Wianna [do] Lima.

É incontestavelmente o mais formoso r[io] de Portugal. Suas margens são soobremo[do] ferteis, amenas, variadas e pittoresscas. Be[l]lissimas quintas bordam suas marggens e po[]voações antigas, historicas e aprasiveis, e v[e]tustos castellos, se miram nas suaas placid[as] aguas. Palacetes gothicos, com suuas torr[es] ameiadas, solares nobilissimos dee remot[as] eras, as povoam. Os cumes das mnontanh[as] frondentemente arborisados, que ennmoldura[m] seus deliciosos campos, são coroaddos de c[a]pellas com suas cupulas bysantinaas.

Entre as formosissimas quintass que e[m] tão grande numero adornam e pooetisam [os] campos do Lima, sobresahem ass dos s[rs.] condes d'Almada e Bretiandos, comm seus l[in]dos palacios.

O bello palacio gothico (constrruido [no] anno de 1852) e a aprasivel quintaa do nos[so] maviosissim opoeta e elegantissimmo pros[a]dor da actualidade, o sr. Antonio PPereira [da] Cunha (genro dos srs. condes da l Figueir[ó]) tão conhecido e tão apreciado dos pportugu[e]zes, é uma das vivendas mais forrmosas [e] bem situadas do reino. Nem admirra que u[m] poeta como o sr. Pereira da Cunhha, hab[i]tando nesta deliciosa mansão, tenha t[ão] divinas inspirações.

Seu filho, o sr. Sebastião Pereira da Cu-ha, é quasi um adolescente, e já n'elle actu-n poderosamente o estro de seu pae e as liciosas impressões do poetico Lima; pois m publicado poesias que não cedem em imo, harmonia, duçura e elegancia, ás me-ores dos nossos mais estimaveis poetas da tualidade. (vide Santa Martha e Portozêllo.)

É tambem célebre o logar de Bretiandos, or constar que alli existiu a antiga Brito-ia. (Vide esta palavra.)

Os saborosissimos salmões e as excellen-s lampreias do Lima são famosos em Por-ugal, e vão formar a parte mais luxuosa das esas dos grandes, não só em todo o reino, as tambem para os estrangeiros; expor-ndo-se todos os annos profusamente,

Na margem direita está a célebre torre de orentim Barreto, denominada de D. Sapo. ide Cardiellos.

—

A darmos credito á maior parte dos mais eridicos escriptores antigos e modernos, é rio Lima o mythologico Lethes, e a ribei-a (ou campos) das suas margens, os celé-rados *Campos Elysios.*

Strabão (Lib. 3 pag. 153) tratando dos os do Minho, diz: «*Post hos Lethes, quem lii Limaeam, alii Belionem appellant.*»

Silio Italico (1.º v. 235) diz:

«*Quique super Graviôs lucentes volvit are-as,*
Infernae populis referens oblivia Lethes.

Plinio (Historia Natural de Lib 4. cap.22) iz:

«*Æminens, quem alibi quidem intelligunt Limaeam vocant, oblivionis antiquis dictus ultumque fabulosus.*»

Pomponio Mella, diz:

«*Et cui oblivionis cognomen est Limia.*»

Todos os auctores portuguezes, que es-reveram das nossas cousas, sempre repu-ram o Lima como sendo o decantado Le-es, e as ribeiras d'elle como os Campos lysios. Fr. Bernardo de Brito, Manuel de aria e todos os nossos historiadores assim certificam.

O suave poeta, Diogo Bernardes em varias artes das suas obras tambem o attesta. No u Lima (Elegia 7.ª) diz:

«*Junto do Lima claro e fresco rio,*
«*Que Lethes se chamou antigamente*»

Todos, ou quasi todos os geographos mo-dernos estrangeiros, reconhecem que o Lima é o Lethes dos antigos. Nos diccionarios de Martiniere e de Bandrand (Lex. Geogr. tom 1.º pag. 331) o temos expressamente — «*Le-thes* (diz o ultimo) *qui et Limius, fluvius His paniae Terraconensis, nunc Portugaliae, Fo-rum Limicorum seu Pontem Limiae rigat, deind oppidum Vianna de Foz de Lima di-ctum, et paulo infra in Occeanum Athlanti-cum se exonerat.*»

—

Não se sabe com certeza a razão porque a este rio se deu o nome de Lethes (es-quecimento) Strabão diz que lhe proveio do facto seguinte:

Alliando-se os túrdulos e celtas, para cer-ta expedição que intentavam fazer, queren-do passar este rio, se suscitou um motim, do qual resultou a morte do seu chefe: pe-lo que ficaram os soldados dispersos por es-ta ribeira, esquecidos completamente da tal expedição e dos motivos d'ella.

Os romanos, que depois dominaram esta provincia, estavam tão persuadidos que as aguas d'este rio produziam o esquecimento que a maior parte dos seus capitães, temen-do esquecer-se de Roma, não queriam ten-tar a passagem d'este rio.

Tito Livio (Epitom lib. 55) diz que — De-sejando o consul romano, *Decio Junio Bru-to*, passar o rio Lima, para fazer guerra aos callaicos (gallegos) pelos annos 135 antes de Jesus Christo — e vendo que seus soldados recusavam atravessar o rio, com receio de se esquecerem da sua patria, tomou a bandeira das aguias, da mão do alferes, e passou intrepidamente o rio, chamando da outra margem os soldados pelos seus nomes, para lhes provar que se não tinha esqueci-do. Isto serviu de estímulo ás legiões roma-nas, que a exemplo do seu general atraves-saram então o rio.

Dizem outros que se lhe deu o nome de Lethes, pelo summo descuido e brandura com que corre, e pela amenidade e belleza dos seus campos, que fazem a quem os vê, esquecer-se das outras terras.

Todos os poetas peninsulares têem celebrado em seus versos, as bellezas do Lima. O já citado Diogo Bernardes, no seu Lima, diz:

O rio que verás tão socegado,
Que te parecerá que se arrepende
De levar agua doce ao mar salgado.

Nas suas *Rimas*, diz elle:

Mas nunca deixará de ser formosa
No meu attribulado pensamento
A Ribeira do Lima saudosa.
Não causará em mim esquecimento,
Ainda que tem virtude d'esquecer,
O seu brando e suave movimento.

Fr. Agostinho da Cruz (irmão de Diogo Bernardes) diz nas suas *Elegias*:

Junto das bravas aguas occeanas,
Choro quanto cantei na mocidade,
Ao som d'aquellas mansas limianas;

D'aquellas que já foram n'outra edade
Com o nome de Lethes celebradas,
Por lhes faltar do curso a liberdade:

Que estando tanto tempo represadas
O tempo lhes deu nome de esquecidas,
Até lho dar Bernardes de lembradas.

Mostrai-vos, claras aguas, tão sentidas,
Quanto vos deu Bernardes de brandura:
Vejam-vos de correr, ficar corridas.

Deixae seccar nos campos a verdura,
Como já nos do Tejo se seccou,
Por darem a Bernardes sepultura.

Note-se porém que não foi só o Lima que teve antigamente o nome de Lethes. Varios escriptores dão este nome ao rio Leça. (Vide esta palavra).

Na Africa, junto ao *Saarah*, brota de uma grande altura, do monte Pactyas, outro rio Lethes. Esconde-se na terra por longo espaço e sáe junto ás ruinas da famosa Berenice, capital da antiga Lydia. Hoje chama-se rio de Magnesia, ou Manachia; corre pelos campos Magnesios e mette-se no Meandro.

Na Macedonia, junto á cidade de Tricca, corre outro Lethes. Os poetas antigos diziam que sobre elle nascêra Esculapio.

Na ilha de Candia ha o rio Anapodari, ou Naporal, que passa a Gottino, e ao qual os antigos tambem davam o nome de Lethes.

Os escriptores castelhanos querem que o verdadeiro Lethes dos antigos seja o seu Guadalete, na Andaluzia. É incontestavel que, pelo menos no tempo dos arabes, se chamava Lethes, e ainda hoje verdadeiramente tem o mesmo nome; porque *Guad (wad* ou *wed) al Lethes* quer dizer *O rio Lethes.*

—

Aos povos que habitavam as ribeiras do Lima, se dava por isso o nome de *límicos.* (Vide Chaves e Ponte do Lima).

—

Estou persuadido (talvez erradamente) que o primittivo nome d'este rio foi *Belion* (por nascer na lagôa de *Beon*) dado pelos antigos lusitanos.

Isto se collige de Flores *(Hisp. Sagr.)* e dos geographos gregos Xilandro e Plinio; mas estes ultimos dizem que *Belion* corresponde ao latino *Oblivio*, isto é, tambem significa *esquecimento.*

Strabão diz:—*Post hos Lethes, quem alii Limaeam, alii Belionem appellant.*—Já se vê que *Belion* era o nome nacional d'este rio.

O padre Jeronymo Contador d'Argote *(Memorias de Braga*, tom. 1.º, dissert. 2.ª, liv. 1.º, cap. 8.º, pag. 109) diz que os antigos davam o nome de *Belion* ao actual rio *Coura*, que desagúa no rio Minho, em Caminha; mas Strabão dá a este rio o nome de *Benis* e não aquelle.

Tambem julgo que foram os gregos que chrismaram este rio com o nome de *Límia* (no grego antigo *pantano, marnel* ou *lagôa*) ou por nascer de alguma lagôa, ou por alguma que no seu tempo houvesse n'este rio. E entendo que foram os romanos que lhe deram o nome de *Lethes*, por estarem persuadidos (até Decio Junio Bruto) que as suas aguas tinham a particularidade de fazer *esquecer.*

Todavia, mesmo no tempo dos romanos,

nunca este rio perdeu o nome de *Lima;* o que se prova, não só pela célebre inscripção romana da ponte de Chaves, como por outras muitas que por aqui tem apparecido, e por varios escriptos latinos. Entendo que os poetas lhe chamavam *Lethes*, e os historiadores e geographos *Lima*. (Vide *Lima* e *Merujem*, que talvez esclareça mais alguma cousa este ponto etymologico.)

Lucio Floro, famoso escriptor romano (*Epit.*, lib. 2.°, cap. 7.°) diz que Decio Junio Bruto conquistou alguma cousa mais que Lucullo, aos celtas e lusitanos; e a todos os povos da Galliza; e ao *Rio do Esquecimento (Flumen Oblivionis)* temido pelos seus soldados: penetrando vencedor até ao Oceano, e não retirou até que (não sem horror e certo medo de sacrilegio) viu o sol que cahia nos mares, apagando o seu fogo nas aguas.

—

O rio Lima dividia antigamente o arcebispado de Braga do bispado de Tuy. Todo o vasto territorio comprehendido entre os rios Lima e Minho, foi do bispado gallego até 1440, passando então para o bispado de Ceuta (Africa), e em 1512 é que foi encorporado no arcebispado de Braga. (Vide esta cidade).

—

(Este rio tem por vezes mudado alguma cousa de leito. Para evitar repetições, vide Ponte do Lima.)

—

Nas estações chuvosas, benefico como o Nilo, se espraia pelas extensas veigas que o ladeiam, deixando-as cobertas de seus nateiros fertilisadores. É então ainda mais formoso, pela sua amplidão, deixando a descoberto as elevações que se tornam então formosas ilhas e encantadores cabos e peninsulas; singrando por entre elles diversos barcos, que lhe augmentam a formosura.

Além das poeticas vivendas que ennobrecem as suas margens e que já mencionei, accrescem mais a *casa da Lagem*, o *paço de Calheiros* (propriedade da sr. Sebastião Lopes Calheiros de Menezes, distincto engenheiro, e que já foi ministro das obras publicas, e constructor da bella ponte da *Barca da Trofa* sobre o Ave).—A casa da familia do sr. Araujo de Sá, fallecido em 1873, —a do sr. dr. Vieira Lisboa—a do sr. dr. Mimoso, e outras muitas, tambem formosas, mas menos importantes, que seria longo enumerar.

Finalmente, por muito que dissesse das bellezas do Lima, muito mais ficaria por dizer; nem se póde fazer idéa do que é este formosissimo rio e suas margens encantadoras, sem navegar pelas suas placidas aguas, e percorrer as numerosas povoações e casas de campo que n'ellas se reflectem.

—

Em um sitio alcantilado, sobre a margem direita do Lima, que é um ramo da serra da Labruja, fizeram vida eremitica e penitente, os santos Bento, João e Odon ou Eudon (vulgarmente *Santo Adou*). Eram todos portuguezes (lusitanos). Floresciam pelos annos 800. Os povos lhes levantaram alguns templos e varias ermidas, na provincia do Minho. Parece que foram martyrisados pelos mouros n'aquelle anno, a 11 de junho, porque de tempos immemoriaes se faz a sua festa n'este dia.

LIMÃOS ou **LIMÕES**—freguezia, Traz-os-Montes, comarca de Villa Pouca d'Aguiar, concelho da Cerva até 1855, e desde então concelho de Ribeira da Pena, 60 kilometros ao NE. de Braga, 400 ao N. de Lisboa, 140 fogos.

Em 1757 tinha 97 fogos.

Orago S. João Baptista.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Villa Real.

O vigario de S. Pedro de Cerva, apresentava o vigario *ad nutum*, que tinha 80$000 réis.

O nome d'esta freguezia sempre foi *Limãos*, e assim se acha escripto em todos os livros antigos. Modernamente, julgaram êrro escrever *Limãos* e mudaram para *Limões*, no que commetteram um verdadeiro êrro—porque *limãos*, no antigo portuguez, não significava *limões*, fructo—mas sim *limães*, terra pantanosa, coberta de *limos*. Vide *Lima* ou *Merujem*.

LIMÃOS ou **LIMÕES**—freguezia, Traz-os-Montes, comarca e concelho de Bragança, 45 kilometros de Miranda (quando era fre-

guezia independente) 45 kilometros de Miranda, 450 ao N. de Lisboa; 70 fogos em 1757.

Orago S. Sebastião, martyr.

Bispado e districto administrativo de Bragança.

Vide Castro Roupal, e Vinhas (S. Vicente de).

O abbade de Vinhas, apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar.

Limãos era uma das cinco freguezias que formavam a grande e rica abbadia de Nossa Senhora das Vinhas, como se vê a pag. 211, col. 1.ª, do 2.º volume.

A mesma etymologia.

LIMAS — rio, Alemtejo. Nasce no concelho de Moura e desagúa na esquerda do Guadiana, com 60 kilometros de curso. Réga e móe.

LÍMICOS ou **LÍMIOS** — povos do Minho. Um ramo dos gravios. Para evitar repetições, quem quizer saber quando e como os *gravios*, *graios* ou *grovios*, se vieram estabelecer na Lusitania, e os differentes ramos em que se dividiram, veja a palavra *Gravios*.

Ao vasto territorio que se estende em ambas as margens do Lima, se dava o nome de *Paiz dos Límicos*, ou *Forum Limicorum*, e tinha, como era uso n'aquelle tempo, e muito depois, o titulo de *cidade* (vide Cidade).

Flores (*Esp. Sagr.*, tom. 17, cap. 13) diz: «Os limicos tornaram-se famosos entre os callaicos, pelo que são muito nomeados em documentos antigos, tanto em inscripções como pelos geographos; porque, além da inscripção que se achou na ponte de Chaves, em que elles estão expressamente nomeados, ficou a sua cidade memoravel, como patria de algumas pessoas, como mostrei em outro logar (*Esp. Sagr.* tom. 15) com uma inscripção erecta em Tarragona a *Marco Flavio Sabino*, natural de *Límica*, seu duumviro e sacerdote flamen do convento de Braga, e outra em Salengre, tom. 3.º, cap. 7, col. 857, de *Pompeu Rufo* e *Calpurnio Vegeto*, ambos limicos, enterrados em Antequera. Além d'isto se acharam os limicos mencionados em Plinio, tratando do convento de Braga, e em Ptolomeu, quando trata do *Forum Limicorum*. Em Antonino e no Ravenate, se faz tambem a menção de outra Límia, posto que em diverso logar, pois esta distava de Braga sómente 4 leguas, isto é, 18 ou 19 milhas, e muito perto, ou no mesmo logar, em que hoje se vê a villa de Ponte de Lima; e a *cidade dos límicos*, ou *Forum Limicorum* de Ptolomeu e das duas primeiras inscripções, é logar muito diverso do referido por Antonino, situando a capital, segundo as distancias, no nascimento do rio Lima; quando a *Paragada* do Itinerario se acha collocada não longe da estrada d'elle no mar.

«O mesmo se colhe de Ptolomeu; porque, supposto trate com desordem da situação de Braga, e da foz do Lima, não colloca o *Forum Limicorum* junto da costa do mar, mas pela terra dentro, como se patenteia das suas *Tábuas*.»

Entendo que as *duvidas* de Flores só versam sobre se se chamariam *límicos* os povos da parte superior, se da inferior do Lima. O unico motivo das suas *duvidas* era o amor patrio, pretendendo que os *límicos* fossem da actual Galliza.

Todos os escriptores concordam em que os *límicos* habitavam as ribeiras inferiores do Lima; mas dando de barato, que tivessem o mesmo nome, *todos* os habitantes das margens do rio, desde a sua origem até á sua foz, os mais notaveis foram incontestavelmente os que habitavam o litoral e suas proximidades.

Ainda que Flores sustente que os *límicos* eram *callaicos*, nada prova contra a minha opinião; porque todo o mundo sabe que antigamente todos os povos que estanceavam ao N. do Douro, pertenciam ao reino de Galliza. No tom. 12 falla elle de uma freguezia de *Chamusiños* e de uma capella de S. Pedro, situada no bispado de Ourense, cuja topographia quadra com a maior exactidão, á nossa actual freguezia de S. Pedro da Torre e Chamusinhos, junto a Vallença. Quando descrever esta freguezia serei mais explicito.

Estas e outras questões historicas e geographicas, para serem tra-

tadas com mais clareza, demandam muito mais espaço do que offerece a natureza d'esta obra. Se Deus me der vida, talvez tente esse commettimento.

É preciso notarmos que Ptolomeu, apesar de ser um bom cosmographo e astronomo (para o seu tempo) *curou por informações* quanto á geographia peninsular; pelo que as suas *Tábulas* se acham erradas em muitos pontos, fazendo tal *salçada*, que faz com que a gente ande muitas vezes a adivinhar.

—

Uma vez que fallei no tal *M. Flavio Sabino* e nos outros *límicos* citados por Flores, copiarei aqui as inscripções que lhes foram dedicadas fóra da Lusitania.

Grutero (pag. 411) diz que M. Flavio Sabino era filho de Marco, da tribu Quirina, natural de *Limia*, capital dos povos limicos; o qual chegou a ser flamen, sacerdote, ou pontifice, da provincia tarraconense, e se lhe erigiu em Tarragona uma memoria com esta inscripção:

P. H. C.
M. FLAVIO M. F.
QUIR SABINO
LIMICO II VIR
SACERDOTI
CONVENT.
FRACARI
FLAMINI

A inscripção de Antequera (Andaluzia) de que falla Flores, foi dedicada a Lucio Pompeo Rufo, *límico*, fallecido de 30 annos de edade, e a Calpurnio Vegeto, tambem *límico*, fallecido aos 16 annos. Diz:

L. POMPEUS
RUFUS. LIMI
AN XXX. H. S. E. S. T. T. L.
CALPURNIUS VEGETUS
LIMICUS. AN. XVI
H. S. E. S. T. T. L.

Na capella do Salvador do mundo, junto á villa de S. João da Pesqueira, está um cippo, com uma inscripção a Lucio Sulpicio Rufino, *límico*. É uma sepultura que elle fez para si e para os seus escravos fôrros; Cila, Rufino e Rufina, que tambem concorreram para a obra. (Vide Pesqueira.)

Em um cippo de *Cambella*, que foi levado para *Friães*, havia uma inscripção dedicada a Camalo Mibois, *límico*; que falleceu de 46 annos. (Vide Friães.)

Os *límicos* mostraram-se sempre verdadeiros descendentes dos gregos, distinguindo-se pelo seu valor e pela sua intelligencia. Nem ainda degeneraram, pois nas terras *límicas* descriptas n'esta obra, verão os leitores muitos varões famosos nas armas e nas lettras.

LIMÍNIOS—(povos da antiguidade.) Vide Monte Mór Velho.

LIMÕES—vide Limãos.

LINDA A PASTORA
LINDA A VELHA } vide Carnaxide.

LINDE ou **MOIOM**—portuguez antigo—marco, balisa ou signal estabelecido para demarcar e dividir, sem confusão, as terras e propriedades de diversos donos.

LINDO—portuguez antigo, puro, limpo, perfeito.

LINDOSO—villa, Minho, comarca dos Arcos de Val de Vez, concelho e 15 kilometros ao S. da Ponte da Barca, 35 ao ONO. de Braga, 335 ao N. de Lisboa, 200 fogos, 800 almas.

Em 1757 tinha 150 fogos.

Orago S. Mamede.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

Feira a 8 de setembro.

O sacro collegio patriarchal, apresentava o vigario, collado, que tinha 100$000 réis annuaes.

O territorio d'esta freguezia é muito fertil em cereaes, legumes, fructas, linho, mel, cêra, vinho verde (optimo) e cria muito gado, de toda a qualidade, que exporta. Seus montes trazem muita caça, do chão e do ar.

No Gerez, que é proximo, ha muita caça grossa. (Vide Gerez.)

Tem tambem muito peixe do rio. (Vide Lima, rio.)

Muita lenha, carvão, madeira e fructas silvestres. Criam-se aqui bons cães de lobo, chamados *sabujos*.

Situada entre as serras *Amarella* e *Cabril*, ramos de Suajo, na margem esquerda do Lima, na raia de Galliza. Tem um castello, arruinado, feito por D. Diniz, em 1287. Consta que por ser de uma primorosa architectura e muito elegante, lhe déra o rei o nome de *lindoso*, que passou á villa.

Este rei gostou tanto do castello de Lindoso, a primeira vez que aqui veio, que repetiu a visita mais algumas vezes, assim como a Suajo.

D. Manuel lhe deu foral em Lisboa, a 5 de outubro de 1514, com muitos e grandes privilegios.

Perto da villa está a aldeia de *Cidadêlhe*, que é tradição ser antigamente cidade chamada *Bretolvão* (ou *Flavia Lambria.*) É certo que ha aqui vestigios de antigas fortificações. Mais abaixo está a aldeia de *Britêllo*, que dizem ser parte da tal cidade.

Tambem a pouca distancia de Lindoso, fica a antiga cidade de *Obobriga*.

Parece-me muito, duas *cidades* tão proximas. Talvez *Bretolvão* e *Flavia Lambria* fossem, uma e mesma cidade. (Vide Bretolvão.)

—

O primeiro alcaide-mór de Lindoso e Castro Laboreiro, por o rei D. Diniz, foi Payo Rodrigues de Araujo, que na Galliza era senhor de *Lóbios*, *de Araujo*, *Gendiva*, *Ojos* e *Torno* — alcaide-mór dos castellos de Santa Cruz, Sande e Milmenda, apresentava muitos officios e beneficios, em Portugal e na Galliza—e era senhor dos coutos de Valle de Poldrás, Soutéllo e Rio Caldo. (Vide *Manim*, *Obobriga* e *Rio-Caldo*.)

—

Diz-se que a virgem e martyr Santa Eufemia era natural d'esta freguezia, e foi assassinada em Obobriga.

—

A casa real era senhora d'este concelho, que tinha camara, juiz ordinario e mais empregados respectivos; sendo os vereadores e juizes feitos pelo pelouro, dando-lhe o corregedor as cartas.

Foi o rei que deu o padroado d'esta egreja, ao sacro collegio patriarchal.

—

Argote diz que *Flavia Lambria* (ou *Lambris*) não ficava dentro dos limites da Lusitania, mas sim nos da Galliza, mas ao S. do rio Minho. Pomponio Mella (livro 3.º, cap. 1.º) diz: *Flexus ipse Lambriacam urbem amplexus recipit fluvios Lacron, et Ullanam.*

Quer dizer: A *dobra da marinha a abraça a cidade de Lambria e recebe os rios Leris e Ulhoa.*

Ptolomeu, na 2.ª Tábua da Europa, diz que *Lambris* é a capital dos *ceporos*. O *Agiologio Lusitano* diz que esta cidade era na actual provincia do Minho, entre as villas de Monção e Valladares, seguindo a opinião de Vaseo, que no seu *Chronicon*, cap. 20.º, diz:—*Erat autem Flavia Lambria prope Limiam in Porgalia interami.* Isto é:—A cidade de Flavia Lambria estava situada junto ao Rio Lima, em Portugal. Diz Vaseo, que as ruinas d'esta cidade se viam no seu tempo, entre Monção e Valladares, e se achavam alli vestigios de thermas romanas, e que no mesmo sitio se teem achado cippos e moedas romanas, com o nome d'esta cidade.

O que aqui ha de certo é que o primeiro nome da tal cidade era *Lambria*, e que depois do imperio de Flavio Vespasiano, se chamou *Flavia Lambria*; e que se não sabe com certeza se esta cidade existiu proximo a Lindoso, se entre Monção e Valladares, se, finalmente (como outros querem) era no sitio actualmente chamado *Santa Maria de Finis Terrae*, *Fuenfria* ou *Ribadavia*, na Galliza actual.

Suppõ-se que teve bispos, porque nos concilios toletanos se vêem assignaturas de bispos *lãbrionenses*.

LINHARES (Pedras de)—no meio do rio Douro, entre a aldeia de Linhares, na freguezia de Sardoura, concelho de Paiva, e aldeia da Uffa, freguezia de Canellas, concelho e comarca de Penafiel—aquella na margem esquerda e esta na direita do rio, a 32 kilometros a ENE. da cidade do Porto, estão as temiveis *Pedras de Linhares*. São varios penedos (quasi todos *rolados*) de differentes tamanhos, alguns muito grandes, uns juntos, outros espalhados pelo leito do rio, que não só difficultam mas até tornam perigosissima a passagem e navegação d

rio n'este ponto. Muitos barcos escapados aos *pontos* do alto Douro, vem aqui despedaçar-se.

A *Companhia Geral dos Vinhos* mandou aqui construir um paredão, para encanar parte do rio, mas não se chegou a concluir esta obra.

Em novembro de 1865, uma *cheia*, entupindo de areia o estreito *carreiro* por onde os barcos subiam e desciam, obrigou a agua a correr mais furiosamente pela margem direita (N.) o que fez escavar mais o leito do rio d'aquella parte, facilitando alguma cousa mais (por emquanto) a navegação por aquelle lado.

Se em Portugal houvesse um governo que curasse do interesse geral dos povos, e tivesse amor á vida d'estes, já ha muitos annos que as *Pedras de Linhares* tinham desapparecido d'alli: o que nem era muito difficil, nem muito dispendioso, visto que estes penedos estão todos soltos, e no tempo da estiagem, grande parte d'elles, quasi em sêcco.

Em tempo de enchentes, ficam estas pedras debaixo d'agua, e os barcos passam por cima d'ellas sem lhes tocarem; mas é perigosissimo quando o rio está muito cheio, mas que ainda não chega a cobrir as pedras; porque então, a ferocidade d'elle, arremeça os barcos contra ellas, e se fazem em pedaços, havendo mortes e perdas de fazendas. (Vide Pontos do Douro.)

LINHARES—aldeia, Douro, freguezia de Sardoura, concelho de Castello de Paiva, comarca e 20 kilometros a ONO. de Arouca, 24 a ENE. do Porto, 315 ao N. de Lisboa, sobre a margem esquerda do Douro.

Fica mesmo em frente das *Pedras de Linhares*, que d'esta aldeia tomaram o nome.

Aqui esteve o general Mac-Donell, em casa de Custodio Monteiro de Magalhães, desde 7 de agosto até 11 de novembro de 1846.

LINHARES—villa, Beira Baixa, comarca, concelho e 12 kilometros a SO. de Celorico da Beira, 18 a OSO. da Guarda, 90 ao NE. de Coimbra, 250 a E. de Lisboa, 280 fogos.

Em 1757 tinha 206 fogos.

Orago Nossa Senhora da Assumpção.

Bispado e districto administrativo da Guarda.

Era um antiquissimo concelho de 1:800 fogos, que foi supprimido em 1855.

A casa do infantado apresentava o prior, que tinha 320$000 réis annuaes.

Situada em posição elevada, nas faldas da Serra da Estrella, entre muitos arroyos, e passando-lhe pelo meio uma grande *levada* que rega o seu territorio, o qual é fertil, sobre tudo em cereaes.

Sobre um rochedo está edificado o seu antigo e desmantelado castello, com duas portas e duas torres tudo a vir abaixo Não se sabe ao certo quem edificou este castello, mas suppõe-se que foi D. Diniz, no fim do seculo XIII, ou principio do XIV.

O seu primeiro foral lhe foi dado por D. Affonso Henriques, sem data. O mesmo rei lhe deu outro foral, em setembro de 1169, e seu filho, D. Sancho I, lh'o reformou em 6 de abril de 1198. D. Affonso II confirmou todos estes foraes (que tinham grandes privilegios) em Santarem, no mez de outubro de 1217.

D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, no 1.º de junho de 1510.

Rodrigo Mendes da Silva, na *Pobl. Gen. de Eesp.*; Carvalho, na sua *Chorographia*, e outros muitos escriptores, dizem que esta povoação foi fundada pelos turdulos, 500 ou 580 annos antes de Jesus Christo, com o nome de *Lenio*, ou *Leniobriga* (que vem a ser o mesmo). Pretendem que o seu actual nome é corrupto do primittivo.

Dizem tambem aquelles dois escriptores, que foi cidade episcopal no tempo dos gôdos, o que é duvidoso.

Os mouros a destruiram no seculo VIII, e D. Affonso III, de Leão, a reedificou em 900.

Como os nossos antepassados tinham o costume de chamar *povoar*, ao acto de *dar foral*, não podemos saber, se com effeito D. Affonso I de Portugal a achou despovoada, quando lhe deu o primeiro foral, sem data; o que é certo é que em 1169, quando este rei lhe deu o segundo foral, estava povoada.

É uma povoação muito antiga.

Quando o nosso rei D. Fernando casou sua filha bastarda, legitimada, com D. Af-

fonso Henriques de Castella e Noronha, conde de Gijon, filho, tambem bastardo, de D. Henrique II de Castella, deu-lhe em dote esta villa, que, poucos annos depois, tornou para a corôa.

D. João III, fez conde de Linhares, em 13 de maio de 1532, a D. Antonio de Noronha, filho segundo do primeiro marquez de Villa Real, e que, além de outros senhorios e empregos, era tambem alcaide-mór de Linhares.

Em castigo do attentado contra D. José I, foi extincto este titulo em 1759.

Já os membros d'esta familia (Noronhas) tinham, em 1641, pretendido vender Portugal aos castelhanos, assassinando o rei; pelo que, alguns d'elles, foram degolados na praça do Rocio, de Lisboa, em 29 de agosto de 1641. Vide Braga, Caminha e Loronha.

O principe regente, depois D. João VI, renovou o titulo de conde de Linhares, em D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conselheiro de estado e ministro dos estrangeiros e da guerra. Hoje é seu neto o terceiro conde.

N'esta villa nasceu, em 1542, o servo de Deus, *Gregorio Lopes*. Foi em 1558 para as Indias Occidentaes (America), onde foi célebre pela sua incrivel memoria, vasta intelligencia e erudição, e exemplarissimas virtudes. Falleceu na cidade de Santa Fé (Mexico) em 1596, chorado por todos, e é alli geralmente reputado como santo.

As armas de Linhares, são: — um escudo com uma meia lua e cinco estrellas. Segundo a lenda popular, teve este brazão a seguinte origem:

Em 1189, invadiu a Beira um exercito de leonezes e castelhanos, roubando e devastando tudo. Era então o castello de Celorico a principal fortaleza da Beira, e o inimigo se aproximou d'elle para lhe pôr cêrco. Mas os de Linhares resolveram acudir aos seus irmãos de Celorico, e chegaram á praça quasi ao mesmo tempo que os invasores. Animados os de Celorico com tão valioso reforço, e impacientes por tirarem vingança dos grandes damnos e affrontas que a provincia tinha soffrido dos inimigos; não esperaram pelo accommettimento, e sahindo a campo na mesma noite da chegada dos de Linhares, uns e outros atacaram os invasores tão de improviso e com tamanha furia, que os pozeram em completa derrota e vergonhosa fuga, deixando no campo tudo quanto tinham roubado, todas as suas bagagens, e grande numero de mortos e prisioneiros.

Em memoria de tão assignalada façanha, deu D. Sancho I por armas a Celorico e a Linhares, as que agora têem (mas as da primeira d'estas villas foi depois accrescentada com a façanha de Fernão Rodrigues Pacheco, como se vê na palavra *Celorico*).

Diz-se que o crescente indica que a noite d'esta batalha era de *lua nova*.

Eram alcaides-móres de Celorico, D. Gonçalo Mendes, e de Linhares, D. Rodrigo Mendes, ambos filhos do valoroso conde D. Mendo, e bravissimos guerreiros d'aquellas eras.

É Linhares uma pequena villa, sem edificios que a recommendem. Tem uma só parochia.

Ainda conserva a sua antiga casa da camara.

Tem Misericordia e hospital, e diversas ermidas.

Ha na villa quatro chafarizes (um d'elles de boa architectura) abundantes de boa agua.

Seus arrabaldes são ferteis e muito arborisados. Só um souto, que é da camara, tem 6 kilometros de comprido e 3 de largo.

O clima é muito frio, mas muito saudavel. Seu territorio produz cereaes, vinho, azeite, boas fructas, batatas, linho e muita castanha. Muito gado de differentes especies e muita variedade de caça.

Linhares era antigamente da comarca da Guarda, depois foi erecta em cabeça de comarca, até que esta foi supprimida, ficando reduzida a julgado, até que em 1855 tambem este foi supprimido.

Aqui nasceu *D. Lôpa*, muito rica e nobre senhora, cuja vida foi uma serie de êrros e crimes, até que por fim se arrependeu, fez grande penitencia e morreu com cheiro de santidade.

Em 1700 nasceu aqui um padre, que morreu em 1820. Viveu em cinco reinados — D. Pedro II, D. João V, D. José I, D. Maria I e D. Pedro III, e D. João VI.

Entre as villas de Linhares e Mesquitella, na extremidade de seus termos, está situado o *Sanctuario de Nossa Senhora da Annunciada*, edificado em um têso, no centro de uma campina rasa, a que chamam *Campo da Annunciada*, ficando aqui tambem a aldeia do *Curral* (mas esta é já da freguezia de Mesquitella).

O Sanctuario está em terras de uma quinta dos senhores de Mello, e é tradição que n'este campo houve uma grande batalha entre os christãos e mouros, sendo estes derrotados.

A egreja tem só o altar-mór. N'elle está a imagem da Santissima Virgem (que é de pedra) com o menino Jesus nos braços. Apesar da sua muita antiguidade, é de boa esculptura e o seu rosto sério e formosissimo.

É esta Senhora objecto de grande devoção, não só para os povos immediatos, mas para outros muitos que estanceiam pela serra da Estrella, que todos, em suas attribulações e nas calamidades publicas, recorrem, fervorosos e esperançados, ao patrocinio da adoravel rainha dos anjos, e mãe extremosa dos peccadores.

São testemunhos dos repetidos favores da Santissima Virgem, os milagres que cobrem as paredes d'este devoto templosinho.

Nada porém se sabe quanto á data da sua fundação, nem do seu fundador, senão que é um monumento antiquissimo, talvez do tempo dos gôdos.

LINHARES (valle de)—Minho, freguezia do Campo de Gerez, e S. Paio da Carvalheira, concelho de Terras de Bouro, comarca de Villa Verde, arcebispado e districto administrativo de Braga.

É na serra do Gerez.

A *Casa da Guarda*, é um môrro elevado do Gerez, onde ainda existem vestigios de dois pequenos edificios que lhe deram o nome.

(Uma d'estas *casas da guarda* pertencia ao concelho de Terras de Bouro, outra ao extincto concelho de Santa Martha de Bouro).

Ao sopé d'este môrro está o *Valle de Linhares*, apertado entre aquelle e o rio Homem.

(Para evitar repetições, quanto á *Casa da Guarda*, vide *Campo do Gerez*, a pag. 64, do 2.º vol.)

O *Valle de Linhares*, fica perto do célebre *Bico da Geira*. Diante das *Casas da Guarda*, estende se em meia lua uma trincheira, tocando a extremidade direita n'um temeroso despenhadeiro, chamado *Sarilhão*. N'esta extremidade, que é um pico, se vêem ainda os restos de uma muralha tosca, que parece ter sido baluarte. Chama-se *Côtto dos Monteiros*. Entre este e o Sarilhão, passa um brejo, muito fundo e estreito.

A extremidade esquerda da referida trincheira toca o rio Homem. É de pedra tosca, recoberta de terra, em rampa, pela frente. Era uma temivel posição, que encurralava o inimigo em um temeroso desfiladeiro, de mais de 2 kilometros, cerrado pelo monte chamado *Carro*, ou *Volta do Carro*, onde tambem ha restos de uma outra trincheira, encostada a uma alcantilada montanha, de difficil accesso para gente de pé, e inaccessivel a cavallaria e artilheria.

No meio do Valle de Linhares e sobre a margem esquerda do Homem, se fundou no principio do seculo XIX, e montou-se com todos os aprestes, uma grande fabrica de vidro, por conta de uma sociedade de proprietarios de Braga. Trabalhou dois annos produzindo já muitos artefactos de vidro, de muitas qualidades, e hia prosperando bastante; porque eram propriedade do estabelecimento vastos terrenos incultos, as mattas do Gerez e a materia prima principal, o quartzo (seixo).

No dia 11 de julho de 1808, uma horda de turbulentos obriga varios lavradores d'estes sitios a acompanharem-os; arrombam a residencia de S. Payo da Carvalheira, para assassinarem o abbade (que escapou milagrosamente) sob pretexto de que era *jacobino;* quando o seu crime unico era ser amigo dos empregados da fabrica de vidros.

Não podendo haver ás mãos o abbade, correm sobre a fabrica, que arrombam e saqueiam, lançando-lhe por fim o fogo e incendiando-a.

Hoje da fabrica apenas restam paredes

desmantelladas, que mal dão a conhecer a sua passada grandeza.

Os lavradores de *Villarinho das Furnas*, têem construido paredes e calçadas, com as louças quebradas, e pedras lavradas da fabrica. Vide *Portella do Homem*.

LINHARES — freguezia, Minho, comarca de Vallença, concelho de Coura, 45 kilometros a ONO de Braga, 400 ao N. de Lisboa, 80 fogos. Em 1757 tinha 73 fogos.

Orago Santa Marinha.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

A casa da Bôa Vista, apresentava o abbade, que tinha 120$000 réis annuaes. Foi da casa dos Antas, depois representada pelo Malheiros Pereiras e por fim passou á casa de Cóvas. Os Antas, por causa de demandas sobre partilhas, se assassinaram uns aos outros, destruindo a sua casa.

Durante estas contendas (tornadas em guerra exterminadora) era o arcebispo quem apresentava o abbade.

N'esta freguezia ha dois fortes, de forma circular, um chamado *Modôrra* e é proximo da freguezia de Ferreira; outro, chamado *Castro de Brozendes*, e limita com Fromariz. Ha dúvida com respeito ao territorio em que estão fundados estes dois fortes. Uns dizem que estão na freguezia de Ferreira, outros que estão n'esta. Parece que deve prevalecer aquella opinião, porque a capella do Senhor do Amparo, no logar de Morim, está na extremidade das duas freguezias e entre os dois fortes foi sempre julgado da freguezia de Ferreira; mas na questão que sobre isto se suscitou, no juizo competente, venceram os de Linhares. (Vide Ferreira, a pag. 170, col. 1.ª do 3.º vol.)

LINHARES — freguezia, Traz-os-Montes, comarca de Moncorvo, concelho de Carrazeda d'Anceães, 120 kilometros a NE. de Braga, 365 ao N. de Lisboa, 300 fogos.

Em 1757 tinha 203 fogos.

Orago S. Miguel, archanjo.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Bragança.

A mitra apresentava o reitor, que tinha 40$000 réis annuaes.

É terra fertil.

LISBOA — Cidade, côrte, patriarchado capital do reino e da provincia da Extremadura, districto administrativo, 61:000 fogos, 244:000 almas, em 34 freguezias, que são: (não contando as 5 de Belem, que se podiam considerar de Lisboa, por serem continuação d'esta cidade.)

Santo André e Santa Marinha — Anjos — Santa Catharina — S. Christovão — Conceição Nova — Coração de Jesus — Santa Cruz do Castello — Encarnação — Santa Engracia — Santo Estevão da Alfama — S. João da Praça — S. Jorge — S. José — Santa Isabel — S. Julião — Santa Justa — Lapa — S. Lourenço — Magdalena — S. Mamede — Martyres — Mercês — S. Miguel da Alfama — S. Nicolau — S. Paulo — S. Pedro d'Alcantara — Pena — Sacramento — O Salvador e S. Thomé — Santos — Sé — S. Sebastião da Pedreira — Soccôrro — S. Thiago e S. Martinho — S. Vicente.

Alem d'estas 34 freguezias tem mais as dos arrabaldes de Lisboa (chamadas, do termo) são 29, oito no concelho de Belem (Ajuda — Belem — Bemfica — Carnide — Odivellas — Alcantara — Santa Isabel e S. Sebastião da Pedreira) e 21 no concelho dos Olivaes, (Ameixoeira — Appellação — Arrois — Beato — Bucellas — Camarate — Campo Grande — Charneca — Fanhões — Friellas — Loures — Lonsa — Lumiar — Olivaes — Póvoa — Sacavem — Tojal — Tojalinho — S. João da Talha — Unhos e Via Longa.)

O concelho de Belem tem 6:500 fogos, com 26:000 almas, e os Olivaes 6:300 fogos, com 25:000 almas.

Lisboa tem nas suas 34 freguezias 61:000 fogos, e 244 mil almas, e com as freguezias do termo, 73:800 fogos e 295 mil almas.

O districto administrativo de Lisboa tem 120:000 fogos, e 480:000 almas.

A cidade de Lisboa tinha antes do terramoto de 1755 39:609 fogos, com 158:400 almas e depois, ficou reduzida a 30:694 fogos com 122:700 almas, vindo a diminuir n'este cataclysmo 8:915 fogos, e 35:700 almas.

Tinha a cidade de Lisboa, em 1755, 41 freguezias, que passo a descrever.

1.ª *Santa Basilica Patriarchal* — a mitra

apresentava o cura, que tinha 300$000 réis. Tinha um coadjutor, com 150$000 réis. Os parochianos eram, todas as pessoas reaes, todas as que habitavam dentro do paço e todos os ministros da Santa Egreja Patriarchal

Tinha antes do terramoto do primeiro de novembro de 1755 500 fogos; ficou reduzida a 400.

2.ª *Santissimo Sacramento*— a mitra apresentava o reitor, que tinha, antes do terramoto, 600$000 réis e tinha 613 fogos, depois tinha 100$000 réis, e ficou reduzida a 180 fogos.

3.ª *S. Bartholomeu*— o reitor dos conegos seculares de S. João Evangelista (loyos) apresentava o vigario, que tinha 130$000 réis.

Tinha em 1755 140 fogos, ficou reduzida a 50.

4.ª *Santa Engracia*— o ordinario apresentava o prior, que tinha 600$000 réis. Tinha antes do terramoto, 1:400 fogos, ficou reduzida a 1:262.

5.ª *Nossa Senhora dos Martyres*— a mitra apresentava o cura, que tinha, antes do terramoto, 500$000 réis, tendo a freguezia 1:600 fogos. Depois teve 100$000 réis. A freguezia ficou reduzida a 6 fogos.

6.ª *Santa Isabel*— a mitra apresentava o reitor, collado, que tinha 1:200$000 réis.

Tinha em 1755 2:600 fogos. ficou reduzida a 2:415.

7.ª *Santa Maria Maior* = a mitra apresentava o reitor, que tinha 300$000 réis. Tinha 896 fogos em 1755; ficou reduzida a 150 e o reitor a 130$000 réis.

8.ª *Santa Marinha*— o ordinario apresentava o prior, que tinha 600$000 réis.

Em 1757 tinha 300 fogos, ficou reduzida a 165.

9.ª *Santa Justa*— o prior era feito a concurso, e tinha 480$000 réis.

Em 1755, tinha 1:940 fogos, ficou reduzida a 361 e o rendimento do prior a 240$000 réis.

10.ª *O Salvador* — os condes dos Arcos apresentavam o vigario, que tinha 120 alqueires de trigo, 120 de cevada, 4 pipas de de vinho, um carneiro, e a quarta parte das offertas.

Em 1755 tinha 266 fogos, depois teve 300.

11.ª *Nossa Senhora das Mercês*— Os condes de Oeiras (depois marquezes do Pombal) apresentavam o cura, que tinha 400$000 réis; em 1755 tinha 900 fogos, ficou reduzida a 807.

12.ª *Santa Cruz do Castello*— o prior era feito por concurso, e tinha 600$000 réis.

Em 1755 tinha 322 fogos, ficou com 315.

13.ª *Santos o Velho*— o orago os Santos martyres Verissimo, Maxima e Julia; a mitra apresentava o prior, que tinha 900$000 réis.

Em 1755 tinha 1787 fogos, depois 1:836.

14.ª *S. Vicente de Fóra*— o prior dos conegos regrantes de Santo Agostinho (crusios) do convento cuja egreja era matriz da freguezia, apresentava o cura, que tinha 200$ réis.

Em 1755 tinha 600 fogos, e depois 552.

15.ª *S. Thiago* — o real padroado apresentava o prior, que tinha 200$000 réis.

En 1755 tinha 120 fogos, ficou reduzida a 60.

16.ª *Nossa Senhora d'Ajuda*— a mitra apresentava o reitor, collado, que tinha 400$000 réis.

Em 1755 tinha 600 fogos, depois passou a ter 2:123.

17.ª *Santo André*— os beneficiados da Sé apresentavam o prior, que tinha 500$000 rs.

Em 1755 tinha 140 fogos, depois, 260.

18.ª *S. Jorge*— a mitra apresentava o prior, que tinha 600$000 réis.

Em 1755 tinha 58 fogos, depois, 72.

19.ª *S. Pedro d'Alfama* — a rainha apresentava o prior, que tinha 150$000 réis.

Em 1755 tinha 248 fogos, depois 1500.

20.ª *S. Christovão* — os morgados da *Palmeira* (Menezes) apresentavam o prior, que tinha 600$000 réis.

Em 1755 tinha 420 fogos, ficou reduzida a 236.

21.ª *S. José* — a mitra apresentava o vigario, que tinha 500$000 réis.

Em 1755 tinha 5:000 fogos, depois 6:000.

22.ª *S. Maméde*— o real padroado apresentava o prior, que tinha 130$000 réis.

Em 1755 tinha 207 fogos, ficou reduzida a 25.

23.ª *S. Paulo* — a mitra apresentava o vigario, que tinha 350$000 réis.

Em 1755, tinha 1:000 fogos, ficou reduzida a 980.

24.ª *Santo Estevão* — a mitra apresentava o prior, que tinha 400$000 réis.

Em 1755 tinha 1:000 fogos, ficou reduzida a 960.

25.ª *S. Martinho* — a rainha apresentava o prior, que tinha 500$000 réis.

Em 1755 tinha 30 fogos, depois 50.

26.ª *S. Sebastião da Pedreira* — a mitra apresentava o reitor, que tinha 500$000 réis.

Em 1755 tinha 900 fogos, ficou reduzida a 862.

27.ª *Nossa Senhora da Conceição* — a mitra apresentava o reitor, que tinha 400$000 rs

Em 1755 tinha 900 fogos, ficou reduzida a 84.

28.ª *Nossa Senhora da Pena* — a mitra apresentava o cura, que tinha só o pé d'altar, que andava por 300$000 réis.

Em 1755 tinha 1:400 fogos, ficou reduzida a 1:300.

29.ª *Santa Catharina* — a irmandade dos livreiros apresentava o cura, que tinha 600$000 réis.

Em 1755 tinha 1:800 fogos, ficou reduzida a 1:778.

30.ª *Nossa Senhora do Soccôrro*—o papa e a mitra apresentavam alternativamente o vigario, que tinha 500$000 réis.

Em 1755 tinha 900 fogos, depois 830.

31.ª *S. Thomé*—a mitra, com reserva da Sé Apostolica, apresentava o prior, que tinha 300$000 réis.

Em 1755 tinha 300 fogos, depois 250.

32.ª *S. Nicolau*—a rainha apresentava o prior, que tinha 300$000 réis.

Em 1755 tinha 2:308, fogos, ficou reduzida a 575.

33.ª *Santa-Maria Magdalena* — a rainha apresentava o prior, que tinha 500$000 rs.

Em 1755 tinha 800 fogos, ficou reduzida a 41

34.ª *S. Lourenço* — os viscondes de Villa Nova da Cerveira apresentavam o prior, que tinha 250$000 réis.

Em 1755 tinha 150 fogos, ficou com 143.

35.ª *S. Miguel* — o real padroado apresentava o prior, que tinha 300$000 réis.

Em 1755 tinha 870 fogos, depois, 666.

36.ª *S. João da Praça* — (S. João Baptista) os marquezes d'Angeja apresentavam o prior, que tinha antes do terramoto 240$000 réis, e depois, 100$000 réis.

Em 1755, tinha 500 fogos, depois, ficou reduzida a 10.

37.ª *S. Julião* — a mitra apresentava o prior, que tinha, 1:000$000 réis antes do terramoto, depois, 250$000 réis.

Em 1755, tinha 1:960 fogos, ficou reduzida a 30!

38.ª *Anjos* —a mitra apresentava o reitor, que tinha 750$000 réis,

Em 1755 tinha 2:140 fogos, depois 2:117.

39.ª *Nossa Senhora da Encarnação* — a mitra apresentava o cura, que tinha, antes do terramoto, 600$000 réis, depois, 200$000 réis.

Em 1755 tinha 2:000 fogos, ficou reduzida a 972.

40.ª *Nossa Senhora do Loreto* — não tinha esta freguezia territorio determinado, pois eram seus parochianos todos os italianos que viviam dispersos por Lisboa. Era administrada por um provedor, um escrivão e um thesoureiro e mais votantes, italianos, que apresentavam um cura, que lhes administrava os sacramentos, e ao qual davam congrua sufficiente, e casas (para elle e thesoureiro) junto á egreja.

41.ª *Chagas de Jesus* — tambem não tinha territorio determinado, pois era só dos navegantes da carreira da India e Brazil. Tinha sacrario, pia baptismal e gosava de todas as regalias parochiaes. A irmandade das Chagas, administrava todos os bens d'esta egreja, na qual apresentava um cura, com renda incerta, como era o numero dos parochianos.

—

Note-se que as freguezias que augmentaram de população depois do terramoto, é porque, dos bairros que mais soffreram, ficando ruas inteiras completamente destruidas e desertas, se mudaram os habitantes para os outros a que o terramoto tinha causado menos destruições.

Para descrever tudo quanto Lisboa encerra de curiosidades, esplendores e maravilhas, seria precizo um livro tão volumoso como todo este Diccionario. Resignar-me hei pois a uma breve narração das cousas mais importantes, tanto sobre factos historicos, como sobre monumentos e outras cousas essenceaes.

Tambem peço desculpa aos meus leitores se aqui não escrevo uma, ainda que rapida biographia, de todos os varões illustres nas armas, nas lettras e nas virtudes, que Lisboa em todos os tempos com tanta profusão tem produzido; porque isso seria abhorrecidamente extenço: limitar-me-hei a enumerar os mais famosos.

Quanto aos nossos reis aqui nascidos, remetto os leitores para a historia chronologica do ultimo volume.

—

A cidade de Lisboa, formosa, entre as mais formosas, a donosa rainha dos mares, a bella princeza do Tejo, em cujas crystalinas aguas se mira orgulhosa e embevecida; pela sua ampla barra, pelo seu wastissimo porto, pelo seu magestoso rio nasceu para ser a capital da Europa. [1]

Está esta cidade magnifica edificada sobre sete montes, que são:

S. Vicente de Fóra, Santo André, Castello, Sant'Anna, S. Roque, Chagas e Santa Catharina do Monte Sinai. Estende-se em fórma de amphitheatro sobre a margem direita do soberbo e famosissimo Tejo (cujo porto póde receber milhares das maiores embarcações) e a 18 kilometros a E.NE. da sua foz.

Tem o seu districto 14 comarcas, incluindo as seis varas de Lisboa, que são:

Alcacer do Sal, Aldeia Gallega do Riba-Tejo, Alemquer, Almada, Cintra, Setubal, Torres Vedras, Villa Franca de Xira, e as seis varas de Lisboa.

Os concelhos de Alcacer do Sal e Grandola, são no arcebispado de Evora; o concelho de S. Thiago de Cacem, é do bispado de Beja; os outros 23 são todos no patriarchado.

—

26 concelhos (incluindo os tres bairros de Lisboa) que são: Alcochete, Aldeia Gallega do Riba-Tejo, Alemquer, Almada, Arruda, Azambuja, Barreiro, Belem, Cadaval, Cascaes, Cezimbra, Cintra, Lourinhan, Mafra, Oeiras, Olivaes, Seixal, Setubal, Torres Vedras, Villa Franca de Xira, Alcacer do Sal, Grandola, S. Thiago de Cacem, Bairro Oriental de Lisboa, Bairro Central e Bairro Occidental.

—

O *bairro oriental*, é composto das 15 freguezias seguintes: Anjos, S. Jorge, Santo André, Santa Engracia, S. Vicente, S. Christovão, S. Lourenço, Pena, Soccorro, Santa Cruz do Castello, Santo Estevão, S. João da Praça, S. Miguel, Sé, S. Thiago.

O *bairro cetral*, é composto de 11 freguezias, que são: Coração de Jesus, S. José, S. Julião, Santa Justa, Magdalena, S. Nicolau, Conceição Nova, Encarnação, Martyres, Sacramento, S. Sebastião da Pedreira.

O *bairro occidental*, comprehende 8 freguezias, que são: Santa Isabel, S. Maméde, Santa Catharina, Mercês, S. Paulo, Alcantara, Lapa, Santos o Velho.

—

No crime é dividida em tres districtos — comprehendendo o 1.º, a 1.ª e 2.ª varas do civel — o 2.º, a 3.ª e 4.ª varas — e o 3.º, a 5.ª e 6.ª Já se vê pois que no civel está dividída a cidade de Lisboa em 6 varas, que correspondem ás comarcas de provincia (menos as da cidade do Porto, que tambem assim estão divididas, ainda que em menor numero.)

—

É Lisboa o quartel general da 1.ª divisão militar, quartel do batalhão de engenheiros, do regimento de artilheria n.º 3, dos batalhões de caçadores n.º 2 e 5, dos regimentos de infanteria n.os 2, 7, 10 e 16 e dos corpos de cavallaria e infanteria da guarda municipal de Lisboa.

Actualmente (1874) está em Santarem artilheria n.º 3; no Porto, infanteria 10; e em

[1] Fr. Vicente Justiniano, geral da Ordem de S. Bento, cardeal e homem de grandes talentos, dizia de Lisboa «*Vidimus orbem in urbe.*» (Vimos o mundo, em uma cidade.)

Lisboa, estão provisoriamente, cavallaria 4, e infanteria 5.

Tem estação telegraphica principal.

Estação princicipal dos caminhos de ferro do Norte e Leste.

Estação central dos caminhos de ferro do Sul e Sueste.

Séde do commissariado geral da policia civil.

Do supremo tribunal de justiça.

Da relação do districto judicial.

Da procuradoria geral da corôa.

De 12 juizes de paz e 34 juizes eleitos.

Do tribunal do commercio.

Da junta do deposito publico.

De tres conservatorias.

Do supremo tribunal administrativo.

Da relação ecclesiastica.

Do supremo conselho de justiça militar.

Dos differentes ministerios.

E, finalmente, de todos os outros tribunaes e repartições competentes á capital do reino e de um districto.

—

Corpo consular—Ha em Lisboa os consules de — Austria — Belgica,— Brasil — Chi'li — Confederação Argentina — Confederação Suissa—Estados Unidos da America—França—Grecia — Honduras—Hespanha—Inglaterra—Italia—Paizes Baixos—Perú—Confederação da Allemanha do Norte—Russia—Sião — Suecia e Noruega—Turquia — Uruguay—Venezuella.

—

Bancos — de Portugal—Lusitano—Hypothecario—Nacional Ultramarino—Caixa Filial do Banco Alliança, do Porto—dita do Banco Commercial, do Porto—dita do Banco Mercantil Portuense—dita do Banco União do Porto—Banco Popular Hespanhol—London & Brasilian Bank Limited.

—

Compahias de seguros maritimos, contra incendios, e seguros de vidas:

Fidelidade—(maritimos e fogos.)

Bonança—(idem.)

Segurança, do Porto—agencia (idem.)

Garantia, do Porto—idem (idem.)

Indemnisadora, do Porto—idem (fogos e vidas.)

La Española, de Madrid—idem (maritimos e vidas.)

Asseguradora de Barcelona—idem (maritimos.)

El Fenix Español—idem (fogos.)

La Atlantique du Havre—idem (maritimos.)

La Union de Madrid—idem (maritimos, fogos e vidas.)

La Cataluña, de Barcelona—idem (maritimos.)

El Llöyd Andaluz—idem (maritimos.)

London & Lancashire—idem (fogos.)

Queen—idem (fogos.)

Sun Fire—idem (fogos.)

Royal—idem (fogos.)

Liverpool, Londou & Globe—idem (maritimos e fogos.)

Norwik Union—idem (fogos e vidas.)

La Baloise—idem (maritimos.)

—

Companhias e estabelecimentos de credito:

Companhia das Aguas.

Companhias de carruagens e omnibos.

—

Empresa de transportes fluviaes.

Compagnie des services maritimes des messageries maritimes.

Liverpool Brasil and River Plate Steam Navigation Compani Limited.

Ligne Peninsulaire.

Carreira regular e mensal dos vapores entre Liverpool, Pará, Maranhão, e Ceará.

The Spanish á Portuguese Screw Steam Shipping Company,

Empresa Lusitana de Navegação, por vapor, para a Africa, Açôres e Algarve.

Empresa Insulana de Navegação.

Clyde line of Steamers to Brasil & the River Plate.

Linha dos Vapores Hespanhoes.

Royal Pross Line of Steamers.

The Paeific Navigation Company,

The Spanish & Portuguese Screw.

Steam Shippin Company.

Companhia de Navegação Insulana para Londres e Madeira.

Liverpool and Maranhan Steam Ship Company.

Companhia Royal Mail Steam Packet.

Compagnie des Messageries Maritimes, Paquebots Poste Française, Ligne du Bresil et de la plata.

Companhia dos caminhos de ferro do Norte e Peste.

Companhia de Tramway a vapor, de Lisboa a Torres Vedras e a Cintra.

Companhia dos carris americanos.

Além de muitas outras, em diversos generos.

—

Paços reaes — Ha em Lisboa 6 paços dos nossos reis. São: Necessidades e Bemposta—em Belem, o paço d'este nome e o da Ajuda, e no termo, Caxias e Queluz.

—

Estabelecimentos de instrucção — Escola polytechnica — dita medico cirurgica—dita de pharmacia—Instituto agricola e escola de veterinaria—Escola naval—dita de construcção naval—dita do exercito—Aula de commercio—Conservatorio Real de Lisboa—Aula do museu nacional—Instituto industrial e commercial de Lisboa—Aula de geometria mechanica, applicada ás artes—Curso superior de lettras—Collegio dos aprendizes do arsenal—Academia de Bellas Artes— Sociedade Promotora de Bellas Artes—Lyceu nacional de Lisboa, etc.

—

Bibliothecas e archivos—Bibliotheca publica—dita da Ajuda—Archivo da Torre do Tombo—dito militar—dito das camaras legislativas.

—

Sociedades scientificas—Academia Real das Sciencias—Sociedade das sciencias medicas—Associação juridica, ou dos advogados.

—

Museus—Museu real—dito archeologico.

Banhos publicos—Além dos estabelecimentos fluctuantes para banhos, ha em Lisboa as seguintes thermas — Rilhafoles—Sulphureos, do arsenal da marinha—Poço do Borratem—do Hotel Central aoCaes de Sodré—Alcaçarias—tres distinctos estabelecimentos: são sulphureos.

—

Prisões—Limoeiro—Aljube—Castello de S. Jorge— Casa de correcção ás Monicas—Torre de Belem—S. Julião da Barra—Bugio—prisão fluctuante (pontão.)

—

Hospitaes—S. José—Marinha—Estrellinha—S. Lazaro—Desterro—Alienados—e Veterinario—além de varios outros de irmandades.

—

Asylos — Casa Pia — Mendicidade—Maria Pia—Santa Catharina—Filhos dos soldados—Invalidos do trabalho—Santa Casa da Misericordia—Infancia desvalida (varios)—e outros menos importantes.

—

Fortificações—Castello de S. Jorge—Torre de S. Vicente—Torre Velha—S. Julião da Barra—Bugio—Bom Successo—Beirolas—e as de Monsanto, em construcção.

—

Cemiterios—Prazeres, ou Occidental—do Alto de S. João, ou Oriental—Ajuda—S. Luiz—dos Inglezes—Judeus—Allemães—Valle-Escuro (de irracionaes.)

—

Passeios publicos e jardins—Rocio—S. Pedro de Alcantara (dois)—S. Roque—Principe Real—Praça das Flores—Estrella—Junqueira—Aterro (tres)—Sant'Anna—Largo do Mastro—Santa Clara—Escola polytechnica—Praça d'Armas—Praça de Luiz de Camões—Largo do Quintella.

—

Theatros publicos—D. Maria—S. Carlos—Trindade—Gymnasio—Principe Real—Condes—Variedades — Circo Price — Alfama—Pateo do Tijolo—D. Augusto—D. Luiz (queimado.)

—

Circos—Salitre.

Praça de Touros—Sant'Anna.

—

Lisboa está em 38° e 42' de latitude. N—e 43' de longitude. Occ.

Esta cidade tem sido mais ou menos destruida por espantosos e repetidos terramotos, sendo os maiores de que ha memoria os que ficam mencionados nos annos respectivos.

—

É Lisboa incontestavelmente uma cidade

antiquissima, e a sua origem, envolvida em mil fabulas, perde-se na noute dos tempos.

Segundo alguns auctores, foi fundada no anno 184 depois do diluvio, isto é, no anno do mundo 1845, ou 2159 antes de Jesus Christo, por *Elisas, Lysias*, ou *Luso*. bisneto de *Noé*, que lhe deu o seu nome=*Lysia*.

Dizem outros que, pelos annos 2632 (1372 ant. de Jesus Christo.) Ulysses, rei d'Ithaca, undivago heroe d'aquellas eras, tendo com os outros gregos, terminado a guerra de Troia, passou as *Columnas d'Hercules* (Estreito de Gibraltar) e veio desembarcar a Lisboa, que ampliou e reedificou, dando-lhe o nome de *Ulyssipo* ou *Ulyssea*.

—

Auctores mui circumspectos porém, asseveram que o célebre e infeliz esposo da *casta Penelope* nunca veio á Lusitania. (Provavelmente confundiram *Elisas* com *Ulysses*, os que pretendem que este fosse o fundador ou reedificador de Lisboa).

Não se póde dizer ao certo quem foram os primeiros habitantes de Lisboa; mas, segundo os melhores escriptores, foram os chaldeus e babylonios, ou iberos, que tinham fugido á tyrannia de *Nemrod*, rei de Babylonia, pelos annos 1900 do mundo.

Pelo mesmo tempo em que se diz que Ulysses aportou á Lusitania, ou pouco antes, tinha feito seu assento em Lisboa, *Baccho*, grego, filho de *Seméle*, com uma numerosa colonia de gregos, por consentimento dos chaldeus e babylonios que já aqui havia, e com os quaes se confundiram, formando uma só nação, á qual deu por chefe ou rei, seu filho Lysias.

(Este Lysias que chegou a Lisboa 787 annos depois do outro Lysias, bisneto de Noé, faz-me suppôr confusão nos escriptores.)

Notarei aos meus leitores menos lidos nas nossas cousas antigas, que desde os chaldeus até aos gallos-celtas, ha muitas divergencias nas datas. Eu adoptei as dos escriptores que me pareceram mais rasoaveis. Não mencionei as diversas chronologias, porque, nem a differença é grande, nem vale muito a pena, visto misturar-se em tudo isto o fabuloso com o verdadeiro, a these com a hypothese.

Como a historia de Lisboa está ligada á da Lusitania, e para evitar repetições, remetto os leitores para a *Historia Chronologica* no fim d'esta obra, e só direi rapidamente o que se segue.

—

No anno do mundo 3009, foi Lisboa occupada por os gallos-celtas; em 3050, pelos phenicios; em 3412, pelos carthaginezes; e em 3804 pelos romanos.

Parece que os romanos acharam a cidade mais ou menos arruinada e a reedificaram, ou, pelo menos, repararam, dando-lhe o nome de *Felicitas Julia*, e fazendo-a *municipio do antigo direito latino*.

Lisboa teve a honra de ser a primeira cidade da Lusitania que teve o direito de *municipio*, e os lisbonenses eram considerados cidadãos romanos, sem a todos os respeitos terem a minima differença dos proprios habitantes de Roma. Foi o imperador Julio Cesar que lhe concedeu estes privilegios.

Estiveram os romanos senhores de Lisboa, pelo longo espaço de 607 annos, isto é, desde o anno 3804 do mundo, que é 200 annos antes de Jesus Christo, até 407 da era christan. Durante este tempo construiram fortalezas, templos, theatros, thermas e outros edificios; a maior parte dos quaes foram destruidos pelos terramotos e pelos barbaros, e de parte d'elles ainda restam vestigios. Frequentemente têem aqui apparecido e estão apparecendo, nas escavações, cippos com inscripções, e outros muitos objectos do tempo d'estes dominadores do mundo.

Nos annos 370 e 377, antes de Jesus Christo, houve terramotos na Lusitania, e ambos destruiram parte da cidade de Lisboa.

Querem alguns escriptores que a prégação do Evangelho tivesse logar em Lisboa, pelos santos martyres *Mansos* e *Pedro de Rates*, ahi pelos annos 50 de Jesus Christo, é, pelo menos, ponto muito duvidoso.

No anno de Jesus Christo 407, foi a Lusitania invadida pelas hordas ferozes, justamente denominadas *barbaros do norte*, vindos da Gothia, Suecia, Norwega, etc., isto é, wisigodos, wandalos, suevos, alanos, etc.

Estes barbaros dividiram entre si a Lusi-

tania, e Lisboa e grande parte da Extremadura coube em partilha aos alanos, que destruiram os mais nobres monumentos da architectura romana.

Em 427, o general romano *Sebastião*, ajudado pelos lusitanos, tira Lisboa do poder dos alanos e suevos, á força d'armas; mas, querendo acclamar-se rei, o povo o assassina, e os alanos e suevos recobram o perdido, e Lisboa torna a cahir em seu poder.

Setenta e oito annos dominaram os alanos esta parte da Lusitania, até que, em 585, Leovegildo, rei dos godos, se tornou soberano de toda a Peninsula iberica.

Em 715, os arabes, commandados por *Muça* e *Tarif* (ou *Tarik*) se apossaram de Lisboa e de toda a Peninsula, fundando diversos reinos ou emirados, sujeitos aos kalifas.

Os arabes attrahidos por todas as bellezas e commodidades de Lisboa, aqui estabeleceram logo a séde de um governo, e devemos confessar que muito engrandeceram esta cidade, reedificando muitos edificios romanos, que elles e os barbaros tinham desmantellado ou desprezado, e construindo muitos de novo, alguns dos quaes ainda existem. De todas as Hespanhas, era Lisboa uma das suas mais queridas cidades, pelo que muito a aformosearam.

Os mouros, quando tomaram Lisboa, destruiram muitos edificios e mataram muita gente, mas depois foram pouco a pouco tornando menos feroz a sua dominação, e reconstruindo e ampliando o que tinham destruido.

Já disse que os romanos deram á Lisboa o nome de *Felicitas Julia*. Tambem lhe chamavam *Ulissipona* ou *Ulissipo*. Os alanos e os godos tambem lhe chamaram *Ulissipona*. Os arabes, adaptando esta palavra á sua lingua, lhe davam primeiro o nome de *Aschbounah* e depois *Lissa-Bounah*. É d'esta palavra que procede o nome actual de Lisboa.

D. Fruela I, rei de Oviedo, toma Lisboa, e outras povoações da Lusitania, aos arabes, em 753; mas pouco tempo depois, o mouro *Abd-el-Raman* reconquista, Lisboa, Evora, Beja, Santarem e todo o territorio comprehendido entre o Tejo e o Cabo de S. Vicente, que já estava em poder dos christãos.

A posição geographica e a amenidade e formosura de Lisboa, a expozeram aos horrores de varios assedios e conquistas.

Em 800, D. Affonso, o *Casto*, filho de D. Fruela I, rei das Asturias e Galliza, toma Lisboa de assalto, e os christãos estiveram de posse d'ella até 811, em cujo anno *Ali-Aton*, rei de Córdova, a reconquistou.

Em 851, D. Ordonho III, de Leão, a toma aos mouros e a saqueia. Torna a perder-se, e, em 1093, D. Affonso VI, de Leão e Castella (avô de D. Affonso Henriques) a recupéra; mas, pouco tempo depois, tornou a cahir em poder dos sarracenos.

Nos annos 1009, 1117 e 1146, de Jesus Christo, houve grandes terramotos, que destruiram mais ou menos Lisboa.

Finalmente, em maio de 1147, D. Affonso I, de Portugal, lhe poz um rigoroso cêrco, e, depois de uma serie de encarniçados combates, em que cercadores e cercados mostraram a maior coragem, os christãos, ajudados por uma esquadra de crusados (a maior parte inglezes) entram victoriosos em Lisboa, no dia 21 de outubro d'esse anno.

Muitos historiadores dizem que os portuguezes entraram em Lisboa no dia 25. Parece haver contradicção nas datas, e não ha. D. Affonso I, tinha promettido aos cruzados (por condição posta por elles) tres dias de saque. O magnanimo rei dos portuguezes, não quiz presencear, nem quiz que as suas tropas presenceassem esses tres dias de horror; por isso só fez a sua *entrada solemne* na cidade depois d'elles passados.

No portico da Sé de Lisboa, está uma lapide antiga, com uma inscripção gothica, que commemora este feito glorioso. Tambem diz que o exercito portuguez entrou a 25. Em frente d'esta lapide está outra com uma inscripção que é a traducção d'esta.

D. Affonso I e seus descendentes, procuraram por todos os meios fortificar e engrandecer Lisboa, porém a côrte continuou a permanecer em Coimbra, durante os reinados de D. Sancho I, D. Affonso II e D. Sancho II, que todos porém faziam frequentes visitas a Lisboa.

Foi só pelos annos 1260 que D. Affonso

III transferiu a côrte para esta cidade, e o primeiro rei portuguez que aqui nasceu, foi D. Diniz, a 9 de outubro de 1261.

1288—D. Diniz funda a universidade, em Lisboa, sob a denominação de *Escolas Geraes*. Foi a primeira que houve no reino. O mesmo rei a transferiu para Coimbra em 1308. D. Affonso IV a torna a trazer para Lisboa, em 1338. O mesmo rei a muda para Coimbra, em 1354. Torna a ser mudada para Lisboa, em 1377. É de novo transferida para Coimbra, em 1534.

1290-1344—Em cada um d'estes annos, fortissimos terramotos aluiram muitas casas de Lisboa.

1356—24 de agosto. Outro terramoto. Durou 15 minutos, fez cahir muitas casas, e foi seguido de muitos outros mais pequenos por espaço de um anno.

1370—23 de fevereiro. Houve em Lisboa uma horrorosa tormenta de vento e chuva, que durou 12 horas (da meia noite ao meio dia). Fez voar a grande distancia, as telhas de muitos telhados, partiu os feixos e trancas fortissimas das portas da Sé, levando-as até ao meio da egreja, arrancou quasi todas as arvores, muitos navios se despedaçaram uns contra os outros, e causou outros mais e grandes prejuizos.

1373—D. Henrique II, de Castella, entra em Portugal e saqueia e incendeia Lisboa. D. Fernando I, estava em Santarem, e deixou-se estar, sem acudir á capital.

1382—D. Fernando I fortifica Lisboa.

1383—Morre em Lisboa este rei imbecil, a 22 de outubro.

1383—(6 de dezembro). O *mestre de Aviz*, depois D. João I, assassina, nos paços reaes, o gallego João Fernandes Andeiro, que D. Leonor tinha feito conde de Ourem.

No mesmo dia, o povo precipita do alto da torre do norte, da Sé de Lisboa, arrastando-o depois pelas ruas da cidade, ao seu bispo, por ser traidor á patria. O povo acclama o mestre d'Aviz, *regente e defensor do reino*, tambem no mesmo dia.

1384—D. João I, de Castella, cérca Lisboa, mas D. João I de Portugal, o bate, obrigando-o a retirar para Santarem.

Torna, no mesmo anno, o rei castelhano a cercar Lisboa, por mar e terra. O *regente* não consegue fazer levantar o cêrco. A nossa esquadra, apesar de muito inferior em numero, sahe do Porto, e entrando a barra do Tejo, derrota a inimiga. Os castelhanos, reforçando a sua esquadra, continuam o assedio; mas, no fim de cinco mezes, enfraquecidos pelo nosso ferro e pela peste, retiram para a raia.

1385—Descobre-se uma conspiração contra o mestre, e seu chefe, *D. Garcia Valdez*, é queimado vivo no Rocio.

1396—A Sé de Lisboa é elevada a archiepiscopal. *D. João Annes*, é feito seu primeiro arcebispo.

1422—D. João I manda que d'este anno em diante se deixe de contar em todo o reino pela *era de Cesar*, e se conte pelo anno do nascimento de Jesus Christo. No mesmo anno manda traduzir em vulgar o *Codigo de Justiniano*.

1434—Publicação da famosa *lei mental* e outras contra o luxo. O rei D. Duarte manda os fidalgos (que não tinham *exercicio no paço)* para as provincias, para se não empenharem na côrte.

1435—Grande cheia no Riba Tejo. (vide Castanheira).

1438—Grande peste assola o reino. (O rei (D. Duarte) visita e soccorre os seus povos, consternados com o flagello; mas elle mesmo é atacado em Thomar, onde morre a 9 de setembro d'esse anno, na edade de 47 annos, com geral sentimento da nação, que por largo tempo o chorou.

(Antes d'esta peste, e quando Lisboa ainda era dos arabes, e governava Portugal a rainha D. Thereza, mãe de D. Affonso I, houve no reino a mais terrivel peste de que ha memoria, juntando-se a este flagello tambem o da fome, matando ambos muitas mil pessoas. Foi isto no anno de 1124, ao qual os portuguezes deram o nome de *anno mau*, e fez época. Vide *Anno Mau*.)

1472—15 de maio. Fundação do hospital real de S. José.

1481—Outra grande peste assola Portugal, D. Affonso V foge para Cintra, mas ella ahi o foi procurar e o matou a 28 de agosto d'esse anno, da edade de 49 annos.

1484—D. João II manda queimar uma casa de jogo que havia em Lisboa, e publica leis severas contra os jogadores e contra o luxo. No mesmo anno um rei da Nigricia chega a Lisboa e se faz christão.

1494—O mesmo rei manda edificar varias fortalezas nas margens do Tejo, para defeza da cidade.

1503—(1.º de setembro) D. Vasco da Gama chega a Lisboa, de volta da descoberta da India.

1505—Outra terrivel peste assola Lisboa e todo o reino.

1506—(19 de abril) Horrorosa mortandade nos judeus de Lisboa, feita pelo povo da cidade, que attribuia a elles o flagello da peste.

D. Manuel manda queimar vivos, na praça do Rocio, dois frades dominicos que foram os cabeças de motim e instigadores do povo para tamanhas barbaridades. Teve principio pelo facto seguinte:

O sol dava de chapa em um crucifixo, que estava sobre o arco da egreja de S. Domingos; entenderam que era milagroso o brilho que os raios do sol lhe causavam. Como um infeliz cahisse na asneira de dizer que o sol era a causa d'aquillo, foi logo arrastado para o Rocio, e alli o mataram e queimaram. Sahiram dois frades dominicos, cada um com seu crucifixo na mão, e taes vociferações e imposturas disseram, que ainda mais incendiaram a colera e crueldade do povo, que se foi a quanto *christão novo* pôde pilhar, e os mataram e queimaram. Velhos, novos, homens, mulheres e creanças, nada escapou a este furor sanguinario. Accenderam grandes fogueiras no Rocio e na Ribeira Velha, e alli lançavam as suas victimas, umas mortas, outras vivas, tendo-lhes antes feito toda a qualidade de atrocidades. Dividiam ao meio as creanças de peito, á vista das mães, puxando um por cada perna e eram arrastadas para as fogueiras familias inteiras; não se esquecendo de roubar as casas dos desgraçados. Durou esta carnificina tres dias, e morreram 4:000 pessoas!

D. Manuel estava, com toda a côrte, fugido da peste em Abrantes, e vindo d'esta villa para Beja, soube no caminho este horroroso acontecimento, que o encheu de justa colera, e foi, como devia ser, severo em castigar. Além dos dois frades que mandou queimar, muitos dos assassinos foram enforcados, e outros soffreram diversos castigos. Tirou a Lisboa todos os seus privilegios, isenções e regalias.

1531—A 7 de janeiro principia um espantoso terramoto que dura 50 dias! Sentiu-se em todo o reino. Lisboa e seus arredores e as povoações do Riba Tejo, como Santarem, Azambuja, Almeirim, Castanheira e outras, foram as que mais soffreram. Quasi toda a gente fugiu de suas casas, e foi viver no campo. A familia real fez o mesmo.

Garcia de Rézende, testemunha presencial, diz:

> Dous mezes assi estiveram
> Na mor força do inverno,
> Agoas, ventos, sosteveram,
> Tormentas, trovões soffreram,
> Bradando por Deus eterno.

Em Lisboa ficaram arruinados alguns templos e cahiram 1:500 casas, sepultando nas suas ruinas muita gente. No Tejo submergiram-se muitos navios, e nos arredores de Lisboa desappareceram povoações quasi inteiras!

1546—Outra grande fome, mas no seguinte grande abundancia. Vide Castanheira do Riba Tejo.

1551—28 de janeiro. Outro terramoto medonho destruiu 200 casas em Lisboa.

1551—Conclusão da magestosa egreja dos jeronimos, em Belem.

N'este mesmo anno, a 28 de abril, sente-se em Lisboa um terrivel terramoto, que demoliu muitas casas e matou umas 200 pessoas.

1552—11 de dezembro. Estando um padre a dizer missa na capella real de D. João III, e o rei presente, entrou um inglez, e quando o padre consagrou a hostia, lh'a tirou da mão, entornando o calix. Foi logo preso e poucos dias depois queimado no Rocio. Os inglezes não vieram cá pedir satisfações.

1569—Grande peste em Lisboa, que principiou a 7 de junho.

Nos dias 10, 11 e 12 de julho, na maior força da peste, espalhou-se em Lisboa, que no dia 13 d'esse mez se subverteria a cidade. Foi tal o terror, que Lisbôa ficou quasi deshabitada, fugindo tudo e cobrindo 7 ou 8 leguas em redor, porque não havia casas para tanta gente. Morreu grande numero de pessoas não só da peste, mas tambem de fome, sêde e outras calamidades.

1572—13 de setembro. Terrivel temporal, que destroe 40 navios, morrendo bastante gente afogada.

1575—27 de julho. Sentiu-se em Lisboa um violento terramoto. Não causou desgraças.

1577—Morre aqui, a 29 de agosto, o célebre mathematico, *Pedro Nunes.*

1578—A 22 de agosto chega a Lisboa a triste noticia da derrota de Alcacer Quibir, o que enche o povo de terror e consternação.

1580—A 28 de junho chega a Lisboa D. Antonio, prior do Crato, que tinha sido acclamado rei de Portugal, em Santarem, a 24 do mesmo mez.

Vae residir nos paços reaes, dá expediente aos negocios publicos, manda cunhar moeda, e exerce todos os direitos magestaticos.

O duque d'Alba investe Lisboa a 25 d'agosto com 22:000 homens. D. Antonio se lhes oppõe na ponte d'Alcantara, com 4:000 homens, mal armados e peor exercitados; mas é derrotado, e foge.

Os castelhanos, furiosos, entram em Lisboa, e commettem toda a casta de barbaridades. O duque vencedor, manda hir a nobreza de Lisboa á sua presença, prestar obediencia ao usurpador — Quasi todos obedeceram!

1581—A 4 de fevereiro é prohibida pelos castelhanos a moeda de D. Antonio.

A 4 d'abril entra em Lisboa o *Diabo do Meio Dia* (Philippe II de Castella) que é recebido com grandes festas.

1588—Philippe II, junta em Lisboa a famosa *esquadra invencivel,* composta de 120 náos de guerra, para destruir a Inglaterra; mas uma tormenta destruiu a esquadra, no Canal da Mancha, em 27 de julho d'esse anno.

1596—Morre aqui o mavioso poeta Diogo Bernardes, em 30 d'agosto.

1597—Horrivel terramoto em Lisboa a 28 de julho (outros dizem 22) que subverte 3 ruas, no bairro de Santa Catharina, partindo o monte ao meio.

Teve logar pelas 11 horas da noute. As ruas subvertidas tinham 110 moradas de casas, as mais d'ellas grandes, na *Bôa Vista,* pelo que ao sitio se ficou chamando *casas cahidas.* Ao pé do monte de Santa Catharina do Monte Synaí, correu a terra para o lado do mar, levando grande parte do dito monte. Antes alguns minutos da catastrophe se ouviram estalar as casas com grande estrondo o que deu aviso aos seus moradores, que tiveram tempo de fugir das casas no estado em que estavam — alguns nus — pelo que não morreu ninguem.

1598—22 de julho Sente-se em Lisboa outro violento terramoto.

No mesmo anno a 15 de outubro, principia uma terrivel peste que durou 5 annos! Morreram muitos milhares de pessoas.

1608 a 6 de fevereiro.—Aqui nasce o célebre classico e eminentissimo prégador, padre Antonio Vieira, que morreu na Bahia a 18 de julho de 1697. Ainda existe na Sé a pia em que elle foi baptisado.

1620—Philippe III vem a Lisboa, onde reune côrtes para reconhecer seu filho. Fazem-lhe aqui tão grandes festas, que elle disse que só n'aquelle dia fôra rei!

Em 14 de julho, nos paços da ribeira (de que ainda ha vestigios) e em presença dos *Tres Estados do Reino,* jura manter os fóros e liberdades de Portugal. (Cumpriu tão bem este juramento, como os que fizeram seu pae e seu filho — isto é — expoliando infamemente Portugal e reduzindo-o á ultima miseria, tratando os portuguezes como escravos!)

1630—na noute de 15 de janeiro, entraram na egreja de Santa Engracia, arrombaram a porta do sacrario e levaram um cofre de tartaruga com uma hostia e 10 ou 12 particulas consagradas, e de um vaso dourado, uma hostia e 25 particulas. Foi preso um

cavalheiro, bom christão e de muito bom comportamento, chamado Simão Pires de Solis, e tantas judiarias lhe fizeram com as torturas, que o pobre homem, para que cessassem os tormentos, confessou o sacrilegio, pelo que a relação de Lisboa o sentenciou a ser queimado vivo, por accordão de 31 de janeiro do mesmo anno, que se cumpriu logo a 13 de fevereiro no Campo de Santa Clara, perto da egreja de Santa Engracia. Depois veio a saber-se que o desgraçado Solis morreu innocente.

1640—primeiro de dezembro—gloriosissima revolução de Lisboa, que expulsou os castelhanos, acclamando os portuguezes por seu rei natural, D. João IV, que chega a Lisboa no dia 6 d'esse mez.

1641 — Os *Tres Estados* reconhecem D. João IV como legitimo rei dos portuguezes.

1641 — 29 d'agosto, foram degolados, na praça do Rocio, por traidores ao rei e á patria, o duque de Caminha, o marquez de Villa Real, o conde d'Armamar e D. Agostinho Manuel de Vasconcellos. Pelo mesmo crime estavam presos, o arcebispo de Braga (que morreu na prisão) e o inquesidor geral, que depois de muitos annos de prisão, foi perdoado. Tinham sido presos a 28 de julho.

(Vide Braga, Caminha e Villa Real.)

1643—28 d'abril—é justiçado em Lisboa o innocente e habil ministro Francisco de Lucena, por lhe assacarem seus invejosos inimigos o crime de traição. Foi logo depois *rehabilitado.*

1645—20 de junho—Domingos Leite Pereira, vendido aos castelhanos, pretende assassinar D. João IV, na procissão do *Corpo de Deus*; mas aterrado não despara. Foi preso e enforcado.

D. João, em acção de graças, fundou o convento de *Corpus Christe,* em Lisboa.

1649 — Aqui morreu, em 11 d'agosto, o benemerito e célebre doutor João Pinto Ribeiro, o heroe de 1640.

1654 — Nova conspiração contra o rei. O bispo de Coimbra quiz entregal'o ao rei de Castella.

1663 — 25 de maio—Grande tumulto popular, causado pela falsa noticia de terem os castelhanos tomado a cidade d'Evora.

1667—23 de novembro—revolução palaciana, que obriga D. Affonso VI a entregar o governo do reino a seu irmão, o infante D. Pedro (depois 2.º) que não contente de lhe tirar o throno, lhe tirou tambem a mulher.

1668 —13 de fevereiro—tractado de paz com a Hespanha, depois de 27 annos de cruas guerras; pelo que houve grandes festas em Lisboa e por todo o reino.

1699—27 de outubro—violento tremor de terra em Lisboa. Durou 3 dias, com alguns intervallos.

1716—A Sé de Lisboa é dividida em Oriental e Ocidental, sendo esta elevada a patrialchal, e feito seu primeiro patriarcha D. Thomaz d'Almeida.

1720 — 8 de dezembro. Abertura da «Academia Real de Historia Portugueza.

1723 — O flagello da peste invade outra vez Portugal, morrendo d'ella mais de 40:000 pessoas, em Lisboa.

24—de setembro—Horroroso auto de fé, em que foram queimados vivos varios desgraçados, accusados de crime de heresia, no largo do Rocio.

1724 — 12 de outubro, fortissimo terramoto em Lisboa; mas não causou desgraças.

1729—Começa a edificar-se o magestoso aqueducto das Aguas Livres, para abastecimento das aguas de Lisboa. É a obra mais gigantesca da Europa, n'este genero.

1741 — 1 de setembro, suppressão do arcebispado de Lisboa, ficando só a Sé patriarchal.

1747 — Chega a Lisboa a riquissima capella de S. João Baptista, que está na egreja de S. Roque. Custou um milhão de cruzados. Só o tapete (depois) custou 28 contos!

1748—23 de dezembro—O papa Benedicto 14.º concede a D. João V e seus successores o titulo de *Fidelissimo.* O rei lhe tinha dado um *milhão de crusados* por uma missa, para obter este titulo.

Caro custou á nação o tal superlativo!

1750 — D. José I sobe ao throno e Sebastião José de Carvalho e Mello a primeiro ministro.

1751 — Creação do deposito Publico de Lisboa e da Relação do Rio de Janeiro.

1755 — 1 de novembro—espantoso terramoto, que destruiu metade da cidade de Lisboa, e foi seguido de outros menores, mas tambem violentos, que duraram 8 dias. Sentiu-se em todo o reino. (Vão notadas n'esta obra as terras onde causou maiores estragos.) Esta tremenda convulsão do globo sentiu-se em quasi toda a Europa, na America e em quasi todo o mundo.

N'este cataclismo de 1755, morreram esmagados debaixo dos edificios que cahiram em Lisboa, mais de 40:000 pessoas.

Os prejuizos foram calculados em centenares de milhões.

Numerosos bandos de salteadores, roubavam as casas abandonadas e os habitantes espavoridos. O marquez de Pombal desenvolveu então toda a sua espantosa energia. Mandou erigir na capital 40 e tantas fôrcas, e os ladrões apanhados em flagrante eram logo justiçados, ficando seus corpos dependurados no patibulo, para exemplo.

Só assim pôde obstar a tantos roubos e barbaridades.

Este grande ministro cuidou tambem, com toda a actividade que lhe era propria, de soccorrer por todos os modos os habitantes de Lisboa, e deu logo principio á reedificação da cidade.

Citam-se d'elle estas palavras — Perguntando-lhe o rei o que se havia de fazer em tão triste conjunctura, o ministro respondeu — «*Enterrar os mortos e cuidar dos vivos.*» E assim fez.

Só templos, ficaram completamente arruinados, e foram em seguida devorados pelas chammas, os de Santa Maria Maior, Magdalena, Conceição, Loyos, Misericordia, Santa Justa, S. Julião, Victoria, S. Domingos, Patriarchal, Boa Hora, Espirito Santo, Martyres, S. Francisco da cidade, Corpo Santo, Sacramento, Trindade, Carmo, Loreto, Santa Engracia, Chagas e S. Paulo. E ficaram em completa ruina as egrejas de S. Vicente, Santa Clara, Santa Monica, Nossa Senhora do Monte, Nossa Senhora da Penha de França, S. Pedro d'Alcantara, Sant'Anna, Calvario e Santo Antonio dos Capuchos.

Soffreram tambem muito as egrejas da Madre de Deus, Bernardos e Santos o Velho.

1758 — 7 de junho. Os *jesuitas* são suspensos de confessar e prégar, em todo o reino.

1758 — 3 de setembro. D. José I, passa, incognito, á calçada do Galvão, em direcção ao palacio da Ajuda, quando sobre a sége em que hia, descarregaram dois tiros de bacamarte, com munição grossa. O rei fica ferido no braço esquerdo. Em 13 de dezembro do mesmo anno foram prêsos como auctores ou cumplices d'este attentado, o duque d'Aveiro; o marquez de Tavora; Luiz Bernardo de Tavora e José Maria de Tavora seus filhos; D. Jeronymo d'Athayde, conde d'Atouguia e os plebeus Braz José Romeiro Antonio Alves, João Miguel e Manuel Alves.

1759—13 de janeiro. São suppliciados no Caes de Belem, depois de cruelissimos tormentos, os cumplices do attentado de 3 de setembro, e com elles a infeliz marqueza de Tavora. José Polycarpo d'Azevedo, que tambem foi da conspiração, poude evadir-se, pelo que foi *queimado em estatua*. Ha quem diga que elle, annos depois, no reinado de D. Maria I, viera morrer ao hospital de Lisboa, confessando o crime. Este facto não está plenamente provado.

(Quem desejar noticias mais circumstanciadas do attentado de 3 de setembro de 1758 e de todas as suas pericipecias e consequencias, veja a palavra *Chão-Salgado.*)

Tambem foram julgados cumplices, os jesuitas João Alexandre, João de Mattos, e outros, com o padre Gabriel Malagrida, que depois foi queimado como hereje.

Os bens dos jesuitas foram confiscados a 19 de janeiro.

Carvalho é *feito conde d'Oeiras*, em 6 de junho.

Em 3 de setembro é supprimida a *Companhia de Jesus*, e seus frades banidos do reino e dominios para sempre, declarados inimigos da patria e desnaturalisados.

1760—Creação da *Intendencia Geral da Policia da Côrte e Reino*; em 25 de junho.

1761 — 30 d'abril, forte terramoto; mas pouco mal fez. Creação do *Erario Regio*.

1768 — Creação do tribunal da Mesa Censoria. Abolição da distincção odiosa entre *Christãos velhos* e *christãos novos*

1769—2 de março, nasce em Lisboa, Francisco de Paula Cardoso d'Almeida e Vasconcellos Amaral e Gaula, etc, conhecido nas lettras por *Morgado d'Assentiz.*

N'este anno se decreta o tratamento de magestade ao tribunal do *Santo Officio*, ou Inquisição!

1775—27 de maio. É collocada na Praça do Commercio (Terreiro do Paço) *a estatua equestre de D. José I.* É inaugurada a 6 de junho d'esse anno, em cujo dia fazia o rei 61 annos, de edade.

O desenho e superintendencia da obra foi de *Joaquim Machado de Castro.* Foi fundida (de um só jacto) e cinzelada sob a direcção do engenheiro *Bartholomeu da Costa.* Principiou a obra a 15 de outubro de 1774 e findou a 15 de maio de 1775. Em 7 mezes se concluiu este magestoso monumento!

1779—24 de dezembro. Creação da *Academia Real das Sciencias*—ou—reforma da Academia de *Historia Portugueza.*

1781—23 d'agosto. Cria-se em Lisboa, no palacio da Ajuda, a *Academia das Bellas Artes.*

1783—Fundação da *Real Casa Pia* de Lisboa.

1789—Creação da *Cordoaria de Lisboa,*

No mesmo anno começa a monstruosa construção do novo *Erario,* no sitio da *Patriarchal Queimada* (hoje *Largo do Principe Real)* gastando-se, *só nos alicerces* (e não passou d'elles) a bagatella de 5 milhões de cruzados.

Depois de 1834, ainda alguns contos de réis se gastaram para desmanchar aquelle labyrinto de grossas paredes de cantaria, e no sitio ha hoje um bonito jardim.

1796—10 e 17 de janeiro. Um violento tremor de terra se sentiu em Lisboa, mas causou poucos prejuizos.

Neste anno foi creado o *Almirantado* e a *Brigada Real de Marinha.*

1797—13 de julho, creação do *papel moeda,* em Portugal.

(Em 1834 havia 25 milhões de cruzados d'esta *moeda,* que forom recolhidos ao erario e queimados! Foi uma medida, não só prejudicialissima, mas inepta. O governo d'então, estava malbaratan e vendendo o que era do estado e o alheio; com uma divida estrangeira enorme, pagando 2 ou 3 mezes em cada anno aos seus servidores; sem dinheiro e sem credito, dentro e fóra do reino, e ainda por cima toma (sem utilidade de ninguem!...) o pesadissimo encargo do pagamento d'estes 25 milhões, para contrahir emprestimos a 30 e 40 por cento!)

1798—Creação e abertura da *Bibliotheca Publica de Lisboa,* sendo inspector, o marquez de Ponte do Lima.

1799—Creação do célebre tribunal do *Proto-Medicato,*—do *papel moeda*—e do *papel sellado.*

1801—Creação da ordem de Santa Isabel, para as damas de primeira grandeza; pela princeza D. Carlota Joaquina.

1802—26 de outubro. Nasce em Queluz, o sr. D. Miguel I, que morreu em Bromback a 14 de novembro de 1865, depois de expulso do throno portuguez pela quadrupla alliança.

1803—Instituição da *Academia Real de Marinha e Commercio,* da cidade do Porto.

1807—6 de junho. Terramoto violento em Lisboa, que todavia poucas desgraças causou.

N'este mesmo anno, a 29 de novembro, sae a barra de Lisboa a familia real portugueza, fugindo para o Brasil, e abandonando os seus subditos.

Logo no dia seguinte entra em Lisboa o general Junot com o exercito francez, que mais parecia uma horda de bandidos, do ue um corpo de soldados regulares. Vinham todos descalços (ou quasi descalços) e esfarrapados.

Junot principia logo a fazer leis, como se estivesse em sua casa.

A 13 de dezembro é arriada a bandeira portugueza em todas as fortalezas do reino e arvorada a do *dindon.* [1]

> Estou persuadido que Junot, Soult, Massena, e todos os outros jacobinos que invadiram Portugal em 1807, 1809, 1811 e 1812, só cá vinham para roubar. E tanto que

[1] *Dindon* (perú) Nome que os francezes davam por escarneo á aguia napoleoncia.

de Pariz vieram *de proposito e exclusivamente* por ordem do imperador, uns poucos de *entendedores da materia*, para escolherem tudo quanto achassem *que vallesse o carrêto.*

Entre as grandes e innumeraveis preciosidades que nos roubaram em Lisboa, foram-se ao museu de Ajuda (hoje na *Escola Polytechnica*) e levaram tudo quanto lhes pareceu digno de figurar no museu de Pariz; e lá estão descaradamente esses objectos, como se fossem legalmente adquiridos! Só d'aquelle nosso museu, roubaram 400 animaes, 3:000 productos mineralogicos e 2:000 especies de plantas.

Já D. João (depois VI) na sua fugida para o Brasil, tinha tirado d'este museu muitas preciosidades que levou para o Rio de Janeiro, e lá estão no museu d'esta cidade!

Assim, o *museu da Ajuda*, que era um dos melhores do mundo (se não o melhor) ficou despejado de tudo quanto era bom.

1808—30 de agosto. O general Junot, depois de ser derrotado no Vimeiro, a 21 d'esse mez, propõe uma *convenção* que é acceite pelo general inglez Dalrymple, commandante em chefe dos alliados, e assignada n'esse nefasto dia (30 de agosto) e conhecida pela *convenção de Cintra*; segundo a qual, aos francezes, derrotados por toda a parte e encurralados, sem terem por onde fugir, se lhes concede sahirem de Portugal (no principio de setembro) *deixando-se-lhes levar tudo quanto nos tinham roubado*, que eram grande parte das riquezas de Portugal, no valor de muitos milhões de cruzados!

1808—15 de setembro. A bandeira das *Quinas* é arvorada nas fortalezas de Lisboa. (Que estaria a fazer ainda n'ellas, estes 15 dias, o ignobil *dindon?*)

1817—18 de outubro. O general Gomes Freire e mais 17 individuos, accusados de quererem revolucionar o exercito, são justiçados. Gomes Freire é enforcado, nos fossos da torre de S. *Julião da Barra*, depois de lhe cortarem as mãos. Dos outros (que todos morreram no *Campo de Sant'Anna*) 11 foram garrotados e os outros enforcados e depois queimados e as cinzas lançadas ao mar.

1820—15 de setembro. Revolução em Lisboa, dissolvendo a *Regencia* e organisando uma *Junta de Governo.*

1821—26 de janeiro. Abertura das côrtes. A 3 de julho entra no Tejo a esquadra que traz do Brasil a familia real portugueza (menos o sr. D. Pedro que lá ficou com a sua familia.)

A 15 de setembro, D. João VI e os infantes, vão ao *Rocio* lançar a 1.ª pedra para um *monumento constitucional.*

A 31 de dezembro. Creação do *Banco de Lisboa.*

1823—6 de junho. D. João VI entra *triumphante* em Lisboa, depois da *villafranqueida* (ou *guerra da poeira.*)

Então foi derribado o monumento do Rocio e despedaçadas as cadeiras dos deputados. (Alguns dos fidalgos que ajudaram estas *destruições*, fizeram-se depois acerrimos liberaes!)

A 24 de julho chega a Lisboa o fidelissimo e valoroso *conde de Amarante (Silveira)* com a divisão realista que estivera emigrada em Hespanha. É feito *marquez de Chaves.*

1826—10 de março. Morre *(officialmente)* D. João VI.

1828—22 de fevereiro. Desembarca em Lisboa o sr. infante D. Miguel (depois I.)

A 18 de março teve logar o horroroso assassinato dos lentes de Coimbra, no *Cartaxinho*, 6 kilometros ao S. de Condeixa. (V. de Cartaxinho.)

Estes lentes e conegos hiam, commissionados pela Universidade e pelo cabido de Coimbra, comprimentar o sr. D. Miguel, pelo seu feliz regresso á patria.

Foram 13 estudantes da Universidade que perpetraram este horrivel attentado. Alguns *tiraram os olhos em vida* aos infelizes lentes e todos praticaram n'elles as maiores e mais barbaras atrocidades.

Nove d'estes ignobeis canibaes foram logo presos (por um concurso de circumstancias que parecem milagrosas!) e a 20 de junho pagaram com as vidas seus crimes selvagens, sendo enforcados no *Caes da Tojo*, em Lisboa.

Ha fundamentos bons para suppôr que foram mandados praticar estes atrozes crimes pelas lojas maçonicas.

A 23 de junho, teve logar a abertura solemne dos *Tres Estados* do reino, e a 30, dão o sr. D. Miguel I como legitimo rei de Portugal.

A 7 de julho é a sessão real do juramento do rei, perante as côrtes geraes dos *Tres Estados.*

A 5 de agosto morre o grande botanico portuguez, *dr. Felix de Avellar Brotero.* Nascêra na villa do *Tojal*, a 25 de novembro de 1744. (Vide Tojal, villa.)

1830—7 de janeiro. Morte da rainha D. Carlota Joaquina.

A 7 de março, morre o portuguez verdadeiro, marquez de Chaves.

A 9 de junho é enforcado no *Caes do Tôjo*, o estudante de medicina, de Coimbra, Antonio Maria das Neves Carneiro, natural da Covilhan. Era um dos cumplices do monstruoso crime do *Cartaxinho.*

Vi-o morrer. Marchava para a forca muito ufano da sua façanha, e *impenitente.*

1831—8 de fevereiro. Tentativa de revolta contra o sr. D. Miguel I—Abortou.

A 21 de agosto, revolta-se o regimento de infanteria n.º 4, que, apesar de ser animado pelos francezes da esquadra de *Rossin*, que estava no Tejo, é debelado em 3 horas. O regimento foi requintado.

A 2 de outubro, morre o profundissimo escriptor publico, *José Agostinho de Macedo*, um dos maiores vultos (senão o maior) da litteratura portugueza, dos tempos modernos. (Vide Beja.)

1833—24 de julho. O general, *conde de Villa Flôr*, entra em Lisboa, á frente de 3:600 homens; porque o duque de Cadaval e o visconde do Peso da Regua (general Gaspar Teixeira) lhe abandonaram a cidade, tendo forças cinco vezes maiores.

Os invasores, soltam todos os presos que, juntos com elles, praticam toda a casta de barbaridades; implantando por algum tempo em Lisboa um systema do *terror.*

Em 5 de setembro, os realistas, commandados por *Bourmont*, atacam Lisboa, por *Palha Van* e pelo *Arco do Cégo*, empregando apenas a terça parte das suas forças... Foram repellidos.

Em 14 de setembro, tentam novo ataque —apenas com duas brigadas!...—pelo *Alto de S. João.* Foram outra vez repellidos.

Em 10 de outubro, os realistas, commandados por Macdonell, são atacados nos seus acampamentos, e retiram para Loures. Ahi se renova o ataque no dia 11, sem resultado... senão morrer muita gente.

1834—24 de maio. Entram em Lisboa 64 officiaes e 1:300 soldados, prisioneiros na batalha de Aceisseira, que tinha tido logar a 16.

Os liberaes, põem logo á *grilheta* a maior parte dos officiaes, que a sua qualidade de *prisioneiros de guerra* lhes devia tornar sagrados.

27 de maio—O ex-imperador do Brasil é atrozmente insultado no theatro de S. Carlos.

O sr. D. Pedro, fugiu do seu camarote e do theatro; mas, na rua, continuou o motim e os insultos; chegando os *libertados* ao excesso de atirarem com lama á cara do seu *libertador.* O que valeu a este foi ser cercado por uma forte escolta de cavallaria, que o protegeu.

Em 24 de setembro, morre o sr. D. Pedro, no palacio de *Queluz*, no mesmo quarto onde tinha nascido.

No 1.º de dezembro, casa a sr.ª D. Maria da Gloria, com o principe Augusto de Leuctemberg.

1835—25 de janeiro—Chega a Lisboa o tal principe Augusto e celebram-se as benções matrimoniaes; mas a sua morte, a 28 de março, deixou sua esposa viuva, ao 2.º mez de casada.

Tinha sido feito *marechal general* pelo governo portuguez.

1834—1.º de janeiro—A sr.ª D. Maria II celebra os seus novos desposorios com o sr. D. Fernando de Saxe Coburgo Go-

tha, que chega a Lisboa a 8 d'esse mez, e a 9 é ractificado o consorcio. O sr. D. Fernando é tambem nomeado *marechal general.*

9 e 10 setembro—Revolução feita pela guarda nacional de Lisboa.—É destruida a *Carta Constitucional*, e substituida pela constituição de 1822. A rainha é obrigada a hir jurar a *resuscitada* constituição aos paços do concelho.

A 4 de novembro, ha em Lisboa a *reacção* para restabelecer a carta.

Agostinho José Freire, ministro da guerra, que entra n'ella, é ignobilmente assassinado pelo povo (á *Pampulha*) e, ainda depois de morto, e quasi nú, é arrastado.

5 de novembro, A revolução, chamada de *Setembro*, triumpha e a rainha é outra vez obrigada a hir *ractificar* o juramento que tinha feito em setembro

A rainha tinha fugido para o palacio de Belem, e era para lá que hia o seu ministro, A. J. Freire, quando foi morto no caminho.

Estava então uma esquadrilha britannica em Lisboa, e os inglezes chegaram a desembarcar tropas em Belem, para auxiliarem a reacção; mas a attitude do povo de Lisboa, os intimidou, e tornaram a embarcar, sem nada fazerem.

A rainha soffreu muitos desgostos e humilhações, e alguns dos seus defensores foram mortos em Belem.

Em 18 de novembro, é creado o *Conservatorio das Artes e Officios.*

1837—julho. Villa Flor e Saldanha, pondo-se á frente de alguns corpos do exercito, querem restabelecer a *Carta*. O barão do Bomfim os bate, a 27 de agosto, no Chão da Feira, junto á Batalha, e os marechaes fogem para o norte.

16 de setembro—Nasce o virtuoso e infeliz principe D. Pedro, depois V.

A 18, o visconde das Antas destroça os *cartistas* em Ruivães (Traz-os-Montes) o que deu em resultado a *convenção de Chaves*, a 19, pela qual os *cartistas* depozeram as armas. Os dois marechaes e outros officiaes, sahiram do reino.

1838—9 de março. Revolução democratica, feita pelo batalhão do Arsenal, cujo resultado foi a ridiculamente celebre *convenção de Marcos Philippe* (botequineiro) negociada por Sá da Bandeira.

13 de março—A *guarda nacional* revolta-se contra a *primeira linha*, havendo fogo em alguns sitios e metralhada no Rocio, feita pela artilheria da guarda nacional, contra as tropas do barão de Bomfim, que então era do governo.

A 4 de abril, a rainha jura a Constituição de 1838.

Nova revolta no dia de *Corpus Christi.* Foi dissolvida a guarda nacional.

O governo da senhora D. Maria II, sentenceia á morte o *prisioneiro de guerra*, José Joaquim dos Reis *(Remechido)* que é fuzilado em Faro (Algarve) a 2 de agosto. (Vide Estombar).

31 de outubro—nasce o senhor D. Luiz I.

1840—11 de agosto. Motim em Lisboa, com o fim de apoiar o movimento revolucionario contra o ministerio, chegando a ir arrombar o arsenal, para tirarem armas; mas, sendo presos alguns cabeças de motim, aborta a revolução.

1842—Costa Cabral, ministro da justiça, havia restaurado a *Carta*, no Porto, a 27 de janeiro (onde tinha hido sob pretexto de visitar seu pae, enganando assim os seus collegas no ministerio). Foi pois proclamada a *Carta* em Lisboa a 7 de fevereiro, pelo regimento de infanteria n.º 12, e pelo resto da tropa, a 10.

1844—abril. Cavallaria 4, caçadores n.º 1 e infanteria n.º 12 e mais alguns soldados, commandados pelo conde do Bomfim, revoltam-se para destruir o ministerio, mas capitulam em Almeida a 28.

O sr. Antonio Bernardo da Costa Cabral, é feito *conde de Thomar!*

1846—abril. O povo portuguez, sobrecarregado de impostos, se revolta no Minho, acclamando o senhor D. Miguel I. A revolta em poucos dias se estende a todo o reino.

A 11 de maio, se revolta tambem o povo de Lisboa. Houve grandes tumultos e conflictos, entre a tropa e o povo. Morreram assassinados pela tropa bastantes individuos,

não só dos revoltados, mas até cidadãos pacificos que se recolhiam a suas casas.

A revolta progride e triumpha. Os setembristas põem-se á testa d'ella, e a encaminham para os seus fins.

O conde das Antas é mandado pelo novo governo apasiguar as provincias do norte, receiando pela dynastia e pelas instituições liberaes.

Os setembristas fazem grandes e bellas promessas ao povo, faltando depois a quasi todas.

6 para 7 de outubro—Reacção em Lisboa, a que se deu o nome de *emboscada*. Villa Flor e Saldanha se põem á frente da guarnição de Lisboa, que adhere á reacção. É demittido o ministerio chamado *popular*, e formado o ministerio *cabralista*. A senhora D. Maria II, proclama, e manda para o Porto, Villa Flor, como seu *logar-tenente*. No Porto já se sabia telegraphicamente da *emboscada*, e José da Silva Passos e outros, prendem Villa Flor e quasi todos que o acompanhavam, que são mettidos no castello da Foz, e depois transferidos para a *Relação*.

No Porto, forma-se a chamada—*Junta provisoria do supremo governo do reino, em nome da nação e da rainha.*—Antas é seu presidente.

Deixemos estas *peripecias*, de todos sabidas, e passemos ao que diz respeito a Lisboa especialmente.

1847—29 de abril—Revolução democratica em Lisboa, soltando os presos do Limoeiro. Esta revolta é suffocada.

4 de junho—Chegam a Lisboa, Antas e os prisioneiros feitos em 31 de maio, em frente do Porto, por navios inglezes, francezes e hespanhoes. Foram os inglezes que trouxeram os prisioneiros, que n'aquelle dia foram encerrados na torre de S. Julião da Barra, sendo os navios da junta entregues ao governo de Lisboa.

(Esta *entrega* da flôr das tropas da *Junta*, sem um só tiro, tem muito que se lhe diga...

1850—Costa Cabral e os seus collegas no ministerio, prohibem que os portuguezes façam subscripções para o sustento do senhor D. Miguel I. As muitas commissões de senhoras, creadas para este fim, são obrigadas a dissolver-se.

1851—7 de abril—Saldanha, a quem o seu amigo e protegido Costa Cabral, tinha reduzido á nullidade e tirado quasi todos os seus empregos, sahe n'este dia de Lisboa, para fazer a revolta chamada *regeneração!* Dirigiu-se a Mafra, para se lhe unir infanteria 7, mas só levou alguns soldados. Caçadores n.º 1, que estava em Setubal, e caçadores n.º 5, que estava em Leiria, se lhe juntaram. Não podendo reunir mais gente, e sabendo que o senhor D. Fernando Coburgo (feito commandante em chefe do exercito) tinha sahido de Lisboa em sua perseguição, tendo estabelecido o seu quartel general em Coimbra, abandona (Saldanha) os seus soldados na Beira, e foge para a Galliza.

24 de abril—O Porto revolta-se contra o governo cabralista, e o coronel Cardoso, que se quer oppôr, é morto pelos seus. Saldanha, sabendo isto na Galliza, corre a unir-se aos republicanos do Porto, até ahi seus inimigos naturaes!

O barão de Mesquita, levando comsigo os regimentos de *lanceiros da rainha, granadeiros da rainha*, infanteria 1 e uma companhia de infanteria 16, abandona o senhor D. Fernando Coburgo, e deserta para o Porto. O *general em chefe*, retira para Lisboa com o resto das suas tropas.

Saldanha entra no Porto a fazer leis para Lisboa, e obriga o governo da capital a mandar-lhe navios para conduzir a Lisboa, a elle e ás suas tropas.

13 de maio—Saldanha faz a sua entrada triumphal em Lisboa, desembarcando no *Terreiro do Paço*, e passa com as suas tropas *em continencia* em frente do palacio real, obrigando a senhora D. Maria II e seu marido a presencearem este acto de *submissão* ironica. O real par estava humilhadissimo, e n'essa noite soffreram desgostos no theatro de S. Carlos.

Saldanha fez-se dictador, *promulgando* grande numero de leis.

Cabral foge, segunda vez, de Lisboa para o estrangeiro, sob a maldição de quasi todo o povo portuguez, que o detestava por sua am-

bição e tyrannia. Foram precisas duas revoluções sanguinolentas, para que a senhora D. Maria II demittisse este ministro.

1852—5 de julho—Publicação do célebre *acto addicional á carta constitucional.*—A 8, a rainha e a côrte, vão ao *Rocio* lançar a primeira pedra ao segundo monumento, que teve a sorte do primeiro.

1853—7 de maio—Inauguração dos *caminhos de ferro portuguezes.*

15 de novembro—Morre de parto a senhora D. Maria II.

1855—O *cholera* devasta Lisboa e grande parte do reino, continuou em 1856.

1857—A *febre amarella* mata mais de 8:000 pessoas em Lisboa, fazendo innumeraveis victimas em todo o reino.

O senhor D. Pedro V, então rei, visita os hospitaes e enfermarias *ad hoc.* Muitas senhoras da alta nobreza se arvoram em *irmans da caridade,* com a maior abnegação. Muitos cavalheiros se quotisaram para sustentar as *casas de saude.* Quasi nenhum medico e cirurgião acceitava dinheiro pelas suas visitas, e muitos boticarios deram remedios gratuitamente.

Todo o mundo mostrou uma caridade evangelica, uma abnegação exemplarissima.

Foi em 1857 que o caracter angelico do senhor D. Pedro V se patenteou com toda a evidencia, e mostrou ao mundo o formosissimo quadro de um anjo, que, esquecendo-se de que é mortal, e lembrando-se sómente que é rei e pae, apparece em toda a parte; visita os focos do flagello; pede aos doentes, com a mais commovente affabilidade, que tomem os remedios que elle mesmo lhes ministra.

É mais do que um rei solicito e virtuoso; é mais do que um desvelado pae; é uma mãe carinhosa, que os doentes têem á cabeceira do seu leito de dôr.

É assim que eu entendo o papel de um rei.

1858—19 de maio—O rei casa com a senhora D. Estephania, princeza de Sigmarigen, modelo de todas as virtudes.

1859—17 de julho—A rainha morre de uma angina, ou crup, deixando o rei e todos os portuguezes, que adoravam esta santa princeza, immersos em dôr profunda. Jaz em S. Vicente de Fóra.

1860—17 de julho—O senhor D. Pedro V, para commemorar a morte de sua esposa, funda o hospital Estephania, que está ainda em construcção.

30 de julho—Publica-se a primeira lei sobre a abolição dos vinculos.

1861—11 de março—Principia a construcção do observatorio astronomico, na Tapada d'Alcantara, denominado do *Infante D. Luiz.*

4 de abril—Publicação da lei de *desamortisação* dos bens das freiras.

14 de outubro—Apparece doente o senhor infante D. Augusto e logo depois, seu irmão o senhor D. Fernando.—A 20 adoece o rei.—O senhor D. Fernando morre a 6 de novembro, e o rei a 11.

O senhor D. Pedro V, morreu tambem victima da *febre paludosa.* É certo que elle morreu de uma doença physica; mas não concorreu talvez pouco, uma doença moral incuravel. Não só a sua isolação do mundo, separado do anjo que tanto amára, como os desgostos incomportaveis que lhes causaram os *seus,* com a publicação de ignobeis caricaturas, de folhetos anonymos da *associação patriotica,* ameaçando-o com a sorte de Carlos I, de Luiz XVI, e de outros soberanos que as turbas anarchico-democraticas tinham arrastado ao cadafalso, e outras infamias, o tinham de tal sorte desanimado, que a morte foi para elle um beneficio da Providencia. O seu funeral foi a 16. Jaz em S. Vicente de Fóra.

A morte d'este santo mancebo foi geralmente chorada em todo o reino.

Não houve só o luto official, os corações de todos os portuguezes foram sinceramente abalados com esta perda irreparavel—nem os seus inimigos naturaes (os legitimistas) encobriram o seu profundo e sincero pesar pela morte d'este portuguez leal, modesto, honrado e virtuosissimo, que, qual meteóro, nasceu, brilhou e sumiu-se.

Os artigos necrologicos das folhas realistas eram mais sinceros, mais repassados de sentimento do que os dos liberaes.

11 de novembro—Tumultos em Lisboa,

porque o povo julga que o rei e o infante tinham morrido envenenados.

Os senhores infantes D. Luiz (hoje 1.º) e D. João, andavam a viajar no estrangeiro.

A 14 de novembro desembarcam em Belem.

A 9 de dezembro apparece tambem doente de *febre paludosa* o senhor infante D. João *(que não estivera em Villa Viçosa....)*

A 25 appareceu tambem incommodado o sr. D. Luiz. Retira-se para o paço de Caxias, onde logo se restabeleceu.

25 e 26 de dezembro a denominada *associação Patriotica* (uma especie de *club da Montanha* estabelecida no *Bêcco do Rézende*, (ou Poço do Borratem) promove tumultos em Lisboa, obrigando o governo a empregar força armada, para couter os desordeiros.

27 de dezembro morre o sr. Infante D. João.

1862—19 de maio—publicação da segunda lei sobre vinculos, aniquilando esta instituição monstruosa e anachronica.

6 de outubro, casa o sr. D. Luiz I com a snr.ª D. Maria Pia de Saboya.

1863 — O governo auctorisa a fundação da *companhia do credito prèdial portuguez.*

1864—7 de junho, abre-se á viação publica, o caminho de ferro do norte, de Lisboa ao Porto.

1869 — O sr. D. Fernando Coburgo, casa com M.lle Hensler, que foi por seu cunhado feita, depois, condessa d'Edla.

Esta senhora tinha vindo para Portugal (Porto) em 1859, como prima-dona da companhia que nesse inverno cantou (em outubro, a primeira recita) no theatro de S. João

Estreou-se com *il Saltimbanco*, de Paccini. Era tenor, Neri; baixo, Llorens; baritono Vaucusi; prima-dona comprimaria, Spech; regente Reparaz; empresario, Lanovilla.

1870 — 17 de abril (domingo de Paschoa) Grande cyclone, no Tejo e em Lisboa. Principiou ás 9 horas da noute, soprando o vento com tal força, que abriu portas, levou telhados, arrancou arvores e a gente deitava-se no chão, para não hir pelos ares. Perderam-se 60 fragatas, 30 varinos, 80 barcos pequenos, escangalhou-se um hiate e garraram alguns navios. Ouvia-se bramir o Tejo horrivelmente. N'este seculo, não ha exemplo de egual tempestade.

19 de maio. Na madrugada d'este dia, o duque de Saldanha á frente de caçadores n.º 5 e infanteria 7, proclama a queda do ministerio. Só a guarda municipal, alguma artilheria e um esquadrão de lanceiros, deixam d'aherir ao *movimento.*

O duque se dirige com a força de seu commando, ao palacio da Ajuda, onde estava uma bateria d'artilheria 3; mas os artilheiros se rendem logo; ficando apenas mortas umas 4 ou 5 praças de pret e egual numero de feridos. Varias balas de caçadores 5, esmigalharam as vidraças e furaram os estuques do paço real.

O rei tinha recolhido á meia noute, do theatro, e levanta-se ás duas horas ao estrondo dos tiros. Diz-se que uma bala silvou muito perto da sua cabeça.

O ministerio quer conservar-se a todo o trance, ainda que o sangue portuguez corra a jorros. O ministro da guerra (Lobo d'Avila) dá ordens sobre ordens, e contra ordens, de minuto em minuto.

Os outros ministros não sabem o que hão de fazer em tal conjunctura.

O rei está aterrado; não quer guerra, não quer sangue, está por tudo que quer o marechal. Manda chamar o duque de Loulé para se lavrar o decreto da demissão do ministerio; porem elle se recusa a referendar tal decreto e diz ao rei que o governo tem força sufficiente para debelar os revoltosos, que vão immediatamente ser aniquilados; mas vendo que o sr. D. Luiz se obstinava em dimittir o ministerio, diz-lhe que não quer saber de nada, e vae juntar-se aos seus collegas do ministerio, para envidarem todos os meios de aniquilar a revolta.

O visconde de S. Thiago, commandante da 1.ª divisão militar, que se tinha conservado no seu pôsto, marcha com a força que se havia conservado fiel ao governo, em direcção do palacio da Ajuda; mas, chegando á *Tapada*, encontra uma ordenança com ordem do rei, para retrogradar.

Finalmente o sr. D. Luiz assigna o decreto da demissão do ministerio e o duque de Saldanha fica senhor da *situação* e dictador.

Chamou-se a isto, o *governo dos 100 dias*, por durar exactamente este periodo; pois a 29 d'agosto, o rei demitte o ministerio, e a nova *situação* muda a face das cousas, anullando os decretos da dictadura.

O novo ministerio é assim constituido:— Sá da Bandeira, presidente, ministro da guerra e interinamente da marinha — reino e instrucção publica, o bispo de Viseu — fazenda, estrangeiros e justiça, marquez d'Avila e Bolama — obras publicas, Carlos Bento da Silva.

Apenas se publicou o decreto da demissão do ministerio dos *cem dias* e da nomeação do novo, as inscripções que estavam a 28, subiram a 32.

N'este mesmo anno de 1870, o 19.º concilio romano, convocado por o papa Pio IX, decreta a infalibilidade dos ponticifices romanos. De 601 e ecclesiasticos presentes, 88 votaram *non placet*—e 62—*juxta modum*— 451 — approvaram plena e incondicionalmente.

1872— fevereiro, grande temporal em Lisboa, que destruiu alguns navios e grande numero de barcos e lanchas, causando alguns centenares de contos de réis de prejuizo, e deixando muitos pobres barqueiros a pedir esmola.

Grandes enchentes em Lisboa, Porto, Coimbra, Leiria, Constancia, Gollegan, Ribeira de Santarem, Ponte de Lima e outras terras; causando tambem grandes prejuizos.

Mais de dois mezes de chuva quasi sem interrupção, alagam todo o reino, sobre tudo, as vastas planicies do Riba-Tejo, o Campo de Coimbra e outros muitos valles, causando enormes prejuizos aos lavradores.

O mar, furioso ha mais de quatro mezes, não deixava os pescadores empregar-se no seu mister, pelo que, á falta de peixe em todo o reino, accresce a miseria dos pescadores, que aos bandos se vêem mendigar por toda a parte.

Julho —tentativa da célebre revolta denominada — *a pavorosa* — O governo, prevenido a tempo, faz abortar os planos dos *conspiradores*. O povo de Lisboa apenas sabe pelos jornaes da existencia de semelhante conjuração.

1873 — 26 de janeiro — morre no palacio das *Janellas-Verdes*, a virtuosa princeza D. Amelia Augusta Eugenia Napoleão, filha d'Eugenio, e Augusta Amelia, principes de Leuctemberg, e viuva do duque de Bragança. Tinha nascido a 31 de julho de 1812.

2 de julho — inanguração do *caminho de ferro pelo systema Larmanjat* (tramway a vapor) de Lisboa a Cintra, e no dia 5 se abriu a linha á circulação publica.

Já que fallamos em Larmanjat, não me parece mal cabido dizer alguma cousa d'este célebre industrial.

J. Larmanjat, nasceu em Huriel (França) em 4 de março de 1826. Applicou-se desde a edade de 14 annos, ao estudo da mechanica, e, depois de praticar nos principaes estabelecimentos industriaes francezes, frequentou o curso de mechanica e physica no conservatorio das artes e officios.

Muitas são as descobertas e aperfeiçoamentos effectuados por Larmanjat. Foi o inventor dos caminhos de ferro do seu nome ou do systema mixto, sendo o primeiro ensaio, feito em um trajecto de estrada, desde *Raincy* até *Montfermeil*. A esta experiencia assistiu o duque de Saldanha, que trouxe para Portugal este melhoramento, obtendo do governo o exclusivo da abertura destes caminhos, em varios pontos.

A estação é ás *Portas do Régo*. — Ha nove estações, de Lisboa a Cintra.— são:

1.ª — Sete Rios.
2.ª — Bemfica.
3.ª — Porcalhota.
4.ª — Ponte de Carenque.
5.ª — Quéluz.
6.ª — Cacem.
7.ª — Rio de Mouro.
8.ª — Ranholas.
9.ª — Cintra.

NB. Não entra n'esta numeração a estação principal.

5 de setembro — é inaugurado em Lisboa, o *caminho de ferro americano*, desde o Caes dos Soldados até ao fim do Atterro. Hoje (agosto de 1874) já chega até á ponte de Algés.

6 de setembro— abre-se á circulação publica o caminho de ferro Larmanjat (tram-

way a vapor) de Lisboa a Torres Vedras.

Tem principio ás *Portas do Rego*, em Lisboa.

Não contando a estação principal, como tenho feito nos caminhos de ferro do Norte e Leste, e do Sul e Sueste, vem a ser a ordem numerica das *estações*, a seguinte. (Todas ao NO. de Lisboa.)

1.ª — Campo Pequeno, a dois kilometros de Lisboa.
2.ª — Campo Grande, a 4.
3.ª — Lumiar, a 6.
4.ª — Nova-Cintra, á 8.
5.ª — Santo Adrião, a 10.
6.ª — Loures, a 14.
7.ª — Pinheiro de Loures, a 18.
8.ª — Louza, a 22.
9.ª — Venda do Pinheiro, a29.
10.ª — Malveira, a 30.
11.ª — Villa Franca do Rosario, a 37.
12.ª — Barras, a 40.
13.ª — Freixofeira, a 44.
14.ª — Turcifal, a 45.
15.ª — Torres Vedras, a 54.

—

Paços Reaes

D. Affonso Henriques teve (como seus paes) a sua primeira côrte em Guimarães. Mudou-a, depois de rei, para Coimbra, onde a conservou em todo o seu longo e glorioso reinado. Depois da tomada de Lisboa, quando vinha a esta cidade, habitava em umas casas contiguas á Sé. (Parece que eram no sitio onde depois se construiram os paços episcopaes, que estavam contiguos á cathedral, e dos quaes ainda existem vestigios no *Pateo da Sé*, e ainda se conserva a porta da sua entrada principal. Este edificio ficou desmantellado pelo terramoto de 1755, e principiando a sua reedificação, poucos annos depois, poucas obras se fizeram (só de paredes) e assim ficaram.

—

Foi D. Affonso III o primeiro rei portuguez que estabeleceu côrte em Lisboa, edificando para sua residencia o

Palacio de S. Bartholomeu

Estava contiguo á muralha do castello de S. Jorge, mas fóra d'ella, para E. Estava tambem proximo da egreja parochial de S. Bartholomeu, com a qual communicava por um passadiço. É por isso que se chamava *paço de S. Bartholomeu.*

D'este paço, onde morreu o fundador e nasceu seu filho, o rei D. Diniz, não existe o minimo vestigio, pois foi (bem como a egreja de S. Bartholomeu) completamente arrasado pelo terramoto de 1755. Na reconstrucção de Lisboa, pelo marquez de Pombal, se transformou em um largo o que era paço, e em uma fileira de casas o que foi egreja.

Este palacio tinha sido doado por D. Diniz a seu neto D. João Affonso, filho de seu filho bastardo, D. Affonso Sanches, passando desde então a ser propriedade particular. D. Diniz residíra aqui até que mandou construir o

Palacio das Alcáçovas

Foi fundado no principio do seculo XIV. Logo que se concluiram as obras, veio para elle residir o rei, quando vinha a Lisboa: seu filho, depois D. Affonso IV, e seu neto, depois D. Pedro I, pois que a côrte então, e ainda nos sete reinados seguintes, não tinha permanencia em uma povoação, e se estabelecia, ora em Coimbra, ora em Leiria, Evora, Santarem, Almeirim, Setubal, Torres Vedras, Lisboa, etc.

Estes paços eram mesmo dentro do castello, junto da cidadella. Foram habitação dos nossos reis, até ao tempo de D. Manuel. Depois foi dado para residencia dos alcaides-móres de Lisboa.

Pouco resta d'este edificio, que foi quasi totalmente destruido pelo terramoto de 1755.

A proximidade d'este paço ao de S. Bartholomeu, tem dado causa a muitos escriptores confundirem um com outro.

Palacio da Moéda Nova (Limoeiro)

Pouco mais acima das casas em que fallei no principio da secção *(paços reaes)* e que serviram de residencia dos nossos primeiros reis, quando vinham a Lisboa (no local hoje

chamado *Pateo da Sé)* era o *palacio da Moéda*. Não pude saber quando nem por quem foram edificados; e qual a sua primeira applicação, e porque razão vieram a ser da corôa.

D. Fernando I habitava, ora nos paços da Alcáçova, ora n'estes, onde falleceu, em 22 de outubro de 1383, com 38 annos de edade.

Foi tambem n'este paço, que o mestre de Aviz, depois D. João I, assassinou com uma punhalada (6 de dezembro de 1383) o gallego, João Fernandes Andeiro, que D. Fernando, por influencia de sua mulher, tinha feito *conde d'Ourem*.

Depois, no reinado de D. João I, habitaram aqui seus filhos, e por isso se vieram a chamar *Paços dos Infantes*, e tambem se lhes dava o nome de *Paços de S. Martinho*.

No reinado de D. Manuel, foram estes paços transformados em *Casa da Supplicação* e cadeia civil.

Arruinados pelo terramoto de 1755, foram reedificados pelo marquez de Pombal, dando-lhe um plano adaptado para a cadeia principal da côrte. Ainda se vê um cunhal e uma hombreira de janella, que foram da primittiva construcção.

Paços da Ribeira

Querendo D. Manuel uma residencia condigna ás prosperidades e grandezas do seu reinado, mandou fazer a grande praça do *Terreiro do Paço*, em terreno roubado ao Tejo, e aqui mandou construir os *paços da Ribeira*, que deram o nome ao vasto terreiro, hoje officialmente denominado *Praça do Commercio*; mas vulgarmente, ainda *Terreiro do Paço*.

Aqui veio habitar e aqui falleceu, em 13 de dezembro de 1521, com 52 annos de edade.

No seu tempo, occupavam estes paços, parte do lado do norte da praça, onde hoje são os palacios da secretaria da justiça e do reino. Posteriormente lhe accrescentaram um lanço, que guarnecia o lado occidental da praça e corria sobre os armazens da *casa da India*, edificados tambem por D. Manuel. Era um edificio sumptuosissimo.

Philippe II de Castella, tendo usurpado a corôa portugueza, construiu um torreão, que deitava sobre o Tejo, pouco mais ou menos, onde hoje se vê o torreão proximo ao caes dos vapores do caminho de ferro do sul e sueste, feito á similhança do antigo.

D. João V augmentou muito estes paços; mas o terramoto de 1755 e o incendio que se lhe seguiu, arrasaram tudo.

D'estes paços, residencia ordinaria dos nossos reis, desde D. Manuel até D. José I, apenas resta um portal, no edificio do arsenal da marinha, para o lado do rio, onde chamam as *Gallés*.

Paços de Santos o Velho

Junto á egreja de *Santos o Velho*, houve uns paços reaes, onde residiram, por vezes, e como em casa de campo, os reis D. João II, D. Manuel e D. Sebastião.

Parece que eram o proprio convento de Santos, e que foram fundados por D. Sancho I, para os cavalleiros de S. Thiago, e depois, dado por D. Affonso III, ás commendadeiras da mesma ordem, quando transferiu os cavalleiros para Alcacer do Sal.

Edificando D. João II, o convento de Santos o Novo, mudou para elle as commendadeiras, e destinou o edificio de Santos o Velho, para paços reaes. Isto porém não passa de fundamentada conjectura.

O que é certo, é que, só depois da morte de D. Sebastião, as commendadeiras pediram e obtiveram licença de vender o mosteiro de Santos o Velho, que foi comprado por D. Luiz de Lencastre, que fez d'elle um palacio para sua residencia. Hoje é dos marquezes de Abrantes, que no seculo XVIII principiaram a reedifical-o; mas deixando-o por concluir.

Paços de Santo Eloy

No reinado de D. Manuel, sua irman, a rainha D. Leonor, viuva de D. João II, mandou construir dois palacios, um assim que enviuvou, e para o qual foi logo morar, e outro passados alguns annos. O primeiro era situado proximo do convento de Santo

Eloy, tendo passadiço para a egreja, onde tinha uma tribuna reservada. Parece que existiu no sitio onde hoje está um palacete, sobre o *Arco das Damas* e rua do mesmo nome. A frente é para o *Largo do Contador*.

O segundo palacio mandado edificar por esta senhora, foi o

Paço d'Enxobregas

Estava contiguo ao convento da *Madre de Deus*. N'elles viveu D. Leonor os seus ultimos annos e alli falleceu. Depois residiram aqui, por varias vezes, D. João III e sua mulher, a rainha D. Catharina, e seu neto, D. Sebastião I.

D. João IV, a pedido de sua mulher, D. Luiza de Gusmão, doou este palacio á condessa de Unhão, camareira-mór da rainha. Extinguindo-se o ramo primogenito da casa de Unhão, passou esta para os marquezes de Niza, que, entrando na sua posse, no seculo XVIII, reconstruiram completamente estes paços.

A falta de reparos e o abandono, concorreram para que este sumptuoso palacio se arruinasse e o attêrro do caminho de ferro do norte e leste lhe tirou grande parte da vista para o Tejo, e o collocou em uma rua baixa, que muito o desfeiou. O ultimo marquez de Niza, o vendeu a um particular que o vendeu ao governo para n'elle se fundar o asylo denominado de *Maria Pia*, e lá está este estabelecimento de caridade, contendo uns 600 asylados.

Palacio de Corte Real

Na menoridade de D. Affonso VI, tratando a rainha D. Luiza de Gusmão de pôr casa á seu filho, o infante D. Pedro (depois segnndo do nome) o estabeleceu n'este paço, que tinha sido fundado pelo tristemente celebre D. Christovão de Moura, (que por ser traidor á patria, bandeando-se com os castelhanos, e sendo implacavel perseguidor dos portuguezes leaes, o fez Philippe II, conde de Castello Rodrigo, em 1590, e seu filho, Philippe III o fez marquez do mesmo titulo. Vide vol. 2.º, pag. 186, col. 2.ª)

D. João IV fez sequestrar, para a corôa, todos os bens que tinham sido de Moura, em 1640.

N'este palacio, que tirava o seu nome da familia a que pertencêra, fez a sua habitual residencia o dito infante D. Pedro, durante a sua regencia e ainda depois de rei.

Estava situado junto do Tejo, com um passadiço para os paços da Ribeira, e occupava o local em que agora estão as officinas do arsenal da marinha e parte do Largo do Corpo Santo. Continha 185 salas e quartos.

Ardeu todo, em 17 de julho de 1750 e d'ahi a 5 annos, o terramoto o arrasou completamente.

Paço dos Estáos

O infante D. Pedro, quando regente do reino, na menoridade de seu sobrinho e depois genro, D. Affonso V (vide *Alfarrobeira*) para evitar o grande incommodo das aposentadorias ao grande numero de fidalgos que acompanhavam a côrte, e os vexames que por muitas vezes se causavam aos particulares que tinham de dar *acolheita* a esses fidalgos e aos embaixadores estrangeiros, resolveu edificar, expressamente para esse fim, uma casa condigna, em Lisboa. Escolheu como ponto mais central, o Rocio, e a obra d'este palacio principiou em 1449, denominando-se *Paço dos Estáos*. (Para a etymologia da palavra estáos, vide pag. 68 do 3.º volume).

Este vasto edificio era destinado para residencia dos embaixadores estrangeiros, e dos fidalgos portuguezes, que, tendo serviço obrigatorio na casa do rei, não tivessem em Lisboa domicilio proprio, nem quarto nos paços reaes.

O alvará (de 13 de outubro de 1449) que manda proceder á construcção d'este palacio, é assim redigido:

Nós El-Rei fazemos saber a bós Vereadores, Procurador e homens bons da nossa mui nobre e mui leal cidade de Lisboa, que nas Cortes d'essa Cidade, foi accordado, como sabees, que nos bairros dos Senhores, á cêrca dos paaços que em essa Cidade tivessem, fos-

sem feitos Estáos, em que os seus podessem pousar por seus dinheiros, e porque o Conde de Ourem, mei primo hi tem seus paaços, como sabees, porem vos mandâmos que logo mandees fazer os ditos estáos, no dito seu bairro, o mais á cêrca dos seus paaços que bem poderdes, em tal guiza que os seus, abastadamente em elles possam pousar, etc.

A praça do Rocío tinha então a situação e grandeza da actual: era porém muito irregular, não só em relação aos edificios que a cercavam, como relativamente á sua área, que em uns pontos era mais estreita e n'outros mais larga.

O lado do norte era occupado com os paços dos Estáos e os do conde de Ourem, D. Affonso de Mello (que foi feito marquez de Vallença em 11 de outubro de 1451) e que falfeceu solteiro, em vida de seu pae, D. Affonso, 1.º duque de Bragança, deixando um filho bastardo que foi progenitor dos marquezes de Vallença e dos condes de Vimioso. O 1.º conde de Vimioso (foi D. Francisco de Faro, feito por Philippe III, em 1614.)

O paço dos Estáos era do lado do O. (onde hoje é o *Largo do Camões*) e o do conde de Ourem, da parte da egreja de S. Domingos, a E.—Estavam separados por uma rua, que torcendo por detraz do do conde, hia ter ás *Portas de Santo Antão.*

Estes dois palacios não estavam na mesma linha. O do conde ficava muito recolhido; e o dos Estáos tanto para a frente, que as duas fachadas que tinha (uma para o S. outra para E.) cahiam ambas sobre a praça do Rocío.

Este edificio, sendo de singela architictura, era muito regular. A fachada do sul, compunha-se de um corpo central, flanqueado por dois pavilhões mais altos, e resaltantes, O corpo central constava de um andar nobre e outro terreo, com um grande portal no meio. Toda a fachada tinha 17 janellas, 9 no corpo do centro e 4 em cada pavilhão, sendo 2 em cada andar, porque os pavilhões tinham dois andares. As 9 do centrs eram 5 no andar nobre e duas de cada lado do portal da entrada.

A frenze de E. differia da do S., em ter menos janellas e em o corpo do centro se elevar a toda a altura dos dois pavilhões lateraes.

A parte do O. deitava para um bêcco, e pelo N. confinava com a muralha da cidade feita por D. Fernando I.

A primeira vez que serviu este palacio foi por occasião das nupcias de D. Leonor, filha do rei D. Duarte e irman de D. Affonso V, com Frederico III, imperador da Allemanha. (Vide adiante, onde trato dos paços de S. Christovão.)

Recebeu então os dois embaixadores do noivo imperial, que eram *Nicolau Lankman de Valckenstein*, e *Jacob Motz*, que estiveram aqui hospedados, nos mezes de agosto, setembro e parte de outubro de 1451.

Em todo este reinado e nos dois seguintes (de D. João II e D. Manuel) continuou o paço dos Estáos a servir de hospedagem aos embaixadores estrangeiros e a fidalgos da côrte.

D. João III, deixando os seus paços da Ribeira, veio aqui residir por algumas vezes; uma d'ellas foi por occasião do casamento de sua filha, a infanta D. Maria, com o principe D. Philippe, filho do imperador Carlos V, e seu successor no throno castelhano, sob o nome de Philippe II.

> Este casamento, que foi a causa da nossa escravidão de 60 annos, foi celebrado, por procuração, nos paços de Almeirim, em 1543. D'alli foi a familia Real para Cintra, onde esteve alguns dias, vindo de lá para o paço dos Estáos, d'onde a infanta D. Maria partiu para Castella.

Introduzido em Portugal o tribunal da *Inquisição*, ou *Santo Officio*, de sempre triste memoria, lhe deu D. João III, para sua séde, o paço dos Estáos, por ficar perto do mosteiro de S. Domingos, cujos religiosos eram os principaes directores e empregados d'aquelle terrivel tribunal.

> A *Inquisição* foi introduzida em Portugal, em 1531. Foi suspensa do seu barbaro exercicio, pelo pontifice Paulo III (por ter sido instituida com bullas falsas) em 1534, e

em 1536, o mesmo papa os reinstituiu, a instancias de D. João III! —O primeiro *auto de fé*, teve logar em 1540.

Todos os historiadores dizem que a Inquisição se instalou logo, no paço dos Estáos, o que não é facil de acreditar; porque não é provavel que D. João III e a sua familia, e casa, e depois d'elles, os embaixadores allemães, residissem no mesmo edificio onde funccionava um tribunal que, além do seu numeroso pessoal, occupava grande quantidade de casas, com as prisões de suas victimas; e custa a acreditar que a familia real—tendo outros paços seus desoccupados, em Lisboa — quizesse habitar em uma residencia onde forçosamente ouviriam por muitas vezes os gritos dos infelizes que se extorciam nos horriveis tormentos que lhes infligiam os barbaros inquisidores e seus truculentos ministros e executores.

O terramoto de 1755 arrasou completamente este edificio, bem como os outros que orlavam a praça do Rocio.

Na reedificação da cidade, deu-se nova fórma a esta praça, e o novo palacio da Inquisição estendeu-se para E., occupando todo o lado do N. da praça.

Este novo palacio, que teve por architecto *Carlos Mardel*, constava de tres corpos —o principal, tomava o fundo da praça, onde hoje é o *theatro normal*—o 2.º, era mais recolhido e correspendi á Rua do Ouro—o 3.º, resaltava d'este, até alinhar com o 1.º, deitando uma frente para a Rua do Principe. No terreno occupado por estes dois corpos (2.º e 3.º) vê-se hoje o Largo de Camões e os predios que o guarnecem para a lado do N.

Na reconstrucção do palacio, fez-se-lhe um jardim, com seu lago e estatuas de marmore. Este jardim estendia-se pela rua do Principe até á rua hoje chamada do Jardim do Regedor. As estatuas do jardim da Inquisição, vêem-se hoje decorando interiormente o reservatorio das Amoreiras.

D. José I (ou mais propriamente o marquez de Pombal) aboliu os barbaros supplicios e torturas da Inquisição, e ordenou varias disposições que pozeram freio ás suas perseguições; abolindo tambem então a odiosa distincção entre *christãos novos* e *christãos velhos*. Os *christãos novos* (judeus convertidos ao christianismo=quasi todos havia umas poucas de gerações) formavam sempre o maior numero nos *autos de fé*.

Desde então o *Santo Officio* quasi apenas existia de direito; pois que, tirados aos inquisidores o *direito* dos castigos corporaes e dos sequestros para a Inquisição, pouca auctoridade lhe restava.

A constituição de 1820, acabou para sempre com este odioso tribunal.

O povo invadiu então esta casa, e destruiu muitos dos instrumentos de tortura em que os ossos e os membros de tantos infelizes haviam sido triturados; mas poucos presos já existiam nos seus medonhos subterraneos.

A revolução de 1820, teve principio na praça do Rocio, e a regencia do reino fez por muitas vezes as suas sessões n'este palacio, que se *chrismou* então tomando o nome de *paços da regencia*.

O decreto que lhe deu esta applicação é de 15 de setembro de 1820. Tambem alli se accommodaram varias repartições publicas, dependentes da regencia.

Em 1826, foi o palacio da camara dos pares.

Em 1833 foi aqui estabelecido o *Thesouro publico nacional* (vulgo, *Erário*) com suas diversas e competentes repartições; a secretaria da fazenda; a commissão do credito publico e a repartição do papel sellado.

Teve estas applicações até ao dia 14 de julho de 1836, em que um pavoroso incendio (com fundadas suspeitas de fogo posto) reduziu tudo a um montão de ruinas, e prejudicou a nação em muitos milhões de cruzados, com e desapparecimento de valiosissimos papeis do thesouro publico.

Assim estiveram estas ruinas pejando a praça, até que, em 1837, a camara de Lisboa pediu isto ao governo, para aqui estabelecer o palacio do senado. O governo lhe vendeu os restos do edificio.

Os dois corpos do O. foram demolidos, para se transformarem no actual largo de Camões. Em 1840 estavam demolidos estes

dois corpos, e grande parte do principal existindo pouco mais do que a fachada do S., que olhava para o Rocio.

Fez-se o risco e orçamento para os novos paços da camara; mas mudando os vereadores de accordo, desistiram de uma construcção dispendiosissima (em vista da sumptuosidade projectada.)

O velho theatro dos Condes (construido nos pardieiros, restos do rico palacio dos condes da Ericeira—vide Ericeira) conservava, com vergonha da capital, as honras de theatro normal, ou primeiro theatro de declamação, de Lisboa; pelo que já de annos se tentava construir um theatro nas devidas condições e que nos não envergonhasse para com os estrangeiros que affluissem a Lisboa.

Desde 1836, que o sr. Joaquim Larcher, sendo administrador geral (governador civil) do districto de Lisboa, tinha tomado a iniciativa da construcção do projectado theatro. Fizeram-se os riscos e procurou-se um logar apropriado; porém a revolta de 9 e 10 de setembro d'esse anno, feita pela guarda nacional, que destruiu a carta e proclamou a constituição de 1822, fez esquecer as tentativas para a fundação do theatro, por algum tempo.

O novo governo, por portaria de 28 de setembro de 1837, commetteu este negocio ao nosso bem conhecido escriptor, João Batista da Silva Leitão de Almeida Garrett (depois viscond de Almeida Garrett) entregando-lhe todos os papeis que lhe diziam respeito.

O illustre poeta, comprehendendo que não bastava para honra de Portugal, a fundação de um theatro, ficando a arte dramatica no *statu-quo*, cuidou da simultanea creação material e moral; por isso, offerecendo um projecto para o theatro, propôz a instituição do conservatorio real de Lisboa e da inspecção geral dos theatros. A sua primeira tentativa, falhou, como a do sr. Larcher; mas não assim a segunda, que se realisou, restaurando-se assim a arte e litteratura dramatica.

Depois decidiu-se finalmente que se construisse um theatro modesto, no palacio queimado, e o architecto Chiari, fez a planta e orçamento da obra, cuja despeza andava por 24 contos de réis; mas ainda d'esta vez não fizeram nada, em razão das turbulencias politicas da época.

Passado pouco tempo, se nomeou uma commissão, para promover a organisação de uma companhia, para a construcção do theatro; chegando a subscripção dos accionistas a 30:700$000 réis, e decidiu-se edificar o theatro na cêrca do mosteiro de S. Francisco, hoje occupado por grandes predios particulares.

Taes foram porém as contrariedades e obstaculos, que, nem se chegou a organisar a companhia, nem se deu principio ás obras.

Em 1839, o fallecido conde do Farrobo se offereceu a construir o theatro á sua custa, mediante certas condições; mas nem assim se levou a effeito a construcção.

O mais que succedeu, pertence á secção dos theatros de Lisboa, e é mais proprio ir no theatro de D. Maria, para onde remetto o leitor.

Paços da moeda velha, ou da pedreira

Edificio antiquissimo, do qual já antes do terramoto não havia vestigios. Parece que era de construcção arabe, que D. Diniz reconstruiu, ou, o que parece mais provavel, arrasou para n'elle construir os paços da universidade.

Estava edificado no sitio primittivamente chamado *Pedreira*, no logar onde D. Fernando depois mandou construir as *portas da Cruz*, e onde agora é a Calçada da Fundição e o muro pertencente ás officinas do arsenal real do exercito. Este palacio era da corôa, e D. Diniz n'elle estabeleceu a universidade, em 1290, [1] e alli esteve até 1308, em cujo anno se mudou para Coimbra.

Tornou a ser mudada para aqui por D. Affonso IV, em 1338.

Estava então servindo de casa da moeda. Chamava-se por isso, *paço da moeda ve-*

[1] Foi a primeira que houve em Portugal, e tambem a primeira que se creou na Peninsula, por bulla pontificia, e em edificio expressamente construido para isso.

lha—para o distinguir do da *moeda nova*, que era a actual cadeia do Limoeiro. Aqui esteve a universidade até 1354, em que tornou a hir para Coimbra.

D. Fernando tornou a mudar para aqui a universidade, em 1377, e n'estes paços se conservou muitos annos.

Arruinando-se pouco a pouco este edificio, andou a universidade por casas de aluguer uns poucos de annos.

Sabendo isto o célebre infante D. Henrique (então residente em Sagres, occupado nas suas navegações e descobrimentos) fez doação á universidade, em 1431, do seu palacio de Lisboa, para o qual a universidade se mudou immediatamente, e ahi permaneceu 136 annos. Este palacio é o que se segue. (D. Manuel lhe fez alguns concertos e augmentos, em 1503.)

Palacio das Escolas Geraes

Tomou este nome, desde que aqui se estabeleceram as escolas da universidade, a qual, depois da sua mudança para Coimbra, os vendeu a diversos particulares, bem como o terreno e casas que o infante D. Henrique havia comprado a D. Alvaro de Castro, *por 400 dobras de bom ouro* [1] *e 44 pannos de Castella*, e cuja propriedade era pegada aos *paços do infante* (que era o antigo nome d'este palacio.)

Esta compra fez D. Henrique, já depois de ter dado os seus paços á universidade e, para maior largueza e logradouro d'ella, lhe deu isto tambem.

Ainda em 1755 eram estes paços habitados por diversos proprietarios e inquilinos, morando n'elle tambem, no dia do terramoto, Monsenhor Amaral, prelado da Egreja Patriarchal.

O terramoto o desmantelou. Depois foram-lhe aproveitados alguns lanços das paredes, que ficaram de pé, para construcção de habitações insignificantissimas.

[1] N'aquelle tempo, haviam dobras de ouro francez e de outras nações, feitas de ouro com muita liga; por isso, nos contratos era preciso pôr-se a declaração de—*bom ouro*, que era o da moeda portugueza e hespanhola.

Ainda do antigo edificio restam preciosas reliquias, na *Rua das Escolas Geraes* (assim chamada por causa da universidade, que tambem tinha este nome) em um pateo, a que hoje chamam *dos Quintalinhos*, fronteiro á casa dos srs. viscondes de Balsemão.

A entrada para o *Pateo dos Quintalinhos* é um grande portão, aberto em um muro de bastante altura, coroado de ameias.

Palacio dos duques de Bragança

(Ao Thesouro Velho)

Foi este vasto palacio fundado por D. Nuno Alvares Pereira. Seu genro, o conde de Barcellos, e 1.º duque de Bragança, o augmentou e melhorou muito, e os seus successores tanto o engrandeceram, que ficou sendo o mais vasto palacio de Lisboa.

Occupava quasi todo o lado do E. da *Rua do Thesouro Velho*, toda a actual *Rua do Duque de Bragança*, o lado do O. do *largo do Picadeiro* e todo o actual *Hotel de Bragança*.

O envasamento de cantaria até ao 1.º andar, é da fabrica do palacio.

A residencia habitual dos duques de Bragança, era em Villa Viçosa, onde tinham uma côrte principesca. Aqui só vinham visitar a familia real, ou por occasião de grandes festas publicas.

Sendo acclamado rei D João II, oitavo duque de Bragança, 4.º do nome, como rei de, Portugal, vieram para este palacio os archivos, joias, baixellas, e mais riquezas dos paços de Villa Viçosa.

D. João IV, tendo preferido para sua residencia os paços da Ribeira, ficou este servindo de casa do *thesouro* dos duques de Bragança, de cuja circumstancia procede o nome da rua, por ser por ella a entrada principal do palacio.

D. João V reconstruiu de tal maneira este palacio, que o fez perder as suas feições primittivas.

Em 1720 se estabeleceu n'elle a *Academia real de historia portugueza*, creada pelo mesmo soberano; a qual funccionou até 1734, na mesma sala onde por algumas vezes se reuniram os restauradores de Portu-

gal para planearem a revolução de 1640.

O terramoto do 1.º de novembro de 1755 e o incendio que se lhe seguiu, reduziram quasi todo o palacio a ruinas, perdendo-se joias e alfaias de subido valor, e importantissimos documentos do seu archivo.

Depois, não cuidando mais ninguem na sua reconstrucção, foi cahindo em ruinas, e se consentiu que nos seus pateos e em algumas paredes derrocadas se construissem varios casebres, em que vivia numerosa população, e onde se accumullavam a pobreza, a dissolução, o vicio e o crime.

Em 1841, um grande incendio devorou e consumiu quasi tudo o que o terramoto poupára, destruindo essas ignobeis habitações, e foi a causa de se construirem os magnificos predios que alli existem agora.

Ainda, apesar de todas as transformações, existem de pé algumas janellas do palacio ducal, deitando para a Rua do Thesouro Velho, para um pateo do mesmo edificio e para o Largo do Picadeiro.

Estas janellas pertencem ás reconstrucções de D. João V.

Da fabrica primittiva, apenas restam algumas escadas subterraneas, e magnificas cisternas, ha poucos annos desentulhadas e utilisadas.

—

Palacio e quinta das Necessidades

Em 1599, se desenvolveu em Lisboa a terrivel epidemia, chamada a *grande peste*, que obrigou a sahir da cidade muita gente.

Dois conjuges da freguezia dos Anjos, fugiram para a Ericeira. Proximo á villa havia uma ermida, dedicada a *Nossa Senhora da Saude*, com cuja imagem aquelles tinham muita devoção. Regressando á Lisboa, a furtaram, trazendo-a para sua casa, onde a conservaram alguns annos. Depois, pedindo esmolas para lhe erigirem uma capella, offereceu Anna Gouveia de Vasconcellos, um terreno que tinha no *Alto d'Alcantara*, para esta edificação.

Creou-se uma irmandade de maritimos, para servir a Senhora, que concorreu com muitas offertas para a obra da sua capella.

Crescendo a devoção a esta Senhora, com os continuos milagres que lhe atribuiam, a denominaram Nossa Senhora das Necessidades, e a sua capellinha estava ricamente adornada.

Passados annos, Pedro de Castilho, do conselho de D. João IV, comprou umas casas que Anna Gouveia tinha junto da capella, e, reconstruindo-as, ficou com o padroado da capella, em 1659.

D. João IV, e a sua familia, e depois seus successores, tinham tambem muita devoção com esta Senhora.

D. Pedro II, e sua primeira mulher (D. Maria Francisca Isabel de Saboya, a *descasada* de D. Affonso VI) estando no palacio d'Alcantara, ou do Calvario, visitavam frequentes vezes esta capella, e lhe mandaram fazer muitos melhoramentos.

—

Em 1742, adoecendo gravemente D. João V, fez conduzir para a sua camara a imagem de Nossa Senhora das Necessidades.

Melhorando o rei, atribuiu a sua cura a Nossa Senhora, e em agradecimento, substituiu a capella por um templo rico e sumptuoso, no mesmo logar onde existia a capella e com a mesma invocação; dando-lhe a prerogativa de capella real.

Junto da egreja mandou construir um palacio, e na quinta contigua, que comprou a Balthazar Pereira do Lago, e que engrandeceu e aformoseou, edificou um convento, para os congregados de S. Philippe Nery. Teve principio esta obra em 1743, sob o risco de Caetano Thomaz de Sousa, e concluiu-se em 1750.

Pouco depois de concluido o palacio, foi residir n'elle o infante D. Manuel, e mais tarde, o infante D. Antonio, ambos irmãos de D. João V.

Era habitação do infante D. Antonio, quando succedeu o terramoto de 1755, que não causou estragos no palacio, nem na capella; damnificando apenas um pouco o convento, que em breve foi reparado.

Nos reinados de D. José I, e de D. Maria I, hospedaram-se n'este paço varios principes estrangeiros. Os ultimos que aqui residiram foram os filhos de Jorge III, d'Ingla

terra (o principe de Galles, depois Jorge IV, e seus irmãos.)

Posteriormente esteve n'este paço a academia real das sciencias.

No convento tiveram logar as côrtes de 1821. As sessões se faziam no grande salão da livraria.

Em 1833, foi o palacio das Necessidades designado para residencia da Senhora D. Maria II, e hoje alli habita o sr. D. Fernando, sua esposa e o sr. infante D. Augusto.

Em 1834, extinguindo-se as ordens religiosas em Portugal, ficou o convento dos Nerys sendo pertença do palacio.

Foi n'este palacio que falleceram a virtuosissima snr.ª D. Estephania, o sr. D. Pedro V, e o sr. infante D. Fernando. O sr. infante D. João morreu no mez seguinte, no palacio de Belem.

O sr. D. Fernando tem feito grandes melhoramentos n'este palacio, que tem magnificas salas, uma bella galeria de quadros escolhidos, e uma magnifica livraria, onde se encontram preciosos manuscriptos.

Na capella ha algumas boas pinturas, de artistas nacionaes, magnificas alfaias e paramentos, e vasos sagrados de muita riqueza; sendo a cousa mais notavel, a celebrada custodia, que foi dos Jeronymos, de Belem, mandada fazer por o rei D. Manuel, do primeiro ouro que veio da India.

Foi feita pelo famoso esculptor Gil Vicente. É no gosto gothico e adornada de preciosos diamantes.

As estatuas de S. Philippe Nery e de S. Francisco de Salles, que estão na fachada do templo, sobre o portico, e a de S. Pedro, ao lado da porta, foram feitos por Alexandre Giusti, esculptor italiano de grande fama, que veio d'Italia para assentar a capella de S. João Baptista, na egreja de S. Roque, e que tambem trabalhou nas obras de Mafra.

A estatua de S. Paulo, que está do outro lado da porta, é obra de José d'Almeida, um dos melhores esculptores portuguezes do seculo XVIII.

Por ocasião do malogrado consorcio do sr. D. Pedro V, foi este templo restaurado com grande magnificencia.

A quinta e jardim d'este palacio, dispostos no gosto moderno, possuem uma grande colleção de plantas exoticas, uma vasta e sumptuosa estufa (a melhor do reino) formosos lagos e muitos vasos e estatuas de marmore, de differentes auctores.

Das janellas do paço se gosa um formosissimo panorama.

Em frente do paço está um terreiro arborisado, tendo no centro um elegante chafariz de marmore branco e côr de rosa, com uma bonita agulha, ou obelisco monolithico

—

Palacio da Ajuda

Vide *Ajuda*, a pag. 42 do 1.º volume.

Palacio de Belem

Vide *Belem*, a pag. 370 do 1.º volume.

Palacio da Bemposta, ou da Rainha

A rainha d'Inglaterra, D. Catharina de Bragança, filha de D. João IV, viuva de Carlos II, regressou á patria, atravessando França e Hespanha.

Entrou em Lisboa em 20 de Janeiro de 1693, no meio de grandes festas e regosijos. D. Pedro II, seu irmão, a foi esperar ao Lumiar e conduziu-a ao palacio d'Alcantara que para isso estava preparado; porem ella pouco tempo aqui residiu, por não gostar do sitio. Mudou-se para o palacio dos condes, do Redondo, a Santa Martha. Não se deu bem n'este local, e se mudou para o palacio dos condes de Soure, á Penha de França. D'aqui se mudou ainda para o palacio dos condes de Aveiras, em Belem, o que depois foi comprado por seu sobrinho, D. João V, e é hoje o palacio real de Belem.

Cançada de tantas mudanças, sem achar uma residencia nas condições que desejava, resolveu edificar casa propria, para o que se escolheu o *Campo da Bemposta* (tambem chamado *Campo de Santa Barbara*) que era em sitio salubre e com bellas vistas, por ser ainda então pouco habitado, e tinha excellentes e vastos campos, para d'elles se fazer uma bôa quinta.

Compraram-se estes terrenos e deram principio ás edificações, com tanto empenho e tão grande numero de operarios, que em breve se concluiram.

Os terrenos eram de varias pessoas, mas os que tinham aqui maior porção, eram os morgados Placido Castanheira de Moura e sua mulher D. Francisca Pereira Telles, filha do contador-mór, Luiz Pereira de Barros, do qual ella havia herdado aqui casas e campos.

D. Catharina, recebia d'Inglaterra a pensão annual (segundo a clausula da sua escriptura de casamento) de 30 mil libras sterlinas (135 contos de réis.)

N'este palacio recebeu D. Catharina, em 1704, o archiduque d'Austria, Carlos, que sendo pretendente ao throno castelhano, por morte de Carlos II, veio a Lisboa, e aqui residiu alguns mezes, com o nome de Carlos III, rei d'Hespanha. Este principe chegou a ser acclamado em Madrid, logo que esta cidade foi tomada pelo exercito portuguez, commandado pelo marquez das Minas; mas pouco tempo teve o titulo de rei, porque, morrendo seu irmão, o imperador José II, herdou o throno imperial da Allemanha, sob o nome de Carlos 7.º

Duas vezes foi D. Catharina regente do reino. A primeira, em 1704, quando D. Pedro II marchou para a Beira, a pôr-se á frente do exercito portuguez, em campanhia do archiduque d'Austria e das tropas alliadas, para dar principio á *guerra da successão.*

A segunda, em 1705, em razão de uma grave doença de D. Pedro II.

Esta senhora falleceu a 31 de dezembro d'este anno de 1705, legando todos os seus bens a seu irmão D. Pedro II.

D. João V, o deu em 1707 (anno em que foi acclamado rei) á casa do infantado, em favor do infante D. Francisco, seu irmão, que residia ora aqui, ora no palacio da *Corte Real.*

Por sua morte (1742) foi residir para a Bemposta seu filho natural, D. João, por isso denominado, o *Sr. D. João da Bemposta.* D. João V, legitimou este seu sobrinho, ao qual deu todos os bens do pae, menos a casa do infantado, que passou para o infante D. Pedro, filho de D. João V, depois, D. Pedro III, por casar com sua sobrinha, D. Maria I, filha d'el-rei D. José.

D. João da Bemposta foi general das armadas reaes e galeões de alto bordo—mordomo-mór—e conselheiro d'estado e guerra. Foi casado com a duqueza de Abrantes, D. Maria Margarida de Mello e Lorêna, viuva do marquez de Abrantes, D. Joaquim Francisco de Sá Almeida e Menezes. Era filha de D. Rodrigo de Mello, irmão de D. Jayme, terceiro duque do Cadaval. O infante D. João, morreu em 1780, sem successão, em uma casa, na Ajuda, onde habitou nos seus ultimos annos.

Soffreu muito o palacio da Bemposta com o terremoto de 1755 e a capella ficou quasi arrasada. Foi depois tudo reedificado, á custa da casa do infantado.

D. João VI, quando em 1821 regressou do Brasil, foi habitar o paço de Queluz; mas, pouco tempo depois, mudou-se para o da Bemposta, onde morreu *(officialmente)* em 10 de março de 1826.

As senhoras infantas, D. Isabel Maria, D. Anna de Jesus Maria e D. Maria da Assumpção, passados os dias de nojo, se mudaram para o palacio da Ajuda, ficando este abandonado até 1828, anno em que o senhor D. Miguel I principiou a dar aqui audiencias publicas, em todas as quintas feiras; mas habitava em Queluz.

Em 28 de julho de 1833, chegando o senhor D. Pedro a Lisboa, foi habitar o palacio da Bemposta; mas só até setembro d'esse mesmo anno, em que mudou para as Necessidades.

Extincta a casa do infantado, em 1833, foram o palacio e quinta da Bemposta encorporados nos bens da corôa.

Em 1853, foi o palacio da Bemposta cedido para escola do exercito, que ahi se estabeleceu—e a quinta foi cedida ao instituto agricola, para estudos praticos.

—

Este palacio, se não é um modelo de architectura, é construido de optimos marmores, e com muita robustez.

A capella é elegante e sumptuosa. É de-

dicada a Nossa Senhora da Conceição, cuja imagem está pintada em um retabulo da capella-mór. A Virgem, é obra do pincel de José Throno, natural de Turim, ajustado em 1785, por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, nosso embaixador alli, para vir a Lisboa retratar a familia real. Os retratos, porém, de D. Maria I e dos principes, que estão no mesmo quadro da rainha Santa Isabel e de S. João Baptista, foram pintados por F. Hichey, pintor inglez, que chegando a Lisboa, de passagem para a India, em 1793, aqui se demorou um anno, deixando eterna memoria pelas suas magnificas obras.

As estatuas de marmore que decoram o vestibulo da capella, são dos esculptores portuguezes José d'Almeida, e Joaquim José de Barros Laborão, célebres no seculo passado, pela perfeição de suas obras. Do ultimo é tambem o baixo-relevo que se vê no tympano.

Na sachristia ha paineis de André Gonçalves, de muito merecimento.

Tambem aqui esteve um bello quadro representando a Santissima Virgem, com o Menino Jesus nos braços e varias santas virgens, attribuido por uns ao grão Vasco, e por outros ao célebre pintor inglez Holbein; mas, em todo o caso, obra de grande valor. Está actualmente na galeria de pintura, do paço das Necessidades.

Tem esta capella magnificas alfaias e ricos vasos sagrados.

Na sua instituição era servida por 12 capellães, cujo numero augmentou depois a 20, sendo elevados á dignidade de conegos, e presididos por um arcebispo *in partibus infidelium.* Hoje estão reduzidos... a um.

Na quinta ha um grande e bello tanque de marmore, mandado fazer por D. João VI; tem quatro bustos, maiores que o natural, representando as quatro estações do anno. É tudo obra do eximio esculptor Faustino José Rodrigues.

A esta quinta se dá hoje o nome de *Escola regional do instituto agricola de Lisboa,* para ensaio dos novos instrumentos e processos de lavoura.

Tambem n'esta quinta se está edificando o magnifico hospital, mandado fundar pelo senhor D. Pedro V, á custa do seu bolsinho, em memoria de sua adorada esposa, a senhora D. Estephania. Não chegando o subsidio real, as camaras votaram uma quantia para a conclusão das obras. Teve principio este caridoso estabelecimento, em julho de 1860.

Palacio d'Alcantara ou do Calvario

Está ao O. da ponte d'Alcantara, no largo do Calvario, caminho de Belem. É de modestissima apparencia, parecendo mais a casa de um burguez, do que habitação regia. Para evitar repetições, vide a palavra *Alcantara,* a pag. 66, col. 2.ª do 1.º volume d'esta obra.

Palacio de S. Christovão

Onde hoje é um bonito predio particular, da viuva do sr. Leomil, existiram os paços reaes de S. Christovão; assim chamados por estarem no largo do mesmo nome, onde está a egreja d'este santo. O primeiro nome d'este paço, era «Paços de a par S. Christovão». N'elles se celebraram as pomposas festas pelo casamento da infanta D. Leonor, filha do rei D. Duarte, com Frederico III, imperador da Allemanha, em agosto de 1451.

No reinado de D. João II, era propriedade e habitação de D. Alvaro, segundo filho do duque de Bragança, D. Fernando I.

Por este D. Alvaro ser *regedor das justiças,* a rua que do Largo de S. Christovão vae ao dos Caldas tomou o nome de *rua do Regedor.*

Passou este palacio para a familia dos condes d'Aveiras, marquezes de Vagos, que o reedificaram pelos annos de 1740. O terramoto de 1755 o desmantelou, e assim esteve até 1864, anno em que foi vendido ao referido Leomil, que o reedificou.

A fachada do palacio ainda é a feita pelos marquezes de Vagos, com muito pouca alteração. As armas dos Silvas (um leão) foram substituidas pela firma do novo proprietario, mas foi tirada posteriormente. Na rua do Regedor ainda existe, no muro do jardim, uma porta que data da primitiva construcção do palacio.

Palacios antigos em Lisboa

Palacio do marquez de Marialva

(Ao Lorêto)

Este palacio ainda que fosse de insignificante architectura, era muito vasto, e estava interiormente adornado com magnificencia. Occupava todo o terreno da nova *Praça de Luiz de Camões*, e o terramoto de 1755 o desmantelou e acabou de o destruir o incendio que se lhe seguiu, ficando apenas algumas paredes.

Passados annos foram-se construindo mesquinhas barracas, nas partes mais arruinadas do palacio, e nas menos destruidas se fizeram algumas reparações e alli se accommodavam muitas familias.

A esta reunião informe se dava o nome, bem apropriado, de *Casebres do Lorêto.*

Pela morte do marquez de Marialva, que teve logar em Paris, onde era nosso embaixador, junto ao rei Luiz XVIII, e não tendo descendentes, entraram na posse d'estes edificios e de todos os vinculos da casa de Marialva, os srs. duques de Lafões.

Depois de muitos obstaculos e difficuldades, foram estes casebres expropriados, em 1858, e no seu ambito se vê a *Praça de Luiz de Camões* e o monumento que se lhe erigiu, e de que adiante trato.

O primeiro marquez de Marialva (feito por D. Affonso VI, em 11 de junho de 1661) foi o intrepido e sabio general, D. Antonio Luiz de Menezes, conde de Cantanhede, que tantos serviços prestou a Portugal, na guerra da restauração. Era da familia dos Menezes, á qual pertenciam os duques de Lafões, marquezes do Louriçal, condes da Ericeira e outras muitas e nobilissimas familias d'este reino.

As armas d'estas familias, são — escudo esquartellado — no 1.º e 4.º quartel, as armas de Portugal, e no 2.º e 3.º, tres flores de liz, de ouro, em campo asul, e no centro, o escudo dos Menezes, que é, em campo de ouro, um annel do mesmo, perfilado de purpura, com um rubim n'elle — elmo de aço aberto; e por timbre, meia donzella, vestida de brocado de ouro, com um escudo como o das armas, na mão direita. (Para a sua genealogia, vide Cantanhede, a pag. 95, col. 1.ª, do 2.º volume d'esta obra.)

O palacio do marquez de Marialva, é tristemente célebre, por um facto de ferocidade inaudita, da mais negra ingratidão, e que dá um evidentissimo testemunho de quantas infamias commette a plebe, ainda nas mais santas exaltações de um mal entendido patriotismo. É o seguinte:

Ninguem ignora os grandes serviços e as assignaladas victorias obtidas pelo valorosissimo general, D. Antonio Luiz de Menezes, conde de Cantanhede, em defeza da independencia da sua patria, e em premio do que, o rei de Portugal o fez marquez de Marialva.

Em 1663, D. João d'Austria, filho bastardo de D. Philippe IV, e famoso general d'aquelle tempo, cérca a cidade de Evora, com um poderoso exercito. A praça, com pouca guarnição e falta de munições, capitula em 22 de maio.

Esta noticia chegou a Lisboa na tarde de 24, o que aterrou todo o povo, tanto a familia real, como os nobres e plebeus.

Nos paços reaes da Ribeira e nos ministros do rei, havia egual terror e irresolução. O povo agglomerava-se em grande multidão, em roda do paço e gritava contra os traidores. Então, o ministro e secretario d'estado, Antonio de Sousa de Macêdo, que era de genio irascivel e arrebatado, corre a uma janella do paço e grita ao povo que se afaste para o lado opposto da praça.

Depois manda traçar um risco no meio d'ella, e brada que — os valentes que quizessem hir defender a liberdade da patria, passassem para o lado do paço.

O povo, acudindo todo ao repto, corre para o sitio indicado, atropellando-se e maltratando-se reciprocamente.

No meio d'isto se levanta uma voz, dizendo que o rei (D. Affonso VI) tinha sido assassinado por traidores. Então a berraria e confusão chegaram ao maior auge; e nem cessou este medonho tumulto com o apparecimento do monarcha a uma das janellas do paço, provando assim que estava vivo e são.

A turba multa se divide em bandos temerosos e enraivecidos, espalhando-se pelas ruas da cidade, e apoderando-se de tudo quanto lhe possa servir de armas, e accommette as casas dos que julga traidores. Um dos que assim era acoimado pela relé, foi o marquez de Marialva (que então andava pelo Alemtejo com D. Sancho Manuel, conde de Villa Flor e com o conde de Schomberg, em defeza da sua patria.)

A multidão indomita e enraivecida, corre em tropel para o seu palacio do Loreto, que cercou e atacou. No palacio estava a marqueza com suas filhas e familia, que pôde salvar-se disfarçada com a capa de uma criada, por uma porta que dava sahida para a *Travessa dos Gatos*, levando comsigo as filhas, e foi esconder-se no mosteiro das freiras da Esperança.

Os amotinados arrombaram uma porta e entrando, se espalharam por todos os aposentos, arremessando á rua com todos os moveis e preciosidades, que queimaram.

Os criados do marquez foram barbaramente espancados, e o povo entrou a juntar toda a casta de combustivel para incendiar o palacio, o que com toda a certeza levariam a effeito, se n'este momento não apparece alli o conde de Sarzêdas, e rompendo destemidamente por entre aquellas turbas de malvados, accusa-os da sua infame ingratidão, mencionando-lhes os serviços relevantissimos e o incontestavel patriotismo do marquez de Marialva.

As turbas, respeitando o valor do conde, desistiram do seu projecto, e se foram retirando; salvando-se assim das chammas este palacio.

Em outros sitios de Lisboa se presencearam scenas de horror eguaes a esta, que foram serenadas, não pela tropa, que chegou tarde, mas pelas varias communidades de religiosos, que em procissão sahiram das suas egrejas, prégando aos desordeiros e reprehendendo-os das suas barbaridades.

O povo, vendo o Santissimo Sacramento nas mãos dos religiosos e as imponentes orações e preces d'estes, implorando á Divina Misericordia a paz e concordia, se foi retirando a suas casas.

Chamou-se a esta revolta—*o Santo Motim!*—Teve logar em 25 de maio.

Mesmo assim, não foi de todo máo o tal *Santo Motim*, porque obrigou o governo a tomar inergicas providencias, para obstar a novos tumultos, e sobre tudo, a empregar todas as medidas tendentes a evitar o progresso das armas castelhanas em Portugal.

Um exercito foi logo organisado, em Aldeia Gallega do Ribatejo, dando-se o commando d'elle ao marquez de Marialva, o qual, unindo-se ao conde de Villa Flor, foi em busca de D. João de Austria, que depois de deixar Evora bem guarnecida, foi buscar mais reforços a Castella. Veio logo, e os portuguezes lhe foram ao encontro, obrigando-o a bater-se nos campos do Ameixial em 8 de junho. (Para tudo quanto diz respeito a esta gloriosa batalha, vide *Ameixial*, a pag. 195, col. 1.ª, do 1.º vol. d'esta obra.)

A vingança do marquez de Marialva contra os do *Santo Motim*, foi concorrer valorosamente para esta victoria, e para a reconquista de Evora, que se rendeu por capitulação em 24 de junho. Na tomada de Evora cahiram em poder dos portuguezes 13 peças de artilheria, grande quantidade de armamento e munições de guerra, 800 cavallos, bandeiras etc. A guarnição castelhana, que eram 4:000 homens, obteve a liberdade; mas só lhe foi permittido voltar a Hespanha d'ahi a 3 mezes.

Palacio dos condes de Almada

(Largo de S. Domingos, ás antigas Portas de Santo Antão, que já não existem)

É célebre este palacio, pelas gloriosas recordações que nos traz á memoria. Era seu proprietario em 1640, D. Antão de Almada, progenitor dos condes de Almada.

Era n'este palacio, em um pavilhão do jardim, que D. Antão de Almada e os outros conjurados faziam as suas reuniões, e discutiam a maneira de derrubarem o ominoso poder e a usurpação incomportavel dos castelhanos.

Em memoria d'este glorioso feito de nossos avós, mandou D. Antão desenhar em asu-

lejos, no referido pavilhão, os retratos dos conjurados (são tres scenas d'esta milagrosa revolução) e mandou erigir na frente do palacio, que deita para as escadinhas da Barroca, e sobre o telhado do paço, duas *memorias*, eternisando o feliz dia 1.º de dezembro de 1640. São duas torrinhas ameiadas, construidas de tijolos. Tudo isto ainda existe, assim como o pavilhão, que está ao fundo do jardim, que é uma casa de regalo, com uma frente.

Palacio dos marquezes de Alegrete

(no Largo da Mouraria)

Foi construido pelos condes de Villar-Maior, no seculo XVII, sobre um lanço da muralha (da cêrca de D. Fernando) e sobre a *porta da Mouraria*. Depois, elevado o conde de Villar-Maior ao titulo de marquez de Alegrete, se ficou chamando á porta da Mouraria—*arco do marquez de Alegrete*, nome que ainda conserva, e dando-se tambem o de Rua do Arco do Marquez de Alegrete, á que d'esta porta vae ao Largo do Pôço do Borratem.

(Quando tratar das muralhas e portas da cidade, darei mais alguns esclarecimentos sobre este edificio.)

Palacio do conde d'Obidos

(á Rocha do conde d'Obidos)

Foi construido pelos condes d'este titulo (parentes dos infelizes duques de Aveiro, que morreram no supplicio—vide *Chão Salgado)* no seculo XVII. A casa dos condes d'Obidos passou para a dos condes do Sabugal.

Em 1874 foi este palacio arrematado em praça, e o comprou um individuo por 12 contos de réis. O sr. D. Luiz I obteve do comprador que lhe cedesse o palacio, pelo mesmo preço, e deu a uma sua camarista, irman do sr. conde do Sabugal, pelo que continuou a ficar na mesma familia.

Palacio dos condes d'Olhão ou palacio de Pilatos

(CUNHAL DAS BÓLAS)

Na rua da Rosa das Partilhas, ao Bairro Alto

Segundo a tradição, consta que foi edificado por um judeu muito rico, que quizera figurar pomos d'oiro no cunhal do seu palacio. Este judeu chamava-se, ou tinha a alcunha de *Pilatos*, que ficou ao palacio.

Este edificio passou para outra familia, que o instituiu em vinculo: depois, por casamento com a herdeira d'este morgado, passou para a casa dos marquezes d'Olhão, onde actualmente se conserva.

Palacio dos marquezes de Castello Melhor

(Ao Passeio Publico do Rocio)

O antigo palacio e solar dos genuinos Vasconcellos, depois condes e por fim marquezes de Castello-Melhor, occupava antes do terramoto de 1755, todo o espaço que fica entre a rua dos Condes e a rua do Jardim do Regedor (antiga travessa das Portas de Santo Antão).

Foi destruido pelo terramoto, e nunca mais se reedificou. Hoje todo este local se acha occupado com magestosos predios particulares, foreiros ao actual senhor marquez de Castello-Melhor.

Os condes da Castanheira, tinham um palacio á esquina da calçada da Gloria, que o conde de Castello Melhor (o célebre valido do infeliz D. Affonso VI) comprou em praça, no anno de 1666.

A rainha d'Inglaterra, D. Catharina, viuva de Carlos II, e filha do nosso D. João IV, attendendo aos serviços que o conde lhe fez, deu-lhe mil libras sterlinas de pensão annual, por espaço de tres annos, e um annel de brilhantes que valia 12 mil cruzados (4:800$000 réis) e uma joia que lhe offereceu em nome de seu cunhado Jacob II, de Inglaterra, avaliada em 9 mil cruzados (3 contos e 600 mil réis). Tudo lhe foi dado por uma carta, (em latim) datado de 23 de septembro de 1685, a qual tem o retrato da rainha offerente em miniatura, no alto da primeira lauda do pergaminho, que se conserva com o maior cuidado no archivo da casa. Foi copiada como documento honrosissimo para o conde, na escriptura na instituição do vinculo.

O conde applicou estas 3:000 libras em augmentar e melhorar o velho palacio que comprára.

O jardim deitava para uma horta, chamada da *Mancebia*, que o conde comprou, bem como outras que por alli havia, no sitio então chamado *Valle-Verde*, hoje occupado pelo Passeio Publico, e que lhe custaram mais de 20:000 cruzados (oito contos de réis.)

Depois de ter assim ampliado esta nobre residencia, o conde formou d'isto um vinculo, que instituiu em 1703.

Deu-lhe o titulo de morgado de Santa Catharina, para perpetuar a memoria do agradecimento á rainha, que o tinha gratificado com tão avultadas quantias (para aquelle tempo).

O annel e a joia ficaram tambem vinculados n'este morgado.

Na escriptura de instituição d'este vinculo o conde instituidor enumera todos os serviços que fez a Portugal, nos diversos cargos que até então exercêra, e diz que da sua familia procedem os homens que se acharam nas tres occasiões de maior perigo de que resa a nossa historia — a saber — Egas Moniz, em tempo de D. Affonso I—Mem Rodrigues de Vasconcellos, no de D. João I, e elle, no de D. Affonso VI.

Por morte d'este conde, seu successor comprou a ermida de Nossa Senhora da Pureza, que estava da parte opposta da calçada, (a N.) á esquina da rua da Gloria, (onde agora são as cavallariças!) demolida em 1858, quando se concluiu a capella do palacio. Com elle communicava a ermida por um passadiço que atravessava a calçada da Gloria. Na verga de uma janella do passadiço pertencente á ermida se lia— ESTA CAPELLA É DE NOSSA SENHORA DA PUREZA DO AMOR DE DEUS. FEITA EM JULHO DE 1585, E AGORA RENOVADA PELO P. ANTONIO DE CASTILHO, EM ABRIL DE 1692.

Na sobreverga tinha esta inscripção — ESTA ERMIDA HE DO CONDE DE CASTELLO MELHOR ANNO DE. 1720.

Tudo isto assim se conservou até ao 1.º de novembro de 1755, em que o terramoto desmantelou o palacio dos condes de Castello-Melhor, de que já fallei, e que ficava a E. da calçada da Gloria.

Depois do terramoto, o marquez de Pombal emprehendeu construir um passeio publico no sitio de Valle-Verde, pelo que comprou (por conta do estado) estes chãos á casa de Castello-Melhor, e principiou a fazer os muros do passeio, em 1764.

Em 1765, por indemnisação do monopolio do sabão preto, que tinha a casa do conde em Lisboa, e dos fornos de *pão de pôia*, na Ilha da Madeira, se lhe deu por decreto de 4 de septembro, álem do titulo de marquez, muitos bens de raiz e padrões de juros reaes e uma grande parte da cerca do collegio de S. Roque, que fôra dos jesuitas, com cujo terreno o novo marquez engrandeceu a sua propriedade.[1]

Projectou então fazer um grande palacio, encarregando o risco a Francisco Xavier Fabri (architecto italiano) um dos que fizeram a planta do palacio da Ajuda.

Parece que só em 1777 se principiou a obra, que levou muitos annos. Hoje está um soberbo edificio; mas a parte do sul d'elle, que faz symetria com a capella (que está no angulo do norte) ainda está só em paredes. Mesmo assim é um dos melhores palacios particulares de Lisboa.

As madeiras empregadas n'esta obra vieram do Brasil, mandadas por Luiz de Vasconcellos e Sousa, um dos ultimos vice-reis d'aquelle estado.

Emquanto duraram as obras, a familia Castello-Melhor residia no antigo palacio dos condes da Castanheira, que deitava para a calçada da Gloria. Depois da mudança para o novo palacio, o velho foi demolido, e no sitio que occupava, se construiram os grandes predios que hoje alli existem.

Segundo o risco de Fabri, este palacio devia ter mais outro andar, tambem de sacadas, com um zimborio ao centro, e um torreão em cada extremidade; mas alterou-se-lhe o plano, n'esta parte, tirando lhe o 2.º andar, em razão da estreiteza da rua Occidental do Passeio Publico, visto que seria de mau effeito maior altura n'aquella posição do palacio.

Estas obras estiveram paradas uns 40 an-

[1] O 1.º conde de Castello Melhor foi Ruy Mendes de Vasconcellos, feito por Philippe III, em 21 de março de 1611.

nos, até que o pae do actual sr. marquez lhe deu impulso em 1845, deixando por sua morte, as obras quasi concluidas de canteiro, e muito adiantadas nas outras artes.

Foi trasladado para a nova capella d'este palacio o Santissimo Sacramento que estava na antiga ermida de Nossa Senhora da Pureza, bem como as imagens e mais objectos.

A sagração e dedicação d'esta capella foi feita em 27 de junho de 1858, com a maior pompa e magnificencia.

A capella é toda de bella cantaria, com duas columnas monolythicas no altar mór.

É a melhor capella particular que ha actualmente em Lisboa.

As armas dos marquezes de Castello-Melhor (Vasconcellos) são:—Em campo preto, tres faxas veiradas e contraveiradas de prata e púrpura. Timbre, um leão preto, faxado das tres faxas das armas.

Palacio da Annunciada, dos condes da Ericeira

Para evitar repetições, vide a descripção d'este palacio e seus jardins, a pag. 44 do 3.º volume.

—

Casas notaveis em Lisboa

Casa dos vinte e quatro

D. João I determinou que na camara de Lisboa houvesse 24 homens, dois de cada officio, destinados para o bom governo da cidade. Eram nomeados por eleição popular, cada dois pelos artistas do seu officio. Tinham na camara quatro procuradores, para intenderem no bom governo, regimento e segurança da cidade. Já se vê que a sua séde era nos paços do senado da camara.

Já disse que em 19 de abril de 1506, o povo de Lisboa fez uma horrorosa mortandade contra os *christãos-novos* e judeus e praticou toda a casta de barbaridades.

Em castigo de tão grande delicto, o rei D. Manuel, por lei de 22 de maio d'esse mesmo anno, de 1506, tirou á cidade de Lisboa, o privilegio da junta dos 24.

(Os que desejarem saber isto circumstanciadanente, vejam a *Chronica d'El-rei D. Manuel*, por Damão de Goes, parte 1.ª cap. 103.)

Garcia de Rezende, na sua *Miscellanea*, conta (canta) este facto do modo seguinte:

Vi que em Lisboa se alçaram
Povo baixo e villãos
Contra os novos christãos,
Mais de quatro mil mataram,
Dos que houveram ás mãos.
Uns d'elles vivos queimaram,
Meninos despedaçaram,
Fizeram grandes cruezas,
Grandes roubos e vilezas
Em todos quantos acharam.

Estando só a cidade,
Por morrerem muitos n'ella, [1]
Se fez esta crueldade;
Mas el-rei mandou sobr'ella
Com mui grande brevidade.
Muitos foram justiçados,
Quantos acharam culpados,
Homens baixos e *bragantes*,
E dois frades observantes
Vimos, por isso, queimados.

El-rei teve tanto a mal
A cidade tal fazer,
Que o titulo natural
De nobre e sempre leal
Lhe tirou, e fez perder.
Muitos homens castigou,
E officios tirou.
Depois que Lisboa viu,
Tudo lhe restituiu
E o titulo lhe tornou.

Casa de João das Regras

No largo do Poço do Borratem, existem ainda as casas d'este famoso jurisconsulto, ao qual (tanto como ao valor do condesta-

[1] Da peste que então grassava medonha, em Lisboa. D. Manuel e a côrte estavam fugidos em Abrantes, e vindo de lá para Beja, soube no caminho este horroroso acontecimento. Vide n'este artigo no anno 1506.

vel), deve D. João I a corôa e Portugal a sua independencia.

Está o edificio muito alterado na sua architectura primittiva; distigue-se apenas por tres grandes arcos ogivaes, com os quaes corre o primeiro andar.

Pertenciam estas casas aos paes de João das Regras, que alli residiram muitos annos. Tambem moraram em outras que tinham ás Escolas Geraes. Foi n'estas que nasceu aquelle illustre patriota.

João das Regras, com os donativos que recebeu de D. João I comprou as propriedades contiguas ás suas. Sua mulher lhe trouxe em dote o palacio e ermida de S. Matheus, cabeça do morgado do mesmo nome, que ficava em frente.

D'este palacio e capella se fez, em 1754, o convento de S. Camillo.

O dr. João das Regras foi, por sua filha, progenitor dos marquezs de Cascaes, dos condes de Monsanto e de outras nobilissimas familias de Portugal.

Casa onde morreu Garrett

O primoroso escriptor e elegantissimo poeta João Baptista da Silva Leitão d'Almeida Garrett, depois visconde d'Almeida Garrett, nasceu na rua do Calvario, na cidade do Porto, em 4 de fevereiro de 1798. Era filho de Antonio Bernardo da Silva Garrett, e de sua mulher, D. Anna Augusta d'Almeida Leitão.

Morreu em Lisboa, na rua de Santa Isabel, em uma casa com o n.º 78, em 9 de dezembro de 1854.

Os que desejarem saber minuciosamente todas as condições materiaes d'esta celebre casa e varios factos da vida de Garrett, vejam o *Archivo Pittoresco*, vol. 3.º desde pag. 116 em diante, em varios artigos do sr. Francisco Gomes de Amorim.

A biographia de Garrett vem na cidade do Porto, para onde remetto o leitor.

Casa onde morreu Camões

Luiz de Camões nasceu em 1524. Não concordam os escriptores, no logar do seu nascimento; mas a opinião mais seguida é que nasceu em Lisboa. Era filho legitimo de Simão Vaz de Camões e de Anna de Sá de Macedo.

Morreu em Lisboa, a 10 de junho de 1580, anno de sempre triste recordação para os portuguezes, pois foi o primeiro do nosso captiveiro de 60 annos. Foi por isso que o poeta disse nas vascas da morte — «morro com a minha patria».

(Adiante, no logar competente vem a sua biographia.)

Segundo a tradição, Camões morreu no hospital da Misericordia; mas não ha documento algum que corrobore esta tradição, que hoje é reputada falsa.

Faria e Sousa diz que elle fallecera em uma pobre casa na rua de Sant'Anna. (Hoje calçada do mesmo nome.)

O padre Francisco de Santo Agostinho de Macedo, em uma biographia manuscripta, affirma que Camões morreu em uma casa humilde, na rua de Sant'Anna, junto ao arco do mesmo nome, e á casa da Encarnação, pegada com a ermida do Senhor Jesus e Paz.

E' no meio da calçada de Sant'Anna, á esquerda de quem sóbe, fazendo frente para a dita calçada e para o Béccode S. Luiz. Tinha antigamente os n.os 52 e 54, hoje tem os n.os 139 e 141.

E' ao sr. visconde de Juromenha que se devem estas e outras muitas importantissimas investigações.

Esta casa, quando era habitada por Camões, tinha apenas o pavimento terreo e o 1.º andar. Hoje é propriedade do sr. Manuel José Correia. E' edificio antigo — foi vendido em 1552, e outra vez em 1591.

Em um auto de posse, tomada em 4 de dezembro de 1602, vem a casa assim descripta:—«Umas casas da banda de fóra do Postigo de Santa Anna, na travessa que vae para S. Luiz, e constam de um sobrado e de telha van; e no dito sobrado tem uma só casa ao comprido, dividida em duas,

com tabuado pelo meio, e por detraz tem uma casinha pequena, que serve de despejos, e tem escada para um pateo pequeno que tem por detraz das ditas casas, que está coberto de telha van; e com mais duas lojas por baixo, uma adiante da outra.»

Na escriptura, junta a este auto de posse, se declara que esta propriedade foi vendida em praça por 30$000 réis.

E' senhoria directa a camara municipal de Lisboa, e foi emphiteuta D. Aleixo de Menezes, aio do rei D. Sebastião, ao qual pagava de renda ou pensão, 350 réis, e á camara em 10 réis, *por estar junta á uma barbacan do muro.*

Era junto a esta casa a antiga porta da cidade, chamada de *Sant'Anna.*

Já em 1629 constava esta casa de dois andares e aguas furtadas, no estado em que ainda hoje existe; mas está bem coservada em razão das reparações que tem tido. Até ao primeiro pavimento ainda são as mesmas antigas paredes.

Eis aqui o humilde tugurio onde falleceu *o principe dos poetas portuguezes.*

A sua biographia vae no logar competente.

Casa dos bicos

Segundo a tradição, esta casa foi mandada edificar por um homem rico, que tencionava cravar um diamante no vertice de cada uma das pedras *bicudas,* que lhe erriçam a frontaria. Que estando a casa no 1.º andar, o governo embargára as obras, não querendo que em Lisboa houvesse uma casa particular mais rica e fallada do que o paço real; mas que, apesar d'isso, se lhe ficou chamando *casa dos diamantes,* e que com este nome era conhecido no tempo dos Philippes.

Dizem outros que no seculo XVI, reinando D. Manuel, estivera hospedada n'esta casa uma rainha preta, que trazia muitos diamantes, e que d'aqui lhe preveio o nome e a fama de casa riquissima, que ficou em proverbio até á actualidade.

Ainda outros dizem que a casa foi construida segundo o risco do senhorio, sem impedimento algum por parte do governo, e que, do primeiro andar para cima lhe mandou pôr em cada bico, um diamante falso; mas que toda aquella pedraria brilhava muito com os raios do sol, que lhe dava de lado, porque antigamente, esta casa deitava para a praia da Ribeira, e até nas aguas vivas chegavam os barcos mesmo á porta.

O terramoto de 1755 lhe damnificou os andares superiores, deixando-a reduzida ao primeiro andar e sobreloja, tal como ainda existe. Até aqui a *lenda.*

Deixando a tradição popular, sempre propensa ao maravilhoso, sigamos as investigações dos nossos actuaes antiquarios, entre os quaes se distinguem os srs. visconde de Juromenha e Ignacio de Vilhena Barbosa.

Quasi a meio da antiga *Villa Nova de Gibraltar,* ou *Judiaria Grande* (povoação ou bairro judaico, fóra do lanço do sul e sueste das muralhas que cercavam Lisboa, antes do reinado de D. Fernando) foi edificada a *casa dos bicos.*

Á *casa da esnóga* (synagoga) dos judeus, transformada por D. Manuel, em 1502, em templo christão, a que hoje se dá o nome de *Conceição Velha,* succedeu em celebridade, a *casa dos bicos,* que lhe fica proxima, e ambas dentro dos limites da antiga judiaria.

Expulsos os judeus e mouros de Portugal (1497) [1] e purificada a *judiaria,* vieram estabelecer-se n'este bairro muitos fidalgos

[1] Em outubro de 1497, D. Manuel contratou casamento com a princeza D. Isabel, herdeira do throno de Castella, e viuva do nosso principe D. Affonso, filho de D. João II (o que morreu em 1491, junto a Santarem, da queda de um cavallo).

Ella acceitára a proposta, sob a condição do rei de Portugal expulsar do seu reino os mouros e judeus que não abjurassem a sua religião, o que D. Manuel cumpriu; mas foi um passo erradissimo, pois sahiram de Portugal muitos homens activos e habilissimos, e grandes riquezas.

O casamento se effectuou, e D. Manuel passou a Hespanha, e em 28 de abril de 1498, é jurado rei de Castella, em Toledo. D. Isabel morre de parto em Zaragoça, dando á luz o principe D. Miguel da Paz, herdeiro de Portugal e Hespanha, que morrendo creança, fez perder a D. Manuel as esperanças de unir as duas corôas em uma só cabeça.

que regressavam da India, riquissimos com os roubos e extorsões que lá faziam, fundando aqui sumptuosos palacios; e os negociantes aqui edificaram grandes casas de commercio.

Não foi porém o grande Affonso d'Albuquerque o fundador da *casa dos bicos*, nem é verdade que n'ella residisse. Elle nasceu em 1453, na quinta do Paraiso, entre Alhandra e Villa Franca: era filho segundo de Gonçalo d'Albuquerque, senhor de Villa Verde, e de D. Leonor de Menezes, filha do 1.º conde d'Athouguia — e morreu na India (Goa) em 1515. Seus ossos vieram para Portugal, em 1566, e, segundo a sua disposição testamentaria, foram depositados na egreja da Graça, de Lisboa, onde jaziam seus antepassados, e lá existem.

(Para a sua biographia, vide *Paraiso*).

Albuquerque morreu solteiro, deixando um filho bastardo, que reconheceu no seu testamento, nomeando-o seu universal herdeiro, e recommendando-o á hora da morte, ao rei D. Manuel.

Este filho chamava-se Braz d'Albuquerque. Não se sabe com certeza quem era a mãe d'elle: uns dizem que era uma africana; outros dizem que era uma escrava branca, chamada Joanna Vicente; outros, finalmente, dizem que era mourisca. (Quanto a mim era a mesma pessoa).

Só á hora da morte d'Albuquerque, é que o filho soube quem era seu pae.

Parece que Braz d'Albuquerque foi creado em casa de uma sua tia, irman de seu pae.

D. Manuel apenas soube da morte de seu fiel e bravissimo servidor, mandou recolher o filho no mosteiro de Santo Eloy, para aprender o que convinha, *porque até então tivera uma creação muito inferior.*

O rei não só tomou conta do filho que o grande capitão lhe recommendára; mas, para perpetuar tão glorioso nome, o fez chrismar, para que se ficasse chamando Affonso d'Albuquerque, como seu pae. Depois o casou com D. Maria de Noronha, filha do primeiro conde de Linhares, seu parente, dotando-o com 20:000 crusados, fazendo-lhe mercê de 300$000 réis de juro e mandando pagar-lhe 80:000 crusados (32:000$000 réis) de soldos que se ficaram devendo a seu pae e as *quintaladas* da pimenta, que lhe pertenciam, o que tudo montou a grandes cabedaes, para aquelle tempo.

Braz (ou Affonso) d'Albuquerque, seguiu a moda dos fidalgos do seu tempo, fazendo o seu palacio na Ribeira, no bairro da antiga *judiaría*, em 1523; e, como tinha muito dinheiro, e para fazer desesperar os emulos de seu pae, que eram todos os fidalgos poltrões e intrigantes d'esse tempo, protestou que havia de fazer uma casa, forrada de diamantes. Fez tambem, pelo mesmo tempo, uma grande quinta em Azeitão, a que deu o nome de *quinta do Paraiso*, e que hoje se denomina da *Bacalhôa*, e a egreja de S. Simão, ahi proximo, que edificou á sua custa, para jazigo dos ossos de seu pae e seus.

Foi vereador da camara de Lisboa, escreveu e publicou os famosos *Commentarios* de seu pae, que tiveram duas edições em sua vida, e foi homem de muita erudição. É tido como um dos primeiros classicos da lingua portugueza, e o seu livro, como um grande subsidio para a historia da India. Morreu com 80 annos de edade.

—

Não consta de documento algum que a casa dos bicos fosse embargada quando andava em obras, e ha certeza de que se concluiu segundo o risco. Junto aos titulos d'esta casa, se acha uma escriptura de doação, feita em Lisboa, em 26 de outubro de 1649, por D. João Affonso d'Albuquerque e sua mulher, D. Violante de Tavora, a seu sobrinho Antonio d'Albuquerque, commendador de Santo André do Ervedal e da Ilha do Porto Santo, pela qual escriptura, os ditos Affonso d'Albuquerque e mulher, dão ao sobrinho, toda a sua fazenda que possuem, pela maneira seguinte: — *Assi, para que com ella* (fazenda) *possa melhor casar com pessoa limpa, que não tenha rassa de judeu nem mouro, e para que com isso possa o appellido d'Albuquerque conservar-se e hir em augmento; por quanto, de todo se vae extinguindo; e o dito Antonio d'Albuquerque, seu sobrinho, é*

só o Albuquerque varão, que ha n'este reino, descendente do grande Affonso de Albuquerque.

Segue-se a relação de varios bens, e depois — *outrosim lhe fazem doação das suas casas da* Porta do Mar, *a que chamam dos Bicos, na Ribeira*.......................... *que de presente rendem 224$000 réis, d'antemão, e as pagas 240$000 réis.*

Acha-se n'esta escriptura a clausula, de que — *hade ser obrigado o dito seu sobrinho e todos os successores d'este morgado, a trazerem as armas dos Albuquerques, sem nenhuma mistura e se appellidem d'Albuquerque, sem nenhum outro appellido.*

Esta escriptura foi feita 69 annos depois da morte de Braz d'Albuquerque (depois Affonso) e o doador era seu neto.

Já se vê que no acto d'esta escriptura, não moravam na casa dos bicos, os Albuquerques; mas a traziam arrendada por 464$000 réis, o que prova que esta casa então era muito mais vasta e tinha mais andares do que a actual.

—

Em 1745 tomou posse, por successão, da casa dos bicos, Francisco Xavier de Mello Albuquerque de Brito Freire, e no auto se lhe chama casa nobre, com loja por baixo, onde se vendem bebidas.

Já disse que o terramoto de 1755, arruibou os andares superiores d'esta casa e a incendiou, como a quasi todos os edificios proximos, nomeadamente a casa da Misericordia e a egreja da Conceição (hoje chamada a *Velha*, para a distinguir da *nova*, que se fez depois).

Em 1775 se vê que a casa dos bicos foi arrendada a Antonio Affonso d'Abreu, por 400$000 réis, declarando o arrendamento que eram *armazens e sobrelojas*, que é o que hoje existe.

As armas dos Albuquerques, que estavam na casa dos bicos, são — escudo esquartelado, no 1.º quartel, as quinas de Portugal, com seu filete e contrabanda costumada — no 2.º, em campo de purpura, cinco flores de liz, d'ouro, em aspa — e assim os contrarios. Timbre, um castello, com as portas de ouro e sobre a do meio, uma flor de liz das armas.

Nos *Commentarios*, diz Affonso d'Albuquerque (o filho, o que foi Braz) que os d'este appellido deviam trazer as armas que D. Affonso Sanches mandou pôr no castello de Albuquerque (Extremadura hespanhola), com o seguinte letreiro: — EM NOME DE DEUS SEJA TUDO. AMEN. EU, DOM AFONSO SĀCHES, SENHOR DESTE CASTELLO D'ALBOQUERQUE, COMECEI ESTE LAVOR, FERIA QUARTA AOS QUATRO DIAS DO MEZ DE AGOSTO DA ERA DE 1314, O QUAL SEJA PARA SERVIÇO DE DEUS E DE SANTA MARIA, SUA MADRE, SALVAMENTO DE MINHA ALMA, CRESCIMENTO DE MINHA HONRA E ENDEREÇAMENTO DE MINHA FAZENDA; POR QUE AS COUSAS QUE A DEUS SÃO FEITAS TODAS ADIANTE HÃO DE IR; E AS QUE SEM ELLE SÃO, TODAS HÃO DE FENECER.

«*E porém prasa a Deus que haja bôa gloria, o mestre pedreiro que fez este castello.*»

—

O grande Affonso d'Albuquerque, levantou na Asia portugueza — fortalezas em Ormuz, Malaca, Ceylão e Gôa: e no Egypto, na Ethiopia, na Persia, no Japão, nas Molucas, em Sião, em Narsinga fez respeitar o nome e a bandeira de Portugal.

—

Affonso d'Albuquerque, filho, o fundador da casa dos bicos, da quinta do Paraiso, em Azeitão, foi militar, e, como tal, foi na esquadrilha que levou a infanta D. Beatriz, filha do rei D. Manuel, a seu marido, o duque de Saboia.

(Esta infanta é célebre pelo extremoso amor que lhe consagrou o nosso maviosissimo poeta Bernardim Ribeiro. Vide *Torrão*).

Regressando Albuquerque a Portugal, em 1522, abandonou o serviço militar, cuidando no seu logar de presidente da camara de Lisboa (foi o primeiro presidente d'este municipio) e no aformoseamento da sua casa dos bicos e da sua quinta do Paraiso.

Sabemos que foi um digno descendente de seu pae, e um verdadeiro portuguez, que se não quiz bandear com os castelhanos, pois que, em 1580, usurpando Philippe III a corôa portugueza, Albuquerque se demittiu de

presidente da camara, e viveu em voluntaria obscuridade, os poucos annos que sobreviveu á liberdade da sua patria. Tinha então 80 annos.

—

Segundo o tombo geral das propriedades de Lisboa, mandado fazer pelo marquez do Pombal, depois do terramoto, consta que a casa dos bicos, que era então de Francisco Xavier de Mello Albuquerque de Brito Freire (que tomára posse, como já disse, em 1745) tinha de frente, 93 palmos e dois terços (20m,60) e de fundo, até á *Rua do Albuquerque* (hoje do Almargem) 96 palmos (21m,12) *com loja, sobreloja e dois andares.*

Esta medição teve logar em 28 de fevereiro de 1756.—Já se vê pois que a tradição tambem erra na asserção de serem destruidos os andares superiores pelo terramoto de 1755.

Suppõe-se com boas razões, que a frente da casa dos bicos, era para o lado do norte, não só porque deitava para a *Rua do Albuquerque*, mas porque era d'esse lado que estavam as armas do fundador, e ainda alli se vê uma larga porta, no gosto das do lado do sul, que decerto era a entrada principal do edificio.

De mais a mais, esta porta é muito maior do que as do sul, o que mais convence que estas eram das trazeiras, que deitavam para o Tejo, que já disse chegava até a ellas. Esta porta da rua do Almargem é a unica que ha d'este lado; o resto é um muro d'uns 3 metros d'alto.

Não é ponto incontestavelmente resolvido se n'esta casa houve em tempo algum, diamantes a rematar os *bicos*. Parece mais provavel que se lhe desse o nome de *casa dos diamantes* (simultaneamente com o de *casa dos bicos*) em razão da configuração, em fórma de diamante foceado, que teem as pedras da sua parede. É verdade que alguns dizem que, por morte do fundador, entrando os taes diamantes em partilha, cada coherdeiro levou os seus; mas o que tambem é certo, é que em todos os documentos concernentes a esta casa singular, se lhe dá o nome de casa dos bicos, e nunca dos diamantes.

O fundador era rico e orgulhoso: talvez que durante a edificação dissesse que em cada ponta das pedras havia de cravar um diamante, e que isso desse causa a chamar-se casa dos diamantes.

—

Teve Affonso d'Albuquerque, filho, algumas desintiligencias com D. João III, mas parece que eram de pouca monta, pois este monarcha o fez seu vedor da fazenda, cargo em que foi diligente e desinteressado. O rei lhe dera este emprego por conhecer que era um varão dotado de muita prudencia, alcançada com a lição dos livros, e com a diuturna prática da administração dos negocios do municipio.

Durante a peste de 1569, nunca sahiu de Lisboa. Já então não era vedor da fazenda, por ter fallecido D. João III, mas era ainda (e foi mais 11 annos) presidente da camara e como tal fez assignalados serviços ao povo de Lisboa, em tão triste conjunctura; applicando todos os meios possiveis para evitar os damnos, que causava o flagelo, que devorava muitos milhares de pessoas devendo-se á sua vigilancia o total exterminio de tão medonha calamidade. (Vide Lisboa, no anno de 1569.)

O rei e a côrte tinham fugido para Evora; mas Albuquerque, apesar de ter quasi 70 annos, não fugiu do pôsto d'honra que o seu emprego de chefe do municipio e de verdadeiro portuguez, lhe assignavam.

—

Por hir já bastante longo este artigo, e termos ainda mais que tratar da célebre casa dos bicos, não dou aqui, na sua integra, a copia da *manda* do fundador d'esta casa. Direi apenas em resumo.

Tomou para jasigos dos ossos de seu pae, seus, de sua mulher e de sua filha, a capella-mór da egreja de Nossa Senhora da Graça (convento d'agostinhos, ou gracianos) mas, tendo feito contrato com os frades, dando-lhes algumas fazendas, sob certas condições. Os frades receberam os bens, mas não cumpriram as obrigações. Vendo Albuquerque que, se os frades faltavam em sua vida, peor fariam depois da sua morte (d'elle) como expressamente diz na manda—deter-

mina que — «*sendo caso que antes da minha morte, não tenha mandado as ossadas de meu pae, mulher e filha, á egreja de S. Simão, que mandei fazer, á minha custa em Azeitão; que logo as façam mudar para a dita egreja, conforme a declaração do livro que disso tenho feito, por B.*[or] (Belchior) *da Matta. E porque trago demanda com os ditos padres, sobre lhes largar a dita capella, declaro, para descargo da minha consciencia, e para tirar duvidas, que a marinha d'Alhos Vedros e os Moios da Gollegan, com a quinta do Meloal, que tenho no Lavradio, tudo juntamente me deixou minha tia, D. Isabel d'Albuquerque, unido e vinculado em morgado, com obrigação de dar cada anno, uma pipa de vinho aos padres de S. Francisco de Enxobregas. etc*........................

—

Segundo as mais exactas indagações dos nossos antiquarios d'este seculo, os frades gracianos, não só deixaram de cumprir as obrigações contrahidas com o filho de Affonso d'Albuquerque; mas, para maior escandalo, e em desfórra de elle lhes mover por isto, justa demanda, tiraram os ossos do grande Albuquerdue do seu jazigo na capella-mór da egreja, arremeçando-os a uma cova da communidade; de modo que não se tem podido saber com certeza onde param as cinzas d'este varão um dos maiores heroes que Portugal tem produzido.

> Na palavra *Paraízo* (quinta do) vem a biographia de Affonso de Albuquerque (pae) e alli se verá que este grande vulto do seculo XVI, não só foi perseguido pelos invejosos cobardes, em quanto vivo; mas ainda, e por varias vezes depois de morto, pretendendo infamar-lhe a memoria e aniquilar-lhe os ossos carcomidos.
>
> Remetto pois o leitor para a palavra *Paraizo*.

—

Se Affonso d'Albuquerque, filho, não conquistou reinos na Asia, se não fundou cidades e fortalezas na India, se não fez temido e respeitado o nome do seu rei e da sua patria, se não fez tremular ovante a sagrada bandeira das Quinas, nos mares do Indostão, da Persia, do estreito de Bab-el-Mandel, de Malaca, do Japão, de Sião, e em todos os mares do Oriente; se não imitou isto a seu pae — é certo que foi um leal portuguez, um extremado catholico, um cidadão benemerito, um escriptor elegante, um magistrado solicito e honradissimo, e um coração caridoso: qualidades que de certo egualam, senão excedem, o valor e as grandes conquistas. Virtuoso como seu pae, na sua vida impoluta, imitou-o na sorte depois da morte; pois tambem se ignora onde param suas cinzas venerandas.

Foi este inclito varão que, como já disse, fundou a egreja de S. Simão, proximo á sua quinta do *Paraizo*, instituindo-a em cabeça do vinculo da casa dos bicos, no anno de 1578.

Não a destinou sómente para seu jazigo e de seu pae, mulher e filha, quiz tambem que ella fosse a capella de um estabelecimento de caridade.

Diz uma *verba* do seu testamento e de sua mulher — «Ordenamos e instituimos um hos«pital, *de hoje para sempre*, na egreja do «bem aventurado S. Simão, que está junto «á nossa quinta d'Azeitão, para n'elle se aga«zalharem pobres caminhantes de Jesus «Christo, pelo modo, maneira e condicções «abaixo declaradas.

«Primeiramente mandamos, que no dito «hospital haja para sempre cinco camas, em «louvor das cinco chagas de Nosso Senhor «Jesus Christo, e cada uma terá um estrado «de páo, para se não gastar com a humida«de, e um enxergão de palha e duas cobertas «de almáfega, e uma manta do Alemtejo, e «um travesseiro da mesma almáfega, e um de «lan, tamanho como a cama: as quaes ca«mas serão tamanhas, que possam caber «duas pessoas; e serão reformadas todos os «annos, e concertadas de todo o necessario, «melhorando e não piorando.

«Ordenamos e mandamos que no dito hos«pital se recolham todos os pobres caminhan«tes, de qualquer qualidade e condição que «sejam, tres dias, do dia que entrarem por «diante, e mais não. Aos que vierem doen«tes, se poderão agasalhar cinco dias.

«E pedimos muito, pelo amor de Nosso

«Senhor, a todos os administradores do dito «hospital, que pelo tempo forem sendo pre-«sentes na dita quinta, prôvam estes doen-«tes de algumas cousas necessarias para a «sua enfermidade, por sua vontade e sem «obrigação.

«E ordenamos, que a todo o pobre cami-«nhante, que vier agasalhar-se no dito hos-«pital, se lhe dê azeite para se alumiar to-«da a noite e seis mezes de inverno, lhe da-«rão lenha, para se aquentarem e enxuga-«rem seus pobres vestidos: pedimos a todo «o pobre que neste hospital entrar, que por «alma nossa e pela de meu pae Affonso de «Albuquerque, reze cinco vezes a oração do «Padre Nosso e cinco Ave Marias, á honra «das cinco chagas que Nosso Senhor re-«cebeu na arvore da Vera Cruz, pedindo-«lhe mui ferverosamente que livre nossas al-«mas do fogo do purgatorio e as leve á sua «santa gloria.

«E, para se cumprirem as ditas obriga-«ções e encargos do dito hospital, de hoje «para todo o sempre, deixamos, vinculamos «e unimos a nossa quinta d'Azeitão, com seu «assento de casas, pomar, vinhas, cerrados, «fóros, havidos e por haver, assim e da ma-«neira que nós os possuimos, e pela mesma «maneira vinculamos e unimos, *as nossas ca-«sas que temos em Lisboa, ás Portas do Mar* «que partem com o doutor Luiz da Veiga e «com a mulher que foi de Ayres Tavares.

—

O nosso poeta classico o dr. Antonio Ferreira, contemporaneo e amigo do fundador da casa dos bicos, fez a este varão uma elegia, da qual copio o seguinte:

Affonso d'Albuquerque, por ti escripto,
Teu clarissimo pae, vive e florece;
De quem, com o nome, herdaste esse alto esprito.

Fizeste teus, os seus claros louvores,
Dando-lhe eterno assento entre a memoria,
Dos grandes capitães e imperadores.

E renovaste n'elle a antiga historia,
Do grande Macedonio, que parece
Mostrar inveja, d'esta nova gloria.

Testemunhas serão as reaes bandeiras
Que vencedor as viu o sol Oriente,
Lá nas praias do mar, mais derradeiras.

Da Persia e Arabia, a tributaria gente,
Viram do seu despojo as praias cheias
E do barbaro sangue a gran corrente.

Turvaram o Nylo, o Ganges e o Hydaspe as veias
Vendo altas fortalezas levantadas
E vencedor pendão entre as ameias.

De Mécca as portas, té então cerradas,
Temeram ver-se, não sómente abertas,
Mas do grande Albuquerque conquistadas.

Quantas ilhas e terras descobertas
Foram por elle ao mundo? Quantas minas,
D'ouro té alli a todos encobertas?

Quem mais gloriosas fez as reaes Quinas?
Quem o portuguez nome, mais famoso
Com mais victorias de memoria dignas?

Ousado capitão e venturoso,
Se a morte não cortára teus intentos,
Que fruito ainda nos deras tão formoso?

A ti se devem os altos fundamentos
Do oriental imperio, que ainda dura
Firme, entre tanto mar e tantos ventos.

Não pôde a inveja, a clara formosura
Escurecer da tua viva fama,
Por mais que contra ti se armasse dura.

Inda hoje Roma, inda hoje Grecia chora
De seus bons capitães premios escuros,
E mortos os suspira, honra e adora.

Nunca, nunca, egualmente se guardara
Em vida os altos feitos: só na morte
Seu verdadeiro premio e honra acharam.

Louvou-se: agora espanta o peito forte
Do illustre pae a alta paciencia,
Que em tudo lhe deu tão ditosa sorte.

Espanta a ousadia com a prudencia,
Que juntas n'elle egualmente venciam,
A constancia, a justiça, a continencia.

Desprezando as intrigas que impediam
O nosso bem; tudo venceu, soffrendo.
Que premios a este Fabio se deviam?

Quanto suou, quanto soffreu, vivendo,
Tu lh'o pagaste agora, filho digno
De tal pae, que immortal foste fazendo.

Não está a honra no sepulchro erguido;
Mausoleus aos mortos não dão vida.
Que emfim, tudo com o tempo é consumido.

—

Terminemos com a *casa dos bicos.*

Em 1827 foi posta em praça pela fazenda publica, por estar penhorada pela quantia de 14:800$000 réis, que o proprietario devia de decimas por este e outros predios seus.

Era inquilino o rico e honrado negociante de bacalhau, Caetano Lopes da Silva, pae dos actuaes locatarios, tambem negociantes de bacalhau.

Em 1838, Francisco Antonio Marques Giraldes Barba, tutor do menor Pedro Telles de Mello, successor do antigo senhor d'esta casa, citou o arrematante, para lh'a restituir, com o fundamento de que sendo vinculada, não podia ser vendida, embora com execução fiscal.

Caetano Lopes, homem honrado e inimigo de demandas, e reconhecendo por conselho de letrados, que a casa fôra illegalmente posta em praça, confessou a acção, e fez ao senhorio um arrendamento a longo praso, pelo aluguer annual de 500$000 réis.

Podia demandar a fazenda nacional pelos 14:800$000 réis e siza; mas sabendo o que são demandas com o estado, nem elle, nem seus filhos se atreveram a tentar a acção, preferindo perder tamanha quantia.

—

E' hoje proprietario da casa dos bicos o sr. Pedro Maria Telles de Mello Malheiros Brito Freire e Albuquerque.

Os bens de Affonso de Albuquerque e de sua mulher pasaram para os marquezes de Pombal (por succesão da casa de Sarzedas) condes de Peniche (hoje marquezes d'Angeja) condes de Mesquitella e Pedro de Mello. A este coube a *casa dos bicos.*

—

Ha tambem uma tradição, segundo a qual consta que na familia dos Albuquerques se entroncára um magistrado, de appellido *Bacalhau,* filho de um commerciante de bacalhau, e que é por isso que a *casa dos bicos,* desde muito antes do terramoto até á actualidade, tem servido de armazem de bacalhau.

Que por este mesmo motivo se mudou o nome á quinta do Paraizo, em Azeitão, chamando-se *da Bacalhôa.* (1)

Não ha documento algum que nos induza a negar ou confirmar esta tradição do *Bacalhau.*

A *casa dos bicos* passou para a casa dos Mellos—onde se conserva—por casamento, ou por herança—visto que os seus actuaes possuidores são ainda Albuquerques, e não podia passar para *arvore estranha,* até ás leis de 30 de julho de 1860, e 19 de maio de 1862, que destruiram esse *roubo illegal,* essa intoleravel anomalia, chamada *vinculos.*

Antes do terramoto de 1755, andou esta casa arrendada a um inglez, negociante de bacalhau, por 700$000 réis.

Já disse que a antiga frente da casa dos bicos era para a rua que tomou o nome do fundador da casa (Albuquerque) e as trazeiras para a praia do Tejo. Depois do terramoto, *virou a frente á rectaguarda,* ficando (como está actualmente) com a frente para a *rua dos Bacalhoeiros* e as trazeiras para a *rua do Almargem.*

Proximo ás trazeiras da *casa dos bicos,*

(1) Apesar de ir contra a opinião de escriptores muito mais competentes do que eu, estou persuadido que ha engano em chamar-se quinta do *Paraizo* á de Azeitão, e que esta, (qualquer que fosse o motivo) se chamava, já desde Affonso d'Albuquerque, filho, ou mesmo que fosse depois, *quinta da Bacalhôa.*

A confusão, quanto a mim, está em que o pae do segundo Affonso possuiu a *quinta do Paraizo* (onde nasceu, em 1453) que seus descendentes herdaram. Mas esta quinta é ao N. do Tejo, entre Alhandra e Villa Franca de Xira—e a da *Bacalhôa* é ao S. do Tejo, e proxima de Azeitão.

ha uma travessa, que vae ter á rua de S. João da Praça, ainda chamada *Bêcco do Albuquerque*.

A leste da *casa dos bicos* fica o Arco da Conceição, e ao O. (entre a rua do Almargem e a das Canastras) ainda existe a porta chamada agora *Arco das Portas do Mar* e em frente d'elle, hindo ter ás Cruzes da Sé, as *Escadinhas das Portas do Mar*.

Casa de Vasco da Gama

Este edificio ficava quasi no alto do monte de S. Roque, em parte encostada á muralha da cidade, para o lado de dentro, e proximo da *porta do Condestavel*. Era vasto e tinha uma extensa e alta frontaria, com muitas e grandes janellas de sacada, no andar nobre, e muitos e amplos aposentos.

Ainda existe parte d'este edificio. No meiado do seculo passado morou n'elle, e ahi morreu (1754) o 1.º patriarcha de Lisboa, D. Thomaz d'Almeida.

O terramoto de 1755 o arruinou bastante, não se reparando, pelo que em 1840 foi demolida grande parte da fachada por ameaçar ruina. O resto ainda habitado existe no alto da calçada do Duque, proximo do largo de S. Roque. Vide *largo de S. Roque*, onde se concluem todos os mais esclarecimentos com respeito a este edificio.

Para a biographia, genealogia e armas d'esta nobilissima familia, vide *Niza* e *Vidigueira*.

—

Varios monumentos antigos de Lisboa

Palacio dos marquezes d'Alegrete

A *porta da Mouraria*, ou como vulgarmente se diz—*arco do Marquez de Alegrete*—é uma das 46, que se abriam nas muralhas da circumvallação, mandadas construir pelo rei D. Fernando.

Chamou-se *porta da Mouraria*, por ficar na extremidade S. do bairro, que desde D. Affonso Henriques foi designado aos mouros, que quizeram ficar em Portugal depois da conquista de Lisboa.

Com o augmento da população da cidade se foi esta desenvolvendo para além das muralhas, sendo preciso para isso derrubar lanços inteiros d'ellas.

Pelos annos de 1670, os condes de Villar-Maior construiram um palacio, para sua residencia, edificando parte d'elle sobre a muralha e parte sobre o *arco da mouraria*.

Sendo Manuel Telles da Silva, conde de Villar-Maior, elevado ao titulo de marquez de Alegrete, por D. Pedro II, em 1687, se principiou a denominar esta porta—*arco do marquez d'Alegrete*, e assim ficou, dando-se o mesmo nome (rua do Arco do Marquez d'Alegrete) á rua que desde o arco vae ao largo do Poço do Borratem.

Ainda existe a maior parte d'este palacio.

Passo do Boi Formoso

Entre o palacio do marquez d'Alegrete e a capella ou *Passo*, ainda está de pé um lanço da muralha de D. Fernando. É a esta capella que se dá o nome de *Passo do Boi Formoso*, hoje corrompido em *Bem-Formoso*, e este sitio, que é o canto do largo da Mouraria, é celebre nos annaes da historia portugueza. A inscripção que alli se vê nos muros, diz o seguinte:

O MUI: NOBRE: E: ALTO: REJ: DON: FERNANDO: DE: PORTUGAL: E: FYLHO: DO: MUI: NOBRE: REJ: DON: PEDRO: E: NETO DO MUI: NOBRE REJ: DON: AFONSO: OOLHANDO: COMO: A: MUI: NOBRE: SUA: CIDADE: DE: LISBOA: SEJA: HÚA: DAS: MAIS: NOBRES: CIDADES: QUE: HA: EM; TODALAS: PARTES: DO: MUNDO: E: COMO: ESA: CIDADE: A: MAIS: NOBRE: FOSE: FORA: DA CERCA: VELHA: QUE: SEUS: BISAVOOS: GUANHARON: AOS: MOROS: POREM: MANDO: FAZER: ESTA: CERCA: NOVA: E: FOI: COMENÇADA: ERA: DE: MIL E QUATRO CENTOS ONZE ANOS: (1373 J. C.) SE: ACABOU: EN: QUATRO: CENTOS TREZE ANOS: PER.: SEU: MANDADO: FOI: DELA: REGEDOR: GOMES MARTINZ: DE: SETUVAL: Q: FOI: SEU: CAPITAN: EN: SEUS: REINOS: E: SEU: VASALO: E: OVIDOR: DA: SUA: CORTE: E: CORREGEDOR: POR: EL: NA: DITA: CIDADE: E: LOURENÇO: DURÃES: ESCRIVAN: DO: CONCELHO: E: JOHAN: FERNANDIZ: E: VASCO: BRAZ: MEESTRES: DO: DITO: MURO.

Foi este *Passo do Boi Formoso*, que deu o nome á rua que do largo da Mouraria vae ao largo do Intendente. Este nome degenerou depois em *rua do Paço do Bem Formoso* e actualmente em *rua do Bem Formoso.*

Palacio do marquez de Pombal

Este palacio, que Sebastião José de Carvalho e Mello, primeiro conde de Oeiras e primeiro marquez de Pombal, herdou de seus paes, é situado na rua Formosa, ao Bairro Alto. Ainda existe em bom estado, devido ás continuas reparações. Tem annexa uma boa quinta com seu jardim; e foi até ha pouco tempo residencia ordinaria dos actuaes srs. marquezes de Pombal. Agora estabeleceu-se alli a *Escola nacional*, e *Collegio infantil.*

O grande ministro de D. José I, nasceu n'este palacio, em 13 de maio de 1699. Foi baptisado na egreja das Mercês, matriz da freguezia (de que seu pae e avós, e depois elle, foram padroeiros) a 6 de junho do mesmo anno. Foi seu padrinho, seu avô paterno, Sebastião de Carvalho e Mello.—Morreu na villa do Pombal, a 8 de maio de 1782.

Para a sua genealogia, biographia e armas, vide *Pombal.*

Torre do Tombo

Como a descripção de Lisboa é extensissima (apesar de tratar de tudo resumidamente) vae a Torre do Tombo descripta em artigo especial, sob a palavra indicadora—*Torre do Tombo.*

Aqui limito-me a dizer, que o primeiro archivo d'este reino, a que se deu este nome, era no castello de S. Jorge. Foi destruido pelo terramoto. Hoje a Torre do Tombo é no *palacio das côrtes*, antigo convento de S. Bento.

Antigo palacio dos arcebispos de Lisboa

Já disse, no logar competente, que D. Affonso Henriques, quando vinha a Lisboa, habitava em umas casas junto á Sé e ao NE. d'ella.

Depois de haver um paço real proprio, foi aquella casa dada aos bispos de Lisboa, para sua residencia.

Não se sabe quando esta casa foi demolida, para em seu logar se edificarem os paços que depois se denominaram do *Arcebispo.* Ha porém fundadas conjecturas que levam a acreditar ter sido algum dos primeiros bispos de Lisboa, que succederam a D. Gilberto, nomeado por D. Affonso I, logo em 1147, e fallecido em 1166.

O terramoto de 1344 (outros dizem que foi o de 1356) destruiu a capella-mór da Sé, e estes paços. D. Affonso IV, que então reinava, mandou reedificar a capella-mór; e o paço episcopal foi tambem logo reconstruido pelo bispo de Lisboa, D. João Affonso de Brito, que o ampliou. Mais alguns terramotos succedidos nos seculos XIV até ao XVI, damnificaram mais ou menos este edificio, que foi logo reparado.

O cardeal D. Luiz de Sousa (que foi feito arcebispo de Lisboa em 1676, e que morreu em 1702) fez n'estes paços grandes obras de reedificação e accrescentamento, algumas das quaes ainda existem.

Este cardeal era filho de Diogo Lopes de Sousa, segundo conde de Miranda. Vivia com muito fausto e grandeza.

O terramoto de 1755, destruiu quasi tudo.

Ficava este palacio por detraz da capella-mór da Sé, e tinha tres fachadas exteriores. A principal era para o N., nas ruas do Arco do Limoeiro e do Barão, separada d'esta ultima rua pelo antigo bêcco (hoje escadinhas) do *Quebra Costas.*

Digo antigo *bêcco*, porque, em vista da altura em que ficam as soleiras das duas portas de entrada que o paço tinha para este lado, me persuado que isto era antigamente um verdadeiro bêcco, tendo só entrada pela rua de S. João da Praça, e com dois lanços de escadas, um para a primeira porta (a do S.) e outro d'ahi á segunda, que está em nivel superior. Parece-me pois que não havia communicação com

a rua do Barão, e que esta só foi aberta posteriormente: talvez depois do terramoto de 1344, ou outro qualquer.

A fachada do N. pois, que fica em frente do Aljube, é onde tinha a entrada principal o edificio, e lá está ainda a grande porta (obra de D. Luiz de Sousa) que dá entrada para o *Pateo da Sé*, e onde está o corpo da guarda da mesma. Esta porta está hoje muito mais pequena, por se ter tapado parte d'ella em 1870, mas conhece-se perfeitamente a antiga, cuja cantaria se conservou.

Para este lado é que indisputavelmente era a frontaria do palacio; mas agora apenas tem um muro, e sobre elle a pequena residencia do sr. prior da Sé.

A fachada de L. deitava para as actuaes Escadinhas do Quebra Costas. Tinha para este lado duas grandes portas (como já disse) e quatro grandes janellas gothicas, que tudo está tapado, provavelmente do tempo da primeira reconstrucção. Todo o lanço que deita para este lado, que é de uma grande altura, sobretudo da parte do S., é incontestavelmente antiquissimo, e estou convencido de que pertence á primittiva construcção d'este edificio; á excepção de uma grande janella, em arco, de volta inteira, que (além das quatro já referidas) ainda alli se vê, quasi toda entupida com pedra e cal. Esta janella é evidentemente muito mais moderna, e talvez pertença á epoca das reconstrucções de D. Luiz de Sousa.

Sobre este alto muro (que é todo de cantaria) e no angulo E. e S., se construiu já depois do terramoto de 1755, uma casa, que é a residencia do actual padre thesoureiro da Sé, o sr. José de Sousa Ferreira Guimarães, e outra contigua onde ha poucos dias (agosto de 1874) falleceu um conego da Sé e que ainda está habitada.

A fachada do S. deita quasi toda para as Cruzes da Sé, e só a extremidade que faz angulo com as Escadinhas do Quebra Costas é já na rua de S. João da Praça. Para este lado tambem tudo pertence á primittiva construcção. É de uma medonha altura, e um lanço das antigas muralhas da cidade. Para este lado está um grande arco e uma janella gothica, ambos da primeira construcção; mas por este lado nunca houve entrada para os paços.

O palacio mandado edificar pelo cardeal D. Luiz de Sousa, depois de concluido, foi por elle ornado com grande magnificencia. Viam-se alli alguns paineies de muito primor, obra de grandes pintores portuguezes e estrangeiros; e uma livraria, pela maior parte colligida por D. Luiz, que era uma das mais copiosas e ricas de Lisboa. Dizia-se que esta livraria era superior em quantidade e qualidade ás celebradas dos condes da Ericeira e do Vimieiro.

Tendo sido creado o seminario patriarchal, por bulla do papa Benedicto (ou Bento, que é o mesmo) XIV, em 1741, foi estabelecido este instituto, no palacio dos arcebispos, e aqui esteve 14 annos, até ser destruido pelo terramoto de 1755.

D. Thomaz d'Almeida, que foi o primeiro patriarcha de Lisboa, residiu primeiro no palacio de seus paes, os condes d'Avintes, no Campo de Santa Clara. Depois no palacio dos marquezes de Niza, ao cimo da Calçada do Duque, e proximo ao Largo de S. Roque (de que já fallei).

O palacio dos arcebispos (tanto o antigo como o reconstruido) communicavam interiormente com a Sé, pelos lados do N., S. e L. Hoje ainda existem estas tres communicações.

No vão do grande arco, da primittiva fabrica, no muro do sul (do lado das Cruzes da Sé e da rua de S. João da Praça) se foi aninhar uma familia, depois do terramoto de 1755, e lá existe ainda a casinha, de dois andares, propriedade dos successores do fundador.

Do lado de L. (Quebra Costas) tudo quanto existe n'esta fachada, é construcção do primeiro palacio dos bispos, e talvez mesmo dos paços de D. Affonso Henriques.

O palacio era em fórma de claustro, com um pateo lageado de pedra no centro, que ainda existe em bom estado. O corpo do S. (á excepção do angulo de L.) está reduzido a hortas.

No ambito que occupou o paço dos arcebispos ainda ha mais algumas casas de ha-

bitação e arrecadações. Por baixo d'estas casas, ha algumas capellas subterraneas.

Tambem aqui ha a casa dos dois corvos, que se conservam em memoria de S. Vicente, martyr, padroeiro de Lisboa.

A todo este informe e heterogenio amontoado de ruinas de diversas epocas se dá hoje o nome de *Pateo da Sé.*

No angulo NE. se vêem umas robustas paredes, que provam uma nova reconstrucção (principio d'ella) posterior ao terramoto. Não pude saber quem as mandou construir; mas é certo que ainda estão solidissimas e eram feitas com magnificencia.

Quando tratar da Sé, direi mais alguma cousa com respeito a este palacio.

Palacio dos marquezes do Lavradio

(A Santa Clara)

Os condes d'Avintes tinham o seu antigo palacio no Largo de Santa Clara. Era um edificio de acanhadas proporções, velho e em mau estado.

D. Luiz d'Almeida foi o primeiro conde d'Avintes, feito por D. Affonso VI, em 17 de fevereiro de 1664. Aqui residiu o primeiro patriarcha de Lisboa, D. Thomaz d'Almeida, filho dos segundos condes d'Avintes, por ainda não terem os patriarchas palacio proprio, pois o da Sé era dos arcebispos.[1]

Foi este patriarcha que depois mandou demolir o palacio onde nascera, e construir á sua custa o que ainda hoje existe, pelos annos de 1730.

(Em 1865 mandou a camara de Lisboa ajardinar o terreiro que fica em frente d'este palacio).

[1] Em 1716, reinando D. João V, foi a Sé de Lisboa dividida em *oriental*, governada por um arcebispo—e *occidental*, sendo o seu prelado elevado a patriarcha, pelo papa Clemente XI, n'esse mesmo anno. Esta divisão (as duas Sés) apenas durou 25 annos, pois que o papa Bento (ou Benedicto) XIV, supprimiu o arcebispado de Lisboa oriental, em 1741, a rogos do mesmo soberano que tinha solicitado a sua creação. Desde então ficaram unidas as duas Sés, sob o governo de um só prelado, como era antes de 1716.

D. Thomaz d'Almeida mandou fazer este palacio em vida de seu irmão D. Antonio d'Almeida Soares Portugal, segundo conde d'Avintes, feito marquez do Lavradio, por D. José I, em 17 de julho de 1725.

Para a genealogia e armas dos condes de Avintes, marquezes do Lavradio, vide Avintes e Lavradio. Vide *Campo de Santa Clara.*

Cêrca mourisca

Das antigas muralhas que cercavam a Lisboa primittiva, no tempo dos arabes, apenas se vêem, além dos velhos muros do castello de S. Jorge, com as portas do *Moniz* e da *Traição*—os restos de uma torre e muralha, por detraz da egreja de S. Braz, ou, como é mais conhecida, de Santa Luzia—uma torre e um pedaço de muro, no largo de S. Raphael, em Alfama, e os seguintes arcos, que foram portas da cidade, de entre as 12 que havia na cêrca mourisca.

Arco Escuro, na rua dos Confeiteiros (era a *porta do mar*, antiga—Tambem se chama *postigo da rua das Canastras.* (Vide *Casa dos Bicos.*)

Arco de Jesus, em frente do Caes de Santarem. Era a *porta do mar, a S. João.*

Arco do Bêco das Môscas—junto ao chafariz de El-Rei. Era a *porta do Chafariz de El-Rei.*

Das outras sete portas da cêrca mourisca já não ha vestigios.

Eram estas—*Porta principal* do castello (depois chamado de S. Jorge)—*Porta da Alfófa*—*Porta do Ferro*—*Postigo do conde de Linhares*—*Porta de Alfama*—*Porta do Sol* e *Porta de D. Fradique.*

Esta cêrca principiava no castello, proximo da porta principal, que depois se chamou de S. Jorge—descia á *porta de Alfófa*, que era proximo da actual ermida de S. Chrispim, e d'ahi hia á Sé, defronte da qual ficava a *porta do ferro*, e d'esta á actual rua dos Confeiteiros (á *porta do mar*, antiga)—corria pelo Caes de Santarem, até á actual rua da Adiça—abrindo-se em todo este lanço de muralhas a porta do mar, a S. João.

O *postigo do Conde de Linhares*—a *porta*

do Chafariz de El-Rei (Arco do Béco das Môscas) e a *porta de Alfama*, que fazia frente á egreja de S. Pedro, destruida pelo terramoto, existindo apenas a porta da egreja, que é hoje a de uma loja, na rua da Adiça, n.º 2.—D'aqui subia a muralha a S. Braz, ou Santa Luzia, junto á capella-mór da qual ficava a *Porta do Sol*, d'onde continuava até terminar no castello, junto do palacio de D. Fradique, e da *porta de D. Fradique*, que ainda ha pouco tempo se via (tapada) no lanço do muro do castello, que deita para o Chão da Feira.

Cérca de D. Fernando

Já vimos quanto era pequena a área que a cêrca mourisca abrangia.

A população e os edificios, augmentando progressivamente em Lisboa, tinham ultrapassado o cinto de muralhas, e, por isso, havia mais habitações fóra do que dentro dos antigos muros.

Em vista d'isto, e querendo o rei D. Fernando que a cidade ficasse toda guardada por novos muros de circumvalação, mandou, em 1373, proceder a esta edificação.

Tinham estas novas muralhas o seu principio no castello de S. Jorge, junto ás *portas da Traição* (que deitam para o olival) por onde descia á *porta de S. Lourenço*, da qual existem ainda vestigios, junto da grande torre que está na *Costa do Castello*.—D'aqui proseguia pelo *Bêco do Carrasco* até ao sitio do *passo do Boi Formoso* [1] onde ficava a *Porta da Mouraria* (Arco do Marquez de Alegrete.) D'esta, continuava para a *Porta da Rua da Palma* (Rua Nova da Palma.) D'aqui subia pela *Calçada do Jogo da Péla*, no cimo da qual estava a *Porta do Jogo da Péla*, que, em razão de um nicho a Nossa Senhora da Graça, que alli posteriormente se collocou, se denominou *Arco da Graça*, até 1835, anno em que foi demolido. Ainda ha vestigios d'esta porta, nas casas com que entestava.

D'aqui corria o muro até á *Porta de Santa Anna*, na calçada do mesmo nome, abaixo do egreja de Nossa Senhora da Pena: descendo d'aqui para a *Porta de Santo Antão*, que era proximo da actual egreja de S. Luiz, na rua ainda por isso chamada das Portas de Santo Antão (officialmente rua de Santo Antão) entre esta egreja e a actual rua do Jardim do Regedor. D'aqui continuava a muralha até ás *Portas das Estribarías de El-Rei*, no sitio onde hoje é o largo de Camões, que, como já disse, era então occupado por um corpo do palacio dos Estáos. D'aqui subia ao largo de S. Roque, e ahi, correspondendo á calçada do Duque (onde ainda se vêem, de ambos os lados, lanços do muro antigo) ficava a *Porta do Condestavel*, que depois se veio a chamar *Postigo do Carmo*, e por fim *Arco de S. Roque*. Foi demolido em 1836.

Junto d'esta porta estava a célebre *Torre de Alvaro Paes*, que foi completamente destruida pelo terramoto de 1755. D'aqui marchava a muralha pela rua Nova da Trindade, onde existe ainda de pé uma parte d'ella —até ao proximo largo em que se abria a *Porta da Trindade*. D'ahi descia ao largo das Duas Egrejas, ficando ambas (as egrejas) da parte de fóra dos muros. Proximo d'estas egrejas ficavam as *Portas de Santa Catharina*, célebres pelo valor com que foram defendidas pelo mestre de Aviz (depois D. João I) á frente dos portuguezes, contra os castelhanos, que aqui atacaram em 28 de maio de 1384.

> (Os castelhanos eram commandados pelo seu rei—D. João I—em pessoa. Cercaram Lisboa por terra e por mar, durando o assedio 5 mezes; mas disimados pela peste e pelo ferro dos portuguezes, tiveram de fugir para Torres Vedras e depois para Castella.)

D'esta porta só existem as duas estatuas de marmore que a coroavam, que eram Nossa Senhora do Loreto e Santa Catharina, e estão actualmente collocadas em nichos, na

[1] Quasi todos os escriptores dizem *Paço do Boi Formoso*. Não ha a minima tradição de que alli existisse um *paço;* mas sim, é ainda lá está, um *passo*, como vulgarmente se denominam as capellas da *Via Sacra*. Entendo pois que se deve escrever *passo* e não *paço*. Noto que isto não passa de uma, quanto a mim, bem fundada opinião.

frontaria da egreja de Nossa Senhora da Encarnação.

Das Portas de Santa Catharina seguia a muralha pela rua do Thesouro Velho, ficando quasi no fim d'ella, em frente do palacio dos duques de Bragança, estando quasi no fim d'esta rua, as *Portas do Duque de Bragança*; descendo d'aqui até as *Portas do Corpo Santo*, que primeiro se chamaram *Postigo do Cata que Faraz*, que existia proximo ao largo do mesmo nome; ficando um pouco mais adiante as *Portas dos Cobertos*, e perto d'estas as *Portas dos Cortes Reaes*, que eram contiguas ao palacio do Corte Real, que fôra dos marquezes de Castello Rodrigo e depois de 1640 encorporado nos bons da corôa, e occupára o sitio onde hoje estão as officinas do Arsenal da Marinha, parte da rua do Arsenal e do largo do Corpo Santo.

D'aqui corria pela beira do rio para o E. tendo a pouca distancia o *Postigo do Carvão*, e proximo d'este, já defronte dos Paços da Ribeira, que ficavam de fóra, as *Portas do Oura*, ou *Arco do Ouro*.

Seguiam-se as *Portas dos Armazens*—do *Arco das Pazes* e as *da Moeda*, sobre as quaes se edificaram posteriormente alguns quartos do paço da Ribeira. As primeiras ficavam no *Largo do Relogio* (largo do Pelourinho) — as segundas, davam sahida para o *Terreiro do Paço* (Praça do Commercio) por baixo do palacio real, no sitio onde hoje principia a rua do Arsenal.—As da Moeda ficavam tambem no Terreiro do Paço, onde onde agora desemboca a rua do Ouro.

Continuava a muralha pela *Rua Nova* (rua Nova de El-Rei, vulgarmente, *dos Capellistas*) e n'ella havia, communicando com o Terreiro do Paço, as portas seguintes: *Portas do Prego*, immediatas ás da Moéda— *Portas dos Barretes* ou *Arco do Açougue*— *Portas da Ribeira* e *Portas da Portagem*.

D'aqui proseguia a muralha até ás *Portas Novas do Mar*, que ainda existem com o nome de *Arco das Portas do Mar*, na rua dos Bacalhoeiros, tambem chamado *Postigo da rua das Canastras*, por estar entre a rua das Canastras e a do Almargem, e tendo na rectaguarda, entre as mesmas duas ruas, as Escadinhas das Portas do Mar, que vão subindo até ao largo da Sé.

Seguia a muralha para leste, sempre á beira do rio até ás *Portas da Judiaria*, que ainda existem com o nome de Arco da Conceição. Estas duas portas são na Rua dos Bacalhoeiros, uma á direita outra á esquerda da casa dos bicos.

Continuava a muralha na mesma direcção até ás *Portas do Terreiro*, hoje Arco do Rozario, defronte do Terreiro do Trigo, d'onde seguia, passando pelo Bêcco de Alfama, onde está um arco, que era o *Postigo de Alfama*, ou *das Alcaçarias e da Lavagem*, collocado entre os banhos que aqui ha, em frente do edificio do Terreiro do Trigo, e o tanque das lavadeiras.

D'este postigo, corria o muro por entre os chafarizes de *Dentro* e da *Praia*, ficando no meio de ambos a *Porta do Chafariz de Dentro*, até ao principio da calçada que vae da Fundição para o Paraizo, onde havia a *Porta da Polvora*, que era junto á cadeia da Gallé, e a ultima das do lado do rio.

Continuava o muro até proximo da ermida de Nossa Senhora da Bôa Nova, onde ainda ha vestigios de muralha e de um arco.

D'aqui subia á rua das Portas da Cruz, á qual deu o nome a porta que ahi houve, e que foi demolida em 1775, para por alli poder passar a estatua equestre de D. José I, feita na Fundição de Cima (ou de Santa Clara.)

D'esta porta, que era de architectura moderna, existe uma columna e parte do frontão do lado esquerdo, e uma inscripção, junto ao palacio do secretario de guerra, no fim d'esta calçada.

D'esta porta hia ter a muralha ao *Postigo do Arcebispo*, que é o a que agora se chama *Arco Pequeno*—hindo d'aqui em direitura ao muro da cêrca de S. Vicente de Fóra, abrindo se n'este lanço a *Porta de S. Vicente*, proximo ao actual Arco de S. Vicente, que se abriu em 1808, e serve de passadiço da cêrca para o mosteiro.

D'esta porta corria a muralha ao longo da cêrca de S. Vicente de Fóra, até ao largo da Graça, onde havia o *Postigo de Santo Agostinho*, depois chamado, *de Nossa Senho-*

ra da Graça. A maior parte d'este lanço de muro ainda existe dentro da quinta de S. Vicente, havendo ainda tambem bastantes vestigios da porta, entre a mesma quinta e o convento da Graça.

A muralha continuava d'aqui até ao principio do adro da egreja da Graça, ficando esta e todo o mosteiro, da parte de fóra.

No principio do Caracol da Graça, descia o muro ás *Portas de Santo André*, que é o grande arco da invocação d'este santo, unido ao palacio dos srs. condes da Figueira; e d'aqui hia terminar no castello.

Nas duas cêrcas (a mourisca e a de D. Fernando) havia 46 portas e 77 torres.

Da segunda, que tinha de circumferencia 7:000 passos, resta, além do que fica mencionado, um precioso padrão, que se póde vêr no pedaço da muralha onde está o Passo do Boi Formoso. Tem aqui uma inscripção que já fica copiada onde trato do Passo do Boi Formoso.

Castello de S. Jorge

Os romanos, sendo imperador Julio Cesar Augusto, construiram esta fortaleza, pelos annos 4000 (4 antes de Jesus Christo.)—Não me consta do estado d'isto durante o dominio gothico, alano e suevo.

Os arabes o reedificaram e ampliaram com varias construcções, durante o longo periodo de 430 annos da sua dominação em Lisboa.

Ainda existem aqui muitos vestigios e construcções mouriscas. Pertencem a esta, a cidadella, com a sua barbacan e varias torres, em uma das quaes ha uma cisterna. É a parte N. do castello. Em frente da cidadella ha um vasto terreiro, cercado pelo N. e E. de grossas muralhas arabes. É no lanço do N. que se abre a *Porta do Moniz*, junto de uma torre que a defendia. Sobre esta porta está mettido em um nicho, o busto, em marmore, de D. Martim Moniz, com a seguinte inscripção.

El-Rei D. Affonso Henriques mandou aqui collocar esta estatua e cabeça de pedra, em memoria da morte gloriosa que Dõ Martim Moniz, progenitor da familia dos Vasconcellos, recebeu n'esta porta, quando atravessando-se n'ela, franqueou aos seus a entrada, com que se ganhou aos mouros esta cidade, no anno de 1147.

João Rodrigues de Vasconcellos e Sousa, conde de Castello Melhor, seu decimo quarto neto, por varonia, fez aqui pôr esta inscripção, no anno de 1646.

Dentro da cidadella fica uma das entradas para os caminhos subterraneos, que, segundo o uso d'aquellas eras, e conforme a tradição, atravessavam o monte do castello, em diversas direcções.

Tambem alli era o alcaçar do alcaide mouro, que foi depois residencia do alcaide-mór portuguez e por fim paço real.

D. Affonso Henriques, conquistado o castello, lhe fez varios reparos. D. Diniz, pelos annos 1300, transformou o alcaçar mourisco em paço real. (Vide *Paço das Alcaçovas.*)

Foi porém D. João I o que fez mais importantes obras n'este castello, dando-lhe por padroeiro S. Jorge.

Além do que já fica declarado, existem ainda no castello mais duas torres mouriscas—uma chamada de *Ulysses* (porque a antiga tradição popular, attribuia a este undivago rei, a sua fundação.)

A outra se chamava *Albarran*, onde nos primeiros tempos da monarchia se guardavam os thesouros da corôa, e d'ella tinham as 3 chaves, um prelado da Sé, o prior do convento de S. Domingos, e o guardião do convento de S. Francisco.

(Para a significação da palavra *Albarrau*, vide a pag. 48, col. 1.ª do vol. 1.º desta obra)

Foi n'esta torre que o rei D. Fernando instituiu o real archivo chamado *Torre do Tombo.*

O terramoto de 1755 destruiu todo o lado do S. do castello de S. Jorge, que, na reedificação perdeu a maior parte do gosto architetonico primitivo. Desde então se tem conservado no mesmo estado, tendo-se-lhe

apenas feito pequenos concertos e bastantes aformoseamentos.

Cêrca de D. João IV

Tendo a cidade de Lisboa estendido as suas ruas e edificios para fóra da cêrca de D. Fernando, e estando as muralhas e torres que este monarcha mandara construir em parte damnificadas pelo correr dos seculos, D. João IV que, por causa da successão, andou em todo o seu reinado em guerra com os castelhanos, que queriam de novo deitar as garras ao infeliz Portugal, para continuarem a impor-nos o seu durissimo jugo, e os seus roubos e atrocidades, não recuando ante a propinação do veneno e o punhal dos assassinos que assalariava—D. João IV, digo, emprehendeu reedificar os velhos muros que defendiam Lisboa, e construir mais algumas fortificações.

Principiou pois a obra com grande fervor, e não olhando ás enormes despezas que ella exegia; mas apenas pôde chegar a executar-se o plano por metade.

Os vestigios que nos restam d'esta obra, que seria importantissima, se chegasse a concluir-se, são, entre outros:

O forte do Sacramento, em Alcantara, hoje abandonado.

O forte da Cruz da Pedra, proximo da Madre de Deus, que fechava a linha sobre o Tejo, e que hoje está convertido em armazem da companhia do caminho de ferro do Norte e Leste.

O forte do Livramento, contiguo ao largo das Necessidades, desarmado, mas ainda bem conservado.

O forte de Campolide, sobranceiro á quinta de Palha-Van, e que se não chegou a concluir. *Um grande lanço d'alta muralha ameiada*, que vinha ligar-se com o forte da Cruz da Pedra, que hoje serve de muro da quinta do sr. conde S. Vicente.

—

Antiguidades phenicias, ou lusitanas, romanas e árabes

Apesar da incontestavel e remotissima antiguidade de Lisboa, mui poucos são os monumentos que ainda existem d'éras passadas.

Nada ha em Lisboa que se possa atribuir aos primeiros lusitanos ou aos phenicios, a não serem as duas estatuas de guerreiros, que estão no jardim botanico da Ajuda; mas essas não pertencem a esta cidade, pois foram achadas proximo de Montalegre. (Vide *Ajuda* e *Lesenho*.

Da Olyssipo (depois *Felicitas Julia)* dos romanos, quasi todos os padrões foram destruidos; talvez no seculo V, e seguintes, pelos barbaros do Norte. O que existe, tem sido desenterrado em diversas épocas.

No fim do seculo XVIII, reinando D. Maria I, se achou um theatro, junto á rua de S. Crispim. Em 1860, sob algumas ruas e predios da cidade baixa, se descobriram varios restos de Thermas.

Havia antes dos terramotos que por varias vezes destruiram grande parte da cidade, principalmente a baixa, muitos cippos, lapides e outros objectos, que os nossos antigos conservavam, embebendo-as nas paredes das egrejas, mosteiros ou casas particulares, apenas eram descobertas.

A maior parte d'estes monumentos desappareceram com o cataclismo de 1755.

Quando principiaram as reedificações se acharam algumas lapides das que tinham sido subvertidas, e outras novas, das quaes até então não havia noticia; mas a ingnorancia dos que as achavam e dos que dirigiam as obras, não dando a minima importancia e estas reliquias venerandas da antiguidade, as empregaram em alvenaria para paredes dos novos edificios.

D'uma lapide que existia no palacio dos duques de Bragança, ao Theseuro Velho, e que aqui mesmo tinha sido achada se colligia que no sitio onde se ostentou até 1755 o palacio ducal, fora o pretorio romano.

—

Mencionarei as mais notaveis lapides que existiam em Lisboa antes de 1755—são:

1.ª—Estava na parede da escada dos paços do castello, do lado direito. Foi sepulchral—tinha esta inscripção—

Q. HIRRIUS
M. F. GAL.
MA.
TERNUS H. S. E.

Quer dizer — *aqui jaz Quinto Hirrio Materno, filho de Marco, da tribu galeria.*

—

2.ª — Estava detraz da egreja de S. Thiago, junto ás portas das casas de D. Pedro Fernandes de Castro. Era uma grande pedra de marmore vermelho jaspeado. Foi memoria publica — A inscripção diz —

D. D.
L. CANTIO. L. F.
GAL. MARIN.
EDILI.
VIBIA MAXIMA
AVIAET
MARIA. PROCUL
MATER HONOR.
CONTENTAE.
D. S. P.

Quer dizer — *por decreto dos decuriões, Vabia Maxima Avia, mandou pôr esta estatua a Lucio Cancio Marino, edil, filho de Lucio da tribu galeria, sendo sua mãe, Maria Procula, contente d'esta honra.*

Sem o decreto dos decuriões, não se podiam levantar memorias publicas, a pessoa particular, e quando se obtinha era só aos mais benemeritos da *republica* romana.

3.ª — estava no jardim de D. Maria da Silva, junto á egreja dos Anjos — Inscripção—

D. M.
CORNELIA GAMIC.
ANN XXV.
ET. CORNELIVS
VICTORINVS AN. XV.
ERATRI; ET SORORI.
F. S. S.
M. AVRELIO. M. F. GAL.
MARINO.
HEREDES EX TEXTAMENTO.
C.

Quer dizer — *Memoria consagrada aos deuses do inferno. Cornelia Gamicia, de edade de 25 annos, e Cornelio Victorino, de 15, estão aqui sepultados. Os herdeiros ordenaram em seu testamento se posesse esta sepultura a ambos os irmãos, e a Marco Aurelio Marino, filho de Marco, da tribu galeria.*

—

4.ª — Estava no jardim de D. Francisco. chamado *jardim d'El-Rei,* junto a Santos — inscripção.

L. VALERIVS. GAL.
SEVERVS. AN. L.
H. S. E. ST. T. L. FILI
PATRIP. C. ST
Q. CERTORIVS
CALVVS. AT. FINIS

Quer dizer — *Lucio Valerio Severo, da tribu galeria, de 50 annos de edade, aqui jaz Seja-lhe a terra leve. Os filhos e Quinto Sertorio Calvo e parentes mandaram pôr esta sepultura a seu pae e parente.*

—

4.ª — estava na porta d'Alfofa — diz:

M. TARQVINIVS
M. F. GAL. MAX.
V. M. V. S. H. S. T.

Quer dizer — *Marco Tarquinio Maximo filho de Marco, de tribu galeria, aqui jaz.*

—

5.ª—estava do lado de fóra da egeja da Magdalena, junto á parede da capella-mór. Esteve primeiramente na parede das casas velhas de Heitor Mendes. Era sepulchral, e foi achada com uma urna cineraria, no tempo do rei D. Manuel, que mandou deitar ao mar as cinzas — diz —

CVRIA, SEX. FE
NDANA. H. S. E.
TREBONIVS
TVSCVS. VIR. ET.
AMOENA. M.
D. S. F. C.

Quer dizer — *Curia Sexta Fendana, está aqui sepultada. Trebonio Tusco, seu marido e Amena, sua mãe lhe mandaram pôr, á sua custa, esta sepultura.*

—

6.ª — estava no palacio dos condes de Portalegre, edificados sobre os muros da cidade, do lado do rio, e foi achado (um cippo) por occasião de se derrubar este palacio, antes de 1755. Era todo lavrado em redor, de

folhagem, e junto a elle uma urna grossa de vidro, e quebrada, e entre algumas cinzas e carvões, muitas moedas, anneis, arrecadas, manilhas, etc, d'ouro e prata.

O pedrriro que achou este thesouro e um lacaio do conde, que alli estava, desappareceram com tudo (menos com a pedra) e fugiram para o Minho, onde compraram propriedades e gados.

Soube este facto Valentim de Sá, cosmographo-mór do rei, e pôde ler e copiar esta inscripção, e a lapide lá foi para os alicerces do novo paço. Dizia assim:

D. M.
JULIA. MAX. UNICA.
FIL. M. ANN. XXX
H. S. E.
MAXIMA. MATER.
P. C. M. H. H. N. S.

Quer dizer — *Aos deuses dos defuntos, Julia Maxima, minha filha unica, de 30 annos aqui jaz. Sua mãe, Maxima, lhe fez pôr esta sepultura, em que se não hão-de enterrar os mais herdeiros.*

—

7.ª — estava em uma antiquissima torre, ao *Chafariz d'El-Rei*, dizia:

D. M.
RHODANI. MUIUBI.
TERENTIANI::::
ANN. IX.

Quer dizer: — *Aos deuses do inferno. Rodhano Muiubi Terenciano, de nove annos.*

—

8.ª—estava no castello de S. Jorge, dizia:

SEX. NUMISIUS. SEX. F.
PHILOCALUS. H. S. E.
SEX. NUMISIUS. NICEPHORUS.
ANN. XVIII. H. S. E.

Quer dizer — *Sexto Numisio Philocalo, filho de Sexto, aqui jaz. Sexto Numisio Nicephoro, de 18 annos de edade, aqui jaz.*

—

9.ª—estava no campo de Santa Clara, nas ruinas de uns edificios antiquissimos, junto ao rio (1). A pedra estava partida e só se podia ler.

GEMINIA MARCELI
MATER

(Geminia, mãe de Marcello)

—

10.ª—estava proxima á egreja de S. Nicolau, dizia:

D. M.
C. JULIUS C. F:::
:::CAES. CLEMEN.
H. S. E.

Quer dizer— *Caio Julio, filho de Caio, aqui jaz.*

Este Caio Julio era talvez algum empregado do imperador, pois lhe chama clemente.

—

11.ª—No paço das Alcaçovas (castello de S. Jorge) estava uma pedra (de jaspe roxo) a servir de degrau. Via-se que era parte de outra maior — dizia:

S. M. P. MYRTILUS
H. S. E.

Quer dizer—*Memoria consagrada aos deuses dos mortos—Publio Myrtilo, aqui jaz.*

—

12.ª—estava nos antigos paços dos duques de Bragança, ao thesouro velho—dizia:

D. M. S.
POSTHVMIO VICILIONI ANNO R.
XXV. POSTVMIVS FLORIA
NVS FRATI PIENTISSIMO.

Quer dizer—*Memoria consagrada aos deuses do inferno. Posthumio Floriano mandou pôr esta sepultura a Posthumio Vicilião, seu irmão piissimo, que morreu da edade de 25 annos.*

—

13.ª—estava em um dos baluartes do chafariz d'El-Rei, em Alfama — dizia:

(1) Antes do terramoto de 1755 o campo de Santa Clara chegava pelo S. até ao Tejo, mas este rio chegava antigamente quasi até ao palacio dos condes de Rezende, onde agora está o theatro de Alfama, ao fundo do Campo de Santa Clara.

Q. CASSIVS
CALVVS,
H. S. E.

Quer dizer—*Aqui jaz Quinto Cassio Calvo.*

—

14.ª—Por cima da porta travessa da Sé, em uma sepultura que está mettida em um arco, em uma pedra sepulchral—dizia:

D. M.
AFRA. L. AN. XXVI.
H. S. E.
VETIO MARITVS
P.

Quer dizer—*Memoria consagrada aos deuses do inferno. Aqui jaz Afra Lucia, de 26 annos de edade.*

—

15.ª—estava em frente das casas que foram do bailio de S. Braz. Só se póde ler:

Q. POMPEIVS Q.
FILIVS. H. S. E.

(*Aqui jaz Quinto Pompeio, filho de Quinto.*)

—

16.ª—Ao pé da cruz de S .Thiago—diz:

ASCLEPO
CLICINI
DECIMI.

(*Asclepo Clicino Decimo.*)

—

17.ª—Junto á *porta do ferro*, no primeiro degrau da escada que sóbe para Nossa Senhora da Consolação (Arco da Conceição)—diz:

AESCULAPIO
AUG.
SACRUM. CUL
TORES EARUM
......MARI....S.
M... COS S....
.....NACRINUS
DONAVIT.

Faltam-lhe letras e palavras, para a completa traducção; apenas se póde ler que é ara dedicada a Esculapio (deus da medicina) por um tal Macrino; sendo consules d'esta cidade.....

18.ª—no *postigo do Arcebispo* (Arco Pequeno) encaixada no arco que fica sobre a porta. É o resto de uma lapide—só se lia:

VEGETA
FLAMINIO
M. G. FILIUS.

(*Marco Gallo*—ou *Galerio—dedicou a seu pae, sacerdote.*)

—

19.ª—junto ao adro da egreja de S. Mamede—dizia:

CONCORDIAE
SACRUM
M. BEBIVS. M. F.
M. M. FIL
IV L. DAT.

(*Dedicada á deusa da concordia por Marco Bebio, filho de Marco; com licença do governo de Lisbôa.*)

—

20.ª—no alpendre da egreja de S. Nicolau—dizia:

IN MEMO.
ARRIE AVITAE
MATRI. QVINTVS
CASSIVS ARRIANVS.

(*Á memoria de Arria Avita, sua mãe, dedicou Quinto Cassio Arriano.*)

—

21.ª—Esta inscripçeo é a mais notavel de todas, pois confirma que houve em Lisboa um templo consagrado á deusa *Thetis.*

Andando a reedificar-se a antiquissima egreja de S. Nicolau (pelos annos de 1745) nas suas ruinas appareceu uma lapide, que os pedreiros atiraram para os alicerces da nova egreja; mas passando casualmente então por alli o licenciado João Baptista Grafião, auditor da armada real, copiou a inscripção, que dizia:

DIS MARIS SAC.
NAVTAE. ET. REMIG.
OCEA..........NVS
IN TEMPL. TETH......
.... OBTVLE
RVNT. PRO. TVENDIS
....
E. V. D. D.

Adivinhando as letras que faltam, quer dizer:—*Aos deuses do mar dedicaram esta memoria os marinheiros e barqueiros do Oceano, a qual collocaram no templo de Thetis, por voto que haviam feito; para que lhes livrem as suas embarcações dos temporaes.*

Os deuses do mar, invocados n'esta inscripção, eram, além de Thetis, Neptuno, Palemon, Peneo, Salacia, *et reliqua.*

—

22.ª—esteve na egreja de S. Thiago—diz:

DIVO AVGVSTO.
C. ARRIVS OPTATVS
C. IVLIVS EVTICHVS
AVGVSTALES.

(Cayo Arrio Optato e Cayo Julio Euticho, sacerdotes d'Augusto, dedicaram esta memoria á sua divindade.

—

23.ª—estava fóra da *porta do Sol*, junto a uma janella das casas do prior de S. Thiago. Apenas se podia ler:

MERCVRIO. AVG.
SACRVM. C. IVLIVS
. . . .
. . . GVSTALIS. D. D.

(Cayo Julio, sacerdote augusto, dedica esta ara ao deus Mercurio.)

—

24.ª—estava na *porta d'Alfofa*—dizia:

QVADRATVS. LEG. AVG. PR. PR.

(Quadrato, legado d'Augusto, pro-pretor).

—

25.ª—estava na antiquissima egreja de S. Thomé, e quando esta se reconstruiu, a partiram para alvenaria. Era de marmore vermelho, jaspeado. Dizia (o que se podia ler em 1750):

::: CLAVDIO D:: VI:::::
::: CLAVDI. F. SARMAT::::::::
:::::SARMAT:::::
:::DIVI. AVG. ABN:::
. . . .
. . . .

Esta inscripção, na qual, além de muitas letras, lhe falta o principio e o final, mostra apenas que era resto de uma memoria, dedicada ao imperador Claudio, filho do divino Claudio Sarmatico; e pelas letras da ultima linha (que querem dizer—*bisneto do divo Augusto)* póde colligir-se que diziam as antecedentes—*neto do divino Tyberio Sarmatico*—que foi o primeiro imperador que tomou similhante titulo, por ter subjugado os sarmatas.

—

26.ª—estava na cêrca do convento de S. Vicente de Fóra—dizia:

D. M.
Q. FABI. F. ESTIVI.
AN. XL. ET
Q. FABI. EVELPISII. FRATR.
AN. XXX. SIIIS. URBE. ITALI.
Q. FABIUS. ZOZIMUS. PRAE.

(Aos deuses dos morots, consagram esta memoria. Quinto Fabio Zozimo, governador, fez pôr esta sepultura a Quinto Fabio, filho de Estivo, que morreu da edade de 40 annos — e a Quinto Fabio, irmão de Evelpicio cidadão da cidade de Italia. (Cidade junto a Sevilha—Andaluzia — e da qual foram naturaes os melhores imperadores romanos.)

—

27.ª—foi achada nos alicerces de uma antiga parede, nas obras de S. Vicente de Fóra. O prior d'então a deu a Fernão Telles de Menezes, que a levou para o seu jardim — dizia:

IMP. CAESARI. VESPASEANO.
AUG. PONT. MAX. TRIB. PO:::
IIII. IMP. X. PP. CON. IIII. DIC::::::
V. CENSORI. DESIGN. ANN. IIII.
IMPERII. EIVS. FELICITAS. IV.

(A cidade de Lisboa, chamada Felicidade Julia, dedicou esta memoria ao imperador Cesar Vespasiano Augusto, pontifice maximo, quatro vezes tribuno do povo, dez vezes capitão general, 4.ª vez consul, pae da patria, cinco vezes dictador, eleito para censor no 4.º anno do seu imperio.)

—

28.ª—estava na esquina do bêco do Bugio (á rua da Saudade) abaixo da antiga egreja de S. Martinho. Era o pedestal de uma estatua, e dizia:

SABINE AUG.
IMP. CAES. TRAIANI.
HADRIANI. AUGUSTI.
DIVI. NERV. AENEPOTI.
DIVI. TRAIANI. DAC.
FIL. D.D. FELICITAS.
IULIA. OLISIPO.
PER.
M. GELLIVM. RVTILI.
ANVM. ET IVLIVUM.
AVITVM. VERVM.

(A cidade de Lisboa, chamada por outro nome, Felicidade Julia, levantou esta estatua a Sabina Augusta, mulher do imperador Cesar Trajano Hadriano Augusto, neto do divino Nerva, e filho do divino Trajano; vencedorde Dacia. Esta dedicação lhe foi feita por Marco Gellio Rutiliano, e por Julio Avito Vero.)

—

29.ª—era o pedestal de uma estatua, e estava na parede de umas casas, que existiam antes de 1755, indo do *Terreiro dos Martines* para as Pedras Negras, defronte da *travessa que ia da Fancaria.* Dizia:

IMP. CAES. IMPER.
M. AVREL. F. ANTONIN.
AUG. DIV. pii. NEP. DIVI.
HAD. PRON. DIVI.
TRAI. PARTHIC. ABNEP.
L. AVRELIO. COMMODO.
AUG. GERMAN. SARM.
FEL. IVL. OLIS. PER. Q.
COELI.
VM. CASSIANVM. ET.
M. FABRI
VM. TVSCVM IIII. VIR.

(A cidade de Lisboa, tambem chamada Felicidade Julia, dedicou esta memoria ao imperadar Cesar Lucio Aurelio Commodo, Augusto, germanico, sarmatico; filho do imperador Marco Aurelio, neto de Antonino Augusto, divino, pio; bisneto de divino Adriano; tresneto do divino Trajano, parthico. Fizeram esta dedicação, Quinto Celio Cassiano e Marco Fabrio Tusco, 4.º varão do governo.)

—

30.ª—estava no baluarte, junto ao chafariz de El-Rei—diz:

IMP. CAES. M. JU-
LIO. PHILIPPO.
PIO. FEL. AUG.
PONT. MAX.
TRIB. POT. II.
P. P. CON. CON. III.
FEL. JUL. OLISI-
PO.

(A cidade de Lisboa, chamada Felicidade Julia, dedicou esta memoria ao imperador Cesar Marco Julio Philippe, pio, venturoso, augusto pontifice maximo; tendo o poder tribunicio pela segunda vez, e sendo consul a terceira, e pae da patria.)

Este imperador, era de uma ignobil tribu arabe. Aspirando ao imperio romano, assassinou o imperador Gordiano, sendo eleito em seu logar, no anno 247 de Jesus Christo.—Depois, *cahindo em si,* e movido pela prégação de S. Poncio, martyr, abraçou o christianismo, com seu filho Philippe.)

Suppõe-se que esta memoria foi levantada a Philippe, no anno 249, já depois d'elle ser christão; porque foi no anno do seu terceiro consulado (que é o 249) e porque já se lhe não dá o titulo blasfemo de *divino*, como se usava com os imperadores idolatras.

Os dois Philippes, pae e filho, são reputados martyres do christianismo, pois que morreram ás mãos do feroz Décio, em ódio da fé. Ao pae, assassinou em Verona, estando a sua victima a dormir; e ao filho, aleivosamente em Roma.

Estes dois cobardissimos assassinatos tiveram logar no anno 252 de Jesus Christo.

—

Muitas mais inscripções romanas teem apparecido em Lisboa, que não copio—não só para evitar o enfado do leitor, como porque são de menor importancia—já por estarem

mutiladas, já porque estando quasi apagadas, é impossivel a traducção, o que nos não daria a menor luz, para o conhecimento da época da dominação romana em Portugal.

—

Limitar-me-hei a mencionar uma que ainda existe, no predio que tem frente para o largo da Magdalena e para a travessa do Almada—diz:

L. CAECILIO. L. F. CELERI.
RECT.º QUAEST. PROVINC. BAET.
TRIB. PLEB. PRAETORI. FEL. JUL.
OLISIPO.

A cidade de Lisboa, tambem chamada Felicidade Julia, dedica esta memoria a Lucio Cecilio, filho de Lucio Celerio, questor rectissimo da provincia da Bética, tribuno da plebe e pretor.)

Esta lapide foi achada em 1749.

—

Obras feitas por o rei D. Manuel

Ne reinado de D. Manuel chegou Portugal a um alto grau de prosperidade e a um grande desenvolvimento, sobre tudo em Lisboa. Os grandes valores importados, pelas conquistas no Oriente e na America; o tributo de muitos reis da Asia; os immensos lucros que o commercio portuguez auferia com o exclusivo da navegação por aquellas paragens; e, digamos tambem, as inauditas extorsões praticadas por muitos dos nossos governadores das differentes praças de além do Cabo da Boa Esperança (que, *em vez de hirem conquistar, hiam negociar e... roubar*) acarretaram ao reino, a riqueza e a sumptuosidade oriental.

Deve porém confessar-se que êsse luxo fez desenvolver muito as artes e o bom gosto, e que nem tudo se gastava em orgias e inutilidades.

D. Manuel dispendeu grandes sommas em monumentos, quasi todos de utilidade publica; e se alguns eram despensaweis, ao menos servem de recordar aos portuguezes e estrangeiros, o que Lisboa era já ha 300 annos.

Darei aqui em resumo as obras effectuadas em Lisboa pelo rei *venturoso*. São:

1.ª—*O magestoso templo e mosteiro do Rastello*, da Ordem de S. Jeronymo, em Belem.
2.ª—*A torre de S. Vicente de Belem.*
3.ª—*O Terreiro do Paço*, que era tudo praia, e o fez com grande trabalho e despeza, tirando parte d'elle ao Tejo.
4.ª—*O Caes da Pedra*, com passeios de cantaria em redor.
5.ª—*A alfandega nova.*
6.ª—*A casa da India e Mina.*
7.ª—*Os paços da Ribeira.*
8.ª—*O arsenal real do exercito*, que proveu de grande numero de armas, para cavallaria, infanteria e artilheria, e de muitos petrechos de guerra.
9.ª—*As tercênas*, ás portas da Cruz, para casa de polvora e fundição de artilheria.
10.ª—*A egreja e casa da Misericordia.*
11.ª—*A egreja parochial de S. Julião.*
12.ª—*As tercênas navaes*, a Cata-que-faraz.
13.ª—*O dormitorio do convento de S. Domingos.*
14.ª—*A reedificação da Conceição Velha*, para os freires de Christo.
15.ª—*A reedificação da cadeia do Limoeiro.*
16.ª—*O palacio das casas da supplicação e do civel*, junto á egreja de S. Martinho.
17.ª—*A real casa de Santo Antonio da Sé.*
18.ª—*Reedificação e ampliação do mosteiro de S. Francisco da cidade.*
19.ª—*A conducção, por encanamento, da agua do chafariz de Andaluz, ao Rocio.*
20.ª—*Restaurar o chafariz dos Cavallos.*
21.ª—*O chafariz de Cata-que-faraz.*
22.ª—*Mandou purificar todas as mesquitas* arabes que existiam ainda no seu tempo, transformando-as em templos catholicos.
23.ª—*Edificou a egreja e grande convento da Annunciada*, na Mouraria, em logar da mesquita que alli havia.
24.ª—*Concluiu e dotou o hospital de Todos os Santos*, no Rocio, que D. João II tinha principiado.
25.ª—*Mudou as escolas geraes* (universidade) dos antigos paços de D. Diniz, que estavam arruinados, para os do infante D.

Henrique, abaixo de Santa Marinha, reedificando-os completamente.

—

Além d'estas obras e de outras de menor importancia que mandou construir em Lisboa, fez tambem muitas obras por todo o reino, sendo as principaes:

O convento de Nossa Senhora da Serra, de frades dominicos, em Almeirim.

O aqueducto da villa dos Arcos de Valle de Vez.

O magnifico templo da matriz de Azurara.

O mosteiro de S. Jeronymo do Matto, em Alemquer.

O mosteiro de S. Francisco, de Santarem.

O mosteiro de S. Francisco, de Evora.

Os tumulos de D. Affonso Henriques e de seu filho, D. Sancho I, na egreja de Santa Cruz de Coimbra, e outras sumptuosas obras n'este mosteiro.

A capella-mór e o côro da egreja do mosteiro de Alcobaça, foi quasi tudo reedificado por elle.

Ampliou a egreja de Santa Maria do Olival, da ordem de Christo, em Thomar.

Reedificou a ponte de Olivença, sobre o Guadiana.

Enxugou os pantanos de Muge.

Construiu o célebre conventinho da Pena, na serra de Cintra.

A sumptuosa egreja de S. João Baptista, de Thomar.

A Sé d'Elvas.

A capella imperfeita, no mosteiro da Batalha, que destinava para seu jazigo e dos seus descendentes, antes de fundar o mosteiro dos Jeronymos, em Belem. (Aquella capella não se chegou a concluir, por isso se chama imperfeita.)

A sala dos escudos da nobreza do reino, no paço real de Cintra.

O mosteiro de jeronymos, das Berlengas.

O mosteiro de Santo Antonio, do Pinheiro.

O de S. Domingos, de Monte Mór Novo (Á construcção d'este tambem concorreu o povo com valiosas offertas.)

O mosteiro de Santa Clara, de Tavira.

O mosteiro de S. Francisco, em Serpa.

O mosteiro de freiras de S. Bento de Ave Maria, no Porto.

Havia no principio do XVI seculo muitos conventos de freiras benedictinas, nas provincias do Minho e Beira Alta, todos muito pequenos, e quasi todos pobres, o que fazia com que as religiosas não vivessem com a austeridade e recolhimento que a sua regra lhes impunha. O rei, com beneplacito do papa Leão X, supprimiu todos estes pequenos mosteiros, mandando as suas freiras para o vasto e sumptuoso convento benedictino do Porto, que havia construido, annexando a elle todos os edificios, foros, rendas e alfaias dos supprimidos.

A ponte nova de Coimbra, que este anno foi desfeita para se fazer a que (1874) anda em construcção.

A praça e chafariz de Beja.

O corpo da egreja, o côro, a claustra pequena e a chamada de lavor, a casa do capitulo e os ornatos exteriores, etc., do magnifico convento de Thomar, cabeça da Ordem de Christo.—Tambem fez as famosas cadeiras de madeira do Oriente, do côro da egreja, que as hordas de Massena queimaram em 1810.

O hospital da Misericordia de Coimbra, que dotou ricamente.

O hospital da Misericordia, de Beja.

O hospital da Misericordia, de Monte Mór Velho.

Reedificou o castello de Almeida.

Concluiu o aqueducto da cidade de Lagos.

Fez um deposito d'armas e de polvora, em Santarem.

Restaurou o castello de Alfaiates, que D. Diniz tinha reedificado. Este castello e a villa vieram (com outros mais) para Portugal, em dote da rainha Santa Isabel. Em quanto foi dos hespanhoes, se chamava *Castillo de Luna*. (Vide *Alfaiates*).

A egreja do castello d'Alcacer do Sal.

A magnifica egreja da villa de Caminha, no gosto da da Batalha. (Para esta obra tambem concorreu a camara e o povo da villa, com avultadas offertas.)

A fortaleza de Castello Bom.

Os muros de Campo Maior.

Os d'Olivença.

O tumulo de S. Pantaleão, martyr, na Sé do Porto.
O castello e paço d'Almeirim.

Estas obras são as de que ha noticia; mas é de suppor que fizesse muitas mais de que se não acham memorias, sem grande trabalho.

Além d'estas edificações no continente, fez D. Manuel outras muitas no ultramar, erigindo Sés, nas ilhas, e fortalezas na Africa e na Asia, as de Mazagão, Cochim, Cananor, Coulão, Quilôa, Sofala, Moçambique, Anchediva, Mombaça, Socotorá, Ormuz, Gôa, Dio, Pacem, Pedir, Calecut, Chaúl, Zeila, Malàca, Ternate, e outros castellos, egrejas, conventos e hospitaes, n'estas cidades.

Antiga Misericordia de Lisboa

Tendo fallecido o principe D. Affonso, filho dos reis catholicos, D. Fernando e D. Isabel, sem deixar irmão legitimo, ficou sendo herdeira de Castella, a rainha de Portugal, D. Isabel, mulher do rei D. Manuel. Estes marcham para a Hespanha, e são jurados principes herdeiros, em Toledo, a 28 de abril de 1498. [1]

O rei deixa a regencia de Portugal a sua irman, a caritativa rainha D. Leonor, viuva de D. João II.

Foi durante a regencia d'esta senhora, que a instancias do seu confessor, fr. Miguel Contreiras, frade trino, se instituiu a *confraria de Nossa Senhora da Misericordia*, no dia 15 de agosto de 1498.

Celebrou-se esta solemnidade, na capella de Nossa Senhora da Piedade, no claustro da Sé, e ainda alli se conserva com a antiga invocação popular de *Nossa Senhora da Terra Solta*. (Por ser terreo o pavimento d'esta capella.)

Esta piedosissima irmandade, era a expressão verdadeira da caridade christan. Dava ás donzellas bem comportadas, dotes para se casarem—ás viuvas pobres, amparo—aos orphãos abandonados, recolhimento e educação—aos enfermos desvalidos, casa e tratamento—aos peregrinos necessitados, acolheita e ajuda—aos captivos sem recursos, resgate e transporte para a patria—aos presos miseraveis, sustento nas cadeias, defeza nos tribunaes e supplicas aos pés do throno—aos *padecentes*, conforto religioso no oratorio e no transito para o patibulo—finalmente, aos que morriam na indigencia, orações e sepultura.

D. Manuel, no seu regresso ao reino, não só approvou esta santa instituição, mas, com o mais piedoso zelo, tratou de a propagar por todo o reino.

Decidiu fazer para esta instituição um edificio, tão vasto como a sua caridade, e tão magnifico como as suas aspirações.

Começou a obra, ampla e sumptuosa, como eram todas as d'este inclito monarcha; mas, por isso mesmo, não chegou a ver a sua conclusão o seu benemerito fundador; pois só se terminou em 1534, no reinado de seu filho, D. João III.

Foi a sua inauguração a 25 de março do dito anno; transferindo-se no mesmo dia a irmandade, do claustro da Sé, para a sua nova casa.

Depois do templo de Santa Maria de Belem, era o da Misericordia o maior e mais rico de Lisboa.

A porta principal olhava para O.—a capella-mór tinha a retaguarda voltada para E.—e a porta travessa, para o S.—As portas e janellas eram de formosa architectura gothica. Tinha vinte columnas, monolythicas, de marmore, altissimas e primorosamente lavradas—seis, dividindo a egreja em tres amplas naves, e quatorze, meio embebidas nas paredes, sustentavam a abobada, toda de pedra, com formosa laçaría, com artezões e floreados, alternando-se os emblemas da fé christan, com os de D. Manuel.

A capella-mór, era toda de riquissima talha dourada, de bellissima esculptura. Tinha duas capellas e dois altares no cruzeiro, tu-

[1] Tinham casado em outubro de 1497. A rainha de Portugal, morreu de parto, em Zaragoça, dando á luz o principe D. Miguel da Paz, herdeiro de Portugal e Hespanha, que ficou em Zaragoça, voltando D. Manuel ao reino. O principe morreu de pouca edade, e abortou uma das tentativas de *união iberica*, que foi o sonho dourado de alguns dos nossos reis.

do condizendo em magnificencia com a capella-mór.

No seu principio não teve capella ou altar no corpo da egreja; mas depois uma piedosa dama, chamada *D. Simôa,* mandou erigir uma formosa capella, do lado do evangelho, dedicada ao Espirito Santo, e a dotou liberalmente. Era toda de marmore de côres, mas de architectura classica.

Esta capella mudou depois (1594) a sua invocação para o Santissimo Sacramento.

Annexos á egreja estavam, dois recolhimentos para orphãos, um hospital, espaçosas salas para a secretaria, cartorio e mais officinas.

O terramoto do 1.º de novembro de 1755, converteu em um montão de ruinas a maior parte d'este grandioso edificio, e o fogo que se lhe seguiu, reduziu a cinzas o que o terramoto tinha destruido.

Ficou apenas de pé o altar de D. Simôa e a porta travessa que lhe ficava fronteira, com duas formosas janellas, uma de cada lado.

D. José I aproveitou estes restos para uma nova mas pequena egreja, ficando o altar de D. Simôa, a ser altar-mór, e entrada principal do templo, a porta travessa.

Como a egreja de Nossa Senhora da Conceição, da ordem de Christo, tinha sido destruida pelo mesmo terramoto, e se não queria reconstruir, em vista do novo plano da cidade; D. José I deu aos freires de Christo a pequena egreja em que se transformára a da Misericordia, que desde então ficou sendo da invocação de Nossa Senhora da Conceição. Depois de se construir a nova egreja dedicada á mesma Senhora se ficou conhecendo pela denominação de Conceição Velha, que ainda conserva.

A Misericordia foi mudada para a egreja de S. Roque, onde ainda está.

É incontestavel que a egreja da Misericordia, de que acabei de tratar, era no bairro chamado *Judiaria* (vide *Casa dos bicos*) mas onde ha grandes duvidas nos escriptores é que — a maior parte dos historiadores antigos, e muitos dos modernos sustentam que a primeira egreja era a casa da *synagoga dos judeus,* e que D. Manuel a mandou *purificar e benzer*, fazendo-a templo christão e instituindo alli a irmandade da Misericordia.—Outros asseveram que o rei mandou demolir *completamente* a synagoga, e fundou no mesmo logar um templo christão, desde os fundamentos. D'esta opinião é Damião de Goes *(Chron. d'El-rei D. Manuel,* parte 4.ª cap. 85) pois diz positivamente que aquelle monarcha *fez de novo* a casa da confraria da Misericordia de Lisboa, e a dotou com um conto de renda cada anno, e de mais 500$000 reaes cada anno para outras obras pias.

Não havendo pois certeza em nenhuma d'estas duas opiniões (ainda que eu, em vista da architectura da porta e janellas, me inclino á opinião de Damião de Goes) deixo a sua decisão a quem fôr mais competente.

Já disse que a porta hoje principal d'este templo era a antiga travessa, pelo que não tinha a egreja que procede da antiga, remate para a sua frontaria.

Quem quer que foi o director das obras de reconstrucção commetteu um peccado de leso-gosto, e contra todas as regras da arte, rematando o frontespicio com um frontão, ou tympano, *chato*, desengraçado e de mau gosto, destoando completamente da graciosa architectura manuelina da porta e janellas.

Ainda outro *attentado* se commetteu contra este templo em 1813. No envasamento da parte superior do arco havia um baixo relevo em pedra, representando um grupo de figuras, que eram—Nossa Senhora da Misericordia, com o manto aberto de ambos os lados, e sustentado por dois anjos. A' direita estavam (debaixo do manto) o papa Alexandre VI, que approvou a instituição da Misericordia—frei Miguel Contreiras, instituidor e varios prelados. (Vê-se tambem d'este lado uma mulher, que julgo ser a rainha D. Leonor, viuva de D. João II e irman do rei.) Á esquerda estava o rei D. Manuel, a rainha D. Maria (sua 2.ª mulher) e seus filhos.

Se este baixo relevo não manifesta correcção de desenho, é de muito merecimento como monumento historico e archeologico.

Tem de comprimento $4,^{m}40$, e $3,^{m}10$ d'alto. É composto de setepedras.

N'aquelle anno de 1813, pois, sob pretexto de que o templo tinha pouca luz, foi tirado do seu logar o baixo relevo, e o substituiram por uma vidraça. Levaram-o para a sachristia, onde está, sarapintado (para cumulo de desgraça!) com grosseiras tintas de varias côres!

Pela extincção das ordens religiosas, em 1834, na qual foram comprehendidos os freires de Christo, esteve condemnado este venerando templo a ser vendido e demolido. Felizmente intervieram pessoas sensatas e amigas das nossas coisas, que obstaram a tal escandalo e conseguiram salvar o precioso monumento.

Quando descrever as egrejas de Lisboa, mencionarei o que ha com respeito ao templo jesuita de S. Roque, a actual Misericordia lisbonense.

Hospital Real de Todos os Santos

Era situado no largo oriental da praça do Rocio, onde hoje se vê uma fileira de bellos predios particulares e ricas lojas de commercio.

Foi fundado por D. João II, que lançou a primeira pedra em 15 de maio de 1492. D. Manuel o concluiu em 1501.

Formava uma cruz de quatro braços eguaes, tendo nos quatro angulos, 4 grandes claustros e uma horta com muita agua e dois tanques, ficando a um lado d'ella uma enfermaria para religiosos capuchos.

Um dos braços da cruz formada pelo edificio era a magnifica egreja que fazia face para o Rocio, e para a qual se subia por uma escada de 21 degraus, tendo o do fundo de comprido, ao rez do chão, $21,^{m}89$, e de largo, até á parede, $21,^{m}12$ —hiam diminuindo de grandeza até ao ultimo, em que principiava um taboleiro de $10,^{m}70$—tanto de largura como de comprimento.

A porta principal era ornada de primorosa architectura gothica floreada, com os emblemas dos reis fundadores—os *pelicanos*—emblema de D. João II, e a esphera armilar emblema de D. Manuel; aquelles aos lados do baldaquino e este no alto da fachada.

Os outros corpos do edificio continham diversas enfermarias.

A frente do hospital corria pela rua das *Gallinheiras*, que occupava toda, desde a rua do Amparo até á da Bitesga.

Foi incendiado em 27 de outubro de 1601, e outra vez a 10 d'agosto de 1750, que o reduziu a cinzas quasi completamente, escapando unicamente a fachada, taboleiro e escadas da egreja e uma enfermaria.

Assim estava, quando teve logar o terramoto do 1.º de novembro de 1755, que provavelmente acabou de o destruir. Com a nova fórma de construções do marquez de Pombal, foi o chão d'este vasto e grandioso edificio occupado por uma linha de casas particulares.

Largo de S. Roque

Excluindo o Rocio, é o Largo de S. Roque o mais memoravel de Lisboa.

Aqui existiu a famosa *torre d'Alvaro Paes*, junto da *porta do Condestavel*, a ultima da circumvalação de D. Fernando, que por este lado fechava a cidade. No reinado de D. Manuel, foi cemiterio dos que morriam de peste. Os jesuitas fundaram aqui a sua casa professa.—Os sucessores de D. Vasco da Gama edificaram aqui o seu palacio d'habitação. Era aqui a capella da primeira estação dos passos da Graça. Foi aqui a residencia patriarchal.—Houve aqui um theatro publico.

Nada de tudo isto existe além da egreja de S. Roque, convertida em Misericordia desde o reinado de D. José I, e da qual fallarei no logar competente.

A torre d'Alvaro Paes, o velho chanceller mór, que tanto concorreu para a acclamação de D. João I, estava já desmantelada quando D. Sebastião a deu, e parte da muralha que corria á *porta das estribarias d'elrei*, no Rocio, aos condes da Vidigueira, descendentes de Vasco da Gama, para alli edificarem um palacio de residencia. Os condes, porem, conservaram intacto o cubêllo

que ficava encostado á porta do condestavel, que depois se chamou *Postigo de S. Roque*, em razão de se ter alli collocado a imagem deste Santo.

Em 1836, a camara de Lisboa abriu uma nova rua, do Largo da Trindade para S. Roque, para o que resolveu demolir todas as barracas que havia no largo, assim como o cubêllo que restava da torre d'Alvaro Paes.

A esse tempo, tinha o fallecido Francisco José Caldas Aulete, contador da relação de Lisboa, aforado ao marquez de Niza (conde da Vidigueira, e herdeiro e descendente de D. Vasco da Gama) o palacio arruinado, que incluia o chão onde estava o cubêllo e todas as barracas que obstruiam o largo de S. Roque (que alli se tinham feito, pouco e pouco, depois do terramoto de 1755, que derribára parte do palacio dos marquezes de Niza.)

A camara mandou intimar este foreiro, para demolir quanto tinha aforado dando-lhe, como indeminisação, toda a pedra de cantaria e alvenaria que se tirasse da demolição da muralha e das barracas, e os sobejos da agua do chafariz do Carmo, para elle encanar para a casa nova, que andava a fazer na Calçada do Duque. D'isto se lavrou escriptura, em 17 de maio de 1837.

Principiou logo a demolição, e foi então que de todo desappareceu aquella historica reliquia, da torre d'Alvaro Paes.

O foreiro, não podendo então conservar nada da velha torre, conservou e reparou a parte da muralha que entrava pelo jardim da sua casa nova, da calçada do Duque, e no lanço mais alto, que ficava fronteiro á rua da Condessa, e sobre a porta da entrada mandou embeber uma lapide de marmore com a inscripão seguinte:

Este lanço de muro, que el-rei D. Fernando acabou em 1418, foi conservado e reparado por Francisco José Caldas Aulete em 1840.

Tendo o sr. A. Florencio dos Santos comprado, em 1854, esta propriedade, da calçada do Duque, deixou de se ver da rua a inscriprão, porque o novo possuidor a mudou para o lado do jardim. Esta propriedade foi comprada para a companhia de carroagens lisbonense.

O cemiterio que existiu no largo de S. Roque, data da peste que houve em Lisboa, no anno de 1506; porque a camara, attendendo a que não bastavam os adros, para enterrar os mortos da peste, mandou fazer cemiterios, fóra das portas da cidade. Um d'elles, foi no monte de S. Roque, encostado á muralha, onde se tinha edificado uma ermida d'este Santo, que deu o nome ao monte.

Alem d'estes cemiterios, e por não poderem comportar todos os mortos, determinou a camara que *os escravos que fallecessem de peste, fossem lançados em poços, deitando-lhes por cima dos cadaveres cal virgem.*

Em 1553, tomaram os jesuitas posse da capella de S. Roque, por terem escolhido este local para a fundação da sua casa professa.

Era então este monte coroado em redor de formosas e bastas oliveiras.

Quando em 1586 se instituiu a *procissão dos Passos*, que da Graça vem a S. Roque, n'este largo se edificou a primeira capella ou passo, para as estações da Via-Sacra.

Este *passo* foi arrasado *para desobstruir o largo.*

(Da egreja dos jesuitas, hoje Mesiricordia, fallarei no logar competente.)

Não se sabe com certeza quando os condes da Vidigueira (hoje marquezes de Niza) almirantes da India, aqui edificaram o seu grande palacio. Quando o rei D. Sebastião lhe deu a torre d'Alvaro Paes, e a muralha que descia até ao Rocio, já elles tinham aforado á camara grande parte do *terreiro de S. Roque*, que era da cidade.

O tombo da camara, diz: — «Tem esta cidade um chão, em que está feito um pomar, cercado de parede e muro, junto do mosteiro de S. Roque, entre os claustros e o muro antigo da cidade, para a banda do sul; o qual foi aforado e encabeçado pela cidade *emphatiota* (emphitenta) para sempre ao conde da Vidigueira, almirante, D. Francisco da Gama, com obrigação de pagar fôro, em cada anno, por dia de S. João Baptista, mil réis, e de laudemio, a quarentena do

preço porque se vender: por escriptura feita por Christovão de Magalhães, escrivão da camara, aos 21 dias de julho de 1543 annos.» etc.

Por este tempo, o sitio de S. Roque era um monturo, segundo diz Miguel Leitão de Andrade, na sua *Mescelania*.

Refere este escriptor, que sua mulher Brites d'Andrade, se criou nas visinhanças do collegio de S. Roque, em uma quinta de seu pai, Nicolau Altero, aqual quinta foi dividida em ruas, como outras d'aquelle bairro (alto) que todo foi da sua geração, d'esde fóra da porta de Santa Catharina, até á Esperança; e do mar, até aos moinhos de vento, álem de S. Roque. Que tudo eram campos, haveria 100 annos (elle escreveu isto em 1629) que se foram aforando em *chãos*, e fazendo ruas. Que a todo este sitio se chamava *Villa Nova de Andrade*, do nome dos aforadores. Que ainda no seu tempo se dava este nome, ao territorio comprehendido entre a porta de Santa Catharina até á egreja das Chagas. Que viera a herdar quasi tudo, D. Isabel de Andrade, a quem D. João III casou com Vasco de Pina, alcaide-mór d'Alcobaça: e ficando viuva, a tornou o mesmo rei a casar com Martinho da Cunha, que d'ella herdou metade, e seus filhos outra metade d'este bairro.

Que os filhos de D. Isabel de Andrade, a rogos da rainha D. Catharina, mulher de D. João III, deram gratuitamente os terrenos para se fundarem as egrejas das Chagas e de Santa Catharina, e que morrendo sem filhos, deixaram tudo á Misericordia; a quem comprou a meação o referido Martinho da Cunha, por nove mil crusados (tres contos e 600 mil réis.)

Conclue (M. L. de Andrade) dizendo:

«E assim tudo se passou da nossa geração dos Andrades aos Cunhas; não nos ficando mais que o nome do bairro, e seis ruas que eu tenho, e são — a *da Rosa* — a *de S. Boaventura* — a *da Cruz* (hoje da Cruz de Soure) — a *do Loureiro* e a *Rua Formosa*, com suas travessas [1] e um casal, que Martha

[1] Andrade conta seis ruas, mas não nomeia senão cinco. É provavelmente êrro de cópia.

de Andrade, minha sogra e tia, antes quiz na sua partilha, que uma coirella, que hia da porta de Santa Catharina até S. Roque; dizendo que a não queria, por ser um *monturo*, que então chamavam de S. Roque.»

O conde da Vidigueira obteve, por troca com D. Estevão de Faro, uma casa nobre, no terreiro de S. Roque, para o lado da Trindade, esquina da actual Rua-Larga, onde agora está um hospital inglez, e se vê parte da antiga muralha. Com a acquisição d'esta propriedade e de varias casinhas pertencentes ao convento da Trindade, que havia pela encosta do monte (chamado então —*calçada do postigo de S. Roque*) até destorcer com a rua ainda hoje chamada «da Condessa» (da Vidigueira) começou o conde almirante da India, D. Francisco da Gama, a ampliar a sua casa do Largo de S. Roque.

Para accrescentar este largo requereu o conde á camara que lhe acceitasse a cedencia do terreiro e pateo das suas casas, junto do adro da egreja de S. Roque, o que tem 60 palmos de comprido (13^{m},20) e 30 de largo (6^{m},60)—*no que a camara* (diz ella na sua consulta ao vice-rei—era no tempo dos Philippes) *recebe beneficio, por ficar aquella praça com mais esta largura, pelo muito o concurso de gente que alli concorre* [1] *e ser na parte mais principal de Lisboa: pelo que, feitas as diligencias sobre isto, pareceu em camara, que se lhe abatessem 600 réis, dos 1$600* [2] *que elle pagava fôro, em cada um anno, d'aquellas casas e sitio, etc.... Em camara, a 12 de maio de 1621—andré Valente—antonio Pinto damaral—João de frias Salazar—pedro Vaz de Villasboas—pedro borges—antonio fernandes—João esteves—Lourenço davelar—João de S. payo.»*

«Conformo-me com esta consulta, em Lisboa a sinco de junho. O Visorei.

Ainda o palacio não estava concluido, quando morreu o conde, seu fundador, cri-

[1] Hia muita gente á doutrina dos jesuitas e o largo enchia-se de tarde com os coches da fidalguia, que não faltava aos sermões dos famosos prégadores da Companhia de Jesus.

[2] Pagava 1$000 réis pelo que era d'elle, e 600 réis pelo que tinha havido de D. Estevão de Faro e outros.

vado de dividas, pelo que, foi esta propriedade penhorada como livre e alodial (que era a esse tempo) a requerimento do credor, Miguel de Macedo.

Arrematou-a em praça publica, no anno de 1634, por 20:000 cruzados (8 contos de réis) Gaspar de Brito Freire, fidalgo da casa real. (Paréce que foi este Gaspar de Brito o fundador do palacio da *rua da Torre de S. Roque*, torneando para a travessa da Queimada, que agora pertence ao sr. Bartholomeu dos Martyres.)

Em 1638, o conde da Vidigueira, D. Vasco da Gama, filho e successor do conde D. Francisco, impetrou e obteve licença regia para vender 220$000 réis de juro, do morgado, para remir o palacio de S. Roque. Concordou-se o conde com Brito Freire, em lhe dar o preço da arrematação e bemfeitorias, e tomou conta do que fôra de seu pae.

Porém, de todos os successores de Vasco da Gama, o que pôz o remate a este palacio e o vinculou, foi o marquez de Niza, D. Vasco Luiz da Gama; para o que vendeu por 16:000 cruzados (6 contos e 400$000 réis) em 1672, umas casas que tinha na *Rua Nova*, junto ao *chafariz dos Cavallos*, ficando desde então vinculado, por ser aquella propriedade do morgado da Vidigueira.

Os marquezes de Niza viveram sempre n'este palacio, até que, succedendo no morgado da casa de Unhão, nos principios do seculo XVIII, herdaram o paço de Xabregas, edificado pela rainha D. Leonor, viuva de D. João II. e doado pela rainha D. Luiza de Gusmão, á condessa de Unhão, sua camareira-mór. (Vide *paços de Enxobregas.*)

Este palacio é hoje o *asylo de Maria Pia.*

O bispo do Porto, D. Thomaz de Almeida, filho dos condes de Avintes, foi feito patriarcha (o 1.º) de Lisboa. Os jesuitas, querendo-o ao pé da sua casa, o trouxeram para o palacio dos marquezes de Niza (por aluguer) que tinha communicação, pela cêrca, para o collegio.

D'esta circumstancia procede o nome de *páteo do patriarcha*, que tinha o que ficava á entrada do theatro que alli houve. (Era no local hoje occupado pela casa de frente apalaçada, da *Companhia de carruagens, lisbonense.*)

N'este palacio falleceu o referido patriarcha, em 1754, e jaz sepultado na capella-mór da egreja de S. Roque.

Tambem residiu n'este palacio, D. José Manuel (filho dos condes da Atalaia, que depois foram marquezes de Tancos) que foi o 2.º patriarcha de Lisboa, e que aqui habitava no 1.º de novembro de 1755, quando teve logar o medonho terramoto, que muito arruinou este edificio; pelo que se mudou o patriarcha para o palacio que a sua casa tinha na rua da Atalaia.

Desde então ficou o palacio de S. Roque (ou dos condes da Vidigueira, marquezes de Niza) devoluto. Principiaram a edificar-se barracas no largo e no pateo, e os creados invalidos da casa de Niza, foram-se pouco e pouco aninhando por alli.

No principio do seculo XIX, havendo neste palacio um vasto salão foi alugado para n'elle se fundar um theatro dramatico, denominado «do Bairro Alto» (Vide *theatros de Lisboa.*)

Na descripção do *theatro do Bairro Alto*, declaro em que está hoje convertido o palacio de S. Roque.

Quando o sr. D. Luiz casou com a senhora D. Maria Pia de Saboya, a colonia italiana resolveu levantar um padrão que recordasse este acontecimento, e, com as dividas licenças, collocaram no centro do Largo de S. Roque uma columna rematada por uma pedra circular. [1] com as inscripções seguintes:

Do lado do Este.

PELO FAUSTO CONSORCIO
DE SUAS MAGESTADES
EI-REI D. LUIZ DE PORTUGAL
E A PRINCEZA MARIA PIA DE SABOYA
EM 6 DE OUTUBRO DE 1862
NOVO PENHOR DE FRATERNIDADE
ENTRE OS DOIS POVOS

---

[1] Este monomentosinho, sobremaneira singelo e desengraçado, tem exactamente a fórma de uma *palmatoria*; pelo que é geralmente conhecido pela denominação de — *munumento palmatoria.*

OS ITALIANOS RESIDENTES EM LISAOA
ERIGIRAM.

Do lado do Oeste:

PEL FAUSTO CONSORCIO
DELLE LORO MAESTÁ
IL RE DON LUIGI DI PORTUGALLO
E LA PRINCIPESSA MARIA PIA DI SAVOIA
Á DI 6 OTTOBRE 1862
NUOVO PEGNO DI FRATELLANZA
FRA I DUE POPOLI

—

GLI ITALIANI RESIDENTI IN LISBONNA
ERESSERO.

(Não é preciso dizer que ambas dizem o mesmo.)

—

Campo de Santa Clara

Palacios dos marquezes do Lavradio, dos condes de Barbacena e o que foi dos Cordes.

O *campo de Santa Clara,* que ainda hoje é muito amplo, era muito mais vasto no tempo dos nossos primeiros reis, pois principiava pelo N. no meio inferior da actual travessa da Veronica, e se estendia em declive até á margem direita do Tejo. Os palacios que estão ao N. do campo, o do sr. conde de Rézende, a egreja (incompleta) de Santa Engracia, e outras muitas propriedades, tudo foi edificado neste campo; ao qual deu o nome, o antigo convento de freiras de Santa Clara, que aqui existe.

Serviu por algum tempo este campo, de logar de supplicio aos criminosos, e no centro d'elle estava levantada a forca, que, por supplicas das freiras, foi removida para longe.

Está este campo situado por detraz da egreja e mosteiro de S. Vicente de Fóra, em logar elevado, e quasi na extremidade oriental da cidade.

Em 1147, não havia aqui, nem nas proximidades, edificio algum: não era mais do que um monte agreste, onde D. Affonso Henriques estabeleceu os seus arraiaes d'este lado, quando então veio pôr cêrco a Lisboa; occupando os crusados, que o vieram ajudar, o sitio onde agora está a egreja de Nossa Senhora dos Martyres, e ruas adjacentes.

Quando principiou o cêrco, mandou o rei fundar n'este campo (então acampamento) uma capella, uma enfermaria e um cemiterio; e, depois da tomada de Lisboa (21 de outubro de 1147) o rei lançou aqui os fundamentos do real mosteiro de S. Vicente, que por estar fóra da cêrca mourisca, se denominou *de fóra.* Foi esta a primeira edificação que se fez n'este monte.

Em 1294, se principiou a edificar o convento de religiosas de Santa Clara.

(Não trato aqui mais destes dois mosteiros, porque vão na secção competente.)

—

Por muitos annos estiveram solitarios os dois conventos. Quando em 1373 D. Fernando mandou proceder á nova circumvalação de muralhas de Lisboa, ficou o mosteiro de *S. Vicente de Fóra,* dentro dos muros, e o de Santa Clara, de fóra, mas junto d'elles.

No meiado do seculo XVI, a infanta D. Maria, filha do rei D. Manuel, e da rainha D. Leonor, sua terceira mulher, veio morar em umas casas que mandou fazer junto do convento, de Santa Clara, por estimar muito as suas religiosas.

A exemplo d'esta senhora, algumas familias se foram aqui estabelecendo, construindo casas do lado do Sul, onde está o convento.

Mais tarde, edificaram-se tambem na encosta do Sul, as duas fundações chamadas *de Cima* e *de Santa Clara*; aquella foi onde se fundiu a estatua equestre de D. José I, em 1757 e esta, onde agora se acha o museu de machinas, d'armas e de outros objectos, e o deposito d'artilheria antiga. (Vide *Arsenaes*)

A fundação d'estes dois arsenaes foi a causa (pelo grande numero de empregados e operarios que occupava) de que o sitio se fosse povoando; mas quasi todas as casas se fizeram na ladeira do monte, por baixo dos dois conventos e das fundições.

Em 1679, fundaram aqui os jesuitas o seu collegio de S. Francisco Xavier, que d'ahi a pouco mais de um seculo foi arrasado, para se fundar no seu logar o hospital da marinha. (Vide *Hospitaes.*)

Alguns annos antes de 1679, tambem aqui fundaram os descendentes do grande vice-rei da India, D. Francisco de Almeida, um

pequeno palacio para sua residencia, no lado do N. d'este campo.

Em 1745, querendo D. Thomaz d'Almeida, primeiro patriarcha de Lisboa, que seu sobrinho tivesse uma habitação digna da sua nobreza, mandou demolir o modesto palacio e construir no mesmo logar, outro de mais nobre architetura e mais vastas proporções, e concluidas as obras, fez o patriarcha doação do palacio a seu sobrinho, D. Antonio d'Almeida Soares Portugal, quarto conde d'Avintes e primeiro marquez do Lavradio. (Feito por D. João V, em 17 de julho de 1725

O primeiro conde d'Avintes, foi D. Luiz d'Almeida, por D Affonso VI, em 17 de fevereiro de 1664.)

Pouco depois, e junto d'este palacio, edificou outro a familia *Sinel de Cordes*; mas a causa de se povoar mais depressa o lado do N. d'este campo, foi o terramoto de 1755 porque, em seguida ao cataclismo, se foram estabelecer, em barracas, no Campo de Santa Clara os moradores das visinhas parochias de S. Vicente e Santa Engracia; levados mais do terror do que da necessidade, porque não foram estas duas freguezias das que mais tinham soffrido.

Todo o inverno de 1755 e por todo o anno seguinte, esteve o Campo de Santa Clara trasformado em um vasto acampamento; por que o povo, dando fé a uma *profecia* que circulava por Lisboa, segundo a qual, a cidade seria completamente subvertida no 1.º de novembro de 1756, não se atreviam a hir para suas casas, ainda que estas estivessem em bom estado e sem nada terem soffrido com o terramoto.

O rigor do inverno de 1756 obrigou as familias aqui *acampadas*, a procurar habitações mais commodas.

Algumas regressaram a suas casas, mas, o maior numero preferiu edificar aqui as suas habitações, e foi assim que o N. do campo se encheu de predios, á custa do terreno, que ficou muito mais circumscripto; e ainda estendendo-se mais ao N., formando algumas travessas que alli hoje vemos.

Mas o que deu causa ás fundações do N. a deu tambem á destruição das do Sul. Destruiu o convento de Santa Clara—das casas da infanta D. Maria, não ha vestigios—da cêrca de D. Fernando, que limitava o campo pelo O., apenas existe um lanço d'alta muralha, que cinge a quinta do mosteiro de S. Vicente de Fóra (agora do sr. cardeal patriarcha) desde o portão da entrada, que está no campo, até ao largo do convento de Nossa Senhora da Graça, (actualmente quartel de infanteria n.º 5) e um arco que está por baixo do pateo do mesmo convento, hindo para a *Cruz de Santa Helena*, que era uma das portas da referida cêrca, e se chamava primeiramente, *postigo do arcebispo*, e depois de rotas as muralhas da cidade e ainda hoje, *Arco Pequeno*.

O lado do S. deste campo não tem predios que se recomendem por qualquer circumstancia e não fazem bom effeito, pelo declive do terreno em que estão edificados.

Do lado do N. porem, bonitas casas adornam o campo, vendo-se alli 3 palacios: o dos srs. marquezes do Lavradio (de que já tratei) o que foi da familia Sinel de Cordes, e que pertence hoje ao sr. José Correia, filho do sr. visconde da Asseca e genro do dito sr. marquez (que o comprou e restaurou luxuosamante, ha poucos annos, acrescentando-lhe a balaustrada e vasos que o coroam) o que foi dos srs. condes de Barbacena, do qual fez o risco e foi architecto, Manuel da Costa Negreiros. O ultimo conde de Barbacena foi, Francisco Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, que falleceu aqui, a 25 de agosto de 1854. Era 7.º visconde e 2.º conde deste titulo. (Vide 1.º vol. pag. 319, col. 2.ª) Não deixou filhos, pelo que se extinguiu o titulo e os seus bens passaram a colateraes.

O Campo de Santa Clara tem merecido a attenção das camaras municipaes de Lisboa, que o tem aformoseado. Em frente do palacio dos srs marquezes do Lavradio lhe fizeram um bonito jardim, e mais abaixo uma alameda. Com a construcção do jardim, disfarçou-se mais o declive, com um muro de cantaria terraplenado.

D'este jardim se gose uma extensa e magnifica vista do Tejo e das terras que lhe ficam ao Sul.

Villa Verde, Villa Quente, Villa Nova de Gibraltar (ou *Judiaría Grande*) Villa Nova de Andrade, Cotovia, Mouraria, Buenos Ayres e Campolide.

Villa Verde—Dava-se este nome ao sitio onde hoje se vé o passeio publico do Rocio, ruas *Oriental* e *Occidental*, rua da Gloria e calçada e travessa do mesmo nome. (Vide palacio *Castello Melhor*.)

Villa Quente—Não pude saber a que sitio se dava este nome.

Villa Nova de Gibraltar—Era o bairro dos judeus, ou *judiaria grande*. Comprehendia o territorio actualmente occupado pela rua Nova da Alfandega, até ao chafariz de El-Rei. (Vide *Casa dos Bicos*.

Villa Nova de Andrade.(Vide *Largo de S. Roque*.)

Cotovía—O sitio conhecido por este nome, era um monte quasi deserto, que principiava no largo da *Patriarchal Queimada* (hoje do *Principe Real*) e chegava até á *Mãe d'Agua*. Hoje só conserva este nome um pequeno largo (a que os inglezes dão o nome de *square*) na rua da *Mãe d'Agua*, á que ainda se chama—*Largo da Cotovía*.

Mouraria—Principiava fóra do arco do marquez de Alegrete (ao N.) e comprehendia as actuaes ruas da Mouraria, Cavalleiros, Capellão, Amendoeira e travessas proximas.

O *almocavar* (cemiterio) dos mouros, parece que era no sitio a que agora se dá o nome de *Escadinhas da Costa do Costello*, ou n'essas immediações. (Vide *Almocavar*, a pag. 151, col. 1.ª, do 1.º vol.)

—

A actual cidade de Lisboa é um aggregado de povoações, que nos principios da monarchia formavam os seus arrabaldes.

O augmento da população, não podendo contrahir-se no acanhado ambito fechado pelas muralhas mouriscas, se foi estendendo por fóra d'ellas, ligando-se por novas ruas, com as povoações suburbanas, fazendo-lhes perder os seus antigos nomes.

Os muros construidos por D. Fernando, posto tivessem uma área muito mais vasta, tambem depois não poderam conter a população, que se foi estendendo fóra d'esta circumvalação.

Foi d'este modo que desappareceram Villa Verde, Villa Quente, Villa Nova de Gibraltar, Villa Nova de Andrade, e outras mais.

—

O terramoto de 1755, fez fugir, espavoridos, os infelizes habitantes de Lisboa, para os montes e campos adjacentes (onde não havia casas que desabassem) e por ahi viveram em barracas de lona ou de madeira, muitas das quaes se vieram a transformar em predios de pedra e cal.

Foi por isto que se povoaram os arrabaldes, e se transformaram em ruas da cidade, os suburbios de Buenos Ayres, Alcantara, Campolide, e outros.

O sitio denominado no meiado do seculo XVIII *Campolide*, estendia-se desde Entremuros (actual) até ao collegio dos jesuitas, da Cotovía (hoje Escola Polytechnica) e a cêrca d'este collegio abrangia todo o terrino desde este edificio ate ao chafariz do Rato. (Este chafariz foi construido por D. João V, no meiado do seculo XVIII, no angulo do muro da mesma cêrca.)

Belem principiou pelo mesmo tempo a povoar-se; mas o que fez crescer com maior rapidez esta povoação, foi o estabelecimento da côrte no alto da Ajuda, desde 1755 até quasi todo o reinado de D. Maria I.

D. José I, prevendo que Belem se hiria pouco a pouco estendendo para leste, até se ligar com Lisboa (como hoje está) creou, por um decreto, o bairro de Belem.

Não foi só para o oriente que Belem se foi povoando; estendeu-se tambem para o norte, e ainda mais para o poente.

Em 1852, um decreto da sr.ª D. Maria II, desannexou de Lisboa o bairro de Belem, elevando-o á cathegoria de concelho, com camara, administrador e mais justiças e empregados respectivos, o que por muita gente foi julgado um contrasenso.

Travessa das Bruxas (hoje *Travessa de S. Vicente*.)—Porta de Heliche (nas casas de Antonio Luiz Ribeiro)—Palacio dos srs. duques de Loulé.

Principia a antiga *travessa das Bruxas*,

no largo de S. Vicente, e vem ter á Graça. Vindo de S. Vicente, no sitio onde esta travessa faz um cotovêllo, está, do lado direito, um antigo muro, e n'elle uma porta com uma inscripção por cima, que diz:

PORTA D'HELICHÉ

Sobre esta inscripção tem uma corôa de conde, e de cada lado da inscripção uma estrella.

Ao lado d'esta inscripção está outra em uma pedra embebida na parede; diz:

NO ANNO DE 1668, SÊDO AN.TO LVIS RIBEIRO SR. DAS CAZAS DESTA SERCA, E TENDO NELLAS POR HOSPEDE AO EX.o MARQVEZ DE HELICHE, DUQUE DE MONTOURO, CONDE DVQVE DE OLIVARES E MARQVES DEL CARPIO, SENDO PLENIPOTENCIARIO DA MONARCHIA DE CASTELLA, P.A A FVNÇÃO DAS PAZES, Q. SE PVBLICARAM NESTA CORTE A DÉS DE MARÇO DO MESMO ANNO, LHE PEDIV MANDASSE FAZER ESTA PORTA, P.A IREN POR ELLA AO REAL CONVENTO DE S. VICENTE, DONDE FORAM A PR.A VES, QVARTA FEIRA DE CINZA: E VESPORA DE PASCHOA DE RESURREIÇÃO SE PARTIV P.A A CORTE DE MADRID. E COMO NO MVRO DA CERCA ESTÁ OVTRA PORTA, Q. SE FES P.A A SNÃR. RAINHA D. CATHERINA PASSAR COM SEV NETO, O SR. REI D. SEBASTIÃO, P.A O DITO CONVENTO, QVANDO FORAM SERVIDOS MORAR NAS MESMAS CASAS, POR CAVZA DE DOENÇAS Q. HAVIA NA CORTE; ESCOLHENDO O SITIO POR MAIS SADIO, E SERVE A PORTA DESTA MEMORIA. TAMBEM ESTA DE HELICHE, Q. FIQA SENDO DO ANNO EM Q. SE FIZERAM AS PAZES DE CASTELLA COM PORTVGAL.

As casas a que esta inscripção se refere, foram arruinadas pelo terramoto de 1755, e existem ainda no mesmo estado de ruina, no fim da travessa, deitando a frontaria para o largo da Graça. Está ainda de pé quasi toda a frente principal do edificio. Era uma casa nobre, composta de lojas e 1.º andar, de janellas de sacada, sem ornato, e parecendo obra do seculo XVII.

A antiga travessa das Bruxas, separa, ao desembocar no largo da Graça, esta propriedade, do palacio do sr. duque de Loulé, que ardeu em 1819.

Feira da Lada

(Vulgo—*Feira da Ladra*)

Já disse a paginas 10 d'este volume, que *lada*, no antigo portuguez, significa margem de um rio, ou de uma estrada. Estou convencido que vem a ser o mesmo que *lado*.

A feira da lada é antiquissima, e parece que já existia antes de 1147, e se fazia ás *Portas do Mar*, ou Ribeira Velha, sobre a margem direita do Tejo, de cujo sitio lhe proveio incontestavelmente o nome, que depois se corrompeu em *ladra*.

Os paços reaes da Ribeira, que já ficam descriptos, tinham ao rez do chão uma vasta galeria para o E. (Terreiro do Paço) e para o N. (rua do Arsenal.)

N'esta *arcada* se fazia uma grande feira, ou mercado, permanente. Julgo que foi para aqui que se mudou no seculo XVI, a antiga feira da lada, das Portas do Mar.

Sendo este palacio destruido pelo terramoto de 1755, o marquez de Pombal mudou a feira para a praça da Alegria, onde esteve até 1836, mudando-se então para o Campo de Sant'Anna, onde ainda se faz.

Não pude saber quando deixou de ser diaria e passou a ser semanal. É certo que já na praça da Alegria tinha logar sómente ás terças feiras, como é ainda actualmente.

Feira das Amoreiras

O local primittivo d'esta feira, foi junto ao cemiterio dos Prazeres, e por isso se lhe dava o nome de Feira dos Prazeres. Teve origem em um voto que por causa da peste fizeram os moradores da freguezia de Santos, a Nossa Senhora dos Prazeres. Fazia-se todos os annos, uma explendida romaria áquella Senhora, com um grande arraial, e feira. Tudo isto tinha logar dentro da cêrca da ermida.

Construido o cemiterio dos Prazeres, (Occidental) se continuou a fazer a feira e arraial fóra dos muros d'elle.

A camara municipal de Lisboa, mudou esta feira para o largo das Amoreiras, em 1851. Em 1865 a mudou para o largo da Patriarchal Queimada; mas decidindo-se fazer alli um jardim, a tornou pouco depois a mudar para as Amoreiras, onde ainda hoje se faz.

Mas não acabou de todo o arraial dos Prazeres. Ainda no dia da festa alli concor-

ria muita gente. E como esta agglomeração de povo (a maior parte das camadas inferiores) não guardasse o devido respeito aos mortos, havendo sempre scenas immoraes, em um lugar hoje só destinado ao eterno descanço dos mortos e ás orações por suas almas; a auctoridade competente prohibiu acertadamente este arraial, em 1873.

Praça dos Remulares

(Caes do Sodré)

Existem dois documentos na torre do Tombo—um no livro 9.º da chancellaria de D. Affonso V, pag. 154 v.—outro no livro 33, pag. 38—sendo o 1.º uma carta regia, dada em Lisboa, no anno de 1463, em que nomeia Alvaro Fernandes, morador em *Villa Nova do Porto*, REMOLADOR da dita cidade, em logar de João Dias, que tinha o dito officio, e havia fallecido.—O 2.º é outra carta do mesmo rei, datada de Evora, em 1473, na qual nomeia Gonçalo Fernandes, da cidade do Porto, REMOLLAR, em logar de Alvaro Fernandes, que tinha morrido.

Vê-se pois que *remolador* e *remollar* é uma e mesma cousa.

No 1.º documento diz-se—*Porquanto nos foy dicto que era boom carpinteiro, etc.*

Já se vê pois que *remolar* ou *remolador*, é carpinteiro.

Mr. Jal, no seu *Glossaire Nautique*, define —*remolar*— obreiro que faz remos.

Diz elle—O manuscripto n.º 938—3, da Bibliotheca de Marinha de Paris, datado de maio de 1406, fl. 60 v., diz o seguinte:—*Mestres remolars los quals dreçaren los rems per obs de la dita galea.*

Diz este escriptor que a palavra *remolar* pertence ao catalão, francez e castelhano antigo; achando-se tambem no italiano, *(remolario* e *remorario)* e no provençal *(remoulá, remulat* e *remollar.)*

Gaspar Correia, nas suas *Lendas da India*, referindo a historia de um *rume (ou rumi)* que se apresentou aos portuguezes de Dio, diz que — *o rume era remolar, de concertar os remos das galés.*

Devemos portanto concluir que a praça dos Remolares, tomou esse nome dos carpinteiros de remos que alli trabalhavam, e que é êrro escrever *Romolares*—visto que, além do que fica dito, accresce que remolar se deriva do substantivo latino—*remus.*

Restituindo á palavra a sua verdadeira orthographia, evito que algum futuro archeologo caia na tentação de querer provar que—assim como Ulysses veio da Asia-Menor impôr a Lisboa o nome de *Ulysséa* (segundo os sonhadores mythologicos) — Romulo veio da Italia impôr o seu nome ao *Caes do Sodré.*

Sodré é um appellido nobre em Portugal. Veio de Inglaterra, no reinado de D. Affonso V, na pessoa de Fradique Sodré. Seu filho, Duarte Sodré, foi veador da casa do rei D. Manuel e Alcaide-mór de Thomar.

Suas armas são—em campo asul, asna de prata, firmada, e carregada de tres estrellas de púrpura, de oito pontas, entre tres albarradas (jarras) de prata, de duas asas—elmo de prata, aberto—e por timbre a asna do escudo.

Vasco Gonçalves Sodré, povoou a ilha Graciosa (Açôres) pelos annos 1510.

Praça do Rocio

(hoje de D. Pedro)

No artigo—Paço dos Estáos, tratei d'esta praça (a mais sumptuosa, vasta e elegante de Lisboa, depois da do Commercio.)—Só accrescentarei aqui—No centro do Rocio, havia um bello chafariz, chamado *de Apollo*, que depois passou para a *Guia*.

Havia aqui corridas de touros em 1647. Em julho de 1755 (quatro mezes antes do terramoto) se deu aqui a ultima corrida de touros. Depois do terramoto, se fez a *praça* do Salitre. (Vide *Circos*.)

—

Judeus e Judiaria

Tito, imperador romano, filho de Vespasiano, conquistou, saqueou e destruiu Jerusalem, no anno 70 de Jesus Christo, expulsando os judeus do territorio da Syria (Palestina).

Sobre esta raça proscripta, pesava a maldição divina, a sentença dos prophetas e por fim o decreto de Tito, que não era mais do que a consequencia d'aquelles.

Expulsos da sua patria, os judeus se espalharam por toda a Asia, Africa e Europa, estabelecendo-se em maior numero n'esta ultima parte do mundo, sobretudo na peninsula iberica.

Em quanto as legiões romanas dominaram o mundo, pouco tiveram que soffrer os judeus; mas, desde que os barbaros do norte, sahindo das suas brenhas, invadiram as Gallias e as Hespanhas (405) principiou a oppressão, o desprezo e toda a casta de extorsões contra os judeus, que durou até 715. Então, os arabes, conquistando as Hespanhas, e sendo bastante tolerantes para os cultos diversos do seu, uma vez que lhes comprassem o direito de seguir uma qualquer religião, bastante folga deram aos judeus; mas nunca foram admittidos em empregos publicos, e eram sempre tratados com desprezo.

Esta tolerancia, unida á decidida vocação dos judeus para toda a qualidade de negocios, e á sua sordidez e avareza, em breve os tornou immensamente ricos.

No reinado de D. Affonso VII, de Leão, (primo germano do nosso D. Affonso I) vindo a Hespanha Pedro de Cluny, fez altas diligencias para que as leis gothicas contra os judeus, fossem de novo postas em pratica; mas nada, por então, pôde conseguir.

Em Portugal foram os judeus tolerados desde o principio da monarchia, e posto que fossem tratados sempre com desprezo, e vistos com maus olhos, nem por isso deixaram de ter entrada nos paços dos reis e nos dos fidalgos, que lhes eram devedores de grossas quantias. Davam se-lhes empregos nos diversos ramos da fazenda publica; e não poucos se distinguiram como bons escriptores e medicos de grande nomeada.

O papa Gregorio XI mandou reprehender o nosso D. Sancho II, por dar cargos publicos aos judeus.

Tambem D. Diniz foi tolerante com os judeus e lhes confiava rendosos empregos. O clero o accusou d'isto ao papa Nicolau IV, em 1289; mas nem por isso o rei os expulsou do seu serviço; pelo contrario, até alguns foram feitos seus ministros; porém não lhes perdoava uma unica *mealha* dos pesados tributos a que estavam sujeitos por diversas leis de seus antecessores, e lhes accrescentou ainda o imposto de uma ancora e uma amarra para cada navio que mandava armar.

Seu filho, D. Affonso IV, sobrecarregou com pesados tributos as propriedades dos judeus, por carta regia de 10 de novembro de 1340.

—

Nunca os judeus tiveram tanta consideração em Portugal, como durante o reinado de D. Fernando e D. Leonor Telles de Menezes, que lhes deviam enormes quantias; pois só a elles recorriam nos seus apertos, que eram quasi continuos.

Com a morte de D. Fernando e á subida ao throno de D. João I, perderam os judeus toda a sua influencia; porque o rei, e todos, sabiam que elles eram partidarios decididos de D. Leonor.

Por uma lei de D. João I, promulgada em 1404, se determinou que—*todo o judeu que no dia de S. Martinho não descrevesse todos os bens de raiz e fructos que possuisse, os tivesse por perdidos.*

D. Duarte, filho de D. João I, promulgou uma lei, *prohibindo que os mouros ou judeus podessem ser* officiaes do rei, rainha, infantes, titulares ou prelados. O que seu filho D. Affonso V depois confirmou.

Mesmo assim, a sorte dos judeus, em Portugal, era mais toleravel do que em Hespanha, onde até lhes era prohibido possuírem bens de raiz.

O livro 4.º, titulo 1.º das *Ordenações manuelinas*, determinava que *qualquer judeu que possuisse bens de valor superior a 6$000 réis*, pagasse por cada propriedade 120 réis.

—

Estes vexames duraram em toda a sua plenitude, até á expulsão dos judeus e mouros, de Portugal, por D. Manuel, em 1497.

Ficaram os mouros convertidos ao christianismo, que eram em tudo considerados como os outros portuguezes.

Os judeus porém, que tinham abjurado a lei de Moysés, eram denominados *christãos novos*, e continuaram a ser quasi tão aborrecidos e despresados, como antes da sua conversão.

Foi D. José I, que por uma lei de 1773, aboliu a injustissima distincção entre *christãos velhos* e *novos*. [1]

—

Os judeus em Portugal quasi que formavam uma nação separada—uma especie de colonia.

Viviam em bairros separados *(judiarías)* e tinham leis e juizes seus privativos.

A sua auctoridade suprema era o *araby-maior*, e usava por *sello* as armas de Portugal, com a legenda—*Sêllo do araby-maior de Portugal.*

Cada comarca tinha o seu *ouvidor.*

No *Porto* assistia o que governava a provincia d'Entre Douro e Minho.

Em *Moncorvo*, o de Tras-os-Montes.

Na *Covilhan*, o das Beiras.

Em *Santarem*, o da Estremadura.

Em *Evora*, o do Alemtejo.

Em *Faro*, o do Algarve.

—

Os judeus eram obrigados a sair das suas terras e hirem esperar os reis, quando elles alli se dirigissem, com *tourinhas* e *guinellas* (especie de cavalhadas e danças). (2)

Cessavam porém estas demonstrações (forçadas) de regosijo, quando os reis estavam de luto.

—

Além do privilegio de terem magistrados, sacerdotes e mesquitas proprias, tinham os judeus mais outros, sendo o principal o seguinte:

D. João I determinou que nos sabbados, ou outro qualquer dia festivo, segundo o seu rito, as justiças reaes não pudessem proceder contra elles; nem podessem correr n'esses dias as causas em que elles fossem partes.

O raby-maior apresentou a este monarcha, em Coimbra, em 1392, em nome de todos os judeus de Portugal, duas bullas, com diversas providencias e isenções para elles. Uma era do papa Clemente VI, expedida d'Avinhão em 5 de julho de 1357—a outra era de Bonifacio IX, dada em Roma, a 2 de julho de 1389.

O rei as mandou cumprir por provisão de 17 de julho de 1392.

—

Os bairros onde habitavam os judeus eram sempre proximos, mas fóra das povoações; e cercados de muros com guardas nas entradas. Eram as judiarías.

A estes bairros não podiam hir mulheres christans, senão—acompanhadas por dois homens, sendo casadas—e por um, sendo viuvas ou solteiras. Isto foi determinado por uma provisão de D. Pedro I, dada nos paços da *Serra* (proximo a Athouguia da Baleia) em 19 de setembro de 1366.

—

Depois de Ave-Marias da tarde, até ás da manhan do dia seguinte, era-lhes expressamente prohibido sahirem dos seus bairros.

Desde D. Affonso IV eram obrigados a trazerem certos signaes ou divisas por onde facilmente podessem ser conhecidos, se andassem vestidos como os outros portuguezes. (Trazendo o seu vestido proprio, não eram obrigados a trazerem o *signal.*)

Esta obrigação foi cahindo em desuso; mas D. João I, por provisão passada em Evora, a 20 de fevereiro de 1391, determinou que se cumprisse a antiga lei, e que os signaes fossem vermelhos, e de seis pernas e que o seu tamanho e fórma fosse a do sello do raby-maior.

—

[1] Já lá vão 101 annos desde a publicação d'esta lei, e ainda na maior parte das povoações das provincias se não tem podido desarreigar completamente a prevenção contra os descendentes da raça proscripta; e á minima altercação que qualquer individuo tenha com aquelles infelizes, vem logo a terrivel palavra—*judeu!*

Nas nossas guerras civis desde 1820 até 1834, tambem soffreram bastante dos dois partidos. Se os realistas entravam em qualquer povoação os *ex-judeus* soffriam porque eram liberaes: se eram estes que entravam, os pobres soffriam porque eram realistas!

(2) D. João I prohibiu-lhes, em 1402, usar n'estas occasiões de qualquer arma, para evitar desordens.

Já disse que o bairro dos judeus em Lisboa era no sitio da Ribeira Velha, chamado antigamente *Villa Nova de Gibraltar*.

Para o mais que diga respeito á esta materia, vide *Judiaria*, a pag. 421 do 3.º vol. d'esta obra—e *Casa dos Bicos*, n'este artigo.

Fonte da Samaritana

Foi mandada edificar pela rainha D. Leonor, mulher de D. João II, filha do infante D. Pedro, duque de Viseu, e irman do rei D. Manuel. (A mesma que fundou o hospital das Caldas da Rainha, a Misericordia de Lisboa, o convento da Madre de Deus e outros estabelecimentos de caridade.)

Foi edificada esta fonte no anno de 1508, quando tambem se fundou o convento da Madre de Deus.

O seu primeiro assento foi á beira da estrada, junto ao Tejo, e encostada á egreja da Madre de Deus.

Deu-se-lhe o nome de *Fonte da Samaritana*, por ter esculpida a figura da mulher da Samaría, a quem Jesus Christo pediu de beber, na occasião em que ella estava tirando agua do poço de Jacob, na cidade de Sichar.

E' este passo da escriptura que está representado em relevo no quadro da fonte.

Ao lado havia um tanque para lavadeiras. No apainelado d'este tanque se via a *empreza* das armas de D. Leonor, que é uma rede das que os pescadores chamam *de arrastar*, divisa que ella adoptou em memoria de ter expirado seu filho, o principe D. Affonso, na humilde cabana de um pescador, quando cahiu do cavallo, na margem do Tejo, em Santarem, em 1491.

Sendo presidente da camara de Lisboa o conde-barão d'Alvito, deu este licença particular (em 1634) ás freiras da Madre de Deus, para que do encanamento podessem tirar para a sachristia a agua precisa para o lavatorio; mas como o encanamento da agua era pela cêrca do convento, as freiras tiravam a agua que lhes parecia, apesar de terem dentro do claustro uma boa fonte, e um abundante poço na portaria. Por accordam da camara (de 4 de junho de 1694) fo tirada ás freiras toda a agua que pertencia o esta fonte, e entupido o encanamento.

Parece que as freiras, ainda depois d'isto acharam meios de subtrahir alguma agua da fonte, ou que os vereadores receiaram isto, porque pelos annos 1700, sendo presidente da camara, D. Francisco de Sousa Calhariz, foi removida para o sitio actual, proximo ao palacio da mesma rainha, que depois passou, por doação da mulher de D. João IV, para os condes d'Unhão, e por fim para os marquezes de Niza, e onde hoje é o asylo *Maria Pia*.

Quando aqui se fizeram as obras para o caminho de ferro do Norte e Leste, houve tenção de se demolir esta fonte; mas felizmente o sr. João Cancio de Mattos (fallecido em 1858) padrinho do sr. João Baptista de Mattos Moreira, um dos editores d'esta obra — compadeçendo-se dos moradores d'este sitio, que não tinham nas immediações outra agua potavel; cedeu á companhia dos caminhos de ferro o valor de uma expropriação, que ella tinha de lhe pagar, sob a condição de ser conservado este monumentosinho, que nos recorda os actos de caridade da sua fundadora, uma das mais virtuosas rainhas de Portugal, e natural d'este reino.

Apesar das suas aguas serem alguma coisa salobras, e de estar esquecido e mutilado; apesar tambem da sua pequenez, pois só tem 3 metros de alto e dois de largo, é incontestavelmente um dos monumentos mais perfeitos do seu estylo, em Portugal; grave, singelo e poetico, recordando o estylo de Francisco I de França. Á primeira vista mais parece um pequeno e elegante sarcophago, do que uma fonte.

Chafariz d'El-Rei

Não ha memoria nem tradição alguma de que em Lisboa houvesse um unico chafariz publico, romano, godo ou arabe.

É provavel que os romanos, tão propensos ao luxo e ás commodidades, edificassem alguns, que os frequentes terramotos destruissem, sem d'elles ficar vestigio.

Os arabes não faziam uso de chafarizes, extrahindo unicamente a sua agua potavel

das fontes naturaes, dos rios e dos poços.

O primeiro chafariz publico que houve em Lisboa foi o d'El-Rei.

Parece que o fim principal que se teve em vista, na segunda construcção d'este chafariz, foi o provimento da *aguada* para os navios portuguezes, que no seculo XVI, sahiam com tanta frequencia e em tão grande numero da barra de Lisboa, ás descobertas e conquistas da Asia, Africa, America e Oceania.

Mas tambem não havia outra agua potavel na cidade, tão limpa e saudavel como esta, da qual se proviam todos os seus moradores.

No seculo XVIII, diz o doutor Francisco da Fonseca Henriques (medico de D. João V) no seu *Aquilegio Medicinal*, que ainda então bebiam da agua d'este chafariz os habitantes das duas Lisboas (Oriental e Occidental) e que foi sempre muito estimada, emquanto não houve o *Chafariz da Praia.*

E' tambem tradição que o grande Affonso d'Albuquerque nascera nas casas que ficam sobranceiras ao chafariz d'El-Rei; o que é inverosimil. Segundo todos os nossos mais circumspectos escriptores, aquelle heroe nasceu na quinta do Paraizo, entre Alhandra e Villa Franca.

Na minha opinião, esta casa era de D. Izabel d'Albuquerque, irman do grande vice-rei da India. Já vimos no artigo — *Casa dos Bicos* — que Braz d'Albuquerque, filho de Affonso d'Albuquerque, foi creado em casa de sua tia D. Isabel, que por sua morte deixou tudo a seu sobrinho.

Como Braz d'Albuquerque se chrismou em Affonso d'Albuquerque, por ordem do rei D. Manuel (como já fica dito no referido artigo) e aqui foi creado, e talvez mesmo nascido, eis a razão, aliás não de todo o ponto mentirosa, de ter aqui nascido Affonso d'Albuquerque.

Prova-se que esta casa foi de Affonso de Albuquerque, filho, e passou a seus herdeiros; porque houve uma prolongada demanda d'estes com a camara municipal, que só terminou em 1860, por composição feita com o sr. conde de Peniche (hoje marquez d'Angeja) senhor d'alguns dos morgados, que foram de Affonso d'Albuquerque.

A noticia mais antiga que se encontra d'este chafariz são duas cartas regias de D. Affonso V, datadas de Alemquer aos 16 de setembro de 1487.—Na primeira se manda fazer um encanamento desde o chafariz até á muralha do mar, para os bateis da Ribeira alli receberem a agua precisa para as aguadas da marinha; cuja obra tinha sido orçada em 12$000 réis.—Na segunda carta se dava parte ao corregedor de Lisboa que estavam dadas as ordens ao patrão da nau, para que fallasse com os mestres de todos os navios, que estivessem no porto, e cada um com o seu batel, darem um dia de serviço, acarretando pedra e cal para esta obra; e quando não quizessem, elle, corregedor, os constrangeria, fazendo dar a cada um o seu giro.

Uma carta regia de D. Manuel I, datada de Almeirim, a 2 de maio de 1494, manda que se não façam mais experiencias para fazer subir a agua do chafariz d'El-Rei, e que se deixe no estado em que estava.

Ainda no anno de 1517, era este chafariz descoberto, e Lopo de Albuquerque se offereceu a cobril-o de madeira e telha, em consequencia dos muitos limos que creava e das immundicies que lhe cahiam: com a condição de lhe ser paga a despesa, se isto désse bom resultado. Foi acceite este offerecimento por carta regia de 21 de dezembro do mesmo anno.

Este Lopo d'Albuquerque tinha umas casas por cima d'este chafariz, encostadas ás muralhas da cidade, exactamente no logar onde hoje corre a linha das bicas, e a camara, por seu procurador, João Fogaça, contratou a compra d'ellas por cinco mil cruzados (2:000$000 réis) dos quaes logo o vendedor recebeu 300 cruzados (120$000 réis).

Não consta, porém, que se fizesse escriptura.

Falleceu o vendedor em 1591, e, talvez por se ter movido questão pela conclusão do pagamento, o licenceado Philippe Fogaça, então procurador da cidade, veio com embargos, mostrando lesão enorme n'aquella

venda; pois que—além das casas vendidas, serem foreiras ao armazem (arsenal) em 1$280 réis, e não ter havido contracto nem consentimento dos officiaes, estando por isso o contracto nullo; que em nada eram precisas á cidade, pois estavam em um bêco, sem entrada de rua direita; em parte onde não podia entrar uma bêsta carregada; muito mal repartidas, umas em cima das outras, sem terem vista senão da ribeira e do mar: e que, segundo a estimação de pessoas entendidas, ao tempo que fôra feito o contracto, nem antes, nem depois, valiam 1:500 crusados (600$000 réis)—e que ainda pelo preço de 1:250 crusados (500$000 réis) eram caras; e a cidade ficava lesada em as comprar, por serem velhas—e que, finalmente, ou a cidade fosse desonerada da dita compra, ou se fizesse uma nova avaliação.

Foram recebidos os embargos, dos quaes se deu vista aos herdeiros do finado, figurando Manuel d'Albuquerque, seu filho, com procuração bastante de sua mãe.

Estes vieram com uma contrariedade, dizendo—«que a cidade allegára já no feito «(processo) os artigos da lesão que agora ex«punha, sem que lhe fossem recebidos; pelo «que não podia já allegar a lesão. Que des«de o tempo em que se havia feito o contra«cto se havia passado mais de quatro an«nos.—Que esta cidade de Lisboa era uma «das principaes da christandade e muito no«bre e de grande renda, e uma das cousas «mais necessarias que tinha e sem a qual se «não podia manter, era o chafariz d'El-Rei, «DE QUE BEBIA TODA A CIDADE, E QUE NÃO HA«VIA OUTRA AGUA DE BEBER, PARA A GENTE DE «LISBOA.

«Que as casas da contenda estavam sobre «o chafariz e sobre a arca da agua; por isso, «o que morava n'ellas, ficava senhor do cha«fariz e os seus servidores podiam deitar na «agua sujidade, peçonha e o que quizessem; «pelo que fôra grande proveito da cidade «comprar as ditas casas, e não havia cousa «em que se estimassem, por serem de tão «absoluta necessidade: de modo que, ainda «que a cidade désse muito mais dinheiro do «que o ajustado, fazia muito bom partido etc.»

Foi recebida esta contrariedade e a cidade veio com a sua *repricação* (replica) e os reus, com a *treprricação* (treplica).

Proferiu-se sentença, em 16 de janeiro de 1542, pela qual a cidade foi condemnada a pagar aos reus 2:500 crusados (1:000$000 réis).

Por termo, lavrado com testemunhas, recebeu Manuel d'Albuquerque, 2:200 crusados (880$000 réis)—que, com os 300 já recebidos, completava os 2:500 que prehenchia a importancia total da venda.

Em 30 de junho do mesmo anno (1542) tomou a camara posse das casas.

Por aquelle tempo, era tal a concorrencia dos que alli hiam buscar agua, taes as brigas (e até mortes) que havia no chafariz d'El-Rei, que a camara teve de regular a vez e distribuir as bicas, pela seguinte postura: [1]

«Constando ao senado que ha homens «brancos, negros e mouros, que se vão pôr «ás bicas do chafariz d'El-Rei, a vender agua, «a quem a vae buscar; do que se seguem «brigas, ferimentos e mortes, faz a sua pos«tura, para repartição das ditas bicas, pela «maneira seguinte:

«Na primeira bica, hindo da Ribeira para «ella, encherão pretos fôrros e captivos, que «forem homens.

«Logo na segunda seguinte, poderão en«cher os mouros das galés; sómente a agua «que fôr necessaria para as suas aguadas: «e tendo cheios os seus barris, ficará a dita «bica, para os negros e mulatos, conforme «a declaração atraz.

«Na terceira e quarta, que são as duas do «meio, encherão os homens e môços bran«cos; e na quinta, seguinte logo, encherão «as mulheres pretas, mulatas e indias, fôrras «e captivas. E na derradeira bica, da banda «d'Alfama, encherão as mulheres e moças «brancas, conforme a declaração das bicas. «Sob pena de quem o contrario fizer do que «está dito—sendo pessoa branca e fôrra, as-

[1] Peço perdão aos meus leitores de ser tão prolixo n'esta descripção; mas julgo tão curioso isto, para se conhecer dos costumes de ha 300 annos, que não posso resistir á tentação de o copiar.

«sim homem como mulher, pagará 2$000 réis «de pena e estará na cadeia tres dias, sem «remissão — de que haverá metade da pena «(do dinheiro) quem o accusar, e a outra «metade para a cidade.

«A mesma pena terão os ditos brancos, «mulatos, indios e pretos fôrros, que enche«rem por dinheiro, ou achando-se que en«cham em qualquer outra bica das que se «lhes nomeiam; posto que corra a dita agua «no chão, não poderão encher nas declara«das; e os negros e captivos e os mais es«cravos e escravas como forem pessoas ca«ptivas, que o contrario fizerem do que está «dito, serão publicamente açoitados, com ba«raço e pregão, derredor do dito chafariz; «sem remissão; conforme a provisão d'el«rei nosso senhor, novamente passada; as «quaes penas se executarão tres dias depois «da publicação d'esta postura que se lhes «dão, para vir primeiro á noticia dos mora«dores d'esta cidade.»

—

Luiz de Carvalho, tinha um pôço nas suas casas, pegadas a este chafariz, e por alvará de 11 de março de 1589, se mandou entupir, visto a grande diminuição que se sentia no chafariz, quando se tirava agua do pôço, e a abundancia, quando se não tirava.

O proprietario oppoz-se; do que se seguiu uma demanda, em resultado da qual, o senado tomou posse do dito pôço, em 5 de dezembro de 1612, depositando 750$000 réis.

Finalmente, por quitação de 26 de agosto de 1624, recebeu D. Brites d'Ayalla, como herdeira de Luiz de Carvalho, aquella quantia, por indemnisação do poço expropriado.

Tambem por outro alvará d'aquella mesma data, se mandou que o senado tomasse posse de outro pôço existente nas casas de Francisco de Sousa, que estavam tambem juntas a este chafariz, e que a sua agua fosse alli levada por cano separado.

A frontaria, concluida em 1860, é obra da vereação d'esse anno.

Os que desejarem ter mais amplas noticias sobre este chafariz, vejam o 4.º volume do *Archivo Pittoresco*, de pag. 177 em diante.

Arco de S. Pedro

O arco depois chamado de S. Pedro, era uma das 12 portas da antiga cêrca da cidade, construida pelos mouros.

Deu-se-lhe este nome porque ficava mesmo em frente da porta principal da egreja matriz de S. Pedro d'Alfama, que foi completamente destruida pelo terramoto de 1755. Foi transferida para Alcantara, onde se lhe marcaram limites, na ultima divisão, de 19 de abril de 1780.

O antigo terreno d'esta freguezia, é agora occupado pelas propriedades do largo de S. Raphael.

O logar onde existiu o arco de S. Pedro, é exactamente a actual loja, que é a ultima da rua da Adiça.

Arco de S. Paulo e rua do Alecrim

A rua do Alecrim foi aberta no reinado de D. João III. Até á elevação d'este soberano ao throno, Lisboa não tinha ainda principiado a estender-se por fóra das muralhas que a limitavam pelo lado occidental.

O primeiro edificio, para habitação, erguido d'esse lado, foi o collegio dos jesuitas de S. Roque.

N'esse tempo, todo o terreno que corria desde a porta de Santa Catharina (hoje largo das Duas Egrejas) até á Esperança, e desde a margem do Tejo até aos moinhos de vento, á Cotovia (depois largo da Patriarchal Queimada e hoje do Principe Real) era uma quinta, que se compunha de hortas, terras lavradias e olivaes, pertencente a uma familia de appellido Andrade (vide *Largo de S. Roque*).

Os Andrades foram aforando pedaços de terreno, para edificação de casas, construindo-se muitas em pouco tempo, porque os pretendentes affluiam em grande numero.

Resolveu então o governo dar uma fórma regular ao novo bairro. Traçaram-se compridas ruas parallelas, de norte a sul, cortadas por outras transversaes, de E. a O., que successivamente se foram guarnecendo de casas.

Do appellido do directo senhorio d'este bairro, tomou elle o nome de *Villa Nova de Andrade*, que durou muitos annos.

No principio do seculo XVII é que se principiou a chamar *Bairro Alto de S. Roque*— (hoje simplesmente *Bairro Alto).*

Além da construcção ou aformoseamento de varios edificios, os mais, e o local das suas ruas, são os mesmos que existiam antes do terramoto de 1755; pois que elle pouco damno causou a este bairro.

Nos seculos XVI e XVII, era o Bairro Alto, ou Villa Nova do Andrade, um dos mais regulares e com ruas mais alinhadas e largas, da cidade.

A rua do Alecrim era uma das comprehendidas em Villa Nova d'Andrade. Foi principiada a habitar-se em casas construidas do lado do O. — sendo montuoso o terreno de L., coroado pelo lanço da muralha da cidade (mandada construir por D. Fernando) que corria desde a torre que defendia a porta de Santa Catharina, até outra torre que defendia a porta do duque de Bragança, e que formava o angulo da muralha, na sua volta para o Ferragial e Corpo Santo. Esta segunda torre ficava por cima do logar presentemente occupado com um predio, que se compõe só de lojas, que servem de officina de canteiro, na rua do Ferregial de Baixo, da parte do norte. Quando se fez a rua do Alecrim, terminava junto d'esta torre, communicando-se ahi pela porta do duque de Bragança, com a rua da Cordoaria Nova, que depois se chamou, rua do Thesouro Velho.

Da parte do sul, fazia o terreno uma grande quebrada, por onde difficilmente se descia para a praia.

Para o O, se foram abrindo e povoando algumas travessas, que davam serventia, primeiramente para o arrabalde e depois para as *tercênas de Cata que Farás*, para a rua das Flores e outras.

O nome de rua do *Alecrim*, proveio de uma capella dedicada a Nossa Senhora do Alecrim, que aqui fundou, em 1641, uma nobre senhora, viuva, chamada D. Anna de Vilhena. Esta capella estava junto da porta de Santa Catharina, e esta porta occupava o fundo de um pequeno largo, que agora se chamma das Duas Egrejas. Este largo era então guarnecido pelo N. e S. por dois lanços da muralha, que hiam formar dois angulos, o do N., proximo da egreja do Lorêto, que ficava de fóra, e do qual hia o muro, ao largo de S. Roque — e o do S., no logar onde hoje se vê o predio contiguo á egreja de Nossa Senhora da Encarnação.

(A lenda de Nossa Senhora do Alecrim, vae no logar competente, onde vão as egrejas e capellas de Lisboa.)

Para que a rua do Alecrim descesse até á margem do Tejo e obtivesse assim uma formosa entrada, foi precizo ao insigne architecto da nova Lisboa, Eugenio dos Santos Carvalho, vencer a grande difficuldade que lhe apresentava o terreno, na quebrada do Sul da rua.

Para isto concebeu, desenhou e executou um arco (viaducto) que passa sobre a rua de S. Paulo, por cuja circumstancia se lhe deu o nome d'arco de S. Paulo.

Este arco, de *ponto abattido* e a ponte toda obliqua, a sua solidez e elegancia, constituem esta obra um primor d'arte n'este genero.

Pouco mais a baixo d'este arco, ha outro que dá passagem á rua inferior (*do Carvalho)* Estes arcos tinham primeiramente as *guardas* feitas de parede: hoje teem bôas e solidas grades de ferro.

Rua Nova

(Rua Nova d'El-Rei, vulgo Capellistas.)

Antes do terramoto de 1755, não havia dentro dos muros de Lisboa, uma rua que se podesse chamar larga, senão esta. Era obra do rei D. Diniz, pelos annos de 1310. Contava 60 palmos (13ᵐ 60) de largura, e era a mais bonita, rica e luxuosa d'aquelle tempo. Era o *Chiado* dos nossos avós, em razão das bellas lojas que a guarneciam, e onde se vendiam porcellanas, sedas e outras varias mercadorias da China e do Japão, livros e outros muitos objectos.

Occupava esta rua o mesmo logar onde hoje vemos a rua que lhe herdou o nome.

Antiga cidade baixa

Todo o vasto ambito a que damos o nome

de *Cidade Baixa* (ou simplesmente *a Baixa*) não era antes do terramoto de 1755, mais do que um labyrinto, uma perfeita rede de ruas e bêcos emaranhados, tortuosos, estreitos e immundos, que medeiavam entre o Rocio e o Terreiro do Paço. Sómente á *Rua Nova* se podia então dar com propriedade o nome de *rua*.

Ao genio, á inergía e — diga-se a verdade — ao despotismo do marquez do Pombal, se deve a amplidão, a magnificencia, á bôa ordem e a regularidade que hoje admiramos nestas bellas ruas, que formam o coração de Lisboa.

—

Collegio dos Nobres

(Escola polytechnica.)

O collegio dos nobres, foi fundado em 1603 para casa de noviciado de jesuitas, em Lisboa. Concluiu-se em 1619.

O noviciado de todas as ordens religiosas era de um anno; menos na companhia de Jesus, que eram dois annos.

É certo que os jesuitas faziam todas as diligencias por attrahir á sua ordem todos os mancebos em que descobriam grande talento e intelligencia elevada.

É por isso que em todo o tempo da sua existencia, tantos homens grandes produziu a Companhia, em todo o genero de litteratura.

É porém falsissimo que os jesuitas violentassem pessoa alguma para professar na sua ordem. As profissões eram aqui mais voluntarias, mais expontaneas do que em outra qualquer religião. O tempo do noviciado era o dobro, e, ainda no fim dos dois annos, hia o *noviço* para casa de seus parentes, onde estava alguns mezes, fóra absolutamente da pressão moral dos jesuitas — e era lá que, muito por sua vontade, decidia se a sua inclinação o levava para a ordem, ou para o seculo.

Até admittiam nas suas aulas todo o joven que quizesse estudar as variadas disciplinas que alli se ensinavam, sem a minima sombra de compromisso de adoptarem a regra da Companhia, ou de professarem.

Muitos homens do seculo, que depois foram célebres pela vastidão dos seus conhecimentos scientificos, deveram aos jesuitas tudo quanto foram e quanto valeram — e a prova mais convincente de que os jesuitas franqueavam as suas illustradas escolas a quem se quizesse aproveitar das suas lições, é o grande numero de ingratos que arrancavam da ignorancia, para depois lhes fazerem guerra de exterminio.

Essa ingratidão contra a Companhia de Jesus, ainda dura, apesar de terem já passado 115 annos depois da sua extincção! Ainda hoje é moda assacar aos jesuitas toda a casta de crimes e más paixões (que só tiveram existencia nas imaginações borrascosas dos descrentes) sem se lembrarem dos grandes e innumeraveis serviços que a patria lhes deve.

As portentosas conquistas dos portuguezes na Asia, Africa e America, são mais o fructo das *missões* dos jesuitas, do que das espadas dos nossos generaes. — A caridade, a abnegação, as predicas e os bons exemplos d'estes padres, actuaram mais poderosamente n'aquellas gentes, quasi todas semi-selvagens, do que o estrondo da nossa artilheria.

—

Em cada provincia de Portugal havia uma casa de noviços, completamente separada dos seus mosteiros.

Em 1587, ainda em Lisboa não havia *casa de noviciado*, pelo que, na congregação provincial que se fez n'esse anno, concordou-se em pedir ao *geral* da Companhia (Claudio Aquaviva) a approvação para se fundar aqui uma casa de noviços, ao que elle facilmente annuiu.

Em 1585 adquiriram os jesuitas uma quinta, no sitio chamado de Campolide; na qual determinaram se desse principio ao noviciado, emquanto se não edificava uma casa, nas condições proprias do estabelecimento a que era destinada.

Fernão Telles de Menezes (que fôra governador da India e era regedor das jusiças) e sua mulher, D. Maria de Noronha, tomaram por devoção fundar á Compamhia, em

Lisboa, casa especial para noviços. Deram para esta fundação 500$000 réis de renda annual. O capital d'elles, eram 20:000 cruzados, seis, na quinta do *Monte Olivéte*, á Cotovia—e o resto, em juros bem parados; tudo por escriptura publica, feita em 26 de dezembro de 1597.

Na quinta do Monte Olivéte, doada, havia uma capella, dedicada a Nossa Senhora da Assumpção, e o novo collegio teve a mesma invocação.

É por esta circumstancia, que a este collegio se dava tambem a denominação de *Nossa Senhora da Assumpção, do Monte Olivéte*, e depois—*da Cotovia*.

O provincial mandou vir de Coimbra e Evora 15 noviços, para a inauguração do novo collegio, de que foi primeiro reitor o padre Antonio Mascarenhas. Acharam-se presentes, o doador (Fernão Telles de Menezes) o padre João de Madureira, *preposito* da casa de S. Roque; o padre Luiz Alvares, reitor do collegio de Santo Antão, e outros padres respeitaveis da ordem.

Tudo isto porém teve ainda logar em Campolide.

O primeiro noviço entrado, foi Antonio de Azevedo, natural de Lisboa. Já era sacerdote, e tinha 40 annos de edade. Era fidalgo, e se achára, com D. Sebastião, na batalha de Alcacer-Kibir (4 de agosto de 1578) onde ficou captivo. Era varão virtuosissimo. Ajudou com esmolas esta fundação, deu-lhe todos os moveis de sua casa e uma pensão de 120$000 réis annuaes, que lhe pagava o arcipreste de Lisboa, e outra que tinha no bispado de Viseu.

A quinta de Campolide se dividiu em duas partes—uma ficou dos noviços, por compra, e a outra, com seu pomar, ficou á casa de S. Roque, que depois, em 1624, a vendeu tambem aos noviços.

Ficou pois toda esta quinta para os noviços, que aqui passavam os dias marcados na regra para descanço e recreação.

Durou o noviciado em Campolide uns 6 annos, até que se decidiu a fundação definitiva do collegio, na quinta do Monte Olivéte, á Cotovia, por ser logar proximo de S. Roque, com bellas vistas e sadio. (Já disse que este collegio foi o primeiro edificio que houve n'este sitio.)

Era porém o solo de pouca consistencia, porque o monte estava todo minado, para tirar barro para louça, telha, tijolo, etc.

Escolheu-se uma pequena elevação que se arrazou, para que o terreno onde se hia fazer o edificio ficasse horisontal.

Lançou-se-lhe a 1.ª pedra, no dia de S. Jorge—23 de abril de 1603.

Era um cubo perfeito, tendo em cada um dos seus seis lados as seguintes inscripções:

1.ª—DEO TRINO; UNI, ET B, VIRG. JACTUS 23 APRILIS, ANNO D. 1603. HORA NONA.—2.ª—FERDINANDO TELLES DE MENEZES ET D. MARIA DE NORONHA EJUS. (E NO LADO SEGUINTE)—3.ª—UXORE FUNDATORIBUS.—4.ª—PAPA CLEMENTE VIII. REGE PHILIPPO III.—5.ª—PRAEPOSITO GENERALI SOCIETATIS CLAUDIO AQUAVIVA, PROVINCIALE JOANNE CORREA.

Do 6.º lado não tinha inscripção; mas uma pequena concavidade, que se tapava com uma pedra ajustada a ella.

Na ceremonia do lançamento d'esta pedra, tendo sido lidas estas inscripções, e adornando-se a pedra com flores, e tendo o fundador (Fernão Telles de Menezes) um cordão de seda na mão direita e o padre provincial outro, atados na extremidade de uma tábua, a que a pedra estava presa, se começou a lançar de vagar, emquanto o provincial recitava a oração do costume.

Assim, e ao som de charamellas, foi a pedra lançada no fundo do alicerce; lançando-se na concavidade da pedra algumas medalhas de Nossa Senhora, S. Pedro e S. Paulo, dos padres Santo Ignacio de Loyola e S. Francisco Xavier; alguns reaes de prata—e o fundador lançou um *portuguez* de ouro: depois se tapou a pedra, com a que para isso se havia feito.

—

Foram continuando as obras, tendo os padres a fortuna de acharem n'este monte muita pedra (carbonato de cal) que lhes serviu para calcinar. Tambem se achou aqui abundancia de barro para telha e tijolo.

O padre João Delgado, mestre de mathemathica, no collegio da ordem, em Coim-

bra, e depois no de Santo Antão, em Lisboa, foi o 1.º director d'estas obras.

Em 20 de março de 1605, lançou a primeira pedra da egreja, o bispo de Malaca, D. Fr. Christovão, da Ordem de S. Jeronymo; sendo provincial o padre Antonio Mascarenhas. Ainda vivia o fundador.

Até 1607, dirigiu a obra o referido padre João Delgado, e então foi substituido por Balthazar Alves, architecto das obras de el-rei, que fez nova *traça* da egreja e capella-mór, e a fez de muito mais custo do que os padres a tinham imaginado.

Como os padres moravam no collegio de Santo Antão, hiam as obras muito vagarosamente, pelo que ordenou o provincial, padre Martim de Mello, com os padres consultores da ordem, houvesse no Monte Olivete uma residencia permanente de quatro religiosos jesuitas: o que, levado a effeito, a obra progrediu a *olhos vistos*.

Quiz a fundadora que se abreviasse a construcção da capella-mór, para n'ella depositar os ossos de seu marido, que estavam provisoriamente depositados na sachristia da egreja de S. Roque.

Mandou esta senhora fazer um magestoso mausoleu de marmore, assente sobre dois elephantes, em um vão, do lado do Evangelho, da capella-mór.

Custou 3:000 crusados. (1:200$000 réis.) Depois, tambem ella aqui foi depositada. Tinha o seguinte epitaphio:

AQUI JAZEM, FERNÃO TELLES DE MENEZES,
CAMAREYRO-MÓR E CAPITAM DE GINETES,
QUE FOI DO INFANTE DOM LUIZ,
E DE DONA CATHARINA DE BRITO, SUA MULHER.
O QUAL FERNAM TELLES, FOY DO CONSELHO
D' ESTADO D'EL-REI NOSSO SENHOR, E
GOVERNOU O ESTADO DA INDIA E O
REINO DO ALGARVE, E FOI REGEDOR
DA JUSTIÇA, DA CASA DA SUPPLICAÇÃO,
E PRESIDENTE DO CONSELHO DA INDIA
E PARTES ULTRAMARINAS—
E SUA MULHER, DONA MARIA DE NORONHA,
FILHA DE D. FRANCISCO DE FARO, VÉDOR
DA FAZENDA DOS REIS, DOM SEBASTIÃO, E
DOM HENRIQUE—E DE DONA MECIA
DE ALBUQUERQUE, SUA PRIMEIRA MULHER:
OS QUAES FNNDARAM E DOTARAM ESTA
CASA DE PROVAÇÃO, DA COMPANHIA
DE JESUS, E TOMARAM ESTA CAPELLA-MÓR
PARA SEU JASIGO.
FALECEU, FERNAM TELLES DE MENEZES,
AOS VINTE E SEIS DE NOVEMBRO DE 1623.

—

Havia em Lisboa um flamengo, chamado Lourenço Lombardi, natural de Anvers, que havia 30 annos tinha sahido da sua patria a procurar fortuna. Veio a Lisboa e d'aqui navegou á Costa da Mina, onde juntou algum cabedal. Casou com a filha de outro flamengo e de uma portugueza.

Depois de casado, foi duas vezes á India, chegando pelo commercio, em que era intelligentissimo, a adquirir grandes riquezas, vindo a ser um dos principaes capitalistas estrangeiros, de Lisboa.

Tendo 50 annos, começou a frequentar os Sacramentos em S. Roque. Com o intento de casar uma filha que tinha, edificou no outeiro do *Moinho de Vento* (Patriarchal Queimada) umas casas, e uma rua de casas pequenas, em frente, para alli viver.

Ficando viuvo, deu partilhas aos filhos e parentes e com o resto se recolheu a S. Roque, e d'alli á casa do Monte Olivete, afim de correr com as obras do edificio do collegio; e como era activo e intelligente, fez progredir a obra, com 15:000 crusados que deu para ella, e em 3 annos e meio pôz a casa em estado de habitar-se e terminou a egreja, que, além da capella-mór, tinha mais seis capellas (tres de cada lado) todas muito bem ornadas.

O noviciado era de dois pavimentos e tinha uma grande cêrca.

—

O maior impulso e amplidão, que porém, se deu ás obras do collegio da Cotovia, teve por causa o facto seguinte:

O duque-almirante de Castella, D. João Thomaz Henriques de Cabrera, falleceu em Portugal, e declarou em seu testamento que, *no caso de succeder na corôa de Hespanha, D. Carlos, archiduque de Austria, todos os seus bens* (do duque, nos quaes entravam 80 contos em padrões de juros) *seriam applicados para fundar e dotar, em Madrid, um collegio de jesuitas, em cuja egreja se diria quotidianamente um certo numero de missas,*

por sua alma e de sua mulher; impondo aos pedras do mesmo collegio a obrigação de hirem ás missões da India e da Chinha.

Se porém o duque de Anjou, triumphasse do seu émulo, e subisse ao throno de Hespanha, o collegio deveria edificar-se em Lisboa, com as mesmas obrigações.

Verificou-se esta ultima nypothese; porque o duque d'Anjou, com a designação de Philippe V, succedeu na corôa de Hespanha,—pelo que os jesuitas portuguezes tomaram posse da herança e com os seus grandes rendimentos augmentaram o noviciado da Cotovia.

—

Abolida a Companhia de Jesus, por decreto de 3 de setembro de 1759 (1), o marquez de Pombal, destinou os edificios e bens d'esta opulenta ordem, para differentes estabelecimentos publicos.

Foi um roubo manifesto e sacrilego. A maior parte d'esses bens (quasi todos) provínham de doações de particulares (como acabamos de ver n'este da Cotovia) sob a condição imprescriptivel do cumprimento de suffragios e outros legados. Com os seus decretos espoliadores roubou o marquez do Pombal, os bens aos vivos e as orações aos mortos.

Como o noviciado da Cotovia tinha uma pingue dotação, uma casa vasta e bem situada, com o onus das missões imposto na herança do almirante de Castella, não lhe tocou o marquez de Pombal, para evitar reclamações; mas estabeleceu alli um collegio para educação dos filhos dos nobres, com certo numero de capellães, obrigados a irem servir nas egrejas do Oriente.

A carta de lei da fundação do *real collegio dos nobres*, é datada de 7 de março de 1761. Foi instituido para a educação de 100 *porcionistas*.

Os estatutos foram divididos em 15 titulos, e n'elles se designam as disciplinas que se deviam ensinar n'este collegio — eram — latim, grego, francez, inglez, italiano, rethorica, poetica, logica, historia, mathematica, desenho, architectura militar e civil, physica, picaria, esgrima e dança.

Nenhum collegial podia ser admittido, sem primeiro se qualificar com o fôro de moço fidalgo, pelo menos.

A *porção* ou *pensão* annual era de 120$000 réis, pagas aos semestres.

Deviam usar de egualdade nos vestidos= em casa a roupa talar, chamada *garnacha*, e quando sahissem, os primogenitos usariam casaca de panno ou qualquer outro estofo que não fosse seda — e os filhos segundos usariam de *abbatina* e capa.

As conversações familiares seriam sempre em portuguez, francez, inglez ou italiano, e nunca em latim.

Tendo o collegio dos nobres apenas onze annos de existencia, já alli reinava a desordem e o escandalo em tudo— na fazenda, nas letras, na disciplina, etc.; a ponto de ser preciso fazer uma grande reforma nos estatutos, em 1772.

Esta reforma durou até 1834, sendo então tambem admittidos (por um decreto do governo) collegiaes plebeus.

O mesmo decreto mandou que as aulas (até então internas) se tornassem publicas, para as frequentar quem quizesse.

Sendo ministro Manuel da Silva Passos, referendou elle um decreto, de 4 de janeiro de 1837, pelo qual foi supprimido o *collegio dos nobres*.

Por outro decreto de 12 do mesmo mez e anno, foi doado o edificio e bens d'este instituto á escóla polytechnica, creada por decreto do dia antecedente.

Desde logo se estabeleceram as novas aulas n'este edificio e ahi se conservaram até ao dia 22 de abril de 1843, em que um pavoroso incendio reduziu a cinzas este solido e vasto edificio, deixando apenas de pé as paredes calcinadas.

(1) Por decreto de 7 de junho de 1758, foram os jesuitas suspensos do exercicio de confessar e prégar, em todo o patriarchado. Em 19 de janeiro de 1759, foram confiscados todos os seus bens—e em 3 de setembro d'esse mesmo anno foram proscriptos e banidos do reino, declarados *inimigos da patria*, e desnaturalisados para sempre.

O conselho das escólas tratou logo de construir um edificio proprio para o seu destino, aproveitando apenas a frontaria, derribando-lhe porém o *taboleiro*, que corria em toda a frente.

O risco d'esta obra foi feito pelo antigo director da escóla, o general J. F. da Silva e Costa, d'accordo com o professor de desenho, D. Luiz Muriel, que dirigiu as obras por algum tempo. Depois tomou conta d'ellas P. Péserat, tambem professor de desenho d'esta escóla.

Tem um grande amphitheatro, um magnifico laboratorio de chimica, a aula de physica, o museu de zoologia e o observatorio, provido de custosos instrumentos modernos; além de todas as mais aulas determinadas na lei.

Para estas obras, contrahiu a escóla polythechnica um emprestimo de 100 contos de réis, auctorisado pela carta de lei do 1.º de julho de 1857—isto além do que já tinha gasto dos rendimentos da sua dotação. Gasta esta somma, levantou em 1863 outro emprestimo de 90 contos para a conclusão d'este estabelecimento, comprehendendo o jardim botanico, que anda em construcção (setembro de 1874) na quinta pertencente ao edificio, e que o cérca por dois lados.

Feito este jardim, tenciona-se fechar o da Ajuda.

Em 1867 se mudou para aqui o muzeu zoologico da Ajuda; mas ainda, na data em que estou escrevendo, estão a concluir-se varias salas para a collocação de differentes objectos que ainda se acham por collocar devidamente.

—

Arsenaes

Arsenal real do exercito

Occupa este estabelecimento tres edificios collocados em differentes sitios, os quaes são commumente denominados—*Fundição de baixo, Fundição de cima* e *Fundição do Campo de Santa Clara*.

Ao primeiro d'estes, fundado junto ao Tejo é que se dá propriamente a denominação de *Arsenal real do exercito*. Está edificado no mesmo logar das antigas *tercenas* chamadas das *Portas da Cruz*, que foram devoradas por um incendio na noite de 11 do julho de 1726.

D. João V determinou reedificar logo as *tercenas*, sob um plano mais vasto e regular; mas, apesar de ser obra do rei cognominado o *magnanimo*, ficou o novo edificio acanhado, para o fim a que era destinado, e sem magnificencia.

Passados bastantes annos, encarregou o rei a Mr. Larre de aformosear o edificio. Este artista delineou um rico portico, ou antes, um *corpo central*, para adôrno do portão da entrada, ao O. do edificio; porém a grave doença do rei, de que lhe resultou a morte, depois de graves padecimentos, fez adiar a conclusão da obra.

Quando falleceu este monarcha (31 de julho de 1750) estava a obra apenas em principio—e quando succedeu o terramoto de 1755, ainda estava muito atrazada, e soffreu bastantes estragos, que pouco depois foram reparados.

Só em 1760 se principiaram de novo as obras do corpo central, continuando sem interrupção até ao seu acabamento. Foi director d'estas obras Fernando Chegaray, tenente general (francez) de artilheria, ao serviço de D. José I.—Depois, Amaro de Macedo e os tenentes generaes, Manuel Gomes de Carvalho e Bartholomeu da Costa, melhoraram muito as condições d'este estabelecimento.

Por decreto do 1.º de julho de 1834, se introduziram no arsenal novas reformas e melhoramentos, levados a effeito pelos inspectores, o coronel Leão e os generaes, barão d'Ovar e barão do Monte Pedral.

É este edificio todo construido de magnifica e bem lavrada cantaria. As columnas que adornam a porta são da ordem corinthia. Sobre a janella principal estão as armas de Portugal e o entablamento é coroado de tropheus militares, tudo de marmore.

Em frente da fachada havia um pequeno terreiro, que foi alargado, á custa do Tejo, em 1874—chama-se *largo da Fundição*.

A frente do E. olha para uma praça ou largo, tambem feita sobre o que era praia,

ficando-lhe em frente a estação principal dos caminhos de ferro do Norte e Leste.

A este largo se dá o nome de — *caes dos Soldados.*

A frente do Sul do arsenal olha para o Tejo.

No pavimento inferior estão os grandes armazens da arrecadação, que constituem o primeiro deposito. No pavimento superior estão do lado do N. do corpo central, a secretaria, contadoria, archivo e outras secções da inspecção geral do arsenal.

Do lado do S. ha cinco salas de armas, na fórma seguinte:

A 1.ª, chamada da *Rainha*, tem no topo o retrato, de corpo inteiro, da Sr.ª D. Maria II, pintado pelo fallecido Joaquim Raphael. É esta sala guarnecida com 12 armaduras antigas e contem 250 bacamartes, 1:000 carabinas, 1:488 pistolas e 300 espadas. Os paineis do tecto foram pintados, em 1762, por Bruno José do Valle.

A 2.ª sala, denominada *d'El-Rei D. José I*, é decorada com o retrato d'elle, e com 4 estatuas allegoricas, esculpidas em madeira, representando o *Valor*, a *Fidelidade*, *Vulcano* e *Marte*. Guarnecem-lhe as paredes e portas, bem dispostos cabides, onde se acham collocadas com muita ordem e symetria, 12:600 espingardas, 1:000 carabinas e 1:000 espadas.

A 3.ª sala, *de D. João V*, está adornada com o seu retrato, e com as estatuas de *Minerva* e *Neptuno*. São tambem de madeira e douradas. Encerra 12:600 espingardas, 800 carabinas e 1:000 espadas; guarnecendo tambem as paredes em symetria. As portas d'esta sala são formadas de lanças.

A 4.ª sala, denominada *das Armaduras*, tem por ornamento os bustos de André de Albuquerque e Duarte Pacheco. Tem 32 armaduras de ferro, antigas. Tem o mesmo numero de armas da antecedente.

A 5.ª sala está adornada com 4 estatuas doiradas, e com os bustos de D. Nuno Alres Pereira, D. Duarte de Menezes, D. Affonso d'Albuquerque e D. João de Castro. Ha n'ella 18:000 espingardas e 1:000 espingardas.

Nas pinturas do tecto d'esta sala se empregaram os melhores pintores de architectura e ornato, que havia n'essa época em Lisboa. No tecto da escada tambem ha bellas pinturas. O painel do centro é obra do referido Bruno José do Valle; e as *quatro partes do mundo*, representadas nos quatro angulos, são obra dos célebres Pedro Alexandrino de Carvalho e Berardo Pereira Pegado.

Do lado de E. tem este arsenal um pateo com diversas officinas, tendo uma porta para o lado do S., e em frente d'esta um caes de cantaria, com guindaste para serviço do estabelecimento.

Em um edificio contiguo, mas separado, e superior ao edificio principal, para o N., estão estabelecidas differentes officinas.

Ha n'este arsenal um collegio de aprendizes, e muitas e bem organisadas officinas de varias artes e officios mechanicos.

—

Fundição de Cima — É um edificio bastante elevado, antigo, e reconstruido em diversas épocas; mas sem belleza architectonica. Está situado em uma elevação, em frente da egreja incompleta de Santa Engracia. É este, talvez, o estabelecimento publico da capital, menos conhecido; não só dos viajantes estrangeiros, mas mesmo dos nacionaes, sem exclusão dos proprios filhos de Lisboa. Todavia, encerra bastantes curiosidades, que se pódem contar entre as mais dignas de attenção e exame, que a cidade possue.

As mais dignas de mencionar-se, são — modelo da estatua equestre de D. José I — na fôrma em que se fundiu e nos fornos em que se derreteu o metal para a estatua.

O modelo é de madeira e gêsso. Foi feito com toda a perfeição, pelo distincto esculptor Joaquim Machado de Castro. Occupa o centro de uma sala circular, com uma varanda em torno, a meia altura das paredes, para se poder examinar com mais miudeza, a parte superior do collosso, onde se admiram lavores delicadissimos, que se não podem avaliar na estatua da *Praça do Commercio*, pela elevação em que está.

Como o modelo é exactamente do tamanho da estatua, aqui é que se póde justa-

mente apreciar o seu tamanho verdadeiro. O cavallo e o cavalleiro têem 31 palmos de altura (6^m,82). O pé do cavalleiro tem 3 palmos de comprimento (0^m,66), isto é, o dobro do *pé inglez*. A perna até ao joelho, 7 palmos (1^m,54) e 11 (2^m,42) a espada. (Vide, para o mais que diz respeito a este monumento, o artigo em que adiante, d'elle trato especialmente).

—

Fundição de Santa Clara — O edificio conhecido vulgarmente por esta denominação, não é hoje uma *fundição*, mas unicamente o assento de diversas repartições annexas ao arsenal do exercito.

Está tambem situado em alto, fronteiro ao edificio da *Fundição de Cima;* detraz e a pouca distancia da egreja incompleta de Santa Engracia. O campo de Santa Clara, de que este edificio tira o nome, fica-lhe junto, porém mais alto.

É um edificio antigo, mas com as reedificações tem perdido a sua primittiva fórma. É singelo e sem belleza. Está aqui o museu de artilheria e outros objectos, o deposito de antigos canhões, as ferrarias e os armazens de petrechos e reparos pertencentes á artilheria.

O museu occupa um vasto salão. Guardam-se n'elle, a par de muitos outros varios objectos, diversos modelos de machinas, entre as quaes figura o do curioso e simplissimo engenho, que suspendeu, elevou e collocou sobre o seu pedestal, a estatua equestre de D. José I. [1] Tambem n'elle se admiram algumas armas antigas e modernas, umas singulares por sua fórma, ou pela belleza e delicadeza dos lavores, marchetados de ouro e prata, outras notaveis por alguma invenção que as distingue. Entre estas, é digna de admirar-se uma espingarda colubrina, de desmedido peso e comprimento, que foi do capitão-mór de Faro, e que hoje um homem robusto difficilmente levanta.

Ha no museu o padrão das medidas que se usavam no tempo do rei D. Manuel, e das do systema metrico decimal.

O deposito de artilheria está no grande pateo do edificio, e é digno de ser visitado, pelos objectos archeologicos e padrões historicos que encerra. Alguns canhões antiquissimos, de exquisito feitio; a célebre colubrina, conhecida pelo nome de *peça de Dío*, tomada pelos portuguezes na conquista d'esta forte praça de guerra.

Artilheria hespanhola, de bronze (com as armas de Castella), despojos das batalhas do *Canal, Linhas d'Elvas, Montes Claros* e outras gloriosas victorias que coroaram de louros as armas portuguezas, nas guerras da restauração; e outros canhões recommendaveis pelas suas recordações historicas ou pelo aprimorado de suas esculpturas.

São dependentes do arsenal do exercito, o laboratorio dos fogos de artificio e as fabricas de refinação de salitre, em Alcantara, e da polvora em Barcarêna.

Arsenal da Marinha

Sobre a margem direita do Tejo, entre o *Terreiro do Paço* e o *Attêrro da Boa Vista*, está fundado este grandioso edificio, tendo a sua frente para o N., e a entrada pelo largo do *Pelourinho*. Do lado do S. (o caes) ha um vasto terreiro, onde se fazem os escaleres, mastros, remos, etc., os estaleiros de construcção naval, varias officinas e o dique.

Está edificado em grande parte do solo outr'ora occupado pelos paços reaes da Ribeira, e pelos paços dos infantes, que o terramoto de 1755 destruiu.

Já aqui tinham sido as *tercenas navaes* (antigo arsenal da marinha) fundadas por el-rei D. Manuel, no principio do seculo XVI, e de que adianto trato.

Principiou a edificação do actual arsenal da marinha, em 1759, pelo risco do architecto Eugenio dos Santos de Carvalho, auctor da planta da reedificação de Lisboa.

Contém vastissimos armazens (hoje quasi vasios) que ainda no começo d'este seculo, em que a nossa marinha se compunha de 12 naus, 12 fragatas, e outros muitos vasos de guerra de menor lotação, se achavam

[1] É tão engenhoso este *apparelho*, que, por meio de uma linha e com a mais pasmosa facilidade, se levanta um pêso de 60 kilogrammas.

bem providos de todos os necessarios petrechos para uma respeitavel marinha de guerra.

Tem dois estaleiros, muito bem construidos, de cantaría; mas que demandam grandes obras, para ficarem a par dos das nações mais adiantadas.

Precisam de ser accrescentados, para n'elles se poderem construir vasos de guerra de 1.ª ordem, com as dimensões que actualmente se lhes dão; sobretudo faltam-lhes as coberturas com que nos principaes estaleiros da Europa (quer do estado quer particulares) se resguardam do sol e da chuva os navios em construcção.

O dique é uma obra magnifica, mas acha-se nas mesmas circumstancias quanto a dimensões. Quando se acabou, podia receber os navios de mais porte que então se construiam.

Deve-se a construcção d'este dique, ao illustrado e benemerito ministro da marinha, Martinho de Mello e Castro, no reinado de D. Maria I. Dirigiu as obras o intelligente general, Bartholomeu da Costa.

Desde 1807 pouco se cuidou da conservação d'este dique, e as comportas, não podendo aguentar o embate das aguas, deixaram entrar o lodo e areia que foi pouco a pouco entulhando o dique, e foram inuteis as varias tentativas feitas para o desobstruir.

Em 1845, sendo ministro da marinha Joaquim José Falcão, de novo se tentou a limpeza do dique, e então com mais feliz successo, sob o plano e direcção do habil engenheiro hollandez, Pieterson, foi desentulhado e fechado com portas de solida construcção, ficando desde então em melhores condições de serviço. Junto do dique se assentou depois uma machina movida por vapor, para mais rapido esgotamento das aguas, e da parte de fóra das portas se collocou uma draga, tambem movida por vapor, para conservar desobstruida a entrada do dique.

Nada d'isto porém deu resultado completamente satisfactorio; mas, em 1873, a collocação de um *batel-porta,* á entrada do dique, o poz em muito melhores condições.

As novas officinas estão construidas sobre um plano regular e apresentam um prospecto agradavel á vista, e o desenvolvimento artistico dos operarios faz honra ao estabelecimento e ao paiz.

A officina de serrar madeira, é um edificio muito vasto, moderno e elegante. O trabalho é feito por uma machina movida por vapor.

Ha tambem aqui uma ponte e cábrea, feitas em 1865. São ambas de ferro, e notaveis pelas suas proporções, structura e solidez.

A cábrea permitte a descarga facil e rapida de qualquer navio, por maior que seja a sua lotação.

Foi director d'estas obras o distincto engenheiro, João Evangelista d'Abreu.

Além d'esta ponte, ha o caes, chamado da *inspecção,* todo de cantaría; porque no meio d'elle está a casa onde é a secretaria da inspecção.

No pavimento nobre do arsenal, estão as secretarías e mais repartições d'este estabelecimento e a Relação de Lisboa, com as suas dependencias. Tem uma bibliotheca e um museu (de que adiante trato) e, entre muitas e extensas salas, que servem para arrecadações e outros misteres, se vê a vasta *sala do risco,* cujo comprimento é de 81 metros, e é guarnecida de janellas, de ambos os lados (E. e O.) e em todo o seu comprimento, e no lado do S. tem portas de vidraças, para um terraço, onde está o *telegrapho central maritimo.*

São n'esta sala as escolas naval e de construcção, tendo na extremidade do N., uma corveta para exercicio dos alumnos, que occupa quasi todo o fundo da sala, na sua altura e largura.

Ha tambem n'esta sala varios modelos de embarcações de guerra, construidas n'este arsenal—uma estatua de madeira, do rei D. João VI, e um grande quadro a oleo, representando uma baleia, copia da que entrou no Tejo, e deu á costa na praia de Cacilhas, em 11 de janeiro de 1783.

Quando tratei dos antigos paços reaes da Ribeira, já disse que ainda aqui existe uma reliquia d'elles. É um grande portal de cantaría, que está do lado do E. do edificio, onde chamam *as Galés.* Era obra do reinado de D. João V.

Tercenas navaes

(Antigo arsenal da marinha)

Em 1184, o famoso capitão, D. Fuas Roupinho, toma o commando da primeira frota ou esquadrilha que teve a monarchia portugueza; e, apesar da sua falta de conhecimentos na materia, o que era supprido pela sua intrepidez, ataca os mouros, nas aguas de Lisboa e os leva de vencida até além do *Cabo de S. Vicente*, onde os derrota e põe em fuga.

Podemos pois dizer que a nossa marinha de guerra, data do reinado de D. Affonso Henriques.

Era D. Fuas Roupinho alcaide-mór de Porto de Mós, e um dos mais valorosos capitães d'aquellas eras, e que mais serviços fez ao seu rei e á sua patria.

Não se póde duvidar que os nossos primeiros reis, desde D. Affonso I, trataram, com mais ou menos resultado, de ter forças navaes, para defeza dos portos e costas do reino, e, ainda que em numero bastante diminuto, os nossos vasos de guerra, algumas vezes nos fizeram bons serviços contra mouros e castelhanos.

Foi porém o rei D. Diniz que lançou os fundamentos ao poder maritimo de Portugal, mandando semear o grande pinhal de Leiria, em 1290 [1] que ainda é a principal matta do nosso paiz; e chamando de Italia, para o seu serviço, o almirante genovez Manuel Pessanha (ou Passanha) cujos descendentes lograram por muitos tempos o titulo de almirantes, tendo-o nos reinados de D. Fernando e D. João I, o célebre Lançarote Pessanha, de quem procedem as familias d'este appellido, em Portugal.

Foi porém no reinado de D. Fernando que mais a sério se cuidou da nossa marinha de guerra, e que Portugal principiou a ser alguma cousa como potencia maritima.

D. Fernando cuidou tambem em animar a marinha mercante, promulgando varias leis protectoras.

[1] Tem 24 kilometros de comprido e 12 de largo. Principia no fim da freguezia de *Carvide.* Vide esta palavra, Leiria e Marinha Grande.

Foi elle que fundou um arsenal e estaleiros, como o permittiam os recursos da nação e a rudeza d'esses tempos.

Tambem promulgou varias leis sobre mattas, construcções navaes mercantes, privilegios e isenções dos constructores e armadores, e deu outras acertadas providencias em favor da navegação e commercio externo.

Foi pois o arsenal de D. Fernando, ao qual se dava o nome de *tercênas navaes*, o primeiro que houve em Portugal, digno d'este nome.

Foi fundado no sitio a que hoje chamamos *Ribeira Velha*, que então era um vastissimo terreiro, que se estendia por fóra da cêrca de muralhas e banhado pelo Tejo. Já porém aqui havia um estaleiro, onde ha memoria de se construirem embarcações do estado no reinado de D. Sancho II.

D. Fernando foi infeliz com a construcção dos seus navios de guerra, que quasi todos foram destruidos ou apprehendidos pelas numerosas esquadras castelhanas.

Subindo ao throno seu irmão, D. João I, em 1385, aproveitando os vasos de guerra que haviam escapado aos castelhanos, e construindo outros nas tercenas, foi com esta pequena frota, que venceu por varias vezes as de Castella, com honra do rei e gloria de Portugal: e augmentando o numero dos seus vasos de guerra, foi atacar e vencer os mouros, nos seus proprios covis africanos.

As descobertas que tiveram logar no seu reinado e nos seguintes, trouxeram a necessidade de novos estaleiros.

D. Affonso V mandou construir navios de guerra, na praia, onde agora é o arsenal da marinha; porém foi o rei D. Manuel que augmentou este estaleiro, e lhe deu uma fórma regular, ampliando-o com terreno roubado ao Tejo (como o do Terreiro do Paço, tambem feito pelo mesmo soberano, em frente dos seus paços da Ribeira).

Foram então construidas aqui boas officinas e vastos armazens, bem providos de todo o necessario para o armamento e equipamento de numerosas armadas, e assim ficou desde essa epoca, o principal arsenal de todo o reino.

Não era exclusivamente estabelecimento

naval, pois que continha armazens de armas para o exercito, e outros petrechos de guerra.

Nos reinados de D. Manuel, e de seu filho, D. João III, guardavam-se n'este deposito, armamentos completos para 40$000 homens de infanteria e 3:000 de cavallaria; além de muitas peças de artilheria.

O primeiro nome d'este estabelecimento, foi, como já disse—*tercenas navaes*—depois se denominou—*ribeira das naus*—(nome official até ao terramoto de 1755, e que ainda muitas pessoas do povo hoje lhe dão).

Aquelle terramoto destruiu completamente todos estes edificios.

—

As primeiras peças de artilheria que se viram em Portugal, foram trazidas pelos castelhanos, que com ellas nos deram fogo em Aljubarrota, em 14 de agosto de 1385; mas que alli as deixaram todas. Os portuguezes lhe davam o nome onomatopico de *trons*.

D. João I, vendo que estas machinas de guerra eram muito mais destruidoras do que as antigas *catapultas*, *arietes*, *vae-vens*, etc., mandou fundir algumas em Lisboa.

Desde então, as fundições de artilheria se foram augmentando e aperfeiçoando.

D. Manuel I fundou uma *officina d'armas*, em Barcarêna, para a qual mandou vir mestres da Byscaia.

Ordenou tambem que em certas cidades e villas houvesse *officiaes de fazer armas*, pagos pelos concelhos.

Construiu junto aos seus paços da Ribeira os armazens d'armas de que já tratei.

O mesmo rei edificou as *tercênas da porta da Cruz*, e de *Cata que Farás*, com officinas d'armas e fundição de artilheria.

Tambem fundou uma fabrica de polvora, que depois se mudou para a ribeira d'Alcantara e mais tarde para a de Barcarêna.

Nos reinados de D. João III e de seu neto, D. Sebastião, melhoraram-se muito estes arsenaes; mas pouco tempo durou este melhoramento; porque, nos 60 annos da usurpação dos tres Philippes, tiveram a sorte de todos os estabelecimentos publicos portuguezes, assim como a triste sorte de todo o povo, que os castelhanos por todos os modos procuravam reduzir á mais desgraçada escravidão.

Com a gloriosa restauração de 1640, tiveram os arsenaes portuguezes nova vida, e durante os 27 annos de guerra com Castella, se introduziram n'elles muitas reformas e aperfeiçoamentos, que progrediram sobretudo nos reinados de D. João V, e D. José I. O marquez de Pombal deu tal impulso a este ramo da administração publica, que as nossas armas e a esquadra estavam a par das melhores da Europa.

As officinas dos arsenaes dos exercitos de terra e mar, chegaram a um pasmoso estado de aperfeiçoamento. São provas evidentes a estatua equestre de D. José I, algumas obras em bronze, primorosamente lavradas, que ornam a basilica de Mafra, e muitas armas e canhões ornados de bellissimas esculpturas, que ainda se admiram no pateo da fundição de Santa Clara.

Um dos portuguezes que então mais concorreram para estes brilhantes resultados, foi o tenente-general Bartholomeu da Costa.

As *tercênas da porta da Cruz* occupavam o lugar em que vemos agora a fundição de baixo.

Das *tercênas de Cata-que-farás* apenas resta a memoria em uma travessa agora chamada *Catefarás*, que é a primeira á esquerda, na rua do Alecrim, indo da praça dos Remolares, e finda na rua das Flores, freguezia de S. Paulo. O forte de S. Paulo, que era dependencia d'estas tercenas, serviu depois de deposito de artilheria. Estando quasi em ruinas, e pejando um grande espaço do atterro da Boa Vista, foi demolido em 1872, e está actualmente (setembro de 1874) reduzido a um bonito e não pequeno terreiro, entre a praça do peixe, da Ribeira Nova, e o primeiro dos pequenos e bonitos jardins do atterro.

—

Alguns navios da marinha de guerra portugueza teem em nossos dias sido construidos no arsenal da marinha, sendo o ultimo a canhoneira *Douro*.

Este estabelecimento é superintendido por um official superior da armada.

Além da construcção de grandes e peque-

nos vasos de guerra competem ao arsenal da marinha os seus necessarios aprovisionamentos. Para esse fim ha as precisas officinas e competentes depositos. No 1.° d'estes se guardam as materias primas; no 2.° os artefactos; e no 3.° os viveres.

O material de guerra de uso immediato da armada, tambem está arrecadado em um deposito especial.

Ao Sul do Tejo, tem o arsenal por dependencias os estabelecimentos da *Azinheira* e de *Valle de Zebro.* N'estes ha grandes fornos para coser pão, de que hoje se não faz uso— e n'aquelle os jazigos para se curar a madeira de construcção e se guardarem as antennas e vergonteas.

A E. do arsenal ha uma doka com a superficie de 2:500 metros quadrados, onde as embarcações do serviço do estabelecimento se abrigam, assim como os botes de catraiar, em occasião de mau tempo.

A cábrea a vapor, em que já fallei, póde levantar o peso de 60 toneladas.

Na ponte de ferro, de que tambem já tratei, rebenta, de um de seus tubos, um manancial de optima agua potavel, que se extrahe com uma pequena bomba de ferro. Esta agua é muito estimada em Lisboa, por ser diuretica e adstringente; por isso util aos que soffrem do estomago. É grande o consumo que se faz d'esta agua.

(Das aguas mineraes d'este arsenal trato na secção—*Aguas mineraes de Lisboa).*

No *dique* podem entrar os navios que não excederem ao comprimento de 84 metros.

—

O serviço d'este arsenal, é distribuido por duas direcções—a 1.ª é dirigida por um official superior da armada. Tem a seu cargo, policia, fiscalisação dos depositos, officiaes marinheiros, troço do mar, gente do talhame de artilheria, navios desarmados, guarnições dos hiates, barcaças, falúas, barcas d'agua, drága, rebocador, escaleres, e as officinas de apparelho, pintores, bandeiras e tanoeiros.

A 2.ª é dirigida por um engenheiro naval, auxiliado por tres ajudantes, tambem engenheiros; tem á sua responsabilidade o corpo de engenheiros machinistas, e as officinas de machinas, serração, ferraria geral; fundição de bronze, latão e ferro; caldeiras de vapor, moldes, caldeireiros de cobre e funileiros poleeiros, torneiros, entalhadores, calafates, e carpinteiros de banco e de machado.

Uma repartição denominada de *contabilidade industrial,* escriptura os livros de matricula dos operarios, formando os róes das férias e prepara a escripturação, para a conta da receita e despeza do arsenal.

O *ponto* realisa-se por meio de chapas, e é fiscalisado pelo chefe da repartição de contabilidade industrial.

Os individuos que vencem pela féria regulam actualmente (1874) por 1:000 a 1:100. Ha, além d'estes, 60 reformados.

—

Fortificações actuaes de Lisboa

Philippe II, usurpando o reino de Portugal, em 1580, não curou, nem os seus ministros, senão de extorquir aos portuguezes, por todos os meios, por mais despoticos que fossem, e sobre os mais futeis ou disparatados pretextos, os seus bens e dinheiro: e achando isto pouco, os faziam ir morrer nos combates em Flandres.

Tinha porém contra si o tenaz prior do Crato e a rainha Izabel d'Inglaterra, que o ajudava com suas esquadras, gente e dinheiro.

Tendo este infeliz principe (D. Antonio) entrado em Portugal (1589) por Peniche e pela Ericeira, á frente de 12:000 inglezes, e atacando Lisboa (chegou até ao alto do Moinho de Vento, onde hoje é a alammeda de S. Pedro d'Alcantara) foi repellido, e teve de embarcar a toda a pressa, em Cascaes.

Philippe II, receiando nova tentativa do prior do Crato, e a guerra com a Gran-Bretanha, intentou concertar as antigas fortalezas de Lisboa, e fazer algumas novas, que defendessem as duas margens do Tejo, ficando assim a coberto de qualquer golpe de mão de uma armada inimiga.

Vendo porém o usurpador que D. Anto-

nio estava muito descançado em Paris, desde a sua ultima tentativa malograda, sem tenção de emprehender outra nova, desistiu das obras de defeza, limitando-se a uns pequenos concertos nas fortalezas de S. Julião da Barra e Bugío. O mais não passou de planos.

Os dois Philippes seguintes (III e IV), seguindo em tudo a odiosa e espoliadora politica de seu pae e avô, trataram sómente de beber o sangue e arrancar a pelle dos portuguezes, e de nos desarmar e enfraquecer por todos os meios, não se lhes importando que os inimigos (1) de Portugal viessem devastar este rèino, regosijando-se mesmo com todos os nossos revezes.

Por estas razões, a usurpação castelhana se tornava cada vez mais odiosa e odiada; e os castelhanos empregavam todos os meios de nos reduzirem á impotencia e nihilismo.

E na verdade, quando raiou a aurora d'esse glorioso dia 1.º de dezembro de 1640, de sempre grata recordação, estava Portugal reduzido á ultima miseria. Seus cofres estavam completamente exhaustos; os arsenaes vasios; as praças de guerra desartilhadas; o exercito andava derramando o seu sangue pela Italia e pelos Paizes Baixos; não tinhamos um vaso de guerra.

Apesar d'este estado de geral devastação, o amor da patria, a coragem da desesperação e o odio, tão implacavel como justificado aos castelhanos em geral e a Philippe IV em particular, fizeram de cada timido um intrepido, de cada valente um heroe e de cada opprimido um vingador.

Em nenhuma época Portugal se mostrou tão digno do seu nome e da sua fama, como durante essa guerra homerica chamada da *restauração*, em que a Europa admirada viu uma nação pequena e sem recursos, arcar contra o collosso castelhano, que tinha á sua disposição innumeros exercitos, aguerridos e experimentados generaes, fortes e bem guarnecidas esquadras, vastos arsenaes, bem sortidos, e todos os mais elementos, não só indispensaveis, mas até superabundantes, para sustentar uma guerra com outra nação egual em força e poderio.

E arcámos é vencemos!—Mais de 27 annos (desde o 1.º de dezembro de 1640, até 13 de fevereiro de 1668) durou esta guerra, na qual os mais peritos e corajosos generaes hespanhoes perderam a sua fama e prestigio, e os soldados castelhanos morderam a poeira aos milhares, em centos de batalhas, em que a bandeira dos leões foi arrastada pelo pó, ou fugiu enrolada e envilecida, ante as hostes aguerridas dos portuguezes invenciveis; obrigando o rei poderoso a pedir uma paz humilhante, áquelle que reputava seu vassallo, e que não poude vencer nos campos de batalha, nem vêr assassinado a punhal ou a veneno por traidores que por varias vezes assalariára.

—

Quando D. João IV subiu ao throno, um dos seus maiores cuidados foi proteger Lisboa, como cabeça e coração do reino, contra as poderosas esquadras de Castella.

Para isso reedificou e ampliou a fortaleza de S. Julião da Barra e a torre do Bogío. E ao mesmo tempo que se faziam as obras n'aquellas duas fortalezas, se guarneciam as margens do Tejo, desde a barra até Alcantara, com uma serie de fortes, que, crusando o fogo dos seus canhões em diversos sentidos, tornavam difficilima e perigosa a entrada do porto de Lisboa.

Em 1650, se cuidou tambem em guarnecer a cidade pela parte de terra.

Foram encarregados de levantarem as plantas e dirigirem as obras de defeza, os engenheiros Mr. Legart (francez) João Gilot (hollandez) e João Cosmander, padre jesuita, belga, natural de Bruxellas. A superintendencia geral das obras foi confiada a D. Antonio Luiz de Menezes, conde de Cantanhede (que depois—em 11 de junho de 1661—D. Affonso VI, em premio dos seus grandes serviços, fez marquez de Marialva.)

(1) Portugal não estava em guerra com paiz nenhum. Castella é que estava em guerra com a França, Italia, Hollanda, Flandres, Gran-Bretanha, etc. Tudo quanto essas nações nos fizeram soffrer foi em odio aos castelhanos, que as deixavam exercer contra nós impunemente (e infamemente) toda a casta de roubos, usurpações e barbaridades.

O primeiro forte que se fez, foi o do Sacramento, em Alcantara.

Torre de S. Lourenço — vulgarmente do *Bugío.* Vide Bugio, a pag. 503 do 1. volume.

Torre de S. Vicente de Belem—Vide Belem, a pag. 369 do 1.º volume.

Fortaleza do Bom-Successo. — Vide esta palavra, a pag. 410 do 1.º volume.

Fortaleza de S. Julião da Barra — Vide paginas 425 do 3.º volume.

Forte de S. Paulo — Vide o artigo antecedente (Arsenal da marinha.)

Fortaleza de Monsanto — na serra d'este nome, ao NO. de Lisboa. Segundo o novo plano da fortificação de Lisboa, foi este logar destinado para n'elle se construir uma fortaleza que defendesse a cidade por este lado.

Em 1873 se principiaram as obras, que actualmente (1874) estão em trabalhos activos, e já bastante adiantados; empregando-se n'esta construcção quasi 300 operarios.

Nada por emquanto se póde dizer mais a similhante respeito.

Forte do Sacramento, em Alcantara e da Cruz da Pedra — foi principiado em 1650, e terminou a sua construcção dois annos depois. Foi (como já disse) o primeiro que se fez de novo no reinado de D. João IV.

D'este forte corria uma linha de muralhas, até á ermida de Nossa Senhora dos Prazeres—seguia pelo arco do Carvalhão, até Campolide, d'onde continuava rodeando Lisboa, até terminar no forte da Cruz da Pedra; cercando assim toda a cidade, de O. a E.—Ainda em varias partes ha vistigios d'esta linha de muros.

Segundo o plano, devia haver em toda esta extensa linha, 32 fortes, com muralhas de cantaria.

Apesar de toda a actividade com que se trabalhava n'esta obra importante, estava muito atrasada quando D. João IV falleceu, a 6 de novembro de 1657.

D. Affonso VI fez proseguir estes trabalhos com egual fervor. Chegando porém a Lisboa o marechal de Schomberg, convidado a vir a este reino, dar nova organisação ao exercito portuguez, e para tomar parte na lucta contra os nossos encarniçados inimigos, reprovou elle inteiramente aquelle plano de defeza, por não serem sufficientes todas as tropas e artilheria de que então se podia dispôr, para a guarnição de tão extensa linha. Adoptada esta sensata opinião, se mandaram suspender os trabalhos de circumvalação, e assim ficaram.

Dos fortes que deviam guarnecer á linha, do lado de terra, nenhum se chegou a concluir; mas alguns já estavam muito adiantados, e d'elles ainda ha de pé alguns vestigios.

Os unicos baluartes que se concluiram, foram os de Alcantara e da Cruz da Pedra; os quaes, pela sua posição sobre o Tejo, ficaram servindo de defeza maritima da cidade; mas, com o correr do tempo, mudaram de fórma e de destino. O terramoto de 1755 os damnificou muito. Depois, o de Alcantara foi desarmado e o da Cruz da Pedra transformado em armazem do estado, e hoje da companhia dos caminhos de ferro de Norte e Leste.

> O forte do Sacramento foi fundo em uma quinta do marquez de Marialva, que tinha sido residencia ordinaria d'este fidalgo, desde 1635, em que casou com D. Catharina Coutinho, herdeira de uma grande casa, até á gloriosa acclamação de D. João IV, em 1640.
>
> O marquez de Marialva (então conde de Cantanhede) tramou uma revolução contra o dominio do usurpador Philippe IV, em 1638, que abortou.

(Para o mais que diz respeito a este facto, vide pagina 68, columna 2.ª do 11.º volume.)

Schomberg, chamou a attenção do governo portuguez para a defeza maritima de Lisboa, e se procedeu a novas fortificações, não só nas margens do Tejo, mas tambem na costa visinha, a fim de ligar a praça de Cascaes com a torre de S. Julião da Barra, por meio de uma trincheira geral e de varios fortes.

Trabalhou-se n'estas fortificações, no resto do reinado de D. Affonso VI, e durante a

regencia e o reinado de seu irmão, D. Pedro II.

Os fortes construidos nas mencionadas épocas, entre Cascaes e S. Julião, são—*Forte dos Innocentes—de S. Roque—de Santo Antonio—da Cruz de Santo Antonio—de S. Theodosio—de S. João—fortaleza de Santo Antonio*—e o *forte de S. Domingos de Rána*.

Na margem do N. do Tejo, principiando na torre de S. Julião, edificaram-se os seguintes:

Forte de Santo Amaro—de S. João das Maias—de S. Pedro de Arcos—de Nossa Senhora de Porto Salvo—de S. Bruno—de Nossa Senhora do Valle—de S. Francisco da Boa Viagem—de Nossa Senhora da Boa Viagem—da Cruz Quebrada—de S. *José de Ribamar—de Nossa Senhora da Conceição--de Pedroiços.*

Seguia-se a torre de S. Vicente de Belem, construida por D. Manuel. (Vide Belem.)

Seguiam-se os fortes da *Estrella—de S. João da Junqueira—do Sacramento—de S. João de Deus—de S. Paulo—dos Remolares—de S. João*, no Terreiro do Paço—*da Ribeira—de Santa Apolonia—da Cruz do Pedra* e *de S. Francisco, de Xabregas.*

D'estes fortes ainda existem alguns (poucos) em ruinas, ou com diversos destinos—outros desappareceram pelo terramoto de 1755, e pela reedificação da cidade—a estes pertencem—o dos Remolares, o do Terreiro do Paço, o da Ribeira e outros.

A maior parte porém ainda se conservam desarmados; mas com sua guarnição, ou guarda de veteranos.

Na margem do S., entre a torre do *Bugío* e o *pontal de Cacilhas*, se construiram pelo mesmo tempo, os fortes da *Trafaría*, ao qual se segue a *Torre velha*—o da *Fonte da Pipa*—o de *Arealva* e o de *Cacilhas.*

Ainda existem o da Trafaria e o de Cacilhas, mas desartilhados e desguarnecidos.

Nem D. João V, nem D. José I mandaram construir novas fortificações no porto de Lisboa; mas repararam-se (e algumas se ampliaram) por occasião das desintelligencias que houve com a Hespanha.

O mesmo se fez no reinado de D. Maria I, quando os castelhanos, alliando-se com a França, romperam em guerra contra Portugal, primeiramente em 1801, e depois, em 1807.

Foi então que se construiu a bateria contigua e ao O. da torre de Belem, que ainda existe.

Em 1833, o governo do senhor D. Miguel I, levantou novos fortes no Terreiro do Paço e em outras localidades, que foram desfeitos pelos liberaes, logo no fim do mesmo anno.

Durante o cêrco de Lisboa pelos realistas (desde 29 de agosto até 12 de outubro de 1833) fizeram os liberaes uma nova linha de fortificações em volta da cidade, que principiando no forte do Sacramento, em Alcantara, terminava no forte da Cruz da Pedra, proximo do convento das freiras da Madre de Deus, sendo estes dois fortes então reparados e artilhados.

—

Torre de S. Sebastião de Caparica, ou *Torre Velha.* Vide Almada, a pag. 140, col. 1.ª, do 1.º volume.

Castelto de S. Jorge—Vide *Cêrca Mourisca* e *Cêrca de D. Fernando*, n'esta descripção de Lisboa.

—

Pharóes do Tejo

A entrada do porto de Lisboa, é indicada aos navegantes, durante a noite, por quatro pharóes. Um no *Cabo da Roca*, outro no do *Espichel*, outro no castello de *S. Julião* e finalmente outro na torre do *Bugío.*

Este ultimo é de rotação, com eclypses regulares e a luz de côr natural.

O de S. Julião, é de luz fixa, e tambem de côr natural.

—

Praça (ou largo) do Pelourinho

A mais antiga *praça do pelourinho* de Lisboa, de que ha noticia, era no logar agora correspondente á rua Bella da Rainha (rua da Prata) entre a rua Nova de El-Rei (Capellistas) e a de S. Julião (Algibebes).

Era uma praça pequena, quadrangular, e na qual desembocavam as ruas — do *Vêr-do-pêso*, *Nova*, da *Prataría*, e de *D. Gil Eannes*.

Até ao seculo XVI, vinham n'esta praça pôr banca, varios individuos, munidos de pennas, tinta e papel, sentados gravemente ás suas mesas, promptos a ler e escrever cartas e requerimentos a quem lh'o encommendava, por dinheiro, e que o não sabia fazer.

Não se sabe quando esta especie de estabelecimentos terminou; mas sabe-se que ainda existiam em 1551. (*Summario das noticias de Lisboa*, por Christovão Rodrigues de Oliveira.)

Existiu esta praça até ao 1.º de novembro de 1755. Chamavam-lhe então (e desde muitos annos) *Praça do Pelourinho Velho*; porque já então havia a do *Pelourinho Novo* — que era mui vasta; mas irregular, contigua ao Tejo, no logar onde tinham sido as *tercênas navaes* de D. Fernando I, e que depois foi *praça da Ribeira* e principal mercado de Lisboa; e onde se vendiam, em barracas de madeira, os generos que agora se vendem na praça da Figueira.

A área d'aquella praça está hoje occupada pela alfandega das sete casas, mercados do carvão e do azeite e mais edificios que seguem para E.

Não se sabe ao certo quando n'esta praça se collocou o *pelourinho novo*, suppõe-se que foi no reinado de D. Sebastião; porque já em 1619, se dava o nome de *pelourinho velho* á primeira d'estas duas praças.

O terramoto de 1755, destruindo esta parte de Lisboa, e na sua reedificação desappareceram ambas aquellas praças, do velho e novo pelourinho.

O architecto Eugenio dos Santos de Carvalho, que delineou o novo plano da capital, foi pois o que fez a planta da actual praça do Pelourinho, bem como o risco dos edificios que a guarnecem.

N'este sitio já havia um pequeno largo triangular, chamado a *Tanoaría*, guarnecido pelo E. e S. com os paços reaes da Ribeira.

Com os grandes augmentos e custosos aformoseamentos que D. João V fez nos seus paços e capella da Ribeira, desappareceu o *Largo da Tanoaría*.

No principio do reinado de D. José I, se operou n'este sitio outra, e muito importante transformação, primeiramente com as demolições e edificações que se fizeram em 1751, para o estabelecimento do cabido, ou sacro collegio patriarchal; da administração da fazenda, e arrecadação do thesouro *(guarda joias)* d'aquella santa egreja.

Depois, em 1753, com a fundação do magnifico e vasto *theatro regio* (que o terramoto destruiu no fim de um anno da sua inauguração) e, finalmente, em 1754, em que se começou a grande obra da calçada de S. Francisco (que principiava junto á capella-mór da patriarchal, no largo que se estendia em frente d'este templo, que havia pouco tempo tinha sido ampliado, e se denominava — *praça da Patriarchal* — e que tambem foi destruido pelo terramoto.

A actual praça do pelourinho é cercada e ornada de bellos predios. Na face do S., é o arsenal da marinha (vulgo *ribeira das naus*) — nas do O. e N., ha magnificas casas particulares. A de E. é occupada pelos sumptuosissimos paços do senado da camara municipal de Lisboa.

N'este edificio estava o Banco de Portugal, que pertencia á camara d'esta cidade. Foi construido para paço do senado, porém, como este edificio devesse correr pela rua do Arsenal, até hir formar um angulo para a praça do Commercio e para a rua do Ouro, e n'esse angulo fosse obrigada a camara a edificar (conforme o prospecto da mesma praça) o prolongamento dos seus paços, preferiu o senado esta parte do edificio para elles.

Na fachada do O., que deita para a praça do Pelourinho, se tem accommodado diversas repartições e estabelecimentos publicos. Esteve alli a antiga *junta dos juros dos reaes emprestimos* (anterior á fundação do banco de Portugal, creado em 1821 e reformado e ampliado em 1846) e tambem aqui esteve a administração geral do contrato do tabaco e outras associações.

Parece que o senado da camara tambem

ahi exerceu as suas funcções durante todo ou parte do tempo em que D. Maria I e a familia real (depois do incendio do antigo palacio da Ajuda) residiram no Terreiro do Paço, occupando os palacios da camara e da secretaria da justiça; que, para esse fim, se uniram com um passadiço, que foi demolido no principio do seculo XIX.

(O que diz respeito ao Pelourinho, vae na secção — *monumentos, ou memorias de Lisboa.*)

—

Este grandioso edificio foi totalmente devorado por um pavoroso incendio, em 19 de novembro de 1863.

Procedeu se á sua reconstrucção alguns annos depois; mas as obras teem hido muito vagarosamente, a ponto de que, estamos em setembro de 1874, e as obras apenas estão concluidas de pedreiro. Fica todavida um sumptuosissimo edificio e digno do senado da camara da capital de um reino. Foi estabelecida a solução de continuidade, do resto do quarteirão, por uma travessa que separa este edificio do do ministerio do reino.

—

Theatros antigos de Lisboa

Theatro da rua das Arcas

(Ao Rocío)

Os antigos theatros em Portugal, eram como os gregos e romanos — descobertos ou apenas toldados — e só se representava de dia. Dava-se-lhes vulgarmente o nome de *Pateo da comedia.* Aos logares designados para o povo se chamava *popularía;* pouco mais ou menos ao que chamamos agora platéa.

Bluteau diz que *popularía* e *pateo da comedia* são synonimos: parece-me que não. Entendo que popularía era o logar da plebe, e que para a aristocracia havia *palanques,* e para a côrte, *tribunas.*

Isto não passa de mera conjectura, pois não me consta que haja a similhante respeito memoria escripta.

—

Houve antes do terramoto de 1755, um theatro na *rua das Arcas,* ao Rocío, que foi então destruido.

Não me consta que haja d'elle outros esclarecimentos senão a memoria da sua existencia.

Pateo da comedia ás Fangas da Farinha

(á Boa Hora)

Este theatro parece que já não existia no 1.º de novembro de 1755. Tambem se sabe apenas que existiu.

Theatro Regio da Ribeira

Construido em 1753 e destruido pelo terramoto de 1755. (Vide col. 2.ª da pag. antecedente.)

Theatro da Mouraria

Este theatro, um dos mais antigos que havia em Lisboa, foi destruido polo terramoto de 1755. — Não pude obter outras informações a seu respeito.

Theatro no palacio arruinado do conde de Soure

(ás Mercês)

Depois do terramoto de 1755, que desmantelou este palacio, se construiu um theatro nas suas ruinas. Parece que pouco durou, porque não ha d'elle senão a lembrança de ter existido.

Theatro do Bairro Alto

(a S. Roque)

Não se sabe exactamente a data do estabelecimento d'este theatro; mas, segundo todas as probabilidades, foi pelos fins do anno de 1815.

A primeira vez que aqui houve representação dramatica, foi nos fins do dito anno, sendo effectuada por curiosos, entrando os actores Antonio José Ferreira, Antonio Borges Garrido e o carpinteiro machinista d'este novo theatro, Vicente Romano, que já tinha representado em theatros particulares.

A primeira dama d'esta companhia foi a celebre comica, Barbara Maria Candida

Leal, que ainda chegou a representar no theatro de D. Maria. Poeta dramatico (traductor) director e ensaiador, foi Francisco de Paula Nolasco.

Esteve o theatro fechado um anno pelo lucto dá morte de D. Maria I, occorrida a 20 de março de 1816.[1]

Abriu-se em 1817, com melhor companhia, entrando para *primeiro galan*, João dos Santos Matta.

No carnaval de 1818 se reuniu esta companhia á do Salitre, formando uma sociedade que durou dois annos.

Durante este tempo trabalhou no theatro do Bairro Alto uma companhia hespanhola, que representava zarzuellas, com bailados, e que, por isso, era muito concorrido.

Em 1820, voltou para aqui a companhia que se juntára á do Salitre, reforçada com alguns actores dos Condes, entre eslles, Sebastião José Ambrosini; sendo director e ensaiador o referido Matta.

No mosmo anno foi para os Condes, unindo-se á companhia que alli trabalhava; sendo o theatro de S. Roque alugado a outra companhia hespanhola, que aqui trabalhou algum tempo.

Em 29 de setembro de 1821, foi aqui levado á scena o *Cattão*, de Garrett. A maior parte dos actores eram estudantes de Coimbra, e o resto curiosos. O auctor foi tambem — que tinha então 22 annos, e foi justamente applaudido, assim como os seus collegas. Na mesma noite se representeu a farça do mesmo auctor, o *Corcunda por amor.* (Parece que era cousa de pouco merecimento, pois que o auctor só a publicou na primeira edição do *Catão*, supprimindo-a nas seguintes.)

Por algum tempo esteve este theatro sem companhia permanente, servindo para divertimento de curiosos.

Em 1823, foi alugado por uma companhia franceza. Parece que esta companhia viera para o theatro do Salitre em 1821.

Na Gazeta Official de Lisboa, de 2 de janeiro de 1823, se publicou o seguinte annuncio:

«Abertura do theatro do Bairro Alto. —
«Companhia franceza—Sabbado, 4 de jane
«ro de 1823, se representará *La Jalalouse*, co
«media em 5 actos, e em verso, de de Defo
«ges, que será seguida de uma 2.ª represen
«tação do *Mari et l'amant*, comedidia nov
«em 1 acto, e em prosa, de Mr. Viaial.

«O theatro do Bairro-Alto está mmuito au
«gmentado, e pintado de novo comm muit
«elegancia, disposto de maneira ququeo pu
«blico esteja sentado com a maior commo
didade possivel.

—

Ainda ha outro annuncio d'esta compa
nhia—diz:

«Theatro francez no Bairro Alto—Á imi
«tação dos bailes que se costumam dar n'es
«ta estação de carnaval, em França, a, Italia
«mais paizes civilisados, haverá no di
«theatro, nas noites de sabbado 8, domin
«9, 2.ª 10 e 3.ª 11, de fevereiro, *grgrand b*
«*masqué et paré* (baile de mascaras e de ap
«rato.) — «A plateia será posta ao nivel d
«scena; a sala será adornada e muiuito illu
«minada. Preço de entrada, por umana pess
«960 réis. Cada camarote, com cujuja chav
«se receberão quatro bilhetes, de uruma pe
«soa cada um, e que servirão para a entra
«da na porta principal, 4$800 réis. As pe
«soas que estiverem nos camarotes, poder
«passear por todas as partes do edificficio» et

—

Esta companhia foi infeliz. A suaua ultim
recita foi em 9 de março de 182323, e nã
tornou a Portugal outra companhia fa france
senão d'ahi a 13 annos a de *Emilidio Dou*
para os Condes, em 1836.

—

Em 1827, esteve no theatro do BaBairro-A
to uma companhia ingleza, que deueu vari
recitas na sua lingua e nos intervallallos da
ça hespanhola. Tambem dava titereres (ma
rionnettes) sombrinhas e visualidadades, a
que davam o nome de *noutes pictorerescas.*

Em 24 de dezembro de 1826, tintinha de
embarcado em Lisbôa uma divisão ingleza
commandada pelo general Clinton, papara su
tentar a *Carta.* Foi provavelmente papara pa
satempo d'ella que veio esta commpanhia

[1] Então, por morte do monarcha os theatros fechavam-se por um anno.

pois que a lingua ingleza pouca voga tinha então em Portugal, e com portuguezes pouco lucro podiam tirar os actores.

—

Desde 1827, com a sahida d'esta companhia, só curiosos, de longe á longe, representaram n'este theatro.

Em 1833, entregou o arrendatario do edificio a chave d'elle á marqueza de Niza, e em 1836 foi desmanchado.

Este theatro (na sua ultima reforma) era pequeno: tinha duas ordens de camarotes—ao todo 24—e uma varanda corrida, por cima da 2.ª ordem; porque a sala era muito alta. Havia plateia superior e geral. O palco era pequeno e do lado da calçada. (E.)

—

Quando se desmanchou este theatro, foi a sala alugada ao pintor de carruagens, Domingos Antonio Matheus; e em 1854, tendo a *Companhia de carruagens lisbonense* comprado o dominio util do palacio dos marquezes de Niza, á viuva Caldas, comprehendendo o *pateo do patriarchá* (entrada do extincto theatro) da sala que foi do espectaculo fez a companhia a cocheira para o seu gado. (Vide tambem *largo de S. Roque.*)

Theatro da rua dos Condes

É o mais antigo dos actuaes, em Lisboa. Foi feito pouco depois do terramoto de 1755, nas ruinas do vasto palacio dos condes da Ericeira. Tem sido por varias vezes condemnado; mas, a poder de concertos e reboques, vae appellando e tem sempre espectadores. Foi n'este theatro que aprenderam Emilia das Neves e Sousa, Tasso, Rosa Senior, Theodorico e outros que vieram a ser artistas distinctos. (Vide *Ericeira.*)

Theatro do Salitre (hoje das Variedades Dramaticas)

Na rua do Salitre

Depois do dos Condes é o mais antigo dos existentes. Não pude saber quando se fundou, mas parece que já existia em 1815, quando se fez o do Bairro-Alto, ou se construiu pouco depois. Em 1821 trabalhou aqui uma companhia franceza de declamação e dança. Tem por muitas vezes sido concertado, e em 1874 soffreu grande reforma. O seu genero são comedias, farças e magicas.

—

Theatros modernos de Lisboa

Theatro Normal ou de D. Maria II

No artigo *Paço dos Estáos* disse quanto de mais importante havia a dizer do edificio que occupou o logar onde hoje se vê este theatro; tratarei agora, rapidamente, do que pertence a esta casa de espectaculos.

Almeida Garrett apresentou um projecto que foi convertido em lei, em 6 de novembro de 1840, que mandava construir um theatro nacional. O governo devia dar o terreno e parte dos materiaes, e as mais despezas de construcção seriam feitas por uma companhia, que a mesma lei mandava crear, estabelecendo o modo porque se amortisaria o seu capital; afim de que o edificio ficasse propriedade da nação.

Foi nomeada pelo governo uma commissão encarregada de promover a formação de uma companhia e de cuidar da edificação de um theatro. Decidiu-se logo que esta construcção fosse no Rocio, e depois de examinado por peritos o sitio occupado pelos restos do *palacio dos estáos*, foi comprado á camara por 10 contos de réis, abrindo-se ao mesmo tempo concurso para o risco. Apresentaram-se seis desenhos, que levaram a examinar para a escolha, até abril de 1841.

Então os caixas geraes do contracto do tabaco, que, pela sua escriptura do monopolio d'este, eram obrigados a ser empresarios do theatro de S. Carlos, o que lhes causava desgostos e graves prejuizos; offereceram 40 contos para a fundação do novo theatro, se fossem eximidos d'aquella obrigação, o que foi acceite.

O sr. Larcher, que era então vice-presidente do conservatorio real de Lisboa e inspector geral dos theatros, fez um novo projecto

para a fundação do theatro, que foi approvado, assim como a proposta dos caixas-geraes do contracto do tabaco; sendo dos seis riscos, approvado o de Fortunato Lodi.

Foi dissolvida a commissão, que estava nomeada, e se creou outra para superintender nas obras, composta dos srs. Larcher, inspector das obras publicas e Jacinto José Dias de Carvalho, sendo este o thesoureiro.

Principiaram-se os trabalhos pela demolição da parte que restava do palacio queimado, em 7 de julho de 1842; e em novembro do mesmo anno se lançou a primeira pedra do novo edificio.

Foi inaugurado em 13 de abril de 1846, com o drama historico, intitulado—*Alvaro Gonçalves, o Magriço, ou Os Doze d'Inglaterra*, do sr. José da Silva Mendes Leal Junior — que tinha sido approvado e premiado em concurso.

As estatuas que decoram a fachada principal foram alli collocadas em 1847.

Toda a despeza da construcção correu por conta do estado, á excepção dos 40 contos do contrato do tabaco.

Incluindo o valor dos materiaes aproveitados do velho paço dos Estáos e outros edificios publicos demolidos, o custo do theatro, externa e internamente completo, foram 400 contos de réis.

Theatro de D. Fernando

Na rua dos Fanqueiros

A egreja matriz de Santa Justa e Rufina, na indicada rua, e com frente para o pequeno largo e para a travessa de Santa Justa (que é o prolongamento do mesmo largo, para o O.) foi profanada em 1834, sendo a parochia transferida para o magestoso templo do mosteiro dominicano, ao Rocio.

A antiga egreja foi transformada em theatro, que durou poucos annos, de uma existencia pouco prospera, até que acabou; construindo-se no seu logar um predio particular, occupado actualmente (o 1.º e 2.º andar) pelo *Hotel Pelicano*, que desde o seu estabelacimento aqui, já tem tido varios donos.

Theatro lyrico, ou de S. Carlos

Foi construido pelo modelo do da *Scala*, de Milão. É um dos melhores theatros lyricos de segunda ordem na Europa. Foi construido pelo architecto portuguez José da Costa e Silva, sob a inspecção de Sebastião Antonio da Cruz Sobral, e á custa de uma companhia opulenta de negociantes, cujo presidente era o primeiro barão de Quintella.

Teve principio esta fundação em outubro de 1792, e concluiu-se em 6 mezes, pois em 29 de abril de 1793, se deu aqui a 1.ª representação, para solemnisar o nascimento da princeza da Beira, a sr.ª D. Maria Thereza de Bourbon e Bragança.

A sala do espectaculo é eliptica.

Tem 120 camarotes, distribuidos por 5 ordens, e uma vasta *tribuna regia*, para dias de grande gala.

E' construido de cantaria á prova de fogo, e os seus corredores são todos de abobada, e as escadarias de pedra, e em tão grande numero, que darão, em caso de sinistro, prompta sahida aos espectadores dos camarotes. Custou 90 contos de réis.

Tem em frente uma praça sufficiente para o serviço dos trens e peões.

Theatro da Trindade

(Na rua da Trindade)

E' dos mais elegantes de Lisboa. Principiou a demolição de varios casebres antigos e insignificantes, que occupavam o local onde está edificado, em junho de 1866. Já no carnaval de 1867 aqui houve bailes de mascaras, e poucos mezes depois estava completamente concluido.

Este theatro foi feito por iniciativa do sr. Francisco Palha de Faria Lacerda, que para isso formou uma companhia, por acções de um conto de réis cada uma.

Fez o risco e foi director e constructor das obras Miguel Evaristo de Lima Pinto.

A primeira direcção da companhia foram os srs. duque de Palmella, presidente = Narciso de Freitas Guimarães, thesoureiro

=Francisco Palha de Faria Lacerda, director technico=director e ensaiador o sr. José Maria da Cunha Moniz.

A inauguração foi a 30 de novembro de 1867, com o drama original, em cinco actos, do sr. Ernesto Biester «*A Mãe dos Pobres*» =e a comedia em um acto «*O Xerez da Viscondessa*», traducção do francez, pelo sr. Francisco Palha.

Os principaes actores da companhia eram os srs. Joaquim José Tasso, Isidoro Sabino Ferreira, Joaquim d'Almeida, Raymundo de Queiroz Sarmento, Francisco Maria Cardoso Leoni, Delphina Perpetua do Espirito Santo, Emilia Adelaide Pimentel, Rosa Angelica Damasceno e Emilia dos Anjos.

Custou o theatro, incluindo o edificio, salões, officinas e todas as decorações, cento e vinte contos de réis.

Destina-se em geral a comedias, farças, operas-comicas, e magicas.

Theatro do Gymnasio

(Na rua da Trindade, e junto ao antecedente)

E' de construcção moderna. E' destinado á comedia e á farça lyrica. E' pequeno, mas elegante.

Foi n'este theatro que se estreiou o bem conhecido actor Francisco Alves da Silva Taborda.

Theatro do Principe Real

(Na rua Nova da Palma)

Foi edificado este pequeno, mas bonito theatro, para casa de baile, denominado—*Salão Meyerbeer*.

Em 1864 foi transformado em theatro para representações dramaticas, sendo empresarios os srs. Cesar de Lima, e Ruas, proprietario do edificio, que o poz nas condições proprias para o fim a que era destinado, mandando-lhe construir duas ordens de camarotes (hoje tem quatro).

Tomou então o titulo que hoje tem.

É destinado a operas-comicas e farças.

—

Alem d'estes theatros publicos, ha varios pequenos theatros particulares, pertencentes a sociedades; sendo os principaes — o *theatro d'Alfama*, estabelecido em parte do palacio do sr. conde de Rezende, a Santa Engracia (ao fundo do Campo de Santa Clara)—o theatro *Taborda*, á costa do Castello —o theatro do *Aljube*, junto ao pateo da Sé, —theatro *Garrett*, na travessa do Forno, aos Anjos, etc.

Praça do Salitre

(Na rua do Salitre)

Foi edificada para praça de toiros; mas depois, tendo-se construido para o mesmo fim o enorme barracão de táboas embreadas, no campo de Sant'Anna, ficou a antiga praça do Salitre reduzida a circo, que quasi sempre está fechado. Este edificio é junto do theatro das *Variedades*.

Praça de touros

(Ao campo de Sant'Anna)

Pertence a *Casa Pia*. Vide a antecedente.

Circo Price

(Na rua do Salitre, em frente do theatro das Variedades)

E' um vastissimo barracão de taboado, mal construido e improprio (como a praça de Sant'Anna) da capital de uma nação; tornando-se mais sensivel esta anomalia, porque é uma casa bastante frequentada — tendo uma (quasi sempre optima) companhia equestre que aqui trabalha quasi todos os invernos, e attrahe grande numero de expectadores; e tambem porque aqui se representam zarzuellas por companhias hespanholas de declamação, canto e dança, com frequencia, e porque até mesmo as companhias de outros theatros de menos capacidade, aqui vem dar as suas representações.

Tanto este como os outros theatros dão bailes de mascaras na estação propria.

Casino Lisbonense

(No largo da Abegoaria, á Trindade)

E' um salão vasto e aceiado, proprio para bailes de mascaras; mas tambem alli se teem representado zarzuellas e dado concertos vocaes e instrumentaes.

Cemiterios publicos

Cemiterio dos Prazeres, ou Occidental

No logar onde hoje existe este cemiterio, foi a antiga *aasa de saude* (lazareto) que se estabeleceu nas terras da Ajuda em 1599, no anno chamado da *peste grande.* Havia aqui uma fonte, sobre a qual appareceu uma imagem da Virgem (pelo que se chamou *fonte santa,* e á imagem Nossa Senhora dos Prazeres).

Fez-se-lhe uma ermida (que hoje está dentro do cemiterio).

Os parochianos de Santos prometteram uma procissão annual a Nossa Senhora se desapparecesse o flagello da peste; e como foram ouvidos, teem até hoje cumprido o seu voto. (Vide Feira das Amoreiras — em Lisboa.)

Principiou a ser cemiterio publico em 1835, e já hoje allí se admiram sumptuosos mausoleus.

Pertence á metade occidental da cidade de Lisboa, como a sua denominação indica.

Cemiterio do Alto de S. João, ou Oriental

Estando a parte E. da cidade de Lisboa muito distante do cemiterio dos Prazeres, que é na extremidade opposta, a camara mandou construir este cemiterio para os que falecessem d'este lado.

Tem muitos e ricos mausoleus, e a sua capella é bellissima.

Cemiterio da Ajuda

É o 3.º cemiterio catholico de Lisboa, onde se enterram as pessoas que morrem no concelho de Belem.

Cemiterio de S. Luiz

(É privativo dos francezes)

Está junto á egreja da mesma invocação.

Cemiterio dos Ciprestes

Nome vulgar que se dá ao cemiterio protestante dos inglezes, junto ao passeio da Estrella.

Annexa a este cemiterio está a egreja do culto protestante.

Cemiterio dos Judeus

É ao Colleginho.

Cemiterio dos allemães

É na rua do Patrocinio, á Boa-Morte.

Cemiterio do Valle-Escuro

É de irracionaes.

Céltas

O que nos resta d'estes povos [1]

Já a pag. 236 do 2.º vol. e sob a palavra *Céltas,* tratei d'estes antigos povos, que das selvas armoricas se espalharam para aquem dos Pyreneus, trazendo-nos a sua lingua, a sua religião e os seus usos e costumes.

Mas então, apenas tratei das localidades que occuparam, dividindo-os em tres *grupos,* para melhor comprehensão do leitor menos instruido na materia.

A pag. 482 do mesmo volume, tinha fallado nos seus sacerdotes (os *druidas*) e da sua religião, usos, costumes, leis e gerarchias.

Aqui darei sómente algumas palavras introduzidas da lingua celta no portuguez, e

[1] Não julgando este pequeno artigo completamente destituido de interesse, e não achando na obra um logar proprio, decidi publical-o no artigo Lisboa. Se ha incoherencia, ou deslocação, peço desculpa aos meus benevolos leitores.

algumas das superstições d'aquelles povos.

Não fallo em *antas, dolmens, carns* e *mâmoas*, porque já está tudo no logar competente.

Apres—preposição—*depois.*—Sem corrupção.

Appellidar—verbo—*chamar gente para a guerra, provocar, desafiar.* — Derivado do substantivo celta — *appel* — que significa—*chamamento, appellação, desafio, intimação.*

Briga — logar, povoação, talvez cidade, etc. [2]

Ca — conjuncção — *porque, porquanto.*— Contracção do celta—*car*—que significa o mesmo.

Centenario—o espaço de 100 annos. Tambem, a cousa que dura, ou a pessoa que vive—um seculo. De *Centenaire*, que significa o mesmo.

Di-juso, ou *di-jusso*—adverbio—*sob, debaixo.*—Do celta *dessous*, que quer dizer o mesmo. (Vide *Jussãa*, no Diccionario.)

Ensembra — adverbio — *juntamente* — Do celta *ensemble*, que significa o mesmo.

Hu—adverbio—*onde, em que*—Do celta, *oú*, que exprime o mesmo.

Lous—soldado, guerreiro, militar, etc.— Outros porém dizem que *lous*, significa *agigantado, robusto, forte, bravo, aguerrido*, etc. —(Vide adiante—*Tan*, n'este mesmo artigo.)

Pen—rochêdo.—D'aqui, pena, penha, penhasco, penêdo, etc.

Remembrar—verbo—recordar, lembrar—do célta *remembrer.*—Os inglezes teem *remember*, da mesma origem e com a mesma significação. Tambem é palavra provençal, e vale o mesmo.

Tan—paiz, reino, região, etc.

Esta palavra é commum a muitos povos da antiguidade, com identica significação e termina o nome de muitos paizes—vgr.—*Industan, Afganistan, Turquestan*, etc. — e, por differença de dialecto—*Lusitania, Batestania, Mauritania*, etc.

Theut, Teut, Endo—Deus.

É notavel que haja tanta similhança na palavra com que os antigos significavam o Poder Supremo do Universo.

Os gregos lhe chamavam *Theos* —os egypcios, *Thoth*, ou *Tenn*—os os antigos tudescos, *Diet*—os cretences, *Thiios*—os latinos, *Deus*— os francezes, *Dieu*—os hespanhoes, *Dios*—os italianos, *Dio*—os irlandezes, *Die*—os provençaes, *Diou*— os antigos egypcios, *Teuti*—os callicos, *Dlu*—os baixos bretões, *Dove*—os olalas, *Deo* — os zembirios, *Teizo.*

—

Segundo alguns etymologistas, das duas palavras celticas *lous* e *tan* se deriva a palavra *Lusitania*; que significa *paiz dos guerreiros*, ou *terra dos bravos.*

(É provavel que *lous* se pronunciasse *lus.*)

Na minha opinião, não ha talvez contradição em se derivar a palavra Lusitania de de *lous* ou de *Luso.*

Podia ser chefe d'esta parte da Peninsula um guerreiro ou um homem de grandes forças, ao qual dessem a antonomasia de *lous*, que impozesse o seu nome ao paiz. Lous, facilmente mudava para *Luso.*

—

Os celtas sacrificavam á sua divindade suprema *(Endovelico?)* os primeiros fructos de cada especie que colhiam (escolhendo sempre os mais perfeitos.)

Bem sabemos que este preito rendido a Deus, Creador de todas as cousas, é tão antigo como o mundo, e que a causa do assassinio de Abel, foi o seu cuidado em escolher os mais formosos fructos da terra para offerecer á Divindade, e que o uso das *primicias* era commum a muitos povos da Asia; mas é provavel que os celtas o herdassem dos chaldeus ou dos hebreus, e que depois o introduzissem na Peninsula. É certo que em nossos dias, e até 1834, o povo catholico dava a Deus as primicias dos seus fructos.

Quando os celtas passavam por um sitio onde, repentinamente, ou por outro qualquer motivo, tinha morrido alguem, resa-

[2] D'aqui Lancobriga, Cetobriga, Conimbriga e todas as mais povoações com a mesma terminação.

vam uma oração, e collocavam alli uma pequena pedra.

Nas nossas provincias do norte, e especialmente na Terra da Feira, ainda ha este costume.

Os celtas, saudavam a lua *nova*, a primeira vez que a viam. Ainda hoje muitos dos nossos povos das aldeias se não esquecem de praticar o mesmo, dizendo — «Benza-te Deus.» — Teem por pouco religioso o que deixa de fazer isto.

O uivar do cão, era entre os celtas signal infallivel de morte proxima em pessoa da familia. Vão lá tirar esta superstição, já não digo aos povos simples dos campos; mas mesmo a muita gente illustrada.

A apparição das almas dos mortos era dogma da religião celtica. Ainda em muitas nações da Europa, nem a religião catholica poude arrancar esta superstição; apesar de dizerem os sagrados livros — «*Spiritus qui vadit non redit.*»

—

O que fica dito, é o que sei, ou me lembra. Sabe Deus quanto mais haverá a dizer sobre a materia; mas ainda o não encontrei em livro nenhum.

Tambem muitas palavras celticas (além das referidas, e em muito maior numero) estão adoptadas e, por assim dizer, naturalisadas, em Portugal, as quaes só difficilmente e com immenso trabalho se poderiam reunir todas, ou a maior parte.

Isto, não fallando nos gallicismos de que a nossa lingua inutil e escandalosamente está insada.

—

Vestigios dos romanos e arabes

Vão nas povoações onde existem.

Amostra de algumas palavras arabes, ainda hoje adoptadas na lingua portugueza [1]

Tenho a fazer uma explicação aos meus leitores, sobre o alphabeto árabe. Tem elle quatro letras, que são as mais difficeis de pronunciar, e nós não temos no nosso letras que lhe correspondam. São ellas — ق ع خ ح — as quaes nós supprimos por outras.

A 1.ª não tem regularidade, mas assimilha-se alguma coisa no som ao nosso *q*, nós a substituimos umas vezes por *c*, outras por *k*, e outras por *q*, v. gr.:—

Almacbar (Almocavar, logar das sepulturas, cemiterio.)

Alkermez (confeição d'*alquerme*).

A segunda letra é guttural, e acha-se sempre supprida por um *a*, e só em Duarte Nunes de Leão se vê escripta com dois *aa*, como:

Ábda—*Aabda* (provincia de *Abdalah).*

Aabdala (nome d'homem).

Alâcir, *Aalacir* (vindima).

A terceira tambem se pronuncia do fundo da garganta, como quem escarra (similhante ao *j* castelhano). Esta supprimos ordinariamente por *f*, como:

Alchasse (alface, hortaliça).

Alchozama (alfazema, planta odorifera).

Alchanjar (alfange, espada curta, curva e larga).

A quarta letra pronuncia-se *hhé*, do fundo da garganta, como quem se queixa de frio, e quasi similhante ao *h aspirado* dos francezes. Esta a supprimos quasi sempre por *f*, e poucas vezes por *s*, v. gr.:

Almahala (almofalla, arraial).

Alhella (alfella, que tambem significa arraial, acampamento, logar habitado por pouco tempo).

Alhelua (alfeloa, doce).

Almohassa (almofaça, instrumento de cavallariça).

E finalmente *Hardão (sardão*, lagarto, reptil).

Além d'estas, outras letras arabes se acham trocadas por corrupção, tendo-as nós correspondentes, são — *b*, *t*, *g*, *z*, *s*.

O *b* em *v*, v. gr. — *Albará* em *Alvará* (carta regia) — *Alboerca* em *Alverca* (villa) — *Albanai* em *alvanel* (pedreiro).

Tambem a trocamos por *m* — v. gr.: — *Albondeca* em *Almondega* (guizado) — *Bar-*

[1] Quem quizer ter amplas noções de todas as palavras portuguezas de origem arabe, veja os *Vestigios da lingua arabica em Portugal*, por fr. João de Sousa. — Não ponho as palavras arabes que designam povoações, porque vão n'aquellas a que pertencem.

ran em *Marran* (carne fresca de porco).

Mudamos o *t* em *d*, v. gr.: — *Attabut* em *Ataúde*. — O *g* em *l*, v. gr.: *Gezirat* em *Lezíria*; e tambem em *z* v. gr.: *Gedoar* em *Zedoaria*. — O *z* em *g*, v. gr. *Alzarub* em *Algeroz* — *Zorafat* em *Gerifalte*. — O *s* em *z*, v. gr.: *Sulhame* em *Zorrame*, etc.

Dito isto. passemos á amostra.

—

Ábra — *ábra* — enseada, ancoradouro.
Açafate — *assafate* — cestinho sem aza.
Assafrão — *azzafaran* — planta.
Achaque — *axxaqui* — enfermidade.
Aduana — *addiúan* — alfandega.
Balío — *Wali, Valêo* — senhor, nobre, principe.
Barão — *baron* — justo, puro (hoje um titulo).
Bazar — *bazar* — praça ou feira coberta.
Beleguim — *baleguim* — official de justiça.
Café — *cahué* — fructo.
Camiza — *camisa* — tunica interior.
Damasco — *damesque* — seda, fructo, cidade.
Durazio — *duraqueno* — certos pêcegos.
Endívia — *hondeba* — chicoria (hortaliça).
Escarlate — *scarlat* — côr.
Falúa — *faluca* — certa embarcação.
Fulano — *folano* — pronome que serve para todas as pessoas.
Gato — *catton* — animal domestico.
Guitarra — *quitara* — instrumento musico.
Hisopo — *azzof* — planta.
Jarro e *jarra* — *jarra* — vaso para flores.
Jasmim — *jasemin* — flor.
Laranja — *naranja* — fructo. (Os hespanhoes pronunciam sem corrupção — *naranja*.)
Laudano — *ladano* — medicamento.
Maná — *manna* — mel das plantas.
Margem — *marge* — de rio.
Nadir — *nadir* — ponto opposto ao *zenith*.
Nóra — *naûra* — machina hydraulica vulgar.
Occa — *occa* — peso oriental (40 onças).
Oxalá — *enxa-Allah* — queira Deus!
Papagaio — *papagai* — passaro.
Pâteo — *patheton* — terreno descoberto junto da casa.
Quintal — *quentar* — quatro arrobas.
Rebeca — *rababa* — instrumento musico.
Regueifa — *regueifa* — rosca de massa de trigo.
Sabão — *sabun* — preparado bem conhecido.
Sardão — *hardão* — lagarto (reptil.)
Tabique — *tabique* — parede de táboas, cobertas de cal.
Taça — *taça* — vaso de metal, vidro, barro, etc.
Vacca — *bacra* — animal domestico.
Verruma — *barrima* — instrumento para furar.
Xah (escrevemos quasi sempre *chá*) — *xah* rei, principe, soberano (na Persia). Os orientaes chamam ao *chá* — *herva do xah* (*herva do rei*), e nós, por abreviatura, simplesmente *chá*.
Xergão (ou *enxergão*) — *xarcon* — colchão de palha.
Zizania — *zizano* — joio (que nasce entre o trigo.)
Zorzal — *zarzur* — estorninho, passaro.

—

Muito desejava que tanto este pequeno *vocabulario*, como todas as palavras arabes, que vão escriptas em toda a obra, o fossem não só com a corrupção actual, (as que a teem) mas tambem com os proprios caracteres e pronuncia arabica (e assim estava no *borrão*) mas havia n'isso uma grande difficuldade (quasi impossibilidade) não só porque era indispensavel mandar fundir *typo* arabe; como porque era preciso um *compositor* que soubesse esta lingua.

Por imperiosos motivos, resignei-me pois a escrever sómente, como hoje escrevemos e pronunciamos essas palavras, e como os arabes as pronunciavam (já se sabe = substituindo por outras — segundo o costume — as letras arabes que não teem correspondentes na nossa lingua).

—

Dotação do alto clero portuguez

Desde 1869 em diante

O cardeal patriarcha fica com o ordenado annual de seis contos de réis. (Tinha até então o dobro.)

Os arcebispos de Braga e Evora, 3 contos de réis cada um. Todos os bispos ficam com dois contos e quatro centos mil réis cada um.

Até 1869 os arcebispos e bispos já tinham os mesmos ordenados, e o patriarcha (como já disse) doze contos de réis; isto além dos rendimentos proprios das mitras, e muitos e differentes emolumentos; mas desde 1869 esses rendimentos e emolumentos são avaliados—se sobrarem dos ordenados estabelecidos por lei, repoem ao thesouro; e se não chegarem, o thesouro inteira-lh'o.

Corpo diplomatico

Relação dos embaixadores portuguezes nas differentes côrtes

REINOS	CORTES	VENCIMENTOS DESDE 1869	VENCIMENTOS ATÉ 1869
Estados Pontificios	Roma	11:600$000	12:000$000
Brasil	Rio de Janeiro	8:500$000	11:600$000
Gran-Bretanha	Londres	6:500$000	11:600$000
França	Paris	5:700$000	9:600$000
Hespanha	Madrid	5:700$000	9:600$000
Italia	Florença	3:400$000	9:600$000
Russia	S. Petersburgo	3:400$000	9:600$000
Estados Unidos da America	Washington	2:700$000	4:300$000
Austria	Vienna	2:600$000	4:600$000
Prussia	Berlim	2:600$000	4:600$000
Hollanda	Haya	2:200$000	3:700$000
Suecia	Stockolmo	2:200$000	3:700$000
	Somma	57:100$000	94:500$000

Isto além dos ordenados aos secretarios, addidos, etc., que são pagos pelo thesouro.

Corpo consular

Consules portuguezes que vencem pelo thesouro

REINOS	CIDADES ONDE RESIDEM	GRADUAÇÕES	ORDENADOS
Brasil	Rio de Janeiro	Consul-chanceller.	18:500$000
»	Bahia	Consul	6:000$000
»	Pernambuco	»	6:000$000
Inglaterra	Londres	»	6:000$000
Marrocos	Tanger	»	4:000$000
Inglaterra	Liverpool	»	3:200$000
Estados Unidos da America	New-York	»	3:200$000
Inglaterra	Cardiff	»	3:200$000
»	Gibraltar	»	2:400$000
França	Havre	»	2:400$000
Montevideu	Montevideu	»	2:400$000
Brasil	Pará	»	2:000$000
»	Maranhão	»	2:000$000
Inglaterra	Cork	»	1:800$000
»	New-Castle	»	1:800$000
França	Nantes	»	1:200$000
Hespanha	Madrid	»	1:200$000
»	Cadix	»	1:000$000
»	Barcelona	»	1:000$000
»	Vigo	»	800$000
		Somma	60:000$000

Relação geral de todos os consules e Vice-Consules de Portugal, nas cinco partes do mundo.

(*Diario do Governo* n.º 232, de 12 de outubro de 1869)

Europa

Austria

Vienna, consul-geral. — Trieste, consul-geral.

Baden.

Baden, consul-geral. — (reside em Francfort.) Baden — Baden, consul. —

Baviera

Aschaffenburgo, consul geral e vice-consul.

Belgica

Antuerpia, consul geral e vice-consul. — Bruges, vice-consul. — Bruxellas, consul e vice-consul. — Gand, vice-consul. — Liége, consul. — Ostende, vice-consul.

Confederação da Allemanha do Norte.

Stettein, consul geral.—Altona, consul.— Berlim, consul. — Anolam, vice consul. — Coblentz, vice consul. — Colberg, vice consul. — Colonia, vice consul. — Dantzick, vice consul. — Demmin, vice consul. — Greifswald, vice consul. — Memel, vice consul.— Pillau, vice consul. — Stralsund, vice consul. — Swinemunde, vice consul. — Hanover e Oldemburgo, consul geral. — (reside em Hamburgo.) Embden, vice consul. — Leer, vice consul. — Hesse e Nassau, consul geral. (reside em Francfort.) Francfort, consul geral. — Hamburgo, consul geral.—Bremen, vice consul. — Cuxhaven, vice consul. — Lubeck, vice consul. — Leipsick, consul geral. — Brake, vice consul. — Mecklemburgo-Scewerin e Mecklemburgo-Strelitz, consul geral (reside em Rostock) e vice consul. —

Dinamarca

Copenhague, consul geral e vice consul. —Aalborg, vice consul.—Aarhuus, vice consul. — Elseneur, vice consul. — Fredericia, vice consul. — Frederikshavn, vice consul.— Hjorring, vice consul. — Loeso, vice consul. Nyborg, vice consul. — Ringkjobing, vice-consul. — Ronne, vice consul. — Skagen, vice consul. Thisted, vice consul.

Estados Pontificios.

Roma, consul geral e vice consul — Civita-Vecchia, consul e vice consul. — Terracina, vice consul.

França

Havre-de-Grace, consul geral e consul. — Abbeville, vice consul. — Bastia (Corsega) consul. — Bayonna, consul. — Bordeos, consul. — Boulogne, vice consul. — Brest, vice-consul. — Calais, vice consul, — Cette, vice consul. — Cherbourg, vice consul. —Dieppe, vice consul. — Dunkerque, vice consul. — Fécamp, vice consul. — Granville, vice consul. — Honfleur, vice consul. — Libourne, vice consul. — Lille, consul e vice consul.— Lorient, vice consul. — Lyão, vice consul. — Marselha, consul. — Nantes, consul. — Nice, consul. — Paris, consul. — Perpignan, vice consul. — Ruão, consul. Santo Maló et Santo Servan, vice consul. — Santo Valéry-sur Somme, vice consul. — Toulon, vice consul. —

Possesões Francezas

Na Asia.

Saigon (Cochinchina) consul.

Na Africa.

Argel, consul. — Bona, vice consul.— Mostaganem, vice consul. — Oran, vice consul. — Philippeville, vice consul. — Ilha da Reunião, consul.

Gran-Bretanha e Irlanda

Londres, consul geral e vice consul.—Barrow in Turness, vice consul. —Brix ham e Torbay, vice consul. — Cowes. vice consul. — Dartmouth, vice consul. — Deal, vice consul.—Dover, vice consul.—Exeter, vice consul. — Falmouth, vice consul. — Guernsey e Jersey, vice consul.—Hartlepool, vice consul. —Harwich, vice consul.—Hingsbridge, vice consul. —Hull, vice consul. — Margate, vice consul. — New-Castle, consul graduado. North-shields, vice consul. — Penzance, vice consul. — Plymouth, vice consul. — Poole, vice consul. — Portsmouth, vice consul. Ramsgate, vice consul. — Shoreham, vice consul—Santa Mary vice consul.—Southampton, vice consul. — Stockton, vice consul. Sunderland, vice consul. — Weymouth, vice consul. — Witstable, vice consul. — Yarmouth, vice consul — Androssan e Troon, vice consul. — Dundee, vice consul. — Glasgow, vice consul—Leith, vice consul.—Lossiemouth, vice consul.—Bristol, consul geral e vice consul.—Bedford, vice consul.—Cardiff, vice consul.—Gloucester, vice consul.—Llanelly, vice consul.—Milford—Haven, vice consul.—Neath, Port-Cawl e Port-Talbot, vice consul.—Newport, vice consul.—St. Ines, agente consular.— Liverpool, consul e vice consul.—Chester, vice consul.—Leeds, vice consul. — Manchester, vice consul. — Cork (Irlanda) consul, e vice consul — Belfast, vice consul. — Dublin, vice consul.—Limerick, vice consul.—Londonderry, vice consul. —Waterford, vice consul. —

Possessões Inglezas

Na Europa.

Gibraltar consul geral. Malta, consul geral

Na Asia.

Calcutá, consul geral, e vice consul. — Bombaim, vice consul. — Madrasta, consul. —Ceylão, . . . —Hong-Kong, consul e vice consul — Singhapura e Malaca, consul geral —Pinão, vice consul.

Na Africa.

Cabo da Boa Esperança, consul geral, e vice consul. — Porto Isabel, vice consul. — Colonia do Natal, consul. —Porto Natal, vice consul — Simon's Bay, vice consul. — Iha Mauricia, consul geral.—Bathurst (Rio Gambia) consul. — Serra Leôa, consul. — Santa Helena, consul.

Na America.

George-Town (Guyana) consul. — Ilha da Triudade, vice consul. — Quebec (Canadá) vice consul. — Montreal, vice consul. — Percé e Gaspé, vice consul. — Halifax (Nova Escossia) consul. — S. João (New Brunswick) consul—S. João (Terra Nova) consul geral e vice consul. — Burin, vice consul—Carbonear, vice consul. — Fortune Bay, vice consul. — Harbour Grace, vice consul. — Placentia, vice consul. — Twillingate, vice consul. —

Na Occeania.

(Australia)

Melbourne, consul geral — Adelaide, vice consul. — Brisbane, vice consul. — Sydney, vice consul. — Victoria, consul, e vice consul.

Grecia

Athenas, consul geral. — Morea, consul.— Zante (Ilhas Jonicas) consul.

Hespanha

Madrid, consul geral. — Bilbau, vice consul.—Ciudad Rodrigo . . . .—Fregeneda, vice consul. —Gijon vice consul. — Santa Eugenia, vice consul.—Santander, vice consul. — S. Martin, de Trevejo, vice consul. — S. Sebastião, vice consul. — Zamora, vice consul. —Vigo, consul e vice consul.—Bayona, vice consul. — Camarinhas, vice consul. — Corcubion, vice consul.—Corunha, vice consul.

— Ferrol, vice consul. — Guardia, vice consul. —Muros, vice consul, — Pontevedra, vice consul. — Rivadeo, vice consul. — Sada, vice consul. — Tuy, vice consul. —Villagarcia, vice consul. — Vivero, vice consul. — Barcelona, consul e vice consul. — Alicante vice consul. — Iviza, vice consul. — Mahon, (Ilha Minorca) vice consul. — Palancos, vice consul. — Palma (Ilha Maiorca) vice consul) — Reus (Salore) vice consul. — Tarragona, vice consul. — Tortosa, vice consul. — Valencia, vice consul. — Villa Nueva e Geltru, vice consul. — Cadiz, consul e vice consul. — Aguilas, vice consul. — Algeciras, vice consul. — Almeria, vice consul — Ayamonte, vice consul. — Badajoz, vice consul. — Cartagena, vice consul. — Christina (Ilha) vice consul. — Granada, vice consul. — Huelva, vice consul. — Malaga, vice consul. —S. Lucar de Barrameda, vice consul. — Tarifa, vice consul. — Velez — Malaga, vice consul. — Sevilha, consul.

Possessões hespanholas

Na Africa.

Teneriffe (Ilhas Canarias) consul.

Na America.

Havana (Cuba) consul. — Matanzas (Cuba) vice consul. — Santiago (Cuba) vice consul. — S. João (Porto Rico) vice consul. —S. Thomaz, vice consul.

Na Occieania.

Manilha (Ilhas Philippinas) consul.

Italia

Genova, consul geral e vice consul. — Agnero, . . .—Ancona, vice consul.— Cagliari, vice consul. — Castel Sardo, vice consul. — Christiano, . . . — Final Marina, vice consul. —Lavagna vice consul.—Leorne vice consul —Porto-Fino, vice consul.—Porto Mauricio, vice consul,— Ravenna, vice consul,—Sampierdarena. vice consul. — San Remi, vice consul.—Sarazana vice consul.—Sassari, vice consul.—Savona, vice consul.—Sestri Levante, vice consul.—Sestri Ponente, vice consul.—Spezia, vice consul.—Vintemiglia, . . . Florença, . . .—Loreto, consul.—Milão, consul. — Napoles, consul geral e vice consul. — Bagnaro, vice consul. — Bari, vice consul. Barletta, vice consul. — Brindizi, vice consul. — Castellamare, vice consul, —Catanea, vice consul. — Gallipoli, vice consul.—Manfredonia, vice consul. — Messina, vice consul. — Nisida Pozzuoli, vice consul. — Palermo, vice consul. — Sorrento, vice consul.— Salerno, vice consul. — Tarento, vice consul — Torre dell'Annunziata, vice consul—Trapani, vice consul. — Vasto, ... — Turim, consul. — Veneza, consul.—

Paizes Baixos

Amsterdam, consul geral—Harlingen, vice-consul—Rotterdam, consul—Texel (ilha) vice-consul—Vlaardingen, vice-consul.

Possessões neerlandezas

Na America.

Paramaribo (Guyana) consul.

Na Occeania.

Batavia, consul—Sourabaya, consul—Cupang, consul.

Principados Danubianos

Temos n'elles um consul, mas o *Diario* não diz onde.

Russia

S. Petersburgo, consul geral e vice-consul—Cronstadt, vice-consul—Moscow, vice-consul—Pernau, vice-consul—Odessa, consul geral, e vice-consul—Taganrog, vice-consul—Revel, vice-consul—Riga, consul—Finlandia, consul.

Suecia e Noruega

Stockolmo, consul geral e vice-consul—Calmar, vice-consul—Carlskrona, vice-con-

sul—Carlshamn, vice-consul—Gefle, vice-consul—Gothemburgo, vice-consul—Haparanda, vice-consul—Helsingborg, vice-consul—Hernosand, vice-consul—Landskrona, vice-consul—Norrkoping, vice-consul—Pitea, vice-consul—Sundswall, vice-consul—Soderhamn, vice-consul—Uddevalla, vice-consul—Umea, vice-consul—Westervick, vice-consul—Wisbi, vice-consul—Ystad, vice-consul—Aalesund, vice-consul—Bergen, vice-consul — Christianstad, vice-consul — Christiansund, vice-consul—Drammen, vice-consul—Frederikstad, vice-consul—Mandal, vice-consul—Stavanger, vice-consul.

Suissa

Genebra, consul geral e consul.

Turquia

Constantinopla, consul geral—Gallipoli, vice-consul—Dardanellos, consul — Rodosto, vice-consul—Salonica, vice-consul—Ilha de Candia, consul geral.

Asia

China

Amoy, vice-consul—Cantão, consul e vice-consul—Tung-Chow, consul — Kanchoo, consul—Kian-Kiang, encarregado do consulado—Shanghae e Ningpó, consul—Tien-Sin, consul.

Japão

Kanagawa, consul—Hakodadi, consul—Nagasaki, consul.

Siam

Bangkok, consul geral.

Turquia

Smyrna, consul e vice-consul—Alepo, vice-consul—Beyrouth, vice-consul—Damasco, vice-consul—Lathakie, vice-consul—Scio e Sesmé, vice-consul.

Africa

Egypto

Alexandria, consul geral e vice-consul — Cairo, vice-consul—Damietta, agente consular.

Marrocos

Tanger, consul geral e vice-consul—Casa Branca, vice-consul—Larache, vice-consul—Mazagão, vice-consul—Mogador, vice-consul—Rabat, vice-consul—Saffi, vice-consul—Tetuão, vice-consul.

Trans vaal Boers

Trans vaal Boers, vice-consul.

Tunes

Tunes, consul.

America

Brasil

Provincia do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, consul geral e chanceller —Angra dos Reis, vice-consul— Barra-Mansa, agente consular—Cabo-Frio, vice-consul — Cantagallo, agente consular — Iguassu, agente consular—Itaborahy, agente consular—Itaguahy, vice-consul—Macacos, agente consular—Macahé, vice-consul— Magé, agente consular—Mangaratiba, vice-consul — Nictheroy, agente consular — Nova-Triburgo, agente consular—Parahyba do Sul, agente consular—Paraty, vice-consul—Petropolis, vice consul—Pirahy, agente consular—Rézende, agente consular—Rio-Bonito, agente consular—Santa Maria Magdalena, agente consular—S. Fidelis, agente consolar — S. João da Barra, vice-consul — S. João do Principe, agente consular—S. Salvador de Campos, vice-consul—Theresopolis, agente consular—Vallença, agente consular—Vassouras, agente consular.

Provincia de S. Paulo

Areias, agente consular—Bananal, agente consular—Brotas, agente consular—Cinabá, vice consul—Constituição, agente consular —Iguapé, vice-consul—Parahybuna, agente consular—Santos, vice-consul—S. Paulo, vice-consul—S. Sebastião, vice-consul—Sorocaba, agente consular—Tumbaté, agente consular—Ubatuba vice-consul—Uruguayana, agente consular.

Provincia de Santa Catharina

Desterro, vice-consul.

Provincia do Espirito Santo

Benavente, agente consular—Itapemerim, vice-consul—Victoria, vice-consul.

Provincia de Paraná

Paranaguá, vice-consul—Ponta Grossa, agente consular.

Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul

Jagurão, agente consular—Pelotas, vice-consul—Porto Alegre, vice-consul—Rio Grande do Sul, vice-consul.

Provincia de Minas Geraes

Baependy, agente consular—Bagagem, agente consular—Juiz de Fóra, agente consular—Mar de Hespanha, agente consular—Oiro Preto, agente consular—Paracatú, agente consular—Pouso Alegre, agente consular —Rio Preto, agente consular—S. João de El-Rei, agente consular—S. Matheus, vice-consul—Uberaba, agente consular—Vallença, agente consular.

Provincia da Bahia

Bahia, consul e vice-consul—Rio das Contas, vice-consul.

Provincia de Sergippe

Aracaju, vice-consul—Sergippe de El-Rei, vice-consul.

Provincia de Alagoas

Maceió, vice-consul—Maroim, vice-consul.

Provincia do Maranhão

Maranhão, consul e vice-consul—Alcantara, agente consular—Arary, agente consular—Brejo, agente consular—Caxias, agente consular—Codó, agente consular—Icatú, agente consular—Rio Formoso, agente consular—Rosario, agente consular—S. Bento, agente consular—Tury-assu, agente consular.

Provincia de Piauhi

Parnahyba, vice-consul.

Provincia do Ceará

Ceará, vice-consul—Granja, vice-consul.

Provincia do Pará

Pará, consul e vice-consul—Bragança, agente consular—Breves, agente consular —Cametá, agente consular—Chaves, agente consular—Gurupi, e Porto de Moz, agente consular—Igarapé Mirim, agente consular —Macapá, agente consular—Obidos, agente consular—Santarem, agente consular—Vigia, agente consular.

Provincia do Amazonas

Manáos, vice-consul.

Provincia de Pernambuco

Pernambuco, consul e vice-consul—Goianna, agente consular—Mamanguape, agente consular.

Provincia do Rio Grande do Norte

Natal, vice-consul—Parahyba do Norte, vice-consul.

Chili

Valparaizo, consul geral.

Estados do Rio da Prata

Republica Oriental do Uruguay.

Montevideu, consul geral, consul, e vice-consul—Cêrro Largo, vice-consul—Colonia do Sacramento, vice consul—Maldonado, vice consul — Mercedes, vice-consul — Payssandu, vice-consul — Tacuarimbo, vice-consul — Villa do Salto, vice-consul.

Confederação Argentina

Buenos Ayres, consul e vice-consul — Corrientes, vice-consul—Gualeguachú, vice-consul—Rosario de Santa Fé, vice-consul —Santa Fé, vice-consul.

Republica do Paraguay

Assumpção, consul e vice-consul.

Estados-Unidos da America

(America do Norte.)

New-York, consul geral e vice consul — Baltimore, vice-consul—Bangor, vice-consul—Boston, vice-consul—Charlestow, vice-consul—Mobile, vice-consul—New Bedford, vice-consul—New London, vice-consul—Nova Orleans, vice consul—Norfolk, vice-consul—Philadelphia, vice consul—Savannach, vice-consul—Springfield, vice-consul—Wilmington, vice-consul—S. Francisco (California) consul e vice-consul.

Haiti

Porto Principe, consul — Gonaïves, vice-consul.

Hondúras

Omoa, consul—Truxillo, consul.

Mexico

Mexico, consul geral — Vera Cruz, vice-consul—Carmen, consul.

Perú

Lima, consul geral—Calláo, vice-consul—Lorêto, vice-consul.

S. Domingos

S. Domingos, vice-consul.

Venezuella

Puerto-Cabello, consul geral, Bolivar, consul.

—

A relação nominal dos consules, vice-consules, et., vem no *Diario do Governo* indicado no principio d'esta relação.

—

Breve noticia sobre algumas egrejas parochiaes antigas de Lisboa, que já não existem.

S. Martinho — Esta antiga egreja estava proxima aos paços da Moeda Nova (Limoeiro) no largo ainda por isso chamado de S. Martinho, que fica entre as ruas da Saudade e do Arco do Limoeiro e largo do mesmo nome. Foi destruida pelo terramoto de 1755, e com a reedificação de Lisboa se apagaram todos os seus vestigios.

A parochia foi annexada á de S. Thiago, e por isso se denomina officialmente — S. Thiago e S. Martinho.

S. Bartholomeu — Ficava proxima á muralha do castello de S. Jorge, mas fóra d'ella, a E. Era contigua ao paço real de S. Bartholomeu, que com ella communicava por um passadiço. Em frente da egreja havia o largo do mesmo nome. A sua situação era, entre a actual rua de S. Bartholomeu, rua do Chão da Feira e travessa do Funil.

A egreja e paço foram completamente arrasados pelo terramoto de 1755.

Esta egreja tinha sido fundada por D. Affonso Henriques, em 1160, para capella real dos seus paços.

S. Thomé do Penêdo, e depois *S. Thomé do Castello* — Esta egreja estava fundada na actual rua de S. Thomé, no local ainda chamado *Largo de S. Thomé*, entre a travessa e as escadinhas do mesmo nome. Chamava-se do *Penêdo*, por ter sido edificada sobre um rochedo.

Tinha sido fundada por el-rei D. Diniz, em 1320. O terramoto a arruinou, em 1755, e foi arrasada em 1837. A parochia foi dividida entre as de S. Vicente e Santo André.

Santa Marinha, antigamente *Santa Marinha do Outeiro* — Foi mesquita de mouros, e se purificou e sagrou na era 1222 de Cesar (1184 de Jesus Christo). Estava situada no largo que ainda conserva o seu nome, e fica entre a rua da Oliveirinha, travessa de Santa Marinha e calçadinha do Tijolo. Foi supprimida esta freguezia e annexada á de Santo André. Tinha annexa uma capella de Nossa Senhora da Natividade, com grande renda. A egreja tinha cinco beneficiados e thesoureiro.

Nossa Senhora do Loreto ou *do Alecrim*— foi creada freguezia para os italianos (vide pag. 104, col. 2.ª) em 2 de janeiro de 1551. Em 29 de março de 1651, um incendio a reduziu a cinzas, ficando a servir de matriz a egreja de Nossa Senhora da Encarnação. Estando reedificada a egreja do Loreto em 1676, tornou a ser a matriz da freguezia. Foi destruida e incendiada pelo terramoto de 1755 e reedificada em 1756.

A egreja do Loreto teve principio em 1517, em uma capella de Santo Antonio, muito antiga e que havia sido reedificada em 1522. Vide *Nossa Senhora da Encarnação*.

—

Egrejas parochiaes de Lisboa, em 1874

S. Pedro d'Alcantara *(intramuros)*

Esta egreja é muito antiga. Não se sabe quando nem por quem foi fundada, mas ha certeza de que já existia no reinado de D. Diniz. Tem actualmente 3:400 almas.

Santo André

É tambem muito antiga. Suppõe-se que foi edificada por D. Affonso III, ou no seu reinado.

Foi do real padroado. D. Diniz a deu a Ayres Martins, que morrendo sem successão, mandou que se elegessem nove capellães, que dissessem todos os dias missas, por sua alma e pela do rei D. Diniz, á custa das suas fazendas.

Maria Esteves, mulher d'Ayres Martins, instituiu sete merceeiras, deixando a cada uma um alqueire de trigo por semana e 240 réis cada mez—e cada anno, um manto, um par de sapatos, um pote de azeite, e carne pelas festas do Natal e Paschoa.

É de muita devoção a imagem de Nossa Senhora da Vida, que está n'esta egreja.

É n'esta freguezia o convento da Graça e a linda capella de Nossa Senhora do Monte (de S. Gens).

Tem 2.000 almas.

Nossa Senhora dos Anjos

Era uma antiga capella d'esta mesma invocação, na freguezia de Santa Justa e Rufina. Sendo arcebispo de Lisboa o cardeal D. Henrique (depois rei) elevou esta capella a egreja matriz, em 1563, e foi reedificada em 1725 e em 1758.

É n'esta freguezia, o palacio da Bemposta; o palacio dos condes de Pombeiro (marquezes de Bellas) e as capellas do Espirito Santo, em Arroios, e de Nossa Senhora do Resgate das Almas.

Tem 8:000 almas.

Santa Catharina

Está edificada no alto do seu nome, a que antigamente se chamava *Alto de Belvêr*.

Foi fundada pela rainha D. Catharina, mulher de D. João III, em 1560, sendo regente na menoridade de seu neto, o rei D. Sebastião.

O monte sobre que está esta egreja, prolongava-se antigamente até ao Tejo, e n'elle havia tres ruas, com 110 casas, sendo algumas d'ellas magnificos palacios. Em 21 de julho de 1597, ás 11 horas da noite, entrou um homem a gritar a quem por alli morava, que fugissem, porque o monte se subvertia.

Muitos fugiram, e dentro em alguns minutos se submergiu o monte com todas as suas ruas e casas, e tambem uma calçada e um caes de pedra.

N'esta freguezia é o convento dos paulistas, cuja egreja é a actual matriz da freguezia. No sitio dos Cardaes, estava o convento dos *bôrras* ou de Nossa Senhora de Jesus; fundado em uma capellinha que cedeu o eremitão e com as casas e cardal que deram Luiz Rodrigues e seu irmão.

A junta de parochia da freguezia de Santa Catharina requereu ha tempo que o governo mandasse proceder ás obras necessarias n'aquelle sumptuoso templo, monumento grandioso sob todos os pontos de vista artisticos.

As obras não principiaram logo, como o governo desejava, porque não havia fundos disponiveis no orçamento respectivo.

Agora (setembro de 1874) a instancias do digno prior e do sr. visconde de Ribamar, o sr. ministro das obras publicas resolveu que da verba pertencente ao actual anno economico se abonasse uma quantia mensal para a realisação das indicadas obras, que deverão principiar este mez.

Tem 8:700 almas.

S. Christovão

É fundação dos nossos primeiros reis, mas não se sabe de qual nem quando, e só que já existia em 1308. É n'esta freguezia o recolhimento do Amparo, para orphans e porsionistas. É tambem aqui, e perto da egreja, o edificio que foi paço real de S. Christovão, e depois dos marquezes de Vagos. Foi a final comprado por Columbano Teixeira Leomil, que o restaurou. Hoje é da sua viuva, e de seu segundo marido. O palacio dos marquezes de Tancos (onde hoje está um collegio) é logo acima da egreja e do palacio de S. Christovão, ao cimo da calçada do marquez de Tancos, e na *costa do castello.* —Tem 1:400 almas.

Conceição Nova

Está esta egreja no principio da rua que antigamente se chamou *rua Nova dos Ferros.* Foi fundada pelo povo. Lançou-se-lhe a primeira pedra a 15 de junho de 1698. Disse-se n'ella a primeira missa a 15 de setembro de 1699.

Quando se edificou não era matriz, pertencia á freguezia da Magdalena.—Tem 3:300 almas.

Coração de Jesus

Na antiga egreja de Santa Martha se erigiu a matriz do Santissimo Coração de Jesus, em 1790. Em frente da egreja está o convento de religiosas franciscanas e no largo de Andaluz o de dominicas. Tambem proximo á egreja fica o antigo palacio dos condes de Redondo.—Tem 2:800 almas.

Santa Cruz do Castello

Consta que era mesquita de mouros, e foi purificada e sagrada em 1148. D. Affonso Henriques a reedificou e ampliou depois. É mesmo dentro do castello de S. Jorge e proximo da *praça d'armas*, velha.

Era aqui o jazigo dos condes de S. Thiago de Beduido. Na muralha em frente ha uma porta que é a célebre de Martim Moniz. —Tem 960 almas.

Nossa Senhora da Encarnação

Foi fundada por D. Elvira Maria de Vilhena, condessa de Pontevel, mulher de D. Nuno da Cunha, conde do mesmo titulo, a qual, achando-se viuva e sem filhos, empregou os seus bens na fabrica d'esta egreja, para servir de parochia, aos povos da de Nossa Senhora do Lorêto (ou do Alecrim, em razão da capella do mesmo nome que alli houve antigamente). Lançou a primeira pedra, a 4 de junho de 1698, o cardeal D. Luiz de Sousa, arcebispo de Lisboa, e benzeu-a em 6 de setembro de 1708, D. Simão da Gama, arcebispo d'Evora. Foi aberta á veneração dos fieis a 8 do mesmo mez, passando o Santissimo para aqui da cappella de Nossa Senhora do Alecrim, em solemne procissão, e durando as festas oito dias seguidos, sempre com o Santissimo exposto.

Ainda vivia a fundadora, que enriqueceu a egreja com uma magestosa custodia de prata e outras muitas peças e ornamentos.

Este templo é um dos mais ricos de Lis-

boa, em obras de talha dourada, de que é feito o magnifico altar-mór e as capellas lateraes.

Na capella-mór se admira um precioso sacrario de prata, maciço, sem egual no reino. Póde escapar á rapina das hordas francezas, por meio de um estratagema, qual foi, pintar-se com certa camada que o fingia ser cousa de nenhum valor.

A banqueta e o cofre tambem são de prata e de riquissimo lavor.—Tem 7:800 almas.

Santa Engracia

Foi fundada pela infanta D. Maria, filha do rei D. Manuel, pelos annos 1530, erigindo-se em freguezia, que se desannexou da de Santo Estevão. A infanta tinha o seu palacio perto d'esta egreja e junto ás freiras de Santa Clara. Foi a infanta que pediu ao papa S. Pio V a creação da nova parochia, que obteve.

Em a noite de 15 de janeiro de 1630, se perpetrou n'esta egreja o desacato do roubo das sagradas fórmas; com intenção manifesta de commetter este sacrilegio, pois que o cofre onde estavam as particulas, que era de tartaruga, cintado de prata, appareceu depois e ainda existe no convento do Desaggravo.

Já a pag. 112, col. 1.ª (no fim) e pag. 113 d'este volume, fallei d'este desacato — aqui darei sobre elle mais amplas explicações.

Simão Pires de Solis, era um cavalleiro de sangue nobre e *geração limpa;* de bom comportamento e religioso. Segundo a tradição, namorava uma freira do convento de Santa Clara, e hia fallar-lhe a altas horas da noite, levando as ferraduras do cavallo envolvidas em pannos, para se não ouvirem. Regressava a sua casa na madrugada d'aquelle dia, quando já o desacato era conhecido, e sendo suspeito foi assim agarrado. A circumstancia de não querer revelar o sitio d'onde vinha, nem o que fôra fazer, por não macular a reputação da freira, deram fundamento á suspeita de ser elle o criminoso.[1]

Depois de o fazerem soffrer os mais incomportaveis *tratos*, obrigando-o, á força de tormentos a confessar o crime que não commettêra, lhe cortaram as mãos e o queimaram vivo, no campo de Santa Clara (como já disse no logar citado).

O juiz que proferiu esta sentença, foi o bem conhecido poeta Gabriel Pereira de Castro, auctor da *Ulyssea.*

Diz-se que, sendo justiçado em Castella um reu portuguez, por crimes alli commettidos, declarára ser elle o auctor do sacrilegio, de que Solis só tivera noticia depois de preso.

Foi em desaggravo d'este desacato que se fundou a irmandade ou confraria intitulada *Escravos do Santissimo Sacramento,* composta dos 100 principaes fidalgos da côrte, e determinaram erigir um sumptuosissimo templo no local do antigo. Foi a parochia transferida para a capella do Paraizo, onde se conservou até 1835.

Principiaram quasi logo as obras da gigantesca egreja, levantando uma montanha de cantaria, que parou na cimalha. Se esta obra se concluisse, seria de certo uma das mais notaveis de Lisboa, pela sua originalidade, grandeza e riqueza dos marmores.

É interiormente revestida de bellos e riquissimos marmores de varias côres; e confrange-se-nos o coração ao ver este primor de architectura a servir de *deposito do material de guerra,* ou, para fallar com mais exactidão, de *despejo* de varios objectos inuteis, do arsenal do exercito.

Em 1835, sendo a egreja (capella) do Paraizo, acanhadissima para a freguezia, se mudou esta para a egreja do convento dos padres *barbadinhos,* italianos, na calçada dos Barbadinhos, onde hoje é a séde da freguezia.

Tem 8:500 almas.

Santo Estevão d'Alfama

Esta egreja foi fundada pelo rei D. Diniz,

[1] Diz-se que a freira lhe mandou á pri são dois melões, um *callado,* outro inteiro, recommendando-lhe que *o callado era o melhor.* Parece-me isto conto da carochinha; nem a freira cahia n'esta, porque era envolver-se no crime do seu cavalleiro.

pelos annos de 1290. (Pretendem outros que foi construida por D. Affonso Henriques, logo depois da tomada de Lisboa.)

Deu-a depois ao bispo de Lisboa, que a dava por concurso. Tinha oito beneficiados, com obrigação de côro, e com 100$000 réis cada um.

E' de cinco naves e tem uma riquissima custodia. Ha aqui uma reliquia do padroeiro da egreja, e a imagem de Santa Catharina, de muita devoção do povo, que lhe attribue o poder de o livrar das bexigas.

Os dizimos d'esta freguezia eram pagos pelo Alqueidão. Deixou lh'os uma rainha, por lhe tirar a freguezia de Santa Engracia, que se desmembrou d'esta.

E' n'esta freguezia a capella de Nossa Senhora dos Remedios, onde ha a irmandade do Espirito Santo. Foi fundada em 1581. E' de pescadores, e tinham um hospital para elles e suas mulheres. Tinha 4 capellães e dois meninos do côro.

Tem 3:400 almas.

Santa Izabel *(intra-muros)*

Foi esta egreja edificada no reinado de D. João V, em 1742. Foi restaurada, concluindo se todas as obras em 1874. Ficou um templo digno de uma capital. Fez-se-lhe então uma outra torre.

Tem 12:000 almas.

S. João da Praça

Este templo foi edificado em 1317, por D. Diniz I. Foi reedificado em 1442. Destruido e incendiado pelo terramoto, foi logo reedificado. Tinha 4 beneficiados que rezavam em côro. O altar das almas tem dois capellães. Eram padroeiros os condes de Villa Verde.

Tem 1:800 almas.

S. Jorge

Era um priorado da mitra, com 4 beneficiados. (Quando a Sé esteja por qualquer motivo interdicta, vem os conegos rezar a esta egreja.)

Tem 1:300 almas.

S. José

Teve principio esta parochia em uma confraria de S. José, que se erigiu na egreja matriz de Santa Justa e Rufina, em 1532, composta de carpinteiros e pedreiros, e foi a primeira que assim houve n'este reino. Em 1546, se mudou o santo e a confraria para *Entre as Hortas*, para uma capella onde tinham capellão para lhes dizer missa nos domingos e dias santificados. Como a freguezia de Santa Justa era grande, o cardeal D. Henrique desannexou parte della, para formar uma nova freguezia, que por consentimento dos confrades de S. José, se estabeleceu na sua capella e com a invocação do mesmo santo. A irmandade tem uma casa para mesa e outra para o despacho. Tem 6 capellas com missas diarias, pelos irmãos vivos e defunctos. (Vide *Annunciada.)*

Tem 7:300 almas.

S. Julião

Esta egreja é muito antiga, e provavelmente fundada no principio da monarchia, pois já existia em 1200, no reinado de D. Sancho I.

O terramoto de 1755 a destruiu, mas foi logo reedificada. Soffreu um grande incendio em 4 de outubro de 1816. Em 20 de março de 1824 se principiaram as obras da restauração, e a nova egreja foi aberta á veneração do povo em 1853.

As columnas e o retabulo da capella-mór eram da egreja de S. Francisco da Cidade, que se não chegou a concluir.

No adro d'esta egreja houve a ermida de Nossa Senhora da Oliveira, fundada por Pedro Esteves e Clara Giraldes, e cuidavam d'ella os confeiteiros.

Tem 2:600 almas.

Santa Justa e Rufina

Foi esta a segunda parochia que em Lisboa fez o bispo D. Gilberto, depois de ganhada a cidade aos mouros.

Tinha oito beneficiados, com 150$000 réis cada um, annualmente. N'esta egreja estiveram as irmandades—de Santa Cecilia, toda composta de musicos—a de S. Valentim, cuja solemnidade era antigamente feita com grande magnificencia pela familia real—e a de S. Marçal, que era dos pastelleiros.

Sendo profanada esta antiga egreja em 1834, foi depois convertida em theatro, e por fim em casa particular. Actualmente (1874) está alli um hotel, e unida a elle a grande fabrica, a vapor, de tabacos, denominada de Santa Justa.

A matriz passou desde então à ser a egreja do convento de S. Domingos, ao Rocio, uma das mais sumptuosas de Lisboa.

O mosteiro foi fundado por D. Sancho II, em 1241, e a egreja, por seu irmão D. Affonso III, em 1260.—(Vide *Mosteiros em Lisboa.)*

Tem 5:500 almas.

Nossa Senhora da Lapa

Foi fundada esta egreja em 1764, e ampliada em 1783.

Tem 6:500 almas

S. Lourenço

Foi esta egreja fundada pelo padre D. Pedro Nogueira, do conselho de D. Affonso III, pelos annos de 1250, e n'ella está sepultado. Principiaram as obras em 1220, e levou 30 annos a concluir-se. Foi reedificada em 1867 e aberto ao culto em 24 de novembro do mesmo anno. Tinha quatro beneficiados. Eram padroeiros os marquezes de Ponte do Lima. Tem varias capellas, sendo a maior a do *Descimento da cruz*, que era dos condes dos Arcos.

Tem 6:500 almas.

Santa Maria Magdalena

Foi fundada por D. Affonso Henriques, que a fez logo parochia, em 1150, por auctoridade do bispo D. Gilberto. Um incendio a destruiu em 1369, e D. Fernando a mandou logo reedificar.

Um medonho furacão a arruinou muito em 1600, e se reconstruiu para ser de novo destruida e incendiada no 1.º de novembro de 1755.

Foi reedificada desde os fundamentos em 1783. Era priorado das rainhas. Ha aqui o altar de S. Sebastião, que era festejado pelos algibebes; o de Santo Eloy, pelos ourives; e o de S. Cosme e S. Damião, pelos medicos.

Ha n'esta freguezia a capella de S. Sebastião, cuja imagem veio de França, e é de muita devoção.

Houve aqui a *albergaria dos Palmeiros*, para os peregrinos que vinham de Jerusalem. Só aqui podiam estar tres dias. Davase lhes pão, agua e luz. Foi fundada em 1330, e era administrada pelas principaes pessoas de Lisboa.

Tem 2:000 almas.

S. Maméde

Esta egreja foi edificada no reinado de D. Sancho I, pelos annos de 1200. Era no sitio hoje chamado *largo do Correio-Mór*, em frente do palacio dos srs. marquezes de Penafiel. Em 1490 foi elevada à honra de capella real. Era priorado apresentado pelo rei, e tinha quatro beneficiados. Tinha a capella do Espirito Santo, instituida pelos annos de 1460, por Pedro Annes Lobato e sua mulher, com a obrigação de missa quotidiana. A de Santa Margarida, instituida por D. Margarida Bulhôa, com duas missas quotidianas, e era administrada pelos Cunhas, senhores de Tábua. Estava annexa a esta capella o morgado e quinta de Bulhões, da familia de Santo Antonio de Lisboa, e n'esta capella estava enterrado o irmão mais velho do mesmo santo. Tambem tinha a capella de Santo Antonio, com missa quotidiana, instituida pelo correio-mór.

Ha tambem n'esta freguezia a capella de S. Crispim e S. Crispiniano, que eram festejados pelos sapateiros.

E' n'esta freguezia o sumptuoso palacio dos srs. marquezes de Penafiel, fundado por Luiz Gomes da Matta, o 1.º correio-mór de Portugal, feito por Philippe II, pelos annos

de 1590. Era o mais rendoso emprego d'estes reinos, e hereditario. D. João IV confirmou este emprego em seu neto, em 1640. Aquelle Luiz Gomes da Matta foi o instituidor do morgado d'esta casa.

A egreja de S. Mamede, bem como todas as casas immediatas foram reduzidas a um montão de ruinas, pelo terramoto de 1755; de tal modo que a este sitio se chamou—*os entulhos*, e á rua em que a egreja estivera—*rua dos Entulhos de S. Mamede*. Esta denominação durou ainda á rua officialmente até 1870. Hoje chama-se *rua Nova de S. Mamede.*

Depois do terramoto se passou esta freguezia muito mais para o O. da cidade, edificando-se a nova egreja matriz no actual largo de S. Mamede, na rua da Escola Polytechnica, ao Rato. Estas obras andaram muito vagarosamente, e só se concluiram de todo em 1861.

Tem 4:800 almas.

Martyres

Esta egreja é a mais antiga de Lisboa. Deve-se a sua fundação aos cavalleiros estrangeiros, que aportando á cidade, na viagem da Terra Santa, ajudaram D. Affonso Henriques á conquista de Lisboa.

Traziam a bordo a imagem de Nossa Senhora dos Martyres, que collocaram em uma ermida, que fundaram proximo do sitio da egreja actual, onde estavam acampados, e que foi benzida pelo arcebispo de Braga, D. João Peculiar.

É tradição que na pia d'esta egreja recebeu o baptismo o primeiro christão de Lisboa.

Por quatro vezes tem esta egreja sido reconstruida—a 1.ª, em 1598—a 2.ª, em 1710—a 3.ª, em 1750;—e a 4.ª, depois do terramoto de 1755, que a tinha destruido e incendiado.

Para a ultima (a actual) reedificação, se escolheu um terreno mais ao N. do antigo templo, e a construcção foi feita com a magnificencia que hoje se observa; primando nos seus quadros o nosso célebre pintor, Pedro Alexandrino. Avultou muito para esta obra (além das grandes offertas de muitos bemfeitores) o legado que lhe deixou Manuel Pacheco Pereira, da cidade do Porto, negociante de grosso trato.

Principiou-se esta sumptuosa fabrica, em 10 de outubro de 1769 e a 18 de março de 1774 foi benzida a sua capella-mór.

Das freguezias de Lisboa é esta a unica que conserva côro diario.

Tem 3:000 almas.

Nossa Senhora das Mercês

Teve principio esta egreja na capella de um recolhimento de mulheres, fundado por Paulo de Carvalho, desembargador do paço (tio do pae do primeiro marquez de Pombal.)—Pricipiou a obra em 26 de outubro pe 1652.

Foi por esta circumstancia que os Carvalhos d'esta familia ficaram sendo padroeiros do recolhimento e depois da egreja, cujo padroado herdou o dito primeiro marquez do Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello.

Tinha a irmandade de Nossa Senhora, com cinco capellães, com obrigação de missa quotidiana.

É n'esta freguezia o convento dos theatinos—o collegio dos *Inglezinhos*—o convento de S. João dos Cardaes—a ermida da Ascenção, de que foi padroeiro Francisco Correia da Silva e foi muitos annos egreja parochial. Foi fundada por Antonio Simões de Pina. Passou a sua filha, D. Catharina de Pina, que lhe pôz cinco capellães e mandou fazer magnifica solemnidade do Sepulchro para Quinta-feira Santa.

Morrendo esta senhora sem filhos, passou o seu morgado a Antonio Correia da Silva.

Esta parochia foi mudada para a egreja de Jesus, em 1835.

Tem 7:800 almas.

S. Miguel

Foi fundada esta egreja, por D. Affonso Henriques, pelos annos de 1150, e reedificada por seu neto, D. Affonso II, em 1220. Tinha 4 beneficiados.

Foi reconstruida em 1674, e assim se conserva, com insignificantes alterações, pois que o terramoto de 1755 muito pouco a damnificou.

Tem 2:200 almas.

S. Nicolau

Foi fundada esta parochia pelo bispo D. Matheus, e tem 11 capellas, e tinha 5 beneficiados apresentados pelo prior. Foi construida no meiado do seculo XIII, pois já existia em 1280. Foi reedificada em 1627. Arruinada pelo terramoto de 1755, principiou a sua reconstrucção, cujas obras só terminaram em 1854.

No fim da travessa da Victoria, sitio em que está fundada esta egreja (e ao qual, por isso, se dá vulgarmente o nome de largo de S. Nicolau) no fim da travessa da Victoria, digo, e junto á rua do Crucifixo, está a ermida e hospital de Nossa Senhora da Victoria, fundados em 1556. Foram arruinados pelo terramoto de 1755. Reedificou-se tudo, mas as obras só se concluiram em 1824. N'este hospital se recolhem actualmente (1874) quatorze mulheres pobres e octogenarias.

Era n'esta freguezia o convento de Corpus Christi, de carmelitas descalços.

Tem 4:000 almas.

S. Paulo

Esta freguezia foi creada em 1412, com parte das freguezias dos Martyres e de Santos o Velho. Foi a sua primeira matriz, uma ermida do Espirito Santo, que havia no bêcco do *Carvão* (que já não existe.) O povo da freguezia construiu á sua custa a nova matriz, e por isso é que até 1834, os officiaes da confraria do Santissimo Sacramento apresentavam o prior; o que obtiveram por sentenças alcançadas contra os arcebispos. É aqui a irmandade de Nossa Senhora da Boa Viagem, que foi da *real junta do commercio*—e a de S. João Baptista, que era dos calafates.

É n'esta freguezia o convento dos irlandezes, e a ermida do *Corpo Santo* (é a imagem de S. Pedro Gonçalves—vulgo *Santelmo*) pertencente aos pescadores.

Principiou o culto divino na actual egreja, em 1512. Foi arruinada pelo terramoto de 1755, mas logo em 1757 estava reconstruida.

Na fachada da egreja estão as imagens, de pedra, de S. Pedro e S. Paulo, feitas pelo insigne esculptor, Antonio Machado.

No meio da praça está um pequeno chafariz, mandado fazer pela camara, que se concluiu em 1849.

Tem 5:300 almas.

Nossa Senhora da Pena

Foi no seu principio um curato, apresentado pelos arcebispos, e davam ao cura 350$000 réis annuaes, e a um theroureiro, da mesma apresentação, 150$000 réis.

Era n'esta freguezia o convento dos capuchos, fundado em 1570; o convento de Santa Anna, de terceiras franciscanas; fundado por uma preta, para mulheres penitentes; e o hospital de S. Lazaro.

A freguezia de Nossa Senhora da Pena, foi instituida em 1570. A sua primeira matriz foi a egreja das freiras de Sant'Anna, no campo do mesmo nome. Em 1705 passou a parochia para a egreja propria. O terramoto de 1755 lhe causou alguns estragos, que foram reparados em 1759.

Tem 6:000 almas.

Santissimo Sacramento

Foi creada pelo arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida, em 1665, com parte das freguezias de S. Nicolau e Martyres.

(O *Roteiro de Lisboa*, publicado em 1869, diz que esta freguezia foi creada em 1584, servindo-lhe de matriz provisoria a egreja do mosteiro da Santissima Trindade.)

A matriz estabeleceu-se provisoriamente na egreja das convertidas; mudando-se logo depois para uma capella que alli havia' emquanto se construia a egreja, na qual se lançou a primeira pedra em 26 de novembro de 1667; mas, quando já estava parte d'ella feita foi demolida (por allegar o mar-

quez de Arronches que lhe tirava a vista das suas casas) e se edificou então, um bocado mais abaixo (onde hoje está.)

Esta demolição teve logar em 1671.—A egreja actual concluiu-se em 1685.

Foi muito arruinada com o terramoto de 1755, e se reedificou, concluindo-se as obras em 1807.

Havia n'esta freguezia o convento da Santissima Trindade, e o de carmelitas calçados.

Tem 4:000 almas.

Santos o Velho

Foi uma antiquissima ermida, fundada pelos christãos, depois do martyrio dos tres irmãos, Verissimo, Maximo e Julia, nascidos no bairro das Pedras Negras, d'esta cidade; que foram martyrisados no anno 307, sendo imperadores os crueis Diocleciano e Maximiano, e sendo pretor o não menos cruel Publio Daciano. Esta ermida é pois um dos primeiros templos christãos da Lusitania, e ainda existia quando Lisboa foi resgatada do poder dos mouros.

Junto d'esta ermida, fundou D. Affonso Henriques o actual templo, da invocação dos tres santos.

D. Sancho I o deu aos cavalleiros de S. Thiago, para aqui fazerem um recolhimento, para guardarem as mulheres da sua familia, emquanto elles andavam na guerra, e se chamavam commendadeiras. A primeira d'ellas foi D. Sancha Martins, que achou os corpos dos tres martyres.

Em 1475, sendo commendadeira D. Violante Nogueira, se mudou o convento para *Santos o Novo*.

Em 5 de setembro de 1490, D. João II, transferiu os corpos dos tres santos para o novo convento, com grande pompa, em cofres de prata, e no mesmo dia, tambem os ossos de D. Sancha Martins, que depois foi canonisada.

Foi feita parochia, pelo cardeal D. Henrique (depois rei) em 1566.

Arruinada pelo terramoto de 1755, foi reedificada; fazendo-se-lhes grandes obras no seu interior em 1861.

É n'esta freguezia o convento de S. Bento—o da Estrella—o das capuchas francezas—o das inglezinhas—o da Esperança—o da Purciúncula—o de Nazareth—o das trinas descalças—o dos Remedios, de carmelitas descalços—o de Santo Alberto—o de S. João de Deus—o do Sacramento—e o dos trinos—A egreja das Necessidades e a capella dos Prazeres.

Eram n'esta freguezia os palacios de D. Christovão de Almada; conde-barão de Alvito; D. Antonio de Menezes; viscondes de Fonte-Arcada; duques de Aveiro; condes de Villa Nova de Portimão; viscondes da Asseca; D. Francisco Mascarenhas; condes de Alvôr; conde-meirinho-mór e finalmente o de Antonio de Albuquerque Coelho.

Tambem são n'esta freguezia as casas das *Janellas Verdes*, que foram de Bartholomeu Ferraz de Almeida.

Tem 12:200 almas.

Sé Patriarchal

É este incontestavelmente o mais antigo edificio religioso de Lisboa, e mesmo um dos mais antigos do reino. A sua fundação, envolvida em fabulas ou hypotheses, não se sabe hoje datar com certeza.

Não se póde sustentar que existisse até ao anno 306 de Jesus Christo; porque, sendo, desde o anno 290, imperador, o cruel Diocleciano, implacavel perseguidor dos christãos, e escolhendo para consul da Luzitania o feroz Daciano, este fez correr torrentes de sangue dos martyres christãos e não havia nem podia haver um templo consagrado ao Deus verdadeiro. Os christãos, para se reunirem, orarem e celebrarem os officios divinos, se escondiam em cavernas ou no mais intricado dos bosques.

Foi só no anno 306 de Jesus Christo, que o filho de Santa Helena, Constantino Magno, foi elevado ao throno imperial, e que o christianismo respirou e principiou a florescer desassombrado, construindo publicamente e sem temor de perseguições, as suas egrejas e mosteiros.

Dizem alguns escriptores antigos, que S. Manços, discipulo dos apostolos, foi o primeiro que em Lisboa prégou o Evangelho

entre os annos 50 e 70 de Jesus Christo, e que foi o primeiro bispo d'esta cidade; mas celebrava os officios divinos no subterraneo da casa de uma senhora lusitana, christan e virtuosa.

A S. Manços seguiu-se S. Gens, que foi martyrisado pelos romanos no monte que depois, por isso, tomou o seu nome, e onde hoje está a linda ermida do *Monte*, á Graça.

Estes mesmos dizem que, vindo Constantino Magno á Luzitania, lançara os fundamentos á Sé de Lisboa, pelos annos 310 de Jesus Christo.

Nada sabemos do que occorreu n'esta egreja durante o dominio dos alanos, que eram hereges (arianos) mas tambem não consta que elles destruissem ou profanassem este templo.

Reunido em 585 o imperio gothico, por Leovigildo, não podiam prosperar os templos catholicos, porque este rei era tambem ariano, apesar de serem christãos quasi todos os povos da Peninsula, e foi mesmo perseguidor dos bispos e dos varões mais respeitaveis em letras e virtudes, não poupando seu filho Hermenigildo, que mandou assassinar, por ser christão.

Felizmente para o christianismo, este usurpador feliz apenas foi soberano da peninsula iberica pouco mais de um anno, succedendo-lhe no throno, seu filho Flavio Recaredo; que horrorisado pelas crueldades de seu pae, e commovido pelos santos exemplos de seu irmão Santo Herminigildo, martyr, abjurou o arianismo; sendo instruido em todos os mysterios da nossa santa fé por S. Leandro, bispo de Sevilha.

O novo rei tratou de arreigar a religião catholica nos seus vastos dominios, não só fundando egrejas e mosteiros, mas tambem convocando concilios e pregando elle mesmo o Evangelho, de que foi um apostolo incansavel.

E' de suppor que no tempo d'este monarcha a Sé lisbonense fosse reparada e ampliada.

Em 715 Muça e Tarik, chefes ou emires arabes, se apossaram de Lisboa e de toda a Lusitania, como se haviam apossado de toda a Hespanha; principiando por saquear, destruir e incendiar varias egrejas e mosteiros, assassinando ou captivando seus moradores.

Reconhecendo, porém, passado o primeiro impulso da invasão, que faziam melhor *negocio* em conservar os templos e conventos christãos, lhes concederam o pleno e publico uso do seu culto, mediante certos tributos.

Parece porém que expulsaram da Sé lisbonense os ministros christãos, transformando o templo em mesquita arabe, tornando-a muito mais vasta e embellezando-a muito.

E' certo que ainda hoje alli se vêem nas pedras de seus muros, caracteres arabes, marcando os seus respectivos logares; e que outros muitos vestigios nos provam que o cinzel dos *filhos d'Allah*, aqui trabalhou por muitos annos.

D. Fruela I, rei d'Oviedo, resgatando Lisboa do poder dos mouros, em 753, decerto não teve tempo de purificar a Sé, porque foi logo atacado por *Abd-el-Raman*, tendo de lhe abandonar a cidade.

Por muitas vezes foi Lisboa resgatada e perdida pelos christãos, sem proveito nenhum para a religião, em razão do pouco tempo da occupação dos christãos.

No anno 800, D. Affonso, o *casto*, filho d'aquelle D. Fruela, que era rei das Asturias e Galliza, tomou Lisboa d'assalto, purificando e sagrando a Sé (unico templo christão que consta aqui haver n'esse tempo) e aqui se celebraram os officios divinos por espaço de 11 annos, até que em 811, Ali-Aton, rei ou *kalifa* de Córdova, reconquistou Lisboa.

Tornou pois este templo a ser convertido em mesquita arabe, até á tomada de Lisboa por D. Affonso I, em 21 de outubro de 1147.

Não se póde dizer com certeza qual era a primitiva invocação d'esta egreja; mas suppõe-se que foi desde o seu principio dedicada á Virgem Santissima. E' certo que sob essa invocação foi purificada e sagrada pelo bispo D. Gilberto (de nação inglez, e que vinha na esquadra dos cruzados) logo depois da tomada de Lisboa.

A sua invocação foi então de Santa Maria Maior ou Nossa Senhora da Assumpção, a

cujo mysterio todas as Sés portuguezas são dedicadas.

D. Affonso Henriques tambem então mandou reparar e ampliar o templo e o mandou prover de vasos sagrados e de todas as alfaias e paramentos necessarios ao culto divino.

D. Sancho I aqui mandou fazer varias obras em 1192.

Os terramotos de 1334, 1344, e 1356, tambem damnificaram muito o templo da Sé e suas dependencias, o que foi logo reparado; o que mais prejuisos causou foi o de 1344. D. Affonso IV mandou então reedificar a capella-mór, quasi desde os fundamentos.

A frente principal foi reconstruida por D. Fernando I, pelos annos de 1380, e ficou no estado em que ainda hoje se vê.

Quando este edificio mais soffreu foi pelo terramoto de 1755, pois que foram precisos 26 annos de ininterrompidos trabalhos para se repararem os damnos que o terramoto causou, concluindo-se as obras de reparação em 1781.

Em 1860 se principiaram na egreja varias obras para o seu reparo e aformoseamento, que terminaram em 1864; mas diga-se a verdade — se este magestosissimo templo, com os novos arrebiques, ganhou muito em belleza, perdeu muito mais ainda em magestade; pois incutiam bem mais respeito suas columnas e abobadas cujos marmores mostravam a sua severa e veneranda antiguidade, do que a camada de gesso sarapintado com que a mascararam.

N'esta egreja está o corpo de S. Vicente, martyr, padroeiro da cidade de Lisboa; tambem aqui jazem, D. Affonso IV, sua mulher, a rainha D. Brites, a infanta D. Beatriz e outras muitas pessoas notaveis

—

Apesar das transformações porque tem passado este edificio, e da irregularidade e heterogeneidade das varias obras que se lhe teem addiccionado, nem por isso tem perdido, na sua maxima parte, os signaes evidentes da sua respeitavel vetustez.

—

A Sé de Lisboa foi no seu principio suffraganea da metropolitana de Merida. Depois, passou a ser metropolita o arcebispo primaz de Braga; mas D. João I a fez Sé metropolitana, e 1290, por breve apostolico do papa Nicolau IV, sendo seu primeiro arcebispo, D. João I (o *Cavalleiro*) natural d'esta cidade; que está sepultado em uma arca de pedra, na mesma Sé, na capella de S. Sebastião.

—

O cabido da Sé foi instituido em 1150. D. João V lhe mudou o titulo de *Cathedral* em *Basilica de Santa Maria-Maior*, creando-a dignidade patriarchal, em 1716, por bulla do papa Clemente XI; sendo seu primeiro arcebispo, D. Thomaz de Almeida, irmão do primeiro marquez do Lavradio, que ainda então era só conde de Avintes.

Foi n'este anno que o rei dividiu Lisboa em *Oriental* e *Occidental*, sendo a Oriental feita arcebispado e a Occidental patriarchado. Esta divisão apenas durou 25 annos, pois logo no 1.º de setembro de 1741, por bulla do papa Benedicto XIV, impetrada pelo mesmo soberano, foi supprimido o arcebispado, ficando sómente a Sé patriarchal.

—

Na torre do N. d'esta egreja teve logar um facto lamentavel, que, se demonstra quanto é cruel a populaça amotinada, nos primeiros momentos do seu furor sanguinario, mostra tambem quanto é perigoso e terrivel ser oppressor do povo.

O rei D. Fernando fallecêra na florescente edade de 38 annos (22 de outubro de 1383) deixando sua mulher, a celebre D. Leonor Telles de Menezes, regente, em nome de sua filha, D. Beatriz, mulher de D. João I de Castella.

D. Leonor, já pelos seus amores (que não encobria) com o gallego João Fernandes Andeiro, que tinha feito conde de Ourem; já por querer unir Portugal a Castella [1] já pe-

[1] Muito bons escriptores dizem que D. João I de Castella, nunca quiz a união iberica; mas sim dividir as duas corôas entre seus dois filhos, continuando a existir as duas nações separadas e independentes.

la irregularidade do seu comportamento a outros respeitos, era quasi geralmente odiada e despresada pelos portuguezes; que olhando para toda a parte, só viam no mestre de Aviz, filho bastardo de D. Pedro I e de D. Thereza Lourenço, o seu unico e natural protector.

O *Mestre*, que D. Leonor havia desterrado para o Alemtejo (e, segundo corria entre o povo, com tenção de o mandar alli assassinar) aproveitando a *aura popular*, retrocede da sua marcha e atravessa o Tejo na manhan de 6 de dezembro de 1383, dirigindo-se ao paço real (Limoeiro) e alli assassina a punhaladas, o conde Andeiro.

O povo, no seu furor, dirige-se ao paço episcopal para assassinar o bispo D. Martinho, acerrimo partidario de Castella e de D. Leonor; e, por consequencia, inimigo do povo e do *Mestre*.

O bispo escondera-se na torre; mas foi descoberto e d'alli precipitado á rua, sendo depois arrastado.

Este bispo era castelhano de nação, e talvez este fosse o seu maior *crime*.

—

Na sachristia da Sé ainda existem fragmentos das columas do templo primittivo.

Em uma das capellas da Sé, está o tumulo de um *Bartholomeu Johannes*, cuja grosseira effigie descansa em velha e grosseira pedra. Não se sabe quem é.

Na entrada de um dos claustros está uma cadeira de pedra, com as armas de Portugal no encosto. Parece obra do tempo do rei D. Manuel, ou pouco anterior. Tem a data de 1626; mas de certo é a da sua mudança para este logar, porque então, estando nós sob o jugo ominoso dos Philippes, as armas portuguezas formavam apenas um escudo no centro das de Castella.

—

No portico da egreja, estão embebidas nas paredes lateraes duas pedras, cada uma com a sua inscripção, commemorando a entrada de Lisboa por D. Affonso Henriques. A da direita (de quem entra) é de caracteres gothicos, e no latim barbaro d'esses tempos. A da esquerda, é a sua traducção, em caracteres romanos. Diz:

TUNC ANNI DOMINI CUM C. M. NOTANTUR
CUNQUE QUATER DENIS IIII ADQUE TRIBUS
CUM PER CHRISTICOLAS EST URBS ULIXBONA CA-
PTA

ET PER EOS FIDEI REDDITA CATHOLICAE
A ERA MILENA FUIT HOC DECIESQUE VIGENA
V B DECEM OCTOBRIS IN CHRISPINII FESTO.

—

ESTES VERSOS LATINOS, QUE ESTÃO NA PEDRA FRONTEIRA, SE TRADUZIRAM NO ANNO DE 1654.
CONTEM COMO ESTA CIDADE FOI TOMADA AOS MOUROS, NO ANNO DE 1147, E DIA DE S. CHRISPIM

Já se vê pelas cinco linhas inferiores d'esta inscripção, que em 1654 se não entenderam com o latim barbaro da primeira) decifrando apenas o principal.

Tambem me não entendo com ella, e ainda menos com o modo de contar a data.— O que apenas posso colligir, é que — *Era no anno do Senhor, que então se contava 1147 (?) quando por um pequeno numero de christãos foi tomada a cidade de Lisboa e restituida á fé catholica. Isto aconteceu no dia da festa de S. Chrispim.*

—

A pia baptismal que existe na Sé, ainda é a em que foi baptisado, em 22 de agosto de 1195, o famoso Santo Antonio de Lisboa, que nascera junto a esta egreja, nas casas hoje convertidas em templo (de que tratarei no logar competente.) Era filho de Martim de Bulhões e Thereza de Azevedo. (A sua biographia vae junto com as das outras celebridades de Lisboa.)

N'esta mesma pia foi baptisado, em 6 de fevereiro de 1608, o grande padre Antonio Vieira, um dos nosssos primeiros classicos e o principe dos oradores sagrados e profanos de Portugal. Era filho de Christovão Vieira Ravasco e de D. Maria de Azevedo. (A sua biographia tambem vae adiante.)

S. Sebastião da Pedreira

Esta egreja foi edificada á custa do povo e com grandes esmolas de D. João IV, em 1652.—Não soffreu damno algum com o terramoto de 1755.

Está n'esta egreja um osso do martyr S. Sebastião, cuja reliquia veio de Roma.

Adiante da egreja, e na estrada que conduz a Cintra, está o sumptuosissimo palacio da viuva e filhos do doutor e rico proprietario e capitalista o sr. José Maria Eugenio de Almeida. Tambem eram n'esta freguezia as quintas — de Valle de Pereiro, de padres congregados—dos duques do Cadaval—dos duques de Aveiro.—dos marquezes de Tavora—e a dos condes de Sarzedas—e o convento de Santa Rita, de frades agostinhos, que actualmente serve de quartel da 3.ª companhia da guarda municipal.

Tem 1:700 almas.

Nossa Senhora do Soccorro

Havia aqui uma antiga ermida de Nossa Senhora da Saude. Em 1596, creando-se a freguezia de Nossa Senhora do Soccorro, com a parte que foi desmembrada da de Santa Justa e Rufina, serviu de matriz á capella de Nossa Senhora da Saude. O primeiro nome d'esta freguezia foi — *S. Sebastião da Mouraria.*

Sendo pequena esta ermida, se construiu a nova egreja, cujas obras terminaram em 1646. O terramoto de 1755 a destruiu, sendo reedificada depois, mas as obras duraram até 1823, em que de todo se concluiram. O terramoto de 1859 lhe fez alguns estragos, que já em 1860 ficaram reparados.

Esta egreja foi construida no bairro da da antiga *Mouraria.*

A capella de Nossa Senhora da Saude, que foi primeira matriz da freguezia, ainda existe, proximo ao Passo do Boi Formoso e ao arco do marquez de Alegrete, no largo da Mouraria. Ainda se faz a esta Senhora uma grande festividade, pelos artilheiros, todos os annos, e a sua procissão é uma das mais sumptuosas de Lisboa, fazendo-lhe a guarda de honra toda a guarnição da capital.

Tem 5:300 almas.

S. Thiago e S. Martinho

É muito antiga a egreja de S. Thiago, e julga-se ser fundação de D. Sancho I, mas, por ter uma mitra esculpida na pia baptismal, alguns attribuem a sua fundação a D. Gilberto, primeiro bispo de Lisboa, pelos annos 1160, o que não é inverosimil. É certo que já era matriz em 1220.

Era priorado das rainhas, com 10 beneficiados e um thesoureiro.

Em 1835 se uniu a esta freguezia a de S. Martinho, de que já tratei nas antigas parochias de Lisboa.

Tem 1:600 almas.

S. Vicente de Fóra

Esta egreja foi fundada por D. Affonso Henriques, principiando a sua construcção logo depois da tomada de Lisboa, em 21 de outubro de 1147.

(A descripção do convento vae na secção dos mosteiros de Lisboa).

Foi o templo reedificado em 1582, sendo seu architecto, Philippe Tercio; mas, como o antigo edificio, além de estar velho, era de acanhadas dimensões, Philippe II o mandou arrasar até aos fundamentos, sendo obra d'este tempo tudo quanto hoje se admira n'este magnifico monumento.

Chamou se *S. Vicente de Fóra*, por ficar fóra dos muros da cidade mourisca, os unicos que então cercavam Lisboa.

—

Havia aqui proximo duas freguezias — a de *S. Thomé* (vulgo, S. Thomé do Castello) fundada pelo rei D. Diniz, em 1320; era situada no pequeno largo que fica entre a travessa de S. Thomé e as escadinhas do mesmo nome; e foi demolida em 1837 — e a do *Salvador*, situada no largo do Salvador, entre as ruas da Regueira, Castello Picão, Salvador e Cruz do Mão.

Com estas duas freguezias unidas, se formou a actual freguezia de S. Vicente de Fóra, em 1837.

O edificio do mosteiro está actualmente constituido em residencia do sr. cardeal patriarcha e todas as repartições da camara ecclesiastica patriarchal estão aqui.

Tem uma boa quinta e bonito jardim.

No fim do claustro está o *pantheon* das pessoas reaes da casa de Bragança.

Desde 1860 até 1864, em quanto duraram as obras na Sé, esteve esta egreja servindo de Sé patriarchal.—Tem 4:000 almas.

De algumas egrejas e capellas de Lisboa, que não são matrizes, nem de mosteiros.

Annunciada

No largo d'este nome, proximo e ao NE. do passeio publico do Rocio, fundou uma preta chamada *Anna*, natural de Lisboa, em 1521, um recolhimento para beatas penitentes, sob a invocação de Sant'Anna, onde a mesma preta se recolheu com 14 mulheres, e ahi falleceu.

Em 1529, D. João III mudou para aqui as freiras do antigo mosteiro de Santo Antão (hoje chamado o *Colleginho*). Fernão Alvares d'Andrade, que morava proximo a este mosteiro, lhe deu muitas esmolas e quiz n'esta egreja ser sepultado, com sua mulher. (Vide adiante). Era um edificio pequeno e pobre, onde as freiras estavam faltas de commodos, pois ainda pouco se tinha augmentado a fundação da preta fundadora.

Em 1541, D. João III, mudou este mosteiro para junto do campo de Sant'Anna, onde existe.

No sitio onde existiu a antiga egreja de Sant'Anna, se está ha muitos annos construindo uma magnifica egreja de amplas dimensões e formosa cantaria, destinada a ser a egreja parochial da freguezia de S. José.

São as obras feitas á custa dos rendimentos da irmandade da confraria do Santissimo Sacramento, da freguezia de S. José; e como estes rendimentos, apesar de bons, não são sufficientes para o rapido desenvolvimento das obras, vão estas vagarosamente, empregando um numero diminuto de operarios, calculando restrictamente a despeza com a receita para isto applicada.

Um devoto lisbonense, da rua do Sol, ao Rato, fallecido em setembro de 1874 deixou 4:000$000 réis para estas obras.

O que está feito (metade, pouco mais ou menos da obra de canteiro) já nos leva a esperar grande perfeição e magnificencia n'este templo, que, concluido, será de certo um dos mais bellos da capital.

A capella-mór, com o retabulo, que era da antiga egreja dos jesuitas, hoje hospital de S. José, fica sumptuosissima. São magnificas as columnas *salomonicas*, de marmore vermelho, assim como o espaldar de marmore branco, de primorosa esculptura.

A imagem da *Gloria*, que hade ser collocada no alto do retabulo, é obra magnifica, do sr. Pedro dos Reis. A figura do *Padre Eterno*, em alto relevo, é obra de grande merecimento artistico, assim como a de Jesus Christo.

Estão aqui, para serem empregados n'esta egreja, muitos marmores e embutidos, que foram da egreja de Santo Antão e da capella da Estrella (que ha pouco se demoliu). Umas portas de primoroso lavor, que foram d'esta capella, vão ser empregadas na capella-mór da nova egreja.

Ha aqui um frontal de marmore preto, com embutidos de marmore amarello, que foi do altar da sachristia da egreja do mosteiro de S. Bento. É obra de grande valor. Veio da Italia, com outros objectos, que de lá mandou vir o marquez de Castello Rodrigo (o tristemente célebre D. Christovão de Moura) para a egreja benedictina, de que foi bemfeitor. Tem no centro (o frontal) o brazão do marquez, que são as armas dos Côrtes Reaes e Mouras.

Estava n'esta egreja tambem uma campa com 11 palmos de comprimento (2^m,42) e largura correspondente. Era da sepultura de Fernão Alvares d'Andrade, que foi thesoureiro-mór do reino, escrivão da fazenda de D. João III e do seu conselho. Tem esculpido o brazão dos Andrades, com grandes ornatos, lavrados com grande perfeição. É de marmore e tem a seguinte inscripção:

CAPELLA E SEPULTURA DE FERNÃO ALVARES DE ANDRADE, DO CONSELHO DE ELREI D. JOÃO O III, DESCENDENTE, EM LINHA DIREITA, DA NOBRE GERAÇÃO DOS CONDES DE ANDRADE, DE GALLIZA FALLECIDO EM MARÇO DE 1552—E DE D. ISABEL DE PAIVA, SUA MULHER, QUE FALLECEU EM MAIO DE 1530—E DE SEUS DESCENDENTES.

Esta campa está agora na egreja do Carmo, no museu archeologico, dos architectos civis.

Este Andrade foi um grande bemfeitor das freiras da Annunciada, como atraz fica dito,

e gastou uma parte da sua fortuna (que era grande) nos ornamentos da egreja, e em varias obras do mosteirinho. A abbadessa, em reconhecimento d'estes serviços, pediu licença a D. João III para doar a Andrade a capella-mór da egreja, a que o rei annuiu, e Andrade e sua mulher aqui vieram a ser sepultados.

Quando D. João III mudou as freiras da Annunciada para o mosteiro de Sant'Anna, ao campo do mesmo nome, em 1541, ou aqui ficaram algumas, que formaram convento, ou vieram de outra parte; porque a egreja subsistiu sempre, visto que n'ella se enterrou Andrade d'ahi a 11 annos, e que este mesmo fidalgo continuou a ser o bemfeitor do convento da Annunciada.

Ha confusão (e contradições) nos escriptores que tratam d'este convento. Eu supponho—mas não assevero—que Andrade, tendo devoção com este mosteiro, ainda depois das freiras hirem para Sant'Anna e desejando que o convento não ficasse deserto, o ampliou e reconstruiu, de modo a poder conter uma communidade, e que, ou com as religiosas que ficaram, ou com outras, constituiu convento.

O que é certo é que, no 1.º de novembro de 1755, existiam aqui freiras. O terramoto d'esse infausto dia, destruiu a egreja e o mosteiro, e as freiras passaram para o convento de Santa Joanna, a Santa Martha. A egreja ficou em ruinas, e com a nova planta de Lisboa, o sitio occupado com o edificio do mosteiro, foi occupado por predios particulares.

Em 1793, se projectou erigir no local da antiga egreja, a matriz da freguezia de S. José. O architecto Antonio Fernandes Rodrigues, fez um apparatoso risco, que se não executou por demandar grandes despezas. Fez-se pois um novo risco, que, não sendo tão custoso, é todavia sobremaneira bello.

—

Tendo fallado tanto de Fernão Alvares de Andrade, não devemos esquecer os seus filhos, entre os quaes ha alguns dignos de honrosa menção.

Teve dez filhos legitimos de sua unica mulher, D. Isabel de Paiva. Entre elles contam-se Francisco de Paiva d'Andrade, o famoso chronista — Diogo de Paiva d'Andrade, célebre theologo, e orador sagrado de grande nomeada — e Thomé de Paiva d'Andrade, conhecido na litteratura portugueza pelo seu nome de religião—frei Thomé de Jesus—o mavioso escriptor da bellissima obra — *Os Trabalhos de Jesus.*

Francisco d'Andrade escreveu a *Chronica de D. João III*, e é tambem auctor do poema, cujo assumpto é — O primeiro cêrco que os turcos pozeram á cidade de Diu. Ambas estas obras são muito estimadas.

Não se sabe quando nasceu, nem quando morreu. Suppõe-se que nasceu pelos annos de 1540 e que falleceu pelos de 1610.

Seu irmão Diogo, sabe-se que nasceu em 1528 e morreu em 1575. Foi sepultado na capella de S. Nicolau Tolentino, na egreja da Graça. Tinha 33 annos de idade quando foi mandado ao concilio de Trento, onde justificou a acertada escolha que d'elle se tinha feito para tão espinhosa missão, que desempenhou com geral agrasimento, pela vastidão dos seus conhecimentos. É um dos nossos melhores classicos.

Fr. Thomé de Jesus, acompanhando o mal aconselhado D. Sebastião, na segunda vez que foi á Africa, ficou captivo em Alcacer-Kibir, em 4 de agosto de 1578, e foi vendido a um habitante de Mequinez. Foi durante o seu captiveiro que compoz o precioso livro que o immortalisou. Morreu no captiveiro, em 17 de abril de 1582. Tinha nascido em 1529.

Francisco d'Andrade (o chronista) teve um filho chamado Diogo de Paiva d'Andrade (que alguns escriptores teem confundido com o tio do mesmo nome). E' este Diogo o auctor do *Casamento perfeito*. E' um dos nossos bons classicos, e discipulo de seu tio do mesmo nome.

Ainda outro filho de Fernão Alvares de Andrade, cujo nome se ignora, foi um bravissimo capitão da India, e morreu combatendo intrepidamente ao lado do seu rei, na infeliz jornada de Alcacer-Kibir, onde seu tio Fr. Thomé de Jesus ficou captivo.

Não ha outras memorias d'estes varões, por tantos motivos dignos da immortalidade.

Egreja de Santo Antonio da Sé

(vulgò — Real Casa de Santo Antonio)

Nada se sabe com certeza quanto á origem d'esta casa, como particular e de habitação: é porém de suppor que já existisse quando D. Affonso Henriques resgatou Lisboa do poder dos mouros, em 1147.

Sabe-se que era encostada, ou pelo menos muito proxima, á antiquissima porta da cidade, chamada *porta do ferro*, que depois veio a ter (a porta) uma capella de Nossa Senhora da Consolação.

A este sitio se dava o nome de *Pedreira da Sé.*

A biographia do nosso bemaventurado Santo Antonio vae na secção dos varões illustres nascidos em Lisboa. Aqui só fallarei do thaumaturgo por incidente.

N'esta casa residia Martim de Bulhões e sua mulher D. Thereza de Azevedo [1] quando em 6 de fevereiro de 1195 lhes nasceu um filho, que no mesmo dia foi baptisado na Sé de Lisboa, com o nome de *Fernando* que depois na profissão mudou para *Antonio*, e é o nosso popularissimo santo.

O pae de Santo Antonio foi enterrado no adro da egreja matriz de S. Mamede, que existiu onde agora está a meia laranja, em frente das casas dos srs. marquezes de Penafiel.

A mãe foi enterrada em S. Vicente de Fóra; mas depois (1431) foram seus ossos levados para a egreja de Santo Antonio, e estavam em uma capella do lado do Evangelho. Sendo destruido o corpo da egreja com o terramoto, perderam-se os ossos de D. Thereza. No seu tumulo havia uma inscripção, que vem no *Agiologio* de Jorge Cardoso.

Consta que o quarto em que elle viu a luz do dia, ficava por detraz do altar-mór da actual egreja, e tem-se como milagre que, destruindo o terramoto de 1755 toda a egreja, respeitasse a capella-mór e o logar onde nascera o santo. N'este logar se vê a seguinte inscripção:

NASCITUR. HAC. PARVA. UT. TRADUNT.
ANTONIUS. AEDE. QUEM. COELI. NOBIS.
ABSTULIT. ALMA. DOMUS.

(N'esta pequena casa, segundo a tradição, nasceu e habitou Antonio, cuja alma o céu nos roubou.)

—

Tambem se ignora o anno em que a casa de Santo Antonio foi convertida em egreja da sua invocação; apenas se sabe que já existia, concluida e exposta á veneração dos fieis e ao culto divino, em 1431 — e que o papa Eugenio IV, por uma bulla, datada de 9 das kalendas de fevereiro de 1433, isentou esta egreja da jurisdicção ordinaria, a pedido da camara de Lisboa, que foi a que mandou edificar esta egreja em honra de Santo Antonio.

Não se sabe se já em vida do pae de Santo Antonio esta casa era propriedade do municipio, ou se o veio a ser depois. E' certo que n'ella se estabeleceu a casa do senado da camara de Lisboa, e ahi estava no glorioso dia 1.º de dezembro de 1640, e d'aqui sahiram encorporados os vereadores com a bandeira da cidade, a unirem-se aos restauradores da nossa liberdade.

E' pois certo que ha mais de 500 annos é todo este edificio (egreja e dependencias — que estão soltas de outro qualquer edificio, e cercadas de ruas por todas as partes) propriedade da camara municipal de Lisboa, que é a unica administradora d'esta egreja.

Ou, porém, a casa onde viveram os paes

[1] Ha grandes duvidas sobre o nome da mulher de Martim de Bulhões. O padre Bayão e Braz d'Abreu lhe dão o nome de Thereza Taveira — o auctor do livrinho intitulado *Compendio della vita del glorioso thaumaturgo Santo Antonio de Padua*, lhe dá o nome de Maria Thereza Taveira. O fallecido bispo de Lamego, D. José de Moura Coutinho, nas suas *Obras genealogicas* (ineditas) obra de grande merecimento, diz que se chamava D. Thereza d'Azevedo, e que era neta de D. Soeiro d'Azevedo, que viveu e morreu em umas casas proximas e ao ONO. (nas trazeiras) da egreja de Santa Maria de Sobrado, concelho de Paiva. E é certo que é isto tradicional em Paiva, e ainda d'essas casas ha vestigios (de alicerces) que eu vi e examinei em 1862.

de Santo Antonio era muito vasta, ou a camara adquiriu alguma ou algumas propriedades contiguas, visto que este edificio estava dividido em egreja e suas dependencias e em casa do senado.

Quando D. Affonso V conquistou aos mouros as praças e cidades africanas de Tanger e Arzilla, em 1471, trouxe de lá umas portas de bronze, que eram de uma porta de Tanger e as deu a esta egreja. [1]

No mesmo anno, por contracto entre a camara e a duqueza de Borgonha, se estabeleceu n'esta egreja uma missa quotidiana por alma do infante D. Fernando, filho de D. João I, e irmão do rei D. Duarte, que tendo ficado em refens em Tanger, em 1434, lá morreu. (Seu corpo foi, em 1473, trocado por mouros captivos.)

D. João II e seu successor (primo e cunhado) D. Manuel, não só engrandeceram muito esta egreja, dando-lhe ricas alfaias e magnificos paramentos, mas lhe estabeleceram bons rendimentos, de maneira que chegou a ser o mais sumptuoso e rico templo de Lisboa.

Todos os reis de Portugal até D. Pedro II concorreram, mais ou menos, para o esplendor e riqueza d'esta egreja: mas o que a converteu em um dos mais sumptuosos templos da Europa foi D. João V.—De um relatorio publicado em 1727, pelo provedor da *casa de Santo Antonio*, o desembargador José Soares de Azevedo, consta ter-se gasto até junho de 1726 a quantia de 32 contos de réis.

Em 1728 se gastaram mais 3:718$320 réis em obras; e ainda em 1734 se pagaram mais algumas verbas que tinham ficado em divida.

O tecto e todo o corpo da egreja era forrado de preciosos marmores, com formosos embutidos de varias cores, feitos entre os annos 1722 e 1728.

Todos estes primores d'arte foram destruidos pelo terramoto de 1755, que não deixou pedra sobre pedra, á excepção (como já disse) da capella-mór, e do logar onde nasceu Santo Antonio.

—

O templo actual, construido depois do terramoto, é obra do architecto da cidade, o major Matheus Vicente; o mesmo que fez a basilica do *Coração de Jesus* (convento da Estrella).

A egreja é interiormente bem distribuida, muito clara e toda revestida de marmores. Tem quatro altares, e a capella-mór é bella e regular.

Esta reedificação concluiu-se em 1812, e custou mais de 300:000 cruzados (120 contos de réis).

N'esta egreja foi sepultado o célebre jurisconsulto Thomé Pinheiro da Veiga, que morreu em 1656. A pedra do seu sepulchro foi achada entre as ruinas do templo destruido em 1755, por J. J. da Costa de Macedo, que a deu á Academia Real das Sciencias de Lisboa, de que era secretario perpetuo.

—

Depois do terramoto de 1755, na propria egreja se fez uma barraca, que importou em 2:190$000 réis, e n'ella se celebraram os officios divinos pela primeira vez no 1.º de novembro de 1756.

Mandou-se fazer um novo orgão, que custou 448$000 réis. A administração da casa de Santo Antonio começou logo depois do terramoto a comprar alfaias de prata para o serviço do culto divino, e vendeu as que tirou do entulho. Só de 6 castiçaes de prata quebrados e de um frontal d'ouro e prata, apurou 1:871$000 réis.

Em 1780 estavam as obras já em meio, tudo á custa de esmolas. Do Ultramar vinha, para isto, muito dinheiro, e as esmolas recebidas á porta, pelos meninos do côro, rendiam uns annos por outros um conto de réis.

Os varios nichos de Santo Antonio que havia em varias partes, rendiam mais de 100$000 réis por anno (producto de esmólas) que tudo era applicado para estas obras.

Foi d'este modo que em poucos annos se

[1] Foi desde então que D. Affonso V se denominou—*Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além mar em Africa.*

Foi tambem por estas conquistas que ao mesmo rei se deu o cognome de—*africano.*

reedificou este templo com a magnificencia que hoje admiramos.

Ermida de Nossa Senhora da Caridade

(a Santos o Velho)

Foi fundada por D. Duarte d'Eça e Faria, filho de D. Antonio d'Eça, e neto de D. João d'Essa, governador das ilhas de Sofala. Era situada junto ao convento de Santa Brigida *(Inglezinhas)*. Foi destruida pelo terramoto de 1755.

Ermida de Nossa Senhora da Saude

(No largo da Mouraria)

Havendo em Lisboa (e em todo o reino) uma grande peste em 1505, os artilheiros da guarnição de Lisboa, erigiram á sua custa, fóra das portas da Mouraria (arco do Marquez de Alegrete) uma capella, dedicada a S. Sebastião, advogado contra a peste.

Em 7 de junho de 1569, principia em Lisboa outra grande peste, das mais atterradoras que a cidade tem experimentado.

Então muita gente recorreu com ardentes lagrimas e fervorosas preces á Santissima Virgem, protectora dos afflictos, e a peste desappareceu. Em testemunho de gratidão mandaram logo fazer uma imagem, da invocação de Nossa Senhora da Saude, para com ella fazerem uma esplendida procissão em acção de graças por ter cessado o dito flagello.

Teve logar a primeira procissão em uma quinta feira, 20 de abril de 1570, percorrendo com ella as principaes ruas da cidade, recolhendo depois a imagem na egreja dos meninos orphãos, onde foi collocada, para que todos os annos se fizesse a devota procissão. N'esta mesma egreja instituiram uma irmandade, com o titulo de Nossa Senhora da Saude, e aqui esteve por espaço de 91 annos.

Em 1661, por desintelligencias com os administradores da egreja dos orphãos, se resolveram a fazer capella propria.

Tendo os artilheiros, irmãos de S. Sebastião, noticia da resolução dos irmãos de Nossa Senhora da Saude, lhes offereceram a sua capella da Mouraria, e n'ella o altar para a Senhora; á que os irmãos d'ella annuiram, uma vez que a capella tomasse a invocação de Nossa Senhora da Saude, no que unanimemente se concordou; unindo-se as duas irmandades, e ficando os devotos sendo todos irmãos da Senhora e de S. Sebastião.

Em vista d'esta combinação, sahiu a Senhora, da egreja dos Orphãos, em solemne procissão, em uma quinta feira, 20 de abril de 1662, recolhendo-se á sua nova residencia e sendo collocada no altar-mór.

D'esta juncção se fez escriptura publica, que existe no cartorio da irmandade, com todas as condições do contracto, e foi approvada por bulla do pontifice Alexandre X.

Depois mandaram os irmãos fazer a Nossa Senhora um rico retabulo, com tribuna de talha dourada, em que a Senhora está collocada, em um throno, debaixo do docel, coberta com uma rica cortina, que só se abre aos sabbados, domingos e dias santificados.

O rosto da Senhora, que é bellissimo, infunde respeito e devoção, e a sua attitude de humildade (está com as mãos postas) ainda mais lhe attrahe a veneração publica.

O corpo da Senhora é de *roca*, e vestido com grande riqueza.

É esta imagem objecto de grande devoção de todas as pessoas religiosas de Lisboa, e a sua capella, por isso, muito frequentada sempre.

A procissão que ainda todos os annos lhe fazem os artilheiros, é das mais brilhantes de Lisboa e lhe fazem a guarda de honra todas as musicas e corpos da guarnição da capital.

Ermida de Nossa Senhora da Guia

Fica proxima á antecedente, e na rua da Mouraria, ao sahir do largo do mesmo nome.

Foi fundada pelos annos 1600, na rua da Palma. Era exactamente no logar onde hoje está a botica do sr. Rodrigues, na casa que faz esquina para a Rua Nova da Palma e Rua de S. Vicente, á Guia.

Quando se abriu a *Rua Nova da Palma* (actual) foi a ermida mudada para o si-

tio onde hoje está. Havia aqui uma antiquissima albergaria, que depois passou a ser um asylo para orphans, e ainda hoje é um recolhimento de meninas.

Capella de Nossa Senhora do Monte

(Antigamente—monte de S. Gens)

Foi esta formosa capella fundada logo depois de Lisboa ser resgatada do poder dos mouros, e mesmo no anno de 1147. Foi primeiro dedicada a S. Gens (primeiro ou segundo bispo de Lisboa) que n'este sitio tinha sido martyrisado, em 11 de outubro do anno 66 de Jesus Christo (imperando Nero) com seus companheiros, S. Placido e Santo Anastacio, e outros cujos nomes se perderam. [1]

Foram os frades gracianos, com esmolas do povo de Lisboa, que fundaram esta capella, e umas casas contiguas, para lhes servirem de hospicio. A sua primeira fundação foi ao fundo do monte que olha para O., no sitio depois chamado *Fornos do Tijolo*, ao pé do *almocabar* (cemiterio) dos mouros, e a este logar ainda até aos fins do seculo passado se dava por isso o nome de *Almocabar* e hoje *Olarias*.

(Vide *Almocabar*, a pag. 151 do 1.º volume).

Já aqui havia, ou uma capellinha, ou uma cadeira de pedra, em que S. Gens costumava prégar e ensinar a doutrina aos christãos, que já então por aqui havia.

S. Gens era natural de Lisboa, assim como a maior parte, ou todos, os seus companheiros de martyrio.

Aqui estiveram os religiosos agostinhos (gracianos) até 1243. Então, uma senhora, chamada D. Suzana, compadecida de ver os frades habitarem em um sitio baixo e doentio, sendo de mais a mais, n'esse tempo, muito distante da cidade, o que era incommodo para o povo que queria hir á doutrina e assistir aos officios divinos áquelle hospicio, fez — D. Suzana — doação aos frades, do monte de S. Gens, que lhe ficava eminente, e de todas as terras circumvisinhas, que eram d'ella. Para este sitio se passaram, edificando logo algumas cellas; mas, como o sitio era muito falto d'agua, e no inverno muito desabrido e exposto aos rigores dos ventos, que aqui são constantes e, ás vezes, furiosissimos, em razão da grande altura do monte, viviam os religiosos com muito incommodo alli, onde só residiram até 1271; mudando para um sitio mais ao SE., que então se chamava *Almofála* ou *Almafála*, e hoje *Graça*. (Vide *Almofala*, a pag. 152 do 1.º vol.—e convento da Graça, quando tratar dos conventos de Lisboa).

A cadeira de pedra, em que S. Gens se sentava a prégar aos christãos, que estava na capella primittiva, foi transportada para o alto do monte, onde se erigiu a segunda capella de S. Gens, e ainda lá está no alpendre da casa da Senhora do Monte.

N'esta capella é venerada uma devotissima imagem de Nossa Senhora, de muita antiguidade, e parece que já estava na capella primittiva.

A Senhora é de roca, tendo 1m40 de alto, e está com as mãos postas. É divinamente formosa, apesar da sua antiguidade.

Esta capella foi reedificada, com magnificencia, e ampliada, com esmolas do povo, sendo o seu mais fervoroso devoto e generoso subscriptor, Placido da Castanheira, contador-mór, que só elle concorreu com a maior parte das despezas da obra.

Varios reparos e concertos se teem feito a este venerando templosinho. Ainda em 1866, foi restaurada toda a capella, sendo o tecto pintado a fingir estuque apainelado e floreado, com tanto primor, que illude á primeira vista, julgando-se verdadeiro estuque.

Tambem então se restaurou um formoso presepe, que tem do lado esquerdo da entrada da porta principal.

Faz-se todos os annos uma festa muito concorrida.

[1] Esta data é a que lhe dá o *Anno Historico*; mas o *Sanctuario Marianno* diz que foram martyrisados no anno 353. Sendo assim, era imperador Diocleciano, ferocissimo perseguidor dos christãos, e seu legado na Lusitania, o sanguinario Daciano. Já se vê que ha aqui uma differença de 287 annos. É impossivel saber-se em qual das duas obras ha este anachronismo.

É o adro d'esta capella um dos mais deliciosos pontos de vista de Lisboa, que d'aqui se descobre quasi toda, assim como uma vasta extensão do Tejo, e muitas serras, planicies e povoações de ambas as suas margens.

Capella de Nossa Senhora da Oliveira

(ou *Santa Maria de Roque Amador*)

Este templo existiu até 1755, no adro da parochial egreja de S. Julião, para a parte do sul, sobre o chafariz que aqui havia, chamado dos *Cavallos* (por causa de dois cavallos de bronze que aqui estavam) e que era na celebrada *rua Nova dos Mercadores* ou de *El-Rei* (da qual já dei noticia; e que occupava antes do terramoto de 1755, com pouca differença, a rua ainda hoje chamada *Nova de El-Rei*—vulgo—*Capellistas*.)

Alguns tambem davam a esta capella a invocação de S. Gonçalo de Amarante, por estar primeiro a imagem d'este santo no altar-mór; mas que depois foi mudada para uma capella do lado da Epistola.

Foi fundada esta ermida pelos annos 1200, por Pedro Esteves e sua mulher, Clara Geraldes, naturaes de Guimarães, junto a uma grande oliveira que havia aqui, e da qual a Senhora tomou o nome.

Não se sabe com certeza a data da fundação, mas, segundo bem fundadas conjecturas, foi pelos annos 1300, reinando D. Diniz.

Os eremitas de Santa Maria de Roque-Amador (vulgo *Reclamador*) erigiram aqui um hospital, e d'esta circumstancia se deu á Senhora a denominação de Santa Maria de Roque Amador.

Parece que este sitio era, na data da fundação da capella, apenas povoado de oliveiras. O Tejo chegava n'esse tempo á egreja de Santa Justa e rufina, e cobrindo muitas vezes o Rocio, chegava á egreja de S. Domingos.

O hospital aqui fundado, se denominava de *Frei João*, que era um frade muito virtuoso, da ordem de Roque Amador, que, ou fundou o hospital, ou foi por muito tempo seu administrador.

—

Do Livro das *Memorias de El-Rei D. Diniz*, consta que, no anno de 1299, dera o rei, a mestre Julião, seu sobre-juiz, licença para ter um carniceiro nas casas de Lisboa, onde chamam a *Oliveira*, junto ao hospital de fr. João. — O mesmo titulo tem o hospital, nas memorias da Torre do Tombo.

—

A ordem de Roque Amador, teve principio em França, no anno de 1166.

O fim principal d'esta santa instituição era erigirem hospitaes para peregrinos. Os outros reis da christandade admittiram em seus reinos religiosos d'esta ordem, para a fundação de hospitaes, em que exercessem a sua caridade.

Em Portugal se fundaram muitos hospitaes d'esta religião; sendo o primeiro, na villa de Sóza (ou Souza) proximo a Vagos. (Vide *Soza*.)

Em 1495, era provedor d'este hospital (do da Rua Nova, de Lisboa) Pedro Nunes, escudeiro—em cuja presença Diogo Delgado, cavalleiro e commendador de Fontarcada, deu umas casas, de sua filha Catharina de Ollveira—na freguezia de S. Nicolau—por troca de um olival que estava junto da quinta de *Santa Maria dos Olivaes*, e diz a escriptura, ser feita dentro do hospital de Santa Maria da *Rocha Amador*, situado na freguezia de S. Gião (Julião.)

Esta ordem floresceu e foi muito respeitada até ao reinado de D. João II, sendo então supprimida, ou deixando de existir, sem se saber como nem porque.

—

Segundo a tradição, a origem da capella de Nossa Senhora da Oliveira foi a seguinte:

Quando viviam Pedro Esteves e sua mulher Clara Geraldes, no reinado de D. Sancho I, habitavam a propria casa em que depois se estabeleceu o hospital. Achando-se sem filhos, e ricos, queriam ter herdeiros aos seus bens, e recorreram á Santissima Virgem, que lhes concedeu uma filha, que estando já em edade de casar, falleceu de uma febre aguda.

Seus paes ficaram inconsolaveis e não ha-

via cousa que lhes alliviasse a dôr e as saudades.

Uma noite ouviram a campainha que n'aquelles tempos acompanhava os justiçados, grande tropel de gente e o pregoeiro que gritava: «Justiça que el-rei manda fazer n'esta mulher (nomeando a filha defunta de Pedro Esteves) por commetter adulterio contra seu marido.»

Levantou-se Esteves, e chegando á janella, viu que a padecente se parecia com sua filha. Era uma visão, que os advertia do que poderia acontecer á filha, se fosse viva.

Foi então que os dois conjuges decidiram dar toda a sua fazenda á Nossa Senhora, edificando em sua casa um hospital, que deram aos religiosos de Roque Amador.

—

Era a imagem d'esta Senhora, de grande formosura. Era de vestir (de roca) e tinha riquissimos vestidos. Tinha $1^{m},10$ de altura, e estava com as mãos postas, porque não tinha menino. Estava em uma rica tribuna, na capella-mór, e a egreja tinha duas capellas embutidas nas paredes. Todos os altares eram de rica talha dourada, e na egreja havia ricas pinturas. O altar do lado do Evangelho era dedicado a Jesus Christo crucificado e o outro a S. Gonçalo de Amarante.

Depois de ser pertença dos religiosos, passou a ser administrada esta casa pelos confeiteiros de Lisboa; mas não consta quando tomaram conta d'esta administração.

Os pescadores tambem lhe faziam umas grandes festas nas oitavas da Paschoa, Natal e Espirito Santo.

A festa dos confeiteiros era no dia da Natividade de Nossa Senhora, a 8 de setembro.

Tudo isto foi completamente destruido no 1.º de novembro de 1755, e não se tornou a reedificar.

Nicho de Santo Antonio da Mouraria

Antes do terramoto de 1755, havia em Lisboa varios nichos de Santo Antonio, e poucas ruas deixavam de os ter. Não ha porém noticia escripta senão d'este, da Mouraria.

Depois do terramoto só havia quatro, sendo este um d'elles.

As esmolas de todos estes nichos hiam para a *Real Casa de Santo Antonio.*

Em 1742 a 1743, foi este nicho (que era o principal e de mais devoção do povo) restaurado, gastando-se na sua talha, decoramento, pintura, azulejos e uma grade de ferro, 131$920 réis. As esmolas d'este nicho rendiam uns annos por outros 50$000 réis.

Nem o nicho nem o santo soffreram nada com o terramoto. É pois esta imagem ainda a antiga.

Em 1761, houve litigio sobre a casa da Mouraria, onde estava o nicho de Santo Antonio. O dono da casa queria a propriedade do nicho, que sempre tinha sido da casa de Santo Antonio da Sé; por isso a administração recebeu, como em deposito, as esmolas do nicho n'esse anno, as quaes montavam a 285$000 réis.

A administração da real casa de Santo Antonio venceu, continuando a receber as esmolas dos fieis, como sempre tinha recebido.

Capella de S. Chrispim e S. Chrispiniano, martyres

Não se sabe quando foi edificada esta capella; mas é muito antiga e suppõe-se fundação do seculo XIII. Antes de S. Vicente, martyr, eram estes santos os padroeiros de Lisboa. É administrada pelos sapateiros.

Está este templosinho situado na rua Nova de S. Mamede, junto ao sitio antigamente chamado *Portas d'Alfófa*, ou *do Castello.*

N'esta egreja está a imagem de *Nossa Senhora do Parto*, objecto de grande devoção das senhoras de Lisboa. É tambem antiquissima e muito formosa. É de vestir (de roca) e está com as mãos postas. Fazia-se-lhe antigamente uma grande festa na terceira oitava do Natal (dia dos Santos Innocentes).

Está collocada no meio do retabulo da capella-mór.

Capella de Nossa Senhora da Purificação

(Vulgò — da Escada)

É muito antiga, pois foi edificada durante o longo reinado de D. Affonso Henriques.

Alguns escriptores suppõem mesmo que foi fundação gothica.

O que é certo é ser muito mais antiga do que a egreja do mosteiro de S. Domingos, ao Rocio. Quando se edificou esta egreja, lhe ficou unida a capella da Senhora da Escada, da parte do Evangelho (ao N.) vindo a formar um conjuncto com a egreja, com a qual communica. Tem uma tribuna, da qual em outros tempos a familia real portugueza ouvia missa e assistia aos mais officios divinos. Isto é—a capella está hoje verdadeiramente constituida em tribuna, porque é tão elevada do nivel da egreja, que, por baixo d'ella (ermida) ha altares ao nivel do pavimento da egreja.

Além da communicação interior, tem serventia externa pelo atrio da egreja, por uma larga escada de 31 degraus, e é d'esta circumstancia que o povo lhe chamou Nossa Senhora da Escada.

Já no tempo do nosso primeiro rei, era esta Senhora famosa em toda a cidade e arredores, pelos muitos milagres que lhe attribuiam.

Os maritimos, sobre tudo, tinham com ella a mais particular devoção. O Tejo chegava então até á capella, e os navios aqui ancoravam, julgando-se seguros dos vendavaes, fundeando á vista da capella.

Ninguem sabe a origem d'esta imagem. Suppõe-se que appareceu n'este mesmo logar, onde estava escondida desde o anno 715. O primeiro titulo d'esta Senhora era *Santa Maria da Corredoira*, que devia ser o nome d'este sitio.

A sua festa era no dia da sua purificação (2 de fevereiro) e hia em procissão o senado e o cabido de Lisboa á sua casa.

Suppõe-se que, quando a familia real habitava nos proximos paços dos Estáos, era este templo capella real.

D. Affonso III, que tinha particular devoção com Nossa Senhora da Escada, e que foi o fundador do convento e egreja de S. Domingos, parece que foi o que mandou fazer a tribuna da capella.

Tambem era muito devoto d'esta Senhora o nosso D. João I, e por isso, a camara de Lisboa (talvez por sua ordem) instituiu-lhe uma festa, em acção de graças pela victoria d'Aljubarrota (14 de agosto de 1385) em dia de S. Jorge; na qual levavam a imagem d'este santo. Sahia a procissão da sua egreja de S. Jorge e terminava na casa da Senhora da Escada.

D. João I, recolhendo d'Alcochete a Lisboa, com a doença de que falleceu, antes de entrar no seu palacio, foi á capella da Escada, despedir-se de Nossa Senhora, tomar-lhe a benção e implorar-lhe a sua protecção, para a viagem á eternidade.

O usurpador Philippe II prohibiu esta festa e procissão, assim como a que se fazia em 14 de agosto de cada anno, na qual uma procissão de triumpho sahia da Sé e recolhia na egreja da Graça.

O rei D. Duarte, filho de D. João I, não se contentando com as obras que seu pae havia feito n'esta capella, mandou-a restaurar com grande magnificencia, dando-lhe uma esmola sufficiente para que uma alampada allumiasse a Senhora, perpetuamente, de dia e de noite.

Aqui veio o santo infante D. Fernando (irmão de D. Duarte, e que morreu no captiveiro em Mequinez) confessar-se e commungar, quando embarcou para a Africa; e d'aqui levantou ferro toda a armada, no dia 25 de julho de 1437, para conquistarem Tanger. [1]

D. Affonso V, dispondo-se a tomar Arzilla e Tanger, se foi primeiro offerecer a si e á sua armada, a esta Senhora, confessando-se e commungando aqui, na manhan de 15

[1] Esta expedição foi infeliz. Os infantes, D. Fernando e D. Henrique, cercados em Ceuta (que seu pae—D. João I—e elles haviam conquistado em 14 de agosto de 1415) por um formidavel exercito de mouros, e reduzidos á ultima miseria, pedem uma suspensão d'armas. D. Henrique vem a Portugal tratar da entrega de Ceuta, deixando seu irmão em refens. As côrtes (e o proprio infante captivo) oppõem-se á entrega da praça africana, e D. Fernando morre no captiveiro, regressando a Portugal apenas o seu cadaver, em 1473, por troca de mouros captivos.

de agosto de 1471, dando á vella na tarde d'esse mesmo dia. [1]

D. Manuel, expulsando do convento de S. Domingos todos os frades (mandando queimar vivos dois d'elles, mais culpados, no Rocio) por serem os influentes na morte de mais de 4:000 judeus, no dia 19 de abril de 1506; só exceptuou o religioso que tinha o encargo de tratar da capella de Nossa Senhora da Escada.

D. João III, estando o convento de S. Domingos muito arruinado com os terramotos de 1531, deu grandes esmolas para á sua reedificação, recommendando instantemente a capella da Senhora da Escada.

Muitos escriptores antigos dedicam extensas paginas á historia d'esta capella e aos louvores e milagres d'esta famosa imagem.

Capella de Nossa Senhora dos Remedios

(Em Alfama)

No principio da antiga rua chamada *das Portas da Cruz*, e hoje *rua dos Remedios*, freguezia de Santo Estevão, está a capella de Nossa Senhora dos Remedios, fundada em 1581, e dedicada ao Espirito Santo. Era a capella do hospital da mesma invocação.

Foi esta casa edificada pelos pescadores *do alto*, do bairro d'Alfama, instituindo uma irmandade, com tumba propria, para conduzir os confrades defuntos.

Esta irmandade tinha sido originariamente instituida na egreja matriz de S. Miguel d'Alfama, antes de haver misericordia em Lisboa, e em quanto os irmãos não construiram casa propria.

Por questões entre os irmãos e alguns clerigos da egreja, por causa de mesquinhos interesses, resolveram aquelles fundar uma capella que servisse de séde da irmandade. Escolheram o sitio onde termina a rua da Regueira (já então assim chamada) e principia a dos Remedios (então Portas da Cruz) e aqui edificaram uma formosa ermida, de boa e robusta fabrica, dedicando-a ao Espirito Santo, e obtendo da curia romana varias bullas de privilegios.

Permaneceu por muitos annos esta irmandade. Tinham uma tumba coberta de um rico panno de velludo preto, com barras e cruz de brocado de ouro, franjado do mesmo, e uma rica cruz, com manga, egual ao panno da tumba, com a divisa do Espirito Santo, que é uma pomba branca com as azas abertas, bordada no mesmo brocado, cercada de um resplendor de ouro.

Enterravam os irmãos e suas mulheres, filhos e filhas, emquanto viviam debaixo do patrio poder, sem o minimo interesse. Com a mesma caridade enterravam os criados e escravos dos irmãos.

Aos que eram pobres curavam caridosamente no seu hospital, e lhes davam—quando falleciam—sepultura e mortalha, mandando-lhes dizer certo numero de missas.

Erecta a Misericordia de Lisboa, perto d'esta capella (na actual egreja da Conceição Velha) a administração da Santa Casa pretendeu prohibir que a irmandade do Espirito Santo tivesse uma instituição da sua especie, e houve por isso uma renhida demanda, sustentando os irmãos do Espirito Santo a sua posse, auctorisada e protegida por provisões regias e bullas pontificias, e o seu direito, fundado, além d'isso, pela sua prioridade.

Terminou a demanda por uma escriptura de concerto feita em 12 d'agosto de 1602, na qual se estipulou que os pescadores enterrariam seus irmãos e familias; mas não pessoas estranhas.

Era então provedor da Misericordia o grande Mathias d'Albuquerque.

—

Quanto á invocação actual, de Nossa Senhora dos Remedios, que tem esta capella, diz o *Sanctuario Marianno* (Livro I, tit. 46) o seguinte:

«O que pude descobrir é que, n'aquella «egreja ha um poço, que fica em o canto «d'ella, ao entrar da porta principal, da

[1] Foi a terceira expedição contra a Africa. O rei foi feliz, tomando Arzilla e Tanger, praças de guerra do litoral, defendidas por fortes guarnições, e por grande numero de bocas de fogo. D'estas victorias proveio ao monarcha portuguez o cognome de *Africano*.

«parte esquerda. N'este dizem todos, por «tradição, que indo um trabalhador, ou ser«vente de pedreiro tirar agua para alguma «obra que na egreja se fazia, e que tirando «o caldeirão, tirára n'elle a santa imagem.

«Alvoroçado com o successo, chamou pe«los officiaes e estes pelo mestre, e que to«dos entenderam ser coisa milagrosa; e mui«to mais, por ser o poço baixinho (que se «tira d'elle agua com limitada corda) e ti«rando-se d'elle continuamente agua, nunca «fôra vista.

«Tambem se admiraram mais que estan«do esta santa imagem n'aquelle pôço, se «visse a pintura enxuta e sem lesão, o que «não podia ser senão por milagre, em uma «imagem de madeira e estofada» (vestida).

A fama d'este milagre correu em breve por toda a cidade, e muitos afflictos recorreram á Senhora, que, ouvindo as suas preces, deu *remedio* a seus males, pelo que lhe principiaram a dar o titulo de Nossa Senhora dos Remedios, que ficou.

A imagem que appareceu no poço, é pequenina (tem uns 30 centimetros de altura) é de vestir, mas o seu rosto de uma belleza adoravel. Está collocada sobre o sacrario em um throno, sob um docel, tudo adaptado á sua pequenez.

Diz a lenda que a senhora desapparecia ás vezes, e criam os devotos que ella ia acudir aos seus pescadores do alto, quando estavam em perigo, pelos vendavaes ou pelos chavecos africanos.

Para não deixar de haver sempre na capella uma imagem de Nossa Senhora dos Remedios (continua a lenda) mandaram os irmãos fazer outra, de maiores proporções, que está collocada no altar-mór. É tambem muito linda.

Os altares da capella (tres) são de rica talha dourada.

Capella e hospital de Nossa Senhora dà Victoria

(No fim da travessa da Victoria e junto á rua do Crucifixo)

Na *Caldeiraria*, junto ao *Poço do Chão* (diz-se em cima a que sitio se dava este nome) na freguezia de S. Nicolau, está uma bonita capella dedicada a Nossa Senhora da Victoria, cuja origem, segundo a tradição, é a seguinte:

Havia n'este sitio um hospital de mulheres incuraveis, dedicado a Santa Anna, e dependente do hospital real de Todos os Santos, por cujo provedor e irmãos corria a sua administração.

Entre as enfermas recolhidas n'este hospital (de Sant'Anna) havia uma velha, cega, muito devota de Nossa Senhora, e com esmolas que juntou lhe mandou fazer uma imagem (de róca) que collocou no altar do mesmo hospital, dando-lhe o titulo de Nossa Senhora da Victoria. O povo principiou a ter grande devoção com esta Senhora e a fazer-lhe uma sumptuosa festa, e instituindo-lhe uma confraria para perpetuar esta devoção. Esta confraria se constituiu em irmandade com seu competente compromisso, por escriptura publica, em 1530.

Desejavam os irmãos que a Senhora tivesse casa propria, e sabendo isto uma beata, da Terceira Ordem de S. Francisco, chamada Margarida Lourenço, moradora proximo e abaixo de S. Vicente de Fóra, entre as portas da Cruz, (actual rua dos Remedios) e o postigo do Arcebispo (Arco Pequeno) lhe offereceu as casas em que morava, que eram grandes, e uma boa cêrca, que lhe ficava unida, para que acabassem uma ermida que havia começado, e trazerem para ella a Senhora da Victoria. Fez logo de tudo doação á Senhora, por escriptura de 10 de julho de 1536, nas notas do tabellião Gaspar Gonçalves, tendo esta doação effeito por sua morte, e sob a condição de lhe mandarem os irmãos fazer um anniversario perpetuamente.

As casas e quinta doadas eram foreiras á Ordem de Malta, sendo então grão-prior o cardeal infante D. Henrique (depois rei) que negou licença para esta fundação.

Dizem outros que D. Henrique não negou esta licença, mas outra que Margarida Lourenço lhe pediu antes, para fazer nas mesmas suas casas e quinta uma

egreja de Nossa Senhora da Consolação, e um mosteiro de freiras annexo.

Quando Margarida Lourenço estava em artigos de morte, ratificou por testamento a doação que havia feito á Senhora, e deixando-lhe ainda mais outras peças e propriedades, e de tudo tomaram posse os irmãos da Senhora.

Sendo muita a distancia da *Caldeiraria*, ás casas doadas, e sendo os irmãos officiaes d'officio, e que tinham suas tendas n'aquelle districto, e juntamente a difficuldade da licença para a conclusão da capella começada por a doadora, resolveram entre si, em 1545, fazer uma supplica ao papa, para que lhes désse licença para venderem as casas e cêrca, e fazerem, com o preço da venda, outra egreja, junto ao hospital de Sant'Anna, onde a Senhora continuava a estar. O pontifice (Paulo III) lhes concedeu a licença impetrada.

No anno de 1550, venderam as casas, e com o preço d'ellas e esmolas dos irmãos se comprou o sitio escolhido, que eram duas moradas de casas junto ao hospital. Obtendo licença da administração do hospital de Todos os Santos, para aggregarem a si o hospital de Sant'Anna, obrigando-se a sustentar as mulheres incuraveis d'este, á custa das rendas da Senhora da Victoria; e por morte d'estas a conservarem sempre quatro mulheres pobres incuraveis. As rendas com que até então se sustentava este hospital, se encorporaram no hospital real de Todos os Santos, e os irmãos cumpriram sempre o promettido, á custa das rendas da Senhora, e supprindo com as suas esmolas ao que faltava.

Deu-se principio á nova egreja de Nossa Senhora da Victoria, em 1556.

Para ficarem isentos da parochia de S. Nicolau, fizeram um contracto com o prior e beneficiados, por escriptura publica, nas notas do tabellião, Sebastião Rodrigues, notario apostolico, em 17 de junho de 1556, pelo qual se obrigaram a dar-lhes todos os annos 3$000 réis; demittindo os priores, e beneficiados, por si e futuros tudo o que podessem haver da Senhora da Victoria; pelo que os irmãos ficaram livres para fazer todas as suas festas, sem dependencia da parochia.

Concluiu-se a egreja com muita magnificencia, e se lhe poz sobre a porta principal a inscripção seguinte:

SACRO TEMPLO DE NOSSA SENHORA DA VICTORIA
EDIFICADO EM 6 DIAS DO MEZ DE AGOSTO, ANNO
DE 1556.
EM TEMPO DO MUYTO PODEROSO REI D. JOÃO III.
D'ESTE NOME.

Os irmãos adornaram a sua egreja com retabulos e pinturas, e outras muitas custosas alfaias, calices, custodia e outras peças de prata.

Instituiram-se capellas pelos irmãos, e por outras pessoas nobres, particulares, pelo que se diziam aqui muitas missas, pelos seus capellães e por outros muitos clerigos seculares e regulares que aqui acharam tudo sempre prompto para a celebração do santo sacrificio da missa.

Tinha varios capellães, presididos por um capellão-mór, mas não rezavam em côro; porém diziam missas cantadas, com acompanhamento de orgão em todas as festas da Senhora (qualquer que fosse a sua invocação) e em todos os sabbados do anno.

Em 20 de dezembro de 1595, se fez um novo compromisso, que revogava ou modificava alguns dos artigos do primeiro. N'elle se determina que a festa principal da Senhora seja a 8 de setembro, dia da sua Natividade.—Que a festa da sua Purificação se fizesse a 2 de fevereiro (Candeias) em memoria de se ter instituido esta irmandade em egual dia do anno de 1530:—Tambem se estabeleceu que se fizessem com grande esplendor as festas da Semana Santa, desde domingo de Ramos até ao de Paschoa.

Bem assim ficou estabelecido que se celebrasse a festa do Natal de Jesus Christo, para a qual se construiu um bonito presepe.

Desde a construcção d'esta egreja se perdeu o antigo titulo do hospital (Sant'Anna e se denominou de Nossa Senhora da Victoria.

O governo d'esta casa estava nas mãos de 13 irmãos, a saber:—provedor, escrivão, thesoureiro, procurador e nove vogaes, todos eleitos por sortes.

Teem os irmãos muitos privilegios, graças e indulgencias; porque, desde o anno de 1561 se aggregaram ao hospital de *Sancti Spiritus in Saxia,* de Roma, e gosam por isto de todas as prerogativas, graças e privilegios do hospital romano; por bulla pontificia, expedida pelo papa Innocencio XII, que se guarda no archivo. Pagava-se todos os annos ao hospital de Roma dois escudos de oiro, em signal de sujeição e reconhecimento.

Em 1707 esteve aqui, por consentimento dos irmãos, estabelecida a parochia de S. Nicolau, emquanto duraram as obras da egreja matriz.

Foi grande devota d'esta senhora uma nobre donzella, chamada D. Joanna Vaz, dama da infanta D. Maria, filha do rei D. Manuel, e depois da rainha D. Catharina, mulher de D. João III, e deu a esta egreja uma reliquia do martyr S. Jorge (o cotovelo de um braço) que se guardou com grande estimação, junto com outras reliquias, em uma custodia de prata, na capella chamada—dos Cunhas.

Esta donzella foi célebre no seu tempo, não só pelas suas exemplares virtudes, mas tambem pela elegancia de estylo com que escrevia em portuguez e latim, e pela sua vasta sciencia dos classicos latinos, que traduzia com a maior facilidade e fidelidade.

—

D. João d'Austria (filho bastardo de Philippe IV) o mais famoso general castelhano d'aquelle tempo, entrou em Portugal pelo sul, invadindo o Alemtejo, em 1663, com um poderosissimo exercito, o maior que n'essa guerra se tinha organisado. Tomou a cidade d'Evora em 22 de maio, e d'alli fazia grandes hostilidades em todas as terras da provincia até Setubal, com a sua cavallaria, que era numerosissima.

N'estas afflicções todo o povo de Lisboa recorria a Deus e á Santissima Virgem, pedindo-lhes a victoria contra os castelhanos.

Fizeram-se muitas procissões publicas, em que levavam as imagens tidas por mais milagrosas.

Não eram menos patriotas os artistas, irmãos de Nossa Senhora da Victoria; pelo que a tiraram do seu altar, e collocando-a em um riquissimo andor a levaram em devota e sumptuosa procissão pela cidade. Ao recolher a procissão á sua egreja, chegou a faustosissima noticia de que o bravo D. Sancho Manuel (já então conde de Villa-Flor) tendo por chefe do estado maior o conde de Shomberg, sahira de Estremoz em demanda do inimigo, que se ia retirando para a raia com os grandes roubos que tinha feito em Portugal, se encontraram os dois exercitos nas planicies do Ameixial, em 8 de junho, obtendo os portuguezes uma das mais gloriosas victorias de que ha noticia nos fastos militares; escapando difficilmente e a unhas de cavallo, o general em chefe castelhano, mas ficando mortos ou prisioneiros a maior parte dos fidalgos que o acompanhavam. (Vide *Ameixial*, a pag 195 do 1.º volume.)

D. Affonso VI attribuiu o felicissimo feito d'esta campanha á protecção de Nossa Senhora da Victoria, pelo que se constituiu seu feudatario, offerecendo-lhe logo 4 arrobas de cera, e obrigando-se a continuar todos os annos com egual offerta, que passou aos seus successores.

Ha tambem n'esta capella a imagem de *Nossa Senhora da Lembrança,* em altar proprio, fundado por um devoto, que aqui instituiu uma capellania. São os caldeireiros que lhe fazem a festa e tratam do altar, que está com muita decencia e tem ricos ornamentos.

O terramoto do 1.º de novembro de 1755 arruinou muito esta egreja. Principiaram as obras de reedificação, mas foram tão vagarosas que só terminarám em 1824.

No hospital estão actualmente (1874) recolhidas 14 mulheres pobres e velhas.

—

Ermida de Nossa Senhora da Assumpção

(Na antiga rua da Prata)

No reinado de D. Manuel collocaram os *prateiros* (ourives de prata) de Lisboa, no seu arruamento, chamado—*rua dos Prateiros*, ou *da Prata*[1], um nicho com a imagem de Nossa Senhora da Assumpção, á qual faziam uma solemne festa em 15 d'agosto de cada anno, sendo então a rua ornada com varios altares de grande riqueza.

Quando se alargou a rua, projectaram todos os moradores d'ella de commum accordo, edificar á Senhora, em vez do nicho (que com o alargamento da rua tinha sido desfeito) uma boa capella magestosa e ornada a todo o custo.

Alguns annos decorreram, antes de pôrem em execução a projectada obra, até que em 1697 se deu principio á ermida, que ficava no meio da rua, na parede do lado do O.

Desde que se desmanchou o antigo nicho, até á conclusão da nova capella, esteve a imagem em casa de um prateiro da rua, com a maior devoção e reverencia.

Terminada a obra da capella, foi transferida para ella a imagem da Senhora, no proprio dia da sua Assumpção, com grande pompa e magnificencia, havendo á noite uma vistosa *encamisada* (cavalhada) de figuras com os attributos da Senhora.

[1] Esta rua era tão estreita que não podia passar por ella uma besta de carga, e tinham os seus moradores (por privilegio real) duas columnas, uma em cada extremidade da rua, e no centro d'ella, para impedirem o transito de béstas carregadas, pelo grande transtorno que causavam aos peões, que ficavam sem ter por onde passar.

No reinado de D. Affonso VI mandou a camara de Lisboa alargar a rua, ficando desde então até ao dia do terramoto de 1755 de fórma que podiam passar por ella tres carroças emparelhadas.

Esta rua foi quasi toda subvertida com o terramoto e não é facil designar hoje o logar que occupava; mas parece-me que estava situada pouco mais ou menos, em parte da actual travessa da Assumpção.

Redobrou a devoção do povo de Lisboa para com esta santa imagem, e a concorrencia dos fieis a implorarem da Senhora remedio para as suas afflicções e enfermidades era immensa.

A imagem da Senhora da Assumpção apenas tinha dois palmos (44 centimetros) de altura, mas era muito linda de rosto, sendo o corpo de vestir.

Capella, altar e imagem tudo foi devorado pelo terramoto, ficando-nos apenas por memoria de ter existido o nome de *travessa da Assumpção* que depois se deu áquelle sitio.

Egreja do Corpo Santo

(No largo do mesmo nome)

O largo do Corpo Santo, tambem antigamente chamado *largo do Corte Real*, porque pelos annos 1585, o traidor Christovão de Moura Corte Real, primeiro conde de Castello Rodrigo, por Philippe II, e primeiro marquez do mesmo titulo por Philippe III, aqui mandou edificar um vasto e sumptuoso palacio[1] está edificada a bonita egreja do Corpo Santo, que deu o nome á praça ou largo que lhe fica em frente.

Principiou esta egreja por uma capella dedicada a Nossa Senhora da Graça, muito antiga, e que se não sabe por quem nem quando foi fundada.[2] Subia-se para esta ermida por uma escada, de pedra, de 15 degraus, terminada superiormente por um pateo parapeitado, que servia de excellente pulpito.

O célebre padre Ignacio Martins, jesuita (vulgo—*mestre Ignacio*) auctor das *cartilhas* do seu nome) aqui prégava frequentes vezes aos moradores d'estes sitios, que eram, n'esse tempo, muitos estrangeiros (assim ca-

[1] Vide *Castello Rodrigo* no 2.º vol.—e *Palacio de Corte Real*, a pag. 125, 1.ª col. d'este.

[2] Sabe-se que foi antigamente egreja parochial, até 1412, em que a sede da freguezia se mudou para a egreja de S. Paulo, como se via de uma inscripção que estava na porta principal da egreja do Corpo Santo, que assim o declarava.

tholicos como herejes) muitos soldados, marinheiros e pescadores, isto por os annos de 1580 a 1590.

A Companhia de Jesus costumava aqui mandar, em todos os domingos de tarde, ensinar a doutrina christan a esta gente.

Os maritimos mandaram aqui collocar uma imagem de S. Frei Pedro Gonçalves, a que elles dão o nome de *Corpo Santo*, e os castelhanos *S. Thelmo*, e que é o primeiro advogado dos navegantes e de todos os que andam sobre as aguas do mar.

Como uma grande parte dos habitantes d'estes sitios eram marinheiros e pescadores, foi pouco e pouco perdendo a capella o seu antigo titulo de Nossa Senhora da Graça e denominando-se do Corpo Santo, porque agora é geralmente conhecida.

A S. Pedro Gonçalves e á Senhora da Graça se faziam antigamente pomposas festas, principalmente ao primeiro.

A Senhora da Graça tem 5m10 de alto, é muito formosa e de vestir. Tem o Menino Jesus nos braços.

Até 1755 foram administradores d'esta capella os pescadores do alto, do bairro da Pampulha, que formaram uma irmandade de Nossa Senhora da Graça, e faziam á sua custa os reparos da capella e as solemnidades religiosas dos dois padroeiros.

Esta capella tinha sido reedificada em 1594. Tinha grandes privilegios, e todos os moradores do sitio, desde a praia até ao largo, pagavam á Senhora certa pensão ou tributo; e tudo quanto no largo se expunha á venda, lhe pagava tambem uma pequena contribuição.

Arruinada com o terramoto, esteve esta egreja alguns annos desmantelada. Não pude saber se foi o povo, se foram os padres irlandezes (catholicos) que a reedificaram depois d'aquelle horroroso cataclismo, o que é certo é pertencer actualmente a estes padres. (Vide *Convento dos Irlandezes.*)

Egreja de Santa Luzia

(No largo do mesmo nome,
entre a rua do Limoeiro
e largo das Portas do Sol, na freguezia de
S. Thiago)

A primeira invocação d'esta egreja foi de S. Braz. É tão antiga a sua fundação que a sua data ainda não poude ser descoberta pelos nossos mais solicitos archeologos.

As mais antigas noticias certas, referem-se ao tempo em que esta egreja foi bailiado da Ordem de S. Affonso de Malta, no reinado de D. João III (entre os annos 1248 e 1279) passando depois a ser commenda da mesma ordem.

Nas suas frequentes reedificações perdeu quasi todos os vestigios da sua vetustez, sem adquirir belleza alguma architectonica: é porém notavel pelas antigas sepulturas reaes que encerra=São as de:

Fernando Affonso, cavalleiro do Templo, filho bastardo de D. Affonso III.

Esteve primeiramente enterrado no adro, sendo depois trasladado para dentro da egreja. Talvez que só pela circumstancia d'este individuo ser cavalleiro do Templo, dizem muitos que esta egreja foi dos Templarios.

Gil Affonso, cavalleiro da Ordem do Hospital (S. João de Jerusalem ou Malta), bailio da egreja de S. Braz, tambem filho bastardo do mesmo rei.

Frei Lourenço Gil, freire da referida ordem, commendador de S. Braz, e filho do bailio Gil Affonso, o 2.º nomeado. Morreu em 31 de dezembro de 1346.

Além d'estas sepulturas, ainda aqui se veem outras, com brazões d'armas, grosseiramente esculpidas nas campas.

—

Não se sabe quando esta egreja deixou o seu antiquissimo orago (S. Braz) para tomar por padroeira a martyr Santa Luzia.

—

Ha ainda em Lisboa varias capellas publicas, que não menciono, por não terem cousa notavel, por não haver d'ellas esclarecimentos historicos e, finalmente, por não fazer esta secção mais extensa. Pelo mesmo motivo não fallo das particulares, nem de outras que já não existem.

Conventos de Lisboa

(De freiras)

1.º—*Commendadeiras de Santos*—da Or-

dem de S. Thiago. A origem d'este convento foi a seguinte:

No 1.º de outubro do anno 307 de Jesus Christo, o Tejo lançou á praia (por isso chamada de *Santos*) os corpos dos santos martyres Verissimo, Maximo e Julia, irmãos, e naturaes de Lisboa de paes nobres e ricos; mandados martyrisar por Publio Daciano, legado do cruel imperador Diocleciano.

Alguns escriptores dizem que estes santos foram martyrisados mesmo n'este sitio, e sepultados alli pelos christãos.

Os christãos, descobrindo os tres corpos na margem do rio, os enterraram no proprio sitio onde foram achados, ou um pouco mais acima, erigindo-lhe alli mesmo uma capellinha, que existiu até 1147; porque foi a unica que os mouros consentiram aos christãos por estes sitios, mediante um forte tributo annual.

—

Resgatada Lisboa do poder dos infieis, D. Affonso Henriques mandou logo edificar aos tres martyres uma egreja denominada de *Santos*, e a deu aos cavalleiros de S. Thiago da Espada.

Seu filho, D. Sancho I, lhes construiu um espaçoso mosteiro para sua residencia.

Dando D. Affonso III a estes cavalleiros as villas de Alcacer do Sal e Mértola, elles para lá se mudaram, ficando o convento de Santos para n'elle se recolherem as mulheres e familias (do sexo feminino) dos cavalleiros, quando estes andavam em campanha.

Depois, D. João II, em 1470, mandou fazer o convento actual das Commendadeiras, denominado de *Santos o Novo*, no *pateo das Commendadeiras*, na calçada da Cruz da Pedra, freguezia de Santa Engracia; mudando para aqui as *mulheres da obrigação* dos cavalleiros de S. Thiago, em 1475.

E' por isto que ao primeiro edificio se ficou chamando Santos o Velho, e ao segundo Santos o Novo.

O mesmo D. João II para aqui fez mudar as reliquias dos tres santos martyres, em 5 de setembro de 1490. Tinha este rei reparado a antiga egreja de Santos (o Velho) que em 1566 foi elevada a matriz da parochia do seu nome.

Algumas d'estas recolhidas professavam os mesmos votos dos cavalleiros. A primeira superiora d'estas senhoras, foi D. Sancha Martins, á qual deram o titulo de *commendadeira*, que depois se veiu a generalisar ás outras.

Esta senhora foi mais tarde canonisada.

O convento de Santos o Novo é vasto, com bons dormitorios, grande claustro e com 365 janellas. A primeira commendadeira d'este convento, foi D. Helena.

No grande portão da entrada está o brazão d'armas da Ordem de S. Thiago.

Este edificio está muito descurado e em breve cahirá em ruinas, se o não concertarem.

2.º—*Da Madre de Deus* (em Xabregas)—de freiras franciscanas. Foi fundado pela rainha D. Leonor, mulher de D. João II, e irman do rei D. Manuel, no anno de 1508, terminando as obras logo em 1509. A egreja é obra de D. João III.

Na claustra jaz a rainha fundadora, em sepultura rasa, á entrada do capitulo; e junto a ella, sua irman D. Isabel, duqueza de Bragança, mulher do duque D. Fernando.

D. Leonor, comprou, para a fundação d'este convento, umas casas aos herdeiros de Alvaro da Cunha.

Foi o papa Julio II que expediu o breve para a fundação d'este mosteiro.

A communidade foi fundada com sete religiosas da mesma ordem, que vieram de Setubal.

Eram padroeiros do mosteiro, os reis de Portugal.

D'este convento foram oito religiosas fundar o de franciscanas de Faro, em 1541—em 1545, foram tambem d'aqui freiras fundar o convento da Piedade a Valladolid—e em 1581, foram outras freiras d'este mosteiro fundar a communidade do de Sacavem.

3.º—*De Santa Clara*—freiras franciscanas. Foi fundado por quatro damas da primeira nobreza de Portugal, eram—D. Ignez Fernando, mulher de D. Vivaldo de Pandulfo, ella asturiana e elle genovez—D. Maria Martins—D. Maria Domingas, viuva de

Durão Martins de Parada, mordomo-mór de D. Diniz e rico-homem — e D. Clara Annes Soares.

Foi principiado pelos annos de 1288, no sitio onde hoje é a egreja do convento da Trindade, no largo do mesmo nome, o primeiro á direita na rua larga de S. Roque, hindo do Loreto. Por um sonho de Ignez Fernandes, se mudou para o sitio onde hoje está. (Vide Campo de Santa Clara).

Foi fundado em uma quinta de Gonçalo Peres Dentudo, que D. Ignez lhe comprou. Concluiu-se em 1292.

Chegou a ter 230 freiras.

Este convento tinha grandes isenções e privilegios, dados pelos reis e pelos papas, e era um rico mosteiro. Tinham o senhorio de *Penella*, e de *Sorrilhos*, muitos foros e juros.

Além das freiras, teve 30 pupillas e noviças, 10 seculares, 30 creadas de numero (da communidade) e 440 de particulares. No pateo havia 44 *servilhêtas* (serventes). Tinham dois confessores, um capellão e um feitor, todos frades e quatro *donatos* para os servir, e um para a sachristia.

A egreja, que é vasta, tinha ricos paramentos.

4.º—*Do Salvador*—de freiras dominicas. Foi fundado por D. João I, em 1391. Concluiu-o a rainha D. Leonor, mulher de D. João II, em 1460. Foi reedificado em 1762. É no largo do Salvador. Houve aqui uma antiga irmandade do Santissimo, que hoje se acha reunida á de S. Vicente de Fóra.

5.º—*Da Rosa*—de freiras dominicas. Foi fundado por Luiz de Brito (morgado de S. Lourenço de Lisboa, e de Santo Estevão de Beja) e sua segunda mulher, D. Joanna de Athaide. Principiou a fundação em 1519.

Chegou a ter 145 freiras, fóra grande numero de noviças, pupillas, seculares e creadas.

6.º—*De Sant'Anna*—de freiras franciscanas. Já disse na *Annunciada* quando, como e onde teve principio este convento.

D. João III mudou para aqui as religiosas em 1541.

É na rua chamada mesmo *do Convento de Sant'Anna*, junto ao campo do mesmo nome.

Na egreja d'este mosteiro estiveram muitos annos esquecidos os ossos do immortal Luiz de Camões.

7.º—*De Santa Martha*—de franciscanas. —O rei D. Sebastião fundou aqui um recolhimento, pelos annos de 1576, para asylo das filhas dos seus creados, que ficaram orphans, por causa da peste que lhes matára seus paes.

Em 1583 passou a ser de freiras franciscanas.

8.º—*De Andaluz*—de freiras dominicas. Foi fundado em 1699. É logo acima do antecedente.

9.º—*Francezinhas*—capuchas franciscanas. Foi fundado pela rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia, mulher de D. Affonso VI e de seu irmão, D. Pedro II, em 1667. É na calçada da Estrella.

A rainha trouxe de Paris, em 1666 estas freiras (eram quatro) que estiveram, emquanto não tinham casa propria, hospedadas no convento das flamengas, em Alcantara, e no anno seguinte, no da Esperança. D'aqui, acompanhadas pelos principaes senhores da côrte, foram para S. Bento, onde o cabido as esperava.

Na procissão ia cada freira com um crucifixo na mão, e uma corôa de espinhos na cabeça.

10.º—*De Santa Brisida*—freiras inglezinhas (tambem antigamente chamado do *Mocombo)*. Foi fundado por D. Izabel de Azevedo. Lançou-se-lhe a primeira pedra a 4 de maio de 1594. A egreja ardeu em 17 de agosto de 1651, e a 2 de outubro do mesmo anno se lançou a primeira pedra da nova egreja, que se concluiu em 1656.

A origem d'este convento é ingleza. Foi o rei da Gran-Bretanha, Henrique V, que o fundou. Henrique VIII destruiu e supprimiu todos os conventos, pelo que os frades e freiras fugiram para os reinos catholicos.

A rainha Maria o tornou a levantar; mas a rainha Izabel o tornou a destruir, apropriando-se das suas grandes rendas, que sustentavam 60 freiras, 25 frades, e todo o pessoal preciso para o culto divino, e para o serviço do mosteiro.

Fugiram então estas freiras em communidade para Flandres, e depois para França. Em 37 annos mudaram-se 70 vezes.

Vieram para Lisboa no principio de 1594 para umas casas que lhe deu a dita Izabel d'Azevedo, e as obras necessarias para o mosteiro principiaram logo.

Quando o convento se reedificou, depois do incendio, concorreu com avultadas esmólas Ruy Correia Lucas e sua mulher D. Milicia, que por isso ficaram padroeiros do mosteiro.

Philippe II deu ao convento 2$000 réis diarios e 12 moios de trigo annuaes, pago tudo pelas lezirias de Santarem, o que junto ás rendas dos predios que possuiam, andava por 5:000 cruzados (2:000$000 réis) de rendimento annual.

Eram 15 as freiras inglezas que vieram para Lisboa. Traziam tres padres e um noviço da sua ordem.

Perto d'este convento estava a capella de Nossa Senhora da Caridade.

11.º—*Da Esperança*, ou *da Conceição*—freiras franciscanas, na rua da Esperança, freguezia de Santos-o-Velho. Foi fundado em 1530, por D. Izebel de Mendanha, que por sua morte lhe deixou a maior parte das suas fazendas.

Do convento da Conceição, do Funchal, vieram nove freiras para esta fundação, e duas do convento de Santa Clara de Santarem.

Chegou a ter 60 religiosas, quasi todas fidalgas. Tinha boas rendas.

12.º—*De Nossa Senhora de Nazareth*—de freiras bernardas (recolétas). Foi fundado em 1653, com varias esmólas de devotos, a instancias de frei Vivaldo de Vasconcellos, monge do convento de Tarouca, e com licença de D. João IV, do cabido e da ordem.

Já aqui havia um recolhimento de mulheres penitentes, em umas casas que lhes deu sua proprietaria, Maria da Cruz.

As fundadoras da communidade vieram de S. Bento, d'Evora.

13.º—*Do Mocambo*—freiras trinas descalças. Foi fundado por Cornelio Wandali e sua mulher Martha de Bós (flamengos) em 1661, sendo papa Alexandre X, no reinado de D. Affonso VI, e durante a regencia de sua mãe, a rainha D. Luiza de Gusmão.

14.º—*De Santo Alberto*—de freiras carmelitas descalças (na rua das Janellas Verdes). Foi fundado pelo cardeal Alberto (proximo do convento dos *mariannos*) em 1584.

As freiras fundadoras vieram do convento de Sevilha e eram todas discipulas de Santa Thereza. Tinham 1:600$000 réis de renda annual.

15.º—*Do Sacramento*—freiras dominicas (logo adiante de S. João de Deus). Foi fundado por D. Luiz de Portugal, conde do Vimioso e por sua mulher, a condessa D. Joanna de Castro e Mendonça, irman do conde de Basto, D. Diogo de Castro.

Lançou-se-lhe a primeira pedra, em 7 de janeiro de 1612.

Tinha 2:000$000 réis de rendimento annual.

16.º—*Da Porciuncula*—de capuchinhas francezas, da provincia da Bretanha (França). A duqueza de Aveiro, D. Maria, com permissão de D. João IV, deu o terreno para a construcção d'este mosteiro, em 11 de agosto de 1647.

Teve sempre poucas religiosas. Não tinha padroeiro, nem rendimento certo. A cêrca era junto á casa dos condes de Villa Nova de Portimão.

17.º—*Monicas*—convento de freiras franciscanas, fundado com esmolas do povo, em 1586.—É hoje casa de correcção.

Frades

1.º—*Graça*—religiosos eremitas de Santo Agostinho, no sitio chamado *Almafala* ou *Almofala*. Foi primeiramente fundado junto ao *almocavar* (cemiterio) mourisco, proximo ás Olarias e depois no monte de S. Gens. (Vide capella de Nossa Senhora do Monte).

Em 1271, foi este mosteiro mudado para o sitio onde hoje está, á custa do povo de Lisboa e de D. Affonso III. Até 1305 se chamou convento de Santo Agostinho, e desde então, da Graça.

A egreja antiga cahiu e a nova foi fundada por frei Luiz de Montoya (reformador da

ordem) lançando-lhe a primeira pedra o bispo D. frei Ambrosio Brandão, em 9 de março de 1556, concluindo-se 1565. Custou esta egreja setenta e tantos mil cruzados. (Mais de 28:000$000 réis).

A egreja é sumptuosissima e dos melhores templos de Lisboa e de todo o reino. Tem cinco naves. Tem 133 palmos de largura (29^m,26) — e 275 (60^m,50) de comprimento. Tem tres portas principaes.

A capella em que está o Santissimo Sacramento tem 25 palmos de comprido (5^m,50) e 16 de largo (3^m,52).

Está n'esta egreja um devoto crucifixo, que, segundo a lenda popular, foi dado ao padre Montoya, pelos anjos.

Tem no côro tres orgãos, um dos quaes é dos melhores de Portugal.

A sachristia é grandiosa, bem como o Sanctuario, que contém muitas reliquias.

O claustro é de tres andares e do ultimo se descobre a barra e grande extensão do Tejo.

Os rendimentos d'este mosteiro excediam a 40:000 crusados (16:000$000 réis) além de muitos foros de trigo e cevada, da cêrca, das quintas da Portella, de Santa Catharina de Riba Mar, da de Aldeia Gallega do Riba Tejo, de Caparica e de Alhos Vedros.

Os frades d'este convento foram geralmente respeitados pelas suas virtudes e illustração.

Tanto a egreja como o edificio do mosteiro, soffreram muito com o terramoto de 1755, sendo a egreja reconstruida no fim do seculo XVIII, com a grandeza e magnificencia que hoje alli se admira, sendo um dos templos mais claros e alegres de Lisboa.

É n'esta egreja a capella em que está a popularissima imagem do

Senhor dos Passos, da Graça

Descreverei resumidamente a lenda maravilhosa d'esta devotissima imagem, famosa pelos grandes e numerosissimos milagres que lhe attribuem, e pela geral e indelevel devoção que lhe consagra todo o reino e em especial os habitantes de Lisboa.

É a seguinte:

Pelos annos de 1585, vivia em Lisboa um pintor de pouco merito na sua arte, chamado Luiz Alvares de Andrade (talvez filho ou neto de Fernão Alvares de Andrade. Vide Annunciada, n'este artigo de Lisboa.)

Principiou Luiz Alvares a fazer-se conhecido pela sua devoção em collocar retabulos das almas do purgatorio, já pintados em madeira, já em azulejos, pelas ruas da cidade, para sollicitar as orações dos fieis em beneficio dos que soffriam as penas do purgatorio.

Sabendo que na Hespanha se faziam procissões na quaresma, representando os passos da paixão de Jesus Christo, pediu ás auctoridades ecclesiasticas que entre os portuguezes fosse tambem instituida aquella piedosa e commovente devoção.

Havia no claustro do mosteiro de S. Roque, uma capella da invocação da Santissima Cruz, e n'ella se juntavam alguns mancebos devotos, na maior parte artistas, que frequentavam muito os sacramentos da confissão e communhão.

Entre elles se distinguia pelo seu fervor, o nosso Luiz Alvares de Andrade, que persuadiu os mais a formarem uma confraria da Santissima Cruz; mas os frades (aos quaes se deu parte d'esta resolução) responderam que na egreja não havia altar disponivel, nem casa para as reuniões dos confrades; pelo que era melhor erigirem a confraria em outra egreja.

Foram os mancebos ter com os religiosos gracianos, que de boa vontade lhes deram a capella do cruseiro, do lado da Epistola, e alli se estabeleceu a confraria, que ainda existe e progride, com o mesmo fervor dos seus fundadores.

Foi talvez a circumstancia da negativa dos padres jesuitas de S. Roque, e a facil acquiesciencia dos gracianos, n'esta materia, que deu origem á lenda que diz que:

Á casa professa de S. Roque chegou um peregrino (outros dizem um frade) a pedir agasalho, que não recebeu dos padres, por ser a horas em que a regra da ordem não permittia a entrada a pessoas alheias á communidade. Expulso assim, pelos jesuitas, o peregrino se foi em busca de outro conven-

to mais hospitaleiro; e chegando ao da Graça, alli foi recebido e agasalhado com deferencia e caridade.

Esteve aqui o peregrino cinco dias recolhido, e, no fim d'elles, desappareceu, sem que os frades podessem saber como, achando em seu logar uma imagem de Jesus Christo, representando o passo doloroso, da sua hida para o Calvario.

Segundo a mesma lenda, d'aqui nasceu a devoção do Senhor dos Passos da Graça; recebendo os religiosos um grande premio da sua caridade para com o peregrino, não só na grande fama e concorrencia que o Senhor dos Passos attrahiu á sua egreja, como do grande valor das continuas e avultadas esmolas que offereciam á egreja.

Até aqui a lenda: a historia porém é a seguinte:

Viera por esse tempo a Lisboa, offerecer os productos da sua arte, um esculptor italiano, cujo nome se ignora.

Luiz Alvares de Andrade lhe comprou uma cabeça de Jesus Christo, por tres crusados, e a foi offerecer aos padres de S. Roque, para com ella formarem a confraria dos Passos, o que elles regeitaram. Alvares foi fazer a mesma proposta aos gracianos, que promptamente a acceitaram. Organisaram (de roca) e vestiram a imagem, colloçando-a no altar que lhe destinaram e onde hoje a vemos, erigindo-lhe irmandade, na qual se inscreveu a familia real e a mais alta nobreza d'este reino.

Vendo os jesuitas a grande devoção creada por a imagem do Senhor dos Passos da Graça, e, sobre tudo, as grandes esmolas e offertas que a egreja recebia, moveram demanda aos gracianos, fundando-se em um pretendido direito de prioridade á imagem por lhes ter sido offerecida em primeiro logar. [1]

Debatida a questão nos tribunaes, foi resolvido que ficassem os gracianos na posse da imagem, sob a condição de — na vigilia da segunda sexta-feira de quaresma, viesse a S. Roque, ficando a pertencer-lhe se pernoitasse n'este templo além de sexta-feira.

Desde 1578 se tem feito esta devotissima procissão até aos nossos dias, quaesquer que sejam as circumstancias em que se ache a cidade de Lisboa, e sempre com o cuidado de não deixarem a imagem em S. Roque, além do termo da *prescripção*.

—

Alguns escriptores dizem que a irmandade dos Passos da Graça, não foi a primeira d'esta invocação, em Lisboa. Que, muito antes, ja havia na egreja dos Martyres uma irmandade com este titulo, que possuia uma imagem, tambem de roca, de Jesus Christo com a cruz ás costas.

Que havendo, em 1679, obras na egreja dos Martyres, um rapaz achou na sachristia da egreja, guardadas em um sacco, a cabeça, mãos e pés do Senhor dos Passos, furtou o sacco e o seu contheudo, que vendeu a Luiz Simões de Azevedo, escrivão dos armazens, o qual, em 1723, deu a imagem aos frades agostinhos descalços, da Bôa-Hora, onde se expôz á veneração dos fieis.

A irmandade do Senhor dos Passos, dos Martyres, tentou um pleito, por isto, aos frades da Bôa-Hora, cujo resultado nos é desconhecido.

—

Ha tambem uma tradição, segundo a qual, a antiga imagem do Senhor dos Passos da Graça (a comprada por Luiz Alvares de Andrade) é a da egreja das Monicas; porque a irmandade para alli a mandou, antes do terramoto de 1755, dando certa quantia ás freiras, para lhe terem sempre uma alampada accesa.

Diz-se tambem que, sendo a imagem primittiva de tôsca esculptura, a irmandade

[1] Se a historia do Senhor dos Passos fosse exactamente como se conta, era impossivel que os jesuitas (que eram, no geral, muito illustrados) se atrevessem a allegar direitos a um objecto a que não podiam ter nenhum, e a sujeitarem-se a uma infallivel sentença condemnatoria. Parece-me mais acreditavel que Luiz Alvares, depois de ter offerecido a imagem aos jesuitas, *reconsiderasse*, e ou por suggestões dos gracianos, ou por vontade propria, a fosse offerecer a estes. E tanto que os gracianos acharam algum direito aos padres de S. Roque, pois fizeram com elles uma concordata.

do Senhor dos Passos da Graça decidira mandar fazer uma nova e mais aperfeiçoada imagem, e por isso dera ás Monicas a antiga; que, effectivamente, é de esculptura grosseira, quer fosse ou deixasse de ser a primeira da Graça.

Não ha porém nada escripto, nem mesmo tradição que prove satisfatoriamente esta dadiva e substituição.

No infausto dia 1.º de novembro de 1755, ficou a imagem do Senhor dos Passos sepultada nas ruinas da egreja; mas foi achada inteira e sem lesão, sendo logo exposta ao culto do povo, por diligencias do bispo do Porto, D. Frei Antonio de Sousa, dos religiosos do mosteiro e dos irmãos.

—

Para a capella do Senhor dos Passos se sobem dois lanços de degraus, ficando-lhe por baixo, e ao nivel do pavimento da egreja, a *casa dos milagres*, onde estão varios retabulos contendo, pintados, os muitos que o Senhor tem feito aos devotos que a elle reecorrem nas suas attribulações.

A santa imagem está collocada em um vasto *camarim*, luxuosamente ornamentado, tendo duas entradas.

Contigua ao camarim do Senhor, ha uma sala, com duas janellas, tendo no vão uma imagem de Nossa Senhora das Dores, de primorosa esculptura: sendo as paredes ornadas com seis quadros, de magnifica pintura, representando scenas da vida de Jesus Christo.

Ao fundo d'esta sala, ha outra com arcazes, onde se guardam os paramentos da irmandade, e seguindo d'ella (da sala) se vae para as outras officinas dos irmãos.

—

Todos os nossos reis da dynastia de Bragança teem tido grande devoção com o Senhor dos Passos da Graça, de que foram irmãos.

D. João V, deu ao Senhor um magnifico resplendor de oiro.

D. José I (filho do antecedente) deu grandes esmolas para a reconstrucção da egreja e mosteiro que o terramoto de 1755 arruinára; e todas as vezes que hia visitar o Senhor (que era com frequencia) lhe fazia valiosas offertas.

D. Maria I, filha de D. João V, tinha, como seu pae, grande devoção com o Senhor dos Passos da Graça, que tambem visitava a miudo, dando-lhe, sempre que aqui vinha, avultadas esmolas.

O santo padre Innocencio XII, concedeu, pelos annos de 1695, muitas graças, indulgencias e privilegios a esta irmandade.

—

Muitas maravilhas de pintura, esculptura e architectura se admiram n'esta formosa egreja, já dadivas dos nossos reis e familia real, já de devotos particulares, já dos religiosos do mosteiro e já finalmente dos irmãos do Senhor dos Passos, cuja descripção se tornaria forçosamente longa; pelo que me abstenho de a fazer; limitando-me a mencionar os *passos* percorridos pela procissão.

É geralmente conhecida a procissão dos Passos da Graça, que todos os annos, e em sexta-feira de Passos, percorre varias ruas da capital. São sete os *passos*, onde a procissão faz as suas estações.

1.º—Dentro da egreja de S. Roque, em um altar armado para esse fim, do lado do Evangelho, representando *Jesus Christo sentenciado á morte, tomando a cruz, no pretorio, para caminhar ao Calvario.*

2.º—É portatil.—Arma-se agora em uma das portas da egreja da Encarnação. (Antes de 1834, era permanente, no sitio onde hoje é o pequeno jardim do largo de S. Roque.) Representa *Jesus Christo cahido sob o peso da Cruz.*

3.º—Permanente. Está, desde tempo immemorevl, n'um predio edificio da casa dos srs. duques do Cadaval, ao Rocio.

(O chefe d'esta nobilissima casa, não permittiu, quando se procedeu ao alinhamento da sua vasta e bella propriedade, que se tirasse o *Passo*, fazendo-se a obra de modo a conservar-se, e é um dos melhores que a irmandade possue.) Representa o *encontro de Jesus Christo com sua Santissima Mãe.*

4.º—É permanente e muito antigo (provavelmente edificado no principio da irmandade.) Está encostado á muralha de D. Fernando, ao sahir das portas da Mouraria (arco do marquez de Alegrete) e é o célebre

Passo do Boi Formoso, de que já tratei. Representa *Simão Cyreneu ajudando a levar a cruz a Jesus Christo.*

5.º—É permanente. Está na calçada de Santo André, passando o largo do Terreirinho. A sua architectura é em tudo similhante ao antecedente. Representa *Veronica limpando o rosto ensanguentado de Jesus Christo.*

6.º—É permanente. Está ao cimo da calçada de Santo André, junto ao arco do mesmo nome. Representa *Jesus Christo dizendo ás mulheres de Jerusalem que não chorassem por elle, mas sim por seus filhos.*

7.º—E ultimo—é dentro da egreja da Graça. Serviu por muitos annos o altar do lado do Evangelho; mas a irmandade construiu um formoso Calvario, que se arma na capella-mór e é a admiração de todas as pessoas que concorrem alli no tempo proprio —Representa *Jesus Christo crucificado, tendo a Santissima Virgem de um lado, e S. João Evangelista do outro, assistindo ao trespasse do Salvador.*

—

A mesa da irmandade, é composta dos membros seguintes:

Um provedor
Um escrivão
Um thesoureiro
Um fiscal
Um procurador
14 conselheiros
12 definidores.

—

Apesar de ter sido destruida pelo terramoto de 1755 uma grande parte do cartorio da irmandade, ainda se salvaram alguns documentos preciosos. Entre elles ha um bello livro manuscripto, em excellente bastardo, no qual, em cada uma das paginas, tem as assignaturas de todas as pessoas reaes, pela seguinte ordem:

D. José I
D. Marianna Victoria, sua mulher
D. Marianna d'Austria, mulher d'el-rei D. João V
D. Maria, princeza do Brasil
D. Marianna, infanta de Portugal
D. Maria Dorothea, idem
D. Pedro, infante de Portugal (depois III)
D. João, principe regente (depois VI)
D. Carlota Joaquina, sua mulher
D. Miguel seu filho (depois I)
D. Isabel Maria, filha de D. João VI, ainda viva.
D. Maria da Assumpção, tambem filha de D. João VI, fallecida em Santarem, a 6 de janeiro de 1834, de febre typhoide.

Denomina se este livro o dos *protectores*.

Tem a irmandade outro livro, encadernado em veludo encarnado, com as armas reaes bordadas a oiro, tendo uma das paginas, cercada de uma bonita tarja desenhada á penna, e no centro escripta uma provisão, datada do paço de Queluz, em 21 de setembro de 1829, pela qual o sr. D. Miguel I declara, como chefe supremo da nação, que acceita o cargo de provedor da irmandade; fazendo-se desde então representar pelo marquez de Bellas (avô do actual) mordomo-mór.

Desde 1834, passou a exercer o cargo de provedor, o marquez de Torres Novas,—seguiu-se o conde de Camaride—duque da Terceira—conde de Barbacêna—marquez de Vianna—duque de Saldanha—segunda vez o marquez de Vianna, que é o actual.

—

Em 1874 é a mesa da irmandade composta dos seguintes srs.:

Provedor—marquez de Vianna.
Escrivão—conde da Torre.
Thesoureiro—Joaquim José de Freitas.
Fiscal—D. José Maria Almeida Araujo Correia de Lacerda, deão dé Sé patriarchal.
Procurador—Carlos Esteves de Carvalho.

—

Ha ainda 14 conselheiros, quasi todos cavalheiros muito distinctos pela sua nobreza e illustração.

—

Ha tambem os logares de *aio* e *aia* da santa imagem.

O actual *aio* é o sr. cardeal patriarcha.

Aia é a sr.ª condessa da Torre, que d'esta fórma perpetúa a tradição constante da casa dos marquezes de Fronteira, onde, como vinculo de familia, ficou este cargo.

O aio tem obrigação de lavar e vestir a santa imagem, para sahir na procissão.

—

Possuia a irmandade muitos objectos de prata, de grande valor artistico e material, que, na sua maior parte, lhe foram roubados por Junot; e grandes rendas, muitas das quaes deixaram de existir desde 1834; mesmo assim, ainda tem o rendimento annual do capital de 50 contos de réis *nominaes*, em inscripções de assentamento, mas cujo juro não cobre a despeza.

São as joias dos irmãos, e muitas e boas esmolas que supprem a falta.

No edificio que foi mosteiro dos gracianos, é actualmente o quartel do regimento de infanteria n.º 5.

2.º—*De Xabregas* (Nossa Senhora de Jesus)—de frades franciscanos. Foram padroeiros d'este convento os condes de Athouguia.

Foi fundado com esmolas do povo, em 1455. Era a casa capitular da provincia do Algarve, que se dividiu a instancias de D. João III, em 1533, por breve do papa Clemente VII.

Este mosteiro foi vendido em hasta publica, depois de 1834, e está n'elle estabelecida a grande fabrica de tabacos, denominada *de Xabregas*.

3.º—*De S. Domingos*—de frades dominicos (ordem dos prégadores) junto ao largo do Rocio. Foi fundado por D. Sancho II, em 1241; mas a egreja foi edificada por D. Affonso III, pelos annos de 1253, dando então aos frades os chãos que cercavam o convento, que eram terras baldias e desaproveitadas, que só serviam para telheiros, fornos de tijolo e suas eiras ou *seccadoiros*.

Tinha regularmente 100 frades. D. João II tirou aos frades grande porção de terreno d'elles, ao SO. e O. da egreja (que elles não aproveitavam) para fundar o hospital de *Todos os Santos*, de que já tratei.

Ao lado direito da portaria do mosteiro, foi enterrado fr. Luiz de Granada, um dos bons mestres da lingua portugueza. Tinha nascido em Granada (Hespanha) d'onde lhe proveio o appellido. Foi confessor da rainha D. Catharina, mulher de D. João III, geral da ordem da Santissima Trindade, e foi nomeado por D. Sebastião I, bispo de Viseu; mas elle não acceitou. Tambem a avó d'este soberano o quiz fazer arcebispo de Braga; mas recusando-se tenazmente o virtuoso e modesto fr. Luiz, a rainha lhe ordenou que indicasse o que havia de ser arcebispo, e elle propoz o célebre D. Fr. Bartholomeu dos Martyres.

Fr. Luiz de Granada escreveu e publicou muitas obras theologicas, todas em castelhano, excepto a seguinte, que lhe grangeou a auctoridade de classico na litteratura portugueza; é o—*Compendio de doutrina christan, recopilado de diversos auctores, que d'esta materia escreveram.*

Foi impresso em Lisboa, em casa de Joannes Blauio d'Agrippina Colonia, em 1559.

Na sua sepultura se escreveu um epitaphio, que não transcrevo, não só por ser muito extenso, como por conter os factos da sua vida que ficam relatados. (Vide *Convento da Trindade.)*

A egreja de S. Domingos é a mais vasta, nobre e sumptuosa das que pertenceram a mosteiros em Lisboa. (Vide *Capella de Nossa Senhora da Escada* e *Egreja de Santa Justa.)*

Depois de 1834, foi a egreja de Santa Justa e Santa Rufina profanada, mudando-se para a egreja de S. Domingos a séde da antiga parochia.

O edificio do mosteiro foi vendido em hasta publica, e está hoje transformado em magnificos predios particulares.

4.º—*Santo Antão, o Velho (Colleginho)*—frades eremitas calçados de Santo Agostinho (gracianos)—no largo ainda chamado do *Colleginho*, na Mouraria.

Foi o primeiro convento que os jesuitas tiveram em Lisboa, e o fundaram no principio do seculo XVI. Parece que o conde de Soure, ou lhes deu o edificio para o collegio, ou concorreu muito para a sua construcção, pois que foi feito padroeiro do mosteiro.

Resolvendo os jesuitas fundar um collegio mais vasto e sumptuoso, proprio para ser a cabeça da sua ordem em Portugal, venderam este aos gracianos, que aqui se estabeleceram, pelos annos de 1600.

O terramoto de 1755 arrazou o edificio do mosteiro, escapando só a egreja, com pequenos estragos, que foram logo reparados; mas o mosteiro nunca mais se reconstruiu, e no logar onde estava fundado, se vêem hoje casas particulares. A egreja ainda existe.

5.º— *Santo Antão, o Novo* — (actual hospitál da Misericordia) jesuitas — na calçada ainda hoje, por isso, chamada do Collegio. D. Philippa de Sá, condessa de Linhares, deu o chão e algumas casas para esta fundação. (Quando esta senhora falleceu, foi aqui sepultada em soberbo mausoleu.)

Apesar da boa vontade do rei D. Sebastião e de seu tio, o cardeal D. Henrique (depois rei) para esta fundação, houve tantos obstaculos e opposições que os padres estiveram alguns annos sem dar principio á sua obra.

A infeliz jornada de Alcacerquibir (4 de agosto de 1578) elevou ao throno o valetudinario cardeal D. Henrique, decidido protector dos jesuitas, e elles, aproveitando esta occasião favoravel, deram principio á sua obra.

Lançaram-lhe a primeira pedra sem apparato e quasi ás escondidas, com receio do povo, no dia 11 de maio de 1579.

Apenas isto constou, acudiu ao sitio muita gente do bairro, e ás pedradas, obrigaram os operarios a fugir.

Desde esse dia se travou uma lucta obstinada, que, aggravando-se cada vez mais, transformou por muitas vezes em campo de batalha o logar das obras.

Por fim já não era o povo das immediações, era tambem toda a cidade de Lisboa contra os jesuitas.

Para se evitarem tão grandes e repetidas desordens, o senado de Lisboa foi, encorporado, pedir ao rei (D. Henrique) que mandasse parar com as obras, expondo-lhe as queixas do povo.

Os trabalhos pararam; mas fallecendo pouco depois o cardeal rei, invadido o reino pelos exercitos castelhanos, e perdida a independencia, os portuguezes estavam completamente desanimados. Tiveram então os jesuitas uma optima occasião para darem principio á sua obra, o que levaram a effeito com o maior ardor. Mas, apesar de lhes não faltar energia nem dinheiro, a obra era tão vasta e magnifica, que só pôde estar concluida em 1652, dizendo-se a primeira missa na sua egreja, que foi dedicada a Santo Ignacio de Loyola. em 31 de julho d'este ultimo anno.

Os padres, já havia uns poucos de annos, se tinham para aqui mudado do Colleginho.

Aqui se hospedou Cosme III, grão duque de Toscana, por occasião da sua visita a Lisboa, em 1670.

O terramoto de 1755 derrubou a cúpula do templo, que fez abater a abobada do cruzeiro e da capella-mór e uma das torres da frontaria.

O edificio do collegio ficou bastante arruinado; mas foi reconstruido, e, logo depois da expulsão dos jesuitas, em 1759, foi destinado para receber os enfermos do hospital de Todos os Santos, que o terramoto acabara do destruir.

Em 10 de agosto de 1750 um horroroso incendio destruiu o hospital de Todos os Santos, ao Rocio. Os enfermos foram levados para o convento do *Desterro* (bernardos) onde estiveram até serem removidos para o hospital de S. José. (Vide *Desterro*.)

Em attenção ao nome do monarcha se ficou denominando o ex-collegio de jesuitas, hospital real de S. José, nome que ainda conserva.

A egreja continuou em ruinas; mas como o terramoto lhe poupára as paredes e capellas, ainda ha poucos annos era um dos mais bellos monumentos de Lisboa, pela variedade, belleza e finura dos marmores, que de alto a baixo revestiam as paredes interiores, pelo primor das esculpturas e mosaicos, pela intelligente distribuição dos ornatos, e finalmente pela harmonia de todas as suas partes.

Era a mais vasta e rica egreja de Lisboa;

mas nem todas estas circumstancias puderam subtrahir este admiravel monumento ao furor dos vandalos do seculo XIX;—derrubaram-lhe a formosissima torre, que resistiu ao terramoto, e toda a parte superior da fachada da egreja. Despojaram-o interiormente de magnificas columnas e de seus bellos mosaicos e admiraveis esculpturas, sobretudo na capella-mór.

Apesar de tantas desgraças que tem pesado sobre este templo, o que lhe resta ainda nos dá um testemunho da sua passada riqueza e magnificencia.

A sachristia, que escapou ao terramoto, é sumptuosa. É interiormente coberta, tanto nas abobadas, como no pavimento e paredes, de lindos marmores de varias côres, lavrados em excellentes relevos e polidos como espelhos. É a capella do hospital, e conserva toda a magnificencia primittiva. Tambem aqui se admiram uns arcazes, feitos de páu santo, de um lavor primoroso e com ferragens e adornos de grande merecimento.

Quando este edificio pertencia aos jesuitas, tinha tres grandes quintas, e além d'isso, os seus rendimentos passavam de 18:000 crusados (7:200$000 réis.)

(Quando fallar dos hospitaes de Lisboa, direi o que ha de essencial com respeito ao de S. José.)

6.º—*Capuchos* — frades franciscanos — á entrada do Campo de Sant'Anna — foi fundado por Diogo Botelho, que lhe deu o edificio do convento e a maior parte da cêrca. Outros devotos lhe deram terrenos e varias rendas. O rei D. Sebastião lhes mandou fazer a cêrca. Principiaram as obras em 1570, lançando-se-lhes a primeira pedra a 15 de fevereiro do dito anno.—Outros reis lhe fizeram obras e deram rendas.

Tinha ordinariamente 60 religiosos.

Supprimidas as ordens religiosas, em 1833, foi depois este mosteiro destinado para asylo de mendicidade de ambos os sexos, cujos asylados são caridosamente sustentados por este estabelecimento.

É na freguezia da Pena.

Junto ao edificio, do lado direito, estão as capellinhas com os *passos* de Jesus Christo, adornados de bellas imagens, dignas de serem vistas.

7.º—*Loyos*—conegos seculares de S. João Evangelista. — Foi fundado pelo bispo de Lisboa, D. Frei Domingos Jardo, pelos annos de 1290, para hospital que se denominou de S. Paulo: depois passou a ser o convento dos loyos. D. Frei Domingos Jardo falleceu em 16 de dezembro de 1293, e aqui foi enterrado.

Hoje está este edificio convertido em quartel de uma companhia da guarda municipal.

8.º—*S. Vicente de Fóra*—conegos regulares de Santo Agostinho (crusios.)—Foi fundado por D. Affonso Henriques, que lhe lançou a primeira pedra, em 21 de novembro de 1147.

Tanto a egreja como o mosteiro eram de acanhadas dimenções e sem cousa que os recommendasse.

A egreja sumptuosissima que agora admiramos e o vasto mosteiro que lhe está junto, são obra de Philippe II de Castella, que mandou arrazar o antigo, até aos fundamentos, sem d'elle ficar o mais leve vestigio. Lançou-se-lhe a primeira pedra, no dia 25 de agosto de 1582.

Foi seu architecto *Philippe Tercio.*

Chamou-se-lhe S. Vicente de Fóra, por ficar *fóra* dos muros da cêrca mourisca, a unica que houve em Lisboa até ao reinado de D. Fernando.

Desde o reinado de D. João IV, é n'este mosteiro (no fim do claustro) o jasigo da familia real portugueza.

O terramoto de 1755 lhe causou algum damno, que foi logo reparado.

Com a extincção das ordens religiosas, em 1834, ficou este mosteiro deserto e abandonado.

Depois, foi constituido em residencia dos srs. cardeaes patriarchas de Lisboa; estando tambem aqui as diversas repartições ecclesiasticas do patriarchado.

Desde 1837, serve a egreja d'este mosteiro de matriz da freguezia de S. Vicente de

Fóra, então creada pela suppressão das freguezias de *S. Thomé* (que tinha sido fundada em 1320, e foi demolida) e a do *Salvador*, que tinha sido fundada em 1391.

Emquanto duraram as ultimas obras da Sé serviu esta egreja de patriarchal.

9.º—*Destêrro*—monges de S. Bernardo—(proximo ao largo do Intendente, com o qual vem intestar o muro da cérca)

Foi fundado por elles mesmos. Teve principio em 1591, lançando-se-lhe a primeira pedra em 8 de abril d'esse anno. Foi a egreja dedicada a *Nossa Senhora do Desterro.*

Tanto a egreja como o mosteiro eram vastos e sumptuosos, correspondendo á riqueza da ordem.

Aquella era notavel pela sua formosa cantaria e pela riqueza e variedade dos marmores que a adornavam interiormente.

Sendo reduzido a cinzas, por um pavoroso incendio, quasi totalmente o hospital de Todos os Santos, ao Rocio, no dia 10 de agosto de 1750; foram levados os enfermos para o convento do Desterro, d'onde depois foram para o convento de Santo Antão o Novo, transformado em hospital real de S. José (Misericordia) depois da extincção dos jesuitas.

Emquanto este mosteiro servia de hospital, estavam os frades d'elle no palacio dos arcebispos de Lisboa, contiguos á Sé. (Onde hoje é o *pateo da Sé*, de que já fallei.)

O terramoto de 1755, arruinou bastante o mosteiro e derrubou toda a abobada da egreja, deixando apenas de pé as paredes e quasi toda a frontaria; pelo que, ainda se póde avaliar a grandeza e architectura d'este magestoso templo, construido segundo o estylo denominado *da renascença.*

O mosteiro foi reparado, e os monges cistercienses o vieram de novo habitar.

Não sei porque razão os frades sahíram d'aqui, alguns annos antes da extincção das ordens religiosas.

—

D. Maria I havia fundado no castello de S. Jorge um collegio para orphãos de ambos os sexos, denominado—*Real Casa Pia.* Como fosse crescendo o numero dos alumnos e o edificio não estivesse nas condições de dar abrigo a maior numero de orphãos, D. João VI removeu a *Casa Pia* para o convento do Desterro, onde esteve até 1834, sendo então transferido este etabelecimento de caridade para o mosteiro dos jeronymos, de Belem, onde ora está.

Emquanto a *Casa Pia* esteve no Desterro, tinha oito collegios de meninos e dois de meninas.

Sahindo d'aqui os orphãos, foi o edificio destinado para quartel militar, estando aqui diversos corpos da guarnição de Lisboa; mas, o que permaneceu mais tempo, foi o regimento de infanteria n.º 7.

Em 1857, se estabeleceu aqui o hospital para os atacados da *febre amarella.*

Terminada esta epidemia, estabeleceu aqui o hospital de S. José um outro hospital, dependencia sua, destinado ao tratamento de molestias secretas, e é o que aqui está actualmente.

10.º—*S. Roque*—collegio de jesuitas—Em 1503 uma horrorosa peste assolou todo o reino, fazendo os seus maiores estragos no povo de Lisboa.

O rei D. Manuel, mandou pedir á *Senhoria de Veneza,* onde está o corpo de S. Roque, algumas reliquias d'este santo, advogado contra a peste. O senado da Senhoria mandou ao rei as reliquias, que elle, a côrte e o povo receberam com grande devoção e solemnidade.

Tratou-se logo de edificar uma ermida, dedicada a S. Roque, para n'ella se collocarem as suas reliquias.

Escolheu se para esta edificação, o actual largo de S. Roque, que era então um monte fóra (mas perto) dos muros da cidade, coberto de frondosas oliveiras, e cujo sitio se chamava *Villa Nova de Andrade.* Havia aqui um logar, mais proximo á porta da cidade (que depois se chamou de S. Roque, e foi demolida em 1835) em que se enterravam os que morriam da peste. Foi aqui o sitio em que se edificou a ermida.

Foi lançada a primeira pedra a 24 de março de 1506, e foi sagrada a 25 de fevereiro de 1515.

—

Em 1553 ainda os padres da Companhia não tinham *casa professa* em Lisboa, tendo-a já em Coimbra e no Porto.

O padre commissario, Jeronymo Natal, veio então a Lisboa, pedir a D. João III permissão de fundar aqui o collegio da sua ordem, o que o rei lhe concedeu, mandando-lhe escolher sitio: o que elle fez, preferindo o logar onde estava a capella de S. Roque, em razão de serem de pouco valor os terrenos adjacentes, o que lhe facilitava as compras para fundar o edificio e cêrca; e por ser sitio alegre, vistoso e sádio.

Trataram os padres da compra da ermida, mas tal resistencia acharam nos irmãos da confraria de S. Roque, que só com a intervenção do rei conseguiram realisar o contracto, e isto sob condições pesadas, sendo uma d'ellas, fazer na egreja uma capella, dedicada a S. Roque, administrada exclusivamente pela irmandade, e sem a minima dependencia dos padres.

Tomaram os jesuitas posse da ermida, que pouco a pouco foram alargando, e fazendo em volta algumas casas para sua habitação.

Passados annos, quiz D. João III fazer aqui um grande templo, para seu jazigo e da rainha D. Catharina, sua mulher, dando-o aos jesuitas; mas não teve effeito este projecto, e só o rei comprou por aqui varios terrenos para a cêrca, e fez aos padres grandes donativos, com que elles deram começo á obra da nova egreja (a actual) em 1566.

O seu primeiro plano era fazer o templo de tres naves, mas logo no anno seguinte se decidiu ser de uma só nave, por ser mais claro e se ouvirem melhor os prégadores.

Desfizeram-se os alicerces, e a capella antiga — que lhes tinha servido de cruzeiro — e o alpendre a que se chamava *egreja velha*, trabalhando-se com tanta energia, que em 1575 estavam já as paredes da egreja concluidas até á cornija.

Tem o corpo da egreja 186 palmos de comprimento (40^m,92) e 82 de largo (18^m,4). A capella-mór apenas tem 5^m de fundo e 7^m,50 de largo.

O architecto d'estas obras foi Philippe Terço, o mesmo que fez as de S. Vicente de Fóra e algumas nos paços da Ribeira; mas em S. Roque parece que só fez as obras de madeira.

Pelo terramoto, desabou a varanda e passadiço que havia sobre a cimalha do frontespicio, bem como o tympano onde estava o nicho com a imagem, de pedra, de S. Roque; e assim esteve alguns annos, até que se lhe construiu novo tympano, com uma cruz de ferro no angulo superior; mas obra lisa, chata e sobremodo desengraçada.

Em 1862, se fizeram algumas obras n'esta egreja, restaurando-se então as bellas pinturas do tecto.

Aos que só no modernismo acham sensatez e espirito inventivo, notaremos que o telhado da egreja de S. Roque foi originariamente coberto de grossas laminas de chumbo; mas como não désse bom resultado esta innovação, foram arrancadas as laminas e substituidas por telhas, segundo o systema ordinario.

D'ahi a quasi tres seculos aconteceu exactamente o mesmo com o telhado do theatro normal; mas n'este edificio as laminas eram de zinco, e custaram uns poucos de contos de réis, que a nação perdeu com esta especulação.

Tem a egreja quatro capellas de cada lado. A primeira da direita, entrando pela porta principal, é dedicada a *Nossa Senhora da Doutrina*, e tem dois optimos quadros do nosso Bento Coelho da Silveira, são — a *Ressurreição* e a *Ascensão de Jesus Christo*.

A segunda é de S. Francisco Xavier. A imagem d'este santo é um primor de esculptura. Ha aqui dois quadros de bella composição, cujo auctor se ignora. Um é o *papa Paulo III, no acto de enviar para Portugal os primeiros religiosos da Companhia de Jesus, em 1540* — o outro representa — *o rei D. João III, rodeado da sua côrte, dando audiencia de despedida, ao padre S. Francisco Xavier, quando este partiu para a India, em 1541, para propagar o Evangelho no Oriente.*

Estes dois quadros são preciosos para o estudo dos trajos do

seculo XVI. Os pintores, desenhadores e guarda-roupas dos theatros deviam hir alli examinal-os, para nos pouparem bastantes anachronismos, que com tanta frequencia presenceamos.

A terceira capella é de S. Roque. N'ella está o famoso quadro d'este santo, pintado em madeira, por Gaspar Dias, depois da sua volta de Italia, onde foi estudar, nos fins do seculo XVI.

A quarta, que é hoje do Santissimo, tem dois bellos quadros de Bento Coelho—um é o *Transito da Virgem*, outro a sua *Coroação.*

A primeira capella do lado esquerdo, é dedicada á Familia Sagrada (Jesus, Maria e José). Tem quatro paineis—o *Menino entre os doutores*, por Joosé de Avellar Rebello, pintor illustre do seculo XVII—o *Repouso no Egypto*, que se suppõe do mesmo auctor. —Estes dois estão no fundo da capella, e são pequenos. Aos lados da capella ha dois quadros grandes—o primeiro é o *Nascimento de Jesus Christo*—e o segundo a *Adoração dos Reis magos.* Parece que são de André Reinoso, pintor portuguez, do seculo XVII, ainda que o segundo é inferior em merecimento ao primeiro.

A segunda é de Santo Antonio de Lisboa. Estão n'ella dois quadros do famosissimo Vieira Lusitano. O do lado do Evangelho é *Santo Antonio prégando aos peixes*, e o da parte da Epistola é—*Santo Antonio pedindo á Santissima Virgem auxilio contra as tentações do demonio.*

A terceira é de Nossa Senhora da Piedade. Está aqui um pequeno quadro, que se attribue á Bento Coelho, onde se admira uma bella pintura de *Nossa Senhora das Dôres.* Tem dois quadros grandes, sendo um o *Descimento da Cruz* e outro, *Jesus Christo cahindo sob o peso da Cruz, quando subia para o Calvario.* São copias, de pintor desconhecido.

A quarta é a famosissima CAPELLA DE S. JOÃO BAPTISTA, formoso e rico sanctuario, célebre em todo o reino e ainda no estrangeiro, pela sua admiravel magnificencia.

Foi mandada fazer em Roma, por D. João V, de Portugal em 1740, pelo desenho do célebre architecto *Vanvitelli.*

Os bellos quadros de mosaico (a melhor obra d'este genero n'este reino, e que não tem superior—e poucas rivaes no mundo) são de *Manuci.* As esculpturas são de *Giusti.*

Esta capella foi dada pelo rei, aos padres de S. Roque, com todos os seus paramentos, em tudo condignos da primorosa capella. Só esta, sem os paramentos, custou ao monarcha portuguez um milhão de cruzados. D. João V deu ao papa Benedicto XIV outro milhão de cruzados, *de esmola*, por dizer, em Roma, a primeira missa n'esta capella, e a sagrar.[1]

A capella chegou a Lisboa em 1747.

Se com respeito a esta justamente célebre e formosissima obra houve excesso de prodigalidade, é tambem certo que o altar de S. João Baptista, de S. Roque, póde ser mostrado com justificado orgulho aos estrangeiros que visitam Lisboa; pois que nos seus paizes não têem nada que lhe seja superior n'este genero.

Para se fazer idéa da grandeza com que tudo foi feito, devemos saber que só o tapete que cobre o pavimento da capella em dias de festa, custou 11:200 cruzados (28:000$000 réis).

No arco cruzeiro ha quatro capellas. As duas da parte da Epistola, estão occultas com o orgão que alli collocaram, o que desfeia bastante o aspecto geral do templo.

Por cima das capellas corre um friso de pedra, e sobre elle, no meio do arco de cada capella, fica uma tribuna, com bastante vão para seis pessoas. Estas tribunas têem no fundo largas janellas de vidraças, que dão luz á egreja. Entre estas tribunas ha 16 paineis, representando diversos passos da vida de Santo Ignacio de Loyola. São sete de cada lado e dois entre as tres janellas do côro.

[1] Em 23 de dezembro de 1748, recebeu o mesmo pontifice *outro milhão de cruzados*, por conferir ao rei e seus successores, o titulo de *fidelissimo* (que aliás o rei muito bem podia tomar de graça e empregar aquelle dinheiro em obras de utilidade publica, de que pouco curou, a não ser o aqueducto das Aguas Livres.)

Quando em 1843 se descobriram as reliquias, por detraz dos altares de *Todos os Santos*, das *Onze mil virgens*, da *Senhora da Piedade*, do *Santissimo Sacramento* e de *Nossa Senhora da Doutrina*; foram apeados os quadros das capellas que ficam referidas, para se limparem e concertarem. Em 1862 tambem se apearam para o mesmo fim, os paineis que ficam sobre as capellas, dourando-se-lhes as molduras, que tinham perdido todo o seu antigo douramento.

Na sachristia, sobre os caixões dos paramentos, ha uma serie de pequenos quadros, representando scenas da vida de S. Francisco Xavier. Os do lado direito, são pintados por André Reinoso, de quem já fallei. É notavel a sua composição, desenho e colorido.

Os da esquerda, apesar de não serem do mesmo auctor, são de muito merecimento, e todos de grande valor historico.

Debaixo do côro ha dois retratos, attribuidos a Antonio Moro (pintor de Utrecht, que veio a Portugal no seculo XVI). Um é D. João III, e outro, sua mulher a rainha D. Catharina.

—

Em 3 de setembro de 1759 foi definitivamente supprimida a ordem da Companhia de Jesus, e seus membros proscriptos e banidos de Portugal e *declarados inimigos da patria e desnaturalisados para sempre*, pelo marquez de Pombal. O collegio de S. Roque foi dado á irmandade da Misericordia, por alvará de 8 de fevereiro de 1768, para alli se estabelecer a roda e hospicio dos expostos. Modernamente, e desde que a administração da Santa Casa da Misericordia, de Lisboa, foi entregue a uma commissão, nomeada pelo governo, tem-se feito grandes obras n'este edificio, para satisfazer ao fim a que elle é destinado.

Já vemos, pois, que por muitas circumstancias, são a egreja de S. Roque e edificio annexo, dignos de serem vistos e admirados por nacionaes e estrangeiros.

Fernão Tello da Silva (que foi governador da India) e sua mulher, D. Maria de Noronha, fundaram um hospicio para jesuitas, em uma sua quinta a Campolide, em 1597, lançando-se a primeira pedra na egreja, a 23 de abril de 1603. Quando se fundou o collegio da mesma ordem, em Villa Nova de Andrade (onde foi depois o collegio dos nobres e é hoje a Escóla Polythecnica) os jesuitas venderam isto ao novo collegio para quinta de recreio dos collegiaes, e vieram para a casa professa de S. Roque.

11.º—*Penha de França*—frades agostinhos—situado no largo da Penha de França, freguezia de S. Jorge. Foi fundado por Antonio Simões, esculptor lisbonense, no anno de 1587, em uma quinta que para este fim fôra doada por Affonso Torres de Magalhães e sua mulher, D. Constança de Aguilar, em 1595.

O templo é digno de ser visitado, pelo esmerado aceio em que se acha. Da janella do côro se avistam mais de 70 kilometros de extensão para E., N. e S.—Estou convencido que em todo o reino não ha mais delicioso ponto de vista, nem d'onde se gose um quadro mais arrebatador. Pelo menos eu, que tenho percorrido quasi todo o nosso Portugal, em parte nenhuma vi coisa que egualasse esta formosissima posição, nem me consta que a haja.

D'aqui se gosa a vista surprehendente de uma grande parte de Lisboa, que se ostenta graciosamente estendida por montes e valles, ao sopé da montanha da Penha; o magestoso e formosissimo Tejo, que amorosamente rodeia, com ondas de prata, a sua cidade querida; as alterosas naus, os navios de todos os lotes e de todas as nações do mundo, as velozes *fragatas* e falúas ribatejanas, como os formosos escaleres e rapidas faluas, que em todas as direcções cortam donosas as placidas aguas do celebrado rio; as bellas povoações, valles e montes da *outra banda*; e finalmente um vasto horisonte, que se estende ao N. e NO, onde a vista do observador extasiado contempla com delicia um formosissimo panorama de planicies, povoações e montanhas, sendo, entre estas, as de Cintra, Arrabida e Monte Junto—e uma vasta extensão do Oceano Atlantico.

Foi padroeiro da capella-mór d'esta egreja, o prior d'Alemquer, Manuel da Silva Magalhães, que vendeu o padroado a Antonio de Covide, o qual fez muitas obras na egreja, onde está sepultado com sua mulher, D. Marianna Antonia de Castro. Ambos deixaram 14 missas quotidianas de esmola de 60$000 réis cada *capella*, e a quinta do *Corvo*, em Villa-Viçosa, que era de grande rendimento.

—

A causa de Antonio Simões dar principio a este edificio religioso foi a seguinte:

Militava elle no exercito com que D. Sebastião invadiu pela segunda vez as adustas plagas africanas.

Vendo perdida a batalha de Alcacerquibir (4 de agosto de 1578) e os seus camaradas succumbirem ao ferro e ao fogo de numerosissimos e ferozes mauritanos, julgou perdida a sua vida ou a sua liberdade.

Era Simões muito devoto da Virgem Santissima, e em tão grande afflicção, prometteu fazer-lhe por suas proprias mãos, com a maior perfeição que lhe fosse possivel (se escapasse com vida e sem ficar captivo) nove imagens de Nossa Senhora, de differentes invocações.

Foi um dos poucos que escapou para vir a Portugal trazer a triste nova d'aquella desgraçada derrota que nos trouxe 60 longos annos do mais incomportavel captiveiro.

Apenas chegado a Lisboa, o nosso Simões, tratou immediatamente de cumprir a sua promessa, e não descançou emquanto não viu concluidas as nove imagens.

Á maneira que as ia acabando lhes dava uma invocação.

Concluida a oitava imagem, estava perplexo sobre a invocação que lhe havia de dar. Então o padre Ignacio Martins, da companhia de Jesus, lhe pediu que a denominasse Nossa Senhora da Penha de França, em memoria de outra imagem da mesma invocação que n'esse tempo era objecto de grande devoção, pela fama dos seus milagres, em um sanctuario de Castella, proximo á cidade de Salamanca, ao que Simões annuiu de bom grado.

Fez collocar a imagem da Senhora juntamente com a de S. João Baptista (tambem obra sua) na ermida de Nossa Senhora da Victoria á Caldeiraria (de que já tratei).[1]

Tanta devoção porém tomou Simões por esta Senhora, que resolveu edificar-lhe casa propria.

Percorreu todos os sitios de Lisboa, e nenhum lhe pareceu tão proprio como a corôa de um monte então chamado *Cabeça d'Alperche*, de que era proprietario Affonso Torres de Magalhães, ao qual propoz a compra do terreno, que este lhe cedeu logo da melhor vontade e gratuitamente; lançando a primeira pedra na ermida, logo em 25 de março de 1597, em honra da Annunciação da Santissima Virgem. N'esta pedra foram gravados os sacratissimos nomes de JESUS, MARIA, AVANTE.

Passado um anno, estava a ermida acabada, e no dia 10 de maio de 1598, foi a imagem da Senhora conduzida em solemne e magnifica procissão para a sua nova casa.

Os fieis principiaram logo a concorrer á capella em grande numero, mas o que augmentou sobre modo a devoção á Senhora e a concorrencia dos devotos foi a seguinte circumstancia.

Em outubro d'esse mesmo anno de 1598, rebentou em Lisboa uma temerosa peste, que invadiu quasi todo o reino, fazendo muitos milhares de victimas O povo consternado, invocava, na sua afflicção, o patrocinio de todos os santos e santas da corte celestial.

A tropa castelhana, que estava de guarnição no castello de S. Jorge, lembrando-se do milagroso santuario da Penha de França, de Castella, decidiu hir em procissão de penitencia á capella da mesma invocação, da *Cabeça do Alperche*; o que realisou com o maior apparato e solemnidade e isto fez augmentar no povo a devoção por esta Senhora.

Era tal a multidão de gente que aqui affluia todas as manhans, para orar e ou-

[1] Esqueceu-me de dizer no artigo de *Nossa Senhora da Victoria*, que esta ermida e a rua onde está situada pertenciam n'esse tempo ao bairro de *Valle Verde*. (Vide *Palacio dos srs. marquezes de Castello Melhor*.)

vir missas votivas, que Simões deu ordem a que assistissem aqui constantemente 30 clerigos, para dizerem as missas; mas sendo ainda insufficiente este numero, teve de ser augmentado.

O contagio porem cresceu a tal ponto, que no principio de 1599 morriam diariamente em Lisboa mais de 600 pessoas.

A camara, em nome do povo da capital, fez voto a Nossa Senhora da Penha, de lhe erigir nova capella mór e retabulo; de lhe dar um rico paramento, e de lhe fazer todos os annos uma solemne procissão, hindo todos n'ella descalços, no primeiro anno, se a S. S. Virgem intercedesse com o seu Divino Filho, para que cessasse o terrivel flagello.

D'este voto fez o senado um assento, a 28 de janeiro de 1599, que se depositou no seu archivo; sendo alem disso gravado em uma lapida, que foi collocada no arco da capella mór da egreja de Nossa Senhora da Penha.

A S.S. Virgem, compadecida de tantas supplicas, lagrimas e desgraças, fez com que a peste declinasse, e logo no mez seguinte terminou totalmente a desastrosa epidemia.

A 5 d'agosto desse anno, fez a camara a sua 1.ª procissão, por ser dia consagrado a Nossa Senhora sob a invocação das Neves.

Sahiu esta da real casa de Santo Antonio (pela meia noute, por causa do calor e do grande espaço que tinha a percorrer.)

Compunha-se a procissão da communidade dos religiosos eremitas de Santo Agostinho, do convento de Nossa Senhora da Graça, de muitos sacerdotes seculares, do senado da camara, presidido por D. Gil Eannes da Costa e de numerosissimo concurso de povo de todas sa classes, todos descalços e com tochas accesas, conduzindo em um rico andor, a imagem de Santo Antonio.

Tal foi a origem da procissão, que por sahir de noute, o povo a denominou *dos ferrolhos*, e se continuou a fazer todos os annos, no mesmo dia (5 d'agosto) cessando desde a entrada dos liberaes em Lisboa, em 1833.

Poucos mezes depois d'esta procissão, pretenderam os frades dominicanos fundar aqui um convento da sua ordem, mas não poderam conseguir a realisação do seu intento.

Em 1601, Antonio Simões fez doação da ermida e das casas contiguas (nas quaes morava com sua mulher) aos eremitas de Santo Agostinho.

Os dominicos opposeram-se a esta doação e houve litigio, que se decidiu (como era de justiça) a favor dos agostinhos, os quaes obtidas as devidas licenças, principiaram logo a fundação do seu mosteiro, no anno de 1603.

Em 1604, principiou tambem o senado da camara a obra da capella-mór, para cumprimento do seu voto; ampliando-se então o corpo da egreja.

Foi encarregado d'estas obras, o architecto Theodozio de Frias (que se suppõe ser filho de outro architecto, chamado Nicolau de Frias.)

Grande parte das despezas foram feitas á custa de esmolas; mas o que mais concorreu para a conclusão das obras, foi o já referido Antonio de Cavide, que depois foi mestre do infante D. Pedro (depois rei 2.º do nome) e secretario das mercês, de D. Affonso VI.

Concluiu se a egreja em 1625.

A trasladação da imagem de Nossa Senhora para o seu novo templo, foi uma das maiores funcções religiosas que Lisboa tem presenceado.

Durante a grande volta que a procissão deu, pelo meio da cidade se lhe foram aggregando tantas irmandades e confrarias, musicas e danças (como era costume do tempo) que se recolheu, levando 200 guiões, 18 turmas de charamellas e outros instrumentos; alem de outras muitas danças populares, com variadissimos vestuarios e exquisitas invenções.

Mencionarei, pela sua singularidade, dois privilegios (entre outros) que o papa Clemente VIII concedeu a esta egreja. Era um d'elles—*Que se não podesse edificar de novo outra alguma ermida, em qualquer sitio que fosse, nem com quaesquer privilegios ainda que fossem os de S. João de Jerusalem, em distancia de tres milhas da dita casa de Nos-*

sa Senhora.—Era o outro—*Que se não podesse edificar nos reinos e senhorios de Portugal, outra egreja com o titulo de Nossa Senhora da Penha de França.*

A egreja, que ainda em 1754 tinha sido restaurada, foi no anno seguinte reduzida a um montão de ruinas, pelo terramoto. Primeiro cahiu o côro, e logo em seguida abateram as abobadas da capella-mór e do corpo da egreja, esmagando sob uma massa enorme de pedra e madeira, mais de 300 pessoas, que assistiam á festa de *Todos os Santos*.

Em 1758, já o templo estava reedificado, pelo concurso simultaneo da munificencia de D. José I; do poderoso auxilio do segundo marquez de Marialva, D. Pedro de Menezes (filho do famoso D. Antonio Luiz de Menezes, conde de Cantanhede e marquez de Marialva)—dos donativos dos mareantes, e de muitos devotos da Senhora.

Tudo isto se acha commemorado em uma inscripção latina, gravada em uma lapide, que está collocada na balaustrada, junto á entrada da egreja.

O templo é de fórma oitavada e de mediana grandeza, revestido de excellentes marmores, e suas capellas são adornadas de obra de talha dourada.

A imagem de Nossa Senhora é ainda a que foi feita por Antonio Simões, que se tirou quasi incólume de sob o entulho da capella-mór. Está sôbre uma peanha de mosaico, dentro de um formoso camarim, ricamente adornado.

Os paineis das capellas da egreja, são obra do célebre Pedro Alexandrino, e julga-se que foram os primeiros feitos por este grande artista, para adorno de egrejas. Foram os quadros de Alexandrino substituir os antigos (de Bento Coelho da Silveira) sendo estes mudados para a sachristia, onde ainda hoje existem. (Este Bento Coelho, que era um pintor de fama, morreu, de avançada edade, no principio do seculo XVIII).

Possuia esta egreja riquissimas alfaias, e preciosos paramentos, mas quasi tudo desappareceu pelo terramoto, e o que d'isso resta, está muito velho e inutil.

Junto á sachristia, está a *casa dos milagres*, assim chamada pelos numerosos paineis que alli se vêem, recordando os milagres feitos pela Senhora.

É n'esta casa que existe o famoso LAGARTO DA PENHA DE FRANÇA. É um grande jacaré, cuja lenda é a seguinte:

Um peregrino que subira ao monte da *Cabeça do Alperche*, para orar a Nossa Senhora, chegando quasi ao alto, querendo descançar, se sentou e adormeceu, por hir fatigado. Um enorme lagarto veio sobre elle, para o tragar; mas a Santissima Virgem lhe appareceu, e o acordou, dando-lhe força e coragem, para matar o reptil. (Na parede exterior da capella-mór, está representado este facto, em um quadro de azulejos).

Sem pretender por modo nenhum destruir a fé do nosso bom povo, pois que sem esta virtude, uma das principaes do catholicismo, o christão deixaria de o ser, e é com a fé acompanhada da sua irman, a esperança, que soffremos com resignação as desventuras d'este valle de lagrimas—e mesmo sem pretender anniquillar a antiga lenda; estou convencido que o reptil é simplesmente um caimão ou jacaré, do Brasil, que algum viajante trouxe a este reino, e collocou alli, em memoria de um milagre—por ventura identico ao que se diz occorrido n'este sitio. É certo que em Portugal não ha memoria de terem existido lagartos de tamanho tão monstruoso.

Na casa dos milagres está tambem um grande mausoleu de marmore, descançando sobre leões. Contém os restos de Antonio de Cavide e de sua mulher, D. Marianna Antonia de Castro, distinctos bemfeitores d'esta egreja.

O culto e conservação da egreja, estão desde 1834 a cargo das irmandades, que se acham n'ella estabelecidas, que são—a de Nossa Senhora da Penha de França—de Nossa Senhora do Livramento—de S. João Baptista—e de Nossa Senhora dos Afflictos.

A primeira, denominada vulgarmente dos navegantes e dos fidalgos, é a mais importante. Teve origem em 1613, a bordo da capitania de uma armada de sete naus, que navegava para a India, e da qual era capitão-mór D. Jeronymo Coutinho. Desenvol-

vendo-se a peste a bordo da nau, prometteu este fidalgo a Nossa Senhora da Penha de França, se fizesse cessar o flagello, erigir-lhe uma confraria da sua invocação, para a servir, e logo alli fez inscrever na irmandade a toda a tripulação, declarando-se juiz da confraria.

Sendo em 1834 expulsos os religiosos do seu mosteiro, tomou posse d'elle a secretaria do ministerio da guerra, para aqui estabelecer uma hospedaria militar, onde se désse aposento aos officiaes dos corpos das provincias, quando viessem a Lisboa em commissão de serviço.

—

Antigamente concorriam a esta egreja muitos cirios e romagens, dos arredores de Lisboa, que vinham aqui celebrar, em diversas épocas do anno, pomposas funcções no templo, e vistosos e festivos arraiaes em redor d'elle.

Ainda alguns cirios aqui vêem actualmente, sobresahindo o denominado das *Palmelôas;* mas já sem aquelle caracter e signaes de verdadeira devoção dos antigos, nem são tão concorridos.

Do lado do O., mostra o monte a sua maior altura, com um declive muito ingreme, por onde antigamente subia o escabroso e tortuoso caminho, denominado *Caracol da Penha de França*, que hoje está substituido por uma soffrivel estrada á *macadam*, em *lacêtes*, orlada de arvores e illuminada a gaz.

—

Depois de estar composto o que antecedentemente fica escripto concernente ao célebre *lagarto da Penha*, obtive mais os seguintes esclarecimentos:

Ha um folheto (escripto ainda durante a vida de Antonio Simões) intitulado *Aguia na Penha*, e impresso em 1707, que, sendo uma collecção de memorias antigas de Lisboa e tratando da Penha, nada diz do lagarto.

Ignora-se quando teve origem ou principio a lenda do reptil, e apenas se sabe que elle esteve na casa chamada *do lagarto*, até 1739.

Era uma pelle verdadeira, de caimão ou jacaré, conservando toda a epiderme, e empalhada; mas como estava já pôdre e roto, pelo tempo e pela humidade, foi então substituido por um de madeira, em tudo egual ao antigo e pintado da mesma côr.

Accudiu muita gente ao acto de se substituir o velho lagarto pelo novo, e o povo saltou-se áquelle e o fez em mil boccados, levando cada um o maior numero d'elles que podia; na crença de que isto moído e bebido misturado com um liquido qualquer, era remedio infalivel para toda a qualidade de doenças.

O comprimento do reptil, é de 14 palmos (3^{m},08) desde a ponta do focinho até á extremidade do rabo. A côr é de um verde-escuro sujo, com manchas mais claras no ventre. A parte superior (do verdadeiro) era revestida de laminas ou escamas corneas, formando uma couraça impenetravel aos golpes e mesmo ás ballas. A sua circumferencia, no meio do corpo, anda por uns 6 pal-mos (1^{m},32.)

—

Ha ainda outra versão, segundo a qual, o lagarto primittivo não continha só a pelle, cheia de palha, mas todas as suas partes, menos as entranhas, sêccas, ou mumificadas.

Na relação de um milagre acontecido a bordo da nau *S. Pedro e S. João*, escripto por um tal Ricardo Fineça, se diz — entre outras cousas — fallando do lagarto da Penha, e depois de dar a sua medida e outras explicações — «Para rebater o grande con- «curso de gente que o vinha ver ou admi- «rar, e o não cortarem de todo e levarem «comsigo, para assim se não perder a sua «apparencia, e conservar-se a tradiçao do «milagre do *Lagarto da Penha*, se pendura- «ram na sua antiga casa, muitos pedaços «d'elle, ou muitas postas, que ainda hoje «(1742) se conservam, e parecem postas de «toucinho, ou pespernas, ou presuntos que «estão pendurados.

«Da outra parte, e onde estava antigamen- «te, na sua mesma casa do lagarto, se collo- «cou outro de madeira entalhada e pintada, «que representa o seu tamango e figura, pa- «ra memoria eterna do prodigioso caso do «*Lagarto da Penha*, insignia que tanto quer,

«e com que se conhece n'esta côrte e n'este «reino, a prodigiosa e milagrosissima ima«gem de Nossa Senhora da Penha de Fran«ça.»

—

É provavel que o lagarto de madeira feito em 1739, desapparecesse no dia 1.º de novembro de 1755, e que o actual fosse feito depois; mas não ha d'isto apontamento.

Se com effeito existiram na casa do lagarto, pedaços d'elle dependurados, semelhando *presuntos*, tambem desappareceram com o terramoto.

O que é certo é existir ainda na *casa dos milagres*, um lagarto, caimão ou jacaré, de madeira, e que ninguem vae á egreja de Nossa Senhora da Penha de França, sem fazer uma visita ao lagarto, e extasiar-se á vista da sua corpulencia prodigiosa.

12.º—*Corpus Christi* (Torneiros)[1]—frades carmelitas descalços. Teve por origem o facto seguinte da nossa historia.

Domingos Leite Pereira (natural de Guimarães e filho de um honrado cutelleiro, chamado Antonio Leite e de sua mulher, Maria Pereira) era homem de muita intelligencia e actividade, e dotado de bastantes conhecimentos. Veio para Lisboa e, depois de exercer varios empregos, chegou a ser escrivão da correição do civel da côrte, feito por D. João IV, em 1641, em premio dos seus grandes serviços a favor da restauração.

Casou em Lisboa com uma formosa mulher, chamada Maria Isabel, filha de um rico mercador da rua dos Tanoeiros, por nome João Bernardes, e por alcunha o *Traga-Malhas*.

Domingos Leite Pereira, tendo até 1645 sido um leal portuguez, se tornou traidor ao seu rei e á sua patria, por ciumes (mal ou bem fundados) que teve de D. João IV, suspeitando que este monarcha tratava amores com sua mulher.

Foi a Madrid offerecer os seus serviços a Philippe IV, que, conhecendo o odio implacavel de Domingos Leite contra o rei de Portugal, o encarregou de vir a este reino assassinal-o, dando-lhe por companheiro um tal Roque da Cunha (natural da villa de Moura) homem de pessimos precedentes, e que já havia estado algumas vezes preso por assassinios e roubos que tinha praticado.

Philippe IV e os seus ministros, tantas promessas lhe fizeram, que Leite veio a Portugal com o seu inseparavel companheiro Roque da Cunha, e firmemente decidido a cumprir a missão, quaesquer que fossem as circumstancias e o resultado.

Philippe IV lhe deu 400 escudos para a jornada, fêl'o cavalleiro de Christo, e o armou com um arcabuz, carregado com quartos e pelouros envenenados, para o que lhe deu dois vasos com peçonha.

Chegaram os dois transfugas a Lisboa, em 6 de maio de 1647.

Celebrava-se a procissão do Corpo de Deus, n'esse anno a 20 de junho, e havia de passar pela rua dos Torneiros. Roque da Cunha (porque Domingos Leite não podia apparecer senão de noite e com grandes precauções e disfarces) alugou tres moradas de casas, no principio da rua, pondo-as em communicação umas com outras, por meio de rombos—para depois do attentado se poder passar para outra rua — e praticando um buraco na parede exterior de uma d'ellas, para d'elle disparar; mas, quando o rei e toda a côrte passou em frente da casa onde estava Leite, falta-lhe a coragem e não se atreve a disparar a arma.

Foge pois, disfarçado, das referidas casas, deixando alli o arcabuz, os vasos do veneno e a alavanca com que tinha praticado os rombos, e se dirige ao postigo da Graça, onde Roque da Cunha o esperava, com dois cavallos, e se foram para Castella.

Philippe IV e seus ministros disfarçaram quanto poderam o desgosto com que viram a pusilanimidade de Domingos Leite, e com novas e grandes promessas de avantajadas mercês, e dando-lhe mais 2:000 cruzados, o

[1] O povo principiou a dar a alcunha de *torneiros* a estes religiosos, porque, nas horas vagas, se occupavam em obras de torno, no que chegaram a ser muito peritos. Outros dizem que a alcunha lhe proveio de morarem na rua dos Torneiros, o que me parece mais verosimil, visto que a rua já tinha este nome, muito antes da fundação do mosteiro.

tornaram a mandar a Lisboa, para effectuar o crime.

Veio adiante Roque da Cunha arranjar casa para se recolherem, e feito isto, foi esperar Leite á Póvoa de D. Martinho, para virem ambos de noite para Lisboa.

Em 31 de julho do mesmo anno, chegou Domingos Leite á Póvoa; mas Roque da Cunha, sob promessa que o rei lhe havia feito do perdão de seus passados crimes, tinha revelado tudo ao conde de Odemira e ao monteiro-mór, Pedro Fernandes, ministros de D. João IV, pelo que foi preso, ao chegar á Póvoa.

N'esse mesmo dia se procedeu ao interrogatorio do reu, que fez plena confissão do seu crime, em vista do que se foram examinar as casas da rua dos Torneiros, que se acharam furadas, encontrando-se os vasos de peçonha escondidos no sitio indicado pelo reu—um cheio e outro quasi vasio, por lhe faltar o que Leite tinha tirado para hervar as balas.

Foi por tanto condemnado a percorrer, com baraço e pregão, as ruas publicas do costume, sendo levado de rastos á forca, onde, sendo-lhe primeiro decepadas as mãos no pelourinho, seria enforcado, de *morte cruel*, e seu cadaver queimado, para que d'elle não ficasse memoria: sendo além d'isto condemnado no perdimento de seus bens, para o fisco e camara real, *e que seus descendentes hajam as penas que por direito lhes são impostas, e com o pagamento das custas pelo reu (!)*

Esta sentença tem a data de 12 de agosto de 1647. Foram julgadores—*Marcham, Monteiro, Beja, Marz.º, Stacio,* e *Porto.*

Ao alvorecer da manhan do dia 16 [1] de agosto do mesmo anno, sahiu o reu do oratorio (onde estivera tranquillo, orando ou conversando affectuosa e christanmente com o sacerdote).

Ao apontar do sol, entraram os algozes no recinto, a tosquial-o, vestir-lhe a alva e enroscar-lhe ao pescoço e á cintura a corda por onde havia de ser arrastado.

Á porta do Limoeiro o mandaram estender sobre um esteirão, onde o amarraram pelo pescoço e pela cinta, e assim foi arrastado até ao pelourinho (no Rocio). Ahi o mandaram levantar e o conduziram, pela corda, a um estrado de tabuado, no centro do qual estava um cêpo de madeira—ainda manchado com o sangue do duque de Caminha, do marquez de Villa Real (seu pae), do conde d'Armamar e de D. Agostinho Manuel de Vasconcellos, degolados em 29 de agosto de 1641—e do infeliz Francisco de Lucena, habil ministro de D. João IV, que por intrigas de seus inimigos, fôra degolado em 28 de abril de 1643. Foi depois julgado innocente e a sua memoria *rehabilitada*, entregando-se os bens que lhe haviam sido sequestrados, aos seus parentes, que, sequer ao menos, não perderam tudo, nem herdaram a mancha indelevel de herdeiros de um traidor.

N'este cêpo foram cortadas as mãos ao padecente, que depois foi enforcado na *picota da Ribeira*, que distava uns 200 passos do cêpo. Seu corpo foi pelos carrascos dividido em quatro partes, que foram pregadas com cavilhas de ferro a altos postes, que se collocaram nos quatro pontos da cidade, onde estiveram expostos tres dias, sendo depois queimadas e as cinzas deitadas ao Tejo, em cumprimento da sentença.

Assim terminou a vida um mancebo esperançoso, que tinha diante de si um brilhante futuro e que o ciume ou o ouro de Castella arrastára ao supplicio.

—

A rainha, D. Luiza de Gusmão, mulher de D. João IV, em acção de graças ao Santissimo Sacramento, por ter livrado seu marido d'esta cilada, e em memoria do facto, fundou em 1648, no proprio sitio escolhido para o attentado, um convento da invocação do Corpo de Deus (para frades carmelitas descalços) que se concluiu em 1661.

[1] O nosso distincto e fecundissimo escriptor, o sr. Camillo Castello Branco, no seu romance historico—*O Regicida*—(pag. 212) diz que foi no dia 21. Como não sei se foi êrro typographico, ou se teve documento authentico em que se fundasse (o que é mais provavel) para designar esta data, dou ambas, como narrador fiel dos factos notaveis da nossa historia.

Aqui viveram os religiosos até ao 1.º de novembro de 1755, dia em que o terramoto arrazou o mosteiro, que se não reedificou. Em 1837 foram as suas ruinas vendidas a particulares, que edificaram aqui varias casas de habitação.

A frente da egreja, como ainda hoje se vê, é para a rua Nova da Princeza (vulgo Fanqueiros).

13.º—*Boa Hora*—(frades agostinhos descalços) na rua Nova do Almada. Foi fundado em 1633, com esmolas do povo, fazendo-lhe a capella-mór o visconde de Barbacéna, pelo que até 1834 eram padroeiros d'este mosteiro os (depois) condes de Barbacêna.

Pela expulsão dos religiosos dos seus mosteiros, foram aqui estabelecidos os tribunaes civeis, crimes e orphanologicos, de Lisboa, e os cartorios dos escrivães respectivos.

14.º — *Martyres* — (frades franciscanos) vulgo *S. Francisco da Cidade*. Foi fundado por D. Affonso II, em 1217. Foi ampliado em 1246, e reedificado em 1528. Nos claustros d'este mosteiro foram sepultados muitos fidalgos, pois era aqui o jazigo da maior parte da nobreza do reino. Um violento incendio o destruiu em 11 de junho de 1708, ficando apenas intacta a capella-mór, o cruzeiro e algumas capellas do lado da Epistola.

Foi tudo reconstruido, ficando um dos melhores edificios religiosos de Lisboa, e tão vasto que o povo lhe trocou o antigo nome de *S. Francisco da Cidade*, no de *Cidade de S. Francisco*. A capella da *Piedade* era de André Hesse, que descendia de Jacobo Hesse, senador hamburguez, que não querendo ser lutherano, preferiu perder o alto emprego que exercia na republica. Pedro Hesse (bisneto de Jacobo Hesse) se veio estabelecer em Lisboa, em 1639, e casou com D. Gracia de Belem, do qual foi primogenito o referido André Hesse, senhor do morgado, que seus paes instituiram, e que foi casado com D. Luiza Maria da Cunha, de quem teve descendencia.

Está n'este mosteiro a bibliotheca publica, fundada pela rainha D. Maria I, em 1796.

Tambem aqui está o deposito das livrarias dos extinctos conventos.

No mesmo edificio, no pavimento inferior, está a *academia das bellas artes*, fundada em 1836.

Está situado na rua de S. Francisco da Cidade, no largo hoje chamado da *Bibliotheca Publica*.

15.º—*Trinos*—junto a Alcantara (mas dentro dos muros de D. Fernando, na freguezia de Santos-o-Velho)—de religiosos da Santissima Trindade. Eis a sua origem.

Rodrigo Homem d'Azevedo era um leal portuguez e portanto partidario decidido de D. Antonio, prior do Crato. Por esta razão foi mandado prender pelo usurpador Philippe II, e estando para ser justiçado (como o foram muitos portuguezes, para quem então a sua fidelidade ao rei legitimo e á patria, era crime de morte) se pôde livrar milagrosamente das garras dos castelhanos.

Em acção de graças fundou aqui pelos annos de 1582, uma egreja dedicada a *Nossa Senhora do Livramento*. Sua mulher, D. Margarida d'Alcaçova, depois de viuva, deu esta egreja e terrenos adjacentes aos trinos, para aqui se fundar um convento da sua ordem; o que teve logar pelos annos de 1642. A egreja foi restaurada em 1698.

Foi destruido pelo terramoto de 1755, e não tornou a redificar-se.

16.º—*Trindade*—(frades da mesma ordem do antecedente)—no largo do seu nome. Foi fundado em 1218, reinando D. Affonso II. Em 2 de janeiro de 1283 se principiou na egreja d'este mosteiro a edificar uma grandiosa capella, mandada fazer pela rainha Santa Isabel, mulher de D. Diniz, e dedicada a Nossa Senhora da Conceição, a primeira que d'este mysterio houve em Portugal. N'esse mesmo anno deu a rainha santa avultadas esmolas a este mosteiro, impondo-lhe a obrigação de remir os captivos.

Em 1560, os religiosos reedificaram e ampliaram a egreja e mosteiro.

Em 20 de setembro de 1708, um temeroroso incendio devorou a maior parte do mosteiro, escapando a egreja, a livraria, o refeitorio e mais casas que eram de abobada. Foi logo reedificado.

Estava aqui uma urna com os ossos de Ruy de Mello, casado com D. Brites Pereira, sobrinha do condestavel D. Nuno Alvares Pereira.

Foi aqui conventual o célebre Fr. Miguel de Contreiras (vallenciano) procurador e confessor da rainha D. Leonor, viuva de D. João II e irman do rei D. Manuel. (Vide *Conceição Velha.*)

No claustro estava a capella de Nossa Senhora das Neves, de que foi administrador Gaspar Cardoso do Amaral e Gaula [1] de quem procedem os senhores do morgado e honra de Cardoso, em S. Martinho de Mouros (6 kilometros ao ONO. de Lamego, sobre a margem esquerda do Douro) e os Cardosos do Amaral, de Viseu (que procedem de D. Ignez do Amaral, prima da rainha Santa Izabel.)

O terramoto de 1755 causou bastantes estragos a este edificio.

Este convento chegava até á esquina da travessa de *João de Deus.*

Em 1835 foi demolida a egreja, que se transformou em uma propriedade particular, feita no gosto moderno. No local que o convento occupava, se abriu a rua *Nova da Trindade*, na qual estão, unidos um ao outro, os theatros do *Gymnasio* e da *Trindade.*

17.º—*Estrellinha* — ou collegio de Nossa Senhora da Estrella, de frades benedictinos. Foi fundado em uma quinta que se chamava *Casa da Saude*, em 1571. Foi seu fundador o cardeal D. Henrique (depois rei) e a infanta D. Maria, sua irmã (filhos do rei D. Manuel, e irmãos de D. João III) e D. Luiz d'Alencastre, commendador-mór d'Aviz (bisneto de D. João II).

Depois da extincção das ordens religiosas foi este mosteiro transformado em hospital militar; estando tambem aqui as repartições da saude.

Fica proximo á magestosa basilica do Coração de Jesus (Estrella), e ao vasto e formoso *passeio publico da Estrella.*

18.º—*Irlandezes* — frades dominicos. No largo do Corpo Santo.

Reinando na Inglaterra o heretico e perjuro Henrique VIII, e depois sua filha, a rainha Isabel, como seu pae, perseguidora furibunda dos catholicos, foram demolidos os mosteiros de ambos os sexos, seus bens sequestrados, e os religiosos, uns banidos, outros presos, e não poucos barbaramente assassinados.

Foi por isto que muitos frades e freiras do *reino unido* (principalmente irlandezes) se espalharam pelos reinos catholicos da Europa.

Em 1629 chegaram a Lisboa tres padres irlandezes (frei Domingos do Rosario, frei Matheus da Cruz e frei Pedro Martyr) que foram caridosamente recolhidos no convento de S. Domingos, a cuja ordem os irlandezes pertenciam.

Projectaram fundar casa propria, para o que lhes deu licença o governo de Lisboa (pelos Philippes) e o legado apostolico (bispo hicranense).

Luiz de Castro do Rio, senhor de Barbacena, lhes deu o chão para o edificio, e o arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha [1] lhes deu, em 1636, licença para terem o Santissimo.

Desde então exercitaram no seu conventinho todos os actos proprios de uma communidade religiosa. A duqueza de Mantua, regente de Portugal por Philippe IV, tambem lhe era muito inclinada.

Depois da milagrosa restauração de Portugal, em 1640, tambem D. João IV foi sincero protector d'estes padres; mas quem mais os favoreceu foi a esposa d'este sobe-

[1] O appellido *Gaula* procede do vinculo (morgado) d'este nome, na Ilha da Madeira.

[1] D. Rodrigo da Cunha era da illustre casa dos senhores da Tábua. Foi inquisidor do *Santo Officio*, bispo de Portalegre e do Porto, arcebispo de Braga, e depois de Lisboa. Foi a Madrid, á reunião da *junta dos grandes*. Morreu no 1.º de janeiro de 1643.

rono, D. Luiza de Gusmão, que lhes deu grandes esmolas e rendas perpetuas.

Foi então augmentado o edificio, para o que tiveram de vencer-se bastantes difficuldades. Oppunham-se o cura e clerigos da egreja matriz de S. Paulo, a camara e a irmandade dos pescadores. (A camara não queria que a obra se fizesse fóra das muralhas.)

Finalmente, aplanados todos os obstaculos, se lançou a primeira pedra ao novo edificio em 4 de maio de 1659, com toda a solemnidade, assistindo a nobreza, os inquisidores e grande concurso de povo de todas as classes.

Em uma das paredes do templo se collocou depois uma lapide com esta inscripção:

A SACRA E REAL MAGESTADE
DA RAINHA DE PORTUGAL,
D. LUIZA DE GUSMÃO,
FUNDOU ESTE MOSTEIRO,
PARA RELIGIOSOS IRLANDEZES, DE S. DOMINGOS,
DEDICADO A N. S. DO ROSARIO
E AO PATRIARCHA S. DOMINGOS.
4 DE MAIO DE 1659.

No espaço de 4 annos sahiram d'este mosteiro quarenta religiosos para a Irlanda, prégar a religião catholica, grande numero dos quaes alli foram morrer no martyrio.

Hoje d'este mosteiro apenas existe a egreja, que ainda pertence aos padres irlandezes. (Vide *Egreja do Corpo Santo*, a pag. 236 d'este volume.)

19.º—*Paulistas*—(frades congregados de S. Paulo, da Serra d'Ossa)—na calçada do Combro.—Foi principiada a fundação d'este mosteiro em 1647 e concluida em 1649. —Foi seu fundador o padre mestre frei Diogo da Ponte, geral da ordem. D. João IV deu grandes esmolas e algumas rendas para a fundação e para sustento dos religiosos.

O mosteiro era vasto; e o seu rendimento regulava por 6:000 cruzados (2:400$000 réis) que tudo era applicado para as obras; porque o geral dava para os frades 25 moios de trigo por anno, e o mais de que careciam.

Perto do mosteiro possuiam uma quinta, que lhes dava o vinho necessario, e outra em Extremoz, que lhes fornecia o azeite.

Em parte do edificio do mosteiro está aquartelada uma companhia da guarda municipal.

A egreja dos paulistas foi em 1835 feita matriz da freguezia de Santa Catharina.

A egreja parochial primittiva d'esta freguezia foi fundada em 1557, e como soffreu bastante com o terramoto de 1755, foi reedificada em 1757. Era situada no *largo de Santa Catharina*, a que hoje se dá o nome de *rua do Monte de Santa Catharina*. Esta egreja foi profanada e vendida. No local que occupava, se vê hoje um bello palacio construido á moderna.

20.º—*Jesus*—(aos Cardaes de Jesus)—frades franciscanos — vulgarmente chamados *bôrras*.

Havia n'este sitio uma antiga ermida, e junto d'ella umas casas e cardal, que eram de Luiz Rodrigues e seu irmão.

Para a fundação do mosteiro deu o ermitão a capella, e os dois irmãos as suas casas e cardal. Obtida licença do cardeal Alberto, se lançou a primeira pedra no edificio, em 1595; mas a primeira pedra da egreja foi lançada em 30 de junho de 1615, ficando concluida toda a obra, tanto do mosteiro como da egreja, em 24 de fevereiro de 1623.

Soffreu muito com o terramoto de 1755, e foi reconstruida no anno seguinte.

A egreja é um templo magestoso, e o desenho da frontaria é do architecto Joaquim de Oliveira.

No corredor que dá serventia ao cruzeiro da egreja, do lado da Epistola, está um mausoleu de marmore, sustentado por dois leões, onde descançam os ossos do nosso classico, o ministro de estado Antonio de Sousa de Macedo, tendo as paredes e abobadas cobertas de azulejos, e n'elles escriptas, em versos latinos e portuguezes, algumas das suas maximas.

Do lado esquerdo, subindo para a egreja, está a capella dos terceiros, digna de ser vista, porque é mais uma egreja do que uma capella, tendo altar mór e altares late-

raes. Tem tambem um hospital para os irmãos da ordem.

Era o convento da invocação de *Nossa Senhora de Jesus.*

Os religiosos fizeram padroeiro do seu convento a D. João Manuel, para elle e herdeiros, que foram os condes da Atalaia (marquezes de Tancos).

D. João Manuel era filho dos condes da Atalaia, arcebispo de Lisboa, e vice-rei de Portugal por Philippe IV (tomou posse d'este emprego em 12 de maio de 1633.)

Era descendente do rei D. Duarte. Tinha sido bispo de Coimbra. Falleceu em 4 de julho do mesmo anno de 1633.

Este prelado mandou aqui fazer uma riquíssima capella, deixando ao mosteiro 40$000 réis para a fabrica e 160$000 réis para quatro *annaes de missas.*

Havia n'esta egreja sete irmandades e oito confrarias.

Do convento dos *bórras* sahiam os capellães-móres para as armadas reaes, e os missionarios para Angola.

A freguezia das Mercês, que tinha sido creada em 1652, tinha por matriz uma capella de Nossa Senhora das Mercês, situada na rua Formosa. Extinctas as ordens religiosas, passou a bella egreja do mosteiro de Jesus a ser a matriz da freguezia das Mercês, desde 1835, onde actualmente se conserva.

21.º—*Caetanos* (ou *theatinos*)—na rua dos Caetanos—clerigos regulares da Divina Providencia.—Foi fundado pelo padre Antonio Ardizone, d'esta ordem, em 1650.

Este padre veio da India em 1648, e D. João IV, d'ahi a dois annos, lhe confirmou a casa de Gôa, e lhe deu faculdade para levantar esta, que os fieis compraram aos carmelitas descalços de Santo Alberto, em 1653, e continuou em hospicio dos Caetanos, até 1681, em cujo anno D. Pedro II concedeu licença para se fazer convento.

A egreja foi edificada em 1698. Ha n'ella muitas reliquias de santos e quatro irmandades.

Os padres d'este convento eram encarregados de assistirem, no oratorio, aos que hiam ser justiçados.

O terramoto de 1755 arruinou alguma cousa este edificio, que foi reparado em 1757.

A egreja, que depois da expulsão dos seus religiosos, em 1834, tinha ficado ao abandono, e estava bastante arruinada, foi reedificada, principiando as obras em 1856, terminando d'ahi a 11 annos, sendo exposta ao culto publico, com grande solemnidade, em 20 de outubro de 1867.

No edificio do mosteiro está hoje o *Conservatorio Real de Lisboa* e esteve a *inspecção geral dos theatros*, creados por decreto de 15 de novembro de 1836. Tambem aqui estão as aulas de musica, declamação e canto.

(No logar competente tratarei d'este instituto.)

22.º—*Inglezinhos*—(collegio de S. Pedro e S. Paulo) clerigos seculares.—Foi fundado por D. Pedro Coutinho, em 1632, para ter 10 sacerdotes, com a obrigação de tres missas quotidianas, para o que lhes deixou 500$000 réis annuaes. Ensinavam latim, inglez, philosophia, theologia e *controversia*, a 10 estudantes, que, depois de promptos, hiam para Inglaterra confortar os catholicos e luctar com os herejes.

Está situado no largo dos Inglezinhos. Ainda existe.

23.º—Remedios (*marianos*)—frades carmelitas descalços—de Nossa Senhora dos Remedios.—Foi fundado pelos religiosos d'esta ordem, em 1582.

Philippe II trouxe a Portugal os primeiros padres carmelitas descalços. Entre elles vinha o padre frei Ambrozio *Marianno* de S. Bento, que foi o que deu principio á fundação, e é por esta circumstancia que se denominaram *marianos*, aos carmelitas descalços.

A primeira fundação d'este mosteiro foi em umas casas que aos frades doou certo devoto (onde depois se fundou o convento de S. João de Deus.) Por morte do doador, sua mulher, D. Milicia, que não tinha assignado a escriptura de doação, tirou, por de-

manda, esta propriedade aos marianos, em 1604. Mudaram-se os frades para umas casas que compraram junto ao castello de S. Jorge, defronte da egreja de S. Chrispim, mas, ou por não estarem com as precisas commodidades, ou por outro qualquer motivo, mudaram para a freguezia de Santos o Velho (para junto da egreja matriz) em 1606, para duas casas que compraram a Vasco Fernandes Cesar e Francisco Soares.

Foi lançada a primeira pedra no novo mosteiro, em 27 de setembro d'esse anno, concluindo-se a obra em 1611.

A commendadeira, D. Anna de Alencastre, lhes concedeu o direito e senhorio, tanto do seu convento, como do das freiras de Santo Alberto, por umas casas que elles lhe deram em troca, e que estavam na freguezia de S. Thiago.

Este contrato foi feito em 1606.

24.º—*S. João de Deus*—frades de—(fica logo adiante do mosteiro de freiras carmelitas descalças de Santo Alberto.)—Foi fundado por D. Antonio de Mascarenhas, em 1630.

O seu fundador foi sepultado na capella-mór d'esta egreja.

Eram padroeiros os condes de Athouguia.

Tinha um hospital para clerigos pobres. Hoje é quartel infanteria n.º 7.

É á Cova da Moura.

25º—*Carmo*—frades carmelitas calçados—No largo do Carmo—Foi fundado pelo santo condestavel D. Nuno Alvares Pereira, em 1389 concluindo-se em 1422, em cumprimento do voto que fez pela victoria de Aljubarrota, em 14 de agosto de 1385. [1]

A egreja foi sagrada em 1523.—Na egreja, em um magnifico tumulo de jaspe (junto ao altar-mór, no lado do Evangelho) foi sepultado o fundador, e ao pé d'elle, sua mulher, D. Eyria (Iria) Gonçalves.

Tinha este convento mais de 20:000 crusados de renda (8:000$000) fóra as quintas de Corrôios, de Mofacem e da Portella. Chegou a ter 130 religiosos.

—

D'este formoso, vasto e magestoso edificio, não restam senão ruinas. Era um dos mais bellos exemplares de architectura gothica de Portugal, e sem contestação o primeiro de Lisboa. Quasi tudo foi destruido pelo terramoto de 1755, e o tempo e os homens não fazem mais do que juntar a estes restos venerandos, profanação a profanação.

Foi no reinado de D. Sancho II, que a Ordem dos carmelitas calçados (uma das mendicantes) entrou em Portugal. O seu primeiro convento foi fundado na villa de Moura, por uns cavalleiros de Malta, que tinham aportado a este reino, em companhia de alguns religiosos d'esta ordem.

—

Foi d'esta villa que os religiosos vieram, em 1397, antes do convento estar concluido, formar e estabelecer a communnidade no mosteiro de Lisboa.

Hoje ao contemplarmos as nobres ruinas da egreja do Carmo, ficamos justamente pasmados pela grandeza do pensamento, pela elevação da arte e pelo fervor da crença dos portuguezes de ha 500 annos!

—

Do prêço dos salarios do fim do seculo XIV e principio do XV, se póde vêr como um particular (ainda que riquissimo, como era o condestavel) podia levar ao cabo tão vasta quanto sumptuosa fabrica.

[1] O exercito portuguez era commandado por dois mancebos. D. João I, que tinha 26 annos e D. Nuno Alvares Pereira, que tinha 24. Ambos conheciam o perigo. Viam que suas tropas não chegavam ao numero de 12:000 homens, e que as castelhanas (commandadas pelo rei em pessoa e pelos seus mais distinctos generaes) excediam a 60:000, tendo de mais a mais os seus *trons*, que os portuguezes nunca tinham visto nem ouvido.

Os dois chefes portuguezes, em tal aperto, recorreram ao patrocinio da Santissima Virgem. O rei a Nossa Senhora da Victoria, e o condestavel a Nossa Senhora do Vencimento. Ambos cumpriram o seu voto, que produziu duas maravilhas — o mosteiro da Batalha e o do Carmo, de Lisboa.

Os operarios, officiaes, ganhavam por dia 13 réis (o trigo custava a 5 réis o alqueire.) [1]

—

A este templo deu o seu fundador a invocação de NOSSA SENHORA DO VEMCIMENTO, e n'este mosteiro, e depois de uma vida de combates, victorias e boas obras, se recolheu o grande condestavel, tomou o habito carmelitano e aqui falleceu, com 70 annos de edade, em um cubiculo junto da portaria. (Tinha nascido em Cernache do Bom Jardim, em 25 de junho de 1360, e morreu no 1.º de novembro de 1430.) — Vide paginas 248 do 2.º volume.

O seu tumulo (de que já fallei) foi mandado de França pela sua quarta neta, a duqueza de Borgonha. Na frente d'elle, armado de *armas brancas*, havia o vulto de D. Nuno. Tambem sobre a campa estava deitado, mas vestido com o habito dos carmelitas.

O condestavel dotou esta casa com muitas rendas no termo de Lisboa e em outras partes; por isso lhe diziam aqui duas missas quotidianas, uma cantada, e outra resada.

—

Em duas lapides embutidas nas paredes exteriores da egreja, uma de cada lado da porta principal, estavam duas inscripções, em caracteres gothicos, provavelmente do tempo da fundação. Com o atterro que se fez no largo do Carmo, ficou subterrada quasi toda a da direita do espectador e parte da da esquerda; pelo que, mais modernamente (mas antes de 1755) se embutiram na mesma parede, outras duas lapides, que provavelmente são a traducção das antigas, e que ainda hoje facilmente se podem lêr. A da direita (do S.) diz:

TODO FIEL CHRISTÃO Q. BEIJAR ESTA CRVS, GANHA QVARENTA DIAS DE PERDAM.
CLEMÊTE 7.º E PIO 5.º CONCEDERÃO AOS FIEIS XPÃOS QVE VISITAREM AS IGREJAS DE N. SRA. DO CARMO, AS INDULGENCIAS DAS ESTAÇÕES DE ROMA, DE DENTRO E FÓRA DOS MUROS TENDO A BVLA DA S. CRVSADA.

A inscripção da esquerda do espectador (a do N.) diz:

NA ERA DE 1523, A 30 DIAS DO MES DE AGOSTO, FOI SAGRADO ESTE MOSTEIRO, POR DÕ AMBROSIO, BPO. DE RVSIONA Q. CONCEDEO A TODOLOS VISITÃTES ESTA CASA 40 [1] DIAS DE REMISA DOS PECCADOS, E PELA

ORDE SÃ CÕCEDIDOS 400 ANOS E 85 CORESMAS DE PERDÃ, E CADA DIA DO OVTAVR.º 85 ANOS E 85 CORESMAS DE PERDÃ, A QUAL CÕSAGRAÇÃ SE FES PELA ALMA BRÃCA ROIZ TALHEIRA, Q. DEIXOV SVA [2] FAZENDA AO MOSTEIRO DE NOSSA SRA.

Na egreja havia oito capellas, de administradores, todas de missa quotidiana, e mais seis confrarias — a de Nossa Senhora do Carmo—a de Nossa Senhora da Piedade—a da Vera Cruz—a de Santa Luzia—a de Sant'Anna—e a de S. Roque. Rendiam todas 500 crusados. (200$000 réis.)

O terramoto de 1755 arruinou o convento, e lançou por terra a egreja, da qual apenas ficaram de pé as paredes exteriores. Os religiosos, levando comsigo a imagem de

[1] A differença, espantosa na apparencia, entre os preços dos salarios e dos generos, dos nossos dias e dos d'aquelle tempo, não é tão desproporcionada como á primeira vista póde parecer a muitos.

Se reflectirmos que Portugal não tinha então cultivadas nem talvez a quarta parte das terras hoje productivas—se nos lembrarmos que as communicações, tanto por terra como por mar, eram muito mais morosas e difficeis do que são agora e que portanto os generos que nos vinham dos paizes agricolas deviam custar mais caros — e, sobretudo, se considerarmos que o ouro, a prata, e até o cobre, teem subido espantosamente de valor — vimos a tirar a conclusão de que, verdadeiramente, o que tem soffrido a differença é o valor da moeda e não o dos generos. Devemos lembrar-nos que no seculo XIV ainda havia *reaes d'ouro e de prata*. Se fossemos a fazer uma conta exacta, talvez então fossem as cousas mais caras do que actualmente.

[1] N'esta linha falta o preposição *de*, depois de visitantes.

[2] N'esta linha falta a preposição *de* antes de Branca.

Nossa Senhora do Carmo, fugiram para o Campo Grande, onde fizeram barracas, em que viveram até vespera de Natal.

N'esse dia, passaram para uma ermida que tinham mandado fazer, ás Amoreiras, junto ao arco das Aguas Livres.

O frontispicio da egreja que ainda existe pertence á construcção primittiva; porém as columnas e arcos interiores, que dividem as naves, mostram que, depois do terramoto, tentaram os frades reedificar este bello e magestoso monumento, conservando-lhe a ordem architectonica e elegangia primittiva.

> Parece-me impossivel que em uma cidade como Lisboa, onde em todos os tempos tem havido homens illustrados, conscienciosos indagadores das nossas cousas, não haja memoria escripta pela qual conste quando e por quem foram levadas a effeito as magnificas obras que vemos aqui feitas depois do terramoto. Nada—que me conste—se sabe a similhante respeito, e, se não fosse vermos aquellas altas e elegantes arcarias, denunciando, apesar da sua architectura gothica, a posterioridade da sua construcção, nem saberiamos que houve a firme tenção de reedificar este templo, e que, para isso, se gastaram ainda não poucos contos de réis.

Era o templo de tres naves e muito claro, tendo oito capellas, quatro de cada lado. A capella-mór era allumiada por grandes janellas na ordem inferior, e tendo onze na superior.

Além d'isto, de cada um dos lados, havia duas.

Por cima dos altares lateraes, nas naves, mettida nas paredes, até ao cruseiro, havia uma galeria, com entrada pelo interior do convento e pelo côro, deitando para a egreja uma tribuna, sobre cada um dos altares, o que era de bello effeito, servindo ao mesmo tempo para a boa distribuição do ar e da luz na egreja.

O comprimento do templo, desde a porta principal da entrada até ao altar-mór, é de 327 palmos (71^{m},94) e a largura das 3 naves, 100 (22 metros.) — A sua altura é de 112 palmos (24^{m},64.)—O vão dos arcos que separam as naves, tem 27 palmos (5^{m},94.)—A altura dos arcos é de 78 palmos (17^{m},16.) A capella-mór, tem 30 palmos de largura (6^{m},60) a sua altura são 70 (15^{m},40.)—O cruseiro tem 40 (8^{m},80) de largura, 150 (33^{m}) de de comprimento.

Valia bem a pena, por uma subscripção nacional, restaurar-se este templo, não só por amor da arte, como por attenção ao culto catholico; por memoria de gratidão pelos muitos e grandes serviços feitos á patria pelo condestavel; por ser um padrão que nos recorda um dos factos mais gloriosos da nossa historia; e, finalmente, em testemunho de respeito pelo culto da Virgem Santissima, protectora dos portuguezes, para quem foi, em todos os tempos, e continuará a ser sempre, objecto da mais sincera devoção.

Esta obra, se se levasse a effeito, não demandaria grandes sommas, visto que a obra de cantaria, está na sua maior parte, em bom estado, e pouco havia a reformar e agmentar.

Estou persuadido que todos os portuguezes de bom grado concorreriam para uma obra, por tantos titulos verdadeiramente nacional.

—

N'este templo e convento foram sepultadas muitas pessoas illustres em nobreza e em lettras. Além do condestavel [1] e de sua mãe, tambem aqui repousavam as cinzas da duqueza de Bragança, D. Joanna de Castro, mulher do 2.º duque, D. Fernando I, e alguns outros membros d'esta nobilissima familia — Manuel da Silva, conde de Villa-Maior e 1.º marquez de Alegrete—o celebre

[1] O tumulo do condestavel, de que já fallei, foi destruido pelo terramoto, mas não assim os ossos do heroe, que os frades depois substituiram por outro egual, de madeira, e está em S. Vicente de Fóra. Sua mãe estava em um nicho, embutido na parede, junto ao tumulo de seu filho.

jurisconsulto, Manuel Alves Pegas (natural de Extremoz) — o padre Antonio de Carvalho Costa (auctor da *Chorographia Portugueza*) — o célebre Alfageme de Santarem —Duarte Brandão—Antonio Ferreira—D. Miguel de Almeida—Jorge Ferrão de Evora—Jorge Pimentel—João de Guimarães. e outros muitos varões de não menos importancia.

—

Trinta e tres annos de trabalhos nunca interrompidos se gastaram n'este monumento. Durante a sua construcção, por duas vezes abateu a capella-mór, sendo preciso da terceira vez, abrirem-se os *caboucos* para assentar os alicerces abaixo do nivel do valle onde hoje é a praça do Rocio! Só assim se pôde conseguir a solidez dos seus altos e robustos muros, que teem resistido a varios terramotos, ao fogo que se seguiu ao de 1755, á acção destruidora de quasi cinco seculos, e que desafiam impavidos as injurias do tempo.

Os religiosos reconstruiram o convento pouco depois do terramoto, e foram habitar n'elle até 1833, anno em que foram expulsos do seu mosteiro.

Quanto á egreja, já disse que se principiou a sua reedificação; mas não se sabe em que anno, se foram os religiosos, se foi D. José I, ou se foram esmolas dos fieis. O que se sabe, e se vê é que aquellas esbeltas e robustas arcarias estão testemunhando o desamor dos governos portuguezes de ha um seculo até hoje, pelos monumentos respeitaveis, que tanta attenção lhes deviam merecer, por nos recordarem tantos factos gloriosos da nossa historia.

Pela extincção das ordens religiosas deram-se varias applicações ao edificio do mosteiro, até que, por fim, se destinou a quartel principal da guarda municipal lisbonense, e é do que actualmente está servindo.

—

As obras novas da egreja distinguem-se perfeitamente das antigas, não só pela alvura dos marmores, como porque as primittivas estão ennegrecidas pelo tempo e estaladas pelo incendio.

Entre as muitas alfaias e preciosidades que este convento possuia, notava-se a terrivel espada do valorosissimo condestavel, e o sceptro de D. João I, de Castella, tomado por D. Nuno Alvares Pereira, na gloriosa batalha de Aljubarrota.

> A espada foi encontrada nos entulhos; mas os frades, achando-a muito comprida, a mandaram cortar, para a pôrem na mão de Santo Elias, que sahia armado com ella na procissão de *Corpus Christi*. A espada, que tinha oito palmos (1^{m},76) ficou reduzida a 1^{m},7. Tem por ornato uns rendilhados, recortados no centro, formando cinco vãos, tres oblongos, *tremidos*, e dois em fórma de coração, singularidade que se não encontra em outra qualquer espada contemporanea. Depois de 1834, esta espada está no archivo da casa real.

—

O sr. J. Possidonio Narciso da Silva, esclarecido archeologo e sollicito investigador de monumentos nacionaes, e presidente da associação dos engenheiros civis portuguezes, conseguiu que o governo lhe concedesse a egreja do Carmo, para alli fundar um *museu archeologico*, e tem empregado todo o seu zelo, boa vontade e aptidão para levar a cabo o seu patriotico e louvavel intento. Já aqui se admiram objectos de grande valor historico, geologico e archeologico, e é de esperar da sua dedicação e da dos seus consocios, que dentro em poucos annos este museu attinja um desenvolvimento e prosperidade dignos dos cavalheiros benemeritos que o fundaram. [1]

[1] Apesar de todas as diligencias que tenho empregado, não me foi possivel obter um catalogo de todos os objectos existentes n'este museu, o que me priva de mencionar aqui, succintamente, ao menos, os mais notaveis. No museu municipal do Porto (que foi do sr. Allen) vendem-se aos visitantes que os pretendem, catalogos de todos os objectos alli expostos, contendo a sua descripção e historia abreviada. O museu archeologico do Carmo devia fazer o mesmo, e estou persuadido que a receita devia dar sufficientemente para a despeza.

26.º—*Arrabidos* (na rua de S. Pedro d'Alcantara)—Foi fundado por D. Antonio Luiz de Menezes, conde de Cantanhede e primeiro marquez de Marialva, em acção de graças pela victoria de *Montes Claros* (17 de junho de 1665). O fundador comprou umas casas que eram do conde d'Avintes, e outras que eram de Marcos Rodrigues Tinoco, immediatas, para levar a effeito o cumprimento do seu voto. A primeira pedra foi lançada em 19 de abril de 1685.

Depois da expulsão dos religiosos, foi o edificio do mosteiro destinado para recolhimento de orphans, e é do que actualmente está servindo.

27.º—*S. Bento da Saude* (no largo de S. Bento, freguezia de Santa Isabel)—Foi fundado pelo geral da ordem benedictina, D. frei Balthasar de Braga, e pelo desenho de Balthasar Alvares. Principiou a sua construcção em 1598 e ficou concluida a obra em 1615. É um edificio vasto e tinha grandes rendas.

Expulsos os religiosos do seu mosteiro, foi este destinado, logo em 1834, para o paço chamado das côrtes.

Pela retaguarda d'este edificio, do lado da calçada da Estrella (S.) foi construido, em 1866, um sumptuoso edificio para as sessões da camara dos pares. Tambem n'este edificio está actualmente o cartorio geral de todo o reino, chamado Torre do Tombo, de que fallarei no logar competente.

28.º—*Nerys* (Rilhafolles)—frades da Congregação do Oratorio, de S. Philippe Nery. Foi fundado pelos religiosos e com esmolas dos fieis, em 1630.

O hospital dos alienados occupa actualmente este edificio. D'elle fallarei quando tratar dos hospitaes de Lisboa.

É situado mesmo no pateo de Rilhafolles (na rua da Cruz da Carreira) freguezia da Pena.

29.º—*Congregados de S. Raphael*—no principio da rua da Adiça, entre as ruas de S. Pedro e S. João da Praça. No largo ainda hoje chamado de S. Raphael, estava uma capella e um hospicio d'esta ordem. Foi fundado pelos padres congregados, pelos annos de 1600. O hospicio cahiu pelo terramoto, escapando apenas a capella, com poucos damnos, que foram reparados. Depois de 1834 foi vendida a capella e o chão do hospicio (que era muito pequeno). O comprador arrasou a capella, e no seu logar construiu o predio que agora alli se vê.

30.º—*Santa Rita*—eremitas de Santo Agostinho. Não pude saber quando nem por quem foi fundado. Apenas se sabe que os religiosos tomaram posse d'este mosteiro, em 1748.

Está hoje aqui estabelecido o quartel da 3.ª companhia da guarda municipal. É na rua de S. Sebastião da Pedreira.

—

Os outros conventos, de ambos os sexos, que ficam fóra das barreiras, vão nas localidades onde se acham.

—

Relação dos bispos, arcebispos e patriarchas de Lisboa.

Bispos

Já disse em mais de uma parte d'esta obra, que ha duvidas entre os escriptores, sobre o anno em que pela primeira vez foi prégado o Evangelho na Lusitania. Uns dizem que foi no anno 34 de Jesus Christo; outros que no de 36; outros, em 42; e, finalmente, outros em 52.

Tambem não ha memorias escriptas que nos provem satisfatoriamente a existencia de todos os bispos de Lisboa, desde *S. Manços* até *Nestorianno*, isto é, desde o anno 34 ou 36 de Jesus Christo até ao de 587. Designam-se estes bispos pelo adjectivo de *tradicionaes*; porque a sua existencia apenas consta por tradição.

São 17 os bispos d'esta classe, de que ha memoria; porém, ou ignoramos a existencia de alguns, ou a diocese lisbonense esteve por varias vezes sem prelado, o que nos demonstram os longos periodos que decorrem entre uns e outros de alguns dos bispos.

Attendendo a que nos primeiros seculos do christianismo, quasi que só se nomeavam bispos, varões de edade madura, vemos que não podiam ser bispos tantos annos alguns dos tradicionaes. Por exemplo: S. Manços foi bispo desde 34 até 92—58 annos. Philippe, desde 92 até 166—74 annos. S. Pedro, 1.º, desde 166 até 213—47 annos. Antonio, desde 373 até 430—57 annos, etc.

Notemos porém que alguns escriptores dizem que entre S. Manços e Philippe, houve um outro bispo, cujo nome se ignora. Eis os bispos tradicionaes:

1.º—S. Manços, foi eleito em 34 (?)
2.º—Anonymo.
3.º—Philippe Philoteu, em 92.
4.º—S. Pedro I, em 166.
5.º—Pedro II, em 213.
6.º—Jorge, em 260.
7.º—S. Gens, em 284.
8.º—Pedro III, em 297.
9.º—Januario, em 300.
10.º—Potamio, em 356.
11.º—Antonio, em 373.
12.º—Neobridio, em 430.
13.º—Julio, em 461.
14.º—Azulano (ignora-se quando foi eleito. Morreu em 500) (?)
15.º—João, em 500.
16.º—Eolo, em 536.
17.º—Nestoriano, em 578.

BISPOS QUE CONSTAM POR DOCUMENTOS AUTHENTICOS

1.º—PAULO I—Assigna-se-lhe o anno de 589, porque n'elle appareceu firmado, em decimo oitavo logar, no concilio III de Toledo, convocado a instancias do rei Ricaredo; porém acredita-se que já occupava a cadeira episcopal olissiponense antes d'esta epoca.

2.º—GOMA, ou como outros pretendem *Gomarelo*—Apparece a sua memoria na confirmação do decreto do rei Gondemaro em favor da egreja de Toledo, em virtude do synodo que se celebrou no anno 610, que assignou no duodecimo logar. No concilio de Tarragona, em 614, tambem vem assignado o seu nome por procuração. Havendo quem duvide que este bispo succedesse ao precedente, declara-se comtudo que não consta de outro que o antecedesse.

3.º—VIARICO, ou *Ubarico* na opinião de outros, e *Dialico* na de alguns, formam um unico bispo, apesar de certos auctores fazerem d'estes tres nomes dois bispos; o que se deve á diversa maneira porque elle apparece assignado nos documentos, achando-se subscripto com o primeiro nome no IV concilio toledano, no anno 633; no 5.º em 636, com o nome *Ubaricus;* e no 6.º com a assignatura de *Dialico*. As melhores opiniões dizem que foi uma e a mesma pessoa, e que se vinte annos de interpollação apparecem entre este e o precedente bispo, não ha memoria veridica de nenhum prelado entre ambos.

4.º—NEUFRIDIO ou *Neufredo*—No 7.º concilio de Toledo, em 646, apparece este nome assignado por seu procurador, o abbade Crispino.

5.º—CESARIO ou *Cesar.*—Assistiu ao 10.º concilio de Toledo, no dia 1 de dezembro de 656, e assignou em undecimo logar.

6.º—THEODORICO.—Assignou expressamente como bispo da *Santa Egreja Olissiponense* no concilio de Merida, no anno 666.

7.º—ARA.—Não certificam os auctores se foi o immediato a *Theodorico;* comtudo não ha memoria de outro. Assistiu ao 13.º concilio de Toledo, que assignou em ultimo logar. Anno 683.

8.º—LANDERICO.—Assignou no quinquagessimo sexto logar a acta do 15.º concilio de Toledo, em 688; e no quinquagessimo quarto a do concilio 16.º Alguns auctores dizem que a este succedeu *Harderico* que foi o que assistiu ao 16.º concilio, mas as melhores opiniões são que um e outro nome constituem o mesmo bispo.

Aqui se interrompe a serie dos prelados de Lisboa desde o anno 714 até ao de 1147,

porque, assenhoreados os mouros da peninsula, interromperam-se esses concilios mixtos que se celebravam no tempo dos reis godos, e que nas suas actas nos conservaram a memoria dos bispos que acima acabamos de assentar. Não duvidamos e até acreditamos que, apesar do dominio mauritano, tanto a Egreja olissiponense como as outras em que a peninsula estava dividida, continuassem a ser regidas por pastores especiaes, não só porque o zelo, a dedicação e a constancia dos prelados da antiga egreja não arrefecia, antes se exaltava em vista do perigo, chegando-nos a deixar documentos irrefragaveis de como sabiam sustentar a sua auctoridade não trepidando ante os imperantes; mas tambem por ser sabido que na epoca da restauração d'este reino e das Hespanhas os habitavam infindas familias que tinham conservado viva a fé christan, em cujo fervor necessariamente deviam ser avivadas pelo sacerdocio; e auctores ha que affirmam que na egreja dos Santos Verissimo, Maxima e Julia, onde hoje está estabelecida a freguezia de Santos o Velho; no monte de S. Gens, que hoje é o sitio designado por Nossa Senhora do Monte, e na egreja de S. Felix, em Chellas, nunca foi interrompido o culto ao verdadeiro Deus. O testemunho frisante d'essas esplendidas victorias ganhas pelo conde D. Henrique e seu filho D. Affonso, n'estas terras de Portugal, expulsando os mouros que as senhoreavam; o enthusiasmo com que viam as massas desposarem a sua causa; o proprio fervor dos primeiros monarchas portuguezes na restauração dos templos e mosteiros, e edificação de novos, comprovam que a religião catholica estava arraigada na população, que olhava aquelles fundadores da monarchia como os restauradores da religião dos seus antepassados, desculpando-lhes por isso a descendencia estrangeira para os acclamar seus reis. Comtudo, os documentos onde podessemos ler a historia da egreja olissiponense n'estes quatro seculos e meio não chegaram ao conhecimento dos nossos mais antigos escriptores, o que não é para admirar attentas as razões acima adduzidas; e assim forçados a não podermos supprir essa lacuna, proseguiremos o nosso trabalho, tomando agora por ponto de partida a conquista de Lisboa pelo inclito monarcha D. Affonso Henriques.

9.º—D. Gilberto, inglez.—Viera na armada estrangeira, que ajudou D. Affonso Henriques a conquistar Lisboa no anno de 1147. Foi sagrado pelo arcebispo de Braga, D. João de Portugal, e assim ficou a egreja de Lisboa suffraganea de Braga, tendo-o sido até então de Mérida. Fundou as parochias de Nossa Senhora dos Martyres, S. Vicente, e Santa Justa; e no anno de 1150 estabeleceu o cabido na sua Sé, ordenando que alli se rezasse pelo Breviario da Egreja de Salisbury, o que se observou até ao anno de 1536. Falleceu aos 27 de abril de 1166, tendo governado 19 annos. Foi sepultado na Sé.

10.º—D. Alvaro.—Foi mestre-escóla da Sé, e nomeado por D. Gilberto, ainda em sua vida, seu coadjutor e successor, o que impugnaram os conegos quando principiou a exercer a dignidade em 1166, mas que o papa Alexandre III decidiu a seu favor em 1168. Constituiu as parochias de S. Jorge, Santa Cruz, S. Bartholomeu e S. Martinho. Foi em seu tempo que teve logar a trasladação do corpo de S. Vicente, martyr, do Algarve para Lisboa. Falleceu em 11 de setembro de 1185, tendo governado 19 annos. Foi enterrado na sua Sé.

11.º—D. Soeiro I.—Havia sido eleito ainda em vida do seu antecessor, e principiou a governar desde o anno de 1185 até ao dia 28 de setembro de 1209, em que se finou. Desde o anno de 1199 ficou este bispado suffraganeo do de Compostella, por composição que fez Sua Santidade Innocencio III, com os arcebispos de Braga e Santiago. Estabeleceu na sua cathedral as quartenarias, para serem em maior numero os ministros da egreja, e pela estima que lhe dedicava el-rei D. Sancho I, obteve para a sua cathedral muitos privilegios.

12.º—D. Soeiro Viegas II.—Principiou a

governar no anno de 1211; e foi enviado a Roma por el-rei D. Affonso II, para informar ao pontifice sobre a causa de litigio que este monarcha trazia com suas irmãs, conseguindo se por via d'este bispo compor-se a negociação. N'esta viagem tratou com S. Boaventura, e não foi menos afortunado na amisade, que contrahiu com S. Domingos e S. Francisco, da qual resultou a admissão de suas religiões em Lisboa. A este prelado se deveu a conquista de Alcacer do Sal, praça mauritana mui forte, no anno de 1219. Por causa da perseguição que lhe moveram os validos de D. Sancho II, teve de peregrinar por terras estranhas, até que o papa Gregorio IX o restituiu á patria com grandes honras. Falleceu a 9 de janeiro de 1232, e foi sepultado na cathedral.

13.º—D. Payo.—Tinha sido conego em Viseu, e D. prior de Guimarães. São as unicas noticias que ha d'este prelado, que falleceu no anno seguinte á sua eleição; em 19 de abril de 1233.

14.º—D. João I.—Pouco tempo governou tambem a diocese, porque depois da sua exaltação, em 1240, se ausentou para Roma, em consequencia dos disturbios do reino, e ahi falleceu no anno de 1241.

15.º—D. Ayres Vaz ou Vasques.—Não consta a época da sua nomeação, e o primeiro acto em que figura é o da fundação da collegiada de Santa Maria de Marvilla, de Santarem, em novembro de 1244. Assistiu ao concilio que em 1245 se celebrou em Leão, de França, e ao qual foi presente o papa Innocencio IV. No anno de 1248 fez as Constituições para a sua diocese, e assentou novas demarcações ás respectivas parochias. Sagrou a egreja de Alcobaça em setembro de 1252, e em 1254 assistiu ás côrtes de Leiria. Acompanhou sempre el-rei D. Affonso III nas guerras e conquistas do Algarve. Falleceu a 6 de outubro de 1258 em S. Vicente de Fóra, onde se diz tivera o habito de religioso. Nascera nas terras do Lima, sendo filho de paes nobilissimos.

16.º—D. Matheus.—Depois de eleito, em 1259, passou a Roma a tratar varias negociações, por parte de D. Affonso III, com os pontifices Alexandre IV e Urbano IV, e d'ahi veio sagrado. Celebrou tres synodos em Lisboa, e no ultimo publicou novas Constituições para a sua diocese. Erigiu a parochia de S. João Baptista, e S. Matheus, no Lumiar. No anno de 1264 fez celebrar em Lisboa, com grande pompa, a festa do Corpo de Deus, pouco antes instituida por Urbano IV. No anno de 1272 passou novamente a Roma a tratar negocios de el-rei e da sua diocese, regressando no anno de 1280, em que continuou no regimen da sua egreja, até que se finou aos 19 de setembro de 1282, sendo sepultado na sua cathedral.

17.º—D. Estevão Annes de Vasconcellos.—Desempenhou a dignidade episcopal desde o anno de 1284 até ao anno de 1290, em que falleceu, ausente da diocese, como quasi sempre o esteve durante o seu governo. Assistiu a um concilio que se celebrou em Braga no anno de 1286. A sua eleição foi approvada pelo papa Nicolau IV. Era descendente do esforçado capitão Martim Moniz, cujo nome ficou famoso na tomada do castello de Lisboa.

18.º—D. Domingos Jardo.—Este varão insigne em letras, nasceu n'um logar da freguezia de Bellas, e do qual tomou o appellido. Cursou a Universidade de Paris. Pela sua erudição foi nomeado capellão d'el-rei D. Affonso III, e tambem do seu conselho, recebendo depois de el-rei D. Diniz o emprego de chanceller-mór, e a elevação ao bispado de Evora no anno de 1283, d'onde foi transferido para o de Lisboa em outubro de 1289. Fundou o hospital de S. Paulo, que depois foi o convento de Santo Eloy, de conegos seculares de S. João Evangelista (Loyos), onde foi enterrado, tendo fallecido a 16 de de dezembro de 1293. N'esta sua fundação estudaram os principaes talentos, que n'aquella época floresceram em Portugal.

19.º—D. João Martins de Soalhães.—

Elevado á cadeira episcopal no anno de 1294, principiou o seu governo pela fundação do mosteiro de Santa Clara, n'esta diocese; e no anno seguinte isentou o de Odivellas da jurisdicção dos bispos. Instituiu o morgado de Soalhães. No anno de 1307 fez synodo e ordenou novas Constituições. Assistiu aos concilios provinciaes que os arcebispos de Compostella celebraram nos annos de 1306 e 1310. Foi depois promovido a arcebispo de Braga, onde se finou este illustre descendente da familia dos Porto-Carreiros, no 1.º de maio de 1325.

20.º—D. Fr. Estevão ii.—Foi religioso de S. Francisco, e achando-se em Avinhão a tratar negocios d'el rei D. Diniz com o papa Clemente V, ahi foi nomeado bispo do Porto, e administrador dos bens dos templarios, em Portugal; administração com que passou ao bispado de Lisboa, para onde foi transferido por bulla de 8 de outubro de 1312. Aqui teve desavenças com o cabido, e por isso voltou a Avinhão, onde Sua Santidade o proveu no bispado de Cuenca, em Castella. Fallecendo n'aquella cidade no anno de 1336, foi seu corpo transportado para o convento de Santa Cruz, em Coimbra para o qual havia alcançado muitas mercês do Summo Pontifice.

21.º—D. Gonçalo Pereira.—Creado no paço de el rei D. Diniz, este ascendente do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, depois de estudar em Salamanca foi deão da Sé do Porto. Empregado em varias negociações com a curia romana, então em Avinhão, ahi foi eleito bispo de Evora, o que se não confirmou, sendo depois nomeado bispo em Lisboa pelo papa João XXII, em 21 d'agosto do anno de 1222. Em 1324 celebrou synodo. Passou para arcebispo de Braga em 1326, finando-se n'esta cidade no anno de 1358, depois de ter sido arbitro de pazes entre principes poderosos e ter desenvolvido o seu genio bellicoso em varias acções com os castelhanos, tornando-se notavel na famosa batalha do Salado, onde acompanhou el rei D. Affonso IV. Falleceu em 1385, e jaz na Sé primacial de Braga.

22.º—D. João Affonso de Brito.—Foi eleito bispo d'esta diocese em 4 de narço de 1326, achando-se então em Avimão, e sendo deão da Sé de Evora, foi quen ministrou na sua Sé as bençãos matrimoniaes ao principe D. Pedro, filho d'el rei D. Affonso IV e a D. Constança, sua primeira esposa. Entregou-se esmeradamente á reforma do seu clero. Falleceu a 25 de Julho de 1341, cheio de annos e de virtudes.

23.º—D. Vasco Martins.—Era sobrinho do bispo do Porto, D. Giraldo, e a este succedeu n'aquella dignidade, sendo transferido, passados 14 annos, para a diocese de Lisboa, em 26 de agosto de 1342. Visitou frequentemente as egrejas d'este bispado. Foi o auctor do livro intitulado *Roda*, que servia para n'elle se lançar todo o rendimento da Sé. Falleceu no anno de 1344, e foi sepultado na sua cathedral.

24.º—D. Estevão Annes—O pontificie Clemente IV, achando-se em Avinhão, onde tambem estava este ecclesiastico, foi quem o promoveu no anno de 1344 ao bispado de Lisboa. Nunca veio ao reino, governando sempre a Egreja por vigarios geraes, e falleceu no anno de 1348, ou 49.

25.º—D. Theobaldo—Era francez de nação. Foi tambem eleito pelo pontifice Clemente VI, em Avinhão, e nunca veio ao reino, governando, como o seu antecessor, por vigarios geraes. Finou-se em 28 de maio de 1356.

26.º—D. Reginaldo—Tambem era francez, e familiar do papa Clemente VI, que o elegeu prelado lisbonense, a 20 de junho de 1356, governando sempre a diocese por vigarios geraes, até que foi transferido para o bispado de Autun, em França.

27.º—D. Lourenço Rodrigues—Foi promovido a bispo de Lisboa em agosto de 1358. Estabeleceu em Lisboa alguns anniversarios. Cuidou muito na reforma do clero ao qual deu constituições, que rigorosamente fazia observar, assim como todos os annos visitava a diocese. Morreu em 19 de junho de 1364.

28.º — D. Pedro Gomes Barroso — Alguns lhe chamaram *D. Pedro Gomes d'Albernoa*, e ha divergencia sobre a sua naturalidade, não havendo porém duvida de que era hespanhol. Foi eleito bispo no anno de 1365. Conservou-se quasi sempre em Avinhão; e do bispado de Lisboa foi transferido para o de Coimbra, e ultimamente para o de Sevilha, onde falleceu em 1374.

29.º — D. Fernando — Regeu a egreja de Lisboa desde a anno de 1370, e supposto a governou de Avinhão a maior parte do tempo, parece comtudo que veiu a Lisboa, ou então, fallecendo em França, determinou que o seu corpo fosse enterrado em a nossa cathedral, pois que no anno de 1743 se encontrou na capella mór uma lapida que assim o testificava.

30.º — D. Vasco II — Em Avinhão, onde se achava, foi eleito bispo de Lisboa pelo papa Gregorio XI, no anno 1371, mas só dois mezes regeu esta egreja, por ser elevado depois á dignidade de arcebispo de Braga, onde falleceu em 18 de novembro de 1372.

31.º — D. Agapito Colona — Era romano e regia o bispado de Brescia, em Veneza, quando foi transferido para a nossa diocese em 1371. Governou esta egreja nove annos, mas renunciando o bispado foi feito cardeal com o titulo de Santa Prisca, retendo todavia o governo d'esta diocese até a morte, succedida em 3 de outubro de 1380.

32.º — D. João de Aix — Francez de nação, foi eleito em 1381, governando a diocese lisbonense sómente dois annos, porque foi transferido para arcebispo de Aix, sua patria.

33.º — D. Martinho — Era castelhano. Tendo sido bispo de Silves, no Algarve, foi eleito arcebispo de Braga, pelo respectivo cabido, o que não foi approvado pelo papa Gregorio XI; porém depois o papa Clemente VII, em 1381, o transferiu para a Sé de Lisboa. Delimitou novamente as parochias da sua diocese. Foi este bispo aquelle que quando teve logar a acclamação de el-rei D. João I foi precipitado da torre da Sé de Lisboa, no dia 6 de dezembro de 1383. Já era fallecido quando o papa Clemente VII o elevou á eminencia de cardeal.

34.º — D. João Annes — Eleito bispo em 1383, sendo conego da Sé de Lisboa. Reformou o clero, e tratou do augmento das egrejas da sua diocese, visitando-as consecutivamente. Havia onze annos que desempenhava esta dignidade, quando a diocese de Lisboa subiu á hierarchia de arcebispado.

Arcebispos de Lisboa

Quando a casa de Aviz subiu ao throno portuguez, muitas foram as isenções e privilegios com que o primeiro monarcha d'esta linha, el rei D. João I, gratificou os moradores de Lisboa, pelo apoio e auxilio que lhe prestaram; e para que ainda mais se estendessem essas mercês, tratou de obter do papa Bonifacio IX que a diocese de Lisboa tivesse fôro metropolitano, isenta, e sem dependencia de outro superior, mais que da Sé apostolica, pois já dissemos que desde 1199 era suffraganea de Compostella, desde que a demittira de si o arcebispo de Braga D. Martinho Pires. Sua Santidade mandou portanto passar para aquelle fim a bulla de 10 de dezembro de 1394, assignando-se por suffraganeos ao arcebispo de Lisboa os bispos de Lamego, Guarda, Silves e Evora, ficando comtudo dois annos depois esta ultima diocese isenta de tal obediencia.

Desde então até hoje contou a diocese de Lisboa 20 arcebispos, cuja taboa chronologica é pela maneira seguinte:

1.º — D. João Annes — Dissemos acima que este prelado occupava havia 11 annos a cadeira episcopal, quando a egreja de Lisboa foi elevada á dignidade arcebispal. Por suas virtudes foi exaltado tambem o nosso bispo, e assim regeu a diocese mais 18 annos e 10 mezes, tendo n'este periodo algumas contestações com o bispo de Evora sobre a sua isenção, e com o do Porto sobre a fundação da egreja do Salvador. Falleceu a 3 de maio de 1402, e foi sepultado na sua Sé.

2.º—D. João Esteves de Azambuja.—Foi promovido ao arcebispado no anno de 1402. Passou á Italia para assistir ao concilio de Pisa, no anno de 1409, afim de se serenar o scisma que então dividia a Egreja. Foi a Jerusalem visitar os logares santos. O papa João XXIII, em attenção aos seus meritos, conferiu-lhe o capello de cardeal, com o titulo de S. Pedro ad vincula, e de Santa Eudoxia, ficando-lhe o arcebispado em titulo de commenda. Dirigiu-se de Roma a Constança, para assistir a novo concilio, e na retirada para Portugal, enfermou gravemente em Bruges, cidade de Flandres, onde falleceu a 23 de janeiro de 1415. Edificou e dotou o mosteiro do Salvador de Lisboa, e para este se trasladaram os seus despojos mortaes. Nas guerras de D. João I com Castella militou valentemente, e foi depois d'ellas que seguiu o estado ecclesiastico, sendo conego de Coimbra e de Evora, prior da egreja de Monção, e da Alcáçova em Santarem. Foi confessor de el-rei D. João I, e por este monarcha encarregado de lhe sollicitar em Roma dispensa para casar, pois era professo na Ordem de Aviz. Foi depois bispo do Porto e de Coimbra, d'onde passou para o arcebispado de Lisboa.

3.º—D. Diogo Alvares.—Foi D. prior de Guimarães, e depois bispo de Evora, vindo por fim a ser eleito arcebispo de Lisboa no anno 1414, ainda em vida do precedente; mas descuidando-se na expedição das bullas o cabido não lhe quiz dar posse, no que tiveram grande parte D. João I, o infante D. Pedro, e os grandes do reino; não lhe valendo a intercessão do papa Martinho V para com el-rei, afim de o deão e o cabido desistirem das duvidas com que lhe impediam a administração da egreja. Por este motivo o arcebispo retirou-se para Evora, onde se finou em 5 de maio de 1424.

4.º—D. Pedro de Noronha.—Nasceu nas Asturias, sendo seu pae o conde de Gijon, neto por bastardia de Henrique II de Castella, e de D. Fernando de Portugal. Teve no anno de 1419 a administração do bispado de Evora, e foi promovido a arcebispo de Lisboa em 1424. Porque se descuidava dos deveres da sua pastoral obrigação, foi reprehendido pelo papa Martinho V, provendo-se a estas cousas com o concilio provincial que se celebrou em Braga a 22 de dezembro de 1426. No anno de 1428 foi por embaixador a Aragão, para tratar do casamento do infante D. Duarte com a infanta D. Leonor. Por morte de el-rei D. Duarte oppondo-se os Tres Estados á determinação de ser a rainha governadora e regente do reino, o arcebispo tomou partitido por esta, e como por tal fosse perseguido retirou-se para Castella, tendo aqui sequestradas as suas rendas. Por fim, a pedido de Urbano VI, o regente D. Pedro lhe deu permissão de voltar ao reino. No anno de 1445 erigiu em collegiada a egreja de Santa Maria de Ourem. Falleceu em 12 de agosto de 1452, e foi sepultado na Sé.

5.º—D. Luiz Coutinho.—Parece que o governo d'este arcebispo foi desde setembro de 1452 até abril de 1453. Precedentemente, no anno de 1440, teve o bispado de Viseu, e, sendo embaixador em Roma, achou-se na eleição do anti-papa Felix IV, e por elle foi creado anti-cardeal em abril de 1443. Foi transferido para o bispado de Coimbra em 1444, e acompanhou á Allemanha a imperatriz D. Leonor, filha de el-rei D. Duarte, que se desposou com o imperador Frederico III. Não consta onde morreu, nem quando. Era filho de Gonçalo Vaz Coutinho, segundo marechal do reino, alcaide-mór de Trancoso e de Lamego.

6.º—D. Jaime.—Era filho do infante D. Pedro, e neto de el-rei D. João I. Prisioneiro aos 14 annos na batalha da Alfarrobeira, onde morreu seu pae, pôde evadir-se da prisão para Flandres, acolhendo-se á protecção de sua tia a infanta D. Isabel, mulher de Philippe III, que o mandou a Roma; sendo ahi nomeado pelo papa Nicolau V, administrador perpetuo da egreja lisbonense, em 30 de abril de 1453, não alcançando ainda, por só contar 20 annos, a nomeação de arcebispo. Assim governou por vigarios-geraes. Recebeu o capello com titulo de Santa Maria *in*

Portici, sendo promovido depois ao de Santo Eustachio. Obteve do papa a bulla da cruzada para o reino. Expirou em Florença, quando se dirigia de Roma para Mantua a assistir ao concilio, que n'esta cidade se hia reunir, dando a alma a Deus em 21 de abril de 1450.

7.º—D. AFFONSO NOGUEIRA.—Depois de entrar na congregação da nova reforma de S. João Evangelista, passou a Veneza. Tendo regressado a Portugal, o papa Nicoláu V o nomeou bispo de Coimbra, d'onde o transferiu Pio II para o arcebispado de Lisboa, em 17 de setembro de 1459. Em 1463 celebrou pontifical e lançou a primeira pedra na egreja de Nossa Senhora da Luz, junto ao logar de Carnide. No anno de 1464 falleceu, em Alemquer, da epidemia que então assolava o reino, e o seu corpo foi transportado para a parochia de S. Lourenço, em Lisboa.

8.º—D. JORGE DA COSTA.—Foi muito protegido pela infanta D. Catharina, filha d'el-rei D. Duarte, e a isso deveu ser nomeado bispo de Evora, e depois transferido para arcebispo de Lisboa em 24 de novembro de 1464. Erigiu a capella de Nossa Senhora da Assumpção e S. Luiz, no convento de Santo Eloy. Em 1469 foi por embaixador a Castella, e em 1471 acompanhou D. Affonso V á conquista de Tanger e Arzilla. Quando o dito rei passou a França, ficou o nosso arcebispo por primeiro ministro e conselheiro do principe. Delimitou novamente as parochias da cidade, visitando-as pessoalmente, e varias villas do arcebispado; unindo ao convento de S. Bento de Xabregas as egrejas de S. Leonardo de Athouguia, e S. Miguel de Cintra. A instancias d'el-rei D. Affonso V concedeu-lhe o papa Xisto IV o capello de cardeal, em 18 de dezembro de 1476, com o titulo dos Santos Pedro e Marcellino, e recebeu as honras d'esta nova dignidade, na egreja de Santo Eloy, assistindo el-rei e a côrte. Passou a Roma e ahi viveu nos pontificados de Innocencio VIII, Alexandre VI, Pio III e Julio II, passando n'aquella côrte 28 annos. Em tres diversas eleições para o papado teve muitos votos. Falleceu em 19 de agosto de 1508, e foi enterrado na egreja de Nossa Senhora do Populo, em Roma. Tinha renunciado o arcebispado em seu irmão, a 28 de junho de 1500, com permissão d'el-rei D. Manuel.

9.º—D. MARTINHO DA COSTA.—Estava em Roma quando o cardeal D. Jorge renunciou n'elle o arcebispado, e vindo para o reino, no anno de 1502, ministrou o baptismo ao principe D. João, que depois foi rei, terceiro do nome. A este prelado se deve ter mandado vir para o reino grandes partidas de trigo (quando o paiz padeceu uma terrivel fome) o qual fazia distribuir pela gente pobre e familias necessitadas. Em 18 de julho de 1509 benzeu a egreja da Madre de Deus. Na edade de 87 annos acompanhou a Saboya a infanta D. Beatriz, que foi desposar-se com o duque Carlos; mas quando regressava para Lisboa, por doente, desembarcou em Gibraltar, onde falleceu em 28 de novembro de 1521. O seu corpo foi trasladado para a Sé de Lisboa.

10.º—D. AFFONSO.—Filho terceiro de el-rei D. Manuel e de sua segunda mulher; nasceu em Evora a 23 de abril de 1509. Ainda não tinha 8 annos, quando Leão X, em 1516, o admittiu no numero e collegio dos cardeaes, com o titulo de bispo targitano, diacono cardeal de Santa Luzia. Foi declarado arcebispo de Lisboa na edade de 14 annos. Quando chegou aos 18 annos recebeu com toda a pompa, em Almeirim, o capello de cardeal, aos 27 de junho de 1526, e no anno de 1535 veio a Lisboa tratar da sua sagração, por lhe ter chegado o pallio em 22 de novembro do mesmo anno. Elle mesmo baptisava por suas proprias mãos as creanças, levava o viatico aos enfermos e doutrinava aos domingos e dias santos. Celebrou synodo no anno de 1536. Ordenou que houvessem livros para assentar o nome dos baptisados e seus padrinhos, o que até então se não praticava. Foi em seu tempo que se mudou o uso de se rezar n'este arcebispado pelo breviario da egreja de Salisbury, approvando-se a introducção do breviario roma-

no por bulla de 9 de dezembro de 1538. Foi administrador dos bispados de Viseu, Evora e Guarda; D. abbade de Alcobaça; commendatario do convento de Santa Cruz de Coimbra e de S. João de Tarouca; teve a purpura cardinalicia com os titulos de Santa Luzia *in septem foliis*, de S. Braz, de S. João e de S. Paulo. Morreu na edade de 31 annos, aos 21 de abril de 1540. Foi sepultado no convento de Belem.

11.º — D. Fernando de Vasconcellos e Menezes. — Filho segundo de D. Affonso de Vasconcellos, 1.º conde de Penella — prior do convento de S. Vicente de Fóra, foi nomeado bispo de Lamego, e confirmado em novembro de 1513. Exerceu os cargos de capellão-mór de el-rei D. Manuel e D. João III. Foi eleito arcebispo de Lisboa em 16 de setembro de 1540, tomando posse a 8 de novembro. Em 1543 foi conduzir a Castella a princeza D. Maria, que se desposou com o principe D. Philippe, filho do imperador Carlos V. No anno de 1547 fez o livro do censual do arcebispado. Ordenou uma procissão de desaggravo, em dezembro de 1552, pelo desacato commettido por um inglez na capella real, e acompanhou-a descalço com exemplar humildade. Foi feito á sua custa o antigo altar de S. Vicente, na Sé; e fundou em 1554, em Santo Antonio do Tojal, a egreja, construindo o respectivo palacio e jardim. Falleceu com 83 annos, aos 7 de janeiro de 1564, e foi sepultado na capella-mór da sua Sé.

12.º — D. Henrique, *cardeal rei* — Era arcebispo, em Evora, quando succedeu a morte de el-rei D. João III, e para coadjuvar a rainha D. Catharina na regencia da menoridade de el-rei D. Sebastião, renunciou aquella dignidade no bispo do Algarve e veiu para a metropolitana de Lisboa, por bulla de Pio IV. Foi sempre zeloso pastor, e fundou o Seminario de Santa Catharina, em 30 de novembro de 1566. Nesse mesmo anno celebrou concilio provincial. Mandou executar nesta diocesse todos os decretos do Concilio Tridentino que tratam da reforma dos costumes. Obteve um jubileo annual para os que se confessassem e commungassem nas quatro festas principaes do anno, o que já havia conseguido para Braga, e depois para Evora. Demittiu-se da prelazia de Lisboa em 1569, e voltou para Evora, onde foi novamente confirmado n'aquella metropole. Com a perda de el-rei D. Sebastião em Africa, foi o cardeal acclamado rei. Falleceu em Almeirim a 30 de janeiro de 1580, e foi sepultado no convento de Belem.

13.º — D. Jorge d'Almeida — Pela renuncia do cardeal-rei tomou posse d'esta egreja em 1570. Convocou um concilio diocesano em 1574, e ahi estabeleceu constituições. Foi inquisidor geral do reino. Foi um dos prelados que mais se oppoz á partida de el-rei D. Sebastião para Africa, e apezar disso ficou na ausencia do monarcha governando o reino em companhia de outros quatro fidalgos. Falleceu em Torres Novas, a 20 de março de 1585. Jaz na sua Sé.

14 — D. Miguel de Castro. — Nasceu em Evora em 1536. Sendo prior de S. Christovão, foi apresentado bispo de Viseu, e tomou posse em 1579. Em 1586 foi promovido a arcebispo de Lisboa, tomando posse a 2 de julho desse mesmo anno. Sendo dado por adjunto ao cardeal Alberto pelo rei Phillipe de Castella, ficou governando o reino, na ausencia do dito cardeal, conjuntamente com quatro fidalgos. Edificou na Sé uma capella com seis capellães perpetuos. Foi a Hespanha para embaraçar o perdão geral que se pretendia dar aos judeus. Em 1615 foi nomeado vice-rei destes reinos. No seu tempo se ordenou que os conegos da Sé trouxessem capello nas murças, e estas fossem forradas de carmezim, e as dos meios conegos e quartanarios forradas de negro, sem pello. Falleceu no 1.º de lulho 1625. Foi sepultado na sua Sé.

15.º — D. Affonso Furtado de Mendonça. — Descendia da casa dos duques do infantado. A 3 de maio de 1627 tomou posse deste arcebispado. Foi encarregado por Philippe III do governo politico deste reino. Falleceu em 2 de junho de 1630; e se diz que

em resultado do grande sentimento que teve do desacato que em a noite de 16 de janeiro daquelle anno se praticou na egreja de Santa Engracia.

16.º—D. João Manuel.—Era descendente de el-rei D. Duarte. Assistia em Madrid quando foi elevado á arcebispo de Lisboa, e mandou tomar posse da egreja em 13 de maio de 1633. Tinha sido precedentemente bispo de Coimbra. Foi nomeado vice-rei de Portugal, entrando neste governo em 12 de maio de 1633. Falleceu a 4 de julho d'este mesmo anno.

17.º—D. Rodrigo da Cunha—Era da illustrissima familia dos srs. de Tábua. Foi inquisidor no tribunal do Santo Officio, de Lisboa, oito annos. Na edade de 38 foi nomeado bispo de Portalegre. Passou d'ahi para a cadeira episcopal do Porto, onde estevo 9 annos, e promovido á primacial de Braga, foi transferido para a Metropolitana de Lisboa, tomando posse em o 1.º de maio de 1636. Tomando conta dá egreja convocou synodo diocesano e n'elle ordenou constituições, as quaes ainda hoje regem no patriarchado. Foi a Madrid no anno de 1638 a uma junta de grandes que ahi se reuniu, morreu no primeiro de janeiro de 1643.

18.º—D. Antonio de Mendonça—Era filho dos condes de Val de Reis. Foi ministro da mesa da consciencia, onde chegou a ser presidente. Foi deputado da junta dos tres estados, commissario da cruzada, nomeado bispo de Lamego, e arcebispo de Braga. Foi transferido para o arcebispado de Lisboa, tomando posse d'esta egreja em 27 de outubro de 1669. Proveu com muita sabedoria ao governo da sua diocese, e falleceu em 14 de fevereiro de 1675.[1]

[1] Antes deste foi nomeado arcebispo de Lisboa D. Manuel da Cunha, que era commissario da bulla da cruzada, bispo d'Elvas, e capellão mór de el-rei D. João IV; mas não chegou a tomar posse, por fallecer a 30 de novembro de 1658, e por isso não é comprehendido neste catalogo.

19.º D. Luiz de Souza—Nasceu na cidade do Porto, sendo seus paes os condes de Miranda. Foi creado e educado no paço em Madrid. Voltando para Portugal, foi muito estimado do Principe D. Theodosio. No anno de 1651 foi graduado em Roma doutor canonista, e regressando a Portugal, exerceu a dignidade de deão na Sé do Porto, e teve o governo da relação civil da mesma cidade. El-rei D. D. Pedro II nomeou-o seu capellão mór em 1669, e o papa Clemente X elevou-o ao bispado de Bona; donde passou para arcebispo de Lisboa, tomando posse em 22 de janeiro de 1676. Cuidou na reforma dos costumes ecclesiasticss, e alcançou de Innocencio XI, em 1682, o jubileo do Lausperenne para todas as egrejas de Lisboa. Foi em seu tempo que se descobriram as reliquias do Martyr S. Vicente, occultas n'uma das capellas da Sé, no anno de 1692, e então foram collocadas n'um precioso cofre de prata, e exposto n'uma magnifica capella que mandou fabricar. Pelo papa Innocencio XII foi condecorado com a purpura de cardeal, em 1697. Reedificou o templo e convento de Santa Catharina de Ribamar: fez um novo dormitorio na Cartucha de Laveiras; estabeleceu renda para sustentação perpetua de um monge no Bussaco; e finalmente formou uma magnifica livraria, a mais escolhida de que até então houve memoria. Falleceu em 4 de janeiro de 1702.

20.º—D. João de Sousa.—Era da familia dos senhores de Gouveia, de Riba Tamega, chefe dos Sousas, condes do Redondo. Nasceu em Lisboa em 1647. Doutorou-se em canones. Teve o arcediagado de Santa Christina, na primacial de Braga. Foi deputado do tribunal do Santo Officio de Lisboa, e somilher de cortina de el-rei D. Pedro II. Não acceitou nem o priorado mór de Palmella, nem o bispado de Miranda, mas em 1684 foi confirmado bispo do Porto, d'onde foi promovido a arcebispo de Braga, e transferido para a metropolitana de Lisboa em 1703. Era esmoler a mais não poder ser; e contam-se prodigios em abono d'esta e outras virtudes, pelo que mereceu de Innocencio XII uma carta em fórma de breve,

com grandes elogios. Teve a nomina de cardeal, mas antes de lhe chegar a purpura cardinalicia falleceu, a 29 de setembro de 1710

Cardeaes patriarchas

A reconhecida piedade do nosso monarcha el-rei D. João V, levou-o a impetrar, para maior esplendor do culto de Deus, a bulla aurea *In supremo Apostolatus solio*, expedida por sua santidade Clemente XI, em 7 de novembro de 1716, erigindo na collegial capella real uma cathedral metropolitana e patriarchal, dividindo para isso Lisboa e seu arcebispado em duas metropoles, ficando a parte do nascente sujeita ao prelado de Lisboa oriental, e a parte do poente ao patriarcha de Lisboa occidental, unindo a esta a dignidade de capellão-mór, com o privilegio de andar vestido de habito purpúreo; mas depois pela bulla do papa Benedicto XIV, passada a 13 de dezembro de 1740, se tornaram a unir estas duas cidades e metropoles em uma só, extinguindo-se a Sé de Lisboa, e estabelecendo-se uma só egreja patriarchal, á qual se deu por suffraganeos os bispados de Leiria, Lamego, Guarda, Portalegre, Funchal, Angra, Maranhão e Grão-Pará, por nos pertencer ainda o Brasil.

Eis a serie dos prelados n'esta nova dignidade de patriarchas:

1.º—D. Thomaz de Almeida.—Era da casa dos condes de Avintes e Arcos. Nasceu em Lisboa aos 11 de setembro de 1670. Doutorou-se em canones na Universidade de Coimbra, tendo sido porcionista no collegio de S. Paulo. Foi deputado da inquisição de Lisboa, e desembargador do Porto, onde passou para a casa da supplicação de Lisboa, servindo tambem n'esta côrte os cargos de procurador da fazenda, e estado da rainha, deputado da mesa da consciencia, juiz do fisco real, chanceller mór do reino, secretario das mercês, expediente e estado, provedor das obras do paço, tendo previamente sido prior da egreja de S. Lourenço. Por bulla de 6 de dezembro de 1706, foi elevado a bispo de Lamego, e d'ahi transferido para o Porto.

El-rei D. João V o propoz para a nova dignidade de patriarcha de Lisboa, e foi confirmado pelo papa Clemente XI, em 7 de dezembro de 1716.

No 1.º de março do anno seguinte deu exercicio á sua prelatura, visitando parte do seu patriarchado, e ministrando o Sacramento da Confirmação a muitas mil pessoas; administrando o baptismo aos senhores infantes, e a muitos grandes do reino; benzendo templos, sinos, e imagens; conferindo gráos das ordens ecclesiasticas; sagrando bispos e arcebispos; e celebrando muitos pontificaes. Possuindo como patriarcha as honras da purpura cardinalicia, foi pelo papa Clemente XII associado ao sagrado collegio. Fez edificar em Santo Antonio do Tojal o palacio e jardim da mitra; reedificou e augmentou o palacio e quinta archiepiscopal de Marvilla; fundou o mosteiro e egreja das religiosas trinas de Campolide, a dos clerigos da Missão em Rilhafolles, e erigiu a nova parochia de Santa Isabel, que emquanto se edificou a egreja no sitio em que hoje existe, esteve na ermida de Santo Ambrosio, districto da mesma nova freguezia.

Quando n'esta ermida se celebrou a solemnidade da erecção da parochia, que foi feita com a pompa de pontifical, assistindo as pessoas reaes, succedeu entrar para se baptisar uma creança pobre, e foi esta a primeira que estreiou a pia baptismal da nova parochia, sendo conduzida á fonte da graça por el-rei que foi seu padrinho, e ministrado o Sacramento pelo proprio cardeal patriarcha.

Avançando a obra do novo templo chegou a ponto de faltar o dinheiro para ella progredir, mas o nosso prelado, que lhe sobrava animo para os grandes commettimentos, pediu á irmandade que nomeasse uma commissão para tratar de vender a sua riquissima baixella de prata, que entregou para com o seu producto se proseguir na construcção, não querendo receber contas da importancia da mesma baixella quando aquella commissão, feita a ordenada venda, lh'as quiz dar; e por isso, do 1.º livro da irmandade consta em minuciosa relação o nu-

mero de peças, seu toque, peso, e producto em especie sonante. [1] Em memoria d'esta protecção tão decidida á nova parochia, consta nos que no anno de 1859 se propoz e approvou em meza da irmandade do Santissimo, que na casa do seu despacho se levantasse o retrato d'este meritissimo prelado, e entendendo-se já alguem para isso com o patriarcha, D. Manuel Bento Rodrigues, este deu licença para se ir copiar o quadro, do excellente retrato que existe na sala das sessões da relação da curia patriarchal.

Falleceu a 27 de fevereiro de 1754, e foi sepultado no cruzeiro da egreja de S. Roque.

2.º—D. José Manuel da Camara,—Nasceu em Lisboa aos 25 de dezembro de 1686, sendo seu pae D. Luiz Manuel de Tavora, 4.º conde da Atalaya. Foi porcionista no collegio de S. Pedro; e d'ahi veio para deão da collegiada de S. Thomé na capella real. Era deputado da junta dos Tres Estados quando se erigiu a santa egreja patriarchal, sendo então nomeado principal decano, e no anno de 1747 creado cardeal por Benedicto XIV.

Em 9 de março de 1754 foi eleito patriarcha de Lisboa, mandando tomar posse a 2 de junho do mesmo anno.

Foi em seu tempo que succedeu o grande terramoto que arrazou a maior parte d'esta cidade, e foram promptas as providencias com que então acudiu a erigirem-se altares em muitas partes do campo, e facilitando aos sacerdotes o ministerio de confessores para conforto espiritual d'esta população.

Falleceu no palacio da Atalaya em 9 de março de 1758.

3.º — D. Francisco de Saldanha.—Era descendente dos senhores de Assequins e condes da Ponte.

Nasceu em Lisboa a 20 de maio de 1723.

[1] Pela certidão do contraste Manuel Pereira da Silva Leal, passada em 25 de outubro de 1753, sabemos que a referida baixella pesou 1:532 marcos e uma oitava, e foi avaliada em 9:843$412 réis.

Foi porcionista no collegio de Coimbra. El-rei D. João V o nomeou prelado da egreja patriarchal, de que tomou posse em 15 de de janeiro de 1743, passando a principal em 23 de agosto de 1755, e no anno seguinte foi elevado a cardeal pelo papa Benedicto XIV.

Em abril de 1758 o mesmo pontifice o nomeou visitador e reformador geral apostolico da Companhia de Jesus em Portugal. El-rei D. José I o propoz para patriarcha de Lisboa, para cuja dignidade foi eleito a 25 de julho de 1758, e tomando posse a 12 de julho de 1759, sendo sagrado com grande solemnidade na sua capella da Junqueira, em 5 de agosto.

Um manuscripto de *Amador Patricio*, que deve existir na livraria dos srs. duques de Palmella, no palacio do Lumiar, diz que este patriarcha foi conselheiro d'estado d'el-rei D. José, que distinguia sempre o seu voto de entre os demais a quem de ordinario ouvia; e que o marquez de Pombal, então ministro d'estado, querendo que se désse morte publica e affrontosa a alguns padres jesuitas que se figuraram cabeças da conspiração dos fidalgos em a noite de 3 de setembro de 1758, assim como aos infantes D. Antonio; D. Gaspar, arcebispo de Braga; e D. José, inquisidor geral—filhos declarados de el-rei D. João V—ao bispo de Coimbra, D. Miguel da Annunciação; e ao confessor d'este, o padre dr. fr. José Caetano, da ordem carmelitana; e assim tambem que se extinguisse o convento das religiosas dominicas, em Alcantara; foi encontrado pelo voto do cardeal patriarcha D. Francisco de Saldanha, que pela sua prudencia, piedade, juizo e resolução, fez com que el-rei D. José obstasse a este procedimento do ministro, e salvasse assim aquellas vidas e convento; do que se originou que o mesmo marquez de Pombal o despresasse, negando-lhe a correspondencia politica, não lhe satisfazendo os ordenados, suspendendo-lhe as ordinarias, e levando-o ao extremo de empenhar as rendas da mitra e as joias, peças e trastes que não podia vender. Não ficou n'este ponto a sanha, porque tambem se lhe expediu aviso do mesmo marquez, pela secreta-

ria d'estado, para não ir ao paço, como costumava, sem ser chamado; pelo que notando el-rei esta falta, e conhecida a causa, lhe fez declarar que não dera tal ordem, e o mandou continuar a frequentar o paço como d'antes. No mesmo manuscripto mais se explica a causa da morte d'este prelado, que se sentiu indisposto depois de um jantar em casa do ministro, enfermando progressivamente, até que terminou seus dias na manhan do 1.º de novembro de 1776, com 53 annos, 5 mezes e 12 dias de edade.

Dobraram immediatamente todos os sinos das parochias e conventos da cidade, como de costume, e por estes sons lugubres teve el-rei D. José noticia (que lhe queriam occultar) de ser fallecido aquelle prelado; o que lhe causou manifesta pena; logo prognosticou ser elle quem se lhe havia de seguir, e ficou pensativo. Como o cardeal patriarcha estava summamente pobre, deram os parentes parte ao marquez de Pombal, a fim de lhe ordenar o enterro; sobre o que elle resolveu, que como cada um se sepultava segundo a sua possibilidade, «o patriarcha, se nada tinha, podia ser enterrado como clerigo, visto que a pompa funebre nem se devia fazer á custa alheia, nem dava vida ao morto, e era sobre superflua, dispensavel.» O conde da Ponte, um dos parentes mais chegados do patriarcha, participou a resolução do marquez ao infante D. Pedro, o qual mandando lhe dar um bom donativo para auxilio d'esta despeza, lhe ordenou que tudo contasse a el-rei. Promptamente o executou o conde, e logo que o marquez de Pombal chegou á real presença, lhe perguntou el-rei como havia ser sepultado o patriarcha? e elle respondeu que como pobre. Então el-rei, transportado de colera, lhe disse: — «que o seu erario ainda tinha dinheiro, e que aquelle funeral seria o mais pomposo.» Com effeito, destinada a egreja do real mosteiro de Belem, por sua grandeza, para este apparato, foi executado pela real fazenda, e na verdade o mais estrondoso que se podia meditar, e ainda se não tinha praticado com seus predecessores. Jaz sepultado junto ao degrau que sobe para o cruzeiro da egreja do real convento de Belem, e serve-lhe de campa um estrado de madeira.

4.º — D. Fernando de Sousa e Silva. — Era descendente da illustre casa dos condes de S. Thiago. Tinha nascido a 27 de novembro de 1712. Não podendo nós colligir da sua vida noticia alguma que nos habilite a dar maior desenvolvimento á synopse dos seus actos, só diremos que foi eleito patriarcha em dezembro de 1776, e sagrado a 30 de maio de 1779, recebendo tambem as honras cardinalicias, e desempenhando as funcções de capellão mór da casa real. Falleceu a 7 de abril de 1786, sendo sepultado no mosteiro dos jeronymos em Belem.

5.º — D. José Francisco Miguel Antonio de Mendonça. — Era da casa dos condes de Val de Reis. Nasceu em Lisboa aos 2 de outubro de 1726. Foi licenciado em canones, conego, monsenhor e principal primario da santa egreja patriarchal de Lisboa. Exerceu tambem os cargos de capellão mór, conselheiro d'estado, e reformador-reitor da universidade de Coimbra por carta regia de 25 de outubro de 1779. Aos 5 de agosto de 1786 foi eleito patriarcha de Lisboa, e creado cardeal da santa egreja romana, pelo papa Pio VI, em 7 de abril de 1788, tomando posse do patriarchado em 21 de novembro do mesmo anno. Era tambem socio honorario da nossa Academia Real das Sciencias. Falleceu na cidade de Lisboa aos 12 de fevereiro de 1808, e foi sepultado na egreja do convento de Nossa Senhora da Graça.[1]

---

[1] Não comprehendemos n'este nosso catalogo os seguintes prelados, porque tiveram unicamente a nomina para o patriarchado, em que não chegaram a ser confirmados.

D. Antonio de S. José de Castro. — Era filho illegitimo do conde de Rezende D. Annio José de Castro. Foi monge de S. Bruno, bispo do Porto, patriarcha eleito de Lisboa, governador do reino, e socio da Academia Real das Sciencias. Morreu no palacio de Marvilla em 12 de abril de 1814, e foi sepultado no convento dos monges cartuxos de S. Bruno, no logar de Laveiras. A elle se deve o seminario da cidade do Porto, e a casa do Aljube em Lisboa, sobre a porta princi-

6.º — D. Carlos da Cunha e Menezes. — Da casa dos condes de Castro-Marim. Era principal presbytero da santa egreja patriarchal, quando em 27 de setembro de 1819 subiu á dignidade de cardeal da santa egreja romana e patriarcha de Lisboa. Por não querer prestar juramento ás bases da constituição de 1820, foi expatriado para Bayona, e regressou em 18 de agosto de 1823, em consequencia da quéda da referida constituição pelos acontecimentos de Villa Franca. Foi socio da Academia Real das Sciencias, capellão-mór, governador do reino, conselheiro d'estado, e gran-cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. Falleceu no anno de 1824, e sepultou-se na egreja de Nossa Senhora da Conceição, das carmelitas descalças, no sitio dos Cardaes.

7.º — D. Fr. Patricio da Silva. — Nasceu nos suburbios de Leiria a 15 de outubro de 1756, sendo seus paes Jacintho da Fonseca e Silva e Thereza Ignacia de Sousa. Foi educado e recebeu a primeira instrucção no convento dos eremitas calçados de Santo Agostinho na mesma cidade de Leiria, onde finalmente entrou como religioso, recebendo o sacerdocio em 21 de dezembro de 1780. Em 20 de julho de 1785 fez exame privado na faculdade de theologia, na Universidade de Coimbra. Doutorando-se depois n'essa faculdade, leu as cadeiras mais difficeis n'esta sciencia. No collegio da mesma ordem dos eremitas calçados de Santo Agostinho, em Lisboa, teve o cargo de reitor, e foi prégador regio e da casa do infantado, censor do patriarchado, deputado da Junta do Melhoramento, socio da Academia Real das Sciencias, professor de theologia no seminario de Santarem, e inspector dos estudos da diocese ulissiponense. Em 13 de maio de 1818 foi eleito bispo de Castello Branco, e chegou a fazer-se para essa dignidade o competente processo canonico em 27 de abril de 1819, o qual não teve comtudo effeito por ser apresentado na egreja de Evora em 3 de maio d'esse mesmo anno, e Sua Santidade o confirmou a 21 de fevereiro de 1820, em virtude do que, foi sagrado na egreja de Nossa Senhora da Graça, em Lisboa, a 30 de abril d'este mesmo anno; e em 27 de setembro de 1824 Sua Santidade Leão XII lhe deu o barrete cardinalicio na ordem de presbytero. Elevado á metropole eborense teve no seculo as dignidades de ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos, conselheiro d'estado e regedor das justiças. Por fallecimento do cardeal D. Carlos da Cunha foi então eleito patriarcha de Lisboa, e confirmado por bulla de 13 de março de 1826. Por morte de el-rei D. João VI foi membro do governo do reino, e depois vice-presidente da camara dos dignos pares. Falleceu em 3 de janeiro de 1840, e jaz em S. Vicente de Fóra.

8.º — D. Fr. Francisco de S. Luiz Saraiva. — Foi varão de muito saber, e afamado por suas lettras, pois deixou grande copia de escriptos, alguns impressos em sua vida, e outros depois do seu fallecimento, existindo comtudo ainda muitos ineditos.[1]

---

pal da qual ainda hoje se vêem as suas armas.

D. Antonio Xavier de Miranda Henriques. — Era filho do conde de Sandomil. Sendo principal primario da santa egreja patriarchal, foi eleito patriarcha de Lisboa, mas não chegou a ser confirmado, porque falleceu a 15 de março de 1815, e jaz sepultado na egreja parochial de Nossa Senhora da Encarnação.

Gomes Freire d'Andrade e Castro. — Era irmão do primeiro conde de Camarido, e foi principal primario da santa egreja patriarchal. Eleito patriarcha de Lisboa, e antes bispo do Porto, o que tudo recusou, serviu violentado o cargo de presidente do governo do reino em 1820, finando-se a 8 de abril de 1831.

---

[1] Estas obras comprehendem: — Assumptos de historia geral, e principalmente de Portugal e Hespanha, desde os mais remotos tempos até ao seculo XVI, tanto secular como ecclesiastica. — Philologia e linguistica, particularmente respectiva aos dialectos da peninsula, com os glossarios das palavras e phrases estrangeiras introduzidas na nossa linguagem. — Litteratura, critica litteraria, e analyse comparativa do estylo de alguns escriptores classicos portuguezes. — Consul-

Nasceu a 26 de janeiro de 1766, na villa de Ponte de Lima, sendo seus paes Manuel José Saraiva e D. Leonor Maria Correia de Sá. O seu nome era Francisco Justiniano Saraiva, que deixou ao professar em 27 de janeiro de 1782, no mosteiro de Santa Maria de Tibães, da regra benedictina, tendo 16 annos de edade. Seguindo na Universidade de Coimbra a faculdade de theologia, doutorou se n'ella em 1791, e adjudicado ao magisterio academico, ahi brilhou no concurso do anno de 1805, e em 1807 passou a professor de philosophia no Collegio das Artes. Na sua ordem foi mestre, secretario do geralato, e prelado no seu mesmo collegio de Coimbra.

Em 1821 foi nomeado, por carta regia de 27 agosto reformador reitor da Universidade. Precedentemente fôra, pela revolução de 24 de agosto de 1820, nomeado membro da Junta provisoria installada naquelle dia no Porto, como antecedentemente o havia sido da junta da provincia do Minho em 1808 no movimento popular contra os francezes; depois, achando se deputado ás côrtes de 1821, foi nomeado membro da regencia que ellas determinaram. Em 1828, por causa das dissensões politicas, foi recluso no convento da Batalha, e exilado para o convento da Serra d'Ossa. Tendo servido de coadjutor do bispado de Coimbra, foi sagrado bispo da mesma diocesse, com o titulo de conde de Arganil, e depois, patriarcha de Lisboa, recebendo o barrete cardinalicio da santa egreja romana. Por tres vezes foi presidente da camara dos deputados, passando depois a par do reino por aquella qualidade de bispo, tendo desempenhado tambem os cargos de socio da Academia Real das Sciencias em 1794 depois de coroada com a medalha de ouro a sua primeira memoria; guarda-mór da Torre do Tombo, ministro de estado, e conselheiro de estado effectivo, sendo condecorado com a gran-Cruz da Ordem de Christo. Falleceu no dia 7 de maio de 1845 ás 4 horas da manhã na casa patriarchal do Poço do Bispo, junto a Marvilla, e d'ahi foi conduzido para o jazigo de S. Vicente de Fóra, onde jaz.

tas e pareceres sobre negocios da administração interna do paiz, e documentos relativos a alguns successos da historia contemporanea. — Archeologia e antiguidades, inscripções, e letreiros pela maior parte latinos, no solo lusitano.—E finalmente, miscellanea litteraria, historica, bibliographica, e correspondencia.

D'esta breve classificação se comprehende qual a importancia dos escriptos d'este nosso doutissimo prelado, cujas obras completas principiaram a ver a luz publica por empresa do seu digno sobrinho, o sr. conselheiro Antonio Corrêa Caldeira.

9.º — D. Guilherme Henriques de Carvalho — Nasceu em o primeiro de fevereiro de 1793, na cidade de Coimbra, sendo seus paes os srs. José Ribeiro dos Santos, e Anna Joaquina da Soledade. No Collegio das artes d'aquella cidade natal estudou os preparatorios, matriculando-se no primeiro anno do curso juridico quando ainda não tinha completos 16 de idade. Forçado pelos acontecimentos politicos de 1808 e 1809, serviu a patria com as armas, alistando-se no batalhão academico, e n'essa qualidade fez a guerra da independencia, proseguindo nos seus estudos depois que esta terminou, sendo sempre premiado como discipulo distincto. Feita a sua formatura, doutorou-se na faculdade de canones, no anno de 1815, e abraçando então a vida ecclesiastica foi ordenado presbytero, habilitado oppositor ás cadeiras da sua faculdade, e provido n'uma béca do Real Collegio de S. Paulo, onde ainda depois de nomeado lente teve a principal parte na sua administração até ao anno de 1834, em que foi supprimido juntamente com os outros collegios academicos, mosteiros, e conventos de ordens religiosas. Em 1821 foi nomeado pelas cortes para a commissão do codigo criminal; e em 1823 para a commissão da reforma da fazenda da universidade, de cuja junta era deputado, como exercêra por algum tempo o logar de seu procurador fiscal. Tambem superintendeu as obras do encanamento do rio Mondego. Em 1825 foi nomeado lente substituto da faculdade de canones com exercicio na cadeira de direito natural publico e das gentes, sendo promovido por antiguidade, em 1830, a lente cathedratico, com exercicio na cadeira de direito patrio. O decreto de 26

de fevereiro de 1840 nomeou-o bispo de Leiria, que primeiro recuzou, sendo confirmado e sagrado a 2 de julho de 1843. Em março de 1845, achando-se impedido o cardeal patriarcha D. Fanscisco de S. Luiz Saraiva, foi quem ministrou o baptismo solemne á sr.ª infanta D. Antonia. Em 9 de maio de 1845 recebeu a nomeação de patriarcha de Lisboa, sendo confirmada esta eleição pelo papa Gregorio XVI em 24 de novembro do mesmo anno, e proclamado cardeal da santa egreja romana no consistorio secreto de 19 de janeiro de 1846, recebendo o barrete cardinalicio no templo de Santa Maria de Belem, no dia 15 de fevereiro seguinte, que lhe foi imposto pela a sr.ª D. Maria II, em presença do sr. D. Fernando, real familia, e corte. Commetteu-se-lhe administração do prelazia de Thomar e grão priorado do Crato, assim como ados bispados de Castello Branco, e Portalegre, que ha muitos annos se acham vagos. Com o exercicio de capellão mór da casa real, que anda annexo á dignidade de patriarcha, reuniu a presidencia da camara dos pares, tendo sido antes por varias vezes deputado ás cortes; e ser membro do concelho de estado, presidente do conselho geral de benificencia, e de muitas outras commissões, conselhos e juntas extraordinarias; sendo afóra isto, muitas vezes consultado pelo governo, sobre varios e importantes negocios estranhos aos seus cargos e dignidades, ao que se prestou sempre de mui boa vontade e gratuitamente, percebendo unicamente á sua limitada congrua, desfalcada com os pontos, capitalisações, decimas etc.

O anno de 1854 ficou marcado como um dos mais gloriosos na egreja catholica romana, pois n'elle teve logar a difinitiva declaração dogmatica da Immaculada Conceição da Virgem Maria. O nosso eminentissimo prelado concorreu em Roma a este solemnissimo acto, tendo sahido de Lisboa para esse fim aos 29 de outubro desse mesmo anno. Foi recebido e tratado alli com quantas distincções se podem honrar na curia os mais distinctos cardeaes; e foi tambem o primeiro dos nossos patriarchas que recebeu em Roma o chapéo cardinalicio, pondo sua santidade para essa ceremonia á sua disposição o palacio Quirinal. Durante a sua residencia naquella côrte assistiu ao Santo Padre na sagração da egreja de S. Paulo, sendo um dos sagrantes. No dia 21 de dezembro tomou posse da egreja do seu titulo cardinalicio, que era de Santa Maria *supra Minervam* e do convento annexo a ella, que é o principal da ordem dos prégadores; e funccionou como membro de quatro das sagradas congregações da Curia Romana, a saber — a dos cardeaes interpetres do sagrado concilio Tridentino, a dos Ritos, a do Index, e a dos bispos e regulares, admirando a todos pela sua muita jurisprudencia, e prompta comprehensão dos negocios. Finalmente no dia 18 de abril 1855 partiu de Roma para regressar á patria, chegando a Lisboa no dia 12 de maio; onde continuou, apesar das suas muitas occupações na corte, na visita das egrejas do patriarchado, da Prelazia de Thomar, do grão priorado do Crato, do bispado de Castello Branco, e do seu tão estimado seminario de Santarem, do qual foi o restaurador, em 16 de abril de 1853. Finalmente no anno de 1857, tendo recolhido a esta cidade da sua visita ás freguezias ao sul do Tejo, foi accommettido da epidemia da febre amarella, que então grassava e finou-se no dia 15 de novembro, na residencia patriarchal de S. Vicente de Fóra, sendo os seus despojos mortaes, em consequencia de medidas sanitarias, conduzidos para o cemiterio do Alto de S. João, donde foram trasladados, em 25 de outubro de 1859 para o jazigo dos srs. Patriarchas, que elle proprio tinha estabelecido no edificio de S. Vicente de Fóra, junto á capella mór, do lado do Evangelho. Foi este prelado que alcançou em Roma a faculdade para os conegos da Sé patriarchal usarem de batinas e murças de côr purpurea dentro da sua egreja, e mantiletes fóra das funções da cathedral; e para as 6 dignidades a permissão de pôrem mitra e celebrarem pontifical como os monsenhores. Falleceu em 26 de setembro de 1869. Jaz no codvento de S. Vicente de Fóra.

10.º — D. MANUEL BENTO RODRIGUES — Nas-

ceu em Villa Nova de Gaia, na diocesse do Porto, a 25 de dezembro de 1800. Professou no convento do Beato Antonio de Lisboa, dos conegos seculares de S. João Evangelista. Frequentou depois a Universidade de Coimbra, onde se doutorou na sagrada Theologia no anno de 1826, tendo obtido informações de muito bom, por todos os vogaes. Leccionou historia no antigo collegio das artes, d'onde passou para lente de theologia na universidade, sendo tambem membro do conselho director do ensino primario e secundario. Foi vigario capitular dos bispados d'Elvas e Castello-Branco, conego da Sé patriarchal de Lisboa, provisor e vigario geral do patriarchado, com o titulo de arcebispo de Mytilene, que lhe conferiu sua santidade Gregorio XVI no consistorio de 24 de dezembro de 1845, recebendo a ordem episcopal na egreja de S. Vicente de Fóra, em 22 de fevereiro de 1846. Tendo vagado o bispado de Coimbra, foi proposto para elle, em 27 de outubro de 1851, e confirmado por sua santidade Pio IX, no consistorio secreto de 15 de março de 1852. Por obito do sr D. Guilherme I. foi nomeado para a egreja patriarchal de Lisboa, por decreto de 16 de novembro de 1857, e confirmado no Consistorio de 18 de março de 1858, tomando posse por procuração no dia 23 de abril do mesmo anno, e fazendo sua entrada solemne na cathedral em maio seguinte, sendo proclamado cardeal da santa egreja romana no consistorio de 25 de junho immediato. Foi par do reino, e grã-cruz das ordens de S. Thiago da Espada, e da côroa verde de Saxonia, e vice-presidente do concelho superior d'instrução publica, e do geral de beneficencia, etc.

11.º — O Em.mo Sr. D. Ignacio do Nascimento de Moraes Cardoso. — Nasceu na villa de Murça, capital do concelho do mesmo nome, em 20 de dezembro de 1811. Eram seus paes os srs. Hypolito de Moraes Cardoso e D. Euphemia Joaquina Cardoso. Formou-se em theologia, na universidade de Coimbra, onde foi premiado todos os annos.

Foi elevado a bispo do Algarve, em 13 de maio de 1863, nomeado no 1.º de outubro, sendo sagrado em 14 de fevereiro de 1864 — feito patriarcha de Lisboa em 23 de janeiro de 1871 e nomeado em 16 de maio do mesmo anno. Como tinha já sido sagrado como bispo do Algarve, não o foi como patriarcha. Foram sagrantes, o fallecido patriarcha, D. Manuel Bento Rodrigues, o actual bispo de Viseu, D. Antonio Alves Martins e o bispo do Porto (fallecido) D. João da França e Moura.

Foi nomeado cardeal, no consistorio de 22 de dezembro de 1873, realisando-se a ceremonia da imposição do barrete cardinalicio, a 15 de janeiro de 1874. É o actual.

—

Bispados suffraganeos da Sé Patriarchal

Angola—Angra—Cabo Verde—Castello-Branco—Funchal—Guarda—Lamego—Leiría—Mitylene—Portalegre—e S. Thomé e Principe.

Annexaram-se ao patriarchado os dois *isentos*—Prelasia de Thomar e Grão Priorado do Crato.

Relação e cúria patriarchal

(Faz as suas sessões ás terças-feiras, no mosteiro de S. Vicente de Fóra.)

É composta do modo seguinte:

Presidente — o vigario geral do patriarchado.

Desembargadores—vinte e um. (Além dos honorarios.)

Um guarda-mór e contador.

Quatro escrivães.

Um distribuidor e contador, dos feitos que transitam pela relação.

Camara patriarchal

Tem um secretario e escrivão—tres ajudantes do escrivão— um contador—um ajudante do contador—um amanuense.

Chancellaria da Mitra

Um escrivão e thesoureiro, e um ajudante.

Juiso apostolico

(Para a execução das bullas e breves pontificios.)
Um juiz—um promotor—dois escrivães e um distribuidor e contador.

Empregados particulares do serviço de sua eminencia

(Todos residentes no paço patriarchal.)
Um secretario—dois capellães—um mordomo e um famulo.

Examinadores synodaes

São ordinariamente em numero de oito.

Cabido

Dois principaes—um deão—um chantre—um arcipreste—um arcediago—um thesoureiro-mór—um mestre-escola—regularmente 20 conegos—e outros tantos beneficiados—quinze capellães-cantores—um thesoureiro—um mestre de ceremonias.

—

No reinado de D. João V, achando-se a egreja metropolitana de Lisboa *séde vacante*, por morte do arcebispo D. João de Sousa, se dividiu o arcebispado de Lisboa em duas dioceses, pela *bulla aurea*, do papa Clemente XI, de 7 de novembro de 1716, ficando uma com o titulo de *arcebispado oriental de Lisboa*, e a outra com o de *metropole patriarchal*; mas, 24 annos depois, se aboliu o arcebispado oriental, pela *bulla aurea*, de 13 de dezembro de 1740, sendo pontifice Benedicto XIV—ficando portanto a existir só a Sé patriarchal.

—

O primeiro assento da Sé patriarchal, foi na real capella de S. Thomé, junto aos paços reaes da Ribeira; mas, devorada esta capella pelo incendio que se seguiu ao terramoto de 1755, passou a patriarchal para a ermida de S. Joaquim, em Alcantara, e d'ahi para o novo templo que se construiu no sitio da *Cotovia*.

Foi este tambem devorado por um incendio [1] passou para S. Vicente de Fóra, onde esteve desde 5 de janeiro de 1772, até março de 1792; trasladando-se então para a nova capella junto do real palacio da Ajuda, onde esteve até 1834. Então, pelo decreto ditatorial de 4 de fevereiro d'esse anno, foi declarada extincta, restituindo-se por esse mesmo decreto á basilica de Santa Maria Maior a cathegoria de Sé metropolitana da provincia da Extremadura, que antigamente tivera. Mas, bem entendido—*os bens tanto de uma como de outra Sé, foram encorporados nos chamados proprios nacionaes.*

O governo, conhecendo a nullidade de similhante decreto, e os actos em virtude d'elle praticados, procurou entender-se com a Santa Sé Apostolica, e o papa Gregorio XVI, expediu a bulla *Quamvis æquo*, em 9 de novembro de 1843, pela qual extinguiu as duas egrejas, tanto a patriarchal, como a basilica de Santa Maria Maior, *com todos os direitos e prerogativas, officios e beneficios*, e no logar d'ellas, creou, erigiu e constituiu a nova Sé patriarchal e o seu cabido, com todas as preeminencias e prerogativas que por direito competem ás egrejas de tal cathegoria.

Esta bulla obteve o *regio beneplacito*, em 10 de maio de 1844, e foi executada por sentença de 30 de julho d'esse anno; em virtude da qual se estabeleceu definitivamente o actual quadro, assignando-se a cada um dos principaes e a cada uma das seis dignidades, a congrua annual de 800$000 réis—a cada um dos 18 conegos, 700$000 réis—a cada um dos 18 beneficiados, 400$000 réis—a cada um dos 15 capellães-cantores, 240$000 réis—e, para despezas da fabrica, e sachristia, 3:000$000 réis annuaes.

—

Além dos empregados da Sé patriarchal, que ficam mencionados, ha ainda mais 62, que são—3 ajudantes do thesoureiro—12 meninos do côro—2 maceiros—41 musicos

[1] É por isso que se ficou chamando *Patriarchal Queimada*, nome que passou ao largo, e que ainda hoje vulgarmente se lhe dá, apesar de ser officialmente conhecido por largo (e passeio) do *Principe Real*.

(incluindo o mestre de capella e dois organistas) —armador—relojoeiro—organeiro—sineiro— e 3 serventes.

Desde 1834 até hoje se conservou aqui (em Santa Maria Maior) a Sé patriarchal— a antiga Sé de Lisboa—e só d'aqui se mudou interinamente para a egreja de S. Vicente de Fóra, emquanto se fizeram as obras da Sé.

Nunciatura apostolica em Lisboa

Tem um nuncio apostolico—um auditor—um abreviador e thesoureiro—um secretario—um escrivão das bullas e chanceller (notario apostolico) e um registador.

Secção pontificia de recursos

(Para as causas ecclesiasticas, da provincia ecclesiastica lisbonense, em substituição do antigo *tribunal da legacia*—estabelecida na conformidade da convenção, celebrada em 1868, entre a Santa Sé e Portugal.)

Faz as suas sessões ás terças feiras, no edificio de S. Vicente de Fóra, e d'ella são juizes os desembargadores da Relação e curia patriarchal.

Tem um presidente—sete juizes—tres juizes supplentes—um defensor dos matrimonios e profissões religiosas—um promotor fiscal—um guarda-mór e contador—dois escrivães—quatro notarios apostolicos.

Pontifices romanos desde S. Pedro até Pio IX, ou desde os annos 34 a 1870 de J. C.

N.º	PONTIFICES	ANNO EM QUE FORAM ELEITOS	N.º	PONTIFICES	ANNO EM QUE FORAM ELEITOS
1	S. Pedro	34	32	S. Eusebio	309
2	S. Lino	67	33	S. Melchiades	311
3	S. Cleto	73	34	S. Silvestre	314
4	S. Clemente	91	35	S. Marcos	326
5	S. Anacleto	101	36	S. Julio	337
6	S. Evaristo	110	37	S. Liberio	352
7	S. Alexandre	119	38	S. Felix II	355
8	S. Xisto I	130	39	*S. Damaso* (lusitano)	367
9	S. Telésphoro	140	40	S. Siricio	385
10	S. Higyno	152	41	S. Anastacio	398
11	S. Pio I	156	42	S. Innocencio	402
12	S. Aniceto	165	43	S. Zozimo	417
13	S. Sotero	173	44	S. Bonifacio	418
14	S. Eleutherio	177	45	S. Celestino	425
15	S. Victor	192	46	S. Xisto III	432
16	S. Zepherino	201	47	S. Leão Magno	440
17	S. Calixto	219	48	S. Hilario	461
18	S. Urbano	224	49	S. Simplicio	467
19	S. Ponciano	231	50	S. Felix III	483
20	S. Anthero	235	51	S. Gelasio	492
21	S. Fabião	236	52	S. Anastacio II	496
22	S. Cornelio	251	53	S. Symacho	498
23	S. Lucio	253	54	S. Hormisdas	514
24	S. Estevão I	255	55	S. João I	523
25	S. Xisto II	257	56	S. Felix IV	536
26	S. Dionizio	258	57	Bonifacio II	527
27	S. Felix	270	58	S. João II	532
28	S. Eustachiano	275	59	S. Agapeto	535
29	S. Caio	283	60	S. Silverio	526
30	S. Marcellino	296	61	Vigilio	537
31	S. Marcello	304	62	Pelagio I	555

N.º	PONTIFICES	ANNO EM QUE FORAM ELEITOS	N.º	PONTIFICES	ANNO EM QUE FORAM ELEITOS
63	João III	561	121	Lando	914
64	Benedicto	575	122	João X	915
65	Pelagio II	579	123	Leão VI	928
66	S. Gregorio Magno	590	124	Estevão VIII	929
67	Sabiniano	604	125	João XI	931
68	Bonifacio III	607	126	Leão VII	936
69	S. Bonifacio IV	608	127	Estevão IX	939
70	S. Deus-dedit	616	128	Agapeto II	946
71	Bonifacio V	620	129	João XII	955
72	Honorio I	626	130	Leão VIII	963
73	Severino	640	131	Bento V	964
74	João IV	640	132	João XIII	965
75	Theodoro I	642	133	Bento VI	972
76	S. Martinho	649	134	Dono II	974
77	S. Eugenio I	654	135	Bento VII	975
78	S. Vitaliano	659	136	João XIV	984
79	A-Deo-Datus	672	137	Bonifacio VII	985
80	Dono	677	138	João XV	986
81	S. Agathão	679	139	Gregorio V	997
82	S. Leão II	682	140	Silvestre II	999
83	S. Bento II	685	141	João XVII	1003
84	João V	686	142	João XVIII (chamado XIX)	1004
85	Conon	687	143	Sergio IV	1009
86	S. Sergio	688	144	Bento VIII	1012
87	João VI	702	145	João XX	1033
88	João VII	705	146	Gregorio VII	1045
89	Sissinio	707	147	Clemente II	1046
90	Constantino	708	148	Damaso II	1048
91	S. Gregorio II	715	149	S. Leão IX	1049
92	S. Gregorio III	731	150	Victor II	1055
93	S. Zacharias	741	151	S. Estevão X	1057
94	Estevão IV	768	152	Nicolau II	1059
95	Adriano I	772	153	Alexandre II	1061
96	Leão III	795	154	S. Gregorio VII	1073
97	Estevão V	816	155	Victor III	1087
98	S Paschal	817	156	Urbano II	1088
99	Eugenio II	824	157	Paschal II	1099
100	Valentim	827	158	Gelasio II	1118
101	Gregorio IV	828	159	Calixto II	1123
102	Sergio II	844	160	Honorio II	1128
103	S. Leão IV	847	161	Innocencio II	1130
104	Bento III	855	162	Celestino II	1143
105	S. Nicolau	858	163	Leccio II	1144
106	Adriano II	867	164	Eugenio III	1145
107	João VIII	872	165	Anastacio IV	1153
108	Marino	882	166	Adriano IV	1154
109	Adriano III	884	167	Alexandre III	1157
110	Estevão VI	885	168	Lucio III	1181
111	Formoso	891	169	Urbano III	1185
112	Bonifacio VI	896	170	Gregorio VIII	1187
113	Romano	897	171	Clemente III	1187
114	Theodoro II	898	172	Celestino III	1191
115	João IX	898	173	Innocencio III	1198
116	Bento IV	900	174	Honorio III	1216
117	Leão V	904	175	B. Gregorio IX	1227
118	Christophoro	904	176	Celestino IV	1241
119	Sergio III	905	177	Innocencio IV	1243
120	Anastacio III	912	178	Alexandre IV	1254

N.º	PONTIFICES	ANNO EM QUE FORAM ELEITOS	N.º	PONTIFICES	ANNO EM QUE FORAM ELEITOS
791	Urbano IV	1261	217	Adriano VI	1522
180	Clemente IV	1265	218	Clemente VII	1523
181	B. Gregorio X	1271	219	Paulo III	1534
182	Innocencio V	1276	220	Julio III	1550
183	Adriano V	1276	221	Marcello II	1555
184	João XXI (portuguez)	1276	222	Paulo IV	1555
185	Nicolau III	1277	223	Pio IV	1560
186	Martinho III (chamado IV)	1281	224	S. Pio V	1563
187	Honorio IV	1285	225	Gregorio XIII	1572
188	Nicolau IV	1288	226	Xisto V	1585
189	Celestino V	1294	227	Urbano VII	1590
190	Bonifacio VIII	1294	228	Gregorio XIV	1590
191	Bento X (chamado XI)	1303	229	Innocencio IX	1591
192	Clemente V	1305	230	Clemente VIII	1591
193	João XXII	1316	231	Leão XI	1605
194	Bento XI (chamado XII)	1334	232	Paulo V	1605
195	Clemente VI	1334	233	Gregorio XV	1621
196	Innocencio VI	1352	234	Urbano VIII	1623
197	Urbano V	1362	235	Innocencio X	1644
198	Gregorio XI	1370	236	Alexandre X	1655
199	Urbano VI	1378	237	Clemente IX	1667
200	Bonifacio IX	1389	238	Clemente X	1669
201	Innocencio VII	1404	239	Innocencio XI	1676
202	Gregorio XII	1406	240	Alexandre VIII	1689
203	Alexandre V	1409	241	Innocencio XII	1691
204	João XXIII	1410	242	Clemente XI	1700
205	Martinho V	1417	243	Innocencio XIII	1721
206	Eugenio IV	1431	244	Bento XIII	1724
207	Nicolau III	1447	245	Clemente XII	1732
208	Calixto III	1455	246	Bento XIV	1740
209	Pio II	1458	247	Clemente XIII	1758
210	Paulo II	1461	248	Clemente XIV	1769
211	Xisto IV	1471	249	Pio VI	1775
212	Innocencio VIII	1484	250	Pio VII	1800
213	Alexandre VI	1492	251	Leão XII	1823
214	Pio III	1503	252	Pio VIII	1829
215	Julio II	1503	253	Gregorio XVI	1834
216	Leão X	1513	254	Pio IX	1846

Concilios geraes ou ecumenicos, que tem havido desde o principio do catholicismo até 1874

NUMERO DE ORDEM	TITULO DOS CONCILIOS, SEGUNDO AS CIDADES EM QUE FORAM CONVOCADOS	SENDO PAPA	ASSISTIRAM OS IMPERADORES	ANNO DA SUA CONVOCAÇÃO	MOTIVOS DA SUA CONVOCAÇÃO E NUMERO DE PADRES QUE ASSISTIRAM
1.º	Niceno 1.º	S. Silvestre	Constantino	325	Para sustentar a divindade de Jesus Christo, contra os arianos e destruir o scisma de *Melecio*. 318 padres.
2.º	Constantinopolitano 1.º	S. Damaso	Theodosio Senior	381	Contra *Macedonio*, que negava a *divindade do Espirito Santo.* 150 padres.
3.º	Ephesino	S. Celestino I	Theodosio Junior	431	Contra *Nestorio*, que sustentava que a Virgem não era mãe de Deus, e que em Jesus Christo havia duas pessoas distinctas. 200 padres.
4.º	Calcedonense	S. Leão Magno	Marciano	451	Contra *Dioscoro* e *Eutiches*. Decidiu-se então *que Jesus Christo tinha duas naturezas*. 636 padres.
5.º	Constantinopolitano 2.º	Vigilio	Justiniano	553	Contra *Nestorio, Eutiches* e *Origenes*. 165 padres.
6.º	Constantinopolitano 3.º	S.to Agathão (ou Agatho)	Constantino Pogoneta	680 a 681	Contra os *monotelitas*. 160 padres.
7.º	Niceno 2.º	Adriano I	Ireno e Constantino	787	Contra os impugnadores do culto das imagens. 77 padres.
8.º	Constantinopolitano 4.º	Adriano II	Basilio e Macedonio	869 a 870	Contra a seita dos *phocianos*. 102 padres.
9.º	Lateranense 1.º (Roma)	Calixto II	—	1123	Por causa das grandes discordias que havia entre os imperadores e os papas. 300 padres.
10.º	Lateranense 2.º	Innocencio II	—	1139	Contra o anti-papa *Pedro*, de Leão 1000 padres.

NUMERO DE ORDEM	TITULO DOS CONCILIOS, SEGUNDO AS CIDADES EM QUE FORAM CONVOCADOS	SENDO PAPA	ASSISTIRAM OS IMPERADORES	ANNO DA SUA CONVOCAÇÃO	MOTIVOS DA SUA CONVOCAÇÃO E NUMERO DE PADRES QUE ASSISTIRAM
11.º	Lateranense 3.º	Alexandre III	—	1179	Contra os *valdezes* e *albingenses* e para regular a eleição dos papas. 302 padres.
12.º	Lateranense 4.º	Innocencio III	—	1215	Contra os herejes, reforma de costumes e propagação das cruzadas. 800 padres.
13.º	Lugdunense 1.º	Innocencio IV	Balduino II e S. Luiz rei de França	1245	Contra a religião grega (dissidente) e contra *Frederico II*, que a sustentava. 140 padres.
14.º	Lugdunense 2.º	Gregorio X	—	1274	Para a união da egreja grega com a latina. 1:500 padres!
15.º	Viennense	Clemente V	Os reis de França, Inglaterra e Hespanha	1311	Para a extincção da famosissima Ordem dos *templarios*, e contra varias heresias. 300 padres.
16.º	Florentino	Eugenio IV	João Paleologo	1439	Ainda para a união da egreja grega com a latina. 150 padres.
17.º	Lateranense 5.º	Leão X	Maximiliano I	1512	Contra varios scismas introduzidos na egreja latina. 95 padres.
18.º	Tridentino	Paulo III Julio III Marcello II Paulo IV e Pio IV	Carlos V e Fernando	1545 a 1556	Contra os erros de *Luthero*, *Calvino*, *Melancthon* e outros. 276 padres.
19.º	Vaticanense (Roma)	Pio IX	—	1869 a 1870	Sobre a instrucção do clero e dos fieis, a integridade da egreja e reforma de costumes. Decidiu-se a *infallibilidade* do papa. 800 padres.

Curiosidades historicas, com respeito a algumas egrejas parochiaes de Lisboa

(Das quaes tive noticia depois do que já fica escripto)

Santo André e Santa Marinha

A egreja de Santo André é notavel por ter n'ella sido baptisado S. João de Brito.

D. Diniz deu o padroado d'esta egreja, no 1.º de agosto de 1286, a Ayres Martins e sua mulher.

A egreja de Santa Marinha foi sagrada em 12 de dezembro de 1222.

Santa Marinha foi supprimida e annexada a Santo André, em 20 de janeiro de 1834.

Estão hoje reunidas estas duas antigas freguezias, tendo a sua séde na egreja de Nossa Senhora da Graça, que foi do mosteiro de eremitas calçados de Santo Agostinho.

Nossa Senhora dos Anjos

O seu parocho teve o titulo de *cura.*

O patriarcha D. Thomaz de Almeida foi o primeiro que lhe deu collação, com o titulo de reitor, pelos annos de 1750. Hoje é priorado.

Teve até 1834 collegiada, com 11 capellães.

Santa Catharina do Monte Sinay

Era a primittiva matriz situada no alto do monte do seu nome. Lançou-se-lhe a primeira pedra, em 27 de maio de 1557, e concluiu-se em 1560.—A rainha D. Catharina mandou construir esta egreja a instancias de frei Miguel de Vallença, monge de S. Jeronymo.

Com beneplacito do cabido metropolitano por escriptura de 9 de outubro de 1559, foi erecta em parochia, desannexando-se da freguezia dos Martyres a parte que formou a nova freguezia, principiando a funccionar como tal, no 1.º de janeiro de 1560.

Foi do padroado das rainhas até 1567, em que foi dada aos livreiros, que n'ella tinham uma capella, fundada primittivamente na ermida de Santa Catharina de Riba-Mar.

Em 1834 estava esta egreja muito arruinada, pelo que foi a séde da freguezia mudada para a egreja do Santissimo Sacramento, dos religiosos paulistas, da congregação da serra d'Ossa, na calçada do Combro.

Ainda aqui ha a irmandade dos livreiros.

A antiga egreja foi demolida em 1862.

S. Christovão

Em uma escriptura de 1308, apparece assignado, Vasco Pires, reitor da Egreja de S. Christovão. D. João I deu o padroado d'esta egreja ao bispo de Coimbra, D. Martim Affonso Pires, que o uniu ao morgado que tinha instituido, denominado da *Patameira.*

Tinha até 1834 cinco beneficiados, com mais de 100$000 annuaes, cada um—e tres capellães.

No reinado de D. Manuel foi esta egreja destruida por um incendio; e pouco tempo antes do terramoto de 1755, foi segunda vez incendiada; mas este incendio pouco damno lhe causou. Tambem pouco soffreu com o terramoto.

Aqui jazem em antigos mausoleus de marmore, D. Martim Affonso Pires, arcebispo de Braga (o de quem já fallei, que tinha sido bispo de Coimbra)—seu neto, D. Fernando Gonçalves de Miranda, bispo de Viséu, e outros membros da familia Miranda, que foram padroeiros d'esta egreja.

Depois do terramoto de 1755, veio para esta freguezia a maior parte da de S. Mamede.

O prior de S. Christovão apresentava a egreja de S. Lourenço d'Arranhol, que era curato annual.

Nossa Senhora da Conceição

Esta egreja foi construida primittivamente, em 1568, em uma ermida antiga e pequena; pelo que passou para a collegiada

da Senhora da Conceição (dos freires de Christo). O seu territorio foi desmembrado das freguezias da Magdalena e de S. Julião. A egreja era no mesmo sitio onde hoje está a actual, e foi concluida em 1730. Até 1754 o parocho era cura amovivel, e então o cardeal, D. Thomaz de Almeida, o collou, com titulo de reitor. Hoje é prior.

Havia n'esta egreja 12 capellães, com obrigação de côro.

O terramoto de 1755, e o incendio que se lhe seguiu, destruiram este templo, que foi reconstruido, no mesmo sitio, e é o actual.

Coração de Jesus
(Santa Martha)

Esta freguezia teve primeiramente a invocação de Santa Joanna, por ter tido a primeira pia baptismal no convento de Santa Joanna, que está proximo. Quando a este se recolheram as religiosas da Annunciada e da Rosa, por occasião do terramoto de 1755, requereram que na egreja se erigisse uma parochia. A noticia mais antiga que ha d'esta egreja, como matriz, é o assento de um casamento em 6 de fevereiro de 1770.

Não se sabe porque sahiu d'aqui a parochia, servindo de matriz provisoria a ermida da Caridade, a Santa Martha, onde se conservou dez annos, até que se concluiu a egreja actual á custa de esmólas, sendo os que mais concorreram para esta construcção os marquezes de Borba (condes do Redondo.)

Desde que a parochia veio para a nova egreja, tomou a invocação do Coração de Jesus.

Encarnação

O seu territorio foi desmembrado do da freguezia dos Martyres. Os seus primeiros parochos tinham apenas a cathegoria de curas; hoje são priores.

Teve até 1834 doze capellães com obrigação de côro.

Santa Engracia

Já disse que foi a infanta D. Maria, filha do rei D. Manuel, que fundou esta egreja pelos annos 1530. Foi a 2 de dezembro de 1569, que se elevou a parochia.

(O povo tambem concorreu com esmolas para esta edificação.)

Santa Izabel

Esta freguezia está, parte dentro das barreiras de Lisboa (intramuros) no bairro occidental, e parte no bairro de Belem (extramuros).

Foi formada pelo cardeal patriarcha, D. Thomaz d'Almeida, em 14 de maio de 1741; mas a primeira pedra da egreja foi lançada em 4 de julho de 1742. É a que ainda existe.

Foi feita á custa de parte das freguezias de Santos, S. Sebastião da Pedreira, Santa Catharina e S. José.

O templo estava por concluir no 1.º de novembro de 1755. O terramoto não lhe causou damnos, e foi concluido depois de 1755.

S. Jorge *(Arroios)*

Não se póde saber quando esta egreja foi fundada. Sabe-se apenas que já existia em 1168. D. Diniz a annexou á cadeira do mestre-escóla da Sé.

Foi destruida pelo terramoto de 1755, e pelo fogo que se lhe seguiu; serviu depois de matriz a capella de Santa Barbara, e depois a do palacio dos condes de Mesquitella. Em 8 de novembro de 1829 passou a parochia para o novo templo, onde se acha. (No largo do Cruzeiro d'Arroios.)

Esta freguezia está intra e extra-a-muros; aquella parte no bairro oriental, e esta no concelho dos Olivaes.

S. Julião

Foi baptisado n'esta egreja o papa João XIX, ou XX ou XXI (segundo as diversas classificações dos escriptores).

Governou a egreja de Deus, desde 1276 até 1277.

Em 1241 deu D. Diniz I o padroado d'esta egreja ao cabido da Sé de Lisboa.

No reinado de D. Manuel estava o templo em mau estado, e este rei o mandou reedificar, quando fez construir os paços reaes da Ribeira, e deu ao prior o titulo de capellão regio.

Esta egreja era a antiga capella de Santa Barbara, dos artilheiros, que por isso tinham uma parte n'ella.

Tambem foi n'esta egreja que se instituiu a capella de S. Bartholomeu dos Allemães, que ainda existe.

O incendio de 1816 (de que já fallei) teve logar por occasião das exequias da rainha D. Maria I.

Desde este incendio até se concluir a reedificação da egreja, serviu de matriz a ermida da Oliveirinha.

Santa Justa e Rufina

Para esta egreja (para a primittiva) veio o corpo de S. Vicente Martyr, em 1173, transferido para aqui do *Promontorio Sacro*, dos romanos (Cabo de S. Vicente, no Algarve). Depois foi para a Sé, onde hoje existem restos.

O incendio que se seguiu ao terramoto de 1755 dovorou o cofre em que estava o santo, encontrando-se depois algumas das suas reliquias, que hoje se conservam, cuidadosamente guardadas em um cofre de prata na sua capella.

O rei D. Diniz deu o padroado d'esta egreja aos conegos regrantes de Santo Agostinho (cruzios) de S. Vicente de Fóra, em 1305.

Resistiu este templo ao terramoto de 1755, mas foi reduzido a cinzas pelo incendio que se lhe seguiu.

Em consequencia da nova planta da cidade, feita depois do terramoto, foram arrazadas as ruinas da egreja, sendo esta mudada para a rua dos Fanqueiros, em frente da travessa de Santa Justa.

Vê-se pois que era um templo moderno, quando foi profanado e vendido em 1834, para depois se transformar em theatro.

Nossa Senhora da Lapa

No local onde está a egreja actual, existia a ermida de um recolhimento, que o padre Angelo de Sequeira tinha fundado (1764) para as meninas que ficaram orphans e desamparadas, pelo terramoto de 1755, em um terreno que era da casa do infantado.

Foi esta ermida elevada a matriz, vindo para ella o Santissimo Sacramento em 1769. D. Pedro III se declarou padroeiro d'esta egreja e recolhimento, e mandou ampliar ambos.

S. Lourenço

O bispo de Lisboa, D. Matheus, mandou fazer n'esta egreja um altar dedicado a Nossa Senhora da Victoria, em 1271. Tinha differentes capellas com obrigação de côro. Com o terramoto foi destruida, ficando apenas de pé a capella mór.

Na occasião do terramoto de 1755, foi o Santissimo Sacramento transferido para a egreja de S. Patricio, proximo a S. Crispim (onde actualmente está um recolhimento de educandas, dirigido pelo sr. padre Beirão) e ahi esteve até hir para a sua actual egreja, no Bairro Alto, edificada no largo de S. Mamede, perto do Collegio dos Nobres, hoje escola polytechnica.

Mercês

A primeira pedra foi lançada em 26 de outubro de 1652. Tinha sido creada esta freguezia pelo cabido de Lisboa—*séde vacante*—n'esse mesmo anno, que permittiu ao dr. Paulo de Carvalho que na sua ermida, que na rua Formosa havia fundado para meninas, se cumprissem todas as funcções parochiaes. Esta ermida e recolhimento eram administrados pelos senhores do vinculo que o mesmo Paulo de Carvalho tinha fundado. (Maquezes do Pombal.)

S. Nicolau

Disse a paginas 217, 1.ª columna, d'este volume, que esta egreja foi fundada pelo bispo D. Matheus. Accrescentarei agora—segundo alguns escriptores, este templo já existia antes de D. Matheus, que o não fundou, mas reedificou, em 1280.

D. José I annexou esta egreja á universi-

dade, que então estava em Lisboa. Sendo necessario fazerem-se aqui obras no seculo XVII, foi o sacrario para a ermida de Nossa Senhora da Victoria, onde esteve até 8 de agosto de 1627, em que regressou á egreja.

Pena

O documento mais antigo que se encontra d'esta egreja, é um auto de visita, feita a ella pelo arcebispo D. Jorge d'Almeida, em 1570.

Foi feita freguezia pelo cardeal infante D. Henrique, depois rei.

O seu primeiro assento foi na egreja de religiosas de Sant'Anna, e d'ahi tomou a sua primittiva denominação (Sant'Anna). Tomou por padroeira Nossa Senhora da Pena; porque, andando uma irmandade do Santissimo erigindo uma egreja, dedicada a Nossa Senhora da Pena, concluida esta, para ella se transferiu a parochia, em 25 de março de 1705.

Sacramento

O conde de Valladares deu o terreno para a construcção d'esta egreja, que foi sagrada em 5 de abril de 1807, por D. Luiz de Castro Pereira, bispo de Ptolomaida.

S. Sebastião da Pedreira

A parte d'esta freguezia que fica extramuros, pertence ao concelho de Belem, e o resto (intra-muros) ao bairro central de Lisboa.

O cabido da Sé de Lisboa, em séde vacante, creou esta parochia.

Foi a egreja edificada junto a uma ermida de S. Sebastião, pertencente aos marceneiros.

Soccorro

O arcebispo D. Miguel de Castro, creou esta parochia. Depois de estar servindo de matriz a ermida de Nossa Senhora da Saude, em quanto duraram as obras da egreja, transferindo-se para esta, a parochia, em 29 de setembro de 1646.

Este templo foi feito á custa dos freguezes; mas o que mais concorreu, com grandes esmolas, foi Agostinho Franco de Mesquita e sua mulher, D. Anna da Cunha, que, por isso, ficaram sendo seus padroeiros.

Houve aqui tres mercieiras, com sua botica e medico; tendo o parocho casas no mesmo edificio (com os capellães) para tomar conta da residencia das mercieiras.

S. Thiago e S. Martinho

Eram freguezias separadas e independentes até 1836. A data da provisão que as annexou, é de 10 de fevereiro de 1837.

A egreja de S. Thiago (onde agora está a séde parochial) quasi nada soffreu com o terramoto de 1755.

A de S. Martinho, que estava em frente do Limoeiro, ficou muito arruinada, e foi arrasada, depois da união d'estas duas freguezias.

S. Vicente de Fóra

(As duas freguezias unidas do Salvador e S. Thomé)

A freguezia do Salvador, foi erecta na ermida do *Santo Salvador da Matta*, que tinha sido construida logo depois da occupação de Lisboa, por D. Affonso Henriques.

O arcebispo D. João Esteves da Azambuja, constituiu esta egreja em priorado, com beneficiados, annexando-lhe a egreja de Bemfica; mas ficando do padroado da corôa, até 1301, em cujo anno passou para a mitra.

Era antiquissima a egreja de S. Thomé. D. Diniz e sua mulher, a rainha Samta Isabel, deram o padroado d'ella ao mosteiro de Alcobaça (bernardos) e depois passou a pertencer á universidade de Coimbra.

Pouco prejuizo lhe causou o terramoto de 1755; mas estava bastante arruinada pelo tempo. Foi demolida depois de 1834.

Titulos de nobreza em Portugal

Quando os arabes se apoderaram da peninsula hispanica, em 713, todos os chris-

lãos ficaram reduzidos á condição de escravos.

D. Pelayo, ultima vergontea dos reis godos, escapado á derrota de *Guadalete (*ou *Cryssus)*, fugiu com as reliquias do exercito de D. Rodrigo, para as cavernas quasi inaccessiveis de *Covadonga*, nas Asturias, e ahi formou o núcleo d'essas hostes aguerridas que por mais de 6 seculos reconquistaram, palmo a palmo, todo o territorio das Hespanhas.

Reduzidos porém á maior pobreza, sem tecto nem abrigo, pois todas as suas propriedades se achavam em poder dos mouros, os christãos por muitos annos não tiveram distincção alguma, senão a sua intrepidez e força physica.

O amor da liberdade bem depressa juntou em redor de D. Pelaio grande numero de christãos, que de toda a peninsula corriam a alistar-se sob a sua bandeira victoriosa; e os despojos das muitas batalhas vencidas contra os arabes, lhes deram muitos recursos, podendo deixar a guerra de guerrilhas, dar grandes batalhas campaes e fundar o reino das Asturias.

Ao passo que iam resgatando o territorio peninsular, alagado em sangue dos seus e dos inimigos, os que mais se distinguiam pelo seu valor, foram adquirindo e accumulando vastas propriedades, á custa do inimigo commum.

Não tardaram a apparecer novas distincções, não designando já, (como até alli) qualidades pessoaes, mas circumstancias que se davam nos individuos que revelavam certa superioridade.

Foi assim que aos que pelejavam com espada e escudo, se começou a chamar *escudeiros*.

Aos que combatiam montados, *cavalleiros*.

E aos que mais se enriqueciam com os despojos dos inimigos, se deu o nome de *ricos-homens*.

Quando o pequeno reino das *Asturias* se transformou, á força de victorias, no reino mais vasto de *Oviedo*, e depois na poderosa monarchia de *Leão*, se introduziram as primeiras distincções de nobreza.

Essa nova nomenclatura hierarchica, composta dos titulos de *ricos-homens*, *infanções* e *vassallos*, da corte de Leão, passou para a de D. Affonso Henriques. Eis a differença de cathegorias.

Ricos-homens

Este titulo, que no seu principio apenas designava o que possuia grandes propriedades, foi conferido pelos reis como titulo de nobreza.

Mas não era sem encargos que se dava esse titulo. Os reis sustentavam os *seus* soldados, e os *ricos-homens* eram obrigados a sustentar certo numero d'elles, segundo as suas riquezas.

A este titulo honorifico foram juntando os reis varios privilegios, isenções e distinctivos; dava-se-lhes o commando dos exercitos, das praças de primeira ordem e de provincias e sobre a sua auctoridade só havia a do soberano.

O principal distinctivo dos *ricos-homens* eram o *pendão* e a *caldeira*. Ambas estas coisas elles traziam na guerra, aquelle na frente, como bandeira, na qual pintavam a caldeira e uma divisa que adoptavam para se distinguir dos outros *ricos-homens*; e esta na rectaguarda, para fazer a comida para os soldados que tinham obrigação de sustentar. E' por esta circumstancia que depois se denominaram *ricos-homens de pendão e caldeira*.

Não eram porém obrigados ao serviço militar, senão quando o rei entrava em campanha.

Os *ricos-homens* eram do conselho dos nossos reis, e nas doações regias assignavam logo depois dos reis e dos infantes.

O mais antigo *rico-homem* de Portugal, de que fallam as nossas historias é *D. Egas Moniz*, o fidelissimo aio de D. Affonso I.

Ás mulheres dos *ricos homens* se dava o titulo de *ricas-donas*.

A ultima vez que em Portugal se concedeu o titulo de *rico-homem*, foi no 1.º de julho de 1451, em que D. Affonso V o concedeu a Nuno Martim da Silveira, seu escrivão da puridade e caudel-mór do reino.

Os *ricos-homens velavam as armas* como depois os outros titulares.

Infanções

Querem graves auctores que este titulo fosse dado aos filhos dos infantes, quer legitimos, quer bastardos; mas contra esta opinião, seguida aliás por muitos escriptores, ha argumentos de muito pezo.

Se os *infanções* fossem os filhos dos infantes, certamente teriam logar entre estes e os *ricos-homens*; mas, pelo contrario, a sua collocação hieraldica era immediatamente inferior á dos *ricos-homens*.

D. Affonso IV, tratando das aposentadorias que então era costume darem-se nos mosteiros aos fidalgos, manda que se dêem aos *ricos-homens* 30 réis, aos *infanções* 15, e aos *cavalleiros* 10.

Não se vê nas nossas chronicas que aos filhos dos infantes se dê outro tratamento, além do de *senhor*, posto sempre antes do nome.

A unica vez que em Portugal se deu o titulo de infante (mas não de *infanção*) foi em 1811, em que o principe regente (depois D. João VI) o deu á seu neto o infante D. Sebastião, que ainda vive.

D. Affonso III fez *rico-homem* a Ruy Gomes de Briteiros, que era *infanção* (e não era filho, nem mesmo descendente de infante).

Parece que o titulo de *infanção* teve principio na côrte dos reis d'Oviedo, dando-se aos filhos segundos dos fidalgos, primeiro indistinctamente, depois por mercê do rei.

Diz-se que o povo, vendo que se dava o titulo de infante aos filhos segundos dos reis, começou a dar o de *infanções* aos filhos segundos dos *ricos-homens*. Tambem não acho isto muito certo, porque por muitos annos *todos* os filhos dos reis tinham a denominação de infantes, sem distincção de primogenitura.

Qualquer que seja a origem d'este titulo (que era puramente honorifico, sem *vela d'armas* e só dado por carta ou alvará regio) os mais antigos *infanções* que houve em Portugal foram os da *Terra de Santa Maria* (hoje *Terra da Feira*). Aqui todos os *cavalleiros* tinham privilegio de *infanções*, todos os *escudeiros* tinham o de *cavalleiros*, e todos os *peões* o de *escudeiros*.

Pelo decurso do tempo se veio a dar o titulo de infanção aos *cavalleiros* do resto de Portugal, que por qualquer façanha se distinguiam na milicia, e por fim se deu este titulo na *Terra da Feira*, e em outras de Portugal, a todos os filhos de *familias limpas*.

(*Familias limpas* eram as que não tinham mistura de sangue *judeu* ou *christão-novo*, e que viviam com certa decencia. Os descendentes dos mouros eram considerados de *sangue tão limpo* como qualquer portuguez *castiço*.—Pobres judeus!)

D. João I em premio da lealdade e bravura dos lisbonenses, na defeza de Lisboa contra os castelhanos, lhes deu os privilegios e preeminencias de *infanções*.

Ao diante obtiveram a mesma graça os moradores de Braga, Evora, Porto e outras terras.

Nos alvarás em que se concedia este titulo, uma das suas formulas era — «*que os cidadãos de tal cidade seriam egualados aos infanções da Terra de Santa Maria.*»

Em breve espaço quasi todo o mundo era *infanção*, e Portugal estava tão abarrotado d'elles como hoje está de barões, viscondes, conselheiros, commendadores, etc. Vide a palavra — Infanção, no *Diccionario*.

Vassallos

Este titulo teve notaveis modificacções em Portugal, do que resultou variar tambem a sua significação e valia.

Na *Lei das Partidas* (de D. Affonso, o Sabio, rei de Castella, que o nosso rei D. Diniz mandou traduzir e observar) *vassallo é aquelle que recebe honra ou boa obra do senhor, como o grau de cavalleiro, terras ou dinheiro por serviço assignalado que lhe haja de fazer*.

Haviam tres differentes cathegorias de *vassallos*—1.ª os senhores de terras e os alcaides-mores, ou governadores de castellos e fortalezas, que dependiam do rei e lhe

prestavam *preito e homenagem*—2.ª os fidalgos *acontiados*—3.ª os populares abastados que serviam na guerra.

A 1.ª, era composta de ricos-homens e constituia a principal nobreza da nação.

Á 2.ª, dava-se o nome de fidalgos *acontiados* aos que não eram danatarios da corôa, e aos quaes os reis pagavam certa *quantia* annualmente, e pelo que eram obrigados, não só a servirem na guerra, mas a levarem á sua custa certo numero de cavalleiros ou peões. Tinham privilegio de juro e herdade, isto é—os filhos succediam aos paes, e mesmo logo que nasciam principiavam a vencer certa *quantia*.

Chegou a ser tal o numero d'estes *acontiados*, que absorviam a maior parte dos rendimentos publicos, pelo que D. Fernando I determinou que esta prerogativa se limitasse aos primogenitos. D. João I ainda a cerceou mais, ordenando que os filhos primogenitos dos *acontiados* só principiassem a receber desde que podessem fazer serviço, e ainda assim havia de ser menor a *quantia* do que a que se dava a seus paes.

A 3.ª cathegoria de *vassallos* sahia do povo, era muito inferior ás duas procedentes e regulada pela riqueza do individuo. Entravam n'esta classe os subditos dos donatarios da corôa e de outros *senhores* a cujo serviço militavam com armas e cavallo e sem que isso os desobrigasse de servir o rei em tempo de guerra.

Entre elles tambem havia alguns *acontiados*, que recebiam certa *quantia*, não do rei, mas dos *senhores* a quem serviam.

Havia pois vassallos da corôa e dos senhores, mas D. João I acabou com isto, determinando que só a corôa tivesse *vassallos* e que o seu thesouro pagasse as *quantias* que os *senhores* costumavam pagar aos seus *vassallos*.

Por fim de contas dava-se o nome de *vassallos* a todos os que serviam na guerra, quer cavalleiros quer peões, e quaesquer que fossem as armas com que pelejassem, até que se veio a dar a todos os subditos do rei, qualquer que fosse a sua cathegoria.

As primeiras duas classes foram pouco a pouco cahindo em desuso, e a 3.ª prevaleceu até 1820, em que o nome de *vassallo* se *chrismou* no de *subdito*.

Fidalgos

Fidalgo é um vocabulo de origem castelhano—*higo d'algo* e por abreviatura *hi-dalgo*. Como os hespanhoes *arpiram* o *h* e nós não, do h *aspirado* fizemos f.—e dizemos *fidalgo*. Significa—filho de homem que tem *alguma cousa* (*algo* quer dizer *alguma cousa*) em bens ou em nobreza.

Foi no reinado de D. Affonso III que em Portugal se introduziu a palavra *fidalgo*, para distinguir—os cavalleiros e escudeiros de *linhagem*, dos que o eram por graça especial do soberano.

Um dos primeiros documentos em que em Portugal apparece empregada a palavra *fidalgo*, é no foral dado por D. Affonso III a Villa Real, no qual diz que o alcaide-mór do castello, quando o houvesse, seria sempre *filium d'algo*, natural de Portugal e que *vingasse 500 soldos*.

Vingar 500 soldos, segundo alguns auctores, é o mesmo que dizer, que recebia essa quantia annualmente do rei: segundo outros era, no caso de ser assassinado, o direito que a sua nobreza dava aos herdeiros de haverem do assassino 500 soldos.

D. Affonso V determinou que todos os fidalgos do reino entrassem ao serviço da casa real, sendo inscriptos como *moradores* no paço e recebendo annualmente certas pagas, segundo a gerarchia ou serviços de cada um, ás quaes se deu o nome de *moradías*.

Foi portanto preciso classificarem-se os *fidalgos* em differentes cathegorias, sendo divididos em duas ordens e cada uma d'estas em 3 graus.

A 1.ª era composta dos seguintes graus—1.º, *fidalgo cavalleiro*; 2.º, *fidalgo escudeiro*; 3.º, *môço fidalgo*.

A 2.ª ordem, tinha os seguintes 3 graus—1.º, *cavalleiro-fidalgo*; 2.º, *môço da camara*; 3.º, *escudeiro-fidalgo*.

Todos elles recebiam *moradía*, segundo os seus graus e cathegorias, e o *escudeiro-fidalgo* de 2.ª ordem, podia hir gradualmen-

te percorrendo todos os graus até chegar a *fidalgo-cavalleiro*, da primeira.

Os que serviam o rei no paço, denominavam-se *fidalgos com exercicio;* mas depois deu-se esta denominação a todos os *fidalgos*, servissem ou não o rei. Ainda hoje assim se pratica.

Para obter o primeiro fôro de nobreza, basta simplesmente provar-se que se é filho legitimo de pae *fidalgo*.

D'aqui procede chamar-se *filhamento* ao acto pelo qual se concede este titulo.

Ter *fôro de fidalgo*, é ser feito *fidalgo* sendo filho de pae que o não era.

Não só os reis, mas tambem os principes e infantes, podiam dar *fôro de fidalgo;* porém os fidalgos feitos pelos principes e infantes deviam ser confirmados pelo rei.

Os duques de Bragança tambem tinham a prerogativa de fazer *fidalgos*, cuja nomeação era tambem confirmada pelo soberano.

De todos estes titulos de nobreza apenas hoje se conservam dois—*môços-fidalgos* e *fidalgos-cavalleiros*.

Condes

Seguindo a ordem chronologica, dá-se aos condes o primeiro logar entre os actuaes titulos de nobreza, não só pela sua antiguidade, pois trazem a sua origem do tempo dos imperadores romanos, mas tambem por ser o primeiro que se usou em Portugal.

O imperador Valeriano tendo nomeado de entre os senadores um conselho para o auxiliar no governo, obrigava os seus membros a seguil-o para toda a parte, pelo que se começaram a chamar *comites* (companheiros).

Em breve este titulo foi ambicionado e pedido por muitas pessoas de distincção, e o soberano permittiu que elles juntassem o titulo de *comes* ao seu cargo. Assim, chamava-se, *comes-rei-privatae*, ao individuo que hoje se chama *mordomo-mór; comes-sacra-vestis*, ao que agora chamamos *camareiro-mór; comes-estabulae*, ao que actualmente se intitula *estribeiro mór; comes-largitionum*, ao que entre nós se diz *veador*.

Depois se deu o titulo de *conde* aos governadores das provincias.

Os povos germanicos, conquistando Roma, tomaram dos vencidos o titulo de *comes* ou *conde*, que deram aos principaes cortezãos das suas côrtes.

Da Italia veio esta *moda* ás Gallias e ás Hespanhas; mas tinham duas cathegorias de *condes*; a primeira e mais nobre, era a que desempenhava diversos cargos na côrte, junto ao rei; a estes antepunha-se-lhes ao nome o titulo de *conde*, vg. *conde D. Sisnando, conde D. Egas*, etc. A segunda cathegoria era dos governadores de provincia, que, ao uso dos romanos, tambem se intitulavam *condes*, mas com a differença porém de que os governadores romanos se intitulavam condes da provincia de que eram governadores, e os condes gôdos, das capitaes d'essas provincias, vg., os primeiros *conde das Gallias*—e os segundos, *conde de Coimbra*, etc.

Com a invasão dos arabes na peninsula iberica anniquillaram-se e findaram este e todos os outros titulos de nobreza; mas com a creação dos novos estados christãos, tornaram a ressuscitar.

No tempo dos reis de Oviedo e Leão, a parte de Portugal que elles tinham resgatado do poder dos mouros, era governada em seu nome pelos condes de Coimbra, Idanha, Porto, Braga e Viseu.

No reinado de D. Affonso III *(o Magno)* que subiu ao throno de Oviedo e Leão em 866, era *conde de Vieira, Ahufo Alufes* (ou *Hufo Hufes)* ascendente dos Sousas, que os reis de Portugal fizeram condes de Miranda, depois marquezes de Arronches e mais tarde duques de Lafões.

No seculo IX havia outra classe de *condes*, cuja cathegoria era muito mais elevada, pois tinham as prerogativas da soberania: tal era o *conde soberano de Barcellona*, condado fundado por Bera em 801—e o *conde soberano de Navarra*, condado erigido em 836 por D. Sancho I e transformado em reino, por D. Garcia Ximenes, em 857.

D. Affonso VI de Leão e Castella erigiu Portugal em condado, no anno de 1093, dando-o a sua filha D. Thereza e a seu marido o conde D. Henrique.

D. Affonso Henriques, acclamado rei de

Portugal pelos portuguezes, organisou a sua côrte, mas não fez *condes*. Conservou porém os que havia, feitos pelos reis de Leão e Oviedo. O seu mordomo-mór, *conde* D. Mendo de Sousa, o *conde* D. Sancho Nunes de Barbosa, o *conde* D. Fernão Martins *(o Bravo)* genro d'aquelle monarcha; o *conde* D. Pedro, no reinado de D. Sancho I; e o intrepido *conde* D. Gonçalo Garcia de Sousa, contemporaneo e alferes-mór de D. Affonso III, eram *condes* por terem herdado os titulos de seus paes e avós, e estes dos reis de Leão, Castella e Oviedo.

O rei D. Diniz foi o primeiro que conferiu o titulo de *conde* — fazendo a D. João Affonso Telles de Menezes (seu mordomo-mór) *conde* de Barcellos, por carta passada em Santarem, a 8 de maio de 1336 (1298 de Jesus Christo). Vide *Barcellos*.

D. Affonso IV não creou titulo algum novo. D. Pedro I creou o condado d'Ourem — D. Fernando os de Arrayolos, Neiva, Faria, Cêa e Cintra.

Nos reinados seguintes foram-se multiplicando os condes.

Duques

Tambem este titulo é de origem romana. *Dux* é palavra latina, que significa *capitão*; deriva-se do verbo *ducere* (conduzir).

Os romanos davam no principio o titulo de *dux* a todos os cabos de guerra. No tempo dos imperadores dava-se aos governadores de provincias e era titulo mais elevado e desejado que o de *conde*, que por muito generalisado hia perdendo a valia.

Os visigodos herdaram dos romanos tambem o titulo de *dux* (como haviam herdado o de *comes)* e o deram aos governadores das fronteiras dos paizes que foram occupando nas Hespanhas, chamando-lhes *duces* ou *duks*. Confiavam-lhe não só o commando das tropas, mas tambem o governo civil e judicial e a arrecadação dos impostos.

Em 713 teve este titulo a sorte dos outros — morreu — na peninsula iberica; mas subsistiu no centro da Europa, onde os lombardos (que tambem o haviam herdado dos latinos quando invadiram a Italia) o introduziram. Em breve houve duques na Allemanha, França e Inglaterra. Em Portugal não houve *duques* até ao reinado de D. João I, que em 1415, fez em Tavira (na volta da tomada de Ceuta) *duque* de Coimbra a seu terceiro filho, o infante D. Pedro e *duque* de Viseu, seu quarto filho, o famoso infante D. Henrique (que tambem então fez senhor da Covilhan). Vide *Sagres*.

Marquezes

O titulo de marquez é, como o de conde e duque, de procedencia romana. Os allemães o davam aos seus governadores de provincia, chamando-lhes *markgraff*, palavra composta de dois vocabulos germanicos — *mark* (marca, limite ou fronteira) e *graff* (conde).

É pois o titulo de *margrave* que deu origem ao de *marquez*.

Na Italia chamaram *marchiones* aos capitães a quem era confiado o governo das *marcas*, ou terras da fronteira. (Note-se que de *marca* é que nós herdamos a palavra *comarca*.)

Na França se deu aos individuos que exerciam o mesmo cargo o titulo de *marches*, que no reinado de Luiz I (o Bom) e pelos annos de 814 se modificou em *marquis*.

O primeiro *marquez* que houve em Portugal foi D. Affonso, conde d'Ourem, filho primogenito de D. Affonso I, duque de Bragança. D. Affonso V o fez *marquez de Valença*, em 14 de outubro de 1451.

O mesmo rei fez ainda *marquez* de Villa Viçosa a D. Fernando, conde de Arrayolos, em 25 de maio de 1455; e *marquez de Montemór*, a D. João (filho d'aquelle marquez de Villa Viçosa — e que já então era duque de Bragança) em 1472.

Os Philippes é que prodigalisaram o titulo de marquez em Portugal, durante a sua usurpação. Compraram muitos fidalgos com titulos, muitos com dinheiro e vastas propriedades e muitos com tudo isto!

Viscondes

Este titulo é tambem herança romana

Dava-se ao *immediato* do *conde*, e que governava na sua ausencia ou impossibilidade. É pequena corrupção de *vice conde.*

Destruido o imperio romano, e passados muitos annos se foi dando o titulo de *visconde* aos filhos primogenitos dos condes, emquanto estes viviam, e por fim se deu mesmo a muitos que não eram filhos nem parentes de *condes.*

Em Portugal foi introduzido este titulo por D. Affonso V, que na Hespanha (Estremadura) e na cidade de *Toro* fez *visconde* de Villa-Nova-da Cerveira a D. Leonel de Lima, em 4 de março de 1476, tres dias depois da celebre batalha de Toro, dada por aquelle soberano e seu filho (depois D. João II) contra D. Fernando de Aragão, a quem o rei portuguez disputava os reinos de Castella e Leão.

D. Leonel de Lima (ou, segundo outros, D. João Leonel de Lima) era de uma familia nobilissima e um cavalleiro audaciosissimo. Era alcaide-mór e senhor de Ponte do Lima, senhor da villa dos Arcos de Valde Vez e outras terras. Hoje, os viscondes de Villa Nova da Cerveira são tambem marquezes de Ponte do Lima.

O 2.º *viscondado* que se creou em Portugal foi em 25 de setembro de 1649, quando D. João IV fez *visconde* de Castello-Branco a D. Antonio de Castello-Branco, que D. Affonso VI fez conde de Pombeiro, em 6 de abril de 1668. São hoje marquezes de Bellas.

D. Affonso VI creou dois *viscondados*, o de *Barbacena* (mais tarde elevado a condado, e hoje extincto) e o da *Asseca*, (que existe) creado em 1666, sendo 1.º visconde Martim Correia de Sá.

D. Pedro II creou o viscondado de Fonte-Arcada, que existe. D. João VI fez alguns viscondes.

Desde 1834 até hoje o numero dos *viscondes* é prodigioso.

Barões

A palavra *barão* é derivada da latina—*baro*, usada na baixa latinidade para significar *homem*. Ao principio não se lhe ligava outra idéa; depois se dava ao homem de respeito e auctoridade.

Foi subindo de valia e com a palavra *barão* se designava o homem poderoso em bens e senhorios, ainda que fosse duque, marquez ou conde. Com o tempo foi se dando o titulo de *barão* de tal... ao individuo que possuia uma grande quinta ou propriedade, que se elevava então em *baronia*; mas tanto se abusou de tantas *nobilificações*, pela Europa, que o titulo de *barão* perdeu grande parte do apreço e estimação em que era tido.

Tambem foi D. Affonso V que em Portugal introduziu este titulo, fazendo *barão* de Alvito, em 27 de abril de 1475, a João Fernandes da Silveira.

D. Luiz Lobo da Silveira, 7.º barão d'Alvito, foi feito conde d'Oriola por D. João IV, a 9 de agosto de 1653; mas o novo titulo não poz em esquecimento o antigo. O povo nunca lhe chamou *conde d'Oriola*, mas sim —*conde-barão d'Alvito*, ou simplesmente *conde-barão.*

Em 4 de julho de 1766, D. José I fez marquez d'Alvito a D. José Antonio Francisco Lobo da Silveira, 3.º conde d'Oriola e 10.º barão d'Alvito.

Foi este o unico titulo de *barão* que houve em Portugal por espaço de 200 annos, até que D. Affonso VI creou o de barão da Ilha Grande, que se extinguiu no seculo passado.

—

A corôa (ou *coronel*) de marquez, que se põe sobre o seu escudo de armas, é aberta e composta de florões alternados com perolas.

A de duque é toda de florões e com *barrete* de veludo carmezim.

A de conde é aberta, como a de marquez (isto é—sem barrete). Consta de um só diadema, guarnecido de bicos, e cada um d'estes rematado por uma perola.

A dos viscondes é como a dos condess.

A dos barões querem alguns que seja um diadema *razo*, envolvendo-o um cordão de perolas.

Titulo de Dom

Dominus é um vocabulo latino, que significa *senhor*.

Deu-se no principio do christianismo sómente a Deus. Depois se deu aos papas, mas com uma pequena variante. De Deus dizia-se *dominus*, e do papa *domnus*. (Só tinham menos um *i* do que o ente supremo.)

Por muitos annos só aos summos pontifices se dava este tratamento; mas depois se foi estendendo aos bispos, mais tarde aos abbades, e por fim até aos monges de certas ordens.

Dos padres e frades passou o *dom* para os seculares. O 1.º d'estes que usou o prenome de *Dom*, foi D. Pelayo, no principio do VIII seculo, quando no valle de *Covadonga* foi pelas suas tropas acclamado rei das Asturias.

Os seus descendentes, reis das Asturias, de Oviedo, de Leão e de Castella seguiram o seu exemplo, communicando o *Dom* a suas mulheres e filhos. Em breve tambem foram applicando a si o *Dom*, os prelados, os ricos-homens e suas mulheres e os mais cavalleiros que por sua linhagem se julgaram com direito a este tratamento.

O *dom* introduziu-se em Portugal juntamente com outras praticas castelhanas.

Os nossos primeiros reis é que conferiam o tratamento de *dom*, mas sómente o davam em premio de grandes serviços, não permittindo que d'elle usassem nem mesmo os seus filhos bastardos. (D. Sancho I nomeia no seu testamento quasi todos os seus filhos bastardos, sem *dom*. D. Diniz, que tambem deixou boa porção d'elles, os não trata por *dom* em seu testamento, nem a sua filha bastarda *Maria Affonso*, nem a suas nóras *Tareja Martins* e *Froila Annes*.)

O primeiro filho bastardo de reis, que em Portugal teve *officialmente* o tratamento de *dom*, foi D. João, filho bastardo de D. Pedro I, mestre d'Aviz, e depois rei D. João I.

Foi D. Affonso V que entrou a prodigalisar o *dom*, dando isso occasião a que muitos se apropriassem d'elle, mesmo sem regia permissão. No reinado de seu filho, D. João II, já se queixava d'este abuso, nas suas *Miscellaneas*, o bom *Garcia de Rezende*; dizia elle:

«Os reys por acrecentar
As pessoas em valia,
Por lhes serviços pagar,
Vimos a uns o dom dar,
E a outros fidalguia.
Já se os reis não ha mister,
Pois toma o dom quem o quer,
E as armas nobres tãobem
Toma quem armas não tem,
E dá o dom á molher.

—

É verdade que D. João II poz algum côbro a isto, e foi mais aváro do que seus antecessores em dar titulos de nobreza.

No fim do seculo XV e principio do XVI comtudo ainda o *dom* era muito estimado. *Vasco da Gama* deu-se por muito bem premiado com o titulo de *dom*, e uma tença annual de 400$000 réis, pela descoberta da India por mar.

Mas Philippe III, por uma lei de 3 de janeiro de 1611, mandou que pudessem usar de *dom* os filhos bastardos dos titulares que tivessem *dom*.

O *dom* foi pouco a pouco perdendo a sua valia, e D. José I concedeu *dom* ás mulheres dos negociantes matriculados na praça de Lisboa.

Os frades cruzios, os monges de S. Bruno (cartuxos), os Caetanos (theatinos) tambem usavam de *dom*.

Ordens de cavallaria em Portugal

Estas instituições, creadas pelo enthusiasmo religioso, e, muitas vezes, pela virtude, no meio da ignorancia e da anarchia da edade media, foram, n'aquelles desgraçados tempos, a salvaguarda dos opprimidos e o terror dos oppressores. Sustentadas pelo espirito de união que d'ellas formava o principal elemento e por as homericas façanhas de seus membros, as ordens de cavallaria prestaram serviços importantissimos aos estados em que foram instituidas, sobre tudo, em Portugal e na Hespanha, onde cooperaram efficaz e poderosamente para a expulsão dos mouros.

Eis as ordens militares de cavallaria, pela antiguidade das suas instituições.

Ordem de Malta

Creada no anno 1100, por *Godofredo de Buillon*, em Jerusalem.

Foi introduzida em Portugal, no reinado de D. Affonso I (mas durante a regencia de sua mãe, entre os annos de 1112 e 1128) Sua principal dignidade n'este reino é a de *grão prior do Crato*.

Além do *priorado do Crato*, esta ordem possuia em Portugal o *bailiado de Leça*, os bailiados honorificos de S. João de Acre e Negroponto (alternativamente com a Hespanha) e 24 commendas.

O sr. D. Miguel I foi o ultimo grão prior d'esta ordem que houve em Portugal. (Vide Crato.)

Ordem de S. Bento de Aviz

Esta ordem é a mesma que a de Calatrava em Hespanha, e a primeira que se creou n'aquelle reino. Foi na sua origem estabelecida para proteger os peregrinos que hiam aos logares santos, e não era mais do que uma associação particular de voluntarios, sem *regra* fixa.

Introduziu se em Portugal no anno de 1147; prestando sujeição á ordem hespanhola e sendo capital de toda a ordem a cidade de Calatrava.

D. Affonso I a dotou magnificamente em 1162.

Foram separadas até 1213, em que D. Affonso II submetteu a ordem ao grão-mestre de Calatrava, em reconhecimento de ter este cedido a Portugal todas as praças que ahi possuia.

Em 1385, D. João I separou definitivamente a Ordem de Aviz da de Calatrava, o que foi confirmado por o papa Eugenio IV.

Esta Ordem tinha em Portugal 18 villas e 49 commendas. (Vide Aviz.)

Ordem de S. Thiago

É a que D. Fernando II de Castella creou em 1175. Foi introduzida em Portugal, em 1177, por D. Affonso I.

D. Diniz a tornou independente e separada da hespanhola, em 1288, o que o papa Nicolau IV confirmou.

Possuia em Portugal 45 villas e aldeas, 150 commendas, 75 *padroados* de egrejas e muitos beneficios.

A sua ultima capital era Palmella. (Vide esta villa.)

Ordem de Christo

Foi instituida por D. Diniz, em 1319, que a dotou ricamente com a maior parte dos bens da *Ordem dos Templarios*, que tinha sido abolida em toda a christandade.

A *curia* romana queria, com futeis pretextos, apoderar-se das enormes rendas dos templarios em Portugal (como fez em outros reinos) mas o politico e patriota D. Diniz, lh'as subtrahiu, creando a Ordem de Christo e dando-lh'as.

Tinha esta Ordem, em Portugal, 21 villas e 454 commendas. Sua capital era Thomar. (Vide esta cidade.)

Ordem da Torre e Espada

D. Affonso V a instituiu em 1459. — Foi decahindo pouco a pouco, até que esqueceu totalmente. D. João VI (então principe regente) a *ressuscitou* em 1808, para recompensar os militares distinctos que não fossem catholicos, e que não podiam, pela differença de religião, ser admittidos nas outras ordens de cavallaria.

Ordem de Santa Isabel

Foi instituida em 1804, por D. Carlota Joaquina, unicamente para as damas de primeira grandeza.

Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa

Foi tambem instituida por D. João VI, a 6 de fevereiro de 1818 (dia da sua ascenção ao throno de Portugal.)

Sua capital era Villa-Viçosa, e o deão da capella real d'esta villa era commendador nato da Ordem, e os conegos, prior e bene-

ficiados d'esta collegiada e os da *Mesa da corporação dos escravos*, seus cavalleiros natos.

—

D. João III, em 1551, uniu á corôa os grãos-mestrados de S. Bento de Aviz, de S. Thiago, de Christo e de Malta, e com esta *medida*, augmentou consideravelmente as suas rendas.

Ordens de cavallaria que houve em Portugal e que hoje não existem

S. Miguel d'Ala, instituida por D. Affonso I em 1167.

Ordem da Frecha—instituida por D. Sebastião, em 1576. *Morreu* com o seu reinado.

Ordem de S. Julião do Pereiro—Foi instituida pelo conde D. Henrique, ahi pelos annos de 1098. Foi decahindo até que de todo se extinguiu. Mas passou para a Hespanha, onde ainda existe sob o nome de *Ordem de Alcantara.*

Ordem da Madre Silva—Foi instituida por D. João I.

Ordem dos Namorados (ou Ala dos Namorados), tambem creada por D. João I.—Ambas cahiram depois de poucos annos de existencia.

Ordem dos Templarios—Foi instituida na Palestina, e introduzida em Portugal em 1126. Foi dissolvida em toda a christandade, em 1311. (Vide *Templarios.*)

—

Em 1822 dizia Balbi, fallando do *aviltamento extremo* em que cahiram em Portugal as ordens de cavallaria:—«Cette grande décadence, qui date du siécle passé, est telle, qu'en Portugal on ne considére plus aujourd'hui ces décorations, que *comme un simple ornement*, tandis que dans les anciens temps de la monarchie *les plus grands services rendus à l'Etat et les exploits les plus héroiques n'étaient souvent récompensés qu'avec un habit de simple chevalier de Christ.*

«Cette monnaie imaginaire, dont la valeur est, comme celle de toute richesse factice, en raison inverse de la quantité émise en circulation, cette monnaie imaginaire, prodigué comme elle l'a été en Portugal, à fini par perdre tout crédit, sourtout depuis qu'on a introduit l'abus de donner les décorations aux emploits, au lieu de les réserver uniquement pour recompenser les persones qui avaient bien mérité de la patrie et du roi.

«Sans remonter à des temps éloignés, nous avons vu de nos jours les prodiges de valeur qu'ont faits des militaires français pour mériter la croix de la légion d'honneur. Nous voyons qu'en Angleterre et en Autriche, où ces sortes de décorations et où les lettres de noblesse ne sont accordées, qu'avec une sage économie, ces gouvernements ont pu récompenser dignement de grandes actions et des services éminents rendus à l'Etat, avec un ruban ou avec un diplôme, etc.»

—

Varões illustres nas armas, nas lettras ou nas virtudes, que nasceram ou falleceram em Lisboa.

1.°—No 1.° de janeiro de 1652, falleceu, preso no castello de S. Jorge, *D. Jorge Mascarenhas, marquez de Montalvão, conde de Castello-Novo* e 1.° vice-rei da Nova Lusitania. (Vide Montalvão.)

2.°—Em 5 de janeiro de 1401, falleceu o *beato frei Vicente de Lisboa.* Nascera na freguezia de S. Nicolau, d'esta cidade, e foi sepultado no mosteiro de Bemfica.

Foi religioso dominico, e provincial da sua ordem em toda a Hespanha, e na mesma, o primeiro inquisidor geral, confessor e prégador de D. João I.—É auctor de muitos livros, e homem de vasta intelligencia e muitas virtudes.

Já depois de ser confessor e prégador régio, soube que, ao nascer, de um parto perigoso, fôra apenas baptisado por uma velha; pelo que teve de se baptisar de novo e tomar segunda vez todas as ordens.

3.°—No dia 6 de janeiro de 1400, falleceu em uma gruta, que mandou abrir junto

ao convento de S. Francisco, de Lisboa, o *beato frei João da Barroca* (appellido que lhe proveio da gruta.)

Fez-se entaipar (emparedar) na gruta, deixando só uma fresta para a respiração, e na mesma, sem mais sahir d'ella, esteve 16 annos, até que falleceu. Alli era procurado como um oraculo; e consultado pelo mestre de Aviz, lhe prophetisou a victoria e a corôa.

4.º—*o beato frei Jeronymo da Cruz*, natural d'esta cidade, da freguezia da Sé. Religioso dominico. Passou ao Oriente, a prégar o Evangelho, sendo martyrisado ás lançadas, no reino de Sião, no dia 25 de janeireiro de 1566.

5.º—*O padre Antonio Vieira*, nasceu na freguezia da Sé, a 6 de fevereiro de 1608.

Era filho de Christovão Vieira Rovasco e de D. Maria de Azevedo. Foi em creança para o Brasil e ahi frequentou as aulas dos jesuitas, dando provas inequivocas do seu prematuro talento. Entrou para a Companhia de Jesus, muito novo, pois já era d'esta ordem em 1623.

Foi no Brasil que a sua reputação, como orador, principiou. O sermão que na Bahia prégou contra os hollandezes, onde se revela a mais sublime eloquencia e o mais esclarecido patriotismo, lhe deram grande celebridade.

Era governador do Brasil, D. Jorge Mascarenhas (o primeiro mencionado n'este catalogo) que adheriu logo á revolução de 1640, e escolheu Vieira para vir a Lisboa dar parte a D. João IV, d'este fausto successo.

Prégando na capella real, excitou tal enthusiasmo na côrte, que d'ahi data a grande influencia que teve para com o rei; que não tardou a confiar-lhe as mais difficeis missões diplomaticas, de que elle se sahiu sempre com maravilhosa intelligencia e a maior felicidade.

Foi sentenciado pela Inquisição, em 1669; mas, obtendo permissão de hir a Roma, o papa Clemente X o tratou carinhosamente e o isentou por um breve, de jurisdicção do Santo Officio, para sempre.

Morreu na Bahia, a 18 de julho de 1697.

Diz o sr. M. Pinheiro Chagas (*Portuguezes Illustres*, pag. 103)—«Nunca a nossa lingua soou mais bella, opulenta, energica e magestosa, do que na bocca d'este eminente orador. Para elle, o pulpito, foi muitas vezes tribuna. As suas orações não excitavam unicamente sentimento religioso; mas, quantas vezes enthusiasmavam, quantas vezes tambem verberavam a corrupção da côrte e os escandalos do governo. Era um poeta e um pensador. O homem que nos seus sermões sabia casar com um lyrismo inexcedivel de phrase a alteza do pensamento philantropico — o homem que fazendo vibrar essa lyra de mil cordas que tinha na voz, ora arrancava lagrimas ao auditorio, ora lhe fazia correr nas veias o frémito do patriotismo, da ira sagrada, do nobre enthusiasmo, aquelles que tinha presos da sua palavra colorida, em que se traduziam sublimes idéas, a côrte e o povo, os reis e os pontifices, os nobres e os plebeus, os ignorantes e os sabios.

Os recursos da lingua portugueza, ninguem como elle os conheceu: a poesia da phrase ninguem a possuiu em mais alto grau.» — E mais adiante—«Os seus *Sermões*, e as suas *Cartas*, além de outras obras notaveis que publicou, dão-lhe um dos primeiros logares entre os classicos portuguezes: e se haverá quem o vença em limpidez de linguagem, ninguem o excede na energia da locução e na propriedade dos termos. Soube afinar admiravelmente o idioma portuguez, instrumento maravilhoso, em que elle fez vibrar melodias immortaes.»

6.º—*D. Maria Martins Taveira*, irman de Santo Antonio, e por elle persuadida a ser religiosa, e o foi, de grande perfeição, no convento de *S. Miguel das Donas*, que então havia junto ao mosteiro de S. Vicente de Fóra, e que professavam a regra da congregação de Santa Cruz.

Falleceu no dia 18 de fevereiro de 1240.

7.º—*D. Guiomar*, senhora lisbonense, filha de ricos e nobres paes. Ficando com grande fazenda, se resolveu hir visitar os san-

tuarios de Roma, e alli, notando o que soffriam os portuguezes, por falta de asylo, principalmente os pobres e enfermos, dispendeu as suas riquezas na fundação e dote de um hospital, que ainda existe, com o nome de *hospital de Santo Antonio dos Portuguezes*.

Falleceu em Roma, no dia 9 de março de 1400, e jaz no hospital que fundára.

8.°—*Frei Balthazar Paes*, religioso da Ordem da Santissima Trindade, doutissimo e subtilissimo interprete da Sagrada Escriptura, e um dos mais celebres prégadores do seu tempo. Escreveu e publicou muitos tomos de sermões, que lhe deram grande fama. Morreu em 13 de março de 1638.

9.°—*O veneravel Bartholomeu da Costa*, thesoureiro da egreja cathedral de Lisboa, varão insigne em virtudes, e famosissimo em caridade para com os pobres, no que gastou muitas riquezas. Falleceu em 27 de março de 1608, sendo pelo povo proclamado santo, e seus vestidos despedaçados para serem guardados como reliquias.

10.°—*D. Frei Balthazar Limpo*, religioso carmelita. Foi um dos maiores lettrados do seu tempo. Foi mestre de theologia, nas escolas publicas de Lisboa, confessor de D. João III e de sua mulher, D. Catharina. Foi feito bispo do Porto, e como tal assistiu ao concilio de Trento, onde se fez notavel pela vastidão dos seus conhecimentos.

Regressando a Portugal, foi feito arcebispo de Braga, primaz das Hespanhas, e foi um dos mais insignes prelados da egreja bracharense.

Foi elle que trasladou para a Sé archiepiscopal, o corpo de S. Pedro de Rates.

Morreu no dia 31 de março de 1558.

11.°—*Luiz Alvares de Andrade*, era filho de paes humildes, mas virtuosos. Morreu a 3 de abril de 1631. (Vide *Senhor dos Passos da Graça.*)

12.°—*D. Apollinario d'Almeida*, da companhia de Jesus. Diz-se que nascera com uma mitra estampada na fonte direita. Foi doutor e lente na universidade d'Evora, onde foi sagrado bispo de *Nicea*. Foi martyrisado na Ethiopia, com os padres Jacintho Francisco e Francisco Rodrigues, tambem jesuitas portuguezes, no dia 9 de junho de 1638.

13.°—*Brites de Santa Ursula*, criada da communidade, no mosteiro do Salvador, de Lisboa oriental. Morreu em 18 de maio de 1719, com 130 annos completos de edade!

14.°—*Frei Simão Coelho*, religioso carmelita. Foi varão pio e douto. Compoz em 4 volumes a chronica da sua ordem e uma apologia elegante em defeza d'ella, e outras varias obras, sendo algumas de muito merecimento.

Falleceu no seu convento do Carmo de Lisboa, no dia 13 de maio de 1606.

15.°—*João XXI*, 184.° na ordem dos pontifices romanos, que governou a Egreja de Deus, desde 1276 até 1277. Nasceu na freguezia de S. Julião. Antes de ser papa se chamava *Pedro Julião*. Era versadissimo em todas as sciencias, principalmente em philosophia, medicina e mathematica. Escreveu *problemas*, como os de Aristoteles, e *sumulas* de philosophia, que se leram em muitas escolas. Compoz, em medicina o livro intitulado *Thesaurus pauperum* e o *Canones medicinae*, e outras obras eruditas, muito estimadas.

Em Portugal foi arcediago de Vermuim, prior-mór da insigne collegiada de Guimarães, commendatario do mosteiro de Pedroso, e arcebispo primaz de Braga.

El-rei D. Affonso III o mandou ao concilio lugdunense, no qual o papa Gregorio X o fez bispo tusculano e creou cardeal no mesmo dia.

Por morte de Adriano V, foi o nosso Pedro Julião elevado ao pontificado, em 20 de setembro de 1276, na cidade de Viterbo, então côrte dos papas, com universal applauso.

Alguns principes christãos andavam em guerra e elle os persuadiu á paz, animando-os a virarem as suas armas contra os

turcos e mouros da Terra Santa; ao que elles todos annuiram.

Morreu aos 8 mezes e 5 dias do seu pontificado, esmagado pela parede de um quarto do seu palacio que desabou, em 16 de maio de 1277. Jaz na cathedral de Viterbo.

16.º—*Frei Luiz de Sottomaior*, frade dominico, versadissimo em linguas e sciencias, pelo que o levou para Inglaterra o principe D. Philippe (quando foi casar com a rainha Maria).

Teve alli largas disputas com os hereges, vencendo alguns e convencendo e convertendo muitos.

Foi ao concilio de Trento, como theologo, por ordem de D. João III, e n'elle se tornou notavel pela vastidão dos seus conhecimentos. Voltando a Portugal, foi por muitos annos lente de prima, na Universidade de Coimbra.

Compoz varios livros, sobre os *Psalmos de David, Epistolas de S. Paulo, Evangelhos de S. Lucas e S. João* e *Livro de Job;* mas a sua melhor obra é o *Commento* sobre o *Cantico dos Canticos.*

O papa Clemente VIII, por breve de 28 de março de 1597, depois de lhe agradecer com repetidos louvores, o disvelo incançavel com que se occupava em tão util emprego, o exhortou a proseguir, para bem dos fieis e credito da egreja.

Morreu no seu collegio (de S. Domingos) em Coimbra, em 1610. Tinha nascido em 1526.

17.º—*D. frei Diogo Soares de Santa Maria*, religioso franciscano, em cuja ordem professou em 1567 — grande theologo. Desanimado por algumas censuras injustas que fizeram ás suas obras, foi para Paris, onde Henrique III o fez lente de controversia da universidade parisiense; sendo depois lente da mesma disciplina na de Louvaina.

Pelas suas triumphantes controversias contra os hereges, os francezes o denominaram *açoite dos hereges* e o famoso Roberto Claudio (na sua *Gallia Christan*) o denominou *le grand portugais.*

Escreveu e publicou em França, em 1585, os *Commentarios sobre o Genesis* e sobre o s primeiros tres capitulos do Apocalipse, e em 1605 publicou um *Sermonario.* Escreveu o *Thesaurus Quadragesimalis*, em francez e latim, que foi impresso em 1610.

Foi pregador e conselheiro de Henrique IV, de quem foi muito acceite, e o fez bispo Saguiense, na Normandia; fallecendo no terceiro anno do seu exemplar episcopado, em 20 de maio de 1614. Foi sepultado no côro do convento de S. Francisco, de Paris, em nobre mausoléu, que lhe erigiu o seu successor, mandando lhe gravar uma inscripção laudatoria.

18.º—*Soror Maria da Visitação*, era freira, no convento da Annunciada. Desejando tornar-se célebre pela sua santidade, fingiu (ou fez) feridas na cabeça e pintou chagas nas palmas das mãos e nos pés, com tanta arte, que illudiu a todos nos varios exames que lhe foram feitos.

Adoptou um systema de vida penitente e mortificado, e apparentava todas as maneiras de verdadeira santa.

Conseguiu o fim a que se propozera, pois a fama da sua santidade, e das chagas do Salvador impressas no seu corpo, em breve se espalhou, não só em Portugal e Hespanha, mas até por toda a Europa.

Era isto no tempo da usurpação de Philippe II, e quando se reunia em Lisboa a *invencivel armada*, o cardeal Alberto, então governador do reino, levou o estandarte real de Castella ao mosteiro da Annunciada, para que a Madre Maria da Visitação o benzesse, para que as armas castelhanas fossem bem succedidas. [1]

[1] A benção e as orações da freira não lhes valeram. A esquadra sahiu de Lisboa no dia 30 de maio de 1588. Constava de 175 velias, sendo 130 de grande força e estupenda grandeza. Levava 30:000 homens de guerra e mar, sendo d'estes mais de 200 das principaes familias de Hespanha (e alguns de Portugal). Era commandante em chefe, D. Affonso Peres de Gusmão, duque de Medina Sidonia.

Esta esquadra, que era destinada a hir conquistar a Inglaterra, foi destruida por um violento temporal, no canal da Mancha, escapando poucos navios e pouca gente. Assim acabou a *invencivel armada* e os planos de conquista, de Philippe II.

Todas as pessoas grandes de Portugal, os geraes e prelados das ordens religiosas, se encommendavam á *freira santa da Annunciada.*

Durou isto muitos annos, até que os ministros do *Santo Officio* a submetteram a um exame que durou 30 dias, e pelo qual se evidenciou ser tudo fingido com uma maravilhosa arte, e a examinada confessou a sua impostura, quando já não era precisa a confissão, em vista da prova.

Foi a freira desterrada para o mosteiro da sua ordem, de Abrantes, onde soffreu as penitencias impostas pelo prelado e onde falleceu passados alguns annos.

19.º—*Padre Francisco de Mendonça*, da casa dos senhores de Barbacêna. Nasceu em 1572, foi da Companhia de Jesus. Foi um dos melhores latinos e dos mais profundos theologos do seu tempo. Era tambem um famoso prégador, e um religioso exemplarissimo.

Escreveu tres volumes *in folio*, sobre os *Livros dos Reis*. O seu *Viridiario* é a delicia dos curiosos. Ha d'elle dois volumes de sermões, os mais elegantes que até então haviam apparecido.

Regressando de Roma para Portugal, falleceu em Leão (França) em 3 de junho de 1626.

20.º—*Frei Anselmo Xuquer*, da ordem de Christo, de Thomar, em cujo mosteiro professou. Nasceu em 1572. Foi elegante poeta e humanista insigne. Passou á Allemanha, onde viveu na intimidade do legado apostolico, que depois foi o papa Alexandre VII, que foi affeiçoadissimo ao nosso portuguez, e o quiz levar para Roma, quando subiu ao pontificado.

Compoz 12 livros, em verso heroico latino, cuja obra intitulou *De Partu Virginis*—um de *Enigmas*, com suas explicações, e outras obras que ainda em 1834 estavam no cartorio do convento de Thomar, onde falleceu em 10 de junho de 1662.

21.º—*Santo Olympio*, não se sabe quando nasceu nem o anno em que morreu, só se sabe que foi martyrisado na Thracia, em 12 de junho, e que era contemporaneo de S. Gregorio Nazianzeno. Era varão sapientissimo e de grandes virtudes. Foi arcebispo de Toledo, e muito venerado de Santo Agostinho, que disse d'elle: «Foi varão glorioso para com Deus e para com os homens, egual em sabedoria aos Hilarios e Cyprianos.»

Santo Isidoro o poz no *Canon* da missa, que ainda hoje existe no missal de Toledo a que chamam musárabe.

22.º—*D. frei Pedro Brandão*, de uma nobre familia. Foi religioso carmelita, doutor em theologia, pela Universidade de Coimbra, mestre da sua ordem, prégador famoso, prior e depois provincial da sua ordem, e por fim, bispo de Cabo Verde.

Por abominar o infame trafico da escravatura, soffreu muitos desgostos dos negreiros da sua diocese, pelo que, depois de cinco annos de episcopado, resignou, vindo para o seu convento do Carmo, em Lisboa, onde falleceu, no dia 14 de junho de 1608.

23.º—*S. Marino, martyr*, era de uma nobilissima familia d'esta cidade. Foi martyrisado no dia 10 de julho (não se sabe em que anno) imperando Juliano, apostata, na cidade de Cesaréa (Africa).

Não nos diz o *Anno Historico*, se S. Marino era frade, padre, ou simples particular.

24.º—*Padre frei João da Silveira* (carmelita), nasceu em 1591, e falleceu no seu convento do Carmo, de Lisboa, no dia 17 de julho de 1687.

Foi um distincto ornamento da sua ordem, e um dos mais sabios litteratos do seu tempo. Era filho de Fernão Lopes Lisboa e de sua mulher Catharina Fernandes.

Foi muitos annos mestre de theologia, e escreveu e publicou 10 tomos sobre differentes questões theologicas, e commentarios ao Apocalypse, aos Evangelhos, aos Actos dos apostolos e sobre outras materias.

Todas estas obras foram julgadas de tanto merecimento, que tiveram varias edições, não só em Portugal, mas em quasi todos os

reinos christãos, em cujas linguas foram traduzidas.

Deixou ineditos, um livro sobre o mysterio da Encarnação, outro de direito civil, outro de philosophia e um tratado sobre direito ecclesiastico.

Aos seus vastissimos talentos, juntava uma grande modestia e a mais acrisolada caridade.

Rejeitou por varias vezes o emprego de prelado que lhe rogaram exercesse; apenas por obediencia, acceitou por tres vezes o logar de presidente de capitulos provinciaes. No concilio geral celebrado em Roma em 1660, foi feito definidor perpetuo da sua ordem.

Tendo 400$000 réis de rendimento annual, que lhe deixou sua irman D. Beatriz da Silveira (mulher do barão Jorge da Paz da Silveira, commendador de S. Quintino de Monte Agraço, senhor das villas da Silveira, Cuevas de Catanazor—Hespanha—etc.) Tendo aquelle rendimento, digo, e recebendo grandes productos das suas obras, tudo empregou em obras no seu convento, e em esmolas aos desvalidos; sem que a sua cella se distinguisse em nada das dos outros religiosos.

Na sua sepultura se gravou um epitaphio latino, em seu louvor, que por extenso não transcrevo. (Vide *Anno Historico*, tomo 2.º, pag. 368.)

25.º — *Luiz de Camões*, o principe dos poetas portuguezes. Nasceu pelo fins do anno de 1524, ou principio de 1525. Era filho de Simão Vaz de Camões [1] e de Anna de Sá de Macedo.

Applicou-se ao estudo das humanidades, na Universidade de Coimbra, em que sahiu insigne. Era muito versado nas linguas grega e latina, e pratico na historia, philosophia e mathematica; mas o seu renome foi alcançado pela poesia, e foi tão feliz nas suas primeiras publicações poeticas, que, sendo ainda muito novo, principiou a ser conhecido e estimado na côrte, onde passava o tempo só em amores, ocios e versos; até que se rendeu á formosura de D. Catharina de Athaide, que acolheu favoravelmente os seus rendimentos.

Esta D. Catharina era da familia, então poderosa, dos condes de Athouguia (da Baleia) e seus parentes fizeram desterrar de Lisboa o poeta, ahi pelos annos de 1548 a 1550 (Suppõe-se que para a villa de Punhête, hoje Constancia. Vide pag. 380 do 2.º volume.)

Depois sentou praça e foi militar para a Africa, perdendo o olho direito em um combate naval, em frente de Ceuta.

Em 1553 passou á India, e militou no Malabar, no Mar Roxo e em Ormuz.

Voltando a Gôa, era alli governardor Francisco Barreto, homem despotico e pouco limpo de mãos. Escreveu contra elle uma violenta satyra, que intitulou *Desparates da India*, e por isso foi desterrado para as Molucas, onde esteve tres annos.

Feito vice-rei da India D. Constantino de Bragança, seu protector, voltou a Gôa, e foi pelo vice-rei nomeado provedor de defuntos e ausentes, para a cidade do Santo Nome de Deus de Macau. Aqui, na celebre gruta do seu nome, consta que escreveu a maior parte dos immortaes *Luziadas*.

Voltou a Gôa, em 1561; mas, naufragando no caminho, diz-se que salvou, entre os dentes, o seu poema, do furor das ondas, na foz do rio *Mecon*.

A este facto se refere, no canto X, estancia 128, quando diz:

> Este receberá placido e brando
> No seu regaço o Canto, que molhado
> Vem do naufragio triste e miserando,
> Dos procellosos baixos escapado.

N'este naufragio perdeu Camões bastantes cabedaes que tinha juntado em Macau.

Chegado a Gôa lhe foi formado um processo por concussão, pelo que foi preso e a

[1] Luiz de Camões descende do fidalgo gallego Vasco Pires de Camões, perjuro e obstinado alcaide-mór d'Alemquer, por D. Leonor Telles de Menezes (vide pag. 99 do 1.º volume) e talvez seja por isso que alguns escriptores o fazem natural d'Alemquer, quando só se sabe com certeza que é oriundo d'esta villa.

muito custo se justificou, e foi solto; regressando ao reino, não sem soffrer bastantes incommodos durante a viagem.

Quando chegou a Lisboa, achou esta cidade horrorosamente assolada pela peste, em 1570.

Em 1572 foi publicado o seu livro, monumento glorioso, que será lido com orgulho e prazer, emquanto palpitar um coração portuguez. Dedicou-o ao rei D. Sebastião, que o recompensou com uma pensão annual de 15$000 réis, [1] insufficiente para o poeta, que era prodigo (como são quasi todos os poetas), e que, demais a mais, talvez fosse mal paga, attendendo ás grandes despezas que então fazia o thesouro com os aprestos para a louca e infeliz invasão da Africa.

Viveu pois na miseria os seus ultimos annos, e por muitas vezes o seu dedicado escravo Antonio, de nação jau, implorou a caridade dos ricos, para não ver o seu senhor finar-se á fome.

Morreu em Lisboa, a 10 de junho de 1580. [2]

Além dos *Lusiadas*, compoz Camões formosos versos elegiacos, bucolicos, satyricos, etc. Tambem escreveu tres dramas—*Amphitrião*, *El-rei Seleuco* e *Philodemo*, onde se encontram muitas vezes rasgos comicos de muita graça e que revelam muito talento.

—

É tradição que Camões morreu em um hospital; mas Faria e Sousa e o padre Francisco de Santo Agostinho, e, modernamente e sr. visconde de Juromenha, provam que elle falleceu em uma pobre casa, na hoje chamada calçada de Sant'Anna. (Vide pag. 139 d'este volume.)

Foi sepultado na egreja do mosteiro das freiras de Sant'Anna (ao campo do mesmo nome) logo á entrada, da parte esquerda, sem o minimo signal que distinguisse a sua sepultura, até ao anno de 1595, em que D. Gonçalo Coutinho (da casa Marialva) nobre cavalleiro de Lisboa, lhe mandou levantar um mausoleu, no qual fez gravar a inscripção seguinte:

AQUI JAZ LUIZ DE CAMÕES,
PRINCIPE
DOS POETAS DO SEU TEMPO.
VIVEU POBRE E MISERAVELMENTE
E ASSIM MORREU.
ANNO DE MDLXIX.

—

Os *Lusiadas* teem tido 143 edições—82 portuguezas, sendo a mais notavel, pelo seu luxo e riqueza, a do celebre *Morgado de Matheus*, progenitor dos actuaes srs condes de Villa Real—cinco hespanholas—dezeseis francezas—oito italianas—dez inglezas—nove allemãs—duas hollandezas—uma polaca uma bohemia—duas dinamarquezas—duas suecas—duas russas—uma latina—uma grega—e uma hebraica.

—

Camões era fidalgo cavalleiro da casa real. Já disse que descendia de Vasco Pires de Camões, fidalgo gallego, que foi alcaide mór d'Alemquer. O representante da familia Camões, na Galliza, é hoje o visconde de Rubiones.

Os descendentes portuguezes de Vasco Pires de Camões são os marquezes de Angeja, condes de Peniche—os viscondes de Villa Nova do Souto d'El-Rei, e os descendentes dos condes de Villa Flor.

Ainda que a opinião mais seguida seja que Luiz de Camões é natural de Lisboa, e que os mais conscienciosos antiquarios dos nossos dias sejam concordes em assim o *suppor*; não está concludente e incontestavelmente provado que o grande poeta aqui nascesse; e Coimbra e Alemquer pretendem para si a honra de ser patria do nosso esclarecido poeta. É porém muito verosimil que Camões nascesse em Lisboa, pois ha

[1] Esta pensão, que hoje nos parece ridicula não o é tanto como á primeira vista julgamos, attendendo á differença da moeda e do custo dos generos. (Vide o que a similhante respeito digo no *convento do Carmo*, em Lisboa.)

[2] Consta que, nas vascas da morte, dissera:—«Ao menos, resta-me a consolação de morrer com a patria, que tanto amei.» (O *Anno Historico* diz que elle morreu em 17 de julho de 1569, e com esta data—do anno—está no epitaphio. Não sei quem é que se engana; mas, a opinião mais corrente, é que foi em 1580.)

provas irrefragaveis de que seus paes viviam n'esta cidade, em umas casas á Mouraria, no anno de 1553.

—

O dono actual do predio onde falleceu Camões, o sr. Manuel José Correia, mandou collocar na frente d'elle, uma lapide commemorativa d'este facto, no mesmo dia da inauguração da estatua do grande poeta, na praça do seu nome, em 9 de outubro de 1867.

—

Havia muitos annos que os portuguezes pretendiam pagar uma divida sagrada, erigindo um monumento que levasse ás gerações por vir o nome e a fama do poeta, que tanto exaltou a sua patria, fazendo-a conhecida por todo o mundo, pela leitura do seu immortal poema.

Em 1860, por iniciativa do nosso illustre esculptor, o sr. Victor Bastos, se formou uma commissão de cavalheiros distinctos, para promoveram subscripções para se levar a effeito esta obra.

Depois de recebidos alguns donativos, se lançou a pedra fundamental, no dia 28 de junho de 1862, collocando-se por baixo d'ella um cofre, contendo o auto da ceremonia, as moedas nacionaes e uma lamina de cobre prateado, com uma inscripção latina, adequada. Esteve mais de cinco annos o monumento só com o pedestal, em razão de muitas *miserias*, cuja relação é impropria d'esta obra; até que finalmente se concluiu, sendo a inauguração em 9 de outubro de 1867.

O pedestal tem 7m,48 de altura, sobre quatro degraus, com um socco onde assenta uma grade. Nos angulos se levantam oito plinthos, nos quaes estão collocadas as estatuas dos illustres varões seguintes (cada uma de 2m,40 de altura)—o chronista *Fernão Lopes*—o cosmographo, *Pedro Nunes*—os historiadores, *Gomes Eannes d'Azurara, João de Barros* e *Fernão Lopes Castanhêda*—dos cantores das nossas glorias navaes, *Vasco Mousinho de Quevedo, Jeronymo Corte Real* e *Francisco de Sá de Menezes.*

Na face principal estão as armas reaes portuguezas como as usou D. João I, e seus successores até D. Sebastião.

Todo o monumento tem de altura 11m,48. O pedestal e estatuas, custaram 38:000$000 réis. São obra do referido sr. Victor Bastos. A estatua de Camões, que é de bronze, tem 4 metros de altura, e foi feita de peças antigas, que estavam no arsenal real do exercito, avaliadas em 1:700$000 réis (da pêso). Foi feita na acreditada fundição dos srs. Collares. Foi primeiramente fundida, por Mr. Luiz Baptista Berry, de Paris, que a estragou, e pelo que sahiu de Lisboa. A actual é, como devia ser, obra exclusivamente portugueza, sendo o seu principal fundidor, o sr. Alexandre das Neves (um curioso!) e o sr. Delphim Antonio.

26.º—*Madre Isabel do Presepio*, freira do mosteiro dominico do Salvador, de Lisboa, onde morreu, em 23 de julho de 1505. Em 30 annos nunca foi vista senão no côro, refeitorio e em actos de communidade. Foi julgada por santa, por toda a gente da cidade, e muitos annos depois da sua morte, abrindo se a sepultura, se achou o corpo inteiro, os habitos sãos, e um cheiro suavissimo, o que causou geral admiração.

27.º—*D. João d'Azevedo*, tão nobre por sangue, como famoso em lettras e virtudes. Foi deão da cathedral de Lisboa, foi bispo do Porto, e grande bemfeitor da mitra, Sé e cabido, e muito mais da pobreza d'aquella cidade.

Depois de governar exemplarmente o seu bispado, o renunciou e se recolheu no convento de Xabregas (conegos seculares da congregação de S. João Evangelista, loyos) onde, por auctoridade apostolica e por sua grande humildade, pediu o habito pardo dos noviços da ordem; que vestiu, cumprindo, como tal, pontualmente, todas as obrigações competentes ao seu novo emprego.

Entregava ao seu prelado toda a congrua que recebia como bispo resignatario, e assim se conservou 25 annos, sem nem uma só vez sahir do seu mosteiro, e fallando muito poucas com pessoas seculares.

Falleceu muito velho, e como verdadeiro christão, em 27 de julho de 1517. Foi sepultado no cruzeiro da egreja de Xabregas.

28.º — *O doutor, padre, Jorge Serrão*, da Companhia de Jesus. Tomou em Roma o grau de doutor, em Evora foi o primeiro lente de theologia, e o primeiro cancellario d'aquella universidade. Em Lisboa foi deputado da mesa do conselho geral do *Santo Officio*, reitor dos collegios de Coimbra e Evora; preposito de S. Roque e provincial da Companhia. Reunia a um grande saber, todas as virtudes que são o apanagio do verdadeiro christão. Morreu santamente, na casa professa de S. Roque, de Lisboa, no dia 8 de agosto de 1590.

29.º — *Frei Manuel Guilherme*, da ordem de S. Domingos, onde leu muitos annos theologia moral—qualificador do Santo Officio—examinador do padroado real e das tres ordens militares, e um dos mais famosos prégadores da côrte. Foi grande bemfeitor da sua religião, que lhe deveu a grande e excellente bibliotheca do convento de S. Domingos, de Lisboa, e outras mais obras — e a republica litteraria os quatro tomos do *Agiologio Dominicano*, e outras mais obras de grande merecimento no seu tempo.

Nunca quiz ser prelado, e depois de uma vida illustrada por obras litterarias e de caridade, falleceu em 16 de agosto de 1730. Tinha nascido em 1658.

30.º—*D. Jeronymo Osorio*, da nobre e antiga familia do seu appellido. Nos primeiros annos e nos rudimentos da lingua latina, causava admiração aos mestres, pela sua maravilhosa comprehensão e precoce intelligencia, vindo por fim a ser tão primoroso latino como Cicero e Lactancio.

A suavidade, a clareza e a elegancia das suas phrases, o esmero dos seus periodos e a propriedade da sua locução, não tem egual nos auctores modernos, nem superior nos antigos.

Era versadissimo nas linguas grega e hebraica, assim como na rhetorica, na philosophia e nas mathematicas e theologias. Estudou linguas e sciencias nas universidades de Salamanca, Bolonha e Paris.

D. João III o nomeou lente de prima e escriptura, da Universidade de Coimbra; o cardeal D. Henrique (depois rei) o attrahiu para a universidade d'Evora, provendo-o no arcediagado da Sé da mesma cidade.

As suas obras foram impressas em quatro volumes, que contêem doutissimos commentarios sobre varios livros da Escriptura e diversos tratados moraes, historicos e politicos e de controversia, tudo obras justamente famosas pela sua incontestavel elegancia.

Foi visitado por varios homens dos mais sabios da Europa, que exclusivamente para isso vinham a Portugal.

Foi bispo do Algarve, e um dos mais virtuosos, sollicitos e caritativos prelados d'aquella provincia.

Tão entranhada paixão tomou pela fatal derrota do rei D. Sebastião, na Africa, que é voz geral morrêra de melancolia por isso, em 20 de agosto de 1580.

Teve um sobrinho, do seu mesmo nome, que lhe escreveu a biographia e compilou as obras, a que juntou tambem as suas, cheias de excellente doutrina e vasta erudição.

31.º — *O padre-mestre João*, era filho unico de paes ricos, mas despresou as commodidades da vida, dedicando-se desde a infancia aos exercicios da religião. Applicou-se ao estudo de varias sciencias, mas na medicina foi tão insigne e famoso, que leu de prima, com geral applauso, na universidade, que então estava em Lisboa, e foi nomeado phisico-mór do reino.

Resolvido a deixar para sempre as vaidades do mundo, attrahindo a si outros companheiros, deu principio á congregação de S. João Evangelista.

Foi depois feito bispo de Lamego, e depois de Viseu, em cujas dignidades foi exemplarissimo.

Acompanhou a Flandres a infanta D. Isabel, filha de D. João I, que foi mulher de Philippe *o Bom*, duque de Borgonha; e depois a Castella a rainha Isabel, filha do infante D. João e mulher de D. João II d'aquelle reino.

Foi o reformador da ordem de Christo, por especial commissão pontificia.

Cheio de merecimentos e boas obras, havendo mandado lavrar, em sua vida, na ca-

thedral de Viseu, a sua sepultura (que visitava muitas vezes) falleceu em 30 de agosto de 1463, tendo nascido em 1380.

Diz a lenda que á hora da sua morte se ouviram vozes de anjos, que o convidavam a subir ao ceo, e que todos os sinos de Viseu dobraram expontaneamente, sem impulso estranho, no acto do seu fallecimento.

32.º—*João Vaz da Motta*, insigne nas lettras humanas; passou a Roma, onde levou, por opposição a cadeira de humanidades, no collegio romano da sapiencia; succedendo ao famoso Moreto.

Orou nas principaes occorrencias d'aquelles tempos, diante dos summos pontifices, com admiravel elegancia e merecidos applausos. Foi singular a oração que fez em louvor de S. João Evangelista, diante do papa Gregorio XIII. Era doutor em ambos os direitos.

Morreu no dia 31 de agosto pelos annos de 1590.

33.º—*D. frei Marcos de Lisboa*, tomou o habito da religião dos menores e a illustrou com a chronica que d'ella escreveu, em tres volumes, e que foi recebida com geral acceitação. Teve varias edições portuguezas, e foi traduzida em castelhano, francez e italiano.

Compoz e traduziu outros livros espirituaes, de muito merecimento.

Philippe II o fez bispo do Porto, cuja egreja governou 10 annos, com grande reputação de virtude e sabedoria, exercendo sobre tudo, em larga escala a virtude da caridade.

Enriqueceu a sua Sé com excellentes ornamentos, fez a quinta do *Prado* (onde foi o seminario e é hoje o cemiterio publico oriental, ainda chamado do *Prado do Repouso*) erigiu a casa do cabido, dividiu a freguezia da Sé em quatro, para mais prompta administração dos sacramentos; e celebrou synodo diocesano.

Falleceu em 4 de setembro de 1591, com 80 annos de edade, pois tinha nascido em 1511. Jaz na capella de Nossa Senhora da Saude, da Sé do Porto, que mandára fundar para sua sepultura e de seus successores.

34.º—*Achilles Estaço*, nasceu em 15 de junho de 1524. Era filho de Paulo Nunes Estaço, cavalleiro illustre e guerreiro, que levou comsigo á India este filho, para na tenra edade se exercitar nos preceitos e acções heroicas da arte militar.

Achilles, porém, era mais inclinado ás lettras do que ás armas, e com licença paterna, voltou a Portugal, hindo para a universidade d'Evora aprender humanidades com o grande André de Rézende. Passou depois á universidade de Lovaina, onde foi discipulo do famoso Pedro Nanio, eloquentissimo orador d'aquelle tempo; egualando, se não excedendo, seu mestre, na oratoria, na poesia e nas linguas grega e hebraica, em que foi versadissimo.

Tambem se applicou com grande fervor ao estudo das sagradas lettras em que foi não menos sciente.

Deixou a universidade de Lovaina (por causa das guerras que então alli havia) e passou á de Paris e depois a Roma, onde no collegio da Sapiencia foi condecorado com uma cadeira, e mereceu grandes louvores e attenções do papa e cardeaes do sacro collegio.

Pio IV o nomeou secretario do concilio de Trento. S. Pio V, a quem foi muito acceite, o fez secretario das cartas latinas para os principes; Gregorio XIII o admittiu ao numero dos seus familiares, e aos mesmos pontifices prestou obediencia em nome de Portugal, por mandado do rei D. Sebastião, duas vezes; e uma em nome do grão mestre de Malta, frei João de la Valete; fazendo n'esses actos, tres elegantissimas orações, que causaram a admiração de Roma, a patria dos grandes oradores.

Viveu sempre celibatario, mas exemplarmente; sem acceitar os logares honorificos de chronista latino de Portugal e guarda-mór do archivo real (Torre do Tombo) para os quaes o convidou o rei D. Sebastião; nem de secretario do cardeal D. Henrique, depois de acclamado rei; nem muitos beneficios ecclesiasticos de grande renda e auctoridade, que se lhe offereceram.

Falleceu em Roma, no dia 28 de setembro de 1581. Jaz sepultado na egreja da congre-

gação do Oratorio, da mesma cidade, sem inscripção alguma, como havia ordenado.

Publicou mais de 25 livros sobre varios assumptos, sagrados e profanos, em prosa e verso, que compoz na lingua latina, assim como traducções do grego (em latim) que fez de muitas obras de S. João Chrysostomo, S. Gregorio Niceno, Santo Athanasio, Gregorio Antiocheno, Sophronio, Cyrilo, Anastacio Sinaita, Marciano, Amphilochio e Calimacho.

Deixou ainda muitas obras ineditas, que se guardam na excellente livraria que deixou aos padres da congregação do Oratorio, de Roma, os quaes a conservaram com grande estimação, em uma boa casa, em cuja porta se vê o retrato de Achilles Estaço sobre esta inscripção

Bibliotheca statiana

35.º — *O padre frei Duarte de Travassos*, religioso dominico; passou á India, e depois á Oceania, e na ilha de Timor, com as suas prégações e exemplos, converteu muitos povos. Prégando, no dia 2 de outubro de 1670, contra a falsidade dos idolos, no mesmo acto lhe foi cortada a cabeça, por ordem do regulo d'aquelle districto.

36.º—*Jorge Cardoso*, auctor dos *Agiologios*, portuguez benemerito, e que, mais do que outro algum escriptor antigo ou moderno, illustrou a historia ecclesiastica; compoz e imprimiu tres tomos, que contêem exactas e copiosas noticias dos santos e dos varões portuguezes, insignes em virtudes, que morreram nos primeiros seis mezes do anno. Deixou em limpo o 4.º volume, que contém os mezes de julho e agosto, e ficou prompto para a impressão; mas julga-se que este original foi roubado, porque não ha noticia d'elle.

Tinha antes publicado uma collecção de livrinhos, que eram como o preludio da grande obra que depois emprehendeu.

Outras muitas obras, todas de grande folego e de utilidade para os leitores, tinha imaginado, e para ellas tinha reunido preciosos apontamentos; mas a morte o não deixou leval-as ao cabo.

Tambem só colheu desgostos e esquecimentos dos seus longos e apreciaveis trabalhos litterarios, do que Cardoso se queixa em mais de um logar das suas obras.

Falleceu a 3 de outubro de 1669.

Todas as religiões que costumavam sahir ao enterros o foram acompanhar á sepultura, em communidade, e os religiosos das outras, em grande numero, sem serem chamados, mais que da justa gratidão que deviam ao muito que com seus escriptos os illustrou.

37.º—*Frei Bernardino de Sena*, [1] foi perfeito religioso franciscano, grande mestre, insigne prelado e exemplarissimo em virtudes.

Foi mestre de philosophia e theologia, adquirindo grande fama pelo seu admiravel modo de ensinar.

Exerceu gradualmente todos os logares da sua ordem. Foi guardião de Ferreirim, de Santarem e de Lisboa — provincial da provincia de Portugal — secretario geral — commissario geral cismontano — e ministro geral de toda a ordem seraphica, eleito em Roma, no capitulo geral de 1625, terceiro portuguez que exerceu esta dignidade.

Todos estes logares occupou com a maior sensatez, prudencia, e imparcialidade, pelo que era respeitado nas côrtes de Portugal, Castella, França e Roma.

Foi elevado a bispo de Viseu, cuja cadeira pouco tempo occupou, porque falleceu em 5 de outubro de 1632. Tinha nascido em 1571.

38.º—*A Madre D. Feliciana de Milão*, filha de paes incognitos — foi freira professa —bernarda—no convento de Odivellas, onde foi abbadessa. Sabia latim, philosophia, historia e poetica.

Era dotada de grande juizo, agudeza e discrição. Escreveu um largo e erudito discurso sobre a *pedra philosophal*, o qual com muitas obras poeticas, e cartas eloquen-

[1] Alguns escriptores dizem que nasceu em Torres Novas, mas é mais provavel ser lisbonense.

tissimas correram manuscriptas, sendo muito estimadas.

Falleceu em 8 de outubro de 1705, (tendo nascido em 8 de outubro de 1632) no dia em que completou 73 annos de edade.

Na sua sepultura, e por sua ordem, se pôz o seguinte epitaphio:

AQUI JAZ A PECCADORA

39.º—*D. Francisco Manuel de Mello*, nasceu em 23 de novembro de 1611. Era seu pae um nobre cavalleiro e sua mãe descendente da casa de Bragança.

Estudou em Coimbra, mas, levado do seu genio que o inclinava á milicia, seguiu a carreira das armas, embarcando para o Brasil, na esquadra de D. Manuel de Menezes, em 1627. Regressando a Portugal, foi um dos que mais contribuiu para aplacar a sublevação prematura d'Evora, em 1637.

Em 1639, militou, como mestre de campo, na esquadra castelhana de D. Antonio Oquendo, que crusava na Mancha. Fez depois a guerra da Catalunha, e ahi é preso, pelas suas idéas patrioticas, quando rebentou em Portugal a revolução do 1.º de dezembro de 1640. Sendo pouco depois solto, passa á Hollanda e d'ahi a Portugal, para offerecer os seus serviços a D. João IV.

Na guerra da restauração, portou-se como bom, leal e bravo portuguez, prestando relevantes serviços á sua patria, tanto nos combates como nos logares de administração publica que exerceu; mas a sua rectidão, e a sua severidade para com os abusos, lhe acarretaram desgostos, intrigas e perseguições; chegando a processal-o e a conserval-o muitos annos preso, devendo a sua liberdade (segundo consta) a Luiz XIII, de França, que muito o estimava.

Sahindo da prisão, entregou-se exclusivamente ás lettras, de que foi um dos mais eximios cultores do seu tempo, e occupando um dos primeiros logares na historia litteraria do paiz.

Escriptor fecundissimo, chistoso e delicado, profundo observador, e escrevendo com a maior simplicidade e elegancia. A sua *Carta de Guia de Casados*, é um verdadeiro folhetim do seculo XVII; e não lhe ficam em nada inferiores os seus *Apologos dialogaes*, obra de bom gosto litterario, primorosa de estylo, e escripta com a maior graça e erudicção.

As *Alterações d'Evora*, as *Epanaphoras*, e a *Historia de los movimientos y separacion de Cataluña*, tudo está escripto em estylo grave e imparcial.

A ulima obra citada, mereceu tanta consideração aos hespanhoes, que figura no *Tesoro de historiadores españoles*, das edições de Baudry e de Ribadeneyra, como uma das obras mais selectas que, n'aquelle genero, possue a lingua castelhana.

Tambem foi distincto poeta, e o seu entremez do *Fidalgo aprendiz*, é realmente chistoso e original.

Finalmente, foi um escriptor fecundissimo e inimitavel prosador.

Falleceu na sua quinta de Alcantara, no dia 13 de outubro de 1666, na edade ainda florescente de 55 annos. Foi enterrado no convento de S. José de Riba Mar.

40.º—*Frei Francisco da Natividade* (o *latino*)—religioso carmelitano—profundo philosopho e theologo, e um dos melhores prégadores do seu tempo, em que houve muitos famosos.

Conseguiu em Roma muitos applausos, com umas conclusões magnas que defendeu alli, em um capitulo geral, de theologia natural, medica, expositiva, marianna, carmelitana, juridica, dogmatica, moral, mystica, regular e escolastica.

Era versadissimo nas divinas e humanas lettras.

Deixou impressos alguns sermões e um livro *in folio*, intitulado—*Linitivos da dor*, na morte da serenissima rainha, D. Maria Sophia de Neuburgo; e outro, tambem *in folio*, denominado *Thesaurus Evangelicus*.

Foi prior do convento do Carmo, de Lisboa, e duas vezes provincial, commissario, visitador geral e informador apostolico, da sua ordem, n'este reino, e deputado da junta das missões.

Falleceu no dia 6 de outubro de 1714, tendo nascido em 1648.

41.º—*D. Frei Thomé de Faria*, religioso carmelitano, doutor em theologia, pela Universidade de Coimbra, prior do convento do Carmo, de Lisboa, provincial da sua ordem, bispo de Targa, coadjuctor do arcebispado de Lisboa. Foi versadissimo nas linguas grega e hebraica, e sobre tudo na latina, e n'esta traduziu os *Lusiadas*, de Camões, em verso heroico, que imprimiu em Lisboa, em 1622—e em 1624. um bello sermão sobre a canonisação de S. Francisco Xavier. Deixou promptos para entrarem no prelo, tres livros—dois sobre o *mestre das sentenças* e um sobre a *creação do mundo*. Tambem deixou escriptas algumas *décadas*, da historia do seu tempo.

Falleceu em Lisboa, em 23 de outubro de 1628.

42.º—*D. Frei Philippe da Rocha*, religioso trino, mestre jubilado em theologia, qualificador do Santo Officio, varão doutissimo. Deixou escriptos muitos livros, dos quaes poucos se imprimiram.

Em 6 de janeiro de 1669, foi nomeado bispo coadjuctor de Evora, com o titulo de *Madauro*.

Morreu em 24 de outubro do mesmo anno de 1669.

43.º—*Bartholomeu Philippe*, estudou os sagrados canones, na Universidade de Salamanca, onde foi mestre, e na de Coimbra tomou o grau de doutor, sendo lente das cadeiras de *decreto* e *vespera*, da mesma faculdade. Foi famoso jurista, e profundo philosopho moral, deixando varias obras sobre estas duas faculdades; mas só pôde imprimir um livro *de Fictionibus*, outro de *in Cap. scindite corda vestra de Pœnitentia*: obra que foi muito louvada pelo insigne *D. Diogo Covarrubias*—outro *del consejo e de los consejeyros de los principes*, que se imprimiu em Coimbra, e depois em Veneza, traduzido em italiano, por Julio Cesar Piovano di Carpento.

Na dedicatoria que d'este livro fez ao cardeal Alberto, refere as obras que tinha composto, e que mencionarei, para provar a fecundidade e o amor ao trabalho, d'este escriptor; são—20 livros de *regras* (doutrinas e opiniões communs no direito canonico e civil) com muitas annotações—5 livros de *Conjecturas* (in utroque jure)—2 livros de *Problemas* e *Questões juridicas*—2 livros de *Conselhos*—4 livros de *Repetições* (in utroque jure)—6 livros de varios tratados de direito civil e canonico—1 livro de *Concordancia dos quatro Evangelistas*—1 livro da *Elegancia e propriedade de vocabulos*—4 *Tratados sobre o regimento de uma bem instituida republica*—20 livros sobre *Disciplina Militar*—4 livros do *Amor divino, humano e casto*—4 livros do *Officio dos embaixadores*—2 livros de *Problemas naturaes e moraes*—2 livros de *Cousas naturaes e moraes*—2 livros de *Comparações e Parabolas*—2 livros de *Conselhos astutos e prudentes*—2 livros de *Respostas discretas e engenhosas*—1 *Tratado da creação dos filhos* (dedicado ao conde de Portalegre)—1 livro da *Successão do reino de Portugal*—uma *Carta ao sr. D. Antonio* (prior do Crato) desenganando-o da sua pretensão á corôa de Portugal—uma carta a Jeronymo Cardoso. *Oitenta e nove* livros e duas cartas escreveu este auctor inexgotavel.

Poucas d'estas obras se imprimiram.

Morreu a 25 de outubro de 1590.

44.º—*D. Diogo da Annunciação Justiniano*. Nasceu na freguezia de S. Lourenço, d'esta cidade. Na edade de 16 annos foi admittido a conego secular, da congregação de S. João Evangelista (loyo) onde estudou theologia e philosophia, e se graduou doutor, pela Universidade de Coimbra, onde era ouvido com attenção e respeito. Indo a Roma, a negocios da sua ordem, alli deu a conhecer a vastidão dos seus talentos, nos mais graves pulpitos e tribunaes d'aquella cidade.

Na mesma curia, por apresentação de D. Pedro II, de Portugal, foi sagrado, pelo cardeal Leandro Collorêdo, nas dignidades de bispo da Serra e arcebispo de Cangranor, na Asia (India) mas em razão dos seus padecimentos, não pôde hir tomar conta do seu arcebispado, que resignou. Consignaram-se-lhe 300$000 réis de congrua, no bispado de Miranda. O bispo da Guarda, Ruy de Moura

Telles, lhe deu outra de 200$000 réis. O primeiro marquez de Abrantes, D. Lopo d'Almeida, grande venerador dos sabios, o apresentou na abbadia de S. Thiago d'Antas, que passados tres annos renunciou, com reserva de 700$000 réis, de pensão annual.

O arcebispo d'Evora, D. Simão da Gama, o nomeou seu coadjutor, provisor e presidente da relação ecclesiastica, que exercitou com admiravel sollicitude e imparcialidade.

Foi orador famoso, por parte do estado ecclesiastico, nas côrtes de 1 e 4 de dezembro de 1697. Compoz e imprimiu o *Tropheu Evangelico*, que são 4 tomos de sermões, moraes, historicos e panegyricos — além de outros sermões avulsos, tambem impressos.

Deixou escriptos tres tomos, *in folio*, da obra *Turris Davidica* (contra os judeus). — Um tomo, *in folio*, denominado *Volatus Aquilae sive expositio litteralis, moralis et allegorica in epistolas S. Joannis, apostoli.*

Deixou a sua livraria á casa dos conegos seculares da congregação de S. João Evangelista d'Evora, onde fôra noviço e teve a sua primeira educação religiosa e scientifica.

Morreu em Evora, em 28 de outubro de 1713. Tinha nascido em 1654.

45.º — *Frei Antonio da Natividade*, da nobre familia Ximenes, religioso eremita de Santo Agostinho, lente de philosophia e theologia, nos collegios da sua ordem, de Lisboa, Evora e Coimbra. Escreveu excellentes *Stromas economicos*, do governo de uma casa, e outras obras religiosas que se imprimiram em Lisboa e em Braga, sendo algumas traduzidas em castelhano e impressas em Madrid.

Era um varão de grande intelligencia e esclarecidas virtudes. Foi muito devoto de Nossa Senhora da Penha de França, sendo muitos annos seu capellão. Era muito caritativo, e erigiu algumas confrarias para suffragarem as almas do purgatorio.

Falleceu em 2 de novembro de 1665, sendo sepultado no pavimento da capella das almas, da sua familia, na egreja da Penha.

46.º — *O padre José Dias de Moura*, beneficiado da egreja parochial de S. Bartholomeu, de Lisboa, logar que exerceu até poucos dias antes da sua morte. Nasceu em 1611 e falleceu em 6 de novembro de 1723, com 112 annos de edade.

Conheceu sete reis de Portugal — os usurpadores, Philippes II, III e IV — D. João IV — D. Affonso VI — D. Pedro II — e D. João V.

47.º — *D. Manuel Caetano de Sousa*, filho de D. Francisco de Sousa (capitão da guarda real alleman, presidente do tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens e conselheiro d'estado). Foi clerigo regular da Divina Providencia, pro-commissario geral da bulla da Santa Crusada, em Portugal e seus dominios, do conselho de sua magestade, censor da academia real de historia portugueza e primeiro promotor d'ella. Compoz e imprimiu dois eruditissimos tomos, da *Vinda de S. Thiago a Hespanha*, e outros diversos livros de muito merecimento, e contendo muitas e curiosas noticias. As suas obras foram catalogadas pelo famoso conde da Ericeira, e se imprimiu (o catalogo) em um livro *in folio*, tão numerosas eram.

Falleceu em Lisboa, no seu mosteiro, em 18 de novembro de 1734, tendo nascido em 1658.

48.º — *D. frei Christovão Moniz*, religioso carmelita, depois de ser prior do seu convento de Lisboa e provincial da sua ordem, foi bispo de Reona, coadjutor do cardeal-infante, D. Affonso, bispo d'Evora.

Falleceu com fama de santidade, em 20 de novembro de 1531.

49.º — *O padre Luiz Alvares*, da Companhia de Jesus, um dos mais insignes varões da sua ordem, sobre tudo no zelo e conversão das almas. Por elle, disse o Summo Pontifice ao seu geral: «Ouço dizer que tendes em Portugal outro S. Paulo.»

Discorreu muitos annos pelo reino, a pé, vivendo de esmolas, todo empregado na santa empreza da conversão dos peccadores, colhendo copioso e admiravel fructo.

Era um leal portuguez e fervoroso defensor dos direitos da duqueza de Bragança, D. Catharina, filha do infante Duarte; con-

tinuando ainda a sustentar a sua opinião, depois do dominio de Phillppe II.

Prégando na capella real, em dia do apostolo S. Philippe, na presença d'aquelle usurpador, pondo n'elle os olhos, tomou por thema aquellas palavras do Evangelho — *Philippe, qui videt me, videt patrem meum*» (Philippe, quem me vê a mim, vê a meu pae). Sobre este thema foi discorrendo, posto que em sentido figurado; mas tão claramente que todos os seus ouvintes entendiam com a maior facilidade, que elle verberava a usurpação.

Em outra occasião, prégando em presença do cardeal Alberto (governador de Portugal por Philippe II) sobre o Evangelho do paralytico, tomou por thema as palavras:— «*Surge! Tolle grabatum tuum, et ambula*», e voltando-se para o cardeal, lhe disse—palavras formaes—«Serenissimo principe, querem dizer estas palavras—levantae-vos, tomae o fato e cabana, andae, ide-vos para a vossa terra.» Tanta era a auctoridade e reputação d'este homem famoso, que se animava a fallar assim em pontos tão perigosos.

Falleceu na villa de Aviz (onde a morte o colheu, durante as suas santas missões) em 24 de novembro de 1590.

Deixou quatro tomos de sermões.

50.°—*Diogo do Couto*—nasceu em 1542. Estudou primeiramente junto com D. Antonio, prior do Crato, filho do infante D. Luiz, filho do rei D. Manuel; sendo seu mestre o famoso D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, que depois foi arcebispo de Braga. Passou a estudos superiores, e sahiu insigne em mathematica e geographia; mas mudando de profissão, quando falleceu o infante D. Luiz, (de quem era familiar), passou a militar no Oriente, tendo apenas 14 annos de edade, e alli esteve oito annos, e observou e inquiriu os sitios e os successos das guerras do estado da India.

Regressou a Portugal, tendo 22 annos de edade, onde tornou a ser despachado para o Oriente. Em Gôa, entregou-se com ardor ao estudo, começando a escrever algumas paginas avulsas, da historia da India portugueza. A fama do seu talento chegou a Portugal, quando Philippe II dominava este reino, e pensava em fazer continuar as *Décadas* de João de Barros; pelo que o usurpador o nomeou chronista da India.

Couto não tem a elevação de estylo que se admira em Barros, mas é lhe superior em exactidão e imparcialidade. Narra com a auctoridade de uma testemunha ocular, com o desafogo de um soldado, e com a severidade de um historiador, as crueldades, prepotencias, ambição, rapacidade e injustiça dos ministros e auctoridades, no governo da India.

Não foi só nas suas nove *Décadas da India*, que elle verberou toda a classe de despotas—no seu *Soldado pratico* expoz com clareza, desengano e verdade incontestavel as causas da nossa decadencia no Oriente.

Escreveu tambem a vida de D. Paulo de Lima, capitão-mór da India, e outras obras de menos importancia.

Tambem escreveu um *Compendio de historia da India*, contra a *Relação da Ethiopia* de Luiz de Herrera.

Foi o primeiro e ultimo guarda-mór da Torre do Tombo, na India.

Falleceu em Goa, com 74 annos de edade, em 10 de dezembro de 1616.

No seu retrato se lhe poz este distico.

EXPRIMIT EFFIGIES QUOD SOLUM IN CAESARE VISUM EST;
HISTORIAM CALAMO TRACTAT, ET ARMA MANU.

51.°—*D. Verissimo d'Alencastre*, descendente de D. João I. Nasceu em 1605—mestre em artes, doutor em canones, inquisidor, conego e thesoureiro-mór do arcebispado d'Evora, arcebispo primaz de Braga, inquisidor geral, conselheiro d'estado, cardeal da Santa Egreja Romana.

Dotou Deus este esclarecido varão de uma indole tão branda, de um genio tão suave, que rendia todos os corações d'aquelles que o tratavam. Fallava com tanto agrado aos mais poderosos como aos mais humildes. Uns e outros achavam no seu palacio entrada franca, e no seu animo vontade prompta. Foi sempre affavel, sempre humano, sempre benigno.

Affirmou na hora da morte que nunca tivera odio ou má vontade a pessoa alguma.

Teve a summa habilidade de viver em paz e estimado de todos os partidos durante as cruas guerras do seu tempo. Soccorria os necessitados com avultadas esmolas, e nunca quiz receber as pensões que lhe eram devidas da reserva do arcebispado de Braga, que havia renunciado, e as mandava repartir pelos pobres d'aquella diocese. Tratou-se sempre com pouca ostentacão, ainda depois de cardeal, applicando em beneficio dos pobres o que havia de gastar em faustos e pompas humanas. Finalmente foi um dos mais exemplares e respeitados principes da egreja lusitana.

Falleceu em 13 de dezembro de 1692, e foi sepultado no convento de S. Pedro d'Alcantara, junto á porta da egreja, da parte de fóra, em sepultura raza, que tinha mandado fazer em vida. Na campa se lhe gravou uma elegante inscripção que declara muitas das suas virtudes.

52.º—*Lourenço Pires de Carvalho*, filho de Lourenço Pires de Carvalho, provedor das obras do Paço, e de D. Magdalena de Vilhena.

Foi porcionista do collegio real de S. Paulo, doutor em canones, chantre da Sé do Porto, dezembargador dos aggravos e juiz da corôa, da relação da mesma cidade. Depois foi feito desembargador dos aggravos, em Lisboa; deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, e da junta dos tres estados; arcediago de Santarem, commissario geral da bulla da cruzada e provedor das obras do paço. Recusou ser bispo de Lamego, para que foi nomeado por D. Pedro II, em 1692. Era douto, pio e virtuoso.

Junto ao sitio da Penha de França edificou uma sumptuosa ermida, com a invocação de *Nossa Senhora do Monte Agudo*, com Santissimo Sacramento, para se poder administrar com brevidade aos enfermos d'aquelle sitio.

Escreveu e imprimiu dois tomos, que intitulou *Enuclationes Ordinum militarium*, —um tomo, em defesa das Cruzadas—dois de *Questiones selectae duodecim de bulla sanctae Cruciatae*—tudo isto *in folio*: mais um epitome, com addições, sobre a mesma materia.

Morreu em 16 de dezembro de 1700. Foi sepultado na ermida de Nossa Senhora do Monte Agudo, em sepultura raza, com esta inscripção:

SEPULTURA DE LOURENÇO PIRES DE CARVALHO,
INDIGNO CAPELLÃO DE NOSSA SENHORA.

53.º—*Manuel Severim de Faria*, nasceu na freguezia de Santa Justa. Era irmão de Gaspar Severim de Faria, secretario das mercês dos reis D. João IV e D. Affonso VI. Graduou-se em philosophia e theologia, na universidade de Evora. Foi chantre da Sé da mesma cidade, e varão adornado de muitas virtudes e lettras.

É um dos nossos mais distinctos archeologos, descobrindo muitas antiguidades lusitanas e romanas.

Juntou uma grande livraria, estimavel pela raridade dos seus livros e pela preciosidade dos seus manuscriptos—e uma collecção numismatica de moedas de differentes epocas. Tinha um museu, com grande numero de amphoras, medalhas e outras muitas antigas curiosidades.

Deixou escriptos e correm impressos varios livros, sendo os mais notaveis—*Promptuario Espiritual*—*Discursos varios, politicos*—*Historia ecclesiastica d'Evora*—*Noticias de Portugal*—comprehendendo povoações, milicia, nobreza, appellidos, armas, brazões, moedas, universidades, propagação do Evangelho em Guiné, naus da India, peregrinações, viagens, cardeaes portuguezes, varões illustres, etc.

Falleceu em 17 de dezembro de 1655. Foi sepultado na Cartuxa d'Evora.

54.º—*Estevão Rodrigues de Castro*, nasceu em 1559. Foi bom latino, excellente poeta, grande philosopho, famoso medico e insigne lente de prima de medicina, na Universidade de Piza e phisico-mór do grão-duque de Florença; para cujo grão-ducado emigrára, por não poder soffrer o jugo dos castelhanos.

Escreveu e publicou 21 livros, de muito merecimento e que lhe deram grande fama de sabio profundissimo.

Morreu em Piza, a 19 de dezembro de 1637.

55.º — *Miguel de Moura*. Era de uma familia nobre. Foi creado em casa do conde da Castanheira, que lhe tinha grande amisade e o mandou ensinar as lettras humanas, e introduziu no paço de D. João III, onde começou a servir com acceitação. Morrendo este monarcha, conseguiu introduzir-se como valido da rainha regente, D. Catharina, e depois com el-rei D. Sebastião, que o fez seu secretario de estado e escrivão da puridade.

Da primeira vez que D. Sebastião foi para a Africa, ficou Miguel de Moura com o cardeal D. Henrique; e quando o rei tornou para a Africa, deixou Moura com voto no conselho d'estado, e com a chave do cofre do seu signal.

Foi grande valido do cardeal rei, e depois de Philippe II, que o nomeou um dos governadores do reino, pela ausencia do cardeal Alberto.

Era de caracter tão doble, e tinha tão grande astucia, que havendo em Portugal tres partidos (antes de cahirmos nas garras dos castelhanos) se dizia geralmente:—*Uns são da rainha, outros do rei, outros do cardeal, e Miguel de Moura é de todos*.

Foi vinte annos um furibundo sectario da usurpação philippina, pelo que era geralmente odiado pelos portuguezes leaes.

Casou com Brites da Costa, mulher nobre pelo sangue e ainda mais por suas virtudes. Não tendo filhos applicaram todos os seus bens para a fundação e rendas do mosteiro das capuchinhas descalças de Sacavem.

Morreu em 30 de dezembro de 1600, e foi enterrado no mosteiro que fundára. Brites da Costa, logo depois da morte de seu marido, se recolheu ao mesmo mosteiro, e nunca mais se deixou ver, nem fallou a pessoa alguma de fóra do convento.

—

Julgo a proposito contar aqui o facto que deu motivo á fundação d'este mosteiro.

O rei D. Sebastião partiu para Castella, em 11 de dezembro de 1576. Dois dias depois (a 13) uma medonha explosão destruiu uma tercena que havia junto á egreja de Santos o Velho. Havia alli 250 quintaes de polvora (15:000 kilogrammas) e grande quantidade de trigo.

Ouviu-se o estampido a muitas leguas em redor, e tremeu o terreno a grande distancia, como se fosse um terramoto, fazendo hir pelos ares muitas moradas de casas, nas quaes pereceram muitas pessoas. Foram arrojadas a grandes distancias, pedras enormes e traves pesadissimas. O rio e o terreno circumferente ficaram cobertos de trigo.

Se D. Sebastião não tivesse partido, a sua vida corrêra grande risco, porque residia no palacio de Santos.

Miguel de Moura e sua mulher moravam em umas casas proximas ás tercenas, que voaram com a explosão. Moura estava ausente, e sua mulher, na occasião do sinistro, estava vestindo uma imagem de Nossa Senhora da Conceição.

Todos julgaram que Brites da Costa voaria com as casas, ou que, devorada pelas chammas, nem vestigios d'ella se encontrariam; mas, com geral admiração, se achou debaixo dos entulhos, viva e sem a minima lesão, além de umas insignificantes contusões no rosto; e junto a ella a santa imagem, tambem intacta; e attribuindo-se este facto a milagre da Santissima Virgem, se ficou aquella imagem denominando *Nossa Senhora do Milagre*.

Foi em reconhecimento de tão grande milagre, que Moura e Brites fundaram o mosteiro de Sacavem; cuja obra principiaram logo no anno seguinte.

É este mosteiro da primeira regra de Santa Clara, do qual nomearam padroeira e tutelar a mesma Senhora da Conceição, cuja festa foi pelos fundadores ordenado que se fizesse no dia 13 de dezembro, anniversario do milagre.

56.º—*João Pinto Ribeiro*. Já a paginas 190, no artigo pertencente a Amarante, e a paginas 238 X, na palavra Arnoia, fallei d'este famoso patriota—e para esses artigos re-

metto o leitor, que exigir todos os esclarecimentos. Aqui darei a biographia resumida de Ribeiro.

Como Homero, como Viriato, como Camões e varios outros varões illustres, ignora-se a patria de João Pinto Ribeiro; mas, segundo a maior parte dos escriptores, ha bons fundamentos para o julgar lisbonense; apesar de Celorico de Basto (a aldeia de Santoadou, na freguezia d'Arnoia, d'este concelho) Amarante, Guimarães, Lamego, Castello de Paiva (aldeia de Nojões, freguezia de Real, d'este concelho) disputarem esta gloria a Lisboa.

Nasceu pelos fins do seculo XVI, e é certo ser oriundo de Celorico de Basto. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra, e foi secretario do duque de Bragança, D. João, depois IV do nome, entre os reis de Portugal.

Ao dedicado patriotismo d'este portuguez energico e obstinado, e á sua admiravel abnegação, deve a nação portugueza a sua liberdade e autonomia. Foi elle que inspirou em muitos fidalgos o ardente desejo de anniquilarem a usurpação de Philippe IV — atou os fios d'essa conjuração milagrosa, e lhe deu um chefe — o duque de Bragança — cuja timidez e hesitações pôde vencer, secundado pela duqueza, D. Luiza de Gusmão, e sendo-lhe necessario por varias vezes percorrer (sob perigo da liberdade e da vida) o caminho de Lisboa a Villa Viçosa e vice-versa.

Nem descançou depois de occupar o throno o monarcha que os portuguezes escolheram; antes com a penna, defendeu com incontestavel eloquencia e os mais solidos fundamentos, os direitos da restauração. Pouco porém sobreviveu desde que Portugal sacudiu as incomportaveis algemas da escravidão, pois falleceu em 11 de agosto de 1649, e foi sepultado no convento de S. Francisco da Cidade, junto á porta do refeitorio, em sepultura propria.

D. João IV o fez, em premio dos seus serviços, juiz de fóra de Pinhel, e depois de Ponte de Lima, e por fim desembargador, contador-mór da fazenda e guarda-mór da Torre do Tombo, e lhe deu fôro de fidalgo.

O sr. Francisco Augusto de Mesquita Moura Queiroz Pinto Ribeiro, que reside em Lisboa (ou, pelo menos, aqui residia em 1870) diz que seu pae justificou ser quinto neto do grande heroe, João Pinto Ribeiro, alcançando sentença de nobreza, em 22 de dezembro de 1833. Este senhor é d'Arnoia, e póde muito bem ser sexto neto do dr. Ribeiro [1] sem se concluir d'ahi que elle nascesse n'esta freguezia; porque podiam vir para aqui os seus descendentes.

Diz o sr. Francisco Augusto, que o solar de João Pinto Ribeiro, se conservou nos seus descendentes até 1838, e que então, cahindo elles em extrema pobreza, acabaram de o vender.

Em 1834, havia duas velhas, creadas da casa real, no palacio da Ajuda, que se diziam descendentes de João Pinto Ribeiro, e como taes eram por todos consideradas. Estas velhas, assim como todas as suas infelizes companheiras, foram expulsas do paço, em 1834, e arrojadas á miseria.

A ultima d'estas descendentes de João Pinto Ribeiro, falleceu em 1852, á fome e ao desamparo, e foi amortalhada e enterrada pela caridade publica.

—

João Pinto Ribeiro, não era só um leal e bravo patriota; era tambem famoso jurisconsulto. Escreveu dois tomos, um sobre as *Ordenações* (que dizem ter depois sido impresso em nome de outro auctor) e outro sobre as *rimas* de Camões, que se perdeu. Diz-se que era uma excellente obra e cheia de vastissima erudição. Isto além do que escreveu em defeza dos direitos de D. João IV á corôa de Portugal.

57.º — *Gil Vicente* (o Plauto portuguez). Como João Pinto Ribeiro, tambem se não sabe com certeza o logar do seu nascimento, ainda que alguns sustentam que nasceu em Lisboa, em 1475.

[1] Ha porém escriptores que sustentam que João Pinto Ribeiro, apesar de ser casado não teve filhos legitimos: e se isto assim é, o sr. Francisco Augusto descende, d'elle por bastardia.

Para evitar mais repetições, vide a col. 2.ª da pagina 330 do 1.º volume.

58.º — *Santo Antonio de Lisboa* (ou Santo Antonio de Padua, como dizem os italianos). Já a paginas 225 d'este volume, tratei da casa onde nasceu o nosso popular santo, e quem eram seus paes. Tratarei agora de relatar os factos mais notaveis da sua vida.

—

Segundo o maior numero de escriptores, nasceu Santo Antonio no dia 14 de agosto de 1195; mas, frei Francisco de Santa Maria, no seu *Anno Historico* (pag. 520, n.º 2) diz que foi a 15.[1] Foi baptisado na Sé, no dia 22 do mesmo mez de agosto. Ainda existe no mesmo logar (á esquerda da entrada da porta principal) a pia em que foi baptisado, com o nome de Fernando, que mudou quando de crusio passou a franciscano. Em memoria d'este facto, se gravaram na pia baptismal estes dois versos:

HIC SACRIS LUSTRATUS AQUIS, ANTONIUS ORBEM.
LUCE BEAT, PADUAM CORPORE, MENTE POLUM.

—

Era então papa Celestino III; imperador do Oriente, Izacio Angelo; do Occidente, Henrique V; e rei de Portugal, D. Sancho I.

Tomou o habito de conego regrante de Santo Agostinho (crusio) em 1206, e entrou na religião em 1211, vivendo primeiro no convento d'esta ordem, em S. Vicente de Fóra, e depois em Santa Cruz de Coimbra.

Achando muito livre a regra dos crusios, a deixou, passando para a ordem mendicante de S. Francisco d'Assis, em 1220.

Tendo no seu tempo soffrido o ultimo supplicio na Africa, os *cinco martyres de Marrocos*, que elle conhecia de Portugal, desejou hir prégar aos infieis, e ser martyr do catholicismo.

Embarcado para a Africa, foi na viagem accommettido por uma grave doença, que o obrigou a desistir da empreza. O navio foi arrojado por uma tempestade para as costas da Sicilia.

N'essa occasião tinha logar o capitulo geral da ordem franciscana, convocado por S. Francisco, seu fundador, e o nosso santo, aproveitando o ensejo, visto estar na Italia, foi assistir a elle.

S. Francisco lhe ordenou que prégasse, e lêsse theologia aos religiosos, o que Santo Antonio fez, com grande applauso, em França e Italia, até que morreu em Pádua, em 1231; e é por esta circumstancia que estrangeiros lhe chamam Santo Antonio de Pádua.

Era tanta a fama da sua virtude e do seu merito, que logo no anno de 1232 foi canonisado pelo papa Gregorio IX.

59.º—*João Affonso das Regras* (vulgarmente *João das Regras.*) Vide a sua biographia a pag. 379, col. 2.ª, do 1.º vol.

60.º—*Affonso Domingues*, o primeiro architecto do mosteiro da Batalha, segundo um documento de 1402.

A vida d'este homem anda envolvida em fabulas, que fizeram d'elle um heroe legendario.

Não se sabe com certeza onde nasceu, mas ha boas razões para o suppôr lisbonense.

A sua obra (o convento da Batalha) feita em cumprimento do voto de D. João I, pela victoria gloriosa de Aljubarrota, em 14 de agosto de 1385, é o mais imponente e venerando monumento historico de Portugal.

É da ordem gothica. Como as cathedraes de Colonia, de Strasburgo e de Hork, a egreja da Batalha avulta entre os primores da arte, e revela a energia de um povo de bravos, que alcançaram a sua independencia conquistando na Europa um logar distincto entre as nações mais civilisadas.

Não se sabe quando nasceu, nem quando morreu o mestre Affonso Domingues: apenas podemos marcar a sua carreira no mundo, entre os annos 1304 e 1410.

[1] Cumpre-me aqui rectificar um êrro que, por inadvertencia escapou, a pag. 522 d'este volume — é confundir o dia do nascimento do padre Antonio Vieira com o de Santo Antonio, dizendo que este nasceu a 6 de fevereiro.

61.º—*Fernão Lopes*, o chronista — muito pouco se sabe d'este eminente escriptor, que afoitamente se póde chamar o pae da prosa e da historia portugueza.

Foi secretario do infante D. Fernando (filho de D. João I) e do rei D. Duarte, antes de subir ao throno.

Foi trinta e tantos annos guarda-mór da Torre do Tombo, e foi encarregado pelo rei D. Duarte de escrever as chronicas dos reis seus antecessores, o que elle fielmente cumpriu, levando a historia portugueza até ao principio do seculo XV.

D'esta vasta collecção apenas existem as chronicas de D. Pedro I, D. Fernando, e D. João I.—Suppõe-se que as outras chronicas, desde D. Affonso I até D. Affonso IV, foram subtrahidas por outros escriptores, que se aproveitaram d'ellas para as suas chronicas.

Descrevia com a mais elegante simplicidade e clareza, e sempre com a mais rigorosa verdade, tanto as grandes batalhas como os motins e arruaças da plebe.

Não se sabe quando nasceu nem quando morreu; apenas se sabe que em 1418 era guarda-mór da Torre do Tombo, e que em 1454 se demittiu voluntariamente, e que ainda vivia em 1459.

Gomes Eannes de Azurára, successor de Fernão Lopes. — Tambem se sabe pouco da sua vida. Existia no meiado do seculo XV. Era seu pae, João Eannes de Azurára. Em 1454, era commendador de Alcainça (da Ordem de Christo.)

Pouco se applicou ás lettras, até á edade viril; mas depois, tão distincto se tornou, que D. Affonso V (que era um sabio) o escolheu para guarda-mór da Torre do Tombo, para bibliothecario da livraria do seu palacio e continuador de Fernão Lopes, na chronica de D. João I, cuja ultima parte escreveu.

Tambem escreveu a chronica de D. Pedro de Menezes, primeiro governador de Ceuta —a de D. Duarte de Menezes, filho bastardo d'aquelle D. Pedro, e primeiro conde de Vianna (do Minho) e a do descobrimento e conquista da Guiné, a mais importante das suas obras.

Tambem se não sabe quando nasceu nem quando falleceu.

O seu estylo, posto ser desegual e ás vezes affectado, é agradavel e insinuante, e escrupuloso no apuramento da verdade; escrevendo o que não viu, só á vista de informações fidedignas: por isso as suas obras são dignas de todo o credito.

63.º—*Pedro Alvares Cabral*—suppõe-se que nasceu em Lisboa. Era de nobre ascendencia, filho de Fernão Cabral, alcaide-mór de Belmonte, e neto de Fernão Alvares Cabral, guarda-mór do infante D. Henrique.

Achado o caminho para a India, pelo *Cabo da Boa Esperança* (até então denominado *Cabo das Tormentas*) determinou o rei D. Manuel mandar uma poderosa e magnifica esquadra á India.

Teve Pedro Alvares Cabral o commando d'esta brilhante esquadra, que a 9 de março de 1500 sahiu de Lisboa em direcção ao seu destino.

Uma forte tempestade apanha os navios em Cabo Verde, levando-os corridos para o occidente, onde só esperavam encontrar a vastidão do mar; mas foram dar com uma extensa costa, a que aportaram, em 24 de abril do mesmo anno de 1500.

Era o *Brasil*, que patenteiava aos nautas admirados a magnificencia da sua poderosissima vegetação.

Pedro Alvares lhe dá o nome de *Terra de Santa Cruz*; e manda logo um dos navios da sua esquadra, a Portugal, a dar ao rei tão fausta noticia, seguindo elle para a India com o resto da esquadra; e alli deu brilhantes provas da sua rara energia, tornando temido e respeitado o nome portuguez n'aquellas regiões.

Regressou ao reino em 23 de junho de 1501. D. Manuel o nomeou commandante da esquadra que em seguida a esta se destinava á India; mas Pedro Alvares, por questões de pundonor, não acceitou, e o rei não insistiu.

D. Manuel, em *recompensa* de Pedro Alvares lhe ter subjugado tantos rajás asiaticos, e de lhe ter dado um novo mundo, o esqueceu, como cousa inutil, e jámais lhe

deferiu aos seus requerimentos, e morreu na obscuridade; mas a posteridade o vingou, e seu nome glorioso será sempre pronunciado com respeito e orgulho pelos portuguezes.

Não foi só a este vassallo leal e valoroso que D. Manuel despresou: outros muitos varões de grande merecimento e eminentes serviços tiveram egual sorte, de modo que este monarcha merecia mais o cognome de *ingrato* do que o de *venturoso*. (Vide pag. 374, col. 2.ª, do 1.º vol.)

64.º—*D. Francisco de Almeida*, 7.º filho de D. Lopo de Almeida, 1.º conde de Abrantes.

Desde os seus mais verdes annos deu provas incontestaveis do que viria a ser quando a edade o tornasse homem. Foi estimado por tres monarchas consecutivos, merecendo de todos elles decididas provas de consideração.

D. Affonso V, quando foi a França, procurar o auxilio do astuto Luiz XI, para as guerras contra Fernando o Catholico, de Castella, enviou o joven D. Francisco d'Almeida a Pariz, a annunciar a sua chegada.

D. João II, quando D. Francisco voltou das guerras de Granada, onde servira como voluntario, o tratou com extremada distincção, fazendo-lhe a honra de o sentar á sua mesa.

D. Manuel, finalmente, quando tratou de enviar á India o primeiro vice-rei, nomeou para esse cargo importantissimo, a D. Francisco de Almeida.

Foi a India o theatro das suas glorias, dando alli provas do seu animo, da elevação do seu espirito, e da integridade do seu caracter. Tremeram d'elle os inimigos dos portuguezes. Panane arrazada; a frota de Calecut destroçada, na primeira e mais completa batalha naval que os portuguezes sustentaram nos mares da India. As fortalezas de Cochim e de Cananor, construidas, apesar dos rajás indianos, justificaram a sua habil politica.

Tambem na Africa subjugára Quilôa e Mombaça.

A todas as suas apreciaveis qualidades juntava D. Francisco a mais recta imparcialidade, nobilissimo desinteresse, e uma implacavel severidade contra os intrigantes e os ladrões.

Um dos seus mais intrepidos e honrados officiaes, foi seu filho, D. Lourenço de Almeida, a quem seu pae adorava, e que já tinha prestado nos mares e terras da India relevantissimos serviços á sua patria; mas falleceu em uma batalha naval, quando com pequenas forças teve de combater contra uma poderosa armada do sultão do Egypto, depois de obrar os prodigios de valor mais assombrosos.

Este successo fatal desvairou completamente o vice-rei, e a sua prudencia se transformou no mais ardente desejo de vingança. A esta circumstancia se deve attribuir a crueldade de que deu provas, e o injusto procedimento que teve com o grande Affonso de Albuquerque, que em nada lhe era inferior, negando-se a entregar-lhe o governo e praticando outros actos pouco dignos. (Vide Casa dos Bicos, a pag. 140 d'este volume, e *Paraizo*.)

Devorava-o uma irritabilidade nervosa, que muito concorreu para a sua morte.

Depois de ter vingado o filho, em uma gloriosa batalha naval, regressou á Europa; mas, no Cabo da Boa Esperança, deixando-se guiar pelo frenesi que o consumia, aventurou-se em um recontro, com miseraveis cafres, cujas asagaias, no dia 1.º de março de 1510, o traspassaram: e morreu em uma insignificante escaramuça o heroe que com vida e gloria tinha escapado de terriveis batalhas!

Foi seu successor o famosissimo Affonso de Albuquerque.

65.º—*D. João de Castro*, (4.º vice-rei da India) descendente de D. Ignez de Castro e de D. Pedro I; era filho de D. Alvaro de Castro e de D. Leonor de Noronha. Nasceu em 17 de fevereiro de 1500. Recebeu uma boa educação litteraria, sendo seu mestre de mathematica o famoso Pedro Nunes. Foi collega do infante D. Luiz, irmão de D. João III, e pae do infeliz D. Antonio, prior do Crato.

Escreveu o *Roteiro do Mar Roxo*, obra

que revela profundos conhecimentos nas materias de que trata.

Lia e estudava os classicos gregos e latinos com tanto afan e enthusiasmo, que chegou á pratica de os imitar na India, com os seus triumphos anachronicos.

O imperador Carlos V, emprehende á conquista de Tunes. D. João III, de Portugal, reforça a armada do imperador, com uma brilhante esquadrilha, commandada por seu filho, o infante D. Luiz, collega e intimo amigo de D. João de Castro, que n'esta empreza se distinguiu por heroicas acções de valoroso soldado.

Tunes foi conquistada, e a esquadra portugueza e sua guarnição, cobriram-se de gloria. (1535.)

(O imperador Carlos V, tambem havia nascido em 1500.)

D. João de Castro tambem prestou á sua patria relevantes serviços, como bravo militar, nas praças e batalhas luso-africanas; e depois, no Oriente, como simples official.

Em 1545, foi nomeado governador da India, e como tal fez levantar o cêrco de Díu, uma das suas maiores façanhas.

Falleceu em Gôa, em 6 de junho de 1548, quando lhe fôra prorogado por mais tres annos o governo da India, com o titulo de vice-rei.

Foi na India um portuguez justo, recto, imparcial, desinteressado; e sevéro com os expoliadores, que deshonravam n'aquellas longinquas regiões o nome portuguez, ao qual elle soube restituir o seu antigo prestigio.

Quando quiz reedificar a fortaleza de Díu. não tendo dinheiro e não querendo vexar o povo com tributos, contrahiu um emprestimo (de 30:000 *pardáos)* com a camara de Gôa, dando-lhe as suas proprias barbas em penhor.

Elle e seus filhos foram um modelo de valor e constancia. Seu filho, D. Fernando de Castro, morreu (de 19 annos) gloriosamente, combatendo pela patria.

O outro seu filho, D. Alvaro de Castro, foi um dos melhores chefes portuguezes no Oriente.

Garcia de Sá, foi o successor de D. João de Castro, no governo da India.

66.°—*Antonio Ferreira,* nasceu em 1528. Era filho de Martim Ferreira (escrivão da fazenda de D. Jorge, duque de Coimbra) e de D. Mecia Froes Varella. Frequentou a Universidade de Coimbra, onde em breve adquiriu justificados creditos de sabio e de poeta. Favorecido da côrte, foi, sendo ainda muito joven, nomeado desembargador da relação, e obteve o fôro de fidalgo da casa real.

Os litteratos lisbonenses o respeitavam como seu mestre.

Morreu de peste, em Lisboa, em 1569.

Foi Ferreira o mais fervoroso adepto da litteratura denominada da *renascença,* fazendo resuscitar o gosto pelos classicos gregos e latinos.

Ferreira introduziu em Portugal e Hespanha o gosto pela tragedia, modelada pelos tragicos gregos. A sua *Castro,* foi a primeira producção d'este genero que teve a Peninsula, e é ainda hoje tida como um titulo de gloria para Ferreira.

Propugnador incansavel da lingua portugueza, contribuiu muito para a polir. Escreveu tambem duas comedias—*Bristo* e *O Cioso.*

67.°—*D. Constantino de Bragança,* nasceu em 1528—era filho de D. Jayme, duque de Bragança. Foi a França, como embaixador. Era camareiro-mór, e contava apenas 30 annos quando foi nomeado vice-rei da India, em 1558.

Achou os portuguezes do Oriente, desorganisados e desmoralisados. O seu grande nome, o seu parentesco com o rei e o seu caracter nobre, elevado e justo, pôde conseguir em grande parte, entrarem as coisas em ordem. Castigou o rebelde rei de Cananor; tomou as cidades de Damão e Bofetá; mandou Antonio Barreto contra os abexins, que derrota; a Luiz de Mello para o Malabar, onde venceu uma poderosa armada e destruiu a cidade de Mongalor.

O governo de D. Constantino, na India, durou até 1561, e durante elle, grandes victorias illustraram as armas portuguezas. Além do que já disse, derrotou os turcos em Ormuz, e desbaratou completamente, na ilha

de Ceylão, o rajah de Jafanapatão, ao qual o vice-rei tomou a ilha de Manar, onde erigiu uma fortaleza.

As virtudes severas de D. Constantino lhe acarretaram odios e malquerenças dos intrigantes e concussionarios. Foi accusado de menos limpo de mãos, e o rei o mandou defender d'estas infundadas accusações, o que elle fez facilmente; porém a côrte foi para elle tão ingrata, que, no seu regresso ao reino, nem sequer lhe restituiu o seu emprego de camareiro-mór.

Casou com uma filha dos marquezes de Ferreira, e abandonou a côrte e a politica. Recusou acceitar, em 1581 o vice-reinado da India, que D. Sebastião de novo lhe offerecia, e morreu a 14 de julho de 1575.

68.º—*D. Luiz de Athaide,* primeiro conde de Athouguia. Foi nomeado vice-rei da India, por D. Sebastião, em 1568.

O nosso imperio no Oriente estava em grande decadencia e desconsideração pelos muitos e escandalosos abusos dos portuguezes.

Os reis do Oriente, conhecendo a desorganisação do nosso *estado da India,* alliam-se e conspiram contra nós, para sacudir o jugo, na verdade insupportavel, que lhes haviamos imposto.

O conde de Athouguia, porém, defende as nossas conquistas com o maior valor, e com uma pericia militar consumada.

Os alliados atacaram simultaneamente os nossos quatro pontos militares principaes —Gôa, Chaúl, Chalé e Malaca; mas em todos elles foram batidos e obrigados a retirar com grandes perdas; ganhando então os generaes portuguezes uma fama immortal, porque se póde dizer que foi uma verdadeira reconquista, e o prestigio que haviamos perdido n'aquellas terras, foi subitamente recuperado.

—

D. Luiz de Athaide, sendo mancebo, seguiu o infante D. Luiz na conquista de Tunes. Foi na Africa que aprendeu a arte da guerra com os generaes do famoso Carlos V.

Com a chegada de D. Luiz á India, tornaram a resplandecer os velhos brios portuguezes. Os piratas que infestavam os mares, desappareceram, varridos pelas nossas esquadras, que já não se conservavam inactivas e pôdres nos portos. Uma severa disciplina transformou em guerreiros morigerados os aventureiros que guarneciam as praças.

Conquistára D. Luiz, em novembro de 1569, as cidades e praças de guerra de Onôr e Bracelôr, e foi então que os principes malabares formaram pela primeira vez uma alliança temerosa, esquecendo as suas antigas e prejudiciaes rivalidades, por isso nunca tão formidaveis exercitos haviam ameaçado o nosso poder no Oriente.

Os tres mais poderosos rajahs (o de *Nizan,* o *Hidalkan,* e o *Samori*) eram os principaes chefes d'esta *avalanche* de mouros e turcos.

Foi n'esta conjunctura que D. Luiz mostrou todos os recursos do seu talento. Dirigindo a defeza de Gôa, não deixou a direcção geral da resistencia. Da cidade onde estava cercado partiam para as outras praças atacadas, soccorros a todos os momentos, e o seu olhar d'aguia abrangia n'um relance todas as operações militares dos seus generaes.

Durou sete mezes a lucta, e no fim d'esse tempo os indios, em toda a parte derrotados, viram a sua colligação desfeita, e pediram a paz a D. Luiz, que, ao regressar á patria, coroado de loiros, podia ufanar-se que salvára a India, deixando no espirito dos povos indostanicos uma impressão de terror, que tarde se apagaria.

Chegou a Lisboa em 1572, onde foi recebido com honras quasi regias.

Quando D. Sebastião tentou a sua segunda infelicissima expedição á Africa, contra o parecer de todos os portuguezes leaes, toda a côrte desejava que o rei nomeasse para commandante geral da expedição o conde da Athouguia; mas o soberano, querendo para si toda a gloria da empreza, mas não querendo ir abertamente contra a opinião publica, descartou-se de D. Luiz, tornando a nomeal-o vice-rei da India, onde á sua chegada se applacaram alguns surdos

rumores, e o Oriente tornou a curvar-se ante o seu vencedor.

Foi n'este vice-reinado que chegou á India a infausta noticia da derrota de Alcacer-Kibir, e depois a da perda da nossa liberdade e independencia.

O bravo patriota D. Luiz de Athaide, emprehendeu o tão nobre como agigantado plano de regressar a Portugal á frente dos seus guerreiros veteranos, desembarcar em Lisboa, reunir os portuguezes leaes, e anniquillar as tropas do usurpador castelhano; porém a sua morte destruiu este plano gigantesco, e os portuguezes tiveram de supportar 60 longos annos de oppressão e ignominia.

Depois do grande Affonso d'Albuquerque é o conde d'Athouguia o mais famoso vicerei da India.

69.º—*Francisco d'Hollanda,* filho de Antonio de Holianda. Nasceu pelos annos de 1518. Foi pintor insigne e um primorosissimo desenhador. Mandado a Italia para copiar alguns dos quadros famosos d'esse paiz conviveu familiarmente com Miguel Angelo, marqueza Victoria Colonna e outros personagens célebres; ácerca dos quaes dá muito curiosas noticias em um manuscripto de que o conde de Rachzinski tira largos extractos; e que Charles Clément aproveitou para completar com particularidades ignoradas, a sua *Biographia de Miguel Angelo.*

Francisco de Hollanda deixou outros escriptos relativos á arte de pintura, que, se não revelam um grande prosador, são escriptos em uma linguagem fluente e estylo agradavel.

Viveu na intimidade de D. João III, e de seu filho, o infante D. Luiz; e o imperador Carlos V o teve em grande apreço.

Do seu talento de illuminador, dá brilhante prova o livro, ou antes album, das antiguidades de Italia, que existe no Escurial, e que os escriptores hespanhoes consideram um primor d'arte.

Morreu em 19 de junho de 1584.

70.º—*Phebo Moniz,* filho de um fidalgo do mesmo nome. Foi sumilher da cortina, d'elrei D. Sebastião. Por morte d'este monarcha, subiu ao throno o perplexo e valetudinario cardeal-infante, D. Henrique. Quiz este convocar côrtes, para se decidir sobre a successão do reino; mas fez quanto podia para que os deputados fossem da sua facção, e meros instrumentos de Philippe II. Não sahindo em Lisboa um deputado dos seus, annullou a eleição, fazendo proceder a outra, em que sahiu eleito o fidelissimo patriota Phebo Moniz.

O cardeal não se oppoz a esta nomeação, porque não esperava em o novo eleito tão decidido amor da patria.

Tanto porém nas côrtes de Lisboa, como nas de Almeirim, que se lhe seguiram, no meio da geral corrupção de uns e do desalento de outros, a voz austera e inflexivel de Phebo, era a verdadeira voz da patria.

Sustentou que só ás côrtes e ao paiz assistia o direito de eleger o rei; e protestando que a nação só acceitaria um rei portuguez. Desmascarou todas as intrigas e subterfugios dos que nos queriam vender aos castelhanos. A sua attitude desconcertou o rei e envergonhou os traidores, dando coragem aos timidos e assustando o malvado D. Christovão de Moura.

Mas, não podendo Phebo, quasi só, vencer a corrente da corrupção, ainda assim envidou o ultimo recurso, apresentando a D. Henrique uns embargos, como procurador de Lisboa e em nome do povo portuguez. Não foram attendidos; porque pôde mais a traição e a venalidade do que a justiça. (Vide Almeirim, a pag. 149, col. 2.ª, do 1.º volume.)

O usurpador apoderou-se da sua presa, e quando chegou a hora da vingança, Phebo Moniz não foi esquecido. Foi preso, e no carcere onde morreu, expiou o *crime* do seu acrisolado patriotismo.

Curvemo-nos respeitosos ante a memoria gloriosa d'este venerando portuguez, cujas palavras severas e plangentes, foram quasi as unicas que se ouviram n'essa época calamitosa e de sempre triste recordação, em favor da nossa autonomia e independencia.

71.º—*Frei Thomé de Jesus.* Vide paginas 224 d'este volume.

72.º—*Jeronymo Corte Real,* senhor do morgado de Palma. Nasceu pelos annos de 1540, e falleceu em 1593. Militou na India, onde foi capitão-mór de uma armada, e suppõe-se que tambem fez parte da infeliz expedição d'Africa, cujo desfecho foi a terrivel jornada d'Alcacer Kibir.

Foi um mimoso poeta. Sente-se nos seus poemas que elle presenceou as tempestades do Oceano e o horrido fragor das batalhas. Resentiam-se porém as suas obras de uma prodigalidade de erudição, muitas vezes mal cabida, e de uma invencivel inclinação ao mythologico e hyperbolico.

Onde mais se conhece este conjuncto de predicados e defeitos, é nos seus dois poemas—*O segundo cêrco de Diu* e o *Naufragio de Sepulveda*—e em uma epopéa, escripta em castelhano, cujo assumpto é a victoria de Lepanto.

Apesar d'estes defeitos e da prolixidade e incorrecção para que muitas vezes propende, é todavia um dos nossos poetas mais justamente célebres.

73.º—*D. Luiz de Menezes, 3.º conde da Ericeira.* Nasceu em 22 de julho de 1632, e foi, em creança familiar do principe D. Theodosio, a quem sempre se mostrou sinceramente affeiçoado. Foi capitão de cavallos—distinguiu-se na campanha de Badajoz, em 1658, e na brilhante victoria das *Linhas d'Elvas*, em 1659. Fez as seguintes, já á frente de um regimento, e em 1663, foi nomeado general de artilheria, no exercito do conde de Villa Flôr, distinguindo-se como militar valorosissimo, na gloriosa batalha do Ameixial. Com a sua artilheria, foi a causa principal da victoria de Montes Claros.

D. Pedro II o nomeou seu veador da fazenda.

Suicidou-se, no dia 26 de maio de 1690, atirando-se de uma janella do seu palacio da Annunciada (onde hoje é o theatro dos Condes, e outras propriedades) á rua. Ignoram-se os motivos d'este attentado.

(Para o mais d'este estadista, militar e escriptor, vide a pag. 44 d'este volume.)

74.º—*D. Fernando de Menezes,* irmão do antecedente. Escreveu, além da *Vida de D. João I,* e de outras obras, uma estimada *Historia de Tanger,* tendo sido o penultimo governador d'esta praça africana, tão illustrada pelos heroicos feitos dos portuguezes.

75.º—*D. frei Bartholomeu dos Martyres.* Foi mais distincto pelas suas virtudes do que pelos seus talentos, devendo a maior parte da sua celebridade ao seu mimoso historiador, frei Luiz de Sousa.

Nasceu em março de 1514. Era filho de Domingos Fernandes e de Maria Correia. Professou na ordem dos prégadores (dominicanos) onde se distinguiu pela austeridade e pureza dos seus costumes. Foi eleito definidor, em 1551, e pouco depois, prior do convento de Bemfica. A rainha D. Catharina (regente do reino durante a menoridade de seu neto, D. Sebastião) o nomeou arcebispo de Braga.

Viveu sempre não só com simplicidade, mas até com austeridade, e foi eminente e evangelicamente caridoso e beneficente.

Foi ao concilio de Trento, onde pugnou pela disciplina e reforma do clero, sendo alli tido em grande consideração.

Todas as suas bellas qualidades são obscurecidas pela sua amizade a Philippe II, e inclinação aos castelhanos.

Renunciou o seu arcebispado, em 1582, e se recolheu ao mosteiro de Santa Cruz, de Vianna do Minho, onde falleceu, em 16 de junho de 1590.

Tinha um pequeno numero de capellães e creados, e quasi todas as suas grandes rendas eram dispendidas em obras de caridade.

Visitou por muitas vezes as parochias da sua diocese, onde exercia em grande escala a sua beneficencia.

Gostava de prégar, celebrar, e administrar os sacramentos aos camponezes.

—

No concilio de Trento, tratando-se do modo como se devia reformar a corporação ecclesiastica, se hia passando em claro o col-

legio dos cardeaes, como se a relaxação não podesse subir tão alto; mas elle com semblante severo, disse: *Os reverendissimos e illustrissimos cardeaes*[1] *hão mister uma reverendissima e illustrissima reforma.*

Passou a Roma, onde recebeu grandes honras, do pontifice Pio IV, que o consultava frequentemente, e por muitas vezes o sentou á sua mesa.

—

Quando veio do concilio, convocou no seu arcebispado synodo provincial, para pôr em execução o determinado em Trento, promulgar outras leis ecclesiasticas, e exterminar antigos abusos.

Erigiu o seminario archidiocesano de Braga, um collegio para os jesuitas da mesma cidade e um convento de dominicanos, em Vianna (que foi o em que falleceu).

76.º—*Padre Manuel Bernardes.* Nasceu em 20 de agosto de 1644, era filho de paes muito ricos. Da edade de 9 annos principiou a estudar philosophia, no collegio (jesuita) de Santo Antão, e no fim d'estes estudos, defendeu conclusões publicas com geral applauso e admiração.

Formou-se em diversas faculdades, na Universidade de Coimbra, obtendo o grau de *mestre em artes.* Foi examinador de bachareis. Sendo já sacerdote, entrou na sagrada congregação do oratorio, recentemente formada pelo célebre padre Bartholomeu do Quental. Era tal a fama do seu saber e virtudes, que o bispo de Viseu o escolhêra para seu confessor; mas elle preferiu a paz da sua cella, aos esplendores do paço episcopal.

Foi um eloquente orador sagrado, e varão caridosissimo, hindo visitar e confortar os doentes aos hospitaes, e os presos aos carceres, e confessando e sacramentando os moribundos, a qualquer hora do dia ou da noite.

Era muito humilde e modesto. Diz-se que queimou muitas e elegantes composições poeticas, no que era docemente inspirado das musas; e o mesmo consta que fizera a uma honrosa carta que da Bahia lhe escreveu o grande padre Antonio Vieira.

Não acceitou um breve apostolico, que o constituia visitador geral de todas as congregações ecclesiasticas d'este reino. Sempre fugia de confessar as principaes senhoras da côrte.

Compoz os seguintes livros, que se imprimiram in-4.º — *Exercicios e meditações da vida purgativa,* dois tomos — *Luz e Calor,* um tomo — *Nova Floresta, ou silvas de varios apotegmas,* cinco tomos — *Sermões e praticas,* dois tomos — *Ultimos fins do homem,* um tomo — *Estimulo pratico para seguir o bem e fugir do mal,* um tomo — *Paraiso de Contemplativos,* traducção do italiano, com annotações suas, um tomo — além de varios livros in 8.º, todos mysticos.

Passou em crueis angustias os ultimos annos da sua vida, pelo enfraquecimento das suas faculdades intellectuaes, fallecendo a 17 de agosto de 1710.

A doçura do seu estylo captiva e encanta; classico primoroso, dizia d'elle o padre Antonio Vieira, que não julgava em perigo o idioma portuguez, em quanto vivesse o padre Manuel Bernardes, para lhe zelar a pureza.

77.º—*D. frei Antonio Manuel de Vilhena,* nasceu em 28 de maio de 1663. Era terceiro filho dos condes de Villa Flor, D. Sancho Manuel de Vilhena, o vencedor do Ameixial.

Alistou-se na Ordem de Malta, ainda muito joven, partindo para a ilha do mesmo nome (no Mediterraneo) a apresentar-se ao grão-mestre. Esteve na expedição de Tripoli, em 1680, e em 1684 foi, como capitão de um navio, na esquadra da sua Ordem, conquistar differentes praças da Moreá. Foi sempre um distincto e bravo guerreiro; pelo que, em pouco tempo subiu os logares na milicia e os differentes graus da Ordem de S. João de Jerusalem. Em 1703 foi feito chanceller; pouco depois, bailio de S. João de Acre, procurador do thesoureiro, e, finalmente, em 1722 foi elevado a grão-mestre, sendo um dos mais notaveis da ordem, pelo

[1] Ainda então não se dava outro tratamento aos membros do sacro collegio dos cardeaes romanos.

seu valor nas batalhas e pela sua integridade na administração publica.

Defendeu a ilha de Malta contra um furioso ataque dos turcos; mandou bombardear Tripoli, em 1728; as suas esquadras dominaram o Mediterraneo e arrojaram para longe d'elle os piratas e os mussulmanos que o infestavam.

Benedicto XIII, em reconhecimento dos seus feitos militares, lhe mandou o estoque de prata e o gôrro de velludo, com que os papas premeiam os serviços prestados á christandade; honra que nenhum grão-mestre seu antecessor havia recebido, e que mesmo a poucos reis tem sido concedida.

Em Malta fundou o célebre *Forte Manuel*, e o novo bairro denominado *Burgo Vilhena*. Foi estimado por todos os soberanos da Europa, principalmente por Luiz XIV, de França, que lhe mostrou sempre o maior affecto. Foi sempre um verdadeiro portuguez, respeitando o rei de Portugal e amando os seus patricios.

Morreu em 12 de dezembro de 1736.

Foi um varão a todos os respeitos venerando, que honrou a sua patria, a sua ordem e a christandade pelo bello exemplo das suas virtudes e do seu valor inimitavel.

78.º—*Alexandre de Gusmão.* Era oriundo de Lisboa e aqui falleceu em 1754; mas nasceu na villa de Santos (Brasil) em 1695. Era filho de Francisco Lourenço de Gusmão, cirurgião-mór do presidio de Santos. Teve 11 irmãos, que todos se illustraram em differentes ramos dos conhecimentos humanos.

Estudou com os jesuitas, e na edade de 15 annos passou a Lisboa, onde, protegido por seu irmão, Bartholomeu Lourenço, pôde entrar na diplomacia, acompanhando o conde da Ribeira Grande, em 1714, na embaixada a Paris.

Voltou a Portugal, em 1720, com grande copia de conhecimentos adquiridos em França, e D. João V o empregou na secretaria de estado.

Em 1723, foi, como negociador, a Roma, implorar dos papas Innocencio XIII e Bento XIII, varios d'aquelles favores a que a frivolidade de D. João V dava um valor inestimavel, quando realmente nada ou muito pouco valiam, e que tanto dinheiro nos custaram. Conseguiu tudo quanto pretendia o seu soberano, que se não envergonhára de empregar um varão de tanto prestimo, em similhantes puerilidades.

Voltou ao reino em 1730, e foi encarregado da direcção dos negocios estrangeiros. Alexandre de Gusmão e D. Luiz da Cunha, depois da morte de Diogo de Mendonça, eram os unicos homens de merecimento e de vistas verdadeiramente politicas, que existiam na côrte frivola de D. João V, e os unicos que alguma cousa fizeram em prol da prosperidade e da dignidade de Portugal.

Gusmão foi em 1742 nomeado ministro do conselho ultramarino, e como tal se lhe devem muitas providencias acertadas, com respeito ás colonias, e outras de reconhecido interesse nacional.

Foram muito amargurados os ultimos annos da vida de Alexandre de Gusmão.

Fallecendo D. João V, em 31 de julho de 1750, D. José, desconhecendo os raros merecimentos do ministro de seu pae, tratou-o com bastante desconsideração.

Teve o incomportavel desgosto de perder dois filhos em um incendio que lhe devorou a casa e todos os seus haveres.

Gusmão foi, pois, um diplomata consummado, um ministro eminente e um poeta de muito merecimento.

79.º—*Diogo Barbosa Machado*, filho segundo do capitão João Barbosa Machado e de D. Catharina Barbosa (que tiveram mais dois filhos—José Barbosa e Ignacio de Barbosa Machado—ambos distinctos nas lettras.)

Nasceu em 9 de agosto de 1772. Toda a sua vida consagrou á creação de um verdadeiro monumento, onde se conserva a memoria dos escriptores que enriqueceram a litteratura portugueza com as suas obras immortaes. A sua *Bibliotheca Lusitana*, é um trabalho inestimavel e de subido valor, e sómente comparado, no seu genero, ao não menos importante *Diccionario bibliographico*, com que o nosso estudiosissimo contemporaneo e escriptor eminente, o sr. In-

nocencio Francisco da Silva, honra as lettras portuguezas.

Quando se fundou a academia real de historia, foi o erudito bibliophilo, um dos primeiros cincoenta socios, e como tal escreveu as *Memorias do reinado de D. Sebastião,* tres volumes *in-folio,* e tambem obra de merecimento indisputavel.

Barbosa Machado foi abbade da freguezia de Santo Adrião de Sever, no concelho de Santa Martha de Penaguião, comarca do Peso da Regua, e não como alguns teem escripto, da freguezia de Sever do Vouga, cabeça de um concelho da comarca d'Agueda. Esta freguezia é na provincia do Douro, districto administrativo de Aveiro, e no bispado de Viseu, e aquella é na provincia de Traz os Montes, no districto administrativo de Villa Real, no bispado do Porto—ficando uma freguezia distante da outra mais de 100 kilometros.

80.°—*D. Luiz da Cunha,* filho de D. Antonio Alvares da Cunha, senhor da Tábua, e guarda-mór da Torre do Tombo, e sobrinho de D. Sancho Manuel, conde de Villa-Flor. Nasceu em 23 de janeiro de 1662, e falleceu em Paris, em 8 de outubro de 1749.

Foi um celebre diplomata no reinado de D. João V.

Formou-se em direito, na universidade de Coimbra, e foi despachado desembargador da relação do Porto, em 1666. Passou depois para a relação de Lisboa, e em 1696 foi nomeado embaixador á corte de Londres, onde se fez notar como um profundo diplomata. Plenipotenciario no congresso de Utrecht em 1712, embaixador outra vez em Londres, depois em Madrid, depois em Pariz, onde falleceu, com 87 annos de edade.

Deixou algumas obras manuscriptas, entre as quaes avultam as preciosas *Memorias,* que ainda não foram impressas, e nas quaes se encontram revelações importantes sobre a historia politica do seu tempo.

> Na livraria da casa do Côvo (proximo á Oliveira d'Azemeis) existem dois ou tres volumes *in-folio,* encadernados, que, ou são o original, ou uma copia d'estas *Memorias.* Estão escriptas em optima letra. A sr.ª condessa da Ribeira e seus irmãos faziam um grande serviço ás letras patrias, se consentissem na impressão d'estas *Memorias.*

D. Luiz da Cunha era homem de grandes planos e vastas idéas; mas viveu em um tempo em que os grandes commettimentos eram taxados de estrangeirismos, e mal acceitas as innovações.

81.°—*Antonio José da Silva*—era oriundo de Lisboa, mas nascido de uma familia hebraica, no Rio de Janeiro, em 1705.

Vindo para Lisboa, aqui ganhou grande reputação com as suas operas e comedias populares, cheias de chiste (ainda que algumas vezes grosseiro).

Se nas suas obras se notam frequentes vezes faltas de regularidade, deve confessar-se que, a par de muita pilheria e de muito movimento de scena, se encontram muitas vezes idéas engenhosas, fecundas em effeitos comicos, e por vezes verdadeiros dotes de observação.

Victima de uma intriga infame, foi duas vezes preso nos carceres da Inquisição, e da segunda vez, apesar de todas as diligencias e tentativas dos seus protectores, entre os quaes se contava D. Francisco Xavier de Menezes, conde da Ericeira; foi queimado publicamente, no *auto de fé* de 18 de outubro de 1739, na edade de 34 annos, pelo crime (que elle sempre negou) de seguir a religião hebraica.

As suas mais célebres producções dramaticas são:—*Vida de D. Quixote—Vida de Esopo—Labyrintho de Creta—Encantos de Medéa—Guerras do alecrim e mangerona.*

82.°—*Manuel da Maia,* nasceu pelos annos de 1700. Falleceu em 17 de setembro de 1768.

Era brigadeiro, mestre de mathematica do principe do Brasil, D. José, guarda-mór da Torre do Tombo, distincto architecto, e socio da academia de historia portugueza.

Em um momento de lucidez, emprehen-

deu D. João V construir o aqueducto das aguas livres; essa obra gigantesca, uma das mais notaveis do seu genero, em todo o mundo; e que á uma incontestavel solidez reune a magnificencia e a elegancia.

Foi escolhido para architecto d'esta obra o brigadeiro Manuel da Maia, em 1729.

Durou 20 annos a construcção d'este grandioso monumento, que deu fama immortal ao seu deliniador e constructor. (Vide a descripção dos *Arcos das Aguas Livres*, no logar competente.)

Em 1756, foi Manuel da Maia encarregado por D. José I de apresentar um plano para a reedificação de Lisboa, destruida pelo terramoto de 1755; mas o seu padrão de gloria é o aqueducto das Aguas Livres.

83.º—*Francisco de Mattos Vieira (Vieira Luzitano).* Nasceu em Lisboa, a 4 de outubro de 1699.

Os seus amores com a mulher com quem por fim veio a casar, constituem um verdadeiro romance, que o proprio Vieira cantou em um longo poema, que intitulou— *Pintor insigne e leal amante.*

Devemos porém confessar que n'este poema não deu provas de grande poeta, nem da modestia que é quasi sempre o dote dos grandes artistas.

Falleceu em 1793.

Protegido pelo marquez de Fontes, nosso embaixador em Roma, a quem havia acompanhado até áquella cidade, alli estudou a pintura sete annos. Estudou tambem em Sevilha, e regressando á Portugal, encheu de quadros seus as egrejas de Lisboa, muitos dos quaes infelizmente se perderam com o terramoto de 1755. Tornou ainda a Roma, onde causou a admiração dos entendedores.

Regressou a Portugal, onde falleceu, cheio de annos e coberto de gloria.

Alem de grande pintor, era optimo gravador e architecto insigne; do que as suas obras dão um testemunho incontestavel.

84.º—*Sebastião José de Carvalho e Mello*, 1.º conde e 1.º marquez do Pombal, etc. Nasceu em 13 de maio de 1699.

Era filho do capitão de cavallaria, Manuel de Carvalho e Athaide (cavalleiro de poucos haveres, mas independente, e se não era da principal nobreza do reino, era todavia fidalgo da casa real) e de D. Thereza de Mendonça, tambem de uma familia illustre.

Nasceu na rua Formosa, freguezia das Mercês.

Teve dois irmãos — Paulo de Carvalho e Mendonça, que era o primogenito, e Francisco Xavier de Mendonça, que era o mais novo dos tres.

A mãe de Sebastião José de Carvalho, era filha de João d'Almeida e Mello, e aquelle tomou de seu avô materno o appellido de Mello.

Carvalho frequentou a Universidade de Coimbra, mas, dotado de um genio versatil, e de um insaciavel desejo de dominar e não ser dominado, abandonou em meio os seus estudos universitarios, para sentar praça de cadete, julgando que a sua propensão era para as armas. Vendo porém que no serviço militar a obediencia era ainda mais rigorosamente exigida do que em Coimbra, obteve a sua demissão, quando era apenas cabo de esquadra. [1]

Aproveitou então esta quadra de ocio em estudar com afinco, a historia, a politica e a legislação.

Um seu tio o apresentou ao cardeal da Motta, então valido de D. João V, que, por influencia do cardeal o nomeou em 1733, socio da academia real de historia, fundada em 1720. Pouco depois o encarregou de escrever a historia de alguns dos monarchas portuguezes; mas Carvalho nada fez a semelhante objecto.

N'esse mesmo anno de 1733, casou com D. Thereza de Noronha, viuva, sobrinha do conde dos Arcos. Em 1739 foi mandado pelo

[1] Parece-me que o sr. John Smith, se engana n'este ponto, nas suas *Memorias do marquez do Pombal*, que vou seguindo. Ou Carvalho sentou praça de *aspirante* ou *soldado gravé*, ou (a ser cadete *reconhecido*) nunca foi cabo; porque os cadetes do exercito portuguez, até 1834, não seguiam nenhum dos postos inferiores; de cadetes passavam logo a alferes (ou a segundos tenentes, se eram de artilheria).

rei, como ministro plenipotenciario, a Londres, onde mostrou grande energia e não vulgar intelligencia; conseguindo tudo o que pretendia, e alcançando varios privilegios para os portuguezes que residissem em Londres, e o direito de o governo de Portugal poder prender e punir, segundo as nossas leis, todos os inglezes que commettessem qualquer crime, em Portugal e seus dominios.

Em 1745, regressou a Lisboa, e, como se achava sem occupação, estudou a fundo as cousas politicas de Portugal, bem como os abusos que reinavam nas administrações publicas.

Suscitára-se uma discordia entre a curia romana e a côrte de Vienna, por causa da extincção do arcebispado de Aquiléa; o que ameaçava ter graves consequencias, como succede necessariamente em todas as desintelligencias com a curia, uma vez que tendam á separação da egreja, ou a destruir a integridade da fé catholica, grande principio sobre que deve fundar-se a unidade da egreja.

O papa Benedicto XIV, e a imperatriz Maria Thereza, da Austria, pediram a medeação de Portugal, mandando immediatamente D. João V, a Sebastião José de Carvalho, para Vienna, como ministro plenipotenciario, para se resolver a questão. Chegou elle áquella côrte, em 1745, e depois de varias sessões e mutuas concessões, tudo se resolveu á vontade das duas partes.

Quando estava em Vienna, recebeu a noticia da morte de sua mulher, e pouco tempo depois, casou com uma dama da côrte austriaca, a joven condessa Leonor Ernestina Daun, filha de Henrique Ricardo, conde de Daun.

Regressou a Lisboa, acompanhado por sua segunda mulher, em 1750, pouco antes da morte de D. João V.

A rainha viuva (D. Marianna d'Austria) obteve para Carvalho, o logar de secretario nos negocios estrangeiros, do rei D. José, que pouco depois o nomeou seu primeiro ministro.

Foi n'esta elevada posição que Carvalho mostrou toda a vastidão da sua intelligencia toda a sua rarissima energia, e toda a sua inimitavel penetração. Mas, a par de todas estas qualidades, que muito poucas vezes se encontram reunidas em um só homem, e que podiam fazer do marquez de Pombal, um dos mais famosos ministros do mundo; manifestou quasi sempre, um despotismo excessivo, ambição insaciavel de commando, odio implacavel, e flagrantes injustiças contra os que não eram do seu partido, e um caracter feroz e sanguinario.

Notemos tambem que Carvalho nasceu filho segundo de um fidalgo pobre, e que se assignava, quando morreu — *Sebastião José de Carvalho e Mello, conde de Oeiras, e da Redinha; marquez do Pombal; do conselho d'el-rei; alcaide mór de Lamego; senhor donatario das villas de Oeiras, Pombal e Carvalho, e do logar de Cercosa e dos reguengos e direitos reaes de Oeiras e de A par d'Oeiras; direitos do pescado do Porto, de Peniche e de Athouguia da Baleia; das rendas do pescado e direitos da dizima, portagem, jugadas, oitavos de pão e quinaus de vinho da villa e porto de Cascaes; e das tornas da siza do pescado e saveis de Lisboa; padroeiro* in solidum *da parochia de Nossa Senhora das Mercês, da cidade de Lisboa e das de Santa Maria da villa do Carvalho e sua annexa, Santa Maria de Cercosa, no bispado de Coimbra, e do convento de Nossa Senhora da Boa Viagem; commendador das ordens de Christo e Nossa Senhora da Conceição, de Villa Viçosa, etc.*

Se a cidade de Lisboa resurge das suas cinzas á voz potente de Carvalho — se Portugal, á força da sua intelligencia, machiavelismo e perseverança, chegou a ser uma nação de primeira ordem — se fez diminuir os horrores da inquisição — se o exercito e a marinha de Portugal sahiram do cahos — se deu poderoso impulso á povoação das nossas colonias, e á formação das companhias commerciaes da India e Grão Pará, á de agricultura das vinhas do Alto Douro, e das pescarias do Algarve *(Compromisso)* — se reformou a Universidade — se creou escolas e academias — se aboliu a escravatura no reino — se animou e protegeu a industria nacional — se reformou a justiça — se aboliu

a odiosa e anachronica distincção entre *christãos velhos* e *christãos novos* — se foi finalmente o primeiro homem de estado que tem havido em Portugal, e que com suas sabias e energicas medidas soube elevar Portugal ao apogeu da grandeza e importancia politica — é certo que nenhum ministro ainda manchou a sua vida com trntas arbitrariedades, prepotencias, despotismos, crimes e atrocidades.

A extincção da Companhia de Jesus, a quem Portugal devia tantos e tão assignalados serviços de toda a qualidade, e o roubo sacrilego das suas propriedades, legitimamente adquiridas; enganando, para conseguir esta expoliação o papa Clemente XIV (o *philosopho* Ganganelli). — Os atrocissimos supplicios do duque de Aveiro e seus infelizes companheiros, no caes de Belem. — Os supplicios de forca e açoites, os sequestros e degredos, ordenados pela alçada que elle mandou ao Porto (por causa do *pronunciamento* contra a Companhia das vinhas do Alto Douro)—o supplicio do padre Malagrida, queimado vivo — e o horrorosissimo do desgraçado João Baptista Pelle — e, em fim, tantas outras incomportaveis barbaridades, ordenadas por este coração ferino; se o collocam a par dos estadistas mais eminentes, lhe dão tambem um logar infelizmente distincto, entre os monstros mais sanguinarios que têem enchido de horror a humanidade.

Foi feito conde de Oeiras, em 1759 e marquez de Pombal em 1770.

Fallecendo D. José I, em 24 de fevereiro de 1777, terminou o *reinado* do marquez de Pombal. D. Maria I, o demittiu, logo que subiu ao throno, de todos os seus empregos; dizendo no decreto da demissão, que lhe não dava outros castigos, em respeito á memoria de seu pae. Foi desterrado para a villa do Pombal, onde morreu em 5 de maio de 1782, com 83 annos, menos 8 dias.

85.º—*Pedro Antonio Correia Garção*, nasceu em 29 de abril de 1724. Era filho de Philippe Correia da Silva e de D. Luiza Maria da Visitação d'Orgier Garção.

Cursou a Universidade de Coimbra, mas —sem se saber hoje porque—não concluiu a sua formatura.

Casou com uma senhora que tinha alguns bens de fortuna e a propriedade de um officio de escrivão da casa da India.

Foi um dos socios fundadores da *Arcadia Lusitana*, onde tomou o nome de *Corydon Erymantheo*.

Entregue ao estudo e á cultura das lettras, e vivendo em uma commoda mediocridade, gosava de uma existencia feliz.

Foi porém preso, em 9 de abril de 1771, e mettido no segredo por ordem do marquez de Pombal, sem jámais se saber porque. Sua mulher conseguiu obter-lhe a liberdade; porém motivos (tão mysteriosos como a causa da sua prisão) demoraram a execução da ordem de soltura, que só se realisou em 10 de novembro de 1772, quando Garção estava já a expirar.

Foi Garção um optimo poeta e o verdadeiro restaurador do bom gosto, que estava deturpado pelas extravagancias do gongorismo. A sua musa, casta e severa, sempre guiada pelos grandes modelos latinos, se não produziu obras de grande folego, seguiu, sem desmaiar, os vôos do estro horaciano, e as suas bellas odes revelam um grande poeta e austero pensador.

86.º — *Domingos dos Reis Quita*, filho de paes pobres, nasceu a 6 de fevereiro de 1728. Seu pae lhe mandou ensinar o officio de cabelleireiro, e Quita principiou muito joven a fazer versos que eram as delicias dos freguezes da sua loja.

Foi-se desenvolvendo o seu estro, chegando a ser um dos tres principaes vultos da primeira Arcadia, e grangeou merecida reputação como poeta bucolico. As suas eglogas e os seus idyllios, posto que friamente pautados pelos modelos gregos e latinos, offerecem não só os primores de fórma, correcta sobriedade de estylo e scenas animadas da natureza.

Compoz e publicou o seu drama pastoril, que denominou *Lycoris*, e outras muitas poesias de grande merecimento, e quatro tragedias — *Astarto, Megara, Hermione* e *Castro*—que se não são um modelo no ge-

nero, primam pela elegancia e correcção da phrase.

Quita foi, apesar do seu merecimento, um homem infeliz. O conde de S. Lourenço quiz ser seu Mecenas; porém o raio das desventuras politicas, fulminando o protector, destruiu as esperanças do protegido.

D. Gaspar, arcebispo de Braga, esteve para lhe dar guarida, mas os intrigantes o desviaram do seu proposito.

O marquez de Pombal nunca attendeu ás suas humildes supplicas.

Quita possuia um genio amavel, sem inveja e inimigo da satyra; pelo que era sobremodo estimado dos seus collegas da Arcadia, e de todas as pessoas que o tratavam.

O favor que jámais encontrou nos palacios dos poderosos, o veio achar em D. Thereza de Aboim, senhora de medianos haveres, a cuja generosidade deveu o não fallecer na miseria.

Morreu em 26 de agosto de 1770.

87.º—*Antonio Diniz da Cruz e Silva.* Era filho do sargento-mór, João da Cruz Lisboa e de D. Eugenia Thereza. Nasceu a 4 de julho de 1731.

Fez os seus primeiros estudos na congregação do Oratorio, passando depois para a Universidade de Coimbra, onde se formou, em 1753.

Merecendo a protecção do marquez do Pombal, foi feito juiz de fóra de Castello de Vide, passando depois a auditor de um regimento da guarnição d'Elvas; e estava n'esta cidade pela occasião da discordia pueril entre o bispo D. Lourenço e o deão Lára, a qual deu assumpto ao seu risonho poema, o *Hyssope.*

O bispo d'Elvas, cahido no ridiculo com aquelle chistoso poema, queixou-se ao marquez de Pombal; mas apenas conseguiu que este ministro mandasse o poeta para o Rio de Janeiro; porém com o cargo de desembargador da relação da capital do Brasil, em 1776, e alli esteve até 1787, anno em que regressou a Portugal.

Tornou outra vez ao Rio de Janeiro, em 1789, mandado por D. Maria I, para ser um dos julgadores dos reus da conspiração de Villa Rica, e alli falleceu em 5 de outubro de 1799.

Foi Diniz um mimoso poeta, escrevendo em differentes generos; mas o que o torna mais notavel são as suas *Odes pindaricas e anacreonticas,* e o seu verdadeiro titulo de gloria é o *Hyssope,* que não tem rival na nossa lingua, é superior em merecimento ao *The raped lock,* de Pope—e em nada inferior ao *Lutrin,* de Boileau.

Diniz, Manuel Nicolau Esteves Negrão, Quita e Garção, foram os fundadores da Arcadia.

88.º—*Luiz Antonio Verney,* era filho de Diniz Verney (de origem franceza) e de D. Maria da Conceição Arnaut. Nasceu em 23 de julho de 1713.

Deu desde creança provas de grande capacidade, que seus mestres (os jesuitas) lhe reconheceram, pelo que o quizeram attrahir á sua ordem, ao que elle se esquivou.

Em 1736 foi viajar pela Europa, fixando-se em Roma, onde principiou a escrever o seu *Verdadeiro methodo de estudar,* que publicou em 1746, e que, posto fizesse grande celeuma entre os zoilos, foi geralmente bem acceite, e traduzido em alguns reinos estrangeiros.

Tambem compoz uma *Grammatica philosophica,* do latim, que foi adoptada na Italia; assim como a sua *Logica,* adoptada em Portugal; e a sua *Phisica e Metaphisica,* e outras obras, publicadas sob a protecção de D. José I. Foi a Roma, para com o nosso embaixador, conseguir do papa a expulsão dos jesuitas, e lá ficou, fallecendo n'aquella cidade, em 20 de março de 1792.

Foi arcediago da Sé d'Evora e prégou a favor da reforma dos estudos, e como isto era um golpe terrivel vibrado aos jesuitas, de então data a protecção que sempre encontrou no marquez de Pombal.

89.º—*José Anastacio da Cunha,* era filho do pintor Lourenço da Cunha e de Jacintha Ignez. Nasceu em 1744. Sentou praça de voluntario, em 1762, no regimento de artilheria do Porto, por occasião da guerra com Castella.

Era um bom poeta e optimo mathematico; mas a pratica em uma arma scientifica, junta aos vastos conhecimentos que já tinha, o fizeram subir com rapidez ao posto de 1.º tenente.

Publicou uma *memoria* sobre a balistica, que lhe ganhou a attenção do conde de Lippe, o qual logo prophetisou um brilhante futuro ao joven official. O marquez de Pombal tambem o apreciou devidamente, dando-lhe, depois da reforma que fez na Universidade, uma cadeira de mathematica.

No reinado de D. Maria I, foi preso para o Santo Officio, e demittido da sua cadeira.

Foi solto, por influencia do intendente geral da policia, Ignacio de Pina Manique, que procurou aproveitar o seu talento, nomeando-o director do collegio de S. Lucas.

Para os seus discipulos, orphãos e desvalidos, escreveu José Anastacio da Cunha, o célebre compendio de mathematicas puras, que foi traduzido em francez, por um de seus discipulos, e foi muito apreciado na Europa.

Falleceu prematuramente, no 1.º de janeiro de 1787, deixando ineditos alguns tratados sobre mathematica, e uma collecção de poesias. Algumas d'estas obras foram depois impressas.

90.º — *José Basilio da Gama.* Nasceu na villa de S. José, provincia de Minas Geraes (Brasil) em 1740. Morreu obscuramente, em Lisboa, no 1.º de julho de 1795, tendo sido nomeado socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, em 10 de fevereiro d'esse mesmo anno.

Estudou no collegio dos jesuitas, do Rio de Janeiro, e quando a Companhia foi abolida, em 1759, continuou os seus estudos, no seminario episcopal, passando em 1763 a concluil-os em Lisboa.

Passou a Roma, onde esteve empregado como mestre em um seminario. Voltando a Portugal, em busca dos meios de subsistencia, que lhe faltavam, se viu obrigado a regressar ao Brasil. Alli, por causa de algumas poesias que compoz em favor dos jesuitas, seus antigos protectores, foi remettido para o reino, sob prisão, e em Lisboa estava para ser degredado para Angola, quando teve a feliz idéa de dirigir uma supplica em verso, á filha do marquez de Pombal. O talento que esta poesia revelava, attrahiu a attenção do marquez, que desejou vel-o; e, conhecendo a sua vasta intelligencia, o empregou no seu gabinete, proporcionando-lhe uma vida tranquilla e feliz.

Morreu D. José I, e terminou o *reinado* de Sebastião José de Carvalho; mas nem por isso José Basilio deixou de ser sempre grato a este protector, sendo-lhe tão fiel no infortunio, como o havia sido na prosperidade, e lhe dedicou magnificos versos, já que outros serviços lhe não podia prestar.

D. Maria I e os seus ministros, que odiavam as creaturas de Pombal, nunca aproveitaram os talentos de Gama, que morreu ralado de desgostos.

A sua melhor obra, é o notavel poema — *Uruguay* — que celébra a guerra movida em 1756, por Gomes Freire d'Andrade, conde de Bobadella, aos indigenas, aldeiados no sul da America, pelos jesuitas.

91.º — *D. João Carlos de Bragança*, 2.º duque de Lafões, filho do infante D. Miguel, filho bastardo de D. Pedro II.

Nasceu em 6 de março de 1719.

Recebeu uma educação esmerada, que lhe aperfeiçoou a viva intelligencia.

Durante o reinado de D. José I, viu-se obrigado a sahir do reino, aproveitando o tempo do exilio em viagens de instrucção e occupações litterarias. Distinguiu-se tambem como valoroso militar, na *guerra dos sete annos*, combatendo como voluntario.

Subindo ao throno portuguez D. Maria I, regressou o duque ao reino, sendo recebido com a maior distincção pela soberana.

De accordo com o seu particular amigo, José Correia da Serra, notavel botanico d'aquelle tempo, projectou fundar uma academia das sciencias, o que levou a effeito, submettendo os estatutos á approvação da rainha, em 1779.

Chamado ao ministerio, na epoca da revolução franceza, aconselhou sempre uma prudente neutralidade. Este conselho vindo depois a ser desattendido, deu em resultado a muito escusada campanha do Russilhão.

Nomeado marechal-general, teve a dor de presencear a invasão franco-hespanhola, em 1801, sem poder dispor de forças para lhe resistir.

Retirou-se depois á vida privada, e falleceu em 10 de novembro de 1806.

A sua academia ainda subsiste, abrilhantada pelos nossos primeiros talentos, e D. João de Bragança é digno de eterna memoria pelos relevantes serviços que prestou ás lettras patrias.

92.º—*Frei José de Santa Rita Durão.* Nasceu na freguezia do *Inficionado*, a 24 kilometros da cidade de Marianna (Brasil) em 1736. Falleceu em Lisboa, em 1783.

Douturou-se em theologia, na universidade de Coimbra, e em 1758 professou na ordem dos eremitas de Santo Agostinho (gracianos).

Em 1762, sahiu de Portugal para viajar. Rebentando a guerra entre Portugal e Hespanha, quando Durão estava na Andaluzia, foi tomado por espião, e preso no castello de Segovia, d'onde só sahiu quando se assignou a paz, em 1763, seguindo então a sua viagem para a Italia.

Em Roma viveu largos annos, na intima familiaridade dos mais eminentes litteratos italianos. Regressou a Portugal em 1771, e foi reger uma cadeira de theologia, em Coimbra. D'alli veio morrer a Lisboa, na florente edade de 46 annos.

O *Caramurú*, seu principal titulo de gloria, é um dos mais bellos poemas épicos da litteratura portugueza. O seu assumpto é a historia semi-legendaria de Diogo Alvares, (o *Caramurú)* que, graças á detonação de uma espingarda, alcançou immenso prestigio sobre os selvagens da Bahia.

Foi Durão tambem um notavel orador, e a sua oração *de sapientia*, quando se abriu a universidade, depois da reforma do marquez de Pombal, é considerada como uma das mais bellas que alli se teem pronunciado.

94.º—*Franciseo Dias Gomes*, era filho de um merceeiro, chamado Fructuoso Dias.

Nasceu em março de 1745. Estudou preparatorios, para frequentar a universidade, mas um tio, avêsso a pretenções litterarias, convenceu o pae, a que não devia deixar sahir o filho da tenda onde nascêra; mas promettendo estabelecel-o. Cumpriu a promessa, pondo ao sobrinho uma mercearia.

O emprego, porém, de pesar manteiga, assucar e bacalhau, não lhe embotaram o estro, e Dias Gomes fazia boas poesias, acompanhadas de excellentes notas.

Relacionou-se com o mathematico Stokler, que o animou a supportar a sua triste posição e os revezes da fortuna que o vieram a saltear; porque a sua mercearia não prosperava e o infeliz litterato via-se na necessidade de dar lições de instrucção primaria, até que morreu no dia 30 de setembro de 1795, deixando a familia na miseria.

As suas obras foram impressas á custa da academia real das sciencias, para que o producto da venda revertesse em proveito da sua viuva e orphãos.

Pôde então o mundo litterario apreciar o alto engenho d'este varão modesto, que passára desconhecido durante a sua vida attribulada.

94.º—*Nicolau Tolentino de Almeida,* era filho de Francisco Soares de Almeida e de D. Anna Soares. Nasceu em 10 de setembro de 1741. Frequentou a universidade, e, voltando a Lisboa, foi provido a mestre de rethorica, cuja cadeira foi o seu eterno pesadêllo, e deu assumpto ás suas interminaveis lamurias em verso.

Á força de supplicas impertinentissimas conseguiu ser despachado official de secretaria d'estado, dos negocios do reino, por decreto de 21 de junho de 1781; mas nem ainda este logar de pingues ordenados e grosso rendimento fez cessar as suas queixas contra a sua pobreza e miseria.

Resentem-se d'esta insaciabilidade quasi todas as suas poesias, que, apesar de serem pela maior parte excellentes, aborrecem pelo seu caracter pedinchão.

Fiados nos seus versos, muitos lhe passaram diploma de victima da ingratidão da patria, quando é certo que o poeta podia passar os trinta ultimos annos da sua vida

com todos os commodos; e se viveu sempre na miseria, só o devia á sua prodigalidade e desgoverno, porque recebia optimos proventos.

Morreu em 24 de junho de 1811.

Entre um diluvio de memorias em verso (que nem sempre lhe dão gloria) sobresahem as *Satyras*, que o immortalisaram, não só pelo chiste do estylo, pelo apropriado dos epithetos, pelo selecto da phrase e o primor do metro, como principalmente pela rara habilidade com que soube, em dois traços, pintar-nos o quadro animado e jocoso da sociedade do seu tempo.

Não pretende offender os vicios nem castigar os ridiculos—ri-se com elles e pinta-os com vivas côres.

95.º—*D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas*. Era filho de um serralheiro. Nasceu no 1.º de março de 1724.

Era contemporaneo de D. Fr. Caetano Brandão, e foram quasi ao mesmo tempo, este arcebispo de Braga, e aquelle de Evora. Poucas vezes se tem reunido em Portugal dois prelados tão venerandos e illustrados. Ambos exemplares em virtudes e em sciencia; ambos empenhados em fazer do christianismo um instrumento de civilisação, empregaram todos os recursos da sua alta jerarchia ecclesiastica, no desenvolvimento moral e intellectual dos povos confiados á sua direcção religiosa.

Cenaculo ajudou sollicitamente o marquez de Pombal na reforma da universidade de Coimbra, e ao seu zelo e generosidade devem uma grande parte das bibliothecas publicas portuguezas, a sua fundação ou o seu desenvolvimento.

Professára D. Frei Manuel do Cenaculo, na ordem terceira, na edade de 16 annos, e foi doutorar-se em Coimbra. Em 1769 foi foi nomeado confessor do principe do Brasil, D. José, e em 1770, bispo de Beja.

Subindo ao throno D. Maria I, foi Cenaculo envolvido na queda do seu amigo, marquez do Pombal, e aquella soberana o demittiu de todos os seus empregos na côrte, e o mandou recolher ao seu bispado; mas geralmente reconhecidas as suas altas virtudes e profunda sabedoria, foi em 1802 feito arcebispo d'Evora.

Atravessou, já de provecta edade, os calamitosos tempos das invasões francezas, e felleceu em 1814, com 90 annos de edade.

Escreveu numerosas obras, cheias de erudição, e revelando os seus varios e profundos conhecimentos, e a nossa litteratura lhe deve valiosissimos subsidios; mas, o que mais honra a sua memoria, é o vigoroso impulso que deu á instrucção popular; fundando escolas e bibliothecas publicas.

(Do seu museu archeologico, já fallei nos artigos *Beja* e *Evora*, para os quaes remetto o leitor.)

96.º—*Francisco Manuel do Nascimento*, (Filinto Elysio.)—Nasceu no dia 21 (ou 23) de dezembro de 1734. — Dedicou-se á vida ecclesiastica; mas, algumas palavras imprudentes que proferíra, foram relatadas á inquisição, e lhe causaria uma atroz perseguição, se lhe não escapasse, fugindo para França (Paris) no dia 4 de julho de 1778.

Passou no exilio o resto da sua vida; mas anciando constantemente voltar á patria; luctando muitas vezes com a miseria, e traduzindo (para viver) varias obras, desde os *Martyres*, de Chateaubreand e o *Oberon*, de Wieland, até aos mais pifios romances da insipida escola dos fins do seculo XVIII.

Tambem traduziu as *Fabulas* de Lafontaine.

Francisco Manuel encontrou no exilio um protector — Antonio d'Araujo — que o chámou para seu secretario, na Hollanda, onde estava como embaixador portuguez. Alli residiu o poeta desde 1792 até 1797, sem se poder habituar ao clima da Batavia, nem á indole do seu povo.

Araujo tambem lhe abriu as portas da patria; mas, Franscisco Manuel, fazendo as mais altas diligencias para que lhe fossem restituidos os bens que lhe tinham sido confiscados, não o podendo conseguir, preferiu morrer no exilio, a curvar-se a uma sentença injusta.

Morreu ralado de desgostos e de saudades da patria, em Paris, a 25 de fevereiro de 1819, com 85 annos de edade.

O seu enterro foi feito á custa do marquez de Marialva, nosso embaixador em Paris. Vendeu-se por 12$000 réis o expolio do poeta!

Seus ossos vieram de Paris para Lisboa, em 1842, e, desde 1857, repousam em um tumulo mandado erigir pela camara municipal de Lisboa, no cemiterio Oriental (Alto de S. João.)

97.º—*D. Leonor de Almeida Portugal de Lorena e Lencastre*, marqueza de Alorna—era filha do 2.º marquez de Alorna e 4.º conde de Assumar, e de D. Leonor de Lorena.—Nasceu em 31 de outubro de 1750.

Tornando-se a sua familia suspeita ao marquez de Pombal, depois da conjuração dos fidalgos, foi o marquez de Alorna preso, no forte da Junqueira, e a marqueza e sua filha recolhidas no convento de Chellas; onde correu a primeira mocidade da illustre poetisa e estimavel pintora; pois já contava 26 annos quando a morte de D. José I abriu a seu pae as portas do carcere e as do convento a ella e a sua mãe.

Entrou pois D. Leonor na sociedade, que não conhecia, adornada de todas as graças da formosura, e da celebridade que seus versos lhe tinham dado já: os quaes tinha composto no convento, sob o nome de *Alcippe.*

Em 1779, casou com o allemão, conde de Oeynhausen, que estava ao serviço de Portugal, e que, por influencia de D. Leonor, foi nomeado embaixador de Portugal em Vienna d'Austria, para onde partiram; porém a condessa em breve regressou a Lisboa, por falta de saude.

Em 1793, morreu-lhe o marido. Em 1807, emigrou para a Inglaterra, e alli residiu quasi sempre, até 1814, tratando com muita intimidade a famosa M.me Stael.

Tinha em 1813 succedido no marquezado de Alorna e condado de Assumar, a seu irmão, que morrêra em Dresde, sem deixar filhos. Regressou a Lisboa em 1814, e aqui residiu o resto da sua vida, fallecendo em 11 de outubro de 1839.

Além de muitas poesias soltas, suavissimas, compoz um poema intitulado *Recreações botanicas*, e traduziu admiravelmente Pope, Wieland, Cronegk, Goldsmith, os Psalmos e alguma cousa das *Estações*, de Thompson.

Os poetas do seu tempo, inspirados pela sua formosura e pelo seu talento, a cantaram com enthusiasmo, e o gentil vulto de Alcippe, envolto nas nuvens de insenso dos thuribulos dos seus adoradores, apparecenos como uma das mais graciosas encarnações d'aquella geração, frivola, mas encantadora, que precedeu a geração revolucionaria.

98.º—*Domingos Antonio de Sequeira*, filho de paes pobres.—Nasceu em Belem, no dia 10 de março de 1768.

Foi um dos primeiros que frequentaram a escola de desenho, aberta em 1781, e teve por mestre de pintura um artista mediocre, chamado Francisco de Setubal.

Protegido pelos marquezes de Marialva, foi estudar a Roma, percorreu a Italia e voltou a Portugal em 1796.

Vendo a sua arte perdida na sua patria, e o gosto publico estragado, foi accommettido de tal accesso de desanimação, que se recolheu ao convento do Bussaco. Felizmente, valeu-lhe D. Rodrigo de Sousa Coutinho, obtendo-lhe a nomeação de primeiro pintor da côrte, com o ordenado de dois contos de réis annuaes.

Em 1814, foi encarregado dos desenhos da sumptuosa baixella, que o governo portuguez offerecia a lord Wellington. Em 1820, tomou certo enthusiasmo pela revolução, e em 1823 partiu para Paris, e ahi compoz um dos seus melhores quadros—*a morte de Camões.*—Em 1826 foi a Roma, onde concluiu as obras mais completas da sua carreira artistica, e alli falleceu, em 7 de março 1837.

99.º—*Marcos Antonio da Fonseca Portugal*, nasceu em 24 de março de 1762. [1] Mos-

[1] Não é ponto plenamente provado que Marcos Portugal nascessse em Lisboa, pois em nenhuma freguezia d'esta cidade se encontra o seu assento do baptismo. Em todo o caso, se não nasceu em Lisboa, nasceu em alguma das freguezias do termo.

trando, desde os seus verdes annos, grande vocação para a musica, foi por seus paes mettido no seminario patriarchal, onde se aprendiam os elementos d'essa arte.

O seu talento revelou-se de um modo notavel, e se desenvolveu com as lições de João de Sousa Carvalho, tambem compositor distincto.

Os seus primeiros ensaios, todos de musica religiosa, foram muito applaudidos.

Graças a altas protecções, foi para a Italia em 1787, e alli se aperfeiçoou o futuro maestro.

Voltou a Portugal em 1790, e de novo voltou á Italia em 1791, e alli se demorou até 1799. Em Lisboa já tinha adquirido grande reputação, que a Italia lhe sanccionou e ampliou, coroando-lhe em Parma, Veneza, Milão e Roma as suas differentes operas sérias ou burlescas, entre as quaes se distinguem, no genero comico, *Il principi de Spazzacamino*, e no genero dramatico *Demofoonte* e *Fernando in Messico*.

No theatro de S. Carlos, de Lisboa, então fundado de novo, fez representar com exito muitas das suas operas, e foi compositor do theatro, juntamente com o mestre da capella real e director do seminario de musica.

Em 1810 foi para o Rio de Janeiro, onde morreu em 1827.

Foi alli que em 1814 compoz o magestoso *Hymno da Nação*, que, não sei porque, já se não toca nas grandes festas nacionaes.

Operas de Marcos de Portugal, cantadas no real theatro de S. Carlos de Lisboa.

1.ª—*La dona di genio volubile*: drama jocoso, representado a 23 de janeiro de 1799.

2.ª—*Rivaldo d'Asti*: drama jocoso, representado em 25 de abril de 1799, anniversario da princeza do Brasil D. Carlota Joaquina.

3.ª—*Il barone di Spazzacamino*, drama de egual genero, em um acto, cantado a 27 de maio de 1799.

4.ª—*Adrasto*: drama sério, cantado no anno de 1800.

5.ª—*L'isola piacevole*: opera cantada a 26 de janeiro de 1801.

6.ª—*La morte de Semiramide*: drama sério, representado no inverno de 1801.

7.ª—*La Sofonisba*: do mesmo genero do antecedente, cantado no carnaval de 1803.

8.ª—*Il trionfo di Clelia*: do mesmo genero. Subiu á scena em 1803.

9.ª—*La donna Cambiata*: drama jocoso em um acto, representado na primavera de 1804.

10.ª—*Argenide*: drama sério, representado a 13 de maio de 1804, anniversario do principe regente, D. João, filho de D. Maria I.

11.ª—*Zaira*: egual genero. O libretto accusa a data 1804, mas a musica parece que estava composta desde 1801.

12.ª—*Oro non compra amore*: burletta arranjada por Caravita. Subiu á scena no inverno de 1804.

13.ª—*Merope*: drama sério, cantado em 13 de maio de 1819, anniversario de el-rei D. João VI.

14.ª—*Fernando in Messico*: drama sério, cantado no anno de 1805.

15.ª—*Ginevra di Scozia*: poema de Caravita, representado no inverno de 1805.

16.ª—*Il duca di Foix*: poema de Caravita, extrahido da tragedia de Voltaire. Foi cantada em 1805.

17.ª—*Morte di Mitridate*: drama tragico. Subiu á scena no carnaval de 1806.

18.ª—*Atraxerxe*: drama sério, representado no outono de 1806.

19.ª—*Demofoonte*: o mesmo genero, representado pela primeira vez em Lisboa na recita que o general Junot mandou realisar extraordinariamente em 15 de agosto de 1808.

20.ª—*Il trionfo di Gusmano*: drama sério, cantado a 10 de junho de 1816.

Operas do mesmo auctor, representadas em diversos theatros de Italia, e que não consta terem sido cantadas em Lisboa.

21.ª—*Il Cina*: opera séria, representada em Florença, em 1793.

22.ª—*Zulema* : Florença, 1796.

23.ª—*Idante, ossia i sacrifizio d'Ecate*: Milão, 1799.

24.ª—*Alceste*: Veneza, 1799.

25.ª—*Orazi i Curziazi*: Ferrara, 1799.

26.ª—*I due gobbi*: burletta. Em Florença, 1793.

27.ª—*La vedova reggiratrice*: idem, 1794.

28.ª—*L'engano poco dura*: Napoles, 1796.

29.ª—*L'ecquivoco in ecquivoco*: Verona, 1798.

30.ª—*La nozze di Figaro*: Veneza, 1799.

31.ª—*La maschera fortunata*: Veneza, 1797.

32.ª—*La madre amorosa* : idem, 1798.

33.ª—*Il filosofo* : idem, 1798.

34.ª—*L'avventurieri*: Florença, 1795.

Fétis attribue-lhe mais as seguintes, que não apparecem no catalogo.

35.ª—*L'eroe cinese* : Turim, 1788.

36.ª—*La bacchetta portentosa* : Genova, 1788.

37.ª—*L'astutto* : Florença, 1789.

38.ª—*Il molinaro*, Veneza, 1790.

39.ª—*Nom irritar la donna* : Placencia, 1799.

40.ª—*Il muto per astuzia.*

41.ª—*Omar, re di Tamagene.*

42.ª—*Adriano in Siria* : Milão, 1815.

Diversas composições, com a letra em portuguez; executadas em outros theatros de Lisboa.

43.ª *Pequeno drama*, para celebrar o anniversario da rainha D. Maria I, representado no theatro do Salitre, em 17 de dezembro de 1787. Poesia de José Caetano de Figueiredo.

44.ª—*Idylio* : aos annos da sr.ª infanta D. Carlota Joaquina, representado no theatro do Salitre em 25 de abril de 1788. Poesia de José Procopio Monteiro, actor do mesmo theatro.

45.ª—*Gratidão* : pequeno drama representado no mesmo theatro, para celebrar o anniversario da mesma senhora, em 25 de abril de 1789. Poesia de João Antonio Neves Estrella.

46.ª—*A inveja abatida*: pequeno drama representado no mesmo theatro, em 13 de maio de 1789, anniversario do principe do Brasil D. João. Poesia de José Procopio Monteiro.

47.ª—*A noiva fingida*: drama ou burleta em verso, representada no Salitre em 1790, traduzida do italiano.

48.ª—*Os viajantes ditosos*: drama ou burletta traduzida do italiano.

49.ª—*O mundo da lua*: burletta; tradução do italiano, com os recitativos em prosa. Foi representada no Salitre.

50.ª—*A casa de campo*: traduzida do italiano e representada no theatro da Rua dos Condes, em 1802.

51.ª *Quem busca lã, fica tosquiado*: foi á scena na Rua dos Condes em 1802. É tambem traducção do italiano.

52.ª—*O sapateiro*: representou-se no mesmo theatro e no mesmo anno.

53.ª—*A mascara*: idem.

É tambem sua a musica de algumas farças e entremezes, representados em Lisboa pelos annos de 1785 a 1792, taes como: *O amor artifice*, *A castanheira*, *A casa de café*, *Os bons amigos*, etc., e varias cantatas com córos e acompanhamento de instrumental, executadas em S. Carlos, etc.

Musicas theatraes compostas e executadas no Rio de Jaeiro, de que se encontra memoria:

54.ª—*A saloia namorada*: farça em musica para ser cantada em 1812, na quinta da Boa Vista, pelos escravos de sua alteza real.

55.ª—*O juramento dos Numes*: drama allegorico cantado na abertura do theatro de S. Pedro d'Alcantara, em 12 de outubro de 1813. Poesia de D. Gastão Fausto da Camara Coutinho.

56.ª—*Augurio di felicitá; il trionfo del amore*: serenata em duas partes, cantada no Paço do Rio de Janeiro, em 1817, para solemnisar os desposorios do principe real D. Pedro com a archiduqueza D. Maria Leopoldina. Foi desempenhada pelos cantores da real camara, e a poesia é do proprio

Marcos Portugal, que aproveitou, quanto pôde, versos de Metastasio.

100.º—*Simão da Fonseca Portugal*—irmão do antecedente. Não se sabe quando nasceu, nem quando falleceu. Sabe-se que tambem foi compositor de musica, e affirmam alguns escriptores, que Simão Portugal, sobre ser bom compositor para peças soltas, taes como árias e duetos, na qualidade de pianista, excedia seu irmão em gosto e desenvolvimento. Tabem foi para o Brasil, e lá falleceu.

100.º—*Fr. Francisco de S. Carlos*—nasceu no Rio de Janeiro, a 13 de agosto de 1763, e morreu em Lisboa, em 6 de maio de 1829.

Entrou da edade de 13 annos na ordem seraphica, professando no convento da provincia da Conceição.

Distinguindo-se muito nos seus estudos, foi mandado em 1782 para o convento de S. Boaventura, na villa de Macacú, austero asylo, onde os seus dotes naturaes se desenvolveram com a leitura e a meditação.

Voltando ao Rio de Janeiro, adquiriu logo fama de grande prégador, sendo em 1801 nomeado professor de eloquencia sagrada, e em 1809 escolhido para prégar em presença da familia real portugueza, que chegava á capital do Brasil, vinda da Bahia, onde tinha residido desde 1807.

O principe regente (depois D. João VI) o nomeou prégador da capella real, e vindo com a côrte para Portugal, em 25 de abril de 1821, chegou a Lisboa em 3 de julho do mesmo anno, e aqui, cercado da estima e veneração de todos, correu tranquilla a sua existencia, longe do bulicio do mundo, até aos 66 annos da sua edade.

O mais primoroso fructo d'esta vida contemplativa, foi o poema da *Assumpção*, notavel pela poesia das imagens e pela belleza das descripções; rivalisando com a *Messiada* de Klopstock.

Tambem compoz, e se imprimiram diversos sermões, que revelam um orador distinctissimo.

102.º—*Silvestre Pinheiro Ferreira*—nasceu em 31 de dezembro de 1769. Cursou as aulas da Congregação do Oratorio, onde se distinguiu. Ainda adolescente, fiava-se tanto nos seus precoces conhecimentos, que ousou reptar o célebre *padre Theodoro d'Almeida* (da mesma congregação e auctor das famosas *Recreações Philosophicas*, do *Feliz Independente* e de outras muitas obras em diversos generos) venerado como um grande sabio, pelos litteratos contemporaneos. Parece que a este facto se deve a sua sahida da congregação.

Passou a professar philosophia no collegio das artes, em Coimbra, cuja cadeira obteve em concurso.

De idéas livres, e propenso a innovações, não se querendo sujeitar aos estreitos moldes de uma philosophia ainda fiscalisada pelo Santo-Officio, soffreu algumas perseguições, pelo que foi para Inglaterra, d'alli para a Hollanda e depois para Paris, onde o embaixador portuguez, Antonio de Araujo o escolheu para secretario da sua legação. Voltando a Lisboa, foi Pinheiro nomeado official da secretaria dos estrangeiros.

Foi depois encarregado da legação de Berlim, e por fim da dos Estados Unidos da America.

Alli estava quando em Portugal rebentou a revolução de 1820, e D. João VI o chamou ao ministerio.

Propendendo sempre para o partido liberal, com a queda d'este em 1823, sahiu de Portugal para Paris, onde escreveu em francez as suas obras politicas, que lhe deram fama em toda a Europa.

Em 1842 foi eleito deputado e veio tomar assento nas camaras portuguezas.

Falleceu este varão respeitavel, cercado da veneração de todos os portuguezes, em 1 de julho de 1846.

Silvestre Pinheiro Ferreira era tio da sr.ª D. Maria Ignacia Machado, mãe do nosso famoso folhetinista e distincto escriptor Julio Cesar Machado. (Vide col. 2.ª, pag. 494 do 2.º vol.)

103.º—*Manuel Maria da Silva Bruschy.* Nasceu no Rio de Janeiro, em 1814.[1]

Regressou a Portugal com a familia real, em 1821, e aqui principiou os seus estudos. Matriculou-se na universidade de Coimbra, em 1830, interrompendo o curso, em consequencia da guerra civil. Sempre cordialmente dedicado á legitimidade, sentou praça em 1832, no batalhão de voluntarios realistas academicos, sendo logo feito alferes, e onde foi sempre estimado dos seus superiores e eguaes, não só pela sua intelligencia, como pelo seu exemplar comportamento e bellas qualidades.

Terminando a guerra em 1834, e temendo a sorte de muitos dos seus camaradas, emigrou para o Rio de Janeiro, onde se dedicou a alguns estudos medicos; mas, voltando a Portugal, passou a Paris, onde cursou sciencias naturaes, na escóla polytechnica d'aquella cidade; adquirindo vastos conhecimentos em botanica, chimica e physica.

—

Em Hespanha ardia a guerra civil—D. Carlos V disputava a corôa a sua sobrinha D. Isabel, fundado na *lei salica*, que exclue as filhas dos reis de herdarem a corôa; e a causa da legitimidade fazia progressos espantosos, porque as suas hostes tinham por chefes os bravissimos Zumalacarreguy, Benito Eraso, Cabrera, Elio, Eguia e outros homens notaveis.

Muitos filhos de familias legitimistas, de Portugal, França e outros paizes, levados pelo enthusiasmo que lhe inspirava esta lucta homerica, tinham corrido a alistar-se nas fileiras carlistas.

Bruschy, não podendo resistir ao desejo de alistar-se n'esta, que reputava uma santa cruzada do seculo XIX, se dirige ao exercito de D. Carlos V, e a 6 de maio de 1837 sentou praça no 4.º batalhão de Castella, onde recebeu o posto d'alferes, que tivera em Portugal.

Pouco depois de ter sentado praça, teve logar a expedição á Catalunha, e Bruschy foi ferido na passagem de Cinca, recolhendo ás Vascongadas, onde sarou do seu ferimento.

Na batalha de Huesca é feito prisioneiro pelos christinos e levado para Zaragoça, é mettido nas prisões de S. Francisco, onde por duas vezes esteve em perigo de ser fuzilado. No fim de oito mezes de prizão, estava gravemente enfermo com um typho, e foi n'essa occasião trocado.

Chegando ao exercito realista, ainda muito doente, foi para o hospital de Cantavieja. O conde de Morella (general Cabrera) visitando este hospital, interrogou Bruschy, e tanto se captivou d'elle, que, apenas mal convalescido, o collocou como tenente no real corpo d'engenheiros.

Em 1838, no cerco de Morella, Bruschy entra na praça, montado em uma mula (porque ainda não estava completamente curado) debaixo de um chuveiro de balas christinas, com imminente risco de vida.

No ultimo assalto á brecha, estava Bruschy no logar por onde os caçadores de Borso di Carminati escalaram as muralhas ao escurecer.

Depois d'este ultimo assalto, o exercito christino retira. Cabrera corre sobre Valencia, para a surprehender, o que não consegue; porém na volta encontra a divisão Pardinhas, travando-se renhido combate. Pardinhas é morto, e aprisionada a sua divisão. Bruschy distinguiu-se n'esta batalha, como em todas as que assistiu.

Foi encarregado de dirigir os trabalhos das fortificações da linha da esquerda, de Mora do Ebro por Vallencia ás Castellas, tendo por companheiro o tenente Goeben, actualmente marechal de campo do exercito allemão, e um dos heroes da guerra contra a Austria, em 1866, e da franco-prussiana, de 1870 a 1871, e o vencedor dos francezes em Wissemburgo.

Estava Bruschy nas fortificações de Vallencia, quando assistiu á acção que deu o general Arevalo contra os christinos do exercito de O'Donnell, sendo então feito capitão por distincção.

Cabrera encarregava sempre Bruschy das fortificações mais importantes.

[1] Seu pae, que era empregado na casa real, tinha ido para o Brasil com a côrte, em 1807.

Em junho de 1840, sahiram de Cañete e Beteta uns 3:000 carlistas, que cercados em Molina d'Aragão por numerosas forças christinas, tiveram de render-se. Aqui estava Bruschy, capitão de engenheiros e tenente coronel graduado de infanteria; que, ficando prisioneiro, terminou a sua correira militar. . . . .

Levado ás prisões de Madrid, soffreu, com seus companheiros, crueldades e privações inauditas.

Á traição do general Maroto, seguiu-se a *convenção de Vergára*, que deu aos christinos as provincias do norte.

Espartero, avança com todas as suas forças sobre Castella, Aragão e Vallencia. O conde de Morella o recebe nas suas posições, fazendo estacar o general christino; mas o conde cahe gravemente doente com um typho. Espartero nem assim ataca; mas recorre á traição, comprando alguns chefes carlistas do Aragão e da Catalunha, conseguindo n'esta ultima provincia fazer assassinar o conde de Hespanha, general em chefe do exercito realista d'este principado.

O resto dos exercitos de D. Carlos V, desanimados por tantas traições e desgraças, tem de bater em retirada. Cabréra, em uma liteira e quasi ás portas da morte, foi retirando até á Catalunha e de lá para a França, onde ainda entrou com 30:000 homens, persegnidos, sem resultado, por 100:000 christinos.

Assim terminou a guerra denominada dos sete annos.

Bruschy sahiu da prisão, recebendo guia para Portugal, tendo de atravessar a pé uma grande parte de Hespanha, roto, faminto e no mais lamentavel estado.

Veio ter a casa dos srs. Palhas, seus antigos amigos, ás portas de Santa Apolonia, os quaes com grande difficuldade poderam reconhecer o seu amigo, não só pelo seu misero estado, como porque fallava uma linguagem em que de envolta com algumas palavras portuguezas, vinham muitas castelhanas, catalães, biscainhas, etc.

D'ahi em diante, foi a illustre familia Palha, a sua familia; porque já lhe não restava outra.

Os srs. José e Francisco Palha, foram para a Universidade de Coimbra, acompanhados por Bruschy, que os dirigia e instruia; pelo que foi sempre estimado e respeitado pelo desembargador o sr. José Pereira Palhas, pae e avô dos srs. Palhas.

Tratou Bruschy de concluir a sua formatura em direito, para o que lhe faltavam tres annos: tendo o cuidado de velar pelos estudos do sr. Francisco Palha (que era muito creança) e de seu irmão; e, para não ser tão pesado aos seus dedicados protectores, leccionava os seus condiscipulos.

Em breve se tornou um estudante applicado e distinctissimo; e foi em Coimbra que deu principio ao seu famoso livro—*Annotações a Waldeck*—cuja primeira edição foi impressa em 3 volumes, em 1845, na typographia da Universidade.

Foi Bruschy o primeiro romanista da sua época; porém regressando a Lisboa, depois da sua formatura, não seguiu logo a vida de advogado; mas emprehendeu a fundação de um jornal legitimista, que advogasse com seriedade, decencia e intelligencia as idéas que o seu fundador abraçára desde a infancia. Associou á sua empreza os mais eminentes litteratos do partido realista, e e *Nação* viu a luz do dia, sendo seus redactores, além de Bruschy e Antonio Joaquim Gomes Ribeiro de Abreu, tambem hoje fallecido, os srs. D. Sancho Manuel de Vilhena, Antonio Pereira da Cunha, João de Lemos Seixas Castello Branco e outros colaboradores, todos distinctos escriptores, que elevaram a *Nação* á cathegoria de um dos primeiros jornaes do paiz.

—

Foi Bruschy um dos mais distinctos ornamentos do fôro portuguez. Além das *Annotações da Waldeck*, encetou a publicação do *Manual do Direito Civil*, que o seu máu estado de saude lhe não deixou concluir; além de outras obras ineditas, entre as quaes ha a *Historia da guerra franco-prussiana*, que deve ser um livro importantissimo; porque lhe serviu de auxiliar o seu antigo camarada e amigo, o marechal allemão Goeben, com os apontamentos e mappas que lhe remetteu.

Tambem é Bruschy o auctor das seguin-

tes publicações:—*Elogio historico de J. de Vasconcellos Pereira Coutinho Mendonça Falcão*—*Almanach portuguez para 1852*—*Influencia do christianismo sobre a legislação.*

Para o theatro escreveu a scena historica —*Tomada de Ceuta*—o episodio da guerra de Hespanha—*Pepi del Oli*—e o drama historico, em 5 actos—*D. João I*, que se imprimiu, mais ainda se não representou. N'este drama collaborou José Maria da Silva Leal.

—

Bruschy havia casado em segundas nupcias com a sr.ª D. Maria da Luz de Souza Castello Branco da Silva Bruschy, ainda viva, e de ambos os casamentos houve numerosa descendencia.

—

Depois de constantes padecimentos physicos e moraes, Bruschy deu a alma a Deus (na Rua Nova do Carmo) na madrugada de 12 de setembro de 1873, victima de uma congestão pulmonar, que em poucas horas o roubou aos extremosos carinhos da sua familia e á sincera amisade e verdadeira consideração de quantos o conheciam.

Legitimista do coração, era tão delicado, conveniente e tolerante, que contava sinceros amigos em todos os partidos. Nem um só periodico portuguez, qualquer que fosse a sua *côr*, deixou de commemorar com o mais cordial sentimento de saudade, a morte d'este varão, a todos os respeitos estimavel.

Abster-me-hei de publicar os *necrologios* dos jornaes legitimistas, por serem suspeitos, limitando-me a transcrever o que sobre a morte de Bruschy escreveram dois jornaes — o *Jornal da Noite*—e—o *Diario Popular.*

O *Jornal da Noite*, n.º 833, do dia 13 de setembro de 1873, diz:

«Hontem á meia noite e meia hora succumbiu a uma congestão pulmonar, complicada de antigos padecimentos, o sr. dr. Manuel Maria da Silva Bruschy, jurisconsulto de grande merito, egualmente versado no direito romano e no patrio, escriptor apreciado em assumptos juridicos, e por seu saber, pratica e caracter honesto, honra e ornamento do fôro portuguez.

Perdeu muito a sua familia com tão funesto acontecimento, mas a patria perdeu muito mais.

....

....

....

Sempre distincto nas variadas applicações do seu grande engenho, o sr. Bruschy inscreveu-se advogado em Lisboa, e foi logo dos primeiros e sempre dos mais laboriosos, apesar dos padecimentos que ha annos o affligiam.

O partidario leal, o soldado valente, o estudante premiado, o escriptor consciencioso, e o advogado illustre, cuja morte lastimamos, era tambem rico de virtudes domesticas; bom filho, bom marido, bom pae, bom amigo, bom camarada e excellente cidadão. O melhor epitaphio para elle seriam as duas palavras: SEMPRE BOM. Em assmptos politicos á tolerancia do seu animo generoso só era egual a firmeza das suas convicções, e por isso lhe queriam todos entranhadamente, liberaes e realistas.

Viveu e morreu homem de bem e pobre. Deus tenha a sua alma em descanço.»

O *Diario Popular* n.º 2456, do mesmo dia, diz:

«Falleceu hontem á meia hora depois da meia noite, o illustre jurisconsulto Manuel Maria da Silva Bruschy. Apreciavam-n'o amigos e até os adversarios politicos—que de outra especie não os teve—pelo seu caracter sem mancha nem labeo. Seguindo na mocidade, por tradições de familia e convencimento proprio, a causa do sr. D. Miguel de Bragança, conservou-se até o fim da vida leal partidario da má fortuna d'aquelle principe.

Lucrou o fôro com a abstenção politica do honrado realista, porque começando então a dedicar-se á advocacia, adquiriu o nome glorioso que lega como unica herança á sua familia. Morreu muito pobre o illustre advogado, porque o seu desprendimen-

to de ambições e a bizarria do caracter egualavam-lhe os subidos dotes do entendimento.

Descance em paz a sua boa alma.»

O sr. José da Silva Mendes Leal Junior disse de Bruschy:

«Tem no semblante a effigie do caracter. «Olhae. Parece que Deus lhe rasgou aquel«la fronte espaçosa para os grandes pensa«mentos do infortunio, que lhe contornou «aquella bocca firme para as energicas pa«lavras do conflicto, que lhe accendeu «aquelle vivo lume dos olhos contemplati«vos para lhe esclarecer a alma, que lhe ta«lhou aquella nobre cabeça tanto para a er«guer no perigo como para a inclinar no «estudo, parece emfim que lhe imbebeu a «serenidade no rosto, para a boa e má ven«tura, e lhe assentou nos labios a affabili«dade e a modestia para a benevola convi«vencia.»

—

Dou aqui por terminadas as biographias dos varões illustres que nasceram ou que falleceram em Lisboa. Muitos homens notaveis naturaes d'esta cidade, ou que aqui terminaram seus dias, deixei de mencionar, por serem menos famosos, e para que este artigo não fosse interminavel, o que certamente enfadaria os leitores; e tambem por esta ultima razão, não mencionei os reis e pessoas reaes que aqui nasceram.

—

Tinha bastantes apontamentos, para dar em rapidos traços as biographias de muitos dos nossos actuaes litteratos lisbonenses; mas reflecti que seria impossivel deixarem de esquecer alguns (mesmo muitos, visto que elles são em tão innumeravel quantidade) e por isto e por outros muitos inconvenientes, faceis de prever, desisti da empreza.

—

Advirto aos leitores que n'estas 103 biographias, as que não levam a indicação da naturalidada do biographado, é porque elle nasceu em Lisboa.

Relação das principaes pessoas d'este reino que se venderam ao usurpador Philippe II de Castella, em 1580.

O acrisolado amor da patria que em todos os tempos, desde os antigos lusitanos até nossos dias, tem distinguido a *classe popular* d'estes reinos é um facto incontestavel, e incontestado, que honra e glorifica o bravo *povo* de Portugal.

Infelizmente não se póde dizer o mesmo da classe *aristocratica* e de algumas ordens religiosas. A maior parte dos fidalgos portuguezes e muitos jesuitas, secundados pelo papa, venderam a sua patria aos castelhanos.

Faria e Sousa na sua *Europa Portugueza* — diz — (em summa) — «Philippe II foi o *comprador* (de Portugal) os fidalgos e os jesuitas foram os *vendedores* e o infame Christovão de Moura o *pregoeiro.*»

O papa (Gregorio XIII) intimo amigo do *Diabo do Meio Dia* (Philippe II) que, digase a verdade, era strenuo defensor da região catholica; mas que pelo seu fanatismo se tornára o mais docil executor das vontades da curia romana, o mais tenaz perseguidor da *reforma* e o mais implacavel inimigo dos turcos; queria (o papa) que este homem reunisse ao seu já immenso poder, mais o dominio de Portugal. Pelos mesmos motivos tambem os jesuitas lhe eram de alma e coração dedicados.

Mas que razões tinham os fidalgos portuguezes (com raras, mas honrosissimas excepções) para venderem a sua patria? A torpe ambição e a cubiça insaciavel! — Nada mais.

É por isso que o repugnante Christovão de Moura, escrevia a Philippe II, em 30 de janeiro de 1580, o seguinte: — «Tudo ha de ter remedio, e quando outra cousa fôra, os governadores fal-a-hão boa se lhe obedecerem, porque de cinco temos os quatro, como vossa magestade sabe, e por taes estão apontados: e o arcebispo (de Lisboa) disseme hontem que lhe désse mais couraças,

etc.... na camara de Lisboa temos de quatro regedores tres, contando o novo que elrei nomeou, e assim depois que elle entrou está aquilo melhor...»

Na mesma data, em uma carta ao duque de Medina Sidonia, fallava-lhe dos receios que tinha do duque de Barcellos, *por la gaña que* el pueblo *muestra de querer rey natural.*

Christovão de Moura, apesar da elasticidade da sua consciencia aterra-se da cobiça e avidez dos fidalgos portuguezes e das suas excessivas exigencias, pois, a 30 de março de 1580, escreve Philippe II — «Os cavalheiros (!) pretendem sacar mais do que aquillo que se lhes promette quando se vier a tratar d'isso, e parece-me que teem intentos, segundo as cousas que praticam, de conseguir que vossa magestade não venha a possuir n'esta terra *um unico maravedi de renda, porque tudo querem para si.*»

—

Eis a relação das pessoa que primeiramente se pozeram ao serviço do usurpador castelhano, ordenada pelo seu secretario *Gabriel de Zayas.* D'ella se verá quantos nomes, até ahi illustres, ficaram indelevelmente manchados com o stygma da traição e da venalidade, e a que estado de infamia e degradação haviam descido os descendentes dos heroes de Ceuta, Arzilla, Sallado, Aljubarrota, etc., etc.

Note-se de passagem que já muitos *nobres* tinham tomado o partido de D. João I de Castella, contra a sua patria e contra o *Mestre de Aviz*; e que muitos d'elles (incluindo os irmãos do excelso D. Nuno Alvares Pereira) combatiam em Aljubarrota contra Portugal. Os de 1580, são os seguintes:

O marquez de Villa Real e D. Jorge de Noronha, seu primo.

Escreveram a sua magestade muitas cartas desde o principio d'estes negocios, offerecendo-se ao serviço de sua magestade como da sua casa, e sempre teem avisado e encaminhado o serviço de sua magestade emquanto teem podido.

O thesoureiro de Christo, em 7 de janeiro de 1580.

Responde a outra de sua magestade, e offerece servir em tudo quanto pudér, porque entende que o direito é de sua magestade, etc., etc.

D. Pedro de Menezes, por carta de 26 de janeiro de 1579.

Diz que tem tão entendida a justiça de sua magestade, e que está tão apparelhado para o seu serviço como o sabe D. Christovão; e que assim não tem que offerecer de novo: supplicalhe que tenha em memoria a antiguidade e serviços da sua casa.

D. Antonio de Castro, senhor de Cascaes, por carta de 10 de fevereiro de 1580.

Que parte para Cascaes, entendendo que alli podia servir melhor, e cumprir com o officio de bom vassallo de sua magestade.—Offerece ter á devoção de sua magestade as fortalezas e villas que tiver em seu poder.

D. Fernando de Castro, por duas cartas, uma de 5 de março de 1579, e outra sem data.

Diz que está mui certo do direito de sua magestade, pois o é que sua magestade não pretenderia aquillo senão estando mui seguro da sua justiça, e que assim elle, os seus parentes e amigos, hão de servir a sua magestade emquanto poderem, para que tenha bom successo para tão justa pretenção, e que o mesmo fará seu pae, que está no cidade d'Evora.

D. Diogo de Castro, por duas cartas, de 5 de março e de 20 de abril de 1579.

Diz que se offerece a fazer tudo quanto podér em serviço de sua magestade, e de ir advertindo de quanto convier para o bem dos negocios. (Espião!)

Ruy Lourenço de Tavora, em 6 de fevereiro de 1580.

Diz que se offerece servir no que podér.

Bernardo de Tavora, por carta de 20 de março de 1579.

Diz o mesmo.

Martim Correia da Silva, por carta de 20 de abril de 1579 e outra sem data.

Offerece-se a encaminhar mui devéras a D. Christovão de Moura.

Luiz da Silva, por certa de 23 de abril de 1579.

Diz que está preparado para servir a sua magestade com muitos officios e diligencias etc., etc.

Luiz de Miranda Henriques, por carta de 6 de fevereiro de 1580.

Diz que offerece muito boa vontade para o serviço de sua magestade, encarecendo muito o que estima que sua magestade lhe agradeça os seus pequenos serviços.

Francisco de Rézende, por carta de 4 de março de 1580.

Offerece-se servir mui devéras e com muita vontade e avisar D. Christovão de tudo que lhe pareça convir. (Espião!)

Frei Antonio de Sousa, por carta de 5 de março de 1579.

Diz o mesmo.

Doutor Antonio da Gama, em varias cartas.

Dá differentes conselhos a favor de el-rei e diz que arriscará quanto tem para servir sua magestade.

Doutor Diniz Philippe, em 7 ou 8 cartas, sendo a ultima de 15 de fevereiro de 1580.

Diz, pouco mais ou menos, o mesmo.

D. Jorge de Athaide, capellão-mór, e bispo de Viseu, por carta de 20 de novembro de 1579.

Diz o mesmo.

Frei Leão Henriques, confessor de el-rei, por carta de 12 da abril de 1579.

Escreve que disse ao rei o que lhe mandava na carta que lhe dirigiu Philippe II, mas não faz offerecimento nenhum.

João Mendes de Vasconcellos, por carta de 3 de agosto de 1579.

Diz que está seguro dá justiça de sua magestade e offerece para seu serviço vida, fazenda, filhos e parentes, com muita vontade.

Pedro de Alcaçova Carneiro, pór duas cartas de 17 de março e 9 de junho de 1579.

Diz quão mal pago está dos muitos serviços que fez áquella corôa e a consolação que recebeu com a carta de sua magestade, que lhe deu D. Christovão: offerece-se para criado de sua magestade, e que fará em seu serviço quanto podér, o que deve e a que está obrigado.

Martim Ferreira, por carta da 24 de outubro de 1579.

Offerece-se servir sua magestade com muita lealdade em tudo quanto podér. Diz que é capitão de 18 bandeiras de infanteria.

O procurador geral do reino, por carta de 17 de março de 1579.

Promette trabalhar quanto possa

em serviço de sua magestade, e procurar que lhe seja guardada justiça.

Duqueza de Aveiro, por carta do 1.º de agosto de 1579.

Responde á carta de sua magestade, que lhe deu o duque de Ossuna (irmão d'ella) e diz que estará sempre prompta para obedecer a sua magestade conforme a isso é obrigada e á lealdade que aquella casa deve a sua magestade, e que o mesmo procurará que faça o dono d'ella.

Condessa da Vidigueira, por carta de 5 de agosto de 1579.

Offerece o seu estado, fazenda e filhos para o serviço de sua magestade.

D. Joanna de Athaide, por carta de 15 de agosto de 1579.

Diz o mesmo. Supplica-lhe que veja um papel que deu a D. Christovão e que lhe conceda o que n'elle pede.

D. Catharina de Athaide, por carta de 18 de janeiro de 1580.

Offerece a casa de Villa Verde e seus filhos, com muita lealdade, o que tudo está á obediencia de sua magestade.

D. Catharina de Tavora, por carta do 23 de abril de 1579.

Diz que ella e seu filho estão á devoção de sua magestade, etc.

—

Cartas ainda mais significativas foram dirigidas por Philippe II aos proprios interessados.—A todos dava este pretendente os titulos de *Magnifico e mui amado senhor*, e lhes agradecia as promessas e serviços por estes traidores feitos a elle.

As mais bajuladoras d'estas cartas são as que o rei castelhano escreveu a *Pedro de Alcaçova Carneiro*, a *D. Fernando de Castro*, ao *arcebispo d'Evora* e a *D. Duarte de Castello Branco.*

Philippe II mandou escrever immensas d'estas cartas, por seu secretario *Gabriel-Zayas*, a quasi todos os nobres, bispos e pessoas principaes de Portugal, cujas copias existem na bibliotheca real de Madrid. Copia do archivo de Simancas.

—

A aristocracia portugueza de 1580 só curou dos seus interesses na perfidia com que atraiçoou e vendeu a terra que lhe deu o ser.

Os Philippes prodigalisaram as mercês aos grandes de Portugal, e nenhum dos nossos reis as deu maiores nem mais largas: senão vejamos.

Relação dos titulos concedidos por Philippe II aos nobres de Portugal.

D. Manuel de Menezes, marquez de Villa-Real.—*Duque de Villa-Real.*

Aos primogenitos da casa de Aveiro.—*Duques de Torres Novas.*

D. Antonio de Castro.—*Conde de Monsanto.*

D. Francisco Mascarenhas.—*Conde de Villa da Horta (ou Santa Cruz.)*

Ruy Gonçalves da Camara.—*Conde de Villa Franca.*

D. Francisco Manuel.—*Conde de Atalaya.*

D. Fernando de Noronha.—*Conde de Linhares.*

D. Fernando de Castro.—*Conde de Basto.*

D. Pedro de Alcaçova Carneiro.—*Conde de Idanha.*

D. Duarte de Menezes.—*Conde de Tarouca.*

D. Christovão de Moura.—*Conde de Castello-Rodrigo.*

—

Em vista d'isto, tinha razão Philippe II quando dizia que tinha feito uma cara mercancia em comprar Portugal.

Philippe III e Philippe IV não foram tão prodigos em titulos, e por isso alguns dos descendentes dos traidores de 1580 se revoltaram em 1640, unindo-se aos portuguezes leaes.

Não tenho á mão documento ou relação das mercês e titulos feitos pelos ultimos dois Philippes, apenas me lembram os seguintes:

D. Francisco de Faro—foi por Philippe III feito—*conde de Vimieiro.*

D. Manrique da Silva, conde de Portalegre —feito for Philippe IV—*marquez de Gouveia.*

D. Francisco de Mello—foi por Philippe IV feito—*conde de Assumar.*

D. Luiz de Lima Brito e Nogueira—foi por Philippe III feito—*conde dos Arcos.*

D. Diogo de Menezes—foi por Philippe IV feito—*conde da Ericeira.*

D. Francisco de Souza—foi por Philippe III —feito—*marquez de Minas.*

João da Silva Tello de Menezes—foi por Philippe IV feito—*conde d'Aveiras.*

Ruy Mendes de Vasconcellos—foi por Philippe III feito—*conde de Castello Melhor.*

Luiz Carneiro de Sousa—foi por Philippe IV feito—*conde da Ilha do Principe.*

Pedro da Silva (o *Duro*)—foi por Philippe IV feito—*conde de S. Lourenço.*

(Estes dois obtiveram os titulos em 1640).

Francisco Nuno Alvares Botelho—foi por Philippe IV feito—*conde de S. Miguel.*

(*S. Miguel* é uma quinta ao pé de Aldeia Gallega).

D. Vasco Mascarenhas—foi por Philipe IV feito—*conde d'Obidos.*

D. Rodrigo Lobo da Silveira—foi por Philippe IV feito—*conde de Sarzedas.*

Nuno de Mendonça—foi por Philippe IV feito —*conde de Valle de Reis.*

Fernão Telles de Menezes—foi por Philippe IV feito—*conde de Unhão.*

—

Relação das principaes pessoas de Portugal, que em Lisboa fizeram a gloriosissima revolução do 1.º de dezembro de 1640. [1]

A esta milagrosa revolução se tem chamado sempre—*a conjuração dos quarenta fidalgos.*—Talvez que na sua origem, fosse combinada por *quarenta* e fossem todos *fidalgos;* mas o que é certissimo é que foi levada a effeito por muito maior numero, onde entraram todas as classes da sociedade—ou, como então se dizia—*clero, nobreza e povo.*

O homem incançavel, o portuguez benemerito, o eximio patriota, o varão energico, tenaz e destemido que mais se distinguiu, o que foi o verdadeiro chefe, director e principal agente d'este feito sem egual na historia das nações, foi o dr. *João Pinto Ribeiro.* (Vide Lisboa, no logar competente.)

Depois de Ribeiro os principaes motores da restauração, foram—*D. Antão d'Almada, D. Miguel d'Almeida, Francisco de Mello* e seu irmão *Jorge de Mello* e *Pedro de Mendonça.*

Chamei *milagrosa* a esta revolução, não só porque tendo-se tramado outras antecedentemente para o mesmo fim, todas tinham falhado e a maior parte dos seus auctores tinham pago com a vida ou com a liberdade a sua dedicação—o que devia aterrar todos os portuguezes; mas, e principalmente, porque, entrando n'esta, tanta gente e de tão differentes *temperamentos,* não houve um só traidor, um unico *desacautelado.*

Vertot, na sua *Histoire des révolutions de Portugal,* diz:

«On n'en a point vu qui ait été confiée à un si grand nombre de persones de tout âge, de tout sexe, de toutes conditions, et d'un tempérement si plein de feu, et par conséquent si peu propres au secret, qui ait eu enfin un succès aussi entier, et qui ait si peu coûté de sang.»

—

Eis pois a relação dos fidalgos:

Dr. João Pinto Ribeiro—juiz de fóra de Pinhel, Ponte de Lima e outros logares. Foi depois feito fidalgo da casa real, desembargador do paço, contador-mór da fazenda, guarda-mór da Torre do Tom-

[1] Para dissipar a pessima impressão que de certo causou a leitura do artigo antecedente, apresso-me a dar logo em seguida, esta relação.

bo, e embaixador de Portugal, em Roma, etc.

D. Miguel d'Almeida—foi conde d'Abrantes, conselheiro d'estado e védor da fazenda. Era filho de D. Diogo d'Almeida, governador de Diu.

D. Antão d'Almada—foi governador da cidade e primeiro embaixador á côrte de Inglaterra. Era filho de D. Lourenço Soares d'Almada.

Jorge de Mello—foi general das galés e conselheiro de guerra. Era filho de Manuel de Mello, monteiro-mòr do reino.

Pedro de Mendonça—alcaide-mór de Mourão, foi guarda-mór d'el-rei, na ausencia do conde de Villa Nova, proprietario d'este emprego, que se achava retido em Hespanha. Era filho de Francisco de Mendonça, capitão de Marzagão.

D. Antonio Mascarenhas—foi commendador da Ordem de Christo. Era filho de Nuno Mascarenhas, conde da Azinhaga, alcaide-mór de Castello de Vide, Niza e Castello Novo, senhor de Palma.

D. Antonio Tello—foi capitão-mór das naus da India. Era filho de D. Francisco Tello de Menezes, governador da ilha de S. Thomé.

D. Gastão Coutinho—foi governador da provincia do Minho e conselheiro de guerra. Era filho de D. Henrique Coutinho, commendador de Caldellas.

D. Luiz d'Almada—serviu na guerra da restauração. Era filho de D. Antão d'Almada.

D. Alvaro d'Abranches—foi general do Minho e conselheiro de guerra. Era filho de Francisco Coutinho da Camara.

D. Affonso de Menezes—foi mestre-sala de D. João IV. Era filho de D. Fradique de Menezes, senhor da villa da Ponte da Barca.

D. Antonio Luiz de Menezes—foi 3.º conde de Cantanhede, 1.º marquez de Marialva, conselheiro d'estado e da guerra, védor da fazenda, governador das armas no Alemtejo, capitão-general do exercito da Extremadura e um dos plenipotenciarios da paz. Era filho de D. Pedro de Menezes, 2.º conde de Cantanhede.

Dr. João Sanches de Baena—lente de canones em Coimbra, depois desembargador da Relação do Porto e por fim desembargador do paço. Foi dos primeiros que conferenciaram com João Pinto Ribeiro, e fez grandes serviços á causa da restauração.

D. Rodrigo de Menezes—foi desembargador do paço, regedor das justiças, presidente do desembargo do paço, estribeiro-mór do principe D. Theodosio e seu camarista. Era tambem filho do 2.º conde de Cantanhede.

D. João da Costa—foi 1.º conde de Soure, governador das armas do Alemtejo, general de cavallaria e embaixador a Luiz XIV de França. Era filho de Gil Eannes da Costa, alcaide-mór de Castro Marim.

D. Antonio da Costa—serviu na guerra da acclamação. Era filho de D. Alvaro da Costa.

D. Antonio d'Alcáçova—passou a servir na India e foi capitão do Norte. Era filho de D. Pedro d'Alcáçova, alcaide-mór de Campo Maior.

D. João de Sá e Menezes—foi 3.º conde de Penaguião, camareiro-mór de D. João IV e D. Affonso VI, do conselho d'estado e da guerra e embaixador extraordinario na Inglaterra. Era filho de Francisco de Sá e Menezes, 2.º conde de Penaguião.

João Rodrigues de Sá—foi commendador e alcaide-mór de Sines. Era filho de Francisco de Sá e Menezes, commendador e alcaide-mór de Sines.

Antonio de Saldanha—foi alcaide-mór de Villa Real, capitão-mór das naus da India, general da armada que foi restaurar a ilha Terceira, governador da torre de S. Vicente de Belem, conselheiro de guerra e commendador de Serrazes. Era filho de João de Saldanha (o *abbade*) commendador de S. Martinho de Santarem.

Ayres de Saldanha—foi commendador e alcaide-mór de Soure; morreu na batalha de Montijo. Era filho de Antonio de Saldanha (o *captivo*) commendador da Sabacheira.

João de Saldanha de Sousa—foi mestre de

campo, na batalha de Montijo. Era filho de Fernão de Saldanha, morgado de Barcarêna.

João de Saldanha da Gama—foi capitão de cavallaria no Alemtejo e morreu na batalha de Montijo. Era filho de outro João de Saldanha da Gama.

Antonio de Saldanha—sendo conego, renunciou a vida ecclesiastica pela das armas, e combateu valorosamente na batalha do Montijo. Era irmão do antecedente.

Bartholomeu de Saldanha—Morreu na batalha de Montijo. Era tambem irmão do antecedente.

Sancho Dias de Saldanha—foi morto em combate contra os castelhanos em 1652. Era filho de Diogo de Saldanha.

D. Jeronymo de Athaide, 6.º conde da Athouguia—foi conselheiro d'estado, governador de Traz-os-Montes e Alemtejo, e presidente da junta do commercio. Era filho de D. Luiz d'Athaide, 5.º conde da Athouguia.

D. Francisco Coutinho—morreu em Elvas, combatendo contra os castelhanos. Era irmão do antecedente.

D. Vasco Coutinho—serviu na guerra da restauração. Era filho de D. Francisco Coutinho (o Cavaco).

Martim Affonso de Mello—foi conde de S. Lourenço, governador das armas do Alemtejo, e camarista do principe D. Theodosio. Era filho de Antonio de Mello, alcaide-mór d'Elvas.

Luiz de Mello—porteiro-mór. Era filho de Christovão de Mello.

Manuel de Mello—foi regedor das justiças e grão prior do Crato. Era filho do antecedente.

Francisco de Mello e Torres—foi primeiro conde da Ponte, marquez de Sande e general de artilheria. Era filho de Garcia de Mello e Torres.

Antonio de Mello e Castro—foi capitão de Sofala e um dos mais insignes governadores da India. Era filho de Jeronymo de Mello e Castro, conde das Galveias.

D. João Pereira—prior de S. Nicolau. Era filho de Francisco Pereira, da casa dos commendadores do Pinheiro.

Fernão Telles da Silva—foi primeiro conde de Villar-Maior, governador das armas da provincia da Beira e mordomo-mór da rainha D. Luiza de Gusmão. Era filho de Luiz da Silva.

Antonio Telles da Silva—foi capitão das naus da India, governador do Brasil e conde de Villa Pouca. Era irmão do antecedente.

D. Fernando Telles de Faro—foi general da provincia da Beira. Era filho de Braz Telles de Menezes, conde de Lamarosa.

D. Antonio da Cunha—foi senhor de Tábua, guarda-mór da Torre do Tombo, e deputado á junta dos tres estados. Era filho de D. Lourenço da Cunha.

Tristão da Cunha e Athaide—foi senhor de Povolide. Era filho de Simão da Cunha e Athaide.

Luiz da Cunha Athaide e Mello—Era filho do antecedente Tristão da Cunha e Athaide.

Nuno da Cunha—foi conde de Pontevel e presidente do senado.

Estevão da Cunha—foi prior de S. Jorge, em Lisboa, e bispo eleito de Miranda.

Luiz da Cunha—Serviu na guerra da restauração e morreu na batalha de Montijo. Era filho de Tristão da Cunha e neto de D. Antão de Almada.

Luiz Alvares da Cunha e Azevedo—era filho de Duarte da Cunha e Azevedo, morgado dos Olivaes.

Duarte da Cunha e Azevedo—era filho do antecedente.

Tristão de Mendonça—foi o primeiro embaixador á Hollanda. Era filho de Pedro de Mendonça, capitão de Chaul e general das armas em Portugal.

Henrique de Mendonça—foi commendador d'Avanca. Era filho do antecedente Tristão de Mendonça.

Luiz de Mendonça—foi conde do Lavradio, general dos galeões e vice-rei da India. Era filho de Pedro de Mendonça.

D. Manuel Childe Rolim—era filho de D. Francisco Rolim de Moura, 14.º senhor da Azambuja.

D. Francisco de Sousa—foi conde do Prado, 1.º marquez de Minas, embaixador a Roma e presidente do conselho do Ultramar.

Thomé de Sousa—foi védor da casa real e governador de Angola. Era filho de Fernão de Sousa, senhor de Gouveia.

D. Paulo da Gama—era filho de D. Vasco da Gama (descendente do grande D. Vasco da Gama, descobridor da India.)

D. Thomaz de Noronha—foi conde dos Arcos, presidente do conselho do Ultramar e camarista do principe D. Theodozio. Era filho de D. Marcos de Noronha.

D. Francisco de Noronha—era irmão do antecedente D. Thomaz de Noronha.

D. Carlos de Noronha—foi presidente da mesa da consciencia e ordens. Era filho de D. Antonio de Menezes (o *Constancio*) alcaide-mór de Viseu.

Miguel Maldonado—escrivão da chancellaria-mór do reino. Era filho de Gaspar Maldonado, que teve o mesmo officio.

Vicente Soares Maldonado—Francisco Maldonado—Sebastião Maldonado e seus filhos—Gonçalo de Tavares e Tavora, filho de Francisco Tavares, senhor de Mira—*Gil Vaz Lobo*—alcaide-mór de Cintra, filho de Gomes Freire de Andrade—*Ruy de Figueiredo*, senhor de Otta—*Luiz de Figueiredo*, irmão do antecedente—*Gaspar de Brito Freire*—seu filho, *Luiz de Brito Freire—Manuel Velho*, filho de Duarte Velho—*Francisco Brandão*, filho de Carlos Brandão—*Francisco Freire Brandão—Francisco de Sampaio*, que foi fronteiro-mór. Era filho de Manuel de Sampaio.

(Sessenta e nove fidalgos afora os filhos de alguns.)

Populares

O Padre Nicolau da Maia. (Este com um alfange na mão direita e um crucifixo na esquerda, com aquelle cortando castelhanos e com este animando os portuguezes) —o capitão *Marcos Antonio de Azevedo*—o capitão *Vasco Coutinho de Azevedo — Francisco de Vasconcellos — Luiz de Loureiro*—o capitão *Jordão de Barros e Sousa—Antonio do Rego Beliago* e seu filho *João do Rego Beliago—Antonio Figueira da Maia*—o padre *Bernardo da Costa* — o alferes *Marcos Leitão de Lima*—o licenceado *Gabriel da Costa*, quartanario da Sé—*Manuel da Costa*, seu irmão—*Paulo de Sá*—o capitão *Diogo Penteado—Manuel de Novaes Carvalho—Manuel d'Azedo—João da Silva do Valle—Miguel da Silva—Gregorio da Costa*—o alferes *Francisco de Tavora—Gonçalo de Sampaio—Manuel de Sampaio — Gaspar de Tovar — Pedro de Abreu—Simão da Cunha—Luiz Alves Banha—Bento da Motta Gusmão—Affonso Mendes—Luiz Godinho*, escrivão do pescado—o capitão *Antonio Franco de Lima—Alberto Raposo—Paulo de Moura—João Ribeiro*—o licenceado *Gaspar Clemente.*

(Trinta e cinco populares.)

—

Note-se que não ha nenhum escriptor contemporaneo da feliz restauração de Portugal, que extreme os *conjurados* ou *conspiradores*, dos que tomaram parte na revolução que rebentou no *Terreiro do Paço*, na manhan do 1.º de dezembro de 1640.

No principio d'este artigo disse quaes foram os fidalgos que tomaram parte activa na conjuração, e que a planearam e executaram; mas, quando rebentou a revolução, todo o povo de Lisboa a secundou corajosa e solicitamente; trabalhando cada um como se a causa fosse só d'elle. É por isso que é impossivel nomearem-se todos os que tão poderosamente concorreram para a obra da restauração da patria.

Ficam porém nomeados os que mais se distinguiram e cujos nomes constam de varias memorias e apontamentos.

Se acreditarmos a tradição (e não temos motivo nenhum para duvidar d'ella) *quarenta* foram os *fundadores* (deixem-me servir d'esta expressão) do plano e alvitres para a revolução, mas o seu numero foi diariamente crescendo, de modo que os *principaes agentes* foram muitos e muitos mais, e o seu numero é hoje impossivel fixar-se.

—

Parece-me a proposito declarar aqui o

nome dos portuguezes que nas differentes terras do reino (de que pude obter noticias) fizeram a acclamação de D. João IV, em 1640.—(Note-se que a revolução foi quasi simultanea em todo o reino. O exemplo de Lisboa foi seguido com a rapidez da electricidade.)

Algarve—Henrique Correia da Silva.
Coimbra—O bispo-conde, Mendes de Tavora e o reitor da universidade.
Elvas—Frei Braz Soares de Castello Branco.
Evora—D. Francisco de Mello.
Leiria—D. Luiz de Noronha e seu filho.
Olivença—Diogo Botelho de Mattos.
Portalegre—O povo e todas as auctoridades civis e ecclesiasticas.
Porto—Idem.
Santarem—Fernão Telles de Menezes.

—

Em todas as mais terras do reino não houveram chefes propriamente ditos; *levantou-se* todo o mundo, fidalgos e plebeus; ricos e pobres; velhos e novos; homens, mulheres e creanças.

—

Historia resumida da marinha portugueza, desde o principio da monarchia, até 1874. [1]

Os antigos lusitanos, nunca tiveram esquadras, nem mesmo qualquer vaso de guerra, ou mercante, que merecesse o nome de navio. Apenas haviam barcos de pesca, para as costas, alguns para transportarem generos de uma povoação do litoral a outra proxima (e só quando estava muito bom tempo) e os empregados na navegação fluvial, ou para atravessarem de uma a outra margem dos rios.

O mesmo aconteceu durante a dominação dos godos na Peninsula.

Emquanto os arabes foram senhores da Lusitania, tinham alguns navios que para pouco mais serviam do que para transportar tropas da Africa para aqui, e d'aqui para a Africa o ouro e prata que extrahiam em grande abundancia das nossas minas; alguns generos de um para o outro paiz, e empregados na pirateria.

—

O conde D. Henrique, tomando posse do reino de Portugal em 1093, mandou construir algumas *galés* [2] com que defendia os portos e costas dos seus dominios contra os corsarios argelinos e das outras potencias barbarescas.

Foram pois apenas algumas d'estas *galés* que legou a seu filho, D. Affonso Henriques, que pouco augmentou o seu numero nos principios do seu reinado.

As *galés* dos primeiros tempos da monarchia não tinham mais de 20 metros de comprimento. Eram embarcações de pouca elevação, sem coberta, com um ou dois mastros, com velas latinas. Foram porém augmentando-lhe a capacidade e já no principio do seculo XVI as havia de 50 e 60 metros. A estas chamavam *galeões*.

Este nosso primeiro rei, tendo de alargar os limites do seu reino á ponta da espada, para o que andava constantemente ás mãos com os mouros; e tendo de sustentar por algumas vezes as guerras que lhe moviam os reis de Castella e Leão, não cuidou, nem podia cuidar na creação de esquadras, nem tinha portos de mar fortificados a que ellas se abrigassem em caso de perigo. Além d'isso, as necessidades dos portuguezes d'então eram muito circumscriptas e o bello e feracissimo solo portuguez produzia quasi todo o necessario para aquella geração d'homens de ferro.

Mesmo assim, 41 annos depois de ser acclamado rei dos portuguezes (1180) organisou uma pequena frota, que entregou ao

[1] Este capitulo é (com algumas alterações) extrahido da bella obra de *Adriano Balbi — Essai statistique sur le royaume de Portugal et Algarve.*

[2] Dizem alguns (fundados na similhança do nome) que a palavra *galé* vem de Gallias, mas a melhor opinião a attribue aos gregos, e é o seu nome derivado de uma palavra grega que significa *logar, ou banco, de muitos assentos.* Os gregos transmittiram o uso das *galés* aos romanos e foram estes que as introduziram na Lusitania.

immortal heroe *D. Fuas Roupinho*, o qual sahindo ao encontro de uma grande esquadra marroquina que infestava as nossas costas (em julho d'esse anno) a encontrou junto ao *Cabo do Espichel*, e depois de bravissima peleja, morreu o chefe mouro e quasi todos os seus, cahindo toda a esquadra inimiga em nosso poder. Foi a nossa primeira acção, e o nosso primeiro triumpho naval.

D. Fuas foi recebido pelo rei e pelo povo de Lisboa, que o foi esperar á praia, no meio do maior enthusiasmo.

D. Sancho I augmentou muito o numero das *galés*, mas parece que só no reinado de D. Sancho II é que se principiaram a construir as maiores, com castellos na pôpa e na prôa, onde os soldados combatiam. Com estas galés foi que D. Sancho II bloqueou e tomou aos moiros a cidade de Ayamonte (Andaluzia) sobre a embocadura do Guadiana, em 1240.

Balbi divide judiciosamente em oito as épocas da marinha portugueza; sigamos pois esta divisão.

Primeira época

(De 1092 a 1420)

Reina a maior obscuridade sobre o commercio que se fazia durante este longo intervallo.

As galés que então se construiam eram quasi exclusivamente de guerra. D. Affonso III, intentando a conquista do Algarve, que effectuou, mandou construir novas e mais fortes galés, alguns *navios redondos* e uma *nau*, que foi a primeira que tivemos.

As leis e regulamentos concernentes ao commercio, á industria e á agricultura, promulgadas n'este periodo, nos levam a suppôr, com bons fundamentos, que o commercio era quasi nullo; muito mais que, não havendo quasi numerario, todos os contractos se faziam por trocas.

Note-se que foi D. Affonso Henriques, ou seu filho, D. Sancho I, que fundaram o estaleiro de Lisboa (a que chamaram *Taracenas* e depois *Tercenas*) que D. Diniz melhorou e ampliou. Era em uma vasta praia do Tejo — onde hoje é o *Terreiro do Trigo*.

Todavia, muitos factos demonstram incontestavelmente o estado de prosperidade em que se achavam as pescarias em Portugal; taes como o tratado feito pelos habitantes de Lisboa e Porto, em 1353, com Eduardo III, rei d'Inglaterra, pelo qual este rei lhes permitte irem pescar, durante cincoenta annos, sobre as costas, e em frente dos portos de Inglaterra; e a alliança commercial feita para favorecer a pesca entre as villas de Setubal, Alcacer-do-Sal, Sines e Cezimbra.

Pertencem a esta época as leis promulgadas sobre a navegação, nas côrtes d'Athouguia (da Baleia,), por D. Fernando; leis bem melhores,e mais bem entendidas do que as que en-tão se fizeram sobre a agricultura.

D. Fernando fez grandes serviços á marinha portugueza (tanto de guerra como mercante). Foi elle que fundou a *Companhia de Segurança Naval*, primeira que houve em Portugal, e provavelmente em toda a Europa. A esquadra que elle mandou saquear e destruir Cadiz, compunha-se de 32 galés (de cem remos, cada uma) e de trinta navios redondos. Foi a maior esquadra d'aquelles tempos.

As *Bolsas Maritimas* (seguros) de Lisboa e Porto, que pagavam aos prejudicados o valor dos navios perdidos, e cujos estabelecimentos, tão uteis ao commercio, em breve se propagaram por toda a Europa, é outro facto d'esse tempo, que prova que o nosso commercio tomava bastante desenvolvimento.

Outro facto, tambem incontestavel, é que as nações estrangeiras, nos reinados de D. Diniz, D. Pedro I e D. Fernando vinham a Portugal fornecer-se de trigo, que levavam já em navios seus, já em portuguezes.

D. Diniz deu grande desenvolvimento ás construcções navaes, mandando semear o magnifico *pinhal de Leiria*, fundou estaleiros e mandou fazer grande numero de embarcações e publicou varias leis e regulamentos para a marinha, para o que concorreu *Manuel Pessanha*, fidalgo genovez, á

quem fez almirante do reino, em 1 de fevereiro de 1322.

Segunda época

(De 1420 a 1500)

Este periodo comprehende as descobertas feitas successivamente pelos portuguezes, e seus primeiros estabelecimentos na *Barberia*, sobre as costas occidentaes da Africa e nas ilhas Canarias, Açôres, Madeira, Cabo-Verde e S. Thomé e Principe.

O commercio exterior, na verdade, de dia para dia, alargou a sua orbita; mas, em todo este intervallo, a industria, a agricultura e o commercio interior, bem longe de augmentarem, experimentaram consideravel declinação causada pelas leis impoliticas, que parecia terem por fim unico, oppôr á industria nacional a concorrencia prejudicial da industria estrangeira; e pelas guerras impoliticas e ruinosas contra os castelhanos e contra o mouros da Africa.

N'esta época se comprehende o glorioso reinado do nosso D. João I. Este rei deu grande impulso á nossa marinha; para nos convencermos d'isso basta saber que a armada com que foi á conquista de Ceuta era composta de 59 galés, 33 naus e 120 navios menores, ao todo 212 vasos, força respeitabilissima para aquelles tempos. Foi então que se introduziu o uso da artilheria nos navios de guerra, e é no reinado d'este benemerito soberano que começam os fastos gloriosos da marinha portugueza.

Terceira época

(De 1500 a 1595)

É o periodo brilhante do commercio e do poder dos portuguezes, que espantaram o mundo por suas arrojadas emprezas e façanhas, e pela extensão de suas conquistas.

A idéa do poder portuguez fez uma tal impressão sobre os povos do Oriente, que, em uma geographia antiga, composta na Persia, se acha o reino de Portugal nomeado como capital da Europa. *(Pae takht Frang.)*

Os portguezes fizeram durante este periodo de quasi um seculo, o commercio exclusivo da Africa e da Asia.

As manufacturas inglezas e francezas ainda não existiam; apenas alguns pannos de lan principiavam a fabricar-se na Inglaterra, que tinha aprendido esta industria com os italianos e flamengos.

Só as sêdas de Italia podiam rivalisar com as da Asia. A India era o unico paiz que n'esse tempo possuia fabricas de fiação e tecidos de algodão. Os generos coloniaes não existiam senão na Turquia, d'onde os portuguezes os tinham introduzido no Brasil e nas ilhas da Madeira e S. Thomé e Principe.

Eram os portuguezes que faziam a pesca da Terra-Nova, exclusivamente até ao nefasto anno de 1580.

Depois de ter tirado aos venezianos e aos turcos o commercio da Asia, Portugal o conservou exclusivamente até ao fim da segunda dynastia; isto é, até ao fatal anno de 1580, em que principiou a ominosa escravidão de Portugal.

Ainda que os reis se tinham reservado o monopolio das especiarias, para a venda das quaes elles tinham um almoxarife em Anvers; todo o resto do commercio da Asia era livre a todos os portuguezes.

Para se formar uma idéa aproximada dos immensos thesouros ganhos pela nação portugueza durante este periodo, basta considerar o que ganhavam os hollandezes no seculo seguinte, ainda que elles não tivessem o commercio senão em um só ponto, e terem por concorrentes portuguezes e hespanhoes.

Quarta época

(De 1595 a 1640)

Este periodo, que foi o mais fatal ao poder e ao commercio de Portugal, comprehende os 45 ultimos annos da dominação hespanhola, durante os quaes principiou a lucta com os hollandezes, na India, na Africa e no Brasil; lucta que acabou desgraçadamente, para Portugal, que perdeu os seus estabelecimentos mais importantes da Afri-

ca e do Oriente, mas que a nação sustentou com dignidade e constancia.

A marinha de guerra foi destruida com a de Hespanha, nas lutas insensatas que os hespanhoes sustentaram na Europa; e a marinha mercante, em poucos annos diminuiu mais de 200 grandes embarcações.

Muitos dos nossos navios de guerra e a flor dos nossos marinheiros, acabaram nas guerras de Flandres.

Os nossos navios mercantes eram apresados pelos de guerra das differentes nações que a traziam com a Hespanha. Esta, não só lhe não importava isso; mas até, todo o seu fim era reduzir-nos por todos os modos á indigencia e á nullidade, para assim nos ter mais seguros.

Por estas razões, o nosso commercio da Asia acabou por então.

De mais a mais, enormes contribuições, impostas ao infeliz Portugal pela cubiça insaciavel e pelo espirito de rapina, tão natural nos castelhanos, durante esse nefasto, horrivel e nunca esquecido periodo de 60 annos, arruinaram completamente a nação e lhe roubaram thesouros immensos, accumulados durante a época precedente.

Quinta época

(De 1640 a 1668)

Já disse que o commercio de Portugal com a Asia, estava completamente paralisado, pelo predominio que n'aquella parte do mundo tinham adquirido os hollandezes, e pelo premeditado e estudado abandono em que nos deixava Madrid, então foco de toda a casta de immoralidades. E os hespanhoes, para sustentarem toda a qualidade de vicios, e satisfazerem a sua voracidade inexgotavel, e o ódio que nos tinham pelas continuas derrotas que tinham soffrido dos portuguezes, no tempo da nossa independencia, não hesitaram em roubar a Portugal a sua ultima *mealha*.

Deixaram-nos tambem perder uma importante parte do Brasil, a saber: as capitanias de Pernambuco, Maranhão e outros pontos importantes.

A agricultura, a industria e o commercio interior de Portugal tiveram a mesma sorte durante esse ominoso periodo dos Philippes.

Ainda depois da restauração, a lei das côrtes de 1641 para a introducção de viveres estrangeiros, e as altercações com *Cromwel* (cujas consequencias se fizeram sentir por muitos annos) pozeram a nação em deploravel estado. Entretanto a prudencia de D. João IV, que não permittiu que os judeus fossem perseguidos, reteve no reino muitos thesouros, que estavam a ponto de escapar-lhe, e forneceu a este rei grandes recursos pecuniarios, que o collocaram em estado de sustentar essa gloriosa, longa e sanguinolenta guerra contra a Hespanha, obrigando-a, depois de quasi 28 annos de derrotas, a reconhecer a nossa independencia e autonomia.

Os portuguezes recuperam a sua antiga energia: os hollandezes, depois das mais brilhantes acções, obradas pelas nossas tropas e guerrilhas no Brasil, são finalmente d'alli completamente expulsos. Mas ai! O nosso commercio tinha soffrido um golpe tão profundo, que só muitos annos e um governo sollicito e intelligente poderiam cicatritar; mas infelizmente os governos que se seguiram ao da restauração, bem pouco fizeram em favor das nossas colonias e do nosso commercio.

Sexta época

(De 1668 a 1750)

Este periodo offerece o singular espectaculo de uma nação que, despresando a cultura de um solo natal tão bello como fertil, vae *desbravar* os sertões do Brasil, empregando os thesouros tirados de suas entranhas, para fazer prosperar uma nova patria; e a conducta, ainda mais singular do primeiro Colbert portuguez (o conde da Ericeira) que, em logar de levantar a agricultura, a população, as finanças e o commercio interior, do estado deploravel em que haviam cahido, estabeleceu por toda a parte fabricas e manufacturas.

Seus cuidados foram coroados, é verdade, de um grande successo, pois que estes estabelecimentos prosperaram a ponto de fazerem prohibir a entrada de pannos de lan estrangeiros; prohibição que durou até ao tratado de Methuen, em 1703.

Prohibindo-se em Portugal a importação de sedas da França, esta nação, em desforra, prohibiu nos seus portos a introducção do assucar do Brasil.

Tambem foi durante o principio d'este periodo que as colonias francezas, inglezas e hollandezas começaram a entrar em concorrencia, com o Brasil com os generos coloniaes, de que elle fazia até então a venda exclusiva.

Para mais, os judeus, perseguidos de novo em Portugal, no reinado de D. Pedro II, emigraram para a Hollanda, Inglaterra e França, augmentando extraordinariamente, com seus capitaes, os fundos ainda medíocres das companhias commerciaes d'aquellas tres nações; que por esse facto tomaram uma nova vida e acabaram de arruinar o commercio portuguez na India.

Durante o longo reinado de D. João V, o commercio, a agricultura, a população e as finanças, foram sempre de mal em peior; e os estabelecimentos do conde da Ericeira, em vez de progredirem, apenas com grande difficuldade se podiam sustentar.

O lucro, posto que já muito desfalcado, pelas razões ditas, do commercio da Asia, a venda quasi exclusiva dos generos coloniaes, pelo espaço de muitos annos, e, sobre tudo, a descoberta das ricas minas de ouro e diamantes *(diamantoides)* do Brasil, que teve logar durante esta época; cobriram o enorme excedente das importações sobre as exportações.

Estas fontes de riqueza nacional, se fossem administradas por um governo patriotico e illustrado, fariam Portugal uma nação florescentissima; mas D. João V dessipou uma enorme porção de milhões de cruzados em obras de nenhuma utilidade publica (exceptuando o aqueducto das aguas livres o pouco mais) e em presentes de valor excessivo.

Setima época

(De 1750 a 1807)

A primeira metade d'este periodo, que comprehende o sempre memoravel reinado de D. José I, e o ministerio do segundo Colbert portuguez, o marquez de Pombal, offerece o quadro imponente dos prodigios que póde operar um governo energico e illustrado.

Sem finanças, sem credito, sem commercio, sem industria, sem exercito, sem marinha, sem consideração no estrangeiro; lutando contra elementos que paralysavam as medidas mais sabiamente combinadas para reconstruir a machina desorganisada do estado, o primeiro ministro conseguiu crear finanças, e credito ao governo; estender consideravelmente a orbita do commercio e da navegação; tornar florescentes as pescarias do Algarve; estabelecer um grande numero de fabricas e manufacturas; animar e dar impulso á litteratura e ás sciencias, pela restauração da Universidade de Coimbra e pela creação de muitos estabelecimentos de instrucção publica; reorganisar o exercito de terra; construir novas fortalezas e restaurar as antigas; crear uma esquadra respeitavel; recuperar a consideração que Portugal tinha gosado outr'ora no estrangeiro; e, finalmente, fazer ressuscitar das ruinas de Lisboa, uma cidade soberba, maior e mais populosa que a antiga.

É verdade que Pombal não curou assaz da agricultura, deixando subsistir tantos regulamentos absurdos e pesados que peavam o seu desenvolvimento; mas não se póde negar que elle lhe deu bastante impulso, sobre tudo fazendo estudar muito a cultura da vinha (principalmente no Alto Douro) o quez e faz entrar tão grossas sommas no reino; e a cultura das amoreiras, que podia ter libertado Portugal do enorme tributo que paga aos estrangeiros, pela sêda que elles lhe fornecem, se o seu systema tivesse sido seguido.

Foi na segunda metade d'este periodo que Portugal colheu o fructo dos trabalhos d'este grande homem, fructo augmentado pela

creação de algumas novas manufacturas; pelas tentativas feitas para augmentar a população e estender a agricultura; pela exploração de suas minas; e pelos cuidados do governo em dar consideração aos productos do Brasil; cuidados favorecidos pela inapreciavel vantagem de gosar quasi sempre uma profunda paz, emquanto todo o resto da Europa era presa das convulsões produzidas pelas duas guerras — a da independencia da America Ingleza e a da revolução de França.

Exceptuando os florescentes e felizes reinados de D. Manuel e D. João III, a historia portugueza não apresenta uma época de commercio, industria e, por consequencia, riqueza, tão brilhante, como durante este periodo.

As exportações excediam annualmente em muitos milhões de cruzados as importações. A navegação, a população e a agricultura faziam evidentes e diarios progressos; e as manufacturas de Portugal, sem terem ainda chegado ao estado de perfeição de que eram susceptiveis, estavam todavia muito acima do estado de mediocridade que os estrangeiros que vinham a este reino se esforçavam por descrever.

Tantas prosperidades desappareceram com a primeira invasão dos francezes em Portugal, e pela fugida da familia real para o Brasil.

Oitava época

(De 1807 a 1821)

Este periodo offerece o deploravel espectaculo de uma nação tão brava como infeliz; que vê destruir no curto espaço de alguns annos, todos os elementos da sua força e da sua prosperidade.

As perdas causadas ao commercio, á industria e á agricultura de Portugal, pela primeira invasão franceza, pela fugida da familia real e pelas duas seguintes invasões de 1809 e 1810, e pelas insensatas medidas tomadas pela regencia, são incalculaveis.

Durante a primeira invasão, todos os portos foram fechados ao commercio. Os francezes destruiram os principaes estabelecimentos da industria portugueza e dispersaram os artistas n'elles empregados, saqueando os fundos destinados á sua manutenção e interrompendo toda a communicação com as nossas possessões do ultramar, onde as fabricas achavam prompta e vantajosa venda aos seus productos.

Tudo foge diante d'esse exercito de vandalos e se refugia nas montanhas ou na capital e metade do reino ficou deserta.

Quando as hordas napoleonicas foram expulsas para além das fronteiras, a fome e a peste ainda disimaram uma grande parte do povo portuguez. Os que sobreviveram a todos estes flagellos, se acharam, no regresso a seus lares, sem meios de subsistencia e na impossibilidade de continuarem nos trabalhos da agricultura.

Para cumulo de males, a liberdade ilimitada concedida pelo governo aos navios estrangeiros em todos os portos do Brasil, em 1808; o funesto tratado feito com a Gran Bretanha em 1810, e a guerra, tão impolitica como desastrosa, contra os insurgentes da America Meridional, acabaram de arruinar o commercio e a industria de Portugal, cuja marinha mercante e militar tinha sido quasi inteiramente destruida, por falta de medidas que deveriam ter protegido estes dois ramos essenciaes da prosperidade publica.

Os numerosos recrutamentos, feitos pela necessidade de ter completo um exercito de 60:000 homens de linha e 50:000 de milicias; a quasi exterminação do gado e dos cereaes e legumes destinados ás sementeiras e as despezas indispensaveis de uma guerra activa, augmentaram por toda a parte os meios de destruição e acabaram de privar o Estado de todos os seus recursos.

A diminuição espantosa das rendas publicas; a depreciação do papel-moeda; a ruina do commercio, da industria, da população e da agricultura; as dividas consideraveis contrahidas durante a guerra; a falta de credito publico; os navios do commercio roubados por amigos e inimigos [1] e

[1] Todos sabem que os inglezes, se nos ajudaram contra os sanguinarios soldados

expostos aos insultos dos piratas, á vista mesmo das nossas proprias fortalezas, completaram o quadro deploravel da triste situação de Portugal durante este periodo.

O balanço geral do commercio com o estrangeiro, apresenta a conta das sommas enormes perdidas annualmente por Portugal desde 1807.

Os annos mais desgraçados foram—1810, em que perdemos 11 milhões e 524:000 crusados—1811, em que perdemos 79.475:000 crusados — 1812, em que a perda chegou ainda a 59.858:000 crusados—1814, que foi de 52.623:000 crusados — 1813, que foi de 12.730:000 crusados — e 1815, em que foi de 12.725:000 crusados.—Soffrendo Portugal, só n'estes 6 annos, a perda immensa de 228 milhões e 935:000 crusados (segundo a estatistica de Balbi.)

Ainda que estas perdas fossem em decadencia depois d'essa época, comtudo continuavam sempre a ser grandes, e Portugal tarde poderá ressarcir-se de tamanhos prejuizos, que causariam a infalivel bancarrota de outra qualquer nação que não tivesse os grandes recursos de Portugal.

Á divisão feita por Balbi, temos a accrescentar a

Nona época

(Desde 1821 até 1874)

Parte da esquadra portugueza que levou a casa real para o Brasil, lá ficou, porque os brasileiros chamaram suas a todas as embarcações de guerra que la estavam em 1822, quando se declararam independentes.

Durante a constituição de 1820, a restauração de 1823 e a regencia de 1826, não se fez em Portugal nenhum navio de guerra.

Em 11 de julho de 1831, sendo rei de Portugal o sr. D. Miguel I, uma esquadra franceza, commandada pelo almirante *Roussin*, entra em Lisboa e nos rouba desaforadamente sete vasos de guerra, e a corveta *Urania* que achou nos Açôres. (Para evitar repetições, não relato aqui o futil pretexto buscado pelos francezes para praticarem este acto de descarada pirataria. (Vide *Historia de Portugal*, no logar competente.)

Até 1834, tambem nenhum navio de guerra se fez em Portugal, e a esquadra com que o sr. D. Pedro invadiu o reino em 1832 era composta de poucos navios de guerra proprios e esses de pouco valor como marinha militar.

Desde 1834 até hoje, os vasos de guerra que se teem feito, ou comprado, são apenas para substituirem o logar dos que se vão inutilisando; pelo que, francamente se póde dizer que a nossa esquadra está pouco mais ou menos no mesmo estado em que estava no reinado do sr. D. Miguel.

—

Dando já conta dos navios de guerra que Portugal tinha em 1830 e 1870, não me parece fóra de proposito dar aqui a relação dos vasos militares que tivemos em differentes épocas, de que pude colher esclarecimentos.

Desde o estabelecimento da monarchia portugueza, a primeira esquadra que acho mencionada e que tal nome mereça, é a em que D. João I levou o exercito com que foi tomar Ceuta, na Africa, em 1415.—Era ella composta de 33 navios de linha (galeões)—59 galéras (galés) e 110 navios de transporte.

No reinado de D. João III, 20 náos de guerra e 4 grandes galeras estavam constantemente de cruseiro nas aguas de Portugal, para defender o nosso commercio, afugentar os piratas, e comboyar as embarcações que regressavam das colonias, com riquissimas cargas. Além d'isto, haviam *esquadrilhas* estacionadas nas costas da India e da China.

Esta florescente marinha foi completamente arruinada durante a ominosa dominação dos tres Philippes.

Quando D. João IV subiu ao throno, apenas se achou *um unico* navio, que milagrosamente havia escapado á rapacidade cas-

---

de Buonaparte, tambem nos roubaram quasi tanto como elles, e tambem nos incendiaram varios estabelecimentos fabris. Os proprios generaes inglezes se queixavam a Beresford e Wellington do systema de rapina seguido desaforadamente pelas suas tropas. (Vide as ordens do dia d'esse tempo.)

telhana, e aos desastres que, por culpa dos hespanhoes, tinhamos experimentado contra os inglezes, francezes e hollandezes.

D. Pedro II alguma cousa olhou pela marinha militar; mas D. João V a descurou inteiramente. De mais a mais uma terrivel borrasca submergiu no Tejo 180 navios portuguezes.

A marinha militar ficou reduzida a uns 12 ou 13 navios desmantellados.

No reinado de D. José I, o guande marquez do Pombal empregou grande actividade na reorganisação da nossa esquadra. Chamou a Portugal escolhidos marinheiros suecos, hollandezes, dinamarquezes, inglezes e francezes, para ensinarem a construir navios, e para exercitarem os nossos marinheiros na navegação.

(Os que nos seculos precedentes tinham sido mestres de todo o mundo n'estas duas artes, teem agora de as aprender dos estrangeiros!)

Em poucos annos a marinha portugueza se resentiu do talento d'este habil ministro, e em 1766, jé era a esquadra composta de 12 naos de linha, de 58 á 80 peças cada uma — 14 fragatas, de 22 a 48 boccas de fogo. E de consideravel numero de embarcações ligeiras.

—

No principio do reinado de D. Maria I, pouco se attendeu á esquadra; mas sendo feito ministro *Martinho de Mello e Castro*, ella readquiriu o seu antigo esplendor, e em 1793 era composta de 34 navios, com 1556 boccas de fogo; e uma parte consideravel d'esta esquadra fez parte, n'esse mesmo anno, das esquadras combinadas armadas contra a França, sobre o Oceano e Mediterraneo. Era almirante o marquez de Niza, e os nossos navios de guerra e as suas guarnições obravam então acções brilhantissimas que os cobriram de gloria, e causaram a admiração da Europa.

A nossa esquadra constava então dos seguintes navios:

Doze náos de linha

Principe Real, de 110 boccas de fogo — Conde D. Henrique, de 80—Rainha de Portugal, de 74—Maria I, de 74—Meduza, de 74—Vasco da Gama de 74.

S. Sebastião, Gigante, Infante D. Pedro, Affonso de Albuquerque, D. João de Castro e Princeza da Beira, cada uma de 64 peças. Todas, 870 canhões.

Doze fragatas

Carlota Joaquina, de 46 peças—Fenix, de 46—Minerva, de 44—Cysne, de 40.

Thetis, Ulysses, Tritão, S. João Principe, S. Raphael, Princeza do Brasil, Golfinho e Venus; de 36 peças cada uma. Todas, 464 peças.

Dez corvetas, brigues e cutters

Andorinha, Serpente, Voador, Falcão, Gaivota, Diligente e Lebre, de 24 peças cada um.—Balão, Galgo e Tejo, de 18 peças cada um. Todas 222.

Total, 34 vasos de guerra, com 1556 boccas de fogo.

—

Além d'isto, tinhamos sete grandes *charrúas* e seis hiates de transporte.

De tudo isto, já não tinhamos em 1807 senão os seguintes vasos de guerra. (Ao todo 25.)

—

Navios que sahiram de Lisboa, em 29 de novembro de 1807, com a familia real, para o Brasil.

Oito náos

Principe Real, de 84 peças — Rainha de Portugal, Conde D. Henrique, Meduza e Principe do Brasil, de 74 peças cada uma —Affonso de Albuquerque, D. João de Castro e Martim de Freitas, de 64, cada uma.

Quatro fragatas

Minerva, de 64 peças—Golfinho, de 36—Urania, de 32—Pérola, de 32.

Tres brigues

Voador, da 22 peças—Lebre, de 22 e Vingança, de 20.

Uma escuna

Curiosa, de 12 peças.

Navios que ficaram então em Lisboa

Quatro náos

S. Sebastião, de 64 peças. (Incapaz de serviço.)
Maria I, de 74. (Incapaz de serviço e empregada como bateria fluctuante.)
Princeza da Beira, de 64. (Condemnada, e servindo de bateria fluctuante.
Vasco da Gama, de 74. (A concertar e quasi prompta no estaleiro.)

Cinco fragatas

Fenix, de 48 peças — Amazona, Pérola e Tritão, de 44 cada uma e Venus de 30.
As primeiras tres precisavam de grandes concertos e as duas ultimas estavam incapazes de serviço.

No fim de setembro de 1821, tinhamos os navios seguintes

Cinco náos

D. João VI, de 74 peças — S. Sebastião, Infante D. Pedro e Affonso de Albuquerque, cada uma de 64.—Todas, 266 peças.

Onze fragatas

União e Princeza Real, de 46 peças cada uma—Amazona, uma no estaleiro da Bahia outra no do Pará, de 44, cada uma—Perola, Venus, D. Pedro e Thetis, de 36 cada uma—Carolina e Maria da Gloria, de 30 peças cada uma.—Todas, 428 peças.

Sete corvetas

Calypso, Gentil Americana, Princeza Real, Lealdade, Congresso, Voador e Gaivota, todas de 24 peças.—Total 166 canhões.

Seis brigues

Tejo, Providencia, Real João, Audaz, Infante D. Miguel e Reino Unido, de 22 peças cada um.—Todos, 132 peças.
Total geral, 28 navios, com 992 boccas de fogo.

—

NB.—A maior parte d'estes navios precisava de grandes concertos, outros estavam já muito velhos, e dois (como já disse) estavam ainda nos estalleiros por concluir, e lá ficaram no Brasil.
D'aqui se vê o estado de triste decadencia a que tinha chegado em tão pouco tempo a nossa marinha de guerra.

—

Factos notaveis, occorridos na cidade de Lisboa, em differentes épocas. [1]

Reliquias de S. Vicente, martyr, padroeiro de Lisboa

Uma das mais veneradas reliquias de santos que havia em Hespanha, era o corpo de S. Vicente, martyrisado em Vallencia, em 22 de janeiro de 366, pelo sanguinario Daciano, consul da Peninsula pelo cruel imperador Diocleciano. Estas reliquias conservaram-se n'aquella cidade, em uma egreja que os christãos lhe tinham edificado. Invadidas as Hespanhas, em 713, pelos arabes, era chefe dos que conquistaram o reino de Vallencia, o barbaro Abd-el-Raman. Os christãos, temendo a ferocidade e desacatos dos mouros, fugiram, embarcando-se e levando o corpo do santo.

[1] Peço humildemente desculpa aos meus leitores por não guardar a ordem chronologica n'estes factos, que fui escrevendo á medida que d'elles tive conhecimento. Hoje, para os collocar no seu devido logar, me daria um trabalho insano, que, de mais a mais, era de importancia mediocre, visto que o essencial é a narração dos factos, qualquer que fosse a época em que elles occorreram, uma vez que ella vá assignada.

Vieram ter ao *Pormontorio Sacro* (Algarve) e alli, em uma ermidinha collocaram o corpo de S. Vicente, e é desde então que a este cabo se ficou chamando de S. Vicente.

Mais tarde se fundou aqui uma pequena egreja e um mosteiro de frades, que tinham a seu cargo a guarda das santas reliquias.

Conquistada Lisboa aos mouros em 1147, principiou a ser S. Vicente objecto de grande devoção do povo portuguez.

Os religiosos do mosteiro do Cabo, expuzeram ao rei os incommodos e perigos a que estavam sujeitos em sitio tão inhospito, solitario, e cercado de abysmos vertiginosos. D. Affonso, attendendo ás supplicas dos frades, mandou, em 1173, que viessem para Lisboa, ficando um no Cabo para cuidar do templo, trazendo os outros o corpo de S. Vicente.

Vieram os frades n'esse anno, e as santas reliquias foram depositadas na primittiva egreja de Santa Justa e Rufina (que o terramoto de 1755 destruiu completamente, fazendo-se outra na rua dos Fanqueiros, que hoje está convertida em casa particular).

Chegando o santo a Lisboa, no dia 15 de setembro de 1173 se tomou por padroeiro da cidade.

Depois foi transferido para a Sé, e lá se conservam, em uma urna de prata, os restos que escaparam do incendio que se seguiu ao terramoto de 1755 (Vide *Cabo de S. Vicente,* a pag. 16 do 2.º vol. — e *Sé patriarchal,* n'este artigo.)

Os que desejarem saber com minuciosidade tudo quanto diz respeito a S. Vicente e á sua trasladação para Lisboa, consultem a memoria escripta por mestre Estevão, chantre d'esta Sé, no tempo de D. Affonso Henriques.

Templo do Sol, em Lisboa

Auctores antigos e dignos de fé sustentam que os romanos fundaram proximo ao Tejo, um templo dedicado ao Sol (ou a Apollo, que é o mesmo). Ignoramos em qual das margens do rio existiu (se existiu) este templo; porém não poucos escriptores acreditam que era no sitio onde hoje está a Sé patriarchal, e que sobre as suas ruinas edificaram os arabes a sua *mesquita maior*, que mais tarde foi purificada e convertida em egreja christan.

Miguel Leitão de Andrade, na sua *Miscellanea*, que se publicou em 1629, diz que o templo d'Apollo tinha um grande zimborio cercado por uma monstruosa serpente, symbolisando a serpente *Python*, que aquelle deus mythologico matou ás séttadas, e por isso foi chamado *Pythio*. [1]

É certo que o nosso bem conhecido antiquario e botanico distincto, o abbade José Francisco Correia da Serra achou na Sé algumas inscripções romanas que levavam a acreditar terem pertencido a um templo do Sol, e que o conego Antonio José da Cruz, que dirigiu as obras da reedificação da Sé de Lisboa, depois do terramoto de 1755, commetteu o vandalismo de mandar metter nos alicerces aquellas lapides.

É tambem certo, que por baixo da actual Sé havia (como em todos os templos gentilicos) um vasto—e até insondavel—subterraneo, que foi descoberto pelo terramoto de 1755, quando desabou a torre do Sul, e que estava em perfeito estado de conservação, posto se lhe não achasse o fim. Foi entulhado em 1776. Placido Rodrigues Velho, então reitor da Sé; fez d'isto assento no livro das suas memorias.

Nas columnas lateraes da porta principal d'este templo, que ainda existem, e nos capiteis, se não vê vestigio algum que denote pertencerem a mesquita mourisca, ou terem sido feitas para templo christão; antes levam a crer que foram de templo idolatra,

Da parte direita da entrada, está uma mulher com duas creanças, que se imagina

[1] Segundo a mythologia, Python era um reptil monstruosissimo, formado do lodo que ficou sobre a terra depois do diluvio, a pelle d'esta serpente serviu depois para cubrir a *cortina*, (tripode ou tripeça) sobre que a sacerdotisa de Apollo, no templo de Delphos, dava os seus oraculos, e por cuja circumstancia se lhe dava o nome de *pythonissa*.

ser Leda com seus dois filhos, Castor e Pollux—um genio com quatro asas, entre dois delphins (os de Amphitrite, mulher de Neptuno).—Da parte esquerda—uma mulher coroada, entre dois ornatos, que parecem ser formados de espigas, e se julga ser Ceres,—Hercules, sobre o leão, armado da clava, um touro, que uma mulher cavalga, e é a figura d'Europa, que Jupiter roubou, transformado em touro.

É verdade que tudo isto podia vir do templo d'Apollo, que houve no Cabo da Roca, em baixo, junto aos rochedos, dos quaes ainda existiam vestigios e inscripções no tempo do nosso antiquario André de Rezende; mas é mais provavel que pertencessem a um outro templo, que existisse no mesmo logar.

Uma vez que estou fallando da actual Sé, darei mais alguns esclarecimentos sobre este templo, que escaparam no logar competente.

Na torre do lado esquerdo estão dois brazões d'armas, esculpidos em pedra, tendo um d'elles uma arvore; e o outro uma roda de navalhas. Foi d'esta torre que o povo amotinado arrojou á rua, em 6 de dezembro de 1383, D. Martinho Annes, castelhano (de Çamora) bispo de Lisboa, havia dois annos, e que era cardeal, feito por Clemente VII. Estavam alli com D. Martinho e soffreram egual sorte, Gonçalo Vasques, D. prior de Guimarães, e um tabellião algarvio. (Dizem uns que os tres se tinham escondido alli para se livrarem do furor da populaça, por quem eram detestados—o que parece mais verosimil—outros, que elles estavam na torre para obstarem a que os sinos tocassem a rebate).

Com os terramotos de 1344, 1356, 1373 e 1755, que todos mais ou menos desmantelaram este antigo templo, e com as suas reparações, e reconstrucções que depois d'elles se lhes fizeram, tem-se alterado muito em varias partes a ordem da sua primittiva architectura, meia arabe, e meia gothica.

Antes do terramoto de 1755, as duas torres da frontaaia eram coroadas por altos coruchéus, que então cahiram. Vê-se isto por uma estampa que vem no livro—*La galerie agréable du monde*, impresso em Leyden, em 1729—e pela estampa que vem a pag. 240 do 4.º volume do *Archivo Pittoresco*, que representa Lisboa no seculo XVI.

O antigo sino da Sé tinha de altura até ás *presilhas*, sete palmos e uma e meia pollegadas ($1^m,58$)—de diametro, pela parte interior, 8 palmos e uma e meia pollegadas ($1^m,80$) e pela exterior 24 e meio palmos ($5^m,39$). Era cercado por tres circulos de letras gothicas, e nos vãos que ficavam entre os letreiros tinha diversos escudos d'armas e alguns sellos.

O letreiro superior dizia:

SXE: MTANIPANA: DICUNTUR: COMODA: SANA: LAUDO: DEUM: VERUM: VOCO; POPULUM: CONGREGO: CLERUM: DEFUNCTOS: PLORO: SATHAM: FUGO: FESTA: DE: CORO:

O do centro, dizia:

ANGELE: QUI: MEUS: ES: CUSTOS: PIETATE: SUPERNA: ME: TIBI: COMISSUM: SALVA: DEFENDE: GUBERNA: MENTEM: SANCTAM: SPONTANEAM: HONOREM: DEO: ET: PATRIA: LIBERATIONEM:

O inferior dizia:

EN NA ERA DE: MIL: III: CCC: E: XV: ANNOS: FOI: FEITO: ESTE: SINO: DO RELOGIO: MUY: NOB: CIDADE: DE LISBOA: POR: MANDADO: DO: MUY: NOBRE: REY: DOM: FERNANDO: DE: PORTUGAL: ET: DO: MUITO: HONRADO: CABIDO DA DITA: CIDADE: DE: LISBOA: X DOS HOMES BOOS: DAETA CIDADE: MARTRE: JOHAM: FRANCES: ME: FEZ:

Este sino foi destruido pelo terramoto de 1755.

Note-se que a era da terceira inscripção está errada, pois é a de 1315, quando devia ser a de 1415, que é o anno de Jesus Christo 1377. (D. Fernando principiou a reinar em 18 de janeiro de 1367, e falleceu em 22 de outubro de 1383.)

Em 1748, mandou D. João V, collocar na torre do lado direito, pelo architecto Antonio Canevari, um grande relogio, chamado

da cidade, que tambem o terramoto seguinte anniquilou.

A egreja era interiormente de fórma ogival, sustentada por duas ordens de columnas, formando (como hoje) tres naves. Tinha de comprido, desde a porta principal até ao altar-mór, 264 palmos (58m,8) e de largo 96 palmos (21m,12). O cruzeiro era coroado por uma cupula, que, desde o pavimento até á extremidade superior, media 120 palmos d'altura (26m,40).

Procissão de Corpus Christi

A festa do *Corpus Christi* foi instituida pelo papa Urbano IV, em 1264, na primeira quinta feira depois da festa da Santissima Trindade.

Foi logo admittida em Portugal, e se faz em todas as cidades, villas e principaes povoações do reino (e em muitas d'ellas em varias egrejas) mas em parte nenhuma se fazia com o luxo, magnificencia e esplendor, da de Lisboa.

A 1.ª vez que S. Jorge sahiu com o seu *estado* n'esta procissão, foi no anno de 1387 por ordem expressa de D. João I.

Até ao principio do seculo XVIII, fazia-se com muito mais pompa e sumptuosidade; mas, devemos confessar que não com a seriedade, respeito e recolhimento, devidos a solemnidades d'esta natureza, pela multidão de figuras de monstros (de lona e papelão) e varias *invenções* e grande numero de figuras que provocavam o riso e a irreverencia. Varias *danças*, qual d'ellas mais deshonestas; momices, trejeitos e *lôas* ridiculas e outros disparates.

Em 1717, D. João V decretou uma nova fórma a esta procissão, prohibindo muitas das suas indecencias, tornando-a menos profana e mais devota.

Os que desejarem ver a descripção veridica e bellissima d'esta procissão, e como ella se fazia antigamente, leiam o primoroso romance historico do sr. Alexandre Herculano — *O monge de Cister*—tom. 2.º, pag. 17

O homem das botas

No tempo da guerra peninsular, os *santarenos*, temendo que os impios soldados de Buonaparte lhes roubassem ou desacatassem o seu *palladium*—*o santo milagre*—o levaram para a Sé de Lisboa, debaixo do mais rigoroso segredo, sendo d'alli removido logo para a capella do patriarcha, no palacio da mitra, em Marvilla.

Fugindo Massena e os seus do territorio portuguez, expulsos pelas bayonetas e metralha dos alliados, em 1811; trataram os de Santarem de rehaver o seu Santo Milagre; porém os lisbonenses não consentiam. O patriarcha queria entregar a reliquia aos seus legitimos donos; mas não o fazia com receio de algum tumulto, que trouxesse funestas consequencias. [1]

Estavam as coisas n'estas circumstancias, quando na manhan do dia 30 de novembro de 1811, apparece em todas as esquinas das ruas de Lisboa o seguinte annuncio:

NOTICIA AO PUBLICO

Um official do exercito britannico, tendo apostado 500 libras sterlinas, que ha de passar a travessa do rio Tejo, na segunda-feira, que vem, á uma hora depois do meio dia, em um par de botas de cortiça, principiando o seu passeio pela torre de Belem, e d'ahi á Torre Velha.

Estas botas são de uma construcção admiravel e curiosa: foram inventadas pelo mesmo official que faz o passeio.

Lisboa

Na officina de Joaquim Thomaz de Aquino Bulhões.

1811

Com licença do desembargo do paço.

1 Ha quem diga (e é mais provavel) que os de Lisboa se não oppunham á sahida do Santo Milagre; mas que os santarenos fingiram um medo que não tinham, para se eximirem da grande despeza que tinham a fazer com a conducção da reliquia, com a devida pompa e magestade.

O dia designado na tal *noticia*, era a segunda feira, 2 de dezembro de 1811.

Toda a cidade de Lisbôa correu a Belem, para vêr o *homem das botas;* mas, emquanto muitas mil pessoas cobriam as praias do Tejo, de que não tiravam os olhos, mettiam os de Santarem o Santo Milagre em uma falúa, e fugiam com elle, a toda a força de remo, pelo rio acima, chegando n'esse mesmo dia a Santarem.

Ainda hoje se espera pelo *homem das botas!*

(Para a historia do *Santo Milagre*, vide Santarem.)

D. Pedro Affonso e Cid-Achim [1]

Quando D. Affonso Henriques cercava Lisboa, em 1147, o alcaide d'esta cidade, *Al-Atar*, temendo a entrada dos christãos, quiz pôr em segurança os seus thesouros, e o mais querido d'elles, uma formosissima filha unica. Escolheu 20 dos seus mais nobres e esforçados cavalleiros para guarda do comboio, e em uma noite de escuro, os fez sahir de Lisboa mandando-os seguir para Alemquer (que ainda era uma forte praça mourisca) para d'alli passarem a Sevilha.

D. Pedro Affonso, irmão bastardo do rei portuguez, era um dos mais esforçados cavalleiros christãos, e andando a rondar nas immediações de Lisboa, ouviu o relincho de um cavallo arabe (do deserto) e dirigindo-se com a sua escolta para aquelle sitio, e depois de um sanguinolento combate, se apossaram os christãos da moura e dos thesouros.

D. Pedro deu a seu irmão todas as riquezas que tomára; mas não a donzella.

[1] Era mais etymologico escrever-se *sid*, palavra arabe que significa *Senhor.* Tenho visto em alguns auctores escripto *Cide*, o que é ainda maior êrro. *Cide* (em arabe *saide*) é o feminino de *sid*—isto é—*senhora. Sid*, deriva-se do verbo *sáda*, dominar, senhoriar, governar.

Vide *Chronica de El-rei D. Manuel*, por Damião de Goes, parte 4.ª, cap. 104, pag. 124—e *Vestigios da lingua arabica*, de frei João de Sousa, pag. 91, in pr.

Cid-Achim, era um nobre e valoroso mouro, da cidade de Silves, que enamorado da formosura da filha de Al-Atar, se tinha offerecido a este, com alguns dos seus soldados, para o ajudar na defeza de Lisboa.

O alcaide havia ganhado muita affeição a Cid-Achim, pelas suas boas qualidades, e lhe havia promettido a mão de sua filha.

Quando Cid-Achim soube do captiveiro da sua noiva, sahiu desvairado de Lisboa, e, sem lhe importar com as tristes consequencias que podiam sobrevir, mas sómente fiado no cavalheirismo de D. Affonso Henriques, se dirige ao acampamento christão, e á barraca real. Prostra-se aos pés do monarcha e com lagrimas na voz, lhe diz :—«Senhor—a nobreza do vosso caracter é tão sabida de mouros e christãos, como o valor da vossa espada, sempre victoriosa. Não receiei pois em me entregar em vosso poder, e aqui me tendes por vosso prisioneiro ou como vosso escravo. Mandarei a Silves buscar tudo quanto tenho, e vol'o dou, senhor, mas dae a liberdade á donzella que esta noite cahiu em poder dos vossos guerreiros. Se o vosso coração magnanimo, por minha desventura, só por esta vez se fechar aos impulsos da sua generosidade, contae com mais este captivo; porque prefiro a escravidão, onde estiver a minha desposada, á liberdade longe d'ella.»

A formosura, o garbo e a confiança do joven mouro, enterneceram o monarcha, que lhe respondeu commovido :— «Meu irmão, D. Pedro Affonso, é que fez a prêsa, e só elle póde deferir ao vosso pedido. Eu o mando chamar, e confiae na bondade do seu coração e na nobreza da sua alma.»

Chegou D. Pedro, e o rei lhe expoz a pretenção do arabe. Então o cavalleiro, virando-se para Cid-Achim, lhe diz :—«Não vos acceito como escravo, desejo antes possuir-vos como amigo. Prêso, como estaes, com as cadeias do amor, seria muita crueldade fazer-vos supportar da as escravidão. Levae a vossa donzella, e hide para Silves gosar o premio de um amor tão extremoso. Só vos ponho por condição que não torneis a tomar armas contra nós. De mais se tem visto a vossa espada nos combates. Recebei a

vossa desposada, tão pura como se estivesse no regaço de sua mãe, porque os guerreiros portuguezes, são christãos e cavalleiros, e nunca se esquecem do respeito que é devido ás damas, e esta foi considerada como um deposito sagrado. Levae-a, estou certo de que nunca a vossa ingratidão me fará arrepender d'este acto que a vossa confiança me fez praticar.»

O rei e quantos o cercavam, applaudiram commovidos a generosidade de D. Pedro, e seu irmão, não lhe querendo ficar inferior em galhardia, entregou á moura todas as suas riquezas.

Cid-Achim, apenas poude respondr'entre lagrimas de alegria :—«Rei de Portugal, sr. D. Pedro Affonso — Recusastes acceitar-me como captivo, mas algemastes-me com mais fortes cadeias, as de um eterno reconhecimento. Não me surprehendeu a vossa generosidade: já a esperava. O magnanimo Ebni-Errik [1] é tão famoso pela sua bravura como pela sua galhardia. Juro por Alah, que jámais tomarei armas contra os christãos portuguezes: e se algum dia fôr prejuro, que a minha memoria seja por todos eternamente maldicta. Sr. D. Pedro Affonso, eu vos saúdo, como um dos mais nobres, leaes e intrepidos cavalleiros da christandade.»

O rei o despediu com palavras mui lisongeiras, e Cid-Achim se foi para o Algarve, cumprindo religiosamente a sua promessa, pois foi em toda a sua vida amigo leal dos portuguezes.

D. Payo Guterres

(Os Cunhas)

Durante o cêrco de Lisboa, muitas partidas de mouros dos arredores tentaram por muitas vezes entrar na cidade, para soccorrerem seus correligionarios; mas foram sempre derrotadas pelos portuguezes.

[1] Filho de Henrique. Por este nome era conhecido D. Affonso Henriques, entre os mouros.—*Ebni, ben* ou *ueld*, em portuguez, quer dizer filho. (*Vestigios da lingua arabica*, for frei João de Sousa, pag. 4.)

Para impedir a entrada dos mouros pela barra do Tejo, o valoroso capitão, D. Payo Guterres, mandou fazer uma estacada de cunhas de ferro, na largura da foz, ás quaes prendeu uma cadeia. Querem alguns escriptores que d'este facto provêm o nobilissimo appellido de *Cunha*.

Dizem outros, que, posto este appellido tivesse principio em D. Payo Guterres, não foi por aquellas *cunhas;* mas sim pelas que o mesmo *D. Payo* cravou nas muralhas de Lisboa, trepando por ellas, no dia da tomada d'esta cidade. Acho mais verosimil esta versão.

Chefes dos crusados, que ajudaram á tomada de Lisboa

Tinha D. Affonso Henriques conquistado á força de armas, os fortes castellos de Mafra e Cintra, e nutria os mais ardentes desejos de se apoderar de Lisboa, para a fazer capital do seu novo reino.

De uma das janellas do castello de Cintra avistou o rei uma grande esquadra, que se dirigia em demanda do *Cabo da Roca,* então chamado *Cabo de Cascaes,* ou da *Roca* (Rocha) *de Cintra.*

Fundearam em Cascaes, e era uma armada de crusados, convocada pelo rei de França, composta de muitos principes do seu reino, do condado de Flandres, Austria, Inglaterra, Allemanha, e de varias provincias do norte, que influidos com os sermões de S. Bernardo, se dirigiam á Terra Santa.

Não se sabe o nome de todos os chefes que vinham n'esta armada, e apenas sabemos que os principaes eram—o general da frota, *Guilherme de Longa Espada,* cavalleiro francez, filho de Godofredo, conde de Anjou e de Mathilde, que fôra imperatriz da Allemanha, mulher do imperador Henrique V e filha unica de Henrique I, rei de Inglaterra, a qual (Mathilde) casára em segundas nupcias com o conde de Anjou.

Childe Rolim—D. Ligel de Flandres—Liberche e *Guilherme*, de Lecorni—*Dodechino,* abbade do mosteiro de S. Dysibodo—*o conde de Arestoth* (que se suppõe ser o general da frota, emquanto que Guilherme de Lon-

ga Espada era general da gente de desembarque.

Constava a esquadra de 200 náus, com 14:000 homens de guerra.

O abbade Dodechino, homem de grande saber e muito erudito, escreveu e publicou, um livro em latim, sobre os successos d'esta crusada. Dou a traducção de um periodo que diz respeito á esquadra que aportou á Cascaes.

«Direi alguma cousa da viagem á Terra «Santa. Este anno de 1147, na oitava da «Paschoa, que se contavam 26 de abril, se «moveu o exercito, de Colonia, e a 18 de «maio chegamos a *Derchimit*, (?) porto da «Inglaterra, onde estava o conde de Ares-«chot, [1] com 200 náus inglezas e flamengas. «Na sexta feira, antes das ladainhas, embar-«camos, navegando por espaço de oito dias, «e na vespera da Ascenção tivemos uma «tempestade que separou parte da frota. «Ainda oito dias depois, chegamos com 50 «navios a um porto de Hespanha, chama-«do *Cazzim* (?) do qual viemos outra vez «ao porto de *Vivéro*, da mesma costa. «Largamos d'aqui, e na sexta feira antes do «Pentecostes, aportamos a *Thamara*, de Gal-«liza. Na oitava de Pentecostes, tornamos a «navegar, e na segunda feira fundeamos na «barra do rio Douro, de Portugal; navegando «d'alli para o sul, dois dias depois entramos «na foz do Tejo, dando fundo em Lisboa, na «vespera dos apostolos S. Pedro e S. Paulo.» [2]

D. Affonso Henriques mandou quatro dos seus cavalleiros reconhecer a esquadra, e conferenciar com os seus chefes, e induzil-os a ajudar á conquista de Lisboa; promettendo-lhes metade da cidade e partilha nos despojos.

Depois de varias entrevistas, acceitaram os crusados á proposta; em vista do que o rei marchou logo a cercar Lisboa, por terra, com os seus 13:000 homens, e os estrangeiros, que tinham os seus navios em Cascaes, entraram a barra do Tejo, guarnecendo as suas duas margens.

Os portuguezes assentaram seus arraiaes na parte oriental da cidade, occupando os actuaes sitios do Caes dos Soldados, largo de Santa Clara, e dos mosteiros de Santa Anna, e Encarnação, até ao collegio de Santo Antão (hospital de S. José.)—D'aqui principiava o acampamento dos crusados, que fizeram *praça d'armas* no local onde depois foi o convento de S. Francisco da Cidade e a egreja dos Martyres.

N'este tempo já os arrabaldes de Lisboa eram povoados por muitas aldeias e casas de campo, ou quintas, mouriscas, que os christãos tomaram á força d'armas; e os arabes que escaparam de ser mortos ou captivos fugiram para dentro dos muros de Lisboa, com tudo quanto poderam levar, segundo o tempo que para isso lhes deram os portuguezes e os crusados.

Ultimo assalto, e tomada de Lisboa, em 1147

Cinco mezes haviam decorrido, desde que os exercitos portuguez e crusado tinham posto cêrco a Lisboa. Durante este tempo varios assaltos parciaes, e sortidas e escaramuças se effectuaram. nas quaes, mouros e christãos combateram com ardor. O rei dos portuguezes, vendo as suas tropas disimadas pelos innumeros combates, e principiando a faltar-lhes os recursos, convocou um conselho, a que assistiram os principaes chefes dos dois exercitos, e alli se decidiu um assalto geral á cidade.

Ha duvida nos escriptores sobre o dia em que este assalto teve logar. Diz-se vulgarmente (e assim está gravado na lapide do vestibulo da Sé, que fica transcripto) que a tomada de Lisboa foi em uma sexta feira, dia dos martyres S. Crispim e S. Crispiniano (25 de outubro.) Auctores porém mais veridicos sustentam que teve logar em uma segunda feira, dia da festa de Santa Ursula

[1] Nas *Antiguidades de Lisboa*, por o capitão Luiz Marinho de Azevedo, vem (no mesmo capitulo) escripto este nome, em umas partes *Arestoth* e em outras *Areschot*.

[2] Não se deve entender isto ao pé da lettra. A esquadra fundeou entre Cascaes e a Ericeira; mas como isto é nas proximidades de Lisboa, o abbade diz que fundeou n'esta cidade, quando devia dizer, na sua costa.

e as suas onze mil virgens, a 21 do mesmo mez.

A *Historia dos Godos*, diz que a cidade se ganhou no dia das Onze Mil Virgens, e os tres dias que se metteram de permeio (22, 23 e 24) *se gastaram em limpar as ruas e em lançar ao mar os corpos mortos dos mouros.*

Outros escriptores dizem que, como D. Affonso Henriques tinha promettido aos estrangeiros tres dias de saque, elles os aproveitaram não só em roubar; mas tambem em commetterem toda a sorte de horrores e atrocidades, que o rei portuguez não quiz presencear; prohibindo as suas tropas de invadirem a cidade, fazendo-as retirar logo que foi tomada, e só fez a sua entrada triumphal no dia 25.

O abbade Dodechino (capellão-mór — segundo se suppõe—da armada estrangeira) testemunha presencial do facto, marca positivamente no dia 21 a conquista de Lisboa—*Victoria tamen obtenta festo Virginum 11:000.*

O ataque principiou pelas 6 horas da manhan, e durou até ao meio dia; porque os mouros, que estavam extenuados pela fome, sede e fadigas, não esperaram o rigor do ultimo combate, entregando a cidade á clemencia do vencedor. Isto se collige da *Historia de S. Vicente*, que diz:—*Pagani vero tantam christianorum constantiam tantam que cernentes instantiam, desperant amplius posse resistire. urbem que tradunt, bellicos ultra non valentes ferre sudores. Erant enimiam pene consumpti foris gladio, intus inedia panis, et aquae.*

Os portuguezes atacaram pelo E., isto é, pelo actual bairro de Alfama, sendo a porta que existia no sitio onde hoje está o convento de S. Vicente de Fóra, a primeira entrada.

Os estrangeiros atacaram pelo N. e O. Estes tinham construido um castello de madeira, que encostaram ao muro (no local onde hoje é a egreja dos Martyres) e do qual matavam e feriam muitos mouros; e que depois, encostaram o castello á muralha mourisca, incendiando-o, o que queimou e destruiu as portas por onde entraram.

Em toda a linha tinham os sitiantes *construido certas machinas de madeira, da altura dos muros, d'onde pelejavam; picando ao mesmo tempo os muros com engenhos chamados* arietes, *muito usados n'aquelles tempos.* (Vide *Historia de S. Vicente.*)

Os mouros mais valentes, ou mais desesperados, não se quizeram render, e ainda pelas ruas se defenderam corajosamente até á morte.

Se dermos credito á *Chronica antiga*, corriam rios de sangue pelas ruas e praças da cidade.

É inverosimil o numero dos mouros que os antigos escriptores asseveram ter morrido n'este dia. Elevam alguns essa cifra a 200:000 — Roberto do Monte, acha ainda poucos e diz que foram 500:000! *(Et cum de ipsis*—falla dos estrangeiros—*tantum essent tredecim millia. hostium ducenta millia, et quingenti superantes ingressi)* etc.

O mesmo se lê no *Fortalitium Fidei.*

Duarte Nunes de Leão e frei Antonio Brandão, dizem que a guarnição mourisca foi por muitas vezes reforçada, e que aquelle numero (de 500:000) se deve entender ter sido o de mortos desde o principio até ao fim do cêrco.

Ainda assim, ninguem hoje acredita que os christãos matassem tanta gente, o que dava em resultado 100:000 mortos por mez.

O primeiro acto que praticou D. Affonso I foi mandar *expiar*, purificar e benzer a *egreja maior*, que estava servindo de mesquita aos mouros, e dirigindo-se a ella, acompanhado dos prelados, fidalgos e capitães do exercito, foram alli dar graças ao Deus dos exercitos, por tão assignalada victoria, que os tornava senhores da mais formosa, rica e importante cidade da antiga Lusitania.

—

Pêro Viegas, nobre fidalgo e valente batalhador portuguez, alcaide-mór de Palmella, e que se achou no cêrco e tomada de Lisboa, foi o seu primeiro alcaide-mór, feito pelo rei. D. Dordia, filha de Pêro Viegas, casou com D. Ligel de Flandres, um dos mais nobres fidalgos da frota estrangeira.

Os estrangeiros não quizeram acceitar metade da cidade de Lisboa, que o rei lhe

dava em cumprimento da sua promessa, contentando-se com os riquissimos despojos dos moiros.

D. Affonso I lhes deu (aos principaes) para elles povoarem e possuirem hereditariamente, Almada, Villa-Franca, Villa-Verde, Azambuja, Arruda, Lourinhan e outras povoações.

Terramotos que tem havido em Lisboa, desde que ha noticias escriptas

É provavel que muitos terramotos tenham em tempos antigos e com muita frequencia, destruido mais ou menos esta cidade; mas apenas se sabe que no anno 370 antes de Jesus Christo houve aqui um violento terramoto; e outro não menos violento em 377. Desde então, e por espaço de 1386 annos, não me consta que haja memorias escriptas, de outros terramotos, ainda que é probabilissimo que os houvesse, e tremendos.

Nos annos 1009, 1117, 1146, 1290 e 1344, houve terramotos, que quasi todos deixaram triste memoria, principalmente o ultimo, que, entre outros muitos estragos que causou, demoliu parte da Sé e dos paços contiguos.

O de 24 de agosto de 1356 durou 15 minutos. Tambem destruiu parte da Sé, derrubou muitas casas e matou alguma gente. Foi seguido de outros mais pequenos, por espaço de um anno!

Desde o 1.º até 7 de janeiro de 1531, houve varios, todos terriveis, causando immensos prejuisos. Foram seguidos de outros menores por espaço de oito dias. Cessaram por onze dias, e no dia 26, outro mais destruidor do que nenhum dos antecedentes, arrazou 1:500 casas, morrendo grande numero de pessoas esmagadas sob as ruinas.

Em 28 de janeiro de 1551, outro terramoto destruiu 200 casas.

Em 1575 houve outro, bastante violento, que felizmente causou poucas desgraças.

Em 27 de julho de 1597, outro terramoto destruiu tres ruas no monte de Santa Catharina, dividindo o monte em duas partes.

Em 22 de julho de 1598 houve outro, tão violento, que deitou por terra as pessoas que andavam pelas ruas, ou estavam em casa, de pé.

Em 27 de outubro de 1699, houve outro que durou tres dias, com alguns intervallos. Causou muitos prejuisos.

Em 12 de outubro de 1724, houve outro muito forte, mas não causou desgraças.

O sempre tristemente memoravel do 1.º de novembro de 1755, causou mais prejuisos e horrores do que todos os antecedentes. Destruiu metade da cidade e foi seguido de outros menores por espaço de oito dias. (Para evitar repetições, vide col. 1.ª da pag. 114 d'este volume.)

Em 30 d'abril de 1761—10 e 17 de janeiro de 1796—e 6 de junho de 1807, houve fortes terramotos; mas todos elles pouco mal produziram.

Em 11 de novembro de 1858 houve um violento abalo de terra, que produziu grande sensação em Lisboa, e n'outras terras, sendo Setubal a que mais soffreu.

O ultimo tremor (dos violentos) teve logar no dia 7 de outubro de 1867. Rachou o palacio da *estação principal* dos caminhos de ferro portuguezes (de Norte e Leste) e fez outras mais avarias; não havendo felizmente perdas de vidas.

Foi seguido de outros mais pequenos, nos dois dias immediatos.

Supplicio de João Baptista Pelle

Em uma quarta feira, 11 de outubro de 1775, na praia da Junqueira, morreu sob os mais barbaros tormentos o infeliz João Baptista Pelle, natural do logar d'Araze, na republica de Genova, de profissão pintor e marinheiro. Morava em Lisboa, ao Corpo Santo, no segundo andar de umas casas que fazem frente para a Ribeira Nova, e que eram de Antonio Sodré Pereira Tibau.

Foi absurdamente accusado de tentar contra a vida do marquez de Pombal, por meio de uma especie de machina infernal, que devia adaptar ao trem do marquez, no dia da inauguração da estatua equestre.

O denunciante foi um medico brasileiro chamado Luiz José de Figueiredo, que veio para o reino degredado por crimes commettidos no Brasil, e que, por meio d'esta denuncia quiz attrahir as graças do marquez do Pombal.

O desgraçado genovez foi processado e sentenceado em segredo, e sem se lhe admittir qualidade alguma de defeza, em 9 de outubro do dito anno.

Na noite que precedeu o dia 11, dois regimentos de infanteria e dois de cavallaria, os corregedores do crime da *corte e casa*, todos os ministros criminaes dos bairros, e os carrascos, tudo marchou para a praia da Junqueira, sem saberem para que. Soube-se isto na cidade, e muito povo correu para alli tambem. Todos sabiam que era para uma execução capital; mas admiravam-se de não haver cadafalso.

Pelas 8 horas da manhan, sahiu do pateo dos bichos, um carro, sobre o qual vinha o pobre italiano, algemado a um cepo, acompanhado de dois algoses e tres frades franciscanos.

O carro era seguido por quatro cavallos, dos que conduziam carne para os açougues, levados á redea pelos mesmos que com elles costumávam trabalhar, tudo entre alas de cavallaria e infanteria.

Chegados ao centro destinado para o supplicio, os algozes desceram, ajudando a descer o reu, tiraram o cepo do carro, e n'elle cortaram as mãos ao infeliz, e depois o amarraram pelas extremidades dos 4 membros ás caudas dos 4 cavallos, montados pelos taes creados, que os esporearam e chicotaram; mas, como elles eram muito fracos, cahiam (até um cahiu sobre o reu!) desconjuntado-lhe o corpo no meio de atrocissimos tormentos, sem o matarem. Este horroroso e ignobil martyrio durou 15 minutos, sem que o desgraçado morresse, apesar da grande quantidade de sangue que lhe sahia dos pulsos; até que um dos algoses, por ordem de um dos juizes (que via que os cavallos o não esquartejavam) lhe metteu um lenço na bocca, e o esganou com as proprias mãos!

Retirados os bois e cavallos, veio lenha, que reduziu corpo, carro e cepo a cinzas, que foram deitadas ao mar.

Assim acabou um innocente, á força dos mais horriveis tormentos, sem ninguem se atrever a dizer uma palavra, apesar de todo o mundo conhecer, que era materialmente impossivel ser o reu culpado em similhante crime.

Deve notar-se que em 20 de novembro de 1671, Antonio Ferreira, pelo crime de desacato, com arrombamento de sacrario, na egreja de Odivellas; e em 26 de janeiro de 1773, Alexandre Franco Vicente, por ladrão e incendiario da Sé patriarchal, só foram garrotados, e depois tiveram as mãos cortadas. De maneira que, só a *tentativa* do assassinato do marquez de Pombal (mesmo que fosse verdadeira, que o não foi, nem para ella se acharam os mais insignificantes preparativos) foi castigada muito mais cruelmente, do que *factos consummados* contra a divina magestade.

Carvalho bem sabia que o homem estava innocente; mas deu este horrivel espectaculo para atterrar os que porventura para o futuro quizessem tentar contra os seus dias.

Lapide hebraica

Em uma escavação que se fez no logar occupado pela antiga Misericordia de Lisboa (actual Conceição Velha) depois destruida pelo terramoto de 1755 — quando se andava a reconstruir a cidade, foi achada uma lapide de marmore rosado, sacharoide, com uma inscripção hebraica, contendo louvores a Deus e maximas moraes. Foi feita na era 5000 da creação do mundo (996 de Jesus Christo) o que constava da sua data.

O grande D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas, a comprou, mandando-a para o seu museu de Beja, e depois para o de Evora, onde existe. [1]

[1] Esta lapide e a sua inscripção, é mais uma prova (alem de muitas) de como a actual egreja da *Conceição Velha*, foi originariamente casa de *esnoga* (synagoga) de judeus.

Terramotos de 7 e 26 de janeiro de 1531

O 1.º foi geral em todo o reino, fugindo muita gente de suas casas, preferindo viver em choupanas, ou ao ceu aberto. Onde porém ez mais destroços foi em Lisboa e seus contornos, subvertendo, d'estes povoações inteiras, e n'aquella causou grandes estragos e morreu muita gente.

—

No dia 26 do mesmo mez houve em Lisboa outro terramoto que se fez sentir a mais de 60 leguas de distancia. Na cidade subverteu mil e quinhentas casas, morrendo grande numero de pessoas debaixo de suas ruinas. Cahiram muitos templos e submergiram-se grande numero de navios: muitas povoações do termo foram destruidas. A côrte e a maior parte dos habitantes de Lisboa abandonaram a cidade.

Tempestade

No dia 23 de fevereiro de 1370, no reinado de D. Fernando, houve em Lisboa uma tormenta horrivel de chuva e vento, que durou desde a meia noite até ao meio dia.

Fez voaz muitos telhados e outros objectos de grande péso; quebrou o fecho da tranca fortissima das portas principaes da Sé, e as levou até ao meio da egreja.

No termo arrancou a maior parte das arvores.

Grande quantidade de navios se despedaçaram uns de encontro aos outros.

Chegada do archiduque Carlos d'Austria a Lisboa

No dia 9 de março (um domingo) de 1704, fez a sua entrada solemne, e foi recebido em Lisboa, com a maior ostentação, o archiduque Carlos, que depois foi imperador da Allemanha. Vinha para passar a Castella, sob o titulo de Carlos III, para tomar posse da corôa que disputava á Filippe V.

(Tinha fundeado na Junqueira no dia 7.)

A sua casa, em que entravam muitos principes e grandes senhores, constava de mais de duas mil pessoas, e as suas tropas (inglezas e hollandezas) excediam o numero de doze mil homens, D. Pedro II e a familia real o foram comprimentar á esquadra, de que era almirante o general Rhó, a bordo da nau *Real Catharina*, comboyada por 20 vasos de guerra e trezentos e tantos de transporte.

O general de terra, das tropas inglezas era o marechal de Chomberg, e das hollandezas o mestre de campo, general Fagel.

O forte des paços da Ribeira estava adornado de dois ricos pavilhões, um encostado a elle, e outro sobre o rio.

Construira-se uma esplendida ponte para o desembarque, decorada com inumeras bandeiras, pavilhões e galhardetes, excellentes pinturas e primorosas estatuas allericas, com inscripções apropriadas.

Pelas cinco horas da tarde d'este dia, sahiu do palacio o rei de Portugal com toda a nobreza, vestidas de gala, e na mesma ponte se embarcou, chegando á capitania, onde o *rei de Castella* (titulo que então se lhe dava) o esperava no tôpo da escada, levando-o á camara, e depois do breve espaço que duraram os comprimentos, voltaram, a embarcar se no bergantim real, e desembarcaram na referida ponte.

D'alli passaram á capella real onde teve logar um magnifico *Te Deum*.

D'aqui conduziu D. Pedro II o archiduque Carlos para o quarto que se lhe havia preparado no paço da côrte Real (dividido dos paços da Ribeira por um passadiço) e a mais comitiva se repartiu por outros, armados de riquissimas camas e preciosas tapeçarias.

Ceiaram essa noite em publico, como era uso n'aquelles tempos, em occasiões solemnes, dando o rei portuguez sempre o primeiro logar ao futuro monarcha castelhano, tomando D. Pedro o segundo, e em seguida o principe D. João (depois V) logo os infantes D. Francisco e D. Antonio. Assistiram os grandes da Allemanha e Portugal, aquelles descobertos e estes cobertos, segundo o uso das suas respectivas nações.

Passaram-se alguns dias em visitas de cumprimemto, de um para outro palacio.

D. Pedro II deu ao archiduque doze excellentes cavallos, com arreios de prata, e mantas de veludo carmezim, bordadas a oiro; o principe e infantes, cada um, um prato de oiro de egual valor—no primeiro hia um espadim de diamantes de grande preço—no segundo, um riquissimo bastão—no terceiro, um par de pistolas, marchetadas de oiro e cravejados de brilhadtes—e no quarto, um broche tambem de diamantes, e varios adereces de ambar.

Notemos que todas as potencias da Europa tinham reconhecido Philippe V como legitimo rei de Hespanha, e o desampararam para entrarem na grande alliança com o imperio da Austria, reconhecendo então o archiduque como rei de Hespanha, sob o nome de Carlos III.

O exercito portuguez, unido ao de Carlos d'Austria, invadiu Castella.

Em 1705 os alliados ganharam a praça de Gibraltar. O exercito portuguez toma por assalto a praça de Vallença de Alcantara, e marcha sobre a de Albuquerque, que se entregou por capitulação.

Salvaterra rendeu-se á discripção, e Sarça foi abandonada.

Os portuguezes sitiam Badajoz, mas são repellidos.

Ao mesmo tempo, Carlos toma Barcelona, e toda a Catalunha, e Valencia se declaram a seu favor.

Philippe V põe sitio a Barcelona, mandando o marechal de Berwick, com um exercito oppor-se ao portuguez do marquez das Minas, que, com quarenta mil homens avançava sobre Madrid. Berwich foi derrotado em Broças, que foi occupada pelos portuguezes, os quaes, além de outras perdas n'esta acção, tiveram morto o valoroso general conde de S. Vicente.

A praça de Alcantara, guarnecida por cinco mil castelhanos, rende-se aos portuguezes, e Moraleja e Coria tiveram egual sorte.

O marquez das Minas marcha para Palencia, a esperar noticias das operações da Catalunha; mas, para não ter o exercito ocioso, ataca Ciudad-Rodrigo.

Alli se soube que Philippe V fôra obrigado a levantar o sitio de Barcelona, e o exercito portuguez avança sobre Madrid, sem achar resistencia na sua marcha, e entra na capital castelhana (que os bourbonistas haviam abandonado) em 2 de julho de 1706; mas, entendendo os nossos generaes, que, sem grande perigo, era impossivel a sua permanencia n'aquella cidade, a abandonaram, marchando sobre Valencia, para se unirem ao archiduque.

Foi então que a 6 de dezembro d'esse anno, morreu D. Pedro II, succedendo-lhe seu filho D. João V.

A guerra continúa entre Portugal e Castella: o inimigo nos toma Serpa.

Berwick ataca o marquez das Minas em Almanza (Castella-Nova) aos 25 de abril de 1707, e o desbarata, perdendo-se do nosso exercito doze regimentos.

Os portuguezes retiram pela Extremadura sobre Badajoz, onde Berwick novamente os bate; porém os nossos não desanimam, e, reunindo novas forças, se juntam aos alliados, e ganham sobre o general Bay a grande victoria de Saragoça, e entram pela segunda vez em Madrid (1710.)

A causa de Philippe V julgase perdida, mas recebendo novos reforços da França, o duque

de Vendome ganha á grande victoria de Villa-Viçosa, que muda á face á causa da dynastia dos Bourbons.

Os castelhanos atacam Campo Maior por varias vezes, mas foram corajosamente repellidos pelo povo e pela guarnição da praça, sendo obrigados a retirar depois de 30 dias de cêrco.

A guerra continua até 1713, pendendo a victoria já a favor dos castelhanos, já dos alliados; porém, morrendo o imperador de Austria, o archiduque sóbe ao throno imperial, e abondona a sua causa em Hespanha, d'onde sahe a 11 de abril d'esse anno.

Com varia fortuna continua a guerra entre portuguezes e castelhanos, até 13 de fevereiro de 1715, em que a paz de Utrecht lhe poz fim, obrigando-se a Hespanha a entregar a Portugal o castello de Nonda, a ilha de Verdejo e a colonia do Sacramento. Portugal entregaria a Hespanha as praças de Albuquerque e Puebla, que estavam em nosso poder, e nos seriam pagos seiscentos mil cruzados (240 contos) pelo assento dos negros.

Assim terminou esta guerra inutil e impolitica, que no espaço de onze annos, tantas vidas e milhões custou a Portugal.

Phenomeno meteorologico

No dia 24 de março de 1582, pelas oito horas da noite, appareceu no ceu um immenso clarão avermelhado: principiou perpendicularmente sobre o valle de Xabregas e foi correndo para o O. e NO. Durou muitas horas, horrorisando o povo.

Na noite seguinte, ás mesmas horas, se repetiu egual phenomeno, mas com menos intensidade.

Tres cavalleiros polacos

A fama da felicidade, virtudes e gloriosas victorias do nosso rei D. Manuel enchia toda a Europa. Foi por isso que tres senhores polacos vieram de proposito á Portugal, para serem pelo rei armados cavalleiros. D. Manuel accedeu gostoso ao desejo d'estes nobres estrangeiros e a ceremonia teve logar na egreja de S. Julião, no dia 8 de abril de 1516, assistindo toda a nobreza que se achava na côrte; calçou-lhes as esporas de ouro, D. Nuno Manuel, guarda-mór d'el-rei e almotacé-mór. O rei, além d'esta honra concedeu aos novos cavalleiros grandiosas mercês, com que elles voltaram á sua patria, confessando que era ainda muito maior a grandeza do nosso rei, do que a fama publicava.

Casamento da infanta D. Catharina, com Carlos II, de Inglaterra

Chegando á Lisboa á noticia de se ter ajustado este casamento, foi recebida com demonstrações de alegria, havendo magestosas festas de egreja, fogos de artificio, illuminações, jogos de cannas, cavalhadas, etc.

Houve varias corridas de touros, nas quaes se distinguiram, pela riqueza do trajo, bravura e destreza, os condes de Sarzedas e da Torre, e D. João de Castro. Pouco depois chegou a armada britanica, que havia de conduzir a sua nova rainha. Eram 14 naus de guerra, e seu general, Duarte Montegui, conde de Sandwich, com o titulo de embaixador extraordinario, vindo na esquadra muitos cavalleiros e damas, das casas mais illustres da Inglaterra, para o serviço da rainha.

No dia 23 de abril de 1662 sahiu D. Catharina, logo de manhan, da ante-camara da rainha regente (D. Leonor de Gusmão, sua mãe) á sua direita, e dois passos adiante D. Affonso VI, o infante D. Pedro e os officiaes da casa, titulos e nobreza.

Desceram á *sala dos tudescos* (nos paços da Ribeira) e chegando ao topo da escada que hia dar á capella, se deteve a rainha mãe no logar destinado para as ultimas des-

pedidas e ahi abraçou estreitamente a filha e lhe lançou a benção. Desceu a rainha de Inglaterra a escada entre o rei e o infante, e entraram em uma sumptuosissima carroça, ficando a rainha á direita e o rei á esquerda, no assento de traz, e o infante na cadeira da frente. Tomaram a direcção da Sé cathedral, acompanhados de toda a nobreza de Portugal, e dos fidalgos inglezes.

As ruas estavam adornadas com grande pompa e magestade e com muitos arcos de triumpho: o som das trombetas, charamellas e outros instrumentos; o repique dos sinos; o estrondo marcial das salvas de artilheria, e os repetidos vivas do povo, formavam uma representação por extremo festiva e aprasivel.

Os reis ouviram missa de dentro da cortina, voltaram d'alli para o rio, onde os esperava o bergantim real, e outros muitos bergantins, ricamente adornados, em que se embarcaram o rei, a rainha, o infante, os ministros da côrte, e innumeraveis fidalgos portuguezes e estrangeiros, dirigindo-se para a nau capitania, de Inglaterra, onde os portuguezes se despediram de D. Catharina, com signaes de profunda saudade, e a esquadra navegou para a Gran-Bretanha, continuando as musicas, salvas e repiques de sinos até a rainha sahir a foz do Tejo.

Conjuração contra D. João I

No dia 8 de janeiro de 1385 se descobriu uma grande conjuração, urdida por grandes personagens, contra o *Mestre*. Eram chefes, o conde D. Gonçalo Telles de Menezes, irmão da rainha D. Leonor; D. Martinho Telles de Menezes, filho do mesmo conde; D. Pedro, conde de Trastamára; D. Pedro de Castro; João Affonso de Baéça; Ayres Gonçalves, e D. Garcia Gonçalves Valdez.

Descoberta a conspiração, foram presos alguns dos fidalgos implicados, e outros fugiram. Parece que o mais culpado era D. Garcia Gonçalves Valdez, pois só este soffreu o ultimo supplicio, sendo queimado vivo no Rocio.

D. João I, acclamado rei de Portugal, pelas côrtes de Coimbra e pelo povo portuguez, perdoou a todas as pessoas comprehendidas n'este crime, mandando soltar os presos e regressar a suas casas os fugitivos, proferindo n'essa occasião aquellas bellas palavras, que a historia conservará eternamente: — NÃO DEVE O REI DE PORTUGAL VINGAR AS OFFENSAS DO MESTRE DE AVIZ.

Sôlho gigantesco

No dia 5 de fevereiro de 1320, apresentaram os pescadores do Tejo ao rei D. Diniz, um sôlho de espantosa grandeza, que tinham pescado junto a Mugem. Tinha 17 palmos de comprido e 7 de grosso: por todo o espinhaço, desde a cabeça até á extremidade da cauda, tinha trinta escamas, como grandes conchas. Pesava 17 arrobas e meia. O rei o mandou retratar no tamanho natural e guardar o quadro, por memoria, na Torre do Tombo, onde existiu até ao terramoto de 1755, que o destruiu.

No tempo de D. João III, appareceu tambem, e perto do logar onde tinha sido pescado o antecedente, outro peixe da mesma especie, ainda mais volumoso, pois pesava 19 arrobas.

Grande incendio

No dia 18 de fevereiro de 1575, pela uma hora da tarde, principiou um incendio na *rua do Principe*, ardendo todo o lado d'ella que fazia frente para o Terreiro do Paço. Foi importantissima a perda de edificios e fazendas, não morrendo, porém, pessoa alguma.

Já se sabe que esta *rua do Principe*, desappareceu com o terramoto de 1755, e a que hoje tem este nome é em diversa localidade.

Outro incendio

No dia 29 de março de 1651, pelas oito horas da manhan, se ateou o fogo na egreja do Loreto, uma das mais formosas, ricas e perfeitas de Lisboa. Nada escapou ao voraz elemento e dentro em pouco arderam tecto,

paredes, altares, retabulos, imagens, portas, grades de ferro etc.; estalando e sahindo do seu logar as campas dos defunctos. Com grande difficuldade e perigo se pôde salvar o cofre do Santissimo Sacramento. Ardeu tambem a sachristia, e d'ella riquissimos ornamentos e cofres com dinheiro. Do mesmo modo arderam os depositos das decimas d'aquella freguezia onde estavam muitos despojos dos pobres. Avaliou-se a perda em mais de 600:000 cruzados (240:000$000 réis).

Um monstro

No dia 10 de abril de 1628 pelas, tres horas da manhan, nasceu em Lisboa, em umas casas situadas junto á *porta do Ouro* (pouco mais ou menos onde hoje principia a actual rua do Ouro, do lado do Terreiro do Paço) de paes sãos e robustos, um menino com a cabeça em fórma de concha, á feição de capacete; a bocca muito grande; o corpo todo coberto de conchas duras, da grossura de uma *pataca*, no peito uma grande cruz vermelha, muito bem feita; nas pernas umas tiras longitudinaes da mesma côr, desde os joelhos até aos pés; as palmas das mãos e os dedos tambem eram vermelhos; nos braços tinha uns riscos da mesma côr, em fórma de escamas; a carne do corpo era côr de tijolo mal cosido; os olhos muito encarnados por fóra e muito claros por dentro. Durou quatro dias, mas chorava como se fosse de maior idade; foi baptisado e enterrou-se na capella de S. Sebastião (Nossa Senhora da Saude) á Mouraria.

O padre João Eusebio Nuremberg, que trata d'este monstro no seu livro de *Philosophia Curiosa*, affirma que no mesmo anno nascêra tambem em Lisboa um menino com uma espada impressa na mão direita, e no pé direito um S. Tinha um só olho na testa. (Pertencia á especie que os naturalistas chamam *poliphemus*.)

A invencivel armada

No dia 30 de maio de 1588, sahiu da barra de Lisboa, a poderosissima armada que Philippe II mandava contra a Inglaterra, a maior que até então tinha sulcado as aguas dos Oceanos. Constava de 135 galeões de grande força, sendo alguns de estupenda grandeza, e 40 navios de varios tamanhos. Embarcaram 30:000 homens de mar e guerra, em cujo numero entravam mais de 200 aventureiros das principaes familias de Portugal e Hespanha. Era general d'este exercito, D. Affonso Peres de Gusmão, duque de Medina Sidonia.

Um horroroso temporal destruiu esta armada, e as esperanças de Philippe II, no canal da Mancha. (Vide *Annunciada*, n'este volume).

Casa de tavolagem incendiada

No dia 1 de junho de 1490, sabendo D. João II que na *praça da Palha* vivia um cavalheiro, que dava casa de jogo «a qual era escandalosa pelas juras e blasphemias que n'ella diziam os jogadores» mandou com pregão de justiça pôr-lhe o fogo, não ficando d'ella outro signal mais do que umas poucas de cinzas.

Diz o padre Frei Francisco de Santa Maria, a pag. 154 do vol. 2.º do seu *Anno Historico*, «abrazem-se as casas de jogo, já que o jogo tem abrazado muitas casas.»

Outro incendio

Na noite do dia 9 de junho de 1707, um foguete cahido pelo tecto da egreja de S. Francisco da Cidade (que estava descoberta para se concertar) a incendiou, reduzindo-a a cinzas. Em poucos dias, porém, os religiosos e os irmãos da terceira Ordem de S. Francisco juntaram trinta mil cruzados (12:000$000 réis) com os quaes e outras muitas esmolas se principiou a reedificação do templo, que ficou mais vasto e sumptuoso do que o antecedente.

Esquadrilha portugueza a favor do papa Clemente XI

Os turcos sitiavam Corfú, e o papa pediu auxilio a D. João V, de Portugal.

No dia 25 de julho de 1716, sahiu do por-

to de Lisboa uma esquadrilha portugueza, composta de 9 vasos; 6 de guerra, de 50 a 80 peças cada um, 1 de fogo, outro para servir de hospital, e uma *tartana* armada em guerra, para as expedições que se offerecessem. Hiam a bordo 2:751 praças. Era commandante general d'esta esquadrilha, o almirante da armada real, conde do Rio, e por almirante hia o conde de S. Vicente; era fiscal, o coronel, Pedro de Sousa Castello Branco. Embarcaram-se n'estes navios muitos titulares, cavalleiros e officiaes reformados.

Com a chegada d'esta esquadra e das outras auxiliares, que se encorporaram na esquadra veneziana, levantaram os turcos o sitio da praça de Corfú, no qual tinham perdido mais de 25:000 homens, fugindo a 24 de agosto com a sua esquadra, sem que os navios christãos a podessem alcançar, por maiores diligencias que fizeram.

Noticia do descobrimento da India

O dia 10 de julho de 1499 foi de grande regosijo para a cidade de Lisboa, pela entrada da nau de Nicolau Coelho, um dos tres capitães que, com Vasco da Gama, foram á descoberta da navegação da India, pelo Oceano. A esquadra tinha partido de Lisboa a 8 de julho de 1497.

Nicolau Coélho foi recebido pelo rei com as maiores mostras de distincção, e lhe narrou os factos acontecidos n'aquella gloriosa viagem. Disse a D. Manuel que Vasco da Gama ficára na ilha Terceira, em razão de seu irmão, Paulo da Gama, que vindo mortalmente enfermo, alli falleceu, ficando lá sepultado.

No dia 29 do mesmo mez e anno, entrou em Lisboa o grande Vasco da Gama, com 55 homens dos 170 que levára. A vasta enseada do Tejo se encheu de embarcações com muita gente que foi ver e applaudir os que por muitas vezes tinha chorado como fallecidos.

Mandou logo el-rei visitar o Gama e determinou que se conservasse em frente de Belem, em quanto se lhe preparava um publico triumpho. Mandou tambem cantar na capella real um solemne *Te Deum* em acção de graças por trazer a salvamento o explorador venturoso.

No dia determinado foi buscar o Gama a maior parte da nobreza da côrte, montada em soberbos cavallos e a guarnição da capital. O povo, com musicas, danças, e acclamações, foi esperar o Gama e lhe fez prestito até ao paço real; os fortes da cidade todo o dia deram salvas de artilheria, e as tropas, de mosqueteria.

El-rei recebeu o inclito navegante, sentado no seu magestoso throno. Gama lhe entregou as cartas do Samorim e do rei de Melinde e as preciosas primicias que trazia do feliz descobrimento da India.

D. Manuel lhe louvou o valor e agradeceu o serviço, o maior que um vassallo jámais havia feito ao seu rei em tão breve espaço e com tão pouco custo; e o premiou com honras e dignidades.

Mandou o rei que em todo o reino se dessem a Deus publicas graças por tão fausto acontecimento, e houvessem festas e todas as demonstrações de geral regosijo.

Para memoria perpétua de tão maravilhosa empreza, mandou erigir na praia do Rastéllo (onde Gama havia embarcado para a expedição) o real templo e mosteiro de Belem, uma das maravilhas architectonicas de Portugal.

O duque de Cambridge

No dia 18 de julho de 1381, entrou pela barra de Lisboa uma poderosa armada ingleza, em que vinha Aymon, duque de Cambridge, (casado com a infanta D. Isabel, filha de D. Pedro, o *Cruel*, rei de Castella, morto pouco antes ás mãos de seu irmão, D. Henrique). Com o mesmo duque, vinha a infanta sua mulher, seu filho Henrique, e muitas senhoras e senhores das primeiras familias de Inglaterra.

Pretendia o duque a successão do throno de Castella, pelo direito que a elle tinha sua mulher.

Tambem projectava casar seu filho (então de seis annos) com a infanta D. Beatriz, filha do nosso D. Fernando e de D. Leonor

Telles de Menezes; e ligados os dois principes, declararem guerra a D. Henrique II, de Castella.

D. Fernando recebeu os seus hospedes com grandes demonstrações de amisade e muita magnificencia, hindo esperal-os ao caes, d'onde vieram todos a pé, até á egreja cathedral, trazendo o rei pelo braço a infanta D. Isabel. Alli chegados, depois de fazerem oração, marcharam a cavallo para a egreja de S. Domingos, onde houve um solemne *Te Deum*.

A guerra se renova com Castella, e é então que pela primeira vez, entra em campanha, o grande D. Nuno Alvares Pereira, que, apesar de adolescente, já mostra o que havia de ser o futuro condestavel.

A guerra não apresentava vantagens decisivas para nenhum dos lados. D. Fernando estava em Elvas e D. João I, de Castella, filho de D. Henrique (que tinha já fallecido) em Badajoz, preparando-se para darem uma grande batalha (já em 1382), mas vieram a concerto, assignando se a paz, sob a condição da infanta D. Beatriz de Portugal, casar com o rei castelhano.

O duque de Cambridge se foi para Inglaterra com os seus, justamente desgostoso do procedimento de D. Fernando.

D. Beatriz casa com D. João em 14 de maio de 1383, e assim terminou esta guerra e a ambição (aliás justificada) do principe britanico.

Fundação do seminario patriarchal de Lisboa

A requerimento de D. João V, concedeu Benedicto XIV, no dia 21 de julho de 1741, por bulla que principia, *Divini Praeceptoris*, etc., a fundação do seminario patriarchal, no palacio e suas pertenças, dos antigos arcebispos de Lisboa, que existia no sitio hoje chamado *Pateo da Sé*, em frente do Aljube, e cujo seminario foi destruido pelo terramoto de 1755.

O rei assignou para a dotação d'este estabelecimento muitas e boas rendas, e as das egrejas de Santa Maria de Bade (hoje Badim, no concelho e comarca de Monsão, districto de Vianna, arcebispado de Braga); S. Payo da Bemposta, no bispado de Coimbra; S. Miguel de Rebordosa, e S. Pedro de Abragão, ambas no bispado do Porto, e todas quatro do real padroado.

Este collegio era destinado para educação e sustento de um grande numero de seminaristas, e para aqui aprenderem latim, ritos, ceremonias ecclesiasticas, cantochão e outras artes e sciencias, para depois servirem a egreja lisbonense, ficando debaixo da protecção e obediencia do cardeal patriarcha, que era o seu primeiro administrador e lhe redigiu os estatutos.

Este seminario, porém, existiu muito poucos annos n'este logar, porque, o terramoto de 1755 o destruiu, deixando d'elle apenas os poucos vestigios que ainda existem.

Procissões de triumpho

No dia 26 de julho de 1505 (em uma quinta feira) se fez em Lisboa uma solemnissima procissão, como se costuma fazer no dia de Corpo de Deus. Sahiu da Sé e se recolheu á egreja de S. Domingos. El-rei D. Manuel levava á sua direita e debaixo do pallio o famoso Duarte Pacheco Pereira. Foi orador D. Diogo Ortiz, bispo de Viseu, um dos melhores prégadores do seu tempo. O sermão foi um continuo e eloquentissimo elogio ás estupendas victorias de Duarte Pacheco.

D. Manuel, poucos annos depois, esquecido dos grandes serviços prestados a Portugal por este intrepido e experimentado capitão, lhe pagou com o esquecimento (como praticou com outros muitos servidores bravos e leaes) e com a mais negra ingratidão. Duarte Pacheco cahiu em tanta desgraça e miseria que veio a morrer no hospital da Misericordia de Lisboa, abandonado de todos.

No dia 25 de julho de 1572, se fez em Lisboa uma outra procissão, que, sahido da Sé, se recolheu tambem á egreja de S. Domingos.

El-rei D. Sebastião levava n'ella e á sua direita, debaixo do pallio, o grande D Luiz de Athaide, vice-rei, que acabava de ser do estado da India. Esta honrosissima distinc-

ção lhe foi concedida pelo rei, em recompensa das insignes proezas e victorias maravilhosas que o bravo guerreiro obtivera no Oriente. Prégou o célebre padre-mestre, Ignacio Martins, da companhia de Jesus, com a elegancia que lhe era propria. Foi este um dia de regosijo em Lisboa.

Entrada solemne em Lisboa da rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya, filha de Carlos Amadeu de Saboya, duque de Nemours.

(E consequencias d'este casamento)

O dia 29 de agosto de 1666 foi de grande regosijo para a côrte e povo de Lisboa. Tinha desembarcado a rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya, e se achava na quinta de Alcantara. N'este dia sahiu do paço da mesma quinta, pelo meio dia, acompanhada de seu marido, D. Affonso VI, e de seu cunhado o infante D. Pedro (depois II).

Davam principio ao acompanhamento os dois pracuradores do senado, seguidos dos ministros em que este tinha jurisdição, todos ricamente vestidos, levando os seus lacaios com vistosas librés, e os cavallos com ricos arreios e jaezes: seguiam-se seis porteiros d'el-rei com as maças aos hombros e logo os reis d'armas, arautos e passavantes, com cotas d'armas e cadeias de ouro: depois, os corregedores do crime da côrte, com as garnachas forradas de tella branca e seguidos dos mais ministros da justiça, todos luzidamente vestidos: continuavam as carroças e liteiras douradas e guarnecidas de riquissimos adornos, a que correspondiam as librés dos respectivos lacaios. Os titulares e toda a outra nobreza, vestindo gala e montados em briosos cavallos, ricamente ajaezados, ou em trens esplendidos, acompanhavam o prestito.

Não havia precedencia nos coches, até ao do estribeiro-mór, a que seguiam os *coches de respeito*, do infante, da rainha e do rei. A carroça em que hiam os desposados era a ultima: hia o rei sentado á direita da rainha e o infante no assento de diante, e no stribo da direita, a marqueza camareira-mór. O coche real não levava tejadilho, mas era abrigado do sol por uma especie de umbella de damasco carmezim guarnecido de ouro, que n'um varão dourado levava o moço da camara. Por esta circumstancia era a rainha vista de todas as janellas por onde passou o acompanhamento, e todos admiraram a sua rara formosura.

Atraz da real carroça hiam os capitães, tenentes e soldados da guarda, e era ladeada de moços da estribeira: seguiam-se as carroças das damas, meninas, e donas de honor.

As ruas estavam ricamente adornadas, e de espaço a espaço se encontravam vistosas danças.

A distancias proporcionadas se viam 16 arcos cobertos de ouro, prata e pedras preciosas e com figuras, emblemas e inscripções. A pouca distancia do primeiro arco, fez o senado da camara a costumada ceremonia de entregar as chaves da cidade a el-rei que as deu á rainha. Logo adiante estava o marquez de Marialva, governador das armas de Lisboa e provincia da Extremadura, o conde da Torre, mestre de campo general, e todos os mais officiaes de ordens, de grande uniforme: toda a cavallaria e infanteria estava em alas pelas ruas do transito.

Os reis entraram na Sé, que estava ricamente adornada, e alli ouviram um *Te Deum*, dirigindo-se depois aos paços reaes da Ribeira, terminando por este dia as festas publicas, mas continuando em muitos dos seguintes.

Houve cannas, em que foram padrinhos o conde de Miranda e o visconde de Villa Nova da Cerveira, ambos conselheiros d'estado. Foram oito os quadrilheiros — eram os marquezes de Gouveia e Marialva, e os condes de Castello Melhor, Aveiras, Torre, Sabugal, Villa Flor e S. João.

Cada um dos oito nomeou cinco fidalgos, seus parentes e do seu appellido, com o que constavam as quadrilhas de quarenta e oito.

Fizeram varias escaramuças e logo correram as cannas com toda a gentileza e primor que em similhante exercicio ensinava a arte da cavalleria.

Houve tres dias toiros reaes, em que sahiram—no primeiro, o conde da Torre, com doze lacaios, vestidos de veludo azul, com alamares de oiro batido — no segundo, D. João de Castro, com 160, vestidos de differentes sedas, com passamanes de oiro e prata e com trajes de diversas nações—no terceiro o conde de S. João, e seu irmão D. Francisco de Tavora, com 300, vestidos de diversas tellas, e chamalótes de prata, com guarnições de ouro. Fizeram todos bizarras sortes que foram geralmente applaudidas.

Em muitas noites houve lindos fogos de artificio em differentes partes e illuminação geral.

Todas estas alegrias em breve se converteram em tristezas, porque, a 2 de novembro de 1697 a rainha, vexada pelo rei, e maltratada pelos ministros, se retira ao convento da Esperança e principia a tratar da nullidade do seu casamento,

Os partidarios da rainha e do infante D. Pedro se revoltam a 23 de novembro, obrigando o rei a abdicar em seu irmão, que no mesmo dia tomou conta do governo do reino, que exerceu por 16 annos.

Em 27 de janeiro de 1668 as côrtes juram principe herdeiro ao infante D. Pedro, que, logo a 13 de fevereiro faz um tratado de paz com a Hespanha, com o maior contentamento da nação em geral, que estava extenuada com uma guerra de 27 annos. Este tratado foi approvado e reconhecido pelas côrtes.

Depois de um processo summamente escandaloso, a rainha obteve sentença de nullidade do matrimonio, e a 2 de abril do mesmo anno de 1668, casa com seu cunhado.

D. Affonso VI é mandado, debaixo de prisão para o Castello de S. João Baptista da cidade de Angra, na ilha Terceira; e o regente mostra-se digno do alto logar que occupa, reformando abusos, e lançando os fundamentos de um governo sabio e florescente.

Descobre-se em Obidos uma conspiração contra o regente, sendo enforcados dois dos principaes conjurados. (Esta conspiração era ainda promovida por Philippe IV de Castella.)

O infeliz D. Affonso VI, depois de 6 annos de prisão na ilha Terceira, é removido em 1675, para o palacio real de Cintra, onde esteve preso até á sua morte, acontecida a 12 de setembro de 1679, na florescente edade de quarenta annos, tendo o desgosto de ver por 16 annos a sua corôa e esposa em poder de seu irmão.

Eis as tristes consequencias das alegres e sumptuosas festividades do casamento d'esta rainha com o desventurado D. Affonso VI.

Desembarque da rainha D. Maria Sophia Isabel de Nenbourg, filha de Wilhelmo, conde palatino do Rheno.

No dia 12 de agosto de 1687, pouco depois do meio dia, fundeou em frente de de Lisboa a esquadra que conduzia esta princeza, que havia partido de Heidelberg no grincipio do mez.

Houve esta demora, porque D. Maria Sophia fez a viagem pelo Rheno, em cuja dilatada carreira foi recebida e cumprimentada com as maiores demonstrações de applauso e veneração pelos governadores e magistrados das cidades e fortalezas, situadas em grande numero nas duas margens d'aquelle famosissimo rio; prestando-lhe as mesmas homenagens os principes e governos dominantes das terras circumvisinhas, quaes foram, os arcebispos-eleitores de Moguncia, de Treveris, de Colonia, e o bispo de Vormes, principe do imperio; o rei Carlos II de Hespanha, o principe Guilherme de Orange (depois rei de Inglaterra) e os estados geraes das Provincias Unidas, assim como a Hollanda por seus deputados.

Em Brilla se embarcou a nova rainha na armada ingleza destinada a transportal-a a Portugal, pela generosa obsequiosidade de Jacob II, rei da Gran-Bretanha.

Era general d'esta florida esquadrilha, o duque de Crafton, filho do rei Carlos II, com quem vinha o principe Fitz James, filho do rei Jacob, e grande numero de lords.

Arribou a armada a Plymouth (Inglaterra), d'alli, com a felicissima viagem de oito dias, chegou a Lisboa.

Em breve o Tejo se cobriu de uma innumeravel multidão de embarcações de todos os lotes e feitios, carregadas de povo, com bandas de musica, que por todos os modos patenteavam o prazer com que recebiam a sua nova soberana.

Os navios de guerra, fundeados no Tejo, estavam adornados de bandeiras e flamulas, e os castellos e fortalezas atroavam os ares com as suas salvas.

Os sinos de todas as egrejas repicavam constantemente, e de toda a parte se ouviam estalar no ar grande copia de foguetes.

Pelas tres horas da tarde se embarcou el-rei (D. Pedro II) em um bergantim real, mui sumptuoso, acompanhado dos officiaes da sua casa, presidentes dos tribunaes, e mais pessoas que costumam fazer sequito ao monarcha, em semilhantes funcções.

O bergantim real era precedido por 24 bergantins, custosamente pintados e adornados de toldos de ricas telas de differentes côres, com grande numero de remadores, brilhantemente vestidos; n'estes bergantins hiam os principaes fidalgos da côrte.

Chegou o rei á capitania, e ao sahir do bergantim era esperado pelo general Crafton e por D. Luiz de Menezes, conde da Ericeira.

Entrou na camara onde estava a rainha, e se avistaram os dois consortes, com grande satisfação de ambos, que voltaram logo com o mesmo apparato, entre salvas repetidas das armadas portugueza e britanica.

Desembarcaram em um suptuoso pavilhão, que se tinha levantado na ponte da casa da India, e desde alli até á capella real, tudo se via adornado e guarnecido de excellentes pinturas e riquissimas armações.

Na capella real dos paços da Ribeira receberam as bençãos nupciaes, dadas por D. Luiz de Sousa, capellão-mór do rei, e arcebispo de Lisboa; d'aqui se recolheram com a mesma pompa ao palacio.

Termina a era de Cesar, e principia a contar-se pelo anno do nascimento de Jesus Christo

No dia 22 de agosto de 1422, que correspondia á era de Cesar 1460, se publicou em Lisboa um decreto de D. João I, ordenando que em Portugal e todos os seus dominios, d'alli em diante se não contasse pela era de Cesar, mas sim pelo anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo.

Este modo de contar já se tinha introduzido em Hespanha, sendo seu iniciador o famoso portuguez D. João Tenorio.

Outro terramoto

Em uma quarta-feira, 24 de agosto de 1356, tremeu a terra em grande parte de Portugal, por espaço de 15 minutos.

Cahiram muitos edificios, e rachou de alto a baixo a capellá-mór da Sé de Lisboa.

Depois d'este tremor de terra, seguiram-se outros muitos, por espaço de um anno, mas que pouco mal produziam, por serem muito mais pequenos.

Pedro Nunes

No dia 29 de agosto de 1615, morre n'esta cidade o famoso mathematico Pedro Nunes, natural de Alcacer do Sal. Foi o maior mathematico do seu tempo, e escreveu varios livros em latim e portuguez sobre a sciencia a que se dedicára.

Canonisação de Santo Antonio

No dia 30 de maio de 1232, o summo pontifice Gregorio IX, canonisou o glorioso portuguez, Santo Antonio, que no seculo fôra Fernando de Bulhões. Foi o primeiro santo canonisado em menos tempo depois do seu fallecimento, pois que ainda não havia um anno que tinha morrido na cidade de Pádua.

Diz a lenda, que no mesmo dia da sua canonisação — feita na cidade de Espoleto, em Italia — se repicaram em Lisboa espontaneamente os sinos de todas as egrejas.

Submersão do monte de Santa Catharina do Monte Sinay

A elevação onde hoje se vê a egreja parochial de Santa Catharina corria antigamen-

te na mesma altura até á margem do Tejo, e n'esse monte havia grande numero de casas que formavam tres ruas das mais formosas de Lisboa.

Pelas 11 horas da noite de 21 de julho de 1597, se ouviram os gritos de um homem que ninguem conheceu, e que percorria as ruas dizendo: «fujam todos que se subverte o monte!» A estas vozes sahiram com effeito os moradores e fugiram para o lado do norte, e pouco depois o monte se submergiu, com as suas tres ruas e 110 moradas de casas que as orlavam, sendo muitas d'ellas de nobre architectura. Uma calçada e um caes de pedra, que estavam junto á praia, tambem desappareceram para sempre.

Este cataclysmo causou geral terror em toda a cidade.

Cometa célebre

No dia 11 de maio de 1582 (sexta feira) foi visto em Lisboa um grande cometa, cujo núcleo estava na altura do monte de Santa Anna, e era formado por uma brilhantissima estrella. A extremidade estava sobre a villa de Almada. Tinha a fórma de um immenso ramo de palma. Foi distinctamente visto até ao dia 27 d'esse mez.

Fundação do hospital de Todos os Santos

O sumptuosissimo hospital de Todos os Santos foi fundado por el-rei D. João II (o *Principe Perfeito*) no lado oriental da praça do Rocio.

Havia em Lisboa muitos hospitaes, em differentes sitios, e para diversas enfermidades; mas pela maior parte, se desencaminhavam as rendas, por andarem por muitas mãos, e não era facil metter a caminho tão grande numero de administradores, costumados a tratarem mais de si, do que dos doentes pobres.

O rei alcançou do summo pontifice um breve para reduzir a um só todos os hospitaes de Lisboa.

Lançou-se a primeira pedra n'este vasto e magnifico edificio, no dia 15 de maio de 1492. O rei com a sua propria mão lançou muitas moedas de ouro e prata nos alicerces.

Constava este hospital de um amplissimo templo, com a frente para a praça do Rocio, cujo pavimento ficava na altura de um primeiro andar (sobre abobadas de pedra) e para o qual se subia por uma escada de tres faces com 21 degraus de marmore.

Instituiu o soberano um bom numero de capellães e *moços do côro* para a celebração dos officios divinos, que aqui eram feitos com grande sumptuosidade.

O corpo do hospital constava de varias enfermarias para todo o genero de molestias, onde os pobres eram assistidos com a maior caridade e sem se olhar a trabalhos nem despezas.

Tinha de rendimento em dinheiro e generos mais de 100:000 cruzados annuaes (40:000$000 réis).

Em 27 de outubro de 1601 um pavoroso incendio devorou parte d'este edificio; e outro em 10 de agosto de 1750 destruiu outra grande parte, escapando apenas as escadas, o taboleiro e a porta principal da egreja, que era a O. e uma das enfermarias.

A frente do hospital corria pela rua já então chamada das *Gallinheiras*, vindo do predio que faz esquina para a rua do Amparo, transversalmente, até ao logar da praça da Figueira, que faz esquina para a rua da Bitesga. D'este lado havia trez compridas galerias, assentes sobre abobadas de pedra, e n'essas galerias, que todas hiam desembocar no altar mór da capella, estavam as principaes enfermarias do estabelecimento.

Para evitar repetições vide o mais que a semilhante respeito fica dito a pag. 164 d'este volume.

O santo motim

Vide a pag. 134 d'este volume.

Grande eclypse total do sol

Em uma sexta feira, 30 de maio de 1232, presenciou o povo de Lisboa, e de todo o reino, um grande eclypse total do sol. Escu-

receu o dia por tal modo, que a lua e as estrellas brilhavam no firmamento como se fosse noite.

D. Antonio prior do Crato e a esquadra ingleza

Pela morte do cardeal D. Henrique (31 de janeiro de 1580) os dois principaes pretendentes á corôa de Portugal, eram: D. Catharina, duqueza de Bragança, e D. Antonio, prior do Crato, filho natural do infante D. Luiz, duque de Beja, e neto do rei D. Manuel; e de uma judia chamada Violante Gomes, a *Pelicana.*

Como não é meu proposito tratar aqui senão da ultima tentativa do infeliz D. Antonio I, os que desejarem saber o mais que diz respeito a este desgraçado principe, vejam a pag. 442 e seguintes do 2.º vol. d'esta obra.

D. Antonio fizera um tratado vergonhoso com a ambiciosa Isabel, rainha de Inglaterra, pelo qual Portugal ficava sendo uma colonia britanica.

Por esse tratado, a rainha deu ao prior do Crato uma esquadra com 12:000 homens de guerra, que desembarcaram na Ericeira e em Peniche, no dia 24 de maio de 1589.

Esperava o principe, que apenas chegasse a Portugal, o povo se levantaria em massa a seu favor; porém já no reino se sabia sob que condicções a Inglaterra protegia D. Antonio, e por isso quasi ninguem se lhe uniu.

Mesmo assim, marcha sobre Lisboa que ataca pelo lado do O., em 30 de maio, vindo á frente 200 homens de cavallaria. Houveram algumas escaramuças e os inglezes chegaram até a uns moinhos de vento, que existiam, no sitio onde hoje é a alameda de S. Pedro d'Alcantara. [1]

Cinco dias se conservaram os inglezes nas suas posições, occupando os arrabaldes de Lisboa, desde o sitio indicado, até á ponte d'Alcantara, passando o tempo em tiroteios sem importancia e esperando ou a revolução na cidade, ou que o povo de Lisboa se lhes unisse, como D. Antonio lhes tinha affirmado.

Vendo porém que o povo da capital estava impassivel, no dia 3 de junho se retiraram sobre Cascaes, onde se demoraram nove dias, praticando ahi muitos roubos. Reembarcaram para a Inglaterra, e D. Antonio nunca mais tentou a sorte das armas para obter a corôa de Portugal.

—

Tinha-se este principe sujeitado para com Isabel a humilhantes condições, sendo as principaes — 1.ª Que dois mezes depois de estar sentado no throno portuguez, pagaria á Inglaterra cinco milhões de cruzados, por uma só vez.—2.ª Que cada anno e para sempre, pagaria Portugal á Gran-Bretanha 300 mil cruzados (120:000$000 réis).—3.ª Que os presidios de Portugal estariam sempre em poder dos inglezes. 4.ª Que haveria sempre em Portugal uma guarnição de 12:000 soldados britanicos.

Nas tropas d'esta expedição, e depois do seu reembarque se principiou a desenvolver (em consequencia dos poucos e maus alimentos, quasi todos de *torna viagem*) uma mortifera epidemia que levaram a Inglaterra e causou muitas victimas.

Grande peste

No dia 7 de junho de 1569 principiou a sentir-se em Lisboa um terrivel contagio que logo se propagou por todo o reino. Durou quatro a cinco mezes, mas em Lisboa foram as victimas em muito maior numero, pois houve dia em que morreram 700 pessoas. Só n'esta cidade, em todo o tempo que durou o terrivel flagello, morreram d'elle 50:000 pessoas.

Cresceu a herva pelas ruas a grande altura: os mortos não cabiam nas egrejas, sendo preciso abrirem-se vallas pelos campos, enterrando-se em cada uma aos 50 e 60. Estavam os defuntos amortalhados ás portas das casas, dois e trez dias, sem haver quem os levasse á sepultura. De um instan-

[1] Alguns escriptores sustentam que os inglezes chegaram a occupar o sitio de Valle Verde, onde hoje se vê o passeio publico do Rocio.

te para outro cahiam mortos os que estavam de pé e vivos; e amanheciam defuntos os que se tinham deitado sãos.

As terras visinhas, em que a peste não era tão intensa e geral, não queriam communicar com Lisboa, o que causou um novo flagello — a fome — de que morreram muitas pessoas. Só no fim do mez de outubro é que cessou esta horrorosa epidemia.

Outro terramoto

No dia 7 de junho de 1575, pelo meio da tarde, sentiu-se em Lisboa um furioso terramoto que abalou todas as casas, e causou um terror geral. Felizmente não morreu ninguem e houve poucos prejuizos materiaes.

Outra armada

No dia 15 de junho de 1500, sahiu de Lisboa uma armada de 30 poderosas naus de guerra em que hiam 3:500 soldados escolhidos, além das tripulações e gente de serviço. Era seu general, D. João de Menezes, conde de Tarouca, filho do famoso D. Duarte de Menezes.

Hia está esquadra a favor da Senhoria de Veneza contra os turcos; mas, estes sabendo do grande auxilio que o rei D. Manuel, de Portugal, dera aos venezianos, fugiram para o mar Jonico, sem esperarem combate.

A nossa esqdadra regressou ao reino, sem outra novidade digna de menção.

Outro terramoto

Em uma terça-feira, 27 de julho de 1598, pelas 5 horas e meia da tarde, sentiu-se em Lisboa, um medonho abalo de terra, que fez fugir de suas casas os moradores. Repetiram-se mais dois terramotos com pequenos intervallos, e todos tão fortes como o primeiro. Felizmente foi mais o terror do que os prejuizos.

Tres grandes incendios em um só dia

No dia 10 de agosto de 1734, um grande incendio destruiu e reduziu a cinzas as moradas de 59 familias, na rua Nova do Almada, em frente da casa da Congregação do Oratorio (hoje tribunal da Boa-Hora) que esteve tambem em grande risco.

—

No mesmo dia e anno, outro pavoroso incendio consumiu a maior parte do grande edificio do mosteiro da Encarnação, das religiosas commendadeiras do Ordem d'Aviz. As freiras fugiram para o mosteiro de Santos, de religiosas commendadeiras da ordem de S. Thiago, e ahi se conservaram até á reedificação do seu mosteiro.

Ainda no mesmo dia, outro incendio devorou varias casas e arruinou outras, junto á egreja do Paraizo.

Supplicio

No dia 23 de agosto de 1728 (em uma segunda-feira) foi levado desde a cadeia até á praça do Rocio, arrastado á cauda de um cavallo, um mancebo de 18 para 19 annos, pelo sacrilego delicto, que commettêra, roubando a pixide em que estava o Santissimo Sacramento, na egreja matriz da villa de Monforte, no Alemtejo.

No Rocio, em um alto poste, lhe cortaram as mãos, sendo depois garrotado e por fim queimado.

Macrobia

No dia 21 de agosto de 1736, morreu em Lisboa, no palacio do marquez d'Abrantes, Maria da Silva, natural de Tanger (Africa) com mais de 112 annos de edade. Conservou até á sua ultima hora perfeito conhecimento e muita conformidade christan.

Era solteira e muito virtuosa. Serviu mais de um seculo a casa do mesmo marquez, desde o tempo dos seus terceiros avós.

Primeiro tributo do Oriente e a custodia de Belem

No dia 1.º de setembro de 1503, desembarcou Vasco da Gama em Lisboa, de volta da sua segunda viagem á India.

Trazia 13 naus carregadas de riquezas.

Dirigiu-se aos paços da Ribeira, acompanhado de muitos senhores e de infinito numero de povo, que o tinha hido esperar. Levava diante de si um pagem com uma bandeja de prata, na qual hiam dois mil *meticaes de oiro*, primeiro tributo de um dos reis do Oriente.

O rei os recebeu com grande alegria, e logo, com a maior devoção, ordenou que com estas moedas se fizesse uma custodia, guarnecida de pedras preciosas.

A obra, riquissima pela materia, o é ainda mais pelo facto glorioso que nos recorda, e pelo primor e delicadeza com que está obrada. Depois de prompta, o rei a deu á famosa egreja do mosteiro de S. Jeronymo, de Belem.

Esta custodia, depois de varios accidentes, existe hoje na casa das joias da corôa.

D. João I, de Castella, levanta o segundo sitio de Lisboa [1]

No fim de maio de 1384, D. João I, de Castella, cérca Lisboa, por terra, com um exercito de cinco mil lanças, mil ginetes, seis mil bésteiros e numerosa infanteria; e por mar, com uma esquadra de quarenta naus, treze galés e grande numero de navios menores. Estas forças foram engrossando pelo decurso do assédio.

O rei castelhano estava tão fiado no seu poder e na nossa fraqueza, que vinha decidido a fazer larga residencia em Portugal, pois trazia sua mulher (D. Beatriz, filha do nosso rei D. Fernando) D. Carlos, infante de Navarra, e grande numero de senhoras da primeira grandeza de Castella.

Alojou-se com a sua corte, ao O. da cidade, onde hoje existe a egreja matriz e o convento de Santos, o Velho; cercando o seu exercito completamente a cidade.

Os defensores de Lisboa compunham-se pela maior parte da classe do povo, na qual se sobrava valor, faltava a disciplina e a pratica da guerra.

Os nobres do partido de D. João I de Portugal, que se achavam dentro do cêrco, estavam desunidos, por causa das suas ambições do governo.

Lisboa, cercada inopinadamente, não estava prevenida com os necessarios mantimentos, pelo que principiou logo a soffrer a falta d'elles; porém, o mestre d'Aviz com a sua presença, e com as acertadas providencias que o caso requeria, animava os cercados, que se defendiam com o maior denodo e bravura.

Repetidos ataques parciaes tiveram logar durante este assédio, sendo os principaes os que houve no sitio, por isso ainda hoje chamado *Campolide*. Em todos, as armas portuguezas triumpharam das castelhanas, que sempre se retiravam com grandes perdas.

O rei castelhano, vendo que os portuguezes eram invenciveis pelas armas, decidiu vencel-os pela fome, e continuou o cêrco, evitando os combates.

Já os cercados se sustentavam de generos immundos e nocivos, e muitos morreram á fome.

Foi n'esta critica circumstancia que os portuenses mostraram mais uma vez o seu incontestavel patriotismo, fornecendo a nossa esquadra (que estava fundeada no Douro) com grande quantidade de munições de guerra e de bocca, offerecidas voluntaria e gratuitamente, não só pelos commerciantes, mas tambem por grande numero de particulares.

A esquadra portugueza sahe do Porto, e apesar de muito inferior em numero, entra a foz do Tejo, por entre as naus do inimigo, que dorrota e põe em fuga.

Eram, porém, grandes os recursos dos castelhanos, e em breve a sua esquadra foi reforçada.

Os mantimentos vindos do Porto em breve se esgotaram pela grande agglomeração de povo, que, fugindo ás crueldades dos hespanhoes, se tinha abrigado dentro dos muros da cidade.

O dedo da Providencia velava pelos por-

[1] Já no principio do anno de 1384, D. João I, de Castella, tinha cercado Lisboa, mas o mestre d'Aviz o havia batido, obrigando-o a retirar para Santarem.

tuguezes. Uma furiosa peste dizimou as fileiras inimigas, matando-lhe por dia 150 a 200 pessoas. Grande numero de fidalgos hespanhoes aqui morreram do flagello, e a propria rainha D. Beatriz foi atacada por elle.

D. João I, de Castella, vendo o seu exercito espantosamente diminuido pelos dois flagellos da peste e guerra, retira vergonhosamente, no dia 3 de setembro do mesmo anno (de 1384), sobre Torres Vedras, e de lá para a raia, continuando a guerra com tadas as precauções, até que, na gloriosa batalha de Aljubarrota (14 d'agosto de 1385) sendo completamente desbaratado, e escapando milagrosamente de ficar morto ou prisioneiro, perdeu as esperanças de ser rei dos portuguezes.

Entrada triumphal do corpo de Santa Auta, virgem martyr, no mosteiro da Madre de Deus de Xabregas

Estava Lisboa de lucto pela morte da rainha D. Maria, mulher de D. Manuel. Este monarcha mandou que cessasse o lucto e se vestissem todos de gala, no dia 12 de setembro de 1517, para acompanhar e festejar a procissão em que o corpo de Santa Auta devia ser collocado no seu altar, para isso mandado fazer pela rainha D. Leonor (viuva de D. João II, e irmã do monarcha) na egreja do mosteiro da Madre de Deus, de Xabregas, fundação da mesma rainha. Esta procissão teve logar com grande sumptuosidade e no meio de festas esplendidas e geral regosijo.

Estas reliquias tinham entrado pela barra de Lisboa no dia 4 do mesmo mez e anno.

Santa Auta era uma das Onze Mil Virgens, de cujas reliquias o imperador Maximiliano tinha feito presente á rainha D. Leonor, sua prima co-irman.

Vieram da cidade de Colonia Agrippina.

Foi o arcebispo de Lisboa, D. Martinho da Costa, quem por suas proprias mãos collocou no altar estas preciosas reliquias.

El-rei e toda a familia real, incluindo a caridosa rainha viuva, assistiram á procissão e a todas as ceremonias.

Furioso vendaval. Destruição completa de uma grande esquadra portugueza

No dia 13 de setembro de 1572, fundeava em frente de Lisboa uma das maiores e mais poderosas armadas que até então se tinham visto em Portugal, reunida por el-rei D. Sebastião.

Constava de 40 navios da alto bordo, e para elles estavam alistados 10:000 combatentes, em que entrava a mais luzida nobreza de Portugal: foi nomeado general D. Duarte, filho do infante do mesmo nome.

Nunca se soube com certeza para que era destinada esta esquadra—uns diziam que era para ser entregue ao papa Pio V, para entrar na liga contra os turcos—diziam outros que hia soccorrer Henrique III de França, contra os *hugonotes*.

Qualquer que fosse o destino d'esta formosa esquadra, é certo que ella não sahiu do Tejo, porque um furioso cyclone a destruio. Umas naus foram a pique, outras se despedaçaram umas contra outras, e ficaram desapparelhadas e inuteis.

Beatificação da rainha D. Thereza e da infanta D. Sancha

No dia 13 de setembro de 1704 celebrou o pontifice Clemente XI, com grande solemnidade, a beatificação da rainha D. Thereza e de sua irman, a infanta D. Sancha, filhas de D. Sancho I de Portugal e da rainha D. Dulce, e irmans da rainha Santa Mafalda.

O mesmo pontifice, por bulla do dia 14 de setembro de 1709, concedeu que se rezasse d'aquellas santas princezas, no bispado de Coimbra; e por outra bulla expedida em 11 de fevereiro de 1713, mandou se rezasse das mesmas santas, com rito *semi-du-*

ples em todo o reino de Portugal; e com o *duples*, em toda a ordem de S. Bernardo. (Vide *Arouca* e *Lorvão.*)

Outra tempestade

Em a noite de 14 de outubro de 1384, tentou o mestre d'Aviz (que então governava Portugal com o titulo de defensor do reino) tomar por surpreza o castello e villa de Cintra.

Partiu para este fim de Lisboa, com um pequeno esquadrão, fiado nas promessas de alguns patriotas de Cintra que haviam promettido facilitar-lhe a entrada.

No caminho, porém, principiou uma medonha tempestade; cerrou-se a noite por uma escuridão medonha, interrompida apenas pelo rapido fuzilar dos relampagos. Os trovões eram horrendos; a chuva torrencial inundava os campos e subia muitas braças sobre as mais altas pontes; o vento soprava com furor, lançando por terra quanto encontrava na sua passagem devastadora.

No convento de S. Domingos, de Lisboa, cahiram os mures da cêrca, e se alagaram as cellas e officinas; sendo tambem alagados outros edificios da cidade.

D. João e os seus viram-se obrigados a desistir da empreza e regressarem a Lisboa.

Porta do Moniz

No dia 21 de outubro (dedicado ás Onze Mil Virgens) do anno de 1147, foi, como já fica dito n'este artigo, o ultimo ataque e a tomada de Lisboa aos mouros; porque os portuguezes e alliados, se achavam exhaustos e cançados por cinco mezes de cêrco, e tinham jurado vencer ou morrer.

Combatiam os catholicos com furia desusada para conquistarem a cidade; porém, os mouros, com egual ousadia tratavam de vender caras as vidas, em defeza de suas familias, das suas casas e da sua bella cidade de Lisboa.

Não cessavam os instrumentos então em uso, na diligencia de baterem e derrubarem os muros, e arrombarem as portas.

Em uma d'estas, que ficava na muralha do N. do castello, se travou durissimo combate; porque abrindo-a os portuguezes, acudiram os moiros para a fecharem.

Então o valoroso Martim Moniz (filho de Egas Monis, e progenitor dos actuaes marquezes de Castello Melhor e de todos os Vasconcellos) se deitou no chão, segurando uma das portas com os pés e a outra com os hombros.

Os mouros o mataram ás lançadas, mas o seu cadaver ainda serviu de impedimento a que as portas se fechassem.

Desde então, e ainda hoje se chama **porta do Moniz** áquella em que teve logar este acto de abnegação d'aquelle portuguez benemerito. (O mais que pertence a esta porta já fica descripto no *Castello de S. Jorge.*

Grande enchente

No dia 31 de outubro de 1575, tendo chovido torrencialmente em quasi todo o mez, sem interrupção alguma, de dia e de noite, chegou a haver tão grande cheia, que alagou toda a parte baixa da cidade e a praça do Rocio, causando gravissimos prejuisos.

A Sé cathedral de Lisboa elevada a metropolitana

No dia 10 de novembro de 1393, a instancias de D. João I, erigiu o summo pontifice, Bonifacio IX, a cathedral de Lisboa em Sé metropolitana, dando-lhe por suffraganeos, os bispos de Evora, Guarda, Lamego e Silves. Foi seu primeiro arcebispo, o bispo de Lisboa, D. João Annes, que tambem n'ella havia sido conego, na cadeira que depois se chamou, de Mafra, instituida pelo arcebispo de Braga, D. João Martins de Soalhães, com a clausula de ser apresentada pelos senhores de Mafra, em pessoas do seu sangue. D. João Annes pertencia tambem a esta nobilissima familia.

Primeira pedra no antigo mosteiro de S. Vicente de Fóra e na egreja de Nossa Senhora dos Martyres

No dia 21 de Novembro de 1147, trinta

dias depois da tomada de Lisboa, D. Affonso Henriques, acompanhado dos prelados e senhores da sua côrte, e de grande concurso de povo, lançou a primeira pedra fundamental, conforme o rito e costume da egreja romana, no alicerce da capella-mór da egreja do mosteiro de S. Vicente de Fóra, em satisfação do voto que fizera no mesmo sitio, em que teve o seu arraial, e onde havia mandado benzer, pelo arcebispo de Braga, D. João Peculiar, um terreno para cemiterio dos cavalleiros que gloriosamente perderam as vidas no cêrco e conquista de Lisboa. Este cemiterio ficou formando o corpo da mesma egreja e parte do mosteiro. Esta pedra foi achada no sitio onde havia sido collocada, quando se reconstruiu a egreja e mosteiro, no tempo de Philippe II de Castella. Era quadrada e tinha uma inscripção latina, que, traduzida, diz em portuguez: —*Esta egreja fundou el-rei D. Affonso I de Portugal, á honra da Bem-aventurada sempre Virgem Maria, e de S. Vicente, martyr: em 21 de novembro de 1147.*

—

Em seguida a esta ceremonia foi o rei com o mesmo estado e acompanhamento á parte occidental de Lisboa, onde os estrangeiros tiveram seu arraial, e tambem o seu cemiterio. Em redor d'este, no alicerce já preparado, lançou o mesmo rei a pedra fundamental para a fundação de outra egreja, que os estrangeiros quizeram que fosse da invocação de Nossa Senhora dos Martyres, por entenderem que os christãos alli sepultados eram martyres, por morrerem guerreando os mouros, e em defeza da religião christan.

Uma esquadra portugueza

(Restauração da Bahia)

No dia 22 de novembro de 1624, sahiu a barra de Lisboa uma brilhante esquadra, composta de 26 galeões e navios de alto bordo, e outros de munições e viveres, com 4:000 homens escolhidos, além das tripulações e gente do mar.

Hia por general, D. Manuel de Menezes, e por almirante D. Francisco de Almeida, progenitor dos condes de Avintes, marquezes do Lavradio e outras familias nobilissimas de Portugal.

Deu n'esta occasião a nobreza do reino um louvavel exemplo de valor e patriotismo; pois não houve casa nem appellido illustre que não desse um ou mais aventureiros para esta empreza. São dignos de memoria entre todos, D. Affonso de Noronha, o qual cheio de annos e de empregos, sendo do conselho d'estado e havendo sido general de Ceuta, de Tanger, e da armada, governador do Algarve, e vice-rei da India, sentou praça de soldado ordinario. O mesmo fizeram os condes de Vimioso, de Odemira, de S. João de Areias, de Tarouca, da Ilha, e outros muitos titulares e senhores. Os que não poderam ir em pessoa, contribuiram voluntariamente com grandes donativos, e o mesmo fizeram os prelados do reino, proprietarios de navios, e negociantes.

Encorporou-se esta armada, em Cabo-Verde, com a de Castella, da qual era general, D. Fradique de Toledo Osorio, marquez de Valdoeza, e almirante D. João Fajardo.

Compunha-se a armada hespanhola de 38 vasos de guerra, muito bem artilhados.

Deram fundo na cidade da Bahia, que era então a capital da nova Lusitania, em 20 de março de 1625, e depois de duros e repetidos combates e da tenaz resistencia dos hollandezes que a occupavam, se rendeu no dia 1.º de maio do mesmo anno.

Segundo incendio no convento de S. Francisco da cidade

Na madrugada de 30 de novembro de 1741, pegou fogo no real convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa, com tanta violencia, que em pouco tempo consumiu todo o dormitorio com todas as formosas casas da livraria e do despacho da Ordem Terceira. Durou até ao dia seguinte, causando horriveis estragos em todo o mosteiro e em quasi todas as suas muitas preciosidades. Todas as tropas, toda a nobreza e todas as ordens religiosas acudiram ao incendio, fazendo todas as diligencias para o

extinguir; mas era tão grande a voracidade das chammas, que só com grandes perigos, difficuldades e trabalhos se poude salvar a egreja e o côro.

O dia 1.º de dezembro de 1640

Sessenta longos annos de dura, humilhante e incomportavel escravidão tinham pesado sobre o nobre povo portuguez, e o tinham reduzido aos ultimos extremos da miseria e de todas as calamidades.

Portugal, exhausto de gente, de dinheiro, de armas e de vasos de guerra; condemnado a perder os fóros e privilegios de nação independente, que tantas vezes lhe haviam jurado, quantas prejurado, os tres usurpadores, infestadas ou perdidas em grande parte quasi todas as nossas conquistas; perdido quasi totalmente o nosso commercio; vexados os povos sob toda a qualidade de traças e pretextos; sobrecarregados de toda a casta de tributos, impostos e alcavalas; levados por força á côrte de Madrid, os prelados e titulares de mais importancia, sem lhes valer o decoro da dignidade, nem o peso dos annos; levados ás guerras de França, Hollanda e Catalunha, todos os que podiam servir para defender o reino, para n'aquelles servirem e morrerem sem honra e sem premio; consternados, abatidos e desanimados os portuguezes, e tornados, pelo costume, insensiveis aos golpes da tyrannia e aos despresos e jactancias dos castelhanos.

Apesar de tamanha concorrencia de tão tristes circumstancias, alguns fidalgos portuguezes emprehenderam a restauração da patria, acclamando por seu rei ao duque de Bragança D. João, que se achava no seu paço de Villa-Viçosa, e que tinha ordens instantes para se apresentar em Madrid a Philippe IV.

D. João era timido e irresoluto, porém D. Luiza de Gusmão, sua mulher, e o immortal doutor João Pinto Ribeiro, seu secretario, não cessando de empregar as mais fortes rasões para o convencer a associar-se á nobre empreza da restauração; expondo-lhe —ser mais digno do seu caracter, arriscar a vida para conquistar uma corôa que o direito e o voto geral da nação lhe conferiam, do que hir terminar os seus dias, sem utilidades e sem gloria, em um reino estrangeiro, e talvez em alguma das prisões de Madrid. O duque em vista de razões tão convincentes, annuiu á proposta dos portuguezes leaes.

Certos os fidalgos da annuencia de D. João, trataram todos, e por todos os modos de angariar povo para levarem a effeito o seu intento.

É decerto esta uma das revoluções mais milagrosas que se tem effectuado em todo o mundo; pois sendo quasi geralmente sahida dos portuguezes, não houve um só d'elles, nem ainda da mais infima plebe, que ousasse delatal-a, apesar da certeza de grandes premios.

Os castelhanos só souberam da sua existencia no momento da explosão.

O dia 1.º de dezembro foi o escolhido para a revolução. Assentaram os fidalgos que todos se achassem na manhã d'esse dia, no Terreiro do Paço, com as armas escondidas, e que no momento em que dessem 8 horas no relogio da capella real, cada um executasse aquillo de que tinha sido encarregado.

Soou o momento solemne, e aquelle nobilissimo esquadrão de heroes tomou os logares que lhe foram destinados. Uns subiram á sala dos tudescos, onde estava a guarda alleman (e é por isso que a sala tinha este nome) outros deram sobre a guarda castelhana, e uma e outra, surprehendidas e pasmadas, entregaram as armas. Outros fidalgos, arrombando as portas, invadiram o forte da Ribeira, que existia sobre o Tejo, encostado aos paços reaes.

D'alli entraram no palacio, e sahiu-lhe ao encontro o barbaro e traidor Miguel de Vasconcellos, o atravessaram com uma bala, lançando-o de uma janella ao Terreiro do Paço, onde o seu cadaver se conservou todo aquelle dia e parte do seguinte, sendo objecto dos mais crueis despresos e opprobrios da infima plebe. Outros subiram aos quartos onde assistia a princeza Margarida, sob o titulo de regente d'este reino. A princeza tentou moderar a sanha dos con-

jurados, promettendo-lhe o perdão e o esquecimento de Philippe IV; porém elles lhe responderam com freneticas acclamações a D. João IV. Quiz D. Margarida chegar-se a uma janella, mas D. Carlos de Noronha lhe disse que não quizesse dar occasião a que se lhe perdesse o respeito devido a uma dama, ao que ella respondeu: — «A mim! E como?» — «Como, senhora? (lhe tornou D. Carlos) obrigando a vossa alteza a que, se não quizer entrar por aquella porta, sáia por esta janella!» — A princeza, vendo que era impossivel oppôr diques á revolução, se recolheu aos seus aposentos.

Outros conjurados se dirigiram á casa do senado da camara, de que era presidente D. Pedro de Menezes, conde de Cantanhede, ao qual não haviam revelado o segredo da conspiração, nem mesmo seus proprios filhos, D. Antonio e D. Rodrigo de Menezes; mas agora, incitado por elles, facilmente annuiu á revolta, assim como todos os ministros d'aquelle tribunal.

A mesma annuencia acharam os conjurados nos ministros do tribunal da relação.

Por todas estas partes descorriam os fidalgos, seguidos já da innumeravel povo, que, em altas vozes, acclamava D. João IV.

Todos os fidalgos rivalisaram em heroismo n'esta conjunctura. D. Miguel de Almeida, um dos primeiros conjurados, varão de summa auctoridade, tanto pela sua nobreza como pelas suas veneraveis cans, deu principio aos vivas do novo rei. D. Alvaro de Abranches, percorreu as principaes ruas da cidade, com a bandeira da mesma, fazendo a acclamação do novo rei, que era freneticamente correspondida por todo o povo de Lisboa, sem differença de sexo ou edade. A condessa de Athouguia, D. Philippa de Vilhena, ajudou a armar seus dois filhos, D. Jeronymo de Athaide e D. Francisco Coutinho, ambos apenas adolescentes. O mesmo fez D. Marianna de Alencastre, a seus dois filhos, Fernão Telles e Antonio Telles. Nas mulheres do povo se achou o mesmo zêlo e amor da patria, sahindo muitas para a rua, armadas de espadas e outras armas, decididas a morrer em defeza da revolução. Uma chamada Caetana, ouvindo um irmão dizer, zombando ou devéras,—*viva Philippe*—ella lhe descarregou um furioso golpe.

Tanto que o primeiro rumor chegou á Sé, logo o arcebispo D. Rodrigo da Cunha, varão grande em lettras e ainda maior em virtudes, se dirige á capella-mór, começando com os seus conegos a resar as ladainhas, sahindo em procissão com a cruz archiepiscopal na frente. Quando chegava á egreja de Santo Antonio, se viu despregada a mão direita da imagem de Jesus Chisto, o que o povo teve por bom agouro.

É notavel que durante todo o dia d'esta maravilhosa revolução, não se commetteu o menor insulto, e estiveram as lojas e tendas abertas, como em qualquer dia ordinario.

A princeza regente foi constrangida a assignar uma ordem para que a guarnição do castello de S. Jorge o entregasse, e as suas armas, aos conjurados, o que os castelhanos logo cumpriram.

Repercutindo por todo o reino o brado magico da independencia e liberdade, em poucos dias todas as cidades e villas de Portugal secundaram a revolução de Lisboa, destituiram as auctoridades castelhanas e elegeram portuguezes de provada lealdade.

Debalde ós castelhanos, pelo longo decurso de 27 annos nos fizeram guerra encarniçada para rehaverem a sua preza; porque não conseguiram senão soffrer derrotas sobre derrotas, tendo no fim de sujeitar-se a uma paz em tudo gloriosa para a nação portugueza.

Desacato

No dia 11 de dezembro de 1552, celebravam-se em Lisboa magestosas festas, pelo casamento do principe D. João, filho de D. João III, com a princeza D. Joanna, filha do imperador Carlos V. Estava a familia real assistindo aos officios divinos na sua capella dos paços da Ribeira, e quando o sacerdote levantava a hostia, na missa solemne, um calvinista inglez lh'a arrebatou das mãos, derramando ao mesmo tempo o calix, que ainda estava por consagrar.

Foi logo alli preso, e em poucos dias jul-

gado e sentenciado. Foi arrastado até ao Terreiro do Paço, e alli, depois de lhe serem cortadas as mãos, foi queimado vivo.

Este successo causou grande horror em todo o reino. Em Lisboa se fez logo uma devota procissão de desaggravo, em que el-rei foi da Sé até á egreja de S. Domingos, a pé, descalço, e vestido de lucto; sendo do mesmo modo seguido por todos os senhores e cavalleiros que estavam na côrte, onde então se achava quasi toda a nobreza do reino, para assistir ás festas do casamento.

Todas as ordens religiosas e todo o povo da capital seguiu a procissão tambem descalços e vestidos de lucto.

D. João III foi de todos o que mais sentiu este ultraje; esteve muitos dias encerrado no seu gabinete, sem ver a luz do dia, nem admittir pessoa alguma á sua presença. Nunca mais se viu alegre, nem despiu o lucto, e não tornou a comer senão em louça de barro, até ao dia 11 de junho de 1557, em que falleceu.

Fizeram-se tambem devotas procissões e penitencias publicas, por todas as cidades e villas d'este reino, em desaggravo do mencionado desacato.

Praga de gafanhotos

No dia 8 de novembro de 1639 (em uma terça-feira) appareceu sobre a cidade de Lisboa uma nuvem medonha de gafanhotos que cobria o ar.

Corriam de O. para E.—eram muito grandes e de côr avermelhada, com seis pés e quatro azas.

Viram-se entre elles, desde as 10 horas da manhã até ás 4 da tarde, duas grandes aves de peitos pardos e azas negras, que sahiam e voltavam como exploradoras ou conductoras d'este numerosissimo exercito de insectos, que gastou 11 dias a atravessar este reino.

Outra peste

No dia 10 de setembro de 1579, principiou em Lisboa uma horrorosa peste, que logo se propagou por todo o reino.

Consta que só em Lisboa morreram quarenta mil pessoas, e em Evora vinte e cinco mil, d'este terrivel flagello.

Outro incendio

No dia 22 de setembro de 1708, se ateou o fogo no mosteiro da Santissima Trindade, um dos mais sumptuosos de Lisboa, e o devorou todo, menos 18 cellas.

Os religiosos levaram o Santissimo Sacramento para a egreja de S. Roque, e a imagem de Jesus Christo, que se pudera salvar, para a egreja do Carmo.

Durou o incendio tres dias, com geral sentimento do povo da cidade.

Os religiosos trinos, em pouco tempo, e á sua custa, reconstruiram o edificio com maior sumptuosidade e grandeza do que o antigo.

Outra peste

No dia 29 de setembro de 1348, se principiou a sentir em Portugal uma horrivel peste, que o povo cognominou de *mortandade grande* ou *peste grande.*

Dizem as memorias d'aquelle tempo que este flagello teve origem na Scytia, onde, á força de espantosos terramotos, abriu a terra um horrendo boqueirão, lançando um vapor tão deleterio, que corrompeu o ar, e levado pelos ventos se communicou a uma grande parte da terra.

Em Portugal durou apenas tres mezes, mas fazendo n'este tempo grande numero de victimas.

Contado o tempo da sua duração desde o dia que appareceu na Scytia, até ao seu termo, nos innumeros paizes que percorreu, teve tres annos de duração, matando muitos milhões de pessoas.

Outra peste

No dia 15 de outubro de 1598, rompeu em Lisboa outra terrivel peste, que durou 5 annos, fazendo mais de oitenta mil victimas.

Outra grande tempestade

No dia 15 de outubro de 1732 soffreu a

cidade de Lisboa e seus contornos um grande cyclone, memoravel pela sua violencia e pelos grandes estragos que causou.

Teve principio ás 6 horas da manhã, e pelas 8 já era tão violento que os navios fundeados no Tejo, rebentando as amarras, uns vararam em terra, e outros, levados pelos ventos chegaram destroçados até Sacavem. De todos os que se achavam no rio, só dois ficaram firmes sobre as suas ancoras.

Perdeu-se grande numero de barcos e morreu muita gente afogada.

As casas oscillavam como sacudidas por um terramoto, cahindo algumas paredes e voando os telhados.

Arrancou muitas arvores; murchou e destruiu muitas plantas, e era tal o seu furor que impellia as aguas do Tejo a grande altura, fazendo-as depois cahir em terra, transormadas em chuva de agua salgada.

Outra tempestade

Em 18 de outubro de 1612, houve em Lisboa outro grande cyclone, que durou 20 horas.

Cahiram muitos edificios; muitas arvores foram arrancadas pela raiz; perderam-se no Tejo 120 embarcações portuguezas e estrangeiras, com as suas cargas; e morreram muitas pessoas esmagadas sob as ruinas e affogadas.

É notavel que, durante o cyclone, uma caravella que sahiu de Lisboa para Setubal, com trigo para o convento de Jesus, chegou ao seu destino com grande rapidez e sem o menor prejuizo; e entrou outra vinda das ilhas com a mesma felicidade.

Outro incendio e outra praga de gafanhotos

No dia 27 de outubro de 1601 (em um domingo) da meia noite para a uma hora, se ateou o fogo no sumptuoso hospital de Todos os Santos, situado entre o Rocio e a rua das Gallinheiras, e o abrazou quasi inteiramente.

Era tão intensa a luz, que a grande distancia se viam tão claramente os objectos, como se fosse de dia.

No mesmo dia, das 3 para as 4 horas da tarde se viu sobre Lisboa uma medonha nuvem de grandes gafanhotos, vermelhos.

Voavam em direcção ao S. Desde a sua apparição até ao seu total desapparecimento no horisonte gastaram tres dias.

Outra tempestade

No dia 19 de novembro de 1724, houve em Lisboa uma terrivel tempestade de vento e chuva tão forte, que fez este dia memoravel para muitos seculos.

Cahiram muros, arruinaram-se edificios, despedaçaram-se as vidraças de muitas egrejas e palacios, quebraram-se muitas cruzes de marmore e de ferro, grimpas e remates de varias torres, de zimborios e campanarios; muitas arvores foram arrancadas em Lisboa e seus arredores.

Nada, porém, foi comparavel com as perdas e estragos nos navios fundeados no porto; porque, rebentadas as amarras, foram arrojadas dos seus ancoradouros, e se debatiam uns contra os outros.

Muitos foram a pique; outros impellidos pelas ondas, foram arremessados á terra, e alli despedaçados pela força das aguas.

Era tal o impeto com que estas batiam nos caes, que não só os desmantelaram, mas no de Santarem arrojou o vento as pedras da sua muralha até dentro do palacio do conde de Coculim.

Na Boa Vista quebraram as ondas com tanta força na praia, que chegaram, desfeitas em chuva, até ao mosteiro das religiosas bernardas; levando o vento nuvens de agua salgada até ao adro do mosteiro de S. Bento (hoje o palacio das côrtes).

O caes da Pedra e a ponte da Alfandega foram destruidas.

Desde a praia da Fundição (arsenal real do exercito) até á torre de S. Vicente de Belem, não se viam mais do que tristes despojos d'este horrivel temporal.

Perderam-se 16 navios portuguezes, já apparelhados e carregados com fazendas para a Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco

Angola, Costa da Mina e Porto, que todos deram á costa.

Tres naus de guerra tambem ficaram muito arruinadas. Barcos, muletas, fragatas, e lanchas, que se despedaçaram nas praias, foram innumeras, como as pessoas que morreram affogadas.

Os inglezes perderam 7 navios, e 35 receberam maiores ou menores avarias. Foram a pique 3 navios francezes e 3 hollandezes.

Este cyclone sentiu-se com a mesma violencia em muitas partes de Portugal. Em Setubal deram á costa todas as embarcações e caravellas que estavam fundeadas do lado das Fontainhas.

Na Ilha de S. Miguel se perderam no mesmo dia 7 navios.

Instituição da Academia Real de Historia Portngueza

No dia 8 de dezembro de 1720, teve logar a primeira sessão da Academia Real de Historia Portugueza, no palacio dos duques de Bragança (ao Thezouro Velho). D. João V se declarou (por especial decreto) protector d'este instituto, nomeando para directores o padre Manuel Caetano de Sousa, clerigo regular da Divina Providencia—o conde da Ericeira—e os marquezes de Fronteira, Alegrete, e Abrantes—e para secretario perpétuo o conde de Villar Maior, que depois foi marquez d'Alegrete.

N'esta primeira conferencia se ordenaram os estatutos e foram nomeados os academicos que faltavam para completar o numero de 50 effectivos de que a academia se compõe.

Além d'estes, ha academicos supra-numerarios, encarregados de remetterem á Academia memorias ou noticias sobre antiguidades.

Terramoto em todo o mundo

Teve logar no dia 9 de dezembro de 1321—aterrou todos os povos.

Em poucos minutos foi tres vezes sentido e cada vez com mais vehemencia.

Acclamação official de D. João IV

Em um sabbado, 15 de dezembro de 1640 foi jurado e acclamado como rei de Portugal, D. João IV.

Junto á varanda inferior do real palacio da Ribeira se levantou, no andar da mesma varanda, uma magestosa tribuna, e n'ella um estrado de quatro degaus, sobre outro de dois, tudo coberto de riquissimas alcatifas, e a tribuna armada de pannos de téla e veludo carmezím.

No mais alto dos degraus se póz uma cadeira, coberta de panno de brocado, debaixo de um rico docel bordado a ouro e prata.

Baixou o rei dos quartos superiores, vestido de risso pardo bordado a oiro, com abotoadura de brilhantes; opa de brocado roçagante, e ao pescoço um collar de grande valor, do qual pendia o habito da Ordem de Christo, circulado de diamantes; mangas de tela branca, lavrada de ramos de oiro e da mesma era o forro da opa, cuja cauda trazia João Rodrigues de Sá, seu camareiro-mór. Trazia um rico espadim de côrte, com copos de oiro.

Vinha adiante D. Francisco de Mello, marquez de Ferreira, com o estoque desembainhado, fazendo o officio do Condestavel do reino.

Serviu de alferes-mór, Fernão Telles de Menezes, que trazia a bandeira real, enrolada.

Seguiam-se D. Manrique da Silva, marquez de Gouveia e mordomo-mór, com a insignia do seu officio; e todos os prelados, titulares, fidalgos e ministros que se achavam na côrte, todos de pé e descobertos.

Assim que o rei chegou ao estrado superior, lhe descobriu a cadeira o seu reposteiro-mór, Bernardim de Tavora, e sentando-se, recebeu logo o sceptro de oiro, da mão do camareiro-mór, e feita uma discreta pratica, adequada ao acto, prestou o rei o costumado juramento, e o fizeram ao rei os que estavam presentes.

Terminado este acto desenrolou o alferes-mór a bandeira sagrada das Quinas, e disse em altas vozes:—«*Real! Real! Real!*—

Pelo muito alto e muito poderoso rei D. João IV, nosso senhor.»

Repetiu tres vezes as mesmas palavras em tres diversos logares, sendo sempre recebidas pelo povo com freneticos vivas e acclamações: vendo-se nos olhos da maior parte do povo, lagrimas de verdadeira alegria, por chegarem ao principio da liberdade, tão suspirada pelo longo decurso de 60 annos de escravidão.

Concluida esta formalidade, desceu o rei ao Terreiro do Paço, e dando-lhe o estribo da parte esquerda, Luiz de Miranda, seu estribeiro-mór, se poz a cavallo, levando-lhe a redea D. Pedro Fernandes de Castro, fazendo o officio de alcaide-mór de Lisboa e debaixo de um rico pallio, precedendo descobertos, e a pé, todos os titulares e fidalgos.

Chegando á entrada da pequena praça do *Pelourinho Velho*, que era na extremidade E. da Rua Nova, no sitio hoje, pouco mais ou menos occupado pelos edificios construidos entre a rua dos Fanqueiros e a da Prata, proximo á rua dos Capellistas—se fez ao rei uma elegante pratica, terminada a qual, lhe entregou D. Pedro de Menezes, conde de Cantanhede, e presidente da camara lisbonense, as chaves da cidade. O rei as recebeu, tornando-as logo a restituir ao conde, e se dirigiu com o seu sequito á egreja cathedral a dar graças a Deus pela sua elevação ao throno. Á porta do templo o esperava D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa; e, entoada a antiphona — *Benedictus qui venit in nomine domini,*—o recebeu com as ceremonias costumadas em similhantes funcções. Depois de praticado o acto religioso, que alli levara o rei e seu prestito, regressou com o mesmo estado ao palacio da Ribeira.

Outro grande incendio

No dia 31 de dezembro de 1369, pelas 4 horas da manhan se manifestou um pavoroso incendio, que levou toda a parte da *Rua Nova* (hoje pouco mais ou menos rua dos Capellistas, ou Rua Nova de El rei) do lado do mar, e a rua da Ferraria, até ao caes do Vér-o-Peso. Foram grandes os estragos em casas e fazendas, morrendo bastantes pessoas. Foi esta a primeira e uma das maiores calamidades que soffreu Portugal durante o reinado de D. Fernando.

—

A rua da Ferraria de que aqui se trata principiava á esquina da rua dos Arameiros, hindo do Campo das Cebollas, e terminava na rua da Magdalena.

Depois se chamou rua da Confeitaria e por fim dos Confeiteiros. Pelo edital do 1.º de setembro de 1859, foi mandada reunir á rua dos Bacalhoeiros, formando actualmente uma só rua sob esta ultima denominação.

Morte de D. Frei Luiz de Granada

No dia 31 de dezembro de 1588 falleceu em Lisboa com 83 annos de edade e 47 de residencia em Portugal o virtuoso D. Frei Luiz de Granada, da sagrada ordem dos prégadores e natural da cidade do seu appellido, onde nascêra em 1505. Foi mestre de philosophia, theologia, moral, e outras disciplinas ecclesiasticas; visitador e provincial da provincia de S. Domingos de Portugal. Foi confessor de D. João I, de sua mulher a rainha D. Catharina, e do cardeal infante D. Henrique, depois rei. Regeitou o bispado de Viseu, o arcebispado de Braga, e a púrpura cardinalicia, que lhe offerecêra o papa Xisto V; preferindo o serviço de Deus e do proximo, no púlpito, no confissionario, nas missões, na fundação de estabelecimentos de caridade, e em escrever e publicar livros utilisssimos, com que illustrou a egreja. Eram tão estimadas as suas obras que apenas se publicou o seu livro da *Oração e Meditação*, foi logo traduzido em nove linguas. Tambem teve grande acceitação, entre muitos sermões que publicou, o *dos Escandalos*, sobre as chagas artificiaes de uma freira do convento da *Annunciada*, cuja historia já fica descripta n'esta palavra. Tambem publicou na lingua latina nove tomos de sermões.

O papa Gregorio XIII, lhe escreveu uma

carta em fórma de breve, expedido em Roma a 21 de julho de 1582, em que agradecia e louvava as suas obras. Muitos bispos e arcebispos concederam indulgencias a quem lêsse ou ouvisse lêr qualquer fragmento dos seus livros.

Foi um varão de ardente caridade, voluntaria pobreza, profunda humildade e sublime despreso das coisas do mundo.

Nas alterações que houve n'este reino com a usurpação do Philippe II, perguntando-lhe alguem, qual era o seu partido, respondeu:—*Não sou castelhano nem portuguez: sou frade de S. Domingos.* (Vide Conceição Velha e antiga Misericordia de Lisboa.

Buonaparte e Carlos IV de Hespanha retalham Portugal

Pelo tratado de Fontainebleau de 27 de outubro de 1807, assignado pelo general francez Miguel Duroc, por parte de Buonaparte, e por D. Eugenio Izquierdo de Ribera y Lezaun, por parte de Carlos IV, dividiam Portugal a seu bel-prazer, da seguinte maneira: A provincia de Entre Douro e Minho, com a cidade do Porto, foi dada em toda propriedade e soberania ao rei de Etruria, com o titulo de rei da *Lusitania Septentrional.*

As provincias da Beira, Traz-os-Montes e Extremadura, *ficavam em deposito,* até á paz geral, para dispor d'ellas segundo as circumstancias, e *conforme ao que conviesse ás duas partes contratantes.*

A provincia do Alemtejo e o reino do Algarve, ficavam pertencendo em toda a propriedade e soberania a D. Manuel Godoy, denominado principe da paz, com o titulo de principe dos Algarves.

—

A Lusitania Septentrional, assim como o reino do Algarve, ficavam sendo hereditarios; e na falta de descendentes ou herdeiros legitimos, seriam dados por investidura, pelo rei de Hespanha, sem que jámais podessem ser reunidos debaixo de uma mesma cabeça, ou encorporados á corôa de Castella.

Estas *duas nações* reconheceriam como protector o rei de Hespanha, e em nenhum caso poderiam fazer a paz ou a guerra, sem sua intervenção.

—

No caso que as provincias da Beira, Traz-os-Montes, e Extremadura (que ficavam em sequestro) fossem entregues á casa de Bragança, em troca de Gibraltar, Trindade e outras colonias conquistadas pelos inglezes e seus alliados, este novo reino ficaria com as mesmas sujeições ao rei da Hespanha e sob o seu protectorado.

—

O rei da Hespanha ficava senhor da America Central e Meridional (portugueza e hespanhola) com o titulo de imperador das Duas Americas.

—

A divisão de todas as mais possessões portuguezas do Ultramar seria feita á vontade de Napoleão e do rei de Hespanha.

—

Este celebre tratado foi rectificado em Fontainebleau por Buonaparte a 29 de outubro do mesmo anno.

—

Não foi, porém, retalhado Portugal, porque tendo Buonaparte prendido traiçoeiramente Carlos IV e seu filho, depois Fernando VII, em 6 de junho de 1808, os hespanhoes se revolucionaram contra os francezes.

O roubo dos quarenta milhões de cruzados

Não satisfeito Napoleão por ter assim dividido despoticamente Portugal, em 23 de dezembro do mesmo anno de 1807, por um seu decreto datado em Milão, impoz a Portugal uma contribuição de guerra de cem milhões de francos, *para servir de resgate* (diz o decreto) *de todas as propriedades, debaixo de qualquer denominação, que sejam pertencentes a particulares.* Além d'isso, todos os bens pertencentes á rainha de Portugal, ao principe regente, e aos principes que disfructavam apanagios—e todos os bens dos fidalgos que acompanharam o rei para

o Brasil, e que não regressassem ao reino até 15 de fevereiro de 1808, seria tudo confiscado.

Felizmente as derrotas successivas de Junot em Portugal, terminadas pela convenção de Cintra, livraram este reino de mais aquelle monstruoso roubo.

A Companhia do Olho Vivo

José Nicós Lisboa Côrte Real, homem de grande sagacidade, fundou em Lisboa uma companhia de ladrões, que emprehendeu arrojados e grandes roubos. Elle e os seus adeptos viviam com grande fausto e estavam relacionados com as principaes familias da côrte.

A sua industria principal era a falsificação de letras, de obrigações de dividas e outros documentos. Tinham seus delegados nas nossas principaes possessões ultramarinas e até nas praças estrangeiras. Sacavam letras, falsificadas com tanta perfeição que eram promptamente pagas em toda a parte; e quando o não fossem, recorriam, com o maior descaramento, aos tribunaes, compellindo a pagar judicialmente aos suppostos devedores.

Em 1753 tinha esta companhia praticado roubos que montavam a centos de contos de réis. Accordou a justiça e depois d'uma devassa, feita com o maior segredo, ficaram indiciados, e foram logo presos José Nicós e 22 seus camaradas.

D. José I, tomou tanto a peito este negocio, e tanto recommendou aos desembargadores, que, em 15 dias, foi pronunciada a sentença, contida em 54 laudas. Segundo a mesma, José Nicós e nove dos seus foram sentenciados á morte e os demais, depois de serem açoitados pelas ruas publicas, foram condemnados a degredo perpetuo ou temporario. Entraram no numero dos réus tres mulheres, uma foi absolvida e duas condemnadas a açoites e a 5 annos de degredo para Castro Marim. Dos homens accusados só dois foram absolvidos. Esta sentença foi publicada em 28 de maio de 1753.

O *mordomo dos presos* pediu ao rei que, attendendo ao grande numero dos réus e ao grande volume do processo, lhe concedesse tempo para o exame d'este e factura dos embargos. [1]

O regedor das justiças tambem representou ao rei, que, em um só dia, se não podiam sentenciar os 1.os e 2.os embargos de um processo tão vasto e complicado; mas D. José I, por decreto de 27 de maio, apesar de não deferir a petição do mordomo dos presos, attendeu ao que lhe representára o regedor das justiças, ordenando que os primeiros embargos fossem julgados a 29 e os segundos a 30.

Nos primeiros embargos foi commutada a tres dos reus a pena de morte, em degredo perpetuo para Benguella, com baraço e pregão, sendo um d'elles obrigado a assistir á execução dos socios, sendo açoitado depois do supplicio d'elles.

Nos segundos embargos, foi commutada a pena de morte ao chefe da quadrilha, em degredo perpetuo. José Nicós era primo de Manuel de Passos, thesoureiro do senado, criado particular e grande valido do infante D. Antonio, tio do rei, e foi o infante que, segundo a voz publica, andou na noite anterior á sentença, por casa dos desembargadores, sollicitando a commutação da pena capital imposta ao chefe. Mesmo assim estavam os votos empatados se o desembargador Estevão Fragoso Ribeiro não desempatasse a favor da commutação dizendo no seu voto: — «não posso deixar de livrar o reu Nicós da pena de morte, porque me vejo obrigado a obedecer a quem, pedindo, manda»—dando mesmo a entender ter sido o dito infante.

Esta decisão do segundo embargo causou geral indignação e escandalo em Lisboa. Ficavam, pois, apenas seis réus condemnados á morte.

No 1.º de junho do mesmo anno, pelas 10 horas da manhan, sahiu o fúnebre prestito da cadeia: na frente ia Nicós e João d'Almeida, condemnados a assistirem ás execu-

[1] Antigamente a Misericordia dava aos presos um mordomo encarregado da sua defeza, e era obrigado a intrepor recurso de 1.os e 2.os embargos que deviam ser resolvidos no mesmo dia.

ções e a serem açoitados depois d'ellas, sendo depois degredados perpetuamente para Benguella.

Um esquadrão de cavallaria continha a plebe que vociferava contra a sentença, que mandando enforcar 6 cumplices, poupava o seu chefe.

Terminou a execução ás 6 horas da tarde, e então José Nicós e João d'Almeida foram despidos e principiaram a receber açoites, desde a forca até ao Limoeiro.

Nicós, soffreu este humilhante castigo com o maior descaramento, e chegando á cadeia foi para a sala livre, como antes dos açoites, porém os presos o repelliram, e se oppuzeram á sua estada alli, pelo que foi mandado para a enxovia.

O desembargador Fragoso foi reprehendido, por um decreto, pelo facto de ter declarado no seu voto que obedecia ao empenho de pessoas poderosas, ficando temporariamente suspenso do seu exercicio. Apesar d'esta suspensão só durar até ao dia 5, foi tamanho o desgosto do desembargador, que morreu de pezar, no dia 9.

No dia immediato ao da execução, sahiu um decreto real, considerando José Nicós *indigno da sociedade das gentes, que podia preverter ou inquietar com os seus pessimos e escandalosos costumes, em qualquer terra que habitasse, e que, por isso fosse preso por toda a vida na Torre do Bugio, em carcere subterraneo e incommunicavel.*

No dia 20 de junho foi Nicós algemado e além d'isso atado a dois quadrilheiros, e acompanhado por 10 alcaides e um escrivão, para a torre do Bugio e ahi mettido em uma casa fórte subterranea de 6 palmos de largo, 11 de comprido e 25 de alto, recebendo a luz por uma fresta.

Foi-lhe assignado para seu sustento, mensalmente 7 arrateis de carne, meio alqueire de feijão, canada e meia de azeite, e por dia um arratel de biscoito e uma canada de agua.

Assim terminou a célebre causa da *Companhia do Olho Vivo.*

A casa do senado da camara de Lisboa

Foi mandada construir pela camara. Tiveram principio as obras em 1770, e se concluiram em 1774, importando na quantia de 121:099$271 réis.

No 1.º andar do lado da rua do Arsenal, era a séde da *casa dos vinte e quatro*, occupando as divisões onde depois esteve a companhia de seguros *Fidelidade.*

Na frente para a rua do Oiro habitou a rainha D. Maria I e seu filho o principe regente D. João, occupando tambem o edificio fronteiro até á rua Augusta, que communicava com o antecedente por um passadiço. Veio para aqui a familia real em 1795.

As paredes da sala das sessões da camara eram revestidas de magnificos pannos de raz, representando a vida do imperador Constantino, e que eram os melhores que havia em Lisboa. Tinham custado 16 mil cruzados (6:400$000 réis).

N'esta mesma sala estavam os retratos das pessoas reaes, e no topo um retabulo de Nossa Senhora da Conceição, obra do célebre Pedro Alexandrino Coelho, auctor de outros muitos quadros de grande merecimento, incluindo os dois grandes paineis, que estão aos dois lados da entrada da Sé cathedral.

As salas que depois occupou o *Banco de Portugal*, tambem eram forradas de pannos de raz, de bastante merecimento, mas inferiores aos da casa das sessões.

Este edificio era de boa e robusta cantaria, e todas as suas madeiras eram do Brasil, e de muita duração. Tinha todo o edificio 86^m,46 de comprimento, 43^m,12 de largura e 16^m,75 de altura.

Em uma quarta-feira, pelas 9 horas da noite, do dia 19 de novembro de 1863, se declarou um incendio n'este vasto edificio, devorando-o todo e causando enormes prejuizos. Foi um dos maiores incendios de Lisboa, nos nossos dias.

Lisboa em 1580

Tinha 328 ruas, 140 travessas, 89 béccos, e 62 viellas.

Tinha 21 freguezias, e grande numero de egrejas de conventos, e outras, e muitas capellas publicas e particulares.

Tinha seis paços reaes (os da Ribeira, o de Santos, o dos Estáos, o de Xabregas, o de Santo Eloy, e o da Alcaçova.)

Tinha 10:000 casas (alguma d'ellas com quatro e cinco andares) onde habitavam *desoito mil familias*, vindo a ser a sua população permanente cem mil almas, incluindo *dez mil escravos*, isto além da população fluctuante, que era sempre numerosissima, vinda não só das provincias, mas da maior parte dos reinos da Europa e de alguns da Asia, Africa e America.

Macrobia

Em setembro de 1774 falleceu no hospital de S. José, uma preta chamada Joaquina Rita, com 111 annos de edade.

Instiiuição da bolsa do commercio em Portugal

«As noticias e documentos que offerecemos aqui ao publico sobre a instituição da bolsa do commercio em Portugal, já se acham publicados por escriptores nossos, mas dispersas por differentes obras; pelo que nos pareceu que não seria inutil ajuntal-as n'esta nota, e isto vamos fazer.

«A primeira noticia que achamos do estabelecimento de uma bolsa do commercio no nosso reino, data do tempo do grande rei D. Diniz.

«Tinham os mercadores de Portugal e Algarve feito entre si *postura*, que todas as barcas que fossem de cem tonelladas acima, e carregassem nos portos d'este reino para Flandres, Inglaterra, Normandia, Bretanha, e Arrochella, pagassem *vinte soldos destiliis* sobre o frete, e as que fossem de menos de cem tonneladas pagassem *dês soldos destiliis*, e outrosim que os barcos que fossem fretados dos mercadores da terra para além mar, ou para Sevilha, ou para qualquer dos logares sobreditos, pagassem do mesmo modo e na mesma proporção, e que do producto d'estas contribuições tivessem os mercadores em Flandres *cem marcos de prata ou a valia d'elles*, e o resto em Portugal, no logar que bem parecesse, de maneira que d'esta *Bolsa commum* podessem acudir a seus pleitos e negocios, e a tudo o que podesse ser em beneficio geral do commercio.

«Feita esta *postura*, pediram os mercadores a el-rei, que houvesse por bem confirmal-a e outhorgal-a, como dito é, *emquanto que aos maiores e aos melhores* de entre elles assim aprouvesse, e que aquelle que contra ella fosse, pagasse *dés livras destiliis pera esta comuna.*

«El-rei D. Diniz, entendendo que a *postura* que elles entre si faziam era a serviço de Deus e seu, e gram aproveitamento da terra, confirmou e outhorgou as condições d'ella pela carta do theor seguinte:

«Dom Diniz pella graça de Deos, Rey de «Portugal e do Algarve. A quantos esta car«ta virem faço saber que como os merca«dores de meus regnos entendessem a fa«zer uma postura antre sy, que era muito «a serviço de Deus, e ao meu aproveitamen»to da inha terra, a qual postura he a tal «que todalas barcas, que fossem de cem to«nees acima, e carregassem nos portos de «meus regnos para em Frandes, ou pera «Engraterra, ou pera Lormandia, ou pera «Bretanha, ou pera Arrochela, que pagas«sem vinte soldos destiliis no frete, e as ou«tras barcas, que forem de cem toneis afun«do, que pagassem dez soldos destiliis; e ou«tro si que se alguma barca for fretada dos «mercadores de inha terra pera aalem mar, «ou pera Sevilha, ou pera os outros loga«res, e que van pera en Frandres, ou pera «cada huuns d'estes logares de susoditos, pa«guem cada huuma dessas barcas assi co«mo de susodito, e dest'aver devem a teer «em Frandres esses mercadores cem mar«cos de prata, ou a valia d'elles, e o outro «em inha terra, em aquelles logares hu el«les tiverem por bem: E esto fazem esses «mercadores per razom que quando alguuns «negocios ouverem, ou entenderem a aver, «assy em Frandes, como em cada huma das «outras terras, que sejam seus preitos, e «seus negocios, e façam despezas dese aver, «e outrossy pera aquellas cousas, que elles «virem que seera aprofeitamento e honra da «terra. E esses mercadores pedirom-me p r

«merce, que eu lhes confirmasse e outorgas«se esta postura assy como de susodito, de«mentre que a esses mercadores proguesse, «aos mayores, e aos milhores; e que aquel, «que contra esto fosse, que peitasse dez li«vras destiliis pera esta comuna. E eu en«tendendo, que esta postura, que elles an«tre sy faziam, que era a serviço de Deos, e «ao meu, e gram profeitamento da inha ter«ra, e querendo-lhes fazer graça e mercée, «mando, e outorguo, e confirmo-lhes esta «postura, assy como em esta carta he con«theudo. Em testimonio desta cousa dei«lhes ende esta carta. Dante em Lisboa dez «dias de Mayo: ElRei o mandou per Mar«tim Perez, chantre d'Evora, seu clериguo. «Joham André a fez, era de mil trezentos «trinta e hum annos (anno de Christo 1293. »*Real Archiv. Livr. de Extras.*» *Dissert.* «*Chronol e Crit.* tom. 3. *append. de documen*»*tos* num. LXII).

«Esta utilissima instituição, que muito acredita a concordia, o bom senso e o amor do bem publico dos mercadores portuguezes, e que devia ser de grande vantagem e proveito para o commercio, foi depois restaurada e ampliada, em tempo de el-rei D. Fernando.

«Este principe, de quem Manuel de Faria e Sousa tem o atrevimento e desaccordo de dizer «que não pôz a mão em cousa alguma com acerto» foi contudo, segundo a phrase de outro escriptor mais judicioso e mais veridico, *benemeritissimo da policia, agricultura e commercio*, e podera tambem accrescentar que da *navegação e marinha*, que não só em seu tempo se conservou no bom estado em que a deixaram os seus antecessores, mas tambem teve notaveis augmentos, devidos ao zêlo com que este principe a favoreceu.

«Foi elle com effeito o primeiro, que nos conste, que concedeu muitos e mui valiosos privilegios às pessoas que fabricassem ou comprassem *naves, ou baixeis tilhados de cincoenta tonees acima*, nomeando dois mercadores que fossem veedores e executores dos ditos privilegios e zelassem a sua observancia quasi como magistrados, provedores do commercio e desembargadores dos embaraços que a elles se pozessem, encarregando-os, ao mesmo tempo, de entenderem com egual auctoridade sobre *huma hordinhaçom e companha*, sua alteza havia feito por bem dos ditos navios e commercio. A qual ordenação e companhia parece dever-se entender da bolsa commum, já por el-rei D. Diniz auctorisada e confirmada, e agora novamente instaurada e ampliada.

«Assim o entendeu o douto chronista Duarte Nunes de Leão, quando disse que el-rei D. Fernando, para no reino haver copia de navios, e se accrescentar o trato e commercio, deu muitos privilegios e isenções e ajudas aos que fizessem naus e navegassem. E que para mais sem perigo o fazerem, inventou uma *Ordenança e Companhía das náos* para que quando alguma se perdesse não ficasse tambem perdido o dono d'ella. Para o que ordenou uma *bolsa* onde contribuiam todos que tinham naus, ou navios, e com elles navegavam, dando todos uma pequena porção de ganho do que alcançavam de que se refaziam as perdas por mui boa maneira. *A qual*, (conclue o escriptor) *foi huma lei mui humana e util, porque ninguem temia ficar perdido, ainda que a sua nau se perdesse, porque se lhe restituia a perda por aquella invenção sem oppressão de ninguem.*

«A carta de el-rei D. Fernando copiada do *Livro grande* do cartorio da camara da cidade do Porto, é do theor seguinte:

«Dom Fernando pella graça de Deos Rey «de Portugal, e do Algarve. A vós correge«dor e juizes da nossa cidade de Lixboa, e «a todollos outros juizes, e justiças dos nos«sos reynos, a que esta carta for mostrada, «saude: Sabede, que nós avendo por servi«ço de Deos e nosso, e prol e honra grande «da nossa terra e dos nossos naturaes, con«siderando como, e por que guisa os mer«cadores della, e todo o outro nosso povoo «poderiam aver melhor vivenda, e trabalha«rem suas vivendas, e suas mercadorias, e «porque o nosso tallente foi sempre e he de «lhes fazermos muitas merces per elles ave«rem tallante de nos servir bem e lealmen-

«te como sempre fezerom, ouvemos por bem «de lhes outorgar algumas graças e merces «a todos aquelles, que quizerem fazer, ou «comprar naves, ou baxées tilhados de cin- «coento tonées acima; as quaes graças e «merces, os escusamos que nom tenham ca- «vallos, nem servam por mar nem por ter- «ra com os concelhos, onde forem morado- «res, nem sem elles, salvo se for com o nos- «so corpo, nem pagarem em fintas, e talhas «nem em sizas, que sejam lançadas por nós, «nem por os concelhos, nem outra nenhu- «ma cousa, salvo tam solamente nas aduas «dos muros, onde forem moradores, segundo «mais compridamente em elles he contheu- «do: e ora alguns moradores, e vezinhos, »moradores em essa cidade, que os ditos «navios teem, se nos agravarom dizendo, «que quando acontece que vaão, ou man- «dam comprar suas mercadorias, e outro sy «vinho, e aver de pezo por algumas partes «dos nossos reynos, que lhes vaão em al- «guns logares contra os ditos privilegios, e «lhos nom querem aguardar, e os constran- «gem e penhorom que paguem as sizas del- «les, que som postas em esses logares, e em «nas outras cousas, de que per nós som pri- «vilegiados, como dito é, e que porém nos «pediam por mercee, que lhes ouvessemos »sobrello algum remedio, e lhos mandasse- «mos cumprir e guardar em todo pela gui- «sa que em elles he contheudo. E nós veen- «do o que nos pediam, e querendo-lhes fa- «zer graça e mercee, teemos por bem, e «mandamos-vos que lhes cumprades e aguar- «dedes, e façades cumprir e aguardar em «todo pella guisa que em elles he contheu- «do, e lhe nom vaades contra elles em ne- «nhuma guisa, nem consentades a outra ne- «nhuma pessoa que lhe contra elles vaa, se «noom seede certos que Nos volo estranha- «remos nos corpos, e nos averes, como «aquelles que vaão contra mandado do seu «Rey e Senhor. E por quanto nós avendo «por nosso serviço, fazermos Lopo Martins e «Gonçalo Peres Canelas, mercadores, mora- «dores na dita cidade, e veedores, e exe- cutores d'esse privilegio, e de uma *Hordi- «nhaçom e Companha*, que avemos feito em «razom dos ditos navios, aos quaes damos «poder pera livrarem e seerem executores «de quaesquer cousas que pertencerem, e ou «tro sy aa dita companha, e que seja por elles «desembargado qualquer cousa, que perten- «cer á dita companha e privilegio: mandamos «a qualquer tabaliam dos nossos reynos, que «se algumas pessoas ou Officiaes nossos, ou «d'esses conselhos lhe nom quizerem aguar- «dar os ditos privilegios, e lhe contra elles «forem em parte ou em todo, que o citem, «que ataa oito dias primeyros seguintes pa- «reçam perante os sobreditos Lopo Martins «e Gonçalo Peres mostrar rezom, porque «lhos embargam, aos quaes mandamos que «façom correger a esses, que assy forem pos- «tos os embargos, pellos bens desses embar- «gadores, todas perdas e danos, que por es- «sa razom receberem, e as custas que so- «brello fizerem. Dante em Lixboa, oito dias «de Dezembro. ElRei o mandou: Johanes «Steves a fez. Era de 1418 annos.» (anno de 1380.) *(Dissert. Chronolog. e Crit.*, tom. I., *append. de document.* num. LXXXIII.)

«As perturbações que em Portugal se experimentaram depois da morte de el-rei D. Fernando, foram causa de que esta excellente instituição ou ficasse logo esquecida, ou não tivesse inteiro cumprimento, pois a vemos renovada por el-rei D. João I, por outra sua provisão, dada em Santarem a 11 de julho de 1397, á requerimento do concelho e homens bons da cidade do Porto.

«Representaram elles a el-rei: Que nos tempos *dos reis seus antecessores* ouvera na dita cidade *ordinhada bolsa de certos dinheiros que se lançavam e contavam nas avalias dos averes que se hi carregavam em navios pera outras partes, e dos panos que se carregavam de retorno*, para d'ahi se pagarem as despezas que se faziam, quando enviavam per a costeira do mar saber parte d'esses navios, se lhe alguum embargo acontecia assycomo ora em Galfiza, e outro sy em Inglaterra por costumes e imposições novas que lhes demandavam e por outras causas similhantes, segundo sse sempre costumou de fazer: que este direito se não tirara, nem arrecádara desde a elevação de el-Rei ao throno por causa da guerra e de outras

necessidades e embaraços que se seguiram: que ora por serviço d'el-Rei e por prol e honra da cidade *accordaram de se renovar e pôr em obra;* e que perguntado alguns de fora da cidade que ahi vinham carregar, recusavam concorrer e pagar para aquelle estabelecimento: pediam que sua alteza lhes pozesse a isso remedio.

«El-Rei D. João deferiu a este pedido e ordenou que chamados os povos do concelho, ou a maior parte d'elles, e concordando a maior parte em que continuasse o direito da bolsa *como sempre em tempo de outros Reis se usou e costumou de fazer* fossem constrangidos a pagar esses mesmos que agora a isso se recusavam, sem a isso se oppôr embargo algum, etc. Eis aqui a carta de el-Rei copiada de cartorio da camara do Porto nas *Dissert. Chronolog. e Cril.* tom. 1.º no *append. de docum.* num. LXXXV.

«D. Joham pella graça de Deus Rey de «Portugal e do Algarve, A vós Gonçalle Anes «de Carvalho, Juiz pos nós na cidade do «Porto, e a outros quaesquer, que esto ou«verem de veer, a que esta carta for mos«trada, saude. Sabede que o concelho e ho«mens bons dessa cidade nos enviarom di«dizer, que nos tempos dos Reis nossos an«teçessores ouve na dita cidade hordinhada «bolsa de certos dinheiros, que sse lança«vam, e contavam nas avalias dos averes «que se hi carregavam em navios pera ou«tras partes, e dos panos que sse hi carre«gavam de retorno, pera se pagar delo as «despezas, que sse faziam quando envyam «per a costeira do mar saber parte desses «návios, e averes, se lhe algum embargo «acontecia: assy como ora em Galliza, e «outro ssy em Ingraterra por costumes, e «empossiçoens novas, que lhes demanda«vam, e por outros caussos semelhantes, se«gundo sse sempre costumou de fazer: o «quál dito direito sse nom tirou, nem «rrecadou, depois que nós ouvemos estes «reignos per rezom de guerra, e outras ne«cicydades, e embargos que se seguirom, «e que ora, entendendo por nosso serviço, e «por prol e honra da dita cidade acorda«rom de se renovar, e pôr em obra, e que «porquanto alghuuns de fora da dita cidade, «que hy carregam, recusam pagár em ello» «que nos pediam per merçêe que lhes ou«vessemos a ello remedio. E nos veendo o «que nos pediam, teemos por bem, e man«danmos-vos que ffaçades logo chamar todos «os desse concelho, ou a maior parte delles «por pergom, e sse todos, ou a mayor parte «d'elles disserem que he bem tirar se o di«te direito da bolsa, *como sse sempre em «tempo dos outros Reys husou e costumou de «fazer*, que ssem outro embargo constran«gades, e mandedes constranger que pa«guem em ello esses, que em ello assy re«cusarem de pagar, e fazede-lhes os cons«trangimentos que entenderdes que pera «ello conprem, e sobresto não ponhades ou«tro nenhum embargo, em nenhuma manei«ra, que seja. Unde al nom façades. Dante «em Santarem XI dias de Julho. El Rei o «mandou per Ruy Lourenço Daiam de Coim«bra, Leçençiado em Degredos, e per Joham «Affonso, Scollar em Leis, sseu vassallo, an«bos do seu Desenbargo. Vasco Anes a ffez. «Era de mil CCCCXXXV annos» (anno de Chr. 1397).

Monumentos

Basilica do Coração de Jesus

(Convento da Estrella)

E' um dos mais sumptuosos monumentos de Lisboa. Dá-se a este edificio sagrado o nome vulgar de convento da Estrella, por ter sido edificado no largo do pequeno convento de Nossa Senhora da Estrella, que foi de frades bentos e que hoje está convertido em hospital militar. A este, para o differençar do outro, se dá o nome de *Estrellinha.*

D. Maria I, não tendo filho de seu marido e tio, D. Pedro III, fez voto de edificar esta egreja logo que tivesse um successor á corôa. Obteve o que desejava e cumpriu o voto.

Principiou a fundação em 24 de outubro de 1779, e concluiram se as obras em 15 de novembro de 1790, tomando n'esse mesmo dia posse do seu novo convento as religiosas de Santa Thereza de Jesus.

Desenhou o edificio e dirigiu as obras o major Matheus Vicente, que, desanimado pelos defeitos que lhe notaram, e elle reconheceu no seu plano, morreu de desgosto em 1786.

Foi seu successor na direcção da obra, o o major Reynaldo Manuel. Ambos eram discipulos da escola de Mafra.

O edificio tem em frente um amplo terreiro, e depois d'elle o vasto e formoso passeio publico da *Estrella*. A egreja ergue-se sobre um espaçoso adro de cantaria, para o qual se sóbe por uma escadaria rodeada de columnelos. A fachada tem quatro columnas sobre as quaes se vêem quatro estatuas collossaes, representando a Fé, a adoração, a Liberdade, e a Gratidão; e aos lados, em nichos, as de Santa Thereza, Santo Elias, e Santa Maria Magdalena de Pazzi.

Dão entrada para o vestibulo da egreja 3 portas, rasgadas entre as 4 columnas; e 2 abertas no envasamento das torres, dão serventia para o mosteiro.

A melhor peça d'este edificio é o celebre zimborio, que pela sua altura, se vê a grandes distancias, sendo o primeiro objecto que se offerece á vista do navegante que entra a barra do Tejo. As torres são no gosto das de Mafra e teem 11 sinos, pezando o das horas 275 arrobas (4:125 kilogrammas.)

No vestibulo da egreja estão as estatuas de Nossa Senhora e S. José.

As paredes e o pavimento do templo são revestidos de marmores de côres. Na capella-mór ha dois seraphins, guardando o throno, de primorosa esculptura. Do lado da epistola está o mausoléo da fundadora, cujos restos foram para aqui transferidos do Rio de Janeiro, onde fallecera em 20 de março de 1816, com 82 annos de edade, pois tinha nascido em 17 de dezembro de 1734.

Os seis altares do corpo da egreja são adornados de excellentes quadros, sendo o do Coração de Maria, pintado por D. Maria Benedicta, princeza do Brasil.

Toda a esculptura do interior da egreja, assim como o baixo relevo da frontaria são do bem conhecido Joaquim Machado de Castro, auctor da estatua equestre da Praça do Commercio. As estatuas exteriores são dos seus discipulos e outros artistas da escola de Mafra, assignados nos pedestaes das suas respectivas estatuas.

Importou toda esta obra na enorme quantia de 6:400 contos de réis (16 milhões de cruzados.)

Aqueducto das Aguas Livres e Mãe d'Agua

E' a melhor obra que mandou fazer D. João V, e uma das raras que este soberano emprehendeu de reconhecida utilidade publica. Principiou em 1729 (quando estava a concluir-se o convento de Mafra) e concluiu-se em 1749.

O risco e desenho são do brigadeiro Manuel da Maia.

O seu primeiro manancial é a ribeira das *Aguas Livres* (d'onde toma o nome) que corre junto a Bellas. Recebe mais a agua de varias nascentes, até ao *Monte das Tres Cruzes*, onde atravessa a ribeira de Alcantara pelo famoso aqueducto das Amoreiras e entra na cidade.

E' n'este sitio a sua maior altura. A galeria interior do aqueducto tem 7 palmos de largo e 14 de alto, fóra o encanamento, que é palmo e meio de cada lado. No espaço que fica entre os dois encanamentos é de 3 palmos.

O encanamento total do aqueducto é de 18 kilometros em linha recta, mas com os ramos transversaes anda por 30.

A attura do arco grande, que está no centro e sobre a ribeira de Alcantara, é de 315 palmos e a largura do vão de 159. A grossura da parede sobre o pavimento é de 50 palmos.

E' de tanta solidez este portentoso e admiravel monumento, que o terramoto de 1755, que destruiu robustissimos edificios, nem o minimo prejuiso lhe causou.

Tem ao todo 127 arcos, sendo os maiores os 35 que se erguem sobre o valle e ribeira de Alcantara, tendo a obra n'este sitio 780 metros de comprimento.

Por cima d'esta monstruosa arcaria ha dois passeios, um ao E. e outro ao O., e parallelos ao encanamento. Tem cada um

14 palmos de largo. Antigamente eram estes passeios francos ao publico, tanto para peões como para cavalleiros; depois se collocaram nas entradas grandes pedras quadradas, para impedir o transito de gente a cavallo, e por fim foi tambem prohibida a passagem de peões.

No sitio das Amoreiras é o aqueducto sustentado por um magestoso arco de architectura Dorica, que se eleva na rua das *Aguas Livres*.

—

Perto d'este arco está o magestoso reservatorio, chamado vulgarmente *Mãe d'Agua;* que é uma elevada torre quadrilatera, tendo do lado do N. uma grande e formosa cascata e no centro um vastissimo tanque ou deposito, cercado de elegantes arcos, cobertos de solida abobada, e adornados de elegantes estatuas.

Fornece este reservatorio agua para 30 chafarizes, sendo 18 dentro e 12 fóra dos muros da cidade.

A capella dos santos Verissimo, Maxima e Julia

No convento de S. Pedro de Alcantara, fundado em 1672, e hoje transformado em recolhimento das orphans da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, no alpendre do adro da egreja está sepultado o cardeal D. Verissimo de Alencastre, arcebispo de Braga e inquisidor geral, que aqui morreu em 12 de dezembro de 1692, e que tinha concorrido com grandes esmolas para a fundação d'este mosteiro.

Em uma ilharga da sua sepultura, mandou seu irmão D. frei José d'Alencastre, bispo inquisidor geral, fazer uma rica e primorosa capella dedicada aos santos martyres lisbonenses, baptisados n'esta freguezia Verissimo, Maxima e Julia. Creou para esta capella 4 capellães, com o ordenado de 80$000 réis cada um, que todos os dias diziam aqui missa por sua alma. Eram administradores da capella os condes de Villa Nova Nova de Portimão.

Esta linda capella é construida da mais fina pedraria em mosaico claro, e ornada com primorosos desenhos, obra dos melhores esculptoros e pintores do seculo XVII.

É notavel que este monumento tão digno de ser visto e admirodo, é descouhecido até por muita gente de Lisboa.

Estatua equestre de D. José I, na Praça do Commercio

(Memoria do Terreiro do Paço)

O primeiro desenho d'este monumento foi feito pelo architecto Eugenio dos Santos, mas encarregando-se a Joaquim Machado de Castro a execução da obra, lhe fez notaveis alterações, tanto nos grupos lateraes, como na estatua principal; e o baixo relevo é exclusivamente de Joaquim Machado; que em fins de 1770 principiou um modelo em cera, de 44 centimetros de altura, que em 21 de março de 1771 foi apresentado ao rei, em concorrencia com outro modefo feito por um esculptor maltez, sendo preferido aquelle. [1]

Logo no dia 22 deu Sebastião José de Carvalho ordem a Joaquim Machado para se entregar exclusivamente a esta obra, e concluil-a com a possivel brevidade.

Machado fez outro modelo em barro, de 4 palmos, que foi approvado em junho de 1771.

Em 16 d'outubro do mesmo anno, principiou um terceiro modelo, em gesso, de 31 palmos d'altura, que concluiu em 10 de março de 1772. Foi este entregue ao brigadeiro Bartholomeu da Costa, para se tirar a fôrma, e d'ella se extrahiram as ceras, que tinham de ser transformadas em bronze.

Em 11 de outubro de 1773 principiou Machado os retoques nas peças separadas, que se concluiram em 18 de dezembro.

O brigadeiro Bartholomeu da Costa principiou o processo da fundição da estatua de bronze, no arsenal real do exercito, no dia 16 de outubro de 1774.

Foi a fundição feita de um jacto, e sahiu

[1] Este modelo foi depois doirado; e o marquez de Pombal o mandou para a sua quinta de Oeiras, onde ainda existe.

promptpta logo da primeira vez, com pequenas imperfeições que se compozeram.

Entraram no forno 656 e meio quintaes (2626 arrobas) de bronze, sendo empregados na estatua 500 quintaes, porque o resto ficou nos canaes por onde correu o bronze e nos gitos. Além d'isto tem a estatua na sua armação interior 100 quintaes de ferro.

Concluida com a maior felicidade a fundição, passou Joaquim Machado, com 83 operarios, a cinzellarem e retocarem a obra, no que gastaram 63 dias.

No dia 15 de maio de 1775 foram o rei e a rainha ao arsenal vêr a estatua; mas como se via de muito perto ,se tornaram muito salientes as suas dimensões, pelo que a rainha disse: «que o rosto do monarcha estava horrendo,» ao que Joaquim Machado respondeu que, collocada a estatua na altura delineada, desappareceriam o que ella julgava monstruosidade, e que não era mais do que harmonia nas proporções da estatua.

Esteve a mesma estatua patente ao publico desde o dia 16 até 20 do referido mez, em que foi suspensa do forno.

No dia 21 foi collocada sobre o carro em que havia de ser conduzida ao logar que lhe era destinado, e no dia 22 principiou a sua marcha para o Terreiro do Paço, no que gastou 3 dias e meio. Foi puxada por mais de mil homens; os membros da casa de Vinte e Quatro, o juiz do povo, o conselho fiscal das obras publicas e a corporação das mesmas, pegaram aos cordões do carro.

No dia 27 foi a estatua collocada no seu pedestal; mas ficou alguma coisa inclinada sobre o lado esquerdo, porque — tendo-se feito um cordão de tropa para que pessoa alguma passasse além d'elle, afim de não perturbar os trabalhos, um tenente mandou sahir Joaquim Machado, que estava em um andaime, apesar d'este lhe dizer quem era.

O transporte da estatua, desde a Fundição até ao Terreiro do Paço, foi dirigido pelo mestre Reinaldo dos Santos.

Tem a estatua 31 palmos de altura, e as figuras do grupo 14. A altura total do monumento é de 79 palmos e $^{3}/_{8}$.

Fallecido D. José, sua filha e herdeira mandou tirar da frente do pedestal, que olha para o sul, o medalhão de que resaltava o busto do marquez de Pombal, o que se realisou na noite de 26 para 27 de abril de 1777.

O medalhão, que era de bronze, foi recolhido no arsenal real do exercito, e substituido pelas armas da camara da cidade.

Em 12 de outubro de 1833 repoz-se no seu antigo logar o busto do grande ministro por um decreto da regencia, referendado dois dias antes.

Monumento do Rocio

No dia 15 de setembro de 1821, D. João VI e os infantes D. Miguel e D. Sebastião foram á praça do Rocio lançar a pedra fundamental de um monumento que as côrtes decidiram erigir, commemorativo da proclamação da constituição de 1820.

Cahida a constitução no 1.º de junho de 1823, D. João VI mandou apear e arrazar o que do monumento, ainda em construcção, já estava prompto.

Em 8 de julho de 1852, a rainha D. Maria II e a côrte lançaram a pedra fundamental do monumento levantado á memoria do pae da mesma augusta soberana. A praça, por esse facto, tomou o nome de D. Pedro. Este monumento desagradou pela deselegancia da contrucção, e o povo alcunhava-o de *galheteiro*. O governo mandou-o apear, sendo as pedras conduzidas para o Pateo do Regedor, onde jazeram por muitos annos. Finalmente em 1870 concluiu-se o actual monumento, modelado pelo risco de mr. Dabieux e esculpturado por mr. Robert, sendo a construcção executada pelo artista Germano José de Salles. Consiste em um amplo pedestal em que se firma uma alta columna de marmore fino, rematando pela estatua pedestre do duque de Bragança fundida em bronze. Na base do monumento assentam quatro figuras allegoricas representando a Justiça, a Prudencia, a Fortaleza e a Temperança. Em cada face do pedestal avultam quatro bellos escudos das dezeseis principaes cidades de Portugal, e uma inscripção em lettras de bronze.—Dizem as quatro inscripções:

Do lado de Este:

NASCEU EM 21 DE OUTUBRO DE 1798

Do lado do Sul:

A D. PEDRO IV, OS PORTUGUEZES, 1870

Do lado de Oeste:

FALLECEU EM 24 DE SETEMBRO DE 1834

Do lado do Norte:

OUTORGOU A CARTA CONSTITUCIONAL
EM 29 DE ABRIL DE 1826

A parte inferior da columna adorna-se com quatro figuras da Fama em baixo relevo, ligadas por festões pendentes das mãos.

Muralha de S. Pedro de Alcantara

O terreno onde hoje está a muralha, construida quando se fez o aqueducto das Aguas Livres, foi por muitos annos um vasadouro dos entulhos provenientes dos desaterros para as novas edificações que se hiam fazendo, em razão da calçada da Gloria e da rua das Taipas serem de pouca passagem.

Foi a muralha construida depois do anno de 1723, em que começaram as obras do aqueducto.

Em 1752 queixaram-se officialmente os moradores de Lisboa da delonga com que se faziam as obras de canalisação, porque o aqueducto chegava então ao sitio do Rato, e não havia fontes para os outros bairros.

Todavia só em 1754 é que começou a correr agua no chafariz de S. Pedro de Alcantara. Houve o projecto de levar a agua do deposito de S. Pedro de Alcantara para os bairros orientaes da cidade por meio de um aqueducto, plano gigantesco frustrado como muitos outros.

Aguas mineraes intra-muros de Lisboa

Ha dentro da circulação de Lisboa muitas nascentes de aguas mineraes, mas as principaes são as que foram chimicamente analysadas na exposição universal de Paris em 1867 por meio do sulphidometro de Dupasquier. A saber:

Nascente sulphurosa do Arsenal de Marinha [1]

Esta agua borbulha a alguns metros da margem direita do Tejo, perto das officinas do arsenal de marinha. A prova de que a communicação com o rio é directa, é que o nivel do poço varía consoante as marés. A agua d'esta origem é clara, mas ligeiramente colorida de amarello; tem um fraco cheiro a ovos chocos, como as aguas sulphurosas, e o sabor fortemente salgado. A temperatura é de 22°5c, sendo a do ar exterior de 27°5c. A composição d'esta agua varia segundo as marés, assim como segundo as differentes profundidades em que se procure. Resulta de muitas analyses feitas para a determinar: por kilogramma d'agua, entre 0 gr. 021026 de acido sulphydrico e 0 gr. 042612; a dos principios fixos varia entre 26 gr. 2963 e 28 gr. 2139.

Estes principios são chloruretos de sodium, de potassium, de magnesium, brometo de potassium, sulphatos de cal, de magnesia, de ferro e de alumina e silice.

Alcaçarias

Estas origens estão situadas na parte oriental da cidade de Lisboa, a uns 60 metros da margem direita do Tejo. Rebentam por diversos pontos na vertente do outeiro em que assenta o castello de S. Jorge. Muitas d'estas origens foram canalisadas para os dois estabelecimentos conhecidos sob o nome geral de Alcaçarias, mas distinguem-se umas das outras pelos nomes das suas propriedades:

1.ª Aguas das Alcaçarias do Duque

Estas, como as de D. Clara e chafariz de El-Rei, teem a particularidade de desenvolverem uma grande quatidade de azote, em algumas tão consideravel, que se podem encher em alguns minutos gazometros de 12 a 15 litros.

A agua das Alcaçarias do Duque é limpida, sem odor nem sabor. A sua temperatura é de 34°c, sendo a do ar exterior de 27° e contem, por kilogramma d'agua, 0 gr. 7128 de residuo fixo, composto de chlorureto de sodium, de sulphatos de cal, de soda e potassa; carbonatos de cal, magnesia e silice.

2.ª Alcaçarias de D. Clara

A analogia das propriedades d'estas aguas

[1] Tudo o que se diz d'estas aguas é traduzido textualmente dos relatorios officiaes.

com as do Duque é tamanha, que se crê que brotam da mesma origem. A temperatura das aguas de D. Clara, observada no mesmo dia que a das Alcaçarias, foi de 33°c.

A agua das Alcaçarias de D. Clara contem, por kilogramma, 0,7275 de principios salinos, que teem a mesma composição das origens precedentes.

Chafariz de El-Rei

A uns 100 metros das Alcaçarias do Duque, ha uma grande fonte chamada *Chafariz de El-Rei*, que distribue suas aguas por nove bicas dispostas em linha recta.

Oito d'estas bicas são alimentadas por muitas origens que rebentam no interior do edificio, reunindo-se as aguas na passagem; a nona e ultima bica é alimentada por duas origens de que se fez reservatorios, e que misturam suas aguas antes de chegarem á bica. Estas duas bicas fornecem a melhor agua que ha em Lisboa.

A das primeiras 8 bicas possue quasi a mesma composição que a das Alcaçarias. Contem, por kilogramma, 0 gr. 6442 de residuo fixo, formado de chlorureto de sodium, de sulphatos de potassa e cal, de carbonatos de cal e de magnesia, bem como uma pequena quantidade de ferro.

Fonte do Doutor

Esta origem está situada ao lado da das Alcaçarias, e é mineralisada pelos mesmos saes.

Chafariz de Andaluz

Esta origem tomou o nome do largo do Andaluz, onde apparece, ao norte do convento de Santa Joanna. A agua é limpida, sem odor, e ligeiramente salgada; contem chloruretos de sodium e de potassium; sulphatos e carbonatos com bases de cal, magnesia e silice.

Agua do poço do Borratem

Este poço está hoje a coberto de uma abobada n'um predio construido em terreno que foi do hospital de S. José e continúa a estar franco ao publico. Os antigos attribuiam virtudes especiaes á agua d'este poço e Curvo Semedo na *Polyanthea Medicinal* refere que era admiravel para curar comichões, impingens, bostelas, gretaduras e achaques de figado, appellando para o testimunho da rainha D. Luiza Maria de Gusmão, do inquisidor Alvares da Rocha, de Pedro de Castilho, juiz do Terreiro, os quaes personagens, sem embargo da sua alta posição, soffriam de costras e quenturas do figado, e outras miserias terrenas. Seja como fôr, o que é certo é que esta agua ainda hoje é procurada com panacea para molestias cutaneas, e uso de banhos. A crença, fundada ou infundada, na virtude curativa d'estas aguas, deu logar a uma industria que por muito tempo foi explorada pela irmandade de Santo André e Almas, da freguezia de Santa Justa, que recebia 80 réis mensaes de cada aguadeiro. Sahiram o Desembargo do Paço e o Governo a pleitear com a irmandade ácerca da posse do poço. Venceu o senado, e fez clavicularío do poço um capataz que continuou a receber dos aguadeiros a mensalidade de 80 réis. Todavia o Senado resolveu em 1840 que as despezas com as cordas e baldes fossem feitas pelo seu cofre, e, visto que entram cordas n'este caso, póde dizer-se que ficou cortado o nó gordio.

Hospitaes de Lisboa

Hospital nacional e real de S. José

É estabelecido no prolongamento da rua do Arco da Graça, e destinado aos doentes pobres, posto que tambem tenha quartos particulares para enfermos que queiram pagar.

As suas enfermarias são aulas de clinica para os alumnos da Escola Medico-Cirurgica. Pena é que as condições hygienicas d'este hospital não sejam todas as que a sciencia medica moderna tem por indispensaveis.

Hospital de Rilhafolles

Estabelecido no edificio que foi convento da congregação do oratorio de S. Philippe Nery. É destinado a alienados de ambos os sexos. Tem uma bella casa de banhos.

Hospital da marinha

Ao pé do Campo de Santa Clara. Recebe doentes pertencentes ao exercito de mar.

Hospital da Estrellinha

Ao pé do largo da Estrella. Recebe militares.

Hospital de S. Lazaro

Para além do largo do Soccorro. É destinado ao tratamento de molestias cutaneas.

Hospital Veterinario

Annexo ao Instituto Agricola e recebe animaes doentes, obrigando-se os donos a pagarem a despeza feita com o tratamento.

Hospital do Desterro

No edificio chamado do Desterro ha um hospital para curar molestias siphliticas.

Estes são os hospitaes mais nomeados. Outros ha a cargo de differentes ordens e associações piedosas.

Passeios publicos e jardins

Pelo que respeita a passeios e jardins publicos, vae Lisboa a par e passo das mais *coquettes* capitaes estrangeiras. Felizmente as municipalidades chegaram a comprehender o que ha de elegancia, aceio, e bom gosto em aformosear com flores e arbustos o mais pequeno espaço de terreno, improprio para edificação.

O principal passeio de Lisboa, situado entre o largo de Camões e a praça da Alegria, é amplo, bem talhado, e muito concorrido pela melhor sociedade. A rua principal termina por um lago com cascata, a que fica superior um terraço. Nas ruas lateraes ha duas bellas estatuas representando uma o Tejo e outra o Douro, de cujas marmoreas urnas dimanam jorros d'agua. Nas noites de verão illumina-se o passeio, e queimam-se fogos de artificio, deixando a entrada de ser gratuita, o que é para lamentar, porque equivale a privar a população de um dos mais agradaveis sitios que lhe são destinados.

O Aterro é um bello passeio á beira do Tejo, um pouco incommodo para o verão por estar, e provavelmente estará sempre, muito carecido de sombras, mas grandemente agradavel para um meio-dia de inverno. Ha em toda a extensão que o *Aterro* mede dois bonitos jardinsinhos, com bancos de madeira, especie de oasis que convidam a um breve descanço.

O passeio de S. Pedro de Alcantara, levantado sobre a muralha de que em outro logar fallamos, é deslumbrante pelo panorama que descebre. O jardim, que fica subposto, tem muitos e viçosos canteiros, copada vegetação, uma cascata, e está adornado com bustos de romanos celebres.

O passeio da Estrella, fronteiro á egreja d'esta invocação, é verdadeiramente um *bijou*. Nada lhe falta de quanto póde haver de gracioso e pittoresco n'um jardim: cascatas, pavilhões, lagos, flores escolhidas, arvores frondosas, e, para que seja completa a imitação dos mais elegantes passeios do extrangeiros, não lhe falta uma jaula, onde ha um leão.

O jardim da praça do Principe Real tem uma excellente posição, voltada ao occidente, e um amplissimo lago com um jogo de agua, que produz bello effeito.

O jardim de S. Roque, mais propriamente um jardimsinho destinado a aformosear um largo, tem no centro o singello monumento que os italianos residentes em Lisboa mandaram levantar em commemoração do casamento do sr. D. Luiz I com a sr.ª D. Maria Pia.

Na praça das Flores ha outro jardimsinho, com um pequeno lago. Este é o *rendez-vous* das crianças que moram n'aquellas proximades.

Á margem do Tejo, entre Alcantara e Belem, fica o passeio da Junqueira, arborisado e cercado de elegantes edificoções.

Incendios á Boa Vista

Os muitos edificios construidos de madeira, que de tempos immemoriaes orlavam pelo norte a margem do Tejo chamada *Boa-Vista*, onde hoje se admira o vasto e formoso passeio denominado *Aterro da Boa-Vista*, com bellos e sumptuosos edificios de cantaria e bonitos jardins publicos, davam logar a frequentes incendios.

Dois d'entre elles foram os mais pavorosos. O primeiro teve logar ahi pelos annos de 1826—ardeu toda a cordoaria e varias estancias de madeira, durando o fogo 15

dias, e causando grandes prejuizos ao estado e aos particulares.

O segundo aconteceu na noite de 9 para 10 de novembro de 1858.

Rebentou em umas carvoarias estancia de madeira e officina de ferreiro, que havia por detraz da grande estancia de madeira do sr. Thomaz Gomes & C.ª—A noite estava medonha, o vento sul era furioso e a chuva cahia em torrentes. Era meia noite quando o clarão denunciou o incendio já em grande desenvolvimento. Os soccorros foram promptos, e admiraveis os actos de coragem dos bombeiros e outras pessoas que accudiram; mas a agua falta e o incendio ameaça devorar a maior parte do bairro.

Era aqui a bella typographia dos srs. Castros, onde se imprimia o illustrado semanario *Archivo Pittoresco*, no qual collaboraram os melhores escriptores do paiz. O fogo invadiu de flanco este estabelecimento, por todos os andares simultaneamente, e com tal rapidez e intensidade, que tornou impossivel salvar-se um unico objecto do que alli existia.

Pelas 3 horas da manhan, todos os edificios a que o fogo tinha attingido, não formavam mais do que um vasto braseiro, cujas labaredas se elevavam em imponentes espiraes, de envolta com estilhaços de madeira em brasa, que o vento arremessava a grandes distancias.

Pelas quatro horas da tarde já não restava de todos estes edificios mais do que um montão de cinzas fumegantes.

A grande estancia do sr. Gomes & C.ª, e a typographia tinham segurado parte do seu material. Os srs. Castros em pouco tempo reconstruiram o seu edificio, para o que concorreu, não só a promptidão dos seguros como os valiosos serviços do Instituto Industrial, que generosamente se offereceu a restaurar os prelos e machinas, não exigindo mais do que os sallarios dos operarios.

O arco da rua Augusta

(Transcripto do *Diario Illustrado*)

«Quando o terramoto de 1755 destruiu Lisboa, e os incendios que se lhe seguiram a reduziram a cinzas, esperava-se que a cidade ficass um acervo de ruinas, e que abandonado o sitio pela população, esta fosse construir uma nova cidade, em local menos sujeito a taes catastrophes.

O sinistro tinha trazido um tal desfallecimento moral; a população assustada e horrorisada não tinha em si elementos de iniciativa; comtudo no meio da tempestade, das ruinas e destruições erguia-se impassivel, frio, energico e grandioso, o espirito profundamente pratico do marquez de Pombal.

Estava destruida uma cidade? O que importava era erguer-se no logar da velha cidade uma outra nova, e assim foi; ao toque da sua vara prodigiosa desappareceram as ruinas, exterminou-se a desordem; peiou-se o monopolio, volveu a esperança, e a cidade, qual Fenix renascida, surgiu das proprias cinzas.

É que não ha nada para galvanisar os povos, como o sopro do genio! E se no dia 1.º de novembro de 1755 o terramoto tinha destruido Lisboa, já no dia 11 de dezembro do mesmo anno o marquez de Pombal mandava proceder ao nivelamento da cidade. Seguiram-se as providencias, discutiram-se planos, e a cidade principiou a erguer-se d'entre as ruinas, obedecendo a um plano, tanto quanto possivel regular e satisfazendo ás exigencias já então conhecidas, da hygiene e salubridade.

O plano approvado foi o do architecto Eugenio dos Santos de Carvalho. N'este plano estava comprehendido o da Praça do Commercio e o do arco, que em harmonia com o estylo geral da praça determinava o centro da fachada do norte.

A construcção d'esta parte da praça foi morosa, e tanto que em 1843 ainda o arco não estava fechado; mas já se tinha concebido a idéa de se não concluir em conformidade com o risco primittivo.

Não é esta a occasião de discutirmos o acerto d'essa medida; nada remediariamos, e portanto, aproveitando o pequeno espaço de que dispomos, diremos quaes as importancias dos projectos que se apresentaram para a conclusão d'aquelle monumento.

Era impossivel deixar a praça incompleta, e era urgente a necessidade de a terminar; portanto em 1843 o governo determinou que os architectos em serviço na intendencia das obras publicas apresentassem os respectivos projectos.

O architecto Manuel José de Oliveira Cruz apresentou um projecto na importancia de 149:931$160 réis; Sergio da Costa Soares Araujo de 140:000$000 réis; Caetano José de Paula de 152:754$920 réis; Paulo José Ferreira da Costa um de 120:343$440 réis, e outro com uma economia de 17 contos; aproveitando para isso a torre da egreja de Nossa Senhora da Graça, que então se dizia annunciar ruina, e o sr. Felliciano de Sousa Correia, um que tinha por fim formar um terraço em cima do arco, e elevar no centro um monumento ao sr. D. Pedro duque de Bragança.

Nenhum d'estes projectos foi posto em execução; foi tambem rejeitado um dos architectos Rambois e Cinati, e approvado mais tarde e mandado realisar o do architecto Verissimo José da Costa.

Não discutiremos esse projecto, que revela uma completa ausencia de gosto, elle ahi está para que todos possam admirar como a arte e as suas cousas foram tratadas entre nós.

A obre continuava com vagar, e como por demais, apesar das sommas que annualmente consumia; até que o actual sr. intendente das obras publicas julgou dever concluir de uma vez para sempre a Praça do Commercio.

As obras do arco da rua Augusta parecia que pertenciam á historia de parceria com as de Santa Engracia, e tanto que o *Panorama*, no artigo que acompanhava a estampa do arco dizia assim: — «O arco da rua Augusta ha de ser, estamos d'isso convencido, um monumento de seculos. Cada geração ha de trazer uma pedra, accrescentar um festão, bordar um lavor, juntar uma estatua, rendilhar uns cinzelados, prolongar entabullamentos, tecer uma nova grinalda. Emquanto existir Portugal ha de estar em via de construcção o arco da rua Augusta.»

Felizmente para nós o artigo do *Panorama* veio mais uma vez provar «que ninguem é propheta na sua terra.«

A parte architectonica do arco até ao seu fecho, é d'uma correcção e elegancia de linhas admiravel; d'alli para cima lancemos um veu sobre aquella tremenda vegetação das épocas primittivas, e contemplemos o magnifico grupo devido ao cinzel do esculptor Calmels.

Alli ha tudo a admirar. E se a concepção artistica se deixou subordinar um pouco pelos preceitos de escola; a execução é admiravel, e honra o artista, e absolve o monumento dos defeitos que se lhe podem notar.

Cada uma das figuras manifesta claramente a idéa do esculptor, e tudo concorre n'ellas para a harmonia geral do grupo, que podemos sem vangloria affiançar que é um dos melhores da Europa, e o mais monumental.

Admiramos a flexibilidade dos membros n'aquelle marmore palpitante, e a distribuição harmonica das massas, tão essencial na esculptura. As carnes estão tratadas com mão de mestre, as contracções nervosas estão traduzidas com evidencia que nada deixa a desejar, e como dissemos as figuras, em hora subordinadas á fidelidade maravilhasa da imitação, estão divididas em grandes massas, o que lhes dá o aspecto verdadeiramente monumental; satisfazendo assim o estatuario a uma condição imperativa sem a qual, a arte, nunca attingiria uma belleza suprema. Vê-se perfeitamente que a mão que modelou aquelle grupo conhecia todos os segredos da arte.

Das estatuas de Victor Bastos, ha a especialisar a de Vasco da Gama, que faz lembrar o esculptor do monumento a Camões, e a cabeça do Tejo que é uma peça de estudo, e de trabalho consciencioso.

O estatuario Calmels ajustou pela quantia de 11:200$000 réis a execução do grupo, e o sr. Victor Bastos por 9:000$000 réis as figuras que ornam o entabulamento do arco.

Não descrevemos agora as estatuas, as suas bellezas e enfeites porque aguardamos um outro artigo em que o espaço tal nos permitta. Por essa occasião descreveremos

uma modificação importante, projectada pelo sr. Raphael da Silva e Castro, que tem por fim substituir as armas reaes e os incriveis arabescos que as circumdam, por um baixo relevo representando um dos importantes factos da nossa historia. É o unico melhoramento possivel, e que o governo deve quanto antes mandar executar.

—

A penitenciaria

Ha muitos annos que na França se acham fundadas as prisões denominadas *penitenciarias*; cujo systema é o isolamento entre os presos, e cujo fim é a regeneração d'elles pelo trabalho.

Nas principaes nações cultas da Europa se tem introduzido as penitenciarias, estabelecimento que tem dado os mais satisfactorios resultados; reconhecendo-se praticamente a sua indispensabilidade, sobretudo nos paizes em que a pena de morte está legalmente abolida.

Em Portugal, ha muito que os homens competentes reclamavam este melhoramento com urgencia; o que decidiu o governo a tomar a peito este emprehendimento de tão reconhecida utilidade.

Examinados previamente os pontos indicados, foi preferida uma elevação ao N. da cidade (a uns 3 kilometros do Terreiro do Paço) denominada *Terras do Seabra* ou *Entre-muros*, local perfeitamente escolhido, não só por ser hygienico, como pelas suas formosas e extensas vistas, e pela proximidade de Lisboa.[1]

Principiaram as obras com grande actividade no começo d'este anno de 1874, ficando no fim d'elle em um pasmoso estado de adiantamento.

A penitenciaria consta de seis alas ou asas, duas maiores e quatro mais pequenas. As duas maiores correm perpendicularmente á entrada. Confluem todas n'uma torre central hexagonal. Cada ala, além do subterraneo, tem tres andares. Ao meio corre uma galeria de extremo a extremo. Nas paredes da galeria, e correspondente a cada andar, ha um passadiço, assentado em consolas, destinado ás rondas e á communicação com as cellulas. Nos subterraneos ha os armazens depositos, officinas de trabalho e cellulas de castigo. Cada ala terá o seu deposito de agua e todas as dependencias necessarias.

Na torre central ha de construir-se a capella, onde os presos pódem ouvir missa, inteiramente isolados.

No alto da torre, um vigia póde ver todas as galerias.

Estão em construcção todas as alas, excepto uma das maiores, porque ainda não se realisou a expropriação do terreno necessario.

A outra ala maior vae muito adiantada e estão completas as abobadas do subterraneo e as cellulas do primeiro andar.

Parece que nos fins de janeiro de 1875 esta ala deve estar acabada e prompta para servir.

O numero de presos que pódem ser alojados em toda a penitenciaria orça por mais de seiscentos.

O modelo de camas é muito engenhoso. A cama dobra-se em tres partes, que se sobrepõem, de modo que, ou serve de leito, ou de mesa de trabalho.

As portas teem um oculo de vigia, tambem disposto muito engenhosamente de modo que o preso é vigiado sem o saber.

Todos os corpos do edificio são circumdados por um fosso e um caminho de ronda.

No fosso geral existe um cano collector, que recebe os canos parciaes e vae desaguar no caneiro de Alcantara. As fossas são inodoras e separadoras. As cellulas são perfeitamente ventiladas.

A entrada geral dá para a estrada da circumvalação, bem como os edificios para secretaria, morada do director, carcereiros, guardas, cavallariças e todas as dependencias.

A frontaria principal é de tijolo. A média dos trabalhadores tem sido de 400. O orçamento é de 360 contos, e calcula-se que a

[1] Fica proximo da entrada S. do justamente celebrado aqueducto das Aguas Livres, ás Ammoreiras.

obra deve estar completa em desoito mezes.

O director das obras é o distincto engenheiro o sr. Ferraz.

Casa de detenção e correcção

Pela seguinte carta de lei, de 15 de junho de 1871, foi creada, por instancias dos srs. conselheiros Henrique Oneil, então director geral dos negocios de justiça e Manuel Pedro de Faria Azevedo, procurador regio junto á relação de Lisboa, a casa de detenção e correcção actualmente existente no antigo convento de Santa Monica, na freguezia de S. Vicente:

«Dom Luiz, por Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º—É creada para a comarca de Lisboa uma cadeia civil denominada *casa de detenção e correcção*, a qual é destinada a recolher os individuos do sexo masculino:

1.º—Menores de dezoito annos, que se acharem em processo e não affiançados;

2.º—Menores de dezoito annos que estiverem condemnados a prisão correccional;

3.º—Menores de quatorze annos que estiverem condemnados a qualquer pena;

4.º—Menores que forem presos á ordem da auctoridade administrativa;

5.º—Menores que deverem ser detidos nos termos dos artiges 143.º e 224.º, n.º 12, do Codigo Civil,

§ unico. Os menores, que completarem dezoito annos antes de cumprida a pena, continuarão até seu inteiro cumprimento na casa de detenção e correcção.

Art. 2.º—A casa de detenção e correcção fica dependente do ministerio dos negocios ecclesiasticos e de justiça, o qual nomeará os respectivos empregados.

§ unico. A administração d'esta cadeia será immediatamente sujeita ao procurador regio junto da relação de Lisboa, sendo-lhe applicavel o que se acha determinado com relação ás outras cadeias civis da comarca, nos pontos em que esta lei não providenciar especialmente.

Art. 3.º—O pessoal empregado na casa de detenção e correcção compõe-se:

1.º—De um director;

2.º—De um subdirector;

3.º—De um capellão;

4.º—De cinco guardas;

§ 1.º—Os empregados, de que trata este artigo, receberão os vencimentos declarados na tabella que faz parte da presente lei.

§ 2.º—O serviço de saude da casa de detenção e correcção será feito pelos facultativos da cadeia central.

Art. 4.º—São obrigados a trabalho:

1.º—Os individuos indicados nos n.os 2.º, 3.º, e § unico do artigo 1.º;

2.º—Os individuos indicados nos n.os 1.º, 4.º, e 5.º do mesmo artigo, que não tenham meios de subsistencia e forem alimentados pela casa de detenção e correcção.

Art. 5.º—O trabalho na casa de detenção e correcção será regulado conforme a idade, forças e capacidade dos individuos.

Art. 6.º—A todos os recolhidos n'esta cadeia será ministrada diariamente pelo capellão a instrucção litteraria, moral, e religiosa, do modo porque se determinar no regulamento.

Art. 7.º—Uma terça parte do producto do trabalho dos presos será applicada ás despezas da casa; outra á retribuição dos presos, que, pelo seu bom procedimento e zelo pelo trabalho, merecerem esse premio; e a ultima terça parte constituirá o fundo de reserva dos presos, o qual lhes será entregue ao sahirem da cadeia.

Art. 8.º—Serão empregados, como meios para estimular o bom procedimento dos presos e o seu zelo pelo trabalho:

1.º—Louvor em reunião publica dos presos;

2.º—Retribuição pecuniaria not termos do artigo anterior;

3.º—Liberdade provisoria sob vigilancia da policia;

Art. 9.º—Serão empregados como meios para corrigir o mau procedimento dos presos ou coagir ao trabalho:

1.º—Advertencia particular;

2.º—Reprehensão publica;

3.º—Prisão com isolamento, que não poderá exceder cinco dias.

Art. 10.º—O procurador regio junto da relação de Lisboa fará, quando julgar conveniente, promover perante o juiz respectivo a liberdade provisoria dos individuos indicados nos n.os 2.º, e 3.º, e § unico do artigo 1.º, nos termos do artigo seguinte.

Art. 11.º—Ao condemnado que tiver cumprido d'essas terças partes da pena, poderá ser concedida liberdade provisoria, quando no livro do registo tenha nota de irreprehensivel comportamento.

Art. 12.º—Quando o condemnado, a quem se tiver concedido a liberdade provisoria abusar d'ella, procedendo de um modo reprehensivel, será reintegrado na casa de detenção e correcção, e não se lhe levará em conta, para o cumprimento da pena, o tempo que tiver gosado da liberdade provisoria.

§ unico.— A reintegração será determinada pelo juiz competente, a requerimento do ministerio publico, em vista da informação da auctoridade administrativa.

Art. 13.º—Os presos serão distribuidos por classes ou cathegorias inteiramente distinctas e separadas, tomando-se por base para essa divisão a edade, e a gravidade das causas porque se acham na casa de detenção e correção.

Art. 14—A casa de detenção e correcção é considerada como qualquer asylo de mendicidade e estabelecimento pio e de beneficencia ou educação gratuita, afim de ter parte no beneficio das doações, legados ou heranças que forem deixadas aos estabelecimentos d'essa ordem.

Art. 15.º—E' auctorisada a despeza de 6:000$000 de réis para accommodar aos fins da casa de detenção e correcção o edificio do extincto convento das religiosas de Santo Agostinho, descalças, denominado das Monicas.

Art. 16.º—Para satisfazer ás despezas ordinarias da casa de detenção e correcção é auctorisada a verba annual de 2:000$000 réis, que será incerida no orçamento do ministerio dos negocios ecclesiasticos e de justiça, e com elle annualmente votada.

Art. 17.º—Fica o governo auctorisado a fazer os regulamentos necessarios para a cabal execução da presente lei.

Art. 18.º—Fica revogada toda a legislação em contrario.

Mandamos portanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem e a façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contem.

O ministro secretario de estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça a façam cumprir, publicar e correr. Dada no paço da Ajuda em 15 de junho de 1871 — El-rei, com rubrica e guarda — José Marcellino de Sá Vargas — Logar do sêllo grande das armas reaes.

Carta de lei pela qual vossa magestade, tendo sanccionado o decreto das côrtes geraes do 2 do corrente, que auctorisa o governo a crear para a comarca de Lisboa uma cadeia civil denominada casa de detenção e correcção, destinada a recolher os menores do sexo masculino que estiverem nas circumstancias no mesmo decreto indicadas; manda cumprir e guardar o mesmo decreto como n'elle se contem, pela fórma supra declarada.

Para vossa magestade vêr — João Maria Lopes a fez.

Tabella a que se refere a carta de lei d'esta data

Artigo unico terão de vencimento annuaes:

1 director	200$000
1 sub director	150$000
1 capellão	200$000
5 guardas, a 300 réis diarios	547$000

Paço, em 15 de junho de 1871.—José Marcellino de Sá Vargas.

Relação dos titulares actualmente existentes em Portugal [1]

Duques de

Cadaval—D. Nuno Alvares Pereira de Mello.

Lafões—Vago.

1 Devo este artigo ao insano trabalho e nobre generosidade do ex.mo sr. dr. João Ma-

Loulé—Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto.

Palmella—D. Maria Luiza de Souza e Holstein.

Palmella—Antonio de Sampaio e Pina de Brederode.

Saldanha—João Carlos Gregorio Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daum.

Marquezes de

Abrantes—Vago.

(Foi seu ultimo representante D. José Maria da Piedade Alencastre, que, por ser legitimista, não quiz receber dos liberaes a renovação do seu titulo.)

Alvito—D. José Lobo da Silveira Quaresma.

(E' o antigo titulo de *conde-barão*, de Alvito.)

Angeja—D. Caetano de Almeida Noronha Camões de Albuquerque Moniz e Sousa.

(Conde de Peniche.)

Avila e Bolama—Antonio José de Avila.

Bellas—D. Antonio de Castello Branco Correia e Cunha Vasconcellos e Sousa. (E' conde de Pombeiro.)

Bemposta—Theodoro Estevão de Lorne Saint Leger.

Cascaes—Está ha muitos annos unido ao marquezado de Niza.

Castello Melhor—João de Vasconcellos e Sousa Camara Caminha Faro e Veiga.

Cezimbra—D. Thomaz de Sousa Holstein. (Palmella.)

Ficalho—Antonio de Mello.

Fronteira—D. José Trasimundo Mascarenhas Barreto Palha.

Lavradio—Vago. (Era D. Antonio de Almeida Portugal Soares Alarcão Mello Castro Athaide Eça Mascarenhas Silva e Lencastre (falleceu.)

(E' conde de Avintes.)

Minas—D. Pedro da Silveira e Lorena.

Monfalim—D. Philippe de Sousa Holstein. (Palmella.)

Niza—Vaga. (Era D. Domingos Francisco Xavier Telles da Gama e Castro Noronha Athaide Silveira e Sousa, que falleceu.)

(E' conde da Vidigueira.)

Penafiel—D. Maria da Assumpção da Matta de Sousa Coutinho.

Penafiel—Antonio José da Serra Gomes.

(Brasileiro.)

Penalva—Fernando Telles da Silva Caminha e Menezes.

Pombal—Manuel de Carvalho Daum Mello Daum e Albuquerque.

(E' conde de Oeiras.)

Ponte de Lima—D. José Maria Xavier de Lima Vasconcellos Brito Nogueira Telles da Silva.

(E' visconde de Villa Nova da Cerveira.)

Resende—D. Antonio Telles da Silva (da casa de Penalva.)

Sá da Bandeira—Bernardo de Sá Nogueira.

Sabugosa—D. Antonio Maria José de Mello Silva Cesar de Menezes.

Saldanha—João Carlos de Saldanha Oliveira e Daum.

Sousa e Holstein—D. Francisco de Sousa e Holsteins.

(Palmella.)

Terena—D. Eugenia Maria Filomena Brandão de Mello Coguminho Correia de Sá Pereira de Lacerda e Figueirôa.

Vagos—D. José Tello da Silva Menezes Corte Real.

Vallada—D. José de Menezes da Silveira e Castro.

Vianna—D. João Manuel de Menezes.

Condes de

Alcoçovas—D. Caetano de Salles Henriques Pereira Faria Saldanha Vasconcellos Lencastre.

Alcaçovas—D. Luiz Henriques Faria Pereira Saldanha Lencastre.

ria Mergulhão Neves Cabral, de S. Romão de Armamar, que, com o seu primo, o sr. dr. Pedro Augusto Ferreira, digno e illustrado abbade de S. Pedro de Miragaia (Porto) tanto se teem esmerado em fornecer-me preciosos esclarecimentos sobre varias localidades.

Acceitem estes dois cavalheiros os meus sinceros protestos do mais eterno reconhecimento.

Almoster—João Carlos de Saldanha Oliveira e D. Daum.
Alter—João Carlos da Horta Telles Machado de la França.
Alva—D. Vicente de Sousa Coutinho Monteiro Paim.
Alviella—Alberto José Fobbet.
Anadia—José de Sá Pereira de Menezes.
Arcos—D. Manuel de Noronha e Brito.
Arcos—D. Nuno.
Avilez—Jorge Salema de Avilez.
Azambuja—Augusto Pedro de Mendonça Rolim de Moura Barreto.

(Loulé.)

Azenha—Ignacio Correia Leite de Almada.
Azinhaga—Francisco de Saldanha Oliveira e D. Daum.
Belmonte—D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Camara.
Bertiandos—Gonçalo Ferreira da Silva Sousa de Menezes.
Bomfim—José Lucio Travasso Valdez.
Cabral—Eduardo Augusto da Silva Cabral.
Cacilhas—Eduardo Thornton.
Campanhan—Balthazar de Almeida Pimentel.
Campanhan—D. Maria Ermelinda Macedo Passos de Almeida Pimentel.
Caparica—D. Francisco Xavier de Menezes.
Carnota—João Athelstane.
Carvalhal—D. Antonio da Camara de Carvalhal Esmeraldo de Athouguia Sá Machado.
Casal—D. Maria Luiza de Barros Abreu Sousa e Alvim.
Casal—Diogo Maria da Silva Campos.
Casal Ribeiro—José Maria do Casal Ribeiro.
Castello Branco—Joaquim Trigueiros Martel. (Falleceu ha pouco.)
Castello Novo—Antonio Manuel Correia da Silva Sampaio Junior, visconde de Castello Novo.
Castro—José Joaquim Gomes de Castro.
Cavalleiros—D. Rodrigo José de Menezes.
Cêa—D. Antonio Manuel de Menezes.
Cintra—D. Francisca Eugenia de Saldanha Oliveira e Daum.
Condeixa—D. Maria Rita Ferreira de Magalhães.
Cunha—D. José Maria Vasques Alvarez da Cunha.
Estrella—Joaquim Manuel Monteiro.
Estrella—Joaquim Manuel Monteiro (filho.)
Faro—Frederice Luiz Cabreira.
Farrobo—Joaquim Pedro Quintella.
Farrobo—(D. Eugenia.)
Ficalho—Francisco de Mello.
Fonte Bella—D. Marianna Isabel de Menezes e Alpoim.
Fonte Nova—Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França.
Fornos de Algodres—João Maria de Abreu Castello Branco.
Fornos de Algodres—D. Eduarda de Abreu Castello Branco Amaral e Silva.
Foz—Tristão Guedes Correia de Queiroz.
Foz—D. Marianna Georgina Pereira Palha de Faria Lacerda.
Galveias—D. Antonio Francisco Lobo de Almeida Mello e Castro.
Galveias—Francisco Xavier (filho.)
Geraz de Lima—Rodrigo Brandão da Fonseca Magalhães.
Graciosa—Fernando Affonso Geraldes Sampaio e Bourbon.
Graciosa—Fernando de Mello Geraldes Sampaio de Bourbon.
Guarda—Luiz de Oliveira Almeida Calheiros e Menezes.
Hesecques—Francisco Candido de Bulhões Pato Christiano Thomsem.
Junqueira—José da Paz de Castro Seabra.
Lagoaça—D. Luiza Benedicta Monteiro.
Lapa—Manuel de Almeida Vasconcellos Soveral de Carvalho da Maia Soares de Albergaria.
Lencastre—Veja-se visconde de Lencastre.
Linhares—D. Rodrigo de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa.
Lousan—D. João José de Lencastre Basto Baharem.
Lumiares—D. José Manuel da Cunha Faro Menezes Portugal da Gama Carneiro e Sousa.
Mafra—Francisco de Mello Breyner.
Magalhães—Antonio Vieira de Magalhães.

(Alpendurada.)

S. Mamede—Rodrigo Pereira Felicio (fallecido.)

Mello—D. Thereza Francisca de Mello Silva Breyner Sousa Tavares e Moura.
Mesquitella—D. João Affonso da Costa Sousa Macedo e Albuquerque.
Moita—D. Marcellino Aragoa Azlar.
Murça—D. Marianna das Dores de Mello.
Murça—D. José Maria de Mello Abreu Soares de Vasconcellos Brito Barbosa Palha.
Noronha—D. Luiz de Noronha.
Nova Gôa—D. Luiz Caetano de Castro Almeida Pimentel de Sequeira Abreu.
Odemira—Manuel de Mello.
Oeiras—Sebastião José de Carvalho e Mello Daum Albuquerque Silva e Lorena.
(Pombal.)
Paraty—D. João Ignacio Francisco de Paula de Noronha.
Passos Manuel—D. Beatriz de Passos Manuel.
Penamacor—Antonio Maria de Saldanha Albuquerque Castro Riba Fria Pereira. (Falleceu.)
Penha Firme—Jorge Rose Sartorins.
Pinheiro—D. Miguel Ximenes Gomes Rodrigues Sandoval de Castro e Vargas. (Falleceu.)
Ponte—João Saldanha da Gama Mello Torres Guedes de Brito. (Falleceu.)
Portalegre—Francisco da Fonseca Coutinho o Castro (Vide Visconde de Portalegre.
Prado—D. Nuno Maria da Silveira Lorena.
Prado da Silva—D. Maria Thereza Emilia de Almeida Quadros Sousa Lencastre Fonseca Saldanha e Albuquerque.
Praia da Victoria—Theotonio de Ornellas Bruges Avila.
Praia da Victoria—Antonio de Ornellas Bruges Avila.
Quinta das Canas—D. José Maria de Vasconcellos Azevedo Silva Carvajal.
Redinha—Antonio de Carvalho Daum e Lorena.
(Pombal.)
Resende—D. Maria Balbina Pamplona Carneiro Rangel de Sousa. E' viscondessa de Beire.
(E' viscondessa de Beire.)
Resende—D. Luiz Manuel Benedicto da Natividade Castro Pamplona.
Ribeira Grande—D. José Maria Gonçalves Zarco da Camara.
Rilvas—D. Maria Clara de Calça e Pina.
Rilvas—João Gomes de Oliveira e Silva Bandeira de Mello.
Rio Maior—João de Saldanha de Oliveira Jozarte Figueira e Sousa.
Rio Maior—Vago.
Rio Pardo—D. Luiz de Sousa.
Sabugal—D. Luiz de Assis Mascarenhas.
(Tem unido o condado de Obidos.)
Samodães—Francisco de Azevedo Teixeira de Aguilar.
Santa Eulalia—Antonio Augusto de Mello Castro e Abreu.
S. Jorge—João da Silva Carvalho.
S. Miguel—Sebastião Guedes Brandão de Mello.
(Torre da Marca.)
Sarmento—D. Maria da Conceição do Valle.
Sarzedas—Bernardo Heitor da Silveira Lorena.
Silva Sanches—D. Carolina Augusta da Silva Sanches.
Silvan—D. João da Camara de Mello Manuel
Sobral—D. Luiz de Mello Breyner.
Sobral—Hermano Braancamp Sobral de Mello Breyner.
Sousa Coutinho—D. Maria das Dores de Sousa Coutinho.
Taipa—D. Manuel Jeronimo da Camara.
Tavarêde—Francisco de Almeida Quadros Sousa de Lencastre.
Tavarêde—João Carlos Emilio Vicente Francisco de Almeida Quadros Sousa Lencastre Fonseca Saldanha e Albuquerque.
Thiago (S.) de Beduído—Antonio de Carvalho Daum e Lorena.
(E' conde de S. Thiago de Beduído.)
Thomar—Antonio Bernardo da Costa Cabral.
Thomar—Antonio Bernardo da Costa Cabral (filho.)
Torre—Pedro João de Moraes Sarmento.
Torre—D. Maria Mascarenhas Barreto.
(Loulé.)
Valladares—D. José Antonio de Noronha Abrantes Castello Branco.

Valle de Reis—Pedro Agostinho de Mendonça Rolim de Moura Barreto.
Vidigueira—D. Thomaz Xavier Telles Castro da Gama Athaide Noronha Silveira e Sousa.
(Niza.
Villa Franca do Campo—D. Pedro da Costa Macedo.
Villa Pouca—Rodrigo de Sousa Teixeira da Silva Alcoforado.
Villa da Praia da Victoria—Jacome de Bruges. (Vide barão de Bruges.)
Villa Real—D. José de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos.
Vimioso—D. Francisco de Paula Portugal e Castro.
Vinhaes—Simão da Costa Pessoa.

Viscondes de

Abrançalha—João José Henriques Trigueiros Athaide.
Abrigada—José Maria Camillo de Mendonça.
Agudeira—Joaquim Alvaro Telles de Figueiredo Pacheco.
Airei—João Moor Airei.
Alcacer do Sal—Antonio Caetano de Figueiredo.
Alemquer—D. Thomaz de Napoles.
Alemtem—Antonio Barreto de Almeida Soares de Alencastre.
Algés—Augusto Carlos Cardoso Bacellar de Sousa Azevedo.
Aljesur—Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho.
Aljesur—D. Maria Rita de Noronha.
Almeida—Paulo Martins de Almeida.
Almeidinha—João Carlos do Amaral Osorio e Sousa.
Almendra—Antonio de Castilho Falcão de Mendonça.
Alpendorada—D. Maria das Neves Correia Leal.
Alpendorada—João Baptista Pereira da Rocha.
Alves de Sá—João Maria Alves de Sá.
Amparo—Rodrigo Borba Alardo de Lencastre e Barros.
Andaluz—Antonio Julio de Santa Martha Vadre de Mesquita e Mello.
Araujo—José Domingues de Araujo.
Arcoselo—Joaquim Teixeira de Castro.
Areias de Cambra—Antonio Soares Leite Ferraz de Albergaria.
Arneiro—José Augusto Ferreira da Veiga.
Arneiros—Antonio Pinheiro da Fonseca Osorio Vieira e Silva.
Arriaga—Joaquim Pinto de Magalhães.
Asseca—Antonio Maria Correia da Silva Benevides Velasco da Cunha.
Athouguia—Ruy de Athouguia Ferreira Pinto.
Ajaruzinha—Augusto Antonio Dias de Freitas.
Azevedo—Francisco Lopes de Azevedo Velho da Fonseca.
Azinheira—Luiz Candido Teixeira de Moura.
Baçar—Fernando Antonio de Almeida Tavares e Oliveira.
Baçar—José Maria de Abreu Freire e Almeida.
Balsemão—Luiz Alexandre Alfredo Pinto de Sousa Coutinho.
Banho—Thomaz Ignacio Girão Moraes Sarmento.
Barreiro—Francisco da Silva Mello Soares de Freitas.
Barros Lima—Francisco Ribeiro de Faria Junior.
Bastos—Francisco de Paula Bastos.
Baux—Carlos Victor Augusto Baux.
Beire—D. Maria Helena de Sousa Holstein. (Condessa de Rezende.)
Belfort—Antonio Raymundo Teixeira Vieira Belfort.
Bella Vista—Rodrigo da Costa Carvalho.
Benalcanfor—Ricardo Augusto Pereira Guimarães.
Benagazil—Polycarpo José Machado.
Bessone—Thomaz Maria Bessone.
Bettencourt—João de Bettencourt Vasconcellos Correia Avila.
Bischoffsheim—Henrique Luiz Bischoffshein.
Bivar—Francisco de Almeida Coelho de Bivar.
Boa Vista—Mariano Joaquim de Sousa Feio.
Boa Vista—Francisco de Sousa Feio.
Borges de Castro—José Ferreira Borges de Castro.

Borralha—Francisco Caldeira Pinto de Albuquerque.

Borralha—Gonçalo Caldeira Cid Leitão Pinto de Albuquerque.

Botelho—Nuno Gonçalves Botelho d'Arruda Coutinho e Gusmão.

Bouções—José Jacintho Palma.

Bovieiro—Rodrigo Monteiro Guedes de Vasconcellos Mourão.

(Abragão.)

Bruges—Jacome de Bruges.

Bucellas—Candido José Mourão Garcez Palha.

Calhariz de Bemfica—Luiz Augusto Martins.

Calçada—Diogo de Ornellas de França Carvalhal Frazão e Figueiroa.

Camarate—Hermenegildo Augusto de Faria Blanc.

Capellinha—Manuel Joaquim Tavares Paes de Sousa e Andrade.

Em 1855 era este: supponho ser o antigo barão d'este nome.

Caría—José Homem de Figueiredo Machado.

Caría—Vasco Homem de Figueiredo Leitão.

Acho estes dois nomes, e supponho haver dois individuos do mesmo titulo,

Carnide—José Street de Arriaga e Cunha.

Carnide—Gilherme Street de Arriaga e Cunha.

Carregoso—Antonio Gomes Brandão.

(Cucujães.)

Carreira—Luiz Bravo de Abreu e Lima.

Cartaxo—D. Christina Helena Pitta e Sampaio.

Cartaxo—Luiz Teixeira de Sampaio.

Carvalhido—Luiz Augusto Forreira de Almeida.

Carvalho—Vergilio Augusto Correia de Carvalho.

Castello Alvo—José Carlos Alkain.

Castello de Borges—José Borges Pinto de Carvalho Affonseca.

Castello Novo—Antonio Manuel Correia da Silva de Sampaio Junior. (Vide conde do mesmo titulo.)

Castellões—Antonio Cardoso Pereira Ferraz.

Castilho—Antonio Feliciano de Castilho Barreto e Noronha.

Castilho—Julio de Castilho Barreto e Noronha.

Castro Silva—Antonio José de Castro Silva Junior.

Caulipe—Severiano Ribeiro da Cunha.

Cedofeita—Henrique Coelho de Sousa.

Cercal—Antonio Alexandrino de Mello.

Cancelleiros—Sebastião José de Carvalho

Condeixa—João de Magalhães Collaço Vellasques Sarmento Moniz,

Coriscada—Francisco Joaquim da Silva Campos Mello.

Correia Godinho—José Correia Godinho da Costa.

Corte—Manuel Eleuterio de Castro Ribeiro.

Costa—Rodrigo Guedes de Carvalho e Menezes.

Cruz Alta—Joaquim Francisco Dutra Junior.

Desterro—José Joaquim Ferreira Junior.

Dominguiso—D. Theodora Alexandrina de Almeida Paes Castello Branco.

Duprat—Alfredo Duprat.

Ervedal—D. João Lobo Padilha de Castro Pimentel.

Ervedosa—Antonio Correia de Castro Sepulveda.

Esperança—José Maria Barahona Fragoso Cordovil da Gama Lobo.

Esperança—José Bernardo de Barahona Cordovil.

Espinhal—D. Maria da Piedade Mello Sampaio Salazar.

Estrella—Joaquim Manuel Monteiro. (E' conde do mesmo titulo.)

Estremoz—Antonio Ramires Esquinel.

Faro—Frederico Leão Cabreira.

Ferreira Alves—José Ferreira Alves.

Ferreri—Antonio Augusto Brandão de Sousa Ferreri.

Figarierê—Frederico Francisco de Figanierê Mourão.

Figueiredo—Joaquim José de Figueiredo.

Fontainhas—José Cordeiro Feio.

Fonte Arçada—Antonio Jaques de Magalhães.

Fonte Boa—D. Maria Henriqueta da Cunha Rebello.

Fonte Boa—D. Maria Victoria Burlamaqui Pedegacho da Cunha Rebello Marcos.

Fontelo do Matto—Bartholomeu Alves da Cunha Silveira Bettencourt.
Fornos de Algodres—D. Josefa Adelaide de Lemos Teixeira de Aguilar.
Foz de Arouce—Francisco Augusto Furtado de Mesquita Paiva Pinto.
Fargozella—José Pereira Loureiro.
Francos—José Henriques de Castro Solla.
Freixo—Antonio Affonso Vellado.
Gameiro—D. Camilla Julia de Gameiro e Horta.
Gameiro—José Ricardo da Silva e Horta.
Gandarinha—Sebastião Pinto Leite.
Goa—José Ferreira Pestana.
Gouveia—José Freire de Serpa Pimentel (falleceu.)
Graça—Jorge Croft.
Guedes—Francisco Guedes de Carvalho Menezes.
Guedes Teixeira—José Augusto Teixeira Guedes.
Guiães—D. Maria Antonia Taveira de Sousa Lira e Menezes.
Idanha a Nova—Antonio Joaquim de Sousa Barbosa.
Junqueira—E' o actual conde.
Juromenha—João Antonio de Lemos Pereira de Lacerda.
Lagiosa—José Leite Pereira de Mello.
Lágea—Francisco de Assis Mascarenhas Grade.
Lagoaça—Julio Cesar de Castro Pereira.
Lançada—Ignacio Julio de Sampaio Pina Freire.
Larangeiras—Antonio Manuel Medeiros Costa Canto e Albuquerque.
Larangeiras—Manuel de Medeiros da Costa Araujo e Albuquerque.
Las Casas—Felix Las Casas dos Santos.
Lecéia—José Pedro Celestino Soares (falleceu ha pouco tempo.)
Leiria—José de Vasconcellos Bandeira de Lemos.
Lencastre—D. Antonio Manuel de Lencastre Saldanha.
Lindoso—João Peixoto da Silva Almeida Machado.
Lindoso—Gonçalo Manuel Peixoto da Silva.
Loures—Angelo Francisco Carneiro.
Macedo Pinto—Antonio Ferreira de Macedo Pinto.
Macieira—Henrique Eugenio de Macieira.
Margaride—Luiz Cardoso Martins da Costa Macedo.
Mariares—Lhristovão de Vasconcellos Azevedo Silva Vieira Freire de Andrade de Castro Castello Branco.
Mason de S, Domingos—James Mason.
Menezes—Luiz de Miranda Pereira de Menes.
Mesquita—Miguel Correia de Mesquita Pimentel.
Messines—Joaquim Mendes Neutel.
Midões—Cesar Ribeiro de Abranches Castello Branco.
Milhundres—Antonio Pereira de Sá Sotto Maior.
Miragaia—Bernardo Pinto Gonçalves Silva.
Monção—Gonçalo José Vaz de Carvalho.
Monforte—Luiz Coutinho de Albergaria Freire.
Monserrate—Francisco Cook.
Montariol—Francisco Manuel da Costa.
Monte Santo—Manuel dos Santos Pereira Jardim.
Moraes Sarmento—Thomaz Ignacio de Moraes Sarmento.
Morão—José Antonio Morão.
Moreira de Rei—Antonio Augusto Ferreira de Mello.
Mossamedes—José de Almeida e Vasconcellos.
Moura—João Antonio Lobo de Moura.
Negrellos—Manuel Maria da Costa Alpoim.
Nogueiras—Jacintho de Santa Anna e Vasconcellos Moniz Bettencourt.
Noronha—Manoel Homem da Costa Noronha, ou Pedro Homem da Costa Noronha.

Acho-os ambos designados com este titulo, e não sei se o são simultaneamente, ou se um por morte do outro.

Nova Cintra—José Joaquim Leite Guimarães. (Creio que morreu.)
Oleiros—Fransisco de Albuquerque Pinto Castro e Napoles.
Olivaes—Antonio Theophilo de Araujo.
Orta—Foi elevado a conde de Alte.
Ottolini—Manuel Sarmento Ottolini.

Ouguella—Carlos Ramiro Coutinho.
Ourem—Elesbão José Bettencourt Lapa.
Outeiro—Jeronimo Trigueiros de Aragão
Ovar—Antonio Manuel Pereira da Costa
Paço Couceiro—João couceiro da Costa.
Paço do Lumiar—Antonio Leopoldo da Costa Bueno e Nietto Cevalhos de Villa Lobos Hidalgo Moscoso.
Paço do Lumiar—José Maria da Costa Bueno e Nieto Cevalhos de Villa Lobos Hidalgo Moscoso.
Paiva—Francisco José de Paiva Péreira da Silva. (Suicidou-se.)
Paiva—Adolfo de Paiva Pereira.
Paiva Manso—Levy Maria Jordão da Paiva Manso.
Paradinha do Outeiro—Antonio José de Miranda.
S. Pedro do Sul—Francisco de Mello de Sousa Cunha e Abreu.
Vae adiante no logar que lhe compete alphabeticamente.
Pena—D. José Rodrigues Cascaes Peres.
Pereira Machado—Guilherme Augusto Machado Pereira.
Pernes—Carlos Augusto Bom de Sousa.
Pimentel—Joaquim Gomes Pimentel.
Pindella—João Machado Pinheiro Correia de Mello.
Podente—Jeronimo Dias de Azevedo.
Ponte da Barca—Jeronimo Pereira de Vasconcellos.
Portalegre—Francisco da Fonseca Coutinho de Castro Refoios.
Porto Carreiro—João da Cunha Cardoso Osorio Ferraz de Castro do Porto Carreiro.
Porto Covo da Bandeira—Felix Bernardino da Costa Lobo da Bandeira.
Porto Formoso—Jacintho Fernando Gil.
Porto Salvo—Henrique José da Costa.
Praia—Duarte Borges da Camara Medeiros.
Praia Grande de Macau—Izidoro Francisco Guimarães.
Proença Velha—Antonio de Gouveia Osorio e Vasconcellos.
Proença Vieira—Joaquim José de Proença Vieira.
Quinta d'Alegria—D. Flora Amalia Sampaio e Mello.
Quinta de S. Thomé—Fortunato da Costa Cabral de Vasconcellos Coutinho.
Reguengo—Jorge Frederico de Avilez.
Reriz—Antonio Maria de Almeida Almeida Azevedo Cunha e Vasconcellos.
Ribamar—João da Costa Carvalho.
Riba Tamega—José de Vasconcellos Guedes de Carvalho.
Ribeira—D. Henriqueta da Costa Carvalho Talone.
Ribeira—Frederico Carlos Agnello Talone.
Ribeira d'Alijó—Antonio Julio de Castro Pinto Magalhães.
Ribeira Brava—Francisco Correia Heredia.
Ribeiro da Silva—Libanio Ribeiro da Silva.
Rio Sêcco—José Carlos d'Azevedo.
Roborêdo—Conrado Henrique Christiano de Roboredo.
Roriz—Antonio Marinho Falcão de Castro.
Ruães—Bento Luiz Ferreira Carmo.
Sacavem—José Joaquim Pinto da Silva Junior.
Sagres—Carlos Benevenuto Casimiro.
Sampaio dos Arcos—Gaspar d'Azevedo Araújo e Gama.
Sanches Baena—Augusto Romano Sanches de Baena e Farinha.
Sant'Anna—Manuel Alves Guerra.
Santa Cruz—José Maria de Carvalho.
Santa Eulalia—Foi elevado a conde.
Santa Izabel—Julio Augusto Ferreira. (Morreu ha pouco, na Suissa, de um desastre).
Santa Luzia—José Joaquim Machado Ferraz.
Santa Quiteria—José Antonio Soares Leal.
Santo André—Antonio Justino Ferreira.
Santo Antonio—Pedro Antonio Rebocho.
Santo Varão—D. Emilia Candida Augusta de Noronha.
S. Bartholomeu—José Joaquim Lobo.
S. Januario—Januario Correia d'Almeida.
S. Jeronymo—Basilio Alberto de Sousa Pinto.
S. João—Diogo Baranguer de França Netto.
S. João da Pesqueira—Luiz de Sousa Vahia Rebello.
S. Lazaro—Miguel José Raio.
S. Mamede—Foi elevado a conde e morreu.

S. Pedro do Sul—Francisco de Mello de Sousa Cunha e Abreu.
S. Salvador de Mattosinhos—João José dos Reis.
S. Sebastião—José Maria Henriques d'Azevedo Reis.
S. Sebastião—Luiz Henriques Charters d'Azevedo.
S. Thiago—Foi elevado a conde de Castello Branco, e morreu.
S. Torquato—Luiz Augusto Perestrello.
Sardoal—José de Figueiredo Frazão.
Sarzdo— Antonio Ribeiro de Carvalho Abreu Pessoa d'Amorim Pacheco.
Seabra—Antonio Luiz de Seabra.
Seissal—Pedro Mauricio Correia Henriques.
Serrado—Francisco de Mello Lemos e Alvellos.
Sieuve de Menezes—José Maria Sieuve de Menezes.
Silva Carvalko—José da Silva Carvalho.
Soares Franco—Francisco Soares Franco.
Sotto Maior—Antonio da Cunha Sotto Maior.
Souto—Antonio José Alves Souto.
Soveral—Luiz Augusto Pinto de Soveral.
Stern—David Stern.
Taveiro—José de Mello Paes do Amaral de Sousa Pereira de Vasconcellos de Menezes.
Taveiro—D. Maria Rosa de Figueiredo da Cunha Abreu e Mello Pereira de Lacerda e Lemos.
Tavira—Antonio de Padua da Costa Almeida.
Telles de Menezes—Diogo Telles de Menezes.
Tinalhas—José Coutinho Barriga da Silveira Castro e Camara.
Torrão—Jeronymo Mexia Baião.
Torre—João Feio de Magalhães Coutinho.
Torre Bella—D. Filomena Gabrielta—D. Vicencia de Freitas.
Torre de Donas—Joaquim de Azevedo Araujo e Gama.
Torre de Moncorvo—Alexandre Thomaz de Moraes Sarmento.
Torre da Murta—João Carlos Infante Correia da Silva Carvalho.
Tracoso—Bartholomeu da Costa Macedo Geraldes Barba de Menezes.
Trindade—José Antonio de Sousa Basto.
Trindade—José Antonio de Sousa Basto Junior (filho).
Valle da Gama—Ignacio da Cruz Guerreiro.
Valle da Piedade—Antonio José de Castro Silva.
Valmor—Fausto de Queiroz Guedes.
Valmor—D. Amelia, hoje viscondessa de Sacavem.
Vargem da Ordem—Gaspar Pessoa de Amorim Tavares.
Varzea—Era João da Siveira Pinto da Fonseca, mas falleceu e não consta que o titulo fosse renovado.
Villa de Bella—Mendo Saraivo da Costa Pereira de Refoios.
Villa Maior—Julio Maximo de Oliveira Pimentel.
Villa Mendo—Antonio de Gouveia Osorio.
Villa Nova do Minho—José Bernardo de Sá.
Villa Nova da Rainha—Antonio de Barros. (Filho do visconde de Santarem).
Villa Verde—Fernando Pereira dos Santos (É filho do barão de Fornellos).
Villar Allen—Alfredo Allen.
Villarinho de S. Romão—Alvaro Ferreira Carneiro Vasconcellos Girão.
Welten—Eduardo Wiener de Welten.

Barões de

Abraçada—João José Henriques Trigueiros d'Athaide. (Vide Visconde de Abrançalha.)
Agua Izé—Manuel da Vera Cruz e Almeida.
Albufeira—José Maria de Faria e Sousa Vasconcellos e Sá.
Alcantarilha—Sebastião José de Mendonça
Alcochete—Bernardo Daupiás.
Alemquer—Manuel Joaquim de Almeida.
Alfarrobeira—Thomaz Quintino Antunes.
Almargem—Marianno Barros de Sousa Garcez Palha.
Almeida—Antonio Thomaz Vieira Pinto de Almeida e Silva.
Almeirim—Manuel Nunes Braamcamp Freire.
Alvaiázere—João Vieira Pinto d'Almeida e Silva.

Amêdo—Luiz Antonio de Sampaio Moniz e Castro.
Ancêde—Henrique Soares de Ancede.
Ancêde—D. Maria Maxima de Lima Soares.
Areia Larga—Antonio Garcia da Rosa.
Arruda—Bortholomeu de Gamboa e Liz.
Athaide—João Tenreiro Monteiro.
Azarujinha—Augusto Dias de Freitas.
Bamberg—Felix Bamberg.
Barreto—É o barão Bliss Henrique Bliss de Brandon Park, que mudou de titulo.
Barroil—Estevão Barroil.
Bertellinho—João Antonio Rodrigues de Miranda.
Brissós—Antonio Lopes de Gusmão Lobo.
Cabinda—Manuel José Puna. (Um regulo africano).
Calapor—Purxotoma Sintay Quencro.
Calvario—Manuel Pereira da Silva.
Cambarjua—Ludovico Xavier Mourão.
Capellinha—É o visconde do mesmo titulo.
Caría—José Homem de Figueiredo Machado.
Castello de Paiva—Antonio da Costa Paiva.
Castro Daire—Luiz Malheiro Peixoto de Lemos Mello e Vasconcellos.
Cercal—Antonio Alexandrino de Mello.
Claros—Gustavo d'Almeida Sousa e Sá.
Conceição—Fortunato Joaquim Figueira.
Corvo—Manuel Alves Souto. (Morreu).
Costa Veiga—Antonio Xavier da Costa Veiga.
Costeado—Antonio de Napoles Vaz Vieira de Mello Alvim.
Dempó—C. G. Raiú Sinay Dempó.
Erlanger—Rafael Erlanger.—Emilio Erlanger.
Ermida=Antonio Ferreira Machado de Brito.
Fonte Bella—Amancio Gago da Camara.
Fonte Bella—Jacintho Gago da Silveira Andrade.
Fonte do Matto=Antonio da Cunha Silveira Bettencourt.
Fornellos=Fernando Maria Pereira dos Santos.
Gloria—Antonio José Leite Guimarães.
Gobe de Massarellos—Ludovico Pedro Gobe de Massarellos.
Gramosa—Joaquim José da Costa Rebello.
Granjão—Antonio Botelho Teixeira.
Grimancellos—D. Virginia de Passos d'Almeida Pimentel.
Guadalupe—João Ignacio de Simas e Cunha.
Hortega—João Hortega.
Hospital—Joaquim de Queiroz Machado.
Joanne—Antonio Luiz Machado Guimarães.
Josan—Emilio Josan
Kessler—Athanazio Kessler.
Knowles—João Knowles.
Koenig—Maximiliano Julio Koenigs Warter.
Lages—Zeferino Teixeira Cabral de Mesquita.
Lages—Alexandre Manuel Vieira de Carvalho.
Lagoa=Bernardo Casimiro de Freitas.
Lagoa—D. Carolina de Freitas Amaral.
Lagoa=Antonio Maria d'Amaral.
Lagos—Henrique José da Silva.
Laranjeiras—Duarte de Medeiros e Albuquerque.
Leiria—D. Maria Benedicta de Vasconcellos e Lemos.
Leiria—Antonio Augusto Pereira de Vasconcellos e Lemos.
Leiria—Antonio Augusto Pereira de Vascellos Sousa e Menezes.
Livramento—José Antonio de Araujo.
Lordello—José da Fonseca Gouveia.
Louredo—Manuel Lourenço Baeta Neves.
Luzo—Manuel Ferreira d'Azevedo Junior.
Magdalena—Miguel Quente Machado da Cunha—Mizael Vieira Machado da Cunha.
Marinho—Antonio Pereira Marinho.
Massarellos—Joaquim Augusto Kopk Schwerin de Sousa.
Mattosinhos—Antonio Pereira da Silva Maia.
Mauricio Mathias—Maurio José Mathias.
Mendonça—Joaquim Manuel de Mendonça.
Mesquita—Miguel Correia de Mesquita Pimentel. (Foi elevado a visconde).
Mogadouro—D. Anna Izabel Maria de Moura Pegado.
Mogadouro—Antonio Saraiva de Albuquerque Vilhena,
Mogofores—Manuel Ferreira de Seabra da Motta e Silva.
Moimenta da Beira—Julião Sarmento de Vasconcellos e Castro.

Monte Brasil—José Quintino Dias.
Nellas—José Bernardo dos Anjos e Brito.
Nevogilde—D. Carlota Ricca Borges Moraes e Castro.
Nossa Senhora das Mercês—Candido Pacheco de Mello Forjaz de Lacerda.
Nossa Senhora d'Oliveira—Manuel Ignacio da Silveira.
Nossa Senhora da Saude—José Maria da Camara Coutinho Carreira de Castro.
Oliveira do Conde—Miguel Borges de Castro Tavares d'Azevedo.
Paço Couceiro—João Couceiro da Costa.
Paço Vieira—José Joaquim Vieira.
Paiva Manso—Abel Maria Jordão de Paiva Manso. (Falleceu ha pouco).
Pallme—D. Gertrudes Ermelinda.
Paranhos—Sebastião Maria de Gouveia.
Perafita—João Antonio de Moraes.
Pereira Marinho—Joaquim Pereira Marinho.
Pereira da Motta—Salustio Pereira da Motta.
Pero Palha—Hugo Owen.
Pomarão—É hoje o visconde de Mason de S. Domingos. (Vide este titulo).
Pomarinho—Estevão da Costa Pimenta.
Pombeiro de Riba Vizella—Paulo de Mello Sampaio de Freitas Amaral.
Ponte da Quarteira—Joaquim Bernardo de Mendonça.
Porto Salvo—Henrique José da Costa.
Povoa de Varzim—Manuel Fernandes da Silva Campos.
Prime—José Porfirio de Campos Rebello.
Proença Velha—José de Menezes Pitta de Castro.
Provesende—José Antonio de Barros Teixeira Lobo de Barbosa.
Ramalho—Antonio da Fonseca Carvão Paim da Camara.
Regaleira—Paulo Abreu de Moraes Palmeiro.
Regaleira—D. Ermelindo Monteiro de Almeida.
Retorta—Domingos Miguel da Cunha Velho Sotto-Maior d'Azevedo e Mello.
Riba Tâmega—José de Vasconcellos Guedes de Carvalho. (Foi elevado a visconde—vide este titulo.)
Ribeira da Pena—Francisco Xavier d'Andrade Valladarés Aguiar.
Rio de Moinhos—Manuel Augusto d'Almeida Vallejo.
Rio Zezere—Joaquim Bento Pereira.
Roches—Simão de Roches da Cunha Brun.
Roêda—João Alexandre Fradgate.
Roussado—Manuel Roussado.
Saavedra—Adolpho Pinto de Saavedra.
Sabroso—João Infante de Lacerda Sousa Tavares Pizarro.
Salgueiro—José de Faria Pinho e Vasconcellos Soares de Albergaria.
Salvaterra de Magos—Luiz Ferreira Roquete.
Samuel Vahl—Francisco de Vahl.
Santa Anna—Foi elevado a visconde. (Vide este titulo.
Santa Barbara—Bernardo Baptista da Fonseca e Sousa.
Santa Barbara—Antonio Manuel. (Filho do antecedente).
Santa Cruz—Bartholomeu Torquato de Sousa e Silva.
Santa Engracia—Antonio Esteves de Carvalho.
Santo Ambrosio—Francisco Antonio Namorado.
Santos—Gerardo Ferreira dos Santos.
S. Francisco—Francisco José Pacheco.
S. *Francisco*—Francisco José Pacheco Junior.
S. João d'Areias—Manuel de Serpa Pimentel.
S. Jorge—Eduardo Baranquet de Kantzow—ou Carlos Adolpho de Kantzow. (Acho ambos os nomes, não sei se serão da mesma familia.)
S. José—Fernando Gustavo Maurity.
S. Leonardo—Leonardo Teixeira Marques.
S. Martinho de Dume—Duarte Guilherme Ferreri de Gusmão.
S. Pedro—Daniel de Ornellas e Vasconcellos.
S. Roque—José Antonio Cardoso de Oliveira Torres.
Sena—Bernardino de Sena Fernandes.
Senhora da Victoria da Batalha—Sebastião Francisco Severo Leão Drago Valente de Brito Pinheiro Guarda da Ponte Correia Grim Cabreira.
Serra da Estrella—João Croft.

Silva—José Antonio Ferreira da Silva.
Silva Gameiro—Aires Coelho da Silva Gameiro.
Sousa—Leonardo de Sousa Leite Azevedo.
Soutello—Antonio Feio de Magalhães Coutinho.
Stern—Hermano Stern.
Succães—D. Antonia Pavão.
Torre de Pero Palha—Antonio de Calça e Pina Barreiros Godinho.
Torre de Villa Nova—Antonio de Magalhães Lencastre e Menezes.
Trovisqueira—José Francisco da Cruz Trovisqueira.
Vallado—Raymundo Pinto da Silva Tameirão.
Vallado—Augusto Correia Pinto da Silva Tameirão (Filho).
Valle d'Estevam—Albino d'Oliveira Guimarães.
Varzêa do Douro—José Garcez Pinto de Madureira.
Vasconcellos—José Smith de Vasconcellos.
Vasconcellos—Rodolpho Smith de Vasconcellos.
Viamonte da Boa Vista—José Dias d'Oliveira da Cunha Viamonte.
Villa Bella—Domingos de Sousa Leão.
Villa Cova—João Antonio de Almeida.
Villa Nova de Fôscôa—Francisco Antonio de Campos. (Morreu ha pouco).
Villálva de Guimarães—Guilermino Julio Teixeira de Moura. (Morreu).
Villar—Christiano Nicolau Hokpke.
Wildik—Pedro Affonso de Figueiredo.

Estação principal do Caminho de ferro do Norte e Leste

Havia muitos annos que as principaes nações da Europa e os Estados Unidos da America possuiam muitos kilometros de caminho de ferro, e ainda em Portugal se não tinha introduzido este grande melhoramento, tão urgentemente reclamado para o desenvolvimento e progresso das condições materiaes e moraes do paiz.

Estava reservado este emprehendimento gigantesco, ao sr. Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, então ministro das obras publicas.

Estudada competentemente a directriz do caminho de ferro, de Lisboa ao *Entroncamento*, e os dois ramaes que d'aqui partem —um (o de L.) para Elvas, ligando com o caminho de ferro de Badajoz, e pondo-nos em communicação com a Hespanha — e outro (o do N.) seguindo para a cidade do Porto, pondo Lisboa em communicação com as provincias do Norte — se deu principio ás obras desde Lisboa até Santarem, na distancia de 75 kilometros.

Não é meu proposito tratar aqui dos caminhos de ferro portuguezes, que teem artigo especial, sob a denominação de *Vias ferreas* — e só tratarei da sua estação principal de Lisboa.

—

Havia no sitio chamado *Caes dos Soldados*, um grande edificio, que servia de quartel de artilheria, tendo na sua frente um espaçoso terreiro, fechado com grades de ferro, que o separavam da rua, tambem chamada do Caes dos Soldados.

Fizeram o risco e dirigiram as obras do novo edificio para a estação, os engenheiros Angel Arribas Ugart, director—João Evan de Abreu, engenheiro chefe—Lecrenier, engenheiro divisionario—e o constructor Oppermann.

Lançou-se a primeira pedra dos alicerces, em outubro de 1862.

Concluiram-se as obras, e foi o edificio aberto ao publico, no 1.º de maio de 1865.

Custou 250 contos de réis.

Tem este magestoso edificio quatro frentes—medindo 135 metros de comprimento, 50^{m},40 de largura, e 13^{m} de altura.

As duas fachadas que formam o seu comprimento, são eguaes na architectura, tendo uma, a frente para S. (para o Tejo) e a outra para o N.

As outras duas fachadas olham, uma para O. (por onde sahem os passageiros que chegam no caminho de ferro) e outra para E., por onde entram os wagons!

Os terrenos onde se veem as officinas, separadas do edificio principal, e diversos materiaes da companhia, bem como o que fica

ao S., foram, em grande parte conquistadas ao Tejo.

No pavimento terreo da estação, está o *salão real;* cocheiras para 22 carruagens; as salas do chefe da secção; de distribuição de bagagens; da sahida dos passageiros; da alfandega municipal; da recepção das bagagens; de *espera*, dos passageiros das tres classes; da fiscalisação do governo; do serviço de saude; do telegrapho; do chefe da estação; dos cafés e casas de pasto, etc.

No andar nobre estão as salas do conselho de administração; da direcção e secretaria; das differentes repartições de todos os serviços do caminho de ferro—taes como —repartição do movimento; vias e obras; tráfego; tracção; armazens; contabilidade geral, e aposentos para todos os chefes de serviço.

A grande nave onde os passageiros entram e sahem dos comboios, occupa o centro do edificio. Tem de comprimento 117 metros, de largura 24^m,60 e de altura 13 metros.

O tecto do edificio é todo de ferro, com vidraças no centro, e de construcção solida e elegante; sendo bem combinada a distribuição da luz, o que torna toda a nave muito clara de dia. De noite é illuminada por 30 candieiros de gaz.

O resto do edificio é tambem illuminado por 143 candieiros, distribuidos do modo seguinte: — nas frontarias exteriores, 15 — nas salas de espera e mais divisões do pavimento terreo, 98 (além dos 30 acima referidos.)

As salas são decoradas e guarnecidas de moveis, mais ou menos luxuosos, segundo o fim a que são destinadas; mas tudo com o maximo aceio.

A sua divisão e distribuição interior, está feita com muita largueza e intelligencia; proporcionando aos passageiros e ao commercio, todas as commodidades requeridas.

—

O caminho de ferro corre pela margem direita do Tejo, até Xabregas, d'onde se dirige para o interior, atravessando a estrada marginal, sobre uma ponte de ferro.

Antes de chegar a Xabregas, perto da estação, ha grandes armazens, edificados sobre o Tejo, e junto d'elles, uma extensa e magnifica ponte de ferro, construida pelo mesmo systema da grandiosa ponte do caminho de ferre de Leste, que atravessa o Tejo, proximo de Constancia.

É pois digno de ser visto este vasto edificio e todas as suas dependencias.

Reservatorio das Aguas Livres

Já a paginas 399 d'este volume tratei do magestoso aqueducto das *Aguas Livres;* mas, como alli só descrevi rapidamente do magnifico reservatorio (*Mãe d'Agua*) das Amoreiras; darei aqui mais circumstanciadas noticias d'este notavel edificio.

—

Fica á entrada da praça das Amoreiras, do lado do S. — A sua fórma exterior, é de uma torre quadrangular de cantaria, com amplas janellas em volta.

Por cima tem um *eirado* de lagedo, para o qual se sobe do interior, por uma escada de caracol, e d'esse eirado se disfructa um magnifico e surprehendente panorama, por ser um dos pontos mais elevados de Lisboa.

Dentro, ha uma vastissima sala de abobadas e paredes de robustissima cantaria, com um tanque de 28 metros de comprimento, 24 de largura e 7^m,38 de profundidade.

As paredes d'este tanque teem 5^m,14 de grossura, com uma varanda que fórma um folgado passeio, por tres lados; porque no quarto fica a cascata, por onde a agua se precipita com fragor espantoso, sahindo da bocca de um golphinho, que se vê aos pés da estotua de Meptuno.

O tanque, ou reservatorio, leva 12:463 pipas d'agua. Em caso de necessidade, e distribuindo-se com economia, póde prover Lisboa, d'agua, para um mez.

D'este deposito apenas sahe agua para os chafarizes do *Rató*, da *rua do Arco*, da *Praça das Flores*, da *Esperança* o do *Caes do Tójo* (á Boa Vista!)

Para os chafarizes da *Cotovia*, *Rua Formosa*, *S. Pedro de Alcantara*, *Carmo* e *Thesouro Velho*, desce por um dos pégões do arco das Amoreiras, e vae por baixo da rua

até á *mãe d'agua* do Rato; e depois, por aqueductos até aos ditos chafarizes.

Se o reservatorio principal fornecesse agua para todos estes chafarizes, ficaria despejado em seis dias.

—

O reservatorio esteve por acabar, desde 1738 até 1834.

Em 1822, pediu a direcção das Aguas Livres, ás côrtes, que mandassem concluir esta obra, em que já se havia gastado quasi um milhão de crusados; mas não houve resolução.

Em 1824, fez-se o orçamento para a conclusão das obras, calculado apenas em oito contos 153$000 réis, e se mandou executar, por *aviso* de 26 de junho do mesmo anno; mas tambem ficou só no aviso.

Finalmente, por portaria de 13 de agosto de 1833, sendo ministro das obras publicas o fallecido visconde de Villarinho de S. Romão, se mandou concluir esta obra, sendo d'esta vez cumprida a portaria, e terminando-se a obra, que importou em 13:732$095 réis.

É este um dos edificios notaveis de Lisboa, e justamente admirado por todos os nacionaes e estrangeiros que visitam a capital.

Passeio da Estrella

Entre as obras modernamente emprehendidas e levadas a cabo para aformoseamento da capital, avulta, como uma das mais notaveis, merecendo por isso mui especial menção, o lindo e vasto passeio chamado da *Estrella*, por ficar em frente da famosa basilica do *Coração de Jesus*, vulgarmente chamada *convento da Estrella*.

O pensamento inicial de construir n'este formoso sitio (até então occupado por terras de semeadura. de pouca valia, e por alguns casebres de miseravel apparencia) deve-se ao sr. Antonio Bernardo da Costa Cabral (conde de Thomar) quando em 1842 foi elevado ao cargo de presidente do conselho de ministros e ministro do reino.

Pertenciam estas terras á massa fallida de Antonia José Rodrigues.

Tratou se da expropriação, que se realisou perante o juiz de direito da quinta vara, sendo os terrenos entregues á camara em 18 de junho de 1842, pela quantia ajustada de quatro contos de réis; que foi deduzida da de cinco contos de réis que o fallecido barão de Barcellinhos offerecêra para a construcção d'este passeio.

As guerras civis de 1844 e 1846, não deram logar a que se cuidasse d'este passeio.

Só em 30 de septembro de 1850 é que principiaram as obras de engrandamento e plantação; sendo dirigidas, aquellas pelo architecto das obras publicas, e estas pelos habilissimos jardineiros Bonard e João Francisco, timbrando todos para desempenharem com a maior intelligencia a commissão que lhes fôra encaregada.

Aproveitaram judiciosamente os accidentes naturaes do terreno, conseguindo levantar um traçado que satisfaz plenamente a todas as condições, e que não apresenta a monotonia dos antigos jardins e parques, ou alamedas de recreio.

As obras de architectura mereceram alguns reparos de um juiz competentissimo na materia, o sr. Joaquim da Costa Cascaes; mas, em geral, o desenho elegante e ligeiro d'este passeio agradou a todos.

Tem alguns lagos, imitando a natureza; e uma soberba cascata.

Veem-se elegantes kiosques, estufas; pequenas, mas bonitas fontes, um bello corêto para a musica, feito de marmore branco; um bonito pavilhão, onde em 1870 ou 1871 o sr. Paiva Raposo, por consentimento da camara, collocou um formoso e corpulento leão, que alli sustenta, assim como ao competente guarda.

Foi tambem á sua custa que o sr. Raposo mandou fazer as grades que fecham a jaula e uma outra casa em que o leão se mostra ao publico.

—

Tem este passeio bellos pontos de vista. Além da magestosa basilica da Estrella, vê-se d'aqui o bello hospital militar da Estrellinha, alguns bonitos predios em redor do passeio e uma parte do Tejo, e da

margem esquerda d'este rio em frente da barra.

—

A despeza feita com este passeio até 1874 anda por 80 contos de réis.

—

Pelourinhos de Lisboa

Pelourinho Velho

A mais antiga praça do pelourinho de que ha noticia, em Lisboa, ficava no local a que hoje corresponde, pouco mais ou menos, a *Rua Bella da Rainha* (rua da Prata) entre as ruas *Nova d'El-Rei* (Capellistas) e a de *S. Julião* (Algibebes).

Segundo uma planta da cidade de Lisboa que tenho á vista, levantada por João Nunes Tinoco, architecto de sua magestade (D. João IV) no anno de 1650, tinha esta praça apenas 44 metros de comprido, de N. a S.—e 33 de largo, de E. a O.

N'esta praça desembocavam as ruas de *Vêr o Peso*, *Nova* da *Prataria* e de *D. Gil Eannes.*

Era aqui que estanciavam os individuos que tinham por officio escreverem requerimentos, petições, cartas e o mais que o povo lhes encommendava.

Esta praça deixou de existir, mudando de configuração o terreno que a formava pelo terramoto de 1755.

Além do citado João Nunes Tinoco, em 1650, tambem Damião de Góes, em 1542 faz menção d'esta praça, na descripção de Lisboa, que então publicou em latim.

Não se sabe quando deixou de existir o pelourinho d'esta praça; o que é certo é que em 1650 já havia *pelourinho novo*, e por isso se ficou chamando a este sitio *Praça do Pelourinho Velho.*

Pelourinho da Ribeira

Em 1650, segundo se vê da citada planta de João Nunes Tinoco, já na Ribeira (Velha) existia o *pelourinho novo.*

Era então a Ribeira Velha um vasto terreno, tendo 1:100 metros de comprido, de E. a O., na margem direita do Tejo. A sua largura era irregular=no principio (do lado O.) tinha 154 metros=em frente do pelourinho, tinha 117 metros, e no sitio mais estreito, (em frente do *bêcco do Mequinez*) apenas tinha 44 metros.

Terminava a pelo O., a Misericordia (Conceição Velha) o *Terreiro do Pão*, as *Sete Casas* e a *Alfandega.*

Pelo E. terminava na Fundição.

Pelourinho actual

Destruida pelo terramoto de 1755 a praça da Ribeira Velha e quasi todos os edificios que a guarneciam pelo O., N. e E., foi Lisboa sujeita a um novo plano de construcção regular, deixando de existir esse labyrintho inextrincavel de bitesgas, bêccos e alfurjas, que constituiam a cidade baixa.

Foi o engenheiro Eugenio dos Santos Carvalho, que fez a nova planta da actual praça do Pelourinho, bem como dos edificios que a cercam, no sitio antigamente chamado *Largo da Tanoaria*, que era triangular e muito mais pequeno do que o actual, e guarnecido do S. e E. com os paços reaes da Ribeira, que aqui faziam um angulo, no qual se abria um arco que dava passagem para o *pateo da capella*, que a seu turno se communicava com o *Terreiro do Paço* por outro arco.

—

D. João V resolveu reformar os seus paços da Ribeira e a capella real. Os paços foram muito aformoseados, tanto interna como externamente. A capella foi reconstruida, ampliada e decorada por tal modo, que ficou um grande e rico templo, digno de accommodar n'elle essa explendida instituição que assimilhou Lisboa a Roma nas suas festas religiosas.

Foi com estas obras que desappareceu o *largo da Tanoaria*, metamorphoseando-se os edificios que o cercavam e o antigo pateo da capella.

D. José I ainda aqui mandou fazer importantes alterações.

Primeiramente com as demolições e edificações que se fizeram em 1751, para o estabelecimento do cabido ou sacro collegio

Patriarchal; da administração da fazenda e arrecadação do thesouro, ou guarda joias d'aquella santa egreja.

Em 1753 se fundou aqui o vasto e magnifico theatro regio, que o terramoto destruiu ao fim de um anno da sua inauguração; e, finalmente em 1754, em que se começou a grande obra da nova calçada de S. Francisco; que principiava junto á capella-mór da patriarchal, no largo que se estendia em frente d'este templo e que havia pouco fôra ampliado e denominado *praça da Patriarchal*. (Este magestoso templo foi tambem destruido antes de estar concluido, pelo terramoto de 1755.)

A actual praça do Pelourinho está situada proximo e ao O. do *Terreiro do Paco* (praça do Commercio) tendo ao S. o Arsenal Real da Marinha (Ribeira das Náos) a E. o magestoso paço do senado da camara, em construcção=e do N. e S. é cercada por bellos predios particulares.

Desembocam n'esta praça—pelo E., a rua Nova d'El-Rei (Capellistas) pelo N. a de S. Julião e de E. a O. a rua do Arsenal.

—

O elegante monolitho que se ergue no centro d'esta praça, e que constitue o actual pelourinho da cidade de Lisboa, é um bello e curiosissimo monumento, admirado por quantos estrangeiros o teem examinado.

Sobre a sua base se ergue o corpo principal, que é uma elegante columna de uma só pedra; mas aberta em espiral, com tanta industria e perfeição, que parecem tres pedras distinctas e separadas.

Tinha em cima (como quasi todos os pelourinhos) os ganchos de ferro, distinctivo da *picota* (forca) que foram arrancados depois de 1834; sendo então construida uma grade de ferro, para guarda do monumento.

Não consta todavia que aqui tivessem logar execuções, senão em 1790, a de um cadete, que assassinou um seu irmão, proximo a Almada, e foi aqui degolado.

Descuberta da Australia pelo portuguez Heredia

Ricardo Henrique Major, distincto membro da sociedade geographica de Londres, tendo, pelas suas investigações, encontrado que o portuguez Manuel Godinho de Heredia, fôra descobridor da Australia, chamou a attenção do mundo scientifico sobre este assumpto. O resultado d'esse appello tem sido o terem apparecido novas provas e documentos que demonstram que a prioridade da descoberta da Australia pertence aos portuguezes.

No museu de Bruxellas foi encontrado um importante documento manuscripto, que se diz original e devido ao mesmo Heredia; intitula-se—Declaração de Malaca e India meridional com o Cathay, com tres tratados, ordenada por Emmanuel Godinho Herebia, dirigida a S. C. R. M. D, Filippe, rei de Hespanha N. S.—E' datada de 1613.

Portanto mais ce um nome illustre apparece brilhantemente ao lado de Gil Eannes, Nuno da Cunha, Gonçalo de Cintra, Tristão, Alvaro Fernandes, Fernão Gomes, Pero de Escobar, Diogo Cam, Baltholomeu Dias, Vasco da Gama, Gonçalves Zarco, Cabral, Magalhães, e outros muitos, que formam essa serie de varões fortes e virtuosos que ennobreceram os annaes portuguezes, enchendo de assombro o mundo com seus arrojados commettimentos e importantissimas descobertas.

Illuminação de Lisboa

Martinho Antonio de Castro, engenheiro, foi o inventor dos candeeiros para a illuminação da cidade de Lisboa, em 1788; postos em pratica, pelo intendente geral da policia da côrte e reino, o benemerito Diogo Ignacio de Pina Manique, depois de 1790.

Era esta illuminação a melhor e mais elegante que havia na Europa, até á invenção do gaz.

Em Paris eram os lampeões pendidos de uma coroa de janella á janella fronteira.

Em londres, em 1798, a illuminação publicas consistia em lanternas pregadas em postes.

O conde da Figueira tinha um quadro, desenhado por Martinho Antonio de Castro, em que mostrava o seu invento, collocando

um homem a abaixar o lampeão. Tem escripto o anno de 1788.

Vê-se d'este quadro que os lampeões não tinham differença nenhuma dos existentes até á illuminação á gaz, e que a camara de Lisboa vendeu a diversas municipalidades.

O gaz foi descoberto em 1739.

A illuminação a gaz foi adoptada em Lisbua, pela primeira vez, em 1830, no palacio da quinta das Laranjeiras, que foi dos condes de Farrobô. Vinte annos depois se adoptou para a illuminação publica.

Algumas curiosidades estatisticas de Lisboa

Ha n'esta cidade grande numero de fabricas de todo o genero de artefactos.

Ha 112 machinas movidas por vapor, com a força total de 1:400 cavallos; sendo 47 para espingardaria; 19 para moagem de cereaes; 11 para distillação de aguardente; 5 para lanificios; 6 para fabricas de papel; 3 para aquecer agua; 3 de torcer algodão; 2 de tornear metaes; 2 de lavoura e debulha; 3 para preparar tabacos; 2 de descascar arroz; e 9 para differentes industrias.

A bibliotheca publica tem 106:000 volumes, 10:000 manuscriptos.

A bibliotheca da academia real das sciencias tem 80:000 volumes.

A bibliotheca real da Ajuda tem 30:000 volumes.

A bibliotheca da escola naval tem 12:000 volumes.

Tem Lisboa 35 fontes ou chafarizes principaes; 353 ruas; 215 travessas; 65 calçadas; 119 béccos; 12 largos ou praças principaes e 48 menores; 20 passeios ou jardins publicos (além de muitos de particulares).

Repertorio alphabetico das materias que comprehende o artigo pertencente a Lisboa [a]

(a) Julgo fazer um serviço aos meus leitores, terminando o extenso artigo de Lisboa com este repertorio, que facilita o encontro do que se procura, o que sem elle seria difficil em vista da sua vastidão.

LITEM — freguezia, Extremadura, comarca e concelho do Pombal, 165 kilometros ao N. de Lisboa e 48 de Coimbra.

Bispado e districto administrativo de Leiria.

Orago S. Simão, apostolo.

Tem 400 fogos.

Esta freguezia não vem no *Portugal Sacro e Profano*, porque foi desmembrada da seguinte.

É terra fertil.

LITEM—freguezia, Extremadura, comarca e concelho do Pombal, 163 kilometros ao N. de Lisboa, e 48 de Coimbra.

Bispado de Coimbra, districto administrativo de Leiria.

Orago S. Thiago, apostolo.

Tem 320 fogos.

Em 1757, com a antecedente, tinha 432 fogos.

O parocho é vigario collado, que o rei apresentava, pelo tribunal da mesa da consciencia e ordens.

Tinha 40$000 réis de rendimento e o pé d'altar.

É terra fertil.

LIXA—grande aldeia, Douro, onde se faz uma feira mensal, approvada pela junta geral do districto do Porto, em março de 1871. É muito concorrida.

No dia 3 de abril de 1834 houve aqui um renhido combate entre as tropas realistas, commandadas pelo general José Cardoso, e as liberaes, de que era chefe o barão do Pico do Celleiro (general Torres.)

Os realistas retiraram para Amarante.

Para o mais que diz respeito a esta povoação, vide *Borba de Godim e Lixa*, a pag. 419 do 1.º volume.

LIZ—pequeno rio da Extremadura. Nasce na aldeia dos Córtes e junto com o *Lêna* desagúa no mar, ao pé de Parêdes, 20 kilometros ao O. de Leiria. Vide esta palavra.

LOBÃO—freguezia, Douro, comarca e concelho da Feira, 285 kilometros ao N. de Lisboa, 24 ao S. do Porto, 7 ao NE. da Feira

Bispado do Porto, districto administrativo de Aveiro.

Orago S. Thiago, apostolo.

Em 1757 tinha 325 fogos.

O parocho era cura, que apresentava o reitor de S. Pedro de Canedo, e tinha de rendimento 180$000 réis.

Tem uma bella egreja matriz, com uma elegante e alta torre.

Ha n'esta freguezia a capella de Santo Ovidio, muito concorrida em tres romarias que alli se fazem annualmente.

É terra bonita e muito fertil.

LOBÃO—freguezia, Beira Alta, comarca e concelho de Tondella, 240 kilometros ao N. de Lisboa e 18 de Viseu. Foi villa.

Bispado e districto administrativo de Viseu.

Orago S. Julião.

Tem 450 fogos. Em 1757 tinha 236 fogos.

O parocho é vigario, que o real padroado apresentava. Tinha de rendimento 40$000 réis e o pé d'altar.

O famoso jurisconsulto portuguez Manuel d'Almeida e Sousa, nasceu na villa de Vouzella, em 19 de março de 1745. — Formado em direito na universidade de Coimbra, se veio estabelecer n'esta freguezia, onde passou toda a sua vida de advogado, e por isso é geralmente conhecido pelo nome de Manuel d'Almeida e Souza de Lobão.

Morreu em 31 de dezembro de 1817, com 72 annos de edade.

Foi, pois, em Lobão que elle escreveu muitas e apreciadas obras sobre os varios ramos do direito civil portuguez, ainda hoje consultadas pelos melhores jurisconsultos.

Os doutores Manuel Antonio Coelho da Rocha (Vide *Covellas*) José Homem Correia Telles (Vide *Bésteiros, S. Thiago* e *Estarreja*) e Sousa Lobão são incontestavelmente os tres mais distinctos escriptores juridicos da primeira metade d'este seculo.

Coelho da Rocha disse de Sousa Lobão:— «Os seus muitos e variados escriptos que comprehendem todas as partes da jurisprudencia, além das noticias solidas do direito romano e canonico, abúndam em conhecimentos profundos da historia e das leis patrias, e sobre tudo da pratica do fôro. Respiram extraordinaria leitura, e ás vezes o máo gosto dos antigos praxistas.»

Depois de notar algumas incorrecções de fôrma, diz:—«Não obstante esses defeitos, as suas obras, para o uso do fôro, supprem uma livraria.»

LOBEIRA=freguezia, Minho, comarca e concelho de Guimarães, 18 kilometros ao NE. de Braga, 358 ao N. de Lisboa, 60 fogos.

Orago S. Cosme e S. Damião.

Em 1757 tinha 70 fogos.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

É terra fertil.

O parocho é cura, que apresentava o cabido da collegiada de Guimarães. Tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar.

LOBÊLHE ou BREIA ou VEREIA—freguezia, Minho, comarca de Valença, concelho e junto de Villa Nova da Cerveira, 60 kilometros ao NO. de Braga e 400 ao N. de Lisboa, 110 fogos.

Em 1757 tinha 99 fogos.

Orago Santa Maria (Nossa Senhora da Assumpção).

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

O parocho é cura, que o real padroado apresentava. Rendia 100$000 réis.

—

Esta freguezia é vulgarmente conhecida pelo seu antigo nome de *Verêia.*

Verêia é portuguez antigo; significa caminho, estrada, etc. Hoje dizemos *verêda.*

Está esta freguezia situada na formosissima margem esquerda do Minho, que a réga em parte, pelo que é muito fertil.

É uma das mais antigas freguezias de Portugal, pois ja existia, como parochia, no anno de 675. (Vide a 2.ª columna de pag. 400 do 1.º vol. e a 1.ª de pag. 401.)

Mesmo sobre a margem do Minho tinham os jesuitas uma bella e grande quinta, que depois da extincção da companhia de Jesus, passou a ser da universidade de Coimbra. Foi vendida em hasta publica e a comprou por 16 contos de réis, o sr. João Antonio Pereira, de Sôppo, que aqui fez uma deliciosa vivenda, construindo-lhe umas ricas e bellas casas de habitação.

—

Em eras remotas (antes do reinado de Wamba) houve aqui uma egreja matriz, famosa pela sua riqueza vastidão e elegancia.

Estou persuadido que era edificada a poucos metros do rio, e proximo (a N. E.) da quinta do sr. Rocha Pereira, pois ainda áquelle sitio (que hoje são campos, juncaes e salgueiraes) se dá o nome de *Campos da Egreja Velha.*

Não ha o minimo vestigio d'esta egreja que provavelmente o Minho arrazou, em alguma das suas enchentes.

A egreja actual é no centro da freguezia.

—

Ao O., e junto á quinta do sr. Rocha, havia sobre a margem do rio o antiquissimo *forte da Verêia,* que o governo poz em almoeda, e foi comprado pelo sr. Recha Pereira, que uniu o forte e esplanada á sua quinta.

LOBÊLHE DO MATTO—freguezia, Beira Alta, comarca e concelho de Mangualde, 12 kilometros de Viseu, 300 ao N. de Lisboa, 130 fogos.

Em 1757 tinha 76 fogos.

Orago S. Paulo.

Bispado e districto administrativo de Viseu.

É terra fertil.

O vigario de Fornos de Maceira-Dão apresentava o cura, que tinha 6$000 de congrua e o pé d'altar.

LOBRIGOS— freguezia, Traz-os-Montes, comarca do Péso da Régua, concelho de Santa Martha de Penaguião, 90 kilometros ao NE. do Porto e 370 ao N. de Lisboa, 300 fogos.

Bispado do Porto, districto administrativo de Villa Real.

Orago S. João Baptista.

Em 1757 tinha 157 fogos.

O duque de Lafões apresentava o abbade que tinha de rendimento annual 10:000 cruzados (quatro contos de réis) segundo o *Portugal Sacro e Profano*; mas o seu rendimento era muito maior, pois havia annos em que, só em vinho, fazia a abbade, de 16 a 20 contos de réis!—Era incontestavelmente a mais rica abbadia de Portugal, e mais rendosa de que alguns bispados.

Esta freguezia está situada na margem direita do Douro, em terreno muito accidentado.

É fertilissima em optimo vinho; do mais mediania. (Vide a freguezia seguinte.)

LOBRIGOS — freguezia, Traz-os-Montes, comarca do Pêso da Régua, concelho de Santa Martha de Penaguião, 90 kilometros ao NE. do Porto e 370 ao N. de Lisboa, 220 fogos.

Bispado do Porto, districto administrativo de Villa Real.

Orago S. Miguel, archanjo.

Em 1757 tinha 100 fogos.

O abbade da freguezia antecedente apresentava o cura, que tinha 150$000 réis de rendimento annual.

Esta freguezia é mais antiga que a monarchia portugueza, e a antecedente d'ella foi desmembrada, e por fim veio esta a tornar-se sua dependente.

O primeiro nome d'esta freguezia, foi *S. Miguel de Penaguião.*

A egreja matriz foi fundada em 1191 (1153 de Jesus Christo.)

Um documento que existe na Torre do Tombo diz, com respeito a esta egreja o seguinte:—«Entonces D. Gomes, que era mui *sonhudo* (arrebatado) *fijo* (fez) *irivar* (derribar, arrazar) em terra, aquella igreja que era fundaçon de *saa* (sua) avoenga.»

Passado algum tempo, D. Gomes, arrependido do que havia feito, mandou construir a egreja, á sua custa.

Na acta da fundação d'esta egreja, na referida era de 1191, se diz, fallando das sepulturas:—«Mas non na principal capella, ao pé da altar: que hi queria que *jouvessem* (jazessem) os abbades da egreja e non outra ossada, salvo de bispo ou abbade, mas non d'el, ne dos padrons que após el *venecem* (viessem) para *jouver* (para serem enterrados.)

Em 24 de abril de 1139, doou D. Affonso Henriques a uns anachoretas, a *ermida de Santa Comba, no arcebispado de Braga, em frente de Lobrigos.*

D'aqui se collige que quando se edificou a egreja matriz, em 1153, já Lobrigos existia como parochia.

LODARES—freguezia, Douro, comarca e concelho de Lousado, 35 kilometros a NE. do Porto e 410 ao N. de Lisboa, 150 fogos.

Em 1757 tinha 110 fogos.

Orago Santa Marinha.

Bispado e districto administrativo do Porto.

O papa, o bispo e o mosteiro de Cette (eremitas de Santo Agostinho) apresentavam alternativamente o abbade, que tinha de rendimento annual 500$000 réis.

Na casa da *Lama*, d'esta freguezia, nasceu o brigadeiro do exercito realista, convencionado em Evora-Monte, Bernardino Coelho Soares de Moura.

Morreu em uma casa sua, na aldeia de Santa Isabel, d'esta freguezia.—Nasceu a 22 de janeiro de 1787, e falleceu em 10 de fevereiro de 1864.

Unindo-se á junta do Porto, em 1846, foi feito *barão de Freiamunde*, titulo que nunca foi confirmado.

A pag. 228 do 3.º volume, disse que Soares de Moura nascêra e morrêra em Freiamunde, seguindo as erradas informações que havia recebido. Agradeço ao illustrado correspondente, o reverendissimo sr. João Vieira Nunes Castro da Cruz, de Milheiroz, da Maia, os esclarecimentos que me deu a este respeito, e que me habilitaram a desfazer o engano.

Agradeço cordealmente a todos os cavalheiros que me advertem dos meus enganos involuntarios, e os rectifico na primeira occasião, pois o meu unico desejo é acertar.

LODÕES—freguezia, Traz-os-Montes, comarca de Mirandella, concelho de Villa Flor 150 kitometros a NE. de Braga, 360 ao N. de Lisboa, 50 fogos.

Em 1757 tinha 44 fogos.

Orago S. Thiago, apostolo.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Bragança.

O reitor de Villa Flor apresentava o vigario, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar.

Lodões é corrupção de *lodãos*, plural de lódão, arvore bem conhecida.

LOGO ou **LOGUO**—sitio, logar.

Vem da palavra latina—*locus.*

LOGO—morada, residencia obrigada que tinha o colono, ou emphiteuta, de residir pessoalmente na terra do praso, e de a não poder em tempo nenhum alienar; e se morresse sem filhos, se devolvia immediatamente ao senhorio directo.

Chamava-se a esta qualidade de praso—*casal de fôgo e lôgo.*

—

Lôgo, no portuguez antigo, era tambem reputação, honra, estima. *Homem ou mulher de bom lôgo*—pessoa de bôa reputação, honrada, estimada, etc.

Lôgo—ainda antigamente significava tenção, respeito, vontade.—*E vos requeremos que tomedes este feito per aquel lcgar, per que vos El-Rey manda sem maa* (má) *vogaria e sem maa pontaria, e que o comprades assi. como El-Réi manda.* (Documento da villa de Mós, sobre divisões entre este concelho e o da Torre de Moncorvo, de 1315.)

Não me parece inutil dizer aqui, aos que o não souberem, que *pontaría*, no antigo portuguez, significava—ódio, trapaça, enrêdo que leva a mira a derribar e perder o seu contrario. Ainda hoje se diz—*trazer de ponta*-por vêl o com maus olhos; vexal-o, perseguil o, etc. (Vide *Pontaría.*)

Vogaría, era officio de advogado. E como alguns, com a sua ineptidão ou má fé, deitam a perder os clientes, se dizia por estes, que *usavam de maa vogaría.* (Vide *Vogaría*)

LOGOMEL—Vide *Lagomel.*

LOGRECA ou **LOGREIA**—Lucrecia. Nome proprio de mulher. Tambem se dizia *Logrica.*

LOIVO—freguezia, Minho, comarca de Vallença, concelho e proximo (ao O.) de Villa Nova da Cerveira, 60 kilometros a NO. de Braga, 395 ao N. de Lisboa, 140 fogos.

Em 1757 tinha 121.

Orago Santa Marinha.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

As freiras de Sant'Anna, da Vianna, apresentam o vigario (collado) que tinha de rendimento 100$000 réis.

Esta freguezia esteve annexa á de Villa Nova da Cerveira.

Houve aqui antigamente um convento de freiras bentas. (Vide Campos e Villa Chan.)

É n'esta freguezia a bella residencia do sr. Lima, o mais rico proprietario d'estes sitios.

O rio Minho réga uma grande parte d'esta freguezia, o que a torna fertilissima.

É tambem atravessada pela bella estrada real de 1.ª classe, de Lisboa para o Norte, que aqui vae proxima da margem esquerda do Minho, e é um formoso passeio.

LOIVOS—freguezia, Traz-os-Montes, comarca, concelho de Chaves, 90 kilom. ao NE. de Braga, 405 ao N. de Lisboa, 110 fogos.

Em 1757 tinha 130 fogos.

Orago S. Geraldo.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Villa Real.

O reitor de Santa Maria de Moreiras apresentava o cura, que tinha 12$000 réis e o pé d'altar.

LOIVOS DO MONTE—freguezia, Douro, comarca e concelho de Bayão, (foi da extincta comarca de Soalhães.) 60 kilometros ao NE. de Porto e 330 ao N. de Lisboa, 110 fogos.

Em 1757 tinha 54 fogos.

Orago S. Payo e S. João.

Bispado e districto administrativo do Porto.

O abbade de Gestaçô apresentava o cura, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar.

Tem dois oragos, porque S. João Bapptista o era da pequena freguezia de Telões, que ha muitos annos está annexa a esta.

LOIVOS DA RIBEIRA—freguezia, Douro, camarca e concelho de Bayão (tambem foi da extincta comarca de Soalhães.) 60 kilometros a NE. do Porto e 330 ao N. de Lisboa, 100 fogos.

Em 1757 tinha 65 fogos.

O morgado do Senhor das Chagas (da familia dos Távoras e Noronhas Lemos e Cernaches) apresentavem, *in solidum*, o abbade, que tinha 200$000 réis annuaes.

É terra fertil.

LOMAR—freguezia, Minho, comarca, concelho e proximo a Braga, 360 kilometros ao N. de Lisboa, 150 fogos.

Em 1757 tinha 24 fogos.

Orago S. Pedro, apostolo.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

A mitra apresentava o reitor, que tinha de rendimento 60$000 réis e o pé d'altar.

Lomar é corrupção de *Al-Omar*, nome proprio arabe—o mesmo que Al-Amar ou Al-Hamar.

Ha vestigios de fortificações antiquissimas, na serra que fica entre esta freguezia e a de Guisande.

(Vide Braga.)

LOMBA—freguezia, Beira Baixa, comarca e concelho do Sabugal, 18 kilometros a ONO. da Guarda, e 300 ao E. de Lisboa, 55 fogos.

Em 1757 tinha 46 fogos.

Orago o Espirito Santo.

Bispado e districto administrativo da Guarda.

O vigario da villa do Louro, apresentava o cura, que tinha 7$000 réis de congrua e o pé d'altar.

LOMBA — freguezia, Douro, comarca e concelho de Amarante, d'onde dista 60 kilometros ao NE. e 320 ao N. de Lisboa, 100 fogos.

Em 1757 tinha 56 fogos.

Orago S. Pedro, apostolo.

Bispado e districto administrativo do Porto.

A mitra apresentava, *in solidum*, o abbade, que tinha 220$000 réis de rendimento.

É terra fertil.

LOMBA—freguezia, Douro, comarca do Porto, d'onde dista 24 kilometros ao E., 300 ao N. de Lisboa, concelho e 20 kilometros ao SSE. de Gondomar, 290 fogos.

Em 1757 tinha 110 fogos.

Bispado e districto administrativo do Porto.

O abbade de Melres apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé de altar.

No sitio do *Barral*, n'esta freguezia, e sobre a margem esquerda do Douro, ha uma mina de carvão fossil, que foi concedida a Bento Rodrigues de Oliveira, do Porto, em março de 1871.

Era aqui o solar dos Quezadas Villas Bôas. O ultimo morgado foi José Maria Quezada Villas Bôas.

Os Quezadas procedem da familia dos Queixadas Villas-Bôas, que tinham por armas—em campo de prata, 4 queixadas de oiro, com dentes de prata. Esta familia, porém, era de Hespanha, e não consta que similhantes armas fossem usadas em Portugal.

Ha outros Quezadas que procedem de Pedro Dias Carrilho, de Toledo, que depois se chamou Pedro Dias de Quezada, 1.º adiantado de Casorla; o qual, sendo alcaide da villa de Quezada, na Andaluzia, por uma grande victoria que alcançou dos mouros, foi chamado «o Quezada».—Suas armas são:—Em campo de púpura 4 coticas de arminho, em pala, cada uma carregada de 6 mosquetas negras; orla de prata, carregada de 8 caldeiras de negro, com a bocca para baixo.

Passou esta familia a Portugal, e aqui se corrompeu este appellido em Quezada, Quezado, e Casado, que usam (os d'estes tres appellidos) das mesmas armas; mas só com coticas.

Ainda outros Quezadas trazem por armas—em campo de púrpura, 4 bandas de arminho, cada uma com 4 mosquetas de negro.

Outros Quesadas (como diz Molina) trazem—em campo de púrpura, 4 palas de arminho, cada uma com 6 mosquetas de negro, 5 em aspa e uma por baixo.

—

Os que usam do appellido Villas-Bôas (e não de Quesada) trazem por armas—escudo esquartellado, no 1.º e 4.º quartel castello de prata de 3 torres, com porta lavrada de preto, em campo de púrpura, sahindo da torre do meio um ramo de palma verde—no 2.º e 3.º quartel, um dragão de prata, voante, armado de púrpura, com a cauda retorcida — isto sobre campo azul. Timbre o dragão das armas com um ramo de palma na bocca.

—

Esta freguezia é uma prova material dos disparates da nossa divisão territorial. Fica sobre a margem esquerda do Douro, e pertence ao concelho de Gondomar, que fica na margem direita, contiguo á cidade do Porto; distando 24 kilometros da cabeça do concelho, e tendo de atravessar o rio, o que nem sempre é facil e livre de perigo.

Devia pertencer ao concelho de Castello de Paiva, de cuja cabeça apenas dista uns 15 kilometros, e sendo na mesma margem, é a viação facillima.

—

N'esta freguezia é o grande logar de *Sante* ou *Pé de Moura*, ponto de bastante commercio com a cidade do Porto, para onde exporta constantemente madeira, lenha, carvão, urze, carqueja e outros generos.

Ha n'este logar a capella de Santa Eufemia, virgem e martyr (uma das 9 irmans).

É tambem n'esta freguezia o grande, bonito e fertil logar de *Lavercos*, composto de lavradores, alguns ricos. É no alto da freguezia.

Em frente da Lomba, na margem opposta, fica a bonita povoação de Melres, que foi villa, e ainda tem casa da camara e cadeia.

É tambem pertencente á freguezia da Lomba a aldeia de Aréja, que em tempo do conde D. Henrique ainda era cidade. (Vide o 1.° vol. pag. 238.)

LOMBÃO—rica e magnifica propriedade (quinta) e das melhores do concelho de Constancia. Pertence ao sr. Jacinto Falcão. (Vide Constancia.)

LOMBA—freguezia, Beira Alta, no concelho e arciprestado de Bésteiros, segundo se vê do 5.° vol. do *Sanctuario Marianno*. a pag, 286, tendo por orago S. Julião.

Era no bispado de Viseu, d'onde distava 24 kilometros, 3 kilometros a E. de Tondella.

Era parochia em 1716; mas já em 1757 não existia, pois não vem mencionada no *Portugal Sacro e Profano*.

Ao N. está o Sanctuario de *Nossa Senhora do Castro*, assim chamado por estar no mais alto de um monte, no qual, nos tempos antigos havia uma atalaia, ou pequeno castello, que servia de guarida aos mouros, e de deposito dos roubos que elles faziam em terras de christãos. Ainda a este monte se chama do Castro ou da Atalaia.

O sanctuario de Nossa Senhora do Castro é antiquissimo e a egreja é bastante vasta. Tem o altar-mór e duas capellas collateraes.

A imagem da Senhora está no altar-mór. É de perfeita esculptura em pedra, de 0,m66 de alto.

Segundo a tradição, existiu n'este monte uma grande povoação mourisca, o que é confirmado pelos vestigios de alicerces de casas, grandes telhões e outros objectos que ainda por alli existem. Para o lado do N., se vê uma grande cava, muito funda, que mostra ser obra artificial.

Do alto do monte se gosa um vasto panorama.

É provavel que quando os mouros occuparam a Lusitania (715) os christãos d'estas terras escondessem em alguma gruta ou caverna a santa imagem, para a subtrahirem a qualquer desacato, e que fosse achada depois da expulsão dos mouros, e se lhe construisse então o templo.

Esta Senhora é objecto de grande veneração dos povos de Bésteiros.

Em 1630 se formou uma nova irmandade, que faz annualmente a festa á Senhora no dia da sua Natividade (8 de setembro).

Antigamente havia por occasião da festa corridas de touros, carreiras, danças, etc.

No ultimo sabbado de maio, hia o parocho de Tondella visitar a Senhora, com todos os seus freguezes, com a cruz levantada e cantando a ladainha de Nossa Senhora. A esta visita era obrigada a hir, pelo menos, uma pessoa de casa, da villa de Tondella. O parocho dizia então uma missa cantada no altar-mór. Esta especie de procissão era o resultado de um voto, em acção de graças por certo milagre que a Senhora obrou a favor dos povos da villa.

O parocho apresentava aqui um ermitão e o confirmava o bispo.

Este ermitão tinha a seu cargo a limpeza e conservação dos altares e do templo.

LOMBA DOS PALHEIROS—Vide *Villar Sêcco o da Lomba.*

LOMBO—freguezia, Tras os-Montes, comarca e concelho de Macêdo de Cavalleiros (foi da comarca e concelho de Chacim) 165 kilometros a NE. de Braga e 430 ao N. de Lisboa, 90 fogos.

Em 1757 tinha 64 fogos.

Orago o Espirito Santo.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Bragança.

O abbade de Chacim apresentava o vigario, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar.

LONDA ou **LANDA**—terra maninha, inculta, desaproveitada. Do germanico *land*, terra.

LONDO—O colono ou emphiteuta que tomava a *landa* (ou *londa*) por qualquer contracto, pagava ao senhorio directo uma renda ou fôro, que se denominava *londo* ou *londos*.

LONGA—freguezia, Beira Alta, comarca de Armamar, concelho de Taboaço (era até 1855 da comarca de Taboaço, concelho de S. Cosmado) 24 kilometros de Lamego e 320 ao N. de Lisboa, 120 fogos.

Em 1757 tinha 127 fogos.

Orago S. Pelagio.

Bispado de Lamego, districto administrativo de Viseu.

Foi villa.

O cabido da Sé de Lamego apresentava o abbade, que tinha 450$000 réis de rendimento.

É terra fertil.

O nome d'esta freguezia é provavelmente corrupção de *Londa*.

LONGO-MEL—Vide *Margem*.

LONGOS—freguezia, Minho, comarca e concelho de Guimarães, 360 kilometros ao N. de Lisboa, e 8 ao NE. de Braga, 200 fogos.

Em 1757 tinha 220 fogos.

Orago Santa Christina.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

O arcediago de Olivença apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento.

Tambem supponho que Longos é corrupção de *Londa*.

LONGOS-VALLES ou **LONGOVARES**—freguezia, Minho, comarca e concelho e proximo de Monção, 60 kilometros ao NO. de Braga; 420 ao N. de Lisboa, 360 fogos.

Em 1757 tinha 489 fogos.

Orago S. João Baptista.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

É terra fertil.

O real padroado apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento.

Esta freguezia é situada na margem esquerda do rio Minho.

Houve aqui um convento de frades cruzios, fundado por D. Affonso I em 1140, dando-lhe muitas rendas e privilegios, que seus successores augmentaram.

D. Sancho I coutou o mosteiro em 1197 (estando na cidade do Porto). Na carta de encoutamento diz que *lhe fez esta mercê pelo assignalado serviço que o prior D. Pedro Pires lhe fez em fundar á sua custa a torre e fortaleza da villa de Melgaço.*

Com o tempo veio este mosteiro a poder de commendatarios, sendo o ultimo D. Duarte, filho bastardo de D. João III, que morreu de 22 annos, em 11 de novembro de 1543.

O cardeal D. Henrique (depois rei) fez com que este mosteiro, dependencias e rendas se désse aos jesuitas, por bulla de Julio III, de 1551.

É hoje propriedade particular.

LONGROIVA—Vide Langroiva.

LÓRDÊLLO—freguezia, Minho, comarca e concelho de Guimarães. 20 kilometros ao NE. de Braga, e 370 ao N. de Lisboa, 225 fogos.

Em 1757 tinha 130 fogos.

Orago S. Thiago, apostolo.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

É terra fertil.

O arcediago de Santa Christina apresentava o vigario, que tinha de rendimento 40$000 réis e o pé d'altar.

Lordêllo é diminutivo de *Lord* (*Lordesinho*).

Foi reitor d'este Lórdéllo, o lente e reitor da universidade de Coimbra, José Machado de Abreu.

Passam n'esta freguezia dois ribeiros—um vem de Guardizella e o outro de Sobrado: regam, e desagúam no Visella.

Ha aqui uma capella publica, da invocação de *S. João de Calvos*, no logar de Calvos.

A capella de Nossa Senhora da Sêcca, que estando em territorio d'esta freguezia, pertence á de S. Miguel das Aves.

Passa por esta freguezia a estrada a macadam, que vae do Porto a Guimarães e Caldas de Visella.

O rio Visella banha esta freguezia pele S. —rega, e serve de motor a um engenho de moer linho e a varios moinhos.

LÓRDELLO—freguezia, Douro, comarca e concelho de Felgueiras, 36 kilometros a NE. de Braga, e 360 ao N. de Lisboa, 65 fogos.

Em 1757 tinha 62 fogos.

Orago S. Christovão.

Arcebispado de Braga, districto administrativo do Porto.

É terra fertil.

A mitra primacial apresentava o abbade, que tinha 200$000 réis de rendimento.

A mesma etymologia.

LÓRDELLO—freguezia, Douro, comarca de Penafiel, concelho de Paredes, dista 23 kilometros a NE. do Porto, e 335 ao N. de Lisboa, 340 fogos.

Em 1757 tinha 280 fogos.

Orago o Salvador.

Bispado e districto administrativo do Porto.

É terra muito fertil.

O bispo apresentava o abbade, que tinha 1:000$000 réis de rendimento annual.

A mesma etymologia.

Houve aqui um convento, fundado no seculo XIII, não se sabe por quem.

Foi de conegos regrantes de Santo Agostinho (cruzios) até que o bispo do Porto, D. João de Azevedo, o uniu e annexou *in perpetuum*, á mesa pontifical da cathedral do Porto, por bulla de Xisto IV, em 1475. Ainda o logar conserva o nome de Mosteiro.

LÓRDELLO—freguezia, Minho, comarca e concelho de Monção, 54 kilometros ao N.E. de Braga, e 445, ao N. de Lisboa, 60 fogos.

Em 1757 tinha 57 fogos.

Orago Nossa Senhora da Expectação.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

O morgado da Barbeita apresentava o abbade, que tinha 150$000 réis. Tinha alternativa nos dizimos com a egreja de S. Martinho, que antigamente era uma só freguezia, e por isso cobravam os dizimos egualmente.

LÓRDELLO — freguezia, Tras os Montes, comarca, concelho, e 3 kilometros a O. de Villa Real, 75 kilometros a NE. de Lisboa, 150 fogos.

Em 1757 tinha 160 fogos.

Orago Santa Maria Magdalena.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Villa Real.

D. Manuel lhe deu foral, por inquirições, em Evora, a 12 de novembro de 1519.

A mitra apresentava o vigario (collado) que tinha 60$000 réis de rendimento.

—

É povoação muito antiga, pois já era a *honra* dos *Lórdêllos* em tempo do rei D. Diniz.

Os taes Lórdêllos tinham aqui uma grande quinta, chamada mesmo *Quinta de Lórdêllo*, d'onde elles tiraram o appellido.

Os Lórdêllos tinham por armas, em campo verde, uma banda de prata, carregada com tres rosas encarnadas, entre seis borrêgos de prata, 3 de cada lado — é elmo em roquete, e por timbre um dos borregos, com uma rosa encarnada na bocca.

Consta por tradição e dos documentos archivados na camara de Villa Real, que esta povoação teve a cathegoria de villa; mas não consta em que data lhe foi feita esta mercê, porque nos citados documentos apenas se refere que o foral que lhe foi dado era o mesmo da villa de Alijó. É provavel que fosse elevada a villa por D. Manuel quando lhe deu o foral.

—

É natural d'esta freguezia o doutor Fernando Pires Mourão, lente da universidade de Coimbra.

Foi desde a edade de 6 annos educado na cidade do Porto, em casa de seu tio paterno, Antonio Mourão, conego da Sé cathedral do Porto.

Matriculou-se em canones em Coimbra, em 1700, e depois de formado n'esta faculdade, se formou em leis, tomando capello em canones, por provisão de D. João V, de 21 de outubro de 1712.

Foi collegial do real collegio de S. Paulo, de Coimbra, de que tomou posse em 24 do mesmo mez e anno. Assistiu n'este collegio por espaço de 20 annos, sendo reitor nos annos de 1720, 1726 e 1727, e vice reitor em outros annos.

Foi deputado da relação do fisco real da Inquisição de Coimbra, por provisão do cardeal da Cunha, inquisidor-geral, de 7 de março de 1723.

Chegando a lente de prima, foi jubilado e reconhecido desembargador titular da relação do Porto, com exercicio no tempo das férias academicas. Foi desembargador da casa da supplicação—deputado do tribunal do *Santo Officio* das inquisições de Coimbra e Lisboa. Foi conego doutoral na Sé de Vizeu, e de Coimbra.

Teve carta de conselho de sua magestade, em 11 de março de 1745, tomando posse na chancellaria-mór do reino.

Em 11 de agosto do mesmo anno, foi feito desembargador do paço; titular com exercicio em férias, por decreto de 30 de janeiro de 1746, tomando posse em 12 de agosto.

—

Fundou, na casa em que nascera, uma capella dedicada a S. Fernando (santo do seu nome, e a santa Francisca, viuva, romana (por ser o nome de sua irmã, que tambem concorreu para esta fundação).

—

Foi um varão exemplar e de profundos conhecimentos; pelo que ainda hoje esta freguezia, com justa razão se honra de ser patria do dr. Mourão.

—

A mesma etymologia.

LÓRDELLO DO OURO—freguezia, Douro, comarca, concelho e junto do Porto (bairro occidental), 310 kilometros ao N. de Lisboa, 750 fogos.

Em 1757 tinha 280 fogos.

Orago S. Martinho, bispo.

Bispado e districto administrativo do Porto.

O real padroado apresentava o reitor, que tinha 100$000 réis de rendimento.

—

Em 1144 D. Affonso Henriques doôu ao abbade João Cirita, *o êrmo de Santa Ovaya, no termo de Bouças, junto a Lordêllo, que era um mosteiro de eremitas, para os servos de Deus que viviam em Tarouca, seguindo a ordem de Cister.*

Sendo abbade de Salzedas D. João Nunes (1155), entregou D. Thereza Affonso este mosteiro áo dito abbade João Cirita e a todos os seus frades, que alli quizessem viver, seguindo a regra de Cister (S. Bernardo.)

—

É esta uma rica e formosa freguezia, em terreno bastante accidentado, sobre a margem direita do rio Douro, e podendo hoje considerar-se como o prolongamento da cidade do Porto.

Ha n'esta parochia formosas e ricas propriedades e optimas quintas; e de toda a parte alta da freguezia se gosam esplendidas vistas para o S., O. e N.O.; descobrindo-se não só um vasto territorio da margem esquerda (de Gaia e da Terra da Feira) mas tambem a foz do Douro e uma vasta extensão de mar; Leça, Mattosinhos, e grande numero de povoações, valles e montanhas, das provincias do Douro e Minho.

Para tudo quanto diz respeito á industria, vide Porto, no logar competente.

LORDOSA—Vide *Lardosa*.

LORDOSA—freguezia, Beira Alta, comarca e concelho de Viseu, d'onde dista 9 kilometros, e 300 ao N. de Lisboa, 370 fogos.

Em 1757 tinha 301 fogos.

Orago S. Pedro apostolo.

Bispado e districto administrativo de Viseu.

É terra fertil.

O real padroado apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento.

Tambem antigamente se chamava *Lardo-*

sa, e é sob êste nome que D. Sancho II lhe deu foral, em fevereiro de 1223.

Na *Aldeia do Pintor*, d'esta freguezia, é fama ter nascido o célebre pintor denominado—*o Grão-Vasco*—e d'esta circumstancia tomou a aldeia o nome que tem.

LORÍGA—freguezia, Beira Baixa, comarca e concelho de Ceia, 82 kilometros a E. de Coimbra, e 260 a NE. de Lisboa, 430 fogos. Em 1757 tinha 184 fogos.

Orago Santa Maria Maior.

Bispado de Coimbra, districto administrativo da Guardá.

O real padroado apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar.

D. Manuel lhe deu foral em Lisboa, á 15 de fevereiro de 1514.

LORÍGA (ou **LURÍGA**, ou **LUBRÍGA**, ou **LURÍCA**)—saia de malha, vestidura militar, que fabricando-se primeiramente de lóros, ou correias de couro crú (d'onde lhe vem o nome), de tal modo entretecidos, que ficavam impenetraveis. Depois, entre os portuguezes, se usavam lorigas, cobertas de laminas (escamas) ou anneis de ferro ou aço. que faziam uma boa parte das armas defensivas de um guerreiro, completamente armado.

LORIGÃO (**LORIGOM**)—saia de malha mais ampla, mais de prova e reforçada do que a loriga.

No codicilo de D. Sancho I (quando partiu para a conquista do Algarve) a que assistiu D. João Pires, bispo de Viseu, em 1189, e outros prelados; se acha a verba seguinte: *Equos et azimelas, et loricas, et tota arma, quæ habeo, et fræna, et Mauros, et Mauras jubeo dividere inter Fratres de Elbora* (os de Aviz) *et de Alcazar* (os de Palmella) *exceptis loriga, et lorigone, et genoleiras* (joelheiras—as peças da armadura que cobriam os joelhos) *et elmo. et spada corporis mei, quae dimitto Filio meo, qui Regnum habuerit.* (Documento do archivo episcopal de Viseu.)

LORONHA—appellido nobre em Portugal, d'onde passou á Inglaterra, na pessoa de Martim Affonso de Loronha, e lá deixou descendencia. Regressou a Portugal em 1140. Foi o rei da Gran Bretanha que lhe deu por armas—escudo dividido em palla, a 1.ª de prata e a 2.ª de verde. No canto esquerdo d'esta, uma pomba de prata, e no meio das duas palas uma rosa encarnada, e por baixo d'ella, uma flor de liz, d'ouro.—Timbre, uma pomba voante.

Supponho que esta familia, ou se extinguiu, ou modificou o appellido para *Noronha*.

A gente menos instruida, ainda hoje chama Loronhas aos Noronhas; não se deve porém confundir um com outro appellido, pois nada tem de commum. Noronha é appellido nobre em Portugal, mas veio de Hespanha, tirado da villa de Noronha, nas Asturias. O primeiro que em Portugal usou d'este appellido, foi D. Affonso Henriques de Noronha e Gijon, por ser feito conde de Noronha (a tal villa asturiana.)

D. Affonso era filho bastardo de Henrique II de Castella. Casou com a infanta D. Isabel, filha, tambem bastarda, de D. Fernando de Portugal.

Residiu em Obidos, e foi seu filho, o célebre arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha.

Tambem são seus descendentes, D. Sebastião de Mattos Noronha, arcebispo de Braga, que morreu na prisão, em Setubal, por querer com os seus vender Portugal a Castella, assassinando D. João IV, em 5 de agosto de 1641. (Vide Braga—a pag. 445 do 1.º volume.)

—

Para prova mais cabal de que *Loronha* era familia completamente differente de *Noronha*, note-se que as armas d'estes, são—escudo esquartelado, no 1.º e 4.º quartel as armas portuguezas, com o filete de bastardia, em contrabando, e no 2.º e 3.º, em campo de púrpura, um castello de ouro. Mantelete de prata, carregado de dois leões batalhantes, de púrpura; orla de 16 escaques, oito de ouro lisos e 8 de vieiras de asul e prata. Elmo d'aço, aberto.—Timbre, meio leão das armas.

Este é ainda o brazão dos actuaes marquezes que Angeja (condes de Peniche)—condes dos Arcos (de Valle de Vez)—e outros Noronhas.

O 2.º ramo d'esta familia (Noronha) procede do 3.º filho do dito D. Affonso Henriques e de D. Isabel. Foi D. Affonso de Noronha, que D. Affonso V fez conde de Villa Real. Aquelle casou com D. Brites de Menezes, filha de D. Pedro de Menezes, 2.º conde de Vianna, sendo, por sua mulher, herdeiro tambem d'esta casa, com a condição de seus descendentes usarem do appellido e armas dos Menezes.

O 3.º ramo d'esta familia, procede do 4.º filho de D. Affonso Henriques, que se chamava D. Sancho de Noronha, e foi conde de Odemira.

D. Miguel de Noronha, conde de Linhares, os condes de Villa Verde, os barões de Alvito e outras familias nobres d'estes reinos, procedem d'este ramo.

LORVÃO—freguezia, Douro, comarca de Coimbra, concelho de Penacova, 12 kilometros a E. de Coimbra, 215 ao N. de Lisboa, 600 fogos.

Em 1757 tinha 380 fogos.

Orago Nossa Senhora da Esperança. (Antigamente, Nossa Senhora da Expectação.)

Bispado e districto administrativo de Coimbra.

As religiosas de S. Bernardo, do real mosteiro de Lorvão, apresentavam o cura (annualmente) e este tinha 80$000 réis de rendimento.

Esta freguezia, posto ser um terreno accidentado, é muito fertil. A aldeia é situada em um valle, dividido por um pequeno ribeiro, em cujas margens está tambem assente o famoso mosteiro.

Fazem-se n'esta freguezia annualmente tres a quatro mil crusados de palitos, para o reino e exportação.

Crianças, adultos e velhos, trabalham n'esta industria, e faz pasmar a ligeireza e perfeição com que a executam.

=

É duvidosa a data da fundação do real mosteiro de Lorvão, um dos mais antigos da Peninsula, e talvez da Europa; e notavel não só pelas preciosidades que encerra, mas, e ainda mais, pelas suas recordações historicas.

E' certo que foi um dos primeiros mosteiros da ordem de S. Bento (chamada—a *regra santa*) que depois se propagaram por todo o reino, povoando desertos e arroteando, por suas proprias mãos (segundo a sua regra) brejos e matagaes.

Alguns escriptores sustentam que este mosteiro já existia no principio do seculo V, quando Ataces, rei dos alanos, conquistou Coimbra aos mouros.

Mabillon, não assignando época á fundação d'este mosteiro, afirma que elle já existia no seculo VI.

Leitão Ferreira, diz que foi fundado por Lucencio (que foi o seu primeiro abbade, e que depois veio a ser bispo de Coimbra) nos annos de 561 e 562.

Frei Bernardo de Brito, affirma ter visto em um livro manuscripto, existente no proprio archivo, o seguinte:—«*Domus nostra Lurbani constructa fuit vivête patre nostro Benedicto, et dedicata sanctis martyribus Mameti, et Pelagio*, etc.»

Tem porém sido contestada a opinião de que o mosteiro fosse fundado em vida do patriarcha da ordem de S. Bento.

Os arabes, no primeiro impulso do seu odio contra os christãos, quando invadiram a Lusitania, saquearam e destruiram muitas egrejas e mosteiros; mas depois, em 734, Ali-Boacem, rei mouro de Coimbra, promulgou uma lei, pela qual consentiu o exercicio do culto catholico; mas que todas as egrejas lhe pagassem certos tributos. Fez porém, na mesma lei, uma excepção em favor d'este mosteiro, pelas seguintes palavras:—«*O mosteiro das montanhas, chamado Lorvão, não pague pêso algum; porque os frades, de boa vontade, mostram o logar em que pastam seus veados e fazem bom gasalhado aos mouros e nunca achei n'elles mentira nem má vontade. Possuam em paz e quietação todas as suas herdades, sem discordia, sem vexação nem força, da parte dos mouros; e vão e venham a Coimbra, com toda a liberdade, de dia ou de noute, quando quizerem. Comprem e vendam, sem pagar direitos, comtanto que não sáiam do nosso territorio, sem nossa licença.*

Este convento foi adquirindo tantas ren-

das e propriedades, que chegou a ser riquissimo.

D. Fernando I de Castella, pondo cêrco a Coimbra, em janeiro de 1064, e vendo que em abril já tinha perdido muita gente e hiam escaceando os mantimentos, quiz levantar o cêrco; mas os frades de Lorvão, offereceram-se a sustentar á sua custa o exercito christão, até que este entrou triumphante na cidade, em 25 de julho d'esse anno. (Vide a pag. 321 do 2.º volume.)

D. Fernando, em premio do grande auxilio que lhe haviam prestado os monges de Lorvão, lhes offereceu a cidade; mas elles não acceitaram, contentando-se unicamente com uma egreja (S. Pedro) e com uma casa, para hospicio. O rei lhe fez valiosos presentes, conservou grande affeição por estes monges, e lhes concedeu e ao seu mosteiro, grandes privilegios e ricas doações; com o que o mosteiro, que já era rico, se tornou riquissimo.

Muitos outros reis christãos e varios senhores particulares, concorreram para o augmento d'estas riquezas, com valiosas doações e privilegios.

A prodigiosa riqueza e opulencia dos frades, os mudou, de humildes cultivadores em grandes e ociosos senhores, vivendo com a maior magnificencia, o que por força trouxe comsigo a relaxação da regra.

Estavam as cousas n'este estado, quando se annullou o casamento de D. Thereza) filha do nosso D. Sancho I, com D. Affonso IX, de Leão (primo de D. Thereza. Deliberou esta senhora passar o resto de seus dias em um mosteiro.

Era D. Thereza dotada das mais austeras virtudes, e sabendo da vida desregrada que passavam os monges de Lorvão, o expoz a seu pae, supplicando-lhe que expulsasse os monges d'este mosteiro e lh'o desse a ella, para fundar um convento de freiras.

O rei defferiu á supplica da filha, e mandou os frades para o convento de Pedroso, no actual concelho de Gaia, e a 10 kilometros ao S. do Porto.

Em 24 de dezembro de 1200, foi o rei com o bispo de Coimbra e com o abbade de Alcobaça, á Lorvão, fazer entrega do mosteira a D. Thereza.

N'essa occasião lançou o abbade de Alcobaça o habito da sua ordem (cisteriense) á rainha D. Thereza e a muitas senhoras illustres que a quizeram voluntariamente acompanhar no seu religioso intento.

D. Thereza passou aqui o resto dos seus dias, sendo um modelo de todas as virtudes christans, e aqui morreu, sendo sepultada junto ao tumulo de sua virtuosa irman, a infanta D. Sancha, fundadora do mosteiro de Cellas, om Coimbra.

(Estas duas senhoras eram tambem irmans da santa rainha D. Mafalda. Vide Arouca.)

D. Thereza e D. Sancha foram beatificadas por Clemente XI (reinando D. Pedro II) *vivæ vocis oraculo*, em 13 de setembro de 1704, e canonisadas por bulla de 23 de dezembro de 1705.

Aqui foi religiosa exemplarissima, a infanta D. Branca filha de D. Affonso II (a heroina do famoso poema de Almeida Garrett.) Vide pag. 267 do 3.º volume.

Tambem aqui foi religiosa a sr.ª D. Josefa Emilia Pinto Cabral Mergulhão (tia do sr. dr. João Maria Mergulhão Neves Cabral, que tanto tem collaborado para esta obra.)

Por os achar curiosos, dou aqui os *autos* da sua profissão e do seu fallecimento.

«Aos 27 de fevereiro do anno de 1806 eu D. Josefa Emilia Pinto Cabral Mergulhão, filha legitima de João Gomes de Carvalho e de D. Thereza Marcellina Pinto Mergulhão, naturaes e moradores de Villa Sêca, bispado de Lamego, faço profissão n'este mosteiro de Santa Maria de Lorvão, d'onde quero ser expulsa da religião em qualquer tempo que se achar tenho raça de moura, dou a dita profissão por nulla e de nenhum effeito, e sem embargo d'ella, me poderão lançar fóra livremente, que com esta condição a faço, estando presente a ex.ma sr.ª D. Maria Casimira de Athaide Menezes, Dona Abbadessa, e a sr.ª D. Anna Rita Xavier de Bourbon, mestra de noviças, e todo o mais convento. — D. Josefa Emilia Pinto Cabral Mergulhão.»

Assento do obito

«Aos 3 de outubro de 1858 foi Deus servido chamar para si a Madre D. Josefa Emilia Pinto Cabral Mergulhão, filha de João Gomes e de sua mulher D. Thereza Marcellina Pinto Mergulhão, naturaes de Villa Sêcca, bispado de Lamego. Foi esta religiosa muito exemplar e esmoler, e apesar de occupar officinas da religião, sem cessar seguia as horas do côro tendo n'elle sempre os officios, emfim tendo o seu praso chegado, Deus a quiz premiar das suas virtudes e piamente cremos que hiria cantar no ceo os seus louvores.»

—

Em 1713, a abbadessa D. Bernarda Telles de Menezes, vendo que os tumulos de Santa Thereza e Santa Sancha não correspondiam á gerarquia d'estas senhoras, mandou que para ellas se fizessem dois cofres de prata, que foram primorosamente executados pelo habil e famaso artista portuense, Joaquim Carneiro da Silva.

Forram os ossos trasladados para as novas urnas, com a maior pompa e magnificencia, no dia 19 de outubro de 1715, assistindo a esta magestosa solemnidade o bispo conde de Coimbra, o D. abbade geral de Alcobaça, o cabido, o senado da camara de Coimbra, os substitutos do corregedor e do juiz de fórra, oito cavalleiros da Ordem de Christo, grande numero de abbades e religiosos, de varias ordens, e muitas outras pessoas de distincção, tanto ecclesiasticas como seculares, e innumera multidão de povo.

—

Não é preciso dizer que tanto a egreja como o mosteiro teem soffrido em varias epocas grandes modificações, reedificações e ampliações; podendo dizer se que pouco ou nada existe da primittiva fundação.

O que existe é obra do fim do seculo XVIII.

A egreja é vasta, elegante e sumptuosa. Além do altar-mór, tem um optimo throno dourado, com columnas de pedra, admiraveis pelo seu tamanho.

Tem mais sete altares lateraes, estando em dois d'estes os cofres que conteem as reliquias das Santas Thereza e Sancha.

Ha n'esta egreja primorosas pinturas do nosso Paschoal Parente.

O coro, dividido da egreja por uma linda grade de ferro, com engastes de bronze, é magnificamente adornado com cem cadeiras, de bella madeira do Brasil, primorosamente entalhada.

—

Poucas e de edade provecta são as religiosas que ainda existem n'este venerando mosteiro. Quando fallecer a ultima, o que será d'este historico e sumptuoso monumento? — Confrange-se-nos o coração ao imaginar a triste sorte que lhe está destinada. Ou cahirá em ruinas, ou será vendido em almoeda, por um preço ridiculo, a algum argentario, que destruirá tantos primores d'arte, tantas recordações gloriosas, ligadas a varios objectos; e o asylo das virgens do Senhor, onde se ouviam dia e noite os hymnos ao Altissimo, será transformado em tristes ruinas, ou em casa de orgia, ainda mais triste! (Vide Monte-Mór-Velho.)

—

No livro 1.º das *Doações* d'este mosteiro, se vê uma escriptura, feita em 24 de agosto de 919, pela qual, D. Gundezindo e seus irmãos, filhos de D. Alvito e de D. Munia, grandes senhores n'este reino, doaram ao mosteiro, a villa de Gondolim e outras terras.

No cartorio d'este mosteiro existem preciosissimos documentos para a nossa historia.

—

As religiosas de Lorvão, as mais ricas de Portugal, ficaram reduzidas ás mais tristes circumstancias desde 1834.

O sr. Alexandre Herculano, condoido da miseria atroz que soffriam estas infelizes religiosas, sollicitou, em 1855, com as phrases mais enternecedoras, e patenteando ao publico este quadro de miseria e desamparo *uma esmola* (!) para estas freiras, outr'ora ricas, e que nada haviam concorrido para a sua desgraça.

Pouco commoveram porém as palavras auctorisadas, sublimes e bellissimas do eminente escriptor; as religiosas continuaram a viver na penuria e no esquecimento.

O logar de Lorvão, é situado, como já disse em um valle, cercado de serras, de modo que só se avista quando nos aproximamos d'elle.

Nada tem de notavel.

—

Nos tumulos de Santa Thereza e Santa Sancha, havia dois epitaphios latinos, que por extensos e pouco importantes para a historia, não copio.

Já disse que a egreja e o mosteiro actuaes são obra do seculo XVII. Prova-se isto por duas inscripções que estão em uma de suas portas. A da direita diz:

REGIA PROGENIES. PIA VIRGO
SANCIA CELLAS
EXTRVIT. INDE OBIENS.
CAELICA REGNA PETIT.
ANNO 12

—

A da esquerda, diz:

POST HAL ANNUM ALFONSI REGIS
TARASIA FUNDAT.
LORVANI MONACHAS. ET MONIALIS
OBIT.
ANNO 12.

—

O abbade João (d'este mosteiro) tio de D. Ramiro I, de Leão, e no reinado d'este monarcha (848) fez grandes serviços á patria, como guerreiro illustre que era. Defendeu heroicamente a praça de Monte Mór-Velho (vide esta palavra) do rei mouro de *Córdova*, Abd-el-Raman; submetteu os condes rebeldes, Alderédo e Pinelo; e derrotou os mouros, junto a Viseu.

Por esse mesmo tempo, o rei mouro Zulema, e o renegado Garcia Janhes, em vingança da resistencia de Monte-Mór-Velho, appareceram com um formidavel excercito, a cercar esta praça apertadamente.

Estavam os monges em oração e a guarnição em risco de morrer á fome; mas decidida a vender caras as suas vidas; para o que, depois de matarem todas as pessoas inuteis para a guerra, sahiram da villa, rompendo por entre os mouros, que, ficando aterrados de tamanha audacia, se desordenaram, sendo completamente derrotados pelos christãos.

Segundo a lenda — quando os lusitanos entraram na praça, acharam vivas todas as pessoas que tinham morto.

O abbade João passou o resto dos seus dias no logar (hoje villa) da Batalha, e alli esteve seu corpo até que, em 1142, fundando D. João I o famosissimo mosteiro de Nossa Senhora da Victoria, para elle foram transferidos os seus ossos.

O bispo Lucencio, a quem se attribue a fundação do mosteiro de Lorvão, falleceu em Coimbra, a 10 de abril de 580.

—

Santa Thereza falleceu no dia 17 de julho de 1250. (Vide *Pedroso*.) [1]

[1] **No momento em que estou escrevendo (dezembro de 1874) está principiando a sahir no «Diario do Governo» o decreto da nova divisão judicial, que supprime algumas comarcas e julgados, creando outros de novo, segundo a lei de 16 de abril d'este mesmo anno.**

Este decreto vem alterar na maxima parte, toda a antiga divisão das camaras e julgados, que existia até agora, e segundo a qual vae formulado este diccionario.

Para que elle não contenha duas qualidades de divisão, e mesmo porque esta divisão póde ficar em papel, como ficou a de 1868, continúo a divisão actual até ao fim da obra, dando em supplemento a nova divisão, no caso que ella venha a ter effeito.

Ha ainda outro motivo que me obriga a seguir a divisão actual—é não trazer o «Diario do Governo» as novas comarcas senão aos bocados; pelo que, ainda que quizesse adoptar de hoje em dian-

LOUDEL ou **LAUDEL** — especie de saia de malha, coberta de folhas ou laminas de fino aço, ou ferro, que cobria o tronco dos guerreiros.

LOULÉ—villa, Algarve, cabeça de comarca e de concelho, 12 kilometros de Faro, 9 da costa e 240 ao S. de Lisboa, 3:000 fogos.

Em 1757 tinha 560 fogos.

Orago S. Clemente.

Bispado do Algarve, districto administrativo de Faro.

Tem estação telegraphica.

O concelho de Loulé comprehende as freguezias de Almancil, Alte, Ameixial, Boliqueime, Querença, Salir e Loulé.

A mesa da consciencia e ordens apresentava o prior, que tinha 240 alqueires de trigo, 180 de cevada, 180 almudes de vinho crú — e mais, de umas capellas de missas, 116 alqueires de trigo e 24$000 réis em dinheiro, annualmente.

D. Affonso III lhe deu foral, em Lisboa, em agosto de 1166.

O mesmo rei deu foral aos mouros forros d'esta villa, em Lisboa, a 12 de julho de 1269.

D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 20 de agosto de 1504, (*Livro dos foraes novos do Alemtejo*, fl. 23 v., col. 1.ª)

Loulé é uma das mais antigas povoações do Algarve. Não se sabe com certeza, quando nem por quem foi fundada. Pretendem alguns que foi construida com os materiaes da antiquissima cidade de *Carteia*, o que não é verosimil; pois *Carteia* era na costa, e, segundo alguns, no local onde hoje é a aldeia da Quarteira. (Vide col. 1.ª de paginas 132 do 2.° vol.)

Carteia era uma povoação fundada, segundo uns, pelos antigos lusitanos (cuneos) e segundo outros, pelos phenicios.

Outros escriptores dizem que Loulé foi fundada pelos carthaginezes, 404 annos antes de Jesus Christo.

te a nova circumscripção, seria impossivel, a não ter de suspender a publicação da obra, até que o «Diario» trouxesse tudo.

O que é certo é existir esta povoação em 715, quando os mouros invadiram o Algarve; mas ignora-se se tinha o nome actual, se outro qualquer.

O famoso mestre de S. Thiago, D. Paio Peres Correia, a resgatou do poder dos mouros, em 1249.

D. Affonso III a mandou povoar e lhe deu o foral de Silves, Tavira e Faro, no anno de 1266, como já disse.

O castello de Loulé esteve algum tempo em podor dos castelhanos, mas o seu rei o mandou entregar a D. Affonso III, em fevereiro de 1267.

Tinha voto em côrtes, com assento no banco 9.°

Por carta de 9 de agosto de 1357, foram seus moradores isentos de pagar dizima e outros direitos.

Antes de 1834 era administrada, no civel, por um juiz de fóra.

É uma formosa e importante villa, com ruas largas e bons edificios. É rodeada de hortas olivaes e pomares, amendoeiras, alfarrobeiras, etc., e o seu territorio é muito fertil, e muito abundante de boas aguas.

Era uma das mais fortes praças do Algarve; porém o terramoto do 1.° de novembro de 1755 lançou por terra o seu castello, cahindo tambem então o vasto e sumptuoso convento dos agostinhos, que consta ter sido de templarios, que o fundaram na era de 1312 (1274 annos antes de Jesus Christo) e outras muitas casas (mais de 200!) Morreram duas pessoas.

As fortificações de Loulé eram muito antigas, pretendendo alguns que fossem obra dos romanos. D. Henrique de Menezes, 1.° conde de Loulé, filho do conde de Vianna, as mandou reedificar am 1462.

Tinha tres conventos. — O 1.° era de frades franciscanos, e em 1580 o cardeal rei o deu aos crusios.

O 2.° (agostinhos descalços) é o que o terramoto arrazou.

O 3.° era de frades piedosos (Santo Antonio) fundado em 1546 por Nuno Rodrigues Barreto e sua mulher, D. Leonor de Milão.

Aqui viveram as religiosas (o mosteiro era em uma planicie junto á villa) até 1692, em

cujo anno se passaram para outro que haviam fundado de novo (por o primeiro estar ameaçando ruina) um pouco acima do sitio do primeiro.

Tinha tambem um convento de freiras franciscanas de Nossa Senhora da Conceição, que principiou por um recolhimento de mulheres pobres, mas por serem poucas e pobres, foram (antes de 1834) mandadas para o convento das bernardas, de Tavira.

A egreja matriz é muito antiga. O seu padroado entrou no escambo feito por D. Diniz. com D. João Osoris, mestre da Ordem de S. Thiago, em 4 de dezembro de 1298; e desde então ficou pertencendo a esta ordem.

Pelos dizimos da commenda se pagava ao parocho (que tinha, ao todo, mais de um conto de réis de renda annual) a tres beneficiados e a um sachristão.

Em 1692, um diluvio d'agua (talvez alguma tromba) destruiu varias ruas, morrendo 17 pessoas afogadas ou esmagadas sob as ruinas.

No largo do convento das freiras, havia um chafariz, no qual, a par das armas de Portugal, com a orla de 15 escudos, estavam as da villa — que são — um loureiro verde, sobre um castello; porém, na Torre do Tombo, as armas de Loulé são — um escudo em branco.

Por baixo das armas havia a seguinte inscripção (em lettra *onceal* e alguma romana restaurada.)

ERA DE MIL QUATRO CENTOS E QUARENTA ANNOS [1] FOI FEITA ESTA OBRA.

Foi demolido em 1838, para se fazer outro, uns 10 metros ao O. do antigo. Esta obra principiou em 4 de setembro de 1837.

A optima e abundante agua que aqui corre, vem de um aqueducto muito largo, cuja origem se ignora.

Tem fabricas de louça ordinaria e cortumes.

A 3 kilometros ao N. da villa ha um manancial de aguas mineraes ferreas.

[1] 1366 de Jesus Christo, ultimo do reinado de D. Pedro I.

Ha n'esta freguezia varias quintas, sendo algumas bonitas e muito rendosas.

Este concelho é abundante de cereaes, legumes e fructa, principalmente figos, amendoas, alfarrobas, azeite, vinho, mel, cêra, etc.

Ha tambem nos seus montes bastante caça grossa e miuda.

Cria muito gado de toda a qualidade.

Todos os generos agricolas são aqui mais baratos do que no resto do Algarve. Quando por carta de lei, de 4 de setembro de 1559, se mandou que no Algarve se vendesse carne de vacca, a seis réis o arratel, a de carneiro e porco a sete, bode e cabra a quatro e ovelha a tres, era exceptuada a villa de Loulé, onde se vendiam estes generos por menos um real em arratel.

Em razão das muitas forragens que ha nos arredores de Loulé, esteve aqui no seculo XVIII (de quartel no castello) um regimento de dragões.

—

Tem Misericordia, pobre; pelo que se lhe annexou, por carta de 25 de fevereiro de 1570, um hospital para pobres, instituido por D. Affonso V, fundado em uma albergaria, que aqui havia desde a restauração da villa. Os primeiros doentes que occuparam este hospital, foram os soldados feridos na tomada de Tanger, em 1471.

Em carta de 8 de outubro de 1682, foi nomeado administrador do hospital (denominado de Nossa Senhora dos Pobres ou do Ó) o padre João d'Aguiar Ribeiro, que augmentou as rendas em 20$500 réis e 639 alqueires de trigo, com a obrigação de 80 missas rezadas e 32 cantadas.

D. Pedro II doou a este hospital uma pensão de 100$000 réis, em 15 de dezembro de 1692, a qual pagou o almoxarifado do Algarve até 1813.

Em 13 de Julho de 1694 nomeou o padre Aguiar para succederem n'esta administração, os frades agostinhos do hospicio de Nossa Senhora das Dôres, o que foi confirmado por alvará de 16 de julho de 1696.

Em 24 de outubro de 1820, o bispo do Algarve, D. José Maria da Cunha Azevedo Coutinho, como presidente da *junta do Me-*

lhoramento, mandou vender o hospicio. Deixaram os frades então á administração da Misericordia; sendo o hospital d'esta, transferido para o hospicio, com as suas respectivas officinas, fazendo dos dois um só estabelecimento.

As rendas do hospital são—190$460 réis e 188 alqueires e 3 quartas de trigo, e as da Misericordia 174$220 réis. 31 alqueires de trigo, 4 de azeite, e uma gallinha.

Ha aqui feira franca nos tres ultimos dias de agosto, concedida por D. Affonso VI, por alvará de 11 de agosto de 1666.

Da freguezia de Loulé se tiraram, em 1836, para a de Boliqueime, todos os fogos da Quarteira, adquirindo os da Góldra-de-Baixo, que eram de Santa Barbara; além d'isso separou-se uma grande porção de terreno, para formar a freguezia de S. Lourenço dos Mattos, ou Alcantil, supprimindo a de S. João da Venda.

Esta divisão não teve effeito.

A egreja da freguezia de S. Lourenço já existia antes de 1836. É notavel pela belleza da pintura dos seus azulejos, com os passos da vida do Santo, e pela delicadeza do altar, cujas almofadas são de alabastro preto e de varias côres, aqui mesmo arrancado.

No decreto de 6 de novembro de 1836 já vem esta nova freguezia na divisão administrativa do reino.

Perto da egreja corre o ribeiro *Alcantil*, que nasce em uma caudalosa fonte, chamada *Olho da Alfarrobeira*, e tem uma ponte de pedra proxima da egreja, cortando a estrada de Fáro (chamando se já ahi *ribeira do Ludo)*, e outra ponte de cantaria, feita pelo benemerito bispo D. Francisco Gomes de Avellar.

Ha no concelho minas de cobre, que foram lavradas pelo governo, nos seculos XVII e XVIII.

—

D. AAonso V fez conde e senhor de Loulé a D. Henrique de Menezes, filho de D. Duarte de Menezes, conde de Vianna. Depois passou este senhorio para D. Francisco Coutinho, conde de Marialva, que o deu em dote a sua filha, D. Guiomar Coutinho, quando casou com o infante D. Fernando, filho mais novo de el rei D. Manuel. Não ficando geração d'este matrimonio, vagou o senhorio para a corôa.

Depois foi dada a alcaidaria-mór aos condes de Valle de Reis.

Em 1799 foi feito marquez de Loulé pelo principe regente, depois D. João VI, Agostinho Domingos José de Mendonça Rolim de Moura Barreto, 8.º conde de Valle de Reis; pae do actual sr. duque de Loulé, Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto.

(O 1.º conde de Valle de Reis foi Nuno de Mendonça, por Philippe IV, em 16 de agosto de 1628.)

As armas dos duques de Loulé, são:—escudo *franchado* de verde e ouro—sobre o de verde uma banda encarnada, perfilada d'ouro com a legenda—AVE MARIA.

A villa era antigamente cercada de muralhas, com seis portas e um forte castello: de umas e outro ha ainda as ruinas. A população, crescendo, rompeu a cêrca das muralhas, cujos restos se vêem hoje no interior da villa.

—

Segundo alguns escriptores nacionaes, a 18 kilometros de Loulé, junto ao logar de Alte (que está situado nas faldas de um monte) existem duas minas, uma de prata e outra de cobre.

—

Proximo á villa, ao E., está a ermida de *Nossa Senhora da Porta do Ceu*, situada em uma planicie chamada de *Cima*,—entre hortas, e junto de uma fonte de excellente agua. Foi fundada em 1600, por devoção e á custa de Antonio Fernandes Estrada e sua mulher Branca da Fonseca, que quizeram que a Senhora fosse sua herdeira.

N'esta ermida instituiram os fundadores uma capella, com missa quotidiana, que depois foi reduzida a semanal.

O 1.º titulo d'esta capella foi *Nossa Senhora da Penha de França*; mas os frades agostinhos oppozeram-se a este titulo por em Lisboa haver uma egreja e convento da sua ordem com esta invocação, que ti-

nha um breve apostolico, prohibindo que se denominasse da Penha de França, outra qualquer egreja ou capella do reino. (Vide *Penha de França*, no artigo Lisboa, a pag. 251 d'este volume.)

Ficou-se chamando então—*Nossa Senhora da Porta do Céu*. Tambem alguns lhe chamavam *Nossa Senhora dos Milagres*, pelos muitos que fazia.

Em um monte proximo á villa e ao convento dos frades piedosos está a ermida de *Nossa Senhora da Piedade*, muito antiga, e com a capella mór de abobada. É de muita devoção dos povos d'estas terras. E' do padroado da egreja matriz. Faz-se lhe a sua esplendida festa, na segunda-feira depois das oitavas da Paschoa (dia de Nossa Senhora dos Prazeres).

E' juiz nato o presidente da camara e secretario o escrivão da mesma.

Segundo a lenda, vivia em Loulé um mouro, muito aferrado á religião de Mafoma. Era escravo de um cavalleiro d'esta villa, ao qual tinha desapparecido um cavallo, havia muitos dias.

O senhor criminava o escravo, ameaçando-o com crueis castigos se o não encontrasse. O mouro, depois de fazer as maiores diligencias inutilmente, lembrou-se de recorrer ao patrocinio da Senhora, e dirigindo-se á capella logo encontrou o cavallo no caminho. Reputando isto como milagre, se converteu ao christianismo, querendo ser baptisado com o nome de Antonio da Piedade.

—

É n'esta freguezia a bella quinta do *Rosal*, ou *Azenha*, hoje propriedade do sr. D. Luiz de Carvalho e Lorêna.

Houve proximo d'esta quinta uma fabrica de sedas, e ainda existem as casas arruinadas, e algumas amoreiras d'esse tempo. Esta fabrica era dos ascendentes do sr. Sebastião da Gama Lobo Pessanha.

O tribunal judicial de Loulé é um dos melhores do Algarve.

Tem illuminação publica, cujo melhoramento é devido ao sr. José Caetano Benevides, quando foi presidente da camara.

—

Nos sitios de *Cabeça-Gôrda, Valle de Balanças* e *Picavessa*, todos d'esta freguezia, existem tres algares profundissimos e cujo fundo e extensão se ignora; consta ser obra dos mouros.

As ruas de Loulé são bonitas e bem calçadas.

Ha aqui uma excellente banda de musica, duas sociedades recreativas e um theatro.

—

Nos arredores de Loulé há sete ermidas, que são—Nossa Senhora da Piedade—Nossa Senhora das Portas do Ceu—Nossa Senhora da Boa-Hora—Nossa Senhora do Bom Successo—Nossa Senhora da Conceição, da Quarteira—e duas de Santa Luzia. Em todas se fazem bonitas festas.

Tambem se faz uma lindissima festa a S. Luiz, bispo, á custa dos almocreves.

Ha tambem aqui uma feira no 2.º domingo da quaresma, e mercado todos os domingos e dias santificados. São muito concorridos, principalmente de obras de palma, pita e esparto. Tambem se vende n'ella cereaes, fructas e gados de toda a qualidade.

Ha tambem montados de sobreiras e azinheiras, onde se criam bastantes porcos.

Ha no termo d'este concelho bastante sumagre.

Os sêrros da Piedade e Santa Luzia, Alfeição e Valle Telheiro, são aprazíveis, e d'elles se gosam bellas e extensas vistas.

O hospital da Misericordia está muito augmentado e muito bem administrado, devido ás diligencias dos srs. provedor José Francisco de Azevedo e Silva, e mesario João Baptista de Sousa Faisca.

—

Nos arredores d'esta villa ha um sitio chamado *Cabêço do Mestre*, por n'elle ter acampado D. Paio Peres Correia, mestre de S. Thiago, com os seus cavalleiros, quando veio conquistar esta villa aos mouros.

No mesmo dia em que aqui acampára, tinha tido uma batalha com os arabes de Loulé, no sitio dos *Furadouros*, onde os mouros o foram esperar. Ficam os Furadouros

sobre a estrada de Faro, a uns 3 kilometros da villa.

—

Diz o sr. José Francisco de Freitas, natural de Loulé, e a quem devo bastantes e curiosos apontamentos sobre esta villa, que onde hoje é uma alaméda, mandada plantar pelo fallecido engenheiro Carlos Bonnet (que aqui fez umas casas onde morreu) houve ainda em nossos dias uma plantação de cannas de assucar, que se davam aqui perfeitamente.

A actual possuidora da alaméda tem curado pouco da sua conservação.

—

O marquez de Loulé, D. Agostinho Domingos José de Mendonça, pae do actual sr. duque de Loulé, foi condemnado á morte, por sentença de 21 de novembro de 1811, pelo crime de traidor á patria, vindo no exercito de Massena, quando este invadiu o reino em 1810.

Em 1818 obteve no Rio de Janeiro perdão de D. João VI.

Este marquez de Loulé foi assassinado, no palacio real de Salvaterra, em a noite de 28 para 29 de fevereiro de 1824.

Ainda hoje é um mysterio este assassinato de que tanto se tem fallado e nada decidido.

A opinião mais seguida por pessoas imparciaes, é que algum patriota exaltado o assassinou por jacobino. Isto não passa porém de mera conjectura.

Seu filho, o sr. duque de Loulé, casou com a senhora infanta, D. Anna de Jesus Maria, filha de D. João VI, de quem tem descendencia.

—

O actual duque de Loulé é o sr. Nuno José de Mendonça Rolim de Moura Barreto, 2.º marquez de Loulé, 9.º conde de Valle de Reis, 24 senhor da Azambuja, 12.º senhor da Póvoa de Meadas, e 14.º senhor do morgado da Quarteira.

Foi feito 1.º duque de Loulé, em 3 de outubro de 1862.

Nasceu a 6 de novembro de 1804.

Casou no 1.º de dezembro de 1827 com a serenissima infanta, a sr.ª D. Anna de Jesus Maria, filha d'el-rei D. João VI, e da rainha D. Carlota Joaquina de Bourbon.

—

É par do reino—tem sido varias vezes ministro e presidente do conselho de ministros; tem exercido differentes logares importantes do serviço publico, com a maior honra, desinteresse e dignidade, qualidades que os seus proprios adversarios politicos jámais lhe negaram.

Tem varias condecorações nacionaes e estrangeiras.

Actualmente, além de par do reino, é estribeiro-mór, conselheiro d'estado e ministro d'estado honorario, etc.

—

Esta familia descende dos antigos soberanos de Biscaia, que já reinavam no seculo IX, com o titulo de *condes e senhores de Biscaia.*

Sendo 12.ª condessa soberana e senhora de Biscaia, D. Joanna Manuel, e casando com D. Henrique II, de Castella, (pae de D. Pedro, o Cruel) em 1335, acabou a autonomia da Biscaia, que se encorporou a Castella.

D. Diogo Lopes de Mendonça, d'esta illustre linhagem, e sua mulher, D. Leonor, filha de Fernão Pires de Lára, meio irmão de D. Affonso VII de Castella, tiveram por filho (o 3.º) a Fernão Iñiguez de Mendoza, que veio para Portugal, no sequito da rainha D. Brites, segunda mulher do nosso D. Affonso III (depois que este rei annullou o seu casamento com a condessa Mathilde de Bolonha, em 1253).

Fernão Iñigues de Mendoa, casou em Portugal, com D. Guiomar Affonso de Rezende, e foram estes os progenitores dos verdadeiros Mendonças portuguezes.

—

Antonio de Mendonça, 4.º neto de Fernando Iñigues, casou com D. Isabel de Castro, filha de Fernão de Almada, 2.º conde de Abrantes e de D. Constança de Noronha, neta de D. Affonso, conde de Guijon, filho legitimado de D. Henrique II de Castella e de D. Isabel, filha tambem legitimada de D. Fernando I de Portugal.

João de Mendonça, 3.º neto do dito Antonio de Mendonça, foi vice-rei da India e ge-

neral da armada portugueza. Morreu em 4 de agosto de 1578, ao lado de D. Sebastião, na infeliz jornada de Alcacer-Quibir, na Africa. Era casado com D. Joanna de Aragão, filha de Nuno Rodrigues Barreto, alcaide-mór de Faro, da qual teve Nuno de Mendonça, que foi o 1.º conde de Valle de Reis, feito (como já disse) por Philippe IV, em 16 de agosto de 1628.

Este mesmo usurpador o fez governador de Tanger, conselheiro de estado e governador de Portugal, conjunctamente com D. Antonio de Athaide, 1.º conde de Castro d'Aire.

Foi seu filho, outro Nuno de Mendonça, 2.º conde de Valle de Reis, que casou com D. Luiza de Castro, filha e herdeira de D. Ruy de Moura Telles, senhor da Póvoa de Meadas, conselheiro de estado, veador da fazenda, presidente do desembargo do Paço, estribeiro mór da rainha D. Luiza de Gusmão (mulher de D. João IV) e gentil homem da camara do infante D. Pedro, depois 2.º do nome.

Era este Ruy de Moura Telles, casado com Luiza de Castro, filha de D. Francisco Rolim de Moura, 14.º senhor da Azambuja, e d'elles procede o actual sr. duque de Loulé, que é o representante d'esta nobilissima familia, da qual é tronco em Portugal D. Childe Rolim, (filho do conde de Chester, descendente dos reis de Inglaterra) fidalgo inglez dos que vieram ajudar D. Affonso Henriques á tomada de Lisboa, na esquadra dos cruzados, em 1147, e ao qual o mesmo rei deu o senhorio da Azambuja, de cuja villa foram donatarios os seus descendentes por linha recta, até ao actual sr. duque de Loulé. (Vide Azambuja, a paginas 285, col. 2.ª, e pag. 286 col. 2.ª do 1.º volume)

LOURE (S. João de)—Já a pag. 414 do 3.º volume descrevi esta freguezia, sob o nome de *S. João de Loure*. Obtendo depois d'isso mais esclarecimentos, que teve a bondade de enviar me o sr. dr. F. Vieira, da villa de Eixo, e não querendo privar d'elles os meus leitores, os dou sob esta palavra.

Compõe se dos logares de Loure ao norte, e Azenhas, Salgueiral, Fial, e Pinheiro ao nascente. É situada na margem direita do rio Vouga.

Esta povoação collocada em logar elevado, sobre o rio Vouga e seus campos marginaes, teria uma vista lindissima se as suas casas fossem todas branqueadas, e todas as suas ruas bem dispostas; ainda assim o sitio onde está a egreja, proximo da barca, é muito pittoresco.

Tem pontos de vista surprehendentes, por exemplo, o local acima da capella de S. Silvestre, d'onde se avistam muitos logares, e os extensos campos de Eixo, Tabueira, Angeja, Quintães, Cacia, e outros. A sua principal industria é agricola.

Abunda em cereaes e fructas, especialmente maçans e cerejas, que alli fructificam bem; e em peixe do rio Vouga (confundido com o Agueda) onde se pescam barbos, lampreas, saveis, tainhas, enguias.

Abunda em madeira e lenha, especialmente de pinheiro.

Tem professor de instrucção primaria.

A antiguidade d'esta terra se deprehende da profundidade de algumas de suas ruas, principalmente as da Trapa e da Pedreira: que, sendo sobre pedreiras de grez vermelho, a sua profundidade em alguns pontos excede a altura de 5 metros.

O edificio da egreja é soffrivel. Tem 6 altares. O altar-mór é todo dourado. O arco cruseiro e os dois altares lateraes são ricos em talha, e tudo dourado.

Na parede da egreja, ao lado e ao pé do pulpito, se vê uma pedra quadrada e pequena com o seguinte letreiro:

ECLESIA ISTA DEDICATA EST SANCTO JOANNI BAPTISTA A DOMNO MARTINO EPISCOPO CONIMBRICENCI JUSSU SANCHI II REGIS LUSITANIAE. DIE XX MARTII ANOO 1224 A. MCCXXIIII A

Vê-se pois d'este letreiro que a sagração d'esta egreja foi no anno de 1224 e no reinado de D. Sancho II.

Mas na frente da egreja se vê a data de 1688.

D'aqui se póde conjecturar que esta egreja foi reedificada n'este anno de 1688: e a cantaria do frontespicio, que é elegante, não revela mais antiguidade.

Mas será a pedra do letreiro de 1224 de egreja edificada n'este logar, ou seria trazida da egreja anterior, que a tradição diz que era ao pé do logar de Loure, onde ainda se vêem restos de edificação, e teem-se encontrado ossos? Não o sabemos. Ainda hoje chamam ao sitio e propriedades visinhas — terras de Santa Christina — d'onde alguns pensam que esta santa seria padroeira da mesma egreja velha.

Até 1834 os parochos eram apresentados pelo convento de Jesus, de Aveiro.

Tem a freguezia 4 capellas a saber: a de S. Silvestre no logar de S. João — a de S. Bartholomeu, em Louro — a de Sant'Anna, no Salgueiral — e a de S. Miguel, em Pinheiro.

Tem se desenvolvido por estas aldeias o louvavel gosto pela musica. Muitas teem uma philarmonica, e algumas até duas. S. João de Loure, tambem tem a sua. Honra seja a estes povos. E' melhor passarem os dias santificados e as horas do ócio em se instruirem, do que disperdiçal as nas tabernas.

A sua barca de passagem, no rio Vouga, pertenceu metade ao convento de Jesus, de Aveiro, e hoje pertence á camara de Albergaria a Velha, e a outra metade, aos condes de Anadia, que ainda hoje a possuem.

Para o mais que se desejar saber com respeito a esta freguezia, vide *João (S.) de Loure*, a pag. 414 do 3.º volume.

LOURÊDA—freguezia, Minho, comarca e concelho dos Arcos de Valle de Vez, 36 kilometros a ONO. de Braga, 360 ao N. de Lisboa, 80 fogos.

Em 1757 tinha 34 fogos.

Orago S. Miguel, archanjo.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

O arcipreste de Braga apresentava o vigario, que tinha 150$000 réis de rendimento.

Havia aqui uma casa nobre, que ha annos se conserva na familia dos Caldas, administradores da capella da Conceição, dos Arcos, instituida pelo abbade de Sabadim.

LOURÊDO—freguezia, Douro, comarca e concelho de Arouca, 24 kilometros ao S. do Porto, 12 a E. da Feira, 12 ao S. do rio Douro e 24 ao ONO. de Arouca, 230 fogos.

Em 1757 tinha 162 fogos.

Orago S. Vicente, martyr.

Bispado do Porto, districto administrativo de Aveiro.

É terra fertil.

O reitor de S. Pedro de Canedo apresentava o cura, que tinha 80$000 réis de rendimento.

Esta freguezia já antigamente estava mal dividida, pois o logar de Parada do Monte, que lhe pertence, é completamente separado de Lourêdo, por toda a largura da freguezia de Santa Maria do Valle, e muito proximo da egreja matriz de S. Miguel do Matto, com quem parte pelo S.

Com a divisão judicial e administrativa de 24 de outubro ed 1855, ficou existindo no seu antigo estado o tal logar de Parada do Monte, e foi arrojada a freguezia para a comarca e concelho de Arouca, a 24 kilometros de distancia, tendo de subir e descer altas serranias; e tendo de atravessar, em toda a sua largura a freguezia do Valle, que é da comarca e concelho da Feira.

Assim tem continuado esta despropositadissima divisão ha 19 annos, apesar de todas as reclamações do povo, que, de mais a mais, não tem negocio de qualidade nenhuma com Arouca. Note-se que a villa e cabeça do concelho da Feira fica apenas a 12 kilometros de Lourêdo, e o caminho é incomparavelmente melhor.

Ainda n'esta freguezia se dá outro disparate, que parece sustentado unicamente para prejuiso e incommodo do povo. Pertence ao districto administrativo de Aveiro, que lhe fica a 60 kilometros a SO., não havendo estradas na maior parte do trajecto, e tendo de atravessar o Antuan e o Vouga, além d'outros muitos ribeiros, e não tendo tambem os de Lourêdo negocios nenhuns a tratar em Aveiro, (além d'aquelles a que são obrigados por ser alli a cabeça do districto) quando a cidade do Porto lhe fica apénas a 24 kilometros, e é n'ella que tem todas as suas transacções e commercio—que se faz, na maior parte, pelo rio Douro.

A egreja matriz, que é pequena e pobre, fica em um bonito sitio, ao O. da grande aldeia de S. Vicente.

N'esta mesma aldeia ha a capella de Nossa Senhora e S. Sebastião, que é da familia Alves da Silva Menezes, a mais rica da freguezia, e de que adiante trato mais circumstanciadamente.

Segundo a tradição, a primittiva egreja era no logar de Lourêdo, que fica uns 800 metros ao E. da actual matriz. Se assim foi não ha da antiga egreja o minimo vestigio. (Diz-se que era no sitio chamado *as Pedras*.)

A aldeia de Villa-Sêcca, que é a maior da freguezia, está em um sitio elevado, salubre e bonito. Está aqui a capella de Nossa Senhora da Saude, (vulgo Nossa Senhora de Villa-Sêcca) que é toda de boa cantaria, vasta e bonita. Foi feita pelos condes da Feira em 1750.

O padroado d'esta capella passou depois para a casa do infantado, que tinha aqui grandes rendas.

E' no logar de Villa Sêcca e Calvario da freguezia, todo formado de boas cruzes de cantaria.

O logar de Tozeiros, d'esta freguezia, é em sitio bonito e composto de lavradores quasi todos abastados.

O logar de Parada do Monte, foi cabeça de uma antiquissima parochia d'este nome, tendo por orago *S. Cyprião* (Cypriano). Era composta d'esta aldeia, que é grande, e do logar de *Mosteirô do Ribeiro.*

A actual capella de S. Cypriano é a capella-mór da antiga matriz. Ainda se vêem alicerces do corpo da antiga egreja.

Esta freguezia deixou de existir ha mais de 300 annos, pelo motivo seguinte:

Em 1568 e 1569 houve uma grande peste, que matou quasi todos os habitantes da Parada do Monte e de Mosteirô do Ribeiro. Os poucos que escaparam fugiram espavoridos, abandonando as suas casas. A aldeia de Mosteirô não se tornou mais a povoar, e hoje é uma matta; mas ainda se veem muitos vestigios de alicerces de casas, paredes e mattos que foram campos.

É tradição que houve aqui um pobre e pequeno mosteiro de freiras benedictinas, e que d'ahi lhe provém o nome que ainda conserva.

E' certo que não podia escolher sitio mais apropriado quem quizesse passar a sua vida no êrmo; porque este logar é um monte que fórma uma perfeita peninsula, cercada pelo pequeno rio Inha (que desagúa no Douro) e com o isthmo para o E. É em sitio completamente deserto.

—

Em junho de 1840 deu-se n'esta freguezia, em um pinhal proximo ao Calvario, um phenomeno meteorologico que aterrou toda a gente. Uma verdadeira chuva de faiscas electricas, cahiram em menos de 10 minutos, em uma area de 500 metros quadrados, rachando ou despedaçando grande numero de pinheiros.

—

Esta freguezia é muito fertil em todos os generos do paiz, muito abundante de boas aguas, e tem muitos lavradores ricos.

—

Lourêdo é portuguez antigo; significa — logar plantado de loureiros, loureiral.

═

Lourêdo é tambem appellido nobre em Portugal, tomado de uma das povoações d'este nome, mas hoje fóra do uso, sem que a geração se extinguisse, como se vae ver.

O infante D. Pedro, no seu *Livro de Linhagens*, (a fl. 57 v.) chama a esta freguezia=*Lourêdo da Beira*=para que se não confunda com as seguintes.

Segundo o mesmo infante, Soares de Albergaria e outros, o appellido *Lourêdo* foi tomado d'esta aldeia. Tem brazão d'armas, construido do modo seguinte—em campo verde, um castello d'ouro, lavrado de negro, com portas e frestas d'azul, entre dois leões de prata, trepantes, lampassados de púrpura. Elmo aberto, e por timbre um dos leões das armas.

Esta familia deixou, ha muitos annos, o appellido de Lourêdo, porque se ligou, por casamento, com a mais nobre dos Menezes.

O seu solar era no logar de S. Vicente, onde tem uma optima casa de habitação, com bonita capella, e grandes rendimentos em propriedades e fóros.

É actual chefe d'esta familia, por linha recta, o sr. Domingos Alves da Silva Menezes, que reside na casa da Laranjeira, freguezia de S. João da Madeira, comarca e concelho de Oliveira de Azemeis.

LOUREDO—freguezia, Alemtejo, comarca e concelho de Beja, 60 kilometros ao O. de Evora, e 120 ao S. de Lisboa, 170 fogos.

Em 1757 tinha 117 fogos.

Orago Santa Clara, virgem martyr.

Bispado e districto administrativo de Beja.

(Foi do arcebispado d'Evora.)

A mitra apresentava o cura, que tinha 330 alqueires de pão meiado.

É terra fertil em cereaes.

A mesma etymologia.

LOUREDO—freguezia, Minho, comarca e concelho da Povoa de Lanhoso, 12 kilometros a NE. de Braga, e 360 ao N. de Lisboa, 30 fogos.

Em 1757 esta freguezia era *meeira* com S. Martinho do Campo. No anno em que era meeira, tinha 35 fogos, e quando o não era tinha 53.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

Orago o Salvador.

O prior do mosteiro do Souto apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar.

Entre o monte de S. Miguel e os outeiros de Castilhão e Brandião, entre Lanhoso e Pedralva, a pouca distancia do logar onde se diz ter existido a antiquissima cidade de *Citania*, ha muitos vestigios de fortificações, que, segundo a tradição, foram feitas pelos bracharenses, quando a sitiaram e tomaram.

(Vide *Citania*, a pag. 308 do 2.º volume.)

A mesma etymologia.

LOUREDO—freguezia, Minho, comarca da Povoa de Lanhoso, concelho de Vieira, 30 kilometros ao N. de Braga, 386 ao N. de Lisboa, 130 fogos.

Em 1757 tinha 104 fogos.

Orago Nossa Senhora do Rosario.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

O abbada de S. Gens de Salamonde apresentava o vigario (collado) que tinha 50$000 réis e o pé d'altar.

N'esta freguezia nasceu, em 1755, de paes lavradores, Manuel Ribeiro, marechal de campo dos reaes exercitos, fidalgo cavalleiro da casa real, com exercicio no paço, cavalleiro professo na ordem militar de S. Bento de Aviz e commendador da mesma Ordem.

Sentou praça de soldado, em artilheria, no anno de 1777.

Fez a campanha do Roussillon, como capitão da mesma arma, e alli ficou ferido e prisioneiro.

Voltou á patria em 1794, quasi no fim da campanha (que terminou com a paz de Basilea) e continuou a servir no exercito portuguez, até que elle convencionou em Evora Monte, seguindo todos os postos até marechal.

Foi inspector do arsenal real do exercito.

Depois de 1834, cheio d'annos e de serviços á patria, se retirou para a freguezia de Chorence, onde tinha casado a sua filha unica, e na companhia d'ella, esteve até que falleceu. Jaz na egreja de Chorence.

A mesma etymologia.

LOUREDO—freguezia, Douro, comarca e concelho de Amarante, 48 kilometros a NE. de Braga, 360 ao N. de Lisboa, 70 fogos.

Em 1757 tinha 50 fogos.

Orago S. João Baptista.

Arcebispado de Braga, districto administrativo do Porto.

O arcebispo apresentava o abbade por concurso synodal. Tinha 400$000 réis de rendimento.

Tinha foral, dado por D. Affonso III em setembro de 1213. (Livro 2.º de *Doações* de D. Affonso III, fol. 26 v. in principio. *Livro de foraes antigos de leitura nova*, fl. 144, col. 1.ª Denominava-se então esta freguezia —*Lourêdo d e Terras de Gouveia*.

A mesma etymologia.

LOUREDO—freguezia, Douro, comarca de Penafiel, concelho de Paredes, 30 kilometros ao NE. do Porto, 340 ao N. de Lisboa, 130 fogos.

Em 1757 tinha 106 fogos.

Orago S. Christovão.

Bispado e districto administrativo do Porto.

O papa e o abbade benedictino do mosteiro de Paço de Sousa apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 370$000 réis de rendimento.

Foi villa e *beetria*, e depois *honra*, que D. Affonso IV concedeu a D. Leonor Furtado, pelos annos de 1340. Já se vê que é freguezia muito antiga.

A mesma etymologia.

LOUREDO — freguezia, Tras-os-Montes, comarca do Peso da Regua, concelho de Santa Martha de Penaguião, 70 kilometros a E. de Braga, 405 ao N. de Lisboa, 190 fogos. Em 1757 tinha 91 fogos.

Orago Nossa Senhora da Purificação (ou das Candeias).

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Villa Real.

A mitra primacial apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis de rendimento.

Por esta freguezia corre o rio *Aguilhão*, que nasce na serra de Marvão, de tres fontes, chamadas *Côrvo*, *Livio* e *Fórnos*. Morre no rio *Côrvo*, no sitio do *Pêro Negro*. É de curso arrebatado, em leito quasi sempre profundo e pedregoso.

Cria algum peixe miudo, (sobretudo bordalos) mas muito saboroso.

A mesma etymologia.

LOUREIRA — freguezia, Minho, comarca e concelho de Villa Verde (Foi da comarca de Pico de Regalados, concelho de Villa-Chan) 9 kilometros ao N. de Braga, 370 ao N. de Lisboa, 110 fogos.

Em 1757 tinha 59 fogos.

Orago Santa Eulalia, virgem e martyr.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

O arcebispo apresentava o abbade por concurso synodal, e tinha 220$000 réis de rendimento.

LOUREIRO (Quinta do)—Vide *Salgueiros*.

LOUREIRO—freguezia, Douro, comarca, concelho e 6 kilometros a O. de Oliveira de Azemeis, 35 kilometros ao S. do Porto, 270 ao N. de Lisboa, 700 fogos.

Orago S. João Baptista.

Bispado do Porto, districto administrativo de Aveiro.

O reitor de Avanca apresentava o cura (hoje é abbade), que tinha 200$000 réis de rendimento.

O 1.º parocho collado d'esta freguezia foi o actual, o rev.mo padre Francisco Joaquim da Costa, natural da visinha freguezia de Avanca. Foi collado em 11 de maio de 1844.

—

Em uma casa de um andar, proximo da egreja matriz, propriedade do actual parocho, por compra feita em 1860, a Philippe José Pereira Brandão, da villa de Estarreja, nasceu, em 11 de setembro de 1740, o famoso D. frei Caetano Brandão, arcebispo de Braga, depois de ser bispo do Pará.

Era filho legitimo de Thomé Pacheco da Cunha, sargento mór de ordenanças e de D. Maria Josefa da Cruz, que, além do arcebispo, tiveram mais doze filhos, e uma filha, da qual nasceu D. Maria Brandão, a sobrinha predilecta do santo arcebispo, que casou na villa de Estarreja, com seu primo, o dr. José Soares Pereira do Couto, que foi capitão-mór de Estarreja, depois de ter sido juiz de fóra de Villa do Conde.

—

D. frei Caetano, tomou em Coimbra o habito de S. Francisco, da terceira Ordem da penitencia, na edade de 19 annos, no dia 28 de novembro de 1759.

Em seguida frequentou a Universidade de Coimbra onde tomou o grau de bacharel em theologia.

Estando em Vianna do Alemtejo a tomar ares (onde a sua Ordem tinha um convento) foi chamado para professor de philosophia no collegio de Jesus, em Lisboa, e ali esteve desde 1774 até 1777, em que foi mandado para o novo collegio da Ordem Terceira, em Lisboa.

Em 1782 foi nomeado bispo do Pará.

Em 2 de fevereiro de 1783, era sagrado em Lisboa, e em agosto seguinte partia para a cidade de Belem, do Gran Pará, onde chegou a vinte de outubro do mesmo anno. Tres annos depois de aportar ao Pará, con-

seguio ampliar o edificio do antigo seminario, e melhorou-lhe o fundo do rendimento para ter um numero maior de alumnos; e já n'este tempo tinha visitado uma grande parte da diocese, empenhado em emendar os erros e miserias do seu rebanho.

Para soccorrer os enfermos pobres, hia D. frei Caetano todos os sabbados á noite, com alguns irmãos da caridade que elle instituiu, pelas ruas a pedir esmola para os desvalidos, levando nas mãos a alcofa.

Em 1787, menos de quatro annos depois da sua chegada ao Pará, poude obter, por esmolas, um capital com que edificou um hospital para os pobres, que se abriu com festa solemne; e para isto tambem escreveu para Portugal ao ministro Martinho de Mello e á rainha, e a todos os que podiam auxilial-o. Não poude guardar no animo uma tal festa; e em carta para amigos dizia assim: — «Estão os meus pobresinhos já na sua casa; e então que casa! Um palacio magnifico!»

Em 25 de setembro de 1788 chegou na charrua *Aguia*, a sua nomeação para arcebispo de Braga, e em agosto seguinte sahia para Lisboa, onde vinha expôr ao governo a conveniencia, senão a necessidade, de o deixarem voltar para o Pará, afim de que se não perdesse o que lá deixára em principio; que vinha a ser um collegio de meninas orphans e desamparadas, que para esta obra tambem pediu esmolas, pelas portas; visto o pouco caso que fez o ministro Martinho de Mello da protecção que para isto lhe pedia o bispo.

Em 19 de outubro de 1789, entrou a barra de Lisboa; e sahiu em 16 de agosto seguinte com destino á freguezia de Loureiro, terra da sua naturalidade, onde esperava a sua dita sobrinha, D. Maria Brandão, que rasgou um elegante portal com o fim de introduzir a carruagem que por ventura o conduzisse; cujo portal ainda existe.

Durante a demora que teve em Loureiro, todos os dias confessou, prégou e crismou por espaço de 15 dias, que foi o tempo que aqui esteve; e no dia 16 de setembro ás 3 horas da madrugada montado na sua liteira, cheio de contentamento, mas deixando os seus parentes e patricios, consternados pela sua ausencia. Seguiu caminho do Porto e jantou nos Carvalhos, em uma casa de pasto, onde vieram esperal-o o padre Preposito da Congregação do Oratorio de Braga, e um companheiro; vieram a tempo de o verem a jantar e repararam ser uma mesa pobre e sem apparato; notaram a humildade com que cohibiu um sacerdote, que lhe quiz deitar agua ás mãos, dizendo lhe que estimasse mais as suas ordens, e que lhe chamassem um familiar para tal mysterio; findo isto metteu-se na sua liteira, e se foi apear proximo ao Douro, onde se embarcou no escaler do regimento, da guarnição da cidade, e todos os navios festejaram com salvas de artilheria a sua chegada. Desembarcou no caes, onde o esperava a nobreza e conegos, tendo primeiramente visitado a capella do Senhor d'Além.

O regimento de infanteria o comprimentou com uma salva geral, o que elle agradeceu, e mandou offerecer 20 moedas para um refresco dos militares: atravessou a cidade em uma berlinda até á egreja da Lapa, e, despedindo-se da commitiva, metteu-se na sua liteira, e foi dormir a Lessa: ás 3 horas da manhan do dia 17 metteu-se na liteira, e chegou a Braga ás 4 horas da tarde, onde todos o esperavam.

No meio de duas alas de ordenanças; na primeira capella da cathedral, tomou as vestes pontificias, que lhe ministraram dois capitulares: e assim entrava em Braga o novo arcebispo esperado por um immenso ajuntamento de pessoas de toda a diocese que com magnificos festejos o recebiam. Já em Lisboa recebêra o novo arcebispo grande cópia de cartas anonymas, umas accusatorias, outras indicadoras do genero de vida largo e principesco, que em Braga devia ter: e o arcebispo fez o contrario: D. frei Caetano seguiu tambem aquelles conselhos, que poucos dias depois de estar na diocese, mandou os damascos do paço para as egrejas desprovidas, e vendeu os coches e cavallos, baixellas de prata e de ouro, e tudo foi applicando aos pobres.

Tratou logo de augmentar os estudos ecclesiasticos com as cadeiras de instituições

de direito, historia ecclesiastica, dogma e moral, além das do seminario de orphans e outro de meninos. Encontrou a mitra empenhada em oitenta contos de réis.

Em maio de 1792, já o arcebispo tinha em bom andamento a casa das meninas orphans e expostas. Foram crescendo os seminarios, e luzindo em numero de alumnos e em distinctos proveitos.

É chegado o anno de 1805. D. Frei Caetano havia feito no espaço de quinze annos treze visitas á sua extensa diocese, e em cada uma deixara assignalada a sua beneficente passagem.

Como arcebispo, tinha tido os mesmos costumes de vida, simples e de parca mesa, sempre com um pobre á mão direita, costume que no Pará estabeleceu.

A sua organisação, que nunca fôra robusta, estava n'este anno de 1805 muito quebrantada: qualquer passeio o fatigava a ponto de mal poder respirar; o somno era inquieto, e as forças diminuiam em cada dia.

Apesar de conhecer que a morte se aproximava, hia preparando tudo para a decima quarta visita; não se eximia a nenhum dos antigos trabalhos. Assim ainda no dia 12 de dezembro assistira por algum tempo aos exames de ordens, e no dia 14 estava tão doente, que recebeu o Sagrado Viatico. No dia seguinte mostrou, de madrugada, algumas melhoras, mas pouco tempo depois tornou-se-lhe a respiração anciosa, e entrou em agonia. Foi ungido, e de mãos erguidas, e com a voz de resignada suavidade, com que fôra consolação e remedio a tantas dores, hia dizendo:—«Fiat, fiat! Senhor! Mais... ainda mais...» e ás duas horas da tarde de 15 de dezembro de 1805, entregou ao Creador a alma generosa.

Então n'aquelle paço que elle mudára em humilde habitação, entrou de novo a magnificencia do passado. Vestiram-se de seda as paredes núas; encheram-se de povo e nobres as grandes salas; e uma tristeza immensa fez ainda mais augusta a pompa funebre d'aquellas exequias.

Santo arcebispo! Tão pobre e humilde em vida, teve um funeral de rei; e ao seu tumulo, na cathedral de Braga, acercam-se ainda hoje, os doentes e os afflictos! Sagrada canonisação, e eloquente epitaphio...!

Ha actualmente n'esta freguezia 14 feiras no anno,—12 mensaes, no dia 6, chamadas feiras de Almieira—uma a 14 de setembro, chamada dos *Perdões*, e uma na primeira oitava da Paschoa, chamada *Arraial*.

Devo a biographia de D. frei Caetano Brandão, á obsequiosidade do illustrado abbade d'esta freguezia, o já citado sr. Francisco Joaquim da Costa, ao qual cordialmente agradeço tão distincto favor.

LOUREIRO — freguezia, Traz-os-Montes, comarca e concelho do Pêso da Régua, 95 kilometros ao E. NE. do Porto, 18 ao S. de Villa Real e 340 ao N. de Lisboa, 350 fogos.

Em 1757 tinha 202 fogos.

Orago S. Pedro, apostolo.

Bispado do Porto, districto administrativo de Villa Real.

Os condes de Murça apresentavam o abbade, que tinha 1:200$000 réis de rendimento annual.

LOURENÇO (S.)—freguezia, Alemtejo, comarca e concelho d'Elvas, 35 kilometros d'Evora, 85 a E. de Lisboa, 60 fogos.

Em 1757 tinha 42 fogos.

Orago S. Lourenço, martyr.

Bispado d'Elvas, districto administrativo de Portalegre.

É terra fertil em cereaes.

O ordinario apresentava o capellão, curado, que tinha 240 alqueires de trigo (4 moios) 120 de cevada e 30$000 réis em dinheiro.

LOURENÇO (S.)—(Vide *Mamporcão*, Ribba-Penhão e Miragaya).

LOURENÇO D'ALFAMA (S)—(Vide Lisboa.

LOURENÇO D'ASMES (S.)—(Vide *Asmes*, a pag. 244 do 1.º vol.)

LOURENÇO DO BAIRRO (S.)—(Vide *Bairro*, a pag. 308 do 1.º vol.)

LOURENÇO DO DOURO (S.)—freguezia, Douro, concelho e comarca do Marco de Canavezes (antiga comarca de Soalhães, concelho de Bem-Viver), 45 kilometros a E. NE. do Porto e 300 ao N. de Lisboa, 140 fogos.

Em 1757 tinha 72 fogos.

Orago S. Lourenço, martyr.

Bispado e districto administrativo do Porto.

É terra fertil.

O prior do mosteiro de Villa-Bôa (de conegos regrantes de Santo Agostinho) e o abbade benedictino do mosteiro de S. João de Alpendurada, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 150$000 réis.

LOURENÇO DOS MATTOS (S.) ou ALCANTIL—Em 1836, se fizeram no Algarve, varias alterações na divisão parochial, supprimindo-se umas freguezias e creando-se outras de novo; mas poucas d'estas alterações se levaram a effeito.

Foi então que da freguezia de Loulé se separou uma porção de territorio, para formar a freguezia de S. Lourenço dos Mattos, ou Alcantil, supprimindo a de S. João da Venda.

Esta decisão, ficou sem effeito.

A egreja de S. Lourenço dos Mattos, já existia antes de 1836.

É notavel pela belleza da pintura dos azulejos, com os passos da vida do santo e pela delicadeza do altar, cujas almofadas são de varias côres.

Perto da egreja, corre o ribeiro de Alcantil, que nasce na caudalosa fonte chamada *Olho da Alfarrobeira*, e tem uma ponte de pedra proxima da egreja.

Como este territorio tornasse á pertencer á freguezia de Loulé, vide esta palavra.

LOURENÇO DE RIBA PENHÃO (S.)—(Vide Riba Penhão).

LOURES — freguezia, Extremadura, comarca de Lisboa, concelho dos Olivaes, 12 kilometros ao N. de Lisboa, 1:250 fogos.

Em 1757 tinha 1:210 fogos.

Orago Santa Maria (Nossa Senhora da Assumpção).

Patriarchado e districto administrativo de Lisboa.

A mitra apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar.

É aqui a 6.ª estação do caminho de ferro Larmanjat, de Lisboa a Torres Vedras.

A quinta do *Matta das Flores*, n'esta freguezia, era o solar dos Mattas, e é propriedade do srs. marquezes de Penafiel.

O 1.º Matta, que o infante D. Pedro aponta no seu *Livro de Linhagens*, é Gomes Gonçalves da Matta.

Suas armas são: em campo verde, cinco flores de liz, d'ouro, em aspa; élmo d'aço aberto, e por timbre uma das flores de liz das armas.

A familia d'este appellido, a que chamam *Mattas do Correio-mór* (hoje representada pela sr.ª marqueza de Penafiel), deve a sua origem á familia dos *Coroneis*; porque Luis Gomes da Matta Coronel, foi feito fidalgo, por Philippe III, por alvará de 18 de fevereiro de 1606; dando-lhe solar na tal quinta da Matta das Flores, e por armas: em campo d'ouro, tres mattas verdes em roquete; élmo d'aço aberto e por timbre, uma das mattas.

O mesmo Philippe III, o fez correio-mór do reino, e é por isso que á sua descendencia se dá o titulo de Mattas do Correio-mór.

—

O logar de Loures, está edificado em terreno plano, e é cortado pela estrada real de Lisboa a Torres-Vedras.

É freguezia muito antiga, pois, ainda que se não saiba quando, ou por quem foi fundada, é certo que já existia em 1250, sendo bispo da diocese D. Ayres Vasques.

A egreja tem soffrido diversas reconstrucções, e a actual é moderna.

No Rocio, junto á capella de Sant'Anna, se faz annualmente uma feira, que principia no dia 25 de julho.

Na torre d'esta capella, está uma lapide embebida na parede, tendo gravada uma provisão de D. José I, do anno de 1775, que amplia os privilegios concedidos a esta feira.

Nos arredores de Loures, ha muitas quintas com boas casas de residencia, sobresahindo a todas, a referida quinta da Matta das Flores.

—

Esta freguezia, foi commenda de Christo.

—

No logar da *Mealhada*, d'esta freguezia, na encosta de um outeiro, fundou em 1575, Luiz de Castro do Rio (da Casa de Barbacena), um convento para religiosos arrabidos.

No alto do monte está a capella de Nossa Senhora da Saude, de Monte-Mór, cuja ima-

gem trouxeram varios habitantes de Lisboa, que para aqui fugiram da grande peste que atterrou a capital, em 1599.

Os arredores de Loures, produzem optimas laranjas e limões, e é fertil em cereaes, legumes e fructas.

LOURIÇAL—rio (Vide *Carnide*).

LOURIÇAL—freguezia, Extremadura, concelho e comarca do Pombal, proximo ao rio do seu nome, ou Carnide, 35 kilometros ao S. de Coimbra e 165 ao N. de Lisboa, 1:400 fogos.

Em 1757 tinha 900 fogos.

Orago S. Thiago, apostolo.

Bispado de Coimbra e districto administrativo de Leiria.

A Universidade de Coimbra apresentava o abbade, que tinha 200$000 réis de rendimento.

Foi villa. D. Manuel lhe deu foral em Lisboa, a 23 de agosto de 1514 (*Livro dos foraes novos da Extremadura*, fl. 93 v., col. 1.ª).

—

Teve um convento de freiras franciscanas (terceiras), cuja egreja é dedicada ao S. S. Sacramento. Foi fundado em 1630, para recolhimento de beatas, por *Maria do Lado*.

As virtudes d'esta serva de Deus e a fama de milagres que ella fazia, chegou aos ouvidos do rei D. João V, sendo ainda principe, que vendo-se accommettido de violenta enfermidade, fez voto de transformar o recolhimento do Louriçal, em convento, se Deus lhe désse vida e saude.

Attendidos pelo ceu os rogos do piedoso principe, levou elle a cabo o seu voto, obtido breve de Sua Santidade, auctorisação do geral da ordem de S. Francisco e do bispo de Coimbra.

Auctorisado El-Rei para designar as fundadoras, mandou vir de Evora as madres Archangela dos Serafins, Maria Thereza do Sacramento, Maria de Jesus e Clara Maria de Sant'Anna, que foram recebidas em Lisboa por El-Rei com pompa verdadeiramente real e christan.

As piedosas fundadoras hospedaram-se no mosteiro da Esperança em Lisboa, d'alli seguiram para o Louriçal, onde, com o ceremonial da Santa Egreja romana, o bispo de Coimbra, D. Antonio de Vasconcellos, solemnemente fundou o novo mosteiro, em maio de 1709. A regra da ordem foi a primitiva de Santa Clara, da gloriosa familia franciscana, sendo o fim principal da fundação, a adoração perpetua do Santissimo Sacramento, a qual existe ainda, mas com que o governo portuguez não sympathisa, esperando o momento em que essa admiravel devoção termine.

Foi primeira abbadessa, a madre Archangela dos Serafins, por nomeação do bispo-conde, e as recolhidas receberam o habito de Santa Clara com profunda reverencia.

O mosteiro do Louriçal, creado sob a protecção poderosa d'El-Rei D. João V, está hoje na maior precisão, vivendo as poucas senhoras que a habitam da caridade das pessoas piedosas.

Entre ellas citaremos a sr.ª D. Maria da Conceição, da casa das Lagrimas, mãe do par do reino o ex.ᵐᵒ sr. Miguel Osorio Cabral.

Áquella illustre dama, muito deve o moribundo real mosteiro do Louriçal, onde dia e noite as religiosas adoram o Santissimo Sacramento, devoção estabelecida em 1630, pela veneravel Maria do Lado, em desaggravo pelas offensas que Deus sacramentado soffre diariamente.

No dia 4 de agosto de cada anno, se celebra n'este mosteiro a trasladação da sua virtuosa fundadora.

—

Foi 6.º senhor do Louriçal, D. Fernando de Menezes, 2.º conde da Ericeira. Foi um bravo guerreiro. Militou no estado de Milão, e depois da acclamação de D. João IV, veiu para Portugal, e fez grandes serviços á patria, na provincia do Alemtejo, contra os castelhanos.

Teve, com a patente de governador das armas, a intendencia das fortificações e defezas da marinha d'Aveiro, Buarcos, Peniche, Setubal e Lisboa.

Passou por governador para a Africa, e foi capitão general de Tanger, onde, com grande valor e astucia, em mais de cinco annos, fez crua guerra aos mouros, obrigando 25:000

d'elles a levantar o cêrco d'aquella praça, deixando no campo, grande quantidade de mortos.

Foi tão famoso com a espada, como elegante com a penna, compondo na lingua latina, a *Historia do tempo de D. João IV*, que se imprimiu. N'esta obra egualou a Tito Livio.

Escreveu excellentes obras, em prosa e verso, e em differentes linguas, e presidiu em muitas academias.

Foi gentil-homem da camara do infante D. Pedro (depois II), do conselho de guerra, da junta dos tres estados, regedor das justiças, conselheiro d'estado.

Alem da sua vasta intelligencia, era um varão de grandes virtudes e exemplarissimo.

Morreu em 1699, com 85 annos. Tinha nascido em 27 de novembro de 1614.

Junto ao pinhal do *Usso*, no termo e freguezia do Louriçal, 12 kilometros a O., e 1:500 metros distante do mar, está o Sanctuario de *Nossa Senhora do Desterro*, ou Nossa Senhora fugindo para o Egypto, de que foi administrador João de Goes e Vasconcellos, da mesma villa.

Foi este Sanctuario fundado no anno de 1630.

A imagem da padroeira, é objecto de grande devoção para os povos d'estes sitios. É de 66 metros d'alto: dá uma das mãos ao Menino Jesus, e S. José a outra. Representa o que os catholicos denominam *Familia Sagrada*.

Será bom prevenir os leitores, que o ignorarem, que *usso* é o mesmo que *urso*, quadrupede bem conhecido.

—

A 4 kilometros a NO. da villa, em sitio solitario, junto a uma matta, e proximo a um ribeiro, no sitio chamado *Aljazêde*, está o Sanctuario de Nossa Senhora dos Prazeres.

> *Aljazêde* é o nome de uma quinta que foi dos condes da Ericeira. É corrupção da palavra arabe *Al-iazida*, que nós pronunciamos *Aljezido*, ou *Aljazêda*. É o nome feminino do adjectivo *jazido*—o augmentador—deriva-se do verbo *zado*—augmentar—*Jezida* é nome arabe de mulher. Tem a mesma significação (augmentadora).
>
> A maior parte dos nomes proprios arabes, têem uma significação. *Jezida*, significa pois—*prolifica*, mulher que tem muitos filhos.

Os condes da Ericeira eram os padroeiros e protectores d'este Sanctuario.

A imagem de Nossa Senhora, está collocada sobre um throno de seraphins, no meio do altar.

É objecto de muita devoção, pelos milagres que se lhe attribuiam

Antigamente se lhe fazia uma grande festa e feira, em louvor da Rainha dos Anjos, no domingo de Paschoella; ha muitos annos que a feira se mudou para a villa.

—

A poucos metros d'este Sanctuario, se vê uma torre, ou casa forte, onde se recolhia D. Affonso Henriques, quando aqui vinha á caça, que era então abundante por estes sitios.

> Este rei sahia de Coimbra até á barra do Mondego, depois hia a Nossa Senhora da Ceiça, e de lá chegava a este sitio. Os mouros ainda então occupavam o castello de Leiria, e por isso o rei mandou construir esta torre, para n'ella buscar abrigo em qualquer surpreza.

Em frente d'esta torre, havia outra, destinada para o infante D. Sancho, depois 1.º do nome.

Estava sobre um monte, e dentro da mesma matta em que estava a torre de seu pae.

Ainda ha vestigios d'esta torre, e ainda ao monte onde existem se chama *Cabeço de Sancho*.

—

LOURIÇAL DO CAMPO—freguezia, Beira Baixa, comarca de Castello Branco, concelho de S. Vicente da Beira, 65 kilometros da Guarda, 225 a E. de Lisboa, 220 fogos.

Em 1757 tinha 147 fogos.

Orago S. Bento.

Bispado e districto administrativo de Castello Branco.

O vigario de S. Vicente da Beira apresentava o cura, que tinha 20$200 réis e o pé d'altar.

—

Fr. Agostinho da Annunciação e os missionarios do Varatojo em Coimbra

No mez de janeiro de 1830, chegaram a Coimbra os dois frades do Varatojo, fr. José da Assumpção, que depois foi nomeado bispo de Lamego, e veiu a fallecer em Lisboa no dia 18 de novembro de 1841; e fr. Joaquim do Espirito Santo, que ainda é vivo.

Estes missionarios, protegidos pelo bispo D. Joaquim de Nazareth, prégavam na Sé cathedral d'esta cidade.

Era tão grande o numero de pessoas de todas as edades e classes a ir ouvil-os, que apesar da grande vastidão d'aquelle templo, não havia ali espaço para tanta gente.

Viram se algumas vezes os missionarios obrigados a prégar no largo da Feira; e por ultimo, depois da paschoa, foram prégar em uns olivaes proximo á quinta que os bispos de Coimbra teem em S. Martinho do Bispo. Ali corria para os ouvir, uma inumeravel multidão de povo, tanto d'esta cidade, como de muitas povoações do campo.

Um dos assiduos ouvintes dos missionarios, era o estudante do 3.º anno de Canones, José Bento Ribeiro Gaspar, natural do Louriçal do Campo, filho de Bento José Gaspar.

Attrahido pelas doutrinas dos varatojanos, deliberou-se este estudante a largar a Universidade e tomar o habito; o que effectuou, tomando na religião o nome de fr. Agostinho da Annunciação, mostrando sempre em todos os actos, na austeridade dos seus costumes e fervor religioso, que era verdadeira e sincera a sua vocação.

Depois de extinctas as ordens religiosas, continuou inalteravelmente na pratica de todas as virtudes; e tendo merecido ser director espiritual da sr.ª infanta D. Isabel Maria, largou este honroso cargo, preferindo ir entregar-se á missão mais modesta, porém mais util, de educar a mocidade.

Fundou e dirigiu o collegio de meninos orphãos do martyr S. Fiel, no Louriçal do Campo, sua patria; fundou em Torres Vedras o collegio de S. José; e finalmente fundou no Varatojo um collegio para meninos e outro para meninas.

Morreu a 14 de março de 1874, no Varatojo, com geral sentimento, o egreesso *fr. Agostinho da Annunciação.*

Este *fr. Agostinho da Annunciação*, era o já mencionado estudante de Canones, que em 1830 morava na rua da Mathematica, em Coimbra, *José Bento Ribeiro Gaspar.*

LOURICEIRA — freguezia, Extremadura, comarca e concelho de Santarem, 1095 kilometros ao NE. de Lisboa, 90 fogos.

Em 1757 tinha 103 fogos.

Orago Nossa Senhora da Conceição.

Patriarchado, districto administrativo de Santarem.

O povo apresentava o cura, que tinha réis 50$000.

Nos limites d'esta freguezia nasce o rio Alviella, das vertentes da serra do Patello, debaixo de um grande rochedo, que lhe dá sahida por diversas bôccas. Lança-se no Tejo, junto á aldeia do Reguengo d'Alviella, no sitio chamado *Rebentão.*

Suas aguas são de optima qualidade, pelo que a *Companhia das Aguas*, de Lisboa, as anda encanando, para virem fornecer o reservatorio da mesma companhia, na dita cidade.

N'este rio ha bastante peixe, e de boa qualidade.

Na proxima freguezia de Santa Cruz, junto á ponte, ha uma nascente d'agua mineral, que, segundo a fama, cura todas as feridas que com ella se lavam.

LOURINHAN — villa, Extremadura, comarca de Torres-Vedras, cabeça do concelho do seu nome, 60 kilometros ao N. de Lisboa, 800 fogos.

Em 1757 tinha 150 fogos.

Orago Nossa Senhora da Annunciação.

Patriarchado e districto administrativo de Lisboa.

É terra fertil.

O ordinario, por concurso synodal, apresentava o reitor, que tinha 29$600 réis em dinheiro, 3 cantaros de azeite, 35 almudes de vinho, 120 alqueires de trigo e 120 de cevada.

—

O primeiro foral que teve esta villa, foi-lhe dado por D. Jordão, no reinado de D. Affonso Henriques, e foi confirmado em Santarem, por D. Affonso II, em março de 1218. (Vide o *Livro dos foraes antigos*, de leitura nova, fl. 16 col. 1.ª — livro 1.º dos bens dos proprios dos reis e rainhas, fl. 45, v., e na gaveta 15, maço 9.º, n.º 22; e n'este ultimo logar se acha com a segunda confirmação, feita por D. Affonso III, em Lisboa, a 16 de outubro de 1251.)

É notavel o antigo foral da Lourinhan, pela barbaridade dos seus castigos.

Determina que:—«*o roussador* (violador) *seja preso e justiçado. Se fugir, pague* CCC (300) *soldos ao pretor e avenha-se com os paes ou parentes da mulher roussada.*»

Mais atroz ainda era o castigo do assassino. Diz o foral:—«*O matador, se se poder prender, seja* SEPULTADO VIVO, *(!) e o morto lançado em cima d'elle (!!!)*

—

D. Manuel deu foral novo a esta villa, em Lisboa, no 1.º de junho de 1512. (*Livro de foraes novos da Extremadura*, fl. 64, col. 1.ª)

—

Consta que o nome da villa lhe provem da visinhança da quinta de *Lourim*.

Teve a Lourinhan varios senhorios, entrando afinal no dos condes de Monsanto.

Foi reitoria com 8 beneficiados.

A egreja matriz é antiga, e foi fundada sobre as ruinas do seu vetusto castello.

Tem Misericordia e hospital.

Tem um convento, que foi de recoletos xabreganos.

Ha aqui uma boa feira, a 7 de agosto de cada anno.

A esta freguezia andavam annexos os dois curatos de S. Lourenço e S. Miguel, que ambos eram apresentados pelos freguezes.

Antes de 1834, tinha juiz ordinario e duas companhias de ordenanças.

O seu territorio é muito abundante de caça, cereaes, legumes e fructas (principalmente as famosas maçans.)

A villa está fundada em terreno baixo, cercado de serras, menos pelo NO., onde tem uma abertura para o lado do Oceano, que lhe fica apenas a 2 kilometros de distancia.

O seu clima á saudavel, e muito fresco de verão.

Tem minas de azeviche e boa pedra calcarea (carbonato de cal) excellente para cantaria, nas freguezias de Reguengo Grande, Mollédo e S. Lourenço dos Gallegos. Estas pedreiras teem uns 6 kilometros de extensão.

É povoação antiquissima, talvez do tempo dos romanos, e com certeza do dos arabes.

D. Affonso I a deu a D. Jordão, fidalgo francez que o ajudou á tomada de Lisboa, e este a povoou de christãos e lhe deu foral em 1160.

Na casa dos paços do concelho está um escudo d'armas, muito carcomido do tempo, no qual ainda se divisa uma flôr de liz e um crescente, o que dá bastante probabilidade á tradição, e indica que a povoação foi tomada aos mouros por algum senhor francez, ou que usava as armas de França.

Julgo pois que a Lourinhan tem o direito de usar d'este brazão d'armas; não só por estar de tempos immemoriaes nos seus paços do concelho, como — e principalmente —porque, se lhe não pertencesse, os nossos antigos reis (sobretudo D. João II) que tão rigorosos se mostraram em questões de heraldica, não teriam consentido que este escudo d'armas se ostentasse alli.

Devo porém confessar que na Torre do Tombo não existe (que me conste) brazão d'armas d'esta villa.

Nunca me governei, para a confecção d'esta obra, por informações anonymas. Recebi uma carta d'esta villa, firmada por M. S., na qual é a Lourinhan collo-

cada a par das principaes povoações de Portugal, e tudo são ormosuras e abundancias. Tenho pena de não me poder governar por aquella carta, e ainda maior pena tenho se o que ella diz não é verdadeiro.

Se o sr. M. S. queria vêr o contheudo da sua carta publicado no Diccionario, pozesse o seu nome por extenso.

Como porém o que elle diz com respeito ás armas da villa se conforma com a tradição e com o escudo que já mencionei, sempre direi aos meus leitores que, segundo este correspondente, as armas da Lourinhan, são em campo verde, um castello da sua côr, á direita—e á esquerda uma flôr de liz de ouro e por baixo d'ella um crescente de prata, com as pontas para cima.

—

Ainda existem algumas ruinas do vetusto castello da Lourinhan [1] e em parte do seu ambito está edificada a sua antiga, vasta e magnifica egreja matriz. Não se sabe quando nem por quem foi fundada; mas suppõe-se ser do tempo do nosso primeiro rei. O que se sabe é que foi sagrada por D. Lourenço, arcebispo de Braga, conselheiro e amigo inseparavel de D. João I, na primeira metade do seculo XVI.

Esta egreja tinha capacidade para mais de 2:000 pessoas.

E' obra de D. João I e do principio do seculo XV.

O tempo, e, ainda mais, o desmazello dos homens, foram deixando pouco e pouco cahir em abandono este venerando templo.

Como se a acção corrosiva do tempo e o reprehensivel descuido dos homens ainda fosse pouco, lhe veio completar a ruina, uma *illustrada* junta de parochia, que, em 1834, lhe mandou tirar toda a telha e madeiras, deixando-lhe apenas as bellas columnas de marmore da capella-mór e os porticos. Era de architectura gothica, com primorosas esculpturas, que alguns preferem em perfeição ás da egreja dos Jeronymos de Belem.

Tem-se por varias vezes implorado a protecção do governo portuguez para este templo, mas sempre debalde.

D. João I deu o senhorio d'esta villa ao famoso jurisconsulto e seu dedicado amigo, o dr. João das Regras.

A Lourinhan é actualmente uma povoação importante, e será uma das principaes do districto de Lisboa, desde que os seus habitantes se decidirem a tirar partido dos immensos recursos do solo abençoado do seu concelho.

É este territorio muito abundante de todos os generos agricolas, sobretudo, de cereaes.

Tem aguas mineraes, minas de ferro e de enxofre, e principalmente uma extensa zona de carvão fossil de optima qualidade, com um jazigo que promette ser abundantissimo, no sitio da *Pedra Furtada*.

—

Foi esta villa solar dos *Ribeiros*, que, segundo Villas Boas, procedem de Martim Paes Ribeiro e de sua irman, a célebre e formosissima D. Maria Paes Ribeiro (a *Ribeirinha*) amante de D. Sancho I. Eram filhos de D. Payo Moniz, rico-homem d'aquelle monarcha, e naturaes d'esta villa.

Para tudo o que se pretender saber com respeito a D. Maria Paes Ribeiro, e sua familia e armas, vide a pag 414 e seguintes do 3.º volume.

Tambem era solar dos *Veigas*. A origem d'esta familia (cujo appellido é portuguez) procede de Leonardo Esteves de Napoles, que, vindo para Portugal no reinado de D. Affonso IV, se distinguiu na batalha do Salado (30 de outubro de 1344) ao lado de D. Affonso IV.

Foi seu filho D. João Esteves, que tomou o appellido de *Veiga*, porque herdou o logar da Veiga de Santa Maria, a 6 kilometros de Braga. Foi rico homem, senhor de Salvaterra de Magos e do conselho de D. João I.

[1] Cuja construcção, com fundamento, se attribuiu a D. Jordão, primeiro senhor d'esta villa.

Tinha por armas — em campo de purpura, aguia d'ouro, armada de prata, e por timbre a mesma aguia.

O ramo d'esta familia que pertence á Lourinhan, procede de D. Vasco Lourenço da Veiga, filho de D. Lourenço, arcebispo de Braga, natural da Lourinhan.

Este ramo tem por armas — escudo esquartellado, no 1.º e 4.º de purpura, aguia d'ouro, armada de prata, e no 2.º e 3.º, de prata, tres flores de liz, azues, em roquete. Timbre, a aguia do escudo.

O manuscripto da livraria dos srs. marquezes de Palmella, dá aos Veigas as armas seguintes: — em campo de purpura, cruz de prata, cantonada de uma flôr de liz, de ouro. Elmo aberto, e por timbre, uma aguia de purpura.

Ainda outros Veigas trazem por armas — escudo esquartellado, no 1.º, de purpura, aguia d'ouro, armada de prata; no 2.º e 3.º, de prata, a cruz de S. Jorge, de purpura, cantonada de uma flôr de liz azul, e no 4.º, de prata, tres flôres de liz, azues, em roquete.

Os Veigas de Napoles, tambem ramo da mesma familia, trazem por armas — em campo de prata, nove flôres de liz de purpura, em tres palas — timbre, uma das flôres das armas.

—

Na aldeia da *Ribeira dos Palheiros*, freguezia de S. Lourenço dos Francos (Miragaia) d'este concelho, está o sanctuario de Nossa Senhora da Piedade, situado junto á estrada real, muito concorrido de grande numero de romeiros, que têem grande devoção com esta Senhora.

Tem a capella só o altar-mór, e n'elle está a imagem da Virgem com Jesus Christo morto, no regaço. Tanto a capella como a Senhora são antigas.

Costumam os moradores da Lourinhan, quando ha falta d'agua, para os seus campos, tirar a imagem da Santissima Virgem da sua ermida e leval-a em procissão á egreja matriz da villa, onde, depois de uma devota novena e ladainha, lhe fazem uma grande festa.

A irmandade da Misericordia tambem lhe fazia uma festa todos os annos, na dominga 5.ª post Paschoa, hindo-a buscar á sua capella e collocando a nove dias no altar mór da egreja matriz, fazendo lhe todos os dias uma solemne novena, com missa cantada, e de tarde ladainha. No fim dos nove dias (no dia da Ascenção do Senhor) a justiça e a irmandade da Misericordia, tornavam a levar a Senhora para a sua capella.

Todas estas solemnidades eram muito concorridas.

Segundo a tradição e memorias escriptas, a causa d'esta procissão foi uma grande sêcca, que ameaçava ser seguida de uma medonha fome. Recorreram os povos d'aqui á protecção de Nossa Senhora da Piedade, e hindo buscal-a á sua capella e trazendo-a para a egreja, apenas principiaram as novenas, principiou uma chuva benefica a regar os campos, e apenas cessava a novena, deixava de chover.

Foi então que a irmandade da Misericordia lhe prometteu repetir esta procissão e novena em todos os annos.

—

Antigamente, Nossa Senhora da Piedade, era apenas uma pintura a oleo, em um grande quadro; depois os devotos lhe mandaram fazer a imagem actual.

Fez se-lhe primeiramente a sua festa, no dia de Nossa Senhora das Neves (5 de agosto) emquanto este dia foi santificado: depois como foi abolido (no fim do seculo XVIII) foi transferida a festa para o dia de S. Thiago, a 25 de julho.

Era esta solemnidade immensamente concorrida pelos povos circumvisinhos, que davam abundantes esmólas e offertas, que se applicaram aos reparos e ornatos da ermida.

—

Como já disse, fallando da familia dos Veigas, tem esta villa a honra de ser patria do famoso arcebispo de Braga, D. Lourenço.

Foi amigo e valoroso irmão de armas de D. João I, já combatendo denodadamente em Aljubarrota, já concorrendo poderosamente para elle ser acclamado rei de Portugal nas côrtes de Coimbra.

O rei dizia que o arcebispo e o condestavel eram *os seus dois olhos.*

Morreu D. Lourenço, cheio de annos, virtudes e gloria, na cidade de Braga a 28 de abril de 1397.

Jaz na Sé da mesma cidade, em capella particular, que foi aberta em 1740, sendo seu corpo achado incorrupto.

—

Na freguezia do Mollêdo, d'este concelho, existem as ruinas do palacio em que viveu a infeliz rainha, D. Ignez de Castro, e onde foi muitas vezes visitada pelo infante D. Pedro, depois 1.º do nome, que depois deu grandes privilegios a esta freguezia (sendo um d'elles, não dar recrutas—findou em 1820) e lhe fez a ponte chamada *de D. Pedro.*

Este palacio é antiquissimo. Tem as armas de D. Affonso I e uma inscripção que ninguem entende.

Proximo d'estas ruinas se acharam dois braceletes de oiro, um dos quaes foi vendido por 144$000 réis.

Estas ruinas pertencem hoje aos srs Pestanas.

—

O concelho da Lourinhan é composto das freguezias de *Lourinhan, Miragaia* (S. Lourenço dos Francos), *Moita dos Ferreiros, S. Bartholomeu, Reguengo-Grande, Mollêdo e Vimieiro.*

LOURO—freguezia, Minho, comarca e concelho de Villa Nova de Famalicão, 18 kilometros a O. de Braga, 340 ao N. de Lisboa, 225 fogos.

Orago Santa Lucrecia.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

(Esta freguezia não vem no *Portugal Sacro e Profano.*)

Até 1834 era do antigo termo de Barcellos, d'onde dista pelo N. 15 kilometros.

O seu abbade era de apresentação alternativa da casa de Bragança e do D. Prior dos cruzios do mosteiro de Santa Maria de Oliveira, hoje do concelho de Villa Nova de Famalicão.

Depois da extincção d'aquelle mosteiro, e de suas rendas e regalias serem reunidas ao convento de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, passou a alternativa da apresentação do dito abbade, para o D. Prior d'este convento, e a casa de Bragança.

Esta freguezia pertence hoje ao concelho e comarca de Villa Nova de Famalicão, d'onde dista pelo S. 5 kilometros.

Rendia antes de 1834, aproximadamente 1:200$000; hoje está luctada em 280$000 réis.

A egreja matriz d'esta freguezia é espaçosa, e está situada, junto do seu passal, em um logar elevado, alegre e sádio. E tanto esta como o seu passal estão circumdados pelo nascente com a nova linha ferrea em construcção, e pelo poente com a estrada a macadam feita de Famalicão a Barcellos.

Esta freguezia está tão bem collocada, que tem em volta de si nove freguezias, ás quaes d'ella se passa na distancia só de um kilometro, ou pouco mais.

Ha n'esta freguezia a capella de Santo Antonio, que a freguezia outr'ora cedeu á confraria do mesmo santo, com obrigação do fabrico, e de n'ella ter os paramentos necessarios para quando o parocho ou outros ecclesiasticos queiram n'ella exercer suas ordens.

Ha tambem a capella particular da casa e quinta da Torre, no logar de Barrada, dedicada a Nossa Senhora da Conceição; pertença dos Affonsecas Escobares, de Lisboa, e hoje da ex.^ma^ sr.^a^ D. Maria da Conceição, descendente d'essa illustre familia e casada com seu primo o sr. Antonio da Costa Araujo, ambos nascidos e moradores n'esta freguezia.

Esta familia tem brazão d'armas.

Ha mais n'esta freguezia a ermida do Santo do Monte (S. Frei Pedro Gonçalves Telmo, ou Corpo Santo, ou Santelmo dos navegantes) e do Senhor dos Passos, filial da egreja matriz; e n'ella annualmente se faz, com grande concurso de povo, na dominga da Paschoella, grande festividade e romaria.

Tambem n'esta capella se venera a milagrosa imagem de Santo Ovidio, a que os romeiros levam telhas ordinariamente po

corruptella furtadas em logar de offertadas.

E' freguezia fertil; e o caracter de seus habitantes tratavel.

Passa n'ella o rio Aliste ou Aléste, Éste ou D'éste, que, nascendo no carvalho de Éste, vae entrar no rio Ave, no sitio chamado Touguinhó.

Este rio passa nas pontes ditas no *Portugal Antigo e Moderno* (lettra E, rio d'Éste.)

Na freguezia de Santa Maria de Nine, circumvisinha d'esta do Louro, não só tem a antiga ponte de pedra (chamada Ponte de Coura) com suas asenhas, mas de novo se anda construindo outra ponte de pedra para transito de wagons da nova via ferrea para Braga, Barcellos, etc.

N'esta do Louro tem outra antiga e segura ponte de pedra, reformada e alargada em 1856, aonde passa a anteriormente dita estrada á macadam, e junto d'ella tem asenhas de moer pão, e engenhos de serrar, fazer azeite e grammar linho, pertenças da quinta do sr. Bernardino da Costa Fernandes Machado.

Chegado este rio á freguezia de Gondifellos, tem outra ponte nova de pedra acabada em 1873, que dá passagem na estrada macadamisada de Famalicão á Povoa de Varzim.

Em quasi todos os tempos tem havido varios pleitos entre alguns parochianos caprichosos e seus parochos.

Em 1770, alguns parochianos, conhecedores dos injustos pleitos, que tinham com o seu abbade Francisco de Salles Velloso (da casa do Passadiço da rua de S. João de Braga) querendo fazer pazes com elle, trouxeram a esta freguezia missionarios, que o dito abbade, benigno e de bom grado acolheu e aproveitou, annuindo ás pazes e sustação dos pleitos; mas porque esses parochianos se recusassem ás justas e religiosas propostas dos missionarios, estes, apesar de terem já dado principio á missão, sem a acabarem, poseram em pratica o conselho do Evangelho, retirando-se da freguezia, e ao passar por cima da ponte do Louro, descalçaram as sandalhas, e saccudiram seu pó sobre o rio, dizendo.—«Adeus Louro, que nem o teu pó queremos levar.»

Finalmente, n'esta freguezia nasceu em 13 de janeiro de 1682, e foi baptisado em 14 do dito mez e anno na egreja matriz, D. João da Silva Ferreira, formado em canones na Universidade de Coimbra, conego na Sé de Braga, vigario geral do arcebispado primaz, governador do bispado do Porto, deão da capella real de Villa Viçosa, bispo titular de Tanger, e conselheiro de estado, que, fallecendo nos paços de Villa Viçosa em 19 de janeiro de 1775, foi sepultado na egreja do extincto convento de Santo Agostinho.

Como escriptor publico deu á luz em Coimbra, em 1722, as *Allegações juridicas em favor dos direitos indubitaveis do cabido de Braga, para compellir os moradores das terras de Guimarães e Montelongo, a pagar-lhe os votos de S. Thiago, pertencentes á mesa capitular*. Escreveu outros opusculos, que não foram publicados, mas que existem em manuscriptos.

Este illustrado bispo, deixou por seu herdeiro, o sobrinho, José Custodio de Magalhães Feio de Azevedo, pae dos srs. barão e 1.º visconde da Torre, João Feio de Magalhães Coutinho, e do commendador da Conceição e barão de Soutello, Antonio Feio de Magalhães Coutinho, da cidade de Braga, que ainda conservam no logar de Linhares, d'esta freguezia do Louro, a casa e terras onde nasceu o dito seu tio, com as suas armas episcopaes no cimo da porta principal das casas.

Ao illustrado abbade actual d'esta freguezia do Louro, e ex.mo e rev.mo sr. Domingos Joaquim Pereira, devo os curiosos apontamentos que ficam publicados n'este artigo.

A este cavalheiro e a todos os que me têem obsequiado com a sua coadjuvação para esta obra, o meu mais cordial agradecimento.

LOUROSA—freguezia, Douro, comarca, concelho, e 6 kilometros a NE. da Feira, 20 ao S. do Porto, 285 ao N. de Lisboa, 340 fogos.

Em 1757 tinha 148 fogos.

Orago S. Thiago, apostolo.

Bispado do Porto, districto administrativo de Aveiro.

O parocho é abbade. Era de collação ordinaria, e tinha de renda annual 400$000 réis.

Lourosa é uma bonita, rica e fertil freguezia, cortada pela estrada real de 1.ª classe (á mac-adam) de Lisboa ao Porto; tendo grande commercio com esta ultima cidade.

É situada em terreno alto, levemente accidentado e com bonitas vistas, dos pontos elevados, d'onde se vê o mar, que lhe fica 18 kilometros ao O.

A sua egreja matriz, é antiga e pequena; mas aceiada, bonita e muito bem situada.

Tem uma capella de S. Miguel (archanjo), no sitio das Vendas-Novas, e no vasto terreno que lhe fica contiguo se faz um concorrido mercado em todos os dias 10 de cada mez, e uma festa e grande feira de anno, a 29 de setembro.

LOUROSA—villa, Douro, comarca da Tábua (antiga comarca de Midões), concelho de Oliveira do Hospital, 54 kilometros de Coimbra, 240 ao N. de Lisboa, 310 fogos.

Em 1757 tinha 171 fogos.

Orago S. Pedro, apostolo.

Bispado e districto administrativo de Coimbra.

É terra fertil.

A mitra apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis, e o pé d'altar.

O 1.º foral d'esta villa foi-lhe dado pelo bispo de Coimbra, em Coja, a 6 de fevereiro de 1347 (Maço 6 dos *foraes antigos*, n.º 9). D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 12 de setembro de 1514 (Livro dos *foraes novos da Beira*, fl. 41, col. 1.ª—(Veja-se tambem a minuta para o seu foral novo, no Corpo chronologico, part. 1.ª, maç. 1.º e doc. 2).

—

LOUROSA—grande quinta, Douro, comarca e concelho de Vousella.

D. Sancho I deu esta quinta, em 1205, a D. Lourenço Viegas, abbade de Lorvão.

É na terra de Lafões.

LOUROSA—freguezia, Beira Alta, comarca e concelho de Vizeu, d'onde dista 3 kilometros ao S., 300 ao N. de Lisboa, 640 fogos.

Em 1757 tinha 350 fogos.

Orago S. João Baptista.

Bispado e districto de Vizeu.

A mitra apresentava o cura, que tinha 60$000 réis de rendimento.

É terra fertil.

Ha n'esta freguezia dois logares de Lourosa, que são: Lourosa de Cima e Lourosa de Baixo.

No logar de Lourosa de Baixo, está o Sanctuario de Nossa Senhora da Nazareth, edificado no anno de 1504, como consta de uma inscripção que está sobre a porta principal da capella.

Consta que foi seu fundador, Antonio Luiz, *o Pombo*, pela grande devoção que tinha a Nossa Senhora, cuja imagem é de pedra, com 1 metro d'altura, com o Menino Jesus nos braços.

A capella tem só o altar-mór. Está edificada em um sitio muito alegre e delicioso, na extremidade do logar.

Por traz da capella, passa um ribeiro, do nome da freguezia, que rega e fertilisa seus campos. Em frente da ermida ha extensos olivaes e bons pomares de fructa.

É imagem de muita devoção para os povos d'estes sitios, que lhe fazem a sua festa em dia incerto.

Antigamente, no 2.º dia das ladainhas de maio, hiam os moradores da freguezia, em procissão, visitar a casa da Senhora, e outra vez, na 2.ª oitava do Espirito Santo.

Consta que era por voto feito pelo povo, pela extincção de certa calamidade, que se faziam estas procissões.

Os descendentes de Antonio Luiz, *o Pombo*, é que administravam esta capella, para o que possuiam os bens que o fundador lhes deixou, para o culto, reparos e concertos; mas elles preferiram usufruir os rendimentos na sua totalidade e deixarem a capella ao abandono.

—

Na aldeia de Lourosa de Cima (onde está a egreja matriz), está outra capella, dedicada a Nossa Senhora dos Escravos. Foi fundada em 1660, por devoção dos moradores d'esta aldeia. Tem apenas o altar-mór.

Está edificada no meio do logar, e em

frente da sua porta se vê uma formosa praça (ou terreiro) na qual estão dois grandes carvalhos, que fazem uma sombra agradavel no verão.

É imagem de grande devoção d'estes povos, que se présam de ser escravos da Santissima Virgem.

Até ha poucos annos, no 3.º dia das ladainhas de maio, hiam os povos da freguezia em procissão á capella de Nossa Senhora dos Escravos.

A sua festa é no dia da sua Assumpção (15 de agosto).

Antigamente fazia-se esta solemnidade com grande magnificencia.

Um dos moradores da freguezia que mais concorreu para a fundação da capella, foi Simão Machado; e por isso, a administração e reparos da capella correu sempre por conta de seus descendentes, que á sua custa faziam a solemnidade annual, sem consentirem que mais ninguem concorresse para ella.

Hoje é feita á custa do povo.

LOUSA—aldeia, Traz-os-Montes, freguezia de Anciães, comarca e 23 kilometros de Moncorvo, concelho e proximo de Carrazêda d'Anciães, 104 kilometros ao NE. de Braga e 360 ao N. de Lisboa.

No cume de um monte, proximo á aldeia de Lousa, está o mosteiro da Santissima Trindade.

Como a pag. 207 do 1.º vol. (col. 1.ª) apenas mencionei este convento, dou d'elle aqui mais extensa noticia.

Segundo a tradição, tendo-se retirado a este monte, fr. Antão Gonçalves, natural do Seixo d'Anciães, para aqui se consagrar á vida eremitica, lhe appareceu um anjo, que da parte de Deus lhe mandou aqui edificar um mosteiro dedicado á Santissima Trindade.

Ficou o anachorêta contristado com esta ordem; porque não tinha recursos para custear as despezas da obra. Desejando porém dar cumprimento á ordem Divina, se foi pedir esmola pelos povos d'aquellas immediações, aos quaes narrava a apparição; mas elles o não acreditavam, e o maior numero o despediam sem nada e com enfado.

N'esta occasião, estava um enfermo d'aquelles sitios em perigo de vida, e desenganado pela medicina. Então o santo varão se ajoelha junto ao doente e implora da graça divina a sua cura, que o enfermo alcançou immediatamente.

Á vista d'este milagre, o povo acreditou o da apparição, e se apressou a concorrer para a fundação do mosteiro, que em poucos annos se construiu, sendo seu primeiro prior fr. Antão Gonçalves.

LOUSA—freguezia, Traz-os-Montes, comarca e concelho de Moncorvo, 150 kilometros a NE. de Braga e 385 ao N. de Lisboa. 250 fogos.

Em 1757 tinha 246 fogos.

Orago S. Lourenço, martyr.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Bragança.

O cabido da Sé de Braga, apresentava o vigario. collado, que tinha 100$000 réis, de rendimento.

É terra fertil.

LOUSA—freguezia, Beira Baixa, comarca e concelho de Castello Branco, 70 kilometros da Guarda e 240 ao E. de Lisboa, 230 fogos.

Em 1757 tinha 169 fogos.

Orago Nossa Senhora dos Altos Ceus.

Bispado e districto de Castello Branco (foi do bispado da Guarda.)

O tribunal da mesa dá consciencia apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis de rendimento.

LOUSA—freguezia, Extremadura, comarca de Lisboa, concelho dos Olivaes, 18 kilometros ao N. de Lisboa, 300 fogos.

Em 1757 tinha 149 fogos.

Orago S. Pedro, apostolo.

Patriarchado, districto administrativo de Lisboa.

Fertil em cereaes. Muitos vimes.

O povo apresentava o cura, que tinha 120 alqueires de trigo, 40 de cevada, 14 arrobas de carne, pelo Natal; o folar, pela Paschoa (que andava por 12$800 réis) e em dinheiro 3$000 réis.

Antigamente denominava-se esta freguezia «S. Pedro da Lousa Pequena.»

A egreja matriz foi fundada em 1546, segundo consta de uma inscripção que se vê sobre a porta principal.

Compõe-se esta freguezia dos logares seguintes:—Lousa, Lousa Pequena, Torre-Pequena, Ponte do Sousa, Fontellas, Carcavéllos, Forno, Freixieiras, Barril, Monte-Gordo, Sallemas, Montachique, Cabeça de Montachique.

Ha n'esta freguezia a ermida do Espirito Santo.

Tem algumas nascentes de aguas ferreas, e uma notavel pedreira, d'onde se extrahe uma excellente pedra a que aqui dão o nome de *salléma*.

O rio de Lousa, nasce na Venda do Pinheiro, passa a O. da povoação e vae encontrar-se com o rio de Sacavem.

Tem uma ponte de 2.ª ordem, sobre a qual passa a estrada real.

E' a oitava estação do caminho de ferro Larmanjat, de Lisboa a Torres Vedras.

LOUSADA ou **LOUSADO** — freguezia, Minho, comarca e concelho de Villa Nova de Famalicão, 24 kilometros ao O. de Braga, 340 ao N. de Lisboa, 120 fogos.

Em 1757 tinha 37 fogos.

Orago Santa Marinha, virgem Martyr.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

O papa, a mitra e o convento benedictino de Santo Thyrso apresesentavam alternativamente o abbade, que tinha 350$000 réis de rendimento annual.

É terra muito fertil.

Cria gado e caça.

LOUSADA—villa, Douro, cabeça de comarca e de concelho, 35 kilometros a E. de Braga, 315 ao N. de Lisboa, 180 fogos, em duas freguezias (Santa Margarida e S. Miguel, archanjo) no concelho 2:700 fogos, na comarca, (que é composta d'este julgado e do de Paços de Ferreira, com 3:100 fogos), 5:800 fogos.

Arcebispado de Braga, districto administrativo do Porto.

Em 1757, tinham as duas freguezias 143 fogos.

Os condes de Villa Nova (de Portimão) apresentavam o abbade da freguezia de Santa Margarida, que tinha 350$000 réis.

Tinha esta freguezia, em 1757, 59 fogos.

O abbade do Salvador da Avelêda apresentava o vigario, collado, que tinha 90$000 réis.

Tinha esta freguezia em 1757, 84 fogos.

—

O concelho de Lousada é composto das 27 freguezias seguintes: — Alemtem, Alvarenga, Avelêda, Barrosas (Santo Estevão) Barrosas (Santa Eulalia) Cahide de Rei, Cernadéllo, Cóvas, Casaes, Cristéllos, Boim, Figueiras, Lodares, Lustosa, Macieira, Meinêdo, Nespereira, Nevogilde, Nogueira, Ordem, Pias, Silvares, Souzella, Fôrno, Villar do Fôrno, Lousada (Santa Margarida) Lousada (S. Miguel.)

—

Em 15 de novembro de 1873, foi registrada perante a camara municipal d'esta villa, uma mina de estanho, chumbo e outros metaes, que descobriu Agostinho Moreira. É a mina situada no valle de Fonte-Cóva.

—

Ha em Lousada um optimo collegio de educação, fundado em 1863, por uma sociedade, composta dos srs. Manuel Pinto Peixoto de Sousa Villas Boas, dr. Antonio Manuel Pinto Coelho Soares de Moura, dr. Francisco Soares de Moura, e Rodrigo Pereira de Menezes.

Foi dirigido, desde o principio, pelo reverendo padre Antonio José Rodrigues Soares, bacharel formado em theologia.

Esteve primittivamente em uma casa pertencente ao primeiro dos socios (Villas-Bôas) situada na ribeira de Lousada, e a 3 kilometros da villa d'este nome.

Pertencia então á freguezia de Cristéllos.

Mais tarde, dissolveu-se a sociedade fundadora e passou o estabelecimento (já propriedade do director) para a quinta de *Vinça*, na freguezia de S. Paio de Casaes, em uma casa feita de proposito para o collegio, por ordem do sr. Antonio de Sousa Freire, da mesma freguezia. Fica este edificio a 4 kilometros a NE. da Villa de Lousada.

Este estabelecimento de instrucção tem merecido grandes creditos, pela competencia do seu illustrado director e dos outros mestres; pela boa ordem e disciplina que alli é mantida; pelos bons discipulos que

tem dado e pela salubridade do local em que é edificado.

Emquanto esteve na casa da quinta da Ribeira, tinha o titulo de *Collegio de Nossa Senhora do Bom Successo* (por haver em casa uma capella d'esta invocação)—hoje tem o titulo de *Collegio de Nossa Senhora da Ajuda*; por ficar proximo uma capella com esta invocação.

A quinta de Vinça fica na margem esquerda do ribeiro *Mesio*, que desagúa no Sousa.

Dependente d'este collegio ha outro em Aveiro, que lhe serve de complementar, tanto para exames, como para estudos preparatorios.

—

D. Manuel deu foral, com o titulo de villa, a esta povoação, em Lisboa, a 17 de janeiro de 1514.

Este foral serve tambem para Romariz. (*Livro dos foraes novos do Minho*, fl. 56 v. col. 2.ª)

LOUSADO—Vide *Lousada* ou *Lousado.*

LOUSADO — monte, Minho, comarca e concelho de Vianna, junto á ponte de *Anhel*, que fica sobre o rio Neiva.

Tem este monte bastante altura, e no seu cume ha muitos vestigios de uma grande e antiquissima povoação, a que os povos d'aquelles sitios dão o nome de—*Cidade Grande*.

Estão quasi rasos, e em alguns sitios desappareceram estes vestigios, porque os povos lhe tiraram a pedra para casas e muros.

Ainda se conhecem os restos de duas muralhas que fortificavam esta povoação — o 1.º tem 870 metros de circumferencia e o 2.º, tem-a muito menor, porque é dentro do primeiro.

Faz mensão d'esta cidade um documento que existe no archivo da Sé de Braga, que contem a divisão que se fez de Entre Douro e Minho, em 12 condados, no tempo do rei D. Fernando Magno.

Diz assim: — *Ad radices montis Pandi, et Lupatis ad frigidam fontem juxta Civitatem magnam, quae ibi destructa jacet à Mauris.*

Suppõe-se, com bons fundamentos, que esta cidade foi fundada pelos antigos lusitanos para lhes servir de abrigo durante as encarniçadas guerras que por tantos annos sustentaram com os romanos. Viterbo porém suppõe que seja fundação romana.

Foi esta cidade destruida pelos mouros *(destructa jacet a Mauris)* segundo consta do citado documento.

Tambem por estes sitios havia varios *dolmens* e *mâmoas*, que ainda existiam em 1684, e que foram vistas e examinadas pelo dr. Francisco Mendes Galvão, ouvidor de Barcellos, e que depois foi procurador da corôa e fazenda e desembargador do paço.

O povo destruiu isto tudo em busca de *thesouros encantados.*

Já se vê que antes dos romanos e dos antigos lusitanos, já por estes sitios estanciaram povos muito mais antigos—isto é—*preceltas.*

LOUZAN—villa, Douro, cabeça de comarca e de concelho, 20 kilometros ao SE. de Coimbra, 6 de Miranda do Corvo, 9 de Poiares, 12 de Góes e de Semide, 24 de Álvares, e 30 de Pedrogam-Grande e de Figueiró dos Vinhos, 195 ao N. de Lisboa, 1:200 fogos.

Em 1757 tinha 702 fogos.

Orago S. Silvestre, papa.

Bispado e districto administrativo de Coimbra.

O real padroado apresentava o prior, que tinha 400$000 réis de rendimento.

D. Manuel a fez villa e lhe deu foral em Lisboa, a 25 de outubro de 1813. (Livro de foraes novos da Beira, fl. 52 v., col. 1.ª)

Diz o foral que a terra que hoje se chama Louzan, fôra dada ao concelho de Arouce, que depois se chamou Foz d'Arouce. (Era a povoação que existia junto ao castello, e de que ainda ha muitos vestigios.)

—

O concelho da Louzan é composto de cinco freguezias, que são—Casal de Ermio, Foz d'Arouce, Louzan, Serpins e Villarinho, todas com 2:500 fogos.

A comarca comprehende quatro julgados que são—Louzan—Miranda do Corvo, com 2:600 fogos—Penella, com 2:200 fogos—Poiares (Santo André) com 1:700 fogos.

Vem, pois, a ter a comarca 9:000 fogos.

—

A villa é situada na falda da serra da Louzan, junto á ribeira de Arouce, em um formosissimo valle.

(Para o seu castello, vide *Arouce*, a pag. 238 HH do 1.º vol.)

A ribeira de Arouce é aqui atravessada por uma ponte de cantaria de um só arco, e vae juntar-se com o *Ceira*.

As ruas da villa são soffriveis; mas mal calçadas. Tem alguns bons edificios, sendo dos melhores o palacio dos srs. Salazares, ao pé da excellente fabrica de papel do sr. Gonçalves.

Os arredores da villa são abundantissimos em cereaes, vinho, azeite, legumes e fructa; e os *campos da Louzan* são famosos pela sua belleza e fertilidade. Teem 10 kilometros de comprimento e 5 de largura, e são regados pelas ribeiras *Arouce* (pelo SO.) e *Cachaça* (pelo N.).

—

Querem alguns que a palavra *Louzan* seja corrupção de *Arunce* (o primeiro nome da villa) e discorrem assim:—«quando os mouros tomaram o castello, lhe conservaram o seu antigo nome, mas como não podiam pronunciar Arouce, diziam—*Alonçan* que facilmente se converteu em *Louzan*.

O primittivo assento da villa foi no sitio onde hoje se vê o castello, e ainda alli ha bastantes vestigios de edificios.

O castello fica á entrada de uma das duas peninsulas que o rio *Arouce* fórma a um kilometro da villa, no centro das muitas sinuosidades das montanhas que lhe ficam a Oeste.

A antiga povoação estendia-se até ao rio em rapido declive, o que se prova pelos restos de edificios e alicerces, que por alli ha.

Na outra peninsula que fica parallela com esta, mas em sentido inverso, está o *Penhasco das Ermidas*, ou das tres capellinhas, de S. João, Nossa Senhora da Agonia e Nossa Senhora da Piedade, que vão trepando e coroando um penhasco solitario e collossal.

Já disse quando tratei do castello, na palavra *Arouce*, que elle foi edificado pelo conde D. Sisnando, pelos annos 1080. Miguel Leitão de Andrade, porém, é de opinião que elle foi fundado por *Arunce*, rei de Conimbriga (Condeixa Velha) que, fugindo aos inimigos com sua filha *Peralta*, se abrigou n'estes Penhascos inaccessiveis, para defeza dos quaes edificou então o castello, que d'elle tomou o nome, que ainda com pouca corrupção se conserva.

A lenda d'este *rei*, de sua filha *Peralta*, do *augur* e *triumviro* Estella (que occupa um distincto logar no drama das desgraças da tal princeza) da erecção da ára de *Trivim*, (corrupção de triumviro) etc. são cousas pouco verosimeis; mas o que é certo, é que fr. Antonio Brandão (*Monarchia Lusit.*, cap. 8.º) diz que o conde Sisnando *ganhou* e não *edificou* o castello. Sendo assim, remonta a sua antiguidade a éras mais remotas.

Escriptores mais *positivos* (mas, quanto a mim, com menos criterio) dizem que por o castello e a povoação contigua serem construidos de *lousas*, se lhe deu o nome de *Louzan*.

O ponto culminante da serra, chamado *Altar de Trivim*, tem um marco geodesico, alli collocado em 1863 para a triangulação do reino. Já em 1800, por ordem do principe regente (depois D. João VI) se tinha alli collocado uma columna, para o mesmo fim.

Apesar da fertilidade do territorio da Louzan, são pobres caseiros a maior parte dos seus habitantes, porque a propriedade está dividida por poucos possuidores, e era quasi toda vinculada.

Desde a justissima extincção dos morgados (30 de junho de 1860) tem melhorado bastante a agricultura, e, antes do fim d'este seculo, de certo mudarão muito as condições de prosperidade dos povos, pela acquisição de terrenos proprios e livres de pesados fóros e rendas.

O clima geral d'este concelho é benigno e saudavel, á excepção do sitio da Foz de Arouce e margem do Ceira, sujeitos a febres intermittentes na estiagem, por causa dos pantanos.

Além do rio Arouce (que aqui é mais co-

nhecido pelo nome de *ribeira de S. João*) que nasce na serra, junto aos *poços de neve* e do *Ceira*, ha varios ribeiros, que cortam regam e fertilisam os terrenos d'este concelho. Tambem trazem àlgum peixe e as suas trutas são de boa qualidade.

Ha varias fontes de optima agua potavel, e uma nascente de aguas ferreas em Villarinho (de muito bom effeito nas molestias verminosas e debilidades do estomago) e a de *Valle de Sancho*, junto ao Casal do Ermio.

—

A egreja matriz é um bom e aceiado templo.

Havia aqui um hospicio de frades antoninos, que foi vendido e é actualmente propriedade particular do sr. padre José de Magalhães. É um dos mais bem situados predios da villa.

A casa da camara é um soffrivel edificio e na praça ha um bom pelourinho.

São muito elegantes e de boa architectura os palacios da sr.ª viscondessa do Espinhal e do sr. Montenegro; e o hospital, a escóla, e a bibliotheca popular, que este senhor fundou.

—

Depois da batalha do Bussaco (27 de novembro de 1810) Massena viu-se obrigado, por marchas successivas, a evitar as forças que Wellington commandava. Alguns mezes depois, porém, tendo os francezes estabelecido o seu quartel general em casa do desembargador Salazar, n'esta villa, a rectaguarda do seu exercito foi derrotada completamente em Foz do Arouce, pela vanguarda do exercito luso-anglo, ficando no lôdo do rio um grande numero de soldados de Buonaparte.

Massena, assim que soube este desastre, fugiu da Louzan, sem mesmo querer devorar o jantar, que estava prompto.

Wellington entra triumphante na Louzan, e sentando-se á mesa que o inimigo abandonára, se serviu do jantar preparado para os francezes.

—

Em outubro de 1874, foi agraciado com as honras de capellão-fidalgo da casa real, o sr. dr. José Daniel de Carvalho Montenegro, esclarecido sacerdote e cidadão benemerito, que tem prestado serviços relevantes á Lousan, cooperando com seu caridoso irmão (o sr. commendador Montenegro, de quem já fallei) para a fundação da escola, da bibliotheca e do hospital.

É tambem a estes dois dedicados patriotas, que a villa da Lousan deve, em grande parte, a construcção da nova egreja matriz.

—

A fabrica de papel da Lousan foi por muitos annos a melhor e ainda é das melhores de Portugal. É seu proprietario o esclarecido industrial, o sr. João Gonçalves de Lemos.

Foi esta fabrica fundada por um estrangeiro, em 1748, dando-lhe D. João V, por emprestimo, 2:800$000 réis, para a sua construcção. Como o fundador não pagou a divida até ao seguinte reinado, o marquez do Pombal lhe tirou a fabrica, tomando o Estado conta da sua administração.

Passando a poder particular, este estabelecimento tem prosperado muito, o que se conhece pelo augmento do seu pessoal. Em 1821, apenas contava 25 operarios; em 1838—80; e actualmente (1874) emprega, termo medio, 200, de ambos os sexos.

As qualidades de papel que aqui mais se fabricam, são o almaço branco e o papel sellado, que ambos teem um consumo extraordinario.

Em 12 de julho de 1873, arrematou o sr. Lemos o fornecimento do papel sellado, obrigando-se a dal-o a 1$830 réis a resma.

Esta fabrica fica proximo á villa.

—

Junto ao Casal do Ermio, sobre a margem esquerda do Ceira (cuja agua lhe serve de motor) se fundou em 1853 uma outra fabrica de papel. Não pude obter d'ella outros esclarecimentos.

—

No dia 24 de junho (dia de S. João Baptista—da grande feira da Lousan e do anniversario natalicio do sr. Montenegro) de 1865, teve logar a collocação da primeira pedra, no hospital da Lousan.

Foi escolhido para a fundação d'este estabelecimento de caridade, o sitio chamado *Olival da Serra*, junto ao logar chamado *Fonte dos Mouros*, e proximo do theatro. A commissão que havia dirigido os trabalhos preparatorios para a solemnidade, tinha mandado ornar o campo com grinaldas de murta, entre mastros embandeirados e coroados com os escudos das armas portuguezas. No centro estava um formoso pavilhão, de damasco, adornado de festões de murta, tendo no remate da cúpula, encrusadas, as bandeiras portugueza e brasileira; porque de cidadãos portuguezes residentes no Brasil veio uma grande parte da subscripção para se construir este hospital.

Antes da collocação da pedra fundamental, o reverendo prior da egreja matriz lançou a benção ao cofre que encerrava as moedas do reinado do sr. D. Luiz, á copia da acta da ceremonia, e diversos numeros de periodicos que annunciavam esta solemnidade.

O sr. commendador João Elisiario de Carvalho Montenegro, ó principal promotor d'este estabelecimento, tomou das mãos do presidente da camara municipal e da commissão, a trolha e a colher, que lhe foram offerecidas, e, junto com as auctoridades e a commissão, praticou a ceremonia do lançamento da pedra e da argamaça.

As duas philarmonicas da villa, abrilhantaram este acto, tocando alternativamente; o concurso e o regosijo do povo era immenso.

Finda a ceremonia, celebrou-se um solemne *Te Deum*, na egreja matriz.

O risco do hospital é do sr. João Pedro Fernandes Thomaz Pipa.

O edificio do hospital é de singela e modesta apparencia, mas nas condições exigidas pelas leis da hygiene. Sobre o timpano tem a estatua da Caridade.

Tem 6 janellas na frente, 6 na rectaguarda e 3 de cada lado.

Interiormente tem—enfermaría para homens, que póde conter 22 camas—enfermaria para mulheres, podendo conter 9 camas—gabinete para a direcção—quarto para enfermeiro—dito para enfermeira—gabinete para operações—sala para convalescentes—casa de arrecadação—dois quartos para criados—cosinha (contigua, mas separada do edificio) no centro.

O terreno em volta do hospital e que lhe pertence, é arborisado e ajardinado.

O esclarecido escriptor, o sr. Manuel Pinheiro Chagas, escreveu um formosissimo romance, intitulado O PEREGRINO (cuja acção se passa, parte na Lousan e parte no Brasil) o producto do qual, que foi grande, reverteu em beneficio do hospital.

—

Já fallei no *Penhasco das Ermidas*, e nas suas tres capellas; mas julgo dever dar aqui mais alguns esclarecimentos sobre este sitio, verdadeiramente pittoresco.

Separa o Arouce do pincaro onde está edificado o castello, o célebre *Penhasco das Ermidas*. Aquelle fica na margem direita e este na esquerda.

Quem desce do vetusto alcaçar, atravessa uma ponte de pedra, construida por um devoto de Nossa Senhora da Piedade, em 1744 (segundo se vê do principio de uma inscripção, que está gravada em uma lapide engastada no arco—diz:

É OBRA DE DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA
E A S. JOÃO—ERA 1744...

Apagou o tempo o resto da inscripção, que talvez declarasse o nome de quem mandou construir esta obra.

Sobre a inscripção está gravada uma cruz, e por baixo o symbolo do nome de Jesus—(I. H. S.)

—

Passada esta ponte, sobem-se os degraus de uma longa escadaria, e se encontra a capela de S. João Baptista, de humilde e singella architectura, indicando ser obra do seculo XV.

É certo que já existia em 1537, pois d'esse anno ha uma licença de D. João III, para que se fizessé aqui o bôdo costumado.

—

Sobem-se uns poucos de lanços de escada, e se chega á capellinha do Senhor da Agonia: em um dos parapeitos do pequeno

alpendre, que lhe fica junto, está uma cruz de pedra, que tem esta inscripção:

ESTAS OBRAS MANDOU FAZER
O CAPITÃO FRANCISCO BARBOSA
NATURAL D'ESTA VILLA.
ERA DE 1624.

—

No fim de outros dois lanços de escadas, encontra-se finalmente a capella de *Nossa Senhora da Piedade*, edificada no vertice d'este medonho rochedo, quasi piramidal.

E' obra dos fins do seculo XVII.

E' esta Senhora objecto da mais sincera devoção para todos os povos d'estas circumferencias.

No dia de S. João Baptista, em que se faz a grande feira da villa, é tambem o destinado para as festas de Nossa Senhora da Piedade e S. João.

—

Parece que *Aruccis* era uma palavra celtica, já alatinisada pelos romanos; e tres povoações distinctas da Lusitania se encontram com este nome—uma ao S. do Tejo á qual os mouros corromperam em *Aroche*, e é a actual Arronches. Parece que esta é a mais antiga das tres, pois os romanos lhe chamaram *Aruccis-Vetus*—outra, tambem no Alemtejo, se denominava *Aruccis-Nova*, que é a actual villa de Moura.

—

Em um manuscripto muito antigo, que possúo, sem data nem assignatura, vem uma etymologia da palavra *Aruccis*, que aqui dou, não como certa, mas como verosimil; e que de alguma maneira vae coherente com o que diz o padre Carvalho, na sua *Chorographia*.

Segundo o tal manuscripto—no local onde está o castello, havia uma ára celtica, que os mouros destruiram, para no seu logar edificarem um templo, que cercaram com uma fortificação. A este monte se veio a chamar *cabeço da ára*, que por fim se corrompeu em *Aruccis*.

Segundo alguns escriptores, o conde D. Sisnando, reedificando o castello, em 1080, ou, mais provavelmente, reconstruindo-o, conservou o templo idolatra, que foi purificado e se dedicou a S. Pelagio, ou S. Payo (que é o mesmo.)

No tempo de D. Affonso Henriques, ainda o castello da Lousan tinha apenas 60 annos de existencia e estava bem conservado e tratado.

Para elle vinha passar o verão a rainha D. Mafalda, sua mulher, com as damas da sua côrte. Foi n'este castello que o nosso trovador Egas Moniz Coelho, sobrinho do grande Egas Moniz, se enamorou de D. Violante (dama da rainha) que despresando o amor do cavalleiro portuguez, casou com um hespanhol e foi com elle para Castella. (Vide *Arouce*.)

—

No tempo dos nossos primeiros reis, foi a Lousan dada em Senhorio, á familia *Cáceres*. Passados tempos, veio este senhorio á casa dos duques de Aveiro, que o possuiram até 1759, em que foi extincto este ducado, sendo os seus bens encorporados na corôa.

—

No seculo XVIII foi creado o titulo de conde da Lousan, de que é actualmente o 4.º successor, e possuidor, o sr. D. João José de Lencastre Basto Baharem, 12.º senhor do morgado da Marinha, par do reino, official-mór da casa real, commendador das ordens militares de Christo e Conceição, e da hespanhola de Isabel a Catholica.

As armas dos Lencastres, são as reaes de Portugal com a quebra da bastardia. Timbre, um pelicano ferindo o peito.

Para tudo o mais d'esta familia, vide *Aveiro*.

—

Foi creado visconde da Foz de Arouce, o sr. dr. João José de Lencastre Basto Baharem, casado com uma filha dos srs. condes da Graciosa.

—

Ainda que a lenda contada por Miguel Leitão de Andrade tenha seu tanto ou quanto de maravilhoso e inverosimil, julgo não dever privar d'ella os meus leitores. Eil-a:

Pelos annos 3925 do mundo (79 antes de Jesus Chsisto) e no tempo do grande Sertorio, estando muito descançado e desapercebido, na sua cidade de Conimbriga (Condeixa-a-Velha) *que era então porto de mar*,

o opulento rei Arunce, a princeza Peralta, sua filha e a côrte; surgiu alli, em uma poderosa armada, guarnecida de grande numero de guerreiros, um poderoso conde estrangeiro (não se sabe d'onde.)

Vinha com proposito de saquear o rei e a cidade, pela fama das grandes riquezas que aqui havia. Desembarcou com a sua gente, e atacando a cidade descuidada, espalhou n'ella o terror e a desolação, roubando tudo o que era de valor.

Diz M. L. de Andrade, que desde então é que Conimbriga se ficou chamando *Condeixa*, nome derivado do tal *conde* pirata! —Segundo o mesmo escriptor, esta Colimbriga primittiva era ao O. da segunda, que depois se fundou no logar da actual Condeixa Velha.

Tal foi o estrago que o conde e os seus fizeram n'aquella *insigne e populosa* cidade *(metropole do reino do mesmo nome)* não perdoando a gente nem a edificios (alguns dos quaes eram sumptuosissimos) que não ficou pedra sobre pedra, não se tornando a reconstruir.

Foi tal o terror dos habitantes que poderam escapar a esta devastação, que nunca mais quizeram habitar aquella cidade, nem mesmo n'ella tornar a entrar.

O rei Arouce fugiu com sua filha pela terra dentro (que então era quasi despovoada) e se veio esconder em um castello que edificou, *quasi nas entranhas e coração de umas serras, entre vastissimos e serrados arvoredos;* e lançando fama de que se hia para a Africa a pedir soccorros, afim de recuperar o perdido reino, metteu no castello a princeza, com varias pessoas de sua casa e a parte do que podéra salvar dos seus thesouros, pois julgava que a tinha aqui segura dos ataques dos seus inimigos; tanto pelo castello ser forte e mettido no mais escondido da serra, como por estar *quasi feito ilha*, cercado de uma ribeira muito fresca, a qual tambem, como o castello, tomaram o nome d'este rei.

Para maior segurança dos seuss receios e temores, deixara sim alli sua filha e thesouros, e com elles o coração, mas fez *encantar* o dito castello, com todas as riquezas que n'elle deixou; e que algum dia será encontrado por quem tiver a ventura de poder *desencantar* a princeza e tudo ó mais.

É por isto que o povo rude d'estes sitios, em busca de thesouros que estão encantados no castello, o teem em grande parte destruido, com as suas repetidas escavações.

M. L. d'Andrade narra em seguida, pelo decurso de 20 paginas, as tristezas, amores e suspiros da princeza encantada, e o mais que foi succedendo ás pessoas que com ella estavam reclusas no castello.

Falla das grandes esperanças que Sertorio alimentou de vir um dia a haver as grandes riquezas do rei Arunce, casando com a princeza.

Revela a traça que Sertorio emprehendera, para poder ser correspondido; enviando d'Evora, para esse fim, o triumviro Estella, o qual, chegando á serra (da Louzan) que dominava o castello, ahi estabelecera o altar para as festas e sacrificios aos seus deuses, e d'este modo conseguira chamar a attenção de Peralta, communicando-lhe depois os seus intentos e esperanças.

Parece que esta ára ou altar, era no sitio ainda chamado *Altar de Trivim* (corrupção de *Altar do Triumviro*) ponto culminante da serra, a um kilometro acima do nivel do mar.

—

Muito mais havia ainda que dizer sobre antiguidades e lendas d'este famoso castello; mas como são coisas bastante inverosimeis, e como este artigo já vae muito extenso, julgo não dever mais enfadar os leitores.

LOUZAN — (tambem chamada *Côentral)* serra, Douro, comarca e concelho da Louzan. É um dos ramos da Serra da Estrella (o *Herminium Major* dos antigos).

Tem 690 metros de altura sobre o nivel do mar, medindo só o dorso da serra, excluindo os pontos culminantes, ou picos.

Abaixando-se (a serra) desde o ponto do

Malhão, até á *Senhora das Preces* e serra da *Aguieira*, onde torna a subir, d'ahi se abaixa um pouco, mas continúa sempre magestosa até avistar Coimbra, onde formando a elevação de um kilometro, no Trivim, toma a direcção de NNE, a SSO., com o nome de Serra da Louzan ou Coentral.

A 18 kilometros de distancia, parece terminar em dois picos muito altos, sobranceiros ao *Espinhal;* mas, elevando-se outra vez na serra de *Ancião*, segue até ao mar.

Compõe-se esta formosa serrania, de montes sobre montes, cortados de infinitas gargantas e *valleiros.*

Differentes rios aqui teem a sua origem, e é abundantissima de optimas aguas, que regam e fertilizam extensas veigas e grande numero de campinas.

É povoada de muitas aldeias e casaes, tanto no centro, como nas suas faldas e vertentes.

—

(Vide *Bussaco, Alcoba* e *Estrella.*)

LUADAS—aldeia, Douro, na freguezia de Coja, comarca e concelho de Arganil.

Junto a esta aldeia, sitio extremamente montanhoso, existem galerias subterraneas de grande extensão, nas quaes o povo acredita haverem grandes *thesouros encantados.*

Os que se teem atrevido a entrar n'estas escavações, desanimam depois de percorrerem varios metros, que não se sabe até onde ellas vão; mas sabe-se que teem varias ramificações.

Houve aqui provavelmente grande lavra de minas de oiro, prata ou cobre, talvez dos romanos, e depois dos arabes.

LUANCOS—povos, da antiga Lusitania, cuja capital era a cidade de *Merva.* Não se sabe onde esta cidade e seu territorio era situado.

O nome parece nacional. Trata d'estes povos Ptolomeu, na 2.ª Tabua da Europa, cap. VI, quando falla da chancellaria de Braga.

LUBENOS ou **LEUNOS**—eram povos tambem da antiga Lusitania. Segundo Plinio (Liv. IV, cap. 20.º) estanciavam na margem esquerda do rio Minho, proximo da actual villa de Monção. Parece ser nome nacional.

Suppõe-se que a sua capital era a cidade de Benis, que, segundo uns, deu o seu nome ao rio Minho, e, segundo outros (e é mais provavel) ao rio *Coura.*

Benis estava edificada no monte *Medullio* (hoje serra de *Arga*) e no paiz bracharense.

Foi destruida pelos barbaros do norte, no principio do seculo V.

Vide *Benis*, a pag. 387 do 1.º vol.

LUBRÍGA ou **LOBRÍGA**—saia de malha (do latim *lorica).* O mesmo que *loriga.* (Vide esta palavra e *Lóbrigos.*

LUCEFECI—rio, Alemtejo. (Vide *Alandroal.*)

LUCELO—portuguez antigo, pequeno sepulchro, razo e humilde. Vem do latim—*loculus* ou *lucelus.*

Em 1298 D. fr. João Martins, bispo da Guarda, manda por testamento, que o seu corpo—*jasca no lucelo só terra.* (Documento do archivo do bispado da Guarda.)

LUCRECIA (Santa)—freguezia, Minho, comarca, concelho e 6 kilometros de Braga, 365 ao N. de Lisboa, 110 fogos.

Em 1757 tinha 80 fogos.

Orago S. Thiago, apostolo.

Arcebispado e districto administrativo de Braga.

Um dos conegos da Sé de Braga apresentava o vigario, perpetuo, que tinha 50$000 réis.

Tambem se dá a esta freguezia o nome de *Santa Lucrecia de Algeriz* (Para a etymologia, vide pag. 126, col. 2.ª, do 1.º vol.)

LUCRECIA (Santa)—Vide *Louro.*

LUDO—ribeiro, Algarve, que nasce na Serra do Algarve.

Passa proximo (a E.) da egreja de S. Lourenço d'Almancil (vide *Loulé*), onde tem uma ponte de pedra, cortando ahi a estrada de Faro.

Tem outra ponte, de bella architectura, mandada construir pelo benemerito bispo, D. Francisco Gomes d'Avellar.

Desagúa no Oceano, por entre excellentes veigas, bem cultivadas e ferteis.

LUFREI — freguezia, Douro, comarca e

concelho d'Amarante, 54 kilometros a NE. de Braga, 370 ao N. de Lisboa, 180 fogos.

Em 1757 tinha 150 fogos.

Orago o Salvador.

Arcebispado de Braga, districto administrativo do Porto.

O reitor de Gondár apresentava o vigario, collado, que tinha 100$000 réis de rendimento.

Houve aqui um antiquissimo mosteiro de freiras bentas, que foi supprimido no seculo XVI, e as religiosas foram para o convento de S. Bento da Ave Maria, da cidade do Porto.

Era pequeno e pobre.

LUGAR-CHÃO—(hoje *Logar*-chão)—portuguez antigo—logar pequeno, concelho, julgado, couto, ou povo de poucos visinhos.—*Aos lugares chaaons, a que Nós nom screpvemos.* (Carta de D. João II, sobre a *taxa dos viveres e officios*, de 1487.)

Lugar-chão, se dizia d'aquelle que não era acastellado.

LUIZ (S.)—freguezia, Alemtejo, comarca e concelho d'Odemira, 65 kilometros a O. de Evora, 143 ao S. de Lisboa, 400 fogos.

Em 1757 tinha 106 fogos.

Orago S. Luiz.

Foi do arcebispado de Evora.—Hoje é no bispado e districto de Beja.

A mitra apresentava o cura, que tinha 180 alqueires de trigo e 12$000 réis em dinheiro.

É terra muito fertil em cereaes.

LUMIAR — freguezia, Extremadura, comarca de Lisboa, concelho dos Olivaes, 6 kilometros ao N. de Lisboa, 350 fogos.

Em 1757 tinha 450 fogos.

Orago S. João Baptista.

Patriarchado e districto administrativo de Lisboa.

A abbadeça (bernarda) do real mosteiro de Odivellas, apresentava o prior, que tinha 480$000 réis de rendimento.

É uma formosa povoação, 2 kilometros ao NO. do *Campo-Grande*, e muito visitada pela gente de Lisboa, sobre tudo no verão.

É situada em planicie.

Ha de Lisboa para aqui carreira diaria de *omnibus*, e é a 4.ª estação do caminho de ferro Larmanjat.

Ha n'esta freguezia, grandes e luxuosas quintas, sendo as melhores, as dos srs. duques de Palmella, dos srs. marquezes de Olhão e a que foi dos antigos marquezes de Angeja e é hoje do sr. marquez de Angeja, conde Peniche.

Na egreja matriz, está a cabeça de Santa Brisida, virgem, natural de Lisboa, que foi martyrisada pelos barbaros, no 1.º de fevereiro de 518.

Na aldeia de *Telheiras*, d'esta freguezia, está o mosteiro da *Porta do Ceu*, que foi de frades franciscanos (observantes).

Foi fundado pelo principe negro, D. João, senhor de Candia, na ilha de Ceylão, o qual aqui está sepultado, em rico mausoleu.

Tem uma bôa egreja e quatro capellas.

Ha no termo da freguezia, minas de ouro, de optima qualidade.

O clima d'esta freguezia é muito saudavel e ameno, e o seu territorio abundante de boas aguas.

No Lumiar ha tres feiras annuaes, em fevereiro, junho e agosto, todas bastante concorridas.

A egreja matriz foi fundada em 1276, pelo bispo de Lisboa, D. Matheus, cujo padroado pertencia ás freiras de Odivellas, por doação de D. Thereza Martins, que o usufruiu por morte de seu marido D. Affonso Sanches, filho bastardo do rei D. Diniz.

Teve D. Affonso Sanches este padroado, em razão de ser a egreja edificada em terras pertencentes a uma quinta e casa de campo, que seu pae lhe doou, e que fôra fundada por seu avô, D. Affonso III.

Chamava-se a esta residencia, *Paço d'Affonso Sanches*, e, depois que a este infante foram confiscados todos os bens, por ordem de D. Affonso IV, seu irmão, se principiou a chamar *Paço do Lumiar*.

A propriedade deixou de pertencer á corôa, vindo a ser de diversas familias; mas sempre com o titulo de Paço do Lumiar, que se estendeu á povoação que junto d'ella se veiu a edificar.

N'este logar (que tem 90 fogos) ha uma capella dedicada a S. Sebastião.

Fica o Paço do Lumiar, propriamente dito, a O. do Lumiar, em um bonito terreiro,

todo cercado de casas, avultando entre ellas o paço dos srs. viscondes de Paço do Lumiar; excellente e bem decorada habitação, com bellos jardins e uma grande quinta, tudo reconstruido ha 30 e tantos annos, pelo fallecido negociante, Domingos José de Almeida Lima, sogro do actual proprietario.

O paço e quinta de D. Affonso Sanches (que deu o nome á povoação), com outras quintas que se lhe annexaram, constitue actualmente a magnifica e deliciosa quinta dos srs. duques de Palmella.

Sendo esta propriedade, da casa dos marquezes de Angeja, o marquez D. Pedro de Noronha, levantou no seculo XVIII, o palacio que agora existe, no proprio local do antigo.

Este fidalgo, aformoseou a quinta e a engrandeceu com muitas plantações de arvores exoticas, com obras de arte e com um curioso jardim botanico.

Extinguindo-se o ramo primogenito dos marquezes de Angeja, por fallecimento do ultimo marquez (que era tenente general), pelos annos de 1830, venderam os seus herdeiros esta propriedade ao marquez do Fayal 2.º duque de Palmella. Desde então começaram as obras em larga escala, principalmente na quinta, que foi ainda augmentada com varias fazendas, que se compraram a varios individuos, e com um palacio e quinta, que lhe ficavam contiguos, e que haviam pertencido aos marquezes de Olhão, e por estes vendidos ao conde da Póvoa, avô materno da actual sr.ª duqueza de Palmella.

Um vastissimo terreno em sucalcos, assombrado por arvoredo secular, e artisticamente aproveitado, para mais lindo effeito da paizagem, tanques de marmore e lagos a fingir naturaes, espraiando-se a agua sobre a relva sempre viçosa; mil repuchos, sahindo mysteriosamente d'entre macissos de verdura e flores; uma copiosa collecção de plantas raras, já em estufas, já ao ar livre; muitos vasos e estatuas de marmore, ornando jardins, ou coroando formosos terrados; viveiros de aves formosas, oriundas de differentes regiões; ruas de bosque, plantadas no gosto moderno; jardins em terrados, como suspensos, com lindos pontos de vista; por toda a parte uma pomposa vegetação; finalmente bellezas de toda a qualidade se aglomeram aqui, concorendo para formar d'esta encantadora propriedade, uma das mais pittorescas, formosas, magnificas e elegante de todo o reino.

No cimo da collina se ergue um alto e espaçosissimo terrado, cercado de grades de ferro, para o qual se sobe por duas escadas de pedra. No meio do terrado se levanta uma bonita casa, coroada por uma torre com relogio. É este pavilhão, destinado para hospedes, e se denomina *Casa do Monteiro-mór.*

N'esta quinta existe a 1.ª *araucaria excelça*, que veiu para Portugal, e que custou uma avultada quantia (vide *Carriche* e *Nova Cintra*).

—

Aqui ha um asylo da infancia desvalida, ao qual o fallecido visconde de Loures deixou um legado de 16:700$000 réis, nominaes, em *inscripções*.

—

Do Campo Grande até ao Lumiar, corre a estrada entre quintas e casas de campo, alternando-se estas com jardins, pomares e alamedas.

Logo no principio, tem do lado esquerdo o palacio e quinta, que foi dos marquezes de Vallença, e que é hoje do sr. Couceiro; e do lado direito, a casa e quinta do sr. Fidié; ambas construidas no principio do seculo XIX, pelo negociante da praça de Lisboa, Manuel de Souza Freire. Foram reconstruidas e muito melhoradas pelo actual proprietario.

Sobre a mesma estrada (do lado direito) está e palacio e *quinta do Leal*, assim chamada por ter sido fundada, no principio do seculo XIX, pelo dr. Soares Leal (pae do sr. visconde de Santa Quiteria.)

Ainda do lado esquerdo da estrada, e proximo da alameda do Lumiar, ha uma bella quinta, notavel pelos seus jardins, e pelas plantas exoticas que possue. Foi da sr.ª viuva Pedra e é hoje do sr. commendador Mendonça (irmão do sr. visconde da Abrigada.)

Não menciono outras muitas quintas, por

serem menos notaveis e não fazer este artigo ainda mais extenso.

LUMIARES—villa, Beira Alta, comarca e concelho de Armamar, 12 kilometros de Lamego, 330 ao N. de Lisboa, 100 fogos.

Em 1757 tinha 40 fogos.

Orago a Santa Cruz.

Bispado de Lamego, districto administrativo de Viseu.

O real padroado apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar.

Foi até 1855, da comarca de Taboaço, concelho de S. Cosmado.

—

Philippe IV fez conde da Ilha do Principe (Africa) em 4 de fevereiro de 1640, a Luiz Carneiro de Sousa.

D. José I, em 29 de setembro de 1753, fez conde de Lumiares a Carlos Carneiro de Sousa—ou—para fallar com mais propriedade—mudou a este Carlos Carneiro, o titulo de conde da Ilha do Principe, no de conde de Lumiares.

O actual conde, é o sr. D. José Manuel da Cunha Faro Menezes Portugal da Gama Carneiro e Sousa, que vive no seu palacio, na rua Occidental do Passeio Publico, em Lisboa.

Suas armas são (as dos Carneiros, porque dos outros appellidos já tratei nos logares competentes) — em campo de púrpura, uma banda asul, com tres flores de liz, de ouro, entre dois carneiros passantes, de prata, armados de ouro. Timbre, um dos carneiros das armas.

—

Lumiares, tem a cathegoria de villa, desde 9 de março de 1515, dia em que o rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa.

(*Livro dos foraes novos da Beira*, fl. 95 v.; col. 2.ª

—

Foi esta villa, cabeça de concelho, com camara e justiça propria.

LUMIEIRA—portuguez antigo—pequena fresta por onde entra a luz—séteira.

Nas provincias do norte, dá-se o nome de *Lumieira*, a um archote feito de palha.

LURIA—portuguez antigo—suppõe-se ser o calabre de que usam os pedreiros, para levantarem as pedras de construcção dos edificios.

No foral que D. Affonso Henriques deu á *cidade* de Céa, em 1136, se diz :—*Se o muro cahir, e se houver de levantar, o senhor da terra apromptará o* Mozom, e luria, e marra, e malios, *e duas alavancas ; e nós nostros corpos*, et illo muro sedeat factum.»

Julga-se pois que *mozom* é o guindaste, e luria o calabre.

LUSCAR ou **TREBELHAR**—portuguez antigo—brincar, jogar, divertir-se. Vem de *ludere*—«Se alguns andão *luscando* ou *trebelhando*, e se fere algum em trebelho : penhoram aquel, que fica saão : dizendo, que he *coimeiro*, [1] ainda que seja em trebelho.» (Documento da camara de Lamego, de 1436.)

LUSCO—portuguez antigo—*cégo*.

D'aqui—*lusco fusco*, aos crepusculos da manhan e da tarde.

Lusitania e Portugal — No meio das incertezas e contradicções a que nos vemos reduzidos ao pretendermos conhecer quem foram os primeiros habitantes de Portugal *(aborigenes.)*—compulsando os diversos escriptores, vemos-nos obrigados a seguir a opinião do maior numero, ou d'aquelles que, menos visionarios e mais livres de superstições, teem tratado da materia.

Segundo *Faria e Sousa* («*Epit. de las Hist. Portug.*») foi *Tubal*, filho de *Japhet* e neto de *Noé*, com a sua familia, o primeiro povoador de Portugal, no anno do mundo 1840—184 depois do *diluvio*, e 2164 antes do nascimento de Jesus Christo.—(Vide Setubal.) [2]

Outros escriptores dizem que os *aborigenes* vieram da *Colchida*, outros dizem que da *India* e outros, finalmente, que da Italia; todavia, as noticias mais positivas que temos dos mais antigos habitantes da Lusitania, nos convencem que foram *gaulezes.* ou *gallos-celtas* (Francezes.)

[1] Multado—que paga prenda.

[2] Consta que a Tubal succederam, *Ibero*, *Jubalda*, *Brigo*, *Tago* e *Beto*, e que no tempo d'este ultimo é que *Gerião* invadiu a Peninsula.

Talvez que já cá achassem habitantes mas é certo que os mais antigos monumentos hoje existentes, são *celtas*.

No litoral, se foram estabelecendo, uns após outros, *phenicios, carthaginezes, grêgos, romanos* e *normandos*.

A mesma obscuridade reina a respeito da primittiva religião da Lusitania: comtudo, parece que, se *Tubal* veio aqui ter, seguiria com a sua tribu a religião verdadeira (a de Noé.)

Pelos annos de 1794 antes de Christo, o Africano *Gerião* (célebre na mythologia, pela sua lucta com *Alcides*) invadiu a Peninsula Iberica e ahi estabeleceu a idolatria. É tradição que a *Gerião* succederam os *Geriões* (tres irmãos)—*Hercules Libio, Hispalo, Hispano, Hespero, Athalante, Italo, Sic-Oro, Sic-Ano, Sic-Celeu, Luso e Sic-Ulo*.

Em *Sic-Ulo*, acabaram os reis (ou chefes) naturaes, e os *lusitanos* formaram do seu paiz uma republica, que durou 80 annos. O resto da Peninsula elegeu por seu rei, um chefe africano chamado *Testa*. Foi no tempo d'este que os grêgos invadiram a Peninsula, pela primeira vez, commandados por *Baccho*, filho de *Semele*, no anno do mundo 2632—976 depois do diluvio e 1372 antes de Christo. [1]

Quando d'ahi a 372 annos, isto é, mil antes de Christo, os *phenicios* aportaram á Peninsula, já ella estava povoada; e por povos corajosos (e até ferozes) que lhes deram muito que fazer.

Os povos da Peninsula viviam então divididos em differentes *tribus* ou nações, cujo numero (de nações) variava com frequencia, por causa das continuas guerras que entre si tinham, em resultado das quaes umas vezes se subdividia uma nação, outras, de duas ou mais, se formava uma nova.

As maiores guerras porém que estes povos sustentaram, foi contra os *carthaginezes*, desde o anno do mundo 3412, no principio do seu estabelecimento no litoral; e depois (e muito mais encarniçadas) contra os romanos, desde o anno do mundo 3792.

Roma foi fundada pelo seu primeiro rei (Rómulo) pelos annos do mundo 3250—ou 754 antes de Jesus Christo.

Estes dominadores do mundo, a poder de batalhas sanguinolentas (e por muitas vezes tremendas derrotas) de intrigas e traições, conseguiram, no anno 200 antes de Christo expulsar os *carthaginezes* e subjugar os peninsulares.

Querem muitos escriptores que a *Lusitania* tire o seu nome dos *lusos*, e estes, do seu rei (ou chefe) *Luso*, ou *Lisa*, que habitavam o paiz comprehendido entre o *Tejo* e o *Douro*; mas, parece-me mais provavel que venha das duas palavras celtas — *Lous* (soldado ou guerreiro) e *Tan* (paiz.)—(Vide vestigios celtas na Lusitania.)

Portugal, segundo a opinião mais seguida, tirou o seu nome de *Cale* (hoje *Gaia*) povoação situada na margem esquerda do Douro, a 4 kilometros da sua foz, e do *porto* d'este rio. Dizendo-se *Porto-Cale*. [1]

Querem porém outros que tire a sua denominação dos *grêgos* (ou *graios*) que estabeleceram uma colonia em *Gaia*, a que chamaram *Porto-Gario*.

—

Religião dos Lusitanos

Já se disse que reina grande obscuridade quanto á primitiva religião d'esta parte da Europa. Suppõe-se que *Tubal* seguiu a religião de Noé, e que Gerião aqui introduziu a idolatria; mas nada se sabe de positivo, quanto á sua *theogonia*. Sabemos apenas que *Endovelico* (que alguns querem seja o mesmo que *Cupido*) era a divindade principal dos *Celtas*, e *Teut* óu *Theut* a immediata. Que nos seus *dolmens* lhe sacrificavam differentes animaes, e até victimas humanas; que elevavam *antas* (algumas monstruosas) em sua honra, e que construiam *carns*, onde faziam suas orações. (Vide *vestigios dos Celtas* em Portugal.)

[1] *Baccho* não guerreou os peninsulares, antes os attrahiu ao seu partido por meios brandos e supersticiosos. Deu-lhes para rei, seu filho *Lysias* (que os *lusitanos* acceitaram) e a este succederam *Lycinio Caco, Gregoris (*ou *Gergoris) Abides*. — E' no tempo d'este ultimo que alguns pretendem que Ulysses viesse á *Lusitania*.

[1] Vide *Terena*.

Os *Celtiberos* erigiram um immenso e sumptuoso templo a *Endovelico*, em Terena (Vide esta palavra.)

Os *Gregos*, os *Carthaginezes* e os *Romanos* tambem nos impingiram a sua religião, erigindo varios templos aos seus deuses (e *deusas*.) Os Carthaginezes erigiram em *Villa-Viçosa* um magestoso templo a *Proserpina* (deusa do inferno.) *Diana* tinha um bellissimo templo em Evora (de que ainda existem as magnificas ruinas) outro em *Vianna do Alemtejo* e outro em *Vianna do Minho*. Em *Evora* querem alguns que houvesse outro templo dedicado a *Venus*. (Outros dizem que é o mesmo que ainda existe, e finalmente outros dizem que este templo era dedicado a *Proserpina*, e não a *Venus* ou *Diana*.)

No *Cabo de S. Vicente*, adorava-se o *Sol*—Em *Setubal*, a *baleia*.—Em *Cintra*, a *Lua* (ou *Cynthia*, d'onde se pretende que deriva a palavra *Cintra*.)—Em *Alcobaça*, *Cupido*.—Perto de *Marialva* (em *Aravor*, hoje *Deveza*) *Jupiter*.—Em *Visella*, *Ceres*, etc.

—

Primeiros habitantes da Lusitania

Se a Lusitania foi habitada por povos aqui estabelecidos antes dos celtas, aquelles, nenhuns vestigios nos deixaram da sua passagem, e nem o nome se lhe sabe, e os modernos historiadores, que suppõem que effectivamente houve uma raça n'estas regiões, antes dos celtas, na impossibilidade de os nomear, chamam-lhe *pre-celtas*.

Os mais antigos monumentos da Lusitania, são celtas, segundo os antigos, e preceltas, segundo os modernos.

O que é incontestavel é que nós herdamos dos celtas muitas palavras que ainda existem, posto que na sua maior parte adulteradas.

(Vide *Vestigios, celtas em Portugal*, no logar competente.

Auctores antigos muito acreditados, pretendem que foram hebreus os primeiros habitadores do nosso paiz, vindo aqui estabelecer-se no reinado de *Nabucodonozor* 1.º

Dizem outros que, depois da guerra de Troia, aqui aportaram gregos, em Lisboa e na foz do Minho; e é por esse tempo que tambem dizem que Ulysses entrou pelo Tejo e edificou ou reedificou Lisboa, dando-lhe o seu nome *(Olyssea.)* Na minha humilde opinião, esta vinda de Ulysses á Lusitania, não passa de uma patranha inventada por antigos sonhadores d'ellas; acreditada por alguns, pela semelhança do antigo nome de Lisboa, com o do manhoso marido de Penelope.

Ainda outros finalmente sustentam que os primeiros habitantes d'este territorio foram *babylonios* ou *Iberos*.

É certo que no litoral da provincia do Minho, viveram em eras remotissimas, os *grovios*, ou *gravios*, e os *amphilocios*, que se diz procederem dos grêgos.

É um êrro quasi geralmente seguido, darem-se como nossos progenitores, os barbaros mas audaciosissimos lusitanos. As successivas invasões na Peninsula Iberica, dos cantabros, celtas, Iberos, gallos, turdulos, phenicios, carthaginezes, romanos (que traziam gente de muitissimas nações) visigodos, suevos, alanos, selingos, gascões, normandos, judeus, arabes, etc., fizeram tal mistura, que nos devemos considerar uma nação inteiramente moderna, na impossibilidade d'achar progenitores.

O que se póde em todo o caso dizer, sem receio de um desmentido, é que não se sabe quaes são os nossos indigenas, ou aborigenes.

—

Quando Portugal deixou o nome antiquissimo de Lusitania, para adoptar o actual.

Ahi pelos annos de 930 a 950 de J. C. se principiou a chamar á velha Lusitania «Portugal» mas davam-se-lhe ambos os nomes: ora um, ora outro.

Principia porem o nome de Portugal a apparecer com mais frequencia no fim do seculo X, onde muitos Lusitanos se declaram já *portuguezes*.

Reinando D. Fernando, cognominado o magno, nos reinos de Leão e Castella, pelos

annos 1040, vivia na provincia do Minho (onde tinha grandes dominios entre o *Ave* e o *Cávado*) o conde *D. Froila*, ou *Froilaz*, no seu solar acastellado de *Vermuim* (e por isso lhe chamavam *D. Froila de Vermuim.*) Este conde, já se não dizia Lusitano, mas sim Portuguez.

O mesmo D. Fernando magno, denominou *officialmente* Portugal, a este reino, quando em 1067 o deu a seu filho D. Garcia, e este desde então se intitulou «rei de Portugal» (1) Assim acabou, nos actos officiaes, o nome de Lusitania, que por quasi tres mil annos se fez celebre na antiguidade e na edade media.

Pode pois dizer-se que a vulgarisação do nome de *Portugal*, data do anno 1000 de J. C.

Já que fallamos no conde *D. Froila de Vermuim*, diremos que seu filho, o conde *D. Rodrigo Forjaz*, foi um guerreiro valorosissimo. Na batalha *d'Agua de Maias* (junto a Coimbra) dada por D. Garcia, rei de Portugal, contra D. Sancho, rei de Leão, em 1070, salvou, pela sua bravura, a vida e a côroa ao seu rei: e estando já mortalmente ferido, aprisionou pessoalmente o rei de Leão, morrendo poucas horas depois.

D'este D. Rodrigo, descende a familia dos *Pereiras;* não só a dos condes da Feira; mas quasi todas as casas reaes da Europa, pelo immortal D. Nuno Alvares Pereira, que era seu neto.

—

Praças de guerra, e o seu estado em 1874 (2)

Alemtejo

Elvas—Quasi pode dizer-se que é a unica praça de guerra que actualmente temos. Suas fortificações consistem em sete *bastiões*, em bom estado. Tem casernas casamatadas. Nas alturas que dominam a praça, se construiram fortes; sendo o melhor o *Forte da Graça*, ou de *Lippe*. É um quadrado de quatro *bastiões*, com outras imponentes obras de defesa. É uma das mais bellas cidadellas da Europa, e com 2:000 homens de guarnição e bôa artilheria e munições, póde sustentar um longo cêrco. Tambem é importantissimo o forte de Santa Luzia. (Vide Elvas.)

Estremoz—Suas vastas fortificações, outr'ora importantissimas, estão desmanteladas. Ainda existe em bom estado a *torre de menagem*, que não é mais do que um monumento das nossas glorias passadas. Sobre as duas collinas que dominam esta bonita e grande villa, existem tambem arruinados, o forte de S. José, ao S.; e Santa Barbara ao E.

Campo-Maior—Foi uma fortaleza importante, com 4 *bastiões inteiros* e 5 *meios-bastiões*. A explosão do paiol, em 1732, arruinou o seu antigo castello, que era fortissimo, e a maior parte da villa. Tinha o *forte de S. João*, que foi demollido, e tem o de *Schomberg*, edificado sobre uma eminencia e ligado á villa por uma estrada coberta.

Castello de Vide—Foi importante, mas hoje está em ruinas.

Moura—Os hespanhoes fizeram saltar as suas fortificações, em 1707, e o seu reparo não chegou a concluir-se.

Serpa—As suas fortificações estão em ruinas.

Mertola—Idem.

Ouguella—Idem.

Villa Viçosa—Idem. Ainda é digno de attenção o seu castello, antiga residencia dos duques de Bragança.

Portalegre — Fortificada ao uso antigo, com muralhas guarnecidas de torres. Uma parte do seu arrabalde é fortificado com obras modernas exteriores e dois pequenos fortes. Portalegre foi sempre indefensavel por causa dos montes que a dominam.

Mourão—Suas fortificações nunca foram importantes, e hoje estão em ruinas.

Évora—Póde considerar-se como uma cidade aberta; porque os fortes de *Santo Antonio*, com 4 bastiões e 4 revelins, e o pequeno forte de Santa Barbara, estão desmantelados.

(1) D. Garcia tinha a sua corte em Coimbra.

(2) Note-se que em 27 de setembro de 1805 foram classificadas as praças de guerra, e havia então em Portugal, entre praças fortes e castellos, 136 fortalezas, todas em estado de defesa.

Os quarteis d'Evora são dos melhores do reino.

Arronches—Suas fortificações eram assaz extensas, mas irregulares e pouco sustentaveis.

Juromenha—Pela sua posição se devia considerar uma das praças de guerra importantes do reino, mas as suas fortificações, que eram optimas, estão arruinadas.

Marvão—Em optima posição, e suas fortificações são susceptiveis de reparo, que as tornem respeitaveis.

Algarve

Lagos—Suas fortificações são irregulares, consistindo em 9 bastiões do lado de terra, e 5 do lado da bahia. O terramoto de 1755 as arruinou muito. O porto é defendido pelo novo forte da *Bandeira* e a entrada da bahia pelo forte do *Penhão* e diversas baterias.

Sagres—Era muito bem fortificada, e pela sua posição, em uma peninsula elevada, se podia tornar uma praça fortissima.

Castro-Marim—Era defendido por um castello bastante forte, com 5 torres. Tem mais um forte no *Cabeço* (ou de S. Sebastião) que a defende pelo O.

Alcoutim—Sobre o Guadiana. Defendida por fortificações acanhadas, em sitio insustentavel pelas alturas que de toda a parte a dominam.

Silves—O seu castello e mais fortificações foram importantissimas nos primeiros seculos da monarchia; mas o total abandono em que depois se deixaram, lhe causou tanto damno, que hoje só uma reedificação completa a poria em estado de defeza.

Albufeira—Suas fortificações, ainda que de pouco ambito, estavam em muito bom estado antes do terramoto de 1755, que as arruinou.

Estremadura

Lisboa—Esta cidade immensa era defendida sufficientemente do lado do mar por muitos fortes, sendo o principal o de *S. Julião*, á entrada da barra. Foi principado no tempo de Philippe II. Tem 3 baterias, umas sobre outras, do lado do mar, e pelo lado da terra tem uma *cortina* flanqueada por 2 bastiões, com fosso e uma estrada coberta. É porém dominada pelo monte *Algoirão*.

O *castello de S. Jorge* é antiquissimo, (vide *Lisboa)* apesar da sua optima posição, não é coisa nenhuma, militarmente fallando.

A torre de *S. Vicente de Belem* é obra de D. Manuel, com os seus 31 metros de altura, é de solidissima construcção e em uma posição muito bem escolhida. Com boa artilheria raiada póde ser uma soffrivel fortaleza: assim, é uma coisa muito bonita—e mais nada.

O forte *da Areia* foi construido por *Mr. Valéré*; não vale nada.

O do *Bugío* está á entrada do rio; precisa de artilheria do systema moderno. A sua posição no meio do amplissimo Tejo é soberba. Está sobre um rochedo. Foram D. Manuel e D. João III que o mandaram fazer. É de fórma circular e coroado por uma bateria de *merlão*.

A *Torre Velha* está em frente da de S. Vicente e do forte da Areia, na outra margem do Tejo (esquerda). É insustentavel ainda que estivesse em bom estado, por causa da eminencia que lhe fica ao sul, e a domina.

Ha mais alguns *fortes*, que, pela sua actual inutilidade não merecem menção.

Está em construcção a fortaleza de *Monsanto*. (Vide *Lisboa—fortificações*.)

Cascaes—É povoação aberta; mas está collocada entre os fortes de *S. Jorge* e *Santa Martha* (este ao E. e aquelle ao O.) que estão em soffrivel estado.

Peniche—A parte oriental da peninsula d'este nome, assim como os dois sitios chamados—*Peniche de Baixo* e *Peniche de Cima* formam um recinto cercado de muralhas.

Ao sul do segundo está a cidadella, que se une por um arco a outras fortificações, construidas sobre um rochedo isolado, situado ao E., e formando uma especie de ilhote.

A extremidade d'esta peninsula, pela sua fórma natural e por sua eminente posição, poder-se-hia tornar uma praça inconquistavel.

Santarem—Pela sua posição, podia e devia ser uma praça formidavel. Suas muralhas e torres estão em completo abandono e desmanteladas.

Beira Baixa

Almeida—Era uma das melhores praças do reino, se não tivesse pelo SO. um terreno elevado que a domina.

A explosão do paiol, pelos francezes (ou pelos traidores) em 27 de agosto de 1810, arruinou muito as fortificações, que depois foram mal reparadas, e mesmo a villa, que ficou em miseravel estado.

Castello-Branco—Circumvallada de uma dupla muralha, e com um bom castello, que domina todos os arredores. Podia ser uma boa praça de armas e a chave da provincia. Está tudo arruinado.

Alfaiates—A sua posição era bôa, se não fosse dominada por uma elevação ao NE. Está tudo descurado e em ruinas.

Guarda—Tem apenas um castello e uma muralha. A sua posição merecia que se cuidasse seriamente das suas fortificações.

Monsanto—Pela sua grande elevação acima de todos os pontos circumferentes, podia d'aqui fazer-se uma importante praça; todavia seu castello e muralhas estão escangalhados.

Celorico—O seu castello, collocado no cume de uma montanha, assim como as muralhas, estão em total abandono.

Castello-Rodrigo—Está exactamente nas mesmas circumstancias da precedente.

Pena-Garcia, Penamacor, Monforte, Segura, Salvaterra e *Sabugal*—estão em total ruina e abandono, como praças de guerra que foram, e cujo nome nem já merecem.

Abrantes—Depois d'Almeida, é a praça mais bem conservada da provincia; mas mesmo assim não se póde chamar já uma praça de guerra.

Beira-Alta

Não ha povoações fortificadas.

Traz-os-Montes

Chaves—É actualmente a unica praça d'armas da provincia; ainda que poucos dias pode resistir (no estado actual) a um ataque, com a artilheria moderna. A praça é cercada de uma dupla muralha, com obras exteriores: serve-lhe de cidadella o forte de *Nossa Senhora do Rosario* (ou de *S. Francisco.*) Tem mais o *Forte do Outel*, composto de 4 velhos bastiões, que é quasi inutil, por ser dominado por duas collinas, e o *Forte da Magdalena*, que pouca defesa póde tambem offerecer hoje. Todas estas fortificações foram restauradas em 1762; mas já estão a desmantelar-se.

Freixo de Espada á Cinta, Miranda, Outeiro, Bragança, Monforte do Rio Livre, e *Montalegre*—Foram boas praças de guerra, mas estão hoje abertas e com as suas fortificações destruidas.

Minho

Vallença—Esta praça, a unica que tal nome merece na provincia, está sobre a esquerda do rio Minho, em posição elevada, que domina todos os arredores e a cidade gallega de Tuy, que lhe fica fronteira. Suas obras de defesa porem, precisam de grandes reformas, para poderem resistir com vantagem á artilheria moderna.

Monção, Villa Nova de Cerveira (e o forte de Lovelhe, ou Brêa) *Castro-Laboreiro, Caminha, Lindoso* e *Melgaço*—estão abertas e já ha muito tempo que não merecem o titulo de praças de guerra.

Forte da Insua—No centro da barra do rio Minho, formando por isso um ponto divisorio entre a barra portugueza e gallega. Está edificado sobre rochedos pouco elevados, e em bom estado de conservação; mas poucos dias pode resistir a um ataque formal.

Vianna—É hoje uma povoação completamente aberta, e apenas na foz do Lima (margem direita) tem o forte de *S. Thiago*, que defende a barra—isto é—*defende-a*, emquanto ella não fôr atacada por bons navios couraçados, armados com peças raiadas. Nesse caso lá vae o forte...

—

Pelas costas do Minho, e sobre os rochedos do littorol ha varios *fortins*, que não fo-

ram feitos senão para obstar ao contrabando, e que hoje são os quarteis permanentes de morcêgos, ratos, sapos, centopeias, corujas, etc.—Menos porem o *Forte da Lagarteira*, em Gontinhães, que ainda tem uma forte guarnição . . . de 4 veteranos.

Douro

Forte de S. João da Foz do Douro—Composto de 4 pequenos bastiões, cujos fossos são cavados na rocha. Está desartilhado, mas bem conservado; porem, como os outros, incapaz de resistir aos terriveis systemas modernos de artilheria.

Como no Minho, as suas costas teem alguns fortins, com a mesma applicação dos d'aquella provincia. O mais proximo do rio Douro, é o *Forte do Queijo*, que julgo ainda ter uns 2 ou 3 veteranos.

Aveiro—Está uma cidade aberta e já ha muitos annos não merece o nome de praça d'armas, pela ruina das suas fortificações.

=

As outras povoações que teem torres e castellos, e as do littoral que teem algum forte que defenda as suas barras; mas que nunca foram *praças d'armas*, vão nos logares competentes, nas povoações onde ellas existem.

Tambem quem quizer mais amplas noticias das praças aqui mencionadas, veja no diccionario.

—

Á excepção d'Elvas, Peniche, Valença e (por muito favor) Chaves, pode dizer-se que já não temos nenhuma *praça d'armas*. Mesmo as que ainda merecem tal nome (as 4 referidas) só com grandes alterações se poderiam tornar hoje em estado de resistencia séria.

Tudo o mais está em completo abandono ha muitos annos.

—

Ainda no principio do seculo 18.º tinha Portugal 84 fortalezas e praças de guerra—sendo 21 na Extremadura—18 no Alemtejo—14 no Minho—13 no Algarve—11 em Traz-os-Montes—e 7 na Beira.

«Sic transeat gloria mundi!»

Armas de Portugal

Ignora-se quaes eram as armas (brasões) dos lusitanos, e até mesmo se elles as tinham até ao tempo de Sertorio. Dizem porém alguns que os lusitanos usavam de uma bandeira branca, com uma serpe, ou dragão verde; o que não está plenamente provado.

Sertorio adoptou por insignia das bandeiras lusitanas a *aguia romana*. Supponho porém que os seus estandartes eram de côr differente dos romanos, aliás, nas batalhas de uns contra os outros, não se poderiam distinguir os estandartes, o que produziria certamente grandes confusões.

Parece que no tempo dos suevos, as armas da Lusitania eram—as que alguns dão aos antigos lusitanos, a tal serpe, ou dragão verde, em campo branco. O que é certo, é ser ainda a tal serpe (serpente alada) o timbre das armas de Portugal.

O brasão dos reis godos, era: escudo branco, dividido em quatro, por uma cruz encarnada.

Diz-se que as antigas armas do Porto eram: uma cidade branca, em campo azul, sobre um mar d'ondas verdes e douradas; e que estas armas se adoptaram para todo o reino de Portugal, desde o seculo X, até ao conde D. Henrique.

Este, usou primeiramente de um escudo branco, sem divisa alguma; e depois das suas victorias sobre os mouros, fez lavrar n'elle uma cruz azul.

D. Affonso Henriques, usava das armas dos reis godos (uma cruz encarnada sobre escudo branco, e por timbre, a tal serpe verde.) Dizem outros, que a cruz era azul (como a do pae), mas é mais provavel que fosse encarnada.

Depois da victoria d'Ourique, tomou por armas: cinco escudos azues, em cruz, e em cada um d'elles cinco bezantes de prata, sobre um escudo, e por timbre a serpente.

Bons escriptores, porém, sustentam que D. Affonso I e seu filho, D. Sancho I, adoptaram por armas: oito *maças* azues, em cruz (como as dos *Déças* ou *Eças*) em campo d'ouro, e que só D. Affonso II é que principiou a usar das *Quinas*.

D. Affonso III, concluindo a conquista do Algarve, em 1250, addiccionou ás armas de Portugal: sete castellos d'ouro em campo de sangue.

Estes castellos representam os principaes tomados aos arabes, no Algarve, que são: *Estombar*, *Paderne*, *Aljezur*, *Albufeira*, *Cacella*, *Sagres* e *Castro-Marim*.

Á maneira que hia conquistando praças aos mouros, hia augmentando o numero dos castellos em suas armas, chegando estas a ter dezenove.

D. João I, tomou por armas as cinco quinas, orladas de doze castellos e a sahirem do escudo as quatro pontas da cruz d'Aviz.

Todos sabem que D. João I era mestre da Ordem d'Aviz, sendo dispensado dos votos, para casar com D. Fhilippa, filha do duque d'Alencastre. Sendo feito cavalleiro da *Jarreteira*, em Inglaterra, adoptou por timbre das suas armas, uma serpe (em memoria da que matou S. Jorge). Por descuido dos *reis-d'armas*, D. Duarte e D. Affonso V, continuaram a usar da cruz d'Aviz, incompetentemente, até D. João II.

D. João II, mandou finalmente adoptar as armas como hoje são (em 1485), só com a differença de terem a corôa aberta.

Até D. João III, continuou a ser a *serpe* o timbre das armas de Portugal; mas já se não vê no tempo de D. Sebastião.

—

Desde D. Affonso I, até D. Sebastião, os reis de Portugal, como os de mais, nos actos publicos, tinham a corôa na cabeça.

Desde o *assento* das côrtes, lavrado a 25 de março de 1641, em que D. João IV tomou Nossa Senhora da Conceição por padroeira do reino, nem elle, nem seus successores, por um acto de reverencia e *piedosa abdicação*, tornaram a pôr a corôa na cabeça. Nos actos publicos, têem sempre a corôa ao lado direito, sobre uma almofada, e só tomam o septro.

—

Quando o Brazil foi elevado á cathegoria de *reino* e unido ao de Portugal e Algarves, formando todos tres, um só corpo politico, sob o titulo de «Reino unido de Portugal, Brasil e Algarve», foi determinado pela carta de Lei de 13 de maio de 1816, que o Brasil tivesse por armas, uma esphera armilar de ouro, em campo azul, e que o escudo real portuguez sobre a dita esphera, com a corôa real sobreposta, ficasse sendo as armas do *Reino-Unido*, e das mais partes da monarchia portugueza.

Declarando-se o Brasil independente (1822) determinou o decreto de 20 de março de 1826, que as armas de Portugal tornassem a ser como antes da lei de 16 de dezembro de 1515 (que lhe accrescentava já a esphera) isto é, o que hoje são.

—

Os que desejarem saber isto mais circumstanciada e minuciosamente, vejam os respepectivos desenhos, na *Historia Genealogica da Casa Real*.

—

Quarteis actuaes, dos differentes corpos do exercito de Portugal (1874).

Artilheria

1 Lisboa.
2 Elvas.
3 Santarem.

Cavallaria

1 Elvas.
2 Lisboa.
3 Villa Viçosa.
4 Lisboa.
5 Evora.
6 Chaves.
7 Bragança.
8 Castello Branco.

Caçadores

1 Setubal.
2 Lisboa.
3 Bragança.
4 Tavira.
5 Lisboa.
6 Leiria.
7 Valença do Minho.
8 Elvas.

9 Porto.
(Os n.os 10, 11 e 12 estão nas Ilhas).

Infanteria

1 Lisboa.
2 Idem.
3 Vianna do Minho.
4 Elvas.
5 Lisboa.
6 Penafiel (actualmente parte em Guimarães).
7 Lisboa.
8 Braga.
9 Lamego.
10 Porto.
11 Abrantes.
12 Guarda.
13 Chaves.
14 Vizeu.
15 Faro.
16 Lisboa.
17 Beja.
18 Porto.

—

O corpo de *Sapadores* e o de *Marinheiros Militares*, têem os seus quarteis em Lisboa.

—

Origem dos appellidos portuguezes

Desde Adão, que os homens principiaram a ter nomes, para se differençarem uns dos outros.

Por muitos seculos que elles se contentaram só com o nome, e para se differençarem os que os tinham eguaes, se dizia: *F.*, *filho de F.*, ao que se chamava *patronimico.*

Os antigos gregos e os romanos, admittindo este uso, lhe deram ainda mais latitude. Muitos latinos tinham quatro nomes: chamava-se ao 1.°, *prenome;* 2.°, *nome;* 3.°, *cognome;* e ao 4.°, *agnome.* Nós hoje chamamos ao 1.°, *nome proprio;* 2.°, *sobrenome;* 3.°, *appellido;* e ao 4.°, *alcunha.*

A mania de ter um nome muito comprido, é muito commum na Asia; mas ainda mais na peninsula hispanica. Além das pessoas reaes, que têem vinte, trinta e mais nomes proprios, ha particulares com seis, oito e mais nomes. Vulgarmente só se dá hoje o nome de *alcunha*, áquelles aquem ella foi posta por irrisão, alludindo a qualquer defeito physico dos *alcunhados*, ou a algum facto desagradavel por elles praticado. Já se vê que esta alcunha lhes é posta contra sua vontade; mas, muitas vezes acontece que os proprios *alcunhados* adoptam as *alcunhas*, que passam a seus herdeiros.

Os lusitanos herdaram dos latinos o uso de muitos nomes, como se póde vêr de differentes inscripções e epitaphios.

Os godos e as outras nações do norte que no IV e V seculo invadiram as Hespanhas, usavam de um só nome; pelo que na Lusitania se foi deixando de usar a pluralidade de nomes, chegando até a extinguir-se.

Com a invasão dos arabes, no seculo VIII, vieram outra vez a usar-se os *nomes patronimicos*, e pouco a pouco, os *appellidos*, *cognomes* e *alcunhas*. Fez-se porém a seguinte variante: O *sobrenome* dos filhos *era* uma *derivação* do dos paes, por ex.: *Gonçalves*, queria dizer, filho de Gonçalo—*Esteves*, filho de Estevam—*Rodrigues*, filho de Rodrigo—*Dias*, filho de Diogo (que então se dizia *Diego*)—*Peres* e *Pires*, filho de Pêro (ou Pedro)—*Soares*, filho de Soeiro—*Juliannes*, filho de Julião—*Lopes*, filho de Lopo ou *Lôbo*[1]. *Nunes*, filho de Nuno—*Marques*, filho de Marco—*Paes*, filho de Payo—*Vasques*, filho de Vasco, etc.

Os arabes tambem usavam sempre do nome patronimico, ou do nome do pae depois do proprio, v. gr.—*Al-Mansor aben-Afan* (Al-Mansor, filho d'Afan)—*Ali ben-Jacoub* (Ali, filho de Jacob). A palavra arabe *ben*, *aben* ou *ibu*, significa *filho.* É por isso que os mouros chamam ao nosso D. Affonso I—*Ibu Errik*, (filho de Henrique).

Em muitas nações da Asia, o uso dos nomes é ás avessas dos

[1] Os *Lôbos* e *Lopos* procedem de Caio Sevio Lobo, pretor romano (que fez o antigo castello da Corunha). Era natural de *Cale*, na Lusitania (vide Maia)

arabes, isto é: se um filho se torna celebre por qualquer circumstancia, é o pae que adopta (ás vezes por ordem superior) o nome do filho, chamando-se, vgr. *Eli-pae-de-Aroun.*

Os irlandezes, formam os seus nomes patronimicos (ou de familia) com o O—vgr. —*O-Conell*—filho ou da familia de Conell.

Os escocezes os fazem com o *Mac*—vgr. —*Mac-Donald*—filho ou da familia de Donald.

Os inglezes teem o seu *Son*—vgr.—*Robertson*, filho do Roberto.

—

Em Portugal e na Hespanha, vieram os *appellidos* depois dos *patronimicos*. Tomaram-se depois das terras d'onde qualquer era natural, onde vivia, ou onde tinha dominios ou jurisdicções. D'isto procedem os *Guimarães*, *Bragas*, *Azevedos*, *Bastos*, *Torres*, *Mouras*, etc. etc.

Os fidalgos tambem costumavam tomar por appellido, o nome da terra onde tinham os seus *solares*, nos quaes quasi sempre construiam uma torre ameada.

É preciso notar que só aos nobres era permittido edificar torres e guarnecel-as com ameias.

De todas as provincias de Portugal, é o Minho que conserva maior numero d'estas torres, ou *solares*.

(*Solar*, deriva-se da palavra latina *solum* (terra, assento.)

Tambem a muitos deram por *appellido* (ou elles o tomaram) o nome de alguma praça em cuja conquista ou tomada se distinguiram, vgr.—*Mesquita*, *Baharem*, *Mina*, *Camara*, *Baroche*, etc.

Ou do objecto ou arma com que se distinguiram, vgr.—*Machado*, *Bandeira*, *Cunha*, *Lança*, *Figueira* (Figueirôa e Figueiredo, que vem a ser o mesmo) *Corrasco*, etc. etc.

As *alcunhas antigas*, que são da época dos *appellidos*, derivam-se de alguma qualidade moral ou physica do individuo, vgr.—*Bravo*, *Valente*, *Forte*, *Manso*, *Branco*, *Preto*, *Trigueiro*, *Calvo*, *Gago*, *Delgado*, *Feio*, *Velho*, etc.—ou com a similhança (physica ou moral) com algum animal, vgr.—*Camêllo*, *Cão*, *Coelho*, *Lebre*, *Cordeiro*, *Corvo*, *Lampreia*, *Leitão*, *Pato*, *Pegas*, *Perdigão*, *Pinto*, *Gato*, etc.

D. João II, apesar de ser o carrasco de sau primo o duque de Viseu, e de mandar cortar a cabeça a seu primo e cunhado, o duque de Bragança (apesar d'estas *habilidades*, foi denominado—o principe *perfeito*!...) e, finalmente, apesar de ser o rei de Portugal que maior golpe deu nos monstruosos, tyrannicos, disparatados e barbaros *privilegios* dos *nobres*; mesmo assim, teve o maior cuidado porque se conservassem em cada *linhagem*, os appellidos que perpetuavam a nobreza da sua origem: obrigando os filhos a usarem dos appellidos de seus paes (como fez a *Simão*, filho de *João Gonçalves Zarco*, que assignando-se *Simão de Noronha*—appellido de sua mãe—o obrigou, sob pena de perda da herança paterna—a usar do appellido de *Camara*, que tinha dado a seu pae, o infante D. Henrique, por elle ter descoberto a Ilha da Madeira, e n'ella a célebre caverna á beira-mar, cheia de fócas—lobos marinhos—a que deram o nome de *Camara de Lobos*, que ainda tem.

D. Manuel promulgou severas leis, impondo graves penas aos que usassem de armas (brazões) ou appellidos que lhes não pertencessem. Estas leis foram cahindo em desuso e cada um toma os appellidos que quer.

Conventos das diversas ordens religiosas que havia em Portugal em 1834.

Cruzios

(Conegos regrantes de Santo Agostinho)

O seu primeiro convento foi fundado na Sé de Braga por S. Profuturo, arcebispo d'esta cidade e discipulo de Santo Agostinho, pelos annos 490 ou 500.

Com a invasão dos arabes acabou este convento.

A cabeça d'esta Ordem era o convento de Santa Cruz de Coimbra. Havia em Portugal 12 conventos e 7 *presidencias* (que haviam

sido conventos) que entram na conta, porque tambem foram para os chamados *bens nacionaes.*

Loyos

(Conegos seculares de S. João Evangelista)

Era cabeça o convento de Santo Eloy, em Lisboa. Tinha esta Ordem 16 conventos, de frades.

Congregados

(Congregação dos clerigos seculares das missões.

Tinham tres casas. Cabeça em Lisboa.

Nerys

(Congregação dos clerigos seculares do Oratorio de S. Philippe Nery)

Cabeça Lisboa. Tinham 7 conventos de frades no reino e ultramar.

Caetanos ou thealinos

(Congregação dos clerigos regulares da Divina Providencia)

Cabeça o convento dos Caetanos em Lisboa. Tinham 3 conventos de frades em Portugal e um no ultramar.

Camillos

(Congregação dos clerigos regulares de S. Camillo de Lellis)

Cabeça Lisboa. Tinham 6 conventos.

Benedictinos

(Monges de S Bento)

Cabeça Lisboa (onde hoje é o palacio das côrtes.) Tinha 11 conventos de frades e 12 de freiras.

Bernardos

(Monges de Cister)

Era cabeça o magestoso convento de Alcobaça. Tinha 13 conventos de frades e 11 de freiras.

Jeronimos

(Monges de S. Jeronimo)

Era cabeça o convento do *Rastello*, em Belem. Tinha 7 conventos de frades e 2 de freiras.

Brunos, ou Cartuchos

(Monges de S. Bruno)

Cabeça o convento da Cartucha. Tinham 2 conventos de frades e um de freiras.

Os conventos eram em Evora e em Laveiras.

Dominicos

(Ordem dos prégadores)

Cabeça o convento de S. Domingos, em Lisboa. Tinha 20 conventos de frades e 18 de freiras.

Dominicos irlandezes

Tinham 18 conventos de frades e 4 de freiras.

Trinos

(Ordem da Santissima Trindade e Redempção dos captivos)

Cabeça o convento da Trindade, em Lisboa. Tinha 9 conventos e 1 hospicio, de frades — e 2 de freiras.

Carmelitas calçados

(Ordem de Nossa Senhora do Carmo)

Cabeça o convento do Carmo, de Lisboa. Tinha 12 conventos e 1 collegio, de frades — e 4 de freiras.

Carmelitas descalços

A mesma Ordem e a mesma cabeça. Ti-

nha 18 conventos de frades e 9 de freiras.

Ordem de S. João de Deus

Cabeça o convento do mesmo nome, em Lisboa. Tinha 15 conventos, incluindo os hospicios e hospitaes.

Paulistas calçados

(Ordem de S. Paulo, eremita)

Cabeça o convento de S. Paulo de Lisboa. Tinha 14 conventos.

Paulistas descalços

A mesma Ordem e a mesma cabeça. Tinha 3 conventos e 3 hospicios. Cabeça o convento de *Monte-Mór.*

Grillos

(Agostinhos descalços)

Cabeça o convento dos *grillos*, no Beato Antonio (Lisboa). Tinha 16 conventos de frades e um de freiras.

Gracianos

(Eremitas de Santo Agostinho)

Cabeça da Ordem o convento de Nossa Senhora da Graça, em Lisboa. Foi primeiramente fundado no *Monte de S. Gens*, e mudado para a Graça, em 1291. Tinha 21 conventos de frades e 4 de freiras.

Carmelitas descalços allemães

Tinham dois conventos.

Missionarios apostolicos de Brancanes

Tinham dois conventos e um hospicio.

Missionarios apostolicos de Mezão-Frio

Tinham um convento.

Missionarios apostolicos do real seminario de Santo Antonio do Varatojo

Tinham um convento e um hospicio.

Trinas descalças de Miranda do Douro

Tinham dois conventos.

Monges de Santo Antão, abbade

Um convento e dois hospicios.

Franciscanos

Da 1.ª Ordem, da provincia de Portugal, 23 conventos de frades e 24 de freiras.

Da 2.ª Ordem, da provincia do Algarve, 31 conventos de frades e 16 de freiras.

Capuchos da provincia da Arrabida, 15 conventos e 4 hospicios.

Da provincia de 3.ª Ordem, 15 conventos de frades, e dois e um recolhimento de religiosas.

Da provincia da Conceição, 21 conventos.

Da provincia da Piedade, 20 conventos e um hospicio.

Da provincia da Soledade, 19 conventos e 3 hospicios.

Capuchinhos francezes, um convento.

Capuchinhos italianos, um convento.

De S. Francisco de Paula *(minimos)* um convento e 6 hospicios.

(Só da Ordem de S. Francisco e suas subdivisões não havia, como se vê, nada menos de 204 conventos.)

Sommavam os conventos...........	443
Conventos de freiras de diversas ordens (além dos declarados) e que eram sujeitos ao ordinario.......	83
Somma...............	526

418 de frades, e 108 de freiras, isto sem comprehender os do ultramar. Além d'isto havia em Coimbra 24 *collegios* de frades de differentes or-

dens, que todos foram vendidos, ou distrahidos do seu primittivo destino (Vide *Coimbra.*)............ 24

Total................. 550

Havia ainda em Portugal 24 collegios de jesuitas, que foram supprimidos em 1759 pelo marquez de Pombal.

—

Em 1834, muita gente de sentimentos vis fez mão baixa sobre um certo numero de conventos, que foram saqueados, escapando bem pouco *(o refugo)* que entrou no thesouro.

(Vide a pag. 335 do 2.º vol. onde faço algumas reflexões sobre este objecto.)

Não póde pois fazer-se um *calculo approximado* do horror dos milhões a que montou só o roubo das alfaias, ouro, prata, joias e livros dos conventos. (Quanto aos edificios, campos, cêrcas, olivaes, soutos, coutadas, etc., esses foram quasi todos vendidos por uma bagatella, ficando a fazenda nacional sem conventos, e quasi sem dinheiro).

Fallemos nos *bens mobiliarios*, como hoje se diz.

A relação dos objectos preciosos pertencentes aos conventos *supprimidos*, e publicada em 1842 pelo thesouro publico, mostra que foram supprimidas 480 casas religiosas, mosteiros, conventos, hospicios, confrarias, capellas, irmandades, etc., incluindo n'este numero a egreja patriarchal e a sé de Lisboa, porque mesmo d'esta egreja foram tirados muitos objectos de ouro e prata. Em vista da tal relação, o valor total dos objectos amoedados, ou vendidos na *casa da moeda* e nos diversos districtos do continente do reino, até 2 de março de 1842, era de 1:549 marcos, que ainda então existiam *em ser* na *casa da moeda*, e réis 118:106$038.

Todo o mundo sabe que nem a decima parte das riquezas dos conventos chegaram á casa da moeda, e então não exagéro, antes diminúo, e muito, dizendo que só as preciosidades tiradas aos conventos, valiam —o minimo—1.200:000$000 réis.

Já vêem que não inclúo aqui as riquissimas livrarias, das quaes apenas para as bibliothecas publicas foi o *refugo*, porque a maior parte, quasi todos livros de grande valor—que os havia, e muitos—foram roubados, ou vendidos por vil preço.

Um frade, meu amigo, e homem muito curioso e instruido, teve a paciencia de avaliar todos os conventos de frades do continente, que foram vendidos, mas segundo *dados* antigos (pelo que hoje essa avaliação subiria muitissimo), e, segundo elle, os edificios, cercas, fóros e differentes propriedades montavam á somma de 17.720:000$000 réis (44 milhões e 300:000 cruzados!)

Junte-se a esta quantia a das preciosidades, 1:200:000$000 réis—e ahi temos 18:920 contos, ou 47 milhões e 300:000 cruzados.

Supponhamos que os livros roubados valeriam 500 contos de réis—somma tudo isto em 49 milhões de cruzados!

Quem for de boa fé e se quizer dar ao trabalho de avaliar alguns conventos e suas dependencias, desenganar-se-ha de que o roubo attingiu uma cifra muito mais elevada.

—

Extinguiram as congregações religiosas —que derramaram as luzes e propagaram a sacrosanta religião de Jesus Christo pelas cinco partes do mundo—que sustentavam tantas escólas gratuitas; que alimentavam tantas familias indigentes; que eram pousada commoda e caritativa de viandantes pobres; que pagavam uma cifra avultadissima de decimas; que só, finalmente, espalhavam o saber e as obras de caridade.

Supprimiram os conventos e consentem casas publicas de tavolagem, onde o chefe de familia vae perder o pão da sua desgraçada familia, e *ganhar*, ás vezes, a prostituição de sua esposa e filhas, que a miseria (consequencia inevitavel do jogo) arrasta á perdição.

Fecharam os mosteiros, onde se prégava a moral e a religião, e deixaram abertos e a multiplicar-se por toda a parte esses antros ignobeis, esses lupanares, onde a juventude (e muitas vezes a velhice) vae sepultar a honra, a saude, a vergonha e os

haveres. Finalmente, chamaram ás infelizes que povoam estes hediondos covis *toleradas*,—e aos frades, *egressos*, isto é, expulsos.

—

Pantanos e terrenos encharcados no continente portuguez

Districtos administrativos
Hectares quadrados

Aveiro, 819—Braga, 57—Beja, 72—Bragança, 700—Coimbra, 1:790—Evora, 1:993—Faro, 6349—Guarda, 915—Leiria, 2:791—Lisboa, 25:847—Porto, 6—Portalegre, 41—Santarem, 3:681—Villa Real, 125—Vianna do Castello, 325—Viseu, 2.

No districto administrativo de Castello Branco não consta haver pantanos nem terrenos encharcados.

Os districtos em que ha *arrozaes* são:

Aveiro—997 hectares; sendo 646 em pantanos, e 351 em terrenos não pantanosos.

Beja—107—quasi todos em terrenos enchutos.

Coimbra—953—sendo 92 em pantanos, e o resto em terrenos não pantanosos.

Evora—77—Quasi tudo em terrenos pantanosos.

Faro—104—quasi tudo em terrenos não pantanosos.

Leiria—1:129—sendo só 130 em pantanos.

Lisboa—3:813—sendo 3:415 em terrenos pantanosos.

Portalegre—84—sendo 40 em terrenos pantanosos.

Santarem—523—sendo 242 em pantanos.

—

Terrenos incultos em Portugal

Os areaes incultos e *medões* da nossa costa maritima, contavam 72:000 hectares. (Em 1869.)

A superficie de cumiadas e charnecas principaes do reino, são:

	Hectares
Algarve	309:000
Alemtejo e a parte da Extremadura, ao S. do Tejo	1.647:000
Beira e parte da Extremadura, ao N. do Tejo	1.348:000
Traz-os-Montes	714:000
Minho	224:000
Somma	4.242:000
Com os areaes da costa	72:000
Total	4.314:000

A superficie do continente portuguez é de 9:962:531 hectares quadrados. Vê-se pois que quasi metade do terreno da nação está inculta e improductiva.

Reputando-se em cinco milhões de hectares os terrenos incultos, e repartindo esta superficie por 3.829:618 habitantes do continente, (segundo os mappas estatisticos de 1864) corresponde a cada individuo—1 hectare, 30 ares e 56 centiares de terreno inculto.

Tira-se d'esta conta outro resultado. É o numero de habitantes que tem cada districto, por kilometro quadrado. Vem a ser:

Districtos administrativos	Habitantes
Porto	164
Braga	114
Vianna do Castello	85
Aveiro	76
Viseu	75
Coimbra	74
Lisboa	59
Villa Real	49
Leiria	46
Guarda	36
Faro	33
Santarem	30
Bragança	26
Castello Branco	23
Portalegre	15
Evora	13
Beja	12

A população, *de facto*, de Portugal e ilhas adjacentes era em 1864 a seguinte:—

4.188:140 habitantes,—sendo homens

2:005:540—mulheres 2:182:870;—sendo homens solteiros 1:274:599—mulheres solteiras 1:345:920—homens casados 642:980—mulheres casadas 646:867—viuvos 87:961 viuvas 190:083—população urbana 678:098 rural e extra-urbana 3.709:712.

—

Edade media—homens, 27 annos, 4 mezes e 20 dias—mulheres, 28 annos, 2 mezes e 5 dias.

—

O que é uma cidade, villa, termo, aldeia, districto administrativo, comarca, concelho, honra, couto, behetria, vintena e reguengo em Portugal

CIDADE

Povoação que gosa esta cathegoria por concessão do rei. Tem certos privilegios, uma municipalidade, e foi, ou é, séde de um arcebispo ou bispo.

É costume dar-se o titulo de cidade a qualquer villa, que além das circumstancias referidas que reune tem tambem a de ser muito populosa; porém em Portugal ha algumas cidades muito inferiores, a todos os respeitos, a muitas villas. D'entre aquellas citaremos Miranda, Pinhel, Thomar e Silves. . . . .

Antigamente dava-se o nome de cidade a qualquer territorio que se governava por auctoridades proprias, e pelos seus usos e costumes. (Vide *Cidade*, onde isto vem mais circumstanciado.)

VILLA

Tambem só o rei dá a cathegoria de villa.

Em regra tem este titulo as povoações que foram cidades em tempos remotos, que são populações antigas, ou a que o seu desenvolvimento deu uma dimensão maior que uma aldeia, mas inferior ás cidades.

Ha, porém, em Portugal villas que hoje não passam de pobres aldeias (não as declaramos, não só por não offendermos o melindre de seus habitantes; mas, e principalmente, pelo seu grande numero).

Comtudo ha villas que bem merecem o titulo de cidade, por serem a todos os respeitos superiores a muitas como taes classificadas.

Citaremos, entre outras: Estremoz, Villa-Real de Traz-os-Montes, Barcellos, e Ponte do Lima.

ALDEIA

Dá-se este nome (ou o de logar) a uma maior ou menor reunião de casas, mas inferior á das villas. Todavia ha muitas aldeias, maiores, mais ricas e mais bonitas do que bastantes povoações classificadas como villas.

Entre aquellas notaremos: S. João da Madeira, Arrifana da Feira (ou Santa Maria da Arrifana), a Lagarteira (na freguezia de Gontinhães), Corvo, Arcossô, Vidago e Espinho.

TERMO

Cada cidade ou villa, tem um *termo*, que consiste em um numero maior, ou menor, de sitios que a cercam, e nas casas e quintas dispersas no campo das immediações. Faz porém differença de *arrabaldes*, ou *suburbios*, que isto está mais proximo, e fórma um accessorio das grandes povoações.

CONCELHO

É uma reunião maior ou menor de freguezias, governadas por um administrador de concelho e representadas por uma municipalidade.

Se o concelho é tambem *julgado*, tem um tribunal do civel, crime e orphanologico, com um *juiz ordinario*, um sub-delegado do procurador regio, escrivães, officiaes de diligencias, carcereiro, etc.

Até 1820, os concelhos tinham muitos privilegios, e inclusivamente o de nomearem os seus juizes, que eram confirmados pelo rei. Hoje esses juizes, assim como a camara, são de eleição popular, e não precisam de confirmação regia. (vide Julgado.)

DISTRICTO ADMINISTRATIVO

É a reunião de certo numero de conce-

lhos, e cujo magistrado superior se chama *governador civil*.

Todos sabem o que é um districto administrativo, por isso não estou com mais explicações.

COMARCA

É a reunião de certo numero de julgados (sómente para o civel, crime e orphanologico) cujo magistrado superior é um juiz de Direito.

É assistido por um delegado do procurador regio (que é tambem curador geral dos orphãos) e tem contador (que é tambem distribuidor) escrivães, officiaes de diligencias, carcereiro, etc.

HONRA

Era um *senhorio* dado pelo rei, em recompensa de serviços brilhantes, ou actos de coragem. A *honra* se compunha de um numero indeterminado de aldeias e casaes, ou de uma mesma freguezia, ou de diversas.

Tambem ás vezes era uma freguezia inteira elevada á cathegoria d'*honra.*

Os conventos de ambos os sexos tinham tambem muitas d'estas *honras*; mas era mais commum terem coutos.

As *honras* gosavam muitos privilegios, que o marquez de Pombal cerceou e a constituição de 1820 extinguiu (e fez bem).— Ellas são muito antigas em Portugal, pois já existiam no tempo dos godos: el-rei D. Diniz lhe deu uma organisação mais uniforme em 1315. (vide no Diccionario—*Amadigo*—que tambem era uma *honra.*)

COUTO

Originariamente era um asylo onde podiam viver publica e impunemente toda a casta de criminosos. Em regra, a creação dos coutos, era da maneira seguinte:

Fundava-se um convento n'um sitio deserto; e os frades ou freiras, para attrahirem alli população que lhes *emprasasse* as terras, pediam ao rei que lhe *coutasse* os seus terrenos.

O mesmo acontecia com qualquer fidalgo que fazia uma quinta.

Tambem muitas vezes o rei, para povoar uma villa abandonada pelos mouros, a *coutava* e o seu territorio.

O *couto* era uma especie de concelho, governando-se por auctoridades proprias, que julgavam as causas civeis e crimes de pouca importancia.

D. Pedro II, pela carta de lei de 10 de janeiro de 1692, aboliu os *asylos* (couto de homisiados, ou homisios), e os criminosos, desde então, podiam ser presos tanto nos coutos, como em qualquer parte. Deixou porém continuarem a existir as célebres *cartas de seguro*; com as quaes os criminosos podiam passear impunemente pelo reino, com exclusão da terra onde tivessem commettido o crime. Deixou tambem continuar a existir o *privilegio* de se não poderem prender criminosos em algumas das grandes feiras de Portugal, excluindo sómente d'este privilegio, os criminosos que delinquiam nas mesmas feiras.

Todos estes absurdos e repugnantes *privilegios* foram justamente abolidos em 1820; mas a constituição deixou subsistir os *coutos* (mas só como pequenos concelhos) que só foram extinctos em 1834.

Ordinariamente as *honras* eram dadas aos fidalgos, e os *coutos* aos conventos e aos bispos.

BEHETRÍA

As terras que, em premio de qualquer serviço relevante feito á patria, eram pelo rei feitas *behetrías*, tinham o privilegio de, por morte do seu *senhor donatario*, escolher para novo *senhor*, o fidalgo que bem lhes parecesse.

D. Manuel, supprimiu as behetrias, por uma lei que vem nas suas *Ordenações*[1]. (vide esta palavra no Diccionario.)

REGUENGOS

Eram os territorios antigamente conquistados aos mouros, dos quaes os reis reservavam para si a *senhoriagem*; mas que, com

[1] Só havia em Portugal dez povoações, que tivessem o privilegio de behetria, grande n'aquelle tempo.

o andar dos tempos, deram á Casa de Bragança, á do Infantado, á das Rainhas e até a particulares; ou gratuitamente, ou sob a obrigação do pagamento de certa renda á corôa.

VINTENA

Era uma sub-divisão da comarca. Ella tinha o seu juiz (chamado da *vintena*) dependente do *juiz de fóra*, ou do juiz ordinario respectivo. Esta sub divisão era só com respeito ao civel e crime, e tinha muito pequena *alçada*.

As vintenas tambem acabaram em 1834.

—

Situação, limites, extensão, divisão e população de Portugal

Montanhas, planos, rios, lagos, cabos, portos, ilhas, praças, minas, agricultura, industria e commercio, marinha, exercito, etc.

Portugal—Está situado na parte mais occidental da Europa[1]. Confina ao N. com a Galliza, a E. com Leão, Extremadura hespanhola e Andaluzia e ao S. e O. com o Atlantico[2].

Tem de comprido, de N. a S., desde Melgaço até ao Cabo de Santa Maria, 560 kilometros; e de largo, desde Caminha até Miranda do Douro, 240.

A sua superficie, é de 113:400 kilometros quadrados.

Tem aproximadamente 860:000 fogos e 3,500:000 almas.

Montanhas—Portugal é na sua maxima parte, montuoso; sendo quasi todas as suas serras, ramos dos Pyreneus

As mais notaveis, são: *Gerêz*, no Minho; *Marão*, em Traz-os-Montes; *Bussaco*, no Douro; *Caramullo*, na Beira Alta; *Estrella*, na Beira Baixa; *Cintra* e *Arrabida*, na Extremadura; *Ossa*, no Alemtejo; *Caldeirão* e *Monchique*, no Algarve.

Planos—Tem Portugal extensas e deliciosas planicies; taes são as que formam a maior parte da provincia do Alemtejo; os célebres Campos da Gollegan; as Lesirias do Riba-Tejo; os Campos de Coimbra, Aveiro, Angeja, Chaves, Castello Branco, Céia, Pinhel, Elvas, Villariça, Bésteiros, Louzan, Castro Marim, Tavira, Almeida, Sabugal, Setubal; os arredores de Villa Real de Traz-os-Montes; as encantadoras margens do Lima; a formosissima veiga que se estende pelo litoral, desde Vianna até ao pinhal do Camarido (da Nação), proximo á Caminha; e a deliciosa margem esquerda do Minho, desde o rio Coira, até ao convento de Ganfei, proximo á Vallença, além de innumeros e aprasiveis valles que se vêem, quer nas margens dos rios, quer nas encostas, ou faldas das montanhas; dos quaes se trata no logar competente.

Rios—Principiando do Norte: o *Minho*, que separa a Hespanha de Portugal; o *Lima*, o *Douro*, que separam em parte a Hespanha de Portugal e depois Traz-os-Montes das duas Beiras, o *Vouga*, o *Mondego*, o *Tejo*, que separa, em parte, a Extremadura portugueza do Alemtejo, o *Sado* e o *Guadiana*, que separa, em parte, o Algarve da Andaluzia[1].

Estes são os principaes, e todos desembocam no Atlantico; mas ha ainda uma infinidade de rios de menos importancia, que vão no logar respectivo.

Lagoas—No termo d'*Alcacer do Sal*, ha uma de 3 kilometros de circumferencia; a de *Obidos*, tem 6 kilometros de comprido e 4 de largo; ha 1 em *Mira*; 2 no alto da *Estrella*; a da *Baságueda*, proximo a Penamacor; 5 ao S. de Abrantes, entre os rios Sôr e Tejo; 1 perto da *Lamarosa*; 1 entre Azeitão e a Costa do mar; 3 ao N. de Beja; 1 perto de *Fermentellos*; 1 proximo de *Fróssos*; ao

[1] Entre 36°, 55′ e 42°, 7′ latit. N.; e 1°, 5′ de long. Occ. e 2° de long. Or. de Coimbra; 8°, 40′ e 11°, 45′ Or. da Ilha de ferro.

[2] Tendo por *antipodas*, os habitantes da *Nova Zelandia*, na Occeania.

[1] Além d'estes, temos mais em Portugal, os seguintes rios navegaveis: *Ave*, *Cávado*, e os differentes *braços* da *ria* d'Aveiro; e mais de 200 rios menores.

todo 18, além de outras muitas, mais pequenas.

Cabos—Os principaes são: *Mondego*, *Carvoeiro*, *Roca*, *Espichel*, *Santa Maria* e *S. Vicente*.

Portos de mar—Temos ao todo 25; mas os principaes são: *Lisboa*, *Porto*, *Setubal*, *Faro*, *Figueira*, *Aveiro*, *Vianna*, *Caminha*, *Villa Nova de Portimão*, *Albufeira*, *Olhão*, *Lagos*, *Villa Real de Santo Antonio*, *Castro Marim*, *Ericeira*, *S. Martinho* e *Villa do Conde*.

Ilhas—No nosso litoral não ha *ilhas* propriamente ditas, apenas existem bastantes *ilheus*; mas quasi todos insignificantes, e na maior parte deshabitados.

No Algarve ha diversos grupos de *ilhotes*. Em frente de Peniche ha o grupo das *Berlengas* (que são sete), na maior, chamada mesmo *Berlenga grande*, ha um pharol e um forte.

Ilheus fortificados—Além da *Berlenga grande*, temos o *Bogio*, no Tejo, e a *Insua*, na Fóz do Minho, além de outros pequenos *fortins*.

Praças d'armas—Actualmente só *Elvas* merece o nome de *praça d'armas*, comtudo ainda se consideram n'esta cathegoria: Vallença, Peniche, Campo Maior, Juromenha, Almeida, Monsanto, Monsão, Marvão, Abrantes, Castro Marim, Villa Nova da Cerveira, Silves, Beja e Santarem.

De todas estas, a que está em melhor estado é Peniche; Vallença, Monsanto. Marvão e Castro Marim, já precisam de bastantes reparos; as mais estão muito desmanteladas.

Aguas mineraes—Ha innumeraveis em todo o reino, mas as principaes são as do *Gerêz*, *Monção*, *Vizella*, *Taipas*, *Gallegos* e *Lijó* no Minho; *Villarelho* e *Arégos*, em Tráz-os-Montes; *Luso*, *S. Jorge* e *Entre Ambos-os-Rios*, no Douro; *S. Pedro do Sul*, *S. Germil* e *Mollêdo*, na Beira Alta; *Longroiva* e *Manteigas*, na Beira Baixa; *Caldas da Rainha*, na Extremadura e *S. João do Deserto*, perto d'Aljustrel, no Alemtejo.

Estas ultimas, curam a horrivel molestia da *elephancia*, ou *morfeia*.

Além d'estas, ha muitas mais aguas mineraes, despresadas, ou que ainda não foram *analysadas* e das quaes se dá noticia nas respectivas terras.

Perto de Rio Maior, ha uma fonte d'agua salgada, e d'ella se extrahe sal[1].

Minas—Os romanos, e os arabes depois d'elles, extrahiram da Lusitania uma enorme porção de ouro e prata, de que então haviam muitas e abundantissimas minas (ainda em muitas partes se vêem vestigios de grandes obras de mineração, do seu tempo). Hoje poucas e insignificantes minas ha descobertas, de metaes preciosos; abunda porém Portugal em minas de diversos metaes, metaloides, crystal de rocha, bellissimos marmores, amisuto, carvão de pedra, etc.

As minas mais conhecidas, são: de *Agathas*, em Tagano—*Aguas-marinas*, *Turquezas* e *Amethistas*, em Portalegre, na Estrella e Gêrez—*Alabastro*, na Estrella—*Alumen* e *Sal-cathartico*, na Louzan e em Coimbra—*Amianto*, em Bellas e Murça de Panoyas—*Antimonio*, em Vallongo, Murça, Lamas de Orelhão e Villar-Chão—*Ardosias*, no Marão, Vallongo, Caminha, Rates, Ançan, Abrantes, Extremoz e Paiva—*Plombagina*, em Arouca e Paiva—*Argilla*, *Arsenico*, *Enxofre* e *Feldspatho*, em muita parte—*Azeviche*, em Monte Junto e na Batalha—*Mercurio*, no Porto, Aveiro, Galafeira, Coina, Castello Branco, Buarcos, etc.—*Basalto*, nas margens do Douro, Lisboa, Cabo de S. Vicente e Bussaco—*Bismuto* e *nikel*, em Lamego—*Carvão de pedra* (*antracithes*, *jurassico*, *fossil*, ou *lignites*, etc.), Vallongo, Castello de Paiva, Leiria, Buarcos (este é o melhor), Bussaco, Porto

[1] Ha em Portugal 81 grupos de nascentes ther[illegible]s, a [illegible]ber: Beira, 26; Extremadura[illegible] Minh, 13; Alemtejo, 11; Tráz-os-[illegible] pt; Agarve, 3. Sendo: alcalinas gazo[illegible]ds; gaosas, 5; salinas (de diversas bazes), [illegible]; thirmaes simples, 5; metallicas ferro coprif[illegible]ras, 2; chlororadas, 3; indeterminadas, 4.

de Móz, Bairrada, Marão, Cascaes, Espite, Ourem, Serra da Abelheira (Algarve), Alhandra e na margem direita do Douro, em S. Thiago, Covêllo e Valle d'Acha, etc., etc.—*Chumbo*, em Vallença do Douro, Ventosello, Estrella, Moncorvo, Murça, Rebordoza, Lamego, Longroiva, Braçal, Cója, Borba, Marvão, Castro Verde, Extremoz, Ourique, Marão, S. Miguel d'Acha, etc.—*Cobalto*, em Lebução—*Cobre*, em Villa-Chan da Montanha, Elvas, Alter, Querença, Portalegre, Grandola, Odemira, Paiva, Ossélla Macieira de Larnes, Nogueira de Cravo, Milheiróz de Poyares, Pindello, Cucujães, Palhal, Terra da Feira; sendo a melhor, até hoje conhecida, a do *Pomarão* (vulgarmente S. Domingos), junto a Mértola—*Crystal de rocha*, na Estrella, Gerêz, Paiva, etc.—*Dendrites* (arvores petrificadas), em Soure e Pédorido—*Estanho*, em Bragança, Rebordosa, Roriz, Amarante, Lafões, Briosinho da Bemposta, S. João de Lousa, Lanhezes, Belmonte, etc.—*Kaolim* (barro branco de que se faz a porcellana), em Santa Maria do Valle (no logar do Carvalhal, na *Terra da Feira*) Vallongo, Ilhavo, Feira, etc.—*Ferro*, em muitissimas partes, sendo as melhores minas, perto de Leiria, já exploradas pelos romanos—*Gêsso* (sulphato de cal), em Cezimbra e S. Pedro de Muel—*Giz*, em Carcavellos—*Jacinthos*, em Bellas e nas margens do Cávado—*Jaspe*, em Extremoz—*Marmore*, em muitissimos sitios, sendo superior o de Extremoz, Cintra, Porto de Móz e Pero Pinheiro—*Granito*, ha grande abundancia no reino, sendo superlativo o da Gandora de Santo Isidro (ou Isidoro) 2 kilometros ao S. de Caminha [1], na freguezia do Molledo, e o do monte do *Fáro*, freguezia de *Anha*, comarca, concelho e proximo de Vianna, na esquerda do rio Lima [2] e muito bom o do Porto, Cabeçaes, Escariz, Arouca, (este é mais escuro) etc., etc.—*Iman* (ou *Magnete*) em Cintra—*Molibdeno*, em Murça e Bragança—*Ouro*, nas areias do Douro, Mondego, Zêzere, e outros rios, na Estrella, Gerez, Adiça (junto a Almada) Marvão, Góes, Sarzedas, Rosmaninhal e Foz de Alva—*Pederneira* (*silex*) em Rio Maior, Alcantara etc.—*Pedra de amolar*, em Bellas (fina, para mós de trigo) Montezinho, Baltar, Bem-Viver, Nogueira (no concelho de Oliveira de Azemeis) e Romariz, na Terra da Feira—*Seixo* (*quartzo quartezites* etc.) em toda a parte de Portugal, sendo o mais bello que tenho visto, o da Serra da Carraceira, na comarca de Arouca, que é tão limpido que parece crystal de rocha.—*Pedra calcarea (carbonato de cal)* em muitissimos sitios sendo a melhor em Podence, Coimbra, Ançan (branca e azulada) Bairrada, Figueira da Foz, Marão (preta) e por toda a provincia do Algarve, etc.—*Cal hydraulica*, em Vianna do Alemtejo e Marão.—*Pedra lithographica*, em Ourem, Cascaes e outros sitios.—*Prata*, em Monforte, Bragança, Vallongo, Marvão, Trancoso, Campean e Cossourado (perto de Barcellos).—*Rubins* no Algarve—*Saphiras*, perto de Barcellos [1]—*Talco*, em Arrayolos, Carnaxide, perto do Porto e outras muitas partes—*Turfa* (terra combustivel) na Comporta, perto de Setubal, Paiva, Ancora, etc.—*Trachite* (de linda côr verde) em Cesimbra.

N. B.—As minas de pedras preciosas em Portugal, estão como as de ouro e prata: ha mais de um seculo que não apparece nada! (Ao menos que eu saiba.)

Agricuttura—Portugal é essencialmente agricola, e o seu torrão abençoado é proprio para produzir toda a qualidade de ce-

[1] Julgo que não ha em todo o mundo tão fino e formoso *granito*. Sendo muito mais facil de obrar, do que o marmore, faz-se d'elle a mais delicada obra, e não se faz com o tempo côr de tijolo, como o marmore. O melhor é o dos rochedos á beira mar, [illegible] perto da capella do Santo; mas nem todas [illegible] dreiras d'aqui são assim, posto que [illegible] sejam de muito superior qualidade.

[2] Tambem em nada inferior ao da Gandara de Santo Isidóro.

[1] Vendeu-se uma *saphira*, de Barcellos, em Paris no anno de 1636, por 28 contos de réis! (Oliveira Freire, *Descripção Chorographica de Portugal*, pag. 31.) Acho muito! O padre Carvalho, na sua *Chorographia*, diz que appareceu em Villa do Conde esta *saphira*.

reaes, deliciosos fructos e hortaliças, optimo azeite, e muito e bom vinho, sendo o do Alto Douro e o *Moscatel* de Setubal os melhores do mundo. Produz grande e bellissima variedade de flores; muitissimas plantas medicinaes, superiores madeiras para construcção naval e para edificios, etc.

No algarve prosperam facilmente muitas plantas dos Tropicos.

Se os nossos governos cuidassem seriamente d'este manancial de prosperidade publica; se publicassem a ha tantos annos apregoada *lei agraria* (que só para as kalendas gregas, sahirá do tinteiro dos nossos hodiernos estadistas) e ella fosse como devia ser, não veriamos ainda tantos centenares de leguas quadradas, de terrenos incultos e inuteis, e Portugal seria uma das mais prosperas nações do mundo [1].

Industria—A nosso industria tem-se, é verdade, desenvolvido muito n'estes ultimos tempos, e grandes estabelecimentos fabris se têem fundado, que já dão mui satisfatorios resultados, e sustentam muitos milhares de individuos; mas está ainda muito longe do grão de prosperidade a que podia attingir, se leis protectoras (e não vexatorias, como algumas das actuaes), a ajudassem a chegar ao seu perfeito estado de desenvolvimento.

(As fabricas mais notaveis vão nas terras onde estão situadas).

Commercio—Quasi que se limita á exportação de generos agricolas (sobre tudo vinho, fructas e cortiça)[2], e á importação de chá, café, assucar, bacalhau e generos coloniaes que o reino não produz, e de muitos generos que deviamos exportar (em vez de importar), como: pannos de lan, séda, algodão e linho; manteiga, ferro, aço, péz, cereaes, oleados, papeis pintados e muita quinquilheria que nada vale, e nos leva annualmente uns poucos de milhões de cruzados!

Exportamos tambem bastante peixe salgado (mas já exportámos muitissimo mais) e muitos moios de sal. De Lisboa exportam-se muitas fructas, legumes e peixe em conserva.

Marinha—A mercante está em um estado bastante florescente e animador, e, em relação ao numero dos nossos portos de mar, póde dizer-se que nada inveja á dos estrangeiros [1].

Quanto á de guerra... É melhor não fallarmos n'isso.

Exercito—É de 24:000 homens (nos mappas) distribuidos por:

8 Regimentos de cavallaria.
3 De artilheria.
9 Batalhões de caçadores.
18 Regimentos de infanteria.
1 Batalhão de sapadores.
1 Corpo de marinheiros militares.
2 Corpos de guarda municipal, um em Lisboa, outro no Porto, compostos de infanteria e cavallaria.

Já se vê que só inclúo os militares *combatentes*.

N. B. Não entram aqui os engenheiros, os empregados dos arsenaes do exercito e marinha, ou das differentes repartições dos ministerios da guerra e marinha, nem os innumeraveis estados maiores, superiores, relativamente, aos de França, Russia e Prussia, e talvez mesmo aos da China.

—

Limites das oito provincias portuguezas

Algarve

A provincia mais meridional do reino (a

1 A Peninsula Hispanica, está ainda atrazadissima em agricultura; senão é ver a França e a Belgica, cujos terrenos são peores do que os nossos, como se tem desenvolvido n'este seculo. E a Inglaterra? Esta nação, que é grande em tudo (diga-se a verdade), tendo um terreno e um clima tão ingratos, tem obrado maravilhas, e os seus campos e as suas veigas, prados e bosques são um verdadeiro modelo para o lavrador.

2 O custo da cortiça de sobreiro, quadruplicou desde 70 para hoje. Aqui supplico aos nossos lavradores que desponham soutos de sobreiros. Aproveitam terrenos inuteis e estabelecem um optimo rendimento aos seus filhos.

1 Portugal tem uns 700 navios mercantes, não incluindo hiates, rascas, falúas e mais navios miudos.

que tambem se dá o nome de *reino*), parte ao N. com o Alemtejo, pela Serra de Monchique e rio Vascão; S. e O., com o Oceano. E. com o Guadianna, que o separa da Andaluzia.

Tem 160 kilometros de comprido e 42 de largo. 140:000 almas.

Alemtejo

Confina ao N. com a Beira Baixa e Extremadura. Ao E. com parte da Extremadura hespanhola e Andaluzia. Ao S. com o Algarve. Ao O. com o Tejo.

Tem 240 kilometros de comprido e 114 de largo. 306:000 almas.

Extremadura

Confina ao N. com a Beira Alta. Ao S. com o Alemtejo. A E. com a Beira Baixa e Alemtejo. Ao O. com o Oceano.

Tem 216 kilometros de comprido e 96 de largo. 701:000 almas.

Beira Baixa

Parte do N. com Traz-os-Montes, S. com o Alemtejo, E. com Hespanha e O. com a Beira Alta e provincia do Douro.

Tem 168 kilometros de comprido e 72 a 120 de largo. 338:000 almas.

Beira Alta

Confina pelo N. com Traz-os-Montes, S. e O. com a provincia do Douro. E. com Beira Baixa.

Tem 96 kilometros de comprido e 72 a 96 de largo. 292:000 almas.

Douro

Confina ao N. com a provincia do Minho, E. com Traz-os-Montes e as duas Beiras, S. com Beira Baixa e Extremadura, O. com o Oceano.

Tem 156 kilometros de comprimento e 84 na maior largura. 860:000 almas.

Traz-os-Montes

A provincia mais septentrional do reino; confina ao N. com a Galliza, E. com o reino de Leão, O. com a provincia do Minho, S. com as duas Beiras, 192 kilometros de comprido e 132 de largo (chama-se *Traz-os-Montes*, em relação ao Minho, por estar além das serras do *Gerêz* e *Marão*). 313:000 almas.

Minho

Confina ao E. com a Galliza (separada pelo rio Minho) e Traz-os-Montes, ao O. com o Oceano, ao N. com o rio Minho e ao S. com a provincia do Douro.

Tem 84 kilometros de comprido e 72 de largo. 471:000 almas.

N. B. Desde o principio da monarchia, até ao meiado do seculo XIII, era Portugal dividido em cinco provincias; Minho, Traz-os-Montes, Beira, Extremadura e Alemtejo. Em 1250 se lhes juntou mais o reino do Algarve, e assim esteve até 1834, em que se lhe deu a actual divisão.

LUSO — freguezia, Douro, comarca da Anadía, concelho da Mealhada, 18 kilometros ao N. de Coimbra, 220 ao N. de Lisboa, 270 fogos.

Em 1757 tinha 190 fogos.

Orago Nossa Senhora da Natividade.

Bispado de Coimbra, districto administrativo de Aveiro.

O collegio dos eremitas de Santo Agostinho, da cidade de Coimbra, apresentava o cura, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar.

Esta freguezia está situada na vertente O. da Serra do Bussaco, em sitio aprasivel, fertil e muito saudavel.

Ainda ha 40 annos era uma freguezia de pouca importancia; porém, desde que *foi moda* virem os ricos da terra passar os mezes da estiagem para esta, com razão chamada a *Cintra da Beira*, tem-se aqui augmentado prodigiosamente a população, sobre tudo, desde 1850 em diante; e já aqui se vêem muitas casas bonitas e elegantes, sobresahindo o bello palacio dos srs. condes da Graciosa.

---

mesmo chamado de S. Gonçalo — outra de S. Roque, ha pouco reformada, onde costumam hir as procissões da freguezia.

Ha outra capella particular, na casa do Cabo, no logar d'este nome, cujo orago é Sant'Anna, mãe da Santissima Virgem.

Houve ainda outra capella publica, dedicada a S. Mamede, no logar d'este nome, que deixou de existir ha muitos annos, e d'ella não ha vestigios.

Ha aqui uma bonita casa para as sessões da junta de parochia, para a qual muito contribuiu o rico negociante do Porto, Monteiro Leão, já fallecido.

Perto da egreja matriz, ha uma carvalheira, que na altura de 1 metro tem 25 palmos de circumferencia, engrossando ainda d'ahi para cima, até ao nascimento dos ramos.

Nasce n'esta freguezia, na serra de *Calvêllo*, um ribeiro, aqui chamado de *Béstares*. Réga e móe. Desagúa no Visella.

Na mesma serra de Calvêllo nasce o ribeiro do *Mezio*, *Amezio* ou *Mezinho*, que vae desaguar no *Sousa*. (Vide *Bitarães*, a pag. 402 do 1.° vol.)

—

Foi abbade d'esta freguezia, e aqui falleceu, a 5 de junho de 1845, fr. Joaquim de Santo Agostinho de Brito França Galvão, eremita calçado de Santo Agostinho. Era freire conventual e commendador da Ordem de S. Bento de Aviz, licenciado em theologia, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e prelado domestico de Sua Santidade.

Tinha sido governador do bispado de Bragança.

Nasceu em Tavira a 19 de maio de 1767. Jaz na sepultura parochial d'esta egreja.

Tudo isto (que diz respeito a fr. Joaquim de Santo Agostinho) foi extrahido de uma lapide de marmore, que está embutida na parede da capella-mór, do lado do Evangelho, e que alli foi collocada pelos seus amigos, em veneração ás letras e virtudes em que este digno varão tanto se distinguiu.

—

Houve aqui um mosteiro antiquissimo de frades bentos (dobrado).

A rainha D. Thereza, viuva do conde D. Henrique, o mandou reedificar em 1125. É sagrado.

Foi depois reduzido a abbadia secular, e dado a D. Fradique de Menezes, senhor da Ponte da Barca, por ser casado com sua prima, filha de seu tio Fernão Nunes Barreto, morgado de Freiriz. Tinha vindo á casa de Freiriz por casamento, trazido por uma senhora da familia Ferraz, da cidade do Porto.

No alto do monte ha vestigios de fortificações antigas.

LUTO (1)—Tem variado em Portugal as côres e as fazendas destinadas para o luto. O mais antigo de que ha noticia era de burél branco.

Pela ordenação ou lei de 17 de outubro de 1499 se prohibe geralmente o luto, ou *dó*, de burél; mandando-se que nunca mais se podesse usar por qualquer pessoa que fosse: prohibindo tambem ás mulheres, de todas as condições, o trazerem *vaso na cabeça*, (2) debaixo de severas penas, aos transgressoses e aos ministros que não os castigassem.

O mesmo ordena a pragmatica de 24 de maio de 1749, cap. 17.°

No *Codigo Manuelino*, da edição de 1565, já se não falla em *vaso*, e só diz:

«*Ninhua pessoa de qualquer qualidade, e condição que seja, nom traga nem tome por ninhua outra pessoa ninhum vestido de burél, nem* almáffega, (3) *nem* capelo *de ninhum outro dóó preto*, etc.

(1) No portuguez antigo tambem se dizia *loito* e *dó*. *Loito* tambem significava—tristeza, afflicção, pena e compaixão.

(2) *Vaso na cabeça* era uma especie de capuz ou capêllo, que usavam as pessoas que andavam de luto. Suppõe-se que o tal *vaso* tambem era de burel. O *vaso* fazia os que o usavam tão medonhos, que vulgarmente se lhe dava (ao *vaso*) o nome de *carantonha*.

(3) *Almáffega*—burel branco e grosseiro, de que se faziam os vestidos de luto. Terminado o tempo de luto, os testamenteiros costumavam dar aos que tinham usado de *almáfega* um vestido de *valencina*, que era um panno alegre e festivo.— «*Mando n'aquelles que por mim posserem* almáffega, *que lhe-lo*

No reinado de D. João III se principiou a usar a côr preta para o luto, que se foi generalisando, e é o usado actualmente.

LUTUOSA ou **LOITOSA**—portuguez antigo—hoje diz-se *luctuosa*. Tambem se escrevia *luctosa* e *loytosa*.

É certa peça (movel ou semovente) ou pensão que se paga por fallecimento da cabeça do praso.

Antigamente os vassallos do rei não podiam testar das suas armas e cavallos, devendo ficar ao soberano por *luctuosa;* e elle fazia d'ellas mercê ao que entrava a servir em logar do fallecido.

Tambem foi lei antiga e costume pagarem às viuvas *luctuosa* para poderem tornar a casar. (Vide *Ossas.)*

Nas escripturas de emprazamento se estipulava a *luctuosa*, que ordinariamente era tanto como a renda de um anno, ou a melhor peça, movel ou semovente, do casal.

Parece que nos primeiros emprazamentos não era só a cabeça do praso, mas até qualquer pessoa de sua familia, fallecida, que pagava *luctuosa*.

Actualmente este tributo (immoral e escandaloso) é repartido por todos os emphiteutas do praso, em proporção do valor das propriedades; mas, só se paga por morte do cabeça; salvo em alguns, poucos, prasos em que ainda se paga por morte de qualquer dos emphiteutas.

No foral que D. Manuel deu á terra de Paiva, em 1513, fallando das *luctosas*, e declarando os casaes e pessoas que os deviam pagar á corôa, diz:

«*A luctosa seja a milhor joya ou peça movell, que ficar aos Reguengueiros encabeçados*, etc.»

Tambem em algumas terras se dava a *luctuosa* o nome de *sinal.*—*Por colheita d'El-Rei dar cinquo soldos: e luytosa de cada pessoa o milhor sinal.* (Documento de Alpendurada, de 1364.)

Depois tambem se veio a usar o pagarem

tolham com sete alas (alnas) *de valenciana* (ou *valencina) ou de viado.*»—(Testamento de Gonçalo Peixoto, senhor da quinta de Macieira de Sarnes (Terra da Feira) de 1369. —Documento d'Alpendurada).

os herdeiros dos parochos collados, isentos, beneficiados e dignidades que teem algumas egrejas annexas, e por prestimonio, *luctuosa* ao bispo respectivo: sendo só exceptuados os que por contracto ou privilegio se achavam isentos d'esse pagamento.

Esta *luctuosa* consistia sempre em algum traste mais precioso que se achava entre o espolio do fallecido, ou fosse movel ou semovente.

Este uso se introduziu em logar da *quarta canonica episcopal*, que foi substituida pela *luctuosa*.

Em alguns bispados, não se achando aos defunctos coisa de valor, se pagava de *luctuosa* um marco de prata.

Em 1316, o bispo de Viseu, D. Martinho, concedeu ao seu cabido as *luctuosas* de todas as egrejas, assim como levava a sua parte dos dizimos e dos outros direitos que a Sé devia ter nas ditas egrejas. (Documento de Viseu.)

Em 1186, D. João Pires, bispo de Viseu, e o seu cabido, cederam ao mosteiro dos conegos do Templo, d'Aguas-Santas (conegos do Santo Sepulchro) a terça dos dizimos que lhes pertenciam na egreja do Ledaario, de que a rainha D. Thereza (mãe de D. Affonso Henriques) lhes havia feito doação; reservando unicamente para si um *aureo*, que d'esta egreja se lhes devia pagar annualmente pela Paschoa, e tambem a terça dos mortuorios.

Cederam egualmente do jantar ou collecta, e da *luctuosa*.

LUXAMENTO—portuguez antigo—comtaminação, acto de sujar-se, de perverter-se.

LUXAR—portuguez antigo—sujar, etc.

LUZ—freguezia, Alemtejo, comarca do Redondo, concelho de Mourão, 60 kilometros ao O. d'Evora, 180 ao S. de Lisboa, 80 fogos.

Em 1757 tinha 46 fogos.

Orago Nossa Senhora da Luz.

Arcebispado e districto administrativo de Evora.

A mitra apresentava o cura, que timha 120 alqueires de trigo e 60 de cevada, de rendimento.

LUZ—freguezia, Algarve, comarca e con-

Não foi só a poesia, frescura e amenidade do sitio, que causou o incremento progressivo da população; foram tambem as suas preconisadas aguas mineraes, tão efficazes para molestias cutaneas, que para aqui teem attrahido a população fluctuante e, por consequencia, a prosperidade e desenvolvimento das habitações.

Deve-se ao acaso (como outras muitas descobertas) o achado d'estas aguas.

Um individuo que padecia de uma molestia herpetica, lavando-se certo dia (em 1775) n'esta agua, sentiu algum alivio, pelo que se continuou a lavar, e mesmo a beber d'ella, e em pouco tempo se achou completamente são.

Morava aqui perto o doutor, medico, José Antonio de Moraes, clinico distincto, que examinando e verificando a qualidade pathologica d'estas aguas, fez aqui construir umas barracas de ramagens, em que principiou a curar varios doentes. Pouco depois fez construir um barracão de madeira.

Em 1838, havia cinco d'estes barracões, que a camara da Mealhada fez substituir por uma casa de alvenaria, de uns 6 metros de comprido e o mesmo de largo; mas excessivamente immunda, e com banheiras sujas, cuja agua passava de umas para as outras, e que nunca se lavavam.

Esta immundicie fazia d'aqui fugir os doentes de mais consideração, apesar de conhecerem a boa qualidade das aguas.

Ainda outra circumstancia repugnante afugentava d'aqui os doentes—cada banheira dava banho simultaneo a 6 e 8 pessoas, em geral, desconhecidas umas das outras; vendo-se entre ellas individuos cobertos de chagas putridas e ascorosas.

Este estado de cousas continuou por muitos annos, até que José Joaquim Lopes de Vasconcellos, governador civil de Coimbra, em 1845, se lembrou de remediar isto. Fez reunir em Luso uma commissão, que encarregou de cuidar do melhoramento dos banhos; porém, aquelle magistrado, sahindo do governo civil, a commissão nada fez.

Em 1849, sendo governador civil do districto, Thomaz de Aquino Martins da Cruz, não só nomeou uma commissão para este urgentissimo melhoramento, mas desenvolveu um zêlo a toda a prova, para o conseguir; porém sendo exonerado do cargo, ainda d'esta vez ficou tudo em planos e bons desejos.

—

Ultimamente o sr. dr. Antonio Augusto da Costa Simões (natural da Mealhada) lente de medicina na Universidade, tomou a peito a sorte d'estes banhos.

Este cavalheiro, coadjuvado por alguns amigos, conseguiu organisar uma *sociedade para os melhoramentos dos banhos de Luso*, cujo fundo é de 600 acções de 10$000 réis cada uma, ao juro de 5 % — devendo o estabelecimento reverter para a camara da Mealhada, remidas que sejam as acções.

Os trabalhos preparatorios só se concluiram em 17 de janeiro de 1854; e foi então que se preparou tudo, para dar principio ás obras, o que teve logar em 27 de julho do mesmo anno.

Construiu-se um bello e solido edificio, com 9 quartos, cada um com duas banheiras, forradas de azulejo branco, com torneiras de porcellana, da fabrica da Vista-Alegre.

Tem uma boa caldeira de vapor, construida no estabelecimento de fundição dos srs. Collares, de Lisboa, para os banhos de temperatura artificial, a qual aquece um banho em 3 ou 4 minutos.

Fizeram-se regulamentos—estabeleceu-se uma sala para descanço, leitura e jogo de vasa. Os pobres teem banhos gratuitos—Os que o não são, teem banhos naturaes, a 30 e 60 réis—e os artificiaes a 40 e 80 réis.

As pessoas que querem ter entrada na sala de descanço, dão 1$000 réis por toda a quadra dos banhos, de junho a novembro. Para as senhoras e menores de 12 annos, a entrada é gratis.

Estas aguas nascem na falda da Serra do Bussaco, que olha para O., entre as duas aldeias contiguas, de *Luso de Além* e *Luso da Egreja*, em fórma de pôço, sem mais artificio, e sobre um fundo de areia.

Segundo a analyse feita na exposição internacional de Paris, em 1867, e o relatorio respectivo, estas aguas são crystalinas, sem

gosto nem cheiro dignos de nota. São agradaveis ao paladar, abundantes e muito mineralisadas.

Um kilogramma d'esta agua contem apenas 0gr. 05917 de principios fixos, que são —silica, chloruretos alcalinos, carbonato de cal e de magnezia, e uma pequena quantidade de ferro.

A temperatura é de 25° centigrados.

—

No fim do 1.º volume, foi preciso cortar alguns esclarecimentos que se podiam, sem grande inconveniencia, metter em outras terras, para que o volume levasse folhas certas.

Um dos artigos cortados foi o seguinte, com respeito ao monumento do Bussaco, que dou na palavra Luso, por ser na mesma serra. Peço desculpa aos leitores de uma falta que nos vimos obrigados a commetter por necessidade de paginação.

Descripção do monumento consagrado á memoria da gloriosa victoria do Bussaco

Um pedestal de quatro faces, sobre dois degraus, sustenta uma pyramide quadrangular, monolitho de pedra de seis metros de comprido, assente sobre uma base, e rematado superiormente por uma estrella de crystal.

Pyramide e pedestal são de lioz, das nossas pedreiras de Pero Pinheiro. A estrella, formada de doze faces pentagonas, tem mais de 1 metro de diametro, e fundiu-se na fabrica de vidros da Marinha Grande. Pesa cada raio 10 kilogrammas e meio. O monumento mede 15 metros e meio de alto, e é inferiormente cercado por 8 peças de artilheria, em quadrado, collocadas verticalmente, prezas por cadeias de ferro, e fica no centro de uma vasta plataforma, cortada na serra, d'onde partem duas novas estradas, uma que vae dar á capella, e outra á porta da matta, denominada de Sulla.

Foi mandado erigir pelo ministerio da guerra, depois de muitos trabalhos e supplicas do benemerito portuguez Joaquim da Costa Gascaes, a quem se deve a realisação do monumento.

Nasceu a idéa em 1862, sendo ministro o sr. marquez de Sá, que a adoptou e começára; seguiu-se annos depois o sr. Fontes, dando novo impulso aos trabalhos, que pretendia levar a cabo, quando deixou a pasta da guerra; vieram os srs. fallecido general Magalhães, o qual destinou certa quantia mensal para a continuação do monumento; o sr. Lobo d'Avila, que poz termo á dispendiosa e prejudicial armazenagem das cantarias, fazendo-as conduzir para a serra do Bussaco; o sr. general Rego, a cuja ordem se começára e adiantára a construcção n'aquelle local; e finalmente, por segunda vez, o actual sr. ministro da guerra (Fontes) que não só fez concluir as obras já em adiantamento, mas ordenou se procedesse á reconstrucção e melhoramento da capella, á edificação das casas da guarda, e do fiel; e á da plataforma, que cerca o obelisco e abertura das duas estradas, que lhe dão accesso.

Prolongou-se a obra além do que devia, mas foi necessario reunir diversas vontades mais ou menos determinadas, e em distantes épocas, para a levar ao fim. E attenda-se ainda, que só nomeámos os benemeritos, deixando em silencio os que regeitaram a idéa ou que lhe não deram apoio.

O dia 27 de setembro de 1873, foi de festa nacional, em que na serra do Bussaco se prestou um unanime culto de portuguezes, ás glorias da patria; dia de plena luz, egual para todos; dia de tregua, em todos os arraiaes—dia excepcionalmente memoravel para quantos se presam de verdadeiros portuguezes.

LUSTOSA ou **LOSTOSA**—freguezia, Douro, comarca e concelho de Lousada, 25 kilometros a NE. de Braga, 345 ao N. de Lisboa, 320 fogos.

Em 1757 tinha 261 fogos.

Orago S. Thiago, apostolo.

Arcebispado de Braga, districto administrativo do Porto.

A casa dos condes da Barca apresentava o abbade, que tinha 800$000 réis de rendimento.

É terra fertil.

Ha n'esta freguezia duas capellas publicas — uma dedicada a S. Gonçalo, no logar

para os quaes, por meio de bombas, é levada a agua, que tambem é encanada para o fogão, e entra nas caldeiras.

A O. da cosinha, está a casa da copa, a despensa e a bibliotheca, e por este lado termina o edificio no refeitorio que, sendo uma grande casa, dividida por pilastras, que sustentam abobadas, é muito arejada e tem bastante luz.

A L. da cosinha seguem-se symetricamente dispostas as casas em que se acham alojadas a repartição do quartel mestre, a caserna dos famulos, o gabinete de physica, o museu e finalmente a casa d'armas.

Correspondendo á entrada principal, e além do claustro, ha uma outra porta, transposta a qual, se sobe para o pavimento nobre por duas escadas de pedra, que, symetricamente dispostas, dão accesso para os dois lados do edificio. Ainda ha, aos lados da cosinha, mais duas escadas interiores, que dão communicação para o pavimento nobre.

Na frente do edificio estão as salas destinadas a aulas dos primeiros annos lectivos, e no centro da face do S., as dos ultimos annos.

Symetricamente dispostas aos lados d'estas acham-se estabelecidas as quatro companhias do batalhão collegial.

O espaço destinado a cada companhia, consta de uma camarata excellente, já pela sua vastidão e capacidade, já porque tem bastante luz e muito ar, fornecido por ventiladores, etc.

No topo de cada camarata ha como um pavimento superior, onde pernoita o policia que vigia os alumnos. Além d'esta vigia ha outras que rondam as camaratas: de uma casa com lavatorios duplos de ferro e bacias de zinco; de uma sala guarnecida de carteiras, destinadas ao estudo e á residencia dos alumnos, durante o dia, os quaes só entram nas camaratas depois do toque de recolher; de uma arrecadação; de um quarto para o official commandante da companhia, e finalmente de uma casa com bastante ar e luz, onde se acham estabelecidos os compartimentos das sentinas, as quaes têem todas chaminés para onde se estabelece a tiragem do ar.

No centro do edificio e com entrada pelo corredor do claustro, ha uma capella pequena mas elegante, onde se celebra o sacrificio da missa.

Ao nascente e poente do edificio ha espaços de terreno arborisados, nos quaes ha dois abundantes poços, cujas aguas são elevadas por bombas, e aproveitadas para gastos do collegio.

A casa dos banhos, que fica por baixo da cosinha, é aquecida por um tubo de ferro, por onde se faz a tiragem do fogão. N'esta casa ha oito tinas de marmore com encanamento para agua fria e quente, e além d'isso ha uma grande banheira de marmore para banhos de chuva.

Quanto ao regimen interno do estabelecimento, o corpo collegial está, por idades, dividido em quatro companhias, de modo que os alumnos mais antigos nunca tenham occasião de se encontrar com os dos primeiros annos lectivos:

A 1.ª companhia, tem 46 praças.
A 2.ª, 42.
A 3.ª, 46.
A 4.ª, 42.

Total 176 alumnos; d'estes, 21 são exclusivamente mantidos pelo estabelecimento.

As disciplinas professadas nos differentes annos lectivos do curso são:—1.° anno: grammatica portugueza, franceza, arithmetica pratica e calligraphia—2.° anno: lingua franceza, grammatica latina, principios de geographia e noções de chorographia e historia de Portugal e desenho linear—3.° anno: latinidade, grammatica ingleza, noções de geographia, chronologia e historia antiga e moderna e desenho de ornato—4.° anno: lingua ingleza, litteratura, mathematica (arithmetica e geometria plana) e desenho de figura e paizagem—5.° anno: mathematica (algebra e geometria no espaço), principios de chimica e physica, e desenhos de architectura e perspectiva — 6.° anno: mathematica (recordação das materias expostas nos annos anteriores) trigonometria e cosmographia, historia natural, philosophia e desenho topographico.

Póde dizer-se que este estabelecimento tem vida prospera, sendo certo que todos os annos ha sobras que entram no cofre da repartição respectiva, na importancia de dois e tres contos de réis. É com o producto d'estas sobras que se têem feito no edificio os melhoramentos indispensaveis para a sua adapção ás exigencias do estabelecimento, cuja direcção superior está confiada ao sr. general Sá Carneiro, que, no desempenho d'esta commissão tem dado sobejas provas do seu tacto administrativo e eloquente testemunho das apreciaveis qualidades do seu coração, pela maneira affectuosa e verdadeiramente paternal com que elle trata os alumnos, habilitando-os a ver n'elle mais o amigo que os aconselha e dirige, do que o superior que os intimida, e cuja auctoridade elles receiem, e finalmente pelo desvelo com que procura cercal-os de todas as commodidades e confortos compativeis com os recursos de que dispõe o estabelecimento.

LUZÉLLOS — freguezia, Tras-os-Montes, hoje encorporada á de Marzagão (S. João Baptista) na comarca de Moncorvo, concelho de Carrazéda de Anciães.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Bragança.

Luzéllos era uma freguezia muito antiga, e que existiu até ao principio d'este seculo

Quando era independente tinha por orago Santo Amaro. O reitor de Marzagão apresentava o vigario, collado, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar.

LUZÉLLOS—Vide *Colmeal*, á pag. 362 do 2.º vol.

LUZÍA—portuguez antigo—luzida, lustrosa, espelhada, brilhante, etc.

LUZÍA (Santa)—freguezia, Alemtejo, comarca e concelho de Odemira, 90 kilometros a O. de Evora, 120 ao S. de Lisboa, 200 fogos. Em 1757 tinha 148 fogos.

Orago Santa Luzia, virgem e martyr.

Bispado e districto administrativo de Beja.

É terra fertil, sobretudo em cereaes.

A mesa da consciencia apresentava o prior, que tinha 160 alqueires de trigo e 90 de cevada, annualmente.

LUZIM—freguezia, Douro, comarca e concelho de Penafiel, 35 kilometros ao N. do Porto, 335 ao N. de Lisboa, 160 fogos.

Em 1757 tinha 133 fogos.

Orago S. João Baptista.

Bispado e districto administrativo do Porto.

Fica nas margens do Tamega.

A abbadessa (bernarda) de Arouca, os condes de Redondo e o administrador do morgado de Gonçalo Thomaz Peixoto da Silva Almeida Macedo e Carvalho, apresentavam alternativamente o abbade, collado, que tinha 650$000 réis de rendimento.

É n'esta freguezia a quinta de *Sá*, que se julga ter sido o solar dos Sás.

—

É povoação muito antiga, e, pelo menos do tempo dos arabes.

Em 903, Adulfo (ou Adaulfo) sacerdote, doou a egreja de S. João de Luzim (então *Lozim*) em Riba-Tâmega, *ao nobre D. Ansur e sua mulher Ejeuva, restauradores insignes, do mosteiro de S. Pedro, de Arouca. Este padre Adulfo, tinha assassinado um homem.*

Os parentes do morto, o prenderam, e foi multado em tão grande sôma (por commutação da pena capital) que não chegava quanto tinha. N'este aperto, o padre prometteu a D. Ansul—que era o juiz—a sua herdade de Lozim, aonde elle havia edificado uma egreja a S. João—se elle (D. Ansul) o livrasse de perder a vida. [1]

D. Ansur, assim o fez, e o padre cumpriu a palavra, dando-lhe a sua egreja e herdade; não só com o que pertencia ao ecclesiastico, mas tambem ao leigal (secular.)

(Documento do cartorio do convento de Arouca.)

LUZINDE—freguezia, Beira Alta, comarca de Mangualde, concelho de Penalva do Castello, 18 kilometros de Viseu, 300 ao N. de Lisboa, 140 fogos.

Em 1757 tinha 92 fogos.

Orago Nossa Senhora da Assumpção.

[1] Esta egreja havia edificado o padre Adulfo *in casale, quos fuit de Patre meo P. Prudenzo, quos edificavi de verede.* (*Verede*, na baixa latinidade, significava pomar.)

celho, e 5 kilometros a O. de Lagos, 24 de Faro, 250 ao S. de Lisboa, 310 fogos.

Em 1757 tinha 152 fogos.

Orago Nossa Senhora da Luz.

Bispado do Algarve, districto administrativo de Faro.

A mitra apresentava o cura, que tinha 60 alqueires de trigo, 75 de cevada e 1 arroba de figos de cada fogo.

(Já se vê que ha n'esta freguezia grande abundancia de figos.)

Está esta parochia espalhada por casaes e fazendas (a que chamam *montes*).

Comprehende as aldeias de *Espiche* e *Almadêna* (vide *Almadêna*), que ficam na estrada que vae para o Cabo de S. Vicente.

Espiche dista 7 kilometros de Lagos, e Almadêna 8.

A egreja está quasi érma, e é proxima da fortaleza de Nossa Senhora da Luz, que defendia uma grande extensão de praia.

Tem marinhas de sal.

Ha n'esta freguezia bastante vinho de boa qualidade.

LUZ—freguezia, Algarve, comarca, concelho e 6 kilometros de Tavira, 70 kilometros de Faro, 240 ao S. de Lisboa, 380 fogos.

Em 1757 tinha 73 fogos.

Orago Nossa Senhora da Luz.

Bispado do Algarve, districto administrativo de Faro.

A mitra apresentava o cura, que tinha 210 alqueires de pão terçado, de rendimento.

É esta freguezia atravessada pela estrada de Tavira para Faro.

A egreja matriz é muito antiga e de singular architectura, com abobada e *aranhas* de pedra lavrada, assim como o arco da capella-mór, que até ao meio tinha uma grade de ferro, que foi tirada depois do terramoto de 1755. É de tres naves e as paredes exteriores adornadas de ameias, em forma de pequenas torres.

Apesar de ser quasi toda a freguezia espalhada por casaes, é muito fertil de tudo.

Ha aqui tres lagares de azeite.

A campina, que ainda em 1780 eram mattas, é actualmente bem cultivada.

Aqui teve logar, em 1531, o renhido desafio entre as familias dos *Mellos* e *Peçanhas*. Aqui moravam n'esse tempo mais de 50 fidalgos. Hoje não habita por aqui nenhum.

Ha n'esta freguezia a ermida de *Nossa Senhora do Livramento*, que é do morgado dos Mascarenhas, de exquisito gôsto e architectura.

Em 1833, um francez, do exercito liberal, roubou á imagem de Nossa Senhora um braço, e assim esteve muitos annos, só com o outro!

Aqui jaz (na ermida) o padre Henrique Nunes, instituidor do morgado.

—

No sitio do *Pinheiro*, ha uma bôa pedreira de cantaria, e outra na *Quinta do Secretario*.

Ha na freguezia cinco lagares d'azeite, dous n'esta quinta, e os outros tres, nos sitios da *Maragota*, *Bréjo* e *Páteo*.

Corre pela freguezia, o ribeiro perenne, de *Amaro Gonçalves*, que réga e móe. Nasce ao N., cousa de 80 metros, no fundo de um barranco. No sitio do *Poço do Valle*, se lhe vem metter as aguas da chuva, que vem de Santo Estevão.

Foi annexada á de Santo Estevão, em 1838, e já muitos annos, antes d'isso, não tinha parocho, e lhe eram administrados os sacramentos pelo parocho de Santo Estevão. Hoje está outra vez independente.

Na *Quinta da Trindade*, proximo da egreja matriz, tem apparecido differentes antiguidades, que induzem a suppor que fosse por estes sitios a antiga *Balsa*. Tambem aqui foram achadas, uma ára, com uma inscripção grêga; sepulturas com inscripções latinas; alicerces de edificios e outros objectos. (Vide *Tavira*)

Faz-se uma grande festa a Nossa Senhora da Luz, a 8 de setembro, havendo então uma feira, que dura tres dias.

LUZ—aldeia, Extremadura, na freguezia de S. Lourenço de Carnide, comarca e 6 kilometros a NO. de Lisboa, concelho de Belem, no patriarchado e districto de Lisboa. (vide 2.° vol., pag. 114.)

—

Ha aqui o edificio que foi convento de

Nossa Senhora da Luz. Foi fundado no seculo XVI, no logar em que já existia uma ermida com a mesma invocação. Segundo a lenda, tendo-se livrado milagrosamente do captiveiro, na Africa, um individuo chamado *Pêro Martins*, pelos annos de 1463, regressando á patria, e vivendo em Carnide, d'onde era natural, appareceu-lhe uma imagem de Nossa Senhora, cercada de luz, sobre uma fonte que havia perto do logar de Carnide.

Pêro Martins, reconhecendo n'aquella imagem a mesma Senhora que no carcere o confortára e lhe valera, construiu logo uma ermida junto da fonte, e alli recolheu a imagem, a que deu a invocação de Nossa Senhora da Luz.

Em 1543, deu D. João III esta ermida aos freires de Christo, para alli edificarem um convento. Concorreu para esta obra, a infanta D. Maria, irman d'aquelle soberano, edificando á sua custa, em 1575, toda a capella-mór da egreja, onde jaz, em um mausoleu de marmore.

A invocação da ermida passou ao convento e á povoação, que em volta d'elle se foi edificando.

O terramoto de 1755, arrazou o templo e o mosteiro, menos a capella-mór, que ainda ha poucos annos ostentava a sua magnificencia, em bellas columnas e ricos marmores, dos quaes depois a despojaram.

Junto da egreja, ao S., está a fonte de que se fallou.

Em todo este lado ainda mostra o edificio muitos vestigios da sua antiguidade e grandeza.

O que existe do convento, é obra da reedificação, projecto vasto e magestoso, que não chegou ao andar nobre. Na parte que está feita, funccionou por algum tempo a escóla veterinaria, e depois tem, por vezes, servido de quartel de cavallaria e deposito da mesma arma.

Real Collegio Militar da Luz

Perto do convento antecedente está este collegio, que foi fundado pela mesma infanta que mandou fazer a capella-mór do mosteiro, e cujo escudo d'armas avulta na frontaria da capella, que é um templo vasto e bem decorado.

Foi construido para servir de hospital para os pobres, com rendas proprias para a sua sustentação.

No seculo XVIII, ainda se conservava este hospital, que era administrado por dois freires de Christo.

O terramoto de 1755, causou-lhe grandes estragos, que depois foram reparados.

Estabeleceu-se n'elle, em 1814, o real collegio militar, que em 1835 passou para o mosteiro de Rilhafolles, em Lisboa. D'aqui passou o collegio para o edificio de Mafra, d'onde por fim tornou a ser transferido para a Luz.

Daremos uma idéa do edificio e maneira intelligente com que foi adaptado ás exigencias de um estabelecimento d'aquella ordem pelo seu illustre director o sr. general Paulino de Sá Carneiro.

Tem voltado ao N., o frontespicio, que é a face principal de um quadrado, no centro do qual, cercado por um claustro, ha um espaço occupado por uma excellente cisterna.

A sua parte mais consideravel tem porém a fórma rectangular com a face principal voltada ao S.

O edificio consta de pavimento ao rez do chão e andar nobre.

Do lado do S., é destinado ao recreio dos alumnos; ha ahi um extenso espaço cercado de muros, ao nivel do qual estão, em pavimento inferior, as casas para banhos, arrecadações e cavallariça.

No pavimento ao rez do chão, na frente do edificio, estão estabelecidas a secretaria, gabinetes e salas destinadas a receber as familias, que vão visitar os alumnos ou o collegio.

Em roda do claustro ha algumas casas destinadas a arrecadações e a officinas de lithographia.

No meio da face voltada ao S., está uma cosinha magnifica, espaçosa e clara, guarnecida de aparadores de madeira e com excellente fogão de ferro.

Ha alli dois bellos depositos de cantaria,

Bispado e districto administrativo de Viseu.

O reitor de Pindo apresentava o cura, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar.

LUZIO—freguezia, Minho, comarca e concelho de Monção, 50 kilometros a NO. de Braga, 390 ao N. de Lisboa, 80 fogos.

Em 1757 tinha 105 fogos.

Orago S. Verissimo.

Arcebispado de Braga, districto administrativo de Vianna.

A mitra apresentava o vigario, collado, que tinha 70$000 réis de rendimento.

Foi primeiramente do real padroado, e, em 1308, D. Diniz trocou por outra com o bispo de Tuy, D. João Fernandes de Sotto-Maior.

Duas partes d'esta freguezia, eram couto, marcado, annexo ao de S. Fins, no que tocava ao civel; e no crime, pertencia a Monção. A freguezia pagava á camara d'esta villa, 29$000 réis de *fumagens*, sem lhe serem sujeitos em mais cousa alguma.

Eram os povos d'esta freguezia isentos de hirem a qualquer guerra, e havendo-a entre Portugal e Galliza, corria por conta dos luzienses, velarem o *Váo da Estaca*, pela parte de baixo de Lapella.

Cada morador d'esta freguezia, pagava de *reconhecimento*, ao mosteiro de S. Fins, annualmente, 4 óvos, 1 cabrito, 3 dias de serviço, e 10 rèis em dinheiro. Os *meios fogos*, metade. (Os meios fogos são aquelles cujo chefe é viuvo ou solteiro.)

Quando o rei viesse a esta povoação, dava a freguezia uma vacca: e se trouxesse filho, mais meia vacca.

Passou depois esta freguezia a ser padroado das freiras franciscanas de Monção, as quaes, passando para o mosteiro da Conceição, de Braga, foi o padroado para os arcebispos de Braga.

—

Fallei em tributo de *fumagem*, e como nem todos saberão o que esta palavra significa, direi.

Fumagem ou *fumadêgo* — era um censo, tributo ou pensão que o direito senhorio recebia de todas as casas dos seus vassallos, ou colonos, em que se accendia fogo.

Em alguns documentos antigos se dá á fumagem o nome de *fogo* ou *fogaça*. Tambem se chamou *direito de cabeça*, ou *cabeção*. No foral de Monção de 1512, se diz: — *Tambem pertence ao concelho o direito da fumagem. Este pagarão todos os moradores do termo d'esta villa, e d'elle são isentos os que n'ella moram, e os do couto velho.*

Nem todos os fogos pagavam este direito, julgo que só as pagaram as casas construidas de novo—depois da lei que o impoz.

FIM DO 4.º VOLUME